

**Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais
(IEEI)
1979 - 2012**

Inventário



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

DEFESA NACIONAL



FICHA TÉCNICA:

Ministério da Defesa Nacional
Secretaria-Geral. Direção de Serviços Administrativos e Financeiros.
Arquivo da Defesa Nacional

Inventário do Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (IEEI).
1979 – 2012
Coleção PT/ADN/IEEI

Organização e Descrição: Centro Nacional de Cultura – Investigadores Ricardo Amorim Pereira, Jéssica Moreira e Cláudia Coelho sob coordenação do Prof. Álvaro de Vasconcelos no âmbito do Protocolo celebrado entre a Secretaria Geral do Ministério da Defesa Nacional e o Centro Nacional de Cultura em 9 de abril de 2019
Orientação arquivística: Arquivo da Defesa Nacional - Maria João Pires
Norma de descrição Arquivística: ISAD(G)
Datas: 2019 - 2022
Lisboa, 2022

ÍNDICE

FICHA TÉCNICA:.....	3
ÍNDICE:	5
FICHA DE COLEÇÃO:	7
INVENTÁRIO ANALÍTICO:	9
SR. 1 - Transições democráticas.....	9
SR. 2 - Relações político-militares.....	18
SR. 3 - Adesão à Europa e política europeia.....	20
SR. 4 - Processos de integração.....	148
SR. 5 - Segurança e defesa.....	152
SR. 6 - Ordem Internacional e Multilateralismo.....	206
SR. 7 - Política de Cooperação.....	348
SR. 8 - Política mediterrânea.....	376
SR. 9 - Relações com a Espanha.....	413
SR. 10 - Relações com o Brasil.....	418
SR. 11 - Relações com os EUA.....	423
SR. 12 - Relações com os países africanos, Timor e Macau	425

[Ficha de Coleção]**PT/ADN/IEEI – Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais****Datas de produção:**

1979 / 2012

Dimensão e suporte:

2990 documentos impressos e digitalizados (pdf) incluindo 224 fotografias (jpg).

História custodial e arquivística:

A coleção de documentos do IEEI foi estruturada pelo CNC através da pesquisa e disponibilização das obras publicadas (tanto impressas como em versão eletrónica); recolha e disponibilização, quando possível, dos contributos que os investigadores do IEEI foram produzindo, tanto in house como no quadro de atividades desenvolvidas por outras instituições; textos e publicações existentes nos arquivos pessoais de antigos investigadores do IEEI e nos arquivos pessoais de Álvaro Vasconcelos; e sistematização dos grandes temas abordados pelo IEEI ao longo dos anos como, entre outros, normalização das relações político-militares, adesão à União e política europeia, política de segurança e defesa, relações bilaterais - Espanha, Brasil, Estados Unidos - PALOP e CPLP.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Protocolo assinado entre a Secretaria Geral do Ministério da Defesa Nacional e o Centro Nacional de Cultura para disponibilização do acervo do IEEI através do Portal IMDN e na base de dados do ADN em 09 de abril de 2019 (1ª fase) e julho de 2022 (2ª fase).

Âmbito e conteúdo:

Acervo constituído por textos correspondentes a 35 anos de atividade do primeiro instituto civil português de estudos estratégicos e internacionais e que acompanham o essencial do debate português sobre política internacional, segurança e defesa nesse período. Estes textos foram publicados nas revistas do IEEI, *Estratégia-Revista de Estudos Internacionais* (1986 - 2009) e *Mundo em Português* (1999 - 2007), em publicações como os *Cadernos do Lumiar* (1994 - 2002) e os *Lumiar Briefs* (2008 - 2009) e em livros editados pelo IEEI ou por instituições parceiras no quadro de projetos de cooperação. Foram também tratados os textos de conferências, seminários, relatórios de projetos e artigos de opinião publicados no site do IEEI. Entre livros e coletâneas foram tratados livros, coordenados por Álvaro de Vasconcelos, nomeadamente *A Integração Aberta - Um projecto da União Europeia e do Mercosul* (1995); *Além do Comércio - Ampliar as relações Europa-Mercosul* (1997) *Regular e democratizar o sistema global-Uma parceria para o século XXI* (1999); *Valores da Europa: Identidade e Legitimidade* (1999); *Portugal, a European Story* (1999), co-editado por Álvaro de Vasconcelos e Maria João Seabra; *O novo multilateralismo: Perspectiva da União Europeia e do Mercosul* (2001), coordenado por Álvaro Vasconcelos e Alexandra Barahona de Brito; *The European Union, Mercosul and the New World Order* (2003), co-editado por Álvaro de Vasconcelos e Hélio Jaguaribe; José Calvet de Magalhães, *Humanismo Tranquilo* (2003), editado por Álvaro de Vasconcelos; *Conversas com José Calvet de Magalhães: Europeístas e Isolacionistas na Política Externa Portuguesa* (2005) de Álvaro de Vasconcelos; *Guia do Cidadão Europeu* (2005), coordenado e editado por Noémia Pizarro e Pedro Courela; *A África e a Europa: Resolução de Conflitos, Governança e Integração Regional* (2005), coordenado por Fernando Jorge Cardoso, Patrícia Magalhães Ferreira e Rita Pais; *Os desafios das relações Europa-África: uma agenda de prioridades* (2005), coordenado por Álvaro Vasconcelos; *Diplomacia, Cooperação e Negócios: O Papel dos Actores Externos em Angola e Moçambique* (2006), coordenado por Fernando Jorge Cardoso; *Situations of Fragility. Challenges for an European Response Strategy* (2007); *An Open Europe in a Multipolar World* (2007) de Álvaro Vasconcelos; e *A Europa e África num Mundo Multipolar* (2008), coordenado por Fernando Jorge Cardoso, Patrícia Magalhães Ferreira e Rita Pais. A nível de Conferências, nomeadamente as edições da Conferência Internacional de Lisboa (CIL), iniciadas em 1983, foram tratados artigos dos anos 1988 a 2007. Foi tratado um conjunto de textos da EuroMeSCo (dezembro de 2001 a junho de 2009) período em que o IEEI era coordenador da rede. Entre seminários, fóruns, relatórios, textos de opinião e outros, encontram-se, ainda, documentos das comunicações realizadas no âmbito dos grupos de trabalho “Coesão Social e Luta Contra a Pobreza”, “Ambiente e Desenvolvimento Sustentado”, “Direitos do Homem e Justiça” e “Migrações e Cidadania” do Fórum Viver a Europa de 2004 e textos no âmbito do Congresso Portugal e o Futuro da Europa, do Projeto Futuro Europa. Foram ainda contemplados “papers” de diversos seminários realizados em 2007 no âmbito do I Debate Nacional sobre o Futuro da Europa e o II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa. Das Cimeiras entre 2004-2005 surgem artigos de opinião nomeadamente os relativos à “Carta da América”. No âmbito do Observatório das Relações União Europeia-América Latina, projeto “Escolher a Europa”. Estão também contemplados documentos sobre os relatórios relacionados com a segurança de Timor-Leste e o seu contexto regional. Ainda relativamente às questões de Timor, as relações com a Indonésia e as políticas de cooperação triangular Timor-Indonésia-União Europeia, nomeadamente respeitante às medidas de confiança mútua, foram organizadas quatro conferências - “EU-INA Conferences”. A primeira teve lugar em Haia (Holanda), a segunda

no Royal Institute of International Affairs em Londres (Inglaterra), a terceira em Bogor (Indonésia) e a quarta em Lisboa (Portugal).

Sistema de organização:

A inclusão do acervo do IEEI no Portal IMDN foi possível através da integração das descrições e respetiva associação das imagens digitais aos registos descritivos, na Base de Dados do Arquivo da Defesa Nacional (ADN). O processo de inventariação e descrição bem como o processo de digitalização deste acervo é da inteira responsabilidade do CNC. Ao ADN coube a orientação arquivística, definição dos códigos de referência a atribuir aos documentos descritos e a importação de dados e imagens para a Base de Dados do ADN e divulgação no Portal IMDN.

Foram constituídas 12 séries temáticas:

- SR. 1 - Transições democráticas
- SR. 2 - Relações político-militares
- SR. 3 - Adesão à Europa e política europeia
- SR. 4 - Processos de integração
- SR. 5 - Segurança e defesa
- SR. 6 - Ordem Internacional e Multilateralismo
- SR. 7 - Política de Cooperação,
- SR. 8 - Política mediterrânea
- SR. 9 - Relações com a Espanha
- SR. 10 - Relações com o Brasil
- SR. 11 - Relações com os EUA
- SR. 12 - Relações com os países africanos, Timor e Macau

Condições de acesso:

Livre acesso.

Condições de reprodução:

Constantes do Regulamento da Sala de Leitura do ADN.

Idioma e escrita:

Português, espanhol, inglês e francês

Instrumentos de descrição:

Base de dados e inventário

Existência e localização de originais:

No CNC/IEEI e particulares.

Existência e localização de cópias:

Imagens digitalizadas em PDF e JPG para divulgação online associadas aos registos descritivos.

Notas:

Este campo contempla a indexação.

Nota de edição:

Descrição realizada pelos investigadores do CNC Ricardo Amorim Pereira, Jéssica Moreira e Cláudia Coelho sob coordenação do Prof. Álvaro de Vasconcelos. Orientação arquivística de Maria João Pires do Arquivo da Defesa Nacional

Data da descrição:

2019 - 2022

Inventário analítico

CL. PT/ADN/IEEI - Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI)

SR. PT/ADN/IEEI/001

Título: Transições democráticas.

Datas extremas: 1991-00-00 / 2006-00-00

Dimensão e suporte: 71 documentos impressos e digitalizados (pdf) incluindo 1 fotografia (jpg).

D. PT/ADN/IEEI/001/0001 - Conhecimento e acção política na transição democrática brasileira - Miguel W. Chaia . Na década de cinquenta do século passado, no Brasil, alastrava a desconfiança em relação aos dados a respeito do mercado de trabalho, quer os oficiais quer os produzidos por instituições ligadas ao poder patronal. Assim nasce o DIEESE. Este instituto apresentou-se como uma aliança entre sindicalistas e intelectuais no sentido de dotar o movimento sindical brasileiro de informação de qualidade de apoio à tomada de decisões. Aliam-se, assim, o conhecimento empírico adquirido por décadas de lutas sindicais ao conhecimento académico do estudo do fenómeno sindical. Ao ganhar racionalidade, o movimento sindical reforça a sua componente política de luta contra a exploração laboral. Dito de outra forma, o conhecimento constitui-se uma forma de pressão e de negociação. 1994-12-01 / 1994-12-30

D. PT/ADN/IEEI/001/0002 - Democracia ou Caos? - Hermawan Sulisty . É analisada a situação política na Indonésia, marcada por um impasse entre as forças que lutam por uma democracia à imagem das democracias ocidentais e aqueles que se batem pela manutenção da ordem existente. Teme-se um cenário de caos caso os resultados das últimas eleições não sejam reconhecidos pelas fações liberais. O modo como a questão de Timor é vista pelos indonésios está, de igual modo, bipolarizada. 1999-06-01 / 1999-06-30

D. PT/ADN/IEEI/001/0003 - Cenários para a Democratização - Liem Soei Liong . A Indonésia apresenta-se como um país em claro processo de democratização, após a ditadura de Suharto. Este texto apresenta uma análise do novo sistema político indonésio que se desenha neste novo período da história do país, em contraste com o sistema político anterior dominado pelo partido do poder - Golkar. 1999-10-01 / 1999-10-30

D. PT/ADN/IEEI/001/0004 - O problema UNITA - Edmundo Rocha . É sustentada a tese de que, em ordem a se combater a UNITA, as forças governamentais e, muito particularmente, o MPLA, devem usar a arma suprema do exemplo moral e da credibilidade, afastando de si a nódoa da corrupção e do nepotismo. A guerra civil angolana é uma guerra que se trava no campo de batalha mas, muito mais importante, no campo da ética e dos valores republicanos e democráticos. 1999-10-01 / 1999-10-30

D. PT/ADN/IEEI/001/0005 - Apostar na Sociedade Civil - José Eduardo Agualusa . Neste texto é evocado o conto de Rafael Marques, intitulado “Não há pão para malucos”, onde se satiriza o regime político angolano. Nesse conto é sustentada a ideia de que o conflito civil angolano serve os interesses do MPLA de José Eduardo dos Santos, ao criar as condições para a permanência de um estado de exceção em Angola, um estado onde não se organizam eleições nem, tão pouco, existe liberdade de imprensa. Na realidade, o MPLA não querará destruir a UNITA. 1999-10-01 / 1999-10-30

D. PT/ADN/IEEI/001/0006 - O Gás e o Futuro Económico - João Luís Soares . A política de desenvolvimento de Timor é analisada. São tidos em consideração diferentes potenciais económicos – café, turismo, etc. – contudo, é nos hidrocarbonetos (petróleo e gás) que reside o grande potencial económico de Timor. O tratado Timor Gap, celebrado entre Jacarta e Camberra, dividia entre estas duas nações os proveitos da exploração. Com a independência de Timor, a parte indonésia desses proveitos desapareceu mas as necessidades orçamentais urgentes da recém-criada nação obrigaram-na a aceitar um regime de royalties menos favorável. 1999-11-01 / 1999-11-30

D. PT/ADN/IEEI/001/0007 - A Incógnita Bouteflika - José Garçon . São analisados os primeiros seis meses da presidência de Abdelaziz Bouteflika, na Argélia, enquanto se tenta responder às seguintes questões: será esta uma presidência de mudança e

do regresso à paz num país devastado desde há sete anos pela guerra civil? Ou será a da restauração autoritária de um regime militar?. 1999-11-01 / 1999-11-30

D. PT/ADN/IEEI/001/0008 - O Serviço de um Ditador à Humanidade - Alexandra Barahona de Brito . É analisada a forma como, ironicamente, as alegações de que os militares dos EUA estavam envolvidos nos eventos que levaram à queda do regime de Allende, bem como a contestação que se seguiu, levou a uma mudança na política dos EUA no sentido de esta atender mais veemente às questões dos direitos humanos. No seu conjunto, as ações dos exilados chilenos, bem como das fortes organizações de defesa dos direitos humanos que operaram no Chile de Pinochet, organizações que tinham o apoio da Igreja Católica, contribuíram para um clima mais intolerante, no mundo, em relação aos regimes autocráticos. 1999-11-01 / 1999-11-30

D. PT/ADN/IEEI/001/0009 - A Instabilidade que Espreita - Manuel Delgado . É analisada a frágil situação política existente na Guiné-Bissau. A tentativa de derrube, pela força, do Governo do Presidente Nino Vieira - eclodida a 7 de Junho de 1998 - no poder desde o golpe militar de 14 de Novembro de 1980, e “legitimado” pelas eleições de 1994, é o mais recente capítulo de uma conturbada história de confrontação, entre filiações político-militares, após a independência. 1999-11-01 / 1999-11-30

D. PT/ADN/IEEI/001/0010 - O Vazio Diplomático - Kieren Costa . O conflito civil angolano persiste e não parece haver entendimento possível entre UNITA e MPLA. Enquanto que José Eduardo dos Santos afirma nada ter a negociar com a UNITA, dado que esta não está a cumprir o Protocolo de Lusaka, por seu turno, Jonas Savimbi exige o retorno das negociações alegando “mudanças nos pressupostos” que motivaram o referido acordo. EUA, Portugal e a Rússia, em diferentes graus, apoiam o MPLA e afastam-se, cada vez mais, de uma postura de mediadores do processo de paz. 1999-11-01 / 1999-11-30

D. PT/ADN/IEEI/001/0011 - A Terceira Purga - Manuel Delgado . É sustentada a tese de que terá ocorrido uma “purga” no partido do poder em Cabo-Verde. São analisados os conflitos políticos internos desta nação africana, com as concomitantes acusações, por parte da oposição ao governo, de nepotismo, corrupção e falta de transparência democrática. . 1999-12-01 / 1999-12-30

D. PT/ADN/IEEI/001/0012 - Processo Democrático em Curso - Luís Carlos Patraquim . É abordado o processo autoritário-revolucionário imposto pela Frelimo, em Moçambique, após a independência do território. É defendido que toda a “revolução” seguiu os preceitos da revolução soviética: planificação económica, nacionalização das terras, discurso anti-imperialismo, criação do “homem-novo”, perseguição aos oposicionistas com criação de “campos de reeducação”, etc. o V Congresso da Frelimo, em 1989, marca um certo mudar da política seguida. 1999-12-01 / 1999-12-30

D. PT/ADN/IEEI/001/0013 - O Peso da Reunificação - Anne-Marie Le Gloannec . É sustentada a tese de que a Alemanha reunificada é mais difícil de ser governada. O aumento das disparidades no que concerne ao nível de desenvolvimento das várias regiões da Alemanha unificada fez com que esta perdesse muita da coesão que existia na antiga RFA. A dispersão institucional e territorial, bem como a entrada de milhões de novos eleitores, tornaram, de igual modo, o sistema político alemão mais instável. O peso, presente e futuro, do Bundesrat torna mais difícil do que anteriormente a obtenção de compromissos. 1999-12-01 / 1999-12-30

D. PT/ADN/IEEI/001/0014 - Timor Leste na Encruzilhada da Transição Indonésia - A. Barbedo de Magalhães, . António Barbedo de Magalhães, o organizador das Jornadas de Timor, narra o desenvolvimento das relações, ao longo da História, entre a Indonésia e Timor, bem como a importância das mudanças que se estão a desenvolver nesse gigante asiático para a pacificação do conflito que opõe os dois povos. 1999-12-01 / 1999-12-30

D. PT/ADN/IEEI/001/0015 - A Era pós-Suharto e pós-Habibie - Liem Soei Liong . O novo presidente indonésio, Abdurrahman Wahid, tem a tarefa de reconstruir os pilares da Nação indonésia. Durante mais de trinta, a ditadura de Suharto deixou o aparelho militar em roda livre, a economia assente em monopólios corruptos, o aparelho de Estado e judicial minados pela corrupção. Após a independência de Timor-Leste, não é apenas este recém-criado Estado que terá de se erguer – o seu ex-escravizador também. A responsabilização das cúpulas militares, pelos crimes perpetrados em Timor-Leste, está em marcha, acarretando o risco de um golpe de estado militar. 2000-04-01 / 2000-04-30

D. PT/ADN/IEEI/001/0016 - Rafael Marques e o Fim dos "Tempos Áureos" - Diogo Pires Aurélio . Narração do caso do julgamento, por parte do régimen angolano de Eduardo dos Santos, do jornalista Rafael Marques, num caso manifesto de

perseguição por delito de opinião. Este processo cumpriu o desiderato do jornalista preso: pôs o régimen angolano por debaixo dos holofotes da comunidade internacional, expôs a sua fragilidade, debilitou-o e deslegitimou-o internacionalmente. 2000-05-01 / 2000-05-30

D. PT/ADN/IEEI/001/0017 - A Democracia Antidemocrática - Alexandra Barahona de Brito . Neste texto é traçado um quadro negro respeitante ao estado da democracia nos diversos países que compõe a América Latina. Existe uma aparência de democracia mas o modo de pensar e de agir é, eminentemente, autoritário. Por todo o lado imperam as lógicas do clientelismo, as sociedades são pobres e a cidadania não tem significado relevante, os líderes políticos manipulam as leis e as instituições democráticas, os Estados são fracos e vergam-se ao poder de guerrilhas e narcotraficantes, o poder militar está sempre presente e pronto a intervir à margem das constituições, o poder judicial não tem independência. Apenas na Argentina, na Bolívia, no Brasil e no Uruguai a situação é um pouco mais auspiciosa. 2000-05-01 / 2000-05-30

D. PT/ADN/IEEI/001/0018 - A Separação do Político e do Económico - Dewi Fortuna Anwar . A maioria dos países do sudoeste asiático fixou o sucesso económico como objetivo, deixando para segundo plano a questão da democracia e dos direitos humanos considerada uma imposição do Ocidente. A muitos desses países a democracia acabou por chegar, não por terem cedido a pressões ocidentais mas devido ao colapso das respetivas economias. 2001-01-01 / 2001-01-01

D. PT/ADN/IEEI/001/0019 - Afinal, o que foi que o General fez? - Alexandra Barahona de Brito . Augusto Pinochet, finalmente, é levado perante a justiça. Pela idade avançada e à luz do código jurídico chileno, não poderá ser preso mas, para que o Chile vire de vez a página e possa prosseguir, importa que os crimes da ditadura de Pinochet venham a ser, na íntegra, identificados e que este seja, após um julgamento justo, pelo menos simbolicamente, condenado. 2001-04-01 / 2001-04-01

D. PT/ADN/IEEI/001/0020 - África do Sul: Proteger a Esperança - Álvaro de Vasconcelos . Foi um milagre a forma como Nelson Mandela, com tolerância e persistência, iniciou e completou o processo de transição que pôs fim ao apartheid. A experiência sul-africana pode muito bem vir a ser o motor do "renascimento africano". Thabo Mbeki, contudo, não parece estar à altura da herança de Mandela, sobretudo no tocante à proteção das minorias e da luta contra a sida. 2001-06-01 / 2001-06-01

D. PT/ADN/IEEI/001/0021 - Crise Reabre Corrida ao Poder - Fernando balthazar de Lima . Mbeki tem visto o seu poder fragilizado pela incapacidade demonstrada na resolução de diferentes problemas – o desemprego, a criminalidade, a cotação do ouro, a desvalorização do rand e sua substituição pelo dólar americano, a SIDA, a frágil posição face à crise política no Zimbabué. Quer sobre a SIDA quer sobre Mugabe, Mandela tomou já posição pública, contrariando o seu sucessor que, no passado, não fora escolha sua. São muitas as razões que fazem reviver antigas clivagens e questionar de novo se Mbeki terá sido a melhor opção. 2001-06-01 / 2001-06-01

D. PT/ADN/IEEI/001/0022 - O 25 de Abril e as necessidades - José Calvet de Magalhães . Neste texto, José Calvet de Magalhães – ex-Presidente do IEEI – narra as horas e os dias durante e após a revolução dos cravos de 25 de abril de 1974. Por essa altura, Calvet de Magalhães era o secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo, por isso, desempenhado um determinante papel na passagem do poder (na jurisdição do seu Ministério) do poder deposto para, primeiramente, a Junta de Salvação Nacional, chefiada pelo general António de Spínola e, num segundo momento, para o I Governo Provisório, na pessoa do então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares. 2004-01-01 / 2004-01-01

D. PT/ADN/IEEI/001/0023 - Comissões da verdade e julgamentos: Marrocos numa perspectiva comparativa - Alexandra Barahona de Brito . O julgamento dos crimes nazis contra a Humanidade, decorridos em Nuremberga, iniciaram as práticas modernas de procura de justiça para as vítimas dos regimes autoritários. Em 2004, também em Marrocos iniciou-se uma Comissão da Verdade – Comissão de Equidade e Reconciliação – com o objetivo de apurar os responsáveis pelos desaparecimentos e detenções ilegais perpetrados pelas forças da ordem, entre 1956 e 1999, fixar as compensações às vítimas e recomendar reformas que tornem mais difícil que tais crimes voltem a acontecer. Esta comissão da verdade é simbólica, ao ser a primeira a surgir no mundo árabe. 2005-01-01 / 2005-01-01

D. PT/ADN/IEEI/001/0024 - Evolución de las relaciones cívico-militares - Carlos Gil Muñoz . El proceso de transición en España, iniciado a finales del año 1975, se caracterizó por la bifocalización de la atención por una parte hacia la nueva estructura política y social de la sociedad y, por otra, hacia el estamento militar, cuyo comportamiento democrático era, aparentemente, una incógnita que suponía un desafío no sólo para el gobierno constitucional, sino también para la sociedad en su conjunto. Para comprender el papel de las fuerzas armadas durante la transición, no podemos limitarnos a detallar los comportamientos

puntuales del sector militar, sino que es preciso analizarlos desde una perspectiva más amplia que comprende el estudio de la normativa legal y de las medidas llevadas a cabo por el poder político civil además de observar las reacciones que las mismas provocaron en los militares, temas reflejados por el presente artículo. 1991-01-01 / 1991-12-30

D. PT/ADN/IEEI/001/0025 - A guerra que estava com eles - Fernando Jorge Cardoso . Mesmo terminada a guerra em Angola, a centralidade do MPLA e da UNITA no cenário político angolano é inquestionável. Partindo desta premissa, o presente artigo reflete sobre algumas questões importantes para a compreensão do cenário político angolano, nomeadamente, a permanência das duas elites responsáveis pela guerra em Angola no centro da política angolana; a sofisticação das diplomacias de ambos os movimentos; a natureza essencial das elites em confronto e dos interesses que ambas defendem; e, finalmente, a bipolarização do cenário político angolano, que prevenirá, expectavelmente, nos próximos anos, o descongelamento de um processo democrático verdadeiro. 2002-10-01 / 2002-10-31

D. PT/ADN/IEEI/001/0026 - Transition in South Africa: the global context and the international role - John Barratt . It is widely accepted that the new international conditions resulted in a corresponding change in policies within the region of Southern Africa, both politically – as it has led to a greater level of autonomy and for local and regional imperatives to determine the policies of governments and other parties – and economically – as growing international concern with economic imperatives and the changes in the global economy have affected the major political groupings in South Africa and influenced the moves towards greater regional cooperation. Having established this background, the present paper focuses in official South African attitudes towards external involvement in the domestic transitions processes and underlines the crucial role of external diplomatic involvement as well as the importance of the growing international emphasis on negotiations for the resolution of the South African conflict – culminating in the two sessions of the multi-party Convention for a Democratic South Africa (CODESA). 1993-12-22 / 1994-03-20

D. PT/ADN/IEEI/001/0027 - Transitional politics in South Africa: From confrontation to democracy? - Anthoni Van Nieuwkerk . This paper is concerned with the politics of transition in South Africa, defined as the movement from apartheid and minority domination towards a form of democracy. This movement is characterised by a process of phased negotiations, in which the key political actors in South Africa are locked in an interdependent relationship. Notwithstanding, since the outcome of the process (a negotiated settlement) depends on a series of compromises, even if a settlement is reached, democracy might not automatically follow – as South Africa might experience a regression to a new form of autocracy. In the light of these assumptions, the paper tries to look at the meaning of transition and the context within which it applies to South Africa the role of key political actors and their strategic choices; and possible outcomes to the process. Because transitional politics in South Africa is so fast-moving and unpredictable, the paper focuses on the time period between February 1990 and September 1992. 1993-12-22 / 1994-03-20

D. PT/ADN/IEEI/001/0028 - South Africa: the political economy of growth and democracy - Robert M. Price . Although the prognosis for democracy in South Africa is determined as decidedly unfavourable for democracy and growth – due to its political, economic and social inequalities and divides –, the present paper argues that South Africa's contemporary situation can provide foundation for both in the aftermath of the cases of transition in the middle of the 1990s. It is thus argued that the key to sustained democracy and growth in the face of inevitable populism in this region will be found in the arena of 'governance', which must manage populist pressures, build legitimacy for democratic institutions and protect investment, production, and thus growth generating economic activities. The success of a post-apartheid government will be determined, in turn, by the institutional arrangements that emerge out of negotiations. 1993-12-22 / 1994-03-20

D. PT/ADN/IEEI/001/0029 - Manobras de guerra e de paz - Álvaro de Vasconcelos . Neste texto, é refletido brevemente sobre as manobras de guerra e de paz em Angola e da necessidade da UNITA nos processos de resolução de conflito e para a democracia, mesmo após a morte do seu líder, Jonas Savimbi. A comunidade internacional tem, por outro lado, a responsabilidade de dialogar com o governo angolano no sentido da constituição de plataformas de diálogo e fiscalização das eleições anunciadas. 2002-03-01 / 2002-03-31

D. PT/ADN/IEEI/001/0030 - Angola. O Dia Seguinte - Fernando Jorge Cardoso . Neste texto é oferecida uma análise da situação de mudança em Angola após a morte de Savimbi nas suas várias dimensões e abertas pistas sobre o seu futuro. Neste contexto, fala-se da sucessão de José Eduardo dos Santos e coloca-se a questão do futuro da UNITA, assim como da nova vitalidade da sociedade civil – ausente nos esforços de paz anteriores –, sobretudo sob a forma da Imprensa independente e das Igrejas. 2002-03-01 / 2002-03-31

D. PT/ADN/IEEI/001/0031 - A identidade post-nacional de Timor - Álvaro de Vasconcelos . Após a conquista de liberdade por Timor e do impacto positivo desta transição nas relações internacionais deste país torna-se essencial refletir, retrospectivamente, sobre o exemplar processo e, prospectivamente, sobre as dificuldades económicas e sociais que se seguem. Assim, neste texto, é ressalvada a prioridade das instituições económicas, de Direito e Justiça, bem como um posicionamento aberto ao mundo e à multilateralidade na manutenção do Estado de Direito conquistado. 2002-06-01 / 2002-06-30

D. PT/ADN/IEEI/001/0032 - Timor Leste em busca da verdade e da justiça - Alexandra Barahona de Brito . O presente texto reflete sobre a criação de uma Comissão da Verdade e Reconciliação como ato simbólico da sua nação durante os processos de transição democrática e criação do Estado, que tem por vista a procura de consenso, da Justiça e da preservação dos direitos humanos. É neste contexto que o presente texto dá conta dos julgamentos já realizados, da pressão internacional neste sentido e do futuro da Comissão da Verdade para a definição da sua identidade nacional, mas também para a sua capacidade de criar a sua própria via de política externa independente a nível regional. 2002-06-01 / 2002-06-30

D. PT/ADN/IEEI/001/0033 - Arte de conviver com o inimigo - Domingos Sarmiento . No início dos anos 80, Xanana Gusmão traduziu a necessidade de redefinição da própria guerra em Timor-Leste não como a arte de matar, mas como a arte de conviver com o inimigo. Esta redefinição permitiu um maior espaço para a consecução dos objetivos da resistência timorense e a denúncia dos crimes indonésios em Timor à comunidade internacional levando, ultimamente, à independência de Timor. A mesma estratégia é sugerida pelo autor aos dirigentes palestinianos, apelando à resolução pacífica dos conflitos. 2002-06-01 / 2002-06-30

D. PT/ADN/IEEI/001/0034 - Os desafios de Thabo Mbeki - Luís Castelo Branco . Neste texto são expostos os principais desafios e expectativas decorrentes do processo de transição na África do Sul que o sucessor de Nelson Mandela, Thabo Mbeki, tem ainda pela frente, principalmente no que diz respeito às políticas externas e diplomáticas tanto regionais, como internacionais. 2002-07-01 / 2002-08-31

D. PT/ADN/IEEI/001/0035 - Política Externa angolana depois da guerra civil: Como envolver o Ocidente? - Assis Malaquias . O fim da guerra civil em Angola significa, também, uma mudança de objetivos da política externa angolana. O presente artigo dá conta daquela reestruturação no quadro das prioridades externas e dos interesses internacionais do Estado angolano com a qual Luanda se vê confrontada no final da guerra civil, assim como do papel da comunidade internacional neste processo democrático e de desenvolvimento. 2002-10-01 / 2002-10-31

D. PT/ADN/IEEI/001/0036 - Eleições: Os caminhos da democracia - Fouad Ammor . O presente texto faz uma análise das eleições legislativas em Marrocos e quais as consequências expectáveis para o futuro coligação governamental. Neste sentido, apesar do resultado obtido pelo PJD islâmico, as eleições de 2002 reforçam o otimismo na experiência democrática que já estava em curso. 2002-10-01 / 2002-10-31

D. PT/ADN/IEEI/001/0037 - Nationbuilding in East Timor - Uma experiência única - Graça Almeida Rodrigues . Neste texto é analisada a obra de Mary Robinson, Alta-Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, *Today's Human Rights Violations Are the Causes of Tomorrow's Conflicts* (1997) e o conceito de nationbuilding, que se inicia com Timor-Leste. Neste sentido o desafio enfrentado por Timor de construir, a partir do zero, as suas próprias instituições, das Forças Armadas à polícia, passando pelo sistema político e judicial, é utilizado pragmaticamente na compreensão do que constitui, afinal, uma nação – com especial ênfase no respeito pelos direitos humanos neste processo de construção. 2002-12-01 / 2002-12-31

D. PT/ADN/IEEI/001/0038 - As relações com o passado e as prioridades democráticas - Alexandra Barahona de Brito . O presente artigo debruça-se sobre a tarefa hercúlea a que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha se comprometeram no que diz respeito à implementação no Iraque de uma democracia e das liberdades civis e políticas básicas, reconstruindo, simultaneamente, a segurança económica e social básica no pós-guerra e pós-Saddam. Assim, e assumindo a análise comparativa com a América Latina, tenta-se responder de como podem os atores internacionais silenciar inimigos sem sanções severas e satisfazer amigos sem gerar a hostilidade daqueles que não são favorecidos e, por outro lado, até que ponto pode um poder internacional substituir ou moldar a vontade popular. Neste sentido, são ressalvados não só os benefícios de envolver a ONU no processo de transição democrática, mas também da UE para o povo iraquiano, na sua ação de contrapeso à administração americana. 2003-06-01 / 2003-08-31

D. PT/ADN/IEEI/001/0039 - Argélia, a transição abortada - Salima Ghezali . Numa altura em que se procuram premissas de uma transição democrática para o Iraque, o presente texto relembra a experiência argelina, que deve servir, crê-se, como exemplo do que não deve ser feito. Nesta, apesar da sua chamada “primavera democrática”, o núcleo duro do sistema de poder instrumentalizou a corrente islamista para pôr termo à efervescência social e democrática que o teria obrigada a modernizar-se, criando uma fissura entre o Estado e a sociedade. O resultado desastroso da experiência argelina demonstra as consequências negativas de negar a uma sociedade o direito de decidir e mantê-la sob domínio local ou estrangeiro, sobre o pretexto da existência de correntes islamistas radicais. Conclui-se, assim, que dominar o pós-guerra do Iraque com uma política securitária só pode resultar em caos, sendo a melhor arma contra o terrorismo uma sociedade estável, com um Estado forte e determinado a fazer respeitar a justiça e a liberdade. 2003-06-01 / 2003-08-31

D. PT/ADN/IEEI/001/0040 - Iraque: as recomendações de Brahimi - Luís Silva . O conselheiro especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, Lakhdar Brahimi, fez algumas recomendações no seguimento da agravação da situação no Iraque por vésperas da transferência de poderes. Sugere uma transferência semelhante à do Afeganistão e, entre outras coisas, a formação de um governo provisório que promova a reconciliação nacional. De uma forma geral, a reação internacional às propostas foi positiva. 2004-04-01 / 2004-05-31

D. PT/ADN/IEEI/001/0041 - O 25 de Abril no tempo que corre - Álvaro de Vasconcelos . Para a celebração dos 30 anos do 25 de Abril, “O Mundo em Português” escolheu abordar temáticas menos tradicionais. Entre elas: o tributo a Aristides de Sousa Mendes, a mutação que Portugal passou com a transição democrática e entrada para a comunidade Europeia, e, por fim, outras experiências de transições políticas, nomeadamente em ex-colónias e no Médio Oriente. 2004-04-01 / 2004-05-31

D. PT/ADN/IEEI/001/0042 - A União Europeia e o Iraque - Volker Perthes . Fazendo parte da vizinhança europeia, a estabilidade do Iraque passa a ser do interesse da União Europeia, que apoiará o processo de transição política e ajudará em questões de defesa, como por exemplo, no treino de forças policiais. O autor debate se a maturidade democrática europeia pode ser um apoio fundamental na reconstrução iraquiana, na manutenção do Estado de Direito e até em apoios económicos. Em todo o caso, será necessário criar estruturas de segurança comuns, uma vez que continua a ser uma região conturbada por conflitos. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/001/0043 - No centenário da revolução constitucional persa - Ghoncheh Tazmini . A Revolução Constitucional Persa de 1906 tinha objetivos específicos na reforma do governo e na criação de um Estado capaz de superar o atraso do Irão. O seu resultado foi a redação da primeira constituição do Irão. O presente artigo aborda o esforço de democratização do Irão no decorrer do centenário da revolução. 2006-06-01 / 2006-07-31

D. PT/ADN/IEEI/001/0044 - Democratic Transitions: What Role for External Actors? - Marina Ottaway . This intervention essentially exposes three themes: that the role of external actors in democratic transitions should be supportive and not central; The role of external actors depend on the character of the actors themselves and the relation they have with the government, political parties, and civil organizations of the country supposedly in transition; types of roles and, at least, Europe and the United States in the Middle East. 2004-12-13 / 2004-12-14

D. PT/ADN/IEEI/001/0045 - Democracia e justiça social num hemisfério em mudança - Alexandra Barahona de Brito . Em resultado dos processos de democratização, as relações da América Latina com o exterior mudaram tendo em conta os novos desafios da globalização. O mais vincado é o problema da equidade social, que precisa de ser encarado como um desafio global. Por mais benefícios económicos que a globalização possa ter, a autora realça a importância de garantir que a desigualdade em resultado de alterações na estrutura e coesão de instituições sociais não aumente. Além da caracterização da América Latina e das suas organizações, o presente texto aborda a temática da justiça social em termos internacionais, o papel e a resposta da União Europeia a estas questões. 1999-01-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/001/0046 - Islam, Democratic Transition and Regime Stability in the Mediterranean (Islão, Transição Democrática e Estabilidade do Regime no Mediterrâneo), por Tim Niblock . O Islão e a estabilidade dos regimes constituem duas das três variáveis chave que colidem com a questão da transição democrática na região Sul e Leste do Mediterrâneo. A terceira é a liberalização económica – i.e. a medida em que uma economia aberta é necessária para uma política democrática. Assim, de modo fornecer uma análise completa das perspetivas e problemas nas transições democráticas, o presente artigo examina as interações entre estas três variáveis e a transição democrática. O objetivo central é delinear os paradoxos e problemas que rodeiam os processos de transição democrática na região e recomendar, à luz destes, as linhas políticas que a UE devia seguir. 2003-11-20 / 2003-11-21

D. PT/ADN/IEEI/001/0047 - Portugal-Timor Leste 2003: “uma visão”, por José Abreu Bastos . Pretende este texto transmitir a experiência recolhida por um Oficial Superior do Exército português em Timor Leste, José Abreu Bastos, durante o ano de 2003, ao serviço da missão das Nações Unidas, United Nations Mission Support East Timor-UNMISET. Tem, assim, por objetivo, contribuir para um melhor conhecimento e perceção, da história recente de Timor Leste e da participação e envolvimento dos militares e civis portugueses que nela participaram. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/001/0048 - Towards a peaceful way to the East Timor Conflict (Rumo a uma via pacífica para o Conflito de Timor Leste) , por Johan Haribowo . Este artigo examina o caminho para a paz no conflito de Timor Leste, começando com uma perspetiva histórica até à sua independência. Endereça, assim, o desenvolvimento alcançado em termos tanto políticos como económicos, bem como quais as principais questões e problemas estruturais no que diz respeito às relações com a Indonésia. 1998-10-26 / 1998-10-27

D. PT/ADN/IEEI/001/0049 - The roles of the Indonesian Armed Forces in the process of democratisation (Os papéis das Forças Armadas Indonésias no processo de democratização), por Susilo Yudhoyono . O presente texto revê a Era de Reforma Indonésia, os esforços para desenvolver a democracia e a sociedade civil tendo em conta as atuais condições do povo indonésio. 1998-10-26 / 1998-10-27

D. PT/ADN/IEEI/001/0050 - Political transitions in Indonesia: Problems and opportunities (Transições políticas na Indonésia: Problemas e oportunidades), por Cornelis Lays . A queda do Presidente Soeharto proporcionou possibilidades infundadas para a reforma da Indonésia e das suas instituições e práticas políticas. Este artigo aborda os principais problemas da liberalização política e também as novas oportunidades para o país para que um regime autoritário não volte a cair. 1998-10-26 / 1998-10-27

D. PT/ADN/IEEI/001/0051 - Relatório: Conferência sobre a “União Europeia e a transição democrática na Indonésia”, por IEEI . O presente documento constitui o relatório da conferência intitulada “Conferência sobre a União Europeia e a transição democrática na Indonésia”, realizada em 29 e 30 de março de 1999 em Londres, organizada pela Royal Institute of International Affairs e pelo IEEI. 1999-03-29 / 1999-03-30

D. PT/ADN/IEEI/001/0052 - Democratic transition in Indonesia: Challenges and conditions for success (Transição democrática na Indonésia: Desafios e condições para o sucesso), por Cornelis Lay . Este documento analisa os principais desafios da transição democrática na Indonésia, bem como as condições para o seu sucesso - nomeadamente a cultura democrática e militar, a integração nacional, a sociedade civil e, finalmente, o impacto regional. 2000-05-01 / 2000-05-01

D. PT/ADN/IEEI/001/0053 - Introdução – Timor-Leste: da crise à construção do novo estado, por IEEI . Tendo por base a hipótese de que a solução da questão de Timor-Leste estaria intimamente à evolução interna da Indonésia e a uma eventual transição política, o IEEI lançou em janeiro de 1998 uma iniciativa “track two” sobre as transições indonésia e de Timor-Leste que envolveu um conjunto de Conferências internacionais organizadas com base em três princípios fundamentais: participação tripartida europeia, indonésia e timorense envolvendo um número restrito de participantes selecionados; aplicação das “Chatham House rules” implicando que qualquer declaração não possa ser atribuída diretamente ao seu autor; carácter não-oficial dos debates. Esta iniciativa foi na sua génese inspirada pelo propósito de adotar uma nova abordagem e alargar o contexto de análise da questão de Timor-Leste numa dupla perspetiva procurando integrá-la no seu contexto regional e na evolução da situação na Indonésia, por um lado, e adotando uma perspetiva europeia. O presente texto resume os objetivos e argumentos das conferências levadas a cabo no âmbito deste projeto. 1998-01-01 / 1998-12-31

D. PT/ADN/IEEI/001/0054 - Eleições no Zimbabué: terá Mugabe mais uma vida?, por Patrícia Magalhães Ferreira . Nos primeiros anos após a independência, o Zimbabué era apontado como um exemplo para a região: um país pacífico, politicamente estável e num processo de desenvolvimento económico positivo. Atualmente constitui um dos principais exemplos de gestão económica desastrosa e de perpetuação de um regime repressivo no poder. A tentativa de manutenção do poder tem passado por uma instrumentalização de divisões sociais e políticas. No entanto, o contexto das eleições em 2008 é substancialmente diferente. A mensagem de mudança e a promessa de boa governação transmitida pelo MDC expressou-se nos resultados eleitorais. Pela primeira vez desde a independência, Mugabe ficou em segundo lugar e o seu partido perdeu o controlo da Assembleia para o MDC. No entanto, a desistência de Morgan Tsvangirai da segunda volta, veio trazer novos dados para a

análise da situação. Com a desistência de Tsvangirai, poderá Mugabe conferir a si próprio uma pseudolegitimidade numa eleição que já não o é?. S.d

D. PT/ADN/IEEI/001/0055 - A Europa não pode esquecer, por Álvaro de Vasconcelos . Agora que a democracia começa a ganhar raízes na Sérvia e que o novo presidente, com a legitimidade que lhe confere o facto de ter derrotado o ditador Milosevic, já foi recebido de braços abertos pelos 15 chefes de Estado e de Governo europeus, será útil e necessário evocar o passado, exigir o julgamento dos criminosos de guerra? Fará sentido exigir que os Sérvios – que, em delírio nacionalista, apoiaram a limpeza étnica – assumam as suas responsabilidades? Não irá o desejo expresso de justiça prejudicar a transição democrática? Julgar os crimes contra a humanidade cometidos nos Balcãs, mais do que para punir os que os cometeram, serve para fazer justiça – mesmo que póstuma – às vítimas, e mais ainda para impedir que outras hajam. Serve para possibilitar a convivência entre as sociedades e os grupos que as formam, para que o “nunca mais” ao nacionalismo extremo, à depuração de qualquer tipo, dentro e para além das fronteiras europeias, seja uma realidade. 2000-11-01 / 2000-11-30

D. PT/ADN/IEEI/001/0056 - A nova política da memória, por Alexandra Barahona de Brito . O presente texto analisa os livros *The Politics of Retribution in Europe: Worl War II and its Aftermath* de István Deák, Jan T. Gross e *Coming to Terms: South Africa’s Search for Truth* de Martin Meredith. O primeiro livro fornece um relato bem escrito, académico e sólido do pós-guerra europeu, especificamente dos temas do colaboracionismo, da resistência durante a guerra, da justiça política e da retribuição no pós-guerra, da utilização de memórias e mitos do tempo de guerra para “ultrapassar o passado” e reconstruir os Estados do pós-guerra, sejam eles autoritários ou democráticos. O segundo livro, jornalístico, reflete sobre a experiência da África do Sul com a política de “verdade e reconciliação” e contribui para o conjunto de obras sobre o papel que as questões de justiça, retribuição e amnistia e as comissões de verdade desempenham nas políticas de transição do poder ditatorial ou repressivo para a democracia. 2001-02-01 / 2001-01-28

D. PT/ADN/IEEI/001/0057 - Timor-Leste: os Próximos Desafios, por Mónica Rafael Simões . As eleições em Timor-Leste foram mais uma prova do civismo e da maturidade política dos timorenses. Mas os próximos meses representam um enorme desafio para aquele que será o mais jovem país independente do século XXI. 2001-10-01 / 2001-10-31

D. PT/ADN/IEEI/001/0058 - E depois do calar das armas?, por Fernando Balthazar de Lima . A morte de Jonas Savimbi (UNITA) significa praticamente o fim da liderança da época da independência, a par da morte de Agostinho Neto (MPLA) em 1979, e do semi-retiro da política ativa de Holden Roberto (FNLA). Impõem-se, por isso, apesar do carácter ainda flutuante da situação atual, a continuação do esforço de balanço do passado, presente e futuro de Angola iniciado no número anterior. Infelizmente, não há ainda uma resposta clara à questão essencial – haverá paz para todos os angolanos?. 2002-04-01 / 2002-04-30

D. PT/ADN/IEEI/001/0059 - Génese e dissolução de um conflito, por Fátima Monteiro . Tudo indica que o desaparecimento de Jonas Savimbi constitui o epílogo de uma das heranças mais sangrentas da colonização e da Guerra Fria, a guerra civil angolana. Nesse sentido apontam as reações vindas de ambas as partes do conflito. Como Holden Roberto, em particular, e Agostinho Neto (seguido por José Eduardo dos Santos), em menor grau, Savimbi não foi capaz de conciliar os seus interesses enquanto líder nacionalista anticolonial com os interesses do Estado-nação angolano que nasceria a 11 de novembro de 1975. De facto, nada indicava, nessa data simbólica, ou durante a década de luta armada que a precedeu, que os líderes dos três movimentos de libertação conseguissem ultrapassar a beligerância mútua e lançar-se genuinamente num processo de reconciliação e edificação nacional. O resultado foi o adiamento brutal dessa possibilidade. O presente texto faz o balanço das tentativas de aproximação desde 1975. 2002-04-01 / 2002-04-30

D. PT/ADN/IEEI/001/0060 - Quem é quem em Timor?, por IEEI . O presente documento fornece uma breve explicação sobre os atores políticos em Timor, nomeadamente dos bispos, de José Alexandre (Kai Rala Xanana) Gusmão, Taur, Matan Rnak, José Ramos Horta, dos líderes partidários da FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor Leste Independente), do PD (Partido Democrático), da ASFT (Associação Social-Democrata Timorense), da UDT (União Democrática Timorense) e do Partido Social-Democrata (PSD). 2002-06-01 / 2002-06-30

D. PT/ADN/IEEI/001/0061 - Timor – Um longo caminho para a independência, por IEEI . O presente texto desenha uma cronologia do longo processo de independência timorense, de 11 de agosto de 1975 – altura em que o golpe da UDT (União Democrática Timorense) precipita a guerra civil com a FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor Leste Independente) – até 20 de maio de 2002 – altura do fim da administração provisória de Timor pela ONU e que marcou definitivamente a independência de Timor-Leste. 2002-06-01 / 2002-06-30

D. PT/ADN/IEEI/001/0062 - Timor Leste em busca da verdade e da justiça, por Alexandra Barahona de Brito . Timor-Leste, como muitos outros países em processo de transição democrática, procura agora a verdade e a justiça em relação às violações dos direitos humanos que ocorreram no território. Também Timor criou uma Comissão da Verdade e Reconciliação. Ao coincidir não só com a transição democrática, mas com a criação do Estado, ela é também um ato simbólico da fundação da nação. O presente texto reflete sobre este processo de procura da verdade, de justiça e de reconstituição. 2002-06-01 / 2002-06-30

D. PT/ADN/IEEI/001/0063 - A caminho da independência, Pedro Carlos Bacelar de Vasconcelos . As Nações Unidas parecem estar a perder a oportunidade inédita e histórica de ajudar a construir a raiz de uma democracia em Timor-Leste. Os sinais de crise na nova nação têm vindo a avolumar-se e não ajuda nada o facto da UNTAET insistir em tomar decisões que cabe aos timorenses tomar. Preocupante também é a situação de instabilidade política na Indonésia, que ameaça tornar tudo mais difícil para os timorenses. O presente texto apresenta duas análises e uma entrevista sobre uma crise que é necessário prevenir num país à beira da independência. 2001-04-01 / 2001-04-30

D. PT/ADN/IEEI/001/0064 - A pesada herança do passado: justiça e processos de transição, por Alexandra Barahona de Brito . Quando a “terceira vaga” de transições começou, nos anos 80, a questão da justiça não era praticamente mencionada nos livros sobre o assunto; tal como não se falava de tribunais internacionais. A recente criação de novos tribunais internacionais (Jugoslávia e Ruanda), assim como o aparecimento do fenómeno dos processos judiciais “transnacionais”, foram momentos importantes. Os livros aqui apresentados são prova disso. São eles: Unspeakable Truths: Confronting State Terror and Atrocity de Priscilla B. Hayner e Staying the Hand of Vengeance: The politics of war crimes tribunals de Gary J. Bass. 2001-12-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/001/0065 - Paradoxo democrático, por Álvaro de Vasconcelos . Condenada pela esmagadora maioria das opiniões públicas e recusada a sua legitimação pelo Conselho de Segurança, a ocupação americana no será avaliada pela forma como usar o poder que agora com enorme dificuldade exerce. Significa isto que a melhor solução para o Iraque seria a retirada imediata das forças ocupantes? Nada menos certo, pois provavelmente lançaria o país na total anarquia. Os Estados Unidos têm agora no Iraque a responsabilidade de cumprir a palavra dada: devolver o poder ao povo, dele privado durante longos anos – tarefa bem mais difícil que a vitória militar. 2003-05-01 / 2003-05-31

D. PT/ADN/IEEI/001/0066 - A transição portuguesa para a democracia, por António Costa Pinto . A transição portuguesa foi a mais complexa da Europa do Sul nos anos 70. A sua fase mais conturbada decorre entre 1974 e 1976, com a aprovação da Constituição e as eleições legislativas e presidenciais. Ainda sem grandes constrangimentos internacionais pró-democratizadores e em plena guerra fria, a rutura provocada pelos militares deu lugar a uma crise acentuada do Estado, potenciada pela simultaneidade entre democratização e descolonização. O presente texto dá conta desse período em que se sucede a transição e consolidação democrática portuguesa. 2003-06-01 / 2003-08-31

D. PT/ADN/IEEI/001/0067 - Conference Programme – The Relations Between the European Union and Indonesia in the Context of the Asian Crisis (Programa da Conferência – A Relação entre a União Europeia e a Indonésia no Contexto da Crise Asiática), por IEEI . O presente documento contém o programa da conferência “The Relations Between the European Union and Indonesia in the Context of the Asian Crisis”, coorganizada pelo IEEI, em Haia, entre 26 e 27 de outubro de 1998, aquando do decorrer da negociação do processo de transição timorense. Esta conferência, que juntou representantes indonésios, portugueses, e outros, debruçou-se sobre a natureza, causas e soluções para a crise Indonésia; qual o papel dos atores externos na mediação desta crise; e quais as perspetivas futuras para as relações UE-Indonésia. 1998-10-26 / 1998-10-27

D. PT/ADN/IEEI/001/0068 - Projecto Indonésia, por IEEI . Tendo por base a hipótese de que a solução da questão de Timor-Leste estaria intimamente ligada à evolução interna da Indonésia e dependente de uma eventual transição política, o Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais lançou em janeiro de 1998 uma iniciativa track two sobre as transições indonésia e de Timor-Leste que envolveu um conjunto de Conferências internacionais organizadas com base em três princípios fundamentais: participação tripartida europeia, indonésia e timorense envolvendo um número restrito de participantes selecionados; aplicação das Chatham House rules implicando que qualquer declaração não possa ser atribuída diretamente ao seu autor de forma a garantir a informalidade dos debates e o anonimato das conclusões; carácter não-oficial dos debates. O presente documento traça os objetivos e atividades desenvolvidas no contexto deste projeto. 1998-01-01 / 2000-05-31

D. PT/ADN/IEEI/001/0069 - Domestic and regional factors of integration in Southern Africa – The Cases of Angola, Mozambique and South Africa (Fatores domésticos e regionais de integração da África Austral – Os casos de Angola, Moçambique e África

do Sul), por Fernando Jorge Cardoso . Durante alguns anos as questões da reforma económica e da integração regional e, mais recentemente, da transição democrática em África, têm sido discutidas em várias publicações. No entanto, a discussão sobre tais questões está geralmente relacionada com aspetos relativamente particulares, em detrimento de uma abordagem interativa. Falta uma relação consistente entre fatores nacionais e regionais e, mais precisamente, entre a integração regional e a reforma política e económica interna resultante dos atuais processos de transição. O documento focará estas questões, nomeadamente a interação entre a reforma interna em Angola, Moçambique e África do Sul e a integração regional na África Austral. 1992-10-14 / 1992-10-16

D. PT/ADN/IEEI/001/0070 - Mozambique: A successful transition? (Moçambique: Uma transição bem-sucedida?), por Fernando Jorge Cardoso . No dia 4 de outubro de 1992, após um intrincado e prolongado processo de negociação, o Governo moçambicano e a oposição armada, Renamo, assinaram um Acordo Geral de Paz. O processo de paz foi bem-sucedido e foram realizadas eleições de 27 a 29 de outubro de 1994. Os resultados eleitorais deram a Presidência a Joaquim Chissano da Frelimo, com 54% dos votos, contra 34% a Afonso Dhlakama da Renamo. O controlo do Parlamento foi para a Frelimo, que ganhou com uma maioria absoluta de 51,6%. O nível de participação nas eleições atingiu 83% dos eleitores. Como resultado, Moçambique é agora considerado como um sucesso singular das operações de manutenção da paz pós-guerra fria das Nações Unidas. Este documento discute a experiência e o papel dos estados membros da União da Europa Ocidental em Moçambique e fornece um breve resumo da operação de paz global. Um pano de fundo do conflito, bem como algumas perspetivas futuras, são também matéria de debate. 1996-01-01 / 1996-01-31

D. PT/ADN/IEEI/001/0071 - Fotografia - Presidente Wahid encerra a conferencia em Bogor . Fotografia do Presidente Wahid a encerrar a conferência "The European Union, East Timor and Indonesia: Shaping a new future" em Bogor, em maio de 2000, e publicada no livro de comemoração dos 20 anos do IEEI, 20 Anos de Mudança. A partir de 1998, o IEEI desenvolveu uma segunda área de investigação relacionada com a transição de Timor-Leste, tendo neste âmbito promovido uma iniciativa de facilitação das relações entre a Indonésia, Timor e Portugal. 2000-12-01 / 2000-12-31

SR. PT/ADN/IEEI/002

Título: Relações político-militares.

Datas extremas: 1988-00-00 / 2004-00-00

Dimensão e suporte: 13 documentos impressos e digitalizados (pdf).

D. PT/ADN/IEEI/002/0001 - NATO's nuclear challenges - Hans Binnendijk . No seio da NATO, particularmente na sua componente estado-unidense, crescem as dúvidas quanto ao princípio da guerra-total face ao imperativo de defesa de um Aliado. Muitos são os que defendem que os EUA tendem a enfatizar políticas que traduzem um desejo íntimo de conter uma futura guerra ao campo de batalha europeu, evitando, assim, ataques ao território americano. Na Europa, o tratado INF, que inverteu a tendência anterior da NATO para sistemas nucleares de maior alcance, é visto como uma confirmação disso mesmo. Tanto nos EUA como na Europa, crescem duas correntes opostas: os que creem na necessidade de uma dissuasão mínima (muito apoiada por largos espectros da opinião pública que pressionam os decisores políticos) e os que apostam na continuidade da necessidade de uma dissuasão máxima. A força de dissuasão ideal situar-se-á, assim, entre os limites da capacidade militar máxima e das reduções necessárias para a viabilidade política. 1988-12-15 / 1988-12-17

D. PT/ADN/IEEI/002/0002 - Allied strategy and transatlantic relations - Henning Wegener . Henning Wegener, Secretário-Geral Adjunto para os Assuntos Políticos, Organização do Tratado do Atlântico Norte, fazendo o balanço do momento vivido pela Aliança Atlântica, refere que, na Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da NATO, em março de 1988, a estratégia da Aliança havia sido inequivocamente confirmada pelos participantes. Isto é, a continuação da estratégia do uso da dissuasão, assente numa combinação adequada de forças nucleares e convencionais, foi totalmente aceite pelos Aliados. Mais ainda, estes comprometeram-se a manter as armas convencionais e nucleares atualizadas, evitando a sua degradação por obsolescência técnica, numa lógica que afasta totalmente a ideia de uma Europa livre de armas nucleares. Contudo, esta estratégia representa a continuidade de um esforço de investimento cuja repartição de encargos continua a gerar atritos no seio da Organização, atritos que importa sanar, a bem da união da mesma. 1988-12-15 / 1988-12-17

D. PT/ADN/IEEI/002/0003 - A questão do burden-sharing - José Lello . O clima de distensão do antagonismo Leste-Oeste, experienciado no final dos anos 80 do século passado, levou as opiniões públicas ocidentais a pôr em causa a necessidade dos avultados investimentos em defesa, investimentos pagos pelos impostos que sobre os povos recaíam. É neste contexto que se insere o debate quanto à justa repartição de custos e de responsabilidades no seio dos países da Aliança Atlântica. Os EUA

avançaram na política de retaliação face a aliados que não cumpram os limites mínimos de investimento. Esta é uma questão muito relevante, na medida em que pode originar tendências de desunião e de antagonismos no seio da Aliança. Urge, por isso, encontrar instrumentos analíticos adequados que permitam aferir a parcela razoável de investimento que deverá caber a cada um dos Aliados. Os dirigentes estado-unidenses tendem a usar dois critérios de análise puramente estatístico-financeiros: custo de defesa como percentagem do PNB e o custo de defesa per capita. O lado europeu refere que é importante atender a outros custos como sejam os chamados “custos invisíveis”. Algo é certo: esta é uma matéria à qual a diplomacia tem de estar particularmente atenta. 1988-12-15 / 1988-12-17

D. PT/ADN/IEEI/002/0004 - A Eurásia no Centro do Mundo - João Soares . A Europa Ocidental, o Médio Oriente e o Extremo Oriente constituem a chamada Eurásia, região estratégica fulcral para se entender a história da Humanidade e que continuará a ditar o rumo da História. É apresentada a tese de Brzezinski segundo a qual constitui-se na relação entre os EUA e os polos da Eurásia o jogo geoestratégico mundial. Neste contexto o peso da ONU é subalternizado. 1999-06-01 / 1999-06-30

D. PT/ADN/IEEI/002/0005 - O Exemplo Brasileiro - Álvaro de Vasconcelos . Reflexão acerca do que deverá ser a comunidade da lusofonia. É afastada a ideia de que esta comunidade possa assentar em pulsões nacionalistas, por parte de Portugal. Tem de assumir-se como uma comunidade de países autónomos, com identidades próprias, em que a língua, comum, constitui um fator de união. O que deverá motivar Portugal, na sua relação com os parceiros da lusofonia, não pode ser uma lógica nacionalista de defesa da lusofonia. Antes, impõe-se que seja a procura de interesses comuns numa comunhão de prioridades e valores. É assinalada uma diferença substancial entre as relações de Portugal com o Brasil e de Portugal com Angola. Enquanto que no primeiro a caso existe uma efetiva colaboração, no segundo caso não existe progressão nas relações estratégicas. A guerra e o despotismo imperam no Estado africano. 2000-12-01 / 2000-12-30

D. PT/ADN/IEEI/002/0006 - Portugal: Estado americano - José Calvet de Magalhães . É feita uma enumeração de factos históricos sobre o papel de Portugal no processo de descolonização da América Latina. É relatado o pioneirismo de Portugal ao ser o primeiro Estado a reconhecer a independência do Governo argentino; ao conceder, ao povo uruguaio, a liberdade de escolher, democraticamente, o seu destino político; ao propor uma associação dos Estados americanos, tendo em vista uma defesa mais capaz das suas independências e interesses comuns; opções políticas verdadeiramente revolucionárias no contexto do século XIX. Neste texto é possível entendermos de que modo foi possível Portugal, desde o final de 1815 até 7 de setembro de 1822, ser denominado “Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves” e de que forma isso originou uma realidade única na História universal – um Estado, simultaneamente, europeu e americano. 2000-04-01 / 2000-04-30

D. PT/ADN/IEEI/002/0007 - A Prisão de Calouste Gulbenkian - José Calvet de Magalhães . Em 1940, Vichy passou a sede do governo francês. O corpo diplomático dos países neutros trocou Paris por um hotel na famosa estação termal. Calouste Sarkis Gulbenkian, um potentado do mundo petrolífero e conselheiro de uma missão diplomática, instalou-se também aí. O convívio passou a ser intenso e Gulbenkian, que não se sentia tranquilo em Vichy, fez uma viagem a Lisboa com um membro do corpo diplomático português, tendo-se instalado no Hotel Aviz, onde passou a viver de forma tranquila. Nesta bela e luminosa cidade, onde ninguém o conhecia, acabou por passar uma noite detido por ter recusado ceder, a um elemento do protocolo do Estado, um dos vários aposentos do hotel por si reservados. 2001-06-01 / 2001-06-01

D. PT/ADN/IEEI/002/0008 - Segurança e defesa: a esfera comunitária e a esfera nacional - Luís Valença Pinto . Neste texto, partindo da constatação da profunda alteração de natureza imposta às forças armadas europeias no pós-Guerra Fria, mutações que com o fenómeno do terrorismo mais ainda se intensificaram, é analisado o sucesso desse esforço de reestruturação das Forças Armadas Portuguesas e o estado de preparação destas para cumprirem as suas obrigações, no quadro das instituições multilaterais de que fazem parte. Neste sentido, o autor denuncia o que ele considera ser a “insuficiente cultura de segurança e defesa das elites nacionais” que, segundo ele, está na origem dos erros e omissões do poder político para com o setor. Torna-se necessário mudar a perspetiva com que se olha para a Defesa Nacional, não como um contrapoder que importa enfraquecer para, assim, controlar, mas como um pilar da estratégia geral do Estado. É defendido ser insustentável continuar a afetar apenas 1.2 por cento do PIB nacional às Forças Armadas. 2002-01-01 / 2002-01-01

D. PT/ADN/IEEI/002/0009 - Venezuela - Viva Chavez? - Ricardo Miguéis . Refletindo sobre a crise na Venezuela, a divisão civil e o estado das relações político-militares – nomeadamente o papel central das forças militares na governação do país –, o autor do presente artigo argumenta que entre 11 e 14 de abril de 2002 existiram dois golpes de estado (um que retirou Chavez do governo e outro que colocou o poder na mão da CTV), discorre sobre os motivos e as consequências imediatas destes tanto política como socialmente e reflete nos cenários futuros possíveis para o governo de Chavez e as relações político-militares. 2002-07-01 / 2002-08-31

D. PT/ADN/IEEI/002/0010 - Será economia, estúpido?! - Maria João Seabra . Se antes dos atentados de 11 de setembro eram as preocupações com a economia que determinavam numa fase inicial os votos dos americanos, agora são as questões de segurança -interna e externa- as que mais movem o eleitorado. O objetivo do presente artigo é determinar qual seria o peso destas questões nas eleições presidenciais, analisando-as sobre um prisma quantitativo. 2004-02-01 / 2004-02-29

D. PT/ADN/IEEI/002/0011 - O espectáculo democrático das primárias - Teresa Botelho . O sistema eleitoral dos Estados Unidos evoluiu no sentido de diminuir os jogos de bastidores e tráfico de influências. Entre outras alterações, reformou-se a lei de financiamento eleitoral, o que possibilitou o surgimento de mais candidatos "fora do baralho". Distingue-se ainda as primárias republicanas das democráticas. Aborda-se ainda a posição do Senador Kerry sobre os temas mais polémicos (como a Guerra no Iraque) e quais as suas possibilidades de ganhar as eleições. 2004-03-01 / 2004-03-31

D. PT/ADN/IEEI/002/0012 - Os democratas americanos e os desafios da política externa - Ian O. Lesser . A política externa americana é um dos assuntos centrais nas eleições de 2004 que poderia dar vantagem ao candidato democrata, Jonh Kerry, contra o Presidente Bush. Este último, baseia a sua campanha no contraterrorismo e na defesa interna, assuntos centrais em Washington, mas noutros pontos do país a atenção está noutros tema, como economia, e poderá ser aí que o candidato democrata possa ganhar eleitorado. Surge ainda a questão da opinião negativa que a comunidade internacional tem sobre os EUA que precisa de ser tida em conta. 2004-03-01 / 2004-03-31

D. PT/ADN/IEEI/002/0013 - Política exterior espanhola - mudança ou continuidade? - José Abu-Tarbush . Em Espanha, o Partido Popular (PP) reconhece a inexistência de armas de destruição maciça no Iraque, à semelhança do que aconteceu com os EUA e Inglaterra. O artigo aborda quais as principais linhas de ação externa espanhola – em particular, a mudança em relação ao mundo Árabe após o 11 de Setembro e a questão de Cuba) e levanta a problemática da política externa e da sua continuidade quando ocorre mudança de governo. Com a possibilidade de vitória do PSOE, a sua oposição à guerra do Iraque e visão mais europeísta e atlantista não mudará as linhas de ação externa, mas sim a sua gestão. 2004-03-01 / 2004-03-31

D. PT/ADN/IEEI/002/0014 - Novo presidente da Indonésia, por IEEI e Susilo Bambang Yudhoyono . Em outubro de 1998, no quadro de um projeto levado a cabo pelo IEEI, o General Susilo Bambang Yudhoyono, novo Presidente da Indonésia, então ocupando o cargo de Chief of Staff for Social-Political Affairs das Forças Armadas Indonésias, participou na conferência The Relations between the European Union and Indonesia in the Context of the Asian Crisis. Susilo Bambang Yudhoyono abordou o tema das relações político-militares na Indonésia e do papel das ABRI no processo de reforma política no texto "The role of the Indonesian Armed Forces" in the process of democratization no qual defende um papel ativo e construtivo das Forças Armadas no apoio ao processo de democratização, num contexto em que muitos receavam que as ABRI fossem uma das principais forças de bloqueio ao frágil processo de transição democrática que então se iniciara. O presente documento relembra essa intervenção, a qual é precedida por uma breve introdução sobre o perfil do novo presidente. 1998-10-01 / 1998-10-01

SR. PT/ADN/IEEI/003

Título: Adesão à Europa e política europeia.

Datas extremas: 1986-00-00 / 2009-00-00

Dimensão e suporte: 842 documentos impressos e digitalizados (pdf) incluindo 61 fotografias (jpg).

D. PT/ADN/IEEI/003/0001 - Le renouveau nationaliste en europe communautaire et ses implications dans les relations inter-etatiques - Anne Marie le Gloannec . Seja no caso da existência de ghettos nas grandes urbes, no fechar de portas aos imigrantes económicos e requerentes de asilo ou, até, através de práticas de protecionismo económico, o nacionalismo está a renovar-se. A corrente libertária, que vê em Bruxelas um Leviatã ameaçador de "identidades culturais", é vista como uma outra face do nacionalismo reconfigurado. A crise de legitimidade por que passam os partidos políticos, com causas "mais estruturais do que temporárias" ligada ao "questionamento de um modelo de desenvolvimento económico", leva-os a um certo populismo-nacionalismo. A flexibilização dos quadros de cooperação na Europa pós 1989 conduziu a uma certa renacionalização dos principais dossiês, nomeadamente política monetária e militar. Posto isto, é verdade que a marcha da globalização age como travão das tendências nacionalistas nesta era "nem nacional nem pós-nacional". 1993-11-17 / 1993-11-19

D. PT/ADN/IEEI/003/0002 - La deseurope - Edgar Morin . Com o fim da URSS muitas nações saídas da influência comunista foram impedidas de entrar na Comunidade Europeia – embora demonstrassem interesse – devido às disparidades económicas existentes. Esta combinação de fim do comunismo com recusa de pronta integração europeia conduziu ao exacerbamento dos nacionalismos étnicos nessas regiões. Nas nações poliétnicas, como a Jugoslávia, que não tiveram a possibilidade de integrar secularmente os diferentes grupos, deu-se o crescimento dos nacionalismos violentos. São apontadas graves falhas de solidariedade por parte da Europa Ocidental que pouco fez para amenizar estes conflitos. Aliás, a UE é descrita como um projeto em crise, assolada por um retrocesso económico, e onde os nacionalismos voltam a imperar. A impotência da Europa perante a crise jugoslava põe em evidência uma certa decadência do projeto europeu. 1993-11-17 / 1993-11-19

D. PT/ADN/IEEI/003/0003 - The future of european security - Willem Van Eekelen . Desde o início da Guerra Fria que os estados da Europa ocidental identificaram a ameaça da URSS. O de Tratado de Bruxelas assinado em 1948 por vários países criou a primeira organização de defesa europeia – a designada União Ocidental (revista em 1954 para União da Europa Ocidental). Contudo rapidamente esta organização perdeu protagonismo para a NATO. A Plataforma de Haia de 27 de outubro de 1987 assinalou um marco importante na definição de uma identidade de defesa europeia. A UEO está organizada numa componente intergovernamental e numa parlamentar. Maastricht define a UEO como componente de defesa da UE e o pilar europeu na NATO. Ajuda humanitária e de resgate, manutenção da paz e defesa europeia são os objetivos essenciais desta organização. 1993-11-17 / 1993-11-19

D. PT/ADN/IEEI/003/0004 - Quadro institucional da política europeia de defesa - A. J. de Figueiredo Lopes . Após décadas marcadas por um forte e decisivo apoio dos EUA à defesa da Europa, cada vez mais, cresce a ideia de que a Europa tem de começar a garantir a sua defesa de uma forma mais autónoma. Neste contexto, urge pensar no quadro institucional que regerá esse esforço de defesa e de que forma esse quadro institucional se enquadrará com as instituições pré-existentis: CE (Comunidades Europeias), CPE (Cooperação Política Europeia), UEO (União Europeia Ocidental), IEPG (Grupo Europeu Independente) e a própria NATO. Enquanto que alguns creem ser a UEO a instituição mais bem preparada para dirigir a política comum de defesa, outros defendem que esse papel deverá caber às Comunidades Europeias. Um primeiro passo para a construção de uma real política europeia de defesa encontra-se na criação do Mercado Europeu de Equipamento de Defesa que visa potenciar a indústria de defesa europeia, ao mesmo tempo que se modernizam as forças armadas do velho continente. 1988-12-15 / 1988-12-17

D. PT/ADN/IEEI/003/0005 - Construção da política europeia de defesa. A UEO – uma questão institucional - José Luís do Amaral Nunes . Logo após o final da II Guerra Mundial, a Europa sentiu necessidade de criar uma força de defesa conjunta que integrasse a Alemanha. Motivava-a a necessidade de neutralizar o risco que era o ressurgir da beligerância germânica. Assim nasce a CEDE. Desde o início da Guerra-Fria que ficou claro, aos olhos dos dirigentes europeus, que a bipolarização mundial, com a tomada de importantes decisões a respeito da Europa pelas duas superpotências, não servia os interesses do continente europeu. Esse pensamento motivou a criação de uma união de países europeus, mas também reforçou a união do eixo Franco-Alemão, iniciado com os encontros De Gaulle-Adenauer. Foi este o quadro que levou à assinatura do Tratado de Bruxelas de 17 de março de 1948 que criou a UEO. Com as reuniões de Paris e a declaração de Roma de, respetivamente, Junho e Outubro de 1984, foram criadas as condições para um aumento da cooperação no campo da segurança no seio da UEO. A ideia de um “pilar europeu” da NATO ganhava força. 1988-12-15 / 1988-12-17

D. PT/ADN/IEEI/003/0006 - L'Union europeenne de securite et de defense - Thomas Jansen . Thomas Jansen, na qualidade de representante do Partido Popular Europeu, refere que a opinião pública europeia vê, com cada vez maior ceticismo, o “protetorado americano” no que concerne às questões de defesa. Segundo ele, a transformação gradual da Comunidade Económica Europeia numa União Política a isso conduz. Os interesses das duas superpotências, EUA e URSS, não são necessariamente os mesmos da Europa. O reforço da identidade europeia, com o aprofundar da integração política, mas também económica via mercado único europeu, conduz ao aprofundar do conceito europeu de segurança. É defendido que a “identidade militar” da Europa Ocidental deve passar pela produção de armas e deverá ser estabelecida no quadro da Aliança Atlântica. A cooperação com os EUA continuará sempre a ser vital. O quadro institucional que deverá reger a crescente integração europeia no campo da defesa deverá assentar essencialmente na UEO em articulação com a NATO, o chamado “pilar europeu” da NATO. 1988-12-15 / 1988-12-17

D. PT/ADN/IEEI/003/0007 - Senhor Europa para quê? - Álvaro de Vasconcelos . A questão da política externa e de defesa comuns da UE é analisada. Os países europeus parecem estar de acordo quanto à necessidade de falarem a uma só voz, contudo, nos EUA, nem todos veem como positivo esta união europeia em matérias de segurança e de política externa. Cabe a Javier Solana, o “Senhor Europa”, a tarefa de unir os povos europeus em torno de uma agenda comum, marcada por posições partilhadas, de defesa dos direitos humanos e da democracia em todos os locais do globo em que tais valores se encontrem ameaçados. 1999-11-01 / 1999-11-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0008 - A reforma adiada das instituições europeias - Maria Eduarda Azevedo . A União Europeia tem sido uma experiência sem precedentes na História ao permitir que estados com um longo historial de hostilidades e conflitos vivam pacificamente, unidos na defesa da democracia, da liberdade e do progresso social. Contudo, os novos desafios que se apresentam à União impõem que se melhore a eficácia, a transparência, a celeridade e a coerência da mesma. Para tal, uma reforma das instituições europeias adivinha-se necessária e urgente. 1999-11-01 / 1999-11-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0009 - A dupla legitimidade Europeia - Guilherme d'Oliveira Martins . Este texto introduz uma reflexão acerca da arquitetura institucional europeia. Questiona-se se o projeto europeu deveria seguir o caminho do bicameralismo com a consagração de duas legitimidades – uma dos cidadãos e outra dos Estados. 1999-12-01 / 1999-12-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0010 - Incertezas e oportunidades - Teresa de Sousa . A cimeira da UE, de 1999 em Helsínquia, foi um marco no processo de integração europeia. Dez anos após o fim da Guerra-fria e com a situação a leste estabilizada, motivada, ainda, pelos acontecimentos na ex-Jugoslávia que mostraram à sociedade a necessidade de uma política externa e de defesa comuns, a UE prepara-se para importantes transformações. O alargamento a leste conduzirá a fronteira da União até aos limites do próprio continente, enquanto que o Conselho Europeu abre caminho a uma nova dimensão militar da sua política externa. 2000-01-01 / 2000-01-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0011 - Defesa: 2000 e depois - Nicole Gnesotto . São analisados os desenvolvimentos em matéria de política europeia de defesa. São apontados progressos muito evidentes nesta matéria possibilitados pela maior disponibilidade por parte das potências europeias em aceitarem uma política de defesa comum e autónoma. É apontada uma falta de eficácia da PESC no que concerne à articulação de uma política de defesa partilhada pelos parceiros europeus: a regra da unanimidade não permite a tão necessária flexibilidade. A questão da partilha dos encargos com o investimento militar é também contemplada. 2000-01-01 / 2000-01-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0012 - Portugal e a Defesa Europeia - Maria do Rosário de Moraes Vaz . Após terem entrado em vigor as inovações institucionais, em matéria de política externa e de segurança comum, criadas em Amsterdão, Portugal assume a presidência da UE numa altura em que esta se revela como a primeira presidência que verdadeiramente vai tratar da Defesa europeia. O facto de ser um país fundador da NATO, com uma inquestionável vertente atlantista, poderá constituir um elemento-chave para o sucesso da condução deste novo período das relações entre a NATO e a Europa. 2000-01-01 / 2000-01-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0013 - O Debate que Falta Fazer - Teresa de Sousa. O massivo alargamento da UE a leste nem sempre foi uma ideia prioritária. Após o colapso da URSS, os países europeus a leste, ex-membros da ex-URSS, viram na integração europeia, e no atlantismo nela possível de antever, um caminho de desenvolvimento viável. Contudo, os anos 90 na UE foram marcados por uma obsessão relativamente à questão da moeda única, obsessão essa que secou o espaço para se pensar no alargamento a leste, tendo feito igualmente adiar algumas das reformas indispensáveis para a sua realização. No dealbar do século XXI, tudo indica que estejam criadas as condições para que o tão necessário alargamento ganhe uma nova e reforçada dinâmica. Em Portugal, persistem os temores quanto ao impacto da concorrência das economias da Europa Central e de Leste na economia portuguesa. 2000-12-01 / 2000-12-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0014 - A Questão Austríaca - Álvaro de Vasconcelos . O crescimento da extrema-direita, na Áustria, motiva uma reflexão acerca do projeto europeu. Um pouco por toda a UE, forças políticas nacionalistas, com uma visão identitária e excludente da Nação, têm visto reforçada a sua penetração na sociedade. São movimentos de rejeição da diversidade e do multiculturalismo. Importa não permitir que estas correntes ideológicas minem o projeto europeu. Este é um projeto de integração multicultural em que o fator de rejeição se encontra no respeito pelos direitos do Homem e pela democracia e não por definições culturais. Esse é o princípio que deverá nortear as decisões respeitantes à adesão de países como a Albânia ou a Turquia, de maioria muçulmana. O Tratado de Amsterdão, num claro avanço face a Maastricht, optou, claramente, pela definição da União como um projeto comum com uma identidade política democrática, supranacional e não cultural. 2000-12-01 / 2000-12-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0015 - Para uma Europa de Valores - Guilherme d'Oliveira Martins . Reflexão acerca do crescimento da extrema-direita na Áustria e da legitimidade de uma eventual intervenção por parte da UE. Com efeito, existe uma partilha de soberania por parte dos Estados que integram a UE que os obriga a governarem-se com respeito pelos valores comuns da

União – respeito pelos direitos do Homem e pela democracia – numa real democracia supranacional europeia. É, ainda, provida uma reflexão a respeito da “raiz do problema”. A crise de representação e de legitimidade de exercício até à fragilidade das políticas sociais, ao desemprego e à exclusão, são apontados como fatores potenciadores. 2000-12-01 / 2000-12-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0016 - Por uma Europa mais Justa - José Luís da Cruz Vilaça . Historiografia da incorporação da defesa dos direitos do Homem no projeto europeu. 2000-12-01 / 2000-12-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0017 - Extrema-Direita na Europa - Maria João Seabra . É analisado o fenómeno do crescimento da extrema-direita na Europa. Os partidos de extrema-direita, na Europa, apresentam semelhanças notórias. São populistas e xenófobos e defendem, invariavelmente, a imposição de limites estritos à imigração e ao asilo. O que os distingue é, portanto, a recusa do outro, seja ele qual for. Outra característica comum à extrema-direita europeia é o anti-europeísmo. A aceitação, por parte do eleitorado, da extrema-direita tem contagiado os partidos do centro do espectro político, levando-os a guinar à direita. Mas este fenómeno tem, igualmente, gerado reações contrárias. É disso exemplo a Carta dos Partidos Políticos Europeus para uma Sociedade Não Racista. Há quem defenda que os Tratados da UE deveriam prever o impedimento de formação destes partidos. Para já, o Tratado de Amsterdão reforçou o papel dos valores na construção europeia, nomeadamente pela introdução da cláusula geral de não discriminação (artigo 13º). 2000-12-01 / 2000-12-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0018 - Aprendizes da Oposição - Joana Amado . São analisadas as forças de oposição interna ao novo Governo de Jörg Haider, de extrema-direita, na Áustria. Após o choque inicial, a sociedade civil e o mundo político começam a levantar-se. Uma mistura de organizações, com o objetivo comum da defesa dos direitos do Homem, aglutinou-se numa organização denominada “Ofensiva democrática”, e tem orquestrado manifestações. Por seu turno, os sociais-democratas do SPOe, que haviam estado no poder por trinta anos, tendo feito compromissos duvidosos com as ideias de Haider por medo de deixarem escapar votos para o FPOe, sentem que, para reganharem legitimidade, necessitam de fazer uma verdadeira oposição às ideias de extrema-direita de Haider. 2000-12-01 / 2000-12-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0019 - A União Faz a Força - José Calvet de Magalhães . É providenciada uma reflexão acerca da diferença entre soberania e poder, imbuída no debate acerca da perda de soberania de Portugal após a sua entrada na comunidade dos países europeus. A acusação, quase evocando uma ilegitimidade lesiva dos interesses nacionais, de que é Bruxelas “quem manda em nós”, é contestada por Calvet de Magalhães por duas ordens de razão. Por um lado, aquando da adesão de Portugal ao projeto europeu, o país consentiu, livremente, em fazer parte de um sistema federativo, com uma estrutura supranacional, o que, sabia-se, implicaria alguma perda de soberania. Por outro lado, ao fazê-lo, o país ganhou benefícios políticos e económicos, bem como capacidade de intervenção política no plano internacional. 2000-12-01 / 2000-12-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0020 - O Ciclo Vicioso - Pedro Bacelar de Vasconcelos . É abordada a questão da segregação – não institucionalizada mas existente de facto – das comunidades migrantes, no seio dos países europeus. São nas minorias étnicas que mais se manifestam fenómenos de exclusão social, pobreza, marginalidade, com poucas hipóteses de haver um elevador social por via da escola – a miséria perpetua-se de geração em geração. Neste processo todos falham. Sociedades preconceituosas e xenófobas, estados inoperantes, instituições europeias ineficazes. Desde a Junta de Freguesia até à mais alta instância europeia, ninguém está a fazer o que se impunha para sanar estes problemas e, assim, credibilizar o projeto europeu de respeito pelos direitos humanos. 2000-04-01 / 2000-04-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0021 - Para Além da Miragem - Fernando Jorge Cardoso . É analisada a Cimeira do Cairo, segundo o autor, a primeira reunião entre países africanos e europeus liberta das antigas lógicas pós-coloniais e assistencialistas. Simbolicamente, o continente africano, com esta cimeira, passa a ser visto como um parceiro da UE de importância igual a todos os outros e não um mero destinatário de assistência. Importantes dossiês foram abordados – o tráfico de armas, o branqueamento de capitais associados ao sofrimento humano, a dívida externa de muitos países africanos, a questão dos direitos humanos, etc. 2000-05-01 / 2000-05-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0022 - O Dilema Democrático Europeu - Álvaro de Vasconcelos . Neste texto são analisadas as propostas de Joschka Fischer em ordem a se colmatar o défice democrático da construção europeia. Com efeito, a UE não consegue assumir-se como uma democracia supranacional e os cidadãos europeus veem, com cada vez mais repulsa, a produção de legislação, nomeadamente em matérias que cada vez mais afectam o seu quotidiano, sem que haja um verdadeiro controlo democrático das instituições europeias, principalmente do Conselho e da Comissão. 2000-06-01 / 2000-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0023 - Quo Vadis Europa? - Maria João Seabra . Neste texto é analisado o processo de reformas internas da UE, proposto por Joschka Fisher, para o alcançar da Federação Europeia. A proposta de Fisher apresenta aspetos inovadores, sendo uma “terceira via” entre duas posições irreconciliáveis: a recusa total da federação e a perspectiva da federação como a construção de um Estado central europeu. 2000-06-01 / 2000-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0024 - Da Confederação à Federação - Reflexões sobre a Finalidade da Integração Europeia - Joschka Fischer . Num discurso proferido na Universidade Humboldt, em Berlim, a 12 de Maio de 2000, Joschka Fischer reflete acerca da necessária reforma das instituições europeias que, a seu ver, se impunha em ordem à preparação da UE para o grande alargamento que se avizinhava. 2000-06-01 / 2000-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0025 - Aumentar as Capacidades Militares - John Holmes . Em Helsínquia, os países da UE chegaram a acordo quanto ao Objectivo Comum Prioritário da Defesa Europeia. Contudo, para passar da teoria à prática, a defesa comum europeia necessita de um incremento das suas reais capacidades militares. Os desafios militares do mundo pós-Guerra Fria mudaram consideravelmente. A lógica militar, nesta nova era, assenta na flexibilidade e na extrema mobilidade em cenários diversos. É para isso que as forças armadas europeias deverão ser preparadas de modo a poderem assumir-se como um player internacional credível. 2000-06-01 / 2000-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0026 - À Sombra do Poder - José Calvet de Magalhães . A definição da política externa é competência do poder político, cabendo aos agentes diplomáticos a sua fiel execução. Este princípio básico das Relações Internacionais coloca, em certos casos, os diplomatas na ingrata situação de terem de executar uma estratégia diplomática contrária às suas convicções. Esta realidade foi particularmente visível, em Portugal, em dois dossiês-chave: a descolonização e a integração política europeia. Se no primeiro caso pouco havia a fazer, já no segundo, graças a uma conceção pragmática de Salazar que não negava a necessidade de uma aproximação económica entre Portugal e a Europa, os diplomatas defensores da integração de Portugal na Europa puderam, a pretexto da referida aproximação económica, criar as bases de uma futura aproximação política. 2000-06-01 / 2000-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0027 - Consolidação Definitiva da PECSD Durante a Presidência Portuguesa - Jaime Gama . Neste texto é feito um balanço da Presidência portuguesa da União Europeia de 2000. Foi alcançado sucesso na tarefa confiada de pôr a funcionar os mecanismos interinos da política europeia comum de segurança e defesa (PECSD). Foi tomada a decisão de constituir uma força europeia de polícia civil de 5 mil homens para operações de prevenção de conflitos e gestão de crises, bem como se decidiu criar um Comité para a Gestão Civil de Crises por forma a se incrementar a coordenação entre os Estados membros e entre estes os demais parceiros da NATO. Os receios de Washington e Ottawa relativos aos “3 Ds” – divisão, duplicação e discriminação – foram substancialmente sanados. 2000-07-01 / 2000-07-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0028 - Defesa, Sinónimo de Segurança - Maria do Rosário de Moraes Vaz . O fim do antagonismo Leste-Oeste não significou o fim das necessidades militares dos países da NATO, nomeadamente o seu pilar europeu do qual Portugal faz parte, muito pelo contrário. Enquanto nos tempos da Guerra fria os exércitos existiam para não serem usados, a década de 90 veio demonstrar a imprescindibilidade de exércitos capazes de atuar em cenários muito diversos em operações humanitárias e/ou de restabelecimento/manutenção de paz. Os exércitos europeus estão em fase avançada de adaptação a esta realidade. Portugal, pese embora tenha já trabalho feito nesta matéria, está longe de o ter terminado. 2000-07-01 / 2000-07-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0029 - Fischer: Ambiguidades de um Discurso Europeu - José Manuel durão Barroso . Neste texto é analisado o discurso do Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Joschka Fischer, proferido na Universidade de Humboldt, em Berlim, sobre a refundação das instituições europeias. Analisa criticamente as medidas propostas bem como as suas mais radicais motivações. Refere que a intervenção de Fischer apresenta o mérito de afastar, à partida, os modelos federais mais radicais que apregoam o desaparecimento do Estado-Nação, contudo, ao entrar no detalhe das medidas propostas, o Ministro alemão entra em contradição, parecendo defender uma Federação europeia soberana. 2000-07-01 / 2000-07-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0030 - Dois Reptos para a Presidência da União - Álvaro de Vasconcelos . São analisados os temas-chave da presidência portuguesa do Conselho da UE do ano 2000. É apontada a reforma institucional, há muito aguardada e necessária para futuros alargamentos, que dê um novo ímpeto democrático à União, tornando-a numa real democracia supranacional. Paralelamente, Lisboa pretende construir uma estratégia para o desenvolvimento económico da UE adaptado à economia globalizante e da sociedade da informação sem, contudo, perder de vista os valores da justiça e da coesão sociais.

O fortalecimento da relação estratégica entre o Mercosul e a Europa estará, de igual modo, na agenda desta presidência. 2000-02-01 / 2000-02-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0031 - No País Basco "Reina o Medo" - fernando Savater . Discurso de Fernando Savater, apresentado em dezembro de 2000, perante o Parlamento Europeu, quando recebia o Prémio Sakarov de Direitos Humanos e Liberdade de Expressão, em nome da iniciativa de cidadãos "Basta Ya". Trata-se de um movimento de cidadãos, do País Basco, que considera viver-se, nessa região de Espanha, "ameaçado, sob extorsão, sem direito à livre expressão das ideias.". 2001-05-01 / 2001-05-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0032 - Europa - uma Longa Reflexão - Guilherme d'Oliveira Martins . Neste texto encontra-se uma reflexão, assente no pensamento de vários autores, acerca do que deverá ser o projeto europeu – um projeto assente numa diversidade cultural, unida pelos valores comuns do respeito pela democracia e pelos direitos humanos. As pessoas têm de rever-se em todo este projeto que não poderá ser construído à margem dos cidadãos. A União Europeia terá de basear-se na legitimidade dos Estados e dos cidadãos. 2000-08-01 / 2000-09-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0033 - Europa-Espaço ou Europa-Potência? - Eduardo Prado Coelho . Neste texto é apresentado o relatório sobre o estado da UE no ano 2000, organizado por Jean Paul-Fitoussi com o apoio do Observatoire Français des Conjonctures Économiques. Os principais aspetos da UE, como sejam a união monetária, o mercado europeu, o mercado de trabalho, as assimetrias regionais, etc., são analisados. A lógica da intervenção estatal é escarpada à luz da globalização e da expansão do chamado “modelo americano”, tendencialmente liberal. 2000-08-01 / 2000-09-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0034 - Os nossos Direitos enquanto Europeus - Ana Soares Pinto . A autora apresenta a questão da Carta que visa estabelecer os direitos fundamentais dos cidadãos europeus enquanto pessoas e enquanto cidadãos da UE, questionando se a mesma terá o valor jurídico imprescindível para que não passe de uma bem intencionada iniciativa. Face às profundas divergências entre os redatores da Carta sobre os direitos a incluir – sobretudo os de economia e sociais - e sobre a sua real força jurídica, o texto tem vindo a reduzir-se e a tornar-se cada vez menos ambicioso. Muitos dos direitos passaram a ser subordinados ao disposto na legislação de cada Estado-membro o que prejudica a desejada dimensão europeia. Se a Carta não tiver valor jurídico, os cidadãos não a poderão invocar em tribunal, não passando, assim, a mesma de uma proclamação de direitos de pouca utilidade. 2000-10-01 / 2000-10-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0035 - L'Europe C'est ... Moi? - Teresa Sousa . A pergunta do Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Joschka Fischer, “Para onde vai a Europa?” veio baralhar a estratégia francesa para a sua liderança da UE que estava no início e que, contrariamente ao habitual, havia sido prudente e modesta. Fischer referia-se ao futuro da UE, dos 25 ou dos 27, e deixou os franceses divididos entre o querer estar à altura do desafio e o desejo de se demarcarem do modelo alemão subjacente. Fischer e Jospin acabaram por se entender, tendo os franceses alterado os seus projetos de liderança. Contudo, a revolta dos camionistas em França contra o aumento dos combustíveis, a perspectiva de uma nova crise do petróleo e a desvalorização do euro face ao dólar acabaram por se sobrepor à Europa no pensamento de Jospin, deixando-a à deriva... A França foi perdendo a sua posição de liderança em relação à Alemanha regressada à soberania. Sendo ainda embora um país com uma ideia de potência com influência mundial, foi abrandando a sua noção de nação excecional e aprendeu a conciliar as suas visões da Europa e do mundo com as dos seus parceiros europeus. 2000-10-01 / 2000-10-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0036 - O Momento de a Europa avançar - George Joffé . O processo de paz do Médio Oriente vai ruindo. Javier Solana, ao contrário de Kofi Annan, nem mesmo foi incluído na comissão de inquérito sobre as causas da crise orientada pela parcialidade americana. Os palestinianos tentam, em vão, obter uma real ajuda da Europa num processo negocial tão dominado pelos EU. É certo que a UE teve um papel significativo no processo de paz mas apenas na aprovação da iniciativa americana. Muito longe está a UE da posição em que, através da Declaração de Veneza, apelou à autodeterminação palestiniana! A paz está cada vez mais dependente dos termos ditados por Israel. Entretanto, o mundo árabe implora à Europa que esta faça frente à parcialidade americana, o que dificilmente se verificará face à existência de vários estados pouco dispostos a perturbar Washington... 2000-11-01 / 2000-11-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0037 - Estará a Europa de Nice à Altura? - Álvaro de Vasconcelos . “Será que a Cimeira de Nice preparou a UE para assumir um papel decisivo nos negócios do mundo no século XXI”? É a pergunta que se impõe sobretudo após a eleição de George W. Bush. Ou será a vez de a China emergir? Haverá, antes, um mundo multipolar com a transformação da UE numa superpotência? Não é expectável que a UE se transforme num super-Estado o que não significa que ela não seja já um influente ator internacional. 2001-01-01 / 2001-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0038 - Da Identidade Europeia como Labirinto - Eduardo Lourenço . Há novos equilíbrios de poder na UE saídos da Cimeira de Nice, donde saiu também o sinal do seu alargamento. Mas que todo é a Europa? Os países europeus, próximos embora em muitos aspetos – económico, financeiro, político, administrativo – estão muito distantes. A Europa é constituída por uma multiplicidade de identidades culturais e não podemos deixar de admitir que, a nível histórico, não tem qualquer significado identitário, pelo menos para os europeus. Só a europeização do mundo permitiu, uma vez extinta, devolver-lhe a sua especificidade. O que sofreu um desaire em Nice não foi a Europa mas o europeísmo, a utopia... 2001-01-01 / 2001-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0039 - O Potencial da Europa Média - Francisco da Costa Seixas . Qual o novo posicionamento de Portugal no binómio influência/decisão no seio da UE, após o Tratado de Nice? Neste texto, passa-se em revista o que saiu de Nice, no tocante a Portugal, nas várias vertentes – Comissão, Conselho, Parlamento Europeu, Maioria Qualificada, Cooperações Reforçadas, Segurança e Defesa, Europa Média -, sabendo-se que Portugal está ainda fora do “mainstream” europeu, embora demonstre uma crescente vocação para se situar no centro da vontade europeia. 2001-01-01 / 2001-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0040 - O que Fazer com este Tratado? - Maria João Seabra . Da Cimeira de Nice deveriam ter saído as respostas a três questões fundamentais – a composição da comissão, a ponderação de votos no Conselho e o aumento do número de decisões tomadas por maioria qualificada – questões essas essenciais com vista ao alargamento. O alargamento foi, sem dúvida, o resultado mais importante, na medida em que possibilitará a expansão da área de estabilidade e poderá evitar o desenvolvimento dos nacionalismos radicais. 2001-01-01 / 2001-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0041 - Uma Presidência Incompleta - Teresa de Sousa . A Suécia pretende, na presidência da UE que ora se inicia, dar uma imagem que faça esquecer a impressão de frieza face ao projeto europeu e às limitações decorrentes do facto de não ser membro do Euro. Foram, assim, eleitos pela nova presidência os temas mais fortes e populares para a opinião pública – alargamento da UE, reformas económicas e sociais, e medidas ambientais. Há ainda uma outra limitação que se prende com o estatuto de neutralidade da Suécia e donde advirão dificuldades na gestão da nova dimensão militar. 2001-01-01 / 2001-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0042 - A Segurança dos Outros - Maria do Rosário de Moraes Vaz . Para que serve a força expedicionária europeia? Politicamente serve para garantir a integridade territorial dos Estados, enquanto, militarmente, se justifica como sendo, em conjunto, um instrumento militar quando a NATO, isto é, os EUA não o quiserem fazer. Assim sendo, a UE fica em condições de defender a sua segurança, se os EUA se recusarem fazê-lo, sendo que, politicamente, passarão nesse caso, a ter margem para não intervir em apoio daquele país. 2001-01-01 / 2001-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0043 - Da Prosperidade à Segurança - Roberto Aliboni . Uma cooperação de sucesso entre a UE e a outra margem do Mediterrâneo mostra-se desejável. Tal cooperação tem como objetivo desencadear nessa região um ciclo de prosperidade, democracia e segurança. Contudo, essa transposição do modelo europeu para a área MENA (Médio Oriente e Norte de África) mostra-se praticamente impossível enquanto se mantiverem as questões nacionalistas. Resta, para já, a cooperação económica. Se esta falhar, a instabilidade económica do sul do Mediterrâneo aumentará, tal como as tensões, colocando em risco a segurança da UE. 2001-01-01 / 2001-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0044 - Identidade Múltipla - Guilherme d'Oliveira Martins . Neste texto é tecida uma reflexão acerca do chamado Projeto Europeu. Trata-se de um projeto inovador, inqualificável se tivermos em mente apenas os modelos tradicionais de integração dos estados: não é nem uma federação nem uma confederação. Com segurança, podemos afirmar que a UE se assume como uma “democracia supranacional”, assente na diversidade e na complementaridade e promotora do respeito dos direitos humanos e da solidariedade. 2001-02-01 / 2001-02-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0045 - Para Enfrentar o Século XXI - Helena Vaz da Silva . Neste texto tece-se uma reflexão acerca do futuro do Projeto Europeu. Para não fracassar, para não se divorciar dos cidadãos, o Projeto Europeu tem de concentrar-se menos nas questões económicas e mais nos valores. É por isso que é tão importante o surgimento de uma Constituição Europeia, de que a Carta Europeia dos Direitos Fundamentais é um primeiro passo. Urge pensar-se numa Europa dos e para os cidadãos. 2001-02-01 / 2001-02-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0046 - Barcelona, Cinco Anos Depois - George Joffé . Neste texto é realizado um balanço dos primeiros cinco anos da parceria entre a UE e doze países do Sul do Mediterrâneo, consagrada com a chamada Declaração de Barcelona, com vista a tornar o Mediterrâneo um espaço comum de paz, prosperidade e estabilidade. 2001-02-01 / 2001-02-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0047 - O próximo "Grande Parceiro" da União - Pedro Courela . A entrada da Polónia na UE representará a chegada de um gigante à União. Trata-se de um país com 38,5 milhões de habitantes, número que lhe dará um peso institucional, no quadro das instituições europeias, semelhante ao de Espanha. Contudo, esta adesão está longe de estar livre de obstáculos. A Polónia sofre de um grande atraso, nomeadamente no que concerne ao seu setor agrícola, pelo que a sua entrada obrigará a um aumento dos gastos dos demais parceiros, em sede de fundos de coesão. Há, ainda, a questão da salvaguarda das fronteiras da Polónia a Leste, problemáticas para toda a UE assim que a Polónia fizer parte do Espaço Schengen. A mobilidade da mão de obra polaca também levanta sérias reservas nos países da UE. 2001-04-01 / 2001-04-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0048 - Depois do Euro ou a Angústia do Corredor de Fundo - Álvaro de Vasconcelos . Após terem sido dados os principais passos para a implementação do Euro, a UE poderá cair numa letargia. Neste texto surge uma reflexão sobre qual o projeto capaz de mobilizar a UE e de a fazer avançar. A criação de uma política comum de segurança e defesa, alternativa à hegemonia norte-americana, é, claramente, uma das prioridades. Contudo, mais do que qualquer outra, a grande aposta terá de ser a construção de uma democracia supranacional pan-europeia. 2001-05-01 / 2001-05-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0049 - Portugal no Centro da Construção Europeia - Entrevista ao Primeiro-Ministro António Guterres por Álvaro de Vasconcelos . Nesta entrevista concedida pelo PM António Guterres a Álvaro de Vasconcelos, Guterres revela as suas opiniões a respeito do Projeto Europeu. Esclarece a sua posição acerca de matérias como, a título de exemplo, o alargamento da UE, a política de segurança e defesa comum, a recente presidência portuguesa da UE, a relação entre a UE e os EUA, etc. 2001-05-01 / 2001-05-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0050 - Reunificação: o Próximo Grande Projeto Europeu – Entrevista com José Manuel Durão Barroso por Álvaro de Vasconcelos . Através das respostas de Durão Barroso, líder do PSD, sobre o processo de construção europeia, percebe-se que, para ele, o grande projeto depois do Euro é a “reunificação”, termo que prefere a “alargamento” e que classifica de desígnio histórico, cultural e estratégico. Embora não se considere federalista, afirma nada ter contra esse sistema, admitindo já a existência na Europa de aspetos a ele inerentes como o Euro e o debate em curso sobre a criação de um senado europeu. Acredita que, no futuro, coexistirão elementos de tipo federal com outros de natureza intergovernamental. 2001-06-01 / 2001-06-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0051 - Pode a União Europeia Mediar a Guerra Israelo-Árabe? - George Joffé . O conflito israelo-árabe está numa escalada imparável. A chegada ao poder, em Israel, de Ariel Sharon, um partidário da linha dura da política de Israel para com a Palestina, apenas veio agravar uma situação de per si muito complexa e violenta. A nova administração americana de Bush, ao contrário da de Clinton, defende uma menor intervenção dos EUA na região e limita-se a telefonar aos intervenientes, apelando à contenção e ao retomar do diálogo. Neste contexto, poderia a UE desempenhar um papel muito relevante de mediação do conflito. Poderia se a, há muito apregoada, Política Externa e Segurança Comum fosse uma realidade de facto. Como não o é, falta credibilidade à UE, credibilidade que apenas vem com a união. 2001-07-01 / 2001-07-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0052 - Ver para Crer - Fátima Monteiro . Neste texto é abordada a condenação do Parlamento Europeu respeitante ao prolongamento da guerra em Angola. O PE apelou às partes beligerantes que voltassem a dialogar e exortou a Comissão Europeia no sentido de esta mobilizar recursos de ajuda humanitária. A este propósito, é incluído um breve relato histórico da guerra civil angolana. 2001-07-01 / 2001-07-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0053 - A Europeização do Mundo - Abdallah Saaf . De que modo a Europa, ocupada com o seu alargamento e construção interna, influencia os seus vizinhos não europeus? A evolução do processo democrático português e espanhol, talvez fruto do processo de “europeização do mundo”, não terá indiretamente influenciado a europeização dos países vizinhos? Na questão religiosa, por exemplo, não poderá ser colocada a questão da influência europeia? Não haverá no Islão essa mesma profunda influência? Haverá alguma contradição entre a união do mundo islâmico e a opção europeia partilhada pelas suas elites? A Europa que é um espaço complexo é, de facto, uma máquina integradora que arrasta todos no seu movimento, independentemente dos europeus e dos não-europeus. 2001-09-01 / 2001-09-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0054 - Que constituição para a Europa? . Estes são os três livros selecionados no âmbito das discussões e publicações sobre os diferentes modelos para o futuro da Europa. Em todos são pressentidas, quer as dúvidas sobre o fosso existente entre as elites e o grosso da população europeia quer a necessidade da construção de uma Constituição da Europa, nem hermética nem sobretudo das elites. 2001-09-01 / 2001-09-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0055 - A União Europeia e a ordem internacional - Álvaro de Vasconcelos . Neste texto, procura-se a resposta à questão do papel da Europa na nova ordem mundial, cujo desenho ora se inicia, contexto em que é visível ser a primeira motivação europeia a ordem interna, não se vislumbrando algo semelhante em relação à externa. Em relação à ordem internacional, qual será a visão europeia? Parece claro que a UE não se transformará num super-Estado mas que terá capacidade para influenciar as normas internacionais. Outra questão que se coloca é se a UE estará disposta a assumir o Mercosul como um parceiro estratégico, sendo possível que, sendo embora a UE um ator regional, à medida que desenvolva a sua política externa, o mesmo seja visto como um parceiro a considerar. 2002-01-01 / 2002-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0056 - Anexos - Mónica Santos . Neste documento é possível encontrar uma cronologia com os passos mais decisivos da construção europeia bem como um glossário das terminologias indispensáveis do projeto europeu. 2002-06-01 / 2002-06-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0057 - Uma Dinâmica para o Bem Comum Europeu - Jorge Braga de Macedo . Neste texto é defendida a ideia segundo a qual o processo de integração europeia beneficia da existência de uma certa flexibilidade conferida aos diferentes Estados. O projeto europeu tem sido relativamente bem-sucedido porque há uma margem de flexibilidade dada aos países no sentido de estes decidirem a velocidade e a extensão dos passos a dar. Existem os Estados pioneiros, os que aderem de imediato às reformas – e que não são travados por todos aqueles que inicialmente estão contra, uma vez que estes não são obrigados a as aceitar – e depois, por um efeito de contágio, tipo bola de neve, os demais países, à partida mais céticos, vão indo atrás. Assim, depreende-se que o autor rejeita a ideia das grandes reformas, antes apoiando, veementemente, a estratégia dos “pequenos passos” de Jean Monnet. 2002-06-01 / 2002-06-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0058 - O Duplo Efeito do Euro - Helio Janguaribe . A adoção do euro como moeda única de quase todos os membros da UE terá efeitos internos (respeitantes à UE) e externos (na ordem internacional). Ao nível interno, o euro trará um maior nível de coesão à União bem como uma superior racionalidade macroeconómica. Com a união monetária, virá o impulso para o aprofundamento de uma maior integração política na UE. Do ponto de vista externo, o euro constitui uma alternativa ao dólar, sendo, portanto, um travão na hegemonia estado-unidense no mundo e um catalisador das dinâmicas multilateralistas. Em suma, um incentivo a projetos análogos como, por exemplo, o Mercosul. 2002-06-01 / 2002-06-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0059 - O Euro e a Competitividade da Economia Portuguesa - Eduardo P. Lopes Rodrigues . O texto trata as consequências do impacto do Euro na competitividade em Portugal. É um facto que, em termos de competitividade, o país passou a perder posições e a afastar-se da Europa desenvolvida. São então apontados vários aspetos, tais como as consequências económicas e financeiras da turbulência gerada pelo funcionamento da União Económica e Monetária na Europa, as consequências específicas para a competitividade das empresas e qual a influência da transformação estrutural da economia portuguesa. Entre as várias conclusões, são de salientar a de que, depois do Euro, toda a lógica da competitividade, quer em relação ao país quer às empresas, foi subvertida e a de que os principais players passaram a ser as empresas que continuam, contudo, a precisar do Estado. 2002-06-01 / 2002-06-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0060 - Abrir Caminho a um Desígnio Europeu - Guilherme d'Oliveira Martins . Neste texto são apontados os efeitos colaterais da união monetária para o conjunto do projeto europeu. Este é um projeto que vem intensificar o processo de integração europeia, rumo a uma verdadeira democracia supranacional. Tanto assim o é que, beneficiando do impulso concedido pela união monetária, está já bem presente no espírito dos obreiros da construção europeia um novo passo, desta feita, sob a forma de uma Constituição, instrumento capaz de dar personalidade jurídica à União. Dito por outras palavras, está em curso a transformação da UE, de uma mera construção técnica para uma potência político-civil e jurídica. Tal como previra Jean Monnet, a construção europeia assente em pequenos passos - ora o mercado comum ora a liberdade de circulação de pessoas e mercadorias ora os vários alargamentos que têm vindo a decorrer, etc. - funciona como uma escada em que, após o galgamento de um degrau, um pouco mais perto ficamos do topo. Contudo, à medida que se vai subindo essa mesma escada, mais complexos e difíceis se apresentam os novos passos. São abordados neste texto os principais desafios que se colocam ao futuro da integração. 2002-06-01 / 2002-06-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0061 - O Euro e a Integração Europeia de Portugal - Teresa de Sousa . Neste texto, são narrados os principais acontecimentos que marcaram os primeiros anos da adesão de Portugal à UE. Coincidente com o mandato de Cavaco Silva como Primeiro-Ministro, Portugal mostrou-se, até à chegada de António Guterres a São Bento, um país com pouco ímpeto europeísta, ficando habitualmente no grupo dos Estados-membros que mais tarde e mais reticentemente aceitavam os avanços do processo de integração europeia (união política, na segurança e defesa, monetária, etc). Cavaco Silva era um claro defensor da Europa como espaço económico e não da Europa como entidade política. Numa atitude muito insustentável, defendia a coesão económica, enquanto temia a coesão política. Contudo, poucas semanas após Maastricht, Portugal assume a presidência rotativa da UE e Cavaco Silva, bem como o seu governo, dão mostras de uma elevada competência que dignifica Portugal no conjunto da UE. 2002-06-01 / 2002-06-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0062 - Raízes do Euroceticismo Americano - As Consequências Percetivas de Identidade Nacional - Jacques E. C. Hymans . São referidas, neste texto, as razões do euroceticismo americano face ao euro-otimismo europeu. Um novo patamar de burocracia nas “sobreerregulamentadas ” economias europeias, o defice democrático das instituições e as particularidades dos Estados-nação são as questões apontadas pelos comentadores. Nesta visão americana, estatística, é ignorado um crescente número de indicadores políticos, sociais e económicos que mostra que a Europa já não é a mesma. Um outro aspeto sobre esta questão é salientado - a visão de uma Europa estatista, elitista e primordialista em confronto com a identidade tradicional americana baseada no individualismo, igualdade de oportunidades e “novo”. 2002-06-01 / 2002-06-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0063 - O Governo Económico depois da Moeda Única - António Borges . Neste texto tecem-se algumas observações acerca das fragilidades do processo de integração económica e monetária da UE. Segundo o autor, existe uma carência institucional na arquitetura europeia no que concerne a matérias tão relevantes como, por exemplo, a definição da política cambial europeia, a limitação da concentração excessiva, a regulamentação e supervisão financeiras. Já na área orçamental, o autor considera que os mecanismos existentes são suficientes. Concluindo, a proeminência crescente dos Estados mais poderosos da União, em detrimento das instituições europeias, como sejam a Comissão e o Parlamento, é, para o autor, um indício de que a integração europeia poderá não estar a seguir o melhor caminho, isto é, o mais democrático. 2002-06-01 / 2002-06-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0064 - Para Além do Euro: a Adopção de Objectivos Comuns - Francisco Torres . Na génese da ideia da criação da União Económica e Monetária (UEM) esteve, essencialmente, a necessidade de proteger as economias mais frágeis da UE da especulação e da volatilidade cambiais. Sem que este desiderato fosse alcançado, seria muito difícil atingir-se uma verdadeira convergência económica e de qualidade de vida dos países menos desenvolvidos da União em relação aos mais avançados o que, a longo prazo, minaria todo o projeto europeu. Contudo, muitas vezes, as obrigações impostas pela pertença à UEM foram vistas como uma ilegítima imposição externa junto de Estados soberanos. Dentro dos países, houve quem visse, em muitas dessas exigências, manifestações de obsessões tecnocratas ou, até, uma defesa ideológica do mercado. Todavia, no final, genericamente, acabou por imperar a vontade de cumprir para, assim, se garantir a continuidade do comprometimento com o projeto europeu. 2002-06-01 / 2002-06-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0065 - Análise comparativa. Debate nacional – Constituição Europeia . A UE não pode, de modo algum, ser um projeto construído à margem dos cidadãos europeus. Pelo contrário, terá de ser uma construção democrática capaz de envolver toda a sociedade. É por isso que é tão importante aferir a opinião desta, na medida do possível, acerca das questões mais determinantes. Nesse sentido, o IEEI ajudou a promover um debate alargado sobre o futuro da Europa, comparando de seguida as conclusões a que foi possível chegar com o texto da futura Constituição Europeia. 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0066 - Democracia europeia – a audácia necessária - Guilherme d'Oliveira Martins . O projeto europeu começou, timidamente, após a II guerra mundial, com importantes, embora parcos, objetivos, essencialmente centrados na estabilidade e defesa de uma Europa em reconstrução e ameaçada pela URSS. Com o fim da ameaça soviética, a motivação securitária foi relegada para segundo plano e o desafio passa a centrar-se na construção de uma potente democracia supranacional. Para tal, é fundamental o aparecimento de uma Constituição Europeia que, não substituindo as diversas constituições nacionais, possa dar um maior peso institucional à defesa comum dos valores europeus. Se, na realidade, existe já uma Constituição material, a existência de uma Constituição formal não deixa de representar um avanço no processo de integração europeia. Contudo, a aparecer, esta deve ter presente que o projeto europeu assenta em duas legitimidades – a proveniente dos Estados e a proveniente dos cidadãos – e que, forçosamente, deve distanciar-se das tipologias tradicionais de constituições de estados federais. 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0067 - Uma comunidade de Direito - José Luís da Cruz Vilaça . Com a jurisprudência do Tribunal de Justiça, a Comunidade Europeia vem ganhando um estatuto constitucional, mesmo antes da existência de uma Constituição formal.

Contudo, o atual estágio da integração europeia exige que se dê o próximo passo, isto é, a criação de uma Constituição que promova uma partilha equilibrada de soberania entre os Estados e a União. Em todo o caso, a harmonização de uma ordem constitucional europeia não resolve de per si a consolidação da ordem jurídica comunitária, uniformemente aplicada na totalidade do território da Comunidade. Para o efeito, torna-se necessário o reforço das capacidades dos tribunais nacionais para a efetivação do direito da União. Mesmo antes da existência da Constituição Europeia, o Tratado de Amsterdão conferiu uma dimensão normativa aprofundada ao projeto europeu, tornando-o num espaço de liberdade, segurança e justiça. Há, contudo, um potencial paradoxo neste postulado pois a liberdade poderá ser contrária à segurança e vice-versa. Importa harmonizar os sistemas jurídico-securitários da União, tendo em vista impedir que a liberdade de circulação europeia seja sinónimo de facilitação do crime, evitando-se ainda transformar a Europa num “espaço fortaleza”. 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0068 - Da Convenção à Conferência Intergovernamental - Carlos Costa Neves . Neste texto, o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus reflete acerca da evolução do projeto europeu e reitera a posição do Governo português, totalmente comprometida com o aprofundamento da integração europeia. Na antecâmara de uma nova Conferência Intergovernamental, salienta-se e valoriza-se o trabalho da Convenção, decorrida previamente, e que terá sido capaz de abrir o debate sobre as questões europeias à sociedade. Foi assim possível aprofundar e enriquecer o debate em torno de matérias como o Tratado Constitucional Único, a personalidade jurídica da União, a eliminação do sistema de pilares, a inclusão da Carta de Direitos Fundamentais no Tratado Constitucional, a simplificação dos procedimentos, etc. 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0069 - A reforma das instituições comunitárias: um contributo para a criação de uma Europa Federal - Jorge Martins . A UE é um gigante económico e, ao mesmo tempo, um anão político. Chegou-se ao momento em que a Europa tem de decidir o que quer para si própria: ficar-se por ser um grande mercado ou transformar-se numa forte união política de povos e de nações, capaz de se equiparar aos EUA. Se a opção for por esta última, a atual arquitetura institucional da UE não servirá, pois é de natureza marcadamente intergovernamental. É necessário evoluir para um enquadramento federativo, o único capaz de dar unidade, em respeito pela diversidade, a um grande território composto por muitas singularidades de povos. O presente texto propõe, assim, um determinado enquadramento institucional federativo para a União. 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0070 - A Estratégia de Lisboa e as suas implicações para a reforma institucional da União Europeia - Maria João Rodrigues . Na Cimeira de Lisboa, de março de 2000, nasceu a chamada Estratégia de Lisboa. Trata-se de uma estratégia europeia de desenvolvimento, desenhada com o objetivo, contrariamente ao que de forma errada muitos proclamaram, não de tornar a UE no espaço económico mais competitivo do mundo mas sim de a tornar no espaço económico mais competitivo possível, em respeito pelos valores europeus de justiça e de solidariedade. Trata-se de definir o modelo europeu de transição económica para uma economia baseada na inovação e no conhecimento, salvaguardando a coesão social e o respeito ambiental. Para tal, decidiu-se aplicar o chamado “método aberto de coordenação”. A ideia passa por construir um sistema de governação de vários níveis (europeu, nacional e regional), capaz de trabalhar de forma sinérgica. Para o sucesso do modelo, mostra-se essencial a efetivação de uma monitorização, periódica, pelos homólogos. Procura-se, assim, estimular a troca de conhecimentos e de aprendizagens. No presente texto, faz-se uma avaliação do que se conseguiu alcançar com esta política, até ao momento. 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0071 - Alargamento da União Europeia- Como evitar também o «alargamento» das clivagens regionais? - Iva Maria Miranda Pires . Com o alargamento da UE aos países do Leste europeu, as disparidades de riqueza e de desenvolvimento entre as regiões mais ricas e mais pobres da União vão aumentar ainda mais. Esta situação levanta sérios desafios para as políticas de coesão da UE. Até ao momento de escrita do presente artigo, as notícias não eram animadoras, na medida em que os fundos de coesão se mostravam incapazes de inverter as disparidades de rendimentos, em muitas das regiões da União, ainda antes do referido alargamento. A transição da economia global para uma economia baseada no conhecimento pode agravar a situação. Para os Estados-membros da UE, o impacto económico do alargamento a Leste é muito variado: há países, como a Alemanha que, ao terem aí um novo mercado, são ganhadores líquidos; há outros, como Portugal, que, ao verem nesse alargamento um aumento da concorrência, saem perdedores. Contudo, a médio prazo, o incentivo gerado nos países menos desenvolvidos, como Portugal, para a sua própria modernização poderá compensar as perdas iniciais. Quanto ao mais, todo o processo de alargamento irá requerer um esforço enorme de modernização de infraestruturas, no setor dos transportes, de modo a se efetivar uma verdadeira integração económica. 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0072 - A União Europeia: uma federação às avessas - Álvaro de Vasconcelos . A UE, numa fase inicial, não soube lidar da melhor forma com a deriva unilateralista da administração Bush. Dividiu-se entre aqueles que, como Tony Blair (Primeiro-Ministro do Reino Unido) achavam que esta deveria limitar-se a prestar uma assistência ao unilateralismo hegemónico dos EUA e os outros que, como Jacques Chirac (Presidente da República Francesa), consideravam que deveria distanciar-se da posição norte-americana e, assim, contribuir para um mundo mais multipolar. Perante esta desunião na União,

restam as questões: Poderá a UE algum dia apresentar uma Política Externa Comum? É o desacordo a respeito da crise do Iraque o último prego no caixão dessa Política ou, pelo contrário, uma mola que a impulsionará?. 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0073 - A fiscalização do cumprimento das obrigações assumidas pelos Estados membros no Espaço Europeu de Justiça - Nuno Piçarra . Neste texto, evidenciam-se as diferenças da prática de fiscalização assumida pelos Estados membros da UE, no que concerne à fiscalização do cumprimento das obrigações no Tratado da Comunidade Europeia, face à fiscalização do cumprimento das obrigações assumidas pelas Partes Contratantes no quadro dos acordos de Schengen. O Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça (ELSJ) exigirá, futuramente, modalidades de fiscalização bastante mais expansivas do que as consagradas pelo Tratado da Comunidade (Económica) Europeia. 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0074 - O futuro da Europa - António Vitorino . Neste texto, reflete-se acerca dos desafios para o futuro do projeto europeu. O autor considera que estes se organizam em três grandes famílias: o alargamento a Leste e a necessidade de se proceder a uma reforma das instituições europeias; a gestão das expectativas dos cidadãos europeus que procuram no projeto europeu respostas para matérias sobre as quais a UE tem pouca capacidade interventiva; a tarefa de construir o projeto europeu em respeito pela diversidade cultural, resistindo à tentação de se criar um superestado. Em ordem a atingir estes desideratos, as instituições europeias devem pugnar pela simplicidade, pela clarificação e pelo espírito reformista. Simplicidade, desde logo, na estrutura dos Tratados mas também no processo decisório que deverá assentar no princípio da maioria qualificada (uma Europa pós-alargamento será ingovernável se assim não for); clarificação no que concerne a tornar explícitos os valores, objetivos e competências da UE; reforma em toda a dimensão das instituições, tornando-as mais democráticas, eficazes e promotoras de igualdade entre os Estados-membros. 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0075 - Governança, crescimento e os países do alargamento- Miguel Lebre de Freitas . Neste texto, é defendida a tese de que a notável trajetória de crescimento da economia portuguesa, de 1960 a 2000, se deveu, em grande medida, à pressão internacional, sobretudo à gerada pelo processo de integração europeia, que obrigou o país a efetivar uma série de reformas estruturais. Contudo, subsistem áreas em que é necessária intervenção política. É fulcral dar-se mais atenção ao combate à corrupção, à diminuição da burocracia, à flexibilização do mercado de trabalho, à melhoria dos resultados escolares. Num contexto de abrandamento da “pressão internacional virtuosa”, importa não permitir que os interesses estabelecidos impeçam a concretização de novas e necessárias reformas estruturais. 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0076 - A União Europeia face à criminalidade transnacional: a caminho de um Ministério Público Europeu?- José Luis Lopes da Mota . Iniciado como um processo de integração económico, mais tarde político, o projeto europeu começa a entrar na fase da integração jurídica. Num mundo com ameaças à segurança dos cidadãos cada vez mais sofisticadas e transnacionais, deixou de fazer sentido os Estados-membros da UE lutarem sós contra o crime. Contudo, contrariamente ao que possa parecer, não é fácil transpor para uma escala europeia sistemas jurídicos nacionais, criados ao longo de séculos e moldados por identidades históricas e culturais próprias. Com o Tratado de Amesterdão e, mais tarde, com o Conselho Europeu de Tampere, avançou-se, significativamente, nesta área, estabelecendo-se a criação de um Espaço Penal Europeu. Este processo assenta em três eixos: o reconhecimento mútuo das decisões judiciais; a aproximação e harmonização de legislações penais; o desenvolvimento de mecanismos e estruturas de simplificação, facilitação e coordenação da cooperação e dos processos. Neste contexto, surge a ideia de se avançar para a criação de um Procurador(a) Europeu(eia). 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0077 - O factor nacionalismo na Política Externa e de Segurança Europeia - Fátima Monteiro . O presente texto começa por abordar as principais teorias explicativas do fenómeno do nacionalismo, explicando os mecanismos percussores da formação dos modernos Estados-nação para, posteriormente, defender a tese de que a Política Externa e de Segurança Comum da UE (PESC) deve ter por principal objetivo a criação de uma parceria estratégia entre a UE e os países africanos (quase todos ex-colónias dos estados europeus), promotora de uma prosperidade mútua. 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0078 - Novas dinâmicas da coesão numa União alargada com uma moeda comum - Francisco Torres . Neste texto, reflete-se acerca das consequências da entrada de Portugal na União Económica e Monetária (UEM), ao nível da coesão económica e social do país. Chama-se a atenção para o facto de que a entrada na UEM tem o efeito de reduzir a instabilidade cambial, não sendo, contudo, tal facto de per si sinónimo de redução de pobreza e de desigualdade social. Com efeito, um país pode, através da redução dos juros, enriquecer artificialmente, prevalecendo ou até aumentando os seus problemas sociais.

. 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0079 - As novas fronteiras da Europa - Nuno Gama de Oliveira Pinto . Tal como aconteceu com a génese do próprio projeto europeu, também o início do aprofundamento das relações entre a Europa do ocidente e a Europa do leste, processo que, em última instância, culminou no alargamento da UE aos países do leste, começou com uma colaboração económica. A partir de 1972, com a necessária aceitação por parte do líder soviético Brejnev, tiveram lugar as primeiras diligências para o estabelecimento de relações comerciais entre a atual Comunidade Económica Europeia (CEE) e os países do Conselho de Assistência Económica Mútua (CAEM). Nas décadas subsequentes, essa parceria intensificou-se e, como não poderia deixar de acontecer, os domínios de cooperação, gradualmente, foram migrando da esfera económica para a esfera política. Estava criado o embrião da expansão da UE a leste. A Agenda 2000 foi o documento que preparou esse importante passo. Os impactos do alargamento na redistribuição dos fundos de coesão são abordados. 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0080 - Desafios e défices: um novo modelo político e económico para a Europa? - Rui Henrique Alves . Neste texto, surge uma reflexão acerca dos principais deficits de funcionamento da UE: o de competitividade económica, o de peso político no que concerne à atuação da UE no plano internacional, o de legitimidade democrática. É tecida a consideração de que, no seu conjunto, estes três deficits derivam da falta de sentimento de pertença dos europeus a uma comunidade supranacional ou, dito por outras palavras, da proeminência dos sentimentos nacionalistas. É avançada a tese de que a UE deve caminhar no sentido de se tornar numa federação política e económica. 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0081 - Democracia e governança na EU - O novo papel do Parlamento Europeu - Francisco Torres . Neste texto, aborda-se a questão do alcançar do compromisso certo entre democracia e eficiência, no seio das instituições europeias. São propostos métodos para o atingir deste desiderato: o recurso ao método aberto de coordenação, a regulação supranacional (política monetária), a decisão conjunta (mercado interno). É salientado o emergente papel do Parlamento Europeu – com poder de veto no processo de codecisão – como catalisador da qualidade democrática da formulação de políticas da UE. 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0082 - Um olhar diferente para o futuro -Os oceanos e a «sustentabilidade» das pescas - Marcelo de Sousa Vasconcelos . Apenas com o Tratado de Maastricht (1992) é que o enquadramento jurídico europeu passou a reconhecer ameaças de sustentabilidade na exploração dos recursos pesqueiros. Até aí, a lógica dominante era a da máxima exploração, ou seja, a mesma lógica que vinha da Europa faminta do pós-II Guerra Mundial. Não se fazia sequer distinção entre recursos agrícolas e pesqueiros, nos Tratados (vide Tratado de Roma). Contudo, na prática, a situação pouco mudou. Continuava patente um uso irresponsável dos recursos. Noções como interdependência, globalidade, responsabilidade, incerteza são fulcrais para se gerir recursos que não são nem certos nem ilimitados e cuja preservação depende de todos os Estados. A UE deve, com carácter de urgência, criar uma Política Comum para os Oceanos. 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0083 - Os «Países Pequenos» na União Europeia - Manuel Porto . A UE é composta por países pequenos, médios e grandes. Seria, porventura, de esperar que, dentro dessas categorias, se encontrassem afinidades, pontos de convergência, posições negociais comuns. Tal não se verifica, uma vez que o tamanho geográfico e populacional dos países não dita, necessariamente, as demais características destes. Temos, a título de exemplo, o caso do Luxemburgo que, apesar de pequeno, apresenta um PIB per capita muito superior à média da UE. Pode, contudo, haver algo que una estes países: a preocupação quanto à sua representatividade no seio das instituições europeias. No processo de preparação do massivo alargamento aos países de Leste, a UE terá, forçosamente, de reformar as suas instituições. Nesse processo, uma das preocupações prende-se, precisamente, com a representação a dar aos países pequenos. Poderá a UE ser governável com o mesmo peso institucional conferido a todos os Estados? Se assim for, numa União de 25 países, cada um terá de esperar 12.5 anos pela presidência rotativa do Conselho. 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0084 - Espaços rurais devolutos, territórios insustentáveis. Contributo para uma Política Europeia de Desenvolvimento Agro-Rural - António Covas . Este texto teoriza as reformas necessárias para que a Política Agrícola Comum da UE (PAC) evolua da sua conceção inicial – muito centrada na maximização da produção agrícola, quase como se de uma indústria pesada se tratasse – para uma conceção que privilegie uma produção agrícola sustentável do ponto de vista ambiental e da coesão territorial. Se essa evolução não se der, a UE falha na sua pedra basilar que é o espírito de solidariedade entre países, regiões e indivíduos. 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0085 - Portugal e a Constituição Europeia - Álvaro de Vasconcelos . Desde a adesão de Portugal à UE, a UE mudou e com ela Portugal. Terminou a Guerra Fria, surgiram os conflitos nos Balcãs, o processo de integração europeia aprofundou-se, nasceu a moeda única, preparou-se o grande alargamento a Leste, criaram-se os alicerces da união política, isto é, da federação, etc. O nosso país fez parte de toda esta caminhada e, portanto, o que se passa na UE diz-nos diretamente

respeito. As conquistas e as derrotas da UE são nossas conquistas e derrotas, de modo algum poderemos ver-nos como fazendo parte desta comunidade apenas nos seus sucessos e/ou para dela obter vantagens pontuais. É neste espírito que o IEEI promoveu o debate/congresso Portugal e o Futuro da Europa. 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0086 - Portugal e o futuro da Europa - Jorge Sampaio . Passa pelo futuro da UE o futuro de Portugal. É por isto que, pese embora o poder de influência de Portugal, no conjunto da UE, seja proporcional ao seu peso relativo em relação aos demais Estados-membros, isto é, reduzido, Portugal, ainda assim, não deve demitir-se da tarefa de pensar o futuro da Europa. E o futuro da Europa passa muito pela sua política externa comum. É falso afirmar-se que a UE não tem nada de positivo a apresentar neste domínio. Com efeito, a UE tem desempenhado um importante papel na ajuda à criação de um sistema de comércio internacional mais justo e regulado, mormente no que concerne à ajuda dos países em desenvolvimento. Importa não esquecer, ainda, que a UE é o primeiro prestador mundial de ajuda pública. Estas vitórias da política externa da União não permitem, contudo, escamotear o facto de que falta uma articulação de posições comuns aos Estados-membros, no fundo, aquilo que se designa de “falar a uma só voz”. Faltam, também, umas forças armadas europeias que deem pujança e credibilidade à UE na cena internacional. Após os Tratados de Roma e, depois, do Tratado de Maastricht, o projeto europeu tem de progredir para novas fronteiras, mais ambiciosas, sendo o Tratado Constitucional, entre muitas outras coisas, enquanto facilitador de uma Política Externa Europeia, um novo e decisivo passo. 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0087 - A emergência de um «Direito Penal Europeu». Questões urgentes de política criminal - Anabela Miranda Rodrigues . Com o Tratado de Maastricht, continuado com o Tratado de Amsterdão e prosseguido na Cimeira de Tampere, a UE deu passos importantes rumo a criação do chamado Espaço Penal Europeu. A lógica dominante deste “terceiro pilar” da construção europeia é o da harmonização de um espaço judicial e penal comum aos Estados-membros. Com efeito, os tradicionais processos de cooperação entre Estados estavam a revelar-se insuficiente para fazerem face aos desafios que uma Europa integrada, sem fronteiras, vinha revelando. 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0088 - Relatório Síntese - Debate Nacional sobre o Futuro da Europa . Neste texto, apresentam-se as principais conclusões do Debate Nacional sobre o Futuro da Europa. Como o próprio nome indica, trata-se de um debate, promovido e dinamizado pelo IEEI, que visou auscultar as posições da sociedade portuguesa a respeito do futuro da UE. Neste caso, decorreu numa fase crítica da construção europeia, nomeadamente por estar em preparação uma Conferência Intergovernamental que viria a debater o carácter constitucional, logo, quase federativo, da União. 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0089 - O sentido do debate sobre o futuro da União Europeia - Andreia Mendes Soares . É impossível encontrar uma organização política comparável à UE. Esta apresenta uma arquitetura nem puramente intergovernamental nem puramente federalista. É um modelo híbrido que conjuga ambas as modalidades. Este “objeto político não identificado”, parafraseando Jacques Delors, encontra-se num momento decisivo da sua história. Se estagnar corre o risco de desaparecer, para avançar tem de aprofundar o domínio político da união, isto é, ganhar contornos de federação. É esta a grande questão que se joga na Convenção sobre o Futuro da Europa, preparatória da Conferência Intergovernamental. É desejável que, progressivamente, o chamado “método comunitário” vá conquistando terreno ao “método intergovernamental”. 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0090 - Por um sistema bicamarário na União Europeia - Luís Lobo Fernandes . Neste texto, é defendida a tese de que, em ordem a se preparar a UE para o grande alargamento que se avizinha, é imperioso que se proceda a uma grande reforma institucional desta, nomeadamente tendo em vista a adoção do sistema bicameral. Com efeito, o referido alargamento exigirá das instituições europeias níveis acrescidos de legitimidade, coerência e eficácia que, segundo o autor, dificilmente se conseguirão atingir com uma simples reforma do quadro institucional vigente. Para o autor, Portugal deveria tomar a dianteira na defesa de um sistema bicamarário, o único capaz de, verdadeiramente, corrigir os desequilíbrios políticos originados em Nice.
. 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0091 - A integração dos imigrantes na União Europeia - Maria Beatriz da Rocha Trindade . Neste texto, partindo-se da constatação da inexistência dum quadro jurídico e normativo uno a toda a UE, no que à questão da integração dos imigrantes diz respeito, propõe-se um conjunto de recomendações, quer para a revisão das normas portuguesas quer europeias, no sentido de se lidar com esta problemática com níveis crescentes de eficácia e humanidade, em comunhão com os valores europeus de respeito pelos direitos do homem. 2005-01-01 / 2005-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0092 - Democracy and Governance in the EU: The Examples of EMU and of Environmental Policies and the Role of the European Parliament - Francisco Torres . Este artigo aborda a questão da dicotomia existente no seio das instituições europeias, entre legitimidade democrática das decisões tomadas e eficácia do processo de decisão. Com efeito, é admitido que, quanto mais democrático for o processo de tomada de decisão das instituições da UE maior será a probabilidade de se cair num cenário de ingovernabilidade. São analisadas propostas para se ultrapassar este impasse, ao mesmo tempo que se analisam dois casos concretos: A governação da União Económica e Monetária e a criação da legislação ambiental europeia. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0093 - Where to Look For Legitimacy? - Miguel Poiars Maduro . Este texto defende a tese de que a crise de legitimidade por que passam as instituições europeias se deve ao facto de o projeto de uma União, com autoridade política independente e uma agenda de objetivos aberta e indeterminada, desde o seu início, não ter sido legitimado pelos cidadãos europeus. A partir dessa suposta falha inicial, todo o processo ficou enviesado. O dilema da legitimidade das instituições europeias serve de objeto de estudo deste artigo. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0094 - Conclusões do Congresso «Portugal e o Futuro da Europa» . O presente texto faz uma súmula das conclusões, possíveis de serem alcançadas, do congresso “Portugal e o Futuro da Europa”. O referido congresso centrou-se nos trabalhos da Convenção Europeia que, naquela altura, se encontrava a preparar um novo tratado Europeu, a ser retificado na Conferência Intergovernamental de 2004. A natureza constitucional desse novo tratado complexificou todo o debate subjacente. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0095 - Congresso “Portugal e o Futuro da Europa” - Êrnani Lopes . Neste texto, encontra-se a participação de Êrnani Lopes, representante do Governo na Convenção sobre o futuro da Europa, no Congresso “o Futuro da Europa”. Êrnani Lopes salienta o momento decisivo que a UE vive, em que é fundamental a continuidade e intensificação do processo de integração, contra todas as pulsões nacionalistas. Explicita, ainda, a posição do Governo Português, a respeito dos desafios futuros da UE - alargamento, reforma institucional, etc. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0096 - Congresso “Portugal e o Futuro da Europa” - Carlos Pacheco Amaral e Pedro Faria e Castro . Nesta contribuição para o debate “o Futuro da Europa” é defendida a tese de que, a fim de se garantir um bom processo de alargamento, a UE deve garantir que os espaços ultraperiféricos da União, como os Açores, não venham a sofrer de um deficit de harmonização territorial que inviabilize a coesão económica e social da própria União. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0097 - Congresso “Portugal e o Futuro da Europa” - Nuno Gama de Oliveira Pinto . Neste texto, analisam-se os passos dados no sentido do grande alargamento a Leste da União Europeia, de 2004. Em 1997, a Comissão Europeia avançou com um documento que designou por Agenda 2000. Tratava-se da pedra basilar da efetivação desse processo. As consequências desse alargamento para a UE, o maior da História da União, são analisadas. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0098 - Congresso “Portugal e o Futuro da Europa” - Pedro Courela . Na presente contribuição para o congresso “Portugal e o Futuro da Europa”, congresso esse que serviu de reflexão acerca da Convenção sobre o futuro da Europa, antecâmara da Conferência Intergovernamental de 2004, da UE, é defendida a criação de uma Assembleia de Segurança e Defesa da União Europeia composta por membros dos parlamentos nacionais dos Estados Membros. Com esta medida, procuraria colmatar-se o tão apregoado deficit democrático das instituições europeias, no que às matérias de defesa diz respeito; aumentar o interesse social pela questão da Política Comum de Segurança e Defesa da UE; ao mesmo tempo que se testaria a viabilidade de uma “segunda câmara” do Parlamento Europeu. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0099 - Congresso “Portugal e o Futuro da Europa” - Manuel Lobo Antunes . Na presente contribuição para o congresso “Portugal e o Futuro da Europa”, congresso esse que serviu de reflexão acerca da Convenção sobre o futuro da Europa, antecâmara da Conferência Intergovernamental de 2004, da UE, é defendida a tese de que os passos seguintes da integração europeia pressupõem, forçosamente, uma reforma das instituições europeias que reforce as de vocação supranacional, numa lógica de perda de alguma soberania por parte dos Estados Membros. Apenas desta forma a UE poderá tonar-se um ator credível no palco internacional, contudo, se os países e cidadãos estão dispostos a fazê-lo, é, ainda, uma questão por responder. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0100 - Congresso “Portugal e o Futuro da Europa” - János Balla . Na presente contribuição para o congresso “Portugal e o Futuro da Europa”, congresso esse que serviu de reflexão acerca da Convenção sobre o futuro da Europa, antecâmara da Conferência Intergovernamental de 2004, da UE, são analisadas as consequências políticas, no domínio da Política Externa de Segurança Comum (PESC) e da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), do grande alargamento, a Leste, da UE. Com o referido alargamento, a UE será um ator internacional mais forte e escutado, tornando-se, contudo, necessário inferir as suas consequências, nomeadamente no que concerne à parceria da UE com os EUA, à NATO, etc. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0101 - Futuro Europa, Beja - “O Desenvolvimento Sustentável dos Espaços Rurais” . No âmbito da observação do desenvolvimento das atividade agrícolas e rurais realizou-se, em Beja, um debate no qual foi analisada a adequação das políticas agrícolas e do desenvolvimento rural definidas a nível nacional. Esta análise é feita sob três perspetivas – 1. inovação e modernização do setor agrícola; 2. garantia da biodiversidade, boa gestão dos recursos hídricos e combate às alterações climáticas; 3. preocupações relacionadas com o esvaziamento das zonas rurais e necessidade de fixação das populações. 2007-01-18 / 2007-01-18

D. PT/ADN/IEEI/003/0102 - Futuro Europa, Santarém - “A Perceção Pública da União Europeia” . Este debate centrou-se na perceção que os portugueses têm da UE, a qual, de um modo geral, é a recebida através dos diferentes meios de comunicação, quer os oficiais quer os media. Segundo a deputada Ana Gomes, essa perceção é positiva e associada aos valores fundacionais do projeto europeu. Foram, contudo, igualmente apresentadas áreas em que, através de sondagens realizadas nos vários Estados, se considera necessária uma mais intensa intervenção. 2007-01-19 / 2007-01-19

D. PT/ADN/IEEI/003/0103 - Futuro da Europa, Leiria - “A Europa no Mundo e as suas Fronteiras” . O debate em Leiria centrou-se nos valores europeus ligados à definição dos limites das suas fronteiras. Foram, neste âmbito, discutidos vários assuntos tais como a fronteira como elemento de separação, contacto e inclusão, o alargamento de fronteiras ou pausa nesse processo, a má condução verificada no processo de ratificação do projeto de Constituição, a existência ou a não-existência de um espaço público europeu, o modelo social europeu como desvantagem nas negociações com potências que não cumprem todas as regras e qual o lugar que a Europa ocupa no mundo. 2007-01-23 / 2007-01-23

D. PT/ADN/IEEI/003/0104 - Futuro da Europa, Viseu - “A Dimensão Económica e Social da União Europeia” . O debate centrou-se, sobretudo, na questão inicialmente colocada - Como continuar a construir uma Europa economicamente estável sem abdicar do seu modelo social e dos seus valores? Outras questões foram sendo postas, tais como se queremos uma Europa interventiva ou defensiva e se será legítimo crescer economicamente e em termos competitivos se, deste modo, causarmos problemas ao modelo social que se pretende. Foram também apresentadas necessidades como mais Mercado Único e a reforma da Coesão Económica e Social, entre outras. 2007-01-29 / 2007-01-29

D. PT/ADN/IEEI/003/0105 - Futuro da Europa, Setúbal - “O Mar e o Ambiente como Fatores de Desenvolvimento, que Políticas Europeias”. Este debate foi iniciado com um alerta sobre a falta de aproveitamento do potencial do mar e das oportunidades com ele relacionadas. Seguiu-se uma chamada de atenção para a necessidade de medidas de proteção do ambiente que se impõem e relativamente às quais a Europa já deu alguns passos, não se verificando ainda qualquer atitude semelhante por parte dos EUA. Foi pedido que Portugal elegeisse a política estratégica para o mar como uma prioridade, tendo em conta a próxima presidência da UE, e que, além da proteção do ambiente, fosse também considerada a economia, através das pescas, do turismo, das mercadorias e da investigação científica. 2007-02-01 / 2007-02-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0106 - Portugal e a integração europeia - José Calvet de Magalhães . No período que se sucedeu ao final do último conflito mundial surgiram dois fortes movimentos na cena internacional que afetaram particularmente o regime político vigente em Portugal: o movimento para a descolonização e o movimento para a integração europeia. Em relação a ambos os movimentos o regime instituído por Salazar, após sete anos de ditadura militar, reagiu negativamente por razões de fundo idênticas, embora os tipos de reação tenham sido diferentes na forma e na intensidade. As razões de fundo que levaram à rejeição in limine de ambos os movimentos eram sobretudo de carácter ideológico e de sobrevivência de um determinado regime político, já que ambos os movimentos implicavam, direta ou indiretamente, uma liberalização do regime político português e a adoção de processos democráticos. Relegando a análise da descolonização portuguesa para um momento posterior, o presente artigo ocupa-se com o problema da integração europeia, a cuja adesão implicou, para Portugal, uma viragem importante em relação à política governamental seguida da revolução de Abril, pois ela implicou a aceitação da ideia da unidade europeia rejeitada pelo regime anterior. Assim, desta análise ressaltam-se duas conclusões principais: a primeira refere-se à circunstância de a adesão portuguesa às Comunidades ter constituído o termo de um processo longo de trinta anos; a segunda respeita ao facto de os portugueses, em geral, e as elites portuguesas, em particular, avaliarem a importância e o significado dessa adesão nos seus aspetos essencialmente pragmáticos, não tendo ainda incorporado o ideal político que uma

ideia de unidade e cidadania europeia acarretam. Neste ponto, é crucial proceder à integração completa através do desenvolvimento de um verdadeiro espírito europeu que permita a Portugal um desempenho importante no desenvolvimento das instituições políticas europeias. 1987-12-21 / 1988-03-20

D. PT/ADN/IEEI/003/0107 - Uma Europa Mediadora e Aberta - Guilherme d'Oliveira Martins . A reflexão da Europa exige, atualmente, que esta se atualize e concretize como entidade política, sedimentando aquela pré-condição económica. Para tal, é necessário, após a adoção do euro, que este se transforme num aguilhão unificador para a constituição de uma democracia supranacional, de convergência real, descentralizada e pluralizada, baseada na cidadania e patriotismo constitucional europeus no combate às prerrogativas de soberania nacional. Impõe-se, portanto, assegurar que o aperfeiçoamento dos direitos dos Estados conduza a um “pacto institucional”, que deve resultar da confluência de duas legitimidades, a dos Estados e a dos cidadãos, e da preparação das instituições com vista na definição e defesa dos interesses comuns. 1989-01-01 / 1989-12-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0108 - O que queremos da Europa e a Europa que queremos - Álvaro Vasconcelos . Pelo final da década de oitenta, o debate internacional gravita em volta da sua reorganização, do declínio das superpotências, do multilateralismo e do rumo do projeto europeu cujo futuro se imaginava, em prospetiva, a partir do ano de 1992. Portugal participava nessa reorganização no quadro do processo de integração europeia e do projeto da Europa do Ato Único. Dentro deste quadro importa refletir as opções (de se consolidar como potência política ou apenas como potência económica) para a afirmação Europa, e para Portugal no seu seio, num mundo que se multipolariza. De Portugal e dos seus atores políticos esperava-se uma visão e sedimentação do seu sentido de ordem mundial, da sua definição estratégica na Europa e da sua participação na definição da Europa do Futuro. Posto isto, a Estratégia analisa, neste sexto número, dois grandes temas do debate europeu e que irão condicionar o futuro da construção europeia: as relações com o Brasil e os demais países da América Latina e o debate sobre a Europa da defesa. Em ambos os temas trata-se de saber que sentido dar à Europa no pós-1992, se a Europa consumirá o seu projeto fechada dentro dos limites do próprio continente, ou se será uma potência política com responsabilidades mundiais. 1989-03-21 / 1989-06-20

D. PT/ADN/IEEI/003/0109 - O debate sobre a arquitectura europeia - Gonçalo Santa Clara Gomes . Nunca, até ao final da bipolaridade das superpotências, os europeus souberam ou puderam dar à Europa uma estrutura firme e estável, que as protegesse dos conflitos e perturbações que rivalidades e ambições de hegemonia inevitavelmente acabam por gerar. Não obstante, o período estável que sucedeu a Segunda Grande Guerra permitiu à Europa, pelo menos na sua parte ocidental, atingir um grau de desenvolvimento social e económico nunca antes obtido. Com isto em mente, o presente artigo recorda num primeiro momento o que foi essa “arquitetura europeia” – quais os elementos e fatores que contribuíram para a sua construção –, já que é essa construção que se encontra em vias de substituição no início dos anos noventa. Este esboço da situação europeia é, por sua vez, completado com uma tentativa de identificação dos principais problemas políticos e de segurança com que se confronta a Europa nesta altura. Finalmente delimitado o panorama em que se está a discutir a futura arquitetura europeia, o presente artigo esboça aqueles caminhos a partir do qual esta pode ser definida. 1991-01-01 / 1991-12-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0110 - Meio século de dramaturgia política europeia - Eduardo Lourenço . Durante meio século a Europa viveu neutralizada entre os Estados Unidos e a União Soviética. Tentando compreender a expressão desta neutralização para os estados membro da Europa dos Doze a partir da história política destas, o presente artigo considera os desfechos inevitáveis desta, nomeadamente, o de uma reafirmação europeia numa nova ordem internacional. Este esquartejamento histórico permite a conclusão alegórica de que a Europa, desde há quase quarenta anos que tenta construir a sua casa própria e mergulhou por isso nesta tentativa sem precedentes, voluntarista e pragmática ao mesmo tempo, de se inventar como União Europeia. Para elucidar tal ponto a artigo evoca algumas figuras destas relações históricas e a coreografia que lhe corresponde. Finalmente, é feita a sugestão de que para que a Europa não se dilua na história, esta deve reconfigurar-se como mais do que entidade política, económica e administrativa que hoje chamamos União Europeia, mas como marco de uma identidade cultural heterogénea. 1999-01-01 / 1999-12-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0111 - Portugal perante as Comunidades Europeias - Pires de Miranda . A adesão portuguesa à comunidade Europeia representa mais do que um ato económico mas um verdadeiro ato político, que implica, também, a adesão aos mesmos valores, aos mesmos direitos humanos, sociedade e Estado. Este movimento deve compreender, paralelamente, a importância das estruturas nacionais portuguesas e a a sua participação activa na edificação do projeto europeu. A Europa comunitária tem, portanto, como desafio a unificação dos diversos discursos de modo a formar uma posição coerente e credível numa conjugação progressiva dos interesses das pátrias que as compõem. 1986-03-21 / 1986-06-20

D. PT/ADN/IEEI/003/0112 - A economia dos países ibéricos - Cruz Vilaça . Na sequência de um longo processo de negociações, Portugal e Espanha assinaram, no mesmo dia, o Tratado de Adesão às Comunidades Europeias. A adesão simultânea dos dois países permitiu que tal estatuto fosse negociado bilateralmente, conduzindo à celebração de um acordo que serviu de base às correspondentes provisões do Tratado de Adesão. Daqui decorre não apenas uma vinculação à UE, mas ao desenvolvimento dos dois países neste novo contexto. As relações entre os países ibéricos revelam-se profícuas não apenas geograficamente, mas política, económica e culturalmente. A dupla adesão pode oferecer um bom motivo para analisar questões de interesse mútuo, tentar resolver em conjunto alguns problemas comuns, ensaiar ações de cooperação, identificar áreas de convergência e áreas de conflito. Importa, portanto, estabelecer um diálogo mais estreito entre os dois países no que diz respeito aos seus vínculos e regularizar as suas relações económicas no novo contexto comunitário. 1986-03-21 / 1986-06-20

D. PT/ADN/IEEI/003/0113 - España ante la CEE - Fernández Ordóñez . Recordando la historia de España, su crecimiento económico es comprendido como fruto de una introversión de la producción nacional y un alto nivel de protección profundamente arraigados en las prácticas laborales que, con ocasión de la integración española en la Unión Europea, deberán forzar la economía española a asumir un sensible aumento del grado de competencia et un ajuste as nuevas fuerzas del mercado. En el plano político la entrada en la CEE plantea oportunidades igualmente excitantes como, por ejemplo, la superación las limitaciones del franquismo y la universalización de sus relaciones diplomáticas. 1986-03-21 / 1986-06-20

D. PT/ADN/IEEI/003/0114 - Portugal e o euro-atlantismo - José Calvet de Magalhães . Adaptando uma ótica globalizante dos fatores geográficos, este artigo debruça-se sobre a componente euro-atlântica nas políticas externas portuguesas. Nesta posição geográfica ressalva-se, em particular, a dualidade terra-mar, que põe em evidência, enquanto explica, a definição da política externa portuguesa, desde o seu passado multissecular. Esta é asseverada, por um lado, pela continentalidade europeia, na sua fronteira terrestre, e pela atlanticidade e pela oceanicidade, por outro. Neste contexto, a integração europeia constitui a concretização de um imperativo geográfico nacional que deve ser coexistente com a sua posição, tanto atlântica como lusófona, bem como visante das condições e objetivos fundamentais da posição básica portuguesa na delineação da sua política externa. 1986-09-21 / 1986-12-20

D. PT/ADN/IEEI/003/0115 - Portugal entre o mar e a terra - Siqueira Freire . A posição geográfica de Portugal, entre terra e mar, impõe, hoje mais do que nunca, a realidade desta tradicional dicotomia da sua história, posição geopolítica idiossincrasia e, enfim, identidade. No presente artigo esta ideia será justificada a partir da discussão da descolonização. Assim, os seguintes temas serão abordados sucessivamente: o sentido e o alcance da descolonização; o sentido e o alcance da opção europeia agora concretizada na adesão às Comunidades Europeias; as implicações destes acontecimentos no nosso enquadramento euro-atlântico e no nosso relacionamento específico com o Brasil e os países africanos de expressão oficial portuguesa; e finalmente o problema da identidade nacional à luz destes decisivos desenvolvimentos do nosso destino histórico. 1986-09-21 / 1986-12-20

D. PT/ADN/IEEI/003/0116 - O Atlântico Norte e os desafios do Sul – perspectiva histórica - J. Borges de Macedo . A expressão "Atlântico Sul", que suscita uma ressonância tão pervasiva no final da década de oitenta, tem, não obstante, na vida do homem ocidental, e mais ainda na história da Europa, uma presença relativamente curta. A relação com o Atlântico é, portanto, muito posterior à génese da civilização europeia, cujo desenvolvimento está profundamente relacionado com o Mediterrâneo. Assim, do ponto de vista tanto político como económico, social e cultural, o desenvolvimento da civilização europeia está profundamente conectada com as suas particularidades geográficas – seja pela sua posição, divisão ou prematura constituição da polis. Estas particularidades resultaram numa constituição da Europa que é fundamentalmente interna e “europeia”, pois apesar das influências de outras áreas, as suas aquisições fundamentais provêm da resposta que representa como mentalidade, de crença no aperfeiçoamento e no sentido prático da sua constituição. Com vista na análise das condições geográficas históricas europeias e a prova da tese de que esta constituição inicial é maioritariamente interna, o presente artigo averigua as formas como a abertura para outras áreas e para um enorme campo experimental de verificação de ideologias, sistemas e soluções é feito e contribui para a afirmação – ou negação – daqueles valores europeus e se equilibram com eles em processos de decisão geopolíticas. 1987-03-21 / 1987-06-20

D. PT/ADN/IEEI/003/0117 - The Lisbon Agenda in the European Union: Implications for Development and Innovation - Maria João Rodrigues. The main question during the preparations for the Lisbon Summit (23-24 March 2000) was whether it was possible to update Europe's development strategy to meet the new challenges resulting from globalisation, technological change and population ageing, while preserving European values. 2007-01-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0118 - The Lisbon Strategy and Foreign Policy: The Missing Link - Pedro Courela . The Lisbon Strategy for Growth and Jobs was launched in 2000 with the ambitious goal of defining how Europe would operate in the emerging global

economy. Assessments of the practical results of the Lisbon Strategy have been undertaken in various academic and political reports and are well documented elsewhere. The purpose of this paper is to examine three main issues. First, it looks at the issue of coherence. Second, the paper examines the “international dimension” of the Lisbon Strategy. In short, this paper discusses the “missing link” between the Lisbon Strategy and EU external action, by addressing two sets of questions. The first set touches on the implementation of the Lisbon Strategy: since it was launched in 2000 has there been a change of paradigm in terms of implementation, and if so, in which policy areas has this occurred? The second set of questions focuses on the role of the EU in world affairs: to what extent have the priorities of the Lisbon Strategy become part of EU external action, and what does this say about the Union’s capacity to promote a regulating agenda for the international system?. 2007-01-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0119 - A propósito do Tratado de Lisboa: o Parlamento Europeu no trajecto democrático da União Europeia - Luís Lobo-Fernandes . O primeiro grande sinal do redimensionamento dos objetivos da Comunidade Europeia foi dado pelo Ato Único Europeu que marcou o início de uma nova fase no processo de integração. A designação de Ato Único resultou do facto de o Conselho Europeu ter decidido sintetizar as duas vertentes das negociações que antecederam a elaboração do tratado – cooperação política e alterações aos tratados de Roma. De entre os seus principais objetivos contou-se o aperfeiçoamento do mercado comum através de provisões que permitiram concluir o mercado interno sem restrições nem fronteiras. Todavia, longe de se esgotar nestas disposições, este tratado introduziu também outras importantes modificações, particularmente para a codificação da Cooperação Política Europeia e para a alteração do processo de decisão. Assim, traçando os processos de integração e construção europeias, o presente artigo pretende demonstrar como, apesar da heterogeneidade dos discursos que a constituem, não existe fora da UE uma alternativa credível de prosperidade, nem para Portugal, nem para as restantes nações europeias, sendo necessário manter como valor fundamental do projeto europeu a consolidação de um modelo de paz e união. 2007-07-01 / 2007-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0120 - Cidadania, comunidade política e participação democrática - Região, Estados e União Europeia - Carlos E. Pacheco Amaral . Refletindo sobre a dupla significação de cidadania – que exprime, por um lado, o conjunto dos membros de uma comunidade política e, por outro, as normas fundamentais que a norteiam, quer dizer, o elenco de direitos, e deveres, que corresponde a todos aqueles que dela se reclamam – o presente artigo pretende averiguar como esta duplicidade se expressa no contexto da contemporaneidade Europeia e quais as consequências nacionais e supranacionais da abertura do conceito de cidadania. Assim, da mesma maneira que exige uma relação direta entre os cidadãos individuais e a União Europeia, a democracia exige igualmente o acesso direto das regiões à União e a sua participação nos respetivos processos de tomada de decisão. Paralelamente, os processos de globalização requerem um novo conceito de cidadania – nacional e europeia – que se abre e desdobra na integração do cidadão estrangeiro, havendo necessidade de forjar e reforçar constantemente novas comunidades em função dos imperativos e das necessidades de cada momento. 2007-07-01 / 2007-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0121 - Comissão Europeia: no centro do sistema de governação da União - Isabel Camisão . No centro do sistema de governação da União Europeia está a Comissão Europeia, o coração institucional da UE. E, no entanto, mesmo vendo reconhecido nos tratados o papel central que lhes foi reservado pelos pais fundadores, parece que o seu estatuto no seio do sistema comunitário tem vindo a ser secundarizado, sobretudo quando comparado com o reforçado protagonismo das outras instituições comunitárias, e especialmente do Conselho e Parlamento Europeu. A questão que se coloca no presente artigo será, então, a de averiguar se existe, de facto, uma secundarização real do papel da Comissão enquanto motor ou líder da construção europeia. 2007-07-01 / 2007-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0122 - A dimensão local da integração europeia - João Paulo Barbosa de Melo . A integração europeia é, desde os seus primórdios, um processo que se joga essencialmente entre países e não entre regiões ou entre localidades. São as nações que abdicam de partes da sua soberania e criam instituições comuns supranacionais para, de acordo com objetivos o mais consensuais possível, ocuparem essa voluntária cessão nacional de funções e atribuições. Nesta medida, a UE não se trata de uma entidade cuja vontade se sobrepõe àquela dos Estados, mas o resultado de um processo de pooling de funções e responsabilidades com vantagens políticas e económicas significativas. Partindo do panorama geral dos Estados-membros e da sua autonomia de políticas nacionais para a relação entre a Administração Local Portuguesa e a UE, o presente artigo demonstra de que forma a heterogeneidade das comunidades europeias constituem não um empecilho à relação direta entre as instituições comunitárias e as autoridades locais, mas um dos patrimónios mais ricos da Europa, a preservar e fazer participar na construção do projeto europeu. A nível da administração portuguesa, em particular, ressaltam-se a necessidade da dinamização das organizações produtivas e a promoção de instituições de concertação e cooperação entre as unidades económicas. 2007-07-01 / 2007-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0123 - Pós-nacionalidade no projecto da cidadania europeia - Isabel Estrada Carvalhais . Este texto estrutura-se tomando como ponto de partida a formulação da seguinte questão: o que há de pós-nacional na cidadania europeia enquanto instrumento jurídico de direitos complementares às cidadanias nacionais e enquanto instrumento político emanado de uma entidade supranacional? A apresentação desta questão pressupõe, por sua vez, o prévio esclarecimento sobre o sentido aqui atribuído ao conceito de pós-nacionalidade. Assim, para a discussão do rumo da cidadania europeia, é necessário interrogarmo-nos sobre qual ou quais órgãos melhor preparados para promover uma lógica pós-nacional que acompanhe tanto o projeto de uma cidadania europeia como os projetos das cidadanias dos Estados – e sobre que praxis política global estes estão dispostos a construir. 2007-07-01 / 2007-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0124 - A crise existencial da União Europeia entre revisões, alargamentos, fronteiras e o futuro - Augusto Rogério Leitão . Vários discursos divergentes, pró e contra União Europeia, têm servido de formas diversas para a sua criação e definição – e também para a definição das suas “crises existenciais”. Apresentando as divergências no que diz respeito ao futuro da UE – que podem ser explicitadas em termos de um binário político, económico e espacial –, bem como os desafios acarretados por qualquer tomada de decisão nesse âmbito, o presente artigo ressalva a necessidade da EU se assumir e afirmar como “potência” de natureza sui generis como ator internacional significativa para a resolução coerente e eficaz dos seus problemas estratégicos e geopolíticos. 2007-07-01 / 2007-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0125 - Os desafios da Europa social - Alberto Martins . Até ao final dos anos sessenta do século XX, Portugal exibiu vários títulos que o distinguiam pela negativa da maior parte dos países europeus ocidentais. Esta situação mostra, contudo, um revés aquando da integração na comunidade europeia com a consequente partilha de modelos de instituições e padrões de desenvolvimento. Todavia, os desequilíbrios e as insuficiências são ainda muito evidentes: nas estruturas produtivas, na eficácia da proteção social e na qualificação do capital humano e social. Os défices existentes traçados no presente artigo, terão, é defendido, de ser ultrapassados num diálogo bilateral entre as instituições nacionais portuguesas e as instituições europeias. Enquanto que participação de Portugal deve passar por aprofundar o projeto europeu e fortalecer a coesão europeia, aumentar o contributo da União a favor da segurança e da paz e assegurar condições adequadas para a modernização e afirmação portuguesas, a Europa deve afirmar-se como mais do que um mercado mas como encruzilhada, um espaço de liberdade e justiça, que combine harmoniosamente competitividade, cooperação e solidariedade, sem as quais a nova Europa social não funciona, tanto coletiva como nacionalmente. 2007-07-01 / 2007-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0126 - Liberdade de circulação de bens no mercado interno e interesses nacionais - Maria Helena Guimarães . A relação Estado/Mercado está no centro da investigação teórica mais recente sobre a economia política da integração, sendo o programa do mercado interno uma das dimensões da integração europeia em que esta relação é mais pertinente e complexa. Por um lado, a eficiência económica do mercado interno de bens é assegurada pela liberdade de circulação, garantida pela integração económica europeia e, por outro, por um número crescente de regulamentações nacionais dos Estados-membros, que pretendem salvaguardar os seus interesses económicos nacionais. Uma vez que a União Europeia constitui uma união aduaneira, não existem tarifas entre os Estados-membros. Não obstante, apesar de serem consensuais os benefícios económicos do mercado interno, a utilização de regulamentações nacionais nas trocas intracomunitárias tem vindo a aumentar. É, portanto, neste âmbito, que o presente texto se prende por analisar a evolução da utilização das regulamentações nacionais no comércio intracomunitário e identificar os países que a elas mais recorrem. 2007-07-01 / 2007-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0127 - Un moment de choix critiques - Jean Durieux . As relações entre a Comunidade Europeia e o Brasil constituem uma dimensão essencial para o desenvolvimento de laços entre a América Latina e a Europa, e, ademais, para a adaptação do sistema económico multilateral. Esta relação prova-se vantajosa no domínio do desenvolvimento industrial e crescimento económico, campos nos quais o Brasil tem gerido proficuamente os seus recursos. No sentido do fortalecimento desta relação é destacada, na perspetiva prospetiva do presente artigo, a posição de Portugal, que se deve afirmar como elo essencial na mediação das Comunidades com o Brasil a partir de '92, que marcaria o ano da assinatura do Tratado de Maastricht. 1989-03-20 / 1989-06-20

D. PT/ADN/IEEI/003/0128 - Da liderança à parceria: A reorganização das relações euro-americanas - Álvaro de Vasconcelos . Com a alteração do plano estratégico mundial no sentido da multipolaridade, dos desafios de segurança no espaço estratégico europeu e da própria construção da União Europeia, também as relações de segurança euro-americanas se vêm a ser reorganizadas na década de noventa. Esta percebe-se, não obstante, como necessária para a solidificação do laço estratégico transatlântico e para a manifestação positiva dos EUA na integração europeia. Comprometido com a premissa de que a conexão euro-americana, assente em novos moldes, deve ser objetivo prioritária da política externa e de segurança comum europeia, o presente artigo avalia de que forma esta relação se terá revelado proficua no passado e se poderá revelar

indispensável na resolução dos novos desafios europeus – tanto no que diz respeito à segurança como à sua identidade como comunidade política – e internacionais. 1993-12-22 / 1994-03-20

D. PT/ADN/IEEI/003/0129 - Portugal na Europa: o caminho certo - José Calvet de Magalhães . A discussão gerada à volta da ratificação do tratado de Maastricht veio revelar aqueles nacionalismos que descreditavam o projeto político europeu. Neste sentido, é necessário desconstruir a retórica nacionalista e o seu impacto na opinião pública. Partindo deste objetivo geral, o presente artigo começa por desambiguar a definição de nacionalismo quando inserida no debate político sobre a integração europeia assim como desconstruir o nacionalismo ideológico e doutrinário, expondo, por outro lado, as vantagens da internacionalidade e das limitações consentidas para o desenvolvimento dos Estados. Destas premissas gerais é particularizado o caso português, do nacionalismo do Estado Novo, os seus discursos antieuropeístas e a reflexão destas atitudes na opinião pública, que se vêm intensificadas pela aproximação da concretização da união política europeia. 1993-12-22 / 1994-03-20

D. PT/ADN/IEEI/003/0130 - Da Comunidade à União Europeia: O Tratado de Maastricht e depois - José Luís da Cruz Vilaça . Este artigo tem por base o texto escrito usado como suporte à exposição oral feita pelo autor em 3 de Maio de 1993 no Grémio Literário, organizado pelo IEEI em Lisboa. Inclui, assim, o estado da evolução do dossier de Maastricht à data do colóquio assim como considerações posteriores a este. Neste sentido são avaliados os debates que rodeiam a possível renegociação do Tratado e as novas ratificações provenientes da prolongação do debate sobre as fragilidades do mesmo. Reconhecendo tanto as fragilidades como as virtudes do Tratado numa política comum, a presente análise exprime uma visão pessoal sobre os temas mais fulcrais em torno dos processos de ratificação do Tratado, assim como uma reflexão sobre o futuro imediato da construção europeia. 1993-12-22 / 1994-03-20

D. PT/ADN/IEEI/003/0131 - Southern African integration: the impact of EC policies - Christopher Stevens . As events unfold in South Africa most attention has been given to the redistribution of political and economic power between the main sections of society, but the international community must also consider how it should react if and when the domestic issues are resolved. This paper is concerned with the trade policy that the European Community should adopt when an acceptable government is installed in Pretoria, and the implications of each option for intraregional trade in Southern Africa. 1993-12-22 / 1994-03-20

D. PT/ADN/IEEI/003/0132 - Maastricht e os futuros alargamentos - Maria João Seabra . O presente artigo aborda os futuros alargamentos da Comunidade Europeia no contexto do Tratado de Maastricht. Centra-se no impacto dos futuros alargamentos no desenvolvimento da Comunidade, tendo em consideração o debate geral aprofundamento versus alargamento e as decisões do Conselho Europeu de Maastricht relativamente à implementação da união económica e monetária (UEM) e ao reforço da convergência política entre os Doze. Se é certo que o Tratado de Maastricht estabelece novas regras para os alargamentos, tornando-os substancialmente mais complicados, as implicações são, no entanto, diversas para cada país, ou grupo de países, razão pela qual é necessário estabelecer o significado do novo Tratado para cada Estado candidato, bem como o impacto de novas adesões no desenvolvimento das estruturas comunitárias. Estas questões são analisadas especificamente em relação à UEM, à política externa e de segurança comum (PESC) e à reforma institucional da Comunidade. 1993-12-22 / 1994-03-20

D. PT/ADN/IEEI/003/0133 - Grandes e pequenos no pós-Amsterdão - Francisco Lucas Pires . A forma instrumental do euro gerou, no pós-Maastricht, o receio de uma futura Europa mais larga, mas de soluções mais restritas. O Tratado de Amsterdão começou por reduzir esse alargamento. Não obstante, também coloca em questão não apenas o alargamento europeu, mas também o seu aprofundamento e democratização, abrindo o debate para a questão da evolução europeia para uma próxima fase da sua história, da qual a moeda única será necessária enquanto ponte e ariete numa reforma institucional mais abrangente da constituição europeia para o séc. XXI. O presente artigo reflete sobre este quadro na ótica do debate entre federalismo, intergovernamentalismo e comunitarismo e as consequências da adoção de uns e de outros tanto do ponto de vista dos grandes como dos médio e pequenos Estados-membro europeus. 1999-01-01 / 1999-01-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0134 - Portugal e as Américas - Alfredo G. A. Valadão . 1998 marca um ano importante para as relações entre a Europa e o hemisfério americano. A cimeira dos chefes de Estado das Américas em Santiago do Chile, abriu as portas para as negociações para a criação de uma área de livre-comércio abrangendo o conjunto do continente, acelerando o processo de integração comercial hemisférica. Esta realidade implica um desafio direto às posições europeias na região e também um estímulo para uma rápida reaproximação com a América do Sul e Central. Nesta perspetiva, a agenda União Europeia-América Latina no ano de 1999 contém dois momentos chave: o da Cimeira Ibero-americana de Lisboa; e a primeira Cimeira dos chefes de Estado e de governo da União Europeia e do Grupo do Rio, seguida pela Cimeira UE-Mercosul. Nestas está em questão a capacidade de ambos os lados de ir além da retórica sobre os laços culturais comuns tradicionais, para reforçar concretamente

os vínculos baseados em interesses mútuos, económicos, políticos e também culturais. Neste quadro delicado, Portugal deve desempenhar um papel crucial. 1999-01-01 / 1999-01-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0135 - Política Europeia de Portugal - Maria João Seabra . No presente artigo, de visão prospetiva, 1998 é tido como um dos anos mais importantes para a política europeia de Portugal, tanto em termos internos como em termos de atuação nas instâncias comunitárias. A conjugação, no mesmo ano, do primeiro referendo português sobre a participação do país no processo de integração europeia, a decisão sobre a terceira fase da união económica e monetária e a moeda única, o início das negociações para o alargamento da União Europeia e a revisão das perspetivas financeiras para o período 2000-2006, constituem um imenso desafio à política europeia portuguesa e à sua afirmação pró-europeia. 1999-01-01 / 1999-01-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0136 - Prioridades da Cooperação para o Desenvolvimento União Europeia-África - Fernando Jorge Cardoso, Winrich Kuebne, João Bernardo Honwana e Laurie Nathan . Este artigo analisa as relações Europa-África numa perspetiva integrada, tomando em conta as dinâmicas sociais, políticas e organizacionais em curso na União Europeia e nos países africanos. Por um lado, lida-se com a situação africana na qual a crise tornou visível tanto a incapacidade de muitos Estados africanos pós-coloniais em lidar com os desafios internos como a da ajuda externa de reverter a situação de crise, argumentando, antes, em favor do apoio ao Estado de Direito e ao fortalecimento da sociedade civil. Por outro, foca-se na uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC) por parte da UE que traz ao debate a necessidade de considerar as políticas euro-africanas num contexto que ultrapassa o do quadro tradicional da ajuda ao desenvolvimento. 2001-07-01 / 2001-07-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0137 - Nota de Abertura: Resolução de Conflitos e Prioridades da Cooperação Europa-África, - Fernando Jorge Cardoso . Durante a Presidência portuguesa da EU dois acontecimentos marcaram uma evolução nas relações Europa-África: a realização da primeira cimeira Euro-Africana e o novo Acordo de Parceria UE-ACP. Esta reorganização das relações encontra-se ligada aos desafios internos que se colocam às duas partes. A partir destes desafios e tendo em vista a discussão das causas e natureza dos conflitos em África, bem como das prioridades da cooperação euro-africana na resolução de conflitos e o desenvolvimento, o IEEI desenvolveu o projeto Resolução de Conflitos e Prioridades da Cooperação: as Relações Europa-África na Transição do Milénio, cujos resultados são apresentados neste número da Estratégia. 2001-07-01 / 2001-07-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0138 - Questões à Volta dum Jantar - Para inglês ver - José Calvet de Magalhães . O presente documento perspetiva a questão do exibicionismo internacional português partindo de um comentário a um jantar na residência oficial de Tony Blair que pretendia debater a atuação europeia na crise do início do milénio e que acabou por se tornar numa manifestação de poder e visibilidade, apelando à consciência dos políticos portugueses para o desenvolvimento interno que deve ser prioritário àquelas despesas “para inglês ver”. 2001-12-01 / 2001-12-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0139 - O Tratado de Nice e o Futuro da UE: A Bifurcação - Luís Filipe Lobo-Fernandes . Neste artigo, a débil repercussão mediática do Tratado de Nice é tida como negativa à necessária mobilização dos cidadãos para o projeto europeu, o qual o Tratado obriga a rever. O debate pós-Nice remete-nos, pois, para a questão do modelo político euro-comunitário e para a exigência de um reequilíbrio institucional, requerido à EU que, não assumindo este desafio, corre um risco de impasse político ou mesmo de paralisia funcional. 2001-12-01 / 2001-12-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0140 - O ano do Euro: ano da Europa? - Álvaro de Vasconcelos . 2002 representa o ano do euro e, com ele, a oportunidade de unificação ideológica e solidificação do sentimento de pertença por parte dos cidadãos europeus na prática do dia-a-dia. Igualmente ressurgue o debate sobre o alargamento e a futura configuração europeia e, como consequência, da sua posição e influência na ordem internacional. 2002-01-01 / 2002-01-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0141 - O Euro visto de fora - Hélio Jaguaribe . A força monetária do Euro transformará a Eurolândia numa federação financeira que irá ganhar um estatuto político suficientemente poderoso para reforçar as tendências multilateralistas no mundo, como contraposição às aspirações unilateralistas dos EUA. Com efeito, o presente artigo atenta, brevemente, sobre os efeitos internacionais do euro, tanto a nível doméstico como externo. 2002-01-01 / 2002-01-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0142 - A fantástica aventura - Álvaro de Vasconcelos . O presente artigo examina a integração da Europa de Leste na União Europeia, integração essencial não apenas para a realização do projeto europeu como para o futuro da democracia, alertando par os perigos a este projeto, como o do crescimento do nacionalismo, da intolerância e da xenofobia. 2002-05-01 / 2002-05-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0143 - Somos ou não europeus? - Václav Havel . O presente texto é constituído por excertos do discurso pronunciado por Václav Havel no Parlamento Europeu em Estrasburgo em fevereiro de 2000 e concerne assuntos que dizem respeito tanto ao sentimento de pertença e identidade europeia, fundamentais para a reflexão sobre a dualidade do legado mundial da Europa. 2002-05-01 / 2002-05-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0144 - Aproveitar as oportunidades e minimizar os riscos - Vítor Martins . Partindo da premissa de que Portugal será o país da EU mais negativamente impactado pelo alargamento desta à Europa de Leste, o presente artigo enfatiza três argumentos que suportam a sua tese e que devem ser prévios à resposta dada por Portugal: primeiro, o de que o alargamento é o maior desafio alguma vez enfrentado pela UE; segundo, o de que o alargamento vai ser tema dominante da agenda europeia, não apenas nos próximos anos, mas durante as primeiras décadas do século XXI; terceiro, que Portugal tem uma posição particular na UE no que refere ao alargamento devido à sua situação geográfica, perfil, dimensão económica, estágio de desenvolvimento e história e vocação externa. 2002-05-01 / 2002-05-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0145 - O muro caiu para os dois lados - Maria João Seabra . O presente artigo reflete sobre o lento processo do alargamento da Europa quase treze anos após a queda do Muro de Berlim. A dinâmica do processo, que agora, finalmente, parece imparável, baseia-se, da parte da União Europeia, num conjunto de pequenos passos, lentos e sempre problemáticos para o equilíbrio interno da União, os quais o presente artigo analisa, a par das causas de uma ausência efetiva de resposta mais imediata por parte da UE e das razões que explicam esta situação – e que dizem tanto respeito aos países a ser integrados, como às reformas e reformulação necessária à própria União, bilateralidade simbolizada pela queda do Muro de Berlim. 2002-05-01 / 2002-05-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0146 - As novas fronteiras - Pedro Courela . Neste texto é perspectivada uma reordenação das prioridades da UE e da abertura de novas oportunidades e desafios à sua política externa na sequência do avanço para Leste e para Nordeste, mas também da acentuação da sua dimensão balcânica e mediterrânica. No seio destas modificações, importantes na reavaliação do espaço comunitário e geográfico da União, o autor interroga se a enorme diversidade da Europa alargada será um trunfo na condução de uma política externa mais coerente e eficaz e o que esperar de novo nas relações com aqueles que ficam do lado de fora do espaço comunitário. 2002-05-01 / 2002-05-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0147 - Visão Estónia: o futuro da e-Europa - Marta Laar . Neste texto são ressaltadas as ansiedades do povo europeu e as questões da identidade e cidadania europeia que emergem sob o contexto do alargamento da UE a Leste. Neste sentido é apontada a necessidade de aprofundamento da democracia e das instituições democráticas, que represente equitativamente os cidadãos. Para tal é ressaltada a necessidade de uma clara definição dos processos democráticos tanto no poder legislativo do Parlamento Europeu como no poder executivo da Comissão, fazendo uso do exemplo da implementação do e-Governo na Estónia, que pretende devolver poder ao povo através da abertura à sua participação direta através de um portal online. 2002-05-01 / 2002-05-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0148 - O desafio institucional – quando a casa europeia cresce - Elmar Brok . Crê o autor do presente texto que o alargamento a Leste da UE constitui o maior desafio de sempre para o modelo institucional criado pelos seis membros fundadores. Os custos e as implicações para as instituições comunitárias da entrada de doze novos membros não devem, portanto, ser ignorados e o atual processo de reforma providir a União de soluções viáveis ao seu futuro funcionamento. Revelando o seu otimismo tanto na adesão dos novos membros como dos tratados já existentes no sentido da adoção de uma Constituição Europeia, o presente artigo dá conta das mudanças já manifestas tanto nos países a ser integrados como no seio das próprias instituições europeias. 2002-05-01 / 2002-05-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0149 - Os de dentro e os de fora - Maria do Rosário de Moraes Vaz . O alargamento paralelo da União e da NATO descobre os dilemas da segurança europeia, expondo a fronteira europeia e de ação da NATO a zonas de forte tensão e o debate sobre se encontra “dentro” e “fora” da área de ação destas. É neste contexto que o presente texto lida com a questão da definição da defesa europeia e da sua estrutura militar. 2002-05-01 / 2005-02-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0150 - Entre a fadiga democrática e a política do medo - Jacques Rupnik . Traçando o resultado da primeira volta das eleições presidenciais em França em 2002 e o significado eleitoral da passagem de Le Pen à segunda volta, o presente artigo discorre sobre o crescimento dos movimentos populistas e nacionalistas de extrema-direita que se apoiam em “políticas de medo” xenófobas e a crise institucional, a par da crise de representação política, sobre a qual a esquerda e os partidos centralistas também têm responsabilidades a assumir na divisão social entre classes e que vem a alterar a paisagem política na Europa. 2002-06-01 / 2002-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0151 - Viver com os outros - Álvaro de Vasconcelos . O crescimento da representação eleitoral de partidos populistas, de caráter racista e xenófobo, nas presidenciais de 2002 na Áustria, em Itália, na Dinamarca, na Bélgica, na Holanda e França abalou o otimismo europeu. A popularidade do discurso populista traduz uma reação previsível à dupla revolução que vivemos: a da própria integração, que põe em causa a noção tradicional de soberania, e a da multiculturalidade, trazida pela questão da imigração. O autor propõe, contudo, que a diversidade cultural seja vista como uma vantagem indispensável à afirmação do projeto e identidade europeus. 2002-07-01 / 2002-08-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0152 - Le Pen e a extrema direita populista - António Costa Pinto . O presente artigo traça o progresso político de Le Pen desde a insignificância política para um crescimento eleitoral enorme nas presidenciais de 2002. Discute-se os motivos para o crescimento da popularidade do discurso de extrema-direita da Frente Nacional – alguns apontam, por exemplo, para a falta de representação democrática, outros para a instrumentalização do medo económico e do binómio desemprego-imigração – e de como poderá o sistema partidário clássico combater a solidez da FN no espectro político francês. 2002-07-01 / 2002-08-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0153 - Os Balcãs, antes de depois das nações - Bruno Cardoso Reis . No presente texto, o autor reflete sobre o livro *The Balkans* de Mark Mazower, apresentando-o como a melhor introdução, breve, mas nada simplista, aos problemas da região, cujo tema principal é a emergência do nacionalismo e o alto preço pago por isso pelos povos da região. 2002-07-01 / 2002-08-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0154 - A União mudou assim tanto? - Maria João Seabra . Avaliando o período decorrido entre 1992 e 2002, da comunidade à União, de Maastricht a Nice, passando por Amsterdão, da cooperação política europeia à política externa e de segurança comum, o presente artigo pretende averiguar aquilo que mudou de facto na integração europeia. Deste exercício é concluído que, passados dez anos, a EU continua a reger-se pelo mínimo denominador comum e a política externa continua a ser largamente determinada por sucessivas tentativas de conciliação entre os interesses dos Estados membros. 2002-11-01 / 2002-11-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0155 - A questão Turca - Álvaro de Vasconcelos . A “questão turca”, isto é, a possível integração da Turquia na União Europeia, sintetiza o dilema decisivo que a Convenção e a Constituição que se desenha terá que resolver para que a União sobreviva à atracção que exerce sobre os seus vizinhos. O dilema resulta do facto de que, por um lado, negar a integração turca, resultaria numa deslegitimação ideológica, e, por outro, que se mantiver o atual orçamento e método de decisão, a União estará, perante a vastidão do alargamento, condenada a diluir-se e a perder coesão e eficácia. 2002-12-01 / 2002-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0156 - Pluralismo, identidade de várias pertenças e valores comuns - Guilherme D’ Oliveira Martins . Tendo em conta a inesperada via seguida pela Convenção para o Futuro da Europa, presente artigo debruça-se sobre a possibilidade de uma Constituição Europeia, que afaste a UE de uma mera construção técnica e funcionalista para se tornar uma realidade política cultural. Para tal, o debate requer uma reflexão sobre a identidade (de várias pertenças) europeia do futuro que se afirme como projeto comum e de uma vontade política, congregando as legitimidades dos Estados e dos cidadãos e assente no método comunitário. 2002-12-01 / 2002-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0157 - Implicações da mudança política na Turquia - Suhanaz Yilmaz . A ascensão ao poder dos islamitas moderados do Partido AK, na sequência das radicais alterações do cenário político turco nas recentes eleições, não provocou mudanças na política externa do país: a adesão da Turquia à União Europeia continua a ser uma prioridade central. Tendo em conta este contexto, o presente texto pretende compreender, por um lado, a drástica mudança política turca, de pendor mais socioeconómico do que religioso, e, por outro, analisa o assunto da definição da cidadania europeia – sobretudo após o alargamento – e de quais devem ser as relações Turquia-UE após os resultados obtidos. 2002-12-01 / 2002-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0158 - A Convenção Europeia e a Reforma Institucional - Carlos Costa Neves . O alargamento europeu tem servido de pretexto para chamar a atenção para a necessidade de reformas profundas na arquitetura institucional da União. A defesa atual equilíbrio institucional e do método comunitário, no entanto, continua a ser essencial. Partindo daquilo que é o “País Europa”, enquanto ideia, e o presente artigo recapitula alguns temas essenciais dos debates que atualmente decorrem no âmbito da Convenção Europeia, nomeadamente no que diz respeito à presidência europeia e da legitimidade do Conselho, focando-se na ideia do regime das Presidências rotativas. 2002-12-01 / 2002-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0159 - Israel e a União Europeia - Emily Landau . Praticamente reduzida à dimensão económica, a relação entre a União Europeia e Israel atravessa uma fase difícil, tanto devido ao impasse no processo de paz no Médio Oriente como ao papel político que a Europa pretende assumir ao desenvolver a política externa de segurança comum (PESC) e de defesa (PESD) que Israel encara com ceticismo e desconfiança. Neste âmbito, é destacada a necessidade da transparência e clareza das intenções da PESD para diminuir este fosso e melhorar as relações Israel-União Europeia. 2002-12-01 / 2002-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0160 - O pessimismo inconsequente - Maria João Seabra . Com as alterações na UE, instalou-se em Portugal um grande pessimismo relativamente à sua participação na Europa. O problema é que o pessimismo, argumenta a autora do presente artigo, conduz ao imobilismo, quando em 2003 seria crucial dinamizar a participação portuguesa no debate sobre o futuro da Europa. Neste contexto, o presente artigo dá conta das razões para este pessimismo, fundadas numa percebida discrepância entre os interesses nacionais e os europeus como no que diz respeito ao processo de alargamento – e uma consequente redução de ajuda financeira – e à reforma institucional – que desestabiliza o status quo e requer mobilismo. 2003-01-01 / 2003-01-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0161 - Convenção Europeia: a dinâmica imparável - Maria João Seabra e Noémia Pizarro . O presente artigo reflete sobre a Convenção Europeia e do texto constitucional que daí resultou e que incide sobre as disposições de natureza constitucional, as políticas da União e a sua execução as cláusulas finais e de continuidade jurídica habituais. A Convenção é, assim, apontada como uma verdadeira demonstração de debate sobre o futuro da Europa, ultrapassando a mera negociação diplomática entre os governos e marcando a agenda da Conferência Intergovernamental (CIG) de 2004; e o texto daí resultante como natural substituto dos Tratados existentes, necessitando apenas da ratificação de todos os Estados membros após a sua adoção pela CIG. 2003-01-01 / 2003-01-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0162 - O Iraque no futuro da Europa - Álvaro de Vasconcelos . O presente artigo discorre sobre as tomadas de posição no que diz respeito à política externa e à defesa europeia por França e Alemanha, principalmente tendo em conta o aumento dos sinais de guerra contra o Iraque, e, deste modo, sobre a necessidade de uma política comum europeia na resposta aos problemas do foro da segurança internacional. A divergência com o consenso vale a Tony Blair a marginalização no debate em que se vai escrevendo a Constituição europeia. 2003-02-01 / 2003-02-28

D. PT/ADN/IEEI/003/0163 - Marés Negras - um desafio europeu - Viriato Soromenho-Marques . O presente artigo debruça-se sobre o derrame de crude no meio marítimo como um dos mais antigos riscos da crise do ambiente global à luz da (então) recente catástrofe do Prestige que revela, pelo menos na União Europeia, a falta de condições para enfrentar este risco “clássico”. Como conclusão são apontadas medidas para a prevenção e combate de catástrofes deste tipo de catástrofes, tanto no âmbito europeu (como a criação de uma Agência Europeia de Segurança Marítima), como no âmbito nacional português, nos quais é ressaltada a preservação ambiental como objetivo essencial da segurança marítima. 2003-02-01 / 2003-02-28

D. PT/ADN/IEEI/003/0164 - O Mundo que a Europa quer - Álvaro de Vasconcelos . A fratura entre os Estados da União Europeia, reflexo da divisão transatlântica, sobre a questão iraquiana, veio aproximar as realidades do Mundo dos trabalhos da Convenção sobre o Futuro da Europa. Deste modo, o presente artigo reflete sobre a elaboração de uma constituição europeia que transfira as responsabilidades dos Estados para um governo central, como a defesa, os impostos e a política externa e que, desta feita, garanta a unidade, eficácia e coerência da política internacional da União. Neste contexto, o Iraque constitui um teste importante para a identidade internacional da União, que deve passar pela afirmação da legitimidade e imperatividade das Nações Unidas, na defesa dos direitos do homem no Iraque e na recusa do unilateralismo estadunidense. 2003-03-01 / 2003-03-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0165 - Democracia europeia: a audácia necessária - Guilherme d'Oliveira Martins . O presente artigo coloca em perspetiva as questões essenciais, problemas e desafios ao projeto europeu à luz da Convenção sobre o Futuro da Europa e da possibilidade de uma constituição europeia supranacional. Nesse sentido, são apontados o défice democrático e a tendência diretorial como questões essenciais a endereçar, para as quais é necessário trazer para a frente da discussão questões como a aproximação dos cidadãos e das instituições europeias, o desenvolvimento dos órgãos comunitários e a expressão da dupla legitimidade dos Estados e dos Povos assim como a igualdade legislativa entre Estados. 2003-03-01 / 2003-03-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0166 - E a Democracia? - Maria João Seabra . Tendo em conta a inércia democrática e a ausência da discussão sobre o encaminhamento europeu em direção a uma democracia supranacional clara e eficaz até à data, o presente artigo enfatiza o papel da Convenção sobre o Futuro da Europa para o aprofundamento da União Europeia ao nível da

democratização dos processos de tomada de decisão, que valorize a participação democrática dos cidadãos. Neste sentido, são discutidos os termos em que se previam a construção da democracia europeia pós-Maastricht, a proposta franco-alemã e do acórdão do Tribunal Constitucional alemão, o papel do Parlamento Europeu e as razões do aparente desinteresse, a nível estadual, na superação deste défice democrático. 2003-03-01 / 2003-03-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0167 - O labirinto institucional e o propósito europeu - Luís Lobo-Fernandes . O presente artigo assenta na ideia de que a reforma institucional constitui tanto um dos desafios mais delicados que a UE enfrenta como ponto vital para o sucesso do alargamento. É mantido, assim, que modelo institucional vigente é pouco claro pelo que é central a clarificação das competências e dos processos de decisão. Neste sentido, é necessário abordar duas questões prévias fundamentais: qual a natureza fundamental da UE e o que se pretende transformar na União? Estas questões conduzem-nos, por sua vez, à questão da fusão política e da hipótese da federação, que requererá uma unidade político-administrativa, económica e um foco de lealdade democrático. Finalmente, é feita uma reflexão sobre as hipóteses possíveis no quadro do alargamento de modo a superar o labirinto institucional e clarificar as competências e os processos de decisão, dos quais dependerá o sucesso do alargamento e do futuro do projeto europeu. 2003-03-01 / 2003-03-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0168 - Cidadãos de primeira, pessoas de segunda - Alexandra Barahona de Brito . No contexto de um pluralismo cultural mais acentuado das democracias europeias, da permeabilidade das fronteiras, do alargamento da instituição de um espaço de liberdade política e de um interesse dos próprios estados europeus, o presente texto lida com a questão da identidade europeia que se deve basear, de acordo com o projeto europeu de cidadania e direitos humanos, não numa distinção entre o “Eu” e o “Outro” – discurso que cresce com o medo da imigração e, especialmente, com o “Outro religioso” –, mas na noção de Habermas do “patriotismo constitucional”, apesar do crescimento de tendências contrárias a esta ideia. Posto isto, o presente texto dá conta da ambiguidade da democracia e suposto pluralismo cultural europeu, que prevê uma regressão a uma ideia de sociedade de “cidadãos de primeira” e “cidadãos de segunda e terceira”. 2003-03-01 / 2003-03-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0169 - Direitos fundamentais e constitucionalização - José Luís da Cruz Vilaça . Crê-se, no presente texto, que a constitucionalização do processo de integração europeia, na sequência da Convenção sobre o Futuro da Europa, fará com que a UE se consolide enquanto espaço de respeito de direitos fundamentais. Com efeito, este estatuto constitucional tem vindo a ser assumido por força da jurisprudência do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, sendo a formulação de um catálogo não escrito de direitos fundamentais um passo decisivo nesse processo. Mas essa adesão implica a resolução de alguns problemas delicados de técnica jurídica, dos quais o presente texto dá conta, adiantando algumas respostas. 2003-03-01 / 2003-03-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0170 - Equilíbrio e criatividade - Teresa Almeida Garrett . Para além de atestar a importância da Convenção sobre o Futuro da Europa nos posteriores resultados da Conferência Intergovernamental de 2004, o presente artigo adentra naqueles resultados concretos determinantes para o sucesso do processo em si mesmo, entre os quais se destacam a apresentação atempada de um projeto de tratado constitucional, a integração da Carta dos direitos fundamentais, a atribuição de personalidade jurídica à União, entre outros. 2003-03-01 / 2003-03-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0171 - Transparência, democracia e subsidiariedade - Maria Eduarda Azevedo . O presente texto reflete sobre a capacidade da Convenção sobre o Futuro da Europa de promover uma Comissão forte, de caráter colegial capaz de resistir às derivas intergovernamentais e dotá-la de maior abertura, transparência e democraticidade e fazer da subsidiariedade não só a real chave da diversidade, mas também um contributo inestimável para aproximar os cidadãos da Europa e, conseqüentemente, de afirmar a Europa unida na cena internacional na defesa dos valores da democracia, justiça, liberdade e respeito pelos Direitos Humanos e que promova o desenvolvimento sustentado. 2003-03-01 / 2003-03-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0172 - O Cavalo de Tróia da América na Europa? - Madalena Resende . Tendo em conta a assinatura da declaração de apoio aos objetivos americanos relativamente ao Iraque pela Polónia, Hungria e República Checa e as considerações de Donald Rumsfeld sobre a “Nova Europa”, o presente artigo questiona-se, por um lado, se os futuros membros da União Europeia serão mais atlantistas e se, portanto, a sua adesão poderá alterar o rumo político da União; e se, por outro, os três primeiros-ministros socialistas destes países serão os improváveis aliados de Bush, e os novos membros o Cavalo de Troia na América na Europa. Esta aliança é atribuída tanto a uma percebida erosão do modelo da “Velha Europa”, que dá lugar à emergência da América como modelo económico e político, como às próprias condições de adesão e da política externa destes países. 2003-03-01 / 2003-03-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0173 - O poder da Europa - Philippos K. Savvides . O presente artigo argumenta que a adesão do Chipre à União Europeia é uma condição sine qua non para que se encontre uma solução sustentável para o problema cipriota, gerando uma nova dinâmica entre a Grécia e a Turquia e possibilitando a convergência entre as comunidades grega e turca de Chipre. Assim, crê-se que todos os esforços devem ser devotos a este processo de aproximação e que União Europeia bem-sucedida enquanto catalisador de paz pode criar um precedente para a afirmação da Europa como ator eficaz na gestão e resolução de disputas inter- e intraestatais. 2003-03-01 / 2003-03-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0174 - Portugal e o futuro da Europa - Jorge Sampaio . O presente artigo reflete sobre o futuro da União Europeia, tanto no contexto do alargamento, como no da situação da segurança internacional – principalmente no que diz respeito ao Iraque –, incidindo sobre a questão da PESC. Esta vê-se, tal como o projeto europeu, sob necessidade de reformulação de modo a, por um lado, fazer parte de um projeto europeu de uma política mais coesa e integrada, cuja hipótese de reformulação enquanto Federação deve passar pela revisão dos assuntos de natureza comum – como é o caso da PESC – e, por outro, pesar significativamente como ator internacional. 2003-04-01 / 2003-04-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0175 - Da Convenção à Conferência Intergovernamental - Carlos Costa Neves . No presente texto é feita uma análise sobre a discussão levada a cabo na Convenção para o Futuro da Europa que estipulará o passo da posterior Conferência Intergovernamental, da qual resultarão as efetivas alterações ao Tratado da União Europeia. Para tal, é feito um levantamento da história do debate sobre o futuro da Europa, lançado sob a Presidência sueca e da estrutura inovadora deste novo modelo que visa o reforço da legitimidade democrática, da transparência da União e das suas instituições e da aproximação da sociedade civil às instituições europeias. Após apontadas as suas maiores mais-valias e sucessos até ao momento, na perspetiva do autor, é feita uma ressalva à atitude de Portugal, notado como exemplar na forma construtiva com que participa no debate. 2003-04-01 / 2003-04-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0176 - Uma Constituição em tempo de crise - Noémia Pizarro . Precedendo a Convenção sobre o Futuro da Europa, o Congresso “Portugal e o Futuro da Europa” levantou questões pertinentes relativamente ao paradoxo em que se encontra a UE: se, por um lado, se discute na Convenção Europeia o articulado do que poderá vir a ser a primeira Constituição de uma Europa unida, a divergência profunda entre os Estados membros relativamente à crise iraquiana revela, por sua vez, a incapacidade de se chegar a acordo sobre a política externa comum. Assim, e fazendo uma síntese dos assuntos que ocuparam a agenda do Congresso “Portugal e o Futuro da Europa”, o presente artigo interroga-se sobre a possibilidade de uma Constituição Europeia sem a consagração de um conjunto de princípios e valores comuns que orientem a União na sua ação externa e de qual o valor e a legitimidade do exercício constitucional em curso na Convenção sobre o Futuro da Europa. 2003-04-01 / 2003-04-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0177 - Convenção Europeia - o momento da verdade - Guilherme d'Oliveira Martins . Partindo da opinião de que Convenção Europeia terá excedido, até àquele momento, as expectativas iniciais, o presente artigo analisa as condições necessárias para a Convenção propor as mudanças indispensáveis – como a da dupla legitimidade, uma nova proposta de soberania, a harmonização dos poderes legislativos e executivos no seio da União Europeia, da inovação tecnológica, do investimento, entre outros – para se afirmar na cena internacional, depois da perigosa divisão interna e externa perante a crise do Iraque, e superar tanto a sua crise política como económica. São salientadas, neste sentido, as relações transatlânticas, que deverão ser reforçadas no pós-guerra e nas quais o reforço europeu auxiliará numa maior coesão social e eficácia internacional. 2003-05-01 / 2003-05-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0178 - A "nova Europa" - mais perto de Washington, mais longe de Bruxelas? - Pedro Courela . O processo de alargamento a Leste traz consigo a hipótese de uma “nova Europa” (de acordo com Rumsfeld), mais diversa e menos disposta a aceitar as posições franco-alemãs. A crise do Iraque e diplomática daí resultante constitui uma encruzilhada na estratégia da política externa dos países do alargamento, já que o apoio claro a Washington tem de encontrar um equilíbrio com as aspirações no contexto da União Europeia. Explorando este contexto, o presente texto pretende averiguar qual a visão dos novos parceiros e em que medida o seu posicionamento à crise no Iraque e à posição estadunidense é um sinal da postura que deverão assumir enquanto futuros membros da UE. 2003-05-01 / 2003-05-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0179 - A Leste há uma nova oportunidade - Vítor Martins . Comprovado o papel da integração na Europa para o desenvolvimento económico, o crescimento anual do PIB e o crescimento do IDE dos países a que ela aderem, o processo de alargamento promete trazer grandes benefícios para os países de Leste. Neste sentido, o autor crê que Portugal não deve dispensar das oportunidades desencadeadas por este alargamento, sob risco de desperdiçar os benefícios que se apresentam e periferizar a economia portuguesa no contexto europeu. Impõe-se, pois, ação voluntarista por parte do Estado, em cumplicidade com os meios empresariais portugueses que deve fazer uso da sua experiência única de transição da integração

européia, assim como das suas vantagens particulares no que diz respeito aos setores de exportações, serviços financeiros, às obras de infraestruturação e no ambiente. 2003-05-01 / 2003-05-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0180 - A Europa Mundo - Álvaro de Vasconcelos . Partindo da preconização do politólogo marroquino Abdallah Saaf de uma “europeização” do mundo, o presente texto reflete de que forma a Europa mundo pode e deve ser feita, enquanto contrapõe essa visão prospetiva com a (então) atual política europeia, principalmente no que diz respeito aos resultados da Convenção para o Futuro da Europa, e da cena internacional. Deste modo são discutidos o projeto da Europa mundo, aberta e diversa, mas necessitante de uma unidade e capacidade militar num mundo ainda marcado por conflitos. Entre estes destaca-se a guerra do Iraque que terá fragilizado, entre outras coisas, as expectativas iniciais para a Convenção, cujos avanços na área de política externa se viram limitados. Apesar disto, é concluído que depois do Iraque, mais do que nunca, a Europa é essencial à regulação multilateral do mundo. 2003-06-01 / 2003-08-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0181 - Constituição Europeia - Debate Nacional - Noémia Pizarro . O presente artigo dá conta daqueles pontos que se previam vir a fazer parte da Constituição Europeia, tal como foi debatido na Convenção para o Futuro da Europa e, depois, no Debate Nacional sobre o Futuro da Europa. Este último foi conduzido precisamente com o propósito de fomentar a discussão sobre o momento (então) atual e futuro de reforma, tendo em vista o contributo que os cidadãos portugueses poderiam levar à Convenção europeia. A provável realização de um referendo sobre o texto que sairá da próxima Conferência Intergovernamental (CIG) reforça a necessidade de haver, em Portugal, um conhecimento crítico e aprofundado das matérias sobre as quais os cidadãos serão chamados a pronunciar-se, pelo que o presente texto se encontra em linha desse processo de informação. 2003-06-01 / 2003-08-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0182 - Proteger a Europa - Noémia Pizarro . Quando há catástrofes na Europa, as únicas referências à União acontecem, normalmente, a propósito das ajudas financeiras provenientes de Bruxelas. Porém, no que toca à prevenção e avaliação dos riscos ou ao combate aos desastres, nem sempre se sabe qual é o papel da UE. No rescaldo dos incêndios de 2003 em Portugal e na Espanha, o presente artigo reflete sobre a necessidade de uma força europeia de proteção civil de estratégia e combate, capaz de dar resposta a desastres simultâneos, pois apesar da proteção civil ser matéria de competência interna dos Estados membros, esta também é uma das componentes da política ambiental da União Europeia, cujos programas, como Centro de Vigilância e Informação da proteção civil da UE, se mostraram vulneráveis face aos desastres decorridos. 2003-09-01 / 2003-09-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0183 - Ucrânia: o novo horizonte - João Nunes . O alargamento a Leste, a partir de maio de 2004, confere à União Europeia novas fronteiras orientais. A presença no seu horizonte imediato de três novos vizinhos – Bielorrússia, Moldávia e Ucrânia – suscita de imediato a questão de se saber como irá a União desenvolver as suas relações fronteiriças após o alargamento. Neste sentido, o presente artigo devota-se à posição europeia no que diz respeito às novas condições da segurança e das fronteiras, principalmente no que diz respeito à necessidade de clarificação do seu relacionamento com a Ucrânia que partilha fronteiras com sete países, três dos quais aderirão à UE em 2004, é central. 2003-09-01 / 2003-09-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0184 - Os três Mundos - Álvaro de Vasconcelos . A crise intereuropeia aberta pela campanha americana no Iraque é fruto, acima de tudo, de dois pontos de vista diferentes sobre duas coisas: as relações transatlânticas e o futuro da ordem internacional, a qual depende, em boa parte, do modo como os EUA e a Europa se relacionarem entre si e da forma como influírem na sua configuração. Partindo desta premissa inicial, o presente texto debruça-se sobre quais são as posições tomadas no debate europeu sobre o que deverá ser, em suma, a identidade internacional da União, sumarizando estas posições num esquema tripartido: a da Europa potência posição num mundo multipolar como oposição frontal aos EUA; a da Europa económica, de um mundo unipolar e de alinhamento com os EUA; e a da Europa potência civil, defensora da multipolaridade e com um “envolvimento crítico” com os EUA. 2003-10-01 / 2003-10-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0185 - O pomo da discórdia - Charles Powell . O presente artigo analisa os trabalhos e alguns resultados da Convenção Intergovernamental e o seu impacto para Espanha. Nesta, a controvérsia gerada pela reabertura do Tratado de Nice praticamente eclipsou o facto de que o projeto de Tratado Constitucional em estudo na Conferência Intergovernamental cumpre muitos dos objetivos gerais do governo espanhol. Entre eles, destacam-se a incorporação da Carta dos Direitos Fundamentais, o reconhecimento da personalidade jurídica da União, o desaparecimento da estrutura em pilares criada em Maastricht, a simplificação dos instrumentos legislativos e a generalização da tomada de decisões por maioria qualificada. 2003-11-01 / 2003-11-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0186 - O que esperam da União? - Mónica Santos . O presente artigo reflete sobre o alargamento da União Europeia a Leste a partir das expectativas destes europeus relativamente à adesão. Em maio de 2004 estes foram chamados a pronunciar-se sobre a adesão. Analisados os resultados dos referendos constata-se uma prevalência da vontade de aderir à UE na generalidade dos países. Conclui-se também que a luta contra a pobreza, a exclusão social e o desemprego e a manutenção da paz e segurança na Europa são vistos como prioridades, reflexo da esperança da maioria dos cidadãos no progresso económico e social a advir da adesão. Igualmente de destacar é a importância atribuída à União enquanto instrumento de manutenção da paz e a favorabilidade à ação externa da União, concretizado em termos da política externa, de segurança e de defesa. 2003-11-01 / 2003-11-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0187 - A Suécia na União Europeia - O percurso de um Estado eurorelutante - Ferreira Pereira . O presente texto relaciona a declarada neutralidade da Suécia e o seu processo de adesão e posterior papel na União Europeia. A neutralidade desta, é dito, nunca teve um fundamento legal, mas derivou de uma escolha unilateral, informada por elementos da história do país, da sua posição geográfica, da perceção dos interesses estratégicos dos grandes poderes e de interesses nacionais considerados vitais. Após a negação desta na adesão europeia, a Suécia encontra-se, não obstante, como Estado ausente da UEM e renitente ao progresso da PESC, fora do núcleo duro que, no momento, fariam avançar o processo de construção europeia. Esta periferização tem por consequência a perda de influência no processo decisório da UE e a marginalização política por parte dos seus pares. 2003-11-01 / 2003-11-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0188 - O nosso tempo e o tempo dos outros - Eduardo Lourenço . Neste texto, Eduardo Lourenço lança-se numa reflexão sobre a identidade e cultura europeia que, definida pela sua temporalidade, traduzida na procura, autorreferência e encontro plural, se encontra, olhando para o futuro, e no novo contexto internacional, confrontada com a impossibilidade de retornar a si mesma e à sua própria temporalidade. 2003-12-01 / 2004-01-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0189 - O triunfo do consenso - José Calvet de Magalhães . Partindo de uma ressalva relativa à (falta de) cobertura, tanto da comunicação social, como dos governantes dos Estados membros, dos processos diplomáticos e das relações internacionais, que contribuem para uma melhor compreensão da União Europeia e do que significa ser cidadão europeu, o presente texto reflete sobre aqueles assuntos diplomáticos europeus, tanto no que diz respeito ao processo de alargamento, ao Ato Constitucional e à sua política externa comum – principalmente no que diz respeito às relações transatlânticas. 2003-12-01 / 2004-01-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0190 - Europa - resolver o impasse - Pedro Courela . Partindo do pessimismo resultante da ausência de um acordo sobre o texto definitivo da Constituição Europeia e, portanto, do falhanço da Conferência Intergovernamental, que marcaram o final de 2003, o presente artigo reflete, relembrando de que o adiamento da Constituição não constitui o seu fim, sobre a agenda da União Europeia para o ano de 2004. Nesta destacam-se a histórica adesão de 10 novos membros, a possibilidade do princípio das cooperações reforçadas, o início do debate acerca das perspetivas financeiras da União para o período 2007-2013, o esforço para a afirmação da União enquanto ator de política externa e consolidação dos avanços na segurança e defesa comum da CIG e a pressão para a criação da figura do Ministro dos Negócios Estrangeiros europeu. 2003-12-01 / 2004-01-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0191 - O resgate da Europa - Maria João Seabra . Neste artigo é ponderado de que forma o Tratado Reformador constitui um passo para a frente ou para trás na construção europeia. Interroga-se, assim, se o abandono simbólico, é apenas uma questão de forma ou se existe verdadeiramente um recuo nos conteúdos do Tratado e se, afinal, o verdadeiro significado de ter um Tratado Constitucional era meramente uma questão de forma ou, pelo contrário, se tratava de um elemento essencial para a construção da Europa Política, tanto em termos políticas e instrumentos, como em termos de aproximação dos cidadãos ao processo de integração. A resposta não é linear: por um lado, o Tratado reformador é uma forma de saída do impasse institucional, algo do interesse dos cidadãos e dos Estados membros e por outro, tenta-se a todo o custo evitar que seja devolvido aos cidadãos o verdadeiro poder sobre o futuro da Europa. 2007-07-01 / 2007-08-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0192 - O estado do debate europeu: o futuro da Europa - Bronislaw Geremek . O presente artigo dá conta das causas na origem da crise política europeia, numa visão diacrónica entre a visão do passado – e de uma memória coletiva – e do futuro. Neste sentido, é necessário um questionamento direto sobre as razões por que vivemos juntos, quem tem vocação para aderir à União, o que quer os europeus fazer em conjunto, com que meios institucionais e orçamentais querem agir, estando a falta de resposta a estas simples perguntas na origem da crise de legitimidade. Finalmente, é apontada a vitalidade de um novo Tratado, tanto para a reforma das estruturas europeias, como para tornar o seu funcionamento mais eficaz, principalmente no que diz respeito a uma reaproximação ao “povo europeu”. 2007-07-01 / 2007-08-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0193 - A ideia da Europa - José Gil . No meio das inúmeras incertezas que nos invadem, hoje, sobre o futuro da Europa, duas ideias parecem irrecusáveis: 1) não haverá Europa como país uno e identidade própria, se não se constituir como entidade política soberana e 2) não poderá existir uma “nação” ou “sociedade” europeia sem um mínimo de coesão e consistência culturais. Partindo destas duas premissas iniciais, o presente artigo abre uma reflexão sobre as definições, tramites e relações entre a Europa política e a Europa cultural, a qual se prende e relaciona com a definição da noção de “cidadania europeia”, a qual necessita e é necessitante de um espaço público e político, construído a partir dessa mesma cidadania. 2007-07-01 / 2007-08-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0194 - O papel da União Europeia nos desafios globais e regionais - Gonçalo Santa-Clara Gomes . Não há, nem nunca houve um só espaço no sistema internacional. O pressuposto realista de um sistema internacional único é errado e pode conduzir a erros de política externa: apesar de existir um espaço mundial, este é composto por espaços regionais, de caracterização diversa. Assim, não pode haver respostas simples e locais a desafios complexos regionais ou com implicações globais. Este facto torna mais importante a cooperação regional nestas respostas e tem impulsionado os processos de integração regional. Neste contexto, o presente artigo destaca o papel da UE, que tem assumido um papel crescente na definição e na defesa dos interesses europeus e na organização de respostas comuns a nível internacional, mas que deve ponderar esse mesmo papel, assente na legitimidade, na cooperação, na multilateralidade e na defesa dos interesses específicos. 2007-07-01 / 2007-08-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0195 - Valores, objectivos e políticas da União Europeia - Bruno Cardoso Reis . O grupo de trabalho que se dedicou ao tema dos valores, objetivos e políticas da União Europeia no “II Congresso Nacional Portugal e o Futuro da Europa” dividiu-se em três blocos: “Direitos Fundamentais, Justiça e Assuntos Internos”, “Diversidade e Identidade, Hospitalidade e Xenofobia” e “Cinquenta Anos do Projecto Europeu”. O presente texto dá conta das conclusões retiradas em cada um destes temas. 2007-07-01 / 2007-08-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0196 - A Europa no Mundo - Augusto Rogério Leitão . Falar da Europa no mundo, ou melhor, da ação externa da UE exige, antes de tudo, fazer referência ao espectro das suas políticas externas que atualmente cobre todas as questões e domínios significativos da política global contemporânea. Dada a abrangência do tema e, ainda, a sua complexidade e multidimensionalidade, estabeleceu-se a sua configuração através de três títulos: “Onde acaba a Europa e onde começa a vizinhança”; “Coerência e relevância da ação externa”; “Multipolaridade e poder”. 2007-07-01 / 2007-08-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0197 - O papel internacional da União: políticas e meios - Gianni Bonvicini . Desde a fundação da Comunidade que algumas das políticas europeias têm um impacto real em países terceiros: a política comercial, a política de desenvolvimento e de associação, já incorporavam a ambição da Comunidade de ser considerada como um parceiro global real e credível. Neste sentido, o presente texto avalia se a União, enquanto tipo inédito de ator regional, está a desempenhar de forma correta um papel internacional. Com este objetivo em vista, analisam-se três dimensões fundamentais da projeção internacional da União nas questões mundiais – os processos de alargamento, a Política Europeia de Vizinhança (PEV) e a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) – que estabelecem já a UE como modelo positivo de sistema regional, relevante nas questões internacionais, mas o qual pode ser aprofundado com um Tratado como aquele previsto após a Conferência para o Futuro da Europa. 2007-07-01 / 2007-08-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0198 - A Europa vista da Sahel Atlântico - André Corsino Tolentino . As novas circunstâncias e esperanças mundiais – como é o caso da revisão das relações entre a União Europeia e os EUA, das reivindicações de países como o Brasil, a China ou a Índia no seio da ONU, das migrações e do estatuto dos países euro-asiáticos –, aumentam a necessidade de perceber a Europa de hoje, como ela se define e como ela se posiciona em relação aos outros continentes, culturas e civilizações. É neste contexto que o presente texto apresenta uma perceção da Europa construída a partir de Cabo Verde, nação de reduzidas dimensões, insular, saheliana, atlântica e soberana e, caso inédito, um produto atípico da expansão europeia e consequente tráfico negreiro transoceânico dos séculos XV-XIX. 2007-07-01 / 2007-08-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0199 - Dimensão económica e social da União - Francisco Torres . O grupo de trabalho sobre a dimensão económica e social da União do “II Congresso Nacional Portugal e o Futuro da Europa” concentrou-se em dois temas: “Modelo Europeu, Governação e a Estratégia de Lisboa” e “Ambiente e Energia: Desafios Comuns?”, cujas conclusões constam neste documento. 2007-07-01 / 2007-08-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0200 - Um novo ciclo da Estratégia de Lisboa - Arminda Neves . A Europa precisa de uma visão ambiciosa e de uma estratégia global de desenvolvimento que oriente a sua ação, um verdadeiro modelo europeu, adaptado ao mundo globalizado e à chamada sociedade do conhecimento, de pendor económico, social, político e ambiental. A Estratégia de Lisboa representou um contributo para a construção dessa visão comum. Mas a credibilidade e sustentação dessa estratégia dependem de resultados concretos. 2007-07-01 / 2007-08-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0201 - Retrato de um país preocupado com o estado da União - Cristina Trancoso . Foram onze as cidades a que o IEEI, em parceria com escolas e associações locais, levou a discussão pública sobre o futuro da Europa. O objetivo foi a descentralização do debate, mas também a observação das preocupações e perspetivas dos cidadãos portugueses relativamente à União Europeia. Independentemente da cidade, da faixa etária dos participantes e até mesmo do tema do debate, certas questões verificaram-se transversais, permitindo traçar um quadro geral das expectativas dos cidadãos portugueses, tais como a questão do acesso à informação, a globalização, a imigração, a emergência de novas potências mundiais e a ausência de regras no mercado internacional, os alargamentos, a dependência energética e a má estratégia de aplicação dos fundos comunitários. 2007-07-01 / 2007-08-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0202 - Inquérito - Rita Pais . A série de seminários promovida no quadro do II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa permitiu não só estender o debate além dos tradicionais centros académicos, mas também auscultar as perceções dos cidadãos sobre a UE. Para perceber quais são as expectativas, as prioridades e os assuntos que mais preocupam os cidadãos, foi elaborado um inquérito sobre Portugal e o Futuro da Europa. A elaboração e presente exposição dos resultados obedeceu ao objetivo de avaliar as opiniões sobre três grandes áreas temáticas do debate europeu: o atual impasse – dimensão, causas e cenários futuros; os valores e missões europeias –, os sectores prioritários de intervenção e os objetivos das políticas interna e externa, e a UE e o exterior – a definição das fronteiras, o processo de alargamento e a diversidade como valor fundamental. 2007-07-01 / 2007-08-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0203 - Seguir o mandato, fazer o tratado - Paula Domingos . Neste texto são traçados os avanços e recuos no que diz respeito à construção e implementação do Tratado Reformador, documento que virá substituir o fracassado Tratado Constitucional europeu. Assim, apesar dos desejos de reabertura das negociações por parte da Polónia e da possibilidade do Reino Unido e da Irlanda fazerem uso do “opt-out” e ficarem de fora da Carta dos Direitos Fundamentais, José Sócrates, primeiro-ministro português, e Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia, têm vindo a público afirmar que as negociações estão fechadas e que o tratado deverá ser assinado pelos 27 em outubro de 2007. 2007-07-01 / 2007-08-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0204 - Valores da Europa: Identidade e Legitimidade - Álvaro de Vasconcelos (coord.) . O presente livro, Valores da Europa: Identidade e Legitimidade, coordenado por Álvaro de Vasconcelos, tem como ponto de partida duas questões essenciais: qual é a identidade da União Europeia? Qual é o princípio de identidade coletiva que permitirá levar a bom termo o projeto de construção de uma União política democrática de mais de 370 milhões de pessoas, cidadãos de vários e antigos Estados, com uma enorme diversidade cultural e linguística? Estas questões são enquadradas no espírito e temas da viragem do milénio, sendo as suas respostas orientadas para o futuro da Europa no novo milénio da globalização. 1999-01-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0205 - Introdução ao Livro valores da Europa: Identidade e legitimidade - Álvaro de Vasconcelos . O presente texto enquadra os temas a serem abordados no livro Valores da Europa: Identidade e Legitimidade, relativos à clarificação dos valores, identidade e objetivos da política interna e externa da União Europeia, numa Europa do fim do século em que vingam as tendências chauvinistas e nacionalistas, facilitadoras da xenofobia e racismo – em larga medida emergidas com a questão do alargamento. Estas questões são tratadas pelos diferentes autores, a partir da sua área de especialidade e de um diálogo de muitos anos sobre a construção europeia. 1999-01-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0206 - Promessas e perigos da identidade europeia - Viriato Soromenho-Marques . Neste artigo são assinaladas as limitações do Tratado de Amsterdão que, com o objetivo de fazer corresponder a união política ao esforço da união monetária, parece ter, ao invés, acentuado a assimetria, a estagnação e os limites de resposta do projeto europeu na viragem do milénio. A Europa afigura-se, sobre este espectro, não como solução ideal, mas como única alternativa, para a qual importa uma análise europeísta, da qual o presente artigo serve como exemplo. Propõe-se, neste sentido, a crítica da questão do recalçamento do federalismo como indicador suficiente das deficiências estruturais no consenso europeu, que se vê como secundário à perda da matriz democrática e axiológica, e cuja reposta passa pela clarificação dos contornos federais futuros da UE. Estes devem, por seu turno, focar-se no desenvolvimento de uma política externa e de segurança comum baseada na promoção internacional dos valores fundamentais europeus. 1999-01-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0207 - Contra a discriminação e a xenofobia: Modos de acção da Europa - Pedro Bacelar de Vasconcelos . O presente texto parte de uma breve reflexão sobre a mudança na Europa no que diz respeito ao sentimento de hospitalidade aos imigrantes e ao racismo e xenofobia, que se mostram mais manifestos, tanto direta, como indiretamente – no enraizamento quotidiano e no cruzamento das condições sociais da discriminação com o fenómeno da criminalidade. Partindo deste contexto, a questão dos imigrantes e dos refugiados colocam uma questão essencial à Europa de cuja resposta e exemplaridade depende a credibilização interna e externa de uma política efetiva dos direitos humanos e, porventura, a legitimidade da sua própria construção. A construção europeia, enquanto construção que desafia as noções bárbaras de Estado, substituindo-as pela de “comunidade” é um passo nesse sentido, como é provado pela adoção de uma clausula geral de não discriminação de base jurídica no Tratado de Amsterdão. 1999-01-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0208 - A protecção dos direitos dos cidadãos no espaço comunitário - José Luís da Cruz Vilaça . O presente artigo traça a evolução estatuto dos direitos humanos e do sistema jurisdicional que assegura a proteção dos direitos que confere a ordem jurídica dos tratados da União. Na primeira parte, é descrita uma evolução claramente vinculada no sentido do reforço da dimensão personalista dos direitos consagrados no Tratado CEE, ainda que económica. A segunda parte dá conta da dimensão política e da formação da cidadania europeia, permitida pelo Tratado de Maastricht. A terceira parte reflete sobre os direitos fundamentais no espaço comunitário, na qual se destacam os avanços realizados pela Convenção Europeia dos Direitos Humanos e pelo Tratado de Amsterdão. Finalmente, estes direitos são contemplados na sua vertente prática refletindo-se sobre as duas vias de acesso dos particulares à justiça comunitária: os recursos diretos e o mecanismo das questões prejudiciais. 1999-01-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0209 - Valores e interesses na política externa da União Europeia - Álvaro de Vasconcelos . O presente artigo reflete sobre a política externa da União Europeia que, é sustentado, para se afirmar na ordem internacional e agir de forma coesa, terá de defender e projetar internacionalmente os valores da democracia e os princípios associativos que legitimam o seu próprio projeto. Quando não o faz e pactua com a barbárie – como aconteceu na Bósnia, deslegitima-se perante os cidadãos que a compõem. É necessário, neste sentido, que a União seja capaz de conciliar uma política externa assente na defesa dos seus próprios valores com uma capacidade de intervenção política coerente e militarmente significativa. O Tratado de Amsterdão fez progressos na definição dos princípios fundamentais da ação externa da União e dá os primeiros passos na criação dos instrumentos de política externa, que, diz-se, deve agir reforçando o multilateralismo e em colaboração. 1999-01-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0210 - Os novos valores da coesão na era da globalização - Francisco Torres . A integração europeia é dinâmica e não estática. Assim também os valores da coesão económica, política e social não são fechados e não podem ser encarados apenas do ponto de vista da UE ou nacional, mas como parte do processo de integração europeia e do próprio processo de globalização. Nesta perspetiva, o esforço de coesão deverá assentar num maior relevo dos problemas da sustentabilidade do processo de desenvolvimento e das políticas comunitárias e não na ótica meramente económica. Também o “atraso relativo” dos países da coesão face a outros não justifica a obtenção de derrogações à legislação comunitária relativo quer ao mercado interno e à UEM quer à própria coesão económica e social e à qualidade de vida. Por último, os valores da coesão têm de ser projetados em todas as políticas da União, incluindo o seu próprio processo de aprofundamento e alargamento e na sua política externa. 1999-01-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0211 - Nota final: Valores europeus no Tratado de Amsterdão - Maria João Seabra . A revisão do Tratado da União Europeia, levada a cabo em Amsterdão, ter ficado aquém das expectativas criadas – especialmente se nos recordarmos das perspetivas surgidas durante o período de ratificação do Tratado de Maastricht – tanto pelos seus autores, como pelos Estados que nele participaram, fracassando nomeadamente na resolução do défice democrático da União. No entanto, como é salientado no presente texto – o nota final do livro Valores da Europa –, não devem ser subestimadas as potencialidades do Tratado nomeadamente na explicitação do carácter democrático da União e da inclusão da defesa dos direitos humanos. 1999-01-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0212 - Portugal, a European Story - Álvaro de Vasconcelos e Maria João Seabra (eds.) . The book Portugal, a European Story, co-edited by Álvaro de Vasconcelos and Maria João Seabra joins the reflection of many specialists, from varying study fields, on the experience, role, successes and errors of Portugal in Europe, since its integration. Its approach is bilateral as not only does it account for the Portuguese presence in the Community institutions but for the positive effects of Portuguese enrolment in the European project for its social, political and economic development as well as the affirmation of its national project. 2000-01-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0213 - A European Vocation - Francisco Seixas da Costa . The present text acts as introduction for the book Portugal, a European Story. It outlines the purpose of the book as well as a brief overview of Portugal in the European Union, stressing the positive outcomes and sentiment resulted from the integration process. Joining the European project not only resulted in a had a significant impact on Portugal's economic and social fabric and on the modernisation of public administration and a deep-set attachment to the integration project and to European politics, but also added strength to common institutions and collaborated in defining a European position in the major strategic challenges faced by the Union. 2000-01-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0214 - Portugal: The European Way - Álvaro de Vasconcelos . The present paper reflects on the Portuguese experience and evolution within the EU. Two moments are pointed as crucial for a shift in its attitude toward: the presidencies of 1992 and of 2000. During the first one the Portuguese discovered the political Europe; during the second, the Union discovered Portugal. During these years Portuguese vision of Europe has evolved has one of a socially cohesive Europe open to the outside world, namely Africa and Latin America, and allied with the USA, security wise. The Portuguese have gradually come to understand that they cannot remain indifferent to the problems of Central and Eastern Europe – Portugal's military participation in IFOR and SFOR in Bosnia was the definitive point of rupture. The Portuguese experience leaves one with the conviction that inclusion is the essential means for the EU to contribute to democracy and peace, attitude that should remain present during the Union's widening. 2000-01-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0215 - Democratic Transition in Portugal and the Enlargement of the European Union - Mário Soares . This paper gives account of the processes of democratic transition and posterior adhesion to the (then called) CEE of the Southern European countries of Portugal, Spain and Greece, that, despite their differences, have some crucial communal aspects for the experience faced (at the time) by several central and eastern European countries. Of all these processes for transition to democracy, the Portuguese process is pointed as the most illustrative and the one from which most positive inferences can be drawn for the European crisis derived from the enlargement process. It is the belief of the author that, in this globalised world, the only way to solve the problem of Europe today requires creating an increasingly wider-reaching unit, that promotes the ideals of cooperation, solidarity and democracy that breaches the idea of "our Europe" versus "their Europe". 2000-01-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0216 - The Negotiating Process - João de Vallera . The present paper considers the balance on Portugal's participation in the intricate network and play of forces in the negotiating processes within the European Union. To do that, it addresses briefly some issues regarding the way national positions are adopted in Lisbon and the organisation and defence of Portuguese interests in Brussels, as well as the necessary coordination between the front line and the rear guard, trying to draw some conclusions. It ponders the meaning of the vote withing the Council, with the practice of qualified majority voting now firmly established in the community order. Finally, it attempts to summarise and give some consistency to what might seem like a mixture of scattered measures, considering the driving forces which guided Portuguese action on the various levels of the different compositions of the Council. 2000-01-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0217 - Portugal and European Integration - Negotiations and Legal Implications - José Luís da Cruz Vilaça . In this paper the author traces the negotiations and legal implications of Portugal's integration process in Europe, dividing it in a bipartite way. In the first part, it outlines the negotiation and diplomatic processes that eventually led to the signing of the Accession Treaty in June 1985. In the second part, the author traces the serious implications that the accession to the European Communities had for the Portuguese legal framework – which were not limited to the institutional level, but affected secondary legislation and regulation on an endless number of activities –, from 1985 to the Treaty of Maastricht. 2000-01-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0218 - Creating the Internal Market: The Portuguese Experience - Vítor Martins . Despite being to everyone's advantage, the Internal Market began in climate of European recession and shortly after Portugal's integration in the community. Nevertheless, the effect in Portugal of the gradual implementation of the Internal Market was positive not only for its social effects but also for its influence on production and on the economy as a whole. This paper offers a brief overview of the strategies, benefits and achievements of the Internal Market in Portugal, how it was able to meet the challenge of the single market and, finally, the negative impact it had, notwithstanding, on agriculture and in the services sector. 2000-01-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0219 - Lessons from Portugal's Long Transition to Economic and Monetary Union - Francisco Torres . After providing a brief overview to Portugal's transition to European and Monetary Union (EMU), this paper presents what the author considers to be the benchmark argument for Portugal to join a monetary union and discusses how it was perceived by policy

makers and the public. In the third section, it focuses on the politics of macroeconomic stabilisation. In the fourth, it looks at the change of regime and political consensus building. The fifth section considers the evolution of political and policy misgivings on EMU. The sixth section analyses trade integration and the similarity of economic structures between Portugal and Euroland. In the seventh section it considers different institutional features of the Portuguese economy, especially the flexibility of the Portuguese labour market and the unemployment problem comparatively. The eighth section gives an overview of other developments of the Portuguese economy. 2000-01-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0220 - Application of Structural Funds - Isabel Mota . On the threshold of the millennium, the present paper recalls the perceived positive Portuguese experience of structural funds application as it is of particular interest to those countries applying for membership of the EU and the next cycle of development aid scheduled for 2000. Bearing this in mind, the Portuguese experience is presented, conjoined with the author's own personal assessment of the positive and negative aspects in applying structural funds. This exchange of information will prove beneficial for the future of Europe and the challenges of the enlargement process. Moreover, given that regional disparities are naturally a threat to the economic and social cohesion of the European space and decision-making processes, the priority attributed to the issue of structural funds in preparing the accession of the new candidate countries for membership of the EU is one of the key aspects for its success. 2000-01-01 / 31/12/2000

D. PT/ADN/IEEI/003/0221 - European Integration of Portuguese Agriculture - Armando Sevinato Pinto . When in 1977, Portugal applied to join what was then the European Economic Community, agriculture was the sector of most concern to the Portuguese authorities. Departing from this context, the present paper deals with the agricultural sector in Portugal and its role in the Portuguese integration and negotiations process in the EU. In the first section, it addresses the state of the agricultural sector before the integration and the main concerns regarding it. The second section deals with Portuguese attitude in the negotiations and the Accession Treaty. The third and last section reflects on the impact and results of 14 years of integration. 2000-01-01 / 31/12/2000

D. PT/ADN/IEEI/003/0222 - Portuguese Experience of European Cooperation in the Fields of Justice and Home Affairs - Nuno Piçarra . This paper reflects on the issue of European cooperation regarding the fields of Justice and Home Affairs (JHA), especially the Portuguese experience. It starts by tracing the constitutional evolution of this field, the main steps in this evolution being the Treaty of the European Union and the Treaty of Amsterdam. It then focuses on the Portuguese experience, especially regarding the Portuguese participation in the implementation of the Schengen acquis – one of the most important aspects of the Portuguese experience of cooperation on JHA matters –, and consequent obligations, effects and implementation in the Portuguese State. Lastly, it ponders about the obligations of the Portuguese State resulting from the remaining JHA acquis and the monitoring and evaluation of its performance. 2000-01-01 / 31/12/2000

D. PT/ADN/IEEI/003/0223 - Portugal e a fundação da EFTA – 1956-1960 - Nicolau Andresen Leitão . País fundador da Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) e da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) e membro de pleno direito da Comunidade Económica Europeia (CEE) a partir de 1986, Portugal tem tido uma participação ativa na História da Integração Europeia. Os aspetos menos focados nesta participação foram o papel desempenhado por Portugal nas frustradas negociações para criar uma Zona de Comércio Livre (ZCL) 1956-1958, que se revelaria fundamental para Portugal se tornar membro fundador da EFTA, e a tentativa, em 1962, de Portugal se tornar membro associado da CEE, após a Grã-Bretanha solicitar a sua plena adesão no ano anterior. O presente artigo endereça essa lacuna debruçando-se sobre o papel de Portugal nas negociações para a criação de uma Zona de Comércio Livre e o seu posterior papel na fundação da EFTA, no período compreendido entre 1956 e 1969. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0224 - Portugal e os movimentos de cooperação e integração económica na Europa - Luís Figueira . Neste texto é realizada uma breve análise sobre o papel de Portugal nos movimentos de cooperação e integração económica na Europa. Contudo, é dito, o tema encontra-se já largamente esmiuçado por vários autores. Não obstante, o texto dá conta de um outro aspeto menos conhecido, como escritos de que participou “por dentro” na fase inicial das relações portuguesa com as então chamadas Comunidades Europeias – como é o caso de José Calvet de Magalhães – e, depois nos últimos anos das negociações que culminaram, em 12 de junho de 1985, na assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia e à Comunidade Europeia da Energia Atómica. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0225 - An Open Europe in a Multipolar World: Lessons from the Portuguese Experience - Álvaro de Vasconcelos . The short book *An Open Europe in a Multipolar World: Lessons from the Portuguese Experience*, by Álvaro de Vasconcelos, discusses the available options to the EU to affirm itself in the international scene. Based on an analysis of twenty years of EU membership, it describes how international issues fit with Portuguese thinking about Europe. In the light of the re-

emergence of multi-polarity, it examines ways for the Union to strengthen multilateralism, the strategic cornerstone of EU foreign policy, and discusses the key linkage between internal and external policy issues. 2007-10-01 / 2007-10-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0226 - Introduction in An Open Europe in a Multipolar World: Lessons from the Portuguese Experience - Álvaro de Vasconcelos . This introduction explains how An Open Europe in a Multipolar World: Lessons from the Portuguese Experience deals with the issue of European affirmation as an open and multilateral agent, with capacity to act in a multipolar international scenario, perceived through the Portuguese perspective. It is indebted to a paper written by the same author in 1986, "Portugal's European Path", about Portugal's world view as a member of the EU, benefiting from the twenty-year hindsight of the theme. 2007-10-01 / 2007-10-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0227 - Tradition and "Europeanisation" - Álvaro de Vasconcelos . In the first chapter of An Open Europe in a Multipolar World, with the benefit of a twenty-year hindsight view of the EU membership, the author describes how international issues fit with Portuguese thinking about Europe and the shift occurred in foreign policy and international relations in the meantime. It devotes especial attention to the issue of the enlargement process. 2007-10-01 / 2007-10-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0228 - "Multilateralising" Multipolarity - Álvaro de Vasconcelos . This document – the second chapter of An Open Europe in a Multipolar World – the author examines, considering the re-emergence of multipolarity, how the presidency and the Union can reaffirm multilateralism, the strategic cornerstone of the EU foreign policy. After providing context for the new multilateral context and Europe's role in it, it deals with the course of Portuguese presidencies, which in 2007, distinctively to what happen in 1992 and 2002, must deal with a global foreign and security policy, rather than merely European. It then discusses the "perils" of multipolarity to the Union – such as to its cohesion and unity. 2007-10-01 / 2007-10-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0229 - The Internal as the External in Europe - Álvaro de Vasconcelos . The third chapter of An Open Europe in a Multipolar World, the author discusses the "internal as external" or "inter-mesticity", given that the Union's global influence largely depends on its internal configuration. In fact, it is said, the magnetism of the Union is a vital aspect of its soft power, and explains the high level of international interest in what happens within the Union; indeed, what happens within the Union is largely responsible for how it behaves outside its own borders, for the success or failure of its foreign policies. For the Union, domestic matters are *primus inter pares* among the factors shaping its foreign policy. Bearing this in mind, in this document the issue of European identity and immigration are addressed and paired with the issue of EU's foreign and international policies. 2007-10-01 / 2007-10-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0230 - Brief chronological background - Mónica Santos Silva . This document – the first appendix of An Open Europe in a Multipolar World – contains a brief chronological background of Portugal and Europe. 2007-10-01 / 2007-10-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0231 - Catching up' with the EU - Mónica Santos Silva . This document – the second appendix of An Open Europe in a Multipolar World – provides comparative economic data between Portuguese and the European Union. It contains three graphics: the first regarding the Real GDP Growth Rate; the second about Portugal's GDP as percentage of EU average; and the third on Unemployment Rate. 2007-10-01 / 2007-10-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0232 - Declining europhilia? - Mónica Santos Silva . This document – the third annex of An Open Europe in a Multipolar World – provides graphic representation of an inquiry by Eurobarometer on opinions about European integration and the benefits of EU membership, comparing the Portuguese perspective with the EU average. 2007-10-01 / 2007-10-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0233 - Guia do Cidadão Europeu - Noémia Pizarro e Pedro Courela (coord.) . O presente livro pretende servir como um guia informativo e de análise sobre as questões impostas a um cidadão europeu, tais como a questão da sua própria dupla cidadania e da política europeia, procurando pôr em relevo aquelas disposições dos tratados europeus mais relevantes para o exercício de uma cidadania ativa. Os seus oito capítulos tratam, assim, dos temas dos direitos humanos, da justiça comunitária, da coesão social, das migrações e cidadania, da cooperação para o desenvolvimento, do ambiente, do desenvolvimento rural e da proteção dos consumidores. 2005-01-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0234 - Nota prévia: A Europa dos cidadãos - Álvaro de Vasconcelos . A eficácia da ação cívica europeia é, em larga medida, dependente do conhecimento das principais disposições dos Tratados Europeus. Partindo desta ideia, explica a presente introdução ao livro Guia do Cidadão Europeu, neste livro é posto em relevo aquelas disposições dos tratados essenciais para uma cidadania ativa europeia, devotando especial interesse ao Tratado Constitucional e o que uma Constituição Europeia adicionaria no âmbito da cidadania. Apesar de o debate sobre a Constituição Europeia ter demonstrado que são muitos os que consideram que o seu futuro depende das políticas decididas pelos governos nas instituições europeias, crê-se que, como em todas as construções democráticas, o sucesso das políticas da UE depende largamente não só das decisões governamentais e representativas, mas também da ação cívica dos cidadãos e das suas organizações. 2005-01-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0235 - Direitos Humanos, por Secção Portuguesa da Amnistia Internacional - Noémia Pizarro e Pedro Courela . O presente texto serve como guia do cidadão ao estatuto legal e constitucional da União Europeia. Deste modo o presente capítulo do livro Guia do Cidadão Europeu é composto por uma parte explicativa dos Tratados, história e estatuto político e institucional dos direitos humanos na União Europeia, lidando com assuntos como o da Carta Fundamental dos Direitos Humanos e o dos processos de integração alargamento; e uma segunda parte dedicada à praticidade e da proteção legal dos direitos humanos ao dispor dos cidadãos; e uma última parte devota à reflexão sobre a lista de direitos. 2005-01-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0236 - Justiça Comunitária - Nuno Piçarra, Noémia Pizarro e Pedro Courela . Ao instituir, em 1957, a então Comunidade Económica Europeia, o Tratado de Roma pretendeu mais do que um acordo gerador de direitos e obrigações. Ao invés, criou-se toda uma nova ordem jurídica, a favor da qual os Estados membros limitaram os seus direitos soberanos, e cujos sujeitos são não só esses Estados, mas também os respetivos nacionais. É a partir deste contexto jurídico e da justiça comunitária que o presente texto explica como funciona a justiça europeias e como é disponibilizada ao dispor dos direitos dos cidadãos, tanto no que diz respeito à cooperação entre os tribunais nacionais e o Tribunal da Justiça, quais os recursos disponíveis aos particulares e qual a sua relação com a adesão à Carta dos Direitos Fundamentais. Finalmente reflete-se sobre o papel e as alterações à Justiça Comunitária na Constituição Europeia. 2005-01-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0237 - Coesão Social - Noémia Pizarro e Pedro Courela . A política de coesão é um dos fundamentos da construção europeia, sendo a única política da União que se destina exclusivamente a combater as desigualdades económicas e sociais entre os Estados membros. Neste aspeto, influencia diretamente todos os cidadãos que vivem na UE. Tendo em conta este escopo englobante, o presente texto endereça, primeiro, a história política e o panorama institucional das políticas sociais da UE, principalmente no que diz respeito à mitigação das desigualdades e ao emprego; segue para a explicitação dos direitos práticos e efetivos dos cidadãos europeus, que trabalham na UE; e, finalmente, o estatuto da coesão social e das políticas sociais sob a Constituição Europeia. 2005-01-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0238 - Migrações e Cidadania - Carla Folgoa, Maria Carreiro, Luís Gorjão Henriques, Noémia Pizarro e Pedro Courela . A imigração será um dos fatores de crescimento socioeconómico mais importante do século XXI, em particular na Europa, pelo que as migrações são um dos efeitos mais desejáveis da globalização e não o inverso. Para tal é necessário encarar, globalmente, todos os aspetos relacionados com as migrações e não concentrar-se apenas nas questões relacionadas com a gestão dos fluxos. Encarar as migrações na UE como um processo que junta países de origem, de trânsito e de acolhimento implica também reconhecer que a imigração não é apenas uma questão interna da Europa, mas uma questão essencial da sua política externa e da sua identificação, pelos demais, como um espaço de inclusão e liberdade. Assim sendo, o presente texto esclarece não só as políticas de migração e externa europeias, mas também a questão da cidadania e dos direitos básicos, que sustentam a temática. 2005-01-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0239 - Cooperação para o Desenvolvimento - Hermínia Bastos, Patrícia Ferreira, Noémia Pizarro e Pedro Courela . O presente texto reflete sobre as políticas de cooperação e a ajuda ao desenvolvimento da UE como um dos pilares da sua ação externa e útil indicador da sua influência na cena internacional. De uma forma genérica: a lógica que preside à progressiva implementação da ajuda ao desenvolvimento por parte da UE prende-se com a projeção do modelo social, económico e político. A relação entre ajuda ao desenvolvimento e política externa, no contexto da integração europeia, revela-se ainda mais estreita quando verificamos que os objetivos de ambas se confundem. De facto, a Constituição Europeia refere entre os objetivos da ação externa da União o apoio ao desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento. Deste modo, os debates sobre a política externa europeia e a ajuda ao desenvolvimento são relacionados sincronicamente neste texto. 2005-01-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0240 - Ambiente - Gonçalo Carvalheiro, Renato Roldão, Isabel Andrade, Sofia Parente, Noémia Pizarro e Pedro Courela . Prendendo o debate sobre o ambiente e a sustentabilidade com o do desenvolvimento e da paz, o presente artigo dá conta não só da política europeia para o ambiente e das iniciativas comunitárias, mas também da necessidade da informação, do envolvimento e do apoio á sociedade civil – principalmente através das ONGA – nas decisões sobre o ambiente. Deste contexto mais geral, o artigo passa para o contexto da sociedade civil portuguesa e, finalmente, para o papel do ambiente na Constituição Europeia. 2005-01-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0241 - Desenvolvimento Rural - Noémia Pizarro e Pedro Courela . Tendo em conta, por um lado, que a geografia europeia é maioritariamente rural e o desenvolvimento comunitário depende, em larga medida, deste património comum, e, por outro, o panorama de ocupação urbanística e a desertificação das zonas rurais na Europa, o presente texto incide sobre a dimensão da sociedade civil nas políticas de desenvolvimento rural europeias já que a dinamização das zonas rurais europeias é um assunto que diz respeito a todos os cidadãos europeus. Neste sentido, analisa-se não só a Política Agrícola Comum e as iniciativas de desenvolvimento rural internacionais e comunitárias, mas também o papel da sociedade civil, por exemplo, nas redes de desenvolvimento e nas políticas locais. Finalmente, reflete-se sobre o papel do desenvolvimento rural no caso de Portugal e, depois, na Constituição Europeia. 2005-01-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0242 - Protecção dos consumidores - Maria Cristina Portugal, Noémia Pizarro e Pedro Courela . Neste texto, o autor parte do contexto histórico do movimento dos consumidores para os direitos dos consumidores na Europa comunitária. Com um mercado único, uma moeda única e um acesso não tradicional a produtos e serviços, a União abre novas oportunidades para as empresas e para os consumidores. A ação política da Comunidade tem-se pautado por um equilíbrio entre um conjunto de regras que garantam a proteção da saúde, segurança e interesses económicos do consumidor e a liberdade de circulação de produtos, serviços e capitais, reforçando a confiança do consumidor e das empresas no mercado único. Naquele contexto, a informação ao consumidor e as ações que o habilitem a tomar decisões corretas quanto aos seus direitos e deveres surge como um direito basilar da política de defesa do consumidor. Estabelecido este quadro de proteção, o presente artigo reflete sobre o papel e impacto destes direitos na sociedade civil, nomeadamente no que diz respeito às associações de consumidores e aos recursos jurídicos dos consumidores. 2005-01-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0243 - A Integração dos Imigrantes em Portugal - Maria Beatriz Rocha Trindade . O presente texto, produzido no âmbito do grupo de trabalho “Migrações e Cidadania” do Fórum Viver a Europa, passa de uma reflexão geral acerca da ideia de integração de imigrantes na Europa para a experiência portuguesa. No contexto português, no qual a população imigrada veio recentemente a atingir uma dimensão vizinha do meio milhão propõe-se a juntar algumas reflexões de ordem prática visando atingir uma mais clara definição e, eventualmente, uma possível medida do grau de integração que um dado grupo ou comunidade de imigrantes tenha atingido, em média, em dado momento. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0244 - Temos de Ser um Grupo Multicultural, para dar Voz aos Refugiados - Alexandra Carvalho . Nesta comunicação, realizada no âmbito do grupo de trabalho “Migrações e Cidadania” no Fórum Viver a Europa, é exposta a prática desenvolvida no âmbito de um projeto, financiado pela Iniciativa Comunitária Europeia EQUAL, visando garantir o direito a uma integração e eventual cidadania: o Grupo Consultivo (informal) de Requerentes de Asilo e Refugiados. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0245 - Imigração e Cidadania - Ana Margarida Silva Lé . O presente texto, inserido no grupo de trabalho “Migrações e Cidadania” no Fórum Viver a Europa, reflete sobre a necessidade de a União Europeia uniformizar meios para uma melhor e mais rápida integração destas comunidades, nomeadamente no que diz respeito à fiscalização do fenómeno da imigração ilegal e a informação da sociedade civil, de modo a garantir os direitos de cidadania dos imigrantes. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0246 - O Novo Paradigma da Cidadania Europeia, Migrações e Diversidade Cultural nos Estados membros. O Caso Português - Ana Paula Beja Horta . O projeto de cidadania europeia proposto no Tratado, que estabelece uma Constituição Europeia, surge hoje associado à construção de uma identidade cultural enraizada tanto na unidade cultural como na abertura à diversidade e à alteridade. Esta dimensão é particularmente relevante no que toca à integração de imigrantes. Partindo deste contexto, este texto, realizado no âmbito do grupo de trabalhos “Migrações e Cidadania” do Fórum Viver a Europa, reflete sobre o caso português de integração de imigrantes e atribuição de direitos de cidadania. Para esse efeito são analisadas as diferentes fases da política de integração portuguesa, que desagua, atualmente na legalização e atribuição de direitos a imigrantes em situação irregular. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0247 - O Alargamento e a Oportunidade de uma Distribuição mais Eficiente e Humana dos Fluxos Migratórios na EU - André Corrêa D'Almeida . O presente texto, realizado no âmbito do grupo de trabalho “Migrações e Cidadania” do Fórum Viver a Europa, reflete sobre a política comum de asilo e imigração da União Europeia, estabelecida na Estratégia de Lisboa e, mais tarde, no texto da Constituição Europeia, que abre oportunidades, a par do alargamento da UE, para conjugar de forma eficiente e humana os objetivos de crescimento e desenvolvimento definidos em Lisboa com a gestão dos fluxos migratórios contemplada na Constituição. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0248 - Asilo - Carla Folgôa . O presente texto, inserido no contexto do grupo de trabalho “Migrações e Cidadania” do Fórum Viver a Europa, reflete sobre a crise no estatuto de refugiado e da instituição do asilo na Europa, as suas causas e o que é esperado da Constituição Europeia na resposta a esta questão. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0249 - A Imigração na União Europeia - Carlos Trindade . O presente documento, inserido no contexto do grupo de trabalho “Migrações e Cidadania” do Fórum Viver a Europa, apresenta um esquema do panorama geral da imigração na União Europeia. Para tal, esquematiza o assunto em quatro secções: Direito de emigrar versus motivações para emigrar; a importância da livre condução na UE; imigração de países terceiros; e as atitudes no presente para a alteração dos direitos de migração no futuro. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0250 - Migrantes na União Europeia: Pistas de Reflexão para uma Nova Abordagem - CIDAC . Tendo em conta os desafios que se colocam atualmente à União Europeia e a realidade da migração contemporânea, o presente texto – realizado no âmbito do grupo de trabalho “Migrações e Cidadania” do Fórum Viver a Europa – aborda a problemática migratória a partir de uma nova perspetiva que enfatiza o contributo dos migrantes para o desenvolvimento das suas comunidades de acolhimento, não só ao nível económico, mas também ao nível social, cultural e político. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0251 - A Política de Imigração Europeia: Evolução, Tendência e Perspectivas - Constança Urbano de Sousa . Partindo de uma breve introdução relativamente à política global de imigração na UE, o presente texto – realizado no âmbito do grupo de trabalho “Migrações e Cidadania” do Fórum Viver a Europa – ressalta a falta de harmonização e consenso em relação à admissão e integração de imigrantes o processo de adoção da legislação comunitária e a deficiência do enquadramento normativo e institucional da política de imigração, que limita a capacidade da UE em adotar uma política comum. Numa nota mais positiva, pondera-se o papel da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0252 - Seis Teses sobre Migrações e Alargamento da EU - Eduardo de Sousa Ferreira . O presente texto – realizado no âmbito do grupo de trabalho “Migrações e Cidadania” do Fórum Viver a Europa – apresenta seis teses relativas à migração e ao alargamento na UE: o alargamento não conduzirá a intensas correntes de mão-de-obra do Leste, mas a um desenvolvimento económico; uma política ‘magnânima’ em relação à imigração do Leste iria retirar recursos humanos excessivos desses países e, assim, impossibilitar o desenvolvimento e provocar desequilíbrios regionais; o alargamento a Leste tem efeitos positivos demograficamente e na contribuição líquida positiva para o VAB; a utilização da produtividade potencial dos imigrantes de Leste está, em parte, correlacionada com o reconhecimento de diplomas da sua formação profissional; a migração aumenta o contacto entre os países de origem e de destino, criando uma identidade cultural híbrida; este processo representa uma das colunas que irão suportar o nascimento de novas sociedades. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0253 - Implicações Societais das Estratégias de Aculturação - Félix Neto . Neste texto – realizado no âmbito do grupo de trabalho “Migrações e Cidadania” do Fórum Viver a Europa –, o autor contextualiza a questão da migração no debate da ciência social sobre aculturação. São, assim, distinguidos, globalmente, dois tipos de aculturação, os uniculturais e os multilíngues, assim como quatro estratégias, a assimilação, a integração, a separação e a marginalização. Mostra, ainda, como as estratégias de aculturação estão substancialmente relacionadas com uma adaptação positiva: a integração é geralmente a mais bem-sucedida; a marginalização a menos; e a assimilação e a separação são intermediárias. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0254 - Portugal e a União Europeia: Reconfigurando Mapas e Imaginários no Arquipélago Global. O Cubo da Cidadania Cosmopolita - Inês Magalhães . A contínua revolução tecnológica das comunicações e dos transportes tem contribuído para acelerar, progressivamente, o movimento migratório internacional das populações do planeta. Neste texto – produzido no contexto do grupo de trabalho “Migrações e Cidadania” do Fórum Viver a Europa – procura-se equacionar, numa abordagem teórica inter e transdisciplinar, a significativa mudança de paradigma político-cultural ocorrida em Portugal, no

último quartel do século vinte, a qual pode ser constatada, partindo, por exemplo, da comparação de dois mapas portugueses oficializados naquele período. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0255 - As Mulheres Migrantes numa Europa Alargada - Maria Amélia Paiva . Neste texto – inserido no contexto do grupo de trabalho “Migrações e Cidadania” do Fórum Viver a Europa –, a sua autora faz uma pequena reflexão sobre algumas preocupações e esperanças no que toca em particular à realidade das mulheres migrantes – emigrantes e imigrantes – em Portugal e na UE. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0256 - Apontamentos sobre as Definições de Integração e Imigrante a Partir da Experiência Portuguesa - Margarida Marques . O presente texto – inserido no contexto do grupo de trabalho “Migrações e Cidadania” do Fórum Viver a Europa – reflete sobre as políticas de integração de imigrantes no contexto português. Assim, após traçar um perfil histórico da atuação política nos processos de integração de imigrantes, conclui-se que a discussão pública no tópico é quase inexistente e que nação e etnia continuam indissolúvelmente ligadas na sociedade portuguesa. Partindo deste contexto, importa – principalmente tendo em conta o contexto mais alargado europeu – saber como pensar a integração, como são entendidas as migrações e, correlativamente, o que significa a sua integração na nação portuguesa. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0257 - Migrações e Cidadania Europeia. Viver na Cidade de Babel - Miguel Monteiro . O presente texto – realizado no contexto do grupo de trabalho “Migrações e Cidadania” do Fórum Viver a Europa – utiliza a narrativa da construção da “Cidade e da Torre de Babel” como metáfora para o tema das migrações e da cidadania europeia. A UE iniciou a caminhada da construção do lugar unitário da Cidade e da Torre, contendo, em si mesma, a outra perspetiva da narrativa: o da dispersão geográfica, da pluralidade e da diversidade. O enquadramento fundamental da caminhada europeia deverá, por isso, inscrever a “cidadania” como sendo o lugar da unidade na igualdade de direitos, dos deveres e da participação cívica dos cidadãos dos Estados que compõem a Europa, tendo em conta a diversidade das culturas, dos cidadãos naturais dos Estados europeus e dos não naturais, quando residentes neste espaço. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0258 - A Comunidade Chinesa em Portugal - Y Ping Chow . O presente texto – realizado no contexto do grupo de trabalho “Migrações e Cidadania” do Fórum Viver a Europa – reflete sobre as relações da comunidade chinesa imigrante em Portugal, com especial incidência nas associações, que estabelecem as principais ligações entre a comunidade chinesa e os portugueses, nomeadamente no que diz respeito ao serviço social, à ação comercial, à ação política e à educação. As últimas políticas de regularização de imigrantes ilegais, por outro lado, não beneficiam os chineses, pois estes têm uma característica específica, ficando desde logo fora do âmbito da legalização generalizada. Ao invés, são apontadas a facilitação das autorizações de vistos de trabalho, reagrupamento familiar e os vistos de estudo como formas efetivas de melhorar as condições dos chineses em Portugal. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0259 - Migrações e Cidadania - Conclusões - Carla Folgôa . O presente texto faz o somatório das reflexões realizadas pelo grupo de trabalho “Migrações e Cidadania” do Fórum Viver a Europa, coordenado por Maria Beatriz da Rocha-Trindade e Guilherme D’ Oliveira Martins, e relatoria realizada por Carla Folgôa. Este traça as mudanças que são necessárias, principalmente para a construção de uma Europa aberta, para uma melhor integração e uma identificação mais profunda entre o estatuto do imigrante e o de cidadania. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0260 - Introdução In: Conversas com José Calvet de Magalhães: Europeístas e Isolacionistas na Política Externa Portuguesa - Álvaro de Vasconcelos . Nesta introdução ao livro Conversas com José Calvet de Magalhães, Álvaro de Vasconcelos ressalva, por um lado, a sua própria convicção de que a questão europeia não se encontra ainda resolvida em Portugal e, por outro lado, a importância de José Calvet de Magalhães, como internacionalista e europeísta, no seio de um país, ora atlantista, ora isolacionista, cujo testemunho e trabalho como embaixador e diplomata se tornam indispensáveis neste debate longitudinal sobre a política externa portuguesa. 2005-07-01 / 2005-07-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0261 - As Raízes - Álvaro de Vasconcelos . No primeiro capítulo de Conversas com José Calvet de Magalhães, são lembradas as raízes e influências do pensamento liberal e internacionalista de José Calvet de Magalhães, assim como o seu interesse tanto pelas questões europeias como pela diplomacia, do seu tempo de liceu, até ao seu cargo como Ministro dos Negócios Estrangeiros, em plena Segunda Guerra Mundial e em pleno regime salazarista. Assim, paralelo à história pessoal de Calvet de Magalhães traça-se o perfil – ou ausência de – da democracia, do liberalismo e do europeísmo em Portugal nessa altura. Neste sentido, reflete-se sobre a política externa salazarista – e, brevemente, da I República –, do pensamento exclusivista e colonialista e do papel de Andrade Corvo no pensamento humanista liberal em Portugal. 2005-07-01 / 2005-07-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0262 - As duas correntes: Europeísmo versus Nacionalismo - Álvaro de Vasconcelos . O segundo capítulo do livro *Conversas com José Calvet de Magalhães* divide-se em quatro partes. Na primeira, é fornecida uma reflexão histórica sobre o caráter isolacionista português, que se fazia sentir já no fundamentalismo e na autodefesa durante os Descobrimentos e perdura na política externa portuguesa. Na segunda parte, reflete-se sobre as relações entre diplomacia e política externa, principalmente sobre o regime salazarista, recordando-se o papel de Calvet de Magalhães paralelamente à de Franco Nogueira no Ministério dos Negócios Estrangeiros e nas relações externas portuguesas, dando atenção à corrente anti-castelhana. Na terceira parte é discutida a doutrina de política externa salazarista, que se caracteriza, por um lado, por um dogmatismo nacionalista de recusa ao movimento internacional e, por outro, de cautela e damage control. Finalmente, na quarta parte, traça-se o movimento da integração económica, na EFTA, na OCDE e na NATO, e a recusa, simultânea, de Salazar tanto ao Plano Marshal americano como a uma integração europeia, de cariz necessariamente democrático até à aproximação, com Caetano Marcelo e a ala democrática, à ideia europeia. Neste capítulo reúne-se, também, um conjunto de fotos fornecidas por Calvet de Magalhães. 2005-07-01 / 2005-07-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0263 - Os valores como Futuro - Álvaro de Vasconcelos . Partindo da conceção kantiana de que a função da diplomacia é criar a paz entre os Estados, neste capítulo de *Conversas com José Calvet de Magalhães*, Álvaro de Vasconcelos e José Calvet de Magalhães lançam-se na discussão sobre os parâmetros da diplomacia, especialmente na diplomacia multilateral, modeladora e estruturante num projeto multilateral, como o projeto europeu. Neste sentido, o papel do diplomata é definido como o do intermediário e representante do órgão político em tempo de paz democrática e ator do projeto transnacional. É na qualidade deste último que se enquadra, por sua vez, a questão dos direitos humanos que, diz Calvet de Magalhães, se trata de um problema fundamental da política internacional no pós-guerra. Não obstante, é evidenciada a sua ausência na política externa portuguesa, assim como uma corrente federalista clara. Estas ausências na política externa portuguesa prendem-se, novamente, ao fantasma do isolacionismo, cujos valores do passado, ainda definem os valores do futuro. 2005-07-01 / 2005-07-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0264 - O futuro da Europa e de Portugal - Álvaro de Vasconcelos . Revisitando o legado histórico europeu, de Carlos Magno, Napoleão ou Hitler, das tentativas da unificação da Europa como Império, Álvaro de Vasconcelos e José Calvet de Magalhães refletem sobre os valores da União Europeia, enquanto unificação pela conjugação das vontades. Neste sentido, torna-se especialmente importante abordar aqueles valores que devem reger a União, assim como de que forma os processos de decisão – que englobam a questão da dupla legitimidade e dos processos de alargamento – devem ser endereçados. Na segunda parte é discutido o papel de Portugal na União Europeia, ressaltando-se os benefícios desta integração e os passos necessários para uma maior convergência. Finalmente, José Calvet de Magalhães sintetiza a sua visão da política externa portuguesa, as traves mestras da corrente europeísta e euro-atlântica, sobre o pensamento nacionalista português e quais os perigos dos nacionalismos emergentes para a União. 2005-07-01 / 2005-07-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0265 - Os Direitos Humanos na União Europeia - Alexandra Barahona de Brito . O presente texto, inserido no contexto do grupo de trabalho “Direitos do Homem e Justiça” do Fórum Viver a Europa, traça uma breve introdução à problemática dos direitos humanos na UE, tanto no seu escopo interno como externo. No âmbito externo destacam-se três níveis de proteção dos direitos humanos: nacional, da União propriamente dita, e o nível europeu. No âmbito externo destacam-se as iniciativas de ajuda ao desenvolvimento, os acordos de cooperação e os programas de financiamento de atividades relacionadas com os direitos dos humanos. Finalmente, são apontados alguns desafios ao alcance humanitário europeu, nomeadamente, a carência de cidadania, de direitos sociais e económicos, a europeização dos direitos, a política de inclusão e da boa vizinhança e a harmonização entre os objetos da cooperação económica e a política comercial. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0266 - Justiça Penal Europeia – O Desafio Renovado - Anabela Miranda Rodrigues . Partindo da ideia de que a luta contra o crime – organizado ou terrorismo – já não é um assunto nacional, o presente texto, inserido no âmbito do grupo de trabalho “Direitos do Homem e Justiça” do Fórum Viver a Europa, reflete sobre as soluções preconizadas no novo Tratado da Constituição Europeia que procuram, por um lado, melhorar a performance da UE na vertente da eficácia e, por outro, proteger os direitos fundamentais de todos os cidadãos pertencentes à União. Assim, é dito, a consagração do método comunitário é suscetível, não só de evitar a harmonização aparente, mas também de reparar o défice de execução do direito derivado. Neste sentido, são apontados alguns efeitos diretos, sob certas condições, às leis e leis-quadros dos Estados membros e algumas das limitações ainda existentes. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0267 - Direitos Humanos, Segurança e Migrações - André Maias e Vera Lemos . Este texto, realizado no âmbito do grupo de trabalho “Direitos do Homem e Justiça” do Fórum Viver a Europa, faz uma breve reflexão sobre a defesa

e promoção dos direitos humanos na União Europeia, incidindo, sobretudo, no falso dilema entre segurança e direitos humanos e a questão das migrações/direitos humanos num contexto de pós-alargamento. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0268 - Risco Penitenciário – Direito e Direitos Humanos na pós-Modernidade Portuguesa - António Pedro Doreis . O presente texto, realizado no âmbito do grupo de trabalho “Direitos do Homem e Justiça” do Fórum Viver a Europa, relaciona o tema do risco penitenciário com o dos direitos humanos em Portugal na pós-modernidade, relacionando-o, também, com o contexto europeu. Para além de uma breve lista sobre os riscos penitenciários, descreve brevemente a tradição humanista portuguesa e as suas consequências sobre o sistema penitenciário português, as condições gerais das prisões portuguesas e a sua relação com os direitos fundamentais e, finalmente, sobre as reformas prisionais entre 1996 e 2001 e de 2001 até momento atual [2004]. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0269 - Direitos do Homem e Justiça na União Europeia - Carlos Alberto Poiares . O presente artigo, inserido no âmbito do grupo de trabalho “Direitos Humanos e Justiça” do Fórum Viver na Europa, dá conta da emergência da defesa dos direitos humanos na União Europeia no sentido das grandes áreas sociais, comportando, por isso, não só a defesa daqueles valores europeus como a igualdade e a liberdade, mas também os direitos da cidadania. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0270 - Direitos do Homem, União Europeia e Justiça - Carlos Pinto Abreu . No contexto da emergência do terrorismo internacional – e, portanto, da segurança internacional – e do Tratado para a Constituição Europeia, inclusiva de uma Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, o presente artigo – realizado no âmbito do grupo de trabalho “Direitos do Homem e Justiça” do Fórum Viver na Europa – ressalva a necessidade de um modelo ou de um sistema de justiça penal europeu justo e equitativo. Assim, o Tratado constituirá um verdadeiro espaço de liberdade, de segurança e justiça, com meios adequados para agir conjuntamente com os Estados no âmbito da segurança. Cultivar-se-á, ainda, a cooperação jurídica e penal, estabelecendo-se sanções comuns dentro do espaço da União-. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0271 - Que Direitos Humanos, Que União Europeia? - Celina Santos . O presente texto, realizado no âmbito do grupo de trabalho “Direitos do Homem e Justiça” do Fórum Viver a Europa, aponta para a necessidade de debater a importância que os Direitos Humanos ocupam, ou devem ocupar, de facto, nas agendas cidadãs e políticas europeias e para a necessidade de um entendimento claro desta mesma agenda. Assim, na constituição de uma agenda de Direitos Humanos na Europa, e cuja abordagem na futura Constituição da UE é fundamental e incontornável, destacam-se os temas da abordagem às migrações e às deslocações forçadas, a Paridade e a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens, a reforma dos modelos de educação e emprego, e a centralidade das Sociedades de Bem-Estar e do Estado Providência. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0272 - Entre o Passado e o Futuro: que lugar para os direitos humanos na Europa? - Daniela Nascimento . O reforço da proteção e promoção dos Direitos Humanos fundamentais no quadro da UE tem sido equacionado em torno de duas possibilidades: 1) a adoção de um catálogo próprio de direitos fundamentais, partindo da natureza constitucional de proteção dos direitos; 2) a adesão da UE à Convenção Europeia dos Direitos Humanos, a qual constitui o mais avançado sistema internacional de tutela dos direitos fundamentais e um modelo de referência na proteção dos direitos humanos. É nestas duas hipóteses e nos desafios que implicam que o presente artigo, realizado no âmbito do grupo de trabalho “Direitos do Homem e Justiça” do Fórum Viver a Europa, centra a sua reflexão. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0273 - A Cooperação Europeia em Matéria Penal e o Futuro Procurador Europeu - José Luís Lopes da Mota . Dada a impossibilidade do combate transnacional a um nível meramente nacional, torna-se imperativo a criação de órgãos europeus e do estabelecimento das suas finalidades, estatuto e competência, assim como a legitimação e coerência das soluções, numa conceção de sistema, com respeito pelo princípio da subsidiariedade. É neste sentido que o presente texto, realizado no âmbito do grupo de trabalho “Direitos do Homem e Justiça” do Fórum Viver a Europa, reflete sobre criação de um procurador europeu a partir da Eurojust. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0274 - Justiça Comunitária, Constituição e Alargamento: Perspectivas de Reforma - José Narciso da Cunha Rodrigues . O presente texto, inserido no grupo de trabalho “Direitos do Homem e Justiça” do Fórum Viver a Europa, considera a nova era do projeto europeu, em que as suas questões não dizem apenas respeito à teoria do Estado e à teoria constitucional, mas implicam também a ciência do direito constitucional que, a partir de agora, se terá de ocupar, cada vez mais, das relações supranacionais e internacionais. É analisado, particularmente, de que forma o Tratado para a Constituição Europeia de que forma a justiça comunitária será clarificada e de que forma o juiz nacional se torna juiz comunitário e a exigência sobre os Estados é aumentada em matéria da Justiça. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0275 - Os Direitos Humanos e a Constituição Europeia - Maria Josefina de Menezes Leitão . O presente texto, inserido no grupo de trabalho “Direitos do Homem e Justiça” do Fórum Viver a Europa, reflete sobre o lugar dos direitos humanos na construção europeia. Neste sentido, tece, primeiramente, uma breve reflexão sobre a construção de um sistema europeu de defesa dos direitos humanos, tanto interna como externamente, seguida de uma análise sobre a inclusão da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia na Constituição Europeia que surge, assim, como consequência da necessidade de dotar a União de um pilar que traduza a importância da defesa dos direitos humanos no projeto europeu. Finalmente é apontado que, apesar de insuficiente, representa um passo importante na concretização da matriz axiológica da União. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0276 - O Paradoxo do Asilo na Europa - Mónica Farinha . Após ter criado o Direito do Asilo, vive-se um “cansaço” à questão do asilo e dos refugiados na União Europeia, sendo muitos os Estados membros que defendem a ideia do asilo extraterritorial. Após fornecer um breve contexto neste sentido, o presente texto, inserido no grupo de trabalho “Direitos do Homem e Justiça” do Fórum Viver a Europa, questiona-se sobre o papel a desempenhar pela Constituição Europeia e que soluções apresenta ao nível dos direitos humanos e dos direitos de asilo. A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia parece representar um retorno à tradição humanista, prevendo outros beneficiários diretos para além dos já cidadãos europeus, nomeadamente através da proteção garantida pelo direito ao asilo. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0277 - A Constituição Europeia e os Direitos Humanos - Raquel Almeida . No momento em que se aguarda a concretização da vontade expressa por diferentes governantes dos Estados membros de que o projeto da Constituição Europeia, o presente artigo, elaborado no contexto do grupo de trabalho “Direitos do Homem e Justiça” do Fórum Viver a Europa, relembra algumas questões fundamentais no que diz respeito à informação difusa que é partilhada nos diferentes Estados membros no que diz respeito à segurança e se faz refletir na questão dos direitos humanos. É neste pressuposto, também, que a Constituição Europeia se pode provar de particular relevo. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0278 - Direitos Económicos, Sociais e Culturais - Teresa Encarnação . Os direitos humanos distinguem-se, a nível europeu, em duas categorias: os Direitos Económicos, Culturais e Sociais (DECS) e os Direitos Cívicos e Políticos (DCP). Durante décadas, os primeiros foram negligenciados, com base no argumento dos DCP serem prioritários num período pós-guerra. Neste contexto, o presente texto, elaborado no contexto do grupo de trabalho “Direitos do Homem e Justiça” do Fórum Viver a Europa, analisa as medidas de proteção dos DESC levadas a cabo pela UE que, conclui-se, necessitam de uma maior definição e de plena justiciabilidade, de que os DCP já gozam. A Carta dos Direitos Fundamentais da UE engloba os direitos da cidadania. Não obstante, é argumentado, para o pleno exercício da democracia e cidadania europeias, os seus cidadãos devem estar na completa posse dos DESC. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0279 - Direitos do Homem e Justiça na União Europeia - Victor Nogueira . No contexto de uma maior preocupação com a segurança internacional e, também, de entrada numa fase crucial do Programa de Tampere, o presente artigo, elaborado no contexto do grupo de trabalho “Direitos do Homem e Justiça” do Fórum Viver a Europa, reflete sobre de que forma a Constituição e a Carta dos Direitos Fundamentais da UE, apesar dos avanços positivos, podem deixar ainda por resolver a distância da matriz teórica axiológica dos direitos humanos e a sua praticidade, ressaltando a necessidade da União Europeia tornar os seus princípios fundadores mais do que mera retórica, como no que diz respeito, por exemplo, à questão dos refugiados e imigrantes. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0280 - Direitos do Homem e Justiça - Conclusões - Victor Nogueira . O presente texto apresenta brevemente as conclusões do grupo de trabalho “Direitos do Homem e Justiça” no Fórum Viver a Europa, no qual os seus participantes discutiram em que medida o condicionamento europeu/internacional pode provocar respostas negativas ou positivas com incidência nos direitos humanos e na justiça. Conclui-se, assim, de modo geral que as questões relacionadas com a proteção dos direitos humanos e a promoção da justiça dependem não apenas de estruturas e instituições, mas sobretudo de um efetivo exercício da cidadania e de maior intervenção social, sendo necessária a passagem da fase declaratória das políticas respeitantes a estas questões à sua concretização prática, que passar pelo reforço da sociedade civil, da educação e do conhecimento. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0281 - Ambiente e Desenvolvimento Sustentado - Conclusões - Gonçalo Carvalheiro . O presente documento contempla as conclusões retiradas pelo grupo de trabalho que se debruçou sobre a temática do ambiente no Fórum Viver a Europa. Estas conclusões dividem-se em três grupos: análise da situação atual [2004], do impacto e da relação entre a integração europeia e a proteção do direito de todos a um ambiente sadio; o que implica a Constituição Europeia para

a questão do ambiente; e, finalmente, o que será o futuro próximo da Europa em matéria de proteção ambiental. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0282 - Ambiente e desenvolvimento sustentado - Viriato Soromenho-Marques . O presente texto, que introduz a temática do grupo de trabalho sobre “Ambiente e Desenvolvimento Sustentado” no Fórum Viver a Europa, reflete sobre os esforços europeus no sentido de uma política comum da qual se salienta a capacidade de iniciativa perante tanto a aprovação do 6º Programa de Ação para o Ambiente, como o lançamento de um Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0283 - A Relevância da Política Europeia de Ambiente para os Países da União Europeia e para o Mundo - Francisco Ferreira . O presente artigo, realizado no âmbito do grupo de trabalho “Ambiente e Desenvolvimento Sustentado” no Fórum Viver a Europa, faz uma breve análise da política ambiental europeia, nas suas vertentes da legislação, da homogeneização legislativa, na liderança internacional das iniciativas para o desenvolvimento sustentável e no financiamento das infraestruturas ambientais, assim como dos esforços no sentido da participação e responsabilização civil e da prevenção ambiental. Finalmente, refere aquelas que são, mesmo no contexto favorável ao ambiente europeu, os aspetos menos positivos. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0284 - Governança Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável - Alexandra Aragão . Inserido no contexto temático “Ambiente e Desenvolvimento Sustentado” no Fórum Viver a Europa, este texto aborda a questão da governança ambiental, traçando, primeiramente, a crise em que se encontra o Estado Moderno e do Estado do Direito Ecológico, nomeadamente no que diz respeito à evolução do direito ambiental, cujos princípios pecavam por falta de (boa) governança. Fornecido este contexto, repensa, na perspetiva ambiental e no âmbito do desenvolvimento sustentável, os princípios básicos da Governança, já identificados no Livro Branco sobre Governança Europeia. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0285 - A Visão Europeia sobre Água - Ana Cascão . O presente artigo, realizado no âmbito do grupo de trabalho “Ambiente e Desenvolvimento Sustentável” do Fórum Viver a Europa, reflete sobre os objetivos e políticas relativa à proteção dos recursos hídricos tomadas pela União Europeia. Neste sentido, a União é referida como tendo uma das políticas hídricas do mundo. Não obstante, é feita uma breve alusão à Directiva-Quadro para a Água (Water Framework Directive 2000/60/EC) e à Iniciativa Hídrica da União Europeia (European Union Water Initiative, 2002). 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0286 - Breve Comentário sobre a Importância da UE para a Agenda Ambiental em Portugal - Helena Freitas . O presente artigo, realizado no âmbito do grupo de trabalho “Ambiente e Desenvolvimento Sustentável” do Fórum Viver a Europa, traça, brevemente, algumas das vantagens da agenda europeia ao nível nacional português. Destacam-se, assim, a importância desta agenda no enquadramento, evolução e responsabilização da legislação ambiental nacional; no aumento da consciencialização e inclusão da sociedade civil; no incentivo às ONGA's nacionais; e o aumento da fiscalização. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0287 - Direitos Humanos e Justiça - Bruno Martins . No novo contexto do crime e da segurança internacional, coloca-se à União Europeia o desafio de descobrir o ponto de equilíbrio entre os Direitos Fundamentais, a segurança dos cidadãos e o papel do Estado. Neste sentido, o presente texto, realizado no âmbito do grupo de trabalho “Direitos do Homem e Justiça” do Fórum Viver a Europa, apesar de apontar os esforços da enunciação da defesa dos direitos humanos por parte das instituições europeias, este direito permanece, largamente virtual. É também neste âmbito que se alerta para o problema do excesso da securitização, impeditivo à criação de um espaço europeu de liberdade, segurança e justiça. 2004-11-01 / 2004-01-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0288 - Portugal na perspectiva estratégica europeia - Jorge Borges de Macedo . As relações internacionais têm exigências múltiplas que só podem ser pensadas numa base de absoluto realismo e no cálculo hábil das forças efetivamente disponíveis. No inventário destas, está a função estratégica de um território, não só para o Estado que o detém, mas também a partir do interesse que ele representa para outras "seguranças". Daí resulta o ponto de vista essencial de que toda a posição estratégica precisa de ser acompanhada de poder negociador por parte do Estado que a domina. Para além desta perspetiva geral é, ainda, necessária a avaliação da experiência histórica a nível da estratégia e das suas áreas políticas. Com estes dois componentes em vista, o presente artigo averigua a forma de como a função estratégica portuguesa pode ser estabelecida nas relações internacionais contemporâneas, refletindo sobre as condições históricas e geográficas da sua afetação nas políticas internacionais e na defesa, cujas principais mais-valias afetam três pontos essenciais: as hegemonias da península Ibérica e da Europa, o domínio da entrada do Mediterrâneo e a hegemonia do Atlântico. 1987-12-21 / 1987-03-20

D. PT/ADN/IEEI/003/0289 - The WEU European construction and the Alliance - Alfred Cahen . The problem of creating a European Security dimension has existed since the countries of Western Europe – or at least some of them – began their process of cooperation and integration. Tracing the history of the processes of construction of the European Union, the present article recognizes the importance of the role of the people’s representatives to act both as constructive censors of and as active catalysts for all participating governments for an healthy process of constitution, reconstitution and cooperation of the Union. 1986-03-21 / 1986-06-20

D. PT/ADN/IEEI/003/0290 - Integração económica e integração política: que convergência? - Rui Henrique Alves . Incidindo sobre a discrepância entre o alcance do projeto fundador europeu, como espaço de paz, estabilidade e prosperidade, que se vê ainda por realizar e os seus progressos económicos que se encontram, na atualidade, no estado mais avançado possível de integração económica, o presente artigo pretende averiguar de que formas estes dois lados da balança do processo de integração se podem, finalmente, equilibrar. Interessa, assim, um modelo federal europeu que assente numa ampla autonomia das entidades componentes e numa forte descentralização na atribuição e exercício de competências, condições essenciais para a manutenção de um razoável grau de importância do Estado-Nação e para a proximidade das decisões relativamente aos cidadãos envolvidos. 2007-07-01 / 2007-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0291 - Governance and Africa-Europe Relations - Ismael Valigy . One of the most important achievements of the Lisbon Summit was the adoption of “A Joint Africa-EU Strategy” and “The Action Plan 2008-2010”. The intention was to establish a new stage in the Africa-EU relationship in order “to forge a new and stronger partnership”. The issue of governance deserved a particular attention from both parties but there is no universal definition of governance. While some core elements are common in the definitions used, there are also important variations and evolutions. It is crucial to consider the integrated process, not only one component. During the process of the negotiations, the open spirit and consistent determination to achieve positive results and consensual contents prevailed. It is now vital to maintain this determination during the process of implementation. This means not adopting unilateral positions and conditionality, but to accept the importance of working together through the process of open political dialogue and respecting the already existing African mechanisms. 2009-01-01 / 2009-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0292 - Africa’s Challenges in International Trade and Regional Integration: What Role for Europe? - Peter Draper, Phil Alves and Nkululeko Khumalo . Africa’s challenges in trade and regional integration are throng, and well documented. This paper attempts to summarise them against the backdrop of Africa’s broader development priorities. It then explores the ‘demand-’ and ‘supply-side’ of Africa’s problems in trade, noting where and how the European Union may improve its efforts to assist. This wide-ranging discussion covers WTO negotiating dynamics, official development assistance, trade facilitation, standards, infrastructure, and so on. Although the vast amount of issues covered limits the amount of details offered on each area, it provides an important mapping of the problems under consideration. The paper closes by assessing the role of regional integration and Economic Partnership Agreements in achieving improvements in Africa’s trade and broader economic performance. Regional integration in Africa is beset with massive challenges; EPAs offer help in some areas but threaten nascent progress in many others. 2009-01-01 / 2009-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0293 - EU and Africa: A Few Contentious Points on Security Policies - Roland Marchal . The main debates nowadays focus on which regional organizations within the African continent to promote first, what agenda to push forward, which tools to build as to implement more efficiently and then what the consistency of this policy is, when considered with larger lens. Yet, this important but slightly technocratic discussion often is more complex for two reasons, which the present study tries to explore and articulate. On the one hand, EU policies towards Africa are not always what they are stated. Member States, competing agendas, relations with other international organizations, European public opinions move or reframe them in ways that more than often may appear debatable or unclear seen from Africa. On the other, African regional organizations have very diverse origins and, to a large extent, dealing with one does not help dealing with another. Thus, even though no one has articulated an alternative policy, one should be aware of the potential shortcomings of such a new security policy, which are also illustrated here. 2009-01-01 / 2009-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0294 - The EU and the African Peace and Security Architecture - Roger Middleton . The African Peace and Security Architecture (APSA) has evolved at a remarkable pace in the six years since the establishment of the African Union (AU). Underpinned by a strong interventionist commitment in the AU charter it offers a real prospect of African solutions to African problems. The European Union has been heavily involved in the successful development of APSA to date and has made a firm commitment to remain so. In recent times humanitarianism has emerged as the driving force behind European efforts towards Africa. In parallel, over the last decade African states have become more active in seeking their own solutions to the

challenges they face. It is in this context that the present article will seek to shed light on issues faced by APSA, the European involvement and the major bottlenecks to security and defence policies faced regionally by the AU. 2009-01-01 / 2009-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0295 - The European Union's 'Strategic Partnership' with the African Union - Daniel Bach . The European Union provides a unique instance where institution-building has transformed a regional institution into a global player, through such key achievements as the completion of the single European market, the adoption of a common currency, and enlargement from six to twenty-seven members, and so on. It is therefore not surprising that the rejuvenated Organisation of African Unity, now the African Union, borrows several significant features from the EU template. The purpose of this paper is to discuss this attempt to transfer the European experience as well as the EU's stated eagerness to build a 'strategic partnership' with the African Union since its establishment in 2002. After a short description of the governance of the EU, three specific issue-areas are successively addressed: the EU's performance as a model and a mentor for the AU; EU support to 'pax africana'; lastly, EU-AU interactions towards the promotion of economic integration. 2009-01-01 / 2009-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0296 - A More Political EU External Action: Implications of the New Treaty for the EU's Relations with Developing Countries - Eleonora Koeb . The Lisbon Treaty, signed after years of debate over the desirable degree of European political integration, reflects the latest phase in the gradual transformation of the EU from a rather inward-looking community into a global player. Bearing this in mind, this paper aims to provide an overview of the innovations in the Lisbon Treaty which, directly or indirectly, are likely to affect the EU's relations with developing countries. The first section will examine the issues affecting the future use of development cooperation in the context of the EU's wider external action and Common Foreign and Security Policy. The second part will look at how the changes could play out in practice, through changes in institutions and structures and in the implementation of policies, such as the recently launched Joint Africa-EU Strategy. 2009-01-01 / 2009-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0297 - Major Achievements and Constraints in the Implementation of the Joint Strategy and its First Action Plan (2008-2010) - José Briosa e Gala . The EU-Africa Joint Strategy represents an ambitious policy framework that moves away from donor-beneficiary relations and, instead, provides an equal relation to both. It also affords a Political Dialogue for the discussion of common concerns; research for a joint response to global challenges; promotion of key issues for development; tackling new areas and cooperation and promotion of a broad-based-people-centred partnership. In that context, it has created eight thematic partnerships for concrete action with tangible results. The present article thus pinpoints the results and consequent challenges entailed in each of the thematic partnership, stressing the importance of political ambition and a "people-based" dimension in the project. 2009-01-01 / 2009-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0298 - Portugal e o desafio da união económica - Graça Franco . O presente artigo, para além de um sumário do ano de 1989, traça aquele que foi o papel de Portugal no debate da adesão à União Monetária e à Carta Social Europeia, principalmente no que diz respeito às suas delimitações, políticas de cooperação, indústria, economia e outros. 1990-03-21 / 1990-06-20

D. PT/ADN/IEEI/003/0299 - A Europa e os desafios regionais - Armando A. de Castro . O objetivo do presente artigo é, pesando as tendências da economia internacional e atendendo ao rumo europeu para uma união económica e monetária, sugerir problemas, prioridades e espaços na cooperação entre a Europa dos Doze e os países a sul nos anos noventa. Interessa, neste quadro, avaliar de que forma os novos processos de multilateralismo e outros fatores geoestratégicos têm vindo a erodir as relações com os países a sul e de que modo poderão ser revistos e reorientados os sistemas comunitários de cooperação para o desenvolvimento entre países da CEE e países associados e não associados. 1990-03-21 / 1990-06-20

D. PT/ADN/IEEI/003/0300 - A via média da união política - Francisco Lucas Pires . No início dos anos noventa é possível notar uma maior unidade política entre os doze membros da Comunidade que se procura afirmar para lá de mera união económica, especializada e não política. De algum modo, contudo, são as próprias prioridades anteriores que se mostram inalcançáveis sem um avanço do poder institucional e político da Comunidade. Neste contexto, o presente artigo pondera a possibilidade primeira do estabelecimento da moeda única no contexto europeu sem uma unidade política que lhe seja prévia. É de crer, conclui, que os desfechos deste problema se saldarão por opções de meio termo, tanto no que diz respeito ao alargamento das políticas como ao progresso das estruturas democráticas; o que não impede, porém, a construção e estabelecimento de princípios e valores estruturais que funcionariam também como limites e guia do poder em formação. 1991-03-21 / 1991-09-20

D. PT/ADN/IEEI/003/0301 - Uma Europa que não se feche sobre si mesma - Guilherme d'Oliveira Martins . Inserido num contexto de incerteza e hesitação no futuro europeu, o presente artigo serve como asserção da abertura do projeto europeu. A Europa, é argumentado, não pode ser vista como um espaço limitado de países ou de instituições, já que as questões da Comunidade Europeia correspondem apenas a um capítulo da problemática do velho continente, e muito menos pode ser encarada como uma fortaleza inexpugnável e paternalista. De crucial relevância são as relações atlânticas e com a América Latina. É, assim, proposta uma ideia moderna de democracia, assente na abertura, no diálogo, no multilateralismo e nas políticas de cooperação. Há, neste contexto, que aproveitar ao máximo o intercâmbio e a complementaridade de experiências políticas, culturais ou económicas, já que a batalha do desenvolvimento social e cultural está intimamente ligada à batalha da democracia e dos direitos fundamentais. O pós-Maastricht na Comunidade, o pós-1989 no velho continente exigem uma reavaliação da orientação europeia para lá da união monetária. 1993-10-21 / 1994-02-20

D. PT/ADN/IEEI/003/0302 - A Cooperação Política Europeia - João de Matos Proença . Em 12 de Junho de 1985 foi assinado em Lisboa o Tratado de Adesão entre Portugal e as Comunidades Europeias. Em 29 do mesmo mês realizou-se em Milão o Conselho Europeu, a primeira vez que Portugal participou no Conselho Europeu. O Conselho de Milão fixou objetivos da maior importância que interessa sublinhar. Entendeu o Conselho que a adesão de Portugal e Espanha constituía um fator novo, cujo peso específico justificava a renegociação dos tratados comunitários incluindo no futuro processo negocial os dois futuros membros; a renegociação viria a decorrer em Bruxelas no semestre que se seguiu. Ajuizou, ainda, o Conselho de Milão ter chegado o momento de institucionalizar juridicamente um *modus faciendi* que até então se encontrava consagrado em termos exclusivamente políticos, nomeadamente, a Cooperação Política Europeia (CPE), objeto do presente artigo. 1987-12-21 / 1988-02-20

D. PT/ADN/IEEI/003/0303 - The EU's Transformative Power in the Wider European Neighbourhood - Gergana Noutcheva . The EU has become more popular as an actor on the international scene in the last decade. It has been compelled to respond to a lot of membership applications from likely candidates from Central to Eastern Europe and to deal with many more membership aspirations of unlikely candidates from its wider neighbourhood. It receives more and more requests to get involved in various regional and international crises. At the centre of this development has been the EU's power to attract distant neighbours and countries through its projected image of prosperity, wealth and democratic standards. This is, in large part, due to its successful integration and cooperation with international global and regional actors. What is still unclear is whether the EU's power of attraction will be sufficiently strong to provide political and economic transformation to the wider European neighbourhood similar to the experience of the Eastern and Central blocks. 2007-07-01 / 2007-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0304 - À margem do I Fórum Euro-Latinoamericano: Notas sobre uma viagem ao Brasil - Guilherme d'Oliveira Martins . A identidade europeia tem, desde sempre, sido definida pela sua reconhecida heterogeneidade. Esta diversidade que nos é natural não deve, conquanto, impedir, mas reclamar a existência de elos intensos que apela à criação comum, ao pluralismo e à abertura. Inserido neste contexto da Europa e na nova situação internacional da cooperação e abertura, o presente artigo sugere duas vias de ação positiva coexistentes que deverão ser adotadas por Portugal: o do desenvolvimento dos seus recursos e virtualidades próprios e da procura de novas formas de colaboração internacional. Neste âmbito, interessa pensar um novo relacionamento com o Brasil, sobre as quais o presente artigo se debruça, considerando o debate levado a cabo no I Fórum Euro-Latino-Americano. É urgente, refere-se, estabelecer autênticas vias de diálogo e de melhor conhecimento mútuo no estabelecimento de autênticos fluxos de comunicação, que se encontram em falta. Na última parte é feita uma homenagem a José Guilherme Melquior, cujos textos dá-nos inúmeras pistas para a compreensão da sociedade e do fenómeno político. 1991-01-01 / 1991-12-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0305 - Foreword - Fernando Jorge Cardoso . This issue of *Estratégia*, "Global Challenges and Europe-Africa Relations: One Year after the Joint Strategy", draws on papers issued by institutions that belong to EARN, the Europe-Africa Research Policy Network, and on presentations made by participants at two international seminars held in Lisbon during the second semester of 2007. 2009-01-01 / 2009-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0306 - Annexe III: EARN Members and contacts, s.a. The present annexe contains the contacts of the founding members of the Europe-Africa Policy Research Network (EARN). 2009-01-01 / 2009-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0307 - Odisseias - Álvaro Vasconcelos . A pressão da guerra, perseguição política e a privação de direitos são alguns dos motivos que levam os refugiados a fugir para a Europa e para a Austrália, muitas das vezes em condições deploráveis e até mesmo ilegais. Apesar de ter uma fundação de cariz económico, a Europa só sobreviverá se preservar os seus valores pela liberdade e diversidade e isso inclui o auxílio humanitário. 2004-02-01 / 2004-02-29

D. PT/ADN/IEEI/003/0308 - A UE e o exemplo australiano - Victor Nogueira . O governo australiano envia os refugiados para pequenas ilhas próximas. As condições destes campos de refugiados são degradantes e são frequentes as acusações de violação de direitos humanos. O governo australiano explica esta política como sendo uma forma de prevenção contra o terrorismo e desincentivadora da imigração ilegal mesmo esta tendo sido condenada pela Comissão de Direitos Humanos da ONU. A União Europeia precisa de desenvolver um sistema comum de asilo mas por enquanto baseia-se na Carta dos Direitos e Liberdades Fundamentais da EU. O artigo aborda ainda quais as barreiras para os requerentes de asilo. 2004-02-01 / 2004-02-29

D. PT/ADN/IEEI/003/0309 - Uma responsabilidade Europeia - António Figueiredo Lopes . Portugal está empenhado em dar corpo à política comum de asilo da UE. Por um lado, pela necessidade de aprofundar a integração europeia e, por outro, pelo entendimento que políticas e normas comuns mais favorecem os valores da União. A estratégia de Tampere opta por uma interpretação menos restritiva do que é considerado um refugiado e a sua aplicação passa por uma aproximação das legislações nacionais, isto com o objetivo de proporcionar uma resposta mais rápida aos pedidos de asilo. 2004-02-01 / 2004-02-29

D. PT/ADN/IEEI/003/0310 - Por uma Europa cristã? - Bruno Cardoso Reis . O autor discute a viabilidade de se incluir uma referência a Deus num possível documento constitucional da Europa, derivado do seu legado cristão. Utiliza a obra de J. H. H. Weiler como referência cujos principais pontos passam por realçar a importância dos valores para o processo da integração europeia e a herança da cultura cristã na história europeia misturada com outras heranças, que trazem para a Europa o elemento multicultural. 2004-02-01 / 2004-02-29

D. PT/ADN/IEEI/003/0311 - A aventura democrática da Convenção Europeia - Pedro Courela . No seguimento da Convenção para o Futuro da Europa foram lançados vários livros sobre a questão para fazer um balanço da experiência. São analisados três: o primeiro, de Guilherme D' Oliveira Martins ("Que Constituição para a União Europeia?") é um estudo sobre os temas da Convenção, em especial as novidades introduzidas. O segundo, de Olivier Duhamel ("Pour l'Europe"), faz uma reflexão sobre o futuro da Europa e apresenta algumas soluções para uma UE mais democrática. E por último, Peter Norman ("A Constituição Acidental"), que faz uma narrativa dos momentos mais marcantes de todo o processo. Um dos resultados indiretos da Convenção foi o de ter estimulado debates paralelos nos Estados membros acerca do Futuro da Europa. 2004-03-01 / 2004-03-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0312 - 25 de Abril de 1974: Marco de um projecto político europeu - Vitor P. Nogueira . A plena participação de Portugal no projeto de integração Europeia foi também uma conquista do 25 de Abril e demarcou uma das vias da política externa portuguesa. O consenso geral dos líderes europeus era claro: que o projeto de integração estava aberto a todas as democracias. Ficava assim óbvia a projeção política da CEE. Analisa-se a forma como o país conseguiu posicionar-se sobre o assunto numa perspetiva de análise pela celebração dos 30 anos da Revolução dos Cravos. 2004-04-01 / 2004-05-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0313 - Portugal e o desafio democrático europeu - Carlos Costa Neve . Por vésperas da potencial aprovação do Tratado Constitucional, questiona-se qual o lugar de Portugal no projeto europeu e quais os obstáculos se terão de enfrentar para a concretização do mesmo. Os princípios básicos de igualdade entre os Estados-membros, a coesão e a solidariedade, equilíbrio institucional e o reforço do método comunitário são as principais preocupações. Abordam-se as inovações do Tratado Constitucional como, entre outras, a integração da Carta dos Direitos Fundamentais e consagração da personalidade jurídica. 2004-04-01 / 2004-05-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0314 - A unidade europeia para a paz - José Calvet Magalhães . O grande impulso para a criação da União Europeia (ou da CEE na sua génese) foi a vontade coletiva de garantir a paz em todo o continente e ainda beneficiar de acordos económicos que fossem vantajosos para todos. O autor faz um contexto histórico da criação da instituição e condena países, como a Noruega, pela má interpretação que fazem do projeto europeu e por assumirem uma posição "parasítica". 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0315 - Pacto de Estabilidade e Crescimento: o reverso da medalha - Maria Eduarda Azevedo . A União Económica Monetária consolidou mais um patamar da integração Europeia. A autora considera que foi uma decisão eminente política e não apenas fundamentada nos atributos económico-monetários e fundamenta com um contexto histórico sobre as negociações e os critérios de convergência, utilizando os exemplos do incumprimento do défice orçamental da Alemanha e também de Portugal. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0316 - O projecto de «europeização» - Pinar Bilgin . A adesão da Turquia à União Europeia tem sido tema de debate nos últimos anos, sendo que União reconheceu em 1999 a candidatura turca. Alguns líderes europeus não se mostraram favoráveis ao projeto de “europeização” da Turquia: a implicação que precisa de fazer reformas para corresponder à condicionalidade da União. A Turquia tem vindo a fazê-las quer devido à urgência de uma crise económica em 2000 e à atuação de agentes governamentais e não governamentais nos últimos anos. Todavia, a autora refere que o processo de integração da Turquia é um caso particular e que não está ainda resolvido. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0317 - Tão perto, tão longe - Noémia Pizarro . A partir de 3 de outubro de 2005 a Turquia passa a estar apta para abrir as negociações à sua adesão à União Europeia, sendo que já é candidato oficial desde 1999. Há duas grandes visões em debate que a autora realça: Uma Europa com uma identidade bem definida assente em matrizes históricas e religiosas delimitadas e uma Europa política, assente em valores e objetivos comuns, que transcendem as diferenças culturais e religiosas. A Turquia necessitou de reformas internas para poder se adaptar aos valores europeus e são reconhecidos os avanços, inclusive o empenhamento da sociedade civil. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0318 - As duas vias - Pedro Courela . O autor refere que há duas abordagens no que diz respeito à adesão da Turquia à União Europeia: a avaliação tendo em conta os critérios legais, políticos e económicos e, por outro lado, tentativa de particularizar excessivamente a adesão da Turquia, em especial por parte dos setores mais conservadores. 2004-11-01 / 2004-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0319 - Acertar o passo - Luís Silva . Este artigo é uma análise crítica ao ensaio “Dancing to the End,” de Soli Özel , sobre a adesão da Turquia à União Europeia. Analisa os pontos positivos e negativos desse feito e explica as motivações por trás do ceticismo de alguns Estados europeus sobre essa adesão. 2004-11-01 / 2004-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0320 - Novos vizinhos, novas fronteiras: a perspectiva turca - Mehmet Aydin . A União Europeia tem tido sucesso no sudeste da Europa e o melhor exemplo é a Turquia. O alargamento, com todas as condicionantes que lhe estão associadas, acaba por ser um instrumento de política externa. Condicionantes essas de foro político e não geográfica que causam alterações nas concepções tradicionais de fronteira. O artigo faz uma abordagem ao envolvimento turco em relação à política externa e de segurança e a importância deste país na geoestratégia europeia. 2005-04-01 / 2005-05-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0321 - Conversas com José Calvet de Magalhães. Excertos - Álvaro de Vasconcelos . Em memória de José Calvet de Magalhães, Presidente do Conselho Geral do IEEI durante 20 anos. Diplomata, humanista e europeísta, fala nesta entrevista do caminho feito ainda durante o salazarismo para que Portugal gradualmente se aproximasse mais da Europa e quais os entraves políticos e ideológicos que eram impostos para esta nova via. Aborda-se ainda a questão da diplomacia e de como é mais importante do que a guerra. 2005-04-01 / 2005-05-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0322 - O referendo e os dilemas da União Europeia alargada - Jacques Rupnik . Na União Europeia cada alargamento foi acompanhado por um avanço no aprofundamento da integração. O artigo trata desta relação, tendo em conta o alargamento a Leste, e aborda quais as consequências da rejeição do Tratado Constitucional, como uma Europa dividida e diferenças possíveis na política externa europeia. Não descartando alguns dos pontos positivos desta rejeição, fica em causa uma mudança de paradigma. 2005-08-01 / 2005-09-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0323 - Inquérito - Saída para a crise - IEEI . Inquérito a alguns estudiosos sobre questões europeias e qual a forma que a União Europeia poderá sair da crise política resultante da rejeição do Tratado Constitucional. Maria Karasinska-Fendler e Ramón Torrent abordam a continuidade e melhoria do processo de integração. Christopher Hill trata da questão das dificuldades atuais da União e Udo Diedrichs e Wolfgang Wessels sugerem possíveis soluções. 2005-08-01 / 2005-09-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0324 - A Europa política, onde está - Pedro Courela . O filósofo alemão Jürgen Habermas publicou uma análise sobre a conjuntura difícil que a Europa atravessa no seguimento da rejeição do tratado Constitucional. As principais lições a tirar são que o imobilismo na integração é a pior opção, a Europa não deve fugir ao debate político devido ao seu quadro supranacional e que, para Habermas, é importante uma harmonização das políticas fiscais, sociais e económicas. 2005-08-01 / 2005-09-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0325 - Despertar para a realidade - Alexandra Barahona de Brito . Para a autora, o projeto da Constituição Europeia falhou não por ignorância dos europeu ou a ausência de mais informação sobre a instituição, mas sim pelo facto de que a Constituição não corresponderia aos anseios dos cidadãos. A Comissão Europeia sugere a necessidade de um grande projeto para mobilizar os cidadãos e a autora sugere um projeto para uma “Europa limpa”. 2005-08-01 / 2005-09-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0326 - Entre o PKK e Bruxela - André Barrinha . O conflito entre o Estado turco e o Partido de Trabalhadores do Curdistão (PKK) reacendeu-se enquanto decorre o processo de adesão da Turquia à União Europeia. O autor faz um contexto desse conflito, explicando a situação dos curdos – que sempre foi um problema nas relações Turquia-UE - e também qual a origem do PKK. Isto vem a por em causa todo o progresso feito pela Turquia no seu rumo ao Ocidente. 2005-08-01 / 2005-09-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0327 - O difícil exercício da liderança partilhada - Pedro Courela . O artigo discute qual o papel do Presidente da Comissão Europeia tendo em conta os textos dos Tratados, quais os seus poderes qual e a sua real capacidade de atuação. Questionam-se novas abordagens com a possível assinatura do Tratado Constitucional. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0328 - Inquérito - Que prioridades para Durão Barroso? - IEEI . Inquérito a diferentes especialistas sobre quais serão as prioridades para Durão Barroso como Presidente da Comissão Europeia. Salientam-se: a ratificação e aplicação do novo Tratado Constitucional, a reorganização da Comissão, garantir o funcionamento do triângulo institucional, reforçar os laços com os cidadãos e fazer reformas na Europa social. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0329 - Restabelecer a confiança - Teresa de Sousa . Como Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso tem pela frente vários desafios, dos quais o autor salienta dois: na vertente económica, manter a sua posição sem abdicar para os comissários dos países maiores, mantendo assim a sua posição e conseguir conduzir as negociações para as perspetivas financeiras para 2007-2013. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0330 - Uma constituição para a União - Vítor Martins . O Tratado Constitucional colocará a integração europeia num patamar político para amparar o patamar de integração económica conseguido nos últimos 50 anos. O presente artigo trata das novidades que o Tratado trás. A unificação dos três pilares, a criação de personalidade jurídica e dotar-se-á de uma Carta de Direitos Fundamentais, entre outras conquistas. Os valores, objetivos e missão da integração europeia em termos políticos é relevante num período onde ocorrem alargamentos. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0331 - Onde andam os eleitores europeus? - Mónica Santos . O alheamento do eleitorado europeu constitui um problema recorrente e notório – a afluência às urnas foi , em média, 28,7%. Os analistas atribuem a causa deste problema à falta de informação e às fracas campanhas eleitorais: foram os temas nacionais que prevaleceram. Esta situação representa um risco para a integração europeia caso a Constituição Europeia seja aprovada. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0332 - Os trabalhos da União - Álvaro de Vasconcelos . Os referendos para ratificar a Constituição Europeia, as negociações para o plano 2007-2013, o alargamento, etc são todas questões complicadas que estão no horizonte europeu. O número 56 do Mundo em Português, para além desses temas, abordará a indigitação de Durão Barroso para a presidência da Comissão Europeia, as intervenções humanitárias no Sudão e as eleições nos Estados Unidos. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0333 - A integração dos imigrantes em Portugal - Maria Beatriz Rocha Trindade . A problemática da imigração tem sido trabalhada no sentido de garantir o respeito pelos Direitos Humanos fundamentais. A diversidade de formas possíveis de imigração torna necessária diferentes atuações por parte dos Estados mas que tendencialmente terá uma resposta uniforme de acordo com os valores da União Europeia – como é o exemplo do trabalho conseguido pelo Conselho Europeu de Tampere (1999). Aborda-se quais são os patamares de integração dos imigrantes em Portugal, de que forma o Estado pode atuar e as peculiaridades da diáspora portuguesa. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0334 - A Europa global - Álvaro de Vasconcelos . A política externa da União Europeia começa a ganhar peso internacional e é do interesse geral fomentar as relações transatlânticas com os Estados Unidos. Os valores da União estão expressos na Constituição Europeia e no desejo de adesão da Turquia é uma das provas da atração da instituição, para

lá da Europa geográfica. O uso de soft power é um aspeto notável, tal como o é a política de ajuda ao desenvolvimento. 2005-04-01 / 2005-03-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0335 - Francisco Lucas Pires: um cidadão europeu - José Calvet de Magalhães . Texto inédito de José Calvet de Magalhães escrito em memória de um outro europeísta convicto, Francisco Lucas Pires. O autor recorda como conheceu o antigo Ministro da Cultura, professor, deputado Europeu e líder do CDS e qual o seu trabalho em termos nacionais mas, em especial, o trabalho que fez pela europeização em Portugal. 2005-04-01 / 2005-03-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0336 - O «velho» Conselho da «nova» Europa - Vítor Pimentel Nogueira . Portugal assume de novo a Presidência do Comité de Ministros do Conselho da Europa. Faz-se um breve contexto histórico sobre a criação e objetivos da instituição. Após a conclusão da Cimeira de Varsóvia mostrou-se duas visões: a das “velhas” democracias ocidentais cujo foco é principalmente a proteção do Estado de Direito, dos valores e princípios democráticos e a das “novas” democracias que priorizam uma ação política mais urgente nas zonas problemáticas. A artigo aborda as diferentes prioridades e ambições para ambas e qual o posicionamento do Conselho sobre elas. 2005-08-01 / 2005-09-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0337 - A adesão de Portugal à Comunidade - Vitor Martins . A adesão à Comunidade Europeia em 1986 foi um grande passo para colocar Portugal num patamar político, social e económico superior. O autor destaca concorrência, a modernização das infraestruturas e o investimento direto estrangeiro como alguns dos pontos a favor no panorama económico. Aborda outros impactos, nomeadamente na ordem jurídica e na administração pública. Em termos de política externa, Portugal ganhou uma nova dimensão multilateral e as relações com Espanha saíram beneficiadas. 2005-12-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0338 - Portugal nos últimos 25 anos - George Joffé . O presente artigo faz uma breve análise à evolução de Portugal nos últimos 25 anos, abordando a relação com a Grã-Bretanha e as relações transatlânticas. O autor salienta o resultado da revolução com a viragem dos interesses portugueses para a Europa. 2005-12-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0339 - O meu Portuga - Abdallah Saaf . O autor faz um relato de como conheceu Portugal e de quais as suas características políticas e sociais que ressaltaram para si. Recorda o posicionamento dos portugueses no que diz respeito ao “destino europeu” na época. As mudanças políticas com a democracia são realçadas. 2005-12-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0340 - Os partidos políticos e integração europeia - Margarida Salema . O presente artigo aborda a relação dos partidos políticos com a integração europeia, sendo que esta se vem a desenvolver baseada na democracia representativa. O novo paradigma supranacional da União Europeia origina uma nova forma de fazer política partidária. Aborda-se quais os partidos no Parlamento Europeu, os seus estatutos, financiamento, etc. 2006-06-01 / 2006-07-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0341 - A Europa antes dos europeus - Vicente Jorge Silva . O presente artigo tem por base a afirmação de Timothy Garton Ash numa conferência em Lisboa sobre a necessidade de “fazer europeus” agora que a “Europa está feita”, também no decorrer da divulgação do primeiro balanço da Europa a 25 feito pela Comissão Europeia. Abordam-se possibilidades para o futuro da Europa e quais as maiores dificuldades no processo de integração. 2006-06-01 / 2006-07-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0342 - O Triângulo de Weimar na União Europeia alargada - Helena Wyligala . O Triangulo de Weimar foi formado em 1991 pela França, Alemanha e Polónia, como instrumento de cooperação multilateral. O principal objetivo era o auxílio às aspirações europeias da Polónia, permitindo uma maior aproximação à integração europeia e possibilitando o diálogo para a expansão a Leste. O presente artigo aborda a dinâmica este mecanismo, o seu peso político e possibilidades do seu futuro. 2006-10-01 / 2006-11-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0343 - Novos desígnios europeus - Álvaro Vasconcelos . No presente artigo debate-se a construção europeia no seguimento da comemoração dos 50 anos da fundação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. Aborda-se brevemente os maiores desafios que a União Europeia tem pela frente, tal como a adesão da Turquia, a era da Globalização, a atuação internacional e a concretização da Estratégia de Lisboa. 2007-05-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0344 - Estratégia de Lisboa e política externa uma ligação incompleta - Pedro Courela . A Estratégia de Lisboa foi a resposta da Europa aos desafios da economia global em emergência. O presente artigo aborda a evolução das áreas

políticas adotadas desde 2000 e até que ponto os objetivos da Estratégia foram integrados na formulação da política externa. 2007-05-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0345 - A dimensão local da integração europeia - João Paulo Barbosa de Melo . A União Europeia é uma organização sui generis cujas políticas podem ser dirigidas de forma supranacional ou intergovernamental. O presente artigo aborda o funcionamento desta dinâmica da soberania e da administração local do caso português. 2007-05-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0346 - O futuro da Europa - Mário Soares . O presente artigo é a transcrição da intervenção no seminário comemorativo do Dia da Europa (9 de maio de 2007) feito por Mário Soares. Abordam-se perspetivas para o futuro da Europa e da construção europeia. 2007-05-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0347 - A União Europeia, 50 anos - as lições do passado e os desafios do futuro - Celso Lafer . O presente artigo aborda o processo de construção europeia e a sua integração, quer em termos de contexto histórico quer da perspetiva brasileira. Abordam-se os alargamentos, as instituições e pais fundadores. 2007-05-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0348 - Três Europas face à globalização - ou para uma sociedade europeia baseada no conhecimento - Maria João Rodrigues . Abordam-se quais as implicações que a globalização tem nas políticas europeias e nacionais. Mesmo com a excelência europeia, esta não fica livre da concorrência das outras potências europeias. A autora sugere uma mudança necessária na agenda europeia que reforce a competitividade e como as concretizar, reforçando a importância da estratégia de Lisboa. 2005-12-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0349 - A integração multi-nível na UE e o alargamento das autonomias subnacionais - Luís Lobo-Fernandes . A limitação da dicotomia supranacionalismo/intergovernamentalismo na opinião do autor não permite que se construam novas possibilidades para a evolução da integração europeia. Nesse sentido, o presente artigo aborda o modelo multinível da EU, os seus fundamentos e problemas, assim como o alargamento das autonomias subnacionais. 2007-05-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0350 - A lua de mel de Angela Merkel - Anne-Marie Le Gloannec . Angela Merkel venceu as eleições e rapidamente ganhou a estima dos alemães e dos restantes líderes europeus. O presente artigo aborda os principais desafios que a nova chanceler terá, quer internos quer na ordem das relações internacionais com a relação com Estados Unidos, Polónia e também com a questão do desafio nuclear iraniano. 2006-02-01 / 2006-03-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0351 - Um sonho que acabou - Alfredo G. A. Valladão . O presente texto aborda a posição portuguesa numa Europa que tendencialmente se vira a Leste. A possibilidade de retorno e incentivo às relações com o Brasil e com África é uma sugestão feita para que Portugal possa assumir a sua posição internacional. 2005-12-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0352 - Discurso na Sessão de Abertura - José Calvet Magalhães . Portugal assume a presidência do Conselho da União Europeia e alguns dos desafios passam pelo processo de negociação das novas adesões, o problema geral do desemprego, a manutenção das relações da União com outras regiões (nomeadamente, África) e o aprofundamento da integração com a concretização da PESC. Portugal tem ainda um papel importante para aumentar a lista de questões que podem resolvidas por maioria qualificada, revisão do sistema de ponderação de votos para impedir a maioria de votos apenas de países grandes. A presidência portuguesa será importante para esclarecer a opinião pública nacional sobre a participação no projeto europeu. 1999-11-11 / 1999-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0353 - Opening Speech - José Calvet Magalhães . Portugal assumes the presidency of the Council of the European Union and some of the challenges include the process of negotiating new accessions, the general problem of unemployment, maintaining the Union's relations with other regions (namely Africa) and deepening integration with the implementation of the CFSP. Portugal also has an important role to play in increasing the list of issues that can be resolved by qualified majority voting, revising the system of weighting votes to prevent the majority of votes from large countries only. The Portuguese presidency will be important to clarify national public opinion on participation in the European project. 1999-11-11 / 1999-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0354 - The Portuguese presidency and the present European environment - Andrew Duff . Portugal will assume the presidency of the European Union in the first half of 2000. This speech addresses the major challenges of

Portuguese European policy, such as the conduct of the new Intergovernmental Conference (IGC) to change the foundation Treaties of the European Union. The most complex issues in these negotiations (such as sovereignty issues) and enlargement to the East are mentioned. 1999-11-11 / 1999-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0355 - The Euro influence on financial consolidation and regulation in the preparation for the accession to EU (The Case of the Czech Republic) - Karel Zeman . In order to become a member of the EU, the Czech Republic has to meet two major criteria: to create a fully functioning market economy and to be able to cope with both the competitive pressures and market forces that exist within the Union. This speech addresses the integration process of the Czech Republic especially about changes that will be brought by monetary policy. Some possible scenarios are made in macroeconomic terms. 1999-11-11 / 1999-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0356 - O nosso tempo e o tempo dos outros - Eduardo Lourenço . O presente texto aborda a história e a civilização europeia do ponto de vista cultural e do seu relacionamento com outras culturas. A ideia é realçar que a Europa não está mais no "centro" do Mundo e que é imperativo aceitar as outras culturas como forma de promoção de diálogo e concretização de objetivos comuns, sem as julgar. 2003-11-20 / 2003-11-21

D. PT/ADN/IEEI/003/0357 - Turkish contribution to the diversity and richness of the enlarged Europe - Mehmet Aydin . Ever since the Treaty of Rome, the Europe's decision-making processes and institutions are gradually keeping pace with the expansion of the European Union's borders. The present text analyses Turkey's position in this context. It makes a historical context about Turkey, its culture and values. The author highlights Turkey's importance in an Arab world and the EU's rapprochement with this region. 2003-11-20 / 2003-11-21

D. PT/ADN/IEEI/003/0358 - France and Germany - Anne-Marie le Gloannec . A União Europeia/Comunidades Europeias tornou-se o mais importante instrumento para a domesticação das relações internacionais em França, no sentido em que dá um senso comum de responsabilidade. Na relação com a Alemanha, permitiu que se criasse estabilidade no final das guerras e instruiu a solidariedade como requerimento. Para a Inglaterra e Irlanda, criou mais abertura para o diálogo. Por fim, salienta-se a importância do motor franco-germano para a União, mas que o seu papel tem de mudar numa Europa alargada. 2006-11-16 / 2006-11-17

D. PT/ADN/IEEI/003/0359 - Intervenção de André Magrinho na XXV Conferência Internacional de Lisboa. A Estratégia de Lisboa numa sociedade do conhecimento sem fronteiras . A Estratégia de Lisboa vem a funcionar como fator indutor de inovação e competitividade da economia da UE e da sua afirmação na economia global. As prioridades políticas da estratégia focam-se essencialmente em três eixos: (i) investimento no conhecimento e na inovação como motores do crescimento sustentável; (ii) fazer da Europa um lugar mais atrativo para investir e trabalhar e (iii) criar mais e melhores empregos. 2007-03-01 / 2007-03-02

D. PT/ADN/IEEI/003/0360 - The Lisbon Strategy in a knowledge society without borders: the brazilian view - Mario Sergio Salerno & Glauco Arbix . This paper analyses the Brazilian strategy towards a knowledge-based society and economy, the perception and the influence of European Union's Lisbon Strategy in the country, its impacts already visible and the possible future ones as well as joint projects and cooperation. The main guidelines of concerned Brazilian policies will be discussed, principally the Industrial and Technological Policy (PITCE4), the Program Brazil Three Times (Br3T), the Science Policy and the Educational Policy, all integrated with the PITCE. It also addresses the paradox that exists in Brazilian education. 2007-03-01 / 2007-03-02

D. PT/ADN/IEEI/003/0361 - The Lisbon Strategy and foreign policy: the missing link - Pedro Courela . Assessments of the practical results of the Lisbon Strategy have been well documented, but there are three aspects that are common to both initial documents and more recent developments: mutually reinforcing effect of a number of policy areas; adapting Europe to an international dimension and how the Strategy can be integrated into the Union's external action. This paper is an attempt to analyse the missing link between a between the Lisbon Strategy and the EU's external action: in which policies this is visible and to what extent the Lisbon Strategy priorities have been transferred to EU external action. 2007-03-01 / 2007-03-02

D. PT/ADN/IEEI/003/0362 - Situations of Fragility: Challenges for an European Response Strategy - Fernanda Faria, Patrícia Magalhães Ferreira . This book aims to explore ways to improve the European Union's approach and response to issues of fragility and the risks of state collapse in economic, security and development terms. An analysis is made of the concept of the

fragile state itself and the surrounding issues The study is divided into three parts: Part I: Donor engagement in situations of fragility; Part II: The EU response strategy and Part III: Conclusions and Recommendations. 2007-01-01 / 2007-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0363 - Movimento Europeu Internacional - José Manuel Macedo Pereira . O presente artigo aborda o Movimento Europeu, criado na sequência do Congresso da Haia de 1948 e com objetivos europeístas supranacionais. Analisam-se alguns dos maiores obstáculos para que a integração europeia possa ser plenamente alcançada, como a abolição de fronteiras, criação de uma Política Comum de Segurança, etc. 1988-12-15 / 1988-12-17

D. PT/ADN/IEEI/003/0364 - A União Europeia e o aprofundamento da democracia em África - João Gomes Cravinho . O otimismo sobre a legitimidade política da África Pós-colonial desapareceu na década de 70 com o surgimento de regimes ditatoriais. O fim da Guerra Fria causou uma grande pressão internacional para a reforma política de África. O autor argumenta que os países com recursos naturais não precisam de legitimidade externa (como Angola) e que os mecanismos europeus de condicionalismo político têm vindo a serem usados para iniciar processos de democratização e não para reforçar os já existentes. As relações euro-africanas estão ainda marcadas por hábitos coloniais e interesses bilaterais. 2005-01-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0365 - Main Challenges of Europe-Africa Relations in the field of Human Rights - Felipe Gómez Isa . The author identifies five key challenges in Europe-Africa relations in relation to the governance and human rights dimensions: the need for effective EU support for the process of institutionalising the African human rights protection system, the development of a broad intercultural dialogue, the need for a more coherent and consistent policy of conditionality at EU level and, finally, more in line with fundamental international human rights models with regard to EU migration policy. 2005-01-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0366 - Debates pós-Maastricht, por IEEI . O Tratado da União Europeia entrou em vigor depois de um difícil processo de ratificação. O presente artigo aborda as principais reformas institucionais da União Europeia, incluindo em termos de alargamento, e também as divergências que surgiram entre Portugal e Espanha no que diz respeito à questão dos países pequenos e da alteração dos critérios para a formação de minorias de bloqueio. Por fim, aborda-se a questão da moeda única e reforço da integração europeia. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0367 - Reforma institucional, alargamento e aprofundamento da União Europeia - Sergio Alessandrini . A UE tem vindo a ser construída aos poucos, progressivamente ampliando o leque de competências e políticas comunitárias e aumentando a influência das quatro instituições originais. O presente texto faz um extenso contexto histórico do processo de integração, as conquistas de cada tratado, e o estado atual das instituições comunitárias e do processo decisório. Sobre o alargamento da UE, discutem-se quais os principais problemas e objetivos: sendo a integração diferenciada apresentada como possível solução. Salienta-se a temática da PESC e os seus objetivos geopolíticos. Por fim, são apresentadas algumas perspetivas para o desenvolvimento da UE. 1996-01-01 / 1996-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0368 - O Mercosul nas prioridades da União Europeia após o Tratado de Amesterdão -Udo Diedrichs e Wolfgang Wessels . As relações da União Europeia com países terceiros ou agrupamentos de países encontram-se numa fase decisiva de redefinição e transformação. O alargamento e aprofundamento da integração implica uma maior abertura da União às trocas com países terceiros e agrupamentos regionais. O presente texto analisa qual o papel da Mercosul na agenda europeia após o Tratado de Amesterdão. Os autores preveem diferentes cenários para a importância do Mercosul. 1999-01-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0369 - Implicações da União Económica e Monetária nas relações União Europeia-Mercosul - Pier Carlo Padoan . O presente artigo aborda as alterações que o euro irá provocar a nível estrutural e institucional, nas relações monetárias e económicas internacionais. As implicações do euro para o Mercosul dependerão largamente da evolução da taxa de câmbio euro/dólar e do grau de cooperação monetária transatlântica. Analisam-se alternativas de política cambial para o Euro, qual o papel global e regional da moeda única, as relações transatlânticas, quais as forças-motrices para uma cooperação reformada e qual a contribuição da experiência europeia para o Mercosul. Por seu lado, quais são as desvantagens e oportunidades do Mercosul face ao euro. 1999-01-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0370 - O investimento directo da União Europeia no Mercosul - Paulo S. Wrobel . O presente artigo faz uma análise do investimento direto estrangeiro da União Europeia no Mercosul, fazendo uma comparação com o surto de

investimento dos EUA na mesma região. Primeiro são abordadas as características da economia internacional, na segunda parte são apresentados dados sobre o investimento por parte da UE e dos EUA no Mercosul. Na terceira parte é abordada a crise financeira asiática e os principais acontecimentos que decorrem atualmente na União Europeia –união monetária e alargamento da União e, por fim, analisa-se a Mercosul no seu estado atual. 1999-01-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0371 - A Europa pós-Maastricht: implicações externas - José Luís da Cruz Vilaça . A existência da Comunidade Europeia, a relação da Europa com o resto do mundo é influenciada pelo seu estado de evolução como elemento integrador de espaços nacionais próprios. O Tratado de Maastricht abre as portas para a definição e o prosseguimento da uma política externa da Comunidade; para os países latino-americanos empenhados em processos de integração regional é importante a existência de um mecanismo jurisdicional que permita a criação de uma ordem jurídica própria. Os mecanismos políticos democráticos na América Latina reforçados e as relações tradicionais com alguns países da Comunidade Europeia constituem uma forte vantagem. 1993-01-01 / 1993-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0372 - A liberdade de circulação no contexto das relações euro-latino-americanas - Luís Miguel Pais Antunes . Uma das características primordiais do atual contexto internacional é a da criação e reforço dos grandes blocos comerciais. A Mercosul traduz a realidade latino-americana para enfrentar a concorrência internacional e abre as portas para uma nova etapa nas relações entre a CEE e a América Latina. O presente artigo tem algumas reflexões sobre o processo de integração europeia pós-Maastricht e alguns dos aspetos sociais ligados ao estabelecimento do mercado único. O principal foco do texto é a questão da liberdade de circulação e a sua incidência nas condições de acesso e permanência dos cidadãos de países terceiros no espaço comunitário. 1993-01-01 / 1993-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0373 - A dimensão política da construção europeia - Gianni Bonvicini . O objetivo do presente texto é analisar a variedade de opções e as modificações do processo de integração europeu, limitando a abordagem aos efeitos práticos e às experiências de aplicação de diversas políticas e mecanismos decisórios da construção europeia. É feito um contexto sobre a experiência europeia a nível institucional e de reformas – particularmente as que foram realizadas pelo Ato Único Europeu. Aborda-se o princípio da subsidiariedade, as condições para o avanço da integração política, cenários futuros e alargamentos. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0374 - Integração europeia: a dimensão económica - Harry Cowie e John Pinder . A Comunidade Económica Europeia teve origem numa motivação principalmente económica. O presente artigo aborda a construção europeia sob esse prisma, iniciando-se desde o Tratado de Roma até Maastricht. Analisam-se os maiores passos dados como o mercado único e a união monetária. Realça-se as questões institucionais e a integração financeira, sem descurar das tendências sociais e as implicações de novos alargamentos. A integração económica trás algumas consequências e tem diferentes atores no processo, ambos igualmente presentes no texto. Por fim, faz-se uma breve nota à opinião pública sobre o assunto. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0375 - El cuadro institucional de las relaciones entre la Europa Comunitaria y el Mercosur - Félix Peña . El objetivo de este texto es explorar ideas en torno a una nueva etapa de las relaciones entre el Merosur y la Unión Europea, en el contexto más amplio de la actual situación internacional. Comienzas haciendo un contexto histórico à anarquía e integración en el horizonte mundial del fin de siglo; ao cenário de plurilateralismos cruzados. La posición del GATT sobre este nuevo paradigma se debate y lo que la dimensión interna de una estrategia nacional para competir y negociar a escala global. Por último, se analiza la parte del Mercosur y su relación con la UE. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0376 - União Europeia - América Latina | Um diálogo em declínio ou uma nova oportunidade? - Franco Algeri e Elfriede Regelsberger . O presente artigo começa por abordar a evolução da política externa europeia como pré-condição para o diálogo com a América Latina, o desenvolvimento da cooperação política europeia e os instrumentos disponíveis. Se seguida, faz-se o ponto de situação da relação com a América Latina, o papel individual dos Estados-Membros europeus e uma comparação entre os interesses políticos e económicos no diálogo entre a Comunidade, os Estados membros e a América Latina. Por fim, debatem-se alguns cenários sobre o futuro da PESC e a América Latina. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0377 - Relações comerciais entre a União Europeia e o Mercosul - Vera Thorstensen . Começa-se por analisar as características do comércio internacional face ao recente processo de transformação: multipolarismo, regionalismo, globalização, etc. O artigo aborda em seguida o posicionamento da UE e do Mercosul no comércio mundial, utilizando para isso dados quantitativos. Tenta-se debater qual o impacto da política de comércio externo da União Europeia sobre o Mercosul

e, por fim, são apresentadas algumas recomendações para o fomento das relações entre ambas organizações. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0378 - Report: The European Union and the Mercosul and the international system – III Euro-Latin American Forum, por IEEI . This paper is the report of the III Euro-Latin American Forum - "The European Union and the Mercosur and the international system" aimed at developing an integrated vision of the relationship between the European Union and Mercosur. Thus, besides the traditional trade relations, the concept of integration, stages of integration, future perspectives, etc. was addressed. It was considered essential to analyse the state of integration in Mercosur and the European Union. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0379 - Acesso à justiça em matérias ambientais – Um contributo Europeu ou Português - Isabel Andrade . O presente texto, realizado no âmbito do grupo de trabalho “Ambiente e Desenvolvimento Sustentável” do Fórum Viver a Europa, reflete sobre as condições de acesso à justiça, no que diz respeito às questões do ambiente, nos países da União Europeia. Parte, assim, do quadro alargado da convenção de Aarhus, para o caso particular de Portugal, no que diz respeito ao enquadramento legal e prático do acesso à justiça ambiental. 2004-11-01 / 2004-11-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0380 - De Roma a Roma - João Domingues . No âmbito do projecto “Viver a Europa – Uma Constituição para os Europeus”, a Euronatura e a Liga para a Protecção da Natureza organizaram um workshop que teve por objectivo, de uma forma interactiva, identificar e discutir os pontos de convergência entre as agendas ambientais da UE e da sociedade civil e promover a reflexão sobre as questões de cidadania. Este texto sintetiza esta intervenção. 2004-11-01 / 2004-11-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0381 - Ambiente e Desenvolvimento Sustentado - Lina Silveira e Telma Cordeiro . Neste texto, enquadrado no grupo de trabalho Ambiente e Desenvolvimento Sustentável” do Fórum Viver a Europa, reflete-se sobre as crescentes políticas comuns no que diz respeito à questão do ambiente. Estas têm-se traduzido na criação de diversas normas comunitárias, assim como na implementação de vários Planos de Ação que assumem cada vez mais um papel importante na proteção do ambiente da Comunidade. É ressalvada, não obstante, a questão das distinções ambientais e geográficas particulares das diferentes regiões europeias (como é o caso dos Açores) e o escopo mundial destas iniciativas, ressalvas que devem ser contempladas no Tratado que institui a Constituição Europeia. 2004-11-01 / 2004-11-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0382 - A Educação para o Desenvolvimento Sustentável e a Promoção da Cidadania na Europa - Mário Freitas . Partindo da ideia de Manuel Castells de “sociedade em rede”, o presente texto, enquadrado no grupo de trabalho "Ambiente e Desenvolvimento Sustentável” do Fórum Viver a Europa, analisa e relaciona a questão da educação para o desenvolvimento sustentável com a da cidadania, de um quadro europeu para um quadro mundial na procura de um futuro sustentável. 2004-11-01 / 2004-11-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0383 - Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na União Europeia - Mário de Melo Rocha . O presente texto, realizado no âmbito do grupo de trabalho “Ambiente e Desenvolvimento Sustentável” do Fórum Viver a Europa, analisa e enquadra o “Plano de Ação sobre Tecnologias Ambientais da União Europeia” no contexto da integração das exigências ambientais e do desenvolvimento sustentável da ordem jurídica comunitária. 2004-11-01 / 2004-11-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0384 - Uma Impressão Jornalística Sobre um Aspecto Particular da Participação Pública - Ricardo Garcia . Partindo da experiência jornalística particular do seu autor e, portanto, da análise de notícias, o presente texto, enquadrado grupo de trabalho “Ambiente e Desenvolvimento Sustentável” do Fórum Viver a Europa, foca-se na questão da participação pública na elaboração das políticas do ambiente. Para tal, propõe-se observar como é que a influência europeia no ambiente em Portugal é percebida pelo público em geral. 2004-11-01 / 2004-11-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0385 - Coesão Social e Luta Contra a Pobreza - Pe. Agostinho Jardim Moreira . Partindo da premissa de que o combate à pobreza é uma tarefa coletiva e democrática, exigindo a participação de todos os atores sociais, o presente texto, enquadrado no grupo de trabalho “Coesão Social e Luta Contra a Pobreza” do Fórum Viver a Europa, o presente artigo argumenta a favor da capacitação dos atores, do reforço da “Cidadania Ativa” e da participação da sociedade civil na mitigação das desigualdades. Neste sentido, são apontadas de que formas a boa governação e o aprofundamento da democracia podem contribuir para esta emancipação e empoderamento civil. 2004-11-01 / 2004-11-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0386 - Cidadania Europeia, Mobilidade e Qualificação - Armando Rocha Trindade . O presente texto, realizado no âmbito do grupo de trabalho “Coesão Social e Luta Contra a Pobreza” do Fórum Viver a Europa, analisa a questão da mobilidade dos cidadãos europeus no espaço da União – na sequência das novas disposições da Constituição Europeia – no que diz respeito ao caso específico da educação em Portugal. 2004-11-01 / 2004-11-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0387 - Coesão Social e Competitividade Económica - Carlos Zorrinho . O presente texto, realizado no âmbito do grupo de trabalho “Coesão Social e Luta Contra a Pobreza” do Fórum Viver a Europa, analisa a questão da sedimentação da ambição europeia de se tornar um espaço político distinto e um ator geoestratégico global sob o Tratado Constitucional em relação à capacidade de articulação com uma acrescida coesão social e uma maior produtividade e competitividade económica. 2004-11-01 / 2004-11-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0388 - A dimensão externa da UE e o reforço da capacidade de acção - Isabel Camisão e Luís Lobo-Fernandes . O presente artigo, elaborado no contexto do seminário “A União Europeia num mundo globalizado: Desafios actuais, respostas futuras” do II Debate Nacional: o futuro da Europa, reflete sobre os avanços feitos na política externa da União Europeia focando-se na questão da política de defesa comum. Neste sentido, apresenta uma perspectiva diacrónica, revisitando, por um lado, a história das exigências e institucionalizações (e também fracassos) realizados no âmbito da ação externa da União e refletindo, por outro lado, prospectivamente sobre a PESC no Tratado Constitucional e o futuro da ação externa. 2007-03-07 / 2007-03-07

D. PT/ADN/IEEI/003/0389 - Liberdade, segurança e justiça: valores fundamentais da Europa - Nuno Piçarra . O presente artigo, elaborado no contexto do seminário “Liberdade, Segurança e Justiça: Valores Fundamentais da Europa” do II Debate Nacional: o Futuro da Europa, reflete sobre o contexto institucional, legislativo e jurisdicional dos valores da liberdade, da segurança e da justiça na União Europeia. Para tal, divide-se em duas partes: uma primeira devota à contextualização da conciliação deste espaço de liberdade, segurança e justiça, tal como eram contemplados pelos primeiros Tratados, principalmente no contexto agravado do terrorismo internacional; e uma segunda parte relacionada com os serviços de garantia da liberdade, da segurança e da justiça na União, refletindo sobre as garantias políticas, jurisdicionais e outros “meios complementares”, como o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. 2007-02-27 / 2007-02-27

D. PT/ADN/IEEI/003/0390 - Integração económica e integração política: que convergência, por Rui Henrique Alves . Partindo da noção geral de que a UE se tem marcado por uma divergência entre os avanços económicos e os avanços políticos – em que o primeiro se tem sobreposto ao último –, o presente artigo, que dá corpo ao seminário “Modelo Social, Competitividade, Ambiente: Uma Agenda Política” do II Debate Nacional: o Futuro da Europa, reflete sobre de que forma a UE se encontra numa encruzilhada, marcada, pela existência – ao lado dos referidos avanços – de quatro vertentes relevantes onde os resultados ficam bastante aquém do desejável: os quatro “défices” fundamentais. Estes são o “défice da competitividade e crescimento”, o “défice de peso político”, o “défice da legitimidade democrática e de participação” e o “défice de capacidade e ação”. Finalmente propõe uma resposta a estes défices, o do modelo federal europeu, e pondera sobre os desafios que uma tal solução prevê. 2007-03-13 / 2007-03-13

D. PT/ADN/IEEI/003/0391 - A Europa dos valores - Pedro Courela . Este documento, artigo preparatório do seminário “Os 50 anos dos Tratados de Roma: A Europa dos Valores” do II Debate Nacional: o Futuro da Europa, pretende procurar saber o que significa discutir valores no contexto da integração europeia e porque é que essa discussão continua tão importante nos dias de hoje, sobretudo quando as questões da diversidade na Europa estão de forma tão marcada na ordem do dia. 2007-03-27 / 2007-03-27

D. PT/ADN/IEEI/003/0392 - A Assembleia da República no processo de integração europeia: enquadramento normativo - Alves Pardal . Neste background paper, que enquadrou a discussão da mesa redonda “Assembleia da República no Processo de Integração Europeia” realizada no âmbito do projeto “Escolher a Europa”, é realizada uma contextualização jurídica da ação da Assembleia da República enquanto agente do processo de integração europeia. 2006-06-22 / 2006-06-22

D. PT/ADN/IEEI/003/0393 - O Parlamento Europeu, as relações interinstitucionais e o défice democrático no quadro dos novos desafios europeus - Luís Lobo-Fernandes . O presente artigo, preparado para o Seminário Mesa Redonda “O Parlamento Europeu e a democracia à escala do continente”, é estruturado em duas partes principais. A primeira debruça-se sobre a importância do quinto alargamento da UE, como medida principal do poder de seu poder de atração, e traça-se o quadro das vantagens advenientes. Em seguida propicia uma reflexão sobre alguns dilemas da construção de uma comunidade política transestadual, contemplando os principais argumentos teóricos. A segunda parte considera que o Parlamento Europeu

constitui um dos instrumentos mais importantes de legitimação do processo de integração europeia, que deve liderar o esforço com vista a uma maior responsabilidade das instituições comunitárias. Neste ponto, é caracterizada fundamentalmente a evolução dos poderes do Parlamento Europeu, centrando-se sobretudo na expansão do mecanismo de codecisão, enquanto função legislativa. 2007-01-12 / 2007-01-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0394 - A dimensão local da integração europeia - João Paulo Barbosa de Melo . Neste background paper, que enquadrou a discussão da mesa redonda “A Dimensão Local da Integração Europeia” realizada no âmbito do projeto “Escolher a Europa”, visa debater a questão da proximidade dos cidadãos e dos órgãos de poder local com a questão da incrementação da democracia no espaço europeu. Deste contexto mais geral, parte-se para a questão do desenvolvimento territorial e a administração do poder local democrático em Portugal. 2006-01-05 / 2006-01-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0395 - A Convenção Europeia e a Governação Económica, por IEEI . O presente texto serve como background paper para a sessão “Inovação, Alargamento e Coesão na UE, inserido no contexto dos debates nacionais “O Futuro da Europa”. Como tal, reflete sobre as principais conclusões, propostas e limitações dos trabalhos do grupo sobre o Governo Económico no que diz respeito às condições necessárias para o reforço da coordenação dos aspetos económicos da União Económica e Monetária, tendo em conta a experiência da introdução do Euro. Esta temática é enquadrada naqueles que são os objetivos de tornar a UE numa economia mais dinâmica e competitiva, na introdução da moeda única, nas soberanias e assimetrias nacionais e no impacto do alargamento na exposição destas assimetrias. 2002-12-02 / 2002-12-02

D. PT/ADN/IEEI/003/0396 - Enlargement and the EU budget – 10 years on (Alargamento e o orçamento da UE - 10 anos depois), por Brain Ardy . O presente texto considera a forma como a UE respondeu à reforma política e aos desafios orçamentais do alargamento aos países da Europa Central e de Leste. Cobre, para esse efeito, quatro áreas, em ordem cronológica: primeiro, a natureza dos problemas colocados às políticas e orçamento europeus, tal como identificados na fase inicial do processo de alargamento; segundo, as formas como estes problemas e respetivas respostas terão mudado desde há 10 anos atrás; terceiro, as propostas feitas pela Comissão Europeia para lidar com os problemas e a resposta a estes na UE dos 15 e nos países em vias de adesão; no quarto ponto os acordos a que se chegaram no que diz respeito à reforma política e ao orçamento em Berlim e Bruxelas são analisados em relação ao financiamento futuro da UE e ao futuro da UE em geral. Finalmente, as conclusões avaliam até que ponto este processo de alargamento é diferente nas áreas orçamentais e de reforma política. 2002-12-02 / 2002-12-02

D. PT/ADN/IEEI/003/0397 - How will MEU affect cohesion? (Como irá o Modelo da União Europeia afetar a coesão?), por Brain Ardy, Iain Begg, Waltraud Schelke e Francisco Torres . O novo ambiente político da União Económica e Monetária afeta a coesão económica, política e social de várias formas: a mistura de políticas e menu serão reconfigurados; a UEM permitirá uma maior estabilidade em países da coesão; a competição económica intensificar-se-á e mudará os padrões de especialização; e as comparações entre os diferentes níveis de qualidade de vida tornar-se-ão mais fáceis de fazer, pondo pressão sobre os decisores políticos por meio a diminuir as desigualdades. Este texto avalia o significado destes efeitos e as suas consequências previsíveis a curto, médio e longo prazo. Após isso são discutidas as questões de coesão mais importantes relativamente ao alargamento a Este. Finalmente, são retiradas conclusões políticas, conscientes das consideráveis incertezas que justificam uma investigação mais profunda. 2002-12-02 / 2002-12-02

D. PT/ADN/IEEI/003/0398 - Portuguese economic growth re-examined: an anti-fado manifesto (O crescimento económico português reexaminado: um manifesto anti-fado), por Miguel Lebre de Freitas . Este artigo fornece uma análise empírica do crescimento económico português, tanto a partir de uma perspetiva histórica e comparativa. Primeiro é testado se a produtividade em Portugal tem vindo a aproximar-se da média da UE, usado uma abordagem estatística em relação à convergência. É posteriormente defendido que a convergência não é um processo automático. Para este propósito mostra-se que não existe nenhuma tendência sistemática de crescimento nos países pobres em relação aos países ricos, mesmo dentro do OCDE. Também é investigado até que ponto o conteúdo informacional de algumas variáveis induzidas por políticas ajudam a explicar a variação de valores entre as economias da OCDE. São encontradas correlações positivas entre crescimento económico e medidas de desenvolvimento institucional, qualificações dos trabalhadores e flexibilidade do mercado. 2002-12-02 / 2002-12-02

D. PT/ADN/IEEI/003/0399 - The Politics of Europe 2001: Adversity and Persistence (A política europeia 2001: adversidade e persistência), por Erik Jones . O presente texto foca-se na seriedade com a qual a Convenção Europeia deve ser considerada, principalmente tendo em conta a crescente cisão entre as instituições europeias e a opinião pública. Não obstante, levar a Convenção Europeia seriamente implica a obrigação de clarificar os seus objetivos, como é que estes se relacionam com as suas funções e quem, em última instância, é responsável pelo output da Convenção. O texto está organizado em três partes:

na primeira, analisa alguns dos abalos que atingiram a Europa no passado recente; na segunda parte explica como as mudanças no domínio da opinião pública podem ultrapassar a complexidade institucional, encorajar o poder e ajudar os países; a terceira parte é uma sugestão: se o objetivo da Convenção é responder ao desafio de eliminar o fosso entre a União Europeia e a sua população, então é necessário considerar os aspetos fundamentais do funcionamento atual da Convenção, o seu objetivo central, como é que este vai ser aplicado e de quem é a sua propriedade. 18/10/2002 / 18/10/2002

D. PT/ADN/IEEI/003/0400 - Disciplining Device or Insurance Arrangement? Two Approaches to the Political Economy of EMU Policy Coordination (Instrumento disciplinador ou acordo de seguro? Duas abordagens à política económica da coordenação política da UEM), por Waltraud Schelkle . Este artigo revê o debate em curso sobre o quadro político da UEM e discute duas abordagens à coordenação política. O Pacto de Estabilidade e Crescimento segue o ponto de vista disciplinar, impondo um ajustamento unilateral dos países em dificuldades fiscais. Esta estratégia destina-se a alcançar a credibilidade à custa da flexibilidade. Alternativamente, a coordenação de políticas pode ser concebida como um acordo de seguro para aumentar a eficácia da estabilização fiscal. Esta abordagem de seguros tem negligenciado, tradicionalmente, considerações sobre a economia política. É argumentado, porém, que estas abordagem pode ser emendada a este respeito, apoiando, então, reformas que estejam de acordo com as propostas da Comissão tanto passadas como presentes. 18/10/2002 / 18/10/2002

D. PT/ADN/IEEI/003/0401 - The Future of Policy Coordination in EMU (O Futuro da coordenação política da UEM), por Waltraud Schelkle . Este texto é resultado de uma intervenção feita no contexto do Debate Nacional – O Futuro da Europa: Democracia e Governança na União Europeia, e reflete sobre o debate em torno do contexto sobre o qual a coordenação da UEM deve ser estruturada. São distinguidos, no debate académico, dois campos claros: um a favor do Pacto de Estabilidade e Crescimento, e de uma intervenção fiscal e disciplinar; outro crítico do Pacto, que defende uma maior flexibilidade que não pressione os países a procurar políticas desestabilizadoras e cíclicas. O argumento do presente artigo é de que uma abordagem de seguros tornaria a estabilização mais eficaz de duas formas: por um lado, através da partilha de riscos como ciclos económicos assíncronos e, por outro, através do desvio de interesses especiais com origem a nível nacional que impulsionam políticas inflacionistas. Para além disto, é defendido, as reformas urgentes para esta abordagem possuem raízes em propostas passadas e presentes da Comissão, permitindo uma coordenação de fácil implementação, construtiva e politicamente legítima. 18/10/2002 / 18/10/2002

D. PT/ADN/IEEI/003/0402 - A “Eurocentric” Perspective on Global Governance (Uma perspetiva “eurocêntrica” sobre governança global), por Jorge Braga de Macedo . O presente texto parte da premissa de que a globalização acentuou a necessidade de boa governança e de mudança institucional, sendo que quando a globalização e a governança interagem positivamente as reformas podem ser sustentadas. A experiência europeia é usada como um exemplo de formas diretas em que a governança nacional pode ser melhorada, nomeadamente quando incluída em acordos regionais baseados na pressão dos pares. 18/10/2002 / 18/10/2002

D. PT/ADN/IEEI/003/0403 - Súmula Debate Democracia e Governança na União Europeia, por IEEI . O presente texto serve como súmula das posições defendidas no seminário Democracia e Governança na União Europeia, que abriu o Debate Nacional – O Futuro da Europa e das intervenções dos seus oradores. O tema central e transversal às apresentações é o mesmo do da Convenção Europeia: o da legitimação da UE como centro de poder político, sendo que tanto o conteúdo como a redação da Constituição Europeia pretendem resolver o dilema entre democratização e efetividade, tido como central no processo europeu. As intervenções focaram-se, assim, no peso que as propostas da Convenção terão na CIG, na posição do governo português em relação à Convenção, na legitimidade democrática, na transparência e, finalmente, nas políticas sectoriais, tal como a política monetária e o funcionamento da UEM. 18/10/2002 / 18/10/2002

D. PT/ADN/IEEI/003/0404 - O Alargamento da União Europeia e as Prioridades da Convenção, por Vitor Martins . Neste texto o autor situa o debate sobre a Convenção Europeia no contexto dos grandes problemas comunitários e dos dois grandes desafios que a UE enfrenta: a globalização e o alargamento. Propõe, assim, soluções que enderecem as três causas fundamentais da crise institucional europeia – métodos de trabalho insuficientes, desconfiança dos Estados e a fraca interpenetração com a vida dos cidadãos – e sejam capazes de lidar com as exigências da globalização e do alargamento, nomeadamente, a criação de um Senado, o reforço da Comissão Europeia, a não eleição de um presidente do Conselho Europeu, o reforço da coesão económica, social e territorial da UE, a fixação de uma hierarquia dos atos comunitários, a incentivação da geometria variável e uma consciente contemplação dos meios financeiros à altura destas ambições. 2002-11-11 / 2002-11-11

D. PT/ADN/IEEI/003/0405 - Os desafios das relações Europa-África, por Patrícia Magalhães Ferreira . O presente documento serve como background paper da conferência Internacional “Os Desafios das Relações Europa-África: Uma agenda de

prioridades”, cujo objetivo é debater as questões e os desafios centrais que se colocam ao continente africano e as possíveis respostas europeias, por forma a definir uma agenda de prioridades para as relações entre os dois continentes a longo-prazo. O debate desenrola-se em três temas específicos – Cooperação para o Desenvolvimento, Conflitos e Segurança, Governança e Direitos Humanos. Após estabelecidos os objetivos, expõem-se algumas das conclusões expectáveis, o contexto sobre o qual o debate assenta, e os assuntos e questões a ser levantadas para cada um dos temas específicos, bem como da mesa redonda. 2003-10-23 / 2003-10-23

D. PT/ADN/IEEI/003/0406 - Interests, initiatives and opportunities of the new member states: The Case of Hungary in a Central European context (Interesses, iniciativas e oportunidades dos novos estados membro: o caso da Hungria no contexto da Europa Central), por Attila Ágh . O presente texto reflete sobre os desafios das negociações do processo de alargamento a Leste e os interesses e oportunidades dos novos Estados-membros. O comportamento dos novos Estados membros será determinado, a longo prazo, pelos seus próprios interesses, manifestos nas suas iniciativas, as quais dependerão das suas oportunidades. Não obstante, como se conclui da análise dos processos de negociação e alargamento prévios, no curto prazo as suas ações concretas encontrar-se-ão limitadas em grande medida pelas suas experiências – por vezes negativas – das negociações de adesão. Apesar de ser importante para o futuro da Europa alargada determinar se estes países contribuirão para o dinamismo económico e político europeu ou se a União se tornará mais caótica e menos gerenciável do que antes, é da opinião do autor que se estes países forem integrados como verdadeiros parceiros, acrescentarão ao potencial inovador da UE. 2003-05-09 / 2003-05-09

D. PT/ADN/IEEI/003/0407 - A Europa alargada: que futuro?, por Ferro Rodrigues . O presente texto, resultado de uma intervenção feita no contexto de um seminário de celebração do dia da Europa, assenta sobre a premissa de que a Europa alargada é o corolário natural de uma Europa de liberdade por que os socialistas portugueses se bateram. A União Europeia prepara-se para o desafio deste alargamento com grandes interrogações sobre o seu próprio projeto. São, neste sentido, destacados três tópicos: a questão institucional, o modelo social europeu e, finalmente, os problemas da segurança e defesa. 2003-05-09 / 2003-05-09

D. PT/ADN/IEEI/003/0408 - Que União para uma Europa Alargada?, por Luís Marinho . Neste texto, resultado de uma intervenção feita no contexto de um seminário de celebração do dia da Europa, expõe-se as principais questões de poder sobre as quais não se vislumbra qualquer consenso ou princípio de solução no seio dos trabalhos da Convenção, apesar das profundas e importantes reformas feitas até ali. Todas estas questões se reconduzem à problemática dos grandes e pequenos Estados. São elas a divergência sobre a existência de um eventual Presidente do Conselho Europeu, a questão dos Comissários e a consagração do fator de decisão essencial no seio da União e como se podem formar na base da simples proporcionalidade face à população. Com estes desafios em vista, o texto acaba com uma nota positiva de determinação europeísta. 2003-05-09 / 2003-05-09

D. PT/ADN/IEEI/003/0409 - Que União na Europa alargada?, por Mota Amaral . O presente texto reflete sobre a compatibilidade do alargamento com os objetivos e desafios da UE no contexto da globalização. O processo de alargamento, apesar de se ter mostrado desejado e desejável logo após a queda do muro de Berlim, enfrentava fortes entraves no que diz respeito à preparação dos Estados para fazer parte da União. Disto resultou um processo longo de negociações, também fruto da falta de aumento dos recursos financeiros da União e da revisão da distribuição destes. Este impasse não deve, contudo, impedir o alargamento da União que, enquanto projeto, se deve manter aberto, mesmo para além do continente europeu. Finalmente elabora-se sobre o conteúdo da Europa Unida, sobre os seus sucessos e os seus desafios no novo contexto da globalização, especialmente no que toca aos domínios da política externa e de defesa e segurança, domínios que se devem pensar dependentes da Aliança Atlântica e de outras parcerias. 2003-05-09 / 2003-05-09

D. PT/ADN/IEEI/003/0410 - Que União na Europa alargada, por Ricardo Charters d’Azevedo . O presente texto, resultado de uma intervenção feita no contexto de um seminário de celebração do dia da Europa, parte da premissa de que o alargamento, fruto da tomada de decisão de Copenhaga, que resultou na adesão de 10 novos países na UE, deve servir de pano de fundo para o contínuo alargamento da UE, assente naqueles objetivos estabelecidos por Robert Schumann, de proteção de uma paz duradoura e dos valores democráticos. Esta estratégia a médio e longo prazo relativamente aos países vizinhos, tal como todas as outras políticas previstas para a Europa dos próximos anos, exige e impõe a elaboração de um projeto político da União e a definição das implicações do ponto de vista financeiro. O texto permite uma breve reflexão sobre a Convenção Europeia, a qual deve ter estes imperativos em vista. 2003-05-09 / 2003-05-09

D. PT/ADN/IEEI/003/0411 - Turkish contribution to the diversity and richness of the enlarged Europe (A contribuição turca para a diversidade e riqueza de uma Europa alargada), por Mehmet Aydin . A premissa estrutural do presente texto é a de que a

União Europeia reformada e alargada, com a adesão da Turquia, será tida como um modelo a seguir de unificação na diversidade para outras regiões. Esta nova visão demonstrará que a diversidade, a diferença e a alteridade podem ser acomodadas na base dos valores e interesses comuns. Com a adesão da Turquia, a Europa tornar-se-á mais influente do que nunca já que resiste às novas linhas divisórias e segregacionistas, enquanto projeta os seus valores para outras partes do mundo, nomeadamente para o mundo Islâmico, para o qual a UE se abre com a adesão da Turquia - tanto em termos geográficos, como culturais, económicos e estratégicos. Isto promoverá a tolerância e a compreensão intercultural. Também aumentará o alcance estratégico da União e reforçará o seu papel enquanto ator internacional. 2003-11-20 / 2003-11-21

D. PT/ADN/IEEI/003/0412 - Constituição Europeia, Migrações e Cidadania, por Carla Folgôa, Noémia Pizarro, Maria Carreiro e Luís Gorjão-Henriques . O presente texto reflete sobre a posição e medidas que a União Europeia tem tomado, no passado e no presente, no sentido das políticas de imigração e de asilo, bem como quais os direitos concedidos aos imigrantes e refugiados no espaço europeu. Com isto em vista, o texto divide-se em quatro partes essenciais: uma primeira fornece uma visão geral dos avanços levados a cabo pelos tratados europeus na matéria das políticas de imigração e de asilo e dos direitos dos imigrantes, do Tratado de Maastricht à Constituição Europeia; na segunda parte é feita uma análise sobre a política de imigração e asilo da UE na atualidade, na qual se destacam três eixos – luta contra a imigração ilegal, a gestão comum das fronteiras e o aceleração do retorno dos imigrantes ilegais e requerentes de asilo; uma terceira parte incide sobre os direitos de cidadania dos imigrantes e o papel das organizações da sociedade civil; e, finalmente, faz-se uma análise da reunião familiar como uma das principais causa de imigração. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0413 - Viver a Europa – Uma Constituição para os Europeus, por IEEI . O presente texto introduz o projeto Viver a Europa – Uma Constituição para os Europeus do IEEI, o qual surge, por um lado, da oportunidade concedida pela provável adoção da Constituição Europeia, que capacita os cidadãos para participarem nos processos de decisão europeus, e, por outro, pelo paradoxo revelado pelo mais recente Eurobarómetro - de um lado, o desejo de mais Europa por parte dos cidadãos e, do outro, uma falta de conhecimento sobre as questões europeias que se traduz numa mais fraca mobilização e participação. O objetivo do projeto é, deste modo, promover a reflexão, e informar, tentando contribuir para uma melhor compreensão das condições necessárias à participação efetiva dos cidadãos na definição das opções políticas da UE. Com isto em vista o texto projeta os temas que dão forma ao projeto: a cooperação para o desenvolvimento na UE; a “Economia Social de Mercado” Europeia; o ambiente dos tratados comunitários; os direitos humanos; e a migração. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0414 - Constituição Europeia e Ambiente, por Gonçalo Cavalheiro, Isabel Andrade, Renato Roldão e Sofia Parente . O presente texto reflete sobre a posição e medidas que a União Europeia tem tomado no sentido da proteção do ambiente enquanto fator de desenvolvimento, bem como quais os direitos e recursos legais neste âmbito. A análise é, assim, iniciada uma visão geral dos avanços levados a cabo pelos tratados europeus, os objetivos e princípios orientadores da política comunitária do ambiente do Tratado de Maastricht aos trabalhos para a Constituição Europeia. Desta visão geral da política comum europeia, segue para uma reflexão sobre o impacto da adesão e do papel de Portugal em matéria ambiental. Finalmente analisa os processos de decisão em matéria de política do ambiente, os quadros institucionais da mesma, assim como quais os direitos ambientais dos cidadãos e Estados-membros europeus e como se dá a proteção desses direitos, tanto nos quadros institucionais da UE como no das iniciativas comunitárias. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0415 - A Cooperação para o Desenvolvimento, por Hermínia Ribeiro-Basto, Patrícia Magalhães Ferreira e Pedro Courela . A ajuda ao desenvolvimento constitui um dos mais importantes vetores daquilo a que se chama genericamente a ação externa da União Europeia. A relação entre ajuda ao desenvolvimento e política externa, no contexto da integração europeia, revela-se ainda mais estreita quando verificamos que os objetivos de ambas se confundem. De facto, a Constituição Europeia refere entre os objetivos da ação externa da União o apoio ao desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento, com o principal objetivo de erradicar a pobreza. Por outro lado, a cooperação para o desenvolvimento é progressivamente encarada como instrumento de promoção da democracia, de reforço do Estado de Direito e de proteção dos Direitos Humanos. O debate acerca das ambições e objetivos da política externa europeia não deve, por isso, deixar de integrar uma reflexão acerca da direção estratégica da ajuda ao desenvolvimento. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0416 - Constituição, Coesão Social e Luta contra a Pobreza na União Europeia, por Noémia Pizarro . A política de coesão é um dos fundamentos da construção europeia, sendo a única política da União que se destina exclusivamente ao combate das desigualdades económicas e sociais entre os vários Estados membros. A realização deste fim assenta numa ideia de solidariedade. A política de coesão deve hoje ser vista, em todas as suas dimensões, como parte integrante da Estratégia de Lisboa, como uma plataforma para o desenvolvimento da Europa. Tendo isto em vista, o presente texto tenta oferecer uma definição da Política Social Europeia, seguida de uma visão geral sobre a forma de como esta evoluiu ao longo dos Tratados e sobre o que a Constituição Europeia traz de novo neste âmbito. Finalmente são analisados os processos

de decisão em matéria das políticas sociais, os direitos fundamentais sociais e o papel da sociedade civil. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0417 - A Justiça na União Europeia, por Nuno Piçarra . O presente texto reflete sobre a questão da justiça na União Europeia, a evolução do direito à justiça e os quadros institucionais em que esta se insere no seio da UE. É, com este fim em vista, dividido em três partes essenciais: na primeira parte incide sobre o direito e o sistema judicial na UE, nomeadamente sobre os direitos conferidos aos particulares pelo Tratado de Roma e a sua garantia jurisdicional; qual o princípio do efeito direto do direito comunitário e quais as suas implicações para o sistema judicial da UE, e sobre a relação e organização dos tribunais comunitários e tribunais nacionais; a segunda parte analisa a cooperação entre o Tribunal de Justiça e os tribunais nacionais, com especial ênfase no chamado reenvio prejudicial de interpretação; a terceira parte toma uma abordagem menos teórica sobre os casos de acesso direto dos particulares aos tribunais da UE. O texto é concluído com uma abordagem sincrónica da Carta dos Direitos Fundamentais e da justiça na UE. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0418 - Relatório Imigração, Diversidade e Multiculturalismo na futura Constituição Europeia, por Programa Europa, IEEI . O presente texto serve como relatório do seminário “Imigração, Diversidade e Multiculturalismo na futura Constituição Europeia”. Tem por objetivo refletir sobre as novas perspectivas abertas pelo projeto de Constituição no domínio do Asilo e da Imigração e, em particular, debater as questões de cidadania dos imigrantes e as da sua integração em Portugal. Discutem-se, então, nas diversas sessões: a necessidade da UE se ver como um espaço aberto de diversidade, multiculturalismo, justiça e diálogo; a política europeia em matéria de asilo e imigração e sobre o que a Constituição Europeia modifica; a questão da integração de imigrantes na UE, a necessidade de flexibilização dos processos, do papel da Constituição, a cidadania europeia e os direitos fundamentais; os fluxos migratórios euro-mediterrâneos; a inclusão social dos imigrantes na realidade portuguesa e as dificuldades administrativo-burocráticas; as migrações como um fenómeno global; a Europa como espaço de integração, tolerância e cidadania. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0419 - Novos Determinantes Estratégicos da Política de Cooperação Europeia, por Adriano Telles de Menezes . A política europeia de Cooperação para o Desenvolvimento encontra-se, desde 2000, em reformulação estratégica e organizacional, por força de novas formulações decorrentes das novas estratégias de apoio ao desenvolvimento em países com elevados índices de pobreza absoluta e de endividamento, e de novos fatores geoestratégicos da segurança. Destacam-se dois novos determinantes estratégicos da política de cooperação europeia: por um lado, o binómio pobreza/segurança; por outro lado, o incremento de influência da cidadania europeia da consciência global. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0420 - A UE e a Cooperação para o Desenvolvimento, por Alexandre Borrego . O presente texto tem por objetivo oferecer uma visão geral sobre a política de cooperação europeia. Com isto em vista, na primeira parte esclarece as origens e as razões para a cooperação para o desenvolvimento, bem como as modalidades de intervenção, a sua classificação mediante a modalidade e montantes financeiros envolvidos nestas. Na segunda parte analisa-se o papel do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento e da ONU, nomeadamente de quais os princípios e orientações para a ajuda ao desenvolvimento desde a alteração do contexto internacional nos anos noventa e quais os princípios do novo paradigma. Na terceira parte expõem-se os princípios e meios financeiros da cooperação desenvolvida na UE, tal como as novas iniciativas e a contemplação da política de cooperação no Tratado Constitucional. Finalmente é feita uma proposta de pontos para reflexão no que diz respeito à cooperação no seio das relações internacionais. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0421 - A Cooperação para o Desenvolvimento no Novo Contexto Europeu, por Ana Paula Fernandes . A adesão de dez novos países à União Europeia, a caminhada para a concretização de nova Constituição e os novos cenários internacionais em que a segurança e a luta contra o terrorismo parecem dominar a agenda internacional, são apenas alguns dos elementos a ter em consideração na análise do futuro das políticas de desenvolvimento da União. Sabendo que cada Estado membro desenvolve a sua própria política de cooperação para o desenvolvimento, correspondendo esta a uma estratégia e visão nacionais, importa refletir sobre o futuro da cooperação para o desenvolvimento, perspetivando constrangimentos e desafios. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0422 - Cooperação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária no Contexto da Constituição Europeia, por Inês Rosa . A Conferência Intergovernamental assumiu como base de trabalho o texto que foi trabalhado na Convenção sobre “O Futuro da Europa”. Partindo de uma situação de base em que nem havia qualquer referência à cooperação para o desenvolvimento até à situação atual, foi possível conseguir melhorias significativas ao longo dos meses no âmbito das negociações da Convenção. Neste contexto, o presente texto relembra a importância da Cooperação para o Desenvolvimento enquanto elemento vital e distintivo das relações externas da UE e da oportunidade dada por esta discussão do novo Tratado Constitucional, que poderá representar o reforço do papel da UE neste domínio. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0423 - A cooperação europeia, por João Mosca . Considerando que grande parte dos países africanos aplicam os Programas de Ajustamento Estrutural, como poderá a Europa possuir uma política de cooperação independente dos EUA e do Consenso de Washington? É importante para a Europa e para as suas políticas de relações externas criar elementos de identidade e de diferenciação da cooperação? É possível? De modo a responder a estas questões o presente texto considera, por um lado, a necessidade de mudança nas políticas internas dos países desenvolvidos para a cooperação internacional e para a saída da crise africana e, por outro, da necessidade de perceber a cooperação como instrumento e parte integrante das políticas e estratégias globais e internacionais dos grandes interesses económicos dos países desenvolvidos. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0424 - Ajuda e Comércio UE-ACP: Novos Desafios, por Jochen Oppenheimer . A leitura dos documentos do European Development Cooperation Project to 2010 da EADI22 e dos relatórios The Reality of Aid, elaborados pelas ONG da OCDE, assim como alguns resultados da literatura científica recente sobre o processo de desenvolvimento, permitem-nos situar alguns dos mais importantes desafios atuais e futuros com os quais a UE se vê confrontada na sua política de cooperação com os países do Sul, em geral, e com os ACP, em particular. Face a estas difíceis e complexas questões técnicas que implicam negociações demoradas, nos próximos anos, entre os 77 países ACP e a UE, não devemos, ainda, perder de vista algumas questões de fundo e os seus impactos a longo prazo. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0425 - O Papel da Europa na Ajuda aos Países em Desenvolvimento, por José Pereira da Costa . A Europa não deverá deixar de ser o principal pilar da ajuda mundial aos países em desenvolvimento, apesar do reforço necessário dos fundos de coesão. Precisamente porque destituída de um poderio de características militares, o papel da UE como ator principal na Cooperação para o Desenvolvimento apresenta-se como um dos mais eficazes e credíveis no contexto atual. Os acordos de Cotonou provaram-se realmente importantes neste aspeto na introdução de importantes mudanças consubstanciadas na implementação de objetivos políticos. A Europa, com o seu modelo integracionista e de partilha de soberanias, serve também de inspiração para a criação de entidades políticas similares noutros continentes. A União Africana, procurando seguir a UE no modo de funcionamento dos seus órgãos constitutivos, é analisada como exemplo perfeito da influência da ação integradora e antirregionalista nos países em desenvolvimento. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0426 - A ajuda dos Estados membros da União Europeia, por Manuela Afonso . A União Europeia é um ator particularmente influente na Ajuda Pública ao Desenvolvimento, não apenas porque o volume de ajuda da UE constitui uma importante parcela da Ajuda Pública ao Desenvolvimento global, mas também porque os seus Estados-Membros são coletivamente os maiores doadores. É à luz dos princípios acordados no Conselho de Barcelona, dos compromissos assumidos e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio que deve ser analisado o esforço e as características da ajuda dos Estados-membros da Comunidade, e inseri-los no Compromisso de Monterrey. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0427 - O Envolvimento de Actores Não-Estatais na Cooperação Europeia com Países em Conflito, por Sérgio Ferreira Guimarães . A União Europeia considera a sociedade civil como um pilar fundamental da sua política de desenvolvimento. Num contexto caracterizado pela complexidade e instabilidade política, económica e social, a escolha dos parceiros locais assume um especial significado, dado que irá condicionar, em larga medida, a estratégia de ação e o seu impacto no terreno, particularmente no seguimento dos Acordos de Cotonou. Não obstante, apesar destes poderem impulsionar processos de agrupamento dos atores não estatais, em muitos países ACP não existem mecanismos de diálogo estruturados, permanecendo por definir o papel que cada um dos atores deverá desempenhar, bem como um quadro de referência que determine a forma como se deverá organizar o diálogo entre os diferentes atores, e a capacidade de gerir este processo. As novas modalidades de participação destes parceiros no âmbito da cooperação ACP-UE passarão necessariamente por um processo de aprendizagem progressiva, experimentação e inovação institucional. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0428 - A Cooperação para o Desenvolvimento no âmbito da Constituição Europeia: Algumas Questões de Reflexão, por Fernando Jorge Cardoso e Patrícia Magalhães Ferreira . A política europeia de cooperação para o desenvolvimento tem registado alterações importantes nos últimos anos, destacando-se a assinatura do Acordo de Parceria UE-ACP e a aprovação de uma nova política de desenvolvimento, o alargamento, a aprovação do Tratado Constitucional e a nomeação de um novo comissário para o desenvolvimento e ajuda humanitária. Os principais debates respeitam ao posicionamento desta política face aos objetivos da política externa, às implicações do alargamento, ao futuro das relações UE-ACP, ou ainda à nova arquitetura institucional no seio da União. Subjacente a estas questões, estão vários debates em curso na comunidade de doadores ao nível global, como sejam o novo contexto de segurança, a ajuda aos Estados com fraco desempenho ou em conflito, o financiamento do desenvolvimento, a liberalização comercial, ou a obtenção de resultados positivos nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0429 - Conclusões grupo de trabalho V – Cooperação para o desenvolvimento, por Fernando Jorge Cardoso, Luísa Teotónio Pereira e Patrícia Magalhães Ferreira . O presente texto serve como súmula das conclusões retiradas dos trabalhos apresentados no âmbito do tema “Cooperação para o desenvolvimento” do Fórum Viver a Europa – Uma constituição para os europeus. A cooperação para o desenvolvimento não é um dos temas prioritários da Constituição Europeia. Com efeito, não existia qualquer referência ao tema no início dos trabalhos da Convenção para o futuro da Europa, que entre fevereiro de 2002 e junho de 2003, debateu diversos assuntos relacionados com os aspetos sociais, políticos e institucionais da União. Só com o desenrolar dos debates e a pressão exercida por diversos sectores da sociedade civil, foi possível integrar a cooperação para o desenvolvimento como um aspeto autónomo da ação externa da União. As conclusões gerais que derivam dos debates podem dividir-se, neste contexto, em dois grandes vetores: conclusões relativas à dimensão europeia da cooperação e conclusões sobre a cooperação portuguesa. 2004-11-01 / 2004-11-05

D. PT/ADN/IEEI/003/0430 - The role of the European Union in conflict resolution in Africa (O papel da União Europeia na resolução de conflitos em África), por Fernanda Faria . A partir dos anos 90, tem havido um crescente interesse e número de iniciativas para a prevenção, gestão e resolução de conflitos na África Subsaariana. A comunidade internacional respondeu à vontade dos africanos de lidar com os problemas de crise e segurança com uma série de iniciativas bilaterais e multilaterais. O papel da UE é um caso interessante de mudanças políticas e de prioridades. O foco principal da atual política da UE é a abordagem das causas profundas da instabilidade e do conflito violento. Mais recentemente, a UE reforçou o seu compromisso de apoiar as organizações africanas e os esforços para lidar com as crises, ao mesmo tempo que coordena esforços com outras organizações no sentido da paz. A operação Artemis no Congo revelou-se um caso de sucesso neste âmbito. Contudo, a UE não pode descansar à sombra deste sucesso, uma vez que surgem outros testes à sua vontade política e empenho na prevenção e resolução de conflitos violentos. 2005-05-30 / 2005-05-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0431 - A implementação da nova fase da Estratégia de Lisboa, por Arminda Neves . Partindo do contexto da revisão da Estratégia de Lisboa pelo Conselho de maio de 2005 e da visão proposta de fazer da Europa a economia mais dinâmica do mundo, capaz de garantir o crescimento económico sustentável, melhores empregos e coesão social, o presente texto relembra o objetivo de tornar possível a conjugação da dimensão económica, social e ambiental no espaço europeu. Nesta nova fase da Estratégia de Lisboa, esta convergência foca-se no crescimento e emprego, enquanto resultantes da atuação em fatores como a qualificação, a investigação e a inovação empresarial. Neste contexto, o crescimento económico é entendido como condição indispensável do desenvolvimento económico-social, e o emprego o seu principal resultante a nível social. A resposta ao desafio da conjugação dos fatores no desenvolvimento económico social, harmonioso e justo de Portugal é um desiderato nacional presente no Programa do Governo e presente na resposta nacional à implementação da Estratégia de Lisboa revista. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/003/0432 - A Process of Member States' Political Systems Europeanization? (Um processo de europeização dos sistemas políticos dos Estados-Membros?), por Bernardo Ivo Cruz . Este documento defende que a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia é a base sobre a qual a Comissão e os próprios Estados-Membros podem estar a europeizar os diferentes sistemas políticos que coexistem na União. O documento distingue entre o impacto da Carta nos Estados-Membros pós-2004 e o impacto nos Estados-Membros anteriores a 2004, concluindo que o processo de europeização é muito forte no primeiro e muito marginal no segundo. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/003/0433 - Crise europeia, Tratado Constitucional e integração: que relação?, por Bruno Norberto de Oliveira Martins . O projeto de construção europeia atravessa a maior crise desde os anos 1950. São muitos os fatores que concorrem para que um sentimento de indefinição e desconforto, de entre os quais se destaca a rejeição do Tratado Constitucional pela França e pela Holanda. É neste contexto que o presente texto tenta defender que o Tratado Constitucional avança pouco, e cautelosamente, em termos de transferência de soberanias dos Estados para a União; ao mesmo tempo, o Tratado da União Europeia, assinado em Maastricht, apresentava já uma natureza eminentemente constitucional. De facto, argumenta-se, que situados entre os conceitos de Tratado e de Constituição, os elementos de natureza eminentemente constitucional destes Tratados os aproximam muito mais de uma constituição do que de um tratado. Atendendo a esta circunstância, defende-se que estes representam uma constituição em sentido material, pese embora a existência de certos paradoxos entre algumas das suas marcas próprias e certos elementos definidores de uma constituição em sentido clássico. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/003/0434 - Conclusões do grupo de trabalho “Europa”, por Teresa de Sousa . O presente texto serve como súmula dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de trabalho “Europa” da XXIII Conferência Internacional de Lisboa. As conclusões seguem as seguintes linhas de problematização: questão da divergência portuguesa, que é hoje o problema que nos mobiliza e nos afeta profundamente, e a que se chama “a crise dentro da crise”: há uma crise portuguesa, há uma crise

européia, e as duas estão interligadas; a questão da crise constitucional e a tentativa de entender a natureza dessa mesma crise; a questão da identidade europeia e da obsessão da soberania. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/003/0435 - Portugal e os grandes desafios da Europa (1980-2005), por Glória Nunes Rodrigues . Num momento de reflexão sobre os grandes eixos da política externa e de segurança portuguesa, a política europeia de Portugal e o papel do país no processo de integração europeia exigem um debate cuidadoso, de relevância particular no atual contexto do projeto europeu. Depois de um promissor ano de 2004, marcado pelo alargamento e a assinatura do Tratado Constitucional, o ano em curso não tem correspondido às expectativas depositadas no processo de integração. Os resultados negativos do referendo francês e holandês, a quebra do espírito de coesão e a ausência de uma estratégia clara conduzem-nos à questão: que futuro para a Europa? É neste contexto que se reflete qual o papel de Portugal no processo de integração europeia, qual tem sido a atitude portuguesa relativamente ao projeto europeu e quais lições do passado ajudarão na construção da Europa do futuro. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/003/0436 - Europa - um modelo para o Mundo, por Guilherme d'Oliveira Martins . O presente texto reflete sobre se a Europa pode ser modelo para o mundo, considerando o contexto de impasse que vive neste momento a UE. Neste sentido, adverte para a necessidade de pensar no projeto europeu não como um novo "fim da história", mas como um projeto de integração democrática e aberta, fortemente centrada no reforço dos fatores políticos de coesão. Eis por que razão os elementos de integração económica, baseados na liberdade e na concorrência, têm de ser completados por instituições políticas legítimas e eficazes. Neste sentido, existem três questões fundamentais a responder hoje: como envolver os cidadãos nessa tarefa construtiva europeia como fatores de equilíbrio geoestratégico e de afirmação da democracia; que instrumentos de coesão social, económica e territorial; e como pode uma ONU renovada tornar-se catalisadora de experiências de integração aberta, enquanto fatores de paz, desenvolvimento e diversidade cultural?. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/003/0437 - A influência da adesão às Comunidades Europeias na conformação constitucional do Estado, por João Pedro Simões Dias . Neste texto é realizado um estudo desenvolvido sobre o impacto da adesão de Portugal às Comunidades Europeias nos processos de revisão da Constituição da República. Esta análise inicia-se em 1976, data da Constituição Portuguesa, e segue as 7 leis constitucionais que, com variável profundidade, a foram alterando até à versão atual. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/003/0438 - Transforming "hearts and minds" in EU-Turkish relations and expanding the zone of "democratic peace": Challenges, Opportunities and Tasks ahead (Transformar "corações e mentes" nas relações UE-Turquia e expandir a zona de "paz democrática": Desafios, oportunidades e tarefas futuras), por Kemal Kirişçi . Partindo do contexto do debate do alargamento da União Europeia e da integração da Turquia, o presente texto assume a posição pró-integração argumentando que a UE tem desempenhado um papel importante na transformação política e económica da Turquia. Esta transformação está a aumentar o potencial da Turquia, bem como o potencial da UE para exportar estabilidade e segurança para regiões para além das suas fronteiras. Além disso, uma Turquia em marcha a caminho da adesão é muito mais suscetível de ter uma economia em crescimento que pode gerar mais emprego, mais riqueza e mais negócios para a Turquia, para a região e para a Europa. Contudo, esta transformação não está completa e está dependente de uma eventual adesão da Turquia. A conclusão do processo de transformação necessitará de "corações e mentes" para continuar a mudar em ambos os lados. Neste contexto, o futuro das relações UE-Turquia pode ser caracterizado por "desafios, oportunidades e tarefas futuras". 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/003/0439 - Portugal e a emergência da Europa política, 1986-2005, por Laura C. Ferreira Pereira . Debruçando-se sobre o período pós-adesão, este texto tem por objetivo avaliar a evolução do posicionamento de Portugal relativamente à emergência de uma política externa e de segurança comum. Tal avaliação será feita com base nas posições que o país adotou durante o processo negocial dos sucessivos Tratados da União Europeia. Tendo como foco analítico a componente de segurança e defesa da Política Externa e de Segurança Comum (PESC), a presente apresentação procurará iluminar o engajamento do país no processo de integração política, assim como a sua visão sobre o futuro modelo da Europa Política. Os argumentos articulados no âmbito desta comunicação convergirão para a ideia de que, desde o momento em que Portugal embarcou na aventura coletiva dirigida à fundação de um pilar comum de política externa e segurança, a visão nacional da "Europa Política" tem sido marcada por um registo de continuidade no plano da prática e retórica político-diplomáticas. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/003/0440 - A União Europeia entre a crise e a integração continental, por Luís Lobo-Fernandes . O presente texto divide-se em cinco reflexões essenciais sobre os processos de alargamento europeus e a crise europeia. Deste modo, começa por assinalar que alguns dos problemas que temos hoje na Europa decorrem do próprio êxito do processo de

integração e lançar as questões sobre qual a União Europeia que queremos, como melhor a solidariedade europeia e quais as instituições essenciais neste âmbito. Deste primeira observação, segue-se uma breve nota sobre o desempenho económico europeu. A terceira observação é, neste sentido, que não existe uma alternativa credível de prosperidade à UE. A quarta observação diz respeito ao momento de decisão e definição vivido atualmente pela UE – ora de uma maior integração, de aprofundamento e de maiores compromissos institucionais, ora de um quadro menos ambicioso e mais limitado. A quinta observação, em tom de conclusão, afirma o Tratado Constitucional como clarificador dos níveis de competência e elemento de aperfeiçoamento do espaço europeu. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/003/0441 - Orgulhosamente sós ou gloriosamente europeus? Portugal e a Europa 1945-2005, por Nicolau Andresen-Leitão . Tanto no Estado Novo como no regime democrático não existia, e não existe, alternativa à Europa, exceto, evidentemente, se a população portuguesa estivesse preparada para enfrentar um forte declínio no seu poder de compra. Este cenário já seria difícil de contemplar em ditadura, pois criaria enormes focos de tensão social. E era mesmo um cenário impossível para o Estado Novo, uma vez que, sem os mercados e investimentos europeus não teria conseguido financiar o seu esforço de guerra. No regime democrático a falta de alternativa à Europa mantém-se e reforça-se. Qual o partido político preparado para concorrer a eleições, preconizando, desde logo, um forte declínio do nível de vida? Esta é apenas uma das várias desvantagens a que uma hipotética saída da União Europeia nos condenaria. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/003/0442 - Estado-Nação versus União Europeia: O Caso Português, por Nuno Gomes Ferreira . O presente texto faz uma análise da História de Portugal e da sua constituição nacional em comparação com as suas relações com a Europa e com a União Europeia. Em tese defende-se que numa perspetiva de longo prazo, em Portugal houve uma divergência no processo de constituição do Estado-Nação. Em contraste com a atitude isolacionista adotada desde a época expansionista até ao hibridismo estratégico no plano internacional do Estado Novo, a adesão de Portugal às Comunidades representou o seu regresso à História. A análise da História de Portugal mostra a evolução das Cidades Estado para Estados-Nação e que a europeização dos seus interesses nacionais é a melhor forma de ultrapassar a sua pequena dimensão física, económica e política. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/003/0443 - O Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça tornou-se o "motor da União Europeia"?, por Nuno Piçarra . Em tempos de crise, o motor da construção europeia parece ser mais do que nunca o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (ELSJ) ou, em designações aproximadamente sinónimas, da cooperação Schengen. Não obstante, a dinâmica que o ELSJ efetivamente adquiriu desde o início do novo século tem sido menos proactiva do que reativa – especialmente como resposta aos acontecimentos na segurança internacional e à pressão migratória. Ultrapassadas estas questões, com a entrada em vigor do Tratado de Amesterdão, perceberam-se as dificuldades reais que coloca o prolongamento externo do ELSJ. A este propósito, constata-se disfunções que devem ser ultrapassadas com vista a conferir ao ELSJ uma efetiva e autónoma dimensão externa, condição essencial para corresponder às expectativas dos Estados-Membros e dos seus cidadãos. Para além da política externa, um aspeto suscetível de ter as maiores repercussões no âmbito interno do ELSJ é o do acordo Schengen. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/003/0444 - A Europeização da Administração Pública Portuguesa, por Teodora Cardoso . O presente texto reflete sobre duas questões essenciais da atual conjuntura portuguesa e europeia: a primeira diz respeito ao carácter dual da sociedade portuguesa, aberta e cosmopolita nalguns segmentos, mas profundamente provinciana e fechada em muitos outros, especialmente nas regras que regem a administração pública; e a segunda questão diz respeito ao modelo social adotado por Portugal e que se insere no conceito abstrato do modelo social europeu, também ele sujeito hoje em dia a grandes pressões. Estas duas questões são tidas como relacionadas entre si: o ponto de partida para entender esta ligação resulta da constatação de que, no atual mundo globalizado, Portugal só pode atrair e manter os recursos humanos e financeiros de que necessita para se desenvolver se permanecer ancorado ao núcleo duro da construção europeia. Defende-se, assim, em tom de conclusão, a europeização da administração pública portuguesa como correção daqueles vícios que lhe são apontados. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/003/0445 - A Turquia na arquitectura da segurança europeia: potencialidades e fragilidades, por Tiago Alves, Mónica Miranda e Simone Pedrosa . O presente texto aborda brevemente os benefícios da adesão da Turquia na União Europeia, bem como os motivos de apreço levantados. Do lado dos benefícios encontram-se a posição geoestratégica única da Turquia; o seu peso a nível político, económico e militar; e a sua potencialidade enquanto ponte mediadora económica e cultural, mas também no que se refere à política externa e diplomacia. Porém, muitos europeus receiam que, com a entrada da Turquia, a UE se torne mais vulnerável ao terror e à instabilidade geopolítica uma vez que tem como vizinhos o Irão, o Iraque e a Síria, regiões propícias a conflitos. Não obstante, mantém-se a premissa de que a Europa se deve pensar como projeto integrador e aberto ao diálogo de culturas e valores na construção de uma paz sustentada a longo prazo. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/003/0446 - Portugal: vinte anos no centro da construção de uma Europa unida, por Isabel Camisão . O presente texto faz uma abordagem geral sobre a evolução da União Europeia nos últimos 25 anos. Iniciando a análise com a adesão de Portugal à CEE, o texto prossegue com as profundas transformações geopolíticas ocorridas no espaço europeu desde aí. Estas deram origem a uma necessidade de aprofundar o projeto europeu para além do âmbito económico, processo que Portugal soube acompanhar. Hoje, a UE é muito diferente da Comunidade que recebeu Portugal em 1986. Os desafios adensam-se no quadro internacional, mas também no quadro interno e institucional europeu, no qual os relativos (in)sucessos da CIG e o “não” de dois países fundadores ao Tratado Constitucional abalaram a União. Neste quadro, é preciso um plano, do qual Portugal deve participar, que adense o papel dos cidadãos e o seu diálogo com as instituições europeias, aprofundando os princípios da democracia representativa e da dupla legitimidade como combate à defesa dos “egoísmos” nacionais. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/003/0447 - Europa – crise ou declínio?, por José Pereira da Costa . Tomando a crítica dos eurocéticos e isolacionistas portugueses relativamente ao papel da União Europeia e a adesão de Portugal a esta como ponto de partida, o presente texto pretende discutir aqueles desafios ao projeto europeu. É, assim, criticada aquela visão de linearidade da Europa, enquanto projeto de objetivos definidos e aceite por todos, a realizar a curto ou médio prazo. Um exemplo significativo é o do debate e os estudos sobre a abertura do mercado europeu da energia que começaram no início dos anos 90 e que continua por realizar. Existe, de facto, um desalinhamento dos objetivos e dos avanços destes, de uma existência que precede a essência, e a Europa encontra-se numa crise política, económica e social. No entanto, afirmar o seu declínio é ignorar por completo o que se passou desde o final da Guerra Fria. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/003/0448 - Identidade europeia e os motins em França, por Paulo de Almeida Sande . O presente texto parte do contexto dos motins em França em outubro de 2005 no seguimento da morte acidental de dois jovens, para discutir a questão da cidadania e identidade na Europa. A primeira preocupação é a de perceber o que está em causa e determinar exatamente do que se trata quando se trata da revolta dos jovens dos bairros degradados: esta não é já uma questão de nacionalidade, juridicamente concedida, mas de estatuto de cidadania, da igualdade dos cidadãos face aos direitos políticos e económicos ou de natureza formal. É argumentado que o problema emerge quando se abarcam os direitos de natureza social (e também cultural). E recrudescer quando se discute, nesse exato plano, o tema da formação da identidade. Não havendo solução à vista, resta a dimensão. Aí, sobreleva o papel decisivo da União Europeia e das suas políticas de terceiro pilar. Cidadania inclusiva num espaço alargado, novas dimensões de direitos. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/003/0449 - Report EU-25WATCH N. 2 2005 (Relatório Report EU-25WATCH N. 2 2005), por Institut für Europäische Politik (ed.) . A Europa alargada de 25 países encontra-se no processo de reformulação da sua ordem constitucional e política e, ao mesmo tempo, de expandir a sua adesão e assumir novas responsabilidades na política internacional. Este relatório lança luz sobre alguns assuntos chave, como o “processo de Lisboa” e “o papel da UE no mundo” e desafios da integração europeia e a forma como estes são percebidos. O relatório é criado com a participação de institutos dos 25 Estados membros – no qual se inclui o IEEI –, bem como de quatro membros candidatos (Bulgária, Roménia, Croácia e Turquia). O objetivo é o de oferecer uma perspetiva comparativa sobre os debates sobre a integração europeia e desenvolvimentos atuais nas políticas europeias de cada um dos países. Os autores referem-se não apenas aos decisores políticos, mas também a grupos de pressão e aos media fornecendo, assim, uma visão abrangente sobre os discursos nacionais e assuntos atuais e vindouros. 2006-01-01 / 2006-01-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0450 - Report EU-25 WATCH N.1 (Relatório EU-25 WATCH N.1), por Institut für Europäische Politik (ed.) . A Europa alargada de 25 países encontra-se no processo de reformulação da sua ordem constitucional e política e, ao mesmo tempo, de expandir a sua adesão e assumir novas responsabilidades na política internacional. Este relatório, lança luz sobre alguns assuntos chave e desafios da integração europeia. O relatório é criado com a participação de institutos dos 25 Estados membros – no qual se inclui o IEEI –, bem como de quatro membros candidatos (Bulgária, Roménia, Croácia e Turquia). A presente edição lida com o Tratado da Constituição para a Europa (TCE) e os prováveis obstáculos à sua ratificação em estados membros; as eleições para o Parlamento Europeu em junho de 2004; a continuação do processo de alargamento; a Política Europeia de Vizinhança; a Agenda 2007, i.e, as Perspetivas Financeiras 2007-2013 e a reforma das políticas; uma perspetiva sobre a agenda futura da UE e sobre as novas dinâmicas na UE-25. 2004-12-01 / 2004-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0451 - Report EU-25 WATCH N.3 (Relatório EU-25 WATCH N.3), por Institut für Europäische Politik (ed.) . A Europa alargada de 25 países encontra-se no processo de reformulação da sua ordem constitucional e política, bem como de expansão da sua adesão e das responsabilidades na política internacional. Este relatório lança luz sobre alguns assuntos chave e desafios da integração europeia. O relatório é criado com a participação de institutos dos 25 Estados membros, bem

como de quatro candidatos. As cinco observações essenciais deste número são: após o alargamento, uma diversidade de preferências, condições e capacidades aumentaram e tornaram-se característica dominante da Europa dos 25; problemas de governança e legitimidade na UE são percebidas como uma falta de liderança, agravando o fosso entre as classes políticas e civis; em muitos Estados-membro governa uma atitude de “esperar e ver” no que diz respeito ao TCE; após o alargamento massivo de 2004, uma fadiga do alargamento está a varrer os países da UE-15; e fatores externos – como a globalização económica e os desafios securitários – estão a impulsionar a integração europeia. 2006-07-01 / 2006-07-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0452 - Discurso de sua excelência o presidente da república no seminário dia da Europa 2006, por Cavaco Silva . O presente discurso, em celebração do dia da Europa, faz um balanço do desafio da integração europeia e dos vinte anos de integração portuguesa. Começa, assim, o seu contributo com uma análise do projeto fundador da União Europeia assim como este foi pensado por Robert Schumann, da evolução deste projeto de um projeto de união monetária para um projeto de união política e social e pelos diferentes Tratados que construíram a Europa atual. Após esta análise, faz-se um balanço da integração portuguesa e do seu impacto não só político, mas também económico-social. Noutro prisma, ainda, reflete-se sobre o contributo português no reforço das relações da UE com outros países e regiões, como é o caso ilustrativo do Mercosul. Finalmente sublinham-se os desafios presentes e futuros da União Europeia, particularmente no que diz respeito à crise que surge no seguimento do processo da Constituição e ao aprofundamento da sua dimensão política. 2006-05-08 / 2006-05-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0453 - Portugal e o futuro da Europa nos 20 anos da adesão, por José Manuel Durão Barroso . O presente discurso, em celebração do dia da Europa, faz um balanço do desafio da integração europeia e dos vinte anos de integração portuguesa. Partindo de uma posição otimista e positiva em relação à integração portuguesa na União Europeia, tanto do lado português – que viu o seu regime democrático estabilizar, aumentou a sua influência global e cresceu largamente em termo económicos – como do lado europeu – permitindo relações privilegiadas com vários países e atores globais e o adensamento da sua vocação mediterrânea. Este êxito deveu-se, por sua vez, ao empenhamento europeu português e da sua posição ativa no aprofundamento do projeto europeu. Depois de uma visão retrospectiva lança-se numa análise do presente da UE e da dúvida da crise. Não obstante, apesar dos contratempos – é defendido – a Europa mantém o seu rumo e prossegue como ator de peso internacional. Para provar isso relata uma lista de realizações recentes. 2006-05-08 / 2006-05-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0454 - Intervenção do Primeiro Ministro, por José Sócrates . O presente discurso, em celebração do dia da Europa, aborda o Tratado Constitucional e as matérias institucionais, mas não se cinge a estas questões. O debate, que tem sido estimulado pelo Governo Português, cobre várias vertentes, desde o modelo social europeu, os desafios da globalização, o crescimento económico e o emprego, o orçamento comunitário ou o alargamento das fronteiras da União. Este debate é essencialmente acomodado no esforço europeu no sentido da crescente inclusão da sociedade civil no seu projeto, iniciando-se por uma consulta popular sobre o Tratado Constitucional, e os níveis e formas como esta aproximação democrática aos cidadãos pode e deve ser feita. 2006-05-08 / 2006-05-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0455 - Solidarity or Exclusion? Migrants and Migrant Communities (Solidariedade ou Exclusão? Migrantes e Comunidades Migrantes), por Antonella Mori . Numa comunicação recente, a Comissão das Comunidades Europeias propõe passos claros para a melhoria do impacto da migração Sul-Norte no desenvolvimento. Relativamente às remessas, a Comissão identifica duas ações políticas: em primeiro lugar, tornar as transferências mais baratas, mais rápidas e mais seguras; e, em segundo lugar, reforçar o seu impacto no desenvolvimento dos países beneficiários, investindo mais remessas em atividades produtivas e comerciais. Ao passo que a primeira política é clara, muito importante e desejável, a segunda proposta, por seu turno, parece irrealizável, para além de poder ser indesejável. Neste sentido, a primeira parte da presente análise reflete sobre a desejabilidade desta segunda proposta, utilizando a literatura sobre o impacto das remessas, concluindo que os recursos europeus seriam melhor empregues em diferentes objetivos. A segunda parte procura responder à questão de se as remessas investidas em atividades produtivas serão aditivas aos fluxos de dinheiro existentes ou serão desviadas do seu destino atual, i.e., para aumentar o rendimento das famílias?. 2006-03-02 / 2006-03-03

D. PT/ADN/IEEI/003/0456 - European Union inconsistencies in foreign policy construction and its impact on EU-Latin American relations. New EU member countries perspective (Inconsistências da União Europeia na construção da política externa e o seu impacto nas relações UE-América Latina), por Piotr Maciej Kaczyński . A União Europeia aspira a desempenhar um papel global nos assuntos mundiais – aspiração partilhada por muitos parceiros da UE no mundo, entre os quais os países da América Latina, em parte na esperança que a UE seja capaz de contrabalançar a posição dominante dos Estados Unidos. No entanto, as aspirações da Europa não se limitam apenas a contrabalançar outras potências globais, tendo uma filosofia diferente dos assuntos mundiais e o seu lugar na mesma. Apesar disso, para efeitos desta apresentação, o presente texto, ao invés de centrar-se nas soluções que os europeus veem como contributos ativos e positivos para os assuntos globais, o reflete sobre os obstáculos que existem à criação de uma política externa europeia comum que satisfaça as aspirações globais da UE e as expectativas de outras nações, especialmente no que diz respeito às relações com a América Latina. 2006-03-02 / 2006-03-03

D. PT/ADN/IEEI/003/0457 - EU-25 Watch Questionnaire 2006 – Portuguese Report (UE-25 Questionário de Observação 2006 - Relatório Português), por Pedro Courela e Glória Rodrigues . O presente texto inclui o relatório português para o EU-25 Watch sobre o futuro da Europa. Enquadrado nos objetivos do EU-25 Watch de 2006, o texto explora o debate nacional relativamente aos seguintes assuntos: o futuro da Europa depois do período de reflexão seguido do falhanço do Tratado Constitucional e a consequente crise política europeia; os custos e benefícios da adesão à UE; a perceção sobre os líderes políticos europeus e a confiança na sua capacidade de apresentar e implementar uma agenda reformista clara; desenvolvimentos políticos e sociais noutros Estados Membro e países vizinhos; as reações às recomendações da Comissão Europeia sobre o Programa Nacional para o Crescimento e o Emprego 2005-2008 (PNACE); as perspetivas futuras sobre o alargamento; o futuro do Grande Médio Oriente; e, finalmente, as perspetivas sobre os futuros eventos europeus, nomeadamente sobre a presidência portuguesa da UE em 2007. 2006-01-01 / 2006-01-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0458 - Relatório Debate Regional Funchal: Os Desafios da Europa num Mundo Globalizado, por IEEI . O presente texto serve de relatório da sessão do debate regional no Funchal, parte da série de debates que constitui a primeira fase do conjunto de iniciativas de discussão pública organizadas no âmbito do projeto II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa. Pela abrangência do tema, e com o objetivo de orientar o debate, foram apontadas três questões fundamentais que atualmente se colocam à Europa e à Madeira, enquanto parte do bloco europeu: 1) a segurança; 2) a competitividade das regiões ultraperiféricas; e 3) os grandes desafios que a globalização coloca – a imigração, a gestão da diversidade de identidades e de valores e as disparidades competitivas das várias regiões económicas. 2006-12-15 / 2006-12-15

D. PT/ADN/IEEI/003/0459 - Relatório Debate Regional Viana do Castelo: Os Desafios da Europa num Mundo Globalizado, por IEEI . O presente relatório resume o debate de Viana do Castelo, inserido no âmbito do projeto II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa. Esta sessão visou sobretudo discutir o papel que a Europa pode assumir enquanto ator internacional perante as novas dinâmicas globais políticas, económicas e culturais. Foram, assim, identificadas duas ideias que é preciso desconstruir: por um lado, a ideia de que a Europa é um assunto distante dos cidadãos; por outro, a ideia de que Portugal é um país pequeno e periférico. Relativamente a esta última, utilizam-se os argumentos geográficos, estratégicos e das relações com os países lusófonos como contraexemplos da suposta periferia portuguesa. De um ponto de vista mais global, pensando a Europa como bloco e não a partir do lugar de Portugal na Europa, há outros desafios que se impõem, nomeadamente a questão da emigração, da integração da Turquia e o da revisão política da coesão. 2006-12-06 / 2006-12-06

D. PT/ADN/IEEI/003/0460 - Summary Report European Union-Africa Strategic Agenda (Relatório síntese da Agenda Estratégica União Europeia-África), por IEEI . O presente relatório resume as ideias expressas na conferência pública “European Union-Africa Strategic Agenda”. Incluída nas atividades da Presidência Portuguesa da União Europeia, a conferência tinha por objetivo discutir a construção de uma Estratégia Conjunta UE-África e as principais questões políticas na agenda da Cimeira de Lisboa. Na mesa redonda discutiu-se uma Rede de Investigação UE-África orientada para as políticas para debater e intervir com propostas sobre as questões globais e regionais que dizem respeito à agenda das relações UE-África. Sendo parceiros antigos num novo contexto mundial e sob mudanças internas, a UE e a África precisavam de revitalizar o seu diálogo. Por conseguinte, espera-se que a Cimeira de Lisboa edifique um novo capítulo entre as duas partes através da construção de uma parceria baseada na igualdade e em interesses e benefícios mútuos. Notou-se, ainda, que esta nova política europeia para África deveria ser considerada no contexto de uma estratégia global para o continente. 2007-09-13 / 2007-09-13

D. PT/ADN/IEEI/003/0461 - À Descoberta da Europa Mundo, por IEEI . O presente texto serve como background paper dos ateliers nas escolas secundárias sobre a Europa organizados pelo IEEI. Estes ateliers têm por objetivo debater a realidade europeia numa perspetiva mundial, e perceber o que nos traz a União Europeia, enquanto projeto original de integração política e económica à escala de todo um continente, num contexto internacional de globalização, onde as oportunidades coexistem com os riscos. O presente texto serve assim como breve introdução à realidade europeia, à perceção da UE e da sua agenda presente e futura, identifica aqueles valores fundamentais ao seu projeto e as questões levantadas pelo alargamento e pelas relações que mantém com as suas fronteiras. Neste último ponto lança-se brevemente a questão dos futuros alargamentos, nomeadamente à Turquia e aos Balcãs e a questão da política externa, que se interlaça com a dimensão de segurança e defesa da integração europeia. 2008-05-13 / 2008-05-13

D. PT/ADN/IEEI/003/0462 - Caderno final - À Descoberta da Europa Mundo, por Escolas Secundárias Morgado Mateus, Francisco Rodrigues Lobo, Ibn Mucana, João de Deus, C/3º CEB de Gouveia, de São Lourenço, de Antero de Quental, Jaime Moniz, C/3º Ciclo Sá de Miranda, Abade de Baça, Soares de Basto e de Monteserrate . O presente texto compila as opiniões dos alunos das escolas secundárias que participaram na iniciativa do IEEI “À Descoberta da Europa Mundo - Ateliers escolas secundárias”. Os temas dividiram-se entre “UE, segurança e desenvolvimento internacionais”, em que duas escolas diferentes

abordaram a questão da paz e das crises humanitárias e do alargamento; “Europa, Diversidade, Migrações e Direitos Humanos”, que se desdobrou nas questões da diversidade e migrações, da rejeição à integração e dos direitos humanos na Europa; “A UE e os cidadãos: democracia e construção europeia” cujas abordagens incidiram na “Europa dos cidadãos” e na democracia e construção europeia; e, finalmente, “A UE e as grandes questões internacionais” em que se abordam os temas do ambiente e da energia, da proteção ambiental, da globalização, da luta contra a pobreza e da ajuda ao desenvolvimento. 2008-05-13 / 2008-05-13

D. PT/ADN/IEEI/003/0463 - Resumos Ateliers Escolas Secundárias, por IEEI et al. O presente documento contém os resumos das sessões dos ateliers em várias escolas secundárias portuguesas no âmbito do projeto “À descoberta da Europa mundo” do IEEI. Os temas abordados nas diferentes sessões foram os seguintes: a vizinhança com a Rússia, o Kosovo e os Balcãs; Portugal e a Europa na era da globalização; diversidade, migrações e direitos humanos; os riscos e oportunidades do alargamento às fronteiras europeias; democracia e direitos humanos na UE; a dimensão transnacional, as questões internacionais e o lugar da UE nestas questões; os valores europeus no que diz respeito à sua política externa, aos direitos humanos, à diversidade e à migração; o balanço da presidência portuguesa da UE nas grandes questões internacionais; o alargamento e a vizinhança com a Turquia e o Mediterrâneo; a UE, a paz, a segurança e as crises humanitárias; e, ainda, a cidadania europeia. 2008-01-31 / 2008-04-23

D. PT/ADN/IEEI/003/0464 - A Percepção Pública da União Europeia, por Carlos Jalali. Partindo da premissa de que numa análise mais profunda da evolução do processo de construção e integração europeia o projeto europeu se tem caracterizado por uma preocupação premente pelas opiniões dos cidadãos europeus, o presente texto pretende analisar as percepções sobre a União Europeia. Adaptando a definição de Almond e Verba (1963), interessa aqui avaliar o padrão de orientações dos cidadãos europeus em relação à UE. Para tal, recorre-se aos dados dos Eurobarómetros, a partir dos quais se distinguem e analisam duas dimensões das percepções da UE: a avaliação que os europeus fazem da UE, e as expectativas em relação ao papel da União Europeia na área das políticas públicas. A análise centra-se, assim, fundamentalmente nas tendências mais recentes da opinião pública europeia, na medida em que as inferências que a perspetiva longitudinal permite são limitadas pela substancial transformação e redefinição da UE ao longo do tempo. 2009-04-24 / 2009-04-24

D. PT/ADN/IEEI/003/0465 - Relatório - A Percepção Pública da União Europeia, por IEEI. O presente relatório resume as questões levantadas na conferência “A Percepção Pública da União Europeia”, inserida no âmbito do projeto “O Tratado de Lisboa e o Futuro da Europa”. Esta sessão foi marcada por duas grandes questões: 1) a forma como os cidadãos portugueses entendem e encaram a UE e os problemas europeus e 2) as eleições para o Parlamento Europeu, a realizar no próximo mês de junho, e a provável elevada taxa de abstenção que irá marcar este escrutínio. Neste sentido foram sublinhadas a questão da representatividade cidadã no seio das instituições europeias, as possibilidades trazidas pelo Tratado de Lisboa a respeito deste último aspeto, a questão do distanciamento em matéria de preocupações entre os cidadãos e os líderes políticos europeus, a questão do alheamento dos cidadãos portugueses em relação ao que se passa na UE e a importância das eleições europeias. 2009-04-24 / 2009-04-24

D. PT/ADN/IEEI/003/0466 - Um relance sobre as consequências institucionais do Tratado de Lisboa, por Isabel Camisão. Será difícil avaliar o Tratado de Lisboa sem empreender um exercício de regresso ao passado. De facto, a ideia de reformar as instituições e os métodos de decisão comunitários nasce logo no seguimento de Maastricht. É neste sentido que o presente texto, após traçar brevemente a história das reformas e dos tratados europeus, compara as alterações que o Tratado de Lisboa traz institucionalmente – no Conselho Europeu, na Comissão, no processo de decisão do Conselho de Ministros, na votação por maioria qualificada, no Parlamento Europeu e na instituição de um Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança – e a outros níveis, como nos Parlamentos Nacionais, na participação direta dos cidadãos, na vinculação jurídica da Carta dos Direitos Humanos da UE, na repartição de competências, na fusão dos pilares, na personalidade jurídica da União e na abertura de uma cláusula de saída. 2009-03-24 / 2009-03-24

D. PT/ADN/IEEI/003/0467 - Relatório - O Tratado de Lisboa e o Funcionamento Institucional da União, por IEEI. O presente relatório resume as questões levantadas na conferência “O Tratado de Lisboa e o Funcionamento Institucional da União”, inserida no âmbito do projeto “O Tratado de Lisboa e o Futuro da Europa”. A conferência foi transversalmente marcada pelo debate das questões institucionais da UE, nomeadamente pelas alterações que o Tratado de Lisboa vem introduzir no funcionamento da UE. Em termos de reformas institucionais, fez-se uma síntese das principais alterações previstas pelo Tratado de Lisboa, mencionando-se também a necessidade de envolver os cidadãos nos assuntos europeus. Referiu-se ainda a inevitabilidade da diferenciação entre os Estados membros. Um outro aspeto foi a da comparação entre o Tratado de Lisboa e o Tratado Constitucional. Ainda a respeito do Tratado de Lisboa, mencionou-se que a hipótese de não vir a entrar em funcionamento não será “catastrófica”. Finalmente analisou-se o esquema das presidências rotativas ainda em vigor na UE. 2009-03-24 / 2009-03-24

D. PT/ADN/IEEI/003/0468 - O Tratado de Lisboa e o Futuro da Europa - Sete conferências – Sete regiões, por IEEI . Após anos de impasse político-institucional, fruto da recusa do Tratado Constitucional, a União conseguiu chegar a acordo e os Estados membro assinaram o Tratado de Lisboa. Neste sentido, vale sempre a pena ir às origens e lembrar o que está na base da integração europeia e, sobretudo, indagar o valor daquilo que, juntos, os europeus conseguiram alcançar, sem deixar de ter presente as dificuldades atuais. Este esforço de debate, contudo, deve ir para além dos grupos tradicionais, abrangendo todos os setores da sociedade e deve, ainda, possuir uma lógica bidirecional, que permita não só informar, mas também ser informado das preocupações dos cidadãos. É com isto em vista que o IEEI promove este debate, organizado em sete conferências, que visa a divulgação do projeto europeu, e mais especificamente do Tratado de Lisboa, procurando sistematicamente envolver os cidadãos e fornecer-lhes a informação e a possibilidade de debate. 2009-03-11 / 2009-06-16

D. PT/ADN/IEEI/003/0469 - Relatório - A Dimensão Económica e Social da União Europeia, por IEEI . O presente relatório resume as questões levantadas na conferência “A Dimensão Económica e Social da União Europeia”, inserida no âmbito do projeto “O Tratado de Lisboa e o Futuro da Europa”. Esta conferência, dedicada ao debate da “Dimensão Económica e Social da União Europeia”, centrou-se essencialmente na discussão da Estratégia de Lisboa. Quase dez anos após a sua elaboração, considerou-se que muitos objetivos não foram ainda alcançados, já que continuam a registar-se padrões económicos e sociais muito desiguais no espaço europeu, os níveis de intervenção dos grandes e dos pequenos Estados são, também eles bastante diferentes, e o Tratado de Lisboa ainda não foi formalmente adotado pela UE. Outros aspetos fundamentais da discussão foram a da necessidade de saber aproveitar a vontade transformadora portuguesa, de assumir a importância do investimento no conhecimento e na inovação e de saber usufruir dos apoios por parte da economia nacional. 2009-04-20 / 2009-04-20

D. PT/ADN/IEEI/003/0470 - Relatório - Imigração, Integração e Diversidade: Que Respostas Europeias?, por IEEI . O presente relatório resume as questões levantadas na conferência “Imigração, Integração e Diversidade: Que Respostas Europeias?”, inserida no âmbito do projeto “O Tratado de Lisboa e o Futuro da Europa”. A imigração e a integração foram os temas em torno dos quais se centrou a discussão nesta conferência, que ficou enriquecida pela perspectiva ucraniana. A evolução da história da Ucrânia foi o ponto de partida para um debate que deu especial atenção à integração da comunidade de imigrantes ucranianos em Portugal. Após ter sido traçada uma ideia geral das características dos imigrantes ucranianos constatou-se que o interesse português na imigração tem vindo a aumentar e apontaram-se os problemas principais à sua integração. Relativamente às questões europeias, ficou claro que o processo de ratificação do Tratado de Lisboa está também a ser acompanhado com atenção pela Ucrânia, que se esforça por cumprir os critérios de adesão. Foi ainda referido o Tratado de Lisboa em matéria de imigração. 2009-03-11 / 2009-09-11

D. PT/ADN/IEEI/003/0471 - Imigração, Integração e Diversidade. Que respostas europeias?, por Rita Pais e Mariana Vital Morgado . Apesar do fenómeno da migração não ser um fenómeno recente, o contexto que explica atuais movimentos é totalmente diferente daquele que caracterizou os grandes movimentos migratórios dos séculos XIX e XX. Neste quadro, a UE tornou-se, para muitos cidadãos de países terceiros, a concretização de um ideal de vida. As primeiras preocupações europeias com a imigração surgem na década de noventa e associadas a preocupações de segurança. A abordagem europeia, desde então, tem-se baseado num objetivo de maximizar os benefícios da imigração para todos os implicados. Partindo deste contexto, o artigo começa por traçar a evolução das respostas europeias às questões relacionadas com a imigração, desde o Tratado de Maastricht, até à assinatura do Pacto Europeu de Imigração e Asilo. O texto passa então a expor a orientação em cinco compromissos políticos que abrangem as cinco áreas definidas no Programa Haia II 2009-2015 - imigração legal, imigração ilegal, controlo de fronteiras, asilo e desenvolvimento. 2009-03-11 / 2009-09-11

D. PT/ADN/IEEI/003/0472 - Arquitectura Institucional, Subsidiariedade, Papel dos Parlamentos Nacionais – Introdução, por Guilherme d’Oliveira Martins . O presente texto debruça-se sobre as expectativas para a Constituição Europeia e dos debates que ela suscita servindo, assim, de introdução às teses apresentadas no “Congresso Portugal e o Futuro da Europa” sobre a arquitetura institucional, subsidiariedade e o papel dos parlamentos nacionais. Sublinha-se, essencialmente, a necessidade de a nova Constituição Europeia centrar a sua resposta nos anseios dos cidadãos e numa aproximação a estes, e de se basear, assim, também, nos princípios da transparência e da dupla legitimidade. Entre as questões que o debate sobre a Constituição Europeia levanta destacam-se, neste sentido, a da igualdade dos Estados perante a dupla legitimidade; dos discursos contraditórios e da ausência de uma comunidade política; da capacidade de afirmação da vocação internacional europeia se não houver princípio da maioria qualificada e se não se acabar com o direito de veto; e da separação entre os poderes e entre soberania e nacionalidade. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0473 - As Ultraperiferias na Europa do Futuro, por Carlos Pacheco Amaral e Pedro Faria e Castro . A discussão sobre o futuro da Europa, que resulta diretamente do processo de alargamento à Europa Central e de Leste, bem

como do Mediterrâneo, veio possibilitar uma reflexão aprofundada sobre a dinâmica aplicada pelas instituições comunitárias ao princípio da coesão económica e social. A Europa só poderá garantir uma adesão tranquila e saudável aos candidatos na medida em que se apresentar económica e socialmente coesa. É neste sentido que se acha fundamental ter presente, no debate sobre o futuro da Europa, a Ultraperiferia que, por ser particular e estar devidamente identificada quanto à sua aplicação territorial, é, todavia, um elemento determinante da capacidade da Europa em alcançar os seus objetivos. Há, pois, uma relação biunívoca entre os dois espaços. Considerando a necessidade de autonomizar o instituto da Ultraperiferia no sentido de garantir a sua estrutura conceptual, reflete-se aqui sobre a solução a adotar no novo enquadramento resultante do debate sobre o futuro da Europa. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0474 - Convenção sobre o Futuro da Europa: ruptura com os pais fundadores, por José de Ribeira e Castro . O presente texto procura desconstruir o método federalista, considerado como fonte de tensão e desnatural ao projeto europeu fundador. São, assim, identificados três desvios cruciais provocados pelo federalismo: a obediência a um menu teórico, i.e., o federalismo é uma abstração afastada do método europeu concreto; a pressão do plano inclinado: uma vez que o federalismo se impõe no eixo da agenda como “discurso europeu único” coloca a UE num plano inclinado desde Maastricht; e precipitação ou precocidade histórica. Para além destes desvios, argumenta-se que o discurso federalista baseia-se em sofismas, como são os casos da Federação de Estados Nação e da Constituição Europeia. Desta feita, em alternativa à proposta federalista propõe-se uma reforma que garanta uma maior transparência do processo legislativo comunitário e que seja capaz de combater o défice democrático. Esta teria de passar por três planos: a manutenção das Presidências rotativas; a regra de um comissário por Estado membro; e uma câmara de base paritária num Parlamento bicameral. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0475 - Valores Políticos na Europa Alargada, por Madalena Resende . Os resultados da Convenção parecem vir a traduzir-se na redução do poder dos pequenos e médios países de influenciar a agenda da União. Alianças baseadas em interesses e valores comuns parecem vir a tornar-se mais importantes, e a questão de encontrar bases a estas alianças é uma prioridade da política europeia portuguesa. Os partidos europeus aparecem como potenciais fora de negociação de plataformas de políticas comuns no seio da União. Desde os primeiros passos que partidos políticos europeus inspiram e enquadram a integração europeia. Foi, contudo, nos últimos dez anos que o público e os partidos começaram a concordar nas razões pelas quais apoiam a Integração. Os partidos de direita pretendem confinar a integração à garantia do mercado comum, e os de esquerda implementar os ideais sociais democratas de solidariedade, coesão, proteção social e regulação de mercado através da UE. É sobre estas tendências partidárias europeias que o presente texto se debruça. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0476 - A Metamorfose do Poder na União Europeia e os Caminhos para Possíveis Implicações Formais, por Sérgio Ribeiro . Para além do défice democrático que se ressentia no discurso da União, o problema atualmente também se verifica ao nível nacional. Uma das propostas mais significativas apresentadas para debate na Convenção é a questão de uma melhor repartição do poder político. Contudo, o domínio de clarificação continua a ser o da legitimação funcional. Resta saber se chega. A União de hoje não é a mesma de há 50 anos – tal como esperavam os fundadores, as circunstâncias evoluíram. O presente texto incide, assim, no discernimento desta evolução no olhar sobre o futuro da União. Da análise conclui-se que, para além dos equilíbrios que são inerentes a um sistema de poder supranacional, o debate deve constituir-se em torno de três paradigmas: o da afetação política; da responsabilização política e da interatividade nos processos de decisão. Estes devem agir em simbiose com a política e o cidadão, através de uma afinação da lógica da democracia representativa. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0477 - Arquitectura institucional da União Europeia (UE), por Andreia Mendes Soares . Os Estados membros reconheceram a necessidade de melhorar a legitimidade democrática, eficácia e transparência da União por forma a aproximá-las dos cidadãos, quando decidiram, em Nice, proceder à realização de uma reflexão sobre o futuro da UE. Da primeira fase dos trabalhos da Convenção resultou a convicção de que existe uma enorme necessidade de simplificação. É neste contexto que o presente texto procura discutir sobre o futuro da Europa enquanto construção de múltiplos agentes e enquanto sistema e que competências devem ser transferidas para a UE, para num segundo momento saber que instituições precisamos para levar a cabo as missões europeias. Defende-se, neste âmbito, que o futuro da União poderá estar não tanto na modificação substancial do sistema institucional vigente, mas na sua simplificação, clarificação e renovação, que aproxime o projeto europeu dos cidadãos. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0478 - O Retorno da Política, por Mário Melo Rocha . Os cinquenta anos de construção europeia conheceram vários tempos e diversas velocidades. Pode hoje dizer-se que as vertentes económica e jurídica estão mais avançadas que a vertente política. Esta última tem conhecido impulsos e retrações e tem vindo a revelar-se opaca. É necessário trabalhar esta vertente por forma a dotar a Europa de voz própria num mundo global. A Europa política deve rever-se numa Constituição que acolha os seus grandes princípios e retrate a sua estrutura jurídico-normativa. Neste contexto, torna-se crucial para Portugal, vista a tendência para a deslocação para Leste, não perder de vista o eixo mediterrânico, evitando a

exclusividade do eixo atlântico, e contrariando o efeito de periferia. A Europa vive tempos difíceis de redefinição e crise que podem, contudo, abrir caminho para saltos evolutivos decisivos – o facto de os trabalhos da Convenção virem a determinar a próxima CIG constitui, por si, um novo método. Talvez estes tempos revelem, assim, um retorno da política. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0479 - Critérios de Sucesso da Convenção: Equilíbrio e criatividade, por Teresa Almeida Garrett . A Convenção sobre o Futuro da Europa foi mandatada para "elaborar um documento que sirva de ponto de partida para os trabalhos da Conferência Intergovernamental". Perante a novidade e a oportunidade deste mandato, quais serão os critérios para avaliar o seu sucesso? O presente texto procura dar resposta a esta questão, particularmente no que diz respeito à alteração do método tradicional das CIG's, à repartição dos poderes, do equilíbrio institucional e do reforço da organização democrática do poder da União. Reflete, assim, não apenas nos avanços e sucessos mais significativos da Convenção, mas também naqueles pontos que se têm mostrado complexos e mais difíceis de prever. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0480 - União Europeia: Escolhas e Consequências, por Miguel Poiars Maduro . Partindo da premissa de que a União Europeia tem evoluído no sentido de um sistema político maioritário e da necessidade de se pensar, no seguimento dos trabalhos da Convenção, o futuro da Europa tendo em conta as consequências das decisões tomadas num sentido ou no outro, o presente texto reflete sobre o que um tal sistema exige, em primeiro lugar, e quais os pré-requisitos para uma reforma institucional. Assim, apesar das diferentes propostas do atual debate no que diz respeito à reforma institucional, é necessário, num primeiro momento, um reforço da liderança política e da operacionalidade do sistema político e decisional da União – o qual é incompatível com a manutenção do atual equilíbrio institucional, independente e ideologicamente neutro. Na sequência deste argumento, refletem-se sobre as condições de base exigidas por um sistema político maioritário. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0481 - Democracia Supranacional, um futuro (im)possível?, por Nuno Venade . O tema proposto, "No contexto do futuro da Europa 'Democracia Supranacional é possível?'" , constitui, em si mesmo, uma provocação intelectual irresistível. Em vez de responder diretamente à questão, o presente texto começa por colocar mais perguntas para depois lançar pistas para outras tantas respostas e, finalmente, concluir com uma mensagem de cautela e outra de esperança. As primeiras questões dizem respeito ao conceito, conteúdo, forma e pressupostos da "democracia supranacional" e a que realidades podemos aferir esta democracia – se apenas no contexto da UE ou de qualquer outra realidade. Após clarificar brevemente os conceitos operacionais, é defendido que os próprios referenciais e conceitos operacionais estão fortemente condicionados pelo paradigma 'clássico' que usamos e que continua a ser o do "Estado nação". Estes conceitos são, ademais, desadequados para apreender e traduzir a realidade que tentamos observar. Finalmente aponta os desafios enfrentados pela UE, os quais necessitarão da flexibilidade que a União tem demonstrado até ao momento. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0482 - O Embrião Humano: Ser... Ou não Ser?, por Agostinho de Almeida Santos . O presente texto reflete sobre a questão de o embrião humano poder ser considerado humano ou potencial humano e quais as implicações éticas e jurídicas sobre o embrião humano. Assim, partindo de uma breve explicação científica sobre as especificidades que o embrião humano possui desde o momento de fecundação, o texto lança-se sobre questões de ordem filosófica de implicações possivelmente jurídicas sobre estas diferentes fases. Faz ainda uma análise sobre o estatuto jurídico e outros do embrião hibernado e quais os direitos que deviam ser concedidos a este. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0483 - Segurança e Cidadania: o Desafio Europeu, por Alexandra Barahona de Brito . Este texto reflete sobre o dilema europeu entre segurança e cidadania, que permeia tanto as questões dos cidadãos que, por um lado, querem mais direitos e mais transparências, mas, por outro, mais segurança; e os decisores e atores políticos que têm de considerar tanto a dimensão "humana" da emigração como a da segurança. Apesar disto, tem-se verificado, no desenho das políticas, uma maior preocupação com a segurança em detrimento da dimensão humana. Também ao nível dos direitos de cidadania se nota uma distinção profunda entre "cidadãos de primeira" – os cidadãos dos Estados membros –, "cidadãos de segunda" – os imigrantes de Leste – e "de terceira" – imigrantes doutras raças e refugiados. Esta situação apresenta uma ameaça para o projeto de "patriotismo constitucional" a nível europeu. As divisões face a este problema e as suas possíveis respostas terão, assim, um enorme impacto na definição não só dos direitos e da cidadania, mas de todo o projeto europeu. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0484 - A Emergência de uma Política Criminal Europeia: Traves-Mestras da sua Definição, por Anabela Miranda Rodrigues . A construção do espaço penal europeu é hoje marcada pela aceleração do processo. Os mais recentes desenvolvimentos demonstram que se está perante a emergência de um novo paradigma ao nível da justiça penal europeia. Falta, todavia, o travejamento de uma política criminal. É sobre esta que o presente texto se debruça. Com este fim em vista,

alerta-se para os perigos colocados à construção penal europeia, nomeadamente da construção de uma Europa securitária e repressiva e da falta de respeito e garantia pelos direitos fundamentais. Os receios quanto à construção penal europeia são justificados pela incoerência, a qual se manifesta na relação entre as iniciativas de harmonização e as de aplicação do reconhecimento mútuo, ligado à abolição da dupla incriminação. A emergência de uma Política Criminal Europeia necessita de um «projeto a longo prazo» que lhe dê sentido. Relativamente a ele, a questão é a de saber se resolve de maneira equilibrada a tensão entre «liberdade» e «segurança». 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0485 - Introdução - Constituição e identidade; direitos fundamentais; justiça e assuntos internos, por José Luís da Cruz Vilaça . A Europa deixou há muito de ser apenas um bloco económico e comercial. É também uma entidade política cujas instituições devem reforçar-se por exigências do alargamento a leste e das necessidades de equilíbrio de uma comunidade internacional. Mas é também um grande espaço de tolerância e convivência entre os seus povos. As instituições da comunidade deram, para além disso, um enorme contributo, nos últimos 50 anos, para a paz e o desenvolvimento do continente e, por força da jurisprudência do Tribunal de Justiça, a União foi assumindo um estatuto constitucional. É neste contexto que o presente texto procura perceber os desafios e as mudanças necessárias a adotar ao nível da União no sentido de uma cultura constitucional no que diz respeito à identidade europeia, aos direitos fundamentais, à justiça, aos assuntos internos e, de certo modo, à política externa que toca em todos estes aspetos de uma forma ou de outra. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0486 - A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e a Protecção dos Direitos Fundamentais, por Rui Moura Ramos . A proclamação da Carta dos Direitos Fundamentais da UE traduz a preocupação na proteção constitucional dos direitos humanos. O esforço que no âmbito nacional tem sido desenvolvido, vem sendo acompanhado, na esfera internacional, por uma preocupação idêntica. Este sinal expressa o carácter universal desta problemática e aponta para a criação de uma ordem internacional. Foi com base nesta ideia que foi criada, por exemplo, em 1950, a Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais. A criação destas entidades significou, contudo, um retrocesso no que à tutela dos direitos humanos diz respeito desresponsabilizando os Estados na matéria. O objetivo pretendido pelo Conselho Europeu de dar mais visibilidade ao sistema comunitário de proteção dos direitos fundamentais foi alcançado, mas seria interessante que a Carta viesse a inspirar o quadro de valorações da jurisdição comunitária e propagasse igualmente os seus efeitos sobre os demais mecanismos, quer nacionais quer internacionais. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0487 - Os Direitos Fundamentais na União Europeia, por Vital Moreira . Está em vias de acontecer uma revolução “copérnica” no estatuto jurídico-institucional da UE: está em vias de nascer uma constituição europeia. Não se trata somente do seu conteúdo propriamente constitucional, mas dos próprios procedimentos dentro da União, que caminham para um método crescentemente comunitário e participativo. A Convenção europeia propõe-se efetuar também uma verdadeira revolução em termos de proteção de direitos humanos, necessário à própria ideia de constituição. Em matéria de direitos fundamentais da União Europeia a Convenção tinha perante si três questões essenciais: a inclusão da Carta dos Direitos Fundamentais; a adesão da UE à Convenção Europeia dos Direitos do Homem; e a proteção eficaz dos Direitos Fundamentais. Com efeito, a Carta deve passar de ser um mero tratado para ser dotada de constitucionalização e legislação. É neste contexto que o presente texto avança com uma breve análise sobre os progressos já realizados pela Convenção e com algumas propostas neste aspeto. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0488 - Introdução - Dinâmicas Territoriais e Políticas de Coesão para o pós-alargamento, por António Covas . É lamentável que a temática da nova política de coesão pós-alargamento não tenha merecido a mesma prioridade de outras matérias no quadro da Convenção. A ideologia dominante não é favorável à discussão destas matérias que relega para um plano instrumental. O presente texto, que serve como introdução aos textos apresentados pelo grupo “Estratégia de Lisboa, Europa Social e Inovação”, procura endereçar brevemente a matéria. Deste modo começa por atentar na realidade atual da economia europeia e internacional e nos fatores que reduzem a probabilidade de ocorrerem mudanças substanciais neste contexto no futuro próximo. Daqui se conclui que o liberalismo, as privatizações e a estratégia regulacionista constituem, ainda, a receita globalitária dominante. Após isto são sintetizadas as teses apresentadas pelo grupo que confirmam estes receios e algumas apontam direções e pistas de orientação. Finalmente são deixadas algumas sugestões que visam a atualização do conceito e das políticas de coesão, em particular na componente de dinâmicas territoriais. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0489 - A Política Agrícola Comum e o Futuro da Agricultura, por Carlos Marques . A questão de fundo que esteve no cerne da proposta de revisão intercalar, que fundamenta as propostas recentemente aprovadas pela Comissão Europeia e que marcará profundamente o futuro da Política Agrícola Comum (PAC) é a da conceção e aplicação de uma PAC desligada da produção. O contributo da PAC para a evolução do sector na última década foi decisivo tendo aumentado o seu ritmo de ajustamento estrutural. Contudo, não resultou um benefício económico global, conforme demonstram os indicadores de produção e rendimento das Contas Económicas da Agricultura do INE. É partindo destes indicadores que o presente texto

defende a tese de que a PAC ligada à produção continuará a transmitir sinais errados e não promove duradouramente a coesão em países como Portugal. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0490 - Modelo Económico e Social Europeu – Valorizar a Diferença num Mundo em Mudança, por Carlos Zorrinho . Chegando um momento de opções e bifurcações, no desenho dos modelos económicos e sociais à escala do globo, renasce a oportunidade para que a UE se possa afirmar social e economicamente. A cimeira de Lisboa constituiu um momento determinante no esboço do urbanismo do novo modelo. Se a meta traçada na Cimeira de Lisboa e a filosofia de ação nela definida mantêm hoje total atualidade, as políticas concretas não permitiram atingir resultados satisfatórios. Urge, por isso, refletir numa nova arquitetura de sustentação, para a afirmação dum Modelo Económico e Social Europeu, capaz de recolocar na agenda a estratégia de Lisboa. O presente texto propõe, como contributo para a reflexão, cinco pilares para essa arquitetura, assim como três eixos de ação que constituam a base de um pacto nacional para o desenvolvimento e a competitividade que permita que Portugal consolide um modelo social e económico sustentável. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0491 - Governo Económico/ Estratégia de Lisboa/ Europa Social, Inovação e Coesão, por João Proença . A UE atravessa grandes dificuldades sob o ponto de vista político, económico e social. Portugal tem desafios especiais a vencer, em especial a nível de aumento da produtividade e da aposta nas qualificações profissionais. Mas a UE permanece como uma referência fundamental. O Conselho Europeu de Lisboa apontou caminhos novos, para uma competitividade centrada nos recursos humanos, na inovação e na coesão e para a necessária compatibilização entre a dimensão económica e a dimensão social. Passados três anos que balanço? Que dificuldades, após um período inicial de crescimento e emprego? Que prioridade para o emprego? Portugal destaca-se negativamente por um crescimento económico desfavorável e o relatório da primavera da Comissão Europeia revela fracos resultados atuais ao nível europeu. Há que sair de um ciclo vicioso de recessão-agravamento do défice, a qual deve passar por uma forte liderança económica baseada na dimensão política, pelo modelo social europeu e por uma estratégia do emprego europeia. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0492 - O Papel das Energias no Desenvolvimento Socioeconómico da Europa Actual e Alargada, por José Manuel Rosa Nunes . O documento Configurar uma nova Europa da Comissão Europeia, a crescente preocupação com a segurança do aprovisionamento em energia e a assinatura do Protocolo de Quioto são prova do reforço do aspeto ambiental enquanto peça fundamental do desenvolvimento, no contexto da política energética da União. Neste momento, a União tem necessidade de recorrer a produtos energéticos importados. Por outro lado, o alargamento vem agravando esta dependência e, ao mesmo tempo, os níveis de poluição. Reconhecendo a forte inter-relação existente entre energia, ambiente e desenvolvimento, e atendendo à necessidade de se possuir uma indústria competitiva na comunidade, ter-se-á que assumir, numa estratégia de longo prazo, a conciliação das políticas que têm em vista um desenvolvimento sustentável do ponto de vista ambiental, económico e social. É neste contexto que o presente texto pretende sustentar o papel das políticas energéticas e das energias renováveis como um instrumento indispensável de desenvolvimento sustentável e das políticas de coesão, com expressão tanto interna como global. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0493 - Um Olhar Diferente para o Futuro – Os Oceanos e a «Sustentabilidade» das Pescas, por Marcelo de Sousa Vasconcelos . Na Europa fragilizada de há 50 anos, o problema maior era o de suprir as necessidades básicas de uma população carecida e é nesse contexto que o Tratado de Roma consagra o mercado como instrumento privilegiado para a expansão económica, as trocas comerciais e a concorrência, enquadrando a agricultura e as pescas numa política comum fundada na produtividade, utilização ótima, mercados, segurança e preços. Esboçava-se uma perceção inovadora. Contudo, na prática, as pescas obedeceram a uma lógica de produção industrial sem olhar às limitações dos ecossistemas marinhos. Num momento em que a Europa alargada se defronta com fortes desafios e repensa o modo de ser no novo milénio, abre-se a hipótese de a construção do futuro assentar na sustentabilidade. É neste contexto que o presente texto defende a constitucionalização de uma política dos oceanos e dos recursos marinhos como um imperativo político de primeira grandeza. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0494 - Política Comum de Pescas: Uma Política de Acesso com Valor Social, por Pedro Barros . Os recursos pesqueiros têm a característica de poderem ser explorados indefinidamente, mas não a qualquer taxa. A história da Pesca Europeia demonstra isso mesmo. Pelo caminho, comunidades inteiras, que sempre dependeram da pesca, conhecem crises sociais e económicas sem precedentes, sobretudo nas regiões mais periféricas da UE. A atual crise forçou o reconhecimento de que a gestão das pescas europeias deve mudar, sendo essencial a definição de uma nova política de gestão pescas que se baseie em dois elementos essenciais: definição das capturas e definição de quem deve ter acesso aos recursos a explorar. É neste contexto que o presente texto pretende argumentar que o esgotamento dos recursos pesqueiros pode ser contrariado por uma política de acesso com valor social. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0495 - Espaços Rurais Devolutos, Territórios Insustentáveis – Contributo para uma Política Europeia de Desenvolvimento Agro-Rural, por António Covas . Não deixa de ser surpreendente que, cinquenta anos após a sua criação, a PAC mantenha inalterados os artigos do título II do Tratado da Comunidade Europeia, a sua base jurídica própria no direito original. As questões pertinentes que ocorrem acerca desta longevidade são várias: as disposições originais são de tal modo abrangentes que comportam todas as alterações; o direito original tem outras bases jurídicas para acorrer e dar cobertura às necessidades e modificações de uma agricultura moderna; o direito derivado da PAC é base jurídica suficiente para qualquer alteração da política agrícola; a distribuição do poder político à volta da PAC está, de tal modo, consolidada que a discussão ao redor da base jurídica parece ser um assunto de importância secundária; recorde-se, a propósito, as dificuldades do Parlamento Europeu em lidar com a PAC. Neste contexto o presente texto reflete sobre a necessidade e forma de uma nova política europeia de desenvolvimento rural. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0496 - Introdução - Governança na União Europeia, por Francisco Torres . Tanto o conteúdo da pretendida Constituição Europeia como o próprio processo de a redigir pretendem, senão resolver, pelo menos lidar com o dilema entre democracia e eficiência tido como central ao processo de integração europeia. A questão da transparência e da simplificação não esgota as preocupações com a legitimidade democrática na UE. De facto, expectativa de que o sistema político europeu se possa afastar do modelo consensual, aproximando-se do sistema majoritário, criando mais frequentemente minorias sem capacidade de o influenciar, cria uma maior exigência de legitimidade democrática. É partindo deste contexto e do dilema geral entre eficiência e democracia com que a União se bate que o presente texto, que serve como introdução aos textos apresentados pelo grupo “Governança na União Europeia”, procura examinar brevemente o modelo europeu à medida que ele se reinventa como resultado ao aprofundamento da integração, e perceber até que ponto é possível desenvolver novas formas democráticas e eficientes de governança na UE. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0497 - Democracia e Governança na UE: O novo papel do Parlamento Europeu, por Francisco Torres . Nesta contribuição tenta-se demonstrar de que forma o dilema entre eficiência e democracia se pode ultrapassar não só com recurso ao método da coordenação aberta, mas também quando estamos em presença de outros modos de governação, nomeadamente a regulação supranacional (como a política monetária) e a decisão conjunta (mercado interno). São analisados tanto os processos como os resultados destes dois modos de governação, ambos alternativos ao modo intergovernamental. Os exemplos utilizados são o da construção da União Económica e Monetária e do alargamento do procedimento da codecisão a muito mais áreas de decisão conjunta e com acrescidos e importantes poderes para o Parlamento Europeu. Defende-se, assim, que a qualidade de duas novas instituições – a UEM e o processo de codecisão – bem como a formulação de políticas delas resultante podem contribuir para uma maior eficiência institucional e eficácia política ao mesmo tempo que não carecem de legitimidade democrática e se caracterizam por uma maior democraticidade processual. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0498 - Dinâmica de Bola de Neve em Direção ao Bem Comum Europeu: Uma Perspectiva de Governança Global, por Jorge Braga de Macedo . O 11 de setembro e a ênfase na segurança trouxe de volta a hierarquia, mas também a “globalização da solidariedade” e tornou a credibilidade recurso-chave de poder, colocando a experiência europeia e a integração flexível como viáveis de aplicabilidade global. A integração flexível reconhece a legitimidade e a responsabilidade democrática nacionais, acentuando também o papel da pressão externa no sentido de implementar reformas estruturais, através de uma concorrência baseada em “pressão dos pares”. Juntamente com a Convenção esta forma de integração flexível pode ajustar o quadro institucional europeu, bem como facilitar o alargamento e uma política de desenvolvimento mais flexível, em consonância com o “consenso de Monterrey” e convencer Estados inicialmente relutantes a aderir. Este “efeito bola de neve” é maior quando existem externalidades de rede com benefícios de exclusão, como é o caso do “euro sistema” e Schengen. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0499 - Introdução - Identidade Europeia, por Carlos Gaspar . Desde logo, a identidade europeia forma-se no quadro de uma entidade evolutiva e múltipla e com tendência a emergir entre dois níveis separados do sistema internacional, o nível dos Estados nacionais e o das entidades regionais. Por último, a identidade europeia quer ter uma personalidade internacional. A formação da sua identidade moderna começa a dar sinais depois da II Guerra Mundial ao par de uma mudança das suas coordenadas estratégicas. A resposta a essa mudança foi a continuidade do processo de integração comunitário. Porém, a evolução interna e as dinâmicas externas tornaram premente a necessidade de definir uma identidade regional e internacional. Assim, à conceção de uma Europa “potência civil”, neutralizada na cena internacional, contrapõe-se uma Europa “potência clássica”, com uma posição internacional forte, capaz de ombrear com grandes potências. A inexistência de um consenso sobre qual o papel que a Europa deve assumir no plano externo, mostrou que a União atravessa uma das suas maiores crises de identidade. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0500 - Introdução - A Política Económica Externa da União Europeia: Liderança Política versus Liderança Económica, por Ana Paula Africano . Numa altura em que a União tem evidenciado dificuldades políticas em afirmar-se como

um ator credível na Nova Ordem Internacional não poderá desperdiçar a oportunidade de se afirmar como líder económico no sistema de comércio mundial. Com esse objetivo, terá de assumir uma posição mais ativa e construtiva nas negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio. A concretização anterior é, defende-se no texto, por duas ordens de razões, fundamental à consolidação da posição europeia na liderança da Ordem Económica Internacional. O sucesso da Ronda de Doha é essencial à confirmação e credibilização da OMC como organismo responsável pelo sistema de comércio mundial. Por sua vez, o cumprimento do espírito da agenda negocial permitirá eliminar algumas contradições básicas existentes entre as duas principais componentes da atual Política Económica Externa Europeia – a Política Comercial e a Ajuda ao Desenvolvimento –, tendo consequências políticas tanto para a própria UE como para os países em desenvolvimento. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0501 - A Segurança e Defesa Europeia num Contexto Regional e Federal, por António Horta Fernandes . O pensador francês Edgar Morin diz que o fundamento da Europa é a perda de fundamentos, a unitas multiplex, em que a sua identidade reside primordialmente na não-identidade e na heterogeneidade. A sua conceção é hoje um lugar comum entre os decisores e muitos pensadores europeus. Como todas as conceções, também esta tem virtualidades e debilidades. De facto, essa mesma conceção é hoje usada por muitos como arma para não se ir mais além no processo de aprofundamento da UE. Com efeito, defende o presente texto, é necessário ir para além dos Estados nação. Apesar de haver a necessidade de se mover cautelosamente, argumenta-se a favor do modelo federal. Este poderá responder ao atual défice democrático de participação europeia e evitar um diretório europeu dominado pelos Estados mais poderosos. Para além disto sublinham-se ainda as dimensões da segurança, internacionais e económicas europeias, as quais se devem afirmar clara e independentemente dos Estados Unidos. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0502 - A Política de Desenvolvimento no Contexto das Relações Externas da UE, por Fernando Jorge Cardoso e Patrícia Magalhães Ferreira . Os princípios que o Grupo de Trabalho da Convenção relativo às Relações Externas identificou como prioritários na ação exterior da União o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. Para tal, torna-se necessário dar passos no sentido de uma maior ligação entre as diversas componentes da política externa, de uma maior coerência com as outras políticas da União e com a própria atuação bilateral dos EM, bem como de uma simplificação dos instrumentos e da promoção de uma agenda unificada da cooperação para o desenvolvimento. As alterações que se perspetivam no financiamento da política de desenvolvimento terão, inevitavelmente, influência tanto para os membros da União como para os 10 países que aderirão em 2004, mas também no relacionamento da UE com os Estados ACP. O presente texto debruça-se particularmente sobre estes últimos e os aspetos específicos que podem vir a complicar a relação com os países africanos em termos comerciais e de desenvolvimento. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0503 - A PESC e o Alargamento da União Europeia, por Francisco Seixas da Costa . Na reflexão em curso sobre os efeitos dos próximos alargamentos na evolução das diferentes políticas da União Europeia, a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) tem sido das áreas para que converge uma menor atenção. E o mesmo se poderá dizer do restante quadro de relações externas da União. Com isto em vista o presente texto pretende fazer uma análise prospetiva dos eventuais efeitos disruptores dos próximos alargamentos no modelo de uma PESC que vinha definindo-se como uma cultura ou jurisprudência diplomática erigida à luz de alguns vetores que, subitamente, vão sofrer novas tensões. Tenta também perceber se os principais atores da UE, bem como os atores externos com capacidade de os influenciar (EUA e Rússia, entre outros com menor peso direto), estão ou não em vias de terem de redefinir o seu tecido de alinhamentos. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0504 - Paradoxos do Desejo Multipolar Europeu, por Teresa Botelho . O debate europeu sobre o futuro da sua política externa e de defesa encontra-se de momento concentrado na resolução de dois paradoxos essenciais, um estratégico e o outro operativo, para os quais não parece haver soluções fáceis ou consensuais. O presente texto debruça-se sobre qual a natureza desses paradoxos, bem como as duas respostas igualmente insatisfatórias que têm vindo a emergir no debate recente sobre as linhas de orientação estratégica para uma política externa europeia, nomeadamente o da multipolaridade e o da unipolaridade pura e dura. É argumentado, por outro lado, que os problemas de definição da política externa europeia residem, de um ponto de vista operativo, no orçamento, e, de um ponto de vista estratégico e político, da falta de vontade dos Estados membros abdicarem da sua longa história de política externa unilateral e das zonas de influência específica que lhes são naturais e a que não estarão dispostos a renunciar. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0505 - O Euro na Europa e no Mundo, por Teodora Cardoso . A Europa precisa da moeda única, cuja introdução foi o último passo do “método Jean Monnet”. A percepção disto foi clara desde o início, mas o falhanço do Tratado de Amsterdão e do Tratado de Nice, acentuou o risco de esvaziamento das soberanias nacionais, sem contrapartida no reforço da europeia. Quer a nível europeu, quer a nível dos Estados membros, as questões não resolvidas acumularam-se, os problemas da competitividade e do emprego agravaram-se, e a economia europeia foi ficando crescentemente refém da evolução dos EUA, quando o objetivo era precisamente o de reduzir essa dependência. A solução consiste no reforço da eficácia da governação europeia, quer a nível político, quer económico. Vista por uma economista, a saída para o atual dilema europeu

não reside apenas no reativar do eixo franco-germânico, mas no seu alargamento ao Reino Unido, um dos elementos mais desestabilizadores desde a introdução da moeda única, o que obviamente exige a sua profunda transformação. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0506 - PESC: Actividades de Coordenação, por António Costa Lobo . O presente texto reflete sobre aspetos setoriais ao tema da política externa e de cooperação. Toma como referência duas ocasiões em que o seu autor participou, de alguma forma em atividades de coordenação na área de política externa, nomeadamente, a coordenação das missões permanentes comunitárias em Genebra nos anos que se seguiram às admissões de Portugal e de Espanha nas Comunidades Europeias; e a coordenação comunitária relativamente à criação do Tribunal Penal Internacional. Antes de abordar estes subtemas formula brevemente uma observação de carácter muito geral sobre a política externa de uma organização internacional. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0507 - A Gestão de Crises na União Europeia, por António Gamito . A perceção comum de novas realidades leva os Estados membros da União Europeia a considerar desejável a promoção de uma política europeia de segurança e defesa (PESD) no quadro da política externa e de segurança comum (PESC). A partir do Conselho Europeu de Colónia a componente de segurança e defesa da política externa passa a ser sinónimo de gestão de crises, procurando-se, com base em princípios estabelecidos, criar novas estruturas, definir modalidades para consulta e cooperação com a NATO, com países terceiros e com organizações internacionais, elaborar novos mecanismos e suscitar o desenvolvimento de capacidades inexistentes, articulando-as com outras já ao dispor da União. Partindo do contexto dos objetivos da gestão de crises, o presente texto analisa, ainda, as capacidades da UE para conduzir operações de gestão de crise, a arquitetura conceptual da PESC e da capacidade operacional da UE de intervir em missões, e as propostas a serem tidas na Convenção no sentido de atualizar as missões de Petersberg. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0508 - Segurança Europeia e Alargamentos da UE e da NATO, por Luís Leitão Tomé . O presente texto tem por objetivo analisar em conjunto os processos de alargamento da NATO e da União Europeia. Esta tarefa acarreta as suas dificuldades uma vez que, em primeiro lugar, as duas instituições não são coordenadas, também não são coincidentes nos próprios processos, nos critérios, ou nos timings e possuem diferentes ambições. No entanto partilham os mesmos pressupostos e objetivos e os mesmos dilemas. O que se torna essencial de reter no processo de alargamento das duas instituições é a que nem a UE nem a NATO podem aparecer como um clube fechado. Em relação à NATO, a questão é saber se irá permanecer como uma organização política e militar efetiva continuando a alargar-se. No que respeita à UE, o alargamento acarreta uma mudança qualitativa nas ambições, responsabilidades e dinâmicas políticas da União. Finalmente é analisada brevemente a postura russa no que diz respeito tanto da UE como da NATO aos países bálticos. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0509 - A União Europeia, Potência Internacional, por Nuno Severiano Teixeira . Apesar de atípico, a União Europeia é, hoje, um ator internacional incontornável. O alargamento e a reforma institucional que se avizinham virão, ainda, potenciar o seu papel internacional. Dois fenómenos condicionam, atualmente, o destino da UE: no plano económico, a globalização; no plano político, a constituição de um sistema unipolar de relações internacionais e tudo o que isso implica nas relações transatlânticas. Estes dois fatores devem pesar na reflexão e nas decisões futuras da construção europeia em matéria de PESC. No que toca ao papel internacional que a UE quer ter, a reflexão deverá fazer-se a dois níveis: nos aspetos de adaptação técnica, naturalmente, mas mais do que isso e em primeiro lugar, na adaptação estratégica da UE – a missão, a identidade, e próprio sentido da construção europeia. É sobre estes que o presente texto se debruça. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0510 - Conclusions of the Congress "Portugal and the Future of Europe" (Conclusões do Congresso "Portugal e o Futuro da Europa"), por IEEI . O atual debate sobre o futuro da Europa, centrado nos trabalhos da Convenção Europeia, é diferente dos passados processos de reforma europeus essencialmente devido à natureza "constitucional" das questões debatidas. Precisamente devido à dimensão e extensão das questões sob análise, é fundamental tentar expandir o escopo da discussão no seio da sociedade civil – e este foi o objetivo central do Congresso Portugal e o Futuro da Europa. O presente texto extrai, assim, algumas conclusões e propostas gerais e mais ou menos consensuais dos debates que tiveram lugar. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0511 - Conclusions du Congrès «Portugal et le futur de l'Europe» (Conclusões do Congresso "Portugal e o Futuro da Europa"), por IEEI . O atual debate sobre o futuro da Europa, centrado nos trabalhos da Convenção Europeia, é diferente dos passados processos de reforma europeus essencialmente devido à natureza "constitucional" das questões debatidas. Precisamente devido à dimensão e extensão das questões sob análise, é fundamental tentar expandir o escopo da

discussão no seio da sociedade civil – e este foi o objetivo central do Congresso Portugal e o Futuro da Europa. O presente texto extrai, assim, algumas conclusões e propostas gerais e mais ou menos consensuais dos debates que tiveram lugar. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/003/0512 - A Reforma da Política Agrícola Comum (PAC) e a Agricultura Portuguesa, por Carlos A. F. Marques . As reformas da PAC têm vindo a ser necessárias para alcançar os objetivos estratégicos que a União tem vindo sucessivamente a estabelecer num contexto mundial em profunda mudança. A candidatura e próxima adesão, gradual, de grupos de Países do Centro e Este da Europa é o fator fundamental da atual necessidade de reforma da PAC. Os fatores e os problemas fundamentais estão interligados e avolumaram-se à medida que a PAC se foi aplicando a mais países. É por isso relevante, que se defina uma posição e se aproveite o tempo disponível para influenciar uma decisão final, pois o problema e uma nova proposta de reforma estarão, em breve, de volta para discussão. É partindo deste contexto que o presente texto analisa qual a proposta de revisão intercalar da PAC, a posição portuguesa face a esta, quais as questões fundamentais da proposta de revisão e para o futuro da PAC e da Agricultura Portuguesa. 2003-01-24 / 2003-01-24

D. PT/ADN/IEEI/003/0513 - Direitos Fundamentais, Justiça e Assuntos Internos, por Nuno Piçarra . O presente texto analisa a conexão entre os direitos fundamentais, por um lado, e a justiça e os assuntos internos, por outro, na União Europeia desde que foi conferida – se bem que timidamente – competência nestes dois domínios profundamente ligados à soberania estadual no Tratado de Maastricht. Reflete-se, assim, sobre a evolução desta conexão ao longo dos Tratados europeus e de como esta se complexifica no presente e, eventualmente, no futuro. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0514 - Luzes e Sombras do Sistema Jurisdicional da UE, por Francisco Pereira Coutinho . O ordenamento jurídico da União Europeia foi gizado sob o espectro de uma contradição existencial, pois a hierarquia normativa garantida pela afirmação do primado e do efeito direto das normas comunitárias pelo Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias contrasta com a sua ausência no plano jurisdicional. É partindo desta premissa que o presente texto reflete sobre a reforma do sistema jurisdicional europeu e a sua evolução, da sua relação com os modelos federais e da relação entre o Tribunal de Justiça e os tribunais nacionais. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0515 - Convenção Europeia, Reforma da PAC e da Política Comum de Pescas, por IEEI . O presente texto serve como background paper para o debate nacional “O futuro da Europa - Convenção Europeia, Reforma da PAC e da Política Comum de Pescas”. Neste sentido faz uma breve síntese das propostas da Comissão sobre a revisão intercalar da Política Agrícola Comum e das preocupações que esta reforma acarreta para a agricultura de alguns Estados membros, como é o caso de Portugal; bem como da reforma da Política Comum de Pescas, explicitando também os seus principais objetivos. 2003-01-24 / 2003-01-24

D. PT/ADN/IEEI/003/0516 - Espaços Rurais Devolutos, Territórios Insustentáveis. Contributo para uma política europeia de desenvolvimento agro-rural, por António Covas . Agora que o alargamento ao leste está decidido, um traço saliente dos novos países pode ser “providencial”, quanto à necessidade imperiosa de uma política europeia de desenvolvimento agro-rural. Há, aqui, claramente, um fator importante de proximidade política com a situação portuguesa que pode ser frutuosa e com benefícios mútuos, em futura revisão dos tratados europeus, independentemente da reforma intercalar da PAC, agora em curso. Em apoio deste novo ideário de desenvolvimento sustentável, uma economia rural de baixa intensidade, cresce a compreensão ao redor do ciclo da diversidade. É com base neste contexto que o presente texto reflete numa primeira parte sobre a possibilidade de aliar o desenvolvimento sustentável com a oportunidade representada pelos territórios rurais, quais os novos princípios para uma nova política pública; e numa segunda parte sobre uma proposta de revisão do direito original dos tratados europeus de base jurídica que leve a um verdadeiro desenvolvimento agro-rural. 2003-01-24 / 2003-01-24

D. PT/ADN/IEEI/003/0517 - Intervenção, por José Apolinário . Iniciando a sua intervenção por um enquadramento da temática da política comum das pescas no caso específico da oferta turística algarvia, o texto debruça-se sobre quatro pontos essenciais no âmbito da Política Comum das Pescas: as decisões políticas, os recursos e a informação sobre pescas; a investigação científica; a intensidade da comunitarização da Política Comum das Pescas; e o acesso a recursos externos, e em geral a vertente externa da Política Comum de Pescas. 2003-01-24 / 2003-01-24

D. PT/ADN/IEEI/003/0518 - Europa, Direitos Humanos e Acesso ao Direito e à Justiça, por João Paulo Dias, João Pedroso e Patrícia Branco . O acesso ao direito e à justiça está consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Convenção Europeia. Ao nível da União Europeia, está consagrado no Tratado de Amesterdão e na Carta dos Direitos Fundamentais. A efetiva concretização deste direito implica a existência de mecanismos que garantam três etapas: a informação jurídica, a

consulta jurídica e o patrocínio judiciário. Mas a mera existência destas três dimensões não tem sido uma tarefa de fácil concretização pela maioria dos Estados-Membros da UE. Assim, após esboçar uma breve evolução do acesso ao direito e à justiça na UE, o presente texto propõe um conjunto de tarefas mínimas, que pressupõe uma estratégia de médio-longo prazo para a União, nomeadamente: o direito à escala europeia; a harmonização de princípios e fundamentos; e a criação de sistemas integrados de acesso ao direito e à justiça. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0519 - A Cooperação Judiciária em Matéria Penal e o Equilíbrio, Segurança e Liberdade na União Europeia, por Laís Locatelli . Há muito se vem consolidando a ideia de que é necessária uma colaboração, ou cooperação, entre os Estados europeus para responder de forma eficaz ao fenómeno da nova criminalidade – transnacional. Esta ideia exige, assim, que o Terceiro Pilar da União passe da intergovernamentalidade para um verdadeiro método comunitário. Para atingir os seus objetivos nessa temática, o Tratado de Maastricht e o Tratado de Amesterdão introduziram avanços e fortaleceram as Instituições no que se refere ao Terceiro Pilar. Contudo, ainda há uma longa trajetória a percorrer no que se refere a cooperação policial e judicial em matéria penal. Esta trajetória deve envolver uma interdependência entre a liberdade, o espaço de segurança e a justiça, bem como uma abordagem institucional que deve resultar numa maior participação do Parlamento Europeu. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0520 - A Nova Europa: Questões Locais e Desafios Globais, por Maria Fernanda Ruivo . O presente texto reflete sobre qual deve ser o novo paradigma de uma Nova Europa que se quer afirmar enquanto ator internacional. Esta Nova Europa deve, então, diz-se, assumir uma liderança ética, pela promoção dos direitos fundamentais dentro das suas fronteiras, pela solidariedade universal, assumindo a urgência da sua vocação promotora e defensora das liberdades individuais e da justiça internacional. Para tal, deve abrir-se à imigração e aprender a lidar com as novas culturas, adotando um modelo social de diversidade e inclusão. É, portanto, necessário também refletir como lidar com a questão dos refugiados. Neste âmbito esta Nova Europa deve ser marcada pela ajuda aos refugiados e aos países de partida, essencialmente africanos. Nesta Nova Europa, deverão ser os movimentos de cidadãos a garantir e forçar cada vez com mais audácia as prioridades das próximas décadas, através da pressão sobre os seus governantes, através de Associações, ONG's e Movimentos de Solidariedade. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0521 - União Europeia e Direitos Fundamentais: da Proclamação dos Direitos à sua Tutela Judicial Efectiva, por Maria Luísa Duarte . O silêncio da versão originária dos Tratados institutivos em matéria de direitos fundamentais foi compensado pela interpretação do Tribunal de Justiça em torno dos princípios gerais de Direito Comunitário como fonte de revelação de direitos fundamentais de origem constitucional e internacional; neste caso, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem reveste significado particular. Deste modo, A tutela judicial do “bloco de fundamentalidade” é garantida, por um lado, pelos tribunais nacionais e, por outro lado, pelo Tribunal de Justiça. Não obstante, vários são os motivos que impedem a aplicação do princípio de Tutela Judicial efetiva ao Tribunal de Justiça. O presente texto reflete sobre quais as causas a este estrangulamento do II Pilar da UE, propondo, após isto, algumas soluções, as quais envolvem uma revisão dos Tratados institutivos. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0522 - A Mediação de Conflitos e a Privatização da Justiça, por Miguel Cancell de Abreu . O ministro da justiça português encontrou-se, em finais de maio de 2007, com o seu homólogo espanhol e anunciou que uma das prioridades da presidência portuguesa da UE, nos assuntos da justiça, seria a promoção da “mediação cível”. É neste contexto que o presente texto reflete brevemente sobre relação da mediação dos conflitos com a eficácia da justiça tendo em conta o futuro da Europa e a presidência portuguesa no segundo semestre de 2007. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0523 - Cidadania, Democracia e Construção Europeia, por Pedro Carlos Bacelar de Vasconcelos . Partindo de uma descrição do Estado global da crise da democracia precipitada por uma maior deriva dos Estados em relação à sociedade civil e aos aspetos sociais das políticas e em direção a uma lógica crescentemente económica, o presente texto reflete de que forma a União Europeia enfrenta - depois de assumidos, para o novo milénio, os projetos da Carta dos Direitos, do Tratado Constitucional e do alargamento transcontinental - um desafio identitário e um problema antigo: a democracia. O texto divide-se, assim, em dois temas fundamentais: o da democracia – no qual se destaca a urgência do regresso a um debate conclusivo sobre o tratado constitucional e a dimensão “global” da Europa – e o da cidadania – sobre o qual se pondera, essencialmente, a necessidade de adensar os direitos dos cidadãos e aprofundar o compromisso europeu com os Direitos Humanos. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0524 - O Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça e a Cidadania Europeia: uma Proposta para a Carta de Direitos Fundamentais da UE, por Teresa Alves Martins . Desde a entrada em vigor do Tratado de Amesterdão, que o desenvolvimento de um Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça constitui um dos objetivos do Tratado da União Europeia.

Anos após a sua criação pode sustentar-se que este novo objetivo se afirmou desde o início como um polo mobilizador da ação da UE. Nesse contexto, é de lembrar que o artigo 6º do TUE afirma o respeito pelos direitos fundamentais garantidos pela Convenção Europeia dos Direitos do Homem e pelas tradições constitucionais comuns aos Estados membros enquanto princípios gerais do direito comunitário. É neste quadro que se percebe bem que o aprofundamento do ELSJ com níveis mais elevados de integração exija uma regulação comum dos direitos, liberdades e garantias fundamentais de que gozam os cidadãos europeus. Por seu turno, o objetivo da criação do ELSJ está intimamente ligado com a da cidadania europeia, sobre o qual revolve o debate sobre o futuro da Europa. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0525 - Os Direitos Humanos como Princípio Fundamental da União Europeia, por Teresa Encarnação . O presente texto reflete sobre a temática dos Direitos Humanos no contexto da política interna e externa da União Europeia. No âmbito interno destaca-se o desafio de manter a coesão de todos os seus Estados membros, assegurar que todos velam pelos seus cidadãos de acordo com parâmetros comuns e que os direitos económicos, sociais e culturais ganhem igual relevo aos direitos civis e políticos. No âmbito externo sublinha-se a necessidade de a UE se afirmar como ator internacional promotor e defensor princípios fundamentais nas conversações com países terceiros. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0526 - Direitos Fundamentais nos Processos Penais na União Europeia, por Vânia Costa Ramos . Hoje, mesmo com a aprovação da Carta dos Direitos Fundamentais, continua a inexistir, na UE, um catálogo de direitos fundamentais vinculativos. Não existe domínio em que se faça sentir mais a necessidade de clarificação dos direitos e garantias individuais que vinculam a atuação das entidades estatais do que no Direito Penal e, mais concretamente, no Processo Penal. É neste contexto que o presente texto reflete sobre a necessidade, ou não, de um instrumento vinculativo de proteção dos Direitos Fundamentais na UE, quais das três propostas viáveis é a mais adequada, se este deve ser um instrumento aplicável a todos os processos penais na UE, mesmo a nível interno, ou apenas nos procedimentos transnacionais, decorrentes de normativos da UE, quais direitos devem ser abrangidos por um instrumento deste tipo e se a atual proposta continua a ser um valor acrescentado. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0527 - 50 Anos do Projecto Europeu, por Luís Filipe Lobo Fernandes . O artigo começa por assinalar que alguns dos problemas que a Europa enfrenta hoje decorrem do próprio êxito do processo de integração. UE evidencia uma capacidade de atração política única. Como tal, a importância e o alcance da unificação do continente europeu são incomensuráveis. Tendo em conta esta nota inicial, o artigo pretende endereçar a questão da União que queremos perante as novas exigências. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0528 - O Participante Ausente, por Alice da Conceição Brito da Cunha . A Europa continua a ser, para a maioria dos portugueses, um sonho futuro. Uma das razões que contribui para este estado de alma é o afastamento que os portugueses sentem em relação à União Europeia. Este afastamento é, desde logo, sintomático, de uma outra realidade: a pouca participação dos cidadãos nos assuntos europeus. Um dos grandes temas da atualidade europeia é, justamente, a aproximação das instituições e das políticas europeias aos cidadãos. É deste contexto que o presente texto reflete sobre a participação cidadã ativa como um investimento não só para o cidadão, mas para os governos dos Estados membros, para a UE e para a própria democracia. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0529 - A Europa Mundo: Vencer o Nacionalismo Identitário, por Álvaro Vasconcelos . O presente texto parte da premissa de que se o desígnio da União Europeia assentou, no passado, na construção dos valores fundamentais com a união económica como seu instrumento, hoje deve passar por ser uma Europa mundo, capaz de se alargar à Turquia e de vencer o nacionalismo identitário. Com efeito, argumenta-se, o nacionalismo identitário é a nova grande alternativa à democracia, tanto na Europa como no mundo. Numa Europa que se viu rapidamente transformada no curso dos últimos cinquenta anos, ele assume a forma do culturalismo e da identificação da democracia como forma de xenofobia. É, portanto, necessário que a UE reafirme os seus valores fundamentais e lhes dê ação, que torne o combate à xenofobia uma prioridade e projete estes interna e externamente. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0530 - Em Busca de uma Europa Comunicada: a UE no Olhar da Imprensa, por Ana Isabel Martins . No âmbito do debate respeitante ao futuro do Velho Continente, onde se jogam nomeadamente as perceções e representações da UE, a Política de Comunicação reveste-se de uma importância crucial, ancorada a três grandes missões dos media: como principais fontes de informação acerca da União; como elo de ligação entre a sociedade civil e as altas esferas de decisão; e como condição sine qua non para um espaço público à escala europeia. Carecendo de aprofundamento científico, a ponte conceptual entre o campo mediático e o universo dos estudos europeus suscita, porém, cada vez mais contributos académicos, dos quais o presente texto extrai quatro pistas de reflexão no que concerne ao olhar da imprensa face à UE, nomeadamente,

as de que a UE não existe em períodos de rotina; não possui um local exclusivo; é filtrada por lentes nacionais; e constitui uma realidade distante para os seus habitantes. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0531 - A Europa do Futuro: Doze Teses para o Amanhã da Europa, por António Martins Silva . O presente texto reflete sobre as reformas necessárias à Europa, especialmente no que diz respeito à diversidade, aos alargamentos, à coesão, aos seus processos de decisão, à política comum e à política externa. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0532 - Dilemas que se Colocam ao Estado, por António Teixeira Fernandes . O processo de construção europeia levanta ao Estado-Nação uma série de problemas com os quais passa a confrontar-se na sua existência. O presente texto faz uma breve análise de alguns enunciados que exigiriam um indispensável desenvolvimento e aprofundamento, nomeadamente: 1) a necessidade de definir um modelo político de integração trazida pela tendência para a crescente unificação; 2) a situação existente coloca o Estado diante de alguns dilemas de difícil resolução; 3) a UE produz, por outro lado, de forma dialética, a nível infranacional, uma exigência de descentralização política; 4) a proximidade do poder pode promover a passagem de uma cidadania passiva para uma cidadania ativa; 5) as democracias contemporâneas confrontam-se, ainda, com o problema da representação; 6) existe um princípio de ordenamento das questões humanas que necessita de ser lembrado relativamente aos assuntos públicos; 7) os desafios europeus parecem ser de natureza puramente política que se levantam ao Estado no processo de unificação europeia. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0533 - Making Sense of Democracy: a European Union Model of Democracy for Member States? (Fazer sentido da democracia: um modelo de democracia da União Europeia para os Estados Membros?), por Bernardo Ivo Cruz . Este texto argumenta que, apesar de o Tratado da União Europeia empoderar o Conselho, a Comissão ou o Parlamento Europeus para agir se e quando um Estado membro viola as suas obrigações democráticas, a ausência de uma definição clara do que é a democracia e das diferentes fontes de legitimidade das Instituições previne que um tal artigo seja operacional. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0534 - Desafios e Respostas Regionais e Globais: o Papel da União Europeia, por Gonçalo Santa-Clara Gomes . Não há, nem nunca houve um só espaço no sistema internacional. A densificação do espaço mundial e dos espaços regionais, bem como a dificuldade de os articular entre si cria problemas adicionais aos atores e mecanismos de governação internacional existentes. A intensificação dos contactos e das relações entre espaços regionais com culturas diferentes, e a necessidade de os harmonizar é um desafio enorme para a ordem mundial e para a paz. Não pode haver respostas, simples e locais a desafios complexos e regionais ou com implicações globais. Deste modo, todos os atores nacionais e regionais geram e devem gerir o poder. Partindo deste contexto geral, o presente texto parte para o papel da União Europeia na sua ação internacional, sublinhando o papel crescente na definição e na defesa dos interesses europeus e na organização de respostas comuns e esboçando, brevemente, quais as suas prioridades e campos de ação. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0535 - Comissão Europeia: no Centro do Sistema de Governação da UE, por Isabel Camisão . No centro do sistema de governação da União Europeia está a Comissão Europeia. E, no entanto, mesmo vendo reconhecido nos tratados o papel central que lhe foi reservado pelos pais fundadores, parece, num primeiro olhar, que o seu estatuto tem vindo a ser secundarizado. Assistimos nas duas últimas décadas a um crescimento formal e informal assinalável dos poderes do Parlamento Europeu. Por outro lado, a agenda da UE tem muitas vezes sido dominada por temáticas enquadradas no âmbito dos II e III Pilares nos quais a Comissão tem poucos ou nenhuns poderes formais. Tomando como ponto de partida a influência da Comissão na definição da agenda comunitária, o presente texto procura averiguar, de forma breve, se existe ou não uma secundarização real da Comissão enquanto motor da construção europeia. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0536 - Os Valores da União Europeia à Luz de Calvet de Magalhães, por Isabel Maria Freitas Valente . O presente texto, ao mesmo tempo análise e elogia, reflete sobre a vocação e defesa europeia de José Calvet de Magalhães na sua carreira e obra. Com efeito, Calvet de Magalhães foi, pioneiro na chamada “diplomacia económica” e um dos grandes protagonistas da adesão de Portugal à Europa. Ao analisarmos a sua vida e obra descobrimos o sinete do liberalismo, do humanismo kantiano, da interculturalidade. Parte essencial da sua atividade diplomática e intelectual foi dedicada à procura e à consolidação de um caminho europeu para Portugal e de uma relação sólida com a América. Acresce que todo o seu pensamento recusa o nacionalismo ideológico, causa da terrível tragédia europeia e mundial. Desta maneira, Calvet de Magalhães entusiasmou-se com cada etapa do processo de união política europeia, alargando e aprofundando a sua reflexão europeia, “agora em condições muito mais favoráveis à concretização dos seus desígnios de defensor de um verdadeiro federalismo”. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0537 - Um Desígnio com Futuro, por João Bosco Mota Amaral . Partindo de uma análise retrospectiva otimista sobre os últimos 50 anos de integração europeia, o presente texto reflete sobre como poderá o processo democrático europeu adensar-se no sentido de incluir cada vez mais cidadãos nos processos de decisão e reverter o relativo alheamento cívico perante as eleições para o Parlamento Europeu. Neste sentido, argumenta-se que a proposta do Movimento Europeu para que as grandes famílias políticas apresentem ao eleitorado os seus candidatos a Presidente da Comissão merece ser reconsiderada. O desígnio visionário dos patriarcas da integração europeia merece ser projetado, com condições de viabilidade, no futuro. O novo tratado institucional é o passo a dar, cada vez mais urgente. As sugestões formuladas fazem avançar a tendência federalista quanto às matérias comunitárias. Mas asseguram as soberanias nacionais no tocante às delicadas questões da política externa e de segurança e defesa. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0538 - Portugal e o Futuro da Europa, por João Eduardo Coutinho Duarte . Um Portugal com futuro na Europa que se prefigura, deve ser uma preocupação prioritária. Mas uma pergunta impõe-se: qual futuro? Que objetivos perseguimos? No atual sistema económico europeu, o paradigma ultraliberal prevalece sobre as funções sociais de um Estado de direito. A Diretiva Bolkestein destrói, num clic, qualquer veleidade de encontrar na emigração, designadamente na qualificada, um posto de trabalho pago em conformidade com os salários locais. Caberá perguntar: será o atual modelo da União, pervertido em relação àquele com que nos acenaram antes da adesão em 1986, conforme às necessidades de desenvolvimento de Portugal? Por outra parte, se a imposição destas direções e sentidos aos povos da UE conduzir, a prazo, à sua implosão e, consequentemente à da moeda única, para os países economicamente mais débeis, o futuro poderá não contemplar, sequer, a independência política. Portugal, tem, assim, um problema grave, insolúvel no quadro atual: o do déficit externo. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0539 - Recuperar o Debate em Torno do Tratado Constitucional: a União Europeia como “Cooperativa Polivalente”, por João Salazar Leite . Há hoje um crescente consenso entre aqueles que se debruçam sobre o futuro da Europa, de que nos últimos tempos os líderes políticos se preocuparam mais em alargar a Europa, do que em aprofundá-la enquanto modelo de desenvolvimento socioeconómico conjunto. O presente texto toma como ponto de partida a procura de um modelo organizacional, existente, que pudesse corporizar a ideia de que é necessário evolui em termos de Europa, mesmo que nem todos estejam de acordo com os percursos propostos para as diferentes evoluções naturais, ou motivadas por avanços tecnológicos e científicos. O modelo tradicional de “cooperativa agrícola polivalente”, que alia o caminhar em conjunto com os interesses individuais dos diferentes associados é mantida como resposta a um tal modelo organizacional, como se tenta provar. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0540 - Entre a Geografia e a Política: o Regresso da Ideia de Europa, por João Pedro Simão Dias . Uma das consequências nem sempre lembradas da Revolução que entre 1989/1998 varreu o Leste do continente europeu foi, por paradoxal que tal possa parecer, o seu reflexo e a sua influência na natureza da própria União Europeia. Ora, o mega alargamento de 1 de janeiro de 2007, ele próprio reflexo e consequência da Revolução europeia que em 1989/91 recuperou para o campo das democracias ocidentais os Estados europeus das outrora democracias populares, concretizou definitivamente um ponto de viragem na história e no percurso da UE. A par disto verificou-se uma mudança evolutiva que, além de colocar questões específicas no domínio da sobreposição de algumas competências da nova União levará a organização de Bruxelas a expandir as suas fronteiras a latitudes e longitudes cada vez mais distantes e longínquas. Talvez o caso turco encerre suficiente virtualidade para ilustrar as difíceis escolhas que há a fazer entre uma Europa política e uma Europa geográfica. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0541 - Uma Proposta de Resolução da Crise Constitucional da UE, por Jorge Vide Cunha Martins . No contexto da crise europeia despoletada pela rejeição do Tratado Constitucional da União Europeia por dois países fundadores, o presente texto avança uma proposta de, face às reservas que o termo “constitucional” levantou em alguns meios, um Tratado Fundamental da União Europeia, um documento que seja aprovado e ratificado pelos Estados membros e que venha dar resposta à crise constitucional. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0542 - Portugal e o Futuro da Europa, por José Eduardo Martins . O presente texto analisa a especificidade da participação portuguesa na União Europeia sobretudo à luz da sua participação para a consolidação da democracia, para o desenvolvimento sócio-económico, bem como da projeção da UE ao nível mundial. Com este fim em vista, ocupa-se de duas referências muito especiais: a da Estratégia de Lisboa e da presidência da Comissão por Durão Barroso. Sobre esta última são avançados os grandes desafios representados à presidência de Durão Barroso ao nível intra- e extra-europeu. De especial relevância são os compromissos internacionais assumidos pela UE no âmbito do combate às alterações climáticas. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0543 - Algumas Considerações Sobre o Papel da Europa na Ordem Mundial, por José Pereira da Costa . Partindo de uma abordagem histórica do escopo do papel da União Europeia enquanto ator internacional a partir do final da Guerra Fria, o presente texto tem por objetivo averiguar quais as perspectivas de saída para o dilema em que a Europa se encontra atualmente na sua política externa, entre desenvolver uma Política Comum de Segurança e Defesa, no âmbito da PESC (Política Externa e de Segurança Comum), como é referido nos tratados, ou reforçar o seu papel de Potência Civil, influenciando por meios pacíficos a política mundial, reforçando o multilateralismo, através de um sistema de relações inter-regionais, que desde há algum tempo vem desenvolvendo. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0544 - A Normalidade da União, por Maria João Seabra . Numa altura em que se comemoram os 50 anos do Tratado de Roma, vale a pena lembrar exatamente o que se celebra e, sobretudo, indagar o valor daquilo que, juntos, os europeus conseguiram alcançar para o futuro, sem deixar de ter presente as dificuldades atuais. Valerá sempre a pena recordar as razões que estão na origem do processo europeu. Nesta análise diacrónica, o presente artigo relaciona a questão da memória com o da cidadania europeia, de forma a indagar as causas do afastamento dos cidadãos do projeto europeu. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0545 - A Revisão dos Tratados, entre a Refundação e a Reafirmação dos Fundamentos, por Miguel Gorjão Henriques . São dois os valores que devem presidir, do ponto de vista jurídico-político, para uma construção sem maiores convulsões do edifício europeu: o princípio da igualdade dos Estados membros e o princípio do respeito pelos valores fundamentais “intraeuropeus”. A Europa deve ser sempre uma construção firme, mas aberta à diversidade, incluindo as diferenças de posicionamento político dos Estados membros. Tal é, aliás, o lema apostado na Constituição Europeia. Entre esses princípios contam-se os princípios estruturantes do edifício comunitário: especialidade, subsidiariedade, proporcionalidade e efetividade, mas também respeito pela autonomia e soberania dos Estados membros. A viabilidade de um tratado simplificado deve basear-se na assunção e concretização, num único texto convencional dos princípios já vinculados pelos Estados membros e que se encontram expressos nos tratados, tal como interpretados pelo Tribunal de Justiça. Impõe-se, assim, neste momento, assegurar que o aperfeiçoamento institucional e material dos textos jurídicos não seja feito de modo a implicar novas crises constitucionais no espaço europeu. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0546 - Estratégias de Integração e Novos Modelos de Cooperação Institucional, por Nuno Gama de Oliveira Pinto . O presente texto reflete sobre as particularidades da estratégia de integração, bem como os novos modelos de cooperação institucional trazidos pelo ambicioso processo de alargamento da UE aos países da Europa Central e Oriental realizado entre 2004 e janeiro de 2007. A adesão de um novo Estado membro à União Europeia pressupõe o cumprimento integral dos critérios definidos em Copenhaga. A capacidade de cumprir as obrigações decorrentes da adesão, incluindo a partilha dos objetivos da União Económica e Monetária vem redimensionar um debate que, desde sempre, tem estado subjacente ao próprio processo de integração europeia: o do seu alargamento e o do seu aprofundamento. De facto, a dicotomia deixou de ser exclusivamente entre estes dois objetivos para passar, sobretudo, a ser entre alargamento e diferenciação. Ao introduzir o conceito de “cooperação reforçada”, o Tratado de Amesterdão e o Tratado de Nice, vieram possibilitar, deste modo, novas formas de relacionamento e de cooperação no espaço comunitário. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0547 - Celebrar o Passado, com os Olhos no Futuro, por Pedro Courela . Só um exercício de abstração podia transformar a assinatura da Declaração de Berlim, no dia 25 de março, num momento tranquilo de auto-congratulação pelas conquistas do passado. O difícil consenso em torno de um texto, negociado em segredo, que os 27 governos pudessem assinar é um sinal dos tempos que vivemos e não pode ser desligado da profunda crise política que a Europa atravessa, crise essa bem expressa nas divergências públicas em torno do destino do Tratado Constitucional. O presente texto reflete sobre as conclusões a retirar destas celebrações para pensar o futuro da Europa. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0548 - Regional Paradiplomacy in the European Union: Why Should we Study it? (Paradiplomacia Regional na União Europeia: Porque devemos estudá-la?), por Sandrina Ferreira Antunes . Vivemos hoje numa Europa mais próspera, económica, social e culturalmente, e não há dúvida de que as “regiões” têm sido uma mais valia no processo de integração europeu. Elas têm sido um instrumento útil para atingir os objetivos da integração, mas hoje essas regiões pedem mais: elas perseguem as suas próprias atividades para-diplomáticas com o consenso – ou não – dos seus estados e estão totalmente conscientes disto. O presente texto procura explicar este argumento. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0549 - O Tratado que Estabelece uma Constituição para a Europa, por Teresa Paulo . Depois da Alemanha ter inaugurado o debate constitucional europeu em 2000, é também a Alemanha que, através da Chanceler Angela Merkel, anuncia, em 2006, a sua ambição de traçar o início do fim, se não da crise da Constituição Europeia, pelo menos do período de reflexão. Ultrapassada a lógica maniqueísta “dos Estados que ratificaram e dos Estados que não ratificaram o Tratado”, o

debate faz-se agora entre os que defendem uma maior integração europeia desde já e os que, seguindo a política dos pequenos passos, preferem promover opções faseadas. É neste contexto que o presente texto faz uma breve análise sobre as alternativas em debate na renegociação do Tratado Constitucional seguida de uma reflexão sobre qual o resultado para 2009 e quais devem ser as prioridades políticas da União. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0550 - A Geografia da Europa, por Vitalino Canas . É interessante registar que apesar de muitos europeus acharem que a UE está em crise, a fila de países candidatos à adesão não tem diminuído: a Croácia e a Turquia estão na primeira linha, porque estão já em fase de negociações, e agora também a Macedónia. Mas logo a seguir temos os restantes Estados da ex-Jugoslávia, Sérvia, Bósnia-Herzgovina, Montenegro e outros. Neste contexto, o presente artigo reflete sobre a frieza e desagrado europeus relativamente à adesão da Turquia, em contraste com o agrado em relação aos Estados dos Balcãs ocidentais, a simpatia para com a Geórgia. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0551 - Diversidade e Identidade / Hospitalidade e Xenofobia, por Cármen Maciel . O presente texto serve como introdução aos textos apresentados no II Congresso Nacional – Portugal e o Futuro da Europa, sob o tem da Diversidade e Identidade/Hospitalidade e Xenofobia. Com este fim em visto, o tema é enquadrado no contexto europeu e dos últimos 50 anos deste projeto. Com efeito, as comemorações dos 50 anos dos Tratados de Roma trazem a debate público “novas experiências” decorrentes de diversos processos de transformação que as sociedades europeias têm vindo a experimentar, e colocam em evidência noções tão ambíguas como identidade, diversidade, hospitalidade e xenofobia. Termos com fortes conotações políticas, sociais, culturais e religiosas, que nos colocam perante escolhas: o que privilegiar, o idêntico ou o diverso? A semelhança ou a diferença? Aceitar ou rejeitar? Integrar ou excluir?. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0552 - Diversidade, Auto-representação e os Valores do Projecto Europeu, por Alina Esteves . De um país com uma longa tradição de emigração, Portugal tornou-se também um país de acolhimento. A importância relativa dos cidadãos estrangeiros na população residente cresceu consideravelmente ao longo das décadas de 80 e 90. As origens geográficas dos imigrantes são cada vez mais diversificadas. Esta diversidade representa indubitavelmente uma riqueza para Portugal, mas coloca desafios que requerem grandes investimentos ao nível da promoção da coesão social e da gestão da diversidade cultural. A pertença dos imigrantes a comunidades transnacionais é uma realidade cada vez mais frequente, assim como a construção de identidade(s) onde o sentimento de múltipla pertença é uma vivência permanente. Somos então levados a refletir sobre as questões da autorrepresentação: como é que os imigrantes se veem? Será a sua identidade influenciada pelo tempo de permanência no país de acolhimento? Que influência tem a aquisição da nacionalidade do país de acolhimento na sua identidade? Será a sua identidade influenciada pelos acesso e exercício de determinados direitos?. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0553 - Pela Promoção da Relação Simbiótica entre os Valores do Desporto e do Projecto Europeu, por Alexandre Miguel Mestre . O desporto é, provavelmente, um dos fenómenos contemporâneos que mais fascina e envolve os cidadãos da União Europeia. Esta afirmação é suportada por dados do mais recente Eurobarómetro. Num documento de trabalho, de setembro de 1998, a Comissão Europeia distinguiu cinco funções do desporto: educacional; saúde pública; social; cultural; e lúdica/recreativa. Anos antes, Jacques Delors havia afirmado que na criação da (então) Comunidade Europeia, o desporto deveria assumir um papel prioritário. Importa hoje, numa UE multicultural alargada a 27, e em que se mostra cada vez mais atual o lema Unidade na Diversidade, continuar a enfatizar os valores comuns ao desporto e ao projeto europeu, com vista a aprofundar uma relação simbiótica entre estas duas realidades. O presente texto tem por objetivo argumentar que, para além da solidariedade, existem outros valores em comum entre o desporto e o projeto europeu, nomeadamente: Ética; Educação; Não discriminação; Coesão e Integração sociais; Cidadania; Identidade. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0554 - Migrantes, Imigrantes e Cidadania Europeia: Exclusão ou Integração?, por António Pedro Manique . Quem tem medo da cidadania europeia? Este sugestivo título de um livro publicado em França serve de ponto de partida para uma reflexão sobre a problemática da cidadania europeia, porventura aquela que, na opinião do autor, constitui o cerne da construção de uma Europa que torne real a divisa “Unidade na Diversidade”, com a qual pretende reforçar-se enquanto comunidade, não apenas de Estados, mas principalmente de cidadãos. O Parlamento Europeu tem-se preocupado com a problemática da integração e acesso à cidadania por parte dos imigrantes e adotou já um conjunto de recomendações com vista à adoção de medidas que contribuam para a sua resolução, sem que, no entanto, elas tenham merecido a devida atenção por parte dos outros órgãos da UE. Em concordância com o teor desse documento e na tentativa de o trazer ao debate público, o presente texto passa a propor, em relação à temática, a adoção de algumas medidas. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0555 - Em Defesa de uma Europa Pós-identitária, por Bruno Peixe Dias . O presente texto parte de uma análise da relação entre a União Europeia e a xenofobia e da desconstrução da crença que a xenofobia é um fenómeno marginal

à norma de tolerância europeia. Com efeito, a independência das colónias e a condenação do colonialismo reforçou esta norma, tornando mais rara a assunção sem vergonhas de ideias de supremacia racial. Mas elas existem de forma mais subtil, disseminadas pelo tecido social. Deste modo, a xenofobia é encarada como o produto histórico de certos contextos sociais e mecanismos sociais e históricos. A Europa deve, assim, saber defender-se da xenofobia sem a renegar ao campo da anomalia, endereçar as questões de integração de imigrantes e coesão social, capacitar os imigrantes de cidadania ativa e plena, promover a igualdade e rejeitar paternalismos. O reconhecer do carácter político do processo de construção europeia deve levar também à recusa desta obsessão identitária. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0556 - Os trabalhadores da União Europeia e os desafios da construção europeia, por Carlos Trindade . Nesta intervenção, acerca do futuro da construção da UE, é defendida a tese que os cidadãos europeus e, em especial, os trabalhadores, ou sentem que a construção da União Europeia lhes permitem melhores condições de vida e de trabalho ou, no mínimo, que se mantêm, e envolvem-se e empenham-se nesse processo ou, em última análise, não se opõem, ou se, pelo contrário, sentem ou pressentem que essa construção coloca em risco os padrões que atualmente existem, não só não a apoiarão como se posicionarão contra o seu êxito. Esta tese tem, pois, como objeto valorizar a participação e empenhamento dos trabalhadores, em especial, e dos cidadãos, em geral, na construção da UE e quais são as condições necessárias para as concretizar. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0557 - A Islamofobia no Pós-11 de Setembro, por Cláudia Pedra . Embora o termo islamofobia tenha sido cunhado por Etienne Dinet em 1922, nunca este termo foi tão avidamente usado, como no mundo pós-11 de setembro. Embora o seu uso seja discutível e em muitos casos se fale de discriminações que vão além do fator religioso, é indissociável a atual instigação do medo pelo terrorismo à comunidade muçulmana. É neste contexto que o presente artigo faz uma análise sobre a tendência securitária em geral, mas na União Europeia, em particular, e as suas consequências para a receção e acolhimento de refugiados e o tratamento da comunidade muçulmana no rescaldo dos ataques do 11 de setembro. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0558 - Hospitalidade e Xenofobia, por Grácio Abdulá . O aumento significativo do fluxo migratório de pessoas do Hemisfério Sul para o Hemisfério Norte, é hoje um facto indelmentável. Embora mais fracas, as migrações a Sul merecem algum destaque. Neste contexto, o presente texto parte de uma breve análise histórica da escravatura ao colonialismo até à abolição deste, mas permanência – ou mesmo deterioramento – das más condições nos países antigamente colonizados. É este quadro assustador, que caracteriza os países de onde vêm os imigrantes que abandonam as suas terras à procura de uma vida melhor na Europa. Neste sentido, a Europa tem responsabilidades históricas para com esses cidadãos, de hospitalidade e acolhimento e de acabar com a xenofobia relativamente a estas comunidades de imigrantes. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0559 - Desafios da Gestão de Fluxos Migratórios na Europa, por Isabel Estrada Carvalhais . Frequentemente a discussão sobre uma política europeia de imigração recai na análise dos desafios à cooperação institucional em matéria de justiça, liberdade e segurança. Sem retirar virtude a essa análise, há, no entanto, uma outra que pode e deve ser feita. Trata-se de uma análise centrada na compreensão da lógica em que a gestão europeia dos fenómenos migratórios se sustenta e que entronca aliás no esforço mais amplo de reflexão sobre a qualidade que a Europa busca na relação com a sua imensa diversidade humana. Neste sentido tal análise assume-se também como tarefa basilar da própria construção europeia, porquanto é a lógica encontrada a montante de toda a praxis política aquela que mais cabalmente nos pode esclarecer sobre, entre outras coisas, o sentido último que sustenta as atuais opções políticas da União no tocante à gestão de fluxos migratórios. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0560 - Políticas de Integração, por José Macário Correia . O desafio europeu coloca a todos nós tarefas novas e estimulantes. A circulação sem fronteiras gera grandes deslocamentos de cidadãos dentro da União, as quais impõem questões de adaptação, de integração e muitas outras. O Algarve é uma das regiões europeias onde uma relação multicultural permanente se fez sentir desde sempre. Resultam daqui novos desafios, novas experiências e novas dificuldades. Neste contexto a Direção Regional de Educação e as Câmaras Municipais prepararam cursos de língua portuguesa, para facilitar a comunicação e a integração destas comunidades. O Algarve constitui um caso de sucesso. Casos há, no entanto, Europa fora, em que a integração não constituiu um sucesso - o que se passou em França há cerca de 2 anos faz-nos pensar. É neste sentido que a Europa deve trabalhar no sentido das relações com os imigrantes que recebe, bem como uma política de boa abertura à Turquia e ao Norte de África. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0561 - Imigração, Integração e Diversidade: que Respostas Europeias?, por Maria das Mercês de Mendonça Covas . A imigração, enquanto fenómeno social, produziu já uma história europeia relativamente rica e variada

sobre a qual se podem fazer várias leituras e avaliações. A este propósito o presente texto enuncia nove teses sobre a caracterização dos fluxos migratórios das últimas duas décadas, as políticas de migração e o impacto da globalização nos fluxos migratórios, a integração social – para além da no trabalho – de imigrantes, de como a imigração é e deve ser encarada pela União Europeia, nomeadamente no que diz respeito aos direitos, à integração e no plano económico e orçamental. Daqui se conclui que enquanto a UE e os Estados nacionais não forem capazes de reduzir a sua economia clandestina dificilmente conseguirão reduzir os fluxos clandestinos de trabalhadores migrantes – com efeito, o mesmo se passa com cidadãos comunitários que trabalham em países da União. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0562 - A Politização do Risco na Política Europeia de Imigração, por Maria João Militão Ferreira . A consensualização sobre políticas ao nível da União Europeia está, frequentemente, dependente da obtenção de um equilíbrio entre os interesses da União e os interesses dos Estados membros. Consequentemente, o processo da integração europeia confronta estratégias individuais nacionais com as estratégias coletivas de incorporação social. As abordagens sociológicas ao processo de europeização analisam os mecanismos de socialização e de conformidade comportamental normativa presentes ao nível da UE, centrando a sua atenção nas tensões entre as estratégias individuais e as estratégias coletivas. A teoria cultural “grid-group” permite a elaboração de tentativas de explicação sobre o comportamento social dos indivíduos através da oposição entre duas dimensões fundamentais: a vontade individual e a vontade do grupo. Reside neste facto a potencialidade heurística do modelo para a análise do processo da integração europeia e, mais especificamente, para o estudo da dimensão externa do Espaço Europeu de Liberdade, Segurança e Justiça. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0563 - Refugiados: nas Fronteiras da Identidade, por Maria Teresa Tito de Moraes Mendes . O presente texto tem por objetivo refletir sobre identidade ou identidades dos refugiados. Parte, assim, da definição de refugiado tal como esta foi definida pela Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, para as fases distintas facilmente reconhecidas na prática do trabalho com este grupo – “Tornar-se refugiado”; “Ser-se refugiado”; e “Transformação da identidade de refugiado”. Desta análise passa para a da chegada e acolhimento no país de destino e das identidades assumidas neste contexto, utilizando Hannah Arendt. Ao passo que a prática de trabalho do autor revela que a experiência traumatizante do refugiado facilita a sua integração, é urgente que a União Europeia, enquanto sociedade de acolhimento, proporcione aos refugiados, requerentes de asilo e exilados, políticas verdadeiramente inclusivas, que promovam a diversidade. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0564 - Diversidade, Condição para a Preservação da Humanidade, por Mário Leopoldo Cabral . O presente texto reflete sobre questão do relacionamento entre emigrantes e sociedades de acolhimento alicerçando-a no tema da Diversidade e Identidade / Hospitalidade e Xenofobia. Com as movimentações e fluxos migratórios históricos propiciados pela globalização, as sociedades tornam-se cada vez mais diversas culturalmente. Por seu turno, no Ocidente recua-se desse movimento, e em direção, muitas vezes, à xenofobia. Perante tais reflexos reativos pergunta-se se, por exemplo a UE pode dar-se ao luxo de adiar a integração da Turquia, alicerçada na perspectiva da construção de uma entidade hegemónica, baseada nos valores ocidentais de matriz grego-judaico-cristã. Será que se pode voltar ao “orgulhosamente sós”? Para além disto, qual deverá ser o posicionamento da comunidade lusófona neste novo cenário geopolítico e geoestratégico? Será que essa análise é feita pelas nossas chancelarias ou pela entidade que nos enquadra, a CPLP, para dar linhas de orientação consentâneas com o momento que se vive?. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0565 - Media, Education and Diversity (Media, Educação e Diversidade), por Monica Goracci . O processo de alargamento da UE, bem como a presença duradoura e recentemente aumentada de nacionais de países terceiros tem alterado, nas últimas décadas, a forma da UE, tornando-a mais diversa cultural e etnicamente. Ao mesmo tempo tem sido feito um esforço legislativo, por parte da União, no sentido da não-discriminação e de outras garantias no âmbito do respeito pela diversidade multicultural. Apesar disto, será possível afirmar que tal esforço legislativo se tem refletido numa atitude positiva generalizada da sociedade a respeito à diversidade? O presente texto procura dar resposta a esta questão através da reflexão sobre o papel dos media no combate à discriminação de minorias e do esforço da UE em utilizar os meios de comunicação e a educação das populações no sentido do respeito pela diversidade cultural, do diálogo intercultural e no combate de atitudes discriminatórias. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0566 - Changes in Portuguese Religious, Cultural, Social and Political Context: Actors and Debates (Mudanças no Contexto Religioso, Cultural, Social e Político Português: Atores e Debates), por Nina Clara Tiesler . O presente texto apresenta uma breve visão geral sobre as mudanças na paisagem religiosa portuguesa ao longo de três décadas e aborda a lógica sobre a qual estas mudanças foram mediadas e se refletiram nos discursos públicos, políticos e académicos portugueses tomando a perspectiva europeia em conta. Ao tomar esta perspectiva como lente, as particularidades do caso português são colocadas em primeiro plano, levando o debate de volta ao tema proposto pelo painel do papel simbólico dos migrantes na diversidade da paisagem religiosa-cultural em questão. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0567 - Investir no Futuro, por Pau-y Chow . Numa fase histórica em que a União Europeia procura definir “o que é ser europeu”, os desafios da globalização e os debates sobre o alargamento das fronteiras da UE são simultaneamente oportunidades e barreiras. A diversidade cultural é uma das principais características de uma União moderna e dinâmica. Desenvolver uma compreensão holística dos grupos imigrantes tornou-se uma prioridade. Uma prioridade política, económica e social. É partindo, assim, deste contexto e do desenvolvimento geral das culturas de imigrantes no debate sobre o futuro da Europa, que o presente texto parte para a análise do desenvolvimento e integração das comunidades de imigrantes chinesas em Portugal, especialmente para as gerações mais jovens. São tomados como exemplos os casos alemão e francês. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0568 - A Identidade Europeia, por Rosana Aires . O presente texto reflete sobre o que fundamenta a “Identidade Europeia”. Esta, argumenta-se, mais do que uma fonte de “Regulamentos e Diretivas”, confunde-se com a essência de cada um dos seus cidadãos, povos de muitas nações, de múltiplas identidades, mas uma manta protetora que engloba o sentimento maior “de ser Europeu”. A Europa é definida, assim, pela pluralidade dos povos, dos países e dos cidadãos que os habitam, sendo essa multiplicidade não uma fraqueza, mas uma plataforma impulsionadora do engenho. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0569 - Cidadania na União Europeia, por Rui Gamboa de Medeiros . Um dos objetivos do processo de integração europeia é aprofundar a cidadania europeia, que tal como está consagrada atualmente nos tratados, é ainda muito insípida. Para que tal aconteça, será necessário que seja definida de forma cada vez mais concreta, para que os europeus se revejam nesse conceito e para que sintam fazer parte de uma identidade europeia. O sistema educativo tem, neste contexto, um papel determinante, da mesma forma que o foi aquando da consolidação das identidades nacionais. A construção da cidadania europeia deve, ainda, passar pelo combate ao deficit democrático, com o fortalecimento da participação ativa da cidadania por forma a garantir a lealdade e identificação dos cidadãos europeus não a uma identidade comum, mas aos princípios constitucionais que garantam os seus direitos e liberdades comuns. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0570 - Identidades e Processos de Integração Política no Novo Milénio: o Desafio da União Europeia, por Sérgio Roberto Mendonça Costa . Os cinquenta anos do marco inicial da União Europeia são significativos para uma análise geral desse empreendimento, não só em relação ao seu passado histórico como também à sua adaptação à nova realidade internacional. Do ponto de vista social, imigração, nação e cultura são temas de primeira ordem da geopolítica mundial cujo impacto se vê na vida quotidiana e na redefinição de significados culturais na contemporaneidade. No centro das discussões da unificação da Europa, tendo na constituição o projeto mais proeminente, está o processo de criação de uma identidade europeia que abarque todas as culturas nacionais. Assim, para entender em que bases assentará a pertença ao projeto europeu, é necessário, antes, discutir as estruturas culturais que determinam o imaginário social a respeito da conceção de uma nação e a própria formação de uma identidade nacional. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0571 - Entre o Acolhimento e a Rejeição, por Valentim Gonçalves . A sensatez e a honestidade intelectual obrigam a reconhecer que os imigrantes são necessários ao desenvolvimento e à sustentabilidade do nosso sistema de segurança social: os milhões de imigrantes necessários à Europa nas próximas décadas, segundo dados a ONU, não constituem apenas palavras; são dados cientificamente trabalhados. Por isso só resta uma atitude sensata, seja ela apoiada numa visão mais altruísta, seja numa visão mais utilitarista: saber acolher os imigrantes e, ao mesmo tempo, ter a capacidade de os integrar através de boas práticas. É neste sentido que se pergunta o que é exigido da Europa hoje. A esta questão o presente texto responde, por um lado, com uma construção baseada nos cidadãos e na cidadania e em políticas de imigração de cariz prático e que veja na imigração não um problema, mas uma oportunidade. Finalmente são apontadas duas ideias que não são admitidas e que bloqueiam a cidadania, nomeadamente, a da transparência e a da desigualdade. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0572 - A Diversidade numa Europa em Construção: entre a Xenofobia e os Desafios Multiculturais da Hospedagem, por Víctor Barros . A diversidade dos Estados membros traduz a diversidade cultural da União. Partindo do princípio orientador de que a Europa e a ideia da comunidade assentam no primado da partilha de um legado histórico e cultural, então não podemos ignorar a complexidade com que a situação da diversidade e do avanço da xenofobia pode ser problematizada sob vários âmbitos de análises. Por isso uma das vias para problematizar a questão da xenofobia pode ser através de uma leitura associada ao fenómeno da imigração com que se defrontam os diferentes Estados-nação membros onde ela se manifesta através dos encontros e dos desencontros que a constituem. Ou seja, trazer à reflexão alguns desencontros que, em parte, caracterizam as relações e as representações entre as comunidades de imigrantes e a sociedade de acolhimento. Entende-se assim que, perante a diversidade que caracteriza este novo cenário pós-colonial, esta poderá constituir uma mais valia para a promoção do diálogo intercultural. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0573 - Modelo Europeu, Governação e Estratégia de Lisboa, por Ana Paula Africano . Ao comemorar os 50 anos da União, a integração europeia deve a sua longevidade ao seu próprio sucesso, que, por sua vez, tem sido sustentado pelos benefícios económicos gerados e associados à integração dos mercados. Tomando esta premissa inicial como ponto de partida, o presente texto faz uma exposição do que constituíram os objetivos e os resultados da Estratégia de Lisboa, enquanto forma de melhorar e dinamizar a forma económica da UE. Reflete-se, ainda, brevemente sobre o problema de produtividade e do crescimento económico em Portugal no contexto da União. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0574 - Modelo Europeu, Governação e Estratégia de Lisboa, por Francisco Torres . O presente texto reflete introdutoriamente sobre o papel que o “modelo Europeu” poderá ter tanto ao nível interno como externo – podendo dotar a União de capacidade de reformar a governança económica global – dependendo da sua competitividade económica. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0575 - A Dimensão Política da Governação Económica – Competitividade vs Cooperação: como Manter o Modelo Social e os Direitos Fundamentais?, por Ana Neves e Leonor Jacinto . A UE não consegue ter um papel mais ativo e preponderante na negociação com Estados terceiros porque não encontra consenso político entre os seus Estados membros. Tem havido falta de vontade e de liderança para conseguir uma política externa comum para além das políticas comunitárias, nomeadamente, a política de concorrência e a política agrícola comum. É fundamental que a Europa tenha uma Política Externa e de Segurança Comum comunitarizada que permita o cumprimento dos seus objetivos. Com a velocidade de desenvolvimento tecnológico, que se tem observado no mundo cada vez mais global e o consequente agravamento das condições sociais e de emprego na UE observa-se hoje uma necessidade de reestruturação dos seus modelos de desenvolvimento. Será que o modelo de concorrência atual permite a manutenção do modelo social?. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0576 - Mapeamento de Processos e o Futuro da UE, por António Alvarenga, Isabel Marques e José M. Félix Ribeiro . A complexidade atual do processo de integração europeia e as dificuldades que se vislumbram no horizonte, quer por motivos internos, quer externos, são notórias. O futuro da União Europeia está, inquestionavelmente em questão. Este texto procura apresentar possíveis configurações para as principais incertezas do sistema UE e para as grandes forças de enquadramento, culminando na apresentação de alguns cenários contrastados para a evolução da UE. Para se compreender qualquer exercício sobre o futuro da UE é fundamental destacar os principais processos em que a União está envolvida e cuja interação vai condicionar fortemente o seu futuro. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0577 - Presidência Portuguesa da UE e Novo Ciclo da Estratégia de Lisboa, por Arminda Neves . Neste novo contexto, trazido em larga parte pela globalização, em que novas regiões emergem economicamente e a Europa se confronta com novos polos de desenvolvimento, ao mesmo tempo que constrói uma unidade interna, é normal a interrogação sobre que futuro queremos para a Europa. Foi esta a questão colocada em 2000, no Conselho Europeu da Primavera em Lisboa, e é esta questão que se coloca ainda hoje. A Europa precisa de uma visão ambiciosa e de uma estratégia global de desenvolvimento que oriente a sua ação; a Estratégia de Lisboa representou um contributo para a construção dessa visão comum, mas a credibilidade e sustentação dessa estratégia dependem de resultados concretos. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0578 - A Agenda de Lisboa no Mapa da Globalização, por Bruno Martins . Se se partir da ideia de que a Estratégia de Lisboa tem como principal objetivo fomentar uma sociedade cuja riqueza advenha sobretudo do conhecimento e da inovação, respeitando o bem-estar social dos cidadãos e o equilíbrio ambiental, a dimensão principal que resulta desta noção é a dimensão interna. Segundo esta visão a Agenda de Lisboa tem um foco predominantemente dirigido ao espaço europeu e destina-se a, no seu espaço geográfico, tentar lidar com os desafios que inelutavelmente advêm do processo de globalização. No entanto, num cenário, justamente, de globalização, as fronteiras estão por definição mais diluídas. Neste quadro, aquilo a que pode chamar-se a dimensão externa da Estratégia de Lisboa desdobra-se em duas questões principais: por um lado, tentar perceber de que forma é que os outros países lidaram com os mesmos problemas que se colocam à UE; por outro lado, perceber de que forma pode um projeto como este influenciar a ação externa lato sensu da própria União. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0579 - Agenda(s) de Lisboa: como Promover a Competitividade sem Comprometer a Coesão Social numa Europa cada vez mais heterogénea, por Carla Guapo Costa . A Agenda de Lisboa, lançada em 2000, lançava um desafio ambicioso aos países europeus. Cinco anos mais tarde os Chefes de Estado e de Governo decidiram recentrar as prioridades no crescimento económico e no emprego e tornar o processo mais eficiente. As principais alterações mostravam que a modéstia dos resultados dever-se-ia não à ambição dos objetivos, mas antes à excessiva complexidade do processo adotado e

à falta de empenhamento político. Concordando com esta posição, o presente texto defende, no entanto, que, na ausência de mecanismos de coesão social e económica mais fortes do que os atuais, será quase impossível conciliar os efeitos de spillover de carácter económico que resultam do processo de integração dos mercados e da própria globalização, com as aspirações das populações dos Estados membros e das dos Estados vizinhos da UE. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0580 - Porque é Essencial Reinventar a Estratégia de Lisboa, por Francisco Jaime Quesado . Num contexto de reencontro global da Europa com o seu passado e o seu futuro, a “reinvenção estratégica” da Estratégia de Lisboa ganha contornos de atualidade no âmbito duma Presidência Portuguesa que, como é esperado, porá a tónica central do seu consulado nas estratégicas questões da competitividade e qualidade social global dos cidadãos europeus. Um tempo novo suscita novos paradigmas. A necessidade de, olhando para trás, para a realidade do que foi feito, formular novas pistas de atuação. Assim, partindo da premissa de que a Estratégia de Lisboa estabelecida em 2000 continua a ser fundamentalmente relevante, mas que importa ser objetivo aos resultados alcançados e repensar a estratégia e instrumentos utilizados, o presente texto retira algumas conclusões sobre o modelo de crescimento europeu que suscitam a necessidade de um novo paradigma e reflete sobre as prioridades de execução desse novo paradigma. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0581 - Liberdade de Circulação de Bens no Mercado Interno e Interesses Nacionais, por Helena Guimarães . A relação Estado/Mercado está no centro da investigação teórica mais recente sobre a economia política da integração. O Programa do Mercado Interno é uma das dimensões da integração europeia em que esta relação é mais pertinente e complexa. A eficiência económica do Mercado Interno de bens é assegurada pela liberdade de circulação. Contudo, as regulamentações nacionais tornam-se numa barreira regulatória e têm um impacto discriminatório no comércio intracomunitário, pois desvirtuam a livre circulação de bens e protegem os produtores nacionais, concedendo-lhes uma vantagem estratégica. Não existindo qualquer estudo sobre incidência das regulamentações nacionais no comércio intracomunitário, o presente texto pretende endereçar tal lacuna. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0582 - A Dimensão Económica e Social, por Maria João Rodrigues . Num mundo globalizado, a Europa tem de redefinir a sua posição. Ao mesmo tempo, esta é também a principal preocupação dos cidadãos europeus: num mundo globalizado, como poderão sustentar e melhorar o seu modo de vida? Tendo presente este cenário, foi feita uma escolha no Conselho Europeu de 2000, com o propósito de combinar um alto nível de competitividade e um crescimento sustentável com mais e melhor emprego. É no contexto do papel da Estratégia de Lisboa enquanto novo paradigma europeu que o presente texto expõe brevemente quais os seus objetivos e implicações, o que é que a reinvenção de 2005 trouxe de novo ao nível das prioridades da Estratégia de Lisboa, de que forma os programas nacionais de reformas para o crescimento e o emprego podem melhorar substancialmente a relação das instituições com os cidadãos, bem como a adaptação às necessidades dos Estados membros, e, finalmente, da tarefa da Presidência Portuguesa de preparar o próximo ciclo da Estratégia. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0583 - Desenvolvimento Sustentável e Dimensão Económica e Social da Europa, por João Biché Danune . Partindo de uma breve análise da problemática do desenvolvimento num contexto evolutivo e o consequente colapso das culturas humanas em casos de intensificação da exploração ambiental, o presente texto reflete sobre o futuro do Modelo Económico e Social Europeu, o qual, diz-se, não deve prosseguir o seu caminho apoiando-se unicamente na tão propalada civilização desenvolvimentista que se empenha em continuar a sua trajetória de desenvolvimento a todo o transe, mas num modelo de desenvolvimento humano sustentável. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0584 - A Europa e uma Estratégia para a Globalização, por João Caraça . A Estratégia de Lisboa foi concebida numa época em que a nova economia baseada no conhecimento era uma meta ao mesmo tempo desejável e inovadora. Porém, a Estratégia não foi traduzida rigorosa e sistematicamente na linguagem das políticas e dos programas nacionais dos Países membros, nem se constituiu como uma iniciativa do Conselho da UE e não da Comissão Europeia – i.e. fá-la depender da capacidade política e vontade nacional da Presidência da União. O novo ciclo da Agenda de Lisboa, por outro lado, tem que ser assumido como a estratégia da UE face à globalização. Nesta nova fase de transição a UE deve focar-se menos em imperativos universais e passar para conceitos globais, reinventar algumas das qualidades que constituíram o cerne da sua força moral e política e mudar a ênfase do conhecimento para a tecnologia, interagindo não como força centrífuga, mas em rede e diálogo com os outros atores globais. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0585 - Portugal Face a uma Política Marítima da União Europeia, por José António Palmeira . Sob os auspícios de um presidente com a nacionalidade portuguesa, a Comissão Europeia lançou um Livro Verde “Para uma futura política marítima da União: uma visão europeia para os oceanos e os mares”, colocando em debate público a questão. Cinquenta anos volvidos sobre o Tratado de Roma, a UE prepara-se para conceder ao mar a atenção que lhe é devida pelo seu

potencial económico e ambiental. Esta nova política europeia representa uma oportunidade para a UE, mas para Portugal em especial. Portugal poderá, assim, não só diluir a sua condição periférica, como fazer uso da sua identidade oceânica, e das relações de proximidade, tanto geográficas como históricas e políticas, com os países da CPLP, com a NATO, e com o Norte de África. Pelo exposto se conclui que o mar confere a Portugal uma importância geopolítica significativa e que a União Europeia é beneficiária direta dessa circunstância, facto que atribui poder negocial a Lisboa face a Bruxelas. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0586 - A Percepção da União Europeia e das suas Missões: Novas Perspectivas para a Política, por Karine Marinho de Castro . O presente texto parte de uma análise evolutiva da política regional da União Europeia, que se foi complexificando com os vários alargamentos, para lidar com a questão dos fundos necessários para colmatar os desequilíbrios entre os Estados membros – especialmente entre Europa Ocidental e de Leste – e fazer a Europa crescer como um bloco. Numa UE cada vez mais expandida, onde um novo alargamento é facto gerador de novos desequilíbrios económicos e sociais internos procuram-se ideias concretas para reforçar as bases e a estrutura da política regional, onde os desafios por maior concorrência, convergência, emprego e inclusão social são mais do que necessários para o momento de afirmação de que a UE tanto necessita. Diante essa análise evolutiva, cabe, finalmente, apresentar sugestões de um novo enquadramento da política regional numa UE de 27 ou mais membros. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0587 - Espaço Europeu de Investigação e Posicionamento dos “Países Pequenos” da UE, por Manuel Mira Godinho e Luísa Henriques . A Ciência Europeia encontra-se num momento de mudança acelerada e intensa. Este quadro de mudança é caracterizado por vários movimentos simultâneos da tendência para a concentração estrutural, criação de um “Mercado Único” de emprego científico e uma maior divisão de trabalho. No referido Livro Verde é mencionada a existência de uma “visão” para o Espaço Europeu de Investigação. Neste contexto faz sentido questionar: “big is always better”? Ou, de outro modo: fará sentido uma forte focalização em “economias de escala” nas organizações constituintes do “mercado” científico? A análise das dinâmicas disciplinares e subdisciplinares sugere que a resposta a essas questões é apenas parcialmente positiva. Existem diferentes dinâmicas científicas, sendo necessário reconhecê-las. Neste contexto de variedade da produção conhecimento e diferentes modelos de eficiência, importa pensar que posicionamento devem ter os “pequenos países” europeus, num quadro que está a favorecer a grande dimensão, a concentração de recursos e a aglomeração espacial de atividades. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0588 - Modelo Europeu, Regulação e Estratégia de Lisboa, por Sérgio Nunes . O “Modelo Europeu” apenas será passível de validação face a modelos alternativos se a aferição final das diferenças entre os níveis de performance territorial for feita à luz da natureza do trade-off entre eficiência e equidade escolhido por cada sociedade. As instituições europeias e os seus responsáveis enfrentam, neste âmbito, um duplo desafio: por um lado, necessitam de reformular o padrão de comparação para validação do modelo e, por outro, terão de reconceptualizar os instrumentos que poderão contribuir para este objetivo. O presente texto expõe os níveis de análise que um processo de substituição do modelo europeu teria de ter em conta e procura responder brevemente se será possível manter e aprofundar o “Modelo Europeu neste enquadramento internacional acelerado, incerto e potenciador, por natureza, das desigualdades económicas e sociais e qual a contribuição dos instrumentos referenciados, dando especial atenção ao caso português. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0589 - A Europa e as Alterações Climáticas: Liderança e Governação Plural, por Anabela Carvalho . O mundo enfrenta hoje aquele que é, provavelmente, o maior problema ambiental da história da humanidade: as alterações climáticas de origem antropogénica. As emissões de gases com efeito de estufa resultantes, sobretudo, da queima de combustíveis fósseis mudaram já de modo substancial a composição da atmosfera. De modo a evitar os impactos mais perigosos da intensificação do efeito de estufa, a comunidade científica aponta para a necessidade de uma enorme e urgente redução das emissões globais. Dadas as causas e as consequências das alterações climáticas, este é, também, um problema político, social e económico determinante para o futuro. Apresentam-se aqui cinco ideias sobre a governação das alterações climáticas e o papel que nela pode ter a União Europeia. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0590 - Cultura e Desenvolvimento Sustentável no Contexto Europeu, por Carla Luís . O desenvolvimento sustentável é hoje um fator fundamental, ao qual se associa hoje intrinsecamente o fator ambiental. O presente texto parte da premissa de que existe outro fator que deve ser acrescentado à ideia de desenvolvimento sustentável: a cultura e a identidade cultural. Os indivíduos e as sociedades necessitam de uma base cultural com a qual se identifiquem e a partir da qual constituem uma sociedade plural. Existem hoje zonas na Europa que são puramente rurais que por várias razões ficaram excluídas do ritmo de crescimento nacional. Beneficiam em geral dos fundos de ajuda ao desenvolvimento. Mas que tipo de desenvolvimento se adequa à sua realidade, e a estas zonas? A cultura e a identidade cultural devem constituir fatores chave para estas regiões no que se refere ao processo de desenvolvimento. Os recursos naturais, quer a nível de cultura humana, quer a nível de património natural, podem ser precisamente os polos a partir dos quais o desenvolvimento tem lugar. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0591 - A União Europeia e o Desafio Energético: A Energia como Motor da Integração Europeia, por Celso Cancela Outada . O alargamento de 2004-2006, colocou à UE a necessidade de definir e implementar uma política energética comum. Em particular, a questão energética coloca a UE ante o espinhoso tema das relações com o gigante energético: Rússia. A questão energética pode analisar-se, sob duas óticas: uma interna com uma dimensão económico-mercantil e outra externa com uma dimensão geoestratégica. Até à presente década, tem predominado o primeiro dos enfoques. Atualmente, contudo, a UE percebe a sua vulnerabilidade energética e, conseqüentemente, económica e política. Assim, o desafio energético coloca a energia entre as principais prioridades da agenda europeia. Que pode fazer a UE para reduzir a sua dependência energética e aumentar sua segurança energética? Que estratégias devem ser seguidas num contexto mundial em que aumenta a procura de energia? Que riscos entra a dependência europeia de Rússia em matéria de energia? Que critérios devem presidir as relações entre a UE e Rússia nesta questão?. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0592 - A II Cimeira UE/África e a Problemática do Zimbabué, por Flávio André da Silva Cardoso . Com o objetivo de clarificar e desenvolver o pensamento político acerca da problemática relativa à presença ou não do presidente Robert Mugabe na II Cimeira UE/África, o presente texto apresenta as possíveis soluções para o diferendo sublinhando os aspetos positivos e negativos que tais soluções comportam. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0593 - Desenvolver a Europa com os Cidadãos: Utilizar as Potencialidades das Tecnologias de Informação e Comunicação para Promover a Participação nas Grandes Decisões do nosso Futuro Comum, por Teresa Alves . O presente texto, fazendo uma breve visão geral sobre a Estratégia de Lisboa e sua sequente revisão em 2005, reflete sobre de que forma o conhecimento e a inovação como motores do crescimento sustentável podem assegurar a modernização da economia europeia e o modelo social europeu. O sucesso destas ações, diz-se, passa pela implementação de novas formas de participação dos cidadãos nas grandes decisões do nosso futuro comum. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0594 - Ambiente e Energia: Desafios Comuns?, por Renato Roldão . O ambiente não se reduz apenas às alterações climáticas. Contudo, devido à dimensão e à urgência de resolução deste problema está criado o momentum para que as políticas ambientais e energéticas, quer europeias quer nacionais, estejam cada vez mais condicionadas por este “chapéu”, por esta nova, complexa, exigente e desafiante realidade. O alcance do objetivo global de redução das emissões de GEEs obriga, já hoje a significativos investimentos na conservação de energia e dos recursos naturais, eficiência energética e energias renováveis. É preciso integrar e respeitar as diferentes componentes ambientais nas decisões de política energética. O presente texto reflete sobre aqueles passos que estão a ser dados no âmbito das consciências e políticas energéticas e aqueles que ainda são os passos necessários a dar de modo a alcançar o desenvolvimento sustentável. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0595 - Repensar a Despesa Pública: Prioridade na Agenda para a Competitividade, a Energia e o Ambiente, por Cláudia Dias Soares . Competitividade e ambiente convergem e lideram a atual agenda europeia, em especial no domínio energético. A realização dos objetivos comunitários requer uma estratégia política ativa de redução dos subsídios ambientalmente perversos. É neste contexto que o presente texto reflete sobre o potencial ganho ambiental, aumento do PIB e melhoria geral do bem-estar a longo prazo de uma reforma das finanças públicas no sentido da eliminação de subsídios ao consumo de energia, sob a forma de políticas de controlo de preço, de regimes fiscais mais favoráveis do que os gerais e de falta de internalização das externalidades negativas. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0596 - A Conservação dos Recursos Naturais Base do Crescimento Económico e do Bem-Estar Social a Médio Longo Prazo: o Maior Desafio Comum!!!!, por Eugénio Menezes de Sequeira . Quando agora se fala da Dimensão Económica e Social do Desenvolvimento, isto é, da Estratégia de Lisboa, quase todos se esquecem da Estratégia de Gotemburgo, ficando completamente apagada a questão ambiental e a governança. Esquecem-se que não existe crescimento económico sustentável sem que se garanta a conservação dos recursos que o permitem. A pergunta “Ambiente e Energia: Desafios Comuns?” só pode ter resposta positiva, isto é, a resposta resultante do desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade, a energia e a competitividade são hoje temas centrais no debate europeu sendo cada vez mais claro que a segurança do abastecimento energético não pode ser obtida à custa da insegurança no abastecimento alimentar e da degradação do solo, da água e da diversidade biológica. De facto, a Agência Europeia do Ambiente sublinha claramente este caminho para a bioenergia na Europa. Este equilíbrio necessita de cuidado redobrado nos países mediterrânicos, como é o caso de Portugal. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0597 - Os Temas do Ambiente e Energia Unidos pela Urgência da Acção, por Francisco Ferreira . As alterações climáticas são sem dúvida o maior problema ambiental à escala global deste século. O Conselho Europeu da

Primavera consagrou um conjunto de propostas que procuram manter a liderança pró-ativa da Europa em matérias de alterações climáticas. Portugal, para compensar a ultrapassagem dos valores definidos pelo Protocolo de Quioto, onde uma fração importante corresponde à indústria englobada no mecanismo de comércio de emissões, resolveu ser bastante ambicioso, aumentando a percentagem de eletricidade a partir de fontes renováveis de 39 para 45% e cumprindo já em 2010 a meta europeia de 2020 para os biocombustíveis. É assim fundamental uma política que saiba conjugar incentivos às energias renováveis, mas que tenha, simultaneamente, a capacidade de reduzir o galopante aumento de consumo. Há ainda que equacionar os diversos conflitos entre várias formas de energia renovável e o ambiente, condicionantes necessárias na consideração das políticas energéticas europeias e nacionais. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0598 - Energia Livre: Sem Fronteiras Geográficas e Sectoriais, por Hélder Spínola . O papel central da disponibilidade energética faz deste o recurso do qual somos mais dependentes em matéria de desenvolvimento sustentável e de crescimento económico. Para que efetivamente o sector energético seja disperso, esteja ancorado na produção descentralizada, na eficiência, microgeração e energias renováveis, e dependa cada vez menos dos combustíveis fósseis é essencial um verdadeiro mercado único europeu bem articulado internamente e com os países vizinhos. Nesta rede europeia o risco da manutenção e reforço da dominância de grandes produtores apostados na produção centralizada e poluente é real. Para atenuar esta tendência são exigidas políticas nacionais e europeias que privilegiem a produção descentralizada, a microgeração e os aproveitamentos de recursos renováveis. Partindo de um contexto europeu da problemática energética, o presente texto reflete, de seguida, sobre a especificidade dos desafios ao equilíbrio entre segurança energética e ambiente em Portugal, e no setor dos transportes em particular. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0599 - Desenvolvimento Sustentável, por João Joanaz de Melo . O termo “desenvolvimento sustentável” foi popularizado pela Conferência do Rio de Janeiro em 1992, mas continua a ser incompreendido. O paradigma ambiente-desenvolvimento dos anos 70 e 80 pode ser comparado a uma balança: procurava-se o equilíbrio entre proteção do Ambiente e crescimento económico. O paradigma do desenvolvimento sustentável, ubíquo no discurso dos anos 90 e do novo milénio, pode ser comparado a um tripé: só é possível com três pés, a sociedade, a ecologia e a economia. Duas novidades essenciais: a noção de complementaridade e interdependência entre ambiente e desenvolvimento; e a solidariedade inter-geracional. São necessários novos projetos de desenvolvimento com impacto líquido nulo e são necessários novos instrumentos. É à luz deste novo paradigma que o presente texto reflete sobre as prioridades ao nível do desenvolvimento sustentável e das políticas energéticas europeias. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0600 - A Energia no Processo de Construção da União Europeia, por José Penedos . O presente texto traça a história estratégia europeia da energia que se construiu a par do processo de formação e consolidação da própria União, até à revisão dessa estratégia, aprovada em 8 e 9 de março de 2007, no Conselho Europeu, e a qual assenta num triângulo constituído pelos valores da Segurança de Abastecimento, da Competitividade e da Sustentabilidade. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0601 - Impacto Ambiental e Económico das Energias Renováveis: o Caso da Região Ultraperiférica dos Açores, por José Manuel Rosa Nunes . O arquipélago dos Açores, situado geograficamente na zona central do Atlântico Norte, foi considerado uma das regiões ultraperiféricas Europeias, aquando da assinatura do Tratado de Maastricht, em 1992. Neste contexto de região insular arquipelágica e ultraperiférica a dependência dos Açores, no que concerne o ponto de vista energético é sem dúvida uma preocupação enquanto fator condicionante do seu desenvolvimento económico e social sustentado. Considerando não só a necessidade de diminuir o muito elevado grau de dependência energética e simultaneamente, embora como região integrante do todo nacional português, contribuir para os objetivos considerados no Protocolo de Quioto, foram iniciados diversos programas regionais tendo em vista o aumento do contributo das energias renováveis na produção. O presente texto reflete sobre a possibilidade de as energias renováveis serem a solução para a dependência energética açoriana e consequente desenvolvimento sustentado. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0602 - Ambiente e Energia: o Desafio Eficiência e Micro-geração, por Lurdes Ferreira . A luta contra as alterações climáticas é hoje, consensualmente, a mais importante batalha global e de maior poder de mobilização. O presente texto reflete brevemente sobre as responsabilidades e compromissos da União Europeia nesta matéria, o papel dos cidadãos e da consciência europeia sobre a questão das alterações climáticas e do aquecimento global e as prioridades nacionais e europeias no que diz respeito à eficiência energética. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0603 - A Europa no Mundo, por Maria Carrilho . O presente texto lança o tema do debate sobre o papel da União Europeia no sistema internacional no II Congresso Nacional – Portugal e o Futuro da Europa. Neste âmbito, sublinha as questões da definição do papel internacional da Europa, da forma como esta é ou será capaz de agir como interlocutor no

sistema internacional, da possibilidade de expandir ou mesmo a manter a sua capacidade económica sem assumir mais claras responsabilidades no xadrez internacional e das relações com os Estados Unidos. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0604 - Multipolaridade e Poder, por Carlos Gaspar . O presente texto reflete qual deve e pode ser o papel da União Europeia no sistema internacional, bem como a relação entre as posições tomadas por guallistas e federalistas e o sistema multipolar. Mantém-se, assim, que as concepções revisionistas sobre a multipolaridade não são sinais da reestruturação da União Europeia e da sua política externa, mas são antes sinais da sua fraqueza. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0605 - A Europa num Mundo Poliárquico, por António Horta Fernandes . O presente texto parte da premissa que o sistema internacional se caracteriza atualmente por uma ausência de um centro de poder, mas antes pela existência de vários poderes destrutturados e que não obedecem a uma ordem. Esta ausência de ordem ou concerto organizado entre os vários poderes chama-se poliarquia. Esta situação é resultado inevitável da própria natureza do poder e da globalização. Como não existe esse equilíbrio ostensivo e articulado de poderes que o conceito de multipolaridade traduz e, muito menos é possível, operar com o conceito de unipolaridade, resta aos atores internacionais o sempre novo exercício prudencial, a phronesis, uma sabedoria prática historicamente fundada e inescusável. É neste contexto que a União Europeia se deve afirmar enquanto complexo histórico-geográfico global. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0606 - A Europa Vista do Sahel Atlântico, por André Corsino Tolentino . No contexto das novas mudanças no sistema internacional, das quais se destacam a emergência de novos atores e a guerra do Iraque, aumentaram a necessidade de perceber a Europa de hoje, como ela se define e como ela se posiciona em relação aos outros continentes, culturas e civilizações. Neste contexto, o presente texto apresenta uma breve percepção da Europa construída a partir de Cabo Verde, nação de reduzidas dimensões, insular, saheliana, atlântica, soberana e, caso inédito, um produto atípico e positivo da expansão europeia e consequente tráfico negreiro transoceânico dos séculos XV-XVIII. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0607 - União Europeia e China: É Possível a Exportação dos Valores Comunitários?, por Isabel Alves Coelho . A China é hoje uma potência emergente que começa, cada vez mais, a fazer sentir a sua influência demográfica, económica, militar, geopolítica e geoestratégica no âmbito das Relações Internacionais. A nível internacional, a economia chinesa apresenta indicadores dos mais elevados. Os índices de crescimento da China não passaram despercebidos dos líderes europeus, que iniciaram, em 1994, contactos políticos bilaterais. É neste contexto que o presente texto reflete sobre a natureza destas relações e sobre os principais objetivos da União Europeia no que diz respeito às exportações que esta quer ter relativamente à China, não apenas em termos económicos, mas também no que diz respeito às relações comerciais e às liberdades e direitos humanos. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0608 - União Europeia e Emergência de Blocos Regionais: a Última Fronteira, por Maria Antonina Lima . A emergência e consolidação dos blocos regionais está, em termos económicos, estritamente ligada à liberalização comercial realizada no quadro de acordos comerciais preferenciais com uma abrangência essencialmente regional. Torna-se assim compreensível que um dos debates associados à constituição destes blocos e à enorme proliferação recente de acordos comerciais preferenciais se prenda com os impactos sobre a liberalização multilateral (GATT/OMC). Uma outra questão relevante para avaliar as características destes blocos regionais tem a ver com o facto de que a forma esmagadoramente dominante destes acordos é a zona de comércio livre. Deste contexto global, o texto foca-se no caso específico da União Europeia, sobre a qual são apontados vários aspetos relevantes a reter nesta matéria. Desta análise se conclui que se toda a evolução recente aponta para a consolidação/emergência de grandes blocos regionais as diferenças em relação à evolução do bloco europeu devem ser realçadas e a questão da expansão do bloco europeu a outros blocos deve ser levantada. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0609 - Os Constrangimentos das Relações EU-ASEAN, por Nuno Canas Mendes . Na lógica de aproximação multipolar, a região do Sudeste Asiático é um exemplo rico e ilustrativo da capacidade de inserção mundial do projecto europeu. Vários aspetos positivos podem ser sublinhados a respeito da reação EU-ASEAN, cujo acordo de cooperação data a década de 80, entre os quais o contrabalanço do securitarismo americano nas relações internacionais, as trocas comerciais, prevenção de conflitos, integração regional, entre outros. Não obstante todos estes aspetos positivos, o presente texto tenta argumentar nesta tese que existem ainda vários constrangimentos neste relacionamento, os quais não favorecem o que Kay Moller designou de “emergência de uma ordem mundial euroasiática centrada no soft power”. Procura-se, assim, identificar esses constrangimentos que permitem o aprofundamento da discussão sobre as relações EU-ASEAN. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0610 - Repensar as Relações entre a União Europeia e a Rússia, por Teresa Botelho . Dois fatores de ordem diversa justificam uma revisão da posição da União Europeia em relação à Rússia: a entrada na União de países da antiga esfera de influência da União Soviética; e a nova determinação do Kremlin de Vladimir Putin em reganhar um espaço de afirmação na cena internacional, baseado na crescente dependência energética europeia dos recursos de gás natural russos. O aprofundamento das reformas democráticas na Rússia não é a prioridade do seu governo e torna-se urgente que a UE assuma que existe um fosso entre os seus valores e os do aparelho político que Putin controla. Nestas novas circunstâncias a União deve ter uma estratégia comum em torno tanto da energia como da política externa e militar. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0611 - A União Europeia e a Segurança da Turquia, por André Barrinha . O presente texto faz uma análise sobre a evolução da adesão da Turquia à União Europeia, considerando essencialmente o seu quadro geopolítico e os condicionamentos à entrada na UE derivados desse mesmo quadro, que terá definido a identidade da sua política de segurança e externa como uma de desconfiança permanente e que atrasa o seu processo de democratização. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0612 - O Caso da Turquia, por Joana Frade e Mónica Almeida . O presente texto tem como objetivo argumentar em favor da entrada da Turquia na União Europeia, como fator de aproximação da Europa ao Médio Oriente, o que permitirá fortalecer a posição da UE no panorama internacional e intervir mais proximamente no principal palco geopolítico da atualidade. Para além disso destacam-se os aspetos militares e reitera-se que aqueles argumentos usualmente utilizados contra a adesão turca poderiam ser ultrapassados aquando dessa mesma adesão. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0613 - Identidades Histórico-culturais, Fronteiras e Futuro da UE, por João Paulo Avelãs Nunes . Baseando-se, embora, em realidades sociais globais anteriores, os processos de estruturação das identidades histórico-culturais de âmbito nacional são algo recente e artificial. Derivam, pois, não da evolução “natural e inevitável” dos povos, mas da atuação deliberada e sistemática dos Estados e/ou de elites das “sociedades civis”. Até ao pós-Segunda Guerra Mundial e ao surgimento de regimes democráticos estas identidades histórico-culturais eram construídas em oposição ao “outro” e de forma a legitimar a existência de Estados-nação e países colonizadores, bem como dinâmicas de poder. Desde 1945 nos países democráticos tem-se assistido a uma evolução no sentido do reduzir o grau de instrumentalização ideológica. Desta análise se conclui, por um lado, que tanto as pessoas como as sociedades são influenciados por vários universos identitários e de memória e, por outro lado, concordando-se com esta interpretação, recusa-se o estabelecimento de vínculos causais irreversíveis entre identidades histórico-culturais e “fronteiras absolutas” de natureza social (“interna”) ou político-diplomática (“externa”). 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0614 - As Fronteiras da Europa: da Geografia à Política, por Jorge Vide Cunha Martins . O presente texto reflete sobre as fronteiras europeias, as quais se podem ser distinguidas entre fronteiras geográficas e fronteiras políticas. Apesar de tudo, sendo um espaço peninsular, não parece difícil estabelecer os seus limites nos três lados banhados pelo Ártico, Atlântico e Mediterrâneo. O problema é o istmo a leste. As dificuldades de delimitação do seu limite no flanco leste não são geográficas, mas políticas e estão intimamente relacionadas com o debate sobre a identidade europeia. É nesse ponto que se vai colocar o debate sobre a natureza (não) europeia dos dois principais Estados bicontinentais: a Turquia e a Rússia. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0615 - União Europeia: uma Construção sem Limites?, por Laura Trajber Waisbich . A problemática do estabelecimento de fronteiras levanta a questão de aonde serão postos os limites do projeto supranacional. Neste sentido, o desenho de fronteiras é parte integrante e fundamental para a consolidação de uma política externa comum aos países membros e, consequentemente, para a institucionalização da UE como um ator do sistema internacional. Para tanto, cabe definir brevemente o que se entende por fronteiras. Partindo desta constatação tem-se que as fronteiras da cultura política são ilimitadas e que o modelo supranacional da UE não tem fronteiras, pois sua validade é universalizada enquanto inspiração de uma possibilidade de construção coletiva. O dilema que é apresentado à Europa é lidar com suas múltiplas fronteiras, por vezes simbólicas, por vezes materiais. Neste sentido, o grande desafio da UE faz-se em distinguir que fronteiras são vitais para a continuidade do seu projeto político e quais devem permanecer abertas, dialogando com o mundo exterior. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0616 - A Política Europeia de Vizinhança e os Desafios Estratégicos da Europa, por Licínia Simão . Os processos de integração na Europa têm sido o motor da sua estabilidade. Profundamente ligada a estes processos está a dialética subjacente de alargamento-aprofundamento e a questão conceptual das fronteiras da Europa. Num contexto de interdependência crescente, de processos transnacionais que fazem do estado-nação um ator incapaz de dar respostas eficazes às questões que o afetam, as dinâmicas internas e externas estão profundamente ligadas. A Europa tem, pois, a múltipla função de criar, gerir e legitimar uma ordem internacional onde o seu projeto regional ganhe consistência e faça sentido. A Política

Europeia de Vizinhança é um passo nesse sentido e resulta do reconhecimento da interdependência crescente em torno da UE. É neste contexto que o presente texto reflete sobre os aspetos da Política Europeia de Vizinhança, nomeadamente no que diz respeito aos processos de alargamento e à segurança. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0617 - Política de Vizinhança Europeia e a Ucrânia: Mais que um Parceiro mas Menos do que um Membro?, por Liliana Sofia Marchã . A questão que atualmente se põe, tanto às instituições como aos cidadãos europeus é: até onde e até quando pode a União alargar-se? Num mundo global de profunda interdependência política e económica entre estados, a União criou em 2004 a Política Europeia de Vizinhança, com o duplo objetivo de estabelecer os seus limites sem criar novas linhas divisórias com os novos países que a circundam. No entanto, se para alguns vizinhos como os do Norte de África, este “partilhar tudo menos Instituições” os aproxima ainda mais da UE, para outros, esta falta de perspetiva explícita de adesão, fica aquém das expectativas. Este é o caso da Ucrânia. O presente texto debruça-se sobre a receção desta política pela Ucrânia e o estado das relações bilaterais entre a UE e a Ucrânia, especialmente no que diz respeito à adesão da Ucrânia. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0618 - A Turquia e a Produção Discursiva da Europa, por Marcos Farias Ferreira . O ponto de partida para esta tese é que a Europa consiste, antes de mais, numa ideia ou construção normativa. Em termos do projeto que lhe confere um nome, a Europa é uma entidade social, não geográfica. O que se segue é que as problemáticas relativas à sua identidade, composição e fronteira de ordem devem ser clarificadas, defende-se, a partir do nível específico das normas, das práticas coletivas e do discurso, e não a partir do pressuposto da existência de uma propriedade essencial endógena a sociedades definidas como europeias. Ao destacar o nível das propriedades constitutivas como aquele em que a Europa é continuamente produzida e reproduzida, o presente texto propõe-se a esclarecer o processo que tem conduzido a uma progressiva desessencialização desta entidade social, ao ponto de diferentes e até contraditórios traços culturais serem integrados no projeto europeu sem pôr em causa a sua continuidade. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0619 - O Vizinho Gigante: Novo Modelo nas Relações UE-Rússia Precisa-se!, por Maria Raquel Freire . A Federação Russa, o vizinho gigante da UE, é um ator estratégico de relevância. A não inclusão formal da Rússia no pacote da vizinhança é exemplo disso – diferenciação positiva. A Rússia é um parceiro fundamental, num quadro político-económico e de segurança onde a partilha de fronteiras, e ameaças e desafios deveriam fornecer as bases para a construção de uma relação de vizinhança sólida e em linha com os princípios da Estratégia Europeia de Segurança. As partes reconhecem a relevância da relação bilateral. Contudo, e apesar da identificação destes elementos, persistem vários problemas que, em 2007, parecem ter complicado este diálogo. Os resultados muito limitados da última cimeira bilateral UE-Rússia atesta este cenário. Por outro lado, a falta de unidade e de uma estratégia europeia tem sido explorada pela Rússia numa lógica de divisão e poder. Apesar de denominada de parceria estratégica, a relação UE-Rússia é, de facto, uma relação estratégica longe de ser uma parceria. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0620 - O Alargamento e os Limites da Europa: Reflexões Retrospectivas e seu Impacto Futuro, por Miguel Gorjão-Henriques . Da articulação do atual artigo 6.º, n.º 1, com o artigo 49.º do Tratado da União Europeia, resulta que a Europa é uma experiência jurídica e política aberta a todos os Estados Europeus que respeitem os princípios comuns aos Estados membros. Ressalta também desta construção, do ponto de vista jurídico, que não é só a pertença que pressupõe o respeito desses princípios. Pode dizer-se que, na lógica formal do tratado, o próprio estatuto de candidato pressupõe uma valoração prévia positiva acerca do respeito desses princípios. Dito isto, impõe-se dizer ainda, sempre numa perspetiva jurídica, que o próprio Tribunal de Justiça dispõe de competência para fiscalizar o respeito pelo disposto nesses artigos de acordo com os mecanismos previstos no Tratado. Visto a estes olhos, uma questão subsiste: se a Europa é atenta a valores, existe um quadro axiológico e até civilizacional que permita circunscrever os “valores comuns a todos os Estados membros”? 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0621 - Traçados Indefinidos: as Fronteiras da Europa, por Patrícia Calca . A ideia das fronteiras físicas, ideológicas, geopolíticas e económicas, altera-se, hoje, a uma velocidade crescente. Enquanto que a geografia não muda tão rapidamente, a geopolítica e a estratégia de atuação dos Estados vêem-se confrontados com alterações incontornáveis. A realidade a que se chamou União Europeia goza das mesmas características. É neste contexto que o presente texto se debruça brevemente sobre a questão das fronteiras europeias, se estas são as fronteiras do velho continente – como afirmava De Gaulle “do Atlântico aos Urais” –, as fronteiras das línguas e as das culturas, as da “civilização”, e onde ficam, neste aspeto fronteiriço, os Balcãs, o Cáucaso, a Rússia e a Turquia. Estas questões desdobram-se em ideias de espaço geográfico por contraposição ao modelo civilizacional, espaço económico, espaço político, realidade histórica ou uma ideia filosófica. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0622 - Turquia e UE: o Perigo de um Falhanço Histórico, por Pedro Baldaia . A Turquia é um país que vive num eterno “confronto” entre duas visões daquilo que é e deve ser a Turquia: de um lado o secularismo, um princípio base da República da Turquia; do outro do outro o islamismo, num país em que 99% da população é muçulmana. A realidade social, cultural e política da Turquia leva-nos a perceber que esta dicotomia nem sempre é objetiva, e que resumir a complexidade turca a estes dois termos se pode tornar bastante redutor. Este método é utilizado temporariamente, contudo, para iluminar a situação contemporânea turca, a qual, é defendido, se tem extremado nestas dicotomias em larga parte não por culpa direta da Turquia, mas pela posição dúbia, e por vezes pouco honesta, de alguns países europeus, que já depois de iniciadas as negociações têm vindo a público defender posições anti-Turquia, e as quais têm levado a uma caída do apoio da população turca à adesão. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0623 - O Contributo da Experiência Ultraperiférica para a Política de Vizinhança da UE, por Pedro Faria e Castro . A consagração do conceito da ultraperiferia foi uma das mais recentes conquistas do processo de integração europeia no que diz respeito à compreensão da dinâmica especial que deve caracterizar os processos de interação regional. As sete regiões ultraperiféricas são um elemento de enorme valor acrescentado para a política externa da UE devido à sua localização geográfica. Assim, quando projetamos o futuro da UE e nos detemos no efeito de atracção que esta pensamos irremediavelmente em eventuais alargamentos. A problemática associada à saga da adesão da Turquia tem constituído um pretexto incontornável para essa reflexão. Teremos, pois, a possibilidade de desenvolver formas de interação que se posicionarão entre a simples cooperação e a integração. É neste contexto que o presente texto reflete sobre o papel e participação das Regiões Ultraperiféricas neste processo de interação regional. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0624 - Coerência e Relevância da Acção Externa, por Alexandre Reis Rodrigues . A Europa, que já emergiu da sombra americana em termos económicos, financeiros e comerciais, vai ter que emergir também nas áreas da Política Externa e da Defesa; nas primeiras áreas fê-lo por opção, mas nestas últimas duas a questão começa agora a pôr-se mais em termos de exigência. Ao mesmo tempo deve definir claramente uma posição autónoma na sua ação externa. O presente texto reflete sobre as ambições e meios da ação externa da União Europeia, particularmente no que diz respeito à política de segurança e defesa, e, neste aspeto, qual a relação da defesa coletiva da Europa com as responsabilidades com e da NATO. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0625 - Coerência da Acção Externa da UE: o Santo Graal da Construção Europeia, por Ana Gomes . O valor acrescentado da União Europeia nas relações internacionais consiste por um lado na diversidade de instrumentos à disposição da organização, e por outro na vontade de os usar de forma coerente. A UE não só é o maior bloco comercial do planeta e o maior dador de ajuda ao desenvolvimento, como contribui substancialmente para a ajuda humanitária à escala planetária. Nos últimos anos enuncia uma política externa e de segurança comum (PESC), que inclui uma política europeia de segurança e defesa (PESD). Esta contribuição defende que as questões da coerência e da relevância da ação externa da União Europeia estão intimamente ligadas e que os esforços por uma maior coerência, baseada numa maior partilha da soberania, são uma condição essencial para que a UE ganhe em relevância no mundo. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0626 - ‘Necessário mas não suficiente?’ | O Papel da Cooperação para o Desenvolvimento na União Europeia, por Anne Pereira e Susana Cabaço . A noção de desenvolvimento, amplamente questionada e apropriada, coloca diversos desafios ao cientista social que procura sistematizar os contributos das teorias do desenvolvimento. Em primeiro lugar, é necessário ter em conta a mais-valia política do apelo e mobilização para o desenvolvimento. Apesar do virtuosismo das propostas e objetivos de políticas e projetos de desenvolvimento nacionais, regionais ou locais, a verdade é que na prática existe alguma desconfiança face aos resultados da cooperação para o desenvolvimento. O objetivo central deste texto é perceber os argumentos que sustentam uma cada vez mais alargada base crítica que se constitui em torno das abordagens ‘pró-desenvolvimentistas’ e (da maioria) das práticas de indução do desenvolvimento, no caso da União Europeia. Para tal, começa-se por clarificar no que se traduz, na prática, a indução do desenvolvimento. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0627 - A Europa e as Crises: o Mito dos Actores Coerentes, por Bruno Cardoso Reis . Existe na União Europeia, sobretudo a 27, uma normal dificuldade em coordenar agendas estatais diferentes. Isto é sobretudo assim em reação a crises. Esta ausência de coerência advém, no entanto, mais das próprias elites governativas do que dos cidadãos europeus. A relevância e coerência da UE é evidente na gestão de crises comerciais ou financeiras. Mas se há algo em que se pense quando se fala de crises internacionais é em questões de segurança e defesa. É sobre esta última que o presente texto se debruça. Analisam-se, neste âmbito, a crescentemente reconhecida importância da UE no campo da segurança internacional na área de Relações Internacionais, dos riscos acarretados para a UE do seu envolvimento no campo da defesa e da capacidade militar europeia. Finalmente deixam-se duas questões essenciais: e os EUA no meio disto tudo? E Portugal?. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0628 - A Evolução do Relacionamento entre a Europa e a República Popular da China, por Cármen Amado Mendes . O presente texto traça a evolução das relações entre a Europa e a República Popular da China desde o final da Segunda Guerra Mundial, tanto em termos das relações bilaterais dos Estados membro europeus com a RPC – nomeadamente Grã-Bretanha, França e República Federal Alemã –, como em termos multilaterais. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0629 - (In)Coerências da Acção Externa, por João Mosca . A presente tese tem por objetivo apresentar as (in)coerências da Acção Externa da União Europeia relacionada com os países africanos, sobretudo depois do período dos pós-guerras, com particular enfoque nas relações com os países africanos de língua oficial portuguesa e no papel de Portugal. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0630 - A Solidariedade no Quadro da Política Europeia de Segurança e Defesa: Aparência e Substância, por Laura Ferreira Pereira . O conceito de solidariedade está intrinsecamente ligado ao momento de conceção do projeto europeu. sua transversalidade histórica pode ser facilmente atestada mediante uma leitura atenta dos Tratados fundadores das Comunidades Europeias, assim como do Acto Único Europeu. Pese embora essa noção constitua uma constante na narrativa da integração europeia, provavelmente, nunca antes como nos anos mais recentes se falou, de forma tão persistente, da solidariedade europeia. Partindo de um esclarecimento do conceito de solidariedade, o objetivo do presente texto centra-se apenas no lastro da solidariedade no quadro da Política Externa e de Segurança Comum, em geral, e no quadro da Política Europeia e de Segurança e Defesa, em particular. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0631 - Tendências, Convergências e Divergências nas Relações UE-América Latina no Dealbar do Século XXI, por Miguel Barreto Henriques . Historicamente, a América Latina não constitui uma região prioritária para a União Europeia. Apesar dos laços culturais e históricos que unem as duas regiões, somente na década de oitenta se verificaria uma inflexão nesta tendência. A adesão de Portugal e Espanha à CEE foi fundamenta para que esta inflexão ocorresse, abrindo o leque geográfico da União a esta região e facilitando uma agenda bi-regional. Presentemente podem-se identificar quatro grandes tendências e dimensões nas relações UE-América Latina: das relações económicas, do diálogo político, da cooperação para o desenvolvimento e dos processos regionais e sub-regionais de integração latino-americanos. A este quadro tem vindo a acrescentar-se duas novas dimensões – paz e segurança, por um lado, e combate à droga, pelo outro. O presente texto sublinha aqueles pontos de convergência e divergência no que diz respeito a estes quadros relacionais, bem como a sua postura no sistema internacional, caracterizando a relação entre os dois blocos regionais como assimétrica. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0632 - Na Política Europeia não há Lugar para Hegemonias!, por Patrícia Daehnhardt . A lógica fundacional do projeto europeu foi a rejeição de hegemonias políticas. A política europeia para alcançar legitimidade deve continuar a evitar a formação de tentativas hegemónicas e desenvolver uma política modulada, estruturada e multidimensional. Logo, isto implica aceitar a multiplicidade de camadas identitárias que se referem, simultaneamente, a valores europeus, nacionais e regionais. No plano internacional, esta política de vários módulos também ganha contornos mais visíveis: como ator internacional a UE terá de consolidar-se contra projetos hegemónicos dos seus Estados membros. Dois casos são utilizados para ilustrar esta tese: o do Iraque e o do Irão. Daqui se argui que, em termos políticos, argumentar contra hegemonias internas não equivale a argumentar contra iniciativas intergovernamentais. Com efeito, articular níveis, o comunitário e o intergovernamental de forma interdependente, e manter ao mesmo tempo a legitimidade de ambas as abordagens poderá ser a forma mais pragmática de projetar gradualmente os valores, objetivos e políticas da União para o palco internacional. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0633 - Para uma Agenda Coerente de Segurança Humana, por Raquel Freitas . A ideia aqui brevemente esboçada é a de que o projeto europeu mantém claramente a sua relevância no mundo globalizado e multipolar; e de que, em termos de ação externa, não tem de existir uma rutura com o projeto com o qual se iniciou o processo. Pelo contrário, aquilo que começou por orientar um processo interno de integração regional, deve ser reforçado na ação externa da UE: a paz e solidariedade entre os povos enquanto elemento de segurança e estabilidade internacional. A ideia de segurança humana na resposta a situações de conflito, desde que enquadrada numa abordagem política pluridimensional e internamente coerente, pode constituir uma agenda relevante, orientadora de uma ação externa que preserve os valores essenciais europeus. O argumento principal que sustenta esta tese é o de que a relevância e, conseqüentemente, a capacidade de influência da Europa no contexto internacional, está em grande medida dependente da imagem de coerência e consistência que consegue projetar no seu exterior. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0634 - Que os Vizinhos se Mantenham Vizinhos, por Sofia Moreira de Sousa . A Política de Vizinhança surgiu em 2002, como uma forma de conferir um tratamento privilegiado a países sem adesão plena à UE, com vista a uma

total aproximação sem adesão. Durante um processo longo e burocrático de discussões em Bruxelas e negociações com os parceiros, foram negociados os Planos de Acção, definidos roadmaps, discutidas as avaliações de desempenho e reciclados os instrumentos financeiros. No entanto, as expectativas dos parceiros ficaram, em grande parte, por concretizar. Falta, assim, vontade política e meios financeiros capazes. Defende-se, assim, a necessidade de um empenhamento sério na disponibilização dos recursos necessários à implementação de medidas eficazes que confirmem vantagens aos nossos parceiros. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0635 - Porque Tarda a Cooperação Reforçada na UE?, por Vítor Ramalho . Negando essência do projeto europeu como projeto económico e recorrendo a um exercício de memória sobre a génese da União Europeia como resultado de múltiplos encontros de cultura e com uma forte identidade, que se suporta em alicerces na cidadania, o presente texto sublinha a necessidade de valorizar a sua dimensão internacional a partir das novas relações triangulares Europa-América Latina e África, e através delas com as várias diásporas dos povos dos dois países ibéricos espalhados pelo mundo. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0636 - Onde Acaba a Europa e Onde Começa a Vizinhança?, por Manuel Porto . O presente texto problematiza as questões das relações de vizinhança e dos alargamentos, no contexto de um mundo crescentemente globalizado e da emergência de novas potências. Importa, diz-se, que se encontrem vias alternativas aos alargamentos, evitando-se riscos e aproveitando-se na medida possível as sinergias entre a União Europeia e os nossos vizinhos. É nesta linha que se enquadra a Política de Vizinhança. A Europa não pode, todavia, “acabar” mesmo nos limites dos países incluídos na Política de Boa Vizinhança, mas continuar a seguir políticas de abertura e cooperação, explorando oportunidades e dando oportunidades aos demais. Defende-se, portanto, uma política de boa vizinhança arrojada, evitando-se alargamentos incorretos, será, pois, a via desejável a seguir. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0637 - Modelo Social, Competitividade, Ambiente: Uma Agenda Política, por José Manuel Fernandes . Os valores e as consequências deste Modelo Social Europeu têm vindo, claramente, a ser ameaçada pelas consequências do fenómeno da globalização e pelas características da evolução demográfica do velho continente a que teremos de juntar, ainda, o desacelerar do crescimento económico verificado nas últimas duas décadas. A capacidade de responder à volubilidade da procura é hoje a principal preocupação das empresas na Europa. Por outro lado, torna-se preocupante para as populações o desemprego, a exclusão social e a ausência de proteção social. O principal caminho para a sustentabilidade do nosso modelo social está precisamente na sustentação do desenvolvimento através de assegurar condições às empresas para serem competitivas e gerir o modelo social simultaneamente, sem incentivos à social dependência e com justiça trabalhista. 2007-03-13 / 2007-03-13

D. PT/ADN/IEEI/003/0638 - A Europa Aberta e as suas Fronteiras, por Alberto Martins . Muito há a fazer, nos planos nacional e europeu, para enfrentar os novos desafios de um novo mundo caracterizado pela globalização e pelas novas ameaças, nomeadamente no que diz respeito às áreas do conhecimento e da inovação, da segurança dos cidadãos e da salvaguarda pelos direitos e liberdades individuais. E em complemento, há que encontrar soluções para a imigração num quadro de cooperação e entendimento das fronteiras europeias. Este conjunto de preocupações requer um novo conceito estratégico de desenvolvimento e coabitação na Europa. Falamos de uma Nova Europa Social. O presente texto reflete sobre os parâmetros fundamentais de um New Deal que é proposto para a Europa, assente num equilíbrio novo entre as funções económicas e sociais, das opções pragmáticas acarretas por um New Deal e sobre o que se espera da Europa futura. Reitera-se, assim, a necessidade de, no curto prazo, assegurara a ratificação de um novo tratado constitucional e de construir uma Europa aberta de democracia aprofundada. 2007-04-17 / 2007-04-18

D. PT/ADN/IEEI/003/0639 - Europa aberta: alargamentos, vizinhança e fronteiras, por Augusto Rogério Leitão . Partindo de um tracejamento do contexto temporal e político que dá início à chamada “crise de identidade” da União Europeia, o presente texto relaciona o contexto das anteriores crises europeias, marcadas com a questão do aprofundamento do projeto político comum europeu dos antigos Tratados, com a questão das fronteiras e, conseqüentemente, dos alargamentos, da política externa e de vizinhança da União. 2007-04-17 / 2007-04-18

D. PT/ADN/IEEI/003/0640 - La Dimension Ultrapériphérique de l'Union Européenne (A dimensão ultraperiférica da União Europeia), por Patrick Guillaumin . As Regiões Ultraperiféricas, conforme definidas e reconhecidas na sua singularidade nos Tratados de Maastricht e Amsterdão, formam um agrupamento especial no continente europeu. Numa época de globalização, e perante a expansão do liberalismo, a singular acumulação de desvantagens que afetam estas regiões, e os trunfos particulares que possuem, representam um desafio original para a União Europeia em termos da sua capacidade de promover um modelo de desenvolvimento baseado na coesão, no crescimento e na promoção dos valores democráticos. O que são estas Regiões?

Como chegámos ao conceito de regiões ultraperiféricas? É a região ultraperiférica apenas uma acentuação do conceito de periferia, uma insularidade reforçada, ou uma dimensão que não pode ser reduzida a qualquer outra? Qual deve ser a estratégia para o desenvolvimento destas regiões? Após recordar as origens do conceito, o presente texto tenta definir o seu conteúdo, depois descrever as respostas dadas pelas instituições da UE e finalmente identificar os desafios enfrentados por estas regiões. 2007-04-17 / 2007-04-18

D. PT/ADN/IEEI/003/0641 - L'état du débat européen : l'avenir de l'Europe (O estado do debate europeu: o futuro da Europa), por Bronislaw Geremek . O presente artigo dá conta das causas na origem da crise política europeia, numa visão diacrónica entre a visão do passado – e de uma memória coletiva – e do futuro. Neste sentido, é necessário um questionamento direto sobre as razões por que vivemos juntos, quem tem vocação para aderir à União, o que quer os europeus fazer em conjunto, com que meios institucionais e orçamentais querem agir, estando a falta de resposta a estas simples perguntas na origem da crise de legitimidade. Finalmente, é apontada a vitalidade de um novo Tratado, tanto para a reforma das estruturas europeias, como para tornar o seu funcionamento mais eficaz, principalmente no que diz respeito a uma reaproximação ao “povo europeu”. 2007-06-25 / 2007-07-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0642 - Relatório do Seminário Temático - Os 50 anos do Tratado de Roma: A Europa dos Valores, por IEEI . O presente relatório sintetiza as ideias fundamentais trazidas a debate no seminário “Os 50 anos dos Tratados de Roma: A Europa dos valores”. O debate contou com três sessões dedicadas, respetivamente, à imigração e à diversidade na União Europeia a partir de uma perspetiva portuguesa, à xenofobia na UE e as suas implicações para o projeto europeu, e à comemoração dos 50 anos dos Tratados de Roma. 2007-03-27 / 2007-03-27

D. PT/ADN/IEEI/003/0643 - Relatório do Seminário Temático - Liberdade, Segurança e Justiça: Valores Fundamentais da Europa, por IEEI . Este relatório apresenta um sumário das discussões que resultaram do seminário dedicado ao tema Liberdade, Segurança e Justiça: Valores Fundamentais da Europa, organizado pelo IEEI. O debate contou com uma sessão de abertura e uma sessão de encerramento, bem como duas sessões temáticas dedicadas, respetivamente, ao tema “Liberdade, Segurança e Justiça: uma conciliação necessária” e à questão “Que Instituições para garantir esses Valores?”. 2007-02-27 / 2007-02-27

D. PT/ADN/IEEI/003/0644 - Inquérito – Portugal e o Futuro da Europa, por IEEI . A longa série de seminários promovida no quadro do II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa permitiu não só estender o debate além dos tradicionais centros académicos, mas também – e este era um dos objetivos centrais – auscultar as perceções dos cidadãos sobre a União Europeia. Para perceber quais são as expectativas, as prioridades e os assuntos que mais preocupam os cidadãos, foi elaborado um inquérito sobre Portugal e o Futuro da Europa. Foram distribuídos 800 inquéritos aos participantes nas diversas iniciativas. A elaboração do inquérito obedeceu ao objetivo de avaliar as opiniões sobre três grandes áreas temáticas do debate europeu: o atual impasse – dimensão, causas e cenários futuros; os valores e missões europeias –, os sectores prioritários de intervenção e os objetivos das políticas interna e externa, e a UE e o exterior – a definição das fronteiras, o processo de alargamento e a diversidade como valor fundamental. 2006-11-01 / 2007-04-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0645 - 50 Anos depois: que União queremos?, por Letícia Balanço et al. O presente documento compila os documentos dos textos vencedores do concurso lançado às escolas secundárias no âmbito do II Congresso Nacional Portugal e o Futuro da Europa sobre o tema “50 Anos depois: Que União queremos?”. O primeiro texto vencedor, de Letícia Balanço, reflete sobre os Açores na Europa. O segundo texto, de Mariana Cruz e Rita Oliveira, incide sobre a questão da ecologia e das energias renováveis no passado e para o futuro da UE. O terceiro texto, de Mariana Pereira, sublinha o papel da educação como pilar fundamental na construção da Europa do futuro. O quarto e último texto, de Rómulo Alves, argumenta a favor de uma globalização sustentável no plano social enquanto prioridade da atividade económico-social da UE que transporte os valores europeus internacionalmente e no futuro. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0646 - O Futuro da Europa n.1, por IEEI . O presente documento tem por objetivo promover os debates realizados e a realizar no âmbito do projeto do II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa do IEEI, bem como enquadrar o projeto no debate atual da União Europeia. Neste sentido, numa primeira parte expõe os temas a discutir nos debates regionais, nomeadamente sobre as fronteiras e a diversidade e os desafios da Europa num mundo globalizado. Na segunda parte é lançado o Call for Papers e as matrizes do II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa. Numa terceira parte são analisados o impasse francês após o chumbo do Tratado Constitucional e as implicações para o projeto europeu, as negociações da adesão da Turquia, as consequências da presidência de Durão Barroso à Comissão Europeia, as prioridades da presidência alemã ao Parlamento no primeiro semestre de 2007 e a Política de Vizinhança Europeia. 2006-11-01 / 2006-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0647 - O Futuro da Europa n.2, por IEEI . O presente documento serve como newsletter e tem por objetivo promover o projeto “Portugal e o Futuro da Europa”, bem como enquadrar o projeto no debate atual da União Europeia. Os debates regionais constituem a primeira fase do projeto II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa, cujo objetivo principal é o de promover a descentralização do debate sobre a Europa, através de uma série de iniciativas de discussão pública. A partir destes foi possível identificar algumas questões que mais mobilizam os participantes, nomeadamente: a imigração, a adesão da Turquia e o ambiente e a energia. Neste contexto o documento enquadra a problemática do II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa nestas preocupações. Na secção “Europa em Análise”, analisam o “trio de presidências” alemãs, portuguesas e eslovenas para 2007 e o primeiro semestre de 2008; os desafios da globalização da UE; e o retorno do debate em torno do Tratado Constitucional. 2007-01-01 / 2007-02-28

D. PT/ADN/IEEI/003/0648 - O Futuro da Europa n.3, por IEEI . O presente documento serve como newsletter e tem por objetivo promover o projeto “Portugal e o Futuro da Europa”, bem como enquadrar o projeto no debate atual da União Europeia. Este número dá conta dos três dos cinco debates regionais realizados no âmbito do projeto sobre os valores fundamentais europeus, os desafios do projeto europeu num mundo globalizado e o enquadramento político do modelo social, da competitividade e do ambiente. Na segunda parte faz-se um apanhado dos últimos 50 anos do projeto europeu desde o Tratado de Roma. Na secção “Europa em Análise” analisam-se as iniciativas no sentido da transição para as energias renováveis, os candidatos à presidência francesa e os discursos destes relativamente à Europa e os desafios que enfrenta a presidência tripartida da União Europeia. 2007-03-01 / 2007-04-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0649 - O Futuro da Europa n.4, por IEEI . O presente documento serve como newsletter e tem por objetivo promover o projeto “Portugal e o Futuro da Europa”, bem como enquadrar o projeto no debate atual da União Europeia. Este número dá conta de dois encontros: “Os 50 anos dos Tratados de Roma – A Europa dos valores” e “A Europa Aberta e as Suas Fronteiras”. A segunda parte debruça-se sobre a recuperação da conversa em torno do Tratado Constitucional pela Presidência Alemã da UE. Na secção “Europa em Análise” analisam-se o lançamento do programa “Sinergia do Mar Negro”, a aprovação da legislação em crimes de racismo e xenofobia comum a todos os Estados membro, as conclusões do relatório “Poder negocial dentro da União Europeia”, a ambição dos Estados Unidos de estender o seu sistema antimíssil à Europa e o acordo aprovado pelo Comissário Europeu da Liberdade que visa a facilitação do acesso dos Balcãs à União. 2007-05-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0650 - O Futuro da Europa n.5, por Pedro Courela . O presente documento serve como newsletter e tem por objetivo expor o projeto “Portugal e o Futuro da Europa” e os seus resultados. Na linha de projetos anteriores do IEEI, o II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa procurou atualizar a discussão em Portugal sobre temas europeus e assim criar uma dinâmica perdida nos últimos anos. Neste último número refletem-se sobre as questões levantadas no seminário “A Juventude e o Futuro da Europa” e expõe-se os números e factos sobre a discussão pública e diálogo civil levantados pelo projeto. De seguida contextualiza-se o debate na Presidência Portuguesa à UE. Na secção “Europa em Análise” reflete-se sobre a vontade dos europeus de um referendo ao novo tratado, sobre a proposta de uma União Mediterrânea pelo presidente francês, Nicolas Sarkozy, sobre as negociações com a Sérvia, o sistema de patrulhamento do Mediterrâneo e Atlântico e a parceria estratégica com o Brasil. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0651 - L’Ultraperipherie, une dimension à part (A ultraperiferia, uma dimensão à parte), por Eurisles – European Islands System of Links and Exchanges . Seis das vinte e uma regiões insulares da UE são “regiões ultraperiféricas”, definidas como tal pelo artigo 299.2 do Tratado CE. A sua condição de insularidade tem múltiplas implicações para estas regiões. O presente texto reflete sobre estas implicações, especialmente no que diz respeito à ligação com o continente europeu, às questões de transporte, tanto de pessoas como de mercadoria, destas regiões para o continente, à sua posição geoestratégica e a sua importância para a política externa europeia, bem como sobre as especificidades de cada uma destas áreas, muito distintas entre si e nas suas situações de insularidade. 2007-04-17 / 2007-04-18

D. PT/ADN/IEEI/003/0652 - Áreas e fronteiras culturais da Europa, por Fernando Amorim . Não constituindo uma verdadeira expressão geográfica, o espaço europeu é, sobretudo, um facto histórico-cultural feito de percursos idiossincráticos e diversidade cultural constitutiva (Seton-Watson, 1989). Nele tudo predestina ao localismo e à formação de micro-sociedades em que os recursos locais dão a necessária base económica, sustentadas numa proximidade marítima ou fluvial que, estimulando a vida de relação, estabeleceu correntes de civilização e cultura, lugares de permuta e eixos de domínio (Ribeiro, 1998:29). Não possuindo uma identidade-raiz (Moita, 2004) de matriz uniforme, é um continente verbal multifacetado, com uma geografia diversificada das afinidades culturais europeias, caracterizada por línguas nacionais, línguas de contacto e línguas de cultura; por culturas periféricas e diferentes “lugares da memória” (Morin, 1988: 241), não obstante uma convergência em torno de um património comum como o legado filosófico, cultural e jurídico greco-romano ou a tradição monoteísta judaico-cristã e mesmo islâmica. 2007-04-17 / 2007-04-18

D. PT/ADN/IEEI/003/0653 - Going strategic in Eurasia: the European Neighbourhood Policy's challenges in the South Caucasus (Tornar-se estratégico na Eurásia: os desafios da Política Europeia de Vizinhança no Sul do Cáucaso), por Licínia Simão . O presente texto argumenta que o envolvimento da União Europeia no Cáucaso do Sul, apesar de marcado por uma falta de visão estratégica e de uma abordagem integrada, aparece numa altura crucial e pode revelar-se como um dos mais fortes inputs reformistas na região. Apesar de a Política Europeia de Vizinhança constituir uma abordagem muito mais frágil do que o alargamento e, entre outros fatores, as divisões internas dos Estados membro relativamente às relações com a Rússia fazerem da UE um fraco ator regional, as suas capacidades são, ainda, consideráveis. A manutenção do status quo da região torna a situação presente extremamente volátil e exige uma atitude pró-ativa da UE tanto enquanto ator no âmbito da segurança e parceiro político e económico. 2007-04-18 / 2007-04-18

D. PT/ADN/IEEI/003/0654 - A Acção Externa da União: que Ambições e que Meios?, por Luis Tomé . O presente texto expõe brevemente a criação da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) como pilar fundamental da construção europeia e do seu soft power, e da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), criada no âmbito da PESC e como instrumento capaz de dotar a PESC de hard power. Reflete-se, assim, de que modo a PESC e a PESD continuam a desenvolver-se apesar do dilema europeu e quais as tendências destes mecanismos. Conclui-se que a PESC e a PESD não resolveram todas as insuficiências europeias nem fizeram da Europa uma superpotência, mas têm contribuído para aumentar a coordenação, a coerência e a integração europeia e afirmar a UE no mundo. 2007-04-18 / 2007-04-18

D. PT/ADN/IEEI/003/0655 - Prefácio, por João Gomes Cravinho . O presente prefácio do livro Situations of Fragility: Challenges for an European Response Strategy explica os objetivos essenciais do livro enquanto estudo complementar aos trabalhos da Presidência Portuguesa à União Europeia. Assim, explica-se, o estudo enquadra-se na percebida importância de, no contexto internacional, reforçar a coerência da UE num domínio em que pode e deve ser um ator de primeira importância. É, portanto, da crença do autor que a eficácia da intervenção europeia, na promoção da estabilidade e do desenvolvimento, depende da capacidade europeia de ser mais coerente nas suas diversas abordagens. No seguimento dos variados documentos já produzidos por outras fontes a respeito da problemática em geral, o presente prefácio dá especial atenção à emergência do termo "situações de fragilidade", que o estudo ajudou a clarificar e promover como conceito consensual e que evita a estigmatização dos países em crise. 2007-12-01 / 2007-12-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0656 - Preface (Prefácio), por João Gomes Cravinho . O presente prefácio do livro Situations of Fragility: Challenges for an European Response Strategy explica os objetivos essenciais do livro enquanto estudo complementar aos trabalhos da Presidência Portuguesa à União Europeia. Assim, explica-se, o estudo enquadra-se na percebida importância de, no contexto internacional, reforçar a coerência da UE num domínio em que pode e deve ser um ator de primeira importância. É, portanto, da crença do autor que a eficácia da intervenção europeia, na promoção da estabilidade e do desenvolvimento, depende da capacidade europeia de ser mais coerente nas suas diversas abordagens. No seguimento dos variados documentos já produzidos por outras fontes a respeito da problemática em geral, o presente prefácio dá especial atenção à emergência do termo "situações de fragilidade", que o estudo ajudou a clarificar e promover como conceito consensual e que evita a estigmatização dos países em crise. 2007-12-01 / 2007-12-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0657 - Sumário, conclusões e recomendações, por Fernanda Faria e Patrícia Magalhães Ferreira . O presente documento reúne o sumário das ideias gerais do livro Situations of Fragility: Challenges for an European Response Strategy, bem como as conclusões e recomendações feitas. Sumarizam-se, deste modo, o que define as situações de fragilidades e de que modo o envolvimento deve ser feito pela UE fazendo uso daquelas políticas e instrumentos europeus. Nas conclusões, o relatório recomenda algumas maneiras para usar mais eficazmente e adaptar as políticas e instrumentos existentes, bem como para melhorar o processo de diagnóstico e de análise política, a definição de prioridades e elaboração de estratégias, o processo de programação, a implementação e o diálogo. Finalmente, as recomendações dividem-se em três partes: a) recomendações gerais; b) operacionalização do conceito; e c) melhorar o eixo segurança-governança-desenvolvimento. 2007-12-01 / 2007-12-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0658 - Executive Summary (Sumário Executivo), por Fernanda Faria e Patrícia Magalhães Ferreira . O presente documento reúne o sumário das ideias gerais do livro Situations of Fragility: Challenges for an European Response Strategy, bem como as conclusões e recomendações feitas. Sumarizam-se, deste modo, o que define as situações de fragilidades e de que modo o envolvimento deve ser feito pela UE fazendo uso daquelas políticas e instrumentos europeus. Divide-se, deste modo, em sete partes: contexto geral sobre a necessidade de intervenção em contextos de fragilidade; dinâmicas e características da fragilidade e necessidade de respostas adaptadas; construção do Estado, governança e democracia; pontos fortes e pontos fracos das políticas e instrumentos europeus; coordenação com diversos atores e divisão de tarefas; e coerência de políticas e o eixo segurança-desenvolvimento. 2007-12-01 / 2007-12-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0659 - Part II – The EU response strategy (Parte II - A resposta estratégica da UE), por Fernanda Faria e Patrícia Magalhães Ferreira . A UE está rapidamente a adquirir experiência em situações de fragilidade, através do envolvimento em atividades específicas. Em anos recentes, a União tem adotado uma variedade de documentos importantes e lançado várias declarações políticas sublinhando a necessidade de endereçar a fragilidade dos Estados e melhorar a resposta europeia. Tendo isto em mente, o segundo capítulo do livro *Situations of Fragility: Challenges for an European Response Strategy* reflete sobre o enquadramento político da intervenção europeia e naquelas abordagens questionáveis que tem sido a dos doadores, particularmente no que respeita à democracia, governança e state-building. Depois disto sublinham-se quais os pontos fracos e os pontos fortes dos instrumentos e políticas europeus relativamente à capacidade de avaliação e programação, aos instrumentos financeiros, ao diálogo político com os estados frágeis. Sublinha-se, ainda, a coerência política, na qual a UE tem aumentado os seus esforços, que visa evitar as intervenções descoordenadas e incoerentes e a necessidade de uma abordagem holística baseada na ligação segurança-desenvolvimento-governança. 2007-12-01 / 2007-12-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0660 - Part III – Conclusions and Recommendations (Conclusões e Recomendações), por Fernanda Faria e Patrícia Magalhães Ferreira . O presente texto expõe as conclusões e recomendações do estudo levado a cabo em *Situations of Fragility: Challenges for an European Response Strategy*. O relatório recomenda algumas formas de usar mais eficazmente e adaptar as políticas e instrumentos existentes e à disposição da UE. As conclusões e recomendações propõem uma estratégia ambiciosa para a UE, particularmente no que respeita aos desafios da concretização, a uma análise participativa e bem informada de cada contexto, ao uso combinado de instrumentos de diagnóstico, coordenação, coerência de políticas e abordagens abrangentes (Whole-of-Government). Estão quase sempre presentes obstáculos relativos a questões de capacidade ou a constrangimentos operacionais e políticos, pelo que algumas propostas são também avançadas neste âmbito. As recomendações dividem-se em três partes: a) recomendações gerais, onde se inclui a utilização do conceito “fragilidade”; b) operacionalização do conceito; e c) melhorar o eixo segurança-desenvolvimento-governança. 2007-12-01 / 2007-12-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0661 - Annexes (Anexos), por Fernanda Faria e Patrícia Magalhães Ferreira . O presente documento inclui os anexos ao estudo levado a cabo em *Situations of Fragility: Challenges for an European Response Strategy*. O Anexo A inclui duas tabelas que exemplificam e ajudam a reconhecer tipologias estatais e tipologias de estados frágeis em África. O anexo B é um documento sobre instrumentos de avaliação da fragilidade de Estados de acordo com diversas fontes e autores. O Anexo C aponta alguns dos principais desenvolvimentos de doadores selecionados no que diz respeito a pensamento teórico e abordagens práticas sobre intervenção em estados frágeis. O Anexo D enumera os princípios da DAC (Development Assistance Committee) para a intervenção em Estados e situações frágeis. O Anexo E compila as principais declarações da União Europeia endereçadas às situações de fragilidade. Por último, o Anexo F é uma lista dos mais relevantes instrumentos europeus na abordagem às causas estruturais de fragilidade e instabilidade, fornecendo uma breve análise sobre o uso efetivo destes instrumentos. 2007-12-01 / 2007-12-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0662 - *Situations of fragility: Challenges for an European response strategy* (Situações de fragilidade: Desafios a uma estratégia de resposta europeia, por Fernanda Faria e Patrícia Magalhães Ferreira) . O presente estudo foi preparado em seguimento de uma das prioridades da Presidência Portuguesa da União Europeia nomeadamente a de qual deve ser a resposta da União a situações de fragilidade. O estudo foi preparado em conjunto pelo European Centre for Development Policy Management (ECDPM) e o IEEI para o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. O objetivo deste livro é o de aprofundar aquelas ideias sobre o que constituem estados de fragilidade e sobre a intervenção europeia neste contexto e se encontrassem soluções práticas, em conjunto com os outros Estados membros e as instituições comunitárias. Neste sentido, o livro divide-se em três partes essenciais: 1) questões, desafios e descobertas sobre o envolvimento e compromisso do doador em situações de fragilidade; 2) a estratégia de resposta da UE; e 3) conclusões e recomendações relativas à operacionalidade da intervenção europeia nas percebidas “situações de fragilidade”. 2007-12-01 / 2007-12-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0663 - Annex Biregional Documents (Anexo - Documentos Biregionais), por Alexandra Barahona de Brito . O presente anexo compila os documentos sobre as relações bi-regionais entre a União Europeia e outros atores regionais utilizados na primeira conferência de Alto Nível da rede EULARO organizada pelo IEEI, dedicada às questões do multilateralismo e da governança global. Incluem, assim, uma lista dos documentos de orientação da Comissão Europeia (CE) sobre a América Latina e Caraíbas; conclusões da Presidência do Conselho Europeu sobre a América Latina e Caraíbas (1980-2005); conclusões das cimeiras UE-ALC entre 1999 e 2004; e uma série de documentos, declarações e resoluções subordinadas às Cimeiras do Rio e ao Grupo Rio. 2006-03-01 / 2006-03-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0664 - *European perceptions of southern countries security and defence issues: A reflection on the European press* (Perceções europeias das questões de segurança e defesa dos países do Sul: Uma reflexão sobre a imprensa

européia), por Elvira Sánchez Mateos . Este artigo pretende esboçar um quadro geral das percepções dos media europeus sobre as questões de segurança e defesa dos países do Sul, bem como fornecer uma indicação de quaisquer relações com a PESC, a PESD e o processo Euro-Mediterrâneo. O objetivo é fornecer informação quantitativa e qualitativa sobre a cobertura destes assuntos por alguns jornais europeus selecionados. O propósito não é conduzir um estudo aprofundado sobre todos os jornais europeus, mas fornecer uma reflexão baseada na revisão de alguns exemplos representativos. A investigação do ano passado sublinhou a falta de informação sobre a PESD na imprensa dos países do Sul do Mediterrâneo. Os resultados da investigação de 2002 são complementares, no sentido em que os jornais europeus demonstram pouco interesse em informar sobre questões de segurança e defesa nos países do Sul do Mediterrâneo. Para além dos dados, a análise do conteúdo mostra que, em relação ao Processo Euro-mediterrânico, os meios de comunicação social europeus concentram-se em questões económicas. 2003-07-01 / 2003-07-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0665 - National attitudes of new EU Member States towards the EMP: The case of Hungary (Atitudes nacionais dos novos Estados-Membros da UE em relação à PEM: O caso da Hungria), por Erzsébet N. Rózsa . Duas premissas básicas são feitas em relação aos novos estados membros da União Europeia que anteriormente pertenciam à esfera de influência soviética. Em primeiro lugar, que tradicionalmente têm sido considerados como constituindo um bloco único. Em segundo lugar, existe uma convicção generalizada entre os recém-chegados de que a adesão à UE é a única forma de acelerar o crescimento económico. Contudo, existem diferenças visíveis entre eles e as suas atitudes baseiam-se em interesses nacionais geralmente diferentes. Isto é especialmente verdade para questões, países e regiões tradicionalmente vistos como "fora de área", onde não há história de cooperação, como é o caso da bacia mediterrânica. Embora não seja totalmente estranha à história húngara, a região mediterrânica não tem sido uma prioridade da política externa húngara ao longo das últimas décadas. O documento analisa como a atitude húngara relativamente à Parceria Euro-Mediterrânica, em particular, e ao Mediterrâneo, em geral, evoluiu no contexto e durante o processo de integração na UE. 2005-09-01 / 2005-09-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0666 - European Neighbourhood Policy: Differentiation and Political Benchmarks (Política Europeia de Vizinhança: Diferenciação e Benchmarks Políticos), por Piotr Maciej Kaczynski e Piotr Kazmierkiewicz . A ideia de uma Política Europeia de Vizinhança (PEV) não era inesperada quando foi apresentada pela primeira vez na Comissão, há alguns anos atrás. Na verdade, parecia ser um passo óbvio e natural para o desenvolvimento da política externa da UE. Muitos sentiram que a UE deveria ter uma política única e coerente para a sua vizinhança próxima, e para com os seus parceiros mediterrânicos. Parecia racional ter uma nova política para uma Europa unida e, além disso, parecia haver uma necessidade genuína de uma política que envolvesse aqueles que permaneceram fora da UE, mas para os quais a UE é um parceiro importante. Contudo, existe alguma distância entre uma ideia política e uma política funcional, o que coloca verdadeiros desafios. Este documento examina as questões e testes mais importantes que a PEV irá enfrentar no futuro próximo. 2005-09-01 / 2005-09-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0667 - A política externa e de segurança comum (PESC) na repartição de competências entre a Comissão e o Conselho, por Grupo de Reflexão Alargamento e Reforma das Instituições da União Europeia . Na última década, o processo de integração europeia passou a abranger domínios considerados tradicionalmente como "reservas" da soberania nacional, em relação aos quais os Estados são relutantes em prescindir do controlo. Os casos mais evidentes são os da política externa, segurança e defesa. O presente momento de reforma deverá, por isso, abordar a questão da política externa de segurança e defesa europeias. A questão central que orientou o debate do grupo de reflexão foi a da repartição de competências na condução da política externa que, por sua vez, possui três aspetos principais: primeiro, a coerência de toda a ação externa da União, sem esquecer a diversidade da ambição dos Estados membros; segundo, as implicações das várias opções no método da cooperação (comunitário/intergovernamental); terceiro, os mecanismos que possibilitem um acréscimo de eficácia na formulação e implementação das políticas. 2002-01-11 / 2002-01-11

D. PT/ADN/IEEI/003/0668 - As cooperações reforçadas como modelo institucional para o avanço da integração europeia, por Grupo de Reflexão Alargamento e Reforma das Instituições da União Europeia . Desde o primeiro alargamento que o debate sobre a flexibilidade no processo de integração europeia tem estado sempre presente, embora nem sempre utilizando os mesmos conceitos. O Tratado de Amesterdão produz, antes de mais, uma clarificação conceptual, ao fixar o conceito de «cooperações reforçadas» como sendo o conceito de referência. A reunião do Grupo de Reflexão abordou três grandes questões: primeiro, qual o sentido e o papel das cooperações reforçadas no processo de integração; segundo, quais as condições que devem ser asseguradas para que as cooperações cumpram de facto o seu objetivo central, i.e., o avanço do processo de integração; e, terceiro, deverão as cooperações reforçadas fazer-se dentro ou fora do quadro institucional da UE. Por se entender a sua especificidade, não foi abordado o recurso às cooperações reforçadas na área da segurança e defesa. 2001-12-19 / 2001-12-19

D. PT/ADN/IEEI/003/0669 - A Reforma da Comissão Europeia, por Carlos Costa . A Comissão Europeia é a instituição da qual depende o bom ou mau funcionamento da União Europeia, pois gere habilmente o timing político dos processos, permitindo

que as ideias sedimentem antes de exercer, ela própria, a vanguarda do avanço comunitário. O presente texto argumenta contra qualquer perda do direito de iniciativa da Comissão, mas a favor da sua reforma, uma vez que a própria sobrevivência do modelo comunitário está ligada à sobrevivência de uma instituição como a Comissão - mantendo o exclusivo da iniciativa, a capacidade de arbitrar os interesses contraditórios dos diferentes Estados membros e a manutenção da equidistância entre os interesses e que mantenha a necessidade de fazer a síntese. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0670 - O défice democrático, por Grupo de Reflexão Alargamento e Reforma das Instituições da União Europeia . A definição de défice democrático depende claramente da conceção da União Europeia enquanto “coisa política”. Depende também das imagens do Conselho; para uns é visto como fórum de negociação e de competição, por outros por um clube que atua de forma consensual. O debate girou, pois, à volta de duas conceções do défice democrático e de três métodos a seguir para o resolver. 2002-10-07 / 2002-10-07

D. PT/ADN/IEEI/003/0671 - O modelo da Convenção e a agenda de Laeken: as respostas adequadas aos desafios futuros da União Europeia?, por Grupo de Reflexão Alargamento e Reforma das Instituições da União Europeia . A Convenção para preparação da Conferência intergovernamental de 2004 surge no contexto da «crise de legitimidade» do processo de integração europeia. A Europa não poderia continuar a ser uma «construção secreta» sem que os cidadãos tenham capacidade de influenciar o processo de decisão europeu. A UE procura, portanto, com esta fórmula de Convenção, responder às críticas de que as reformas e os avanços da União escapam ao debate democrático e às necessidades e prioridades dos cidadãos europeus. O que é a Convenção e quais as suas potencialidades de influenciar as negociações da CIG foram as questões que dominaram o debate do Grupo. Mesmo que nenhum dos participantes se tenha referido à Convenção como uma resposta à grande questão do que deverá ser o modelo político futuro da Europa, foram expressas opiniões diferentes quanto ao que a presente Convenção representa no momento atual do processo de integração europeia. 2002-01-22 / 2002-01-22

D. PT/ADN/IEEI/003/0672 - O que nos ensina a resposta europeia à actual crise internacional sobre o funcionamento das instituições comunitárias?, por Grupo de Reflexão Alargamento e Reforma das Instituições da União Europeia . A análise da crise internacional iniciada com os ataques terroristas de 11 de setembro é confrontada com a dificuldade em definir o tipo de fenómeno com que nos deparamos e em identificar o poder agressor com um determinado território. Por outro lado, trata-se de uma realidade ainda em evolução, as suas consequências políticas e económicas poderão atingir proporções hoje difíceis de imaginar e estão, por isso, em aberto. Ao mesmo tempo, é necessário destringir os elementos que emergem dos ataques daqueles que resultam de processos que já estavam em curso, mas que ganharam uma visibilidade acrescida no post-11 de setembro. Não obstante a incerteza da situação atual, duas questões dominaram o debate: primeiro, qual a relevância do multilateralismo e da integração regional após esta crise e, segundo, qual a prioridade do alargamento da União Europeia num cenário em que a agenda internacional parece radicalmente alterada. 2001-10-25 / 2001-10-25

D. PT/ADN/IEEI/003/0673 - Os modelos políticos para o avanço da construção europeia no quadro da reforma institucional, por Grupo de Reflexão Alargamento e Reforma das Instituições da União Europeia . Não está definida, à partida, a forma como a Convenção vai abordar as questões que lhe foram confiadas pela Declaração de Laeken. Poderá optar-se por discutir propostas soltas ou, em alternativa, abordar essas questões dentro de grandes modelos políticos. O cruzamento dos modelos políticos com algumas propostas em cima da mesa resulta algo ambíguo e perigoso. Alguns participantes na reunião consideraram, contudo, que as propostas têm de ser discutidas pelo seu método próprio. Recusar a renacionalização de algumas políticas não implica recusar o modelo político que lhe está subjacente, ou seja, não é a proposta de renacionalizar políticas que põe em causa o modelo institucional proposto. A sensibilidade portuguesa quanto à questão dos fundos estruturais não deve levar a esquecer aspetos potencialmente interessantes da proposta alemã, nomeadamente a comunitarização do segundo pilar. Saber destringir os vários aspetos das propostas em cima da mesa pode ser vista como uma posição negocial vantajosa para Portugal. 2002-02-26 / 2002-02-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0674 - Portugal numa Europa alargada: visões e propostas sobre o futuro da União, por Grupo de Reflexão Alargamento e Reforma das Instituições da União Europeia . Como definir uma posição portuguesa perante o atual processo de reforma? Tomando como princípio a ideia de que é necessário pensar Portugal como agente ativo da construção europeia, é essencial tomar em consideração três vetores principais: primeiro, a atitude portuguesa perante o processo de reforma (por outras palavras, o equilíbrio entre prudência e ambição); segundo, a identificação das questões a que, do ponto de vista do país, a reforma deve responder; terceiro, as vantagens e desvantagens de algumas propostas já conhecidas para a reforma das instituições. 2002-06-04 / 2002-06-04

D. PT/ADN/IEEI/003/0675 - A Turquia cumpre os critérios de Copenhaga?, por IEEI . O Conselho Europeu de 16 e 17 de dezembro de 2004 marcou para 3 de outubro de 2005 o início das negociações de adesão com a Turquia, após um parecer

favorável da Comissão Europeia. Apesar de a Turquia ter vindo a desenvolver grandes esforços no cumprimento dos critérios de Copenhaga, há ainda muito a fazer para a sua efetiva concretização. O presente documento apresenta um quadro baseado nas sucessivas avaliações da Comissão Europeia e noutras avaliações levadas a cabo por organizações da sociedade civil turca, que ilustra alguns desses avanços e mostra o que está ainda por fazer. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0676 - Apresentação do livro, por IEEI . O presente documento faz um resumo sobre o livro *The Future of Europe – Reform or Decline* de Alberto Alesina e Francesco Gavazzi, cuja apresentação foi feita em parceria com o IEEI na Representação em Portugal da Comissão Europeia no dia 14 de dezembro. O livro apresenta uma caracterização da situação económica da Europa bastante realista e, como tal, desmistifica algumas ideias comuns e traça um quadro relativamente negro, sobretudo tendo como termo de comparação os Estados Unidos. No, livro os autores especificam que se referem sempre à Europa Ocidental, hoje União Europeia. 2006-12-14 / 2006-12-14

D. PT/ADN/IEEI/003/0677 - Europa Asiática, por Álvaro de Vasconcelos . A decisão da Comissão Europeia de recomendar o início das negociações de adesão da Turquia tem uma importância transcendental. Na chamada «questão turca» se decide, nem mais nem menos, a questão da identidade da União – e com ela a da sua linha de fronteira. A identidade europeia advém não só dos seus valores fundadores, a democracia e os direitos fundamentais, mas também de princípios como a unidade na diversidade e o associativismo. A Turquia coloca uma outra questão, nunca esclarecida e não menos essencial, que é a da finalidade da União, os limites do seu projeto de integração, deixados até hoje indefinidos. Dizer «sim» à Turquia, depois do último alargamento, é provavelmente desistir da nostálgica e perigosa quimera de um superestado europeu, construída à imagem da federação americana. Para além disso, a adesão da Turquia dará à Europa uma muita maior capacidade para se projetar no mundo extraeuropeu. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0678 - Pamuk: o cosmopolitismo europeu, por Álvaro de Vasconcelos . Aquando da entrega do prémio Nobel da Literatura a Orhan Pamuk, o documento revê a obra de Pamuk, especialmente o seu livro *Snow*, e que lições este nos traz sobre a Turquia e os que nela optam pela integração europeia, de que Pamuk é um entusiasta. Pamuk afirma em *Snow* que o desprezo pelos países menos desenvolvidos assenta na máxima arrogante de que «se são pobres é porque são estúpidos». Esta máxima ajuda a perceber também uma parte da oposição de certas elites europeias à adesão da Turquia. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0679 - Turkey and the EU: new horizons, greater diversity (A Turquia e a UE: novos horizontes, maior diversidade), por Álvaro Vasconcelos, Seify Tashan e Mensur Akgun . Tendo como pano de fundo a decisão europeia de começar as negociações de acesso com a Turquia em outubro de 2005, o presente texto reflete sobre o futuro possível das negociações e do processo de adesão, bem como sobre as consequências positivas e os desafios que a adesão turca significaria para a União Europeia, nomeadamente no que diz respeito à diversidade, à política externa e às novas fronteiras geográficas. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0680 - Uma força europeia, para quê?, por Álvaro Vasconcelos . A guerra do Líbano, envolvendo três vizinhos da União Europeia com quem ela procura constituir uma área de democracia e paz, veio colocar de forma brutal a questão da violência, da sua legitimidade, das normas e regras do seu emprego. Estamos a falar do uso da força envolvendo entidades que fazem parte daquela que é provavelmente a mais ambiciosa política externa da União – a que desenvolve em relação aos países da sua periferia sul, com quem, no quadro do processo de Barcelona e da nova política de vizinhança, procura constituir uma área integrada, baseada na experiência dos alargamentos. Uma intervenção europeia, com forças militares, no sul do Líbano exige da União uma condenação inequívoca da violência ilegítima e uma definição muito clara de objetivos. Caso contrário, a União poderá estar a envolver-se numa estratégia que não é a sua e perder o capital de simpatia e atracão de que goza na região. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0681 - Why Europe should said 'Yes' to Turkey (Porque é que a Europa deveria dizer "Sim" à Turquia), por Álvaro de Vasconcelos . A decisão da Comissão Europeia de recomendar o início das negociações de adesão da Turquia tem uma importância transcendental. Na chamada «questão turca» se decide, nem mais nem menos, a questão da identidade da União – e com ela a da sua linha de fronteira. A identidade europeia advém não só dos seus valores fundadores, a democracia e os direitos fundamentais, mas também de princípios como a unidade na diversidade e o associativismo. A Turquia coloca uma outra questão, nunca esclarecida e não menos essencial, que é a da finalidade da União, os limites do seu projeto de integração, deixados até hoje indefinidos. Dizer «sim» à Turquia, depois do último alargamento, é provavelmente desistir da nostálgica e perigosa quimera de um superestado europeu, construída à imagem da federação americana. Para além disso, a adesão da Turquia dará à Europa uma muita maior capacidade para se projetar no mundo extraeuropeu. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0682 - Recuperar o debate em torno do Tratado Constitucional, por Ana Paula Domingos . 2007 reavivou o debate acerca do Tratado Constitucional. As rejeições francesa e holandesa ao documento levaram à suspensão do processo de ratificação há dois anos. A atual presidência da UE quer encontrar uma solução para o impasse antes das próximas eleições para o Parlamento Europeu, que deverão ocorrer no primeiro semestre de 2009. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0683 - Adesão da Turquia à União Europeia, por André Barrinha . A presente peça de opinião reflete-se brevemente sobre a adesão turca e a posição dos órgãos europeus e Estados membros relativamente a esta. Em discussão está a recusa da Turquia em abrir os portos e aeroportos a Chipre enquanto a UE não levantar as barreiras comerciais aos cipriotas turcos, bem como os prazos estabelecidos pela UE para o processo de negociação. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0684 - Perder Ancara, perder a Europa?, por André Barrinha . 2007 afigura-se como um ano decisivo para as relações entre a UE e a Turquia, mas não só. Um eventual fracasso nas negociações seria negativo para Ancara, mas, possivelmente, bem mais para Bruxelas. Pela sua complexidade, o processo de adesão da Turquia passou a ser um teste também para os Estados membros da UE. Um teste sobre a sua capacidade de tomada de decisão e sobretudo em vontade de avançar para uma progressiva afirmação da UE no mundo. O presente texto reflete brevemente sobre a questão da adesão turca, passando pela questão cipriota e pela posição dos Estados membros, especialmente do eixo franco-alemão, e de que forma a UE tem lidado de forma incoerente com o processo de negociação de adesão com a Turquia, tendo em conta o quanto teria a ganhar com esta. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0685 - O Tratado de Lisboa, por Bruno Martins e Mónica Santos . O Tratado de Lisboa vem pôr fim ao longo período de debate sobre a reforma institucional da União Europeia. A sua importância funda-se na necessidade de adaptar a União à circunstância de ter agora 27 membros e de melhor se preparar para os desafios externos. Ao surgir como reflexo do desejo dos líderes europeus de ultrapassar o período de reflexão em que a UE entrou após os referendos francês e holandês ao Tratado Constitucional, é em comparação com este documento que o Tratado de Lisboa deve ser analisado. O presente documento faz um pequeno apanhado das principais inovações introduzidas pelo Tratado, bem como outras disposições importantes. 2008-03-11 / 2008-03-11

D. PT/ADN/IEEI/003/0686 - Votar nas eleições europeias faz muita diferença, por Bruno Cardoso Reis . O presente texto expõe aquelas razões pelas quais a votação nas eleições europeias faz diferença, nomeadamente ao nível da forma como o dinheiro comunitário é distribuído e do poder de decisão exercido no Parlamento Europeu. Pretende, desta forma, endereçar as seguintes questões: Mas que diferença fará em termos de dinheiro europeu votar? Que poder tem o Parlamento Europeu? Qual o poder dos deputados portugueses no Parlamento Europeu?. 2009-12-17 / 2009-12-17

D. PT/ADN/IEEI/003/0687 - A abolição universal da pena de morte, por Cláudia Pedra . Depois de acesa discussão, e muita controvérsia, gerada pela posição polaca, os Ministros da Justiça dos 27 países da UE chegaram a consenso: de ora em diante, dia 10 de outubro será proclamado não só Dia Mundial, mas Dia Europeu contra a Pena de Morte. A Presidência Portuguesa da UE, que conduziu o processo, quis deixar claro que, para os europeus, este assunto era fulcral, não só na reafirmação dos valores europeus, mas nas relações bilaterais e multilaterais com outros países fora do continente. O presente texto reflete sobre o papel da abolição e condenação da pena de morte pela União Europeia no mundo, sobre aqueles países que a praticam ainda e da questão da justiça, em geral, e da justiça social, em particular. 2008-10-21 / 2008-10-21

D. PT/ADN/IEEI/003/0688 - Debate sobre a adesão da Turquia à UE, por Vítor Martins, António Fontes Ramos e A. Rogério Leitão . O presente texto reúne três opiniões sobre a questão da adesão da Turquia à União Europeia, numa altura em que esta abre as negociações e em que a Turquia cede na questão do Chipre. Na sua análise, Vítor Martins discute o valor geopolítico da adesão turca e o avanço das negociações como uma forma de avançar para lá da crise europeia e de reforçar o peso da UE no mundo global do século XXI. António Fontes Ramos, por seu turno, discute sobre a evolução da geopolítica europeia ao longo dos anos e do capital geopolítico da adesão turca. Rogério Leitão fala brevemente sobre a especificidade das relações entre a UE e a Turquia salientando as suas múltiplas dimensões – políticas, jurídicas, económicas, sociais, etc. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0689 - A União Europeia no conflito entre a Geórgia e a Rússia, por Gina Soares . A União Europeia tem sido o principal ator na mediação do conflito entre a Geórgia e a Rússia. Após ter conseguido negociar um acordo de seis pontos, que pôs fim ao confronto armado entre Moscovo e Tbilissi, a Presidência francesa da União tem-se esforçado para garantir a aplicação dos pontos acordados, procurando promover um quadro de estabilidade e segurança no Cáucaso, estando em simultâneo em cima da mesa a necessidade de redefinir os contornos da relação entre a UE e a Rússia. Com este propósito, o Conselho Europeu reuniu em sessão extraordinária a 1 de setembro, aprovando uma declaração que, para além de condenar

duplamente o comportamento russo, procura expressar uma posição de unidade em relação ao futuro da parceria entre Bruxelas e Moscovo. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0690 - As novas propostas da Comissão Europeia para combater as alterações climáticas, por Gina Soares . Desde o início dos anos 90 que a União Europeia está empenhada em combater o fenómeno das alterações climáticas. Para além do seu ativismo nas negociações internacionais, a União tem procurado assumir a liderança nesta área. Neste sentido, as várias comunicações emitidas pela Comissão e a criação do Programa Europeu para as Alterações Climáticas permitiram à União lançar uma nova política energética assente nos critérios de sustentabilidade, segurança e competitividade. Como contributo, a União Europeia comprometeu-se a reduzir as suas emissões em pelo menos 20% até 2020. Para dar seguimento a este objetivo, a Comissão apresentou no dia 23 de janeiro um conjunto de propostas inovadoras que se centram na reforma do sistema de comércio de emissões, na repartição diferenciada do esforço de redução e na valorização das energias renováveis. O presente texto explica brevemente quais as novas propostas da Comissão, bem como quais os benefícios e riscos da ação. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0691 - Integração europeia: a dimensão económica, por Harry Cowie e John Pinder . A principal motivação de carácter económico que esteve na origem da Comunidade Económica Europeia foi a criação de um mercado comum que pudesse concorrer com os Estados Unidos. Instituída pelos seis signatários do Tratado de Roma - França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo -, o cerne da CEE foi o estabelecimento de um calendário para suprimir praticamente todos os direitos aduaneiros e todas as restrições quantitativas ao comércio entre os membros, que simultaneamente adotavam uma pauta alfandegária comum, uma união aduaneira, em relação ao resto do mundo. Começando por um enquadramento histórico da criação da dimensão económica do projeto europeu, deste o Tratado de Roma, o presente texto procura estabelecer a interação entre as condicionantes globais e a evolução do processo europeu, quer venha a optar pela via intergovernamental quer pela via supranacional. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0692 - Reflexão sobre o Parlamento Europeu, por João Salazar Leite . Após ler a comunicação de Luís Lobo-Fernandes ao Seminário “O Parlamento Europeu e a democracia à escala do continente” e retomando alguns aspetos da intervenção do autor nesse seminário, o presente documento reage sobretudo às conclusões que o orador incluiu no seu documento, nomeadamente àquela em que refere que “continua a ser ignorada a possibilidade de um direito de iniciativa legislativa por parte do PE”. Foca-se, assim, em dois aspetos, o das capacidades atuais do Parlamento Europeu em responder a um aumento das suas competências, e o da possibilidade de nas atuais circunstâncias existir uma qualquer forma de “direito de iniciativa”. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0693 - Valores Políticos na Europa Alargada, por Madalena Resende . Os resultados da Convenção parecem vir a traduzir-se na redução do poder dos pequenos e médios países de influenciar a agenda da União, tendo estes que encontrar métodos alternativos de exercer os seus interesses. Alianças baseadas em interesses e valores comuns parecem vir a tornar-se mais importantes, e a questão de encontrar bases a estas alianças uma prioridade da política europeia portuguesa. Os partidos europeus aparecem como potenciais formas de negociação de plataformas de políticas comuns no seio da União. Desde os primeiros passos que as famílias políticas europeias inspiram e enquadram a integração europeia. Os partidos de direita pretendem confinar a integração à garantia do mercado comum, e os de esquerda implementar os ideais sociais democratas de solidariedade, coesão, proteção social e regulação de mercado através da União Europeia. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0694 - Os irlandeses no futuro da Europa, por Maria João Seabra . Como analisar a vitória do «não» no referendo irlandês ao Tratado de Lisboa? E como analisar a reação dos outros – instituições europeias e Estados membros – a este resultado? E o que fazer agora? Seguir em frente, com arranjos específicos para a Irlanda, a exemplo do que sucedeu com a recusa dinamarquesa ao Tratado de Maastricht? Ou esperar que a Irlanda resolva o «seu» problema? O presente texto procura endereçar e responder a algumas destas questões. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0695 - O Kosovo nas relações UE-Rússia, por Maria Raquel Freire . O processo de integração europeu que se seguiu à Segunda Guerra Mundial tinha como um dos seus objetivos evitar um novo conflito em larga escala. Neste processo vários instrumentos foram criados pela atual União Europeia, como a política de alargamento, a Política Europeia de Vizinhança (PEV), ou o Processo de Estabilização e Associação para os Balcãs. Os Estados dos Balcãs e a Federação Russa não fazem parte do pacote PEV, embora por razões distintas. Os primeiros estão num alinhamento político-institucional que possibilita a entrada formal na União. A Rússia devido ao seu tamanho e estatuto é objeto de um tratamento diferenciado. Ou seja, apesar dos instrumentos e mecanismos do relacionamento UE-Rússia serem muito próximos aos da PEV, de facto existe uma parceria estratégica específica UE-Rússia, cuja existência, não significa, contudo, a inexistência de problemas sérios neste relacionamento, como o presente texto expõe. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0696 - A «Economia Social de Mercado» Europeia, por Miguel Malaquias Pereira . A coesão social é um elemento constante da agenda política europeia desde o início do processo de integração. Não é assim de estranhar que as políticas de coesão europeias sejam amplamente identificadas com o uso dos Fundos Estruturais e de Coesão, pois estes, ao representarem a segunda rubrica orçamental, são responsáveis pela redução das diferenças de desenvolvimento entre as regiões dos Estados membros. Todavia, nos últimos anos, as questões ligadas ao emprego e à convergência económica passaram a ser alvo de uma visibilidade redobrada. É neste contexto que, em março de 2000, surge a grande meta designada de “Estratégia de Lisboa”. Com o novo alargamento, contudo, a UE entra numa nova fase de configuração social. A discussão e reestruturação do Modelo Social Europeu reveste-se, assim, da maior importância. Nesta matéria, a Constituição vem, sobretudo, compilar de modo conciso o aquis communautaire criado e desenvolvido ao longo da história comunitária. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0697 - O que fazer Europa, depois de mais um «não»? , por IEEI . O «não» irlandês ao Tratado de Lisboa, que venceu por uma margem confortável de 53.4% para 46.6%, deixou pela Europa um rasto de desalento. Na ressaca do choque, a pergunta mais formulada na imprensa europeia dos últimos dias foi: que fazer para sair deste impasse? Lemos alguns dos principais jornais europeus e encontramos possíveis soluções para a crise europeia, algumas pessimistas, como as que apelam ao fim do tratado, e outras mais confiantes, como as que sugerem a repetição do referendo irlandês na expectativa, quase certa, de que o Tratado finalmente avance. O presente documento resume algumas destas reações, tanto por atores políticos como na comunicação social. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0698 - O tempo está a contar para a Europa, por IEEI . O esforço dos vinte e sete no último Conselho Europeu da presidência eslovena, no rescaldo do «não» irlandês ao Tratado de Lisboa, foi o de fazer a Europa avançar nas matérias que preocupam, realmente, os cidadãos europeus. Por enquanto, a decisão dos vinte e sete foi a de adiar qualquer tomada de posição para outubro, altura em que terá lugar o primeiro Conselho Europeu sob a presidência francesa. Aceitando a incapacidade da Irlanda de, nesta fase, avaliar devidamente a situação e propor formas de resolver este impasse, a União deu-lhe tempo. Dar tempo, respeitar o voto dos irlandeses, mas a pressão sobre a Irlanda para que encontre rapidamente uma solução, especialmente por parte do eixo franco-alemão. A República Checa e a Polónia suscitam dúvidas, mas a última cartada que a União espera usar é a do isolamento da Irlanda face a 26 ratificações e à consequente perspetiva de ficar de fora da integração europeia. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0699 - Os Cidadãos e a Justiça Comunitária: a Protecção dos Direitos na União Europeia, por IEEI . O sistema de protecção jurisdicional da União Europeia tem como elementos centrais o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (TJCE) e o Tribunal de Primeira Instância (TPI), que o assiste. Ambos participam na missão, consagrada no Tratado de Roma, de “garantir o respeito do direito na interpretação e aplicação” dos Tratados. Esta tarefa significa que o controlo dos Tribunais se estende ao chamado Direito originário. Embora o Tribunal de Justiça seja, pela sua natureza, a instância suprema do sistema comunitário, não é, no entanto, a única jurisdição habilitada a aplicar esse direito. Os tribunais de cada um dos Estados membros são verdadeiros órgãos da justiça comunitária. O presente documento expõe as principais vias de recurso que compõem o sistema jurisdicional da UE. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0700 - A Hungria e os males da Europa Central, por Pedro Courela . Não deixa de ser significativo que a comemoração dos cinquenta anos do levantamento popular húngaro contra o poder soviético tenha lugar no momento mais difícil da história política recente deste novo membro da União Europeia. O choque é tanto maior pela imagem de país modelo que a Hungria foi ganhando desde o final dos anos 80 e já no período de transição para a democracia. Hoje, como em 56, as ruas de Budapeste são cenário de confrontos entre manifestantes que pedem a demissão do governo e as forças da ordem. A história repete-se? Ou estamos perante fenómenos diferentes? É impossível num curto texto analisar as causas deste fenómeno, mas alguns aspetos da atual crise húngara têm uma leitura mais vasta e certamente preocupante do ponto de vista da estabilidade da região da Europa Central. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0701 - Chirac, a França e a Europa, por Pedro Courela . Presença constante da cena política francesa ao longo dos últimos 40 anos, Jacques Chirac declarou publicamente a sua decisão de se afastar da ribalta quando terminar o seu mandato presidencial. A gestão pública do anúncio do adeus fez lembrar outros momentos da sua carreira, deixando no ar alguma ambiguidade sobre os planos futuros do presidente. Mas agora que uma nova era da política francesa se anuncia, que dizer das marcas que Jacques Chirac deixou na Europa ao longo dos 12 anos que esteve à frente do Eliseu? Que papel desempenhou nos grandes momentos da transformação da Europa neste período? Em que áreas foi a sua intervenção decisiva? Estas são algumas das questões que a presente peça de opinião procurará endereçar. 2007-03-19 / 2007-03-19

D. PT/ADN/IEEI/003/0702 - Perspectivas financeiras e (a falta de) perspectivas políticas, por Pedro Courela . Se fosse possível resumir os resultados do Conselho Europeu de Bruxelas dos dias 15 e 16 de dezembro numa única frase, dir-se-ia que se salvou o essencial e se deixaram algumas profundas divisões para futuras batalhas. Neste caso, o essencial era conseguir um acordo sobre as perspectivas financeiras para o período 2007-2013. E se estas negociações são sempre importantes e difíceis, desta vez havia dois aspetos que tornavam a aprovação do orçamento comunitário particularmente urgente. Por um lado, a incerteza acerca do futuro da União que a crise política aberta pelo chumbo da Constituição Europeia em dois membros fundadores lançou, por outro, o facto de este ser o primeiro orçamento pensado a Vinte e Cinco, para uma Europa que é hoje marcada por fortes contrastes entre velhos e novos Estados membros. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0703 - The Challenges of Europe-Africa Relations (Os Desafios das Relações Europa-África), por Patrícia Magalhães Ferreira . O presente documento serve como background paper da conferência Internacional “Os Desafios das Relações Europa-África: Uma agenda de prioridades”, cujo objetivo é debater as questões e os desafios centrais que se colocam ao continente africano e as possíveis respostas europeias, por forma a definir uma agenda de prioridades para as relações entre os dois continentes a longo-prazo. O debate desenrola-se em três temas específicos – Cooperação para o Desenvolvimento, Conflitos e Segurança, Governança e Direitos Humanos. Após estabelecidos os objetivos, expõem-se algumas das conclusões expectáveis, o contexto sobre o qual o debate assenta, e os assuntos e questões a ser levantadas para cada um dos temas específicos, bem como da mesa redonda. 2003-10-23 / 2003-10-23

D. PT/ADN/IEEI/003/0704 - Uma abordagem europeia para Estados frágeis, por Patrícia Magalhães Ferreira . O presente documento reúne o sumário de ideias gerais que precedem e servem de fundamento para as conclusões do livro Situations of Fragility: Challenges for an European Response Strategy, bem como as conclusões e recomendações feitas. Sumarizam-se, deste modo, o que define as situações de fragilidades e de que modo o envolvimento deve ser feito pela UE fazendo uso daquelas políticas e instrumentos europeus. Nas conclusões, o relatório recomenda algumas maneiras para usar mais eficazmente e adaptar as políticas e instrumentos existentes, bem como para melhorar o processo de diagnóstico e de análise política, a definição de prioridades e elaboração de estratégias, o processo de programação, a implementação e o diálogo. Finalmente, as recomendações dividem-se em três partes: a) recomendações gerais; b) operacionalização do conceito; e c) melhorar o eixo segurança-governança-desenvolvimento. 2007-12-01 / 2007-12-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0705 - Perfilam-se os defensores da Constituição Europeia, numa altura em que o «não» ainda ameaça em França, por IEEI . A possibilidade do «não» vencer no referendo francês à Constituição Europeia tem suscitado um profundo debate nacional que já se estendeu a toda a Europa e que não tem deixado indiferentes os vizinhos do sul do Mediterrâneo. Paira o receio da vitória de um «não» francês que muito mais do que a negação do documento, seria interpretado em todo o continente como a rejeição do projeto de integração europeia. Mas e se a França rejeitar a Constituição Europeia? Seria o fim irreversível do documento, ou da crise subsequente poderia emergir um outro tratado constitucional mais amplamente aceite? O presente texto reúne aquelas que são as opiniões e receios de diversos atores políticos pro-Europa no que diz respeito às consequências de um possível “não” francês. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0706 - Q&A: Directiva do Retorno, por IEEI . O presente documento, sobre o formato de “Perguntas e Respostas” pretende esclarecer os interessados sobre a Diretiva do Retorno, aprovada pelo Parlamento Europeu por proposta da Comissão Europeia a 18 de junho de 2008. A Diretiva tinha por objetivo estabelecer procedimentos comuns aos Estados-membros no que diz respeito ao tratamento de imigrantes irregulares. Neste documento endereçam-se tanto questões práticas (a quem se aplica, quando entra em vigor, etc.) como questões do foro jurídico e dos direitos do imigrante. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0707 - Nos bastidores da Directiva “Regresso”, por Noémia Pizarro . A União Europeia acaba de aprovar uma lei (Diretiva) que promove o regresso ao país de origem dos imigrantes encontrados em situação irregular em território europeu. Esta é uma lei polémica. Ela cria normas comuns em matéria de regresso, afastamento, detenção e interdições de entrada. Nestes dias que precederam o voto da lei em plenário, os corredores do Parlamento Europeu andaram agitados. Partidos políticos divididos, as ONGs preocupadas pela alegada desconformidade da lei com a legislação internacional e comunitária sobre direitos humanos. As críticas incidiam, principalmente, sobre a estreiteza do prazo para a partida voluntária. O presente texto faz uma reflexão sobre estas críticas e sobre as opções da UE no que diz respeito ao estabelecimento de uma política de imigração coerente. Com acaba por concluir, a Europa continua dominada por uma espécie de esquizofrenia na formulação das suas políticas, sendo demagógica e apolítica uma política de imigração que começa com o fim e pela expulsão de imigrantes. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0708 - Uma Europa que se fecha, por Sílvia Lima . A inexistência de uma política de imigração comum era por muitos notada como um handicap para a Europa. E a verdade é que a «ilegalidade», que as restrições europeias à entrada

de imigrantes potenciam, coloca milhares de pessoas em situações de fragilidade que, efetivamente, é necessário combater. A Europa tem, claramente, de fazer face a este problema. Mas será que erigir muralhas é a resposta mais apropriada? A diretiva do retorno passa uma mensagem de uma Europa que antes de estabelecer uma política de migração de chegada, expulsa quem nela permanece de forma irregular. A aprovação desta diretiva gerou indignação por todo o mundo, sendo a reação da América Latina a mais contundente. Simultaneamente agrava-se a situação dos centros de detenção. Apesar da necessidade de uma política comum de imigração, está a tornar-se cada vez menos aceitável a forma como a Europa pretende conciliar os imperativos da liberdade e da abertura com o da segurança. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0709 - Germany and the EU Presidency 2007 – Much Ado about Nothing? (Germany and the EU Presidency 2007 - Muito barulho por nada?), por Tobias Schumacher . A 5 de Novembro de 2006 o gabinete alemão adotou uma "declaração sobre a Presidência alemã da UE", na qual delineou as principais prioridades da sua presidência. Aqueles que esperavam que a Presidência alemã da UE pudesse dar um novo impulso ao estagnado processo de integração europeia e criar alguma dinâmica estimulante, contudo, devem achar esta declaração bastante desencorajadora. Porquê? Apesar do documento listar a maioria das questões que a UE precisa de confrontar, falta-lhe substância e não elabora naquelas que são as áreas prioritárias. Não obstante, é necessário salientar que, no que diz respeito à revitalização da Constituição, qualquer Presidência da UE no primeiro semestre de 2007 seria confrontada com um importante constrangimento estrutural, i.e., as eleições presidenciais francesas. No que diz respeito ao segundo grande tópico, a Política Europeia de Vizinhança, a declaração alemã dará primazia à questão da segurança e aos países de Leste sobre os países mediterrâneos. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0710 - Um Dia Europeu contra a Pena de Morte, por Victor Nogueira . A União Europeia decidiu por unanimidade, no decurso da reunião de ministros da Justiça e dos Assuntos Internos realizada na passada sexta-feira, 7 de dezembro, estabelecer, em conjunto com o Conselho da Europa, um Dia Europeu contra a Pena de Morte, que passará a ser oficialmente celebrado no dia 10 de outubro. O estabelecimento do Dia Europeu contra a Pena de Morte, e a subscrição pela UE da proposta de uma moratória mundial às execuções à pena capital, constituía um elemento simbólico relevante da Presidência Portuguesa da União Europeia, o segundo país do mundo a abolir a pena de morte, há mais de 140 anos. No entanto, só agora foi possível obter a unanimidade dos 27 países da União Europeia, com a mudança de posição da Polónia, que recusou aprovar essa proposta durante o mandato do anterior Primeiro Ministro, Jaroslaw Kacynski. O novo primeiro-ministro, Donald Tusk, logo declarou que o seu país votaria favoravelmente a proposta. 2007-12-12 / 2007-12-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0711 - O que considera mais importante nas decisões do Conselho Europeu de 8 e 9 de Março 2007, por Viriato Soromenho-Marques . O presente texto reúne as respostas de Viriato Soromenho-Marques a três questões relativas à política energética e o ambiente de acordo com o que foi estabelecido em Conselho Europeu de 8 a 9 de março de 2007. A primeira questão procura saber o que se pode retirar como o mais importante das decisões do Conselho; a segunda o que terá levado a opção nuclear fora das decisões; e, finalmente, se este conselho terá consequências para as relações com a Rússia. 2007-03-10 / 2007-03-10

D. PT/ADN/IEEI/003/0712 - Lisbon Agenda: A Chinese perspective, por Zhiyuan Cui . A Estratégia de Lisboa pode ser definida como um pilar económico que prepara o terreno para a transição para uma economia competitiva, dinâmica e baseada no conhecimento; um pilar social concebido para modernizar o modelo social europeu, investindo em recursos humanos e combatendo a exclusão social; um pilar ambiental, que foi acrescentado na reunião do Conselho Europeu de Gotemburgo em junho de 2001. Neste artigo, é apresentada uma perspetiva chinesa da Agenda de Lisboa. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/003/0713 - O peso dos estados na reforma institucional, por Maria João Seabra . A arquitetura institucional europeia foi desenhada para os seis membros fundadores, baseando-se num princípio de partilha de poderes, em que todos os Estados viam salvaguardada a sua representação. Mas, com os sucessivos alargamentos, o equilíbrio entre os Estados foi diminuindo, com a progressiva adesão de Estados de pequena e média dimensão. No futuro, com os próximos alargamentos, este desequilíbrio será maior. Um dos principais desafios que se apresenta à presidência portuguesa da União Europeia é o lançamento de uma Conferência Intergovernamental (CIG) para a revisão dos tratados, cujo mandato está, por agora, limitado precisamente às questões institucionais. A atual limitação do mandato da CIG está diretamente relacionada com a premência do alargamento. O presente texto reflete sobre a questão da reforma institucional e do alargamento no contexto do lançamento da CIG. 2000-01-01 / 2000-01-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0714 - A importância de uma visão da Europa, por Teresa de Sousa . As circunstâncias colocaram nas mãos da presidência portuguesa uma agenda europeia exigente e pesada. O Governo acrescentou ainda a aposta numa estratégia comum de modernização da economia europeia na era da globalização. Caber-lhe-á conduzir um processo de alargamento que ganha a partir de agora uma nova dimensão e uma nova importância política mais evidente, abrindo negociações com mais

seis candidatos e iniciando um difícil diálogo político com a Turquia, nos termos definidos pelo Conselho Europeu. Ao mesmo tempo, a partir do mandato fixado em Helsínquia para uma nova Conferência Intergovernamental, Portugal terá de conduzir a fase inicial das negociações, certamente difíceis, que abram caminho a uma reforma institucional destinada a concluir a preparação da UE para a entrada de novos membros. Será que a “Via Europeia” de António Guterres é a visão que dá coerência ao exercício? Como resolver o dilema entre grandes e pequenos na União Europeia?. 2000-01-01 / 2000-01-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0715 - Batalhas pelo desenvolvimento sustentável, por Viriato Soromenho-Marques . Como preservar e utilizar os recursos naturais que só há bem pouco foram valorizados? É à volta das questões ambientais que vão girar muitas das preocupações políticas e sociais da humanidade que vai viver o século XXI como “o século do Ambiente”, de tal modo se adensaram e agravaram os sintomas de uma crise ambiental global. O presente texto tenta fazer um exercício de previsão sobre a forma como a questão do ambiente e do desenvolvimento sustentável terá expressão no início do século. A primeira década, diz-se, será muito provavelmente caracterizada por um processo de integração crescente dos temas ambientais na esfera de outras agendas políticas, tornando-se, dessa forma, o ambiente no fator construtivo de uma verdadeira agenda global na era da globalização. Alguns desses temas integradores fundamentais serão: as alterações climáticas; a depleção da camada de ozono; a alimentação e a biotecnologia; a energia; e a (in)segurança ambiental. 2000-01-01 / 2000-01-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0716 - O governo da União Europeia, por Teresa de Sousa . A cimeira de Lisboa abriu um novo ciclo da construção europeia. Marcou um ponto de viragem, que António Guterres definiu como “uma abordagem completamente nova da formulação das políticas europeias”, assente na liderança do Conselho Europeu. Apesar de apenas a passagem do tempo permitir avaliar em toda a extensão a importância das decisões tomadas pelos Quinze durante o Conselho Europeu de Lisboa, em março de 2000, medindo o seu contributo para a renovação e a pujança do projeto europeu, o presente documento traça, não obstante, algumas observações que podem ser feitas sobre o significado de uma cimeira que, por si só, garantiu à presidência portuguesa da União, no primeiro semestre de 2000, uma alta classificação de desempenho. O documento contém ainda um gráfico circular sobre a percentagem de utilizadores da Internet pelo mundo no ano de 1999 dividido por continentes. 2000-05-01 / 2000-05-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0717 - Ruy Guerra, um diplomata europeu, por José Calvet de Magalhães . O presente texto analisa o livro Ruy Teixeira Guerra, primeiro volume da coleção Diplomatas Portugueses, lançada pelas Edições Cosmos, organizado por Nuno Valério. O livro, que traça uma biografia do diplomata português e os seus trabalhos, permite conhecer-se melhor as diversas etapas que foram percorridas antes de apresentarmos o nosso pedido de adesão às comunidades Europeias em 1996. 2000-10-01 / 2000-10-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0718 - Europa, entre a paz e a guerra, por Bruno Cardoso Reis . As discussões sobre diferentes modelos para o futuro da Europa têm animado o debate político nos últimos meses. Se o que se discute é como alargar a União Europeia garantindo simultaneamente uma reforma eficaz das suas instituições, o objetivo fundamental continua a ser como no pós-guerra: como construir uma paz sólida, como evitar novas guerras na Europa. É partindo deste contexto e destas questões que se analisa o livro *Nous citoyens d'Europe? Les frontières, l'État, le peuple* de Étienne Balibar e os artigos “La question de l'état européen” de Jean-Marc Ferry e “The European Orchestra” de Timothy Garton Ash. 01-09-2001 / 30-09-2001

D. PT/ADN/IEEI/003/0719 - A agenda europeia para 2002, por Pedro Courela . Quando a 1 de janeiro, o Euro começar a circular em 12 países da UE, fica concluído o grande projeto mobilizador da integração europeia na última década, sem que sejam claras quais as prioridades que deverão orientar os líderes europeus nos próximos anos. A Europa vê-se agora a braços com a necessidade de pensar o seu futuro numa União que a médio prazo contará com 27 membros e num mundo que começa a ganhar novos contornos após o 11 de setembro. A procura de objetivos e soluções adequados vai, portanto, dominar o ano de 2002, ao mesmo tempo que se aprofundam processos anteriormente iniciados. O presente texto reflete sobre os debates em torno desses processos que visam em especial o aprofundamento do método comunitário. 2002-01-01 / 2002-01-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0720 - Cronologia do Euro, por Pedro Courela . Desde o fim do império romano que a Europa ocidental não tinha uma moeda única. Foram muitas as tentativas, e na Idade Média a Libra funcionou como unidade de conta universal, como conta contabilística à imagem do Euro durante os últimos dois anos. Mas onde Napoleão e Hitler falharam, com o Franco e o Marco impostos pela força, a UE foi bem-sucedida. O presente texto traça a cronologia do Euro, desde a criação do Sistema Monetário Europeu (SME) a março de 1979 até fevereiro de 2002, mês em que as notas e moedas nacionais são completamente retiradas de circulação. No final do documento consta ainda um texto sobre os critérios de convergência em Portugal para a adoção do Euro. Desde o fim do império romano que a Europa ocidental não tinha uma moeda única. Foram muitas as tentativas, e na Idade Média a Libra funcionou como unidade de conta universal, como conta contabilística à imagem do Euro durante os últimos dois anos. Mas onde Napoleão e Hitler falharam, com o Franco e o Marco impostos pela força, a

UE foi bem-sucedida. O presente texto traça a cronologia do Euro, desde a criação do Sistema Monetário Europeu (SME) a março de 1979 até fevereiro de 2002, mês em que as notas e moedas nacionais são completamente retiradas de circulação. No final do documento consta ainda um texto sobre os critérios de convergência em Portugal para a adoção do Euro. 01-01-2002 / 31-01-2002

D. PT/ADN/IEEI/003/0721 - O Euro ao Serviço da Europa Política, por Guilherme d'Oliveira Martins . Já quase tudo foi dito sobre a nova moeda. Mas talvez ainda falte compreender que estamos perante um facto histórico sem paralelo, que abre oportunidades excepcionais para a União Europeia que temos de saber explorar. A criação da moeda única é sinal inequívoco de que a Europa desejava construir uma solidariedade funcional que pudesse tornar um antídoto contra os riscos de fragmentação e um fator ativo de paz. No entanto, este desejo ainda está longe de se realizar se não se compreender que há uma dimensão política e cívica a considerar e a desenvolver. É sobre esta capacidade que o presente texto se debruça. 01-01-2002 / 31-01-2002

D. PT/ADN/IEEI/003/0722 - A Europa, a Palestina e Israel, por Bruno Cardoso Reis . A crise atual entre Israel e a Palestina constitui uma tragédia para civis inocentes de ambos os lados e uma ameaça clara à segurança internacional. Perante a escalada a violência, qual deverá, e poderá ser o papel da União Europeia?. 2002-05-01 / 2002-05-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0723 - A hora da verdade, por Teresa de Sousa . Perante o desafio que representa o alargamento, importa manter Portugal no centro do processo de integração. Mas, para tal, é necessária uma estratégia de atuação, uma visão da Europa alargada, que incorpore os interesses do país. 2002-05-01 / 2002-05-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0724 - A política externa de Malta numa União Europeia alargada, por Stephen C. Calleya . Desde que submeteu o seu pedido de adesão, em julho de 1990, que a entrada na União Europeia tem sido o principal objetivo da política externa maltesa. O começo das negociações, em março de 2002, faz com que o país esteja em vias de concretizar esse objetivo. Neste sentido, é necessário a definição de qual o papel de Malta na Europa ao mesmo tempo que Bruxelas redesenha a natureza das suas relações com as suas periferias mais próximas a norte, leste e sul, à medida que a Europa se alarga. 2002-05-01 / 2002-05-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0725 - Barómetro, por IEEI . Menos de metade da população dos países membros apoia o alargamento da UE, destacando-se a Grécia como o país cuja opinião é a mais favorável e a Áustria como o maior opositor. Os 15 são unânimes em considerar que o alargamento deveria estender-se apenas a alguns países, sendo Portugal aquele que manifesta uma tendência mais favorável a um alargamento a todos os candidatos. Nos 13 candidatos, a grande maioria da população considera que a entrada na UE é muito vantajosa, apesar de apenas pouco mais de metade dos inquiridos ter uma imagem favorável da União, sendo Malta a mais reticente relativamente à adesão. O aumento do tráfico de droga e do crime organizado a nível internacional é o maior receio após a entrada na UE, sendo este mais acentuado em países como o Chipre e a Eslováquia. Um futuro melhor para as gerações mais jovens e a possibilidade de livre circulação são, para os candidatos, as maiores vantagens da pertença à UE. 2002-05-01 / 2002-05-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0726 - O ponto do alargamento, por Eneko Landaburu . O atual processo de alargamento é dos maiores desafios que a União Europeia enfrenta. Com treze candidatos e doze países em negociações, exige a todos os envolvidos um enorme esforço: candidatos, Estados membros e instituições europeias empenham-se num processo que transformará a face da Europa. 2002-05-01 / 2002-05-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0727 - Quem são os candidatos, por IEEI . Longe de formarem um bloco, os treze países candidatos a membros da União Europeia pertencem a realidades regionais bastante distintas. É possível agrupá-los em quatro grupos: Estónia, Letónia e Lituânia – as repúblicas bálticas do Nordeste europeu; os países da Europa Central – Polónia, Hungria, República Checa, Eslováquia e Eslovénia; os países do Sudeste Europeu – Roménia e Bulgária; e, finalmente, Malta, Chipre e Turquia, que compõem a dimensão Sul do processo de alargamento. O presente documento faz uma análise destes países partindo desta divisão. 2002-05-01 / 2002-05-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0728 - Barómetro, por IEEI . Com a ratificação do Tratado de Nice por parte da Irlanda, está afastado o último obstáculo formal para o alargamento da União Europeia a dez novos Estados membros, mas os dados demonstram o pouco empenho dos europeus neste processo. A fraca mobilização em torno do alargamento, certamente um dos processos mais relevantes para a integração europeia, reflete-se igualmente na falta de vontade de ver da União os países balcânicos.

Quanto aos trabalhos da Convenção Europeia, a (pouca) importância que os europeus lhe atribuem parece apontar para uma falta de dinâmica que mobilize os cidadãos para o debate sobre o futuro da União Europeia. No entanto, é a própria natureza constitucional da Convenção, que não é contestada pelos europeus, que exige um muito maior envolvimento dos cidadãos. 2002-11-01 / 2002-11-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0729 - Turquia, o candidato adiado / Deve a Turquia aderir à União?, por Noémia Pizarro . O presente documento contém dois textos sobre a adesão turca à UE. O primeiro texto traça a história do pedido de adesão turco, cujo processo remonta setembro de 1959. No segundo texto reflete-se sobre o resultado do inquérito levado a cabo na Conferência Internacional de Lisboa, organizada pelo IEEI a 11 e 12 de novembro de 2002, sobre a opinião dos participantes sobre a adesão turca. 2002-12-01 / 2002-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0730 - Flashpoint, por IEEI . Os dados deste flashpoint ilustram a importância geopolítica e geoeconómica da Turquia. Com mais de 67 milhões de pessoas, fronteiras com a UE, Iraque, Síria, Irão e a antiga União Soviética, é membro da NATO e candidato à UE. 2002-12-01 / 2002-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0731 - Contribuição franco-alemã para a Convenção Europeia, por IEEI . A esperada contribuição franco-alemã para o debate sobre a reforma institucional da União Europeia, surgida a 15 de janeiro de 2003, é sinal claro da nova dinâmica do eixo Paris-Berlim. A comunicação conjunta dos dois países pretende garantir, de forma inequívoca, que o alargamento não provocará a dissolução da União, pelo que é necessário, mais do que nunca, aprofundar a integração europeia. O presente documento expõe alguns dos pontos mais relevantes para a proposta franco-alemã. 2003-02-01 / 2003-02-28

D. PT/ADN/IEEI/003/0732 - Debates constitucionais, por Francisco Seixas da Costa, Luís Lobo-Fernandes, Viriato Soromenho-Marques, et al. O artigo I-10º do projeto de Constituição Europeia tem suscitado algumas reações negativas em Portugal, com argumentos que uma possível primazia da Constituição Europeia sobre as Constituições dos Estados membros representa um inaceitável atentado à soberania constitucional destes últimos- A propósito deste debate, mas também tendo presente a importância do Tratado Constitucional para o Futuro da Europa, o Mundo em Português colocou duas questões a diversos estudiosos das questões europeias: 1) será a proposta apresentada uma verdadeira Constituição? Que consequências terá nos ordenamentos constitucionais dos Estados membros, sobretudo à luz do artigo I-10º?; 2) Qual a questão específica inovadora que contém a proposta de Constituição Europeia?. 2003-11-01 / 2003-11-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0733 - Os temas em discussão, por Noémia Pizarro . Tendo iniciado os seus trabalhos a 4 de outubro, a Conferência Intergovernamental (CIG), que reúne os Chefes de Estado e de Governo da UE, tem por missão discutir e aprovar a primeira Constituição para a Europa. A CIG tem na mesa um texto que lhe foi submetido pela Convenção Europeia, e que foi por todos considerado como “uma boa base de trabalho”, pelo que não se previa uma reabertura substancial do seu conteúdo. No entanto, aquilo que parecia vir a ser uma revisão limitada a alguns pontos mais controversos do texto da Convenção pode transformar-se, a qualquer momento, numa discussão interminável, mesmo sobre aspetos já dados como adquiridos. O presente texto faz uma breve visão geral sobre estes temas. 2003-11-01 / 2003-11-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0734 - Dossier Viver a Europa – Uma Constituição para os Europeus, por IEEI . Quando se fala em União Europeia a discussão centra-se, inevitavelmente, nas questões da reforma institucional, da tensão entre os pequenos e grandes países, ou das relações entre a UE e outros blocos regionais. A mais que provável adoção de uma Constituição Europeia é uma oportunidade única para recolocar o debate naquilo que é verdadeiramente novo e original na construção europeia: a possibilidade dos cidadãos intervirem neste processo. A União Europeia tornar-se-á mais palpável e, logo, mais próxima das pessoas, quando elas souberem, por exemplo, como recorrer ao Tribunal de Justiça das Comunidades, ou sentirem que podem influenciar o rumo de uma nova política, ou tomada de uma decisão, através do seu voto. O presente texto debruça-se sobre esta questão no projeto da Constituição Europeia, com especial atenção na questão da cidadania e da imigração. 2004-04-01 / 2004-05-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0735 - A Europa de Durão Barroso, por IEEI . Em junho de 2001, o recém-nomeado presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, ainda líder da oposição em Portugal, conversou com Álvaro Vasconcelos sobre o processo de integração da Europa. Durão Barroso defendeu então a necessidade de recorrer a mecanismos de natureza federal no processo de construção europeia, mas sem se considerar um federalista empedernido. Recusava o projeto de superestado europeu e falava dos EUA como o centro deslocado da Europa. O presente documento permite a releitura de alguns excertos dessa entrevista, publicada n’O Mundo em Português (nº21, junho de 2001). 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0736 - A Turquia cumpre os critérios de Copenhaga?, por IEEI . Os próximos meses são decisivos para que a Turquia consiga influenciar favoravelmente a Comissão Europeia nas recomendações que, em outubro, dirigirá aos líderes europeus, sobre se foram ou não cumpridos os critérios de Copenhaga, sem os quais nenhum Estado pode aspirar tornar-se membro da UE. A Turquia tem centrado os seus esforços no cumprimento dos critérios políticos, mas, apesar dos enormes progressos, ainda há muito a fazer para a sua efetiva concretização. O presente documento apresenta um quadro, baseado no relatório intercalar da Comissão, publicado em novembro de 2003, e noutras avaliações levadas a cabo por organizações da sociedade civil turca, que ilustra alguns desses avanços e mostra o que está ainda por fazer. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0737 - Finalmente uma constituição europeia, por IEEI . A versão final do texto da Constituição contém alguns retrocessos relativamente ao projeto elaborado pela Convenção Europeia, nomeadamente no que diz respeito ao processo de tomada de decisões, que se torna mais complicado e menos eficiente. A aprovação da Constituição, não obstante, é um bom sinal político para a Europa. Fruto de longas negociações e compromissos difíceis, o texto constitucional deixa ainda por resolver a controversa questão da natureza política da UE. O presente documento apresenta um quadro de quais foram as principais modificações trazidas pela Constituição, bem como as diferenças entre o projeto de Constituição redigido e aprovado pela Convenção Europeia, e aquela Convenção que resultou da alteração e aprovação pelo Conselho Europeu de 17 a 18 de junho. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0738 - Restabelecer o clima de confiança, por Teresa de Sousa . No início do ano de 2004, numa entrevista concedida ao Público, Jacques Delors dizia que a prioridade da União Europeia era restabelecer o clima de confiança entre os seus membros. Sem reencontrar o velho “espírito de família”, seria difícil à Europa enfrentar os seus quatro grandes desafios, que o antigo presidente da Comissão definia assim: “a paz, a modernização económica, a existência política e a coesão económica e social”. O clima de segurança que conseguiu restabelecer em torno desses objetivos, numa altura em que a Europa era ainda a Doze, foi-se esvaindo. A atual crise europeia é, fundamentalmente, a crise sobre o seu papel no mundo, tanto política como economicamente. José Durão Barroso assume, assim, as suas funções de presidente da Comissão em circunstâncias particularmente exigentes. Cabe-lhe a tarefa ciclópica de recolocar a Comissão no centro da construção europeia, como esteve no tempo de Delors. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0739 - O Mundo Amanhã, por Luís Silva . Quando no ano passado se discutiam os referendos ao Tratado Constitucional Europeu prometidos por grande parte dos governos europeus, a data que mais mobilizava os analistas era já posterior a 2005, algures no primeiro semestre de 2006. 2005 seria um ano de referendos pacíficos um pouco por toda a Europa que ao abrir caminho facilitariam o referendo britânico. A realidade, porém, acabou por evoluir num sentido bem diferente e agora a questão é saber se a Constituição ainda chegará intacta a 2006. 2005-04-01 / 2005-05-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0740 - Encontro entre Portugal e a Europa, por Rosalina Oliveira . A 1 de janeiro de 1986 Portugal tornava-se membro pleno das Comunidades Europeias. A Europa foi a via encontrada pelos líderes portugueses para tornar o seu jovem regime democrático mais sólido e mais estável. A integração foi também o mais importante fator de crescimento económico e de melhoria de qualidade de vida dos portugueses. Durante estes 20 anos de integração, Portugal conseguiu fazer-se ouvir na cena internacional, aumentando a sua capacidade de influência no mundo. O empenhamento depositado no processo permanente de construção europeia é, pois, visível em vários aspetos. É hoje uma ideia comum que a Europa está em “crise”. Mas a história da Europa é pautada por diversas crises, sem as quais seria possível alcançar progressos e/ou corrigir situações menos favoráveis ao projeto da UE. Assim, apesar das crises, a Europa tem mantido o seu rumo e tem avançado em variadas áreas. Hoje trata-se que esses avanços passem por uma aproximação dos cidadãos e um aprofundamento do pilar democrático. 2006-06-01 / 2006-07-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0741 - A democracia europeia em debate, por IEEI . Pelo menos desde a aprovação do Tratado de Maastricht, e dos processos de ratificação que se lhe seguiram, que a questão da legitimidade democrática do projeto europeu nunca mais saiu da ordem do dia. Na altura, o Tribunal Constitucional deixou bem claro a necessidade de um aprofundamento “dos fundamentos democráticos da União”, quer ao nível nacional, quer ao nível de mecanismos reforçados de controlo ao nível europeu. As respostas desde então, não obstante, mostraram-se insuficientes. Da mesma forma, as instituições portuguesas, à semelhança do que acontece nos outros Estados membros, não desempenham todas o mesmo tipo de papel enquanto agentes de reforço da legitimidade democrática da integração europeia. O presente texto reflete sobre o papel das diferentes instituições europeias no aprofundamento da democracia na União, bem como sobre o caso específico português. 2007-05-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0742 - A Europa vista do Sahel Atlântico, por André Corsino Tolentino . A Europa pode ser vista sob diversos ângulos, de dentro para fora, da terra, do mar e mesmo do céu. É também observável enquanto unidade geográfica e segundo os pontos cardeais. Porém, nem no plano físico a realidade é simples. É quando se invoca, contudo, os nomes da Rússia, Azerbaijão, Cazaquistão, Geórgia e Turquia, nações euro-asiáticas, com parte do seu território situado no velho continente, que a realidade começa a complicar-se. Ora, se não existe um entendimento comum sobre a geografia, que será da definição da Europa política de hoje e da sua projeção no futuro das relações internas e com outras regiões ou nações? É neste contexto que o presente texto reflete sobre a necessidade de redefinição da Europa, tanto em termos políticos, como geográficos e estratégicos, principalmente no que diz respeito aos seus países fronteiriços. 2007-07-01 / 2007-08-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0743 - Europa, por IEEI . O programa europeu do IEEI tem acompanhado os principais temas do processo de integração europeia, do ponto de vista do desenvolvimento da União Europeia e da evolução da política europeia de Portugal. O presente texto faz um breve apanhado sobre a atividade deste programa, 20 anos após a criação do Instituto. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0744 - Programa Seminário - Depois do alargamento: as novas dinâmicas da União, por IEEI . O presente documento contém o programa do seminário Depois do alargamento: as novas dinâmicas da União, organizado pelo IEEI, em parceria com o Jornal Público, a 11 de maio de 2004, no Centro Cultural de Belém. Neste estão contidos os tópicos abordados no seminário, bem como os oradores dos diferentes painéis. 2005-05-11 / 2005-05-11

D. PT/ADN/IEEI/003/0745 - Programa Novo Alargamento da UE: Que fronteiras, que desafios, que oportunidades?, por IEEI . O presente documento contém o programa do debate regional Novo Alargamento da UE: Que fronteiras, que desafios, que oportunidades?, parte do II Debate Nacional – O Futuro da Europa, organizado pelo IEEI, a 15 de novembro de 2006, em Aveiro. O tema central do debate é o alargamento da União Europeia. 2006-11-15 / 2006-11-15

D. PT/ADN/IEEI/003/0746 - Lista de participantes – II Congresso Nacional Portugal e o Futuro da Europa, por IEEI . O presente documento contém a lista de participantes do II Congresso Nacional Portugal e o Futuro da Europa, organizado pelo IEEI, na Fundação Calouste Gulbenkian entre 25 e 26 de junho de 2007. O II Debate Nacional sobre o futuro da Europa foi uma iniciativa de discussão pública sobre a atualidade europeia. Tal como na primeira edição em 2002-2003, e seguindo uma lógica de parceria e de descentralização, o projeto consistiu numa série de atividades cujo objetivo último foi o de conhecer o estado do debate europeu em Portugal, pela auscultação das posições e expectativas de diversos sectores da sociedade portuguesa. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0747 - Programa Debate Regional Funchal – II Debate Nacional, o Futuro da Europa: Os desafios da Europa num mundo globalizado, por IEEI . O presente documento contém o programa do debate regional do Funchal, inserido no contexto do II Debate Nacional, O Futuro da Europa, organizado pelo IEEI, no dia 14 de outubro de 2006. O tema deste debate, “Os desafios da Europa num mundo globalizado”, comporta uma enorme abrangência e reveste-se de grande atualidade no plano da discussão sobre o futuro da União Europeia. Efetivamente, com este debate pretende fazer-se uma síntese daqueles temas que se apresentam como as grandes questões com que a União se debate hoje em dia, e que constituem os seus maiores desafios. 2006-10-14 / 2006-10-14

D. PT/ADN/IEEI/003/0748 - Programa Debate Regional – II Debate Nacional, o Futuro da Europa: Os desafios da Europa num mundo globalizado, por IEEI . O presente documento contém o programa do debate regional de Santarém, inserido no contexto do II Debate Nacional, O Futuro da Europa, organizado pelo IEEI, no dia 19 de janeiro de 2007. Este debate, sobre “A Perceção Pública da União Europeia”, apoia-se nos resultados dos Eurobarómetros recentes que indicam, no caso específico de Portugal, uma diminuição da confiança nas instituições da UE, a perceção pública geral sobre a União é positiva. 2007-01-19 / 2007-01-19

D. PT/ADN/IEEI/003/0749 - Agenda preenchida para a Presidência da UE, por Paula Domingos . Portugal assume a presidência rotativa da União durante o segundo semestre de 2007, substituindo a Alemanha e sendo precedida pela Eslovénia. O presente texto refere os destaques das tarefas expectáveis para a presidência portuguesa, nomeadamente, dar seguimento ao estabelecido no Conselho Europeu de finais de junho, onde deverá ser definido um roteiro claro da estratégia a seguir na adoção de um novo tratado europeu; a Estratégia de Lisboa e a questão energética; e as relações externas, em especial com os países emergentes, África e Moscovo. 2007-06-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0750 - Cidadãos querem referendo ao novo tratado, por Paula Domingos . A sondagem divulgada pelo Financial Times dá conta que a maioria das pessoas quer que o novo tratado seja sujeito a referendo. O presente texto dá conta da tendência mostrada pelas respostas dos inquiridos, bem como o dos próprios dirigentes europeus que apenas pretendem submeter o novo texto a ratificação nos parlamentos nacionais, evitando a realização de referendos. 2007-06-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0751 - Imigrantes à deriva dividem UE, por Paula Domingos . O governo de Malta quer dividir os imigrantes que chegam ilegalmente ao sul da União Europeia pelos 27 Estados membros, consoante a superfície e população de cada um. A proposta surge na sequência de uma chamada de atenção que este país foi alvo por parte da UE na sequência de ter recusado prestar auxílio a 27 imigrantes africanos que estavam há três dias à deriva no Mediterrâneo. No início do mês, aquando da recusa de Malta (e também da Líbia) em resgatar e receber os 27 africanos, o Comissário Europeu da Justiça e Assuntos Internos, Franco Frattini, já tinha criticado severamente a posição de Malta, afirmando que a obrigação de salvar vidas provém do direito internacional. O presente texto reflete sobre a reação europeia à proposta de Malta, bem como sobre a necessidade de uma resposta política por parte da UE no que diz respeito à receção de refugiados e imigrantes. 2007-06-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0752 - Mandato questionado pela Polónia, por Paula Domingos . Aos 75 anos Bronislaw Geremek é um nome respeitado da política europeia. Mas no seu país, enfrenta um momento difícil e poderá mesmo vir a perder o mandato no Parlamento Europeu. Na origem desta situação está a sua recusa em cumprir a nova lei de “descomunização”. O político e académico considera esta lei “inaceitável” e diz que esta “viola as regras morais e ameaça a liberdade de expressão, a independência da comunicação social e a autonomia das universidades”. O presente texto faz uma breve descrição do político, bem como do apoio que recebeu junto do Parlamento Europeu. 2007-06-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0753 - Sérvia mais perto da UE, por Paula Domingos . O Comissário Europeu para o Alargamento fez saber em comunicado que, nas últimas semanas, a Sérvia adotou ações concretas para cooperar com o Tribunal Penal Internacional para a Antiga Jugoslávia (TPIJ), sediado em Haia, na Holanda. O texto reflete sobre as diligências a serem feitas para a reaproximação da Sérvia à UE, após, em maio de 2006, as negociações do acordo de estabilização e associação com a Sérvia terem sido suspensas devido à “falta de colaboração” do país na procura e extradição do antigo general servo-bósnio Ratko Mladic e de Radovan Karadzic, principais réus do massacre de Srebrenica. 2007-06-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0754 - Tratado Europeu: Negociações intensificam-se, por Paula Domingos . Na contagem decrescente para o Conselho Europeu de 21 e 22 de junho, os esforços para alcançar o tão desejado consenso intensificam-se. A chanceler alemã, Angela Merkel, cujo país ocupa neste semestre a Presidência da UE, reúne esta semana, em Berlim, com sete líderes europeus. O objetivo é encontrar uma saída para o impasse institucional que a União vive desde que, em 2005, franceses e holandeses recusaram em referendo o Tratado Constitucional. Espera-se que na reunião dos chefes de Estado e de Governo da UE fique definido, de forma clara e precisa, o mandato da Presidência Portuguesa tendo em vista a redação do novo texto. Daí deverá sair a decisão de Lisboa de organizar (ou não) no segundo semestre a conferência intergovernamental (CIG) que irá redigir o texto final do novo tratado. 2007-06-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0755 - Tratado europeu: Sete questões em aberto, por Paula Domingos . Depois de meses de intensas negociações o Conselho Europeu que vai debater o novo tratado está à porta. Neste documento, citado pela Agence Europe, são identificados seis assuntos cuja discussão está em aberto: símbolos da UE; o primado do direito comunitário; alterações de terminologia; o que fazer com a Carta dos Direitos Fundamentais; o lugar da política externa da UE; a divisão de poderes entre Bruxelas e os Estados membros; e, finalmente, qual o papel a ser desempenhado pelos parlamentos nacionais. ao serem divulgados os assuntos que estão em cima da mesa percebe-se que a utilização da palavra “constitucional” foi abandonada e que se estão a discutir alterações aos tratados já existentes e não a adoção de um tratado completamente novo. O documento agora divulgado destaca três áreas: a estrutura do documento, o equilíbrio de poderes entre os Estados membros e Bruxelas e os elementos que poderão ser acrescentados ao novo tratado. 2007-06-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0756 - UE-Japão: Sintonia em torno das questões ambientais, por Paula Domingos . Os responsáveis da União Europeia (UE) e do Japão juntaram-se na 16ª Cimeira entre as duas partes. Além do ambiente, foram discutidas questões políticas e económicas que ligam as duas partes, como a Organização Mundial de Comércio (OMC) e as negociações de Doha para o desenvolvimento; a cooperação regional com a Ásia Oriental e com alguns países, como a Rússia, o Afeganistão e o Irão; e os direitos de propriedade intelectual e a inovação. 2007-06-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0757 - A União Mediterrânica de Sarkozy, por Paula Domingos . É sabido que Nicolas Sarkozy não vê com bons olhos a adesão da Turquia à UE, à semelhança da chanceler alemã, Angela Merkel, que também se opõe à entrada deste país. Assim, prefere apostar numa associação privilegiada com Ancara ou defende a criação de uma União Mediterrânica, em detrimento do alargamento da União àquele país. O presente país expõe brevemente os contornos da criação deste grupo de 16 países que fazem fronteira com o Mar Mediterrâneo, bem como a reação que a proposta recebeu, principalmente na Turquia. A ideia de estimular o diálogo com o Mediterrâneo não é novidade no projeto europeu. A grande diferença entre o Processo de Barcelona e o projeto defendido por Sarkozy é que, enquanto o primeiro envolve toda a UE, o segundo envolveria apenas os países que fazem fronteira com o Mediterrâneo e, estão, por conseguinte, interessados em estreitar laços com os vizinhos mediterrânicos. 2007-06-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0758 - WEU's Role in Crisis Management and Conflict Resolution in Sub-Saharan Africa (O papel da UEO na Gestão de Crises e Resolução de Conflitos na África Subsaariana), por Álvaro de Vasconcelos, Winrich Kühne e Guido Lenzi . Este Chaillot Paper representa uma incursão num campo que não está obviamente no cerne do mandato da UEO. No entanto, a Europa não pode recusar a missão mais vasta e global de prevenção de crises e de construção de estabilidade onde quer que seja necessário. As ideias expressas nesta publicação resultam de uma iniciativa conjunta iniciada no início do ano de 1995 pelo Instituto e o Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. Um primeiro seminário, em Lisboa, estabeleceu os elementos básicos da manutenção da paz na África subsaariana; um segundo, em Paris, tentou avaliar as respostas europeias a esses desafios. O que consideramos serem algumas conclusões provisórias são aqui apresentadas. A consideração mais difícil é que as atividades comuns em África podem representar outro teste decisivo para a coesão e responsabilidade política dos países envolvidos na UEO na realização de missões de manutenção da paz numa área geográfica onde a sua solidariedade não pode ser mal interpretada. 1995-12-01 / 1995-12-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0759 - Should Europe Have a Policy on Africa? (Deve a Europa ter uma política para a África?), por Álvaro Vasconcelos . Existe uma pressão crescente sobre os Estados europeus (e não apenas sobre as potências coloniais, como nos tempos da Guerra Fria) para intervir militarmente em África, e para emprestar apoio político, económico e mesmo militar à restauração da paz e à transição para a democracia. Muitos países europeus, tanto no âmbito das Nações Unidas e da União Europeia, como também individualmente, têm, recentemente, respondido e estado empenhados em África, incluindo militarmente. Este tem sido o caso mesmo para países menos obviamente associados com África, como a Alemanha. Surgem assim novas questões que suscitam a seguinte pergunta: quais são os motivos subjacentes a uma resposta europeia positiva e, consequentemente, quais os critérios políticos que devem determinar a intervenção europeia? Deverá a Europa ter, de facto, uma política sobre África, combinando comparativamente novos aspetos políticos e de segurança com a cooperação económica mais tradicional?. 1995-12-01 / 1995-12-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0760 - WEU's Role in Sub-Saharan Africa (O papel da UEO na África Subsaariana), por Guido Lenzi . O princípio de que existe o direito e o dever de intervir por motivos humanitários tem evoluído para incluir os casos em que o consentimento do Estado envolvido não pode ser obtido devido ao colapso das suas estruturas. A experiência demonstrou, contudo, que um grau de cooperação local é indispensável para a restauração da paz e da reabilitação social. No amargo rescaldo, a questão não é "por que houve uma intervenção internacional?", mas sim "por que não foi bem-sucedida?". Estas são as questões que devem ser abordadas de novo, com especial atenção à situação na África Subsaariana. A principal preocupação deve ser assegurar uma legitimidade política adequada, essencial como as capacidades operacionais para o sucesso da gestão de crises. Este documento tenta indicar possíveis caminhos a seguir tanto para África como para a Europa, sugerindo, em particular, como estabelecer as ligações mais adequadas dos interessados como contribuição para a prevenção, gestão e resolução de conflitos e subsequente reabilitação. 1995-12-01 / 1995-12-01

D. PT/ADN/IEEI/003/0761 - Alargar e aprofundar a União Europeia no novo contexto global, por Alexandra Barahona de Brito e Álvaro Vasconcelos . O presente texto reflete sobre aquelas questões e desafios que a União Europeia enfrenta antes da entrada do século XXI de modo a afirmar-se num novo contexto global. São mencionadas, a este respeito o aprofundamento da questão política e social associada à adoção do euro, o alargamento e a reforma institucional, e a sua política externa e de segurança comum. 1998-10-01 / 1998-10-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0762 - Bronislaw Geremek, 1932-2008, por IEEI . O presente texto constitui homenagem a Bronislaw Geremek, historiador, estadista, democrata e europeísta convicto, aquando do seu desaparecimento, dia 13 de junho de 2008. O IEEI, associando-se a estas homenagens, recorda a participação, em 2007, de Bronislaw Geremek no II Congresso Nacional sobre Portugal e o Futuro da Europa, destacando, uma vez mais, a sua inspiradora comunicação sobre o futuro da construção europeia, publicada no último número d'O Mundo em Português. 2008-01-01 / 2008-01-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0763 - Renováveis em análise, por Paula Domingos . No último Conselho Europeu, os líderes da União Europeia chegaram a um acordo para promover as energias renováveis. Foram fixados como objetivos para a UE ter, em 2020, 20% do consumo total de energia através de fontes renováveis. Estes objetivos vêm ultrapassar os 12% de quota das energias renováveis no consumo interno bruto da energia estabelecidos para 2010. A preocupação com as fontes de energia amigas do ambiente já vem detrás. O presente texto analisa, em resumo, a evolução da temática das renováveis na União Europeia. 2008-01-01 / 2008-01-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0764 - Testemunhos – 50 anos de integração europeia, por IEEI . O presente texto reúne uma série de testemunhos sobre os 50 anos de integração europeia. António Covas, Francisco Sarsfield Cabral, Luís Moita, Miguel Gorjão-Henriques, Paulo de Almeida Sande, Ricardo Charters d’Azevedo e Pedro da Costa Mendes respondem à questão “Qual o aspeto que para si melhor representa o projeto europeu e justifica a sua continuidade no futuro?”. 2008-01-01 / 2008-01-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0765 - Sarkozy e a apreensão turca, por André Barrinha . Numa altura em que a Turquia vive uma situação política conturbada, a vitória de Nicolas Sarkozy nas eleições presidenciais francesas veio, de certa forma, acrescentar um pouco mais de instabilidade, questionando a viabilidade de um complexo processo negocial com a UE, assim como o futuro do relacionamento entre Paris e Ancara. O presente texto reflete brevemente sobre as relações complicadas entre Sarkozy e o alargamento à Turquia. 2008-01-01 / 2008-01-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0766 - Deepening and widening the European Union (Aprofundar e alargar a União Europeia), por Alexandra Barahona de Brito e Álvaro Vasconcelos . A união económica e monetária e a adoção do euro são aspetos que contribuem para o aprofundamento da integração europeia. Estes são as mais avançadas manifestações da tendência para a partilha da soberania e gestão supranacional do processo de integração. O Euro poderá tornar a UE um ator económico internacional de peso e pode formar a base para o fortalecimento da sua projeção política para lá das fronteiras europeias. 1998-10-01 / 1998-10-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0767 - Ampliar y profundizar la Unión Europea en el nuevo contexto global (Aprofundar e alargar a União Europeia no novo contexto global), por Alexandra Barahona de Brito e Álvaro Vasconcelos . A união económica e monetária e a adoção do euro são aspetos que contribuem para o aprofundamento da integração europeia. Estes são as mais avançadas manifestações da tendência para a partilha da soberania e gestão supranacional do processo de integração. O Euro poderá tornar a UE um ator económico internacional de peso e pode formar a base para o fortalecimento da sua projeção política para lá das fronteiras europeias. 1998-10-01 / 1998-10-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0768 - Portugal no Centro da Europa – Propostas para uma Reforma Democrática do Tratado da União Europeia, por Álvaro Vasconcelos, Francisco Torres e Guilherme D’Oliveira Martins, Luis Pais Antunes, Maria João Seabra e Teresa Sousa. O presente documento apresenta-se como uma contribuição para o debate sobre a reforma do Tratado da União Europeia. Esta é uma colectânea de diferentes textos e opiniões que vão desde o contexto da integração europeia e das suas características sui generis a uma análise às diferentes cimeiras europeias, passando pela participação de Portugal nestas temáticas, as particularidades da união monetária e as questões da cidadania europeia. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0769 - Introdução, por Álvaro Vasconcelos . O presente artigo é um dos capítulos da obra “Portugal no Centro da Europa – Propostas para uma Reforma Democrática do Tratado da União Europeia” e serve como nota introdutória à temática a abordar, nomeadamente, as reformas democráticas do Tratado da União Europeia. Refere-se a importância da moeda única como objetivo a prosseguir com o Tratado de Maastricht e qual a participação de Portugal nestas discussões. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0770 - Os Europeus e a União, por Maria João Seabra . O presente artigo é um dos capítulos da obra “Portugal no Centro da Europa – Propostas para uma Reforma Democrática do Tratado da União Europeia” e analisa como o debate europeu se alargou aos cidadãos. A ideia de consenso generalizado sobre a participação de cada país na União tornou-se tema de discussão. A realidade que os cidadãos têm sobre a União Europeia, diz-se, está dependente da perceção nacional e, portanto, a Europa política só pode existir se for democrática. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0771 - Uma União à Dimensão do Continente, por Teresa de Sousa . O presente artigo é um dos capítulos da obra “Portugal no Centro da Europa – Propostas para uma Reforma Democrática do Tratado da União Europeia” e debruça-se sobre as incertezas de uma nova ordem internacional, do papel dos Estados Unidos e a necessidade da redução deste papel

na segurança europeia, as condições de globalização da economia e as implicações do processo de integração para Portugal. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0772 - Unidade na Diversidade, Álvaro Vasconcelos . O presente artigo é um dos capítulos da obra “Portugal no Centro da Europa – Propostas para uma Reforma Democrática do Tratado da União Europeia”, no qual se argumenta, partindo das sondagens feitas aos portugueses, que cada vez mais existe uma visão crescentemente política da Europa e que existe apoio civil ao desenvolvimento de uma entidade europeia no domínio da defesa. É também abordada a questão da PESC e outros exemplos de intervenção na segurança e defesa, como o caso da Bósnia. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0773 - A liberdade de circulação e a segurança interna, por Luís Pais Antunes . O presente artigo é um dos capítulos da obra “Portugal no Centro da Europa – Propostas para uma Reforma Democrática do Tratado da União Europeia” e analisa o ponto de situação após a assinatura do Tratado de Maastricht em matéria de cooperação nos domínios da justiça e da segurança interna - nomeadamente as diferentes estratégias nacionais e a estratégia europeia de cooperação intergovernamental. Debruça-se também sobre as questões da liberdade de circulação e do Acordo de Schengen. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0774 - A Geometria variável da União Monetária, por Francisco Torres . O presente artigo é um dos capítulos da obra “Portugal no Centro da Europa – Propostas para uma Reforma Democrática do Tratado da União Europeia” e centra-se na questão da União Monetária e na sua geometria variável, analisando quais os principais problemas que impedem um sistema uniforme e a abordagem gradualista que o Tratado de Maastricht apresenta no capítulo da União Económica Monetária. Por fim, além de se exporem os principais objetivos da UEM, foca-se na posição de Portugal sobre este tema. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0775 - Cidadania e instituições europeias ou o peso da História, por Guilherme d’Oliveira Martins . O presente artigo é um dos capítulos da obra “Portugal no Centro da Europa – Propostas para uma Reforma Democrática do Tratado da União Europeia” e nele a temática principal assenta na cidadania europeia tendo em consideração o seu contexto histórico e evolução. São sublinhadas algumas prioridades da reforma política e institucional – como a tentativa falhada de produzir uma Constituição Europeia – e em formas para democratizar a política europeia comum. Por fim, salienta-se a necessidade de reforma nas instituições europeias que permita que a Europa seja um lugar de respeito mútuo e diversidade. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0776 - Conclusão, por Álvaro Vasconcelos . O presente artigo é um dos capítulos da obra “Portugal no Centro da Europa – Propostas para uma Reforma Democrática do Tratado da União Europeia” e agrupa as conclusões das temáticas abordadas no resto da obra. Um dos pontos principais é a defesa que a revisão do Tratado da União Europeia terá de dar resposta a questões essenciais, como é o caso da democratização do processo europeu e a ampliação dos direitos dos cidadãos da União. Quanto à participação de Portugal, diz-se, é necessário que tire proveito da preservação de igualdade entre Estados e assuma a sua posição. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0777 - 27 chamados a dizer o que querem do novo Tratado, por Paula Domingos . O presente documento é um dos textos preparatórios do II Debate sobre o Futuro da Europa, cujo objetivo principal é a promoção da discussão pública em Portugal sobre a União Europeia. Este texto aborda o questionário realizado por Angela Merkel aos seus homólogos europeus para refletir sobre um novo tratado europeu. 2007-04-01 / 2007-04-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0778 - A Europa Aberta e as Suas Fronteiras, por Pedro Courela . O presente documento é um dos textos preparatórios do II Debate sobre o Futuro da Europa, cujo objetivo principal é a promoção da discussão pública em Portugal sobre a União Europeia. Este texto sintetiza os dois principais temas da iniciativa “A Europa Aberta e as Suas Fronteiras”, nomeadamente, a pertinência de um debate sobre onde e como traçar os limites da Europa; e a natureza das relações que a União Europeia deve desenvolver com aqueles países que num futuro próximo não têm possibilidade de se tornar membros. 2007-04-01 / 2007-04-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0779 - Recuperar o debate em torno do Tratado Constitucional por Paula Domingos . O presente documento é um dos textos preparatórios do II Debate sobre o Futuro da Europa, cujo objetivo principal é a promoção da discussão pública em Portugal sobre a União Europeia. Este texto analisa o reacendimento do debate sobre o Tratado

Constitucional e os avanços conseguidos em vésperas da aprovação de um novo tratado comunitário. 2007-04-01 / 2007-04-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0780 - 50 anos de valores na Europa por Paula Domingos . Por ocasião da comemoração dos 50 anos da assinatura dos Tratados de Roma, o IEEI organizou um seminário que teve como tema “Os 50 anos dos Tratados de Roma – A Europa dos valores”, uma iniciativa integrada no II Debate Nacional o Futuro da Europa. Do evento, que decorreu a 27 de Março no Hotel Tivoli, em Lisboa, destaca-se uma nota de esperança pelo futuro da Europa, onde integração e diversidade sejam as duas faces de uma mesma moeda e onde aos imigrantes não sejam só lembrados os seus deveres, mas acima de tudo possam usufruir dos seus direitos. 2007-04-01 / 2007-04-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0781 - A quem interessa a UE? A Declaração de Berlim vista pela imprensa estrangeira, por Rita Pais . O presente documento é um dos textos preparatórios referente ao II Debate sobre o Futuro da Europa, cujo objetivo principal é a promoção da discussão pública em Portugal sobre a União Europeia. Este texto analisa o impacto que a Declaração de Berlim poderá ter provocado nos atores internacionais além da vizinhança da UE. 2007-04-01 / 2007-04-30

D. PT/ADN/IEEI/003/0782 - Fotografia - Apresentação das conclusões Grupo 3 "A Europa no Mundo" (II Debate Nacional: Portugal e o Futuro da Europa), por IEEI . Apresentação dos resultados do grupo 3 “A Europa do Mundo” do II Debate Nacional: Portugal e o Futuro da Europa, ocorrido na Fundação Calouste Gulbenkian entre 25 e 26 de junho de 2007. O II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa é promovido pelo IEEI e coordenado por individualidades e instituições ligadas às questões europeias, com o objetivo de conhecer o estado do debate europeu em Portugal, pela auscultação das posições e expectativas de diversos sectores da sociedade portuguesa. 2007-06-25 / 2007-06-25

D. PT/ADN/IEEI/003/0783 - Fotografia - Apresentação 2 das conclusões Grupo 3 "A Europa no Mundo" (II Debate Nacional: Portugal e o Futuro da Europa), por IEEI . Apresentação dos resultados do grupo 3 “A Europa do Mundo” do II Debate Nacional: Portugal e o Futuro da Europa, ocorrido na Fundação Calouste Gulbenkian entre 25 e 26 de junho de 2007. O II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa é promovido pelo IEEI e coordenado por individualidades e instituições ligadas às questões europeias, com o objetivo de conhecer o estado do debate europeu em Portugal, pela auscultação das posições e expectativas de diversos sectores da sociedade portuguesa. 2007-06-25 / 2007-06-25

D. PT/ADN/IEEI/003/0784 - Fotografia - Sessão “50 Anos depois: que União queremos?” (II Debate Nacional: Portugal e o Futuro da Europa), por IEEI . Registo fotográfico do painel de apresentação dos trabalhos vencedores do Concurso aberto às Escolas Secundárias no âmbito do II Debate Nacional: Portugal e o Futuro da Europa, ocorrido na Fundação Calouste Gulbenkian entre 25 e 26 de junho de 2007, com os respetivos vencedores. 2007-06-26 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0785 - Fotografia - Sessão “50 Anos depois: que União queremos?” 2 (II Debate Nacional: Portugal e o Futuro da Europa), por IEEI . Registo fotográfico da audiência durante a apresentação dos trabalhos vencedores do Concurso aberto às Escolas Secundárias no âmbito do II Debate Nacional: Portugal e o Futuro da Europa, ocorrido na Fundação Calouste Gulbenkian entre 25 e 26 de junho de 2007, com os respetivos vencedores. 2007-06-26 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0786 - Fotografia - Sessão “50 Anos depois: que União queremos?” 3 (II Debate Nacional: Portugal e o Futuro da Europa), por IEEI . Registo fotográfico da audiência durante a apresentação dos trabalhos vencedores do Concurso aberto às Escolas Secundárias no âmbito do II Debate Nacional: Portugal e o Futuro da Europa, ocorrido na Fundação Calouste Gulbenkian entre 25 e 26 de junho de 2007, com os respetivos vencedores. 2007-06-26 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0787 - Fotografia - Sessão de Encerramento “Portugal e o futuro da Europa: visões e propostas” (II Debate Nacional: Portugal e o Futuro da Europa), por IEEI . Registo fotográfico da sessão de encerramento “Portugal e o futuro da Europa: visões e propostas” do II Debate Nacional: Portugal e o Futuro da Europa, ocorrido na Fundação Calouste Gulbenkian entre 25 e 26 de junho de 2007. Esta sessão contou com a comunicação de Álvaro Vasconcelos (ao centro direita na foto) e Luís Amado (ao centro esquerda na foto) sobre “As prioridades da presidência portuguesa da UE”. 2007-06-26 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0788 - Fotografia - Audiência na Sessão de Encerramento “Portugal e o futuro da Europa: visões e propostas” (II Debate Nacional: Portugal e o Futuro da Europa), por IEEI . Registo fotográfico da audiência durante a sessão de encerramento “Portugal e o futuro da Europa: visões e propostas” do II Debate Nacional: Portugal e o Futuro da Europa, ocorrido na Fundação Calouste Gulbenkian entre 25 e 26 de junho de 2007. 2007-06-26 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0789 - Fotografia - Luís Amado na Sessão de Encerramento “Portugal e o futuro da Europa: visões e propostas” (II Debate Nacional: Portugal e o Futuro da Europa), por IEEI . Fotografia de Luís Amado (Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros) durante a sessão de encerramento “Portugal e o futuro da Europa: visões e propostas” do II Debate Nacional: Portugal e o Futuro da Europa, ocorrido na Fundação Calouste Gulbenkian entre 25 e 26 de junho de 2007. Luís Amado falou sobre as prioridades da presidência portuguesa da UE. 2007-06-26 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0790 - Fotografia - Sessão “O projecto europeu no Mundo globalizado”(II Debate Nacional: Portugal e o Futuro da Europa), por IEEI . Registo fotográfico do painel de “O projecto europeu no Mundo globalizado” do II Debate Nacional: Portugal e o Futuro da Europa, ocorrido na Fundação Calouste Gulbenkian entre 25 e 26 de junho de 2007. O atual contexto internacional é profundamente diferente daquele em que o projeto europeu foi lançado. Será a integração regional ainda a resposta adequada ao Mundo da globalização e da multipolaridade ou corre a União o risco da irrelevância? Que papel e que agenda pretende a UE assumir no contexto internacional? E que meios tem à sua disposição? Na fotografia (da esquerda para a direita): Gianni Bonvicini, Victor Martins e João Gomes Cravinho. 2007-06-26 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0791 - Fotografia - Audiência da Sessão “O projecto europeu no Mundo globalizado”(II Debate Nacional: Portugal e o Futuro da Europa), por IEEI . Registo fotográfico da audiência durante a Sessão “O projecto europeu no Mundo globalizado” do II Debate Nacional: Portugal e o Futuro da Europa, ocorrido na Fundação Calouste Gulbenkian entre 25 e 26 de junho de 2007. 2007-06-26 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0792 - Fotografia - Painel Sessão “Que Europa para os cidadãos europeus?” (II Debate Nacional: Portugal e o Futuro da Europa), por IEEI . Registo fotográfico do painel de “Que Europa para os cidadãos europeus?” do II Debate Nacional: Portugal e o Futuro da Europa, ocorrido na Fundação Calouste Gulbenkian entre 25 e 26 de junho de 2007. A crise da democracia participativa (evidente nos referendos francês e holandês ao Tratado Constitucional), a crescente afirmação política de movimentos xenófobos em sociedades cada vez mais diversas, mas também o questionar do modelo social europeu, são realidades que obrigam os líderes europeus a repensar o sentido e os objetivos do seu projeto comum. Que respostas tem a União apresentado às mutações políticas e sociais das sociedades europeias nas últimas décadas? Na fotografia (da esquerda para a direita): José António Pinto Ribeiro, Maria Eduarda Azevedo, Gonçalo Santa-Clara Gomes, Tony Brown e Giovanni Grevi. 2007-06-26 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0793 - Fotografia - Maria Eduarda Azevedo na Sessão “Que Europa para os cidadãos europeus?” (II Debate Nacional: Portugal e o Futuro da Europa), por IEEI . Maria Eduarda Azevedo na sessão “Que Europa para os cidadãos europeus?” do II Debate Nacional: Portugal e o Futuro da Europa, ocorrido na Fundação Calouste Gulbenkian entre 25 e 26 de junho de 2007. 2007-06-26 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0794 - Fotografia - Audiência na Sessão “Que Europa para os cidadãos europeus?” (II Debate Nacional: Portugal e o Futuro da Europa), por IEEI . Audiência na sessão “Que Europa para os cidadãos europeus?” do II Debate Nacional: Portugal e o Futuro da Europa, ocorrido na Fundação Calouste Gulbenkian entre 25 e 26 de junho de 2007. 2007-06-26 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0795 - Fotografia - Tony Brown e Giovanni Grevi na Sessão “Que Europa para os cidadãos europeus?” (II Debate Nacional: Portugal e o Futuro da Europa), por IEEI . Tony Brown (à esquerda) e Giovanni Grevi (à direita) na sessão “Que Europa para os cidadãos europeus?” do II Debate Nacional: Portugal e o Futuro da Europa, ocorrido na Fundação Calouste Gulbenkian entre 25 e 26 de junho de 2007. 2007-06-26 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/003/0796 - Fotografia - Sessão de Abertura da XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Registo fotográfico da sessão de abertura da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. Na fotografia (da esquerda para a direita): Álvaro Vasconcelos, Carlos Costa Neves, José Calvet de Magalhães e Maria Teresa Xavier Maury. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0797 - Fotografia - Carlos Costa Neves na Sessão de Abertura da XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Carlos Costa Neves na sessão de abertura da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0798 - Fotografia - Victor Martins na Sessão "O alargamento da União Europeia e as prioridades da Convenção" da XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Victor Martins na sessão "O alargamento da União Europeia e as prioridades da Convenção" da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0799 - Fotografia - Teresa de Sousa na Sessão "O alargamento da União Europeia e as prioridades da Convenção" da XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Teresa de Sousa na sessão "O alargamento da União Europeia e as prioridades da Convenção" da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0800 - Fotografia - Álvaro Vasconcelos na XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Álvaro Vasconcelos na XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0801 - Fotografia - Jaime Gama na Sessão "O futuro da Nato alargada visto de dentro" da XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Jaime Gama na sessão "O futuro da Nato alargada visto de dentro" da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0802 - Fotografia - Emily Landou na Sessão "O futuro da Europa e da Nato visto do Mediterrâneo" da XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Emily Landou na sessão "O futuro da Europa e da Nato visto do Mediterrâneo", no primeiro dia da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas.. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0803 - Fotografia - Raouf Ghoneim na Sessão "O futuro da Europa e da Nato visto do Mediterrâneo" da XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Raouf Ghoneim na Sessão "O futuro da Europa e da Nato visto do Mediterrâneo", no primeiro dia da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora",

organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0804 - Fotografia - Pannel da Sessão "O futuro da Europa e da Nato visto do Mediterrâneo" da XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Registo fotográfico da sessão "O futuro da Europa e da Nato visto do Mediterrâneo" da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. Na fotografia (da esquerda para a direita): Raouf Ghoneim, Alejandro Lorca, Emily Landou e Fouad Ammor. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0805 - Fotografia - Raouf Ghoneim, Alejandro Lorca e Emily Landou na XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Registo fotográfico da sessão "O futuro da Europa e da Nato visto do Mediterrâneo" da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. Na fotografia (da esquerda para a direita): Raouf Ghoneim, Alejandro Lorca e Emily Landou. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0806 - Fotografia - Maria do Rosário de Moraes Vaz na XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Maria do Rosário de Moraes Vaz a moderar a Sessão "A política externa, de segurança e defesa e o lugar da Europa no mundo" da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0807 - Fotografia - Ahmed Ghazali na Sessão "A política externa, de segurança e defesa e o lugar da Europa no mundo" na XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Ahmed Ghazali na Sessão "A política externa, de segurança e defesa e o lugar da Europa no mundo", no primeiro dia da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0808 - Fotografia - Maria do Rosário de Moraes Vaz na Sessão "A política externa, de segurança e defesa e o lugar da Europa no mundo" na XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Maria do Rosário de Moraes Vaz na Sessão "A política externa, de segurança e defesa e o lugar da Europa no mundo" da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0809 - Fotografia - Maria do Rosário de Moraes Vaz e Ali Achour na Sessão "A política externa, de segurança e defesa e o lugar da Europa no mundo" na XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Maria do Rosário de Moraes Vaz (à esquerda) e Ali Achour (à direita) na Sessão "A política externa, de segurança e defesa e o lugar da Europa no mundo" da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0810 - Fotografia - Ahmed Ghazali, Gilberto Dupas, Maria do Rosário de Moraes Vaz, Kenneth Maxwell e Ali Achour na XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Registo fotográfico da sessão "A política externa, de segurança e defesa e o lugar da Europa no mundo" da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. Na fotografia (da esquerda para a direita): Ahmed Ghazali, Gilberto Dupas, Maria do Rosário de Moraes Vaz, Kenneth Maxwell (em pé) e Ali Achour. . 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0811 - Fotografia - Álvaro Vasconcelos e José Calvet de Magalhães na XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Álvaro Vasconcelos e José Calvet de Magalhães na audiência de uma das sessões da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0812 - Fotografia - Reimund Seidelmann na Sessão "O futuro da Nato alargada visto de dentro" da XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Reimund Seidelmann na Sessão "O futuro da Nato alargada visto de dentro" da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0813 - Fotografia - Roberto Aliboni, Nuno Severiano Teixeira, Shireen Mazari e Rad Malki na XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Registo fotográfico dos oradores sessão "A luta contra o terrorismo, dentro e fora da Europa" da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. Na fotografia (da esquerda para a direita): Roberto Aliboni, Nuno Severiano Teixeira, Shireen Mazari e Rad Malki. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0814 - Fotografia - Roberto Aliboni na Sessão "A luta contra o terrorismo, dentro e fora da Europa" da XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Roberto Aliboni na Sessão "A luta contra o terrorismo, dentro e fora da Europa" da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0815 - Fotografia - Nuno Severiano Teixeira na Sessão "A luta contra o terrorismo, dentro e fora da Europa" da XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Nuno Severiano Teixeira na Sessão "A luta contra o terrorismo, dentro e fora da Europa" da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0816 - Fotografia - Nuno Severiano Teixeira, Paulo Ennes e Álvaro Vasconcelos na XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Nuno Severiano Teixeira, Paulo Ennes e Álvaro Vasconcelos na XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0817 - Fotografia - Paineis da Sessão "As relações Euro-Americanas e a agenda de segurança internacional" da XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Paineis da Sessão "As relações Euro-Americanas e a agenda de segurança internacional", no segundo dia da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. A falar na fotografia: Rick Holzapple, Missão dos EUA junto da UE, Bruxelas. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0818 - Fotografia - Anne-Marie le Gloannec na Sessão "As relações Euro-Americanas e a agenda de segurança internacional" da XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Anne-Marie le Gloannec na Sessão "As relações Euro-Americanas e a agenda de segurança internacional", no segundo dia da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas.. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0819 - Fotografia - Guilherme d'Oliveira Martins na XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Guilherme d'Oliveira Martins a dirigir-se à audiência segundo dia da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. . 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0820 - Fotografia - Paineis da sessão " A problemática identitária e o futuro das sociedades abertas" da XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Paineis da sessão " A problemática identitária e o futuro das sociedades abertas" no segundo dia da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente,

mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. Na fotografia (da esquerda para a direita): Guilherme d'Oliveira Martins, Mike Mecham, Suhnaz Yilmaz e George Joffé. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0821 - Fotografia - Mike Mecham na sessão "A problemática identitária e o futuro das sociedades abertas" da XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Mike Mecham a moderar a sessão "A problemática identitária e o futuro das sociedades abertas" no segundo dia da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0822 - Fotografia - Guilherme d'Oliveira Martins e Mike Mecham na XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Guilherme d'Oliveira Martins (à esquerda) e Mike Mecham (à direita) na sessão "A problemática identitária e o futuro das sociedades abertas" no segundo dia da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. . 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0823 - Fotografia - Guilherme d'Oliveira Martins na Sessão "A problemática identitária e o futuro das sociedades abertas" na XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Guilherme d'Oliveira Martins no painel da sessão "A problemática identitária e o futuro das sociedades abertas" no segundo dia da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. . 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0824 - Fotografia - George Joffé na Sessão "A problemática identitária e o futuro das sociedades abertas" na XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . George Joffé no painel da sessão "A problemática identitária e o futuro das sociedades abertas" no segundo dia da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0825 - Fotografia - Suhnaz Yilmaz na Sessão "A problemática identitária e o futuro das sociedades abertas" na XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Suhnaz Yilmaz no painel da sessão "A problemática identitária e o futuro das sociedades abertas" no segundo dia da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0826 - Fotografia - Celso Lafer e José Calvet de Magalhães na XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Suhnaz Yilmaz no painel da sessão "A problemática identitária e o futuro das sociedades abertas" no segundo dia da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como

estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0827 - Fotografia - Audiência na XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Audiência na XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. Na fotografia é possível identificar, sentados na primeira fila, José Calvet de Magalhães, Celso Lafer e Álvaro Vasconcelos. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0828 - Fotografia - Mike Mecham, Guilherme d'Oliveira Martins e Suhnaz Yilmaz na XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Mike Mecham (à esquerda), Guilherme d'Oliveira Martins (trás, centro) e Suhnaz Yilmaz (trás, direita) na XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0829 - Fotografia - José Calvet de Magalhães e Guilherme d'Oliveira Martins na XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Guilherme d'Oliveira Martins (à esquerda) e José Calvet de Magalhães (à direita) na XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0830 - Fotografia - Sessão de Encerramento da XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Registo fotográfico da Sessão de Encerramento da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0831 - Fotografia - José Calvet de Magalhães na XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . José Calvet de Magalhães na Sessão de Encerramento da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0832 - Fotografia - José Calvet de Magalhães na Sessão de Encerramento da XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . José Calvet de Magalhães na Sessão de Encerramento da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0833 - Fotografia - Álvaro Vasconcelos na Sessão de Encerramento da XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Álvaro Vasconcelos na Sessão de Encerramento da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. . 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0834 - Fotografia - Álvaro Vasconcelos na XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Álvaro Vasconcelos na Sessão de Encerramento da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. . 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0835 - Fotografia - Celso Lafer na Sessão de Encerramento da XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Celso Lafer na Sessão de Encerramento da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. . 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0836 - Fotografia - Álvaro Vasconcelos e Celso Lafer na XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Álvaro Vasconcelos e Celso Lafer no final da Sessão de Encerramento da XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. . 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0837 - Fotografia - Álvaro Vasconcelos, José Calvet de Magalhães e Celso Lafer na XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Álvaro Vasconcelos (à esquerda), José Calvet de Magalhães (ao centro) e Celso Lafer (à direita) na XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0838 - Fotografia - Nuno Severiano Teixeira na XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Nuno Severiano Teixeira na XX Conferência Internacional de Lisboa, sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0839 - Fotografia da Sala de Conferências da Fundação Calouste Gulbenkian na XX Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Sala de Conferências da Fundação Calouste Gulbenkian preparada para receber a XX

Conferência Internacional de Lisboa sobre "O Futuro da Europa Visto de Fora", organizada pelo IEEI entre 11 e 12 de novembro de 2002. A XX Conferência Internacional de Lisboa foi dedicada à discussão dos grandes temas que dominam o actual debate europeu: o alargamento da União Europeia e da Nato e as reformas institucionais que implicam, nomeadamente as que preparam a Convenção sobre o Futuro da Europa. O seu foco particular é perceber como estas mutações e o debate europeu gerado em torno delas são percebidos fora do continente, mais particularmente pelos seus vizinhos mais próximos e nas Américas. 2002-11-11 / 2002-11-12

D. PT/ADN/IEEI/003/0840 - Fotografia - Grupo do Programa Europa com Mário Soares . Fotografia do grupo de trabalho do Programa Europa com Mário Soares no dia da Europa publicada no livro de comemoração dos 20 anos do IEEI, 20 Anos de Mudança. O programa europeu do IEEI tem acompanhado os principais temas do processo de integração europeia, do ponto de vista do desenvolvimento da União Europeia e da evolução da política europeia de Portugal. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/003/0841 - Fotografia - Álvaro Vasconcelos, Embaixador Siqueira Freire e Mário Soares . Visita de Álvaro Vasconcelos, enquanto representantes do IEEI, e Embaixador Siqueira Freire, representante do IEEI e responsável pelo Projeto do Forum Euro-Latino-Americano, a Mário Soares, enquanto este exercia a função de Presidente de Portugal (1986-1996).

D. PT/ADN/IEEI/003/0842 - Fotografia - Assinatura do protocolo de cooperação entre o Instituto Estatal de Relações Internacionais de Moscovo e o IEEI . Assinatura do protocolo de cooperação entre o Instituto Estatal de Relações Internacionais de Moscovo e o IEEI. Este protocolo foi assinado no sentido de haver comunicação entre os dois institutos na partilha de materiais e investigadores. O protocolo foi, ainda, uma tentativa de aproximação da Rússia à União Europeia, tendo acontecido durante a Presidência Portuguesa da UE. 1992-00-00 / 1992-00-00

SR. PT/ADN/IEEI/004

Título: Processos de integração.

Datas extremas: 1993-00-00 / 2006-00-00

Dimensão e suporte: 100 documentos impressos e digitalizados.

D. PT/ADN/IEEI/004/0001 - Integração, transferência de soberania e relações entre pequenos e grandes estados - Pedro da Silva Feijó Sobrinho . Não há dúvida de que o comércio é um aspeto-chave promotor da integração. Se é certo que, desde sempre, a proximidade geográfica permitia a intensificação das trocas comerciais e a concomitante aproximação política, hoje, com o avanço no campo dos transportes – nomeadamente o marítimo – as distâncias geográficas perderam muita da relevância que detinham na análise destas matérias. Esta integração económica apresenta-se vital sobretudo para os países menos desenvolvidos que com tanta veemência necessitam de alcançar o comboio do progresso e do desenvolvimento. É provável que apenas com a solidariedade dos países mais avançados, bem como com a adoção de mecanismos de compensação económica, estes consigam cumprir esse desiderato. É esta a conjuntura que também enquadra o relacionamento entre os países PALOP ou da CPLP e onde Portugal e Brasil, pelo seu estágio comparativamente mais avançado de desenvolvimento, devem assumir responsabilidades de acompanhamento e de solidariedade para com os demais membros. 1994-12-12 / 1994-12-14

D. PT/ADN/IEEI/004/0002 - Os diferentes contextos internacionais das transições democráticas - Severino Cabral Filho . O novo mundo que surgia no final do séc. XX, marcado pelo fim do antagonismo este-oeste, pela crescente globalização, pelo ressurgir de conflitos étnicos (durante décadas adormecidos graças ao poder hegemónico das superpotências), bem como pelo aprofundar da terceira revolução técnico-industrial, exige cooperação, numa abordagem multilateralista, que só pode ser efetivada por processos de integração. O reforço da democracia é também alcançado pelo avanço da lógica integracionista solidária. Neste contexto, a aproximação dos povos da lusofonia, tão díspares geográfica e economicamente, não pode deixar de ser visto como um esforço no bom sentido. Num outro continente – sul americano – a mesma lógica impera e vários líderes assinaram um tratado (Tratado de Assunção) que marca o início do MERCOSUL. Em suma, nas palavras de Vasconcelos, a integração é o novo multilateralismo. 1994-12-12 / 1994-12-14

D. PT/ADN/IEEI/004/0003 - Convergências, cooperação e a comunidade dos países de língua portuguesa - Williams Gonçalves . Nos anos cinquenta do século XX o Tratado de Amizade e Consulta instaurou a Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa. Este esforço correspondeu a um anseio por parte das autoridades portuguesas em regenerar o poder e a autoridade de Portugal no seu espaço de influência cultural. Não foi possível mascarar o desrespeito da potência colonial para com os povos

colonizados e tornou-se evidente que a Comunidade era, na prática, um instrumento de solidificação do Império. Aquando da II Grande Guerra, o alinhamento do Brasil junto dos Aliados constituiu uma tensão no seio da comunidade lusófona. O democrático Brasil tinha dificuldade em conviver numa Comunidade liderada por um país autocrático e imperial. Com a ditadura militar brasileira a ordem das coisas inverteu-se e um Brasil temeroso em relação aos movimentos de libertação nacionais - que operavam na América do Sul - alinou-se à posição portuguesa. Com a Revolução dos Cravos e o reconhecimento da independência das ex-colónias a Comunidade reforçou-se num plano de igualdade e de reconhecimento entre estados autónomos. O processo de democratização do Brasil viu-se estimulado. 1994-12-12 / 1994-12-14

D. PT/ADN/IEEI/004/0004 - A Saída da Crise - Paulo S. Wrobel . É analisado o plano de estabilização da economia e moeda brasileiras de Fernando Henrique Cardoso, o chamado Plano Real. A análise centra-se no grande sucesso inicial, mas também nas limitações internas do plano, bem como no contexto externo progressivamente mais desfavorável. A relação do Brasil com os demais países do Mercosul é observada. 1999-10-01 / 1999-10-30

D. PT/ADN/IEEI/004/0005 - Mercado comum ou comércio livre? - Carla Madeira . A crise do real que conduziu à sua desvalorização gerou tensões no seio do Mercosul. Um real mais fraco tronou as exportações brasileiras mais competitivas face às dos parceiros. Por este motivo e por outros, encontra-se o Mercosul perante um dilema: aprofundar o bloco sob a forma de um mercado comum ou estimular uma zona de comércio livre, uma solução menos ambiciosa mas mais flexível. 1999-12-01 / 1999-12-30

D. PT/ADN/IEEI/004/0006 - O Difícil Parto da Segurança Comum - J. B. Honwana . É analisada a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Conclui-se que os Estados que integram esta comunidade apresentam, relativamente ao seu grau de liberalismo político e de democratização, diferentes estádios de desenvolvimento o que impossibilita o surgimento de uma visão comum quanto à integração regional e de uma agenda de segurança partilhada. A debilidade das sociedades dos diferentes Estados da SADC nas vertentes económica, social, educacional, democrática, etc. fragiliza a organização. Contudo, este projeto não deverá ser abandonado dado que o processo de integração ajuda a gerir e resolver conflitos de forma conjunta, pacífica e construtiva. 2000-12-01 / 2000-12-30

D. PT/ADN/IEEI/004/0007 - A Força de um Bloco Regional - Helio Jaguaribe . Com o fim da Guerra-fria permaneceu uma única superpotência no mundo. Para aumentar a autonomia dos países da América Latina face aos E.U.A., estes devem promover uma integração regional num bloco supranacional. É precisamente isso que faz o Mercosul. O Mercosul representa um mercado de 208 milhões de pessoas, com um PIB de 1,152 milhões de dólares, cifras que lhe conferem importância internacional e um poder negocial não negligenciável. Assume-se, portanto, como o principal instrumento da política externa dos seus membros. 2000-02-01 / 2000-02-01

D. PT/ADN/IEEI/004/0008 - À Espera da Europa - Alfredo Valladão . A Ronda do Milénio da Organização Mundial do Comércio (OMC) pretendia equilibrar o esforço de abertura das economias emergentes, que já vinha de trás, com um maior acesso, no que concerne aos seus produtos mais competitivos, destas aos mercados dos países desenvolvidos. Contudo, as lógicas protecionistas acabaram por imperar. Agora que as negociações em sede da OMC falharam, o Mercosul aposta na ALCA – Associação Livre Comércio das Américas – e as negociações com os E.U.A. decorrem a bom ritmo. Perante isto, a UE não pode ficar imobilizada e aprisionada pelos interesses da indústria agrícola das grandes potências. Tem de aprofundar a cooperação com o Mercosul sob o risco de ficar para trás e de, no curto prazo, vir a deparar-se com intransponíveis barreiras comerciais na América Latina. 2000-02-01 / 2000-02-01

D. PT/ADN/IEEI/004/0009 - As Decisões de Brasília - Carla Madeira . A cimeira realizada em Brasília reuniu, pela primeira vez, o presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso e doze chefes de Estado do continente sul-americano e teve como objetivo a identificação e discussão de medidas para converter a América do Sul num espaço mais integrado e com mais peso internacional, através do fortalecimento do poder negociador da região com os EUA e com a UE. Os chefes de Estado identificaram setores com vista à promoção da integração física da região, decidiram a realização de estudos conjuntos e aprovaram um Programa de Ação com vista à realização de obras. Foi ainda anunciada pelo Brasil a criação de um programa para fomentar a cooperação científica e tecnológica da região. 2000-10-01 / 2000-10-01

D. PT/ADN/IEEI/004/0010 - Fresco da "Cultura Federal" - Viriato Soromenho-Marques . Neste texto é apresentada a obra *Covenant & Commonwealth - From Christian Separation through the Protestant Reformation - The Covenant Tradition in Politics*. Volume II de Daniel Judah Elazar. Trata-se de uma reflexão acerca do federalismo na história ocidental. Segundo Elazar, na história política do Ocidente, o contratualismo federal confrontou-se com dois modelos de sociedade diferentes – a de cariz

hierárquica, baseada na instituição de uma burocracia centralizadora, e a orgância, fundada no pressuposto de uma elite social dominante e homogeneizadora. Para o autor, numa lógica oposta à da do confronto inerente à tentativa de se alcançar uma homogeneidade cultural, o federalismo convida à cooperação num quadro de multiplicidade. 2000-08-01 / 2000-09-30

D. PT/ADN/IEEI/004/0011 - Unir as Divergências - Luís Felipe de Seixas Corrêa . Nos anos oitenta e noventa, o mundo assistiu a uma reorganização dos espaços políticos e económicos – o NAFTA, a APEC, a UE... Foi com o mesmo espírito de criação de convergências que o presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, convidou os chefes de estado da América do Sul para uma reunião em Brasília, uma iniciativa inovadora e de grande importância histórica. Verificam-se várias opções de inserção internacional das diferentes sub-regiões da América Latina e Caribe, mantendo-se a diferenciação natural, mas buscando a união através do sentimento comum de identidade histórica, cultural e humana. A articulação da América do Sul vem em benefício da América Latina e Caribe, contribuindo para o fortalecimento de mais amplos processos de integração. 2000-10-01 / 2000-10-01

D. PT/ADN/IEEI/004/0012 - Os Arriscados Passes de Mágica de Cavallo - Alfredo Valladão . Neste texto são analisados os efeitos que as medidas de choque para a economia argentina, implementadas por Domingo Cavallo – ministro da Fazenda desse país-, de pendor protecionista, terão no projeto de integração económica sul americano – o Mercosul. 2001-05-01 / 2001-05-01

D. PT/ADN/IEEI/004/0013 - O Mercosul na Hora da ALCA - Luís Felipe Lampreia . Para Bush, ao contrário de Clinton, a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) é uma prioridade real. Assim, é mais provável que, durante o seu mandato, ela se concretize. Este texto analisa os efeitos que o surgimento da ALCA poderia ter no Mercosul e por que motivo os países que o compõem não o devem abandonar. 2001-07-01 / 2001-07-01

D. PT/ADN/IEEI/004/0014 - A Europa, o Mercosul e as relações transatlânticas: uma perspectiva britânica - Charles Grant . O mundo saído da Guerra Fria mostra-se cada vez mais unilateral, leia-se, centrado nos EUA. Toda a UE, e o Reino Unido em particular, perceberam já que uma excessiva colagem aos interesses dos EUA não é boa para a defesa dos seus próprios interesses estratégicos. Isto tornou-se evidente com o projeto norte-americano do sistema antimísil, muito criticado pelos países europeus. Assim, e como resposta, proliferam e intensificam-se as tendências de agregação e de união no seio da UE. A PESC, o euro, a atitude mais pró-europeia do RU de Blair são manifestações desta tendência, manifestações que, ao evidenciarem um certo fortalecimento da UE, em certa medida, preocupam os EUA. Neste quadro, também o Mercosul tem uma palavra a dizer. O surgimento de um bloco económico, e cada vez mais político, na América Latina, ajuda a contrariar a hegemonia estado-unidense, no seu próprio continente. Contudo, quer UE quer Mercosul, no tabuleiro de xadrez das relações internacionais, partilhando dos princípios e da visão do mundo norte-americanos, têm muito mais de parceiros do que de adversário destes. 2002-01-01 / 2002-01-01

D. PT/ADN/IEEI/004/0015 - É possível uma democracia supranacional? - João Pedro Simões Dias . Os complexos desafios enfrentados pelo mundo e o desejo de obtenção de maior união para, desse modo, melhor serem enfrentados, geram dinâmicas de integração dos Estados em espaços regionais, supranacionais. Esta tendência levanta a questão de como tornar esses espaços, como por exemplo a UE, em verdadeiras democracias supranacionais. Com efeito, os espaços regionais não geram povos regionais, sendo por isso importante refletir em formas de governo democráticas dos povos, pelos povos e para os povos. Esta é uma das questões estruturais que se colocam à UE, pois são muitas as vozes que falam no seu déficit democrático. O texto avalia este problema e reflete em possíveis soluções. 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/004/0016 - As relações externas de Cabo Verde na região da África Ocidental e os quadros regionais de cooperação da União Europeia - José Armando Duarte . O desenvolvimento de Cabo Verde é indissociável da sua integração no bloco regional em que se insere, num quadro de integração na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). A pequena economia cabo-verdiana é totalmente insignificante no conjunto da economia global e, portanto, para poder enfrentar os desafios da globalização terá de, forçosamente, associar-se a um bloco regional com escala e capaz de negociar com os grandes players mundiais – EUA, UE, OMC, etc. As diferentes linhas de integração nos espaços regionais de referência para Cabo Verde são analisadas. 2004-01-01 / 2004-01-01

D. PT/ADN/IEEI/004/0017 - A África do Sul e a metamorfose das relações regionais, por Fernando Jorge Cardoso . A África austral tem sido palco nos últimos trinta anos de uma multiplicidade de processos de natureza conflitual. Com o fim da guerra fria, os acordos de Nova York para o fim da intervenção estrangeira em Angola, a independência da Namíbia, os acordos de Bicesse para Angola, o processo negocial na África do Sul e os acordos de Roma para Moçambique, a situação regional voltou a sofrer profundas mutações. Apesar de este novo contexto reacender o conflito angolano e manter os focos de violência e

desestabilização na África do Sul, as perspectivas de um futuro de paz e cooperação regional retomam lugar preponderante – ocupando agora a África do Sul um papel preponderante para a construção de uma região pacífica e cooperativa ao invés de geradora da conflitualidade regional. É neste cenário que o presente artigo reflete sobre o papel regional da África do Sul e a possibilidade de cooperação com esta, tanto num âmbito político como económico. 1993-12-22 / 1994-03-20

D. PT/ADN/IEEI/004/0018 - Abordagens para a Resolução da Crise do Estado Africano, por Mohamed El-Sayed Said . Numa perspectiva histórica alargada, África encontra-se perante uma urgência da definição da sua filosofia e sistema político por vista a salvar o continente da erosão e da marginalidade. A abordagem a esta questão pressupõe, por seu turno, uma dupla existência – interna e externa – pelo que o presente artigo distingue as propostas de reformulação do Estado a partir do exterior daquelas que definem a reformulação das relações Estado-sociedade. Esta abordagem, ou posição, prolonga-se para a integração regional, que se espera poder guiar África rumo a entidades políticas mais alargadas, constatando que a unidade é o caminho para afastar as competições étnicas. 2001-07-01 / 2001-07-01

D. PT/ADN/IEEI/004/0019 - A crise na Argentina e o futuro no Mercosul, por Renato Janine Ribeiro . Ao contrário do que fizeram os países membros da União Europeia, a Argentina e o Brasil criaram uma relação com base na economia sem terem uma motivação e uma estratégia políticas. A atual crise argentina pode criar a oportunidade para construir esta relação em bases mais sólidas que a simples parceria económica. No presente artigo, o autor reflete, em primeiro lugar, sobre o que a crise argentina diz sobre o modelo de desenvolvimento adotado pelos governos Menem e com que implicações para a América Latina e, em segundo, que impacto ela terá sobre a integração mercosulina. 2002-02-01 / 2002-02-28

D. PT/ADN/IEEI/004/0020 - Política externa: o legado da autonomia pela participação, por Alfredo G.A.Valladão . Neste texto reflete-se, apesar das prioridades internas, a realidade regional e internacional herdada por Luiz Inácio Lula da Silva do governo de Fernando Henrique Cardoso e faz-se o levantamento das principais vitórias nessa medida. Destacam-se, em comparação com o Brasil isolacionista antes de Fernando Henrique Cardoso, a integração regional no Mercosul e os avanços na diplomacia económica e comercial. Por fim, é feito um levantamento dos desafios regionais e internacionais de Lula, com especial ênfase nas relações com os Estados Unidos. 2002-11-01 / 2002-11-30

D. PT/ADN/IEEI/004/0021 - As eleições na Argentina e o Mercosul, por Félix Peña . Após a crise profunda na Argentina, a eleição do presidente Nestor Kirshner representa um desenvolvimento positivo. Este tem pela frente uma complexa agenda interna e externa: internamente, as questões de governabilidade, no campo político, da competitividade sistemática, no económico, e da coesão, no social; e externamente, a reestruturação da dívida externa, a recomposição da imagem do país (principalmente perante os investidores) e as relações com o Brasil, EUA e UE. Neste sentido, é tido no presente texto, as eleições na Argentina, acompanhada pela compenetração demonstrada pelos presidentes Kirshner e Lula, podem significar o desenvolvimento do Mercosul que se encontrava, nos últimos anos, deslegitimado pela falta de eficácia. 2003-06-01 / 2003-08-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0022 - O renascimento africano - novos contornos, velhas batalhas, por Patrícia Magalhães Ferreira . O apregoadado renascimento africano da primeira metade dos anos 90 deu lugar ao pessimismo recorrente do final da década, justificado pelo falhanço do modelo de desenvolvimento, pelo revés dos processos de transição democrática e, principalmente, pela proliferação de violentos conflitos intraestatais. O novo rosto do renascimento, denominado de União Africana, prevê um novo capítulo para o continente. Este elegeu a prevenção e resolução de conflitos como campo privilegiado de atuação, questão sobre a qual o presente artigo se debruça. 2003-09-01 / 2003-09-30

D. PT/ADN/IEEI/004/0023 - Mercosul: Beyond 2000, por Ricardo Andrés Markwald . This chapter is divided in four sections. The first section provides a brief introduction to the shifts happening regarding regional integration in Latin America by the year-end of 2000. The second section offers a brief analysis of the impacts of integration in the Southern Cone, highlighting the static effects, dynamic impacts and non-traditional gains arising from this process. The third section discusses the current deadlock in Mercosul, stressing on the fact that Mercosul is not the only possible strategy for opening up the global economy to its two main members, as these clashes may be due to the existence of nonconvergent alternatives running parallel to the integration drive. The fourth and final section focuses on Mercosul's external negotiations agenda, concluding with somewhat cautious forecasts for the future of this integration project. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0024 - Norberto Bobbio - um europeu militante, por Guilherme D'Oliveira Martins . O presente artigo expõe a vida, o trabalho e o pensamento de Norberto Bobbio. Este filósofo italiano, europeísta convicto, defendia que a justiça e a liberdade estão intrinsecamente ligadas e que a Europa é sinónimo de liberdade, igualdade, cultura e paz. Para si, o diálogo entre a política e a cultura é fundamental e opta pela democracia por sistema. 2004-02-01 / 2004-02-29

D. PT/ADN/IEEI/004/0025 - Clareza e rigor, por Celso Lafer . Norberto Bobbio é uma referência indispensável em Teoria Geral de Política, tendo destaque os seus estudos sobre a democracia, socialismo liberal e direitos humanos. O presente artigo realça os seus principais trabalhos tendo uma nota pessoal do autor. 2004-02-01 / 2004-02-29

D. PT/ADN/IEEI/004/0026 - O regresso da diplomacia, por Andrés Malamud . O presente artigo faz um apanhado das negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas por parte dos estados-membros da Organização de Estados Americanos. Para participar no processo, os Estados devem aceitar os princípios da democracia política, da economia de mercado livre, do multilateralismo nas negociações internacionais e o consenso na tomada de decisões. 2004-02-01 / 2004-02-29

D. PT/ADN/IEEI/004/0027 - Reflexões em torno da crise do paradigma, por Mónica Hirst . Nos anos 50 houve uma onda de regionalização impulsionada pela reconstrução europeia e nos anos 90 existiu outra, estimulada pelo regionalismo aberto e pelo aprofundamento da integração europeia. A região latino-americana apresentou também resultados em ambas as fases, com relevo especial com o acordo de livre-comércio Estados Unidos-América Latina (ALCA). O Mercosul e a Comunidade Andina de Nações (CAN) tiveram acesso aos mercados da União Europeia mas eventualmente distanciaram-se e o artigo aborda alguns dos fatores que levaram a isso. 2004-11-01 / 2004-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0028 - Inovar para desenvolver, por Ricardo Migueis . O Mercado Comum do Sul e a União Europeia têm valores convergentes e, portanto, enfrentam desafios semelhantes apesar de todas as diferenças geográficas, políticas e económicas. A principal distinção entre ambos, segundo o autor, é a promoção do comércio com a justiça social, algo bem demarcado na identidade da UE. Faz-se um contexto histórico sobre as negociações bi-regionais entre ambas as instituições e salienta-se como a experiência europeia possa servir de exemplo na América do Sul. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0029 - Dilemas do Mercosul a cinco, por Felix Peña . Questiona-se se a adesão da Venezuela ao Mercosul poderá ter efeitos no seu processo de integração, identidade e eficácia. Cada um destes tópicos é elaborado no presente artigo, assim como os maiores desafios para a Mercosul nesta nova etapa. 2006-10-01 / 2006-11-30

D. PT/ADN/IEEI/004/0030 - Anos de uma nova oportunidade, por Guilherme d'Oliveira Martins . O presente artigo aborda a questão da integração aberta, que surge no decorrer do Fórum Euro-Latino Americano e da abertura de um novo caminho para o relacionamento com o Mercosul. 2005-12-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0031 - Brasil-Argentina: Democracia e Integração, por Gelson Fonseca . A presente intervenção faz uma contextualização das relações diplomáticas e económicas entre Brasil e Argentina. Analisa-se a influencia da democratização na alteração de padrões de comportamento entre os líderes políticos latino-americanos e no processo de integração da Mercosul. 2006-11-16 / 2006-11-17

D. PT/ADN/IEEI/004/0032 - A nova arquitectura de segurança africana: o alerta antecipado no seio da União Africana, por João Gomes Porto . O presente artigo aborda a questão da resposta internacional e regional aos conflitos africanos que tem sido maioritariamente reativa e não pró-ativa. Para uma resolução eficaz dos conflitos é necessária uma análise dos fatores estruturais e conjunturais, nesse sentido, a integração africana tem sido fraca. O novo Ato Constitutivo da União Africana reconhece a legitimidade de intervenção externa nos casos graves de violência. O Conselho para a Paz e Segurança prevê a criação de mecanismos regionais de peacekeeping permanentes. 2005-01-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0033 - A União Europeia, o Mercosul e a OMC, por Vítor Martins . Para o autor, o êxito de uma integração regional, respeitadora dos princípios da OMC, constitui a melhor garantia para a prática de uma ordem multilateral. Nesse sentido, o presente artigo analisa os casos da União Europeia e do Mercosul tendo em conta o seu papel regional, externo e nível de integração. A PAC é uma das razões apresentadas para a lentidão do diálogo inter-regional. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0034 - La OMC y las relaciones interregionales: Una visión del Mercosur, por Félix Peña . Las negociaciones ya iniciadas entre la Unión Europea y el Mercosur, constituyen la primera aproximación a la construcción de un sistema comercial multilateral de escala global. Se trata de una iniciativa ambiciosa que se refleja en los acuerdos interregionales de libre comercio entre bloques que pretenden practicar un regionalismo abierto. Este artículo aborda la tensión entre

multilateralismo y regionalismo y las normas de la OMC y las negociaciones entre el Mercosur y la Unión Europea como un caso piloto de relaciones interregionales. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0035 - A integração regional na Europa e nas Américas, por Mario Telò . O presente texto faz uma análise do novo regionalismo, suas causas e implicações, e aborda a questão da exportação do modelo de integração por parte da União Europeia. Divide-se em três partes: Na primeira, explora-se o debate na literatura internacional acerca da natureza do novo regionalismo no mundo, as causas do seu desenvolvimento e as suas implicações no contexto das negociações multilaterais e da governabilidade global. Na segunda, analisam-se estudos de caso da NAFTA e Mercosul. Por fim, na terceira, incide-se sobre as distintas visões relativamente à identidade internacional da União Europeia. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0036 - Atributos e dilemas políticos do Mercosul, por Monica Hirst . O Mercosul é a organização internacional com maior nível de integração na América do Sul. Mesmo com as suas carências institucionais, deu um sentido unitário aos processos de democratização e de revisão das políticas de defesa dos seus Estados membros. Faz-se um contexto da evolução política e económica do Mercosul, de quais os desafios do processo associativo e o funcionamento da organização como comunidade. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0037 - A integração regional e a expansão da jurisdição universal: A União Europeia e o Mercosul, por Alexandra Barahona de Brito . O presente artigo aborda as tensões entre a soberania nacional e a jurisdição universal e quais as suas implicações ao nível das relações entre a União Europeia e o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Divide-se em três partes: a primeira, sobre a persistência das noções limitadas de soberania; a segunda, sobre as soberanias que transcendem os limites clássico, tendo um foco especial o papel desempenhado noções de intervenção humanitária e de defesa transnacional dos direitos humanos. Por último, discute o impacto das territorialidades e das novas soberanias nas relações entre UE-Mercosul. É também abordado o conceito de globalização e de jurisdição mundial. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0038 - Integração e prevenção de conflitos: A criação de comunidades de segurança, por Maria João Seabra . A integração é um fator marcante para a reorganização das relações entre os Estados quer a nível interno, quer externo. O presente artigo aborda a experiência do processo de integração da União Europeia e da Mercosul. Relaciona-se a democracia com a integração, na medida em que permite reforçar e desenvolver as relações bilaterais entre os países; a multilateralização como forma de resolução de conflitos; analisa-se a criação de interesses comuns que sejam mais que a justaposição dos interesses individuais; integração social; processo negociador permanente decorrente da integração regional e a criação de áreas de estabilidade mais vastas. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0039 - Actores de la sociedad civil, globalización, Mercosur y Unión Europea, por Romeo Pérez Antón . El presente texto pretende explorar ampliamente la hipótesis según la cual algunos actores de la sociedad civil impulsan actualmente el proceso de integración del Mercosur. Las relaciones «exteriores» del Mercosur y con él no pueden prosperar si son concebidas en términos estrechamente estatistas, excluyentemente políticos. Se analiza la relación UE-Mercosur, que para el autor ha sido intensa entre ONG, asociaciones sindicales y empresariales, etc. . 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0040 - Integración y gestión de crisis financieras: impacto sobre el caso del Mercosur, por Roberto Lavagna . En este artículo se aborda la creciente movilidad de los capitales y el auge de los acuerdos de integración económica regional y se analiza la relación entre estos procesos, la forma en que se influyen, así como la eventual relación causal entre ellos. El Mercosur se utiliza como un estudio de caso - haciendo un contexto histórico durante décadas desde la década de 1980. Se afirma que es que en las fases de baja liquidez internacional el comercio global, y aun el regional, tiende a limitarse tanto como lo hace el propio crecimiento. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0041 - Mercosul: Instituições, linhas mestras, rumos, por Luiz Olavo Baptista . A necessidade de estabelecer um equilíbrio entre os parceiros, separados por dissimetrias consideráveis, e a necessidade de elaborar normas supranacionais, respeitando o princípio democrático da representação são paradoxos que o desenvolvimento institucional do Mercosul enfrenta. O presente artigo faz um balanço comparativo entre as soluções institucionais da União Europeia e do Mercosul, salientando a visão do Brasil e Uruguai. Delimitam-se as metas de integração do Mercosul, propósitos e motivações. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0042 - El contexto político e institucional del Mercosur, por Romeo Pérez Antón . El designio que ha impulsado el Mercado Común del Sur interpreta los compromisos más trascendentes y los lugares más fértiles de consenso de la comunidad política iberoamericana. El presente artículo empieza abordando la situación actual de los Estados miembros del Mercosur, sus articulaciones, el contexto histórico y la historia de la integración regional. Luego analiza las reformas de las instituciones regionales y las transformaciones llevadas a cabo en el proceso de integración. Por último, se presentan las perspectivas de las relaciones entre el Mercosur y la Unión Europea. 1996-01-01 / 1996-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0043 - Modelar a vida internacional tendo como referências a democracia e a integração, por Álvaro de Vasconcelos e Guilherme d'Oliveira Martins . El Mercosur se irá alejando del paradigma de la integración económica de base territorial, con bordes nítidos, y se acercará a un nuevo paradigma de integración. Este artículo analiza el proceso de negociación del ALCA; si las políticas de comercio exterior pueden generar suficientes efectos disciplinarios y la construcción de la fuerte identidad del Mercosur en el escenario internacional. 1999-01-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0044 - El Mercosur y las negociaciones del ALCA, por Félix Peña . El Mercosur se irá alejando del paradigma de la integración económica de base territorial, con bordes nítidos, y se acercará a un nuevo paradigma de integración. Este artículo analiza el proceso de negociación del ALCA; si las políticas de comercio exterior pueden generar suficientes efectos disciplinarios y la construcción de la fuerte identidad del Mercosur en el escenario internacional. 1999-01-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0045 - La Comunidad Andina de Naciones y los procesos de integración en el hemisfério, por Luis Abugattas Majluf . El presente trabajo analiza la posición y la estrategia de la Comunidad Andina de Naciones en este nuevo contexto de la integración regional. En la primera parte se analizan los objetivos y la experiencia en las relaciones exteriores de la Comunidad Andina, en particular con el Mercosur. En la segunda parte se presentan algunas reflexiones sobre las negociaciones en curso entre la Comunidad Andina y el Mercosur. La tercera parte examina la posición de la Comunidad Andina en relación con el ALCA y las posibilidades de convergencia con el Mercosur en este proceso. 1999-01-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0046 - Integración regional y seguridad internacional: EL caso Mercosur, por Monica Hirst . En el espacio sudamericano, el Mercosur fue lanzado como un proceso asociativo de naturaleza esencialmente pero el proceso de democratización y la existencia de valores comunes ha permitido que se desarrollen más. La transposición de la cooperación económica en la política exterior y los planes de defensa es un proceso lento. En este artículo se aborda este proceso teniendo en cuenta las limitaciones nacionales e internacionales, la dimensión regional y las diferencias entre los Estados Miembros. 1999-01-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0047 - As questões sociais e a sociedade civil, por Ruy Martins Altenfelder Silva . O processo de integração da América Latina não pode ser só realizado pelos organismos governamentais: é necessária a participação dos diversos segmentos da sociedade, como empresários, trabalhadores, universidades, Igreja, ONG, meios de comunicação, etc. Não pode também limitar-se apenas ao campo comercial, devendo também estender-se às infraestruturas, áreas cultural, social, política e jurídica. O presente artigo aborda a relação da integração com todas estas dinâmicas e o seu papel no processo de integração. 1999-01-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0048 - Las sociedades civiles del Mercosur ante el triângulo Unión Europea-Mercosur-ALCA, por Romeo Pérez Antón . Este artículo pretende abordar cómo las sociedades civiles del Mercosur influyen en el triángulo UE-Mercosur-ALCA. Se hacen varias hipótesis de trabajo, entre ellas; Las opiniones públicas y de los principales actores civiles de los países del Mercosur se dividen en corrientes de simpatía hacia la Unión Europea y hacia los Estados Unidos (NAFTA, ALCA); No se ha difundido o afianzado en las opiniones públicas y de los principales actores civiles del Mercosur alguna pauta de compatibilización y algún orden de prioridades sobre las relaciones con la Unión Europea y con Estados Unidos (NAFTA, ALCA). Todos se analizan ampliamente y con el apoyo de datos cuantitativos. 1999-01-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0049 - A questão social como desafio para os processos de integração aberta: O Mercosul e a União Europeia, por Vilmar E. Faria . Para aproximar a União Europeia e o Mercosul em termos de integração ibérica é importante que este tenha características que sejam aceites pela Organização Mundial de Comércio e, entre outras, que assegure a criação de instituições aptas à defesa dos interesses comuns, com participação e controlo pelos cidadãos. O presente artigo analisa a União Europeia e o Mercosul como espaços privilegiados para o debate e a experimentação de integração regionais. São também abordadas as principais dimensões e prioridades, como o meio ambiente e legislação trabalhista. Por fim, trata-se do tema do desenvolvimento regional. 1999-01-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0050 - Sobre as instituições num processo de integração - União Europeia, Mercosul, Comunidade Andina, por José Luís da Cruz Vilaça . Existe uma realidade institucional muito diferente entre os processos de integração em curso na Europa e na América Latina. O presente artigo faz uma análise comparativa às instituições de três organizações: UE, Mercosul e Comunidade Andina, ligando-as aos diversos processos de integração que se encontram. 1999-01-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0051 - Notas sobre o alcance do diálogo político entre a União Europeia e o Mercosul, por Celso Lafer e Gelson Fonseca Jr. A União Europeia e o Mercosul partilham os mesmos valores e têm estreitas relações económicas. O objetivo deste texto é de examinar o alcance do diálogo político e as linhas de aproximação entre as duas organizações. Abordam-se os pontos comuns nas agendas e as duas linhas temáticas que podem ser exploradas: A que deriva, como consequência natural, do encontro económico e que dirá respeito a modelos de organização do sistema internacional e a da identidade de valores entre dois blocos. 1999-01-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0052 - Introdução - A vocação do diálogo, por Celso Lafer . O presente artigo serve de introdução para a publicação, A Europa-América Latina – A convergência natural, que reúne os contributos escritos preparados no quadro do IV Forum EuroLatino-Americano, que se realizou em São Paulo em julho de 1994. É feito um contexto histórico sobre o diálogo entre a América Latina e a Europa e os novos desafios que terá de enfrentar com a mudança de paradigma após o fim da Guerra Fria. 1993-01-01 / 1993-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0053 - Mitos y percepciones encontradas, por Francisco Orrego Vicuña . En este documento se sostiene que las políticas europeas hacia América Latina han generado un distanciamiento entre las dos regiones, en lugar de estrechar los vínculos. La liberalización del comercio no es una prioridad europea en lo que respecta a América Latina, y también explica el hecho de que la ayuda oficial al desarrollo sigue siendo el componente central de las relaciones euro-latinoamericanas. Sin embargo, los vínculos culturales e históricos están ahí no sólo para justificar una iniciativa europea para América Latina, sino también para hacerla funcionar, siempre que la Comunidad esté dispuesta a basar sus relaciones con América Latina en hechos concretos y en un apoyo real a su desarrollo. 1993-01-01 / 1993-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0054 - Uma iniciativa para as Américas?, por Geraldo Holanda Cavalcanti . Houve uma notável evolução e amadurecimento na perceção e na maneira de agir por parte dos governos latino-americanos no que diz respeito às relações euro-latino-americanas. Essa evolução é fruto de vários fatores de ordem política e económica, resultado de ocorrências dos dois lados do Atlântico. O presente artigo aborda os principais marcos desta evolução, as diferentes organizações de integração da América Latina e o lado dos EUA, quer em termos políticos quer económicos. Realça-se a falta de interesse político maior por parte da Europa na América Latina e refere-se que a importância de vínculo mutuo entre ambos. 1993-01-01 / 1993-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0055 - A problemática da integração num mundo de polaridades indefinida, por Celso Lafer e Gelson Fonseca Jr. O novo contexto internacional em suas dimensões políticas e os processos regionais de integração é bastante complexo, o objetivo do presente texto é desenhar um mapa de problemas decorrentes do novo paradigma internacional e cruzar os três campos analíticos das relações internacionais: o estratégico-militar; económico e o de valores. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0056 - La incidencia del nuevo contexto internacional sobre la integración regional, por Aldo Ferrer . Las nuevas circunstancias del escenario internacional contribuyen a explicar el dinamismo que el proceso de integración ha alcanzado en los últimos años en los ámbitos subregionales del continente sur americano y en las relaciones bilaterales. El presente artículo aborda este tema, analizando los diferentes factores que han impulsado la integración, la relación entre la regionalización y la globalización, y su incidencia en el contexto internacional. Se hace una comparación entre el modelo de integración intrasectorial, el modelo centro-periferia y los dilemas del Mercosur. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0057 - Dinâmicas e espaços de integração, por Armando A. de Castro e Fernando Jorge Cardoso . No presente texto debate-se as atuais tendências da integração internacional e a configuração dos diferentes espaços regionais. Em primeiro, analisam-se as origens e lideranças dos processos de integração internacional, seguido de um contexto histórico sobre integração e bipolaridade dos anos quarenta ao início dos anos 90. São realçadas as dinâmicas do fim do século sobre integração regional e multilateralismo. É abordado o alargamento dos espaços de integração regional, nomeadamente na Ásia, América Latina e África. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0058 - A dimensão política do Mercosul: Especificidades nacionais, aspectos institucionais e actores sociais, por Monica Hirst . Três anos desde a assinatura do Tratado de Assunção e já se pode indentificar a natureza política do processo de formação do Mercosul. O presente artigo analisa esta questão, abordando as variáveis políticas nacionais que condicionam o comportamento dos países membros do Mercosul no processo de integração regional e as políticas externas e macroeconómicas. A nível interno, são observados os cenários entre os diferentes Estados-Membros e as condicionantes endógenas. Igualmente se analisa a vertente institucional e quais os atores políticos e sociais. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0059 - Los acuerdos de integración en América Latina | ¿Un proceso convergente?, por José Manuel Quijano . Este artículo aborda los diferentes acuerdos de integración en América Latina (como el TLCAN, la ALADI, el Mercosur), sus particularidades, los principales problemas, las relaciones entre algunos Estados miembros y la situación económica general. Por último, se examina la experiencia de integración de la región. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0060 - Aproveitar a oportunidade, por Félix Peña . O presente texto anuncia a realização da Cimeira Euro-Latino-Americana e a importância da participação da Argentina como contribuição para uma agenda relevante. O autor realça que os objetivos da cimeira anterior não foram atingidos na sua totalidade e que tanto a União Europeia como os países latino-americanos enfrentam hoje novas realidades. Realça-se a necessidade de fazer avançar a adiada associação estratégica entre a União Europeia e o Mercosul. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0061 - Chile, el Mercosur y la Unión Europea (O Chile, o Mercosul e a União Europeia), por Alberto van Klaveren . Este ensaio traça as principais linhas da relação entre o Mercosul e o Chile e as perspectivas para o futuro. Mostra que existe simultaneamente uma tensão e uma complementaridade entre a ambição integracionista que o Mercosul representa e a necessidade de participar na ALCA como membros de uma comunidade hemisférica. O futuro do Mercosul, das suas relações com o Chile, assim como entre estas duas entidades e a UE, será construído com base num caminho equilibrado que supere estas tensões, aproveitando os benefícios de cada projeto permitindo um maior desenvolvimento económico e social, um diálogo mais dinâmico e uma cooperação política, tanto a nível regional como internacional, e a consolidação das instituições democráticas e o respeito pelos valores fundamentais dos direitos humanos. Em anexo ao ensaio encontra-se uma série de documentos que apresentam a relação entre as duas partes de uma perspectiva formal. 2001-10-01 / 2001-10-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0062 - Democracy and social justice in a changing hemisphere (Democracia e justiça social num hemisfério em mudança), por Alexandra Barahona Brito . O presente texto reflete sobre a ideia de democracia, justiça social e desigualdade nos processos de liberalização económica e de criação de mercados regionais na América do Sul. De facto, é defendido, apesar das notórias mudanças ocorridas na região nas últimas três décadas várias questões políticas e sociais continuam na agenda, sugerindo não apenas uma continuidade dos problemas passados, mas também que a mera liberalização económica, sem uma resposta apropriada às questões de equidade social, ameaça todo o processo democrático. O restabelecimento da ordem democrática na América Latina passa, assim, não apenas por um retorno ao comércio livre e à integração regional, mas a utilização destes como forma de criar sendas para o desenvolvimento sustentáveis. 1999-11-01 / 1999-11-30

D. PT/ADN/IEEI/004/0063 - La integración regional en Europa y América: Las incertidumbres de un Mercosur bloqueado (A integração regional na Europa e na América: as incertezas de um Mercosul bloqueado), por Romeo Pérez Antón . Este texto reflete sobre a situação atual do Mercosul, configurada como uma acumulação de problemas, obstáculos e desafios. Analisa, assim, a questão da paralisia do Mercosul como resultado da incapacidade dos atores públicos e dos partidos políticos, que tratam o projeto de integração como um aspeto técnico e comercial, ao invés de um problema de acumulação assimétrica de capacidades, recursos e apoios. A fraqueza da contribuição política, no contexto do institucionalismo intergovernamental dogmático que se mantém, é defendido, resulta em oportunidades perdidas e confunde os decisores privados empenhados no projeto do Mercosul. 2000-01-01 / 2000-04-30

D. PT/ADN/IEEI/004/0064 - Regional integration in Europe and in the Americas (Integração regional na Europa e nas Américas), por Mario Telò . Este texto tem como objetivo fornecer, por um lado, uma análise sobre o novo regionalismo, as suas causas e implicações e, por outro lado, responder à questão se e como é que a União Europeia está a exportar o seu modelo de integração para o resto do mundo. O texto divide-se em três partes: na primeira parte é atendida a importância do debate que surgiu na literatura internacional sobre o a natureza do novo regionalismo no mundo, as causas do seu desenvolvimento e as implicações no quadro das negociações multilaterais e da governança global; na segunda parte é apresentado um caso de estudo sobre o Mercosul e a NAFTA – as organizações regionais mais importantes do continente americano; finalmente, na última parte, é fornecida uma perspectiva sobre uma maior integração política e identidade internacional no seio da UE. 2000-01-01 / 2000-04-30

D. PT/ADN/IEEI/004/0065 - ALCA: "The only ball in the game" (ALCA: "A única bola no jogo", por Alfredo Valladão . A ressaca pós-Seattle deixou os países do Mercosul sem muitas alternativas. Só sobrou a perspectiva de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) como horizonte único de uma negociação comercial dinâmica que beneficia de compromissos políticos e de objetivos claros, com datas marcadas para alcançar as etapas intermediárias e para terminar, responsabilidades definidas, publicidade dos debates, comissões técnicas funcionando e revisões periódicas por parte dos responsáveis governamentais. Na verdade, a ALCA é um desafio para o Mercosul: como continuar avançando na direção de um acordo de livre-comércio hemisférico que todos desejam – com maiores ou menores reservas – sem perder a própria coesão e, portanto, a capacidade de negociar em conjunto frente à potência econômica norte-americana? Em suma, trata-se de uma corrida contra o relógio para manter o momentum da integração sub-regional dentro da dinâmica pesada da integração hemisférica. 2000-01-01 / 2000-04-30

D. PT/ADN/IEEI/004/0066 - Integração regional e relações bilaterais, por Maria João Seabra . O presente texto parte de duas premissas essenciais: a de que a integração regional, sobretudo quando tem objetivos políticos, cria um novo espaço político de relacionamento entre os países, que não se substitui às relações bilaterais; e a de que um processo de integração regional implica um maior empenhamento dos seus membros, levando a uma maior partilha de valores e interesses e a uma diminuição significativa de potenciais conflitos. A União Europeia é apontada como prova do sucesso da integração regional e da sua importância para a resolução de conflitos, na qual são apontados quatro argumentos fundamentais: a exigência de democracias; a inserção num espaço mais vasto e consequente multilateralização das relações entre os países; o aumento de interesses comuns e aumento da capacidade de negociação e cooperação; e criação de novas dinâmicas de relações entre as sociedades e não só entre os Estados. 2000-01-01 / 2000-04-30

D. PT/ADN/IEEI/004/0067 - Integración y gestión de crisis financieras: El caso del Mercosur, (Integração e gestão de crises financeiras: o caso do Mercosul) por Roberto Lavagna . A crescente mobilidade do capital e a sua volatilidade, bem como o aumento dos acordos de integração económica regional, impõem a necessidade de analisar a relação entre estes processos, a forma como se influenciam mutuamente, bem como a eventual relação causal entre eles. Os primeiros dois pontos apresentados neste documento referem-se tanto à direção da relação causal como ao caráter não-neutro da relação. Uma vez excluída a neutralidade desta relação e estabelecida a hipótese sobre a direção causal, é tida como ideia central que a variável financeira tem um impacto diferente dependendo da fase de ciclo de financiamento internacional, que seja de alta liquidez e mobilidade ou, pelo contrário, de baixa disponibilidade de capital e, portanto, de menor mobilidade. 2000-01-01 / 2000-04-30

D. PT/ADN/IEEI/004/0068 - Regional Economic Integration in Africa: Current trends and prospects (Integração económica regional em África: Tendências e perspectivas recentes), por Daniel C. Bach . O fim da Guerra Fria suscitou uma renovada preocupação africana com a regionalização. Desde então, a maioria das organizações regionais africanas mudou os seus acrónimos, aprovou agendas económicas liberais, e comprometeu-se com a necessidade de "reunir" a soberania, ao mesmo tempo que assumiu novas questões como a segurança e a boa governação. Num contexto marcado pela crescente pressão extrarregional para o envolvimento africano em assuntos relacionados com a paz e a segurança, a insegurança e o colapso do Estado contribuem para a revitalização dos mandatos regionais. Enquanto que o regionalismo é um instrumento onnipresente na condução das relações internacionais entre os Estados africanos, a sua prática dificilmente envolve integração ou políticas comuns. Este é apenas o caso quando, como ilustrado pela zona monetária CFA ou SACU, a histerese combina com o domínio hegemónico. Por outro lado, a vitalidade do regionalismo africano provém essencialmente da combinação de representações cognitivas poderosas com políticas orientadas pelos doadores. 2005-05-30 / 2005-05-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0069 - Entre sacudones anímicos e insuficiencias metodológicas: ¿Estará el Mercosur ampliado en condiciones de navegar nuevas realidades regionales y globales? (Entre mudanças de humor e insuficiências metodológicas: Estará o Mercosul alargado em condições de navegar em novas realidades regionais e globais?), por Félix Peña . Nos últimos tempos, a mais recente onda de ceticismo relativamente ao Mercosul teve manifestações críticas na imprensa dos seus parceiros. Nos de menor dimensão económica, Paraguai e Uruguai, refletem uma apreciação frequente de que o Mercosul não só não produziu os benefícios esperados, como até prejudicou os seus respetivos desenvolvimentos económicos. Crises naturais dos meios de comunicação social em qualquer processo de integração entre nações vizinhas? Ou indicadores de uma crise existencial profunda, um pré-anúncio do seu eventual fracasso? De forma a responder a estas questões o presente texto aponta quais são as principais conquistas e fracassos, bem como algumas diretrizes na agenda de questões substantivas pendentes no Mercosul. Conclui-se desta análise que o Mercosul continua a ser um processo político que se baseia em três factos – da vizinhança, da conectividade económica e da valorização da lógica da -, permanecendo um bem público que nada indica ser conveniente desperdiçar. 2006-03-02 / 2006-03-03

D. PT/ADN/IEEI/004/0070 - Crisis en la vecindad: ¿Qué papel para la UE y el Mercosur? (Crise na vizinhança: Que papel para a UE e o Mercosul?), por Gustavo Fernández . A reflexão proposta no presente texto parte de duas premissas essenciais: a de que a integração regional deve alcançar a paz e a prosperidade entre Estados, e a de que as democracias frágeis ou autocracias são o maior obstáculo político à tarefa de alcançar a paz e a prosperidade entre Estados. Partindo destas premissas procura dar resposta às seguintes questões: 1) Pode a “inclusão na diversidade” ser um instrumento útil para alcançar a paz regional e a democracia? 2) Como podem a UE e o MERCOSUL cooperar para promover uma vizinhança democrática? E 3) Quais são as condições para o sucesso da política de inclusão dos Estados vizinhos?. 2006-03-02 / 2006-03-03

D. PT/ADN/IEEI/004/0071 - Saúde e Migrações em Portugal: Algumas Considerações, por Cristina Santinho . O presente texto pretende fazer uma breve abordagem sobre o estado de Saúde dos Imigrantes em Portugal. Para tal coloca-se na perspetiva científica antropológica. É neste contexto que se considera a doença ou o mal-estar dos imigrantes como uma desordem marcante, eventualmente agravada pelos contextos socioeconómicos desfavorecidos. Os problemas físicos e psíquicos também tendem a tornar-se mais significativos nos processos de diáspora. Considera-se, de igual forma, que não existe uma medicina única e essencial, no sentido em que não existe uma medicina independente do seu contexto histórico, político e social. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/004/0072 - Discriminação Percepcionada, por Félix Neto . Discriminação, racismo e preconceito contribuem para problemas e conflitos de minorias étnicas à volta do mundo. Trata-se de fenómenos de uma espessura histórica e de uma complexidade consideráveis. Os conceitos de discriminação e de preconceito são usados na linguagem quotidiana. Uma compreensão dos fatores associados à discriminação percepcionada é importante por várias razões, incluindo a sua ligação com o processo de aculturação e com a adaptação psicossocial. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/004/0073 - Nós, os Outros Existem, por Fernando Moura . A televisão é tida como um dos principais instrumentos de perceção e conhecimento do mundo para grande parte da população, contribuindo, desta forma, para a elaboração de representações acerca da realidade. De alguma maneira, então, a televisão cria a nossa representação do mundo, permite-nos imaginá-lo, estabelece parâmetros e mobiliza as atenções dos seus espectadores. Neste contexto, os jornalistas assumem um papel fundamental quanto à transmissão da realidade difundida pela TV, pois operam uma seleção e uma construção das informações que são emitidas. Sendo assim, a associação do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) e da Cais à iniciativa de abertura da 2.ª à sociedade civil permite que desde 11 de janeiro de 2004 a RTP emita o programa “Nós”. O texto tenta, assim, perceber porque é que este simples espaço é estruturante, já que se trata de um espaço onde os conceitos anteriores desaparecem. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/004/0074 - The Agadir Agreement and Open Regionalism (O Acordo de Agadir e o Regionalismo Aberto), por Steffen Wippel . Marrocos, Tunísia, Egito e Jordânia tomaram a decisão de combinar os seus acordos comerciais bilaterais para formar uma zona comum de comércio livre, numa altura em que os países árabes mediterrânicos viam a necessidade crescente de uma maior integração regional. Ao mesmo tempo, a questão não progrediu mais no mundo árabe. Este documento foca vários aspetos institucionais e geográficos da integração económica ao abrigo do Acordo de Agadir e o contexto em que este foi realizado. Discute as múltiplas opções em áreas económicas sobrepostas e possíveis ajustamentos para efetuar uma integração viável e vantajosa na região. 2005-09-01 / 2005-09-01

D. PT/ADN/IEEI/004/0075 - Relatório científico – Projecto praxis: Macau no contexto das relações entre a União Europeia e a China - o espaço de integração do triângulo do sul da China, por Miguel Santos Neves . O presente relatório pretende refletir sobre a integração regional do triângulo do Sul da China e a relação com a economia e política de Macau e do papel deste nas relações económicas e políticas de Macau com o resto do mundo. Ao mesmo tempo reflete-se sobre o aspeto geográfico de Macau e a perspetiva da abertura da economia macauense à economia mundial a às estratégias necessárias à sua internacionalização. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0076 - Brasil: a vertente atlântica da estratégia portuguesa, por Ricardo Migueis . O Brasil tem procurado revitalizar e fortalecer o Mercado Comum do Sul desde que Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência. Faz parte do programa de desenvolvimento do seu governo fortalecer as ligações políticas e económicas regionais do Mercosul com a Comunidade Andina. O objetivo é construir uma união sul-americana que tenha como epicentro a maior economia da região, o Brasil, e assim desenvolver estratégias comuns para negociar como um bloco com os Estados Unidos, a União Europeia e restantes potências ou blocos económicos regionais já existentes ou emergentes. Para isto, o país apostará, entre outros, na transnacionalização das suas empresas e no seu potencial fortemente exportador. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/004/0077 - ALCA: A hesitante integração hemisférica, por Paulo Moraes . A próxima década será decisiva para a negociação atualmente em curso, com prazo de conclusão fixado para o ano de 2005, de uma área ALCA. A ALCA tem, contudo, evoluído de forma menos dinâmica do que se previa inicialmente. As tensões entre o Governo norte-americano e o Mercosul condicionaram o ritmo e as prioridades do processo. Ao passo que os EUA favorecem a liberalização acelerada, os países do Cone do Sul têm apresentado posições comuns nas discussões defendendo um maior gradualismo e equilíbrio nas negociações. O presente texto debruça-se sobre estas diferenças tendo em conta também a assimetria das economias e níveis de desenvolvimento dos países que compõem a ALCA. 2000-01-01 / 2000-01-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0078 - Unir as diversidades, por Luiz Felipe de Seixas Corrêa . O Brasil, anfitrião de uma reunião dos Presidentes da América do Sul, lidera o processo de aproximação entre os países da região. Os graves problemas que enfrentam muito dos vizinhos do Brasil mostram como será longo e difícil o caminho para a necessária integração da América do Sul. O primeiro passo, no entanto, ficou decidido em Brasília: a concretização de um acordo de comércio livre entre o Mercosul e a Comunidade Andina. O presente texto reflete sobre os processos de articulação da América do Sul que, conclui, é um jogo que todos aqueles que lhe fazem parte têm a ganhar e para o qual o Brasil está a trabalhar prioritariamente, em parceria com os demais países da região. 2000-10-01 / 2000-10-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0079 - De Lisboa a Buenos Aires: Uma estratégia para o consenso, por Ricardo Migueis e Rodrigo Cintra . O desenvolvimento económico com justiça social, no âmbito de um processo de integração regional como o Mercosul, exige a internalização de normas facilitadores de integração, um profundo debate sobre o papel do Estado enquanto entidade reguladora, uma ação integrada entre o governo, empresas, instituições de pesquisa e universidades, procurando ligações intra e inter-regionais. O consenso de Buenos Aires surge como uma oportunidade de superar a dinâmica doméstico-eleitoral que até então determinava o padrão de relacionamento entre os países da América do Sul, e do Mercosul em particular. 2003-12-01 / 2004-01-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0080 - Introdução, por Alexandra Barahona de Brito . O presente documento introduz o relatório do IV Fórum Euro-Latino-Americano, "Além Comércio – Ampliar as Relações UE-Mercosul" enquadrando-o naqueles que foram os objetivos do Fórum. O IV Fórum Euro-Latino-Americano analisou as relações entre a União Europeia e o Mercosul sob diversos ângulos ? institucional, económico e financeiro, político, científico e tecnológico, cultural ?, permitindo elaborar uma visão integrada do presente estado das relações e apontar perspetivas de desenvolvimento futuro. O IV Fórum propôs-se, assim, identificar as áreas de cooperação e apontar tanto os problemas como os fatores que podem influenciar positivamente o comércio, as relações económicas, políticas e culturais e a cooperação no domínio da segurança entre as duas regiões. Neste contexto, o relatório é reflexo destas preocupações, refletindo sobre estas nos diferentes capítulos. 1996-01-01 / 1996-01-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0081 - Instituições e democracia, por Alexandra Barahona de Brito . Cada processo de integração tem a sua dinâmica própria ? e a União Europeia e o Mercosul não são exceção. Em qualquer processo, a definição da estrutura institucional não é uma questão meramente técnica. A natureza das instituições define a natureza política de cada processo de integração. Assim, o debate sobre a reforma institucional acaba por conduzir à discussão sobre a democraticidade dos processos de integração. A necessidade de repensar a natureza e o papel do Estado, bem como o conceito e a prática da soberania emergem igualmente como pontos críticos do binómio democracia-integração. Apesar das diferenças e dos diversos ritmos dos processos de integração, dois temas têm uma particular relevância nas duas regiões: a democracia e as instituições. A problemática institucional tem como principais pontos a insuficiência institucional do Mercosul e a inadaptação das instituições da UE às novas circunstâncias, razão pela qual a questão supranacionalismo versus intergovernamentalidade e o modelo da integração diferenciada estão no centro do debate e do presente texto. 1996-01-01 / 1996-01-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0082 - Introduction (Introdução), por Alexandra Barahona de Brito . O presente documento introduz o relatório do IV Fórum Euro-Latino-Americano, "Beyond Trade – Reinforcing the Partnership Europe-Mercosul" enquadrando-o naqueles que foram os objetivos do Fórum. O IV Fórum Euro-Latino-Americano analisou as relações entre a União Europeia e o Mercosul sob diversos ângulos ? institucional, económico e financeiro, político, científico e tecnológico, cultural ?, permitindo elaborar uma visão integrada do presente estado das relações e apontar perspetivas de desenvolvimento futuro. O IV Fórum propôs-se, assim, identificar as áreas de cooperação e apontar tanto os problemas como os fatores que podem influenciar positivamente o comércio, as relações económicas, políticas e culturais e a cooperação no domínio da segurança entre as duas regiões. Neste contexto, o relatório é reflexo destas preocupações, refletindo sobre estas nos diferentes capítulos. 1996-11-01 / 1996-11-30

D. PT/ADN/IEEI/004/0083 - Institutions and Democracy (Instituições e democracia), por Alexandra Barahona de Brito . Cada processo de integração tem a sua dinâmica própria ? e a União Europeia e o Mercosul não são exceção. Em qualquer processo,

a definição da estrutura institucional não é uma questão meramente técnica. A natureza das instituições define a natureza política de cada processo de integração. Assim, o debate sobre a reforma institucional acaba por conduzir à discussão sobre a democraticidade dos processos de integração. A necessidade de repensar a natureza e o papel do Estado, bem como o conceito e a prática da soberania emergem igualmente como pontos críticos do binómio democracia-integração. Apesar das diferenças e dos diversos ritmos dos processos de integração, dois temas têm uma particular relevância nas duas regiões: a democracia e as instituições. A problemática institucional tem como principais pontos a insuficiência institucional do Mercosul e a inadaptação das instituições da UE às novas circunstâncias, razão pela qual a questão supranacionalismo versus intergovernamentalidade e o modelo da integração diferenciada estão no centro do debate e do presente texto. 1996-11-01 / 1996-11-30

D. PT/ADN/IEEI/004/0084 - Introducción (Introdução), por Alexandra Barahona de Brito . O presente documento introduz o relatório do IV Fórum Euro-Latino-Americano, “Además del Comercio – Ampliar las Relaciones Europa-Mercosur” enquadrando-o naqueles que foram os objetivos do Fórum. O IV Fórum Euro-Latino-Americano analisou as relações entre a União Europeia e o Mercosul sob diversos ângulos ? institucional, económico e financeiro, político, científico e tecnológico, cultural ?, permitindo elaborar uma visão integrada do presente estado das relações e apontar perspectivas de desenvolvimento futuro. O IV Fórum propôs-se, assim, identificar as áreas de cooperação e apontar tanto os problemas como os fatores que podem influenciar positivamente o comércio, as relações económicas, políticas e culturais e a cooperação no domínio da segurança entre as duas regiões. Neste contexto, o relatório é reflexo destas preocupações, refletindo sobre estas nos diferentes capítulos. 1996-11-01 / 1996-11-30

D. PT/ADN/IEEI/004/0085 - Instituciones Y Democracia (Instituições e democracia), por Alexandra Barahona de Brito . Cada processo de integração tem a sua dinâmica própria ? e a União Europeia e o Mercosul não são exceção. Em qualquer processo, a definição da estrutura institucional não é uma questão meramente técnica. A natureza das instituições define a natureza política de cada processo de integração. Assim, o debate sobre a reforma institucional acaba por conduzir à discussão sobre a democraticidade dos processos de integração. A necessidade de repensar a natureza e o papel do Estado, bem como o conceito e a prática da soberania emergem igualmente como pontos críticos do binómio democracia-integração. Apesar das diferenças e dos diversos ritmos dos processos de integração, dois temas têm uma particular relevância nas duas regiões: a democracia e as instituições. A problemática institucional tem como principais pontos a insuficiência institucional do Mercosul e a inadaptação das instituições da UE às novas circunstâncias, razão pela qual a questão supranacionalismo versus intergovernamentalidade e o modelo da integração diferenciada estão no centro do debate e do presente texto. 1996-11-01 / 1996-11-30

D. PT/ADN/IEEI/004/0086 - Introduction (Introdução), por Vera Throstensen e Maria João Seabra . O presente documento faz parte dos textos elaborados do III Fórum Euro-Latino-Americano e introduz os objetivos da conferência: a contribuição para o debate internacional, propondo a integração aberta como tema de reflexão e a necessidade de uma nova parceria entre a União Europeia e o Mercosul. 1995-03-01 / 1995-03-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0087 - The new international context (O novo contexto internacional), por Vera Throstensen e Maria João Seabra . O presente documento faz parte dos textos elaborados do III Fórum Euro-Latino-Americano e analisa o papel da integração no sistema internacional num período de transição após a Guerra Fria. Refere, assim, quais as características mais marcantes do atual sistema internacional e de que forma estas interferem e podem provocar alterações nos mecanismos e integração regionais. 1995-03-01 / 1995-03-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0088 - Open Integration (Integração aberta), por Vera Throstensen e Maria João Seabra . O presente documento faz parte dos textos elaborados do III Fórum Euro-Latino-Americano e contextualiza o conceito de integração e integração regional. A integração regional, diz-se, deverá ser aberta para que possa ser um fator de organização na ordem internacional. Aborda-se ainda a funcionalidade da integração para as estratégias nacionais de desenvolvimento económico e social e faz-se uma comparação entre os diferentes modelos de integração da União Europeia e da Mercosul. Por fim, considera-se que os modelos de integração podem constituir a base fundamental para a construção de um novo multilateralismo. 1995-03-01 / 1995-03-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0089 - Current challenges for the European Union and the Mercosul (Desafios actuais da União Europeia e do Mercosul), por Vera Throstensen e Maria João Seabra . O presente documento faz parte dos textos elaborados do III Fórum Euro-Latino-Americano e analisa o papel da integração como fator de reorganização do sistema internacional. Foca-se na dimensão dos desafios experienciados por dois grandes projetos de integração regional, nomeadamente a União Europeia e o Mercosul, correspondendo-lhes as respostas que têm sido dadas pelos dois blocos. Na União Europeia referem-se: a

instabilidade provocada pelas profundas mudanças induzidas pela queda da União Soviética; os desafios à segurança, nomeadamente aqueles vindos do Mediterrâneo; o reaparecimento do nacionalismo; a questão das regiões e do alargamento; a necessidade de democratização; a coesão económica e a solidariedade. No Mercosul destacam-se os problemas inerentes à assimetria económica entre os seus membros; o tornar-se uma união aduaneira, o Mercosul deixa de ser um processo gradual para os membros que aderem; a coesão e vontade política. 1995-03-01 / 1995-03-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0090 - The European Union and the Mercosul: A new partnership (União Europeia e Mercosul: uma nova parceria), por Vera Throstensen e Maria João Seabra . O presente documento faz parte dos textos elaborados do III Fórum Euro-Latino-Americano e considera o longo historial entre a União Europeia e a América Latina. Indaga-se, a este respeito, sobre o futuro destas relações agora que alguns países americanos partiram para uma experiência de integração – a do Mercosul - e de que forma se pode evoluir para uma nova diplomacia desses espaços integrados. 1995-03-01 / 1995-03-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0091 - The creation of a qualified free trade zone (A criação de uma zona de livre comércio qualificada), por Vera Throstensen e Maria João Seabra . O presente documento faz parte dos textos elaborados do III Fórum Euro-Latino-Americano e serve como proposta que defende a formação de um espaço concreto de aproximação entre a União Europeia e o Mercosul a partir da criação de uma zona qualificada de livre comércio entre espaços integrados. Identifica, portanto, os objetivos comuns destes dois blocos regionais pensando o papel da integração como fator essencial para a reorganização do sistema internacional, por um lado, e baseando-se nas principais questões que marcam o contexto internacional hoje. 1995-03-01 / 1995-03-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0092 - Introduction (Introdução), por Alexandra Barahona de Brito . O presente documento introduz o relatório do IV Fórum Euro-Latino-Americano, “Además del Comercio – Ampliar las Relaciones Europa-Mercosur” enquadrando-o naqueles que foram os objetivos do Fórum. O IV Fórum Euro-Latino-Americano analisou as relações entre a União Europeia e o Mercosul sob diversos ângulos ? institucional, económico e financeiro, político, científico e tecnológico, cultural ?, permitindo elaborar uma visão integrada do presente estado das relações e apontar perspectivas de desenvolvimento futuro. O IV Fórum propôs-se, assim, identificar as áreas de cooperação e apontar tanto os problemas como os fatores que podem influenciar positivamente o comércio, as relações económicas, políticas e culturais e a cooperação no domínio da segurança entre as duas regiões. Neste contexto, o relatório é reflexo destas preocupações, refletindo sobre estas nos diferentes capítulos. 1996-11-01 / 1996-11-30

D. PT/ADN/IEEI/004/0093 - Institutions et démocratie (Instituições e democracia), por Alexandra Barahona de Brito . Cada processo de integração tem a sua dinâmica própria ? e a União Europeia e o Mercosul não são exceção. Em qualquer processo, a definição da estrutura institucional não é uma questão meramente técnica. A natureza das instituições define a natureza política de cada processo de integração. Assim, o debate sobre a reforma institucional acaba por conduzir à discussão sobre a democraticidade dos processos de integração. A necessidade de repensar a natureza e o papel do Estado, bem como o conceito e a prática da soberania emergem igualmente como pontos críticos do binómio democracia-integração. Apesar das diferenças e dos diversos ritmos dos processos de integração, dois temas têm uma particular relevância nas duas regiões: a democracia e as instituições. A problemática institucional tem como principais pontos a insuficiência institucional do Mercosul e a inadaptação das instituições da UE às novas circunstâncias, razão pela qual a questão supranacionalismo versus intergovernamentalidade e o modelo da integração diferenciada estão no centro do debate e do presente texto. 1996-11-01 / 1996-11-30

D. PT/ADN/IEEI/004/0094 - União Europeia e Mercosul: uma nova parceria, por Vera Throstensen e Maria João Seabra . O presente documento faz parte dos textos elaborados do III Fórum Euro-Latino-Americano e considera o longo historial entre a União Europeia e a América Latina. Indaga-se, a este respeito, sobre o futuro destas relações agora que alguns países americanos partiram para uma experiência de integração – a do Mercosul - e de que forma se pode evoluir para uma nova diplomacia desses espaços integrados. 1995-03-01 / 1995-03-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0095 - A criação de uma zona de livre comércio qualificada, por Vera Throstensen e Maria João Seabra . O presente documento faz parte dos textos elaborados do III Fórum Euro-Latino-Americano e serve como proposta que defende a formação de um espaço concreto de aproximação entre a União Europeia e o Mercosul a partir da criação de uma zona qualificada de livre comércio entre espaços integrados. Identifica, portanto, os objetivos comuns destes dois blocos regionais pensando o papel da integração como fator essencial para a reorganização do sistema internacional, por um lado, e baseando-se nas principais questões que marcam o contexto internacional hoje. 1995-03-01 / 1995-03-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0096 - Desafios actuais da União Europeia e do Mercosul, por Vera Throstensen e Maria João Seabra . O presente documento faz parte dos textos elaborados do III Fórum Euro-Latino-Americano e analisa o papel da integração como fator de reorganização do sistema internacional, destacando os principais desafios que surgem durante as duas experiências consideradas, a União Europeia e a Mercosul, e salientando como tais desafios têm sido respondidos. 1995-03-01 / 1995-03-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0097 - A integração aberta, por Vera Throstensen e Maria João Seabra . O presente documento faz parte dos textos elaborados do III Fórum Euro-Latino-Americano e contextualiza o conceito de integração e integração regional. A integração regional, diz-se, deverá ser aberta para que possa ser um fator de organização na ordem internacional. Aborda-se ainda a funcionalidade da integração para as estratégias nacionais de desenvolvimento económico e social e faz-se uma comparação entre os diferentes modelos de integração da União Europeia e da Mercosul. Por fim, considera-se que os modelos de integração podem constituir a base fundamental para a construção de um novo multilateralismo. 1995-03-01 / 1995-03-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0098 - O novo contexto internacional, por Vera Throstensen e Maria João Seabra . O presente documento faz parte dos textos elaborados do III Fórum Euro-Latino-Americano e analisa o papel da integração no sistema internacional num período de transição após a Guerra Fria. Refere, assim, quais as características mais marcantes do atual sistema internacional e de que forma estas interferem e podem provocar alterações nos mecanismos e integração regionais. 1995-03-01 / 1995-03-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0099 - Introdução, por Vera Throstensen e Maria João Seabra . O presente documento faz parte dos textos elaborados do III Fórum Euro-Latino-Americano e introduz os objetivos da conferência: a contribuição para o debate internacional, propondo a integração aberta como tema de reflexão e a necessidade de uma nova parceria entre a União Europeia e o Mercosul. 1995-03-01 / 1995-03-31

D. PT/ADN/IEEI/004/0100 - A Integração Aberta – Da união Europeia e do Mercosul à Ordem Internacional, por Vera Throstensen e Maria João Seabra . O presente documento foi elaborado com base nos textos do III Fórum Euro-Latino-Americano, reunido em S.Paulo em julho de 1994 que teve como grande objetivo construir um ponto de encontro e de diálogo entre a comunidade política, científica, empresarial e diplomática das duas regiões. Além dos contributos de variados especialistas, o relatório incorpora a súmula das discussões no seminário organizado em Buenos Aires. 1995-03-01 / 1995-03-31

SR. PT/ADN/IEEI/005

Título: Segurança e defesa.

Datas extremas: 1982-00-00 / 2012-00-00

Dimensão e suporte: 298 documentos impressos e digitalizados incluindo 3 fotografias (jpg).

D. PT/ADN/IEEI/005/0001 - Cibercrime: A Ameaça e Algumas Respostas, por João Labescat . No último quartel do século XX a Internet começou a mudar o mundo. Porém, paralelamente às formas lícitas do uso da Internet apareceram formas ilícitas – acesso ilegítimo a dados, espionagem, usurpação de identidade de pessoas e de instituições, pirataria de software, pornografia infantil, etc. – que necessitam de uma resposta por parte das autoridades judiciais à sua altura. UE, G8 e grandes empresas digitais apressam-se a apresentar planos e mecanismos de combate ao cibercrime de modo a conseguirem ultrapassar o gap que os separa dos prevaricadores. Contudo, este combate suscita questões éticas de relevo - conservação de provas sem limite, interceção das telecomunicações, etc. – são exemplos de medidas pontualmente sugeridas e que podem pôr em causa o direito à privacidade dos cidadãos. 2000-07-01 / 2000-07-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0002 - Cibercrime, por Joana Amado . No final do século XX a segurança do “ciberespaço” tornou-se uma prioridade dos governos. À medida que mais e mais importantes operações – quer de agências governamentais quer de privados – vão passando pelo uso da Internet, mais esta se torna atrativa a ataques que visem a extorsão, a concretização de agendas terroristas, ou a satisfação originada pela pura malvadez. 2000-07-01 / 2000-07-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0003 - As Capacidades da Marinha de Guerra Portuguesa, por Alexandre Reis Rodrigues . A Marinha de Guerra portuguesa deve ser devidamente equipada com vista às suas funções essenciais de intervenção no exterior, defesa do

país e fiscalização das águas de jurisdição nacional. A Marinha será assim detentora de capacidades com as quais contribuirá para a salvaguarda da paz e segurança mundial, tendo igualmente capacidade de oposição às tentativas de agressão à sua integridade. 2001-03-01 / 2001-03-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0004 - Traffic: Uma Batalha que não Merece ser Travada?, por Román D. Ortiz . Neste texto, a propósito do aclamado filme "Tráfico, ninguém sai ileso" que aborda a questão da real eficácia do tradicional combate ao tráfico de droga, são expostos os argumentos de quem acredita que as políticas governamentais tradicionais, assentes na perseguição penal do tráfico, são inúteis e contraproducentes, devendo avançar-se para a legalização deste fenómeno. 2001-05-01 / 2001-05-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0005 - Quem Pode Controlar a Internet?, por Víctor Drummond . Há novas questões a ser colocadas, impensáveis há uns tempos, quanto à total liberdade de expressão através da Internet, sobre a hipótese de serem colocados limites a essa liberdade e sobre quem os deveria estabelecer. Há temáticas nocivas – racistas, nazis, de apelo à violência e até sobre como fazer bombas caseiras com vista a atentados – e outras que não o são da mesma forma. As perguntas sobre quais os temas a controlar e quem será o titular desse poder controlador impõem-se. 2001-06-01 / 2001-06-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0006 - As Lições Chinesas de George W. Bush, por Régine Serra . O incidente entre o avião-espião americano e o caça chinês teve como consequências a aterragem de emergência daquele no sul da costa chinesa e a demonstração do aumento de poder da China que se permite agora enfrentar diretamente os EUA. A gestão desta crise confirma a primazia da defesa dos interesses comuns em detrimento de interesses estratégicos. 2001-06-01 / 2001-06-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0007 - Defesa, a Palavra de Ordem, por Thérèse Delpech . Acerca da defesa antimissil, há, nos EUA, dois campos opostos – os que entendem não ser provável que algum país decida atacar o território americano, crendo que, além de outras razões, tal iria complicar as relações com os aliados; os que pensam que o perigo reside no surgimento de um número crescente de países em condições de se poderem dotar de armas de destruição maciça com um cada vez maior alcance. Olhando para o mundo, no tocante a esta mesma questão, verificamos que o mesmo mundo que se encontra dominado pela necessidade de defesa é igualmente dominado pela dissuasão nuclear, algo incompatível e nada tranquilizador... 2001-09-01 / 2001-09-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0008 - O que é um Estado pária?, por George Joffé . A administração Bush ressuscitou o projeto de defesa antimissil e a expressão “estados-párias” ligada a uma firme oposição de alguns países contra interesses ocidentais e, sobretudo, americanos. Projeto e expressão estão ligados já que a diabolização de tais estados gera a justificação da defesa antimissil. A designação de “estados párias” engloba, sobretudo, os países ligados ao conflito israelo-árabe. 2001-09-01 / 2001-09-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0009 - Fazer a guerra na Europa de hoje . Trata-se das memórias do general norte-americano W. K. Clark, enquanto comandante das operações da NATO no Kosovo. O general contesta o papel dos decisores políticos e militares norte-americanos que, visando evitar custos em termos de relações públicas e ignorando a lógica militar, não decidiram sobre o que deviam e decidiram sobre o que não deviam. Clark afirma ainda que a vitória foi conseguida à tangente. 2001-09-01 / 2001-09-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0010 - Desafio Global. Resposta Universal? . No rescaldo dos ataques terroristas de 11 de setembro, o mundo tenta perceber quais as implicações de tal bárbaro ataque para a estabilidade da ordem internacional e o que esperar dos principais players mundiais. Este texto sintetiza o pensamento de vários autores a este respeito. 2001-10-01 / 2001-10-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0011 - Quem é responsável?, por George Joffé . Neste texto são analisadas as raízes da rede terrorista Al-Qa'ida, unanimemente considerada responsável pelos ataques terroristas de 11 de setembro. São reveladas as responsabilidades do ocidente no fortalecimento desta organização terrorista. Aqui chegados, mostra-se necessário agir com sabedoria, evitando-se as soluções simplistas e tendo presente que a repressão de per si não resolverá o problema, podendo até intensificá-lo. 2001-10-01 / 2001-10-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0012 - A Defesa ainda Existe?, por Maria do Rosário de Moraes Vaz . Neste texto, evidencia-se a forma como os ataques terroristas de 11 de setembro influenciarão a organização futura do sector da defesa dos Estados. Com estes bárbaros ataques, o mundo percebeu que as ameaças deixaram de ser exclusivamente de natureza militar e que instrumentos civis poderiam passar a ser utilizados para atos de carnificina orquestrados por organizações não estaduais. Esta constatação

poderá desencadear a ideia de que as forças armadas deixaram de ser necessárias mas tal pensamento é enganador. O combate ao terrorismo dependerá também das ações das tradicionais forças armadas, embora estas necessitem de se adaptar a novos contextos e a missões fora do espectro tradicional da guerra convencional. Nesse sentido, Portugal deve continuar o esforço de reestruturação das suas forças armadas e a Europa persistir na sua política de defesa comum. 2001-10-01 / 2001-10-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0013 - Informação contra o Terror, por Álvaro de Vasconcelos . Na sequência dos atentados terroristas do 11 de setembro, o autor do texto analisa a exploração sensacionalista dos mesmos que amplia o medo, fazendo o jogo da rede de Bin Laden – confunde-se a rede em causa com o mundo islâmico, confunde-se a Al Qaeda com todos os políticos islamistas e, sobretudo, não se fixa um objetivo preciso tal como manda a doutrina militar. 2001-11-01 / 2001-11-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0014 - A Economia contra o Terror, por Jurgen Brauer . O autor do texto aborda a área da economia do terrorismo, tendo em conta que o mesmo é o uso da violência com um objetivo político. No tocante ao 11 de setembro, em que não houve exigências políticas nem nenhum objetivo declarado, poderá pensar-se que o terrorismo entrou numa nova fase ou que o ataque em causa foi uma aberração. Entendem os economistas que os governos dos países devem limitar os recursos dos terroristas e proteger os alvos alternativos, e que os EUA terão de fazer compreender aos aliados que a não cooperação nos esforços antiterroristas seria funesta, sendo que, nesse caso, a sua ajuda económica e militar ao resto do mundo teria ser reduzida. 2001-11-01 / 2001-11-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0015 - Uma Tipologia do Terror?, por George Joffé . Após o 11 de setembro, foi ressuscitada a tese do conflito entre a civilização ocidental e a oriental, sendo o ataque visto como uma concretização do mesmo. Segundo o autor do texto, o ataque em causa deve-se, entre outros factos, à presença norte-americana na Arábia Saudita, à tragédia dos palestinianos e à falência da política ocidental em relação ao Iraque. A partir de 1979, a revolução islâmica, no Irão, e a luta contra a intervenção soviética no Afeganistão, com o apoio americano e saudita, conduziram ao reconhecimento da eficiência do poder purificador da violência terrorista. 2001-11-01 / 2001-11-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0016 - As Religiões e a Crise Atual, por Bruno Cardoso Reis . Após o ataque de 11 de setembro, cujo objetivo parece ter sido, segundo o autor do texto, o de desencadear uma guerra religiosa, há quem fale na eminência de uma guerra mundial de religiões. Mas será que Bin Laden representa a religião islâmica? Será esta religião, tal como se crê no ocidente, propensa à violência? Não nos podemos esquecer de que a maioria dos muçulmanos e dos seus líderes religiosos afirma lamentar as vítimas do 11 de setembro, mostrando, muitos deles, aversão aos talibans. Sem deixar de reconhecer a existência de profundas diferenças culturais e religiosas entre as áreas geográficas em causa, temos de reconhecer igualmente que elas não terão de conduzir, fatalmente, à confrontação. 2001-11-01 / 2001-11-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0017 - Do Afeganistão ao Terror Universal, por Bruno Cardoso Reis . A história do Afeganistão não é simples, dadas as poucas fontes e porque nelas só é referido o principal grupo étnico simplesmente designado por afegãos, fazendo-se, assim, uma limpeza étnica intelectual...Sobre os talibans não falta material, sendo conhecido o papel dos serviços secretos paquistaneses na sua formação, em 1994, destacando estudantes de teologia (daí o nome) para fazerem proteção armada de caravanas comerciais. Os talibã rapidamente souberam aproveitar o descontentamentos e o caos existentes, apresentando-se como donos da lei e da ordem, apesar de não serem consensuais mesmo no Islão mais militante. 2001-11-01 / 2001-11-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0018 - Europa, América e Mediterrâneo - No pós-11 de Setembro, por Jaime Gama . Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 mudaram o mundo. Até esse dia, as ameaças aos estados provinham de outros estados e eram ameaças perfeitamente delimitadas, conhecidas e concretas. Com o 11 de setembro, estas tornaram-se difusas e dispersas. Em ordem ao seu combate, os estados têm de se unir e as respostas têm de ser articuladas em ambas as dimensões da segurança – quer a interna quer a externa – com meios civis e/ou militares. Este é um desafio multidisciplinar, cuja solução se encontra numa mescla de respostas económicas, culturais, securitárias, militares, etc. Portugal, como pioneiro da globalização, integrado na UE, tem também um papel a desempenhar, ao contribuir para o diálogo intercivilizacional e interreligioso. A resposta ao terrorismo passa pela união e colaboração entre os Estados. Encontra-se na UE, mais concretamente no seu exemplo de uniformização de procedimentos e na colaboração coordenada entre Estados, a exemplificação do caminho certo de combate ao terrorismo e ao crime organizado transfronteiriço. 2002-01-01 / 2002-01-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0019 - Segurança global e justiça: o desafio dos Direitos Humanos, por Alexandra Barahona de Brito . Diversas revoluções intensificaram a ligação entre segurança e justiça – a revolução dos direitos humanos, a revolução

democrática e a emergência de redes transnacionais de ativistas. Um novo intervencionismo centrado nas pessoas passou a existir, considerando-se legítima a intervenção da comunidade internacional com vista à paz ou à justiça. A noção de soberania está, assim, a mudar, acrescentando-se ainda os novos desafios como o ambiente, os oceanos, o terrorismo internacional, o tráfico de armas e de drogas... 2002-01-01 / 2002-01-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0020 - Paradoxos do desejo multipolar europeu, por Teresa Botelho . Neste texto, reflete-se acerca da Política Externa e de Defesa Europeia. Tal como em muitos outros dossiers, a questão da construção da política externa comum enferma de uma relativa falta de sentido de pertença à Europa. Com efeito, imperam ainda as lógicas nacionalistas no seio dos Estados-membros. Isto ficou perfeitamente patente aquando do conflito do Iraque, questão na qual, a UE não conseguiu falar a uma só voz. Durante um certo período, houve quem pensasse que o poderio da Europa, no mundo, poderia ficar-se pelo domínio do simbólico, com o exemplo das suas instituições e dos seus valores a alimentar este seu soft power. Seguindo esta lógica, houve quem afirmasse que a Europa “seria de Vénus” e os EUA “seriam de Marte”. Hoje, cada vez estão em maior número aqueles que duvidam da viabilidade desta estratégia. A crise dos Balcãs veio demonstrar à saciedade que a falta de uma força militar eficaz não permite à UE ser um ator credível no cenário internacional. 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0021 - Para uma política de segurança global da União Europeia, por Ana Paula Brandão . O fim da Guerra Fria não trouxe consigo o fim das ameaças à paz e à segurança do mundo e, concretamente, da Europa. Os conflitos étnicos, a criminalidade organizada, o terrorismo, etc. são tudo provas disso mesmo. É, portanto, fundamental que a UE tenha uma defesa própria e independente da NATO, ou seja, do protetorado estado-unidense. O presente texto avalia os primeiros anos da Política Externa e de Segurança Comum (PESC). Alguns passos têm sido dados mas todo este esforço continua a ser intergovernamental, continuando a faltar o sentido de pertença à Europa, ou seja, a noção federativa. Não deixa de ser sintomático que, aquando da questão do conflito EUA-Iraque, a voz que monopolizou a comunicação social tenha sido a de Blair (Primeiro-Ministro do Reino Unido) e não de Solana (Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia). 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0022 - A Política Europeia de Segurança e Defesa: que futuro?, por Augusto Rogério Leitão . Desde 1954 que se vem falando da política de defesa da Comunidade Europeia – Comunidade Europeia de Defesa (CED). Contudo, face ao comprometimento dos países europeus para com a NATO bem como perante a preponderância dos assuntos económicos, esta política de defesa foi, praticamente, esquecida. Já em 1987, o Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa da UEO adotou a “Plataforma sobre os interesses europeus em matéria de segurança” onde referiu que “a construção europeia ficará inacabada se não abranger as dimensões de segurança e defesa”. Com o Tratado de Maastricht, em 1992, nasce a Política Externa e de Segurança Comum (PESC). Contudo, a separação da defesa europeia face aos Estados-Unidos, via NATO, mostra-se muito incipiente. A presença da UE no palco internacional está comprometida, na exata medida das limitações do seu poder militar. Muitos consideram que a UE é uma potência-civil com um soft power “amortecedor” do hard power da hiperpotência americana, sendo inverosímil pensar-se num papel mais proeminente desta no mundo, num curto prazo. 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0023 - Segurança europeia e alargamentos da União Europeia e da NATO, por Luís Leitão Tomé . Tanto a UE como a NATO apresentam-se como organizações com uma permanente vocação para o seu próprio crescimento. Dito isto, a falta de coordenação entre ambos os processos de alargamento, na Europa Central e Oriental, pode gerar uma tendência de disputa pela influência nessa região. Os Estados-membros da UE dividem-se entre aqueles que pertencem e os que não pertencem à NATO. O mesmo se passa com a NATO, relativamente à pertença dos “países NATO” na UE. Ora, sem uma excelente articulação entre estas duas estruturas, esta sobreposição pode gerar ambivalências, isto é, desunião, em questões relativas à segurança europeia. Com o futuro alargamento a Leste da UE, estes problemas irão reduzir-se na justa medida em que, grosso modo, o espaço NATO na Europa e UE na Europa serão condizentes. O texto aborda, ainda, as consequências da opção pelo alargamento e pelo não-alargamento da NATO na Europa Oriental. 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0024 - Terrorismo global, por George Joffé . Este texto, e a propósito dos ataques de 11 de setembro, reflete acerca da natureza do fenómeno terrorista. Com efeito, é consensual afirmar que o terrorismo é a grande ameaça do início do século XXI. Contudo, questiona-se a tese de que, tal como sucedida no período da Guerra Fria, se esteja perante um choque ideológico puro. É explicada a origem do movimento Jihadista. A agenda puramente securitária dos EUA é insuficiente e poderá, até, mostrar-se contraproducente. A UE, reforçando a Parceria Euro-Mediterrânica, pode dar um exemplo ao mundo, relativamente à boa maneira de gerir a crise do terrorismo. 2005-01-01 / 2005-01-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0025 - EULARO - De Quanta Segurança Necessita a nossa Liberdade, por José Fernández Viega . Analisa-se, neste texto, a forma como é encarado e combatido o terrorismo atribuído ao islamismo radical, confrontando-se o mesmo

com atos levados a cabo por países do ocidente – os ataques do IRA que renunciou à luta armada dias antes dos ataques nos transportes públicos em Londres atribuídos ao islamismo radical, a transgressão dos limites praticada na base naval de Guantânamo, com detidos ilegais alvos de violência -, atos inaceitáveis no âmbito da cultura política ocidental. Segundo o autor, o terrorismo não deve ser objeto de uma resposta militar ou policial violenta, mas de uma resposta que mobilize questões doutrinárias e morais fundamentais para a auto-imagem democrática, devendo ser tido em conta que a conceção militarista de violência política absorve recursos essenciais que permitiriam enfrentar as causas da miséria no Terceiro Mundo. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/005/0026 - Cooperação industrial e investigação científica no contexto militar, por Lemos Ferreira . A investigação científica e tecnológica constitui base fundamental para o desenvolvimento, qualidade transversal, ora histórica ora geograficamente, tanto no âmbito do privado, na relação Estado a Estado, ou ambos. Em Portugal, destaca-se o trabalho efetuado previamente na fase inicial das descobertas cujos achados e desenvolvimentos alicerçam a identidade portuguesa e a sua projeção internacional. Contrariando as opiniões de que as exigências internacionais modernas obrigam à posse de recursos e de capacidades para além das capacidades de fé humanas, e recorrendo ao “caso Japonês” como exemplo, o presente artigo dá corpo à ideia de que também em Portugal será possível, em repetição contemporânea das capacidades demonstradas no período quinhentista, fazer fluir e convergir os fatores da vontade coletiva e da fé no ideal português, sob a chefia dos responsáveis desempenhando um papel de condutores de um Povo à procura de si próprio. É argumentado, neste âmbito, que uma organização justa, com determinação contínua e aplicação justa dos recursos, poderá dar um sentido e objetivo mais claro à investigação científica e tecnológica em Portugal que, por sua vez, colocará o país no quadro dos projetos de cooperação industrial internacional. 1986-09-21 / 1986-12-20

D. PT/ADN/IEEI/005/0027 - Developments in NATO's strategy, por Cornelius de Jager . The political aim of NATO is to defend its territory as far as possible. The question thus is how to defend it and with what. The answer is to be found in the field of strategy and the measures needed to implement that strategy. Strategic thinking has been intrinsically connected to issues of safety and defence, with a variety of factors (resources, manpower, emerging technologies and others) relating to its success and dynamic constitution. It thus becomes of paramount importance to discuss in which way can NATO's defence strategy become dynamic and flexible to the different processes that influence its actuation. For that, the present paper discusses the historical background, present situation and aspects of future development that permeate the contemporary challenges faced by NATO. 1986-09-21 / 1986-12-20

D. PT/ADN/IEEI/005/0028 - A gestão de crises, por Pedro Catarino . O sistema de gestão de crises da NATO foi desenvolvido para cobrir todo o espectro de situações de conflito e instabilidade internacionais, necessidades particulares e crises mais graves no contexto das relações internacionais. Assim, apesar de a Aliança nunca ter enfrentado uma crise que ameaçasse diretamente a área da NATO, esta tem lidado com períodos de instabilidade e insegurança. Diversos conflitos nacionais e supranacionais ao longo do século XX terão exigido uma avaliação da política de defesa da Aliança, assim como uma revisão da amplitude da sua agência. Apondo alguns exemplos destes conflitos – como aqueles envolvendo a União Soviética, a Checoslováquia, Polónia e outros – que, mesmo não implicando uma ameaça direta à integridade e interesses vitais dos membros da Aliança requerem uma reação por parte desta, o presente artigo foca-se nos processos de decisão que envolvem primeiramente os 16 países soberanos que constituem a NATO. Assim, de forma independente aos motivos e objetivos iniciais da Aliança (o de proteção e segurança dos seus membros), é tido que são antes os governos da Aliança que determinarão, em última instância, o nível de gravidade e agência – ou ausência dela – que a Aliança deve exercer. 1986-09-21 / 1986-12-20

D. PT/ADN/IEEI/005/0029 - La defensa estratégica soviética, por Angel Viñas . La Iniciativa de Defensa Estratégica (IDE o SDI) del presidente Reagan ha dado origen a una enconada discusión que ha dividido a los expertos y a los Gobiernos de los países miembros de la Alianza Atlántica. No en último término, ha tenido repercusiones ciertas sobre la relación entre las dos superpotencias. Así, a medida que el presidente Reagan va a continuar apoyando la investigación de base necesaria para poder enjuiciar en el futuro si elementos centrales de la IDE son en alguna medida realizables o no, también la Unión Soviética ha realizado esfuerzos considerables para frenar la aceleración que va tomando el proyecto. Con este entorno en mente, el presente artículo procede a una analice dos esfuerzos y avances soviéticos en el área de la defensa que minan la efectividad de la IDE, así como la investigación en materia de defensa y seguridad evolucionan en la Unión Soviética en paralelo con la IDE y los países occidentales. 1986-09-21 / 1986-12-20

D. PT/ADN/IEEI/005/0030 - Glossário da estratégia, por Luís Delgado . A estratégia, tal como outras áreas do conhecimento, utiliza uma linguagem própria, carregada de símbolos e expressões herméticas. A elaboração do presente glossário procura, nesta medida, decodificar o discurso sobre as questões da defesa e da segurança veiculado pelos media e analistas. No âmbito da revista Estratégia, este glossário abrange os termos básicos da linguagem estratégica. O critério adotado foi o de inserir apenas a terminologia com a qual este tópico e esta revista nos confrontam. Esta solução permite, assim, que a revista publique

anualmente os termos mais significativos que, entretanto, vão surgindo no vocabulário da Estratégia, ao mesmo tempo que outros glossários sobre áreas específicas serão preparados no âmbito do IEEI. 1986-09-21 / 1986-12-20

D. PT/ADN/IEEI/005/0031 - Editorial, por Álvaro Vasconcelos . Celebrando um ano da publicação da revista Estratégia, o presente editorial reflete na importância das relações estabelecidas entre política externa e a política de defesa em Portugal. Atendendo tanto nas novas condições de Portugal na heterogeneidade do atual sistema internacional, assim como naquelas condições de continuidade das suas prioridades a nível da política externa, a condição da situação e defesa portuguesa integrada num complexo fluxo internacional é extraída. O presente editorial serve, assim, para estabelecer uma ponte entre aqueles assuntos que foram refletidos na revista Estratégia até à data com os do presente número 3. 1987-03-21 / 1987-06-20

D. PT/ADN/IEEI/005/0032 - Bibliografia militar, s.a. No século passado e no início deste, até sensivelmente ao fim dos anos vinte, foram publicadas um grande número de obras versando a estratégia, em parte devido aos conflitos em que diretamente entrámos, nomeadamente a Guerra Peninsular, Guerra Civil, Campanhas da Ocupação e a Primeira Grande Guerra. Assim, em linha com este contexto, a presente "Bibliografia Militar" revela-se realmente profícua em matérias de estratégia e tática - elementos essenciais ao estudo das diversas armas do Exército português ao longo do tempo. A pesquisa e recolha bibliográfica abrangeu apenas as obras publicadas até 1974 e foi realizada no quadro da colaboração do IEEI com o Instituto Rainha Dona Leonor de arquivos e restauro; e posteriormente completada com títulos existentes na biblioteca do Instituto Superior Naval de Guerra. 1987-03-21 / 1987-06-20

D. PT/ADN/IEEI/005/0033 - Os media e o terrorismo, por M. Bettencourt Resendes . A forma como as ações terroristas são tratadas nos grandes meios de comunicação social deu origem a uma polémica relativamente recente e, sobretudo, a uma questão em aberto quanto à exposição mediática deste tipo de informação. Apesar do uso político e exposição mediática da violência não constituir uma novidade, a recente internacionalização e pluralização do mundo e da informação, torna a violência e o terrorismo parte do quotidiano. Assim, a imprensa e os órgãos políticos veem-se confrontados com a nova tarefa de mediar aquilo que deve ser divulgado e de como deve ser divulgado o terrorismo. Assim, investigando tanto a expressão desta relação ao nível internacional e nacional, o presente artigo debate quais constituem as soluções presentes à imprensa e aos poderes políticos, que passam por uma reflexão por atitudes negativas quanto a esta relação tais como a do silêncio, por um lado, e excesso da representação de violência indiscriminada, por outro. 1987-03-21 / 1987-06-20

D. PT/ADN/IEEI/005/0034 - Os portugueses e a defesa da Europa, por Mário Bacalhau . No respeitante aos problemas de segurança, a preocupação e opinião dos portugueses possui muito pequena importância. Esta atitude está de acordo com uma prática das elites políticas que mantêm as decisões sobre estes problemas a um nível muito restrito e fora do conhecimento da opinião pública. Os próprios meios de comunicação revelam pouca sensibilidade na exposição destes problemas de uma forma que seja acessível à população. Contudo, o comportamento das populações dos países do centro e norte da Europa mostram que os problemas da segurança não podem continuar a ser "politizados", mas devem, ao invés, ser "democratizados". Com este contexto estabelecido, o presente artigo dá conta da opinião dos portugueses e a sua evolução sobre as relações de Portugal com a NATO e as estratégias da segurança europeia vigentes através da análise de dois estudos realizados em 1981 e 1987 por iniciativa do IEEI. 1987-12-21 / 1988-02-20

D. PT/ADN/IEEI/005/0035 - Diferentes faces da mesma sondagem, por Paquete de Oliveira . Com a ressalva de que qualquer sondagem tem as suas lacunas no que diz respeito a uma análise verdadeira sobre um determinado assunto – devendo ser tratadas como considerações comedidas ao invés de comentários e conclusões sensacionalistas –, o presente artigo procede à análise de dois estudos levados a cabo pela IEEI em 1981 e 1987 em questões de relações de segurança europeia. É reconhecido o interesse da análise de sondagens já que estas não servem apenas para auscultar e sondar a opinião pública, mas, sobretudo, para formar e dar direção a esta opinião, pretendendo o presente artigo ser um importante contributo nessa democratização. 1987-12-21 / 1988-02-20

D. PT/ADN/IEEI/005/0036 - The news media and foreign policy-making, por Edward Haley . During the past century the startling innovations in the media were applied to the gathering and broadcasting of "news" and, unavoidably, to the moulding of opinion. In a democratic age, the power of the news media derives from their potential to influence opinion. This has led for groups of individuals, governments, political parties, terrorist, corporations, labour unions and others to seek this medium as a form of exertion of power and control of knowledge. At the same time, ours is above all an age of democracy – whether they are truly free and pluralistic or subservient to a totalitarian party – which, accordingly, puts a new sort of pressure under the media to be populist and emphasize the themes that appeal to a mass audience. Conversely, this democratic age also means that the people rely on the news media for information as they seek to govern themselves and to balance the great conflicting powers of faith, self-interest and ambition within themselves and their societies. Bearing this in mind, the present study seeks

to survey the benefits and bottlenecks of the new media in a globalised area, especially regarding their influence on process of formation of public opinion, democratisation and security issues, reminding, notwithstanding, how these, despite the risk of corruption, possess important powers in the maintenance of democracy and an important tool for the empowerment of the civil society. 1987-12-21 / 1988-02-20

D. PT/ADN/IEEI/005/0037 - Segurança europeia, por João Paulo de Oliveira . É a União Soviética uma potência expansionista sempre que as circunstâncias lho permitem, ou defensora do status quo na Europa? A estratégia de dissuasão nuclear da NATO tem como objetivo principal a defesa do território europeu ou do território americano? Foram estas as questões centrais, glosadas em vários tons e desde variadas perspetivas, dos debates promovidos pelo IEEI no Ciclo da Primavera, no ano de 1988 subordinado ao tema Portugal e a Segurança Europeia, conclusões das quais o presente artigo dá conta. A emergência destas questões torna-se de particular importância após a ascensão ao poder soviético de Mikhail Gorbatchev que proporcionam oportunidade de interpretações e visões novas sobre os avanços do desarmamento e sobre as políticas de defesa e segurança da Europa. 1988-09-21 / 1988-12-21

D. PT/ADN/IEEI/005/0038 - "Leituras", por A.J.T , Maria de Sousa Leitão e Miguel Monjardino . O presente documento dedica-se à crítica de dois livros e dois colóquios. Na primeira crítica – ao livro 1999: Victory Without War de Richard Nixon – Miguel Monjardino reflete sobre o sétimo livro deste presidente dos Estados Unidos e da sua visão prospetiva relativamente aos problemas a enfrentar na década de 90 pelos atores da cena internacional. Na crítica ao European Security Beyond the Year 2000, da coeditoria de Robert Rudney e Luc Reyckler, Maria de Sousa Leitão enfatiza a importância das conclusões a que chega Rudney que reflete sobre a segurança da Europa dentro de um contexto mais vasto do que os textos que o precederam onde os conflitos regionais pelo mundo são reflexo de uma procura de equilíbrio entre dois blocos, ressaltando a responsabilidade partilhada pelos governos e uma nova democracia vivida pelas populações “educadas” como pilares de uma nova etapa das relações internacionais. Já nas críticas dedicadas aos colóquios “International Conference of the Editors-in-chief and Publishers of the Leading Journals on European/International Affairs” e “VI Conferência Internacional de Lisboa: Defesa da Europa e o Consenso Atlântico”, é discutida a relação entre o projeto europeu, as relações internacionais e a defesa, especialmente pela ótica da comunicação social. 1989-03-21 / 1989-06-20

D. PT/ADN/IEEI/005/0039 - Portugal numa nova inserção internacional, por Álvaro Vasconcelos . A revisão das opções estratégicas portuguesas, objeto do debate “Defesa Nacional – Anos 90”, é considerada sobre a influência da crise do Golfo e das transformações radicais na ordem internacional, nomeadamente, os processos de de-bipolarização estratégica. Esta última torna necessária uma nova forma de fazer as opções estratégicas. O presente artigo debruça-se, a este respeito, à redefinição destas opções estratégicas portuguesas pós-império feita em 1985, cujo contexto internacional, de defesa nacional e conceito estratégico de defesa militar se tornaram obsoletos após as transformações da transição entre a década de 80 e a década de 90. O que está aqui em causa é, pois a própria definição de ameaça que serviu de base à definição doutrinária de 1985. 1991-01-01 / 1991-12-30

D. PT/ADN/IEEI/005/0040 - Valorizar a componente marítima na defesa nacional, por António Carlos Fuzeta da Ponte . Na lógica dos acontecimentos de de-bipolarização e resolução dos conflitos Leste/Oeste, inscrevem-se as perspetivas de reduções significativas de armamentos, unilaterais e negociados, tais como as resultantes das negociações sobre forças convencionais na Europa (FCE), armamentos nucleares (START e SNF) e armas químicas. O atual contexto mundial vem dar, todavia, também maior ênfase a possíveis conflitos regionais e ao reaparecimento de nacionalismos exacerbados. De toda esta formidável evolução, a Aliança Atlântica surge com um novo papel político na arena internacional. A desconcentração de forças da região central traz, por sua vez, uma maior importância aos flancos e à periferia da Europa e, portanto, uma vulnerabilidade acrescida. Neste cenário, os três territórios de Portugal ocupam um papel geoestratégico de renovado interesse na sua componente marítima. Assim, passando de um plano geral da evolução do pensamento estratégico ocidental para o caso particular do atual pensamento estratégico português, de particular interesse marítimo, o presente artigo estabelece e avalia os quatro princípios gerais que considera essenciais na orientação da estratégia nacional do início da década de noventa, nomeadamente: o princípio defensivo, da unidade nacional, o da defesa autónoma e, por fim, de alianças. Finalmente, as opções estratégicas são relacionadas com a questão dos recursos disponíveis para as alcançar. 1991-01-01 / 1991-12-30

D. PT/ADN/IEEI/005/0041 - The virtues and drawbacks of stability, por François Heisbourg . An apparently static strategic order, of the sort lived during the Cold War, rested on a set of contradictions that revealed themselves explosively for having been forced underground. This period of stability has, thus, brought with it an underlying level of instability and precariousness, mainly in Eastern Europe, whose inner contradictions had the potency to result in international instability or crisis. Conversely, it is argued in the present study, a measure of instability – including in the strategic arena – can be a sign of creative and positive development of our societies and the international system in which they operate. What should be sought therefore is not stability for its own sake, but the means by which a much more mobile European setting can be organised so as to avoid a

catastrophic chain of events. One corollary of these remarks is that analysts and policymakers will increasingly have to move away from the static, rigid concept of a European order to the dynamic, occasionally disorderly nature of a European system composed of moving parts. Bearing this in mind, the present study seeks to examine the manner through which this strategic shift from order to system is occurring, drawing in geographical cues to illustrate the massive character of that change and evaluating the opportunities, risks and imponderables of this shift. Finally, it concludes with the enunciation of three guidelines (and respective institutional conclusions) for action in an era of unpredictability which may contribute to the author's initial remark that minimising strategic instability without stultifying the creative nature of an open, pluralistic European system. 1991-01-01 / 1991-12-30

D. PT/ADN/IEEI/005/0042 - The role of multilateral organizations, por John Roper . Contesting the trend to reflect on European security as a form of structured, well planned architecture and emphasizing, instead, its resemblance to a medieval fortress – a great success but made up of components from different periods and with different inspirations –, the present paper reflects on the structures that are tried and tested during periods of uncertainty as they become familiar and gain in acceptability. However, in looking at the development of the structures of the existing institutions and the creation of new institutions and the policy instruments with which they should be provided, the wider dimensions of security must remain very much in our minds. Such an analysis also shows us that given the growing relevance of economic security the European Community is already playing a central role in security issues. Hence, before discussing the role of multinational organisations, the present paper initiates the discussion by defining what are the challenges to European security in the final decade of the twentieth century and the opening years of the twenty-first century. It is argued, in this respect that, unlike situations in most of the twentieth century when challenges to security were more likely to occur within Europe to the rest of the world, in the coming period it is likely that it will be security challenges in the rest of the world which affect the security of Europe. 1991-01-01 / 1991-12-30

D. PT/ADN/IEEI/005/0043 - Southern Europe in a changing global dimension, por Roberto Aliboni . Western countries are pursuing two most urgent objectives in reaction to the sweeping changes in Eastern Europe and the URSS. First, Eastern Europe and the URSS must be helped to accomplish their transition to political pluralism and a market economy. Second, the nationalist evolution of the Greater Germany and other West and East European countries following the political and security changes occurring must be prevented. In order to attain these two objectives, three policies are being contemplated by the Atlantic allies and the other West European countries as possible pathways or solutions: the deepening and reinforcement of the EC; the maintenance of a strong American presence in Europe via NATO; and the establishment of a collective security framework composed of the two blocs and the neutral and non-aligned European countries, which has been identified as a “new CSCE”. The “new CSCE” vision expresses the widespread feeling that with the collapse of the Soviet threat the military dimension of the Western network is no longer necessary. Consequently, both NATO and the EC institutions would become obsolete from the security point of view. It is precisely this vision that is being contested in the present study, as it is thought that the “new CSCE” has no political prerequisites for being effective in providing the expected security. This is of special importance to the South European countries as the stability in the Western institutional network is of interest for this bloc to deal with the threats originated in the future. 1991-01-01 / 1991-12-30

D. PT/ADN/IEEI/005/0044 - O Golfo em debate com Mohamed Benbouda, por Duarte Calvão . A guerra do Golfo eclodiu no ano 1990. Por essa altura esteve em Lisboa o professor Mohamed Benbouda, economista, cientista político, docente na Universidade de Argel e responsável do gabinete de Relações Internacionais e Políticas de Defesa no Instituto Nacional de Estudos de Estratégia Global argelino. Mohamed Benbouda participou num debate no IEEI em que intervieram também o seu presidente, embaixador José Calvet de Magalhães, o analista de política internacional João Soares, o director do IEEI, Álvaro Vasconcelos, e diversos convidados. O debate, aqui documentado, incidiu sobre os temas do conflito norte-sul, das razões da guerra e da segurança do Mediterrâneo ocidental. 1991-01-01 / 1991-12-30

D. PT/ADN/IEEI/005/0045 - Editorial, por Álvaro Vasconcelos. A revista Estratégia pretende conciliar o estudo das questões da defesa e da política internacional com a ciência e a cultura, contribuindo para que a política externa e a política de defesa possam ser um factor de desenvolvimento. 1986-03-21 / 1986-06-20

D. PT/ADN/IEEI/005/0046 - A defesa das linhas de comunicação marítimas, por Fuzeta da Ponte . Já Mahan – o célebre pensador naval americano – assinalava que o poder de qualquer nação marítima depende, entre outros, da existência de três fatores fundamentais: um comércio marítimo externo próspero; “terminais de comércio” de confiança, no estrangeiro; meios para proteção das LCM entre esses terminais e para garantia dos termos dos negócios com eles estabelecido. Esta tendência tem vindo a alterar as polarizações de poder do mundo, que se orienta mais para as fontes políticas e económicas do que para os tradicionais fatores militar e territorial. Neste âmbito, a liberdade dos mares e o poder naval de países costeiros como Portugal converte-se para a manutenção da segurança económica, essencial para as relações entre países ocidentais. A

importância da participação portuguesa na defesa das linhas de comunicação marítima deve revelar-se, como potência oceânica, a vários níveis na afirmação nacional dentro da NATO. 1986-03-21 / 1986-06-20

D. PT/ADN/IEEI/005/0047 - Os desafios do Sul e a segurança regional, por Álvaro de Vasconcelos . As relações de segurança de Portugal têm sido analisadas em função do contributo português para a estratégia da Aliança Atlântica, estratégia esta que se vira antes de tudo o mais contra uma agressão na frente europeia. Mas uma vez que preservar o status quo europeu é o objetivo prioritário da dissuasão nuclear, a guerra europeia é a mais improvável. As tensões e os conflitos regionais ocupam um lugar de crescente importância entre as preocupações de segurança dos países da periferia sul da NATO. É neste contexto que o presente artigo pretende contribuir para a análise das relações de segurança de Portugal no quadro regional, tendo em conta as tensões que nesse quadro podem ser geradas. No espaço regional português interessa a discussão das relações ibéricas e da fronteira a Sul destes dois países. As questões de cerne geográfico dos dois países, que serviram como definição da sua história e desenvolvimento, cria, no contexto europeu, novas hipóteses de relacionamento com a África e as Américas, com implicações importantes a nível da cooperação militar ou indústria da defesa. 1986-03-21 / 1986-06-20

D. PT/ADN/IEEI/005/0048 - A opinião pública na História e a História na opinião pública, Borges de Macedo . A opinião pública, aparelho dotado de formulação, conceptualização e meios de difusão, adquire definição através da história da Europa, na qual se torna institucionalmente operativa e é democratizada, exprimindo-se enquanto paradigma civilizacional na vida pública europeia. Estas características vêm-se, contudo, pervertidas pelas novas circunstâncias de imediatidade dos meios de comunicação da atualidade, que cevam, por um lado, uma opinião pública acrítica e superficial, frequentemente instrumentalizada; e marginalizam, por outro, a autonomia da opinião responsável e independente. Assumindo um ponto de vista histórico, este artigo perspetiva a educação dos indivíduos e a fundamentação histórica como essenciais no reconhecimento do interesse da opinião pública e na resposta ao problema da desunião entre a opinião pública responsável e a generalizada na manutenção da Europa e da humanidade. 1986-03-21 / 1986-06-20

D. PT/ADN/IEEI/005/0049 - Espírito de defesa ou defesa da censura?, por Mário Mesquita . Neste artigo pretende-se averiguar quais as relações entre a defesa e a comunicação social e a subordinação destas duas à força e sensibilidade da opinião pública, bem como qual o papel da opinião pública na construção do espírito de defesa. Considerando isto, o artigo divide-se em três partes: a primeira debruçada sobre a problemática da Comunicação Social perante o sentimento nacional e a defesa coletiva; a segunda relativa às relações entre as Forças Armadas e os media; e a última referente à inter-relação entre o espírito da defesa e a questão da censura. Importa, como um resultado, associar o espírito de liberdade com o da defesa, distinguindo-o da defesa da censura, e aliá-lo a uma Comunicação Social responsável, definida em termos de afirmação e não apenas de negação. 1986-03-21 / 1986-06-20

D. PT/ADN/IEEI/005/0050 - A cooperação europeia nas indústrias de defesa, por Figueiredo Lopes . A intensificação da cooperação no domínio da investigação, do desenvolvimento, da produção e da aquisição de equipamentos militares e de armamento tem sido reconhecida na NATO como uma importante contribuição para o fortalecimento da nossa defesa colectiva. Partindo do panorama europeu para o português, este artigo pretende averiguar de que forma a cooperação na investigação e no desenvolvimento económico se farão notar nas indústrias da defesa e de que forma a indústria portuguesa poderá participar nos projetos de segurança cooperativa internacional. Para tal será necessária não apenas a nível das Forças Armadas mas também da economia nacional da economia nacional, particularmente no que respeita ao sector mais directamente ligado às indústrias de defesa. 1986-03-21 / 1986-06-20

D. PT/ADN/IEEI/005/0051 - Defesa e segurança na imprensa americana, por Mário Mesquita . Em democracia política, a definição do interesse nacional não emana, apenas, da lei e dos centros de decisão política ou da burocracia da defesa e da segurança. Envolve toda a comunidade. Num país como os Estados Unidos, o Presidente e a Administração não têm poderes para proibir a publicação de notícias consideradas prejudiciais na perspetiva da segurança. Os responsáveis pelos media nos Estados Unidos da América dispõem da sua área de decisão específica, principalmente tendo em conta a sua devoção aos temas da política de defesa e segurança nacional. Considerando este panorama, o presente artigo debruça-se sobre os debates sobre jornalismo e segurança nacional que tiveram lugar nos Estados Unidos em 1986. 1986-09-21 / 1986-12-20

D. PT/ADN/IEEI/005/0052 - A defesa colectiva da Europa: responsabilidade da NATO ou da União Europeia? , por Alexandre Reis Rodrigues . Os grandes problemas que a Europa enfrenta hoje, todos eles transnacionais – ambiente, segurança energética, terrorismo e crime organizado, manutenção da paz e estabilidade na sua vizinhança próxima – e os grandes desafios da globalização, não poderão ser enfrentados apenas ao nível dos Estados, individualmente considerados; mesmo os que têm mais recursos não conseguirão reunir todos os meios necessários para enfrentar esses desafios, até na mais básica obrigação de assegurar a sua própria defesa e segurança. Contudo, continua a existir alguma resistência à conciliação das iniciativas que

a EU precisa de tomar para operacionalizar as orientações políticas já decididas na área da defesa com a existência da NATO.
2007-07-01 / 2007-31-12

D. PT/ADN/IEEI/005/0053 - France, Europe, OTAN: la nouvelle politique de défense française, por Nicole Gnesotto . Trinta anos após a retirada francesa da estrutura militar integrada, a aproximação entre a França e a NATO é uma das prioridades da nova política de defesa francesa. Em muitos aspetos, quer se trate de dissuasão nuclear, da profissionalização dos exércitos franceses, da prioridade dada às forças de projeção rápida, do elogio do multilateralismo da ONU ou do reequilíbrio das relações entre a defesa europeia e a Aliança, as decisões de Jacques Chirac constituem uma rutura radical com a tradição política herdada do General de Gaulle. Estas atualizações estratégicas levanta algumas questões tais como se França desempenha um papel contínuo na procura de uma potência europeia e se se trata de aperfeiçoar o poder de uma Europa política, apoiando-nos nos meios militares americanos numa espécie de grande parceria igualitária ou de iniciar uma nova geopolítica europeia, em que a cooperação euro-americana seria também associada a um bônus dado às grandes nações intervencionistas, incluindo, em particular, a Grã-Bretanha e a França. 1999-01-01 / 1999-01-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0054 - A europeização da política de defesa, por Álvaro de Vasconcelos . A participação portuguesa nas operações de manutenção de paz na Bósnia-Herzegovina representou tanto uma rutura com a política de não envolvimento militar como um sinal do comprometimento europeu de Portugal. O debate Angola ou Bósnia sintetizou os dilemas da política de defesa portuguesa, confrontada, no pós-guerra fria, com a necessidade de estar em condições militares de intervir em dois cenários ao mesmo tempo, um europeu e outro extraeuropeu, em operações de imposição ou manutenção da paz, confirmado nos últimos anos. É neste sentido que o presente artigo argumenta a favor de uma internacionalização da política externa e de defesa Portuguesa no quadro tanto da União Europeia como da NATO que se deve definir na doutrina das intervenções humanitárias. 1999-07-01 / 1999-07-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0055 - A Primeira República e a importância da mobilização política em tempo de guerra, por Filipe Ribeiro de Menezes . O objetivo do presente artigo é demonstrar que a política intervencionista falhou, as razões para tal e daí retirar algumas conclusões sobre as ligações que existem entre o conceito de cidadania e uma intervenção militar prolongada no estrangeiro. Esta discussão assume particular relevância tendo em conta tanto a crescente participação portuguesa em operações de manutenção da paz sob a égide das Nações Unidas e da NATO, como a necessidade da construção de uma política de defesa comum, capaz de conferir maior credibilidade às missões diplomáticas europeias. 1999-07-01 / 1999-07-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0056 - O que pensam os militares portugueses do peacekeeping?, por Helena Carreiras . Neste artigo analisa-se alguns dos resultados obtidos num inquérito sociológico realizado junto aos militares portugueses que integraram as missões IFOR e SFOR na Bósnia-Herzegovina. Estes resultados são articulados com informações de carácter mais objetivo e fático, relativos às avaliações e aos posicionamentos que lhes vão correspondendo no plano do contexto político-estratégico em que a participação portuguesa se desenrolou e na esfera dos valores associados pelos militares à sua participação nas operações de paz na Bósnia-Herzegovina. Esta avaliação dos peacekeepers é tida como essencial não apenas ao sucesso académico, mas para a compreensão dos fatores concretos das operações militares. 1999-07-01 / 1999-07-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0057 - Das campanhas de guerra às operações de paz: as intervenções militares portuguesas em teatro europeu, por Nuno Severiano Teixeira . Durante o século XX, Portugal conheceu duas intervenções militares no teatro de guerra europeu: na campanha de guerra da Primeira Guerra Mundial e nas operações de paz na Bósnia-Herzegovina. Ambas marcam intervenções de apoio à política externa importantes e abrem o debate sobre a intervenção europeia de Portugal. É a partir de uma análise comparativa destas duas experiências históricas que o presente artigo reflete sobre a presença militar portuguesa nas operações de paz nos Balcãs, no quadro da IFOR e da SFOR. 1999-07-01 / 1999-07-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0058 - O Envolvimento de Portugal na ex-Jugoslávia: a Participação Militar nas Missões IFOR e SFOR (1990 – 1999), por João Paulo Costa . Esta cronologia comentada é centrada na participação de Portugal nas missões de paz na Bósnia, referindo igualmente – sobretudo para os anos de 1990 a 1999 – os acontecimentos marcantes sobre a presença portuguesa e a constituição dessas missões. 1999-07-01 / 1999-07-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0059 - O Custo da Guerra e o Preço da Paz: A economia política do crime e do conflito na África Subsahariana, por Mark Shaw . Os conflitos atuais no continente africano geraram condições conducentes ao aumento da criminalidade, com consequências importantes a longo prazo, não somente para os países que procuram a resolução de conflitos internos, como para aqueles que os rodeiam. A perspectiva de um aumento do crime em África, em particular do crime organizado, deve, assim, ser vista como uma ameaça à estabilidade do continente, a médio e longo prazo. Para tal, é necessária

não a resolução dos conflitos particulares e regionais, mas uma imposição eficaz e legítima da lei para o reforço das instituições do Estado e para a preservação das liberdades democráticas no controlo do crime para todo o continente. 2001-07-01 / 2001-07-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0060 - Conflitos em África Guerras do Esquecimento: Causas e Natureza dos Conflitos na África Subsaariana, por Patrícia Magalhães Ferreira . O final do século XX testemunhou o falhanço das tentativas de desenvolvimento no continente africano, tanto no que toca às reformas internas como às ajudas externas, tanto no sentido democrático, como económico e social. A face mais visível deste fracasso está ligada proliferação de conflitos violentos intraestatais. Neste contexto, o presente dossier propõe-se analisar a situação em vários países da África Subsaariana que se encontram, no início do milénio, envolvidos num conflito ou numa fase de pós-conflito, referindo em especial as suas causas e antecedentes, as suas principais características, os diversos interesses presentes e as tentativas de resolução pacífica. 2001-07-01 / 2001-07-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0061 - Anexo: Principais organizações e websites sobre conflitos em África, s.a. O presente documento contém uma compilação das principais organizações e websites sobre o conflito africano no início do século XXI na Europa, África e América do Norte, tanto no que diz respeito àquelas questões diretamente militares e da paz, como económicas, sociais, democráticas, culturais e outras. 2001-07-01 / 2001-07-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0062 - Cobrir uma Guerra num País Perdido no Tempo, por Alexandra Prado Coelho . O presente artigo debruça-se sobre as condições particulares do jornalismo que cobre a Guerra do Afeganistão e o mediatismo desta cobertura que é dependente da Aliança Norte. Relata-se, assim, a experiência do jornalista, que é confrontado não só com a precariedade da fonte de informação como da sua própria segurança. 2001-12-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0063 - A Guerra nos Media, por Diogo Pires Aurélio . O papel dos órgãos de informação nos conflitos político-militares tem vindo a ser discutido desde a II Guerra Mundial. Orientando as opiniões e alimentando as motivações do público, os media tornam-se elementos decisivos nos estudos de estratégia um desafio para os responsáveis políticos. Daí a sua relevância na crise pós-11 de setembro, que inaugura alguns aspetos desta “frente mediática”, nomeadamente a simultaneidade dos acontecimentos e da circulação de informação; a utilização destes mesmos meios pelos adversários dos Estados Unidos; e a globalização da batalha de informação. É neste novo contexto comunicacional que o presente artigo analisa a atitude dos órgãos de informação portugueses ao assunto e de que forma esta terá revelado, por um lado, o escasso conhecimento do mundo islâmico e, por outro, o diminuto interesse pelos dados conjunturais e estruturais específicos à atual crise e que impedem a sua efetiva compreensão no interior do quadro geoestratégico tradicional. 2001-12-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0064 - Resoluções contra o terrorismo, que efeito?, por Maria João Seabra . Os ataques terroristas de 11 de setembro e a consequente resposta da administração Bush vem abalar o já enfraquecido otimismo numa nova ordem internacional, marcada pelo respeito pelos direitos humanos, pelo multilateralismo e pela afirmação crescente de organismos de regulação internacional capazes de organizar e fazer vingar regras comumente definidas e aceites. No rescaldo destes eventos importa, para além do predomínio assumido pela resposta militar liderada pelos Estados Unidos, igualmente analisar o comportamento e a atuação das Nações Unidas: até que ponto estiveram à altura da situação exigida pelos novos conflitos, que medidas desenvolveram no âmbito da segurança e da defesa, tanto antes como depois da data fatídica, que papel poderão vir a ter no futuro próximo, tanto em relação à luta contra o terrorismo como em relação ao Afeganistão, até agora o palco central desta luta. 2002-02-01 / 2002-02-28

D. PT/ADN/IEEI/005/0065 - A segurança de Timor Leste e o contexto regional, por Miguel Santos Neves . Tendo em conta a natureza dos desafios que se colocam à segurança de Timor e o fato de a segurança ser tanto o produto do poder militar quanto da diplomacia e de soft power, a segurança futura de Timor dependerá essencialmente da eficácia da sua política externa e da sua capacidade de construir a rede complexa de relações bilaterais para além das suas capacidades militares. A integração em instituições multilaterais regionais, em especial a ASEAN, é crucial para consolidar estas relações, particularmente com a Indonésia, bem como para garantir a sublimação de tensões e mediação conflitos. 2002-06-01 / 2002-06-30

D. PT/ADN/IEEI/005/0066 - Caxemira, do passado ao presente - Um barco à deriva, por Daniel Pinéu . Arrastando-se há décadas, mas ignorado pela opinião pública internacional, o conflito entre a Índia e o Paquistão em torno de Caxemira é uma longa história de tensões permanentes e guerras ocasionais. Neste artigo é-nos oferecida uma abordagem histórica que permite melhor compreender as ações atuais dos protagonistas da crise. 2002-07-01 / 2002-08-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0067 - Caxemira, uma análise a partir da região - Corrida contra o tempo, por Achin Vanaik . Neste texto o conflito entre a Índia e o Paquistão é analisado da privilegiada perspectiva interna de um comentador indiano. É realçada a importância dos EUA na evolução da situação, e embora seja considerada a probabilidade de uma generalização da guerra como sendo reduzida, é mantido que esta é a região do mundo em que um duelo nuclear é mais provável. 2002-07-01 / 2002-08-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0068 - O ano em que a NATO aderiu à Rússia, por Pedro Courela . No rescaldo do 11 de Setembro, o processo de alargamento da NATO sofreu uma alteração significativa. O presente texto dá conta das consequências que o atentado e as posteriores relações militares, fruto da luta contra o terrorismo, tiveram para a Aliança, especialmente no que diz respeito aos processos de integração na Aliança bem como às relações dos antigos países comunistas a que aspiram vir a pertencer. 2002-09-01 / 2002-09-30

D. PT/ADN/IEEI/005/0069 - Onde está o inimigo?, por Maria do Rosário de Moraes Vaz . Neste texto é realizada uma reflexão sobre a definição da defesa europeia que, após a brusca viragem na orientação estratégica americana e a consequente inversão da NATO no seu papel residual de instrumento de defesa coletiva, pode assumir dois papéis: ora o de prolongamento da defesa americana ora o de uma política europeia realmente autónoma, que dê à Europa o instrumento militar indispensável ao exercício de uma política própria. 2002-09-01 / 2002-09-30

D. PT/ADN/IEEI/005/0070 - Intervenções urgentes, por Álvaro de Vasconcelos . O debate sobre a intervenção não deve cingir-se à questão do Iraque, mas estender-se ao imperativo de uma presença militar internacional na Palestina ou, num outro plano, ao apoio decisivo ao processo angolano e à transição marroquina. Neste sentido, o presente artigo ressalva a necessidade da UE ser capaz de responder ao repto que George W. Bush lançou e tornar a comunidade internacional relevante para a segurança mundial. 2002-10-01 / 2002-10-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0071 - O elo fraco no sistema de segurança nacional, por Miguel Santos Neves . O atentado de Bali pôs em evidência a fragilidade do sistema político indonésio e a possibilidade de radicalização do país é certamente um elemento de perturbação da segurança no Sudeste Asiático. Partindo desta premissa, o presente artigo tenta compreender os fatores facilitadores deste atentado não apenas tendo em conta o fator al-Qaida, mas também os fatores específicos da Indonésia, tais como a crescente influência política dos grupos islâmicos radicais e dos partidos islâmicos, a falta de vontade política da liderança indonésia e tomada de medidas antiterrorismo e as deficiências do sistema de segurança interna e a ausência de uma polícia eficaz. 2002-11-01 / 2002-11-30

D. PT/ADN/IEEI/005/0072 - A arma absoluta e a segunda idade nuclear, por Miguel Monjardino . Neste texto é feita uma comparação entre a atitude e desafios do armamento nuclear entre a primeira idade nuclear e a segunda idade nuclear . Assim, ao passo que os desafios da primeira idade nuclear se caracterizavam pela divisão da Europa e o conflito político-militar URSS-Estados Unidos, a segunda é caracterizada por grandes ambições nucleares e pequenos arsenais no Médio Oriente e Ásia, pela difusão de tecnologia e aparecimento de novas redes de terrorismo global, determinados a ter material físsil. Esta última tem implicações graves para a segurança internacional, sendo uma análise diacrónica do fenómeno benéfica à sua compreensão e resposta. 2002-12-01 / 2002-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0073 - Violência Terrorista e Estatal, por Roberto Alibioni . Neste artigo, procura-se fazer uma distinção entre terrorismo global e regional, entre violência terrorista e violência estatal não-legítima, que se crê central para a definição comum de terrorismo e para a elaboração de estratégias de resposta a estes. Comparando o caso da Al-Qaida – que lança uma falsa imagem de hegemonia e consenso no Ocidente – com o do terrorismo regional e nacional, argumenta que o primeiro carece de uma resposta militar forte e supressiva, ao passo que o segundo para além da supressão, necessita de respostas políticas. Salienta, finalmente, a necessidade de definição no que diz respeito a uma melhoria da estrutura das relações internacionais, bem como para a liberdade de expressão dos indivíduos. 2002-12-01 / 2002-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0074 - A crise colombiana: uma visão a longo prazo, por Alexandra Barahona de Brito . A complicada situação na Colômbia simboliza a complexidade dos desafios com que se defronta a América Latina, sobretudo de ordem interna, mas com importantes ramificações internacionais, tanto ao nível dos problemas como ao nível das respostas. Traçando a história das relações político-militares na Colômbia, o presente artigo passa deste contexto para a análise dos desafios de Álvaro Uribe, eleito em 2002 no que diz respeito à segurança e à paz e das implicações transatlânticas que, assim, requerem uma tomada de posição multilateral da comunidade internacional e da UE no desenvolvimento de uma política externa e de segurança que permita uma ação consistente no exterior. 2003-01-01 / 2003-01-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0075 - Iraque - uma posição comum da União, por Martin Ortega . Partindo do sentimento cético europeu em relação a uma iniciativa militar no Médio Oriente, já que esta pode trazer consequências negativas inesperadas – como uma escalada de atividade terrorista – e é inútil a longo prazo, o presente artigo ressalva a necessidade de se estabelecer uma política comum europeia para o Médio Oriente, como esta deveria ser e as implicações de uma solução diplomática tanto para o Médio Oriente como para a Aliança – e, portanto, para as relações transatlânticas. Neste sentido é apontada a PESC como orientação desejável para a contribuição europeia em relação a qualquer região ou questão no sentido de criar um novo ambiente político no Médio Oriente, em geral, e no Iraque, em específico, e, finalmente, encontrar uma solução definitiva. 2003-02-01 / 2003-02-28

D. PT/ADN/IEEI/005/0076 - Portugal em operações de paz, por Jorge Duque . O presente texto dá conta do avultado contributo português para a paz e segurança internacionais desde 1991, no âmbito da UE, da UEO, mas, principalmente, da ONU, que se conta como o mais significativo na UE. Este contributo viu-se diminuído, em Portugal, assim como na maioria dos países, no final de 2002. Isto deve-se não apenas às condições particulares da necessidade de resolução de conflitos e manutenção da paz que se verificou, sobretudo, no rescaldo do fim da guerra fria, mas também, é tido, com uma ausência geral de missões de consolidação da paz em situações pós-crise. Finalmente, e com este último ponto em mente, o artigo debruça-se sobre uma análise prospetiva da possibilidade de sustentação que Portugal vem fazendo e fará no âmbito da paz e segurança internacionais. 2003-04-01 / 2003-04-30

D. PT/ADN/IEEI/005/0077 - As euroforças e a Política Europeia de Defesa, por João Paulo B. Costa . No contexto da construção, por parte da União Europeia, de uma força de reação rápida para a gestão de crises no ano de 2003, que se pretende basear não apenas nas capacidades nacionais particulares, mas também multinacionais, o presente artigo reflete sobre de que forma as Forças Multinacionais Europeias se posicionavam, naquele momento, no quadro de desenvolvimento de uma política europeia de defesa e qual o seu contributo para esta nova força da UE. Refletindo sobre a experiência da Eurafor e da Euromarfor, como modalidades típicas de contribuição futura das Forças Multinacionais Europeias, na sua análise, o autor conclui que as características das Euroforças são essenciais na construção da PESD, nomeadamente como contributo específico para a operacionalização da sua FRR, permitem a renovação da utilidade no contexto da NATO, revelam-se capazes para corresponder a futuros desafios da UE e permite a rentabilização das Forças Armadas dos Estados-membro. 2003-05-01 / 2003-05-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0078 - Uma certa hipótese de desmilitarização, por Maria do Rosário de Moraes Vaz . O presente artigo reflete sobre as condições à segurança e à negociação do fim do conflito israelo-palestino. Neste é mantido de que se existe, de facto, a oportunidade de resolver o conflito é, sobretudo, devido ao renovar do empenhamento americano e à fé geral na sua capacidade de moderar Israel. A trégua decretada pelos movimentos islamistas palestinos é, neste sentido, um passo concreto para a indispensável desmilitarização da rota que levará possivelmente à negociação política e talvez à paz. 2003-06-01 / 2003-08-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0079 - Segue-se a Coreia do Norte?, por Brian Bridges . Com o fim da guerra do Iraque, o suposto desenvolvimento de armas nucleares por parte da Coreia do Norte passou a estar no topo da agenda internacional. O presente artigo pretende averiguar as ambições da Coreia do Norte, cuja retórica belicosa parece ter como objetivo principal forçar concessões política e económicas dos americanos e dos seus aliados, e também dos Estados Unidos, que estão determinados a acabar com as ambições nucleares norte-coreanas por meios diplomáticos, sanções económicas, ou mesmo ataques militares, não se opondo à mudança de regime. A situação terá levado a um impasse, tanto externo como interno, que requer a continuação dos processos diplomáticos tanto entre os dois países, como com outros atores regionais, como a China e a Rússia. 2003-06-01 / 2003-08-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0080 - Índia/Paquistão - contenção dos riscos?, por Maria Carrilho . Partindo das declarações do primeiro-ministro indiano, Atal Vajpayee, de uma iniciativa a desanuviar as tensões com o Paquistão, o presente artigo debruça-se sobre o escopo tanto regional como internacional que o conflito das identidades, religiões, da soberania e, até, da integridade dos estados, possui e de que forma um acordo entre estes dois países poderia fruir. É, neste sentido, concluído que a solução para a complicada questão de Cachemira não pode ser uma condição prévia para avanços e acordos noutras áreas, que vão desde o domínio económico ao da diplomacia ou ao da cultura e constituem elementos para a criação de uma “base de confiança”. 2003-06-01 / 2003-08-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0081 - O negócio por trás das armas, por Ana Magalhães . Neste texto é feita uma análise sobre as empresas militares privadas (EMP's) e de que forma elas têm vindo a colmatar limitações militares, de segurança e defesa em alguns países, principalmente no continente africano, como é o caso da guerra contra o Iraque. Estas empresas são especialistas em conflitos de baixa intensidade e por isso melhor preparadas do que as forças armadas nacionais para os conflitos contemporâneos, sendo o seu crescimento impulsionado a partir dos anos 90, a partir dos quais o fim da Guerra Fria deixa um vazio no mercado de segurança internacional. Assim, para além da sua expressão na segurança internacional, na resolução de conflitos, política estatal e outros, este artigo analisa de que forma o outsourcing militar poderá vir a tomar conta da esfera militar. 2003-09-01 / Álvaro de

D. PT/ADN/IEEI/005/0082 - Portugal, a defesa e o mundo, por Álvaro de Vasconcelos . Paralelamente à rutura com o passado que se deu com a intervenção na Bósnia em 1996, também 2004 se pode revelar um ano decisivo para a defesa e segurança portuguesa, cujo debate se internacionaliza e europeiza. Neste sentido, o debate nacional deve priorizar a questão da defesa para lá das fronteiras, tanto nacionais como europeias, assim como procurar o consenso sobre a necessidade de dotar Portugal de forças armadas e de segurança modernas e eficazes, capazes de, ao mesmo tempo, se poderem envolver de forma significativa em dois teatros de operações: um no quadro da política de defesa europeia, dentro ou fora da NATO, outro em consequência das alianças bilaterais que tecemos, nomeadamente com os países de língua portuguesa. 2003-12-01 / 2004-01-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0083 - Intermezzo europeu ou a fuga para a frente?, por Maria do Rosário de Moraes Vaz . Do final da conferência intergovernamental, de que a Constituição europeia saiu adiada, salva-se o progresso, quase unânime, da defesa europeia, que pode “finalmente” proclamar a sua “autonomia”. Neste sentido, o presente artigo relaciona os progressos feitos no âmbito da política externa, segurança e defesa europeia – em que se destacam a redirecção do ênfase da defesa e segurança comum para a capacidade militar dos Estados membro e a criação de um representante na política externa europeia, sob a forma da figura do Ministro dos Negócios Estrangeiros da União – com a da autonomia e afirmação europeia na cena internacional, alertando, contudo, para o risco de a fusão entre política interna e externa sob a bandeira da segurança comum pôr em causa a possibilidade de dar consistência aos pilares europeus políticos e de ação internacional. 2003-12-01 / 2004-01-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0084 - A política de defesa espanhola - fim do ciclo?, por Rafael L. Bardají . Neste texto, é analisada a evolução da política de defesa espanhola desde a eleição do Partido Popular de José María Aznar, em 1996, e das transformações que se esperam depois do discurso de despedida deste. Do governo de Aznar destacam-se a transformação das significativas reticências à integração militar na NATO à plena participação na organização; de um sistema de recrutamento baseado no serviço militar obrigatório, ao avanço para um exército profissional, de voluntários; da descapitalização e redução crescente dos orçamentos da defesa à recuperação da capacidade de investimento e de compra das forças armadas. Oito anos mais tarde, quase todos esses objetivos foram alcançados e a evolução do contexto político e estratégico internacional, com o 11 de setembro e o Iraque pelo meio, exigem a formulação de novas linhas de atuação. 2003-12-01 / 2004-01-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0085 - Cyberwar-Netwar - A segurança na idade da informação, por Eduardo Mateus da Silva . No contexto do crescente papel da informação nas novas formas de guerra e terrorismo internacional e dos crescentes desafios à capacidade de processamento e utilização dessa informação, o presente texto coloca a questão de como encontrar respostas viáveis para garantir a segurança da informação perante o extraordinário crescimento da produção, tratamento, difusão e circulação da informação, tendo em conta a cada vez maior dependência dos computadores, da Internet e a explosão das comunicações móveis. 2003-12-01 / 2004-01-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0086 - Linhas de acção estratégica da política de defesa nacional, por José Luís Pinto Ramalho . Em 20 de Janeiro de 2003, o Conselho de Ministros aprovou o novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), ficando assim definida a orientação para a Política de Defesa Nacional (PDN) com base na análise da Conjuntura Estratégica Internacional e dos objetivos e interesses nacionais a atingir e a defender. Este CEDN enumera os objetivos da altura da PDN, assim como os “espaços” onde esses objetivos e interesses devem ser considerados. Neste texto é realizada uma análise sobre estes – especialmente do seu escopo internacional e da cooperação –, dos seus condicionamentos externos – como o enquadramento na NATO e na UE – e internos – como os condicionamentos orçamentais e os recursos humanos – e das linhas estratégicas gerais daquela política. 2003-12-01 / 2004-01-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0087 - Segurança interna - Mais cooperação, por Noémia Pizarro . O presente texto realiza uma reflexão prospetiva sobre a questão da segurança interna portuguesa e europeia no contexto, respetivamente, do Euro de Futebol de 2004 (que implicará um grau elevado de coordenação de segurança a vários níveis) e do alargamento europeu. Ambas estas

questões se entrecruzam num assunto fundamental, o das fronteiras e da movimentação intraeuropeia, e requerem processos de cooperação operacional entre os países. 2003-12-01 / 2004-01-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0088 - A paz cada vez mais longe, por Maria do Rosário de Moraes Vaz . O presente texto reflete sobre a ausência da captura de Ossama Bin Laden, líder da Al-Qaeda, e à resolução de conflito no Médio Oriente e no Golfo, que torna o Iraque e Saddam Hussein e a reorganização do Médio Oriente e do Golfo como substitutos possíveis para os interesses americanos, a pretexto do desarmamento do Iraque. Assim, é feito um relato da proximidade do conflito e do que este implica tanto para a legitimidade da ONU como para a verdadeira reorganização da região que, relembra o Conselho Europeu, não exige os intervenientes de procurar solucionar a questão palestina. 2003-03-01 / 2003-03-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0089 - E o que acontece ao Iraque?, por George Joffé . Enquanto os Estados Unidos se preparam para a sua aparentemente guerra contra o regime de Saddam Hussein, a atitude e sentimento iraquiano permanece, apesar da cobertura jornalística ocidental no Iraque, uma incógnita. Neste sentido, o presente artigo pretende adiantar algumas respostas quanto à reação iraquiana ao possível fim de um dos regimes mais repressivos mundiais e o que é esperado com esta libertação. 2003-03-01 / 2003-03-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0090 - Irão: a nova ameaça?, por George Henderson . O presente artigo dá conta, por um lado, da deterioração das relações do Irão com o Ocidente, especialmente com os EUA, e, por outro, das razões que levaram o Irão de centro de um novo alinhamento estratégico no Médio Oriente e na Ásia Central para um elemento isolado, cujas únicas hipóteses se limitam às relações com a Arábia Saudita e a OPEP como meio de articulação da hegemonia. Esta alteração é tida como fruto tanto das circunstâncias, com a guerra contra os Taliban, mas também da profunda antipatia da política americana, como demonstra a Lei de sanções para o Irão e a Líbia e a recusa de aproximação ao regime clerical de Teerão. Finalmente são apontadas as consequências, tanto a nível interno e da democracia, como externo, das relações diplomáticas e da segurança. 2003-06-01 / 2003-08-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0091 - Segurança e Defesa no Tratado de Lisboa, por Bruno Martins . O Tratado de Lisboa surge como reflexo do desejo dos líderes europeus de ultrapassar o período de reflexão em que a UE mergulhou após os referendos ao Tratado Constitucional. Neste sentido, é em comparação com este documento que o Tratado de Lisboa deve, sobretudo, ser analisado. Esta questão ganha ainda mais sentido nos domínios da segurança e defesa, de que o presente artigo se ocupa, dada a prioridade concedida à PESD pelo Tratado Constitucional, no qual se apoia também o Tratado de Lisboa. Assim, a par da ideia de flexibilidade outros conceitos concorrem para a definição de uma identidade europeia de segurança, nomeadamente a "actorness", legitimidade e política de relacionamento com outras potências. 2008-05-01 / 2008-05-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0092 - Que papel para a NATO? Visões políticas da Geórgia e Bielorrússia no contexto das relações entre o Ocidente e a Rússia, por Alena Vysotskaya Guedes Vieira e Licínia Simão . A breve guerra que opôs a Rússia e a Geórgia levantou questões profundas sobre a segurança na Europa e a definição de papéis aceitáveis para a Rússia, a NATO e a UE. Após esta, altos oficiais russos avançaram com propostas de celebração de um novo acordo de segurança na Europa, que substituisse o Tratado sobre as Forças Convencionais na Europa e redefinisse os papéis destes atores no espaço europeu. Neste contexto, o presente artigo reflete, por um lado, sobre a segurança da vizinhança comum e, por outro, o papel da NATO vis a vis a Rússia – ora de defesa dos valores ocidentais, ora de oposição à Rússia. Conclui-se, no entanto, que deverá ser a NATO a definir um novo papel mais cooperativo na Europa, pondo fim a uma cultura de afrontamento, posição essencial a um sistema crescentemente multipolar. 2009-02-01 / 2009-02-28

D. PT/ADN/IEEI/005/0093 - Introduction, por João Marques de Almeida . The present texts sets the frame and outlines the structure for the rest of the fourth number of "Cadernos do Lumiar", in which the author examines Portugal's fundamental principles, goals and perceptions in the realm of security and its security relationship with the United States, and national security policies towards the Maghreb and Southern Africa. Firstly, it clarifies the concepts of "Europe", "defence" and "security", given the intertwined nature of Portuguese and European security and foreign policy. Then, it outlines the bipartite structure of the essay, in which the first part focuses on the "geopolitical approach" present in Portuguese security policy derived from the Portuguese "distinctive historical experience" and the second examines the (then) present institutional security policy. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0094 - The "Geopolitical Approach", por João Marques de Almeida . The present document – corresponding to the first part of the full essay published in the fourth number of "Cadernos do Lumiar" – offers an analysis on the "geopolitical approach" in Portuguese security policy, which was, in broad terms, dominant in Portugal's security policy

until the 1970s. This approach derives from the Portuguese “distinctive historical experience”: Portuguese Atlantic Identity, the threat to national security from continental European powers and the natural alliance with the dominant maritime power. Franco Nogueira, probably the most prominent Portuguese geopolitical thinker, considered these three ideas as the main tenets of Portuguese foreign policy. The enduring dominance of this geopolitical orientation has left a geopolitical culture in security circles which still plays an important role in the decision-making process. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0095 - Effects of Institutional Commitment, por João Marques de Almeida . As the Portuguese prime minister Mário Soares stressed, in applying for EC membership Portugal was also seeking a European and democratic identity. Likewise, after having applied for membership, Portugal became a member state of that security organisation in 1988. This turn to Europe and to its political and security institutions was, domestically, associated with democratic stability and, externally, meant Portugal's integration in the Western European security community. To understand the impact of such an integration on Portuguese security policy, the present text – the second part of the essay fully published in the fourth number of “Cadernos do Lumiar” – discusses a few points on the concept of a pluralistic security community and how it applies to Western European security. Here, the focus is on two defining principles of such a community: pluralistic democracy and state sovereignty. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0096 - Conclusion, por João Marques de Almeida . The present text presents the conclusion of the essay publish, integrally, in the fourth number of “Cadernos do Lumiar”. Returning to the question raised in the beginning of the essay – how does the geopolitical culture, left by the dominance of the geopolitical approach, influence Portuguese institutional commitment? –, it reflects on how the isolationist and geographic perspective and habits have undermined its involvement in international security structures and have shortened Portuguese perceptions on security matters. Drawing from these conclusions, the author points to the need for Portugal to adapt traditional security concerns and perceptions to the new conditions of its foreign policy, particularly membership in a set of security institutions. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0097 - Note préliminaire, por Fernanda Faria . O presente texto contextualiza o artigo integral pública no primeiro número do “Cadernos do Lumiar”. Tendo em conta o objetivo principal de analisar as políticas de defesa nos países do Magrebe, são feitas três observações ou obstáculos preliminares a um estudo desta natureza: primeiro, a dificuldade de obtenção de informação sobre a política de segurança e defesa em países não democráticos, como é o caso da maior parte dos países do Magrebe; segundo, a dificuldade de uma distinção clara entre política de segurança e política de defesa; e, terceiro, analisar as políticas de segurança e defesa dos países do Magrebe significa confrontar a duplicidade do discurso político, entre o mito da solidariedade e unidade do Magrebe e as verdadeiras preocupações de segurança. 1994-01-01 / 1994-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0098 - A propos de la Sécurité et de la Défense dans les textes constitutionnels, por Fernanda Faria . Quer se trate da Constituição de Marrocos, da Argélia ou da Tunísia, em que termos são abordadas as questões de segurança e de defesa nacional? Neste sentido, o presente texto analisa os textos constitucionais destes três países no que diz respeito às suas políticas de segurança e defesa nacional, notando os seus aspetos comuns – como o papel do chefe de Estado, presidente ou rei de comandar as forças armadas, defender o Estado, a independência, a integridade territorial e a soberania e a correspondência entre o conceito de segurança nacional e a manutenção das instituições – e as distinções – como a clarificação das funções das forças armadas –, com especial atenção ao caso argelino. 1994-01-01 / 1994-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0099 - Stabilité: un impératif pour le maintien des régimes, por Fernanda Faria . O presente texto relaciona a questão da segurança nos países do Magrebe com a da estabilidade política: se no período pós-independência esta relação era uma condição sine qua non para a consolidação do Estado, tornou-se, entretanto, um instrumento para manter um status quo onde a alternância e a pluralidade política eram consideradas uma ameaça à unidade nacional e, portanto, à estabilidade interna. Entre os problemas internos suscetíveis de constituir uma ameaça à estabilidade, a ascensão do islamismo político radical é certamente o mais importante. A forma como se manifesta e os danos que pode causar ao regime e à estabilidade política interna variam em cada um dos três países considerados – nomeadamente, Marrocos, Tunísia e Argélia –, afetando as suas políticas de segurança e defesa em diferentes medidas. 1994-01-01 / 1994-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0100 - L'islamisme politique radical: d'une menace intérieure a une menace régionale, por Fernanda Faria . Embora o fenómeno islamista tenha as suas raízes principalmente na situação interna dos Estados e nas condições sociais, económicas e políticas, tem também uma dimensão cultural. Segundo algumas análises, o discurso islamista tende a substituir o discurso nacionalista pan-árabe dos anos pós-independência. Neste contexto, o presente texto dá conta da presença do islamismo político radical e consequências tanto nas políticas de segurança nacional e regional como nas relações regionais nos países do Magrebe, nomeadamente, em Marrocos, Tunísia e Argélia. 1994-01-01 / 1994-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0101 - Rapports politico-militaires, prolifération et politique d'armement, por Fernanda Faria . A natureza autoritária dos regimes do Magrebe, assim como as ameaças externas e internas que cada Estado teve de enfrentar no decurso da sua evolução política desde a independência, explicam a importância atribuída ao aparelho de defesa e de aplicação da lei. O atual contexto de segurança regional e internacional também tem repercussões nas relações político-militares e nas políticas de armamento destes países. No entanto, mantém-se no presente texto, estas políticas são mais influenciadas pelo resultado do conflito Leste-Oeste do que por novos desenvolvimentos de segurança regional. Partindo destas premissas, o presente artigo reflete sobre o impacto do novo ambiente de segurança regional e internacional nas relações político-militares e sobre a política de proliferação e de armamento resultante do pós-Guerra Fria. 1994-01-01 / 1994-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0102 - Coopération régionale en matière de sécurité et de défense: perspectives, por Fernanda Faria . A cooperação tornou-se o principal instrumento de uma política global destinada a manter a paz e a estabilidade na Europa e regiões vizinhas. Assim, embora o Magrebe não represente uma ameaça militar para a Europa, a proximidade geográfica, mas também a presença de muitos imigrantes magrebins nos países da União Europeia coloca o Magrebe no centro das preocupações de segurança da Europa. Neste contexto, o presente artigo reflete sobre as políticas de cooperação e segurança comum intra-UE, entre UE e o Magrebe e dentro do Magrebe, concluindo que estas últimas, apesar da dificuldade em terem sido estabelecidas até ao momento, são da maior importância, tanto para os países do Magrebe como para a UE. 1994-01-01 / 1994-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0103 - En guise de conclusion, por Fernanda Faria . O presente texto expõe as conclusões do artigo completo publicado no primeiro número dos "Cadernos do Lumiar", permitindo uma melhor compreensão das políticas de segurança e defesa de Marrocos, Argélia e Tunísia. Assim, conclui-se que a ameaça no Magrebe é dominada pelos receios de instabilidade interna e, à exceção de Marrocos, da ascensão do islamismo político radical; que embora existam riscos de ataques ou conflito no Magrebe, a percepção da natureza da ameaça regional é mais política do que militar; estes novos fatores não parecem ter afetado demasiado as relações político-militares e o sistema defensivo; nem a ameaça islamista nem as rivalidades regionais estão na origem da corrida armamentista; esta corrida ao armamento resulta do desgaste da política de não-alinhamento e da busca de um novo peso estratégico internacional; apesar disto, na área da cooperação destacam-se os esforços da UMA e das relações com a UE. 1994-01-01 / 1994-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0104 - Introduction, por Álvaro de Vasconcelos . Against the backdrop of Europe's lack of definite and concerted response to the challenges in the Middle East due to its lack of common security and foreign policy, the present document serves as introduction for the report published on the ninth number of "Cadernos do Lumiar", devoted to the assessment of a strategic concept for the EU, especially for the Mediterranean. Before that, an assessment of the risks and threats must be made, in order to inform a European strategic concept, which must include what will be Europe's position towards NATO. Bearing this in mind, it is the belief of the author that European defence policy in the Mediterranean region needs an objective vision of the local security problems, but also needs to define security and defence cooperation perspectives. 2002-01-01 / 2002-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0105 - European Defence and the Mediterranean, por Roberto Aliboni . European defence concerns in the Mediterranean region reflect both objective realities and European perceptions of the challenges they face. Bearing this in mind, the present paper assesses both considerations in order to describe what future defence configurations in the region will be, but the most important concern is to establish what the challenges might really be. A broad objective assessment of the challenges and risks emanating from the European Union's southern approaches is therefore essential and is comprised of three dimensions: 1) South-South relations and the identification of intra-state and inter-state causes of instability; 2) North-South relations and challenges such as spill over effects the impact of asymmetric strategies for the EU, proliferation of weapons of mass destruction, and the so-called "rogue states"; and, 3) trans-national risk for EU's communities. 2002-01-01 / 2002-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0106 - Conclusions and Recommendations - Priorities for the European Union's Mediterranean Security Policy, por Álvaro de Vasconcelos . The present text presents the major conclusions and recommendations resultant from the report published in the ninth number of "Cadernos do Lumiar". It is thus concluded that the European Union's Mediterranean security policy should be based on the following essential presuppositions: 1) there are no significant security threats, either in the North-South or the South-North directions; 2) political and security relations between blocs are not unaffected by recent regional conflicts; and, 3) the real security problems either have solely domestic implications or primarily affect the South-South or sub-regional dimension. Bearing this in mind, it is suggested not only that the EU steps in with long-term socio-economic inclusion measures, the ambition of the Euro-Mediterranean Partnership, but also that it increases its responsiveness,

autonomy and transparency. Moreover, it should, whether on its own or within NATO or the EMP, a security and defence dialogue and cooperation initiatives. 2002-01-01 / 2002-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0107 - Energy Supplies and Mediterranean Security, por Giacomo Luciani . Energy is a very significant component of Mediterranean trade, comprising a very important component of total imports for some Mediterranean countries. All flows considered, the Mediterranean is, together with the Gulf itself and the Strait of Malacca, a crucial transit and potential choke point for global oil supplies and trade. Considering this situation, the attention of security analysts has focussed on the possible relationship between energy supplies and Mediterranean security. The main thesis of the present text is, notwithstanding, that, when the details are considered, this relationship appears to be far more tenuous than a superficial consideration may suggest. Energy, in the end, is unlikely to ever become a significant security consideration in Mediterranean affairs. 2002-01-01 / 2002-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0108 - The Impact Of Migration From The Mediterranean On European Security, por Martin Jerch, Gonzalo Escribano e Alejandro Lorca . The aim of this report is to analyse the situation of the migrants from the group of states generally known as the South Mediterranean Countries and its effects on European security and foreign policy. There is, however, a major definitional problem that must first be addressed: what is to be understood by the term “migration”. After providing a brief definition of “migration” and its causes, the present text reflects on, on the one hand, the relations between migration and security, and, on the other hand, the relation between migration and transformation of European societies. Concerning this last topic issues such as racism and xenophobia and actual distribution of immigrants by regions of origin are analysed, paired with the possible solutions regarding the co-ordination of immigration policies in the EU, the regulation of immigration flows, promotion of development and incorporation of immigrants. 2002-01-01 / 2002-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0109 - The Proliferation of Weapons of Mass Destruction in the Mediterranean, por Thérèse Delpech . This paper aims at making a European assessment of the nature and magnitude of weapons-of-mass-destruction (WMD) proliferation in the Mediterranean. Such an analysis is difficult in nature: such assessment has ever been undertaken by the European Union, because it would be too controversial and might also imply changes in European defence; since much proliferation-related activity is by nature clandestine and therefore hidden from expert observation, strategic intelligence appears essential; and the scene is under constant and rapid evolution, particularly in the Middle East. Departing from an assessment of these difficulties and context, the paper concludes with a reflection on the consequences for Europe’s defence, foreign and cooperation policies and strategies. 2002-01-01 / 2002-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0110 - Trans-national Risk, por George Joffé . “Trans-national risk” involves a specific state or group of states facing risk generated by the activities of non-state actors. It is essential that such risk should extend across the borders of the state or states affected for it to be categorised as “trans-national risk”. Conventionally, in the Mediterranean region, such risk is seen to flow from the South towards the North, although trans-national risk also exists within both the North and the South regions themselves. The present text deals with the definition and characterisation of varying types of trans-national risks, mainly from the Mediterranean region, such as terrorism, smuggling and international crime, the mechanisms of control and its consequences both in the Mediterranean and the European context. 2002-01-01 / 2002-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0111 - Crítica, por Luís Andrade, Dulce Aleixo, Fuzenta da Ponte, António Graça de Abreu, António Siqueira Freire e João Galamba de Oliveira . Este documento é compreendido por 6 críticas de 4 livros e 2 conferências distintos, por diferentes autores. As críticas dos livros incidem sobre *La stratégie soviétique de crise* por Luís Andrade; *Sécurité, désarmement et flanc sud de l’Alliance Atlantique* por Dulce Aleixo; *The Hunt for Red October* por Fuzenta da Ponte e *Historic Macau* por António Graça de Abreu. As críticas das conferências referem-se aos debates intitulados “O Brasil e a Nova República” e “Os media, a guerra e a paz”, feitas, respetivamente, por António Siqueira Freire e João Galamba de Oliveira. 1987-03-21 / 1987-06-20

D. PT/ADN/IEEI/005/0112 - Os intelectuais e a estratégia – o caso português, por Diogo Pires Aurélio . Há duas formas de abordar o tema proposto sob o título “Os intelectuais e a estratégia”: uma internalista – que consiste na análise da evolução dos estudos estratégicos, isolando as diversas teorias sobre o assunto, o significado e as motivações das ruturas verificadas e as fronteiras que as separam, a sua relação com a história das mentalidades, a sua dependência dos fatos e o grau de influência na tomada de decisão dos homens de Estado – e uma externalista – que consistirá na análise das atitudes intelectuais que a estratégia e o problema da guerra em geral suscitam no seu exterior. Assim, apesar das limitações desta delimitação metodológica – dado que a o sucesso das teorias estratégicas pode condicionar as mentalidades culturais e científicas e vice-versa -, estas permitem a clarificação daqueles assuntos que dizem respeito à investigação das relações estratégicas portuguesas e os vetores culturais dominantes no país. Este cruzamento será identificado nos campos da história, do território,

dos aliados e das forças armadas. O intuito destas reflexões será a de, então, clarificar a matriz de problemas e porosidades que se relacionam com as questões de estratégia. 1987-12-21 / 1987-03-20

D. PT/ADN/IEEI/005/0113 - Soviet Foreign Policy under Gorbachev, por Oles M. Smolansky . Since March 1985, dramatic changes have taken place in the domestic affairs of the URSS. They are generally referred to in the West as perestroika (restructuring), glasnost (openness), and demokratizatsiia. Although generally less appreciated in the West, many important innovations have also been introduced into the Soviet approach to foreign policy as well. Turning from theory to practice, it is widely recognized that Gorbachev's foreign policy has been more active, more pragmatic, and more flexible than that of his predecessors. Specifically, since 1985, the Soviet Union has tried hard to improve relations with the Western powers (particularly the United States), the People's Republic of China, and a number of prominent Third World countries. Gorbachev's efforts to come to grips with the Soviet Union's economic problems present the West with an important question: should the members of NATO and others assist Gorbachev in his perestroika or would it be more prudent for the West to leave the URSS to its own devices in the reasonable expectation that the General Secretary and his successors will not be able to modernize the Soviet economy effectively? The answer given by this study is that as long as Gorbachev's tendencies correspond to Western interests, the Western powers should extend Gorbachev a measure of economic, financial, and technological support while remaining militarily strong and economically and technologically advanced in order to insure that Gorbachev and his successors stay on course and to guard against any future surprises. 1988-09-21 / 1988-12-20

D. PT/ADN/IEEI/005/0114 - Allied strategy and transatlantic relations, por Henning Wegener . There is an inseparable relationship between the allied strategy and its transatlantic dimension. In fact, one of the most vital tasks of the Alliance has been to maintain transatlantic cohesion, even more so since the strategic principle on which collective defence hinges is characterised by its basic structural unevenness. The strategy and its implementation mechanisms overcome this unevenness via the coupling of the two geographical parts of the Alliance together – the United States, on one side, and the European Allies, on the other – proving the necessity of a strategic and defensive unity of all Allies. Bearing in mind the indissociable character of strategic and political stability in transatlantic relations, the present study lays out some of the features which tend to confer the stability of both as well as the expected future challenges to it. 1989-03-21 / 1989-06-20

D. PT/ADN/IEEI/005/0115 - NATO's nuclear modernization dilemma, por Hans Binnendijk . The present study deals with the prospects of the 1989's NATO summit, organised with the objective of dealing with the nuclear modernisation problem – driven by the need to replace the Lance missile and existing gravity bombs by the mid-1990s. Without this modernisation, NATO faced functional unilateral disarmament of short-range missiles. Yet significant opposition has risen towards NATO's plan, and the outcome of these deliberations remain, therefore, uncertain. Deliberation processes remaining open and ambiguity being a reality in the beginning of 1989, the present article is intended to serve as a guide for the debate. It reviews the rapidly changing strategic landscape and assesses the need for nuclear modernisation as the current force structure declines in size and capability. It describes the Alliance's modernisation plans, discusses criteria for the force's size and disposition, and analyses alternative deployment possibilities. An independent European nuclear force is discussed following this as a hypothetical alternative to modernising American weapons. Political problems in both the US Congress and West Germany are examined. Finally, arms-control opportunities are analysed. 1989-03-21 / 1989-06-20

D. PT/ADN/IEEI/005/0116 - Social Democratic parties in NATO countries: A return to consensus?, por Bruce George e Mark Stenhouse . With scarcely enough time to recuperate from the trauma of the INF years, NATO strives, by the end of the decade of 1980, to fashion a new consensus on the role of America's nuclear guarantee for Europe on the future of nuclear weapons on European soil and on balance of conventional forces, whose urgency becomes even more noticeable after Gorbachev's Nuclear Initiative pressuring the West for the reconquering of a moral high ground. In the present study, it is hoped that, through the analysis of some of the disagreements that characterised the early 1980s, the temptation to complacency towards Gorbachev may be deconstructed. The purpose of the present study is, thus, to review the way western Europe's major socialist parties within NATO have approached defence in the post-war world. 1989-03-21 / 1989-06-20

D. PT/ADN/IEEI/005/0117 - Questões emergentes da crise do Golfo, por Maria Carrilho . O tema da nova arquitetura de defesa europeia adquiriu ainda maior premência à luz da guerra no Golfo e do agravamento da instabilidade na União Soviética. Tornou-se evidente que a questão da defesa é fulcral para qualquer projeto de união europeia ou, se não de união, pelo menos de conjugação ou concertação europeia com vista a uma política externa com algum peso significativo. Por outro lado, depois de um curto período promissor, o aumento da conflitualidade internacional obriga a um questionamento sobre os conteúdos das próprias políticas de defesa, implicando também um renovado esforço de reflexão e de investigação no plano teórico. Sem pretender delimitar a discussão, o presente artigo foca-se em dois aspetos fundamentais: o primeiro diz respeito à relação que as atuais sociedades tecnologicamente avançadas estabelecem com o instrumento militar e a guerra; e o segundo tem a ver com o armamento, a sua produção e controlo. 1991-09-21 / 1991-12-20

D. PT/ADN/IEEI/005/0118 - Convencionalización de la defensa militar, por Angel Viñas . La era nuclear ha redefinido de forma radical las condiciones esenciales de ese concepto elusivo que es la seguridad. Esta se ha convertido, por primera vez en la historia de la humanidad, en la voluntad y capacidad de poder vivir con el adversario, implicando también la transformación del papel de lo militar y de la política de defensa tradicional aplicados a las circunstancias del conflicto Este-Oeste. 1986-03-21 / 1986-06-20

D. PT/ADN/IEEI/005/0119 - The New Faces of Violence and War: Peace and Security Challenges, por Mariano Aguirre . The current challenges to peace and security are complex, unpredictable and related to fields that were commonly considered outside the State-oriented security concept. The wars are increasingly less about confrontations between states and more among non-State groups, political violence is assuming different aspects and the roots of war and violence are related to a broad series of factors. If war in the last 400 years were related to the construction of the State now they are related to the crisis and disintegration of some states along identity lines, particularly the ones that suffered the impact of neoliberal policies, internal corruption, and external economic and sometimes military interventions. This is one of the many challenges brought about by globalization, technological and scientific progress, that has shifted the conditions of war. Tracing the major trends in global conflict, forms and catalysers of violence within States and the role of inequalities to threats on security the present article makes a comprehensive case of the measures to be adopted for the EU in terms of external policies for the minimization of violence and conflict. 2009-01-01 / 2009-06-30

D. PT/ADN/IEEI/005/0120 - Novos desafios nas relações Europa-América, por Fuzeta da Ponte . Ao abordar-se o tema das relações Europa-América na área da segurança no momento atual, o grande e primeiro desafio que, quanto a nós, deve ser encarado é o que se relaciona com a designada “opção zero”. Esta opção zero, que consiste na remoção de todos os mísseis de curto e médio alcance da Europa por parte de Washington e de Moscovo num período de 5 anos, inicia um novo ciclo na história das negociações do desarmamento e uma avaliação das políticas de defesa da NATO, que se vê, agora, obrigada rever o seu âmbito e ação possível, desafio a que se dedica este artigo. Assim, partindo de uma análise das possibilidades militares e de política de defesa disponíveis à NATO neste quadro de relações, o presente artigo dá conta dos desafios abertos das relações com a URSS. 1988-09-21 / 1988-12-20

D. PT/ADN/IEEI/005/0121 - NATO and out of area insecurity, por John Chipman . The present study is concerned with the definition of NATO as not only a treaty for the defence of certain region but, especially given the fact that that region has no special geographical meaning and exists solely by virtue of the definition given to it in the treaty itself, is defined as a contract between its members to defend its security and positively intervene in matters of regional conflict when deemed necessary. Evaluating the geographical and political strategies and layout of NATO and its members, it is concluded that not only has NATO intervention surpassed the provisions made by the treaty but also has, oftentimes, stemmed from national interest rather than common relevance. It is then proposed that the principles of 'common responsibility' and 'non-singularity' should guide Western policies out of area in those instances where general as opposed to uniquely national interests are being defended. Policies should thus remain individual when these do not affect other allies' vital interests. 1987-03-21 / 1987-06-30

D. PT/ADN/IEEI/005/0122 - Um novo perfil de segurança, por António Carlos Pereira . Da década de 70 até à década de 90 houve uma mudança de perfil de segurança do Brasil. Este ocorreu devido tanto a fatores económicos – o Brasil tornou-se, durante esse período, na oitava economia do mercado livre assim como no maior devedor do mundo –, como estratégicos – o Brasil decidiu afastar-se do conflito Leste-Oeste e das suas consequentes alianças, criar uma razoável indústria de material bélico e tornar-se numa potência regional. Tais afirmações implicam consigo duas questões imediatas, às quais o presente artigo procurará dar resposta: qual a razão desta mudança no formato de segurança brasileira e quais as consequências destas alterações para o Brasil. O resultado destas leva, por fim, à necessidade de situar o Brasil no seio das relações internacionais, especialmente no que diz respeito à sua relação com a Europa. 1989-03-21 / 1989-06-20

D. PT/ADN/IEEI/005/0123 - Uma nova concepção de segurança para o Brasil, por Hélio Jaguaribe . O presente estudo foi, originariamente, destinado a servir de subsídio para a Comissão de Estudos Constitucionais (do qual o autor, Hélio Jaguaribe, foi um dos membros) designada, em 1985, pelo presidente José Sarney, por indicação do presidente Tancredo Neves, para elaborar um anteprojeto de Constituição. Entre os vários problemas que exigiam uma apropriada avaliação nas condições da emergente democracia brasileira, destacava-se, de forma democrática, a defesa interna e externa do Estado, papéis que vinham a ser desempenhado pelas forças armadas na tradição constitucional brasileira. É ante essa tradição e seus perniciosos efeitos que se situa o presente estudo, originalmente elaborado para demonstrar a necessidade da adoção de um novo regime para a defesa democrática do Estado. A partir do pressuposto de um sistema fundado num parlamentarismo semelhante ao vigente sistema francês, o presente estudo postulava duas importantes modificações em relação à defesa do Estado. As

propostas contidas neste estudo não foram, contudo, acolhidas pela Constituinte que cedeu às pressões do presidente Sarney. Passados apenas três anos da promulgação da nova Constituição, o presente estudo permanece oportuno já que se torna evidente a necessidade de introdução de importantes reformas nesta constituição. 1991-01-01 / 1991-12-30

D. PT/ADN/IEEI/005/0124 - A saturação da mentira - Maria do Rosário de Moraes Vaz . O artigo faz uma resenha sobre o livro "Absolute Friends" de Jonh Le Carré, cuja temática envolve guerra contemporânea, serviços secretos, segurança e aborda questões como a violência militar dos EUA. Analisa-se a mentira em termo comparativo com o conhecimento, isto é, quando a aparência deforma a realidade e usa-se como exemplo as guerras retóricas e o perigo da alucinação da mentira em questões de segurança. 2004-04-01 / 2004-05-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0125 - O dilema do tráfico: tomar o poder ou conviver com ele - Jaír Rattner . Os confrontos entre agentes da autoridade e grupos criminosos nas favelas cariocas têm sido constantes. O autor aborda a tática utilizada por dois dos mais poderosos líderes traficantes: Eduíno Eustáquio de Araújo (Dudu) que quer a tomada de poder diretamente pelo tráfico e por Luciano Barbosa da Silva (Lulu) que utilizava a convivência, através da corrupção das autoridades e um conflito de baixa intensidade, possibilitando assim a manutenção do seu mercado de consumidores de classe média-alta. Com a morte de Lulu, o autor questiona como ficara a situação nas favelas Rio de Janeiro. 2004-04-01 / 2004-05-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0126 - Um universo muito diverso - Gema Martín Muñoz . As redes terroristas, difusas e fragmentadas como o caso da al-Qaida, são um grande desafio. Para as compreender, é necessário compreender a diversidade de atores políticos no universo islâmico e garantir a defesa do Estado de Direito perante os regimes que o ignoram. A autora faz um contexto histórico sobre a forma como o islamismo é utilizado pelos governos autoritários como censores da sociedade e bloqueio a mudanças e explica a evolução até chegar aos grupos terroristas ou movimentos nacionalistas violentos. Aborda a terceira geração islamita e conclui que a al-Qaida um fenómeno terrorista que não tem origem sociológica. 2004-04-01 / 2004-05-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0127 - Segurança e Defesa na campanha presidencial, por Thomas C.Bruneau . As questões de segurança nacional e de defesa ocupam o centro da campanha presidencial nos Estados Unidos. Os atentados de 11 de Setembro e tudo o que se seguiu deixaram a população preocupada com a capacidade de resposta e proteção do Estado. O autor aborda como a política externa superou a economia nas preocupações do eleitorados nestas eleições e refere outros episódios da História onde tal também aconteceu (Guerra do Vietname e Pearl Harbor). 2004-11-01 / 2004-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0128 - O regresso da política externa, por Hugo Sobral . De acordo com o Inquérito do Pew Research Center, para os americanos, as questões internacionais e de defesa são os principais problemas para o próximo presidente. O artigo analisa quantitativa e qualitativamente os resultados do inquérito, concluindo que nas escolhas eleitorais as questões domésticas prevalecem, mas na ordem internacional e não na interna. 2004-11-01 / 2004-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0129 - Quem não pensa ,morre, por Pedro Rosa Mendes . Relato feito por Dasia Massaquoi sobre a destruição causa pela guerra na Libéria e que procura explicar como funciona o terror e o medo que assombra o país nos últimos anos. 2004-03-01 / 2004-03-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0130 - A Europa e o Afeganistão, por André Barrinha . O artigo faz uma abordagem sobre quais as tropas europeias que estão no Afeganistão, desde a International Security Assistance Force (ISAF), Brigada Franco-Alemã (BFA) e Kabul Multinational Brigade (KMNB). A Europa está militarmente envolvida no Afeganistão pelas Provincial Reconstruction Teams e também pelas tropas na Operação Enduring Freedom,. 2004-11-01 / 2004-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0131 - A resistência toma iniciativa. por George Joffé . A resistência iraquiana aumentou a sua atividade e alterou a forma de ataque às tropas americanas, sendo esses ataques mais frequentes e mais violentos. O autor aborda a incerteza que há em torno da entrega de soberania e a forma a comunidade internacional interveio na questão. Analisa ainda a resistência iraquiana e salienta dois principais objetivos: demonstrar que as forças iraquianas não têm capacidade para garantir a segurança do novo governo e a fomentação de uma guerra civil no Iraque. Os neoconservadores americanos não estão preparados para lidar com o caldeirão étnico e religioso do Iraque. 2004-03-01 / 2004-03-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0132 - Europa: um interesse vital, por Maria do Rosário de Moraes Vaz . Em dezembro de 1995, um contingente militar português liderado pela NATO foi enviado para a Bósnia-Herzegovina. Dez

anos depois ainda permaneciam militares na Bósnia. O presente artigo aborda como esta participação militar portuguesa consolida uma “europeização” da política externa e da política de segurança e defesa. 2005-12-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0133 - Da consolidação tutelada ao predomínio civil democrático, por Maria Carrilho . O presente artigo faz um levantamento sobre a presença forças armadas na democracia portuguesa sobretudo após o 25 de Abril, em especial nos cargos de Presidente da República, e de que forma um presidente da República de carreira militar pode ou não influenciar a política de defesa. 2005-12-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0134 - Palavras de abertura, por Álvaro de Vasconcelos . A presente intervenção de abertura da VI Conferência Internacional De Lisboa faz um breve contexto dos temas abordados noutras edições da conferência e a sua relevância. A conferência atual, cuja temática é “A Defesa Da Europa e o Consenso Atlântico”, realiza-se numa altura onde é importante o aprofundamento do debate da identidade europeia no domínio da segurança e sobre a Aliança Atlântica e qual o significado desse aprofundamento para Portugal em termos de política externa. 1988-12-15 / 1988-12-17

D. PT/ADN/IEEI/005/0135 - Social democratic parties in NATO countries: A Return to consensus?, por Bruce George and Mark Stenhouse . The purpose of this paper is to review how the largest socialist parties of Western Europe in NATO considered defence in a post-Cold War world. A historical context has been set since the end of World War II concerning the position of socialists throughout Europe in collective security; the major disagreements in NATO including with nuclear power and defence policy; the particular case of Southern European socialists and NATO. Finally, a forecast is made of the political shape for the future, that is, if defence and security issues will be features in the elections of several European countries. 1988-12-15 / 1988-12-17

D. PT/ADN/IEEI/005/0136 - Flexible response and conventional stability, por Christian Ullmann . The debate on security policy has intensified following recent events such as the Intermediate-Range Nuclear Forces Treaty (INF). The strategic objective of the Alliance is to maintain the security and territorial integrity of the Allies and to achieve this it needs to influence by its capabilities and options the will of a potential aggressor. It addresses the issues of disarmament, arms control and military stability. Finally, it is made an analysis of the NATO-Warsaw Pact relationship and the same considerations, but under the German national perspective. 1988-12-15 / 1988-12-17

D. PT/ADN/IEEI/005/0137 - Nato's Nuclear challenges, por Hans Binnendijk . In the first part (Political Setting) it is addressed the Decline is of Extended Deterrence; Rise of Reasonable Sufficiency and Defensive Defense (since there were questions arise about the credibility of the US commitment to NATO and the nature of the Soviet threat is changing. In the second part, nuclear challenges are analysed. Starting with the change in Deterrence theory and then analyzing nuclear weapons reductions and modernization, both long and short range. It concludes with the exposure of other problems such as congressional constraints and deployment options. 1988-12-15 / 1988-12-17

D. PT/ADN/IEEI/005/0138 - Allied Strategy and Transatlantic relations, por Henning Wegener . With the international structure changing at the end of the Cold War, the Alliance's cohesion and stability, whose relationship to strategy and the transatlantic dimension is inseparable, becomes important. The structural unevenness is highlighted: the central security problem of the Alliance lies in Europe: the weapons are American. This paper deals with this relationship between strategy and transatlantic relations, both from an institutional and a military point of view, and seeks to analyse the issue from a political perspective as well. Finally, it analyses the improvement of burden-sharing as a possibility for the future. 1988-12-15 / 1988-12-17

D. PT/ADN/IEEI/005/0139 - Discurso de encerramento, por Eurico de Melo . A presente intervenção é constituída por alguns apontamentos sobre a importância da participação de Portugal na Organização do Tratado do Atlântico, na Comunidade Económica Europeia e na União da Europa Ocidental. Além da posição geoestratégica favorável, do treino de forças armadas europeias em território nacional e a definição de uma estratégia de redução de armas, reforça-se a importância destes acordos para a defesa nacional. 1988-12-15 / 1988-12-17

D. PT/ADN/IEEI/005/0140 - Perspectives of the European Defense Cooperation: a scenario, por Stefano Silvestri . This paper makes an extensive analysis of the perspectives for European Defense Cooperation. No European security policy can ignore the need for the relationship with the US, since the construction of the European Pillar (institutional and political compromise) is associated with other transatlantic problems such as burden-sharing. The transatlantic economic dimension is excluded from

Alliance competence. Long-term cooperation is needed to solidify the US relationship with the growing European Pillar. 1988-12-15 / 1988-12-17

D. PT/ADN/IEEI/005/0141 - Toward conventional stability, por Alton Keel . The author address four challenges for NATO which are separated in two categories: The first one, place transatlantic relations and public skepticism toward the nuclear deterrent. In the second category – East-West –relations with the Soviet Union, and with Eastern Europe. Finally, it is analysed the Conventional Stability Talks. 1988-12-15 / 1988-12-17

D. PT/ADN/IEEI/005/0142 - L'Union Europeenne de Securite Et De Defense, por Thomas Jansen . Cet paper traite de l'Union Européenne de Sécurité comme le facteur le plus important pour développer un consensus public sur la stratégie et la défense de l'Alliance atlantique. Pour l'auteur, la divergence des intérêts communs des deux grandes puissances, les États-Unis et l'URSS, et ceux des Européens, rend plus difficile l'acceptation du protectorat américain. 1988-12-15 / 1988-12-17

D. PT/ADN/IEEI/005/0143 - The Institutional Issue, por Guido Lenz . The Western Europeans undoubtedly share defence interests, while maintaining specific perceptions about the intensity and thrust of the threat they each have to face. This paper analyzes the complicated relationship between different defence and security institutions and how divergent instruments and initiative between them cause problems of communication and political decision-making. 1988-12-15 / 1988-12-17

D. PT/ADN/IEEI/005/0144 - A nova doutrina de Segurança Global dos EUA: Fundamentos, contradições e consequências hegemônicas, por Gilberto Dupas . O 11 de Setembro foi um acontecimento traumático para os EUA e mudou a visão americana sobre aquilo que pode ou não ser considerado terrorismo – tornando-a mais violenta. O presente artigo aborda a nova doutrina de Bush no combate ao terrorismo. Analisam-se os seus fundamentos – hegemonia dos EUA- e as “questões sem resposta”, nomeadamente, se o EUA, com a ajuda dos órgãos internacionais, pode permanecer como um poder regulatório da ordem mundial. 2002-01-01 / 2002/31/12

D. PT/ADN/IEEI/005/0145 - The European Response to New Terrorism: a critical assessment, por Román Ortiz. To better understand the European response to counter-terrorism, it is necessary to define the new terrorism that has emerged since 11th September: a transnational threat capable of striking anywhere at any time being almost impossible to destroy the entire network and a non-state threat. The EU cannot deal with this new terrorism in the same way as it did before. New terrorism is the biggest threat faced by open societies. 2002-01-01 / 2002-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0146 - The USA and the EU: Beyond Power and Weakness, por Viriato Soromenho-Marques . This paper addresses the apparent drift between the US and the EU regarding the positions of American and European leaders concerning the use of military might and diplomacy in foreign policy-making. For the author, the real reason for this, given that both share the same values and see the future in a similar way, is the way each side interprets and works with the same political and cultural federalism tradition. The theories of federalism and the American and European political agenda are addressed. 2002-01-01 / 2002-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0147 - The global community and the war on terrorism: threat or opportunity? - Ebtisam Al kitbi . The present intervention seeks to examine whether current counter-terrorism policies have undergone any fundamental change or whether they will only be a continuation of those that already existed. 11th September has changed the international community's perception of what terrorism is and for the American administration, the fight against terrorism can only be prevented through liberalization and democratization of the Middle Eastern countries. It is examined whether this is a viable solution, how it is being done, its results and so on. It is concluded that it's unrealistic to solve a profound political-cultural problem by a military solution. 2004-12-13 / 2004-12-14

D. PT/ADN/IEEI/005/0148 - The EU and Nato's wider new neighbourhood, por Saad Eddin Ibrahim . The present document is a synthesis of the author's intervention on EU and Nato's wider new neighbourhood. It argues that the frequency of armed conflict occurs when justice is neglected and that attention needs to be paid to collective security. 2004-12-13 / 2004-12-14

D. PT/ADN/IEEI/005/0149 - Intervenção externa e resolução de conflitos: o caso da Libéria, por Patrícia Magalhães Ferreira . A aproximação regional e internacional ao conflito da Libéria foi alterada depois da convergência de vários fatores. O presente artigo aborda a presença de peacekeeping internacional nos conflitos internacionais – como a intervenção simultânea da ONU em três conflitos africanos, que implementa uma aproximação de segurança regional mais eficaz. Para a autora, o desafio da

reconciliação é mais complexo do que a resolução do conflito. Para a Libéria, é necessário reestabelecer os níveis mínimos de segurança humanitária e desarmamento de grupos rebeldes. 2005-01-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0150 - European Foreign and security policy after Amsterdam, por Gianni Bonvicini . It is first made a short historical overview of the difficulty of transforming European Political Cooperation (EPC) into a Common Foreign Security Policy (CFSP). The basic principles for a consistent CFSP are addressed: efficiency, effectiveness and legitimacy and the lack of a defence policy dimension are highlighted. Finally, the major challenges for the Portuguese Presidency are analysed. 1999-11-11 / 1999-11-12

D. PT/ADN/IEEI/005/0151 - The Artemis Operation in the Democratic Republic of Congo: Lessons for the future of EU Peace-keeping in Africa, por François Grignon . Operation Artemis was the first EU peacekeeping mission in Africa. Having been successful overall, it raised the debate on CFSP issues and the role of peacekeeping in Africa. The EU cannot, according to the author, have the ambition to rival NATO militarily to intervene in Africa - the challenge is to find mechanisms for military cooperation to maximise the means available. 2005-01-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0152 - A segurança de Timor-Leste no contexto regional, por IEEI . O presente relatório reflete sobre os desafios, tanto internos como externos, que Timor-Leste enfrenta num contexto pós-independência, especialmente no que diz respeito à sua segurança. A natureza não-tradicional das mais sérias ameaças de segurança que Timor-Leste terá que enfrentar, em conjunto com o pequeno tamanho do país e a sua vulnerabilidade, apontam para a necessidade de uma abordagem eclética para assegurar a segurança, assente num sistema de três níveis: construção da economia interna, capacidade de recuperação política e militar e preservação da estabilidade interna; construção de laços bilaterais de segurança; e integração nas instituições regionais multilaterais. A segurança é tanto um produto da força militar como de uma diplomacia hábil e do soft power. A esta luz, mais do que das capacidades militares, a segurança depende sobretudo da eficiência da política externa de Timor-Leste, da sua capacidade para forjar um quadro equilibrado de relações bilaterais, e da participação na ASEAN. 2002-06-01 / 2002-06-30

D. PT/ADN/IEEI/005/0153 - Em defesa da estabilidade convencional, por Alton G. Keel Jr. O presente texto, referente à comunicação de Alton G. Keel na VI Conferência Internacional de Lisboa, é introduzido por uma reflexão retrospectiva sobre o ano de 1988 e seguido por uma reflexão prospetiva dos desafios previsíveis do ano de 1989. Esta reflexão prospetiva refere-se a quatro desafios, classificados em duas categorias: Ocidente-Ocidente e Leste-Ocidente. Na primeira categoria, incluem-se as relações transatlânticas e o ceticismo público relativamente à dissuasão nuclear da Europa. Na segunda categoria – Leste-Ocidente – incluem-se as relações europeias com a União Soviética e com a Europa de Leste. Finalmente, são referidas as Conversações sobre Estabilidade Convencional, nas quais estes quatro desafios são enfrentados. 1988-12-15 / 1988-12-15

D. PT/ADN/IEEI/005/0154 - Palavras de abertura, por José Calvet de Magalhães . O presente texto, que abre a XVI Conferência Internacional de Lisboa, reflete sobre o tema que dá forma a esta conferência: As Lições da Bósnia para a política europeia de defesa. Reflete-se, assim, sobre a necessidade de uma política de segurança e defesa europeia, sobre o passo importante dado no sentido do federalismo monetário e do seu impacto para a criação de um federalismo político, e do sentido de comunidade e solidariedade necessário à defesa e segurança portuguesa no que diz respeito à sua intervenção nos Balcãs. 1998-11-16 / 1998-11-16

D. PT/ADN/IEEI/005/0155 - The cost of war and the price of peace: The political economy of crime and conflict in sub-Saharan Africa (O custo da guerra e o preço da paz: A economia política do crime e do conflito na África subsariana), por Mark Shaw . O presente texto lida com a questão da guerra e do seu resultado, o aumento de criminalidade e conflito nas sociedades pós-conflito no continente africano. Assim, começa por analisar as condições e circunstâncias que permitiram o aumento do conflito e violência no continente africano e de que forma o conflito aberto passa a afetar a criminalidade como um todo, mesmo nas sociedades pós-conflito. Agir contra os fatores que iniciam estes conflitos torna-se, portanto, essencial não apenas para o término da guerra, mas também para assegurar a construção das sociedades num contexto pós-conflito. Apesar da importância deste projeto, as opções políticas são relativamente limitadas, em grande parte devido à ameaça apresentada pelas elites africanas. Propõe-se, neste contexto de estados, lei e legitimidade danificados, um esforço internacional de suprir os recursos que permitam o conflito violento e uma maior compreensão das formas como a criminalidade opera em estados africanos. 1999-11-11 / 1999-11-12

D. PT/ADN/IEEI/005/0156 - Integração e prevenção de conflitos, por Paulo S. Wrobel . O texto começa por traçar o contexto de transformação sistémica da natureza e raiz dos conflitos, ainda de coexistência do velho com o novo, a partir do qual se

deve entender os aspetos positivos da correlação entre integração regional e prevenção e resolução de conflitos. Parte-se deste panorama geral para uma análise comparativa da União Europeia como um caso de sucesso, no que se refere à questão de segurança, com os demais processos de integração regional, particularmente na América Latina. Não obstante, o Mercosul revela-se como um impressionante processo de integração económico-comercial, fundamental na mudança das políticas de defesa e segurança, no abandono dos conflitos e no desenvolvimento de estratégias cooperativas na matéria. 2000-01-01 / 2000-04-30

D. PT/ADN/IEEI/005/0157 - A Questão da Segunda Câmara e o Futuro das Assembleias Parlamentares, por Pedro Courela . Este texto procura analisar os condicionantes e as algumas das alternativas para uma “parlamentarização” dos assuntos relacionados com a Política Europeia de Segurança e Defesa, tendo em conta, por um lado, a experiência de assembleias parlamentares de organizações internacionais com funções no domínio da segurança e defesa; e, por outro, o atual momento de reforma da integração europeia que procura encontrar soluções para as questões da repartição de funções entre a União e os Estados membros e entre as várias instituições da UE. O principal argumento é o de que a criação de uma Assembleia de Segurança e Defesa da UE teria importantes vantagens não só por constituir uma resposta ao problema do défice democrático da integração europeia, mas principalmente como forma de trazer um plano nacional dos Estados Membros o debate sobre questões de defesa e de criar um fórum de socialização entre parlamentares de origens nacionais e ideológicas diferentes. 2002-10-18 / 2002-10-18

D. PT/ADN/IEEI/005/0158 - Três em Um: Defesa Nacional, Europeia, Transatlântica, por Maria do Rosário Moraes Vaz . O presente texto reflete sobre a abordagem intra- e extraeuropeia a ser estabelecida para uma verdadeira constituição da Política Europeia de Defesa e Segurança, considerando as sinergias com a NATO. Ao nível das relações extraeuropeias, nomeadamente com a NATO, destaca-se a necessidade de definição dos mecanismos de compatibilização da estrutura de defesa europeia, particularmente importante para dissipar ansiedades relativamente à complementaridade. Ao nível intraeuropeu, é formulada a exigência da adoção, para além da sigla hermética e da constituição de uma força militar operacional e sustentável, uma real política de segurança e defesa, assente num conceito estratégico comum, que assegure solidez e coerência ao seu estatuto e amplie as possibilidades de desempenhar um papel mundial compatível com a sua estatura de potência económica, que ainda não tem. 2002-10-18 / 2002-10-18

D. PT/ADN/IEEI/005/0159 - O que mudou na política de segurança interna portuguesa no post-11 de Setembro, por Vera Lúcia Arreigoso . O presente texto serve como resumo do painel sobre as alterações à política de segurança interna portuguesa após os atentados terroristas nos Estados Unidos do Seminário Juventude e Defesa – Um ano após 11 de Setembro: o que mudou em Portugal e no Mundo”, do qual fizeram parte as intervenções de José Pestana, Nuno Severiano Teixeira e Jorge Costa. José Pestana salientou a história recente portuguesa, assim como a necessidade de definir medidas de segurança e articulação concretas ao combate ao terrorismo. Nuno Severiano Teixeira refletiu sobre o atentado como uma nova conceção de terrorismo, o qual implica um novo entendimento da segurança, que deve passar pela prevenção e cooperação internacional. Jorge Costa apresentou uma visão mais crítica, reforçando que não houveram grandes mudanças em Portugal nos pós 11 de setembro e denunciando ausência de um quadro jurídico europeu, que reforça uma ideia de segurança que passa pela diminuição da liberdade. 2002-09-11 / 2002-09-11

D. PT/ADN/IEEI/005/0160 - O que mudou na política de defesa portuguesa no post-11 de Setembro, por Jorge Fiens . Neste texto, resumo do painel O que mudou na política de defesa portuguesa no post-11 de Setembro do Seminário Juventude e Defesa – Um ano após 11 de Setembro: o que mudou em Portugal e no Mundo”, sintetizam-se as posições dos oradores – Carlos Reis, Maria do Rosário Moraes Vaz e Jorge Martins. Carlos Reis começa por refletir sobre a nova forma de terrorismo como produto do novo paradigma da ordem mundial, a necessidade de concretização do braço militar da política europeia, dos desafios da NATO e da crescente vocação externa da política de defesa portuguesa. Maria do Rosário Moraes Vaz sublinha uma crispação unilateralista e da entrada numa lógica securitária, especialmente por parte dos Estados Unidos no pós-11 de setembro. Jorge Martins afirma uma passagem de uma atitude de defesa para uma atitude de agressão e, ao nível português, a necessidade de que as Forças Armadas passem a ser internacionalmente credíveis. 2002-09-11 / 2002-09-11

D. PT/ADN/IEEI/005/0161 - Relatório: Política de Segurança – Opções Portuguesas e Dinâmica Europeia, por IEEI . Este relatório resume as ideias do seminário-debate “Política de Segurança – Opções Portuguesas e Dinâmica Europeia”, dirigido a jornalistas interessados nas questões de segurança interna e na sua relação com os problemas da segurança e do terrorismo internacionais. Na intervenção inaugural, Figueiredo Lopes refletiu sobre os desafios que se colocam à segurança interna portuguesa em virtude da internacionalização dos riscos e da criminalidade; o debate centrou-se na questão do desinteresse sobre as questões de segurança em Portugal. Na segunda sessão, Thérèse Delpeche analisou as novas formas de terrorismo internacional e sua evolução, sobretudo no pós-11 de setembro, bem como a resposta europeia a este problema; o debate focou-se no tráfico de informação, nas causas e objetivos do terrorismo e na comparação entre as visões americanas e as

européias sobre o terrorismo. Na última sessão, Rodrigues Maximiniano identificou algumas deficiências no sistema português de segurança interna, enunciando alguns desafios e formas de lhe responder; o debate refletiu, essencialmente, sobre a necessidade de formação das forças de segurança. 2003-05-09 / 2003-05-09

D. PT/ADN/IEEI/005/0162 - Os Desafios Actuais da Segurança Internacional, por António Monteiro . Baseando-se no relatório apresentado por Kofi Annan à Assembleia do Milénio, sob o título “We The People”, o presente texto reflete sobre os atuais desafios da segurança internacional. O primeiro desafio é o da resposta ao apelo do Secretário-Geral para que os líderes mundiais cheguem a um acordo global em setembro (2005) que permita responder aos desafios do desenvolvimento, segurança e direitos humanos. O relatório de Kofi Annan aponta nesta direção, ocupando-se essencialmente das questões de segurança nas quais indica as principais ameaças (terrorismo, crime organizado, armas nucleares, biológicas e químicas, risco de guerra e conflitos e uso da força) e medidas de combate às mesmas. Com base nisto, é feita uma chamada especial a África, especialmente fragilizada neste âmbito. Finalmente, em jeito de conclusão, reflete-se como os desafios atuais de segurança da Europa se encontram, agora, maioritariamente voltados para Sul, sendo necessária uma cooperação internacional em que impere o diálogo. 2005-05-30 / 2005-05-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0163 - The International Response to the Sudanese conflicts (A resposta internacional aos conflitos sudaneses), por Carlos Veloso . Uma compreensão clara da variedade de conflitos que definem a crise no Sudão encontra-se obscurecida, atualmente, pelo foco mundial em Darfur. É neste contexto que o presente texto procura esclarecer a natureza e consequências dos conflitos tanto no Sudão, em geral, como em Darfur, em particular, bem como de que forma, após a assinatura do Acordo de Paz Global, a transição será realizada no Sul Sudanês. Apesar destes fatores de esperança, a situação em Dafur e no resto do Sudão requer ainda uma vasta ajuda humanitária. Não obstante, nem esta ajuda, nem uma reconstrução e programas de desenvolvimento, nem a presença das forças da União Africana e das Nações Unidas resolverão os problemas estruturais no Sudão. Estes são instrumentos que munirão os atores sudaneses de tempo para endereçar as raízes dos diferentes conflitos, pelo que será necessário um compromisso com os direitos humanos, o estabelecimento de claras políticas sociais e económicas, e menos políticas etnocêntricas. 2005-05-30 / 2005-05-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0164 - Os desafios da participação na NATO e na PESD, por Alexandre Reis Rodrigues . Uma Europa com políticas descentralizadas em matéria de segurança e defesa, sem ambição de ultrapassar a atual situação de irrelevância militar e de ser mais do que uma união económica, não conseguirá alcançar os seus objetivos da estratégia de segurança. Também não conseguirá repor o relacionamento transatlântico que existia durante Guerra Fria e que ainda é considerado essencial. É, portanto, indispensável que promova uma maior integração das políticas de defesa de cada Estado membro. Neste duplo âmbito, faz perfeito sentido os dois compromissos internacionais de Portugal nesta área: o da participação na NATO e o da participação no desenvolvimento da Política Europeia de Segurança e Defesa. Para além disso, na nova conjuntura da segurança internacional, é essencial uma cooperação estratégica com os Estados Unidos. Neste caso, Portugal tem a obrigação de não se limitar a ser um consumidor passivo da segurança e estabilidade que a participação no coletivo proporciona. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/005/0165 - As grandes linhas estratégicas da política de defesa portuguesa – construindo uma Europa da defesa, por Ana Gomes . A política de defesa portuguesa deve responder de forma pragmática às ameaças que são identificadas na Estratégia Europeia de Segurança. Através da Europa da Defesa, Portugal pode defender os seus interesses e contribuir ao mesmo tempo para a afirmação de uma UE com ator global. Assim, apesar das questões por resolver no domínio das relações institucionais entre NATO e UE e das crises de identidade por que passam as duas organizações, é do interesse português contribuir para a modernização de ambas. Neste quadro, contribuir para a construção de uma UE da Defesa, ao mesmo tempo que a NATO procura uma nova identidade, permitirá a um país com uma forte tradição atlanticista, como Portugal, aproveitar o melhor de dois mundos: por um lado, participar no diálogo transatlântico na área da defesa e, por outro, contribuir para a sua autonomia estratégica e para a construção de uma EU cada vez mais preparada face às ameaças do século XXI. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/005/0166 - As Grandes Linhas Estratégicas da Política Externa, por António Monteiro . O presente texto trata-se da transcrição da breve comunicação do Embaixador António Monteiro sobre o que, ao longo dos últimos 25 anos, merece ser destacado em termos de política externa e segurança. E por aí aferir, com realismo e objetividade, o papel de Portugal nestes tempos de aceleração da história. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/005/0167 - Portugal e a segurança internacional na era dos conflitos assimétricos, por Bruno Cardoso Reis . Partindo do conceito de assimetria dos conflitos, que os divide os conflitos assimétricos entre guerrilha e terrorismo, o presente texto parte da premissa de que os conflitos assimétricos e a escalada do impacto deste na violência global tem origem, por um

lado, numa crise do Estado pós-colonial, e, por outro, numa assimetria crescente que desequilibrou as relações no pós-Guerra Fria que garante a hegemonia americana e marginaliza, especialmente, aqueles Estados fragilizados. Na medida em que esta resistência face à potência hegemónica for armada, ela tenderá naturalmente a assumir a forma de guerrilha ou terrorismo, - as únicas formas eficazes de enfrentar um inimigo militarmente esmagador. É neste contexto que o presente texto procura indagar sobre o papel de Portugal no seio das relações complexas da segurança internacional e como pode contribuir para um esforço conjunto com os seus aliados europeus e americanos no combate a estas ameaças assimétricas. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/005/0168 - A política de segurança e defesa em apoio da política externa de Portugal, por José Alberto Loureiro dos Santos . O presente texto resume a intervenção de José Alberto Loureiro dos Santos na XXIII Conferência Internacional de Lisboa, a qual procurou destacar a importância atual do uso da política de segurança e defesa no apoio daquela. Para tal, primeiro foram enunciadas as linhas gerais daquela que se entende como a política externa nacional aconselhável. Em seguida, analisam-se as ameaças com que, atualmente, Portugal se pode ter de confrontar, seguido por um estudo sintético das políticas e estratégias policiais e militares cuja aplicação é mais útil e rentável. Termina-se com a enunciação das principais conclusões do que se afirma ao longo do desenvolvimento do tema. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/005/0169 - Alguns olhares sobre a evolução da política de segurança e de defesa, por Paulo Lourenço . Atualmente, no diálogo da política externa, a segurança e defesa internacionais deixaram de ser meras variáveis. A realidade mudou e com ela os pressupostos e paradigmas da segurança internacional. É neste contexto que o presente texto deixa dez observações sobre o que essas transformações parecem sugerir: que a segurança e defesa são o novo paradigma da política externa; toda a segurança é também internacional; segurança e defesa são conceitos globais; a comunhão das ameaças supõe a partilha das soluções; não há defesa sem segurança internacional, nem segurança sem desenvolvimento; a NATO evoluiu decisivamente nos últimos três anos; a UE não precisa de se afirmar à custa de um espaço conquistado à NATO; importa encarar as necessidades de segurança na ótica do utilizador final e da procura; numa ordem de segurança global, Portugal tem um potencial de alternativas não despendidas; na sua afirmação num mundo globalizado Portugal poderá ter a história e a geografia certas, no momento certo. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/005/0170 - Prioridades da acção externa de Portugal em matéria de defesa e segurança, por Pedro de Pezarat Correia . Portugal sofreu uma notável aceleração histórica no que toca à sua política de segurança e defesa, de uma perspectiva mais isolacionista, para uma de crescente internacionalização. Nesta aceleração histórica, emergem dois fenómenos: o do aprofundamento da UE e concretização de uma defesa comum; e a perceção do terrorismo global como ameaça maior. Estes dois fenómenos exigiram um novo paradigma de modelo militar, de segurança coletiva e de manutenção da paz no exterior da UE. Isto levanta duas questões de fundo: como se articula um tal sistema de segurança e defesa europeia com a NATO; e como se adaptará Portugal a esse sistema. Os problemas relacionados com o terrorismo global colocam-se quer no campo conceptual quer no das opções organizacionais. E aqui, colocam-se duas novas questões de fundo: a necessidade de definir polemologicamente o terrorismo global; e quais forças utilizar quando modelos tecnológicos, produtos da RAM, falham nos conflitos irregulares e assimétricos. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/005/0171 - Colégio Europeu de Segurança e Defesa, por João Paulo B. Costa . Neste documento é fornecida uma breve visão geral sobre o Colégio Europeu de Segurança e Defesa (CESD), do seu âmbito e objetivos no seio da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), e do papel que Portugal pode desempenhar no contexto deste. Assim, é feita uma breve contextualização e funcionamento do CESD, que, tendo como pano de fundo a Estratégia Europeia de Segurança (ESS), se destinaria a desenvolver e promover uma compreensão comum sobre a PESD para funcionários civis e militares que, na UE e nos Estados membros, se ocupassem de assuntos estratégicos. Depois desta contextualização, analisa-se de que forma Portugal pode participar para o desenvolvimento de uma cultura de segurança e defesa comum no âmbito da UE, objetivo essencial do CESD. Deste modo, argumenta-se que uma das principais prioridades que se colocam a Portugal relativamente ao CESD passa por determinar como melhor contribuir e rentabilizar o seu envolvimento e futura participação no Colégio. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/005/0172 - Portugal, a UE e a ONU na Promoção da Paz, por Luís Tomé . O relacionamento entre a União Europeia e a Organização das Nações Unidas na promoção e manutenção da paz tem progredido nos últimos anos, mas numa ambivalência de situações. De facto, as novas exigências em matéria de peacekeeping levam a ONU a solicitar cada vez mais aos Estados e às organizações regionais os meios necessários para a promoção da paz. Portugal e a UE são claros apoiantes do reforço da ONU, proclamando a centralidade da Organização no conceito de “efectivo multilateralismo” – contudo, o desenvolvimento da PESD e a ênfase na autonomia tem levado a União a reequacionar o seu envolvimento nas operações da ONU. Após uma análise dos receios da ONU relativamente a esta autonomia e do papel da UE e dos seus Estados Membros,

com ênfase em Portugal, na ONU, deixa-se a questão se Portugal deve envolver-se prioritariamente nas missões da UE e da NATO ou, nas operações de paz da ONU?. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/005/0173 - Autonomia e alianças. Variáveis e constantes, por Nuno Gonçalo Vieira Matias . O presente texto faz uma análise retrospectiva dos últimos 25 anos no âmbito do tema da segurança e defesa no contexto de uma ordem mundial multipolar e em constante mudança. Relembra, assim, que nos últimos 25 anos o quadro internacional se caracterizou pela constante da bipolaridade equilibrada até ao fim da década de 80 e, depois por rápidas alterações sentidas no ressurgimento dos conflitos regionais e sofridas com terrorismos desnacionalizados de violência sem precedentes. Com este pano de fundo, Portugal foi tentando acompanhar a mudança num esforço que é sobretudo perceptível no estabelecimento de três conceitos estratégicos constantes de defesa nacional: a da valorização dos aspetos geoestratégicos; da afirmação da autonomia militar nacional; e a lealdade do Estado português aos compromissos internacionais, como o provam os vínculos com a NATO, ONU, UE; UEO; OSCE, CPLP, etc. Deste elenco, justifica-se, evidenciam-se duas organizações para a área em apreço da segurança e defesa: a NATO e a UE. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/005/0174 - Da Guerra à Paz - o contributo dos corpos militares com funções policiais, por Pedro Graça . Os conflitos da atualidade têm características muito específicas, diferentes daquelas que vigoravam até à queda do Muro de Berlim. A ONU reconhece como preocupação global seis tipos de conflitos: económicos e sociais; entre os Estados; no interior dos Estados; proliferação de armas nucleares, químicas e biológicas; terrorismo; crime organizado transnacional. As novas ameaças vieram mostrar a lacuna e descontinuidade existentes entre as forças militares e as forças policiais. Neste contexto, a NATO sentiu a necessidade de preencher o vazio entre a atuação das forças militares e de polícia civil. No âmbito da UE, o Conselho Europeu de Santa Maria da Feira considerou haver a necessidade de criar um conjunto de domínios civis da gestão de crises. Estabelecidas as forças de gestão de crises, as Multinational Specialized Units (MSU) e as Integrate Police Units (IPU), respetivamente, o presente texto estabelece os princípios orientadores e implementação faseada destas. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/005/0175 - El Conflicto Colombiano y sus Vecinos: Agendas de Seguridad (O Conflito Colombiano e os seus Vizinhos: Agendas de Segurança), por Adrián Bonilla . A região andina tem-se debatido com a questão do conflito colombiano face à imagem de um fenómeno regional, que atravessou a estratégia de segurança nacional dos EUA e os esforços do próprio governo de Bogotá para apresentar um caso de colaboração militar e económica da comunidade internacional em algo que os seus países vizinhos, durante cinquenta anos, consideraram ser um problema interno. Conclui-se desta sobre a natureza do conflito e aquelas que tem sido a resposta da Colômbia, dos seus vizinhos, dos Estados Unidos e da comunidade internacional, que as perspectivas de colaboração regional conjunta em questões de segurança relacionadas com o conflito são muito limitadas, a maioria dos vizinhos da Colômbia não partilhando a abordagem regional do problema construída pelos governos de Washington e Bogotá. As suas agendas são bilaterais e as suas perceções de ameaça são condicionadas pelos efeitos do conflito, do qual se isolam ao invés de se envolverem. 2006-03-02 / 2006-03-03

D. PT/ADN/IEEI/005/0176 - Desafio(s) de um actor de segurança pós-vestefaliano, por Ana Paula Brandão . O pós-Guerra Fria confirmou que o Estado não é único objeto referencial da segurança. Os diferentes objetos referenciais enfrentam riscos multiníveis, transnacionais e multisectoriais. A conflitualidade é predominantemente intraestadual, potenciando os riscos transnacionais. O ambiente de (in)segurança do pós-Guerra Fria exige, portanto, a combinação de atores, políticas e instrumentos. Em contexto de Guerra Fria, a Comunidade enfrentou com sucesso o desafio da conflitualidade interestadual através de meios não securitários e do institucionalismo pós-vestefaliano. No pós-Guerra Fria, a UE afirma-se como um ator de segurança compreensivo e multifuncional. Globalmente, o desempenho tem sido positivo, apesar de os constrangimentos serem também evidentes, merecendo destaque a fragmentação em pilares e o défice de coordenação e coerência. O Tratado de Lisboa procura superar a pilarização, introduz alterações na busca da coerência externa e comprova o dinamismo na segurança. Fica por patentear a coerência entre as dimensões externa e interna/ transnacional da segurança. 2009-04-28 / 2009-04-28

D. PT/ADN/IEEI/005/0177 - Relatório - Os Desafios da Europa num Mundo Globalizado, por IEEI . O presente relatório resume as questões levantadas na conferência “Os Desafios da Europa num Mundo Globalizado”, inserida no âmbito do projeto “O Tratado de Lisboa e o Futuro da Europa”. Esta sessão centrou-se sobretudo nas potencialidades e constrangimentos da União Europeia enquanto ator internacional, sobretudo no que concerne à sua condição de ator de segurança. Neste sentido foram abordadas a questão holística com a qual a UE se deve conduzir em termos de segurança; a sua afirmação enquanto ator internacional; o sucesso das capacidades preventivas no domínio da segurança; as consequências nefastas de um securitismo excessivo contra a ameaça terrorista; o papel do Tratado de Lisboa no avanço da coerência na dimensão da segurança; a necessidade de uma segurança multinível; e, finalmente, a coexistência da NATO e da UE. 2009-04-28 / 2009-04-28

D. PT/ADN/IEEI/005/0178 - O que seria necessário para construir uma defesa europeia?, por Carlos Gaspar . Para construir a defesa europeia é preciso reunir três condições: primeiro, a definição de um enquadramento estratégico internacional, que torna necessário um acordo com os Estados Unidos, segundo, uma orientação política conjunta, que decorre de uma Estratégia Europeia de Segurança e, terceiro, o estímulo de uma crise internacional. É sobre estas três condições que o presente texto se debruça. 2009-05-12 / 2009-05-12

D. PT/ADN/IEEI/005/0179 - Existe uma cultura estratégica portuguesa?, por General Abel Cabral Couto . O presente texto pretende responder a três questões: se existe uma cultura estratégica portuguesa e, no caso afirmativo, em que planos ou níveis mais fortemente se afirma e quais as principais características dessa cultura. Relativamente à primeira questão são analisados brevemente os vocábulos – estratégia, cultura e Portugal. Quanto ao segundo ponto são considerados três planos nos quais se pode pensar a cultura estratégica portuguesa, nomeadamente, no plano do “saber”, do “saber fazer” e do “saber fazer fazer”, i.e., capacidade agir e fazer agir. Este último plano é, por sua vez, apontado como o plano no qual a cultura estratégica portuguesa mais se afirma. No âmbito da terceira questão – quais as linhas de força, históricas, da cultura estratégica nacional – são enunciadas, sucintamente, cinco: o sentido do espaço; a capacidade de visão; a aderência aos princípios fundamentais; a criatividade da estratégia estrutural; a aquilo a que é chamada de “estratégia do bambu”, ou seja, flexível. 2009-02-04 / 2009-02-04

D. PT/ADN/IEEI/005/0180 - As “novas” tarefas das Forças Armadas: lições de vinte anos de missões em zonas de crise, por Alexandre Reis Rodrigues . O presente texto reflete sobre as intervenções militares no exterior em missões em zonas de crise, tema concreto do que a organização deste seminário entendeu designar por “novas” tarefas das Forças Armadas. Portugal, nestas “novas” tarefas, tem hoje uma base de experiência de duas décadas, diversificada e marcada muito positivamente pela prestação bem-sucedida que as suas Forças Armadas têm garantido. No entanto, ao fim destes 20 anos, há lições aprendidas sobre aspetos que poderiam ter corrido melhor, sobre outros que ainda não estão a correr bem ou que podem ser simplesmente melhorados. Estes aspetos são agrupados em sete tópicos: do ambiente de segurança; da imprevisibilidade das ameaças; dos novos teatros de operações; do combate à insurreição; do apoio externo e das alianças; a chamada “comprehensive approach”; e, finalmente, do “nível de ambição”, ou seja, do nível de envolvimento no exterior para que as Forças Armadas se devam preparar enquanto instrumento da política externa. 2009-04-14 / 2009-04-14

D. PT/ADN/IEEI/005/0181 - A NATO hoje – uma perspectiva, por Francisco Proença Garcia . Quando falamos da NATO abordamos sempre as suas operações, nomeadamente o Afeganistão, as suas relações com a UE e com a Rússia, o alargamento e os desafios com que se depara. Embora oficialmente regional, a sua atuação é global, dinâmica e com capacidade de expansão, adaptação e de histórica sobrevivência institucional. Contudo, deve evitar ser percebida como uma coligação ocidental. Devem-se evitar tergiversações e centrar a sua atuação no amplo espectro das operações militares, da alta à baixa intensidade, no território, na periferia ou à distância estratégica, quando e como for decidida politicamente a sua intervenção. Independentemente das opções, a NATO requer sempre estruturas de Comando e Controlo, forças adequadas, equipadas e treinadas. Esta situação só é alcançável com a constante vontade política dos seus membros em manterem a Aliança com capacidades militares, mesmo em tempos de crise, pois recordamos que a paz, a segurança e o desenvolvimento estão cada vez mais interdependentes. 2009-02-04 / 2009-04-14

D. PT/ADN/IEEI/005/0182 - Alianças: que papel hoje?, por General Loureiro dos Santos . O presente texto apresenta cinco pontos que considera essenciais sobre o papel das alianças hoje. O primeiro é o de que as alianças, especialmente as de segurança, só se justificam quando existem interesses vitais comuns, os quais dependem, em larga medida, dos cidadãos. O segundo ponto é o de que, por princípio as alianças defensivas são muito mais sólidas do que as não defensivas. O terceiro ponto defende que, quando os países se aliam, criando uma união na área dos interesses vitais, mas os cidadãos têm a percepção de que as ameaças são difusas ou, por outro lado, permanentes, as alianças são frouxas. O quarto ponto distingue dois tipos de alianças: as alianças desequilibradas, centralizadas num Estado protetor, as quais são mais sólidas e eficientes, e as alianças equilibradas, menos sólidas e eficientes. O quinto ponto sublinha que, apesar de as alianças do tipo não ofensivo serem mais desejáveis, a globalização torna impossível que as alianças mantenham uma ação puramente intrafronteira. 2009-03-03 / 2009-03-03

D. PT/ADN/IEEI/005/0183 - Cultura estratégica em Portugal: a escola estratégica portuguesa, por António Horta Fernandes . Esta breve abordagem sobre a cultura estratégica portuguesa começa por aludir ao sentido da estratégia pelo re-fundador da Escola Estratégica Portuguesa, general Abel Cabral Couto. O fenómeno estratégico terá a ver com o conatus essendi, com a preservação do ser, perseverando nesse ser, face a um outro como fonte de ameaça. Partindo desta ideia torna-se necessário averiguar até que ponto em Portugal se desenvolveu uma interpretação estratégica, e consequente aplicação, de cunho próprio, traduzindo-se numa cultura face ao conflito hostil (campo privilegiado da estratégia) com especificidades únicas. Para

isso, importa saber em que plano ou planos assenta essa cultura estratégica portuguesa, e quais as suas características, para o qual se socorre novamente ao general Abel Cabral Couto e da sua tripartição do fenómeno estratégico. Finalmente, é necessário atender ainda ao campo por excelência do estrategista, o da fundamentação teórica da estratégia, tanto ôntica quanto epistemológica. 2009-02-04 / 2009-04-14

D. PT/ADN/IEEI/005/0184 - A ligação segurança-desenvolvimento: Contributos para uma Estratégia Nacional, por IPAD, IDN e IEEI . O presente texto serve como background paper da Mesa Redonda organizada pelo IPAD, o IDN e o IEEI sobre a ligação entre segurança e desenvolvimento. Partindo, assim, da constatada importância entre segurança e desenvolvimento, hoje materializada no conceito abrangente de “segurança humana”, o presente texto reflete como esta tem sido adotada como uma orientação de fundo no documento estratégico europeu, nomeadamente durante e após a Presidência Portuguesa da UE em 2007. Neste âmbito, a mesa redonda visa promover o debate, em Portugal, sobre a interligação entre Segurança e Desenvolvimento e a implementação de uma abordagem “Whole-of-Government”, com especial enfoque nas questões ligadas à Reforma do Sector da Segurança e ao continente africano, através de três temas: operacionalização da ligação segurança-desenvolvimento em situações de fragilidade; A coordenação institucional na sede e no terreno; e o estado de caso que representa a Guiné-Bissau. 2009-04-30 / 2009-04-30

D. PT/ADN/IEEI/005/0185 - A NATO e Portugal Alinhamentos para um novo conceito estratégico da aliança, por Luis Manuel Brás Bernardino . Portugal, enquanto membro fundador da NATO, viveu, acompanhou e participou no processo estratégico que transportou a organização de 1949 até aos nossos dias. Processo que implicou constantemente reformas estruturais a vários níveis, e que se traduziram na participação em novas missões, envolvendo a projeção de militares para regiões para além dos limites geopolíticos presentes no conceito estratégico da Aliança de abril de 1999, definido na Cimeira de Washington. Quando Lisboa se prepara para acolher uma das mais importantes Cimeiras da NATO, onde estará em discussão a definição de um novo conceito estratégico, fulcral para o futuro da Aliança e relevante para a política externa portuguesa, importa partilhar algumas ideias e refletir sobre os atuais interesses de Portugal na NATO, bem como tecer alguns considerandos sobre a necessidade de se adotar e implementar um novo conceito estratégico da Aliança para o século XXI que tenha reflexos substanciais na segurança e defesa de Portugal. 2010-11-01 / 2010-11-30

D. PT/ADN/IEEI/005/0186 - União Europeia: Da Segurança dos Estados à Segurança Humana, por Ana Paula Brandão . A história de conflitos europeus conhece, no século XX, uma mudança no sentido da paz, para a qual contribuiu o processo de integração. O balanço da integração europeia será, por isso, sempre positivo. Conscientes desta vitória, devemos, todavia, analisar as fragilidades do processo. Nesta comunicação incide-se sobre os limites da capacidade da UE para ‘exportar’ a paz para além das suas fronteiras. Apesar de a Comunidade ter contribuído para o desenvolvimento de países terceiros, num mundo globalizado caracterizado pelos desafios de ordem mundial e por um novo tipo de conflitualidade, tal contributo não é suficiente. Estando em curso um debate sobre ‘O Futuro da Europa’ importa que esta se defina claramente. Neste contexto, considera-se que a natureza da UE e a necessidade de que a União desempenhe um papel ativo na edificação de uma nova ordem internacional exigem uma política de segurança global assente numa nova forma de pensar a segurança: a segurança humana. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/005/0187 - Orçamentos e Indústria Europeia de Defesa, por Luís Valença Pinto . No debate sobre orçamentos e indústria europeia de Defesa o que está em causa são as capacidades militares europeias. Essas capacidades são essenciais ao desenvolvimento da PESD e da PESC e também indispensáveis à coesão da NATO e, portanto, à boa harmonia das relações transatlânticas. No presente existe um abismo enorme e preocupantemente crescente entre as capacidades militares de norte-americanos e europeus. Os orçamentos e a indústria europeia de defesa são instrumentais para a superação desse abismo. Todavia os pressupostos fundamentais para esse desiderato são a vontade política e o consequente empenhamento. É, assim, necessário que a Europa gaste melhor e mais em Defesa; encare a necessidade de aumentar o seu investimento em segurança em Defesa tendo em conta a regulação nacional e em função das capacidades que cada país detenha e dos recursos disponíveis; bem como que reconheça a necessidade de construir na Europa uma base tecnológica e industrial da Defesa. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/005/0188 - Introdução - A Europa como Actor Internacional: Política Externa, de Segurança e Defesa, por Maria do Rosário de Moraes Vaz . Com as lições da Bósnia e do Kosovo bem presentes e perante as dificuldades de definir uma política externa comum nas grandes crises internacionais, a política de defesa europeia surgiu como uma espécie de segundo fôlego que daria à UE real eficácia na cena internacional e que forçaria a definição de uma posição convergente europeia nas questões da segurança internacional. Na atual divisão europeia, tornada aparente em consequência da política americana na questão do Iraque e do Médio Oriente, são visões diferentes sobre a ideia de autonomia europeia que se confrontam. Se a UE fixou um objetivo prático e lhe associou uma meta temporal formula-se hoje a exigência de que adote, para além da sigla hermética e da constituição de uma força militar operacional, uma real política de segurança e defesa, assente num conceito estratégico

comum. Adverte-se, ainda, para uma abordagem defensiva e baseada no modelo americano e pensa-se o papel da NATO na definição e estruturação da PESD/PESC. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/005/0189 - A Política Europeia de Segurança e Defesa: Que Futuro?, por Rogério Leitão . A Declaração de Laeken sobre o futuro da Europa não deixou de sublinhar que tanto as questões da reforma das Instituições como as concernentes ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da PESC, e da sua dimensão PESD, tinham como objetivo proporcionar o reforço do papel da UE enquanto ator internacional. Por outro lado, a atual crise do Iraque revela-nos até que ponto a hiperpotência americana é capaz de sobredeterminar a ordem (e a desordem) do sistema internacional. Um sistema internacional hiperdeterminado, a curto-médio prazo, condiciona os Estados membros da União, a fazer opções claras sobre a segurança e defesa: uma PESD enquanto subsistema atlântico, delegado pela NATO; ou, então, uma PESD enquanto passo decisivo para uma relativa autonomia estratégica que permitirá, a médio termo, instituir uma UE de Segurança e Defesa. Defendendo esta segunda abordagem e uma UE de geometria variável, o texto prossegue para a apresentação de algumas propostas relativamente à PESD/PESC. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/005/0190 - O Equilíbrio entre Segurança e Liberdade, por Anabela Miranda Rodrigues . Ao nível da União Europeia, a criação de um espaço penal europeu obedeceu à preocupação de assegurar uma eficaz luta contra o crime. O Tratado de Amesterdão foi avanço indiscutível, que marcou uma “nova fase” na construção penal europeia. A principal mudança de Amesterdão foi ter inscrito a cooperação, policial e judiciária, penal na perspetiva da realização de um objetivo claramente definido de realização “em comum” de uma política contra o crime. A tensão segurança-liberdade é imanente ao sistema penal e o sistema penal europeu está no epicentro do perigo da deriva securitária. É neste contexto que o presente texto reflete sobre o equilíbrio entre a segurança e liberdade, o qual pode ser fomentado por uma evolução no sentido de comunitarização da matéria penal. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/005/0191 - Liberdade, Segurança e Direitos Fundamentais, por José Luís Lopes da Mota . Os progressos registados nos últimos anos, bem como as novas formas de criminalidade, pressionam o processo penal democrático e colocam a proteção dos direitos fundamentais no centro da cooperação em matéria penal. Exige-se, assim, que o processo judiciário europeu encontre respostas que protejam, simultaneamente, a segurança e os direitos fundamentais. O presente texto reflete sobre o papel que a Eurojust deve ter no âmbito dos poderes penais europeus, bem como as questões suscitadas ao nível da garantia dos direitos fundamentais e, particularmente, do respeito à proteção do direito à privacidade. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/005/0192 - As Regiões Ultraperiféricas do Atlântico e a Segurança e Defesa da Europa, por Cláudio Borges de Almeida . O Tratado que instituiu a Comunidade Europeia designou como regiões Ultraperiféricas (RUP) sete regiões pertencentes a três Estados membros. Estas regiões periféricas possuem condicionalismos fruto deste mesmo estatuto. De forma a combater-los, a União Europeia instituiu uma série de programas específicos e de quadros de apoio adequados a essas regiões, como forma de combater as limitações que as caracterizam. Apesar destas limitações as RUP poderão representar uma mais valia num conceito de defesa estratégica da Europa. E uma destas regiões que melhor se adapta à defesa da Europa Ocidental é as ilhas açorianas. É partindo deste contexto que o presente texto analisa o papel das ilhas açorianas na política de defesa e segurança no passado e qual poderá ser esse papel no futuro. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/005/0193 - A PESD entre Soberania e Integração Europeia, por Paula Pereira . O desenvolvimento da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) é relevante apesar das diversas crises que a União Europeia atravessou e das divergências de opinião entre os Estados membros. O presente texto debruça-se sobre a necessidade de aprofundamento e operabilidade da PESC e da PESD, impulsionados pela criação da Agência Europeia de Defesa e de outras estruturas no âmbito da Defesa e pelos atentados de 2001. A UE tem, ainda, para retomar um papel de ator credível no seio da comunidade internacional, no que se reporta às crises e conflitos, no Médio Oriente ou no continente africano, por exemplo, de demonstrar a sua capacidade, tanto quanto a sua vontade, do uso da força, que se exprime sem equívoco no seio da NATO. Por outro lado, sublinha-se, a PESD e a NATO devem funcionar como estruturas complementares e não sobrepostas. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/005/0194 - A PESD ou como Fazer das Fraquezas Forças, por Paulo Lourenço . Vaticínios sobre a PESD têm sido feitos com base num postulado questionável: o de ser preciso mais PESD para ter mais UE. O presente texto defende a tese de que a UE e a PESD funcionam como vasos comunicantes onde a questão chave é a existência ou não de vontade política, não sendo claro que seja preciso um grande “salto institucional” para se ter mais PESD. Prova disso são as missões na República Democrática do Congo, no Kosovo e Afeganistão, mas também o facto de estarem por esgotar as virtualidades próprias do atual figurino de estruturas e meios ao dispor da UE em matéria de segurança e defesa. Sendo a UE um ator público

incontornável caracterizado pela sua dupla natureza – política e militar –, e considerando o novo ambiente de segurança internacional é necessária uma PESD capaz de responder a desafios de manutenção da paz na ausência da NATO e precisamos de uma UE forte, dentro do sistema euro-atlântico. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/005/0195 - The security of East Timor in the regional context (A segurança de Timor Leste no contexto regional), por Miguel Santos Neves (coord.), et al. O futuro da estabilidade e da segurança em Timor-Leste depende largamente da sua reconciliação com a Indonésia, mas também de uma integração harmoniosa na região sul asiática. O ambiente regional apresenta tanto oportunidades como desafios a Timor-Leste e condiciona a sua estabilidade doméstica e desenvolvimento. Por seu turno, a estabilidade doméstica timorense é um assunto de interesse para os países da ASEAN e para a Austrália. Considerando a relação entre a segurança de Timor-Leste e do seu contexto regional, o IEEI organizou uma iniciativa que juntou um grupo independente e diversificado de especialistas de forma a refletirem sobre os desafios prováveis de serem enfrentados por Timor-Leste no futuro próximo e como lhes dar resposta. O objetivo do relatório é fornecer uma perspetiva não-governamental, independente e regional sobre as opções políticas que podem facilitar a integração bem-sucedida de Timor-Leste na comunidade regional de segurança e trazer maior segurança ao recente Estado. 2000-06-01 / 2000-06-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0196 - Citizen Security and the Rule of Law: The Role of the Judiciary and Euro-Latin American Cooperation (A segurança dos cidadãos e o Estado de Direito: O Papel do Poder Judiciário e da Cooperação Euro-Latino-Americana), por Alexandra Barahona de Brito . Ao longo das últimas duas décadas, a taxa de crime violentos tem aumentado por todo o mundo. Em resposta a esta subida e à pressão pública, os governos tentam reformar os sistemas policiais e de justiça de modo a lidar mais eficazmente com estas formas de criminalidade derivada da propagação e consolidação de redes criminosas internacionais. Este artigo considera o papel que a cooperação entre advogados, juízes e outros atores legais europeus e latino-americanos pode ter no endereçamento a estes problemas. O artigo está dividido em 6 partes: primeiro olha para as crescentes taxas de criminalidade nas duas regiões; na segunda analisa as suas possíveis causas, bem como a criminalidade internacional; na terceira parte traça as principais respostas; na quarta reflete sobre o novo papel transnacional de procuradores, advogados e juízes, e avalia o âmbito do ativismo judicial euro-latino-americanos; na última secção analisa alguns problemas-chave nas tentativas de mitigar a insegurança, bem como o impacto do crime nas democracias do Estado de direito. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/005/0197 - The Western Balkans and the international community (Os Balcãs Ocidentais e a comunidade internacional), por Anton Bebler . Tensões políticas recentes relacionados com o Kosovo, Sérvia, Macedónia e Bósnia & Herzegovina atraíram a atenção de atores internacionais de volta para os Balcãs Ocidentais. Partindo de uma contextualização histórica, política, económica e geográfica dos conflitos e instabilidade da região que terá à fragilização da segurança na área e à intervenção – e mesmo conflito entre – organizações internacionais como a NATO e a UE, o presente texto reflete sobre as questões enfrentadas pela independência do Kosovo, quais as respostas que podem ser dadas às questões da região a nível regional, e como pode a comunidade internacional lidar com as fontes de instabilidade e insegurança dos Balcãs Ocidentais. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/005/0198 - De que é que a União Europeia precisa para uma política de defesa efectiva?, por Diana Soller . Teoricamente, para se proceder à definição de uma política de defesa – se se pretende que seja efetiva – é necessário definir antecipadamente quais são as prioridades de política externa de um estado. Neste caso, da União Europeia. A União Europeia está em fase de redefinição da sua política externa. O reconhecimento de que o sistema internacional sofreu mudanças significativas nos últimos anos, levou o Conselho Europeu a requerer a Javier Solana, o Alto Representante para a Política Externa Europeia, que procedesse a uma avaliação da Estratégia de Segurança Europeia, “A Secure Europe for a Better World” datada de 2003. O resultado desta revisão, expresso no documento “Providing Security in a Changing World”, apresentado ao Conselho em dezembro de 2008, deverá estar na base de uma revisão da política de defesa europeia, no sentido de a adaptar aos novos desafios colocados pelo sistema internacional atual. 2009-06-01 / 2009-06-30

D. PT/ADN/IEEI/005/0199 - We should have known (Deveríamos ter sabido), por George Joffé . As quatro bombas que rasgaram o sistema de transportes de Londres a 7 de julho de 2005 não só mataram pelo menos cinquenta e quatro pessoas e feriram mais 700; como também desfizeram uma série de ilusões reconfortantes. Embora se previsse há muito que Londres fosse um alvo terrorista, a opinião pública tinha assumido que a única ameaça vinha da mítica e vasta conspiração, amada dos políticos e dos tabloides, a Al-Qaeda e que controlos eficazes de migrantes e turistas a protegeriam. O impressionante sucesso dos serviços de segurança em desvendar a identidade dos bombardeiros, no entanto, tornou claro como tais pontos de vista eram ténues e como a concomitante "guerra ao terror" tem sido ineficaz nos últimos quatro anos para garantir a segurança na Europa. Os quatro jovens responsáveis não foram apenas os primeiros bombistas suicidas da Europa; pelo menos três deles eram também cidadãos britânicos, nascidos e criados na comunidade paquistanesa em Yorkshire. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/005/0200 - Irão – Uma história longa de final incerto, por IEEI . Perceber o Irão atual, implica perceber que este é o nome oficial da velha Pérsia – uma civilização milenar, com uma história imperial repleta, de que os iranianos muito se orgulham. Nessa história, no entanto, o século XIX e XX são marcados pela mancha da decadência e da dominação por potências externas, como a Grã-Bretanha e os EUA. O presente texto traça esta história refletindo, num segundo momento, sobre a posição tomada por Barack Obama perante a crise iraniana. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/005/0201 - Grandes desafios para a segurança interna em 2004, por Noémia Pizarro . O presente artigo reflete sobre dois grandes desafios que afetam a segurança interna europeia em 2004 e o debate sobre as fronteiras: o Campeonato de Futebol Europeu de 2004 em Portugal e o alargamento a mais 10 países da Europa, que estende a sua fronteira até à Rússia. Ao passo que o Campeonato de Futebol Europeu requer um reforço da segurança interna portuguesa e um estado de exceção relativamente às fronteiras de modo a prevenir o risco provocado pelo fenómeno do hooliganismo e por outras formas de desordem pública, O impacto do alargamento sobre a política europeias no domínio da Justiça e dos Assuntos Internos (JAI) é ainda difícil de avaliar. Sendo este o domínio que mais tem subido no índice das prioridades dos líderes da UE, sobretudo depois do 11 de Setembro, não é de estranhar que a próxima presidência irlandesa, que se inicia em janeiro de 2004, tenha escolhido as matérias JAI como uma das suas prioridades. 2004-01-01 / 2004-01-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0202 - Estratégia fora dos Castros, por João M. Domingues . O presente texto analisa o livro Estratégia. O Grande Debate, Sun Tzu e Clausewitz de Francisco Abreu sobre os dois estrategistas e respetivas obras, situando-os nos respetivos contextos históricos, sociais e políticos. 2001-04-01 / 2001-04-30

D. PT/ADN/IEEI/005/0203 - Neoterrorismo ou a Guerra Ilimitada – Seis Meses Depois..., por Luís Filipe Lobo-Fernandes . Os atentados de 11 de setembro têm diversas características que prenunciam a metamorfose do terrorismo e do advento do neoterrorismo. Estaremos perante um novo tipo de guerra, uma guerra ilimitada que exclui qualquer hipótese de compromisso?. 01-04-2002 / 30-04-2002

D. PT/ADN/IEEI/005/0204 - A unanimidade não existe . Yossi Beilin, antigo ministro da justiça de Israel, no governo de Ehud Barak, em artigo publicado no The Guardian, critica a política de Ariel Sharon de destruição das estruturas da Autoridade Palestiniana. 2002-05-01 / 2002-05-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0205 - 27 de anos de conflito – cronologia, por Patrícia Magalhães Ferreira . O presente documento traça a cronologia dos 27 anos de conflito em Angola desde 15 de janeiro de 1975 até 4 de abril de 2002. 2002-10-01 / 2002-10-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0206 - Barómetro, por IEEI . Se, por um lado, a maioria dos representantes eleitos pelos americanos é da opinião que a intervenção no Iraque deve ser feita com o aval dos aliados, por outro prevalece o descrédito na resolução na atual situação sem intervenção militar dos EUA. Uma opinião partilhada em metade por uma Europa menos radical. Não muito preocupados com as implicações económicas da eventual intervenção, o medo americano da ameaça terrorista na sua casa parece cada vez mais uma realidade na perceção de ruma que a situação leva. O espaço de manobra do Iraque foi reduzido ao mínimo. Com relatórios de diversas fontes em contradição com as garantias de Saddam, o Iraque “goza” de um descrédito de experiência feito: a (in)certeza do desfecho parece depender dos inspetores e da interpretação que se fizer dos relatórios que chegarem. 2002-12-01 / 2002-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0207 - 11/9 – 3 anos depois, por Bruno Cardoso Reis . O presente texto recomenda uma série de livros sobre o 11 de setembro, 3 anos depois dos atentados. No que diz respeito à política externa americana desde a ascensão de Bush II e da sua equipa, é recomendado America Unbound: The Bush Revolution in Foreign Policy de Ivo Daalder e James Lindsay. Para quem esteja interessado em aprofundar a questão da política externa de Bush II, recomendam-se The Rise of the Vulcans, de James Mann; os dois livros de Bob Woodward, Bush at War e Plan of Attack; e Against All Enemies de Richard Clarke. Sobre a crise entre os EUA e os seus aliados, bem como uma perspetiva a longo prazo sobre estas relações, recomendam-se Allies at War: USA, Europe and the Crisis over Iraq de Philip Gordon e Jeremy Shapiro; The French Negotiating Behaviour; Blair's War, de Jonathan Kampfner; e 30 Days, de Peter Stothard. Para quem quiser uma perspetiva do lado da ficção sugere o último de Robert Harris, Pompeii, e Empire, de Gore Vidal. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0208 - Regresso às origens, por Angel Viñas . O presente texto revê o livro Surprise, Security, and the American Experience de John Lewis Gaddis, 3 anos depois dos acontecimentos de 11 de setembro. A obra é uma revisitação

de uma série de palestras proferidas na Biblioteca Pública de Nova Iorque em 2002 e de um artigo provocador publicado na *Foreign Policy*. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0209 - O Tratado de não proliferação e a conferência de revisão, por Luís Silva . A Conferência para a Revisão do Tratado de Não Proliferação (TNPI) de 2005 reuniu-se em Nova Iorque entre 2 e 27 de maio. Ratificado em 1970, o TNP pretendeu promover como norma internacional a não proliferação nuclear. Desde então, de cinco em cinco anos, uma conferência para avaliação da operacionalidade do Tratado tem sido realizada. O objetivo é que em cada uma se procure chegar a acordo sobre uma declaração final que faça não só um balanço da implementação das provisões consagradas no Tratado, mas também que recomende novas medidas para o reforçar. 2005-08-01 / 2005-09-30

D. PT/ADN/IEEI/005/0210 - Europa: Um Interesse Vital, por Maria do Rosário de Moraes Vaz . Em dezembro de 1995, depois dos Acordos de Dayton, partia para a Bósnia-Herzegovina o contingente militar português que tomou parte na operação militar que, liderada pela NATO e maioritariamente constituída pelos seus membros, haveria de metamorfosear-se, em dezembro de 2004, na primeira operação militar europeia de envergadura. A participação na Bósnia revela a plena consciência de que na estabilização do continente europeu, inseparavelmente aliada à sua democratização reside o primeiro, o mais importante e vital, interesse de segurança de Portugal. A Bósnia representa ainda, tal como Timor e o Afeganistão, e talvez mais especialmente o Kosovo, a progressiva deslocação da utilidade de manutenção e emprego do instrumento militar, que Portugal e a generalidade dos países europeus vão quase inconscientemente subscrevendo, mais nos atos que nas formulações doutrinaárias, da defesa do Estado para segurança, e a proteção dos cidadãos, inclusive contra os regimes a que estão sujeitos. 2005-12-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0211 - O fracasso da força como instrumento de mudança política, por Luís Martinez . Em maio de 2003, o presidente George W. Bush anunciava que a guerra do Iraque tinha terminado. Uma nova era se abria para os iraquianos: a liberdade, a democracia e o desenvolvimento eram os frutos esperados. Num contexto pós-traumático, o regime iraquiano era acusado pela Administração Bush de convivência com a rede al-Qaida. O plano do pós-guerra da Administração Bush depara-se com sérios obstáculos, contudo. A lição que ficou foi a que a força militar não pode ser um instrumento de promoção da democracia, como também não pode, como o demonstrou a guerra entre o exército israelita e o Hezbollah, resolver problemas políticos complexos. 2006-10-01 / 2006-11-30

D. PT/ADN/IEEI/005/0212 - O império do bem, Maria do Rosário de Moraes Vaz . Omnipotência, onisciência, onipresença são atributos divinos. Todos os três, porém, estão presentes como necessidade de uma nova estratégia americana. A hiperpotência ferida, entre o espanto e o pavor de se saber não só temida como vastamente odiada, opta pela hiperdefesa: aquilo que é bom para o Mundo é o que protege a América e lhe permite impor, se necessário pela força, mas em nome da felicidade dos homens, o império do Bem. Para 2003, a semi-promessa, semi-ameaça de uma guerra cujo objetivo expresso é libertar o mundo e os povos subjugados de dois flagelos: armas de destruição em massa e um ditador. 2003-01-01 / 2003-01-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0213 - Juventude e Defesa, por IEEI . Os seminários Juventude e Defesa, que se iniciaram ainda nos anos 80, foram uma das atividades mais características da atividade do IEEI. Parte do livro 20 Anos de Mudança, o presente texto fala brevemente sobre estes seminários, vinte anos depois da sua criação. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0214 - Defesa e segurança, por IEEI . Nos primeiros anos, as iniciativas do IEEI na área dominante da sua atividade, a da defesa e de segurança, centraram-se nas relações de segurança na Europa do Sul e no Mediterrâneo ocidental, e muito particularmente nas relações luso-espanholas e com os Estados Unidos. A progressiva europeização da política externa e de segurança portuguesa, do atlantismo ao euro-atlantismo como definição privilegiada, foi o tema forte que marcou as atividades de pesquisa, reflexão e debate do IEEI. O presente texto traça esta evolução do paradigma sobre a defesa e segurança e como esta evolução foi acompanhada pelo IEEI que passou a acompanhar e a influenciar a formulação da política de defesa e segurança portuguesa. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0215 - Programa Portugal e a União Europeia, por IEEI . O presente documento contém o programa da Conferência "Portugal e a União Europeia", coorganizado pelo IEEI e pelo Instituto de Defesa Nacional entre 3 e 4 de março de 2004 em Lisboa. O debate centrou-se na questão da relação e complementaridade entre as prioridades estratégicas de defesa e segurança portuguesas e europeias. 2004-03-03 / 2004-03-04

D. PT/ADN/IEEI/005/0216 - Grupo de Reflexão sobre a Estratégia Europeia de Segurança: Que Contribuição Portuguesa?, por IEEI . No seguimento de uma longa tradição de reflexão sobre questões de segurança e a integração europeia, o IEEI promove, em 2009 – com o apoio do Ministério da Defesa Nacional – a reflexão sobre o que é a segurança hoje, e qual pode e deve ser a estratégia portuguesa no contexto europeu para lidar com as ameaças e desafios atuais e futuros neste campo. O presente texto apresenta os objetivos e atividades previstas por este grupo de reflexão do IEEI. 2009-01-01 / 2009-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0217 - Security In Northern Africa: Ambiguity and Reality (Segurança no Norte de África: Ambiguidade e Realidade), por Fernanda Faria e Álvaro Vasconcelos . Em dezembro de 1994, o Conselho Permanente da UEO atribuiu ao Instituto de Estudos de Segurança a tarefa de analisar as políticas de segurança e defesa dos países do Magrebe em ligação com os institutos de segurança desses países. Isto deveria tornar-se um acréscimo ao trabalho contínuo do Instituto em matéria de segurança mediterrânica. Um ano mais tarde, a Conferência de Barcelona estabeleceu que o trabalho entre os institutos deveria tornar-se uma componente da parceria euro-mediterrânica. Uma versão anterior deste texto foi escrita como documento de fundo pelo IEEI para o seminário "Políticas de segurança e defesa dos países do Magrebe e Egipto", de 9-10 de março de 1995. O argumento é que as diferenças de linguagem e perceções de segurança entre as duas margens do Mediterrâneo permanecem. Persuadidos de que o intercâmbio de informações e opiniões sobre questões de segurança e defesa contribuirá para uma melhor compreensão das perceções, este texto espera fornecer novos contributos para o debate contínuo sobre segurança mediterrânica. 1996-09-01 / 1996-09-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0218 - General Framework and Concepts (Quadro Geral e Conceitos), por Álvaro Vasconcelos . Tomando como pano de fundo a necessidade de um intercâmbio de informações e opiniões sobre questões de segurança e defesa entre os países europeus e mediterrâneos e da observação de que estas relações se têm caracterizado por uma série de mal-entendidos, o presente texto reflete sobre as diferenças de linguagem e perceções de segurança entre as duas margens do Mediterrâneo. Para ser eficaz, diz-se, o diálogo iniciado pela UEO com países da margem sul do Mediterrâneo terá de ser integrado em qualquer iniciativa da UE que possa levar avante o processo de Barcelona. Este diálogo terá de ser centrado na cooperação em matéria de defesa e basear-se no que já existe a nível bilateral entre os países da região. Para que não termine num fracasso, qualquer iniciativa de cooperação mediterrânica deve basear-se numa abordagem integrada das questões económicas, políticas e de segurança, incluindo a segurança "dura". 1996-09-01 / 1996-09-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0219 - Security Policies and Defence Priorities (Política de Segurança e Prioridades de Defesa), por Fernanda Faria . O presente texto inclui estudos individuais de Estados não pertencentes à UEO que estão envolvidos num diálogo de segurança com a UEO, com a adição da Líbia. Uma das maiores dificuldades encontradas na análise da segurança e defesa dos países da região é que muitas vezes é difícil dizer onde um termina e o outro começa. Outra dificuldade é que há falta de documentação, informação e debate sobre estudos estratégicos e de defesa nestes países. Dadas estas limitações, as suas políticas de segurança e defesa serão examinadas utilizando um número de critérios de modo a trazer à tona os diferentes pontos de vista, nomeadamente, a perceção das ameaças e a evolução dessas ameaças; as relações entre civis e militares e o seu impacto na política de segurança; as principais linhas da política de segurança e defesa; a possível política de defesa num futuro próximo. 1996-09-01 / 1996-09-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0220 - Crisis Management in sub-Saharan Africa – The Role of the European Union (Gestão de Crises na África Subsariana – O Papel da União Europeia), por Fernanda Faria . O presente texto reflete sobre a mudança de prioridades, e quais são elas, da União Europeia na prevenção, gestão e resolução de conflitos em África. O foco principal da atual política da UE é a abordagem das causas profundas da instabilidade e do conflito violento. Mais recentemente, a UE reforçou o seu compromisso de apoiar as capacidades das organizações africanas e os esforços para lidar com as crises na região. Além disso, a UE tem-se empenhado militarmente na prevenção da escalada e no apoio à resolução de conflitos na República Democrática do Congo. A Operação Artemis ilustrou o envolvimento da UE em África e na gestão de crises em geral, sendo uma boa ilustração do potencial de combinação dos vários instrumentos para enfrentar situações de conflito. A intervenção da UE na RDC também suscitou preocupações relativamente às prioridades globais da UE na gestão de crises. Alguns consideram-na como privilegiando os instrumentos militares em detrimento da gestão civil e dos instrumentos e políticas de prevenção de conflitos. 2004-04-01 / 2004-04-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0221 - Introduction (Introdução), por Fernanda Faria . Na sequência do fracasso da comunidade internacional em agir contra o genocídio no Ruanda, tem havido um interesse crescente e um número crescente de iniciativas para a prevenção, gestão e resolução de conflitos na África Subsaariana. Desde o início dos anos noventa que a percebida falha das políticas de desenvolvimento e o crescimento de conflito tem vindo a colocar uma maior pressão nas políticas europeias para a região. A presente introdução faz uma breve contextualização histórica das razões que levaram a um maior envolvimento da UE na região a partir do início do século XXI. 2004-04-01 / 2004-04-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0222 - Root causes of conflicts in Africa (Causas Primárias do Conflito em África), por Fernanda Faria . O presente texto foca-se nas causas primárias dos conflitos violentos e da estabilidade em África, nomeadamente, a colonização, os processos de democratização falhados durante a descolonização dos anos 60, a natureza e perceção de poder político em alguns estados africanos que promoveu uma lógica pouco favorável ao pluralismo político – e étnico –, e ainda o apoio das antigas superpotências de governos africanos ilegítimos durante a Guerra Fria. 2004-04-01 / 2004-04-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0223 - Regional, bilateral and multilateral initiatives for crisis management in Africa (Iniciativas regionais, bilaterais e multilaterais para a gestão de conflitos em África), por Fernanda Faria . O terceiro capítulo do Occasional Paper n. 51 do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia, “Crisis Management in sub-Saharan Africa – The Role of the European Union”, foca-se nos vários esforços regionais e internacionais – ora bilaterais, ora multilaterais – levados a cabo até à data para reforçar as capacidades regionais em África para a prevenção e gestão de conflitos internos e entre Estados. 2004-04-01 / 2004-04-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0224 - EU policy towards Africa (Política Europeia para a África), por Fernanda Faria . O quarto capítulo do Occasional Paper n. 51 do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia, “Crisis Management in sub-Saharan Africa – The Role of the European Union”, lida com a questão da política europeia para a África e como é que a UE está a tentar adaptar-se e responder aos desafios nesta região. 2004-04-01 / 2004-04-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0225 - Operation Artemis in Bunia, DRC: a test case for the EU? (Operação Artemis na Bunia, RDC: um caso de estudo para a UE?), por Fernanda Faria . O quinto capítulo do Occasional Paper n. 51 do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia, “Crisis Management in sub-Saharan Africa – The Role of the European Union”, reflete sobre a Operação Artemis – intervenção militar da ONU, liderada pela UE, na República Democrática do Congo durante o conflito de Ituri –, o seu contexto, objetivos, organização e resultados. 2004-04-01 / 2004-04-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0226 - Impact of Operation Artemis on EU crisis management policy and ESDP (Impacto da Operação Artemis na política de gestão de crises da UE e na PESD), por Fernanda Faria . Embora limitado no tempo, âmbito, área geográfica de ação e número de forças envolvidas, a Operação Artemis foi, no entanto, significativa de muitas formas diferentes. O sexto capítulo do Occasional Paper n. 51 do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia, “Crisis Management in sub-Saharan Africa – The Role of the European Union”, analisa, assim, o impacto da Operação Artemis na política de gestão de crise europeia e na Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD). 2004-04-01 / 2004-04-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0227 - Conclusions: prospects for EU crisis management policy on Africa (Conclusões: Perspetivas para a política de gestão de crises em África), por Fernanda Faria . O presente texto é a conclusão do Occasional Paper n. 51 do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia, “Crisis Management in sub-Saharan Africa – The Role of the European Union”. Nesta são feitas algumas considerações sobre as perspetivas futuras para a política de gestão de crises da UE em África no rescaldo da Operação Artemis e sobre quais os mais recentes desenvolvimentos na Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD). 2004-04-01 / 2004-04-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0228 - La gestion des crises en Afrique Subsaharienne : Le rôle de l'Union européenne (Gestão de Crises na África Subsariana – O Papel da União Europeia), por Fernanda Faria . O presente texto reflete sobre a mudança de prioridades, e quais são elas, da União Europeia na prevenção, gestão e resolução de conflitos em África. O foco principal da atual política da UE é a abordagem das causas profundas da instabilidade e do conflito violento. Mais recentemente, a UE reforçou o seu compromisso de apoiar as capacidades das organizações africanas e os esforços para lidar com as crises na região. O exemplo mais recente deste compromisso é o apoio da União aos esforços e operações da União Africana em Darfur (Sudão Ocidental). Além disso, a UE tem-se empenhado militarmente na prevenção da escalada e no apoio à resolução de conflitos na República Democrática do Congo. Estas intervenções ilustraram o envolvimento da UE em África e na gestão de crises em geral e o potencial de combinação dos vários instrumentos para enfrentar situações de conflito. No entanto, estas suscitaram preocupações relativamente às prioridades globais da UE na gestão de crises, como a priorização da intervenção militar. 2004-11-01 / 2004-11-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0229 - Introduction (Introdução), por Fernanda Faria . Na sequência do fracasso da comunidade internacional em agir contra o genocídio no Ruanda, tem havido um interesse crescente e um número crescente de iniciativas para a prevenção, gestão e resolução de conflitos na África Subsariana. Desde o início dos anos noventa que a percebida falha das políticas de desenvolvimento e o crescimento de conflito tem vindo a colocar uma maior pressão nas políticas europeias

para a região. A presente introdução faz uma breve contextualização histórica das razões que levaram a um maior envolvimento da UE na região a partir do início do século XXI. 2004-11-01 / 2004-11-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0230 - Causes profondes des conflits en Afrique (Causas Profundas do Conflito em África), por Fernanda Faria . O presente texto foca-se nas causas primárias dos conflitos violentos e da estabilidade em África, nomeadamente, a colonização, os processos de democratização falhados durante a descolonização dos anos 60, a natureza e perceção de poder político em alguns estados africanos que promoveu uma lógica pouco favorável ao pluralismo político – e étnico –, e ainda o apoio das antigas superpotências de governos africanos ilegítimos durante a Guerra Fria. 2004-11-01 / 2004-11-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0231 - Initiatives régionales, bilatérales et multilatérales en matière de gestion des crises en Afrique (Iniciativas regionais, bilaterais e multilaterais para a gestão de conflitos em África), por Fernanda Faria . O terceiro capítulo do Occasional Paper n. 55 do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia, “La gestion des crises en Afrique Subsaharienne : Le rôle de l’Union européenne”, foca-se nos vários esforços regionais e internacionais – ora bilaterais, ora multilaterais – levados a cabo até à data para reforçar as capacidades regionais em África para a prevenção e gestão de conflitos internos e entre Estados. 2004-11-01 / 2004-11-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0232 - Politique de l’UE à l’égard de l’Afrique (Política Europeia para a África), por Fernanda Faria . O quarto capítulo do Occasional Paper n. 55 do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia, “La gestion des crises en Afrique Subsaharienne : Le rôle de l’Union européenne”, lida com a questão da política europeia para a África e como é que a UE está a tentar adaptar-se e responder aos desafios nesta região. 2004-11-01 / 2004-11-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0233 - Opération Artemis menée à Bunia (RDC) : un test pour l’UE ? (Operação Artemis na Bunia, RDC: um caso de estudo para a UE?), por Fernanda Faria . O quinto capítulo do Occasional Paper n. 55 do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia, “La gestion des crises en Afrique Subsaharienne : Le rôle de l’Union européenne”, reflete sobre a Operação Artemis – intervenção militar da ONU, liderada pela UE, na República Democrática do Congo durante o conflito de Ituri –, o seu contexto, objetivos, organização e resultados. 2004-11-01 / 2004-11-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0234 - Incidence de l’opération Artemis sur la politique de gestion des crises par l’UE et sur la PESD (Impacto da Operação Artemis na política de gestão de crises da UE e na PESD), por Fernanda Faria . Embora limitado no tempo, âmbito, área geográfica de ação e número de forças envolvidas, a Operação Artemis foi, no entanto, significativa de muitas formas diferentes. O sexto capítulo do Occasional Paper n. 55 do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia, “La gestion des crises en Afrique Subsaharienne : Le rôle de l’Union européenne”, analisa, assim, o impacto da Operação Artemis na política de gestão de crise europeia e na Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD). 2004-11-01 / 2004-11-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0235 - Darfour (Soudan) : nouvelle donne pour une politique européenne de gestion des crises en Afrique (Darfur (Sudão): um novo acordo para uma política europeia de gestão de crises em África), por Fernanda Faria . As crises no Darfur e na Costa do Marfim, embora o empenho e o papel da União e dos seus Estados-Membros sejam muito diferentes em cada caso, são importantes do ponto de vista de uma política europeia de gestão de crises em África, que está a ser construída gradualmente e em grande parte com base na experiência. Fazendo alguns paralelos com a Operação Artemis e o papel na mesma na política de gestão de crises da UE e na Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), o capítulo 7 do Occasional Paper 55 “La gestion des crises en Afrique Subsaharienne : Le rôle de l’Union européenne” analisa a crise no Darfur e o envolvimento da UE nesta, particularmente no que diz respeito ao apoio à União Africana (UA). 2004-11-01 / 2004-11-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0236 - Conclusion : perspectives de la politique de gestion des crises par l’UE à l’égard de l’Afrique (Conclusões: Perspetivas para a política de gestão de crises em África), por Fernanda Faria . O presente texto é a conclusão do Occasional Paper 55 “La gestion des crises en Afrique Subsaharienne : Le rôle de l’Union européenne” . Nesta são feitas algumas considerações sobre as perspetivas futuras para a política de gestão de crises da UE em África no rescaldo da Operação Artemis e sobre quais os mais recentes desenvolvimentos na Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD). 2004-11-01 / 2004-11-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0237 - The war on terrorism (A Guerra ao Terrorismo), por Álvaro Vasconcelos . O resultado da invasão do Iraque é importante para o futuro da ação antiterrorista e se este país colapsar e se desintegrar pode tornar-se um novo ponto para o terrorismo internacional. É, portanto, do interesse da UE e da comunidade internacional garantir um Iraque estável e uma transição bem-sucedida. Contudo, isto requer alterações profundas: os EUA devem desistir do monopólio do poder durante o período de transição e criar condições para que a UE e a ONU se envolvam de forma significativa. O texto

remata com a consideração de que o debate sobre a ordem internacional levantada pela intervenção unilateral no Iraque não é sobre a necessidade de criar, ou não, as condições para intervir na defesa das populações ameaçadas por crimes contra a humanidade: é sobre as condições que justificam e legitimam estas intervenções. A questão mais relevante é, pois, qual ordem internacional é mais capaz de promover a paz internacional. 2004-03-01 / 2004-03-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0238 - The EU and Iraq (A UE e o Iraque), por Álvaro Vasconcelos . A intervenção americana no Iraque revelou a enorme dificuldade que a UE enfrenta na sua tentativa de forjar uma política externa comum num contexto de sérias divergências com os Estados Unidos. A gravidade da crise no Iraque impõe, contudo, à UE a obrigação de definir uma política que permita resolvê-la. Restam as questões fundamentais: que tipo de envolvimento – económico, civil e/ou militar; qual o grau de envolvimento europeu; deve haver uma aliança direta com os EUA, ou deve o enquadramento ser multilateral? De acordo com o autor, a retirada americana, ou pelo menos uma agenda clara, garantindo, não obstante, a segurança no Iraque, é fundamental, e deve ser responsabilidade da UE auxiliar este processo. A contribuição europeia – que deve ser enquadrada numa intervenção multilateral, no quadro da ONU – deve passar, assim, por garantir a segurança depois da retirada americana, mas, principalmente, auxiliar a soberania democrática no Iraque através do apoio dos partidos políticos que poiem o processo constitucional e a garantia dos direitos humanos. 2005-07-01 / 2005-07-01

D. PT/ADN/IEEI/005/0239 - La sécurité militaire en Méditerranée occidentale : Le point de vue européen (A segurança militar do Mediterrâneo Ocidental : o ponto de vista europeu), por Roberto Aliboni . O colapso do confronto Leste-Oeste pôs fim a possíveis ameaças militares do Terceiro Mundo aos países ocidentais. De facto, as crises regionais já não são capazes de entreter uma escalada de agressão por parte das superpotências e das suas alianças em grandes conflitos. Apesar do desaparecimento destas ameaças, os riscos parecem estar a aumentar a curto e médio termo. O objetivo deste capítulo é, portanto, avaliar os pontos de vista dos países europeus sobre o quadro de segurança do Mediterrâneo Ocidental, tendo particularmente em conta fatores militares, a fim de propor algumas orientações para as suas políticas nesta região. O quadro de segurança é analisado a três níveis: (a) o quadro militar da região; (b) o impacto das mudanças no contexto internacional sobre o Mediterrâneo Ocidental; (c) as políticas de segurança dos países do Sudoeste Europeu. 1993-12-31 / 1993-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0240 - A União Europeia no conflito entre a Geórgia e a Rússia, por Gina Soares . A União Europeia tem sido o principal ator na mediação do conflito entre a Geórgia e a Rússia. Após ter conseguido negociar um acordo de seis pontos, que pôs fim ao confronto armado entre Moscovo e Tbilissi, a Presidência francesa da União tem-se esforçado para garantir a aplicação dos pontos acordados, procurando promover um quadro de estabilidade e segurança no Cáucaso, estando em simultâneo em cima da mesa a necessidade de redefinir os contornos da relação entre a UE e a Rússia. Com este propósito, o Conselho Europeu reuniu em sessão extraordinária a 1 de setembro, aprovando uma declaração que, para além de condenar duplamente o comportamento russo, procura expressar uma posição de unidade em relação ao futuro da parceria entre Bruxelas e Moscovo. O presente texto de exposição expõe brevemente o conteúdo da declaração. 2008-01-01 / 2008-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0241 - Darfur: Alguns elementos para a compreensão do conflito, por Cristina Trancoso . O presente texto esclarece alguns elementos do conflito no Darfur, a reação e intervenção das Nações Unidas e da comunidade internacional – em particular a China, a Rússia e a União Europeia – partindo de algumas peças publicadas em revistas e jornais internacionais, assim como em declarações oficiais. 2008-01-01 / 2008-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0242 - «Dossier Ergenekon»: golpe na Turquia?, por Eda Çetin e Sílvia Lima . A investigação da chamada conspiração «Ergenekon» – nome do vale lendário onde teria o seu berço o povo turco – está a agitar a opinião pública turca desde o começo de operações policiais, no Verão de 2007. A primeira grande operação teve lugar em junho de 2007, quando a polícia descobriu num apartamento no bairro de Umraniye grandes quantidades de armas e munições. Alegadamente pertencentes a uma rede terrorista, os acusados estariam a planejar um golpe de Estado, a ter lugar no início de julho de 2009. Uma das críticas a esta investigação sustenta, precisamente, que o caso «Ergenekon» não é mais do que uma resposta organizada pelo AKP na sequência das acusações levantadas contra o referido partido. O «dossier Ergenekon» seria parte de uma «guerra civil» judicial. 2008-07-24 / 2008-07-24

D. PT/ADN/IEEI/005/0243 - Iraque em debate no congresso norte-americano, por Sílvia Lima . Passados quatro anos do início das hostilidades, ambas as câmaras do congresso norte-americano têm nas suas agendas a guerra do Iraque, depois de vencidos os bloqueios republicanos. O Senado debateu uma resolução conjunta, que deu início ao debate, mas o texto acabou por não passar na votação final. 2008-01-01 / 2008-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0244 - O Estatuto Final do Kosovo – de novo o cepticismo, por Bruno Martins . Após mais de um mês de intensas negociações sobre o estatuto final do Kosovo, o enviado especial das Nações Unidas, Martti Ahtisaari, deu por concluído um processo que se estendeu por cerca de 14 meses, e que se materializou na apresentação de uma Proposta para o Estabelecimento de um Estatuto Final para o Kosovo. A 2 de Fevereiro de 2007, um projeto de proposta havia sido entregue tanto ao Presidente sérvio como ao Presidente kosovar que se reuniram com Ahtisaari em Viena entre 21 de fevereiro e 2 de março. O resultado desta cimeira foi tão dececionante que levou o enviado especial da ONU a concluir que “não existe nenhuma possibilidade de consenso”. Como assinala Alain Déléroz, num artigo intitulado "Estabilidade dos Balcãs pode ficar em mãos portuguesas", grande parte das expectativas em relação ao potencial conciliador do Plano Ahtisaari deram lugar a preocupação em relação ao futuro e o otimismo esfumou-se. 2008-01-01 / 2008-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0245 - Oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan, por Gina Soares . No atual mercado energético, marcado pelo reforço da componente política e estratégica do acesso aos recursos, a Geórgia tem uma localização geográfica fulcral, enquanto país de transição entre uma das maiores reservas de petróleo do mundo – o Mar Cáspio – e os seus dois maiores consumidores – a Europa e os EUA. Em funcionamento desde 2006, o oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan tem uma extensão de 1,768 km e transporta cerca de um milhão de barris de petróleo por dia. O presente texto reflete brevemente sobre as características deste oleoduto, que fazem dele um ponto estratégico energeticamente. 2008-01-01 / 2008-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0246 - Reação turca ao conflito do Cáucaso, por Eda Çetin . Desde o primeiro dia do conflito na Ossétia do Sul, a Turquia demonstrou a sua preocupação com a perturbação da paz na região, reiterando a importância atribuída à integridade territorial da Geórgia. As autoridades turcas lançaram um apelo a ambas as partes, para que procurassem uma solução através do diálogo direto. Com este apelo, o primeiro-ministro turco, Recep Tayyip Erdogan, que já manteve conversações com o primeiro-ministro georgiano, Mihail Saakasvili, e que já visitou Tbilisi, tornou claro que a Turquia, perante a atual situação na região do Cáucaso, está disposta a tomar todas as medidas que possam contribuir para a solução pacífica do conflito. 2008-01-01 / 2008-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0247 - Defesa & Segurança – Súmula das principais actividades desenvolvidas, por IEEI . No presente relatório constam as atividades do IEEI na área de Segurança e Defesa, na generalidade programadas em 2003. No ponto de vista do calendário de execução, o relatório cobre o período que vai de maio de 2003 a maio de 2004. Destacam-se os artigos publicados sobre as temáticas prioritárias em “O Mundo em Português” e na revista “Estratégia”. 2009-04-07 / 2009-04-07

D. PT/ADN/IEEI/005/0248 - Portuguese Defence Policy: Internal Politics and Defence Commitments (Política de Defesa Portuguesa: Compromissos da política interna e defesa), por Álvaro Vasconcelos . O presente artigo considera que o papel de Portugal no sistema de segurança ocidental só pode ser analisado através de uma avaliação histórica da política interna portuguesa. São consideradas três diferentes vertentes: a posição portuguesa em África durante a ditadura, o pós-25 de Abril e o período do Conselho da Revolução. Considera-se, ainda, que os portugueses só 13 anos após a queda da ditadura começaram a compreender alguns dos problemas associados com a transição democrática. 1988-01-01 / 1988-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0249 - Segurança e Defesa na Web – Europa e América do Norte, por Instituto de Estudos Europeus e Internacionais. O presente documento é uma extensa listagem de diferentes organizações internacionais, organizações não-governamentais, instituições e grupos de investigação especializados nas temáticas de cooperação euro-atlântica, defesa e segurança militar. 2004-01-01 / 2004-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0250 - Contributos para uma Filosofia Nacional de Defesa, por Virgílio de Carvalho . O presente documento apresenta-se como um aglomerado de diferentes artigos e reflexões sobre a geoestratégia portuguesa no seguimento do 25 de Abril. Abordam-se outros temas de igual relevância como o interesse nacional e as negociações para a NATO e CEE e também se notam os riscos decorrentes das vulnerabilidades existentes no país. Além da contribuição para um pensamento geoestratégico português, o autor analisa casos particulares da defesa nacional, a importância do poder naval em tempo de paz e do território português em hipóteses de diferentes conflitos armados. Há um segmento dedicado às relações luso-espanholas e também à região Atlântica. 1984-01-01 / 1984-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0251 - Contribuição para uma filosofia de defesa militar portuguesa, por Virgílio de Carvalho . O presente artigo é um capítulo do livro “Contributos para uma Filosofia Nacional de Defesa” e aborda a questão das vulnerabilidades nacionais numa perspetiva de defesa militar, tendo em consideração as dificuldades geopolíticas de Portugal e da Península Ibérica. Por fim, analisa-se o possível Conceito Estratégico de Defesa Militar e quais os seus efeitos na defesa nacional e na participação de Portugal na NATO. 1984-01-01 / 1984-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0252 - A terceira guerra mundial e as ameaças a Portugal, por Virgílio de Carvalho . O presente artigo é um capítulo do livro “Contributos para uma Filosofia Nacional de Defesa” e aborda como o desfecho da 2ª Guerra Mundial culminou com a Guerra Fria e nos perigos que isso pode representar para Portugal, considerando a sua posição geoestratégica e associação com a NATO. Analisam-se possíveis movimentos entre os EUA e a URSS e como a possibilidade de uma terceira guerra mundial poderia afetar Portugal e a região do Atlântico Norte. 1984-01-01 / 1984-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0253 - Contribuição para um pensamento geoestratégico português, por Virgílio de Carvalho . O presente artigo é um capítulo do livro “Contributos para uma Filosofia Nacional de Defesa” e analisa a questão do comportamento da segurança nacional considerando outros fatores como a soberania, integridade territorial, coesão, sobrevivência nacional, entre outros. A entrada para a CEE e o ingresso da Espanha na NATO deixam ainda mais em cheque a posição geoestratégica de Portugal. Por fim, reflete-se também sobre a possibilidade da defesa comum da CEE e os impactos que poderia ter. 1984-01-01 / 1984-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0254 - Contributo para a formação de um conceito estratégico de defesa militar, por Virgílio de Carvalho . O presente artigo é um capítulo do livro “Contributos para uma Filosofia Nacional de Defesa” e considera que a falta de um Conceito Estratégico de Defesa Militar é um grande entrave para o arranque de medidas relacionadas com a Defesa de Portugal. Propõe-se, neste sentido, a apresentar alguns exemplos de possíveis princípios gerais para a sua formulação, como é o caso da preservação da “atlanticidade”, defesa militar escalonada por regiões, a NATO, coesão das forças armadas, etc. 1984-01-01 / 1984-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0255 - Algumas reflexões sobre necessidade de defesa militar e de sensibilidade de segurança em Portugal, por Virgílio de Carvalho . O presente artigo é um capítulo do livro “Contributos para uma Filosofia Nacional de Defesa” e apresenta-se como um argumento contra a ideia de que a ausência de ameaças à defesa portuguesa não justifica o investimento feito nas forças armadas. Analisa-se diferentes perspetivas sobre a posição geoestratégica portuguesa no Atlântico e o seu posicionamento nas diferentes organizações internacionais como a NATO. De salientar a discussão sobre a defesa da zona económica exclusiva e o espaço aéreo. 1984-01-01 / 1984-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0256 - Das vantagens de uma filosofia de defesa mais atlântica para Portugal, por Virgílio de Carvalho . O presente artigo é um capítulo do livro “Contributos para uma Filosofia Nacional de Defesa” e analisa as vantagens da defesa nacional centrada no Atlântico agora que a Espanha aderiu à NATO. Esta adesão é também tratada, analisando-se os pontos a favor e negativos, assim como outras problemáticas decorrentes. Aborda-se ainda a relação Portugal-Espanha em termos geopolíticos e a questão da Zona Económica Exclusiva. 1984-01-01 / 1984-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0257 - A importância do poder naval em tempo de paz, por Virgílio de Carvalho . O presente artigo é um capítulo do livro “Contributos para uma Filosofia Nacional de Defesa” e considera que o poder marítimo vai além dos meios navais e que são indispensáveis para a defesa nacional mesmo em tempo de paz, utilizando algum contexto histórico para justificar estes argumentos. O estudo de caso abordado é o de Portugal, devido à sua posição geoestratégica e extensão da zona económica exclusiva. 1984-01-01 / 1984-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0258 - A posição estratégica portuguesa, por Virgílio de Carvalho . O presente artigo é um capítulo do livro “Contributos para uma Filosofia Nacional de Defesa” e aborda em profundidade o posicionamento geoestratégico de Portugal, quer em relação ao Atlântico quer via terrestre. Depois de um enquadramento histórico sobre a utilização dessa posição, analisam-se alguns dos resultados das estratégias de defesa e do impacto da NATO e da CEE na mesma. 1984-01-01 / 1984-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0259 - Portugal, a Espanha e a Solidariedade Atlântica, por Virgílio de Carvalho . O presente artigo é um capítulo do livro “Contributos para uma Filosofia Nacional de Defesa” e aborda a entrada de Espanha para a NATO, quais as suas vantagens para a geoestratégica e segurança portuguesa. Reforça-se a relevância dos interesses da NATO na região ibero-atlântica e a defesa da zona económica exclusiva. 1984-01-01 / 1984-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0260 - O «puzzle» geopolítico da Região Atlântica Ibero-Africana (RAIA), por Virgílio de Carvalho . O presente artigo é um capítulo do livro “Contributos para uma Filosofia Nacional de Defesa” e tem como objetivo apresentar alguns dos mais importantes dados que possam contribuir para um melhor conhecimento geopolítico que a região Atlântica

Ibero-Africana (RAIA). É feito um enquadramento geral sobre a área, primeiro global e depois europeu e por fim analisa-se a estabilidade da região em termos de segurança e defesa. 1984-01-01 / 1984-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0261 - A solidariedade atlântica como factor de paz, por Virgílio de Carvalho . O presente artigo é um capítulo do livro “Contributos para uma Filosofia Nacional de Defesa” e analisa alguns assuntos fundamentais para o entendimento da segurança e defesa nacional, nomeadamente o papel da NATO como fator de paz, a crise na solidariedade atlântica, o fator geográfico, divergências da comunidade internacional quanto aos conflitos existentes e salienta a importância de mudar a opinião pública quanto a estes assuntos. 1984-01-01 / 1984-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0262 - A importância estratégica das regiões autónomas, por Virgílio de Carvalho . O presente artigo é um capítulo do livro “Contributos para uma Filosofia Nacional de Defesa” e começa por fazer um contexto histórico do cenário político internacional nos anos 80, utilizando teorias de relações internacionais para o explorar e de seguida são exploradas diferentes hipóteses de conflitos armados possíveis e qual o posicionamento de Portugal, devido à sua posição geoestratégica seria em cada caso. 1984-01-01 / 1984-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0263 - A Segurança Europeia e a defesa civil das grandes cidades” – Textos da 1 Conferência Internacional de Lisboa 1981, por Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais . O presente documento é uma coletânea dos principais textos apresentados na 1ª Conferência Internacional de Lisboa em 1981, organizada pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI). Divide-se em quatro temáticas: a NATO, a segurança europeia e as relações transatlânticas; Opinião Pública, defesa e segurança; Defesa total e dissuasão; A Defesa civil das grandes cidades. Além das conclusões sobre a discussão, é ainda apresentado o programa das conferências e uma listagem dos seus participantes. 1982-01-01 / 1982-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0264 - Discurso na sessão inaugural, por Victor Sá Machado . O presente artigo é um dos textos disponíveis no livro, “A Segurança Europeia e a defesa civil das grandes cidades – Textos da 1ª Conferência Internacional de Lisboa 1981”. O discurso inaugural faz um pequeno contexto aos assuntos que serão tratados nas diferentes temáticas a abordar na conferência, nomeadamente: A NATO, a segurança europeia e as relações transatlânticas; Opinião Pública, defesa e segurança; Defesa total e dissuasão; A Defesa civil das grandes cidades. 1982-01-01 / 1982-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0265 - Continuidade e mudança na NATO, Jonathan Alford . O presente artigo é um dos textos disponíveis no livro, “A Segurança Europeia e a defesa civil das grandes cidades – Textos da 1ª Conferência Internacional de Lisboa 1981” e propõe-se a analisar a eficiência da NATO como organização responsável pela segurança do Ocidente e ator na cena mundial. O autor sugere algumas propostas de mudanças (do foro nuclear, económico e político) tendo em consideração a ordem política atual, o posicionamento Europeu e o poderio dos EUA. 1982-01-01 / 1982-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0266 - A dimensão cultural da aliança, João Baptista Comprido . O presente artigo é um dos textos disponíveis no livro, “A Segurança Europeia e a defesa civil das grandes cidades – Textos da 1ª Conferência Internacional de Lisboa 1981” e aborda as áreas de vulnerabilidade política que enfraquecem a Aliança Norte Atlântica. O autor defende que as novas gerações desconhecem os princípios básicos da civilização ocidental que, se não forem reforçados, pode representar uma ameaça ao destino da civilização. 1982-01-01 / 1982-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0267 - Diferentes percepções nas relações Europa-América, por Joseph Godson . O presente artigo é um dos textos disponíveis no livro, “A Segurança Europeia e a defesa civil das grandes cidades – Textos da 1ª Conferência Internacional de Lisboa 1981” e aborda o estado da NATO, que atravessa uma crise assumida por ambos os lados do Atlântico. O autor propõe-se a analisar quais foram as mudanças perante a Defesa, especialmente do ponto de vista europeu. 1982-01-01 / 1982-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0268 - A defesa do Ocidente e a revolução das ideias, por Francisco Lucas Pires . O presente artigo é um dos textos disponíveis no livro, “A Segurança Europeia e a defesa civil das grandes cidades – Textos da 1ª Conferência Internacional de Lisboa 1981” e aborda as diferenças forças de poderes que existem na política internacional e as divergências entre as potências como razões para a crise que a NATO atravessa. 1982-01-01 / 1982-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0269 - As relações transatlânticas no final dos anos 70, por Jacques Soppelsa . O presente artigo é um dos textos disponíveis no livro, “A Segurança Europeia e a defesa civil das grandes cidades – Textos da 1ª Conferência Internacional de Lisboa 1981” e analisa a posição e importância da NATO num mundo tendencialmente bipolarizado onde acresce a

necessidade de assegurar a defesa e segurança. Através de um estudo de geopolítica, o autor aborda diferentes processos sobre a política de defesa, o contexto e razões para a crise da NATO, os fatores internos e planetários e, por fim, aborda os progressos da estratégia soviética. 1982-01-01 / 1982-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0270 - Reflexões sobre a segurança europeia, Zhang Xichang . O presente artigo é um dos textos disponíveis no livro, “A Segurança Europeia e a defesa civil das grandes cidades – Textos da 1ª Conferência Internacional de Lisboa 1981” e considera que a Europa se encontra como ponto-chave estratégico na rivalidade entre os EUA e a URSS, sendo por isso fulcral reforçar a sua segurança. Refere ainda o impacto da Guerra Fria na segurança noutros pontos do mundo, comparando ameaças semelhantes entre a Europa Ocidental e a China. 1982-01-01 / 1982-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0271 - Opinião pública, defesa e segurança, por Robert Brown . O presente artigo é um dos textos disponíveis no livro, “A Segurança Europeia e a defesa civil das grandes cidades – Textos da 1ª Conferência Internacional de Lisboa 1981” e considera que há essencialmente três fatores a exercerem influência sobre a opinião pública: a recessão económica, o debate nuclear e uma nova geração que no pós-guerra debate o futuro. O autor defende que a opinião pública receia o futuro e mais ataques nucleares como Hiroshima. 1982-01-01 / 1982-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0272 - A opinião pública norte-americana e a política externa, por Jacquelyn Davis . O presente artigo é um dos textos disponíveis no livro, “A Segurança Europeia e a defesa civil das grandes cidades – Textos da 1ª Conferência Internacional de Lisboa 1981” e aborda a perspectiva da opinião pública norte-americana sobre a crise da NATO e a segurança, sendo feito um contexto histórico sobre a opinião pública nos EUA, que apoia na generalidade uma política externa que vise manter e fortalecer os compromissos de aliança dos EUA e deter o expansionismo soviético. 1982-01-01 / 1982-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0273 - A Defesa e a importância da opinião pública, por António Gomes de Pinho . O presente artigo é um dos textos disponíveis no livro, “A Segurança Europeia e a defesa civil das grandes cidades – Textos da 1ª Conferência Internacional de Lisboa 1981”. O autor considera que a opinião pública é um fator condicionador das estratégias militares e determinante da capacidade de reação perante o inimigo. Refere os problemas semelhantes que existem entre as duas potências bipolares da Guerra Fria e sublinha a urgência de encontrar novas soluções para a manutenção da segurança e defesa global. 1982-01-01 / 1982-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0274 - Os portugueses e a Defesa da Europa, Nuno Cintra Torres . O presente artigo é um dos textos disponíveis no livro, “A Segurança Europeia e a defesa civil das grandes cidades – Textos da 1ª Conferência Internacional de Lisboa 1981”. O autor analisa vários dados obtidos em sondagens realizadas pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais sobre questões como a participação portuguesa na NATO, o conhecimento sobre a organização e a instalação de mísseis nucleares em Portugal. 1982-01-01 / 1982-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0275 - O papel da defesa civil na defesa total, por D.C. Charlier . O presente artigo é um dos textos disponíveis no livro, “A Segurança Europeia e a defesa civil das grandes cidades – Textos da 1ª Conferência Internacional de Lisboa 1981” e analisa o papel e as funções da Defesa Civil enquanto parte integrante da defesa total de um país, sendo da opinião que a defesa total é o melhor método de conseguir uma política de defesa nacional integrada e eficaz. 1982-01-01 / 1982-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0276 - Defesa civil e dissuasão, por Robert Close . O presente artigo é um dos textos disponíveis no livro, “A Segurança Europeia e a defesa civil das grandes cidades – Textos da 1ª Conferência Internacional de Lisboa 1981” e é uma reflexão sobre a estratégia da Aliança Atlântica e a sua ligação com o binómio dissuasão-defesa. 1982-01-01 / 1982-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0277 - A proteção civil e a defesa, por J. Neves Cardoso e J. Pais . O presente artigo é um dos textos disponíveis no livro, “A Segurança Europeia e a defesa civil das grandes cidades – Textos da 1ª Conferência Internacional de Lisboa 1981” e começa por analisar os objetivos da Proteção Civil e o seu sistema em Portugal para de seguida abordar o auxílio internacional. São utilizados exemplos de catástrofes nas grandes cidades para expor a dificuldade da situação, como é o caso da catástrofe sísmica. 1982-01-01 / 1982-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0278 - A organização da defesa civil numa grande cidade, por C.Charlier . O presente artigo é um dos textos disponíveis no livro, “A Segurança Europeia e a defesa civil das grandes cidades – Textos da 1ª Conferência Internacional de Lisboa 1981” e propõe-se a analisar uma situação hipotética onde não existem planos de evacuação no centro de uma

grande cidade em que a sobrevivência e a recuperação se baseiam em medidas de proteção realizadas no perímetro da cidade. 1982-01-01 / 1982-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0279 - A abordagem Suíça, por F. Sager . O presente artigo é um dos textos disponíveis no livro, "A Segurança Europeia e a defesa civil das grandes cidades – Textos da 1ª Conferência Internacional de Lisboa 1981" e aborda qual o processo de Defesa civil utilizado na Suíça, em que conceitos se baseia e o seu funcionamento prático. 1982-01-01 / 1982-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0280 - Nem só de armas vive a estratégia, por Álvaro Vasconcelos . O presente artigo é um dos textos disponíveis no livro, "A Segurança Europeia e a defesa civil das grandes cidades – Textos da 1ª Conferência Internacional de Lisboa 1981" e serve como conclusão às conferências. São salientados quatro pontos principais: a necessidade de compromisso nas relações transatlânticas; as batalhas das ideias; o consenso nacional em matéria de defesa e a segurança da Europa. 1982-01-01 / 1982-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0281 - Inquérito aos militares portugueses participantes nas operações de paz da Bósnia-Herzegovina, por Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais . Inquérito realizado aos militares portugueses participantes nas operações IFOR e Sfor na Bósnia-Herzegovina que faz parte de um estudo mais amplo do IEEI sobre a experiência do envolvimento de Portugal na Bósnia e as lições a tirar para a política de Defesa e Segurança. Os principais aspetos analisados são: europeização da política de defesa portuguesa, a perspetiva histórica da intervenção portuguesa, a participação de Portugal em operações de manutenção de paz, imprensa e opinião pública, impacto externo da presença portuguesa e as implicações para a política de defesa portuguesa e para a segurança europeia. 1999-01-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0282 - La PESC – Ouvrir l'Europe au monde (PESC – Abrindo a Europa ao mundo), por Marie-Françoise Durand, Álvaro Vasconcelos . Esta publicação é uma coleção de textos institucionais que lançam luz sobre as questões da conferência intergovernamental. Trata-se, assim, de um esforço por colocar à disposição de um público amplo elementos de reflexão e documentos sobre questões europeias menos tratadas do que outras, particularmente na França. 1998-01-01 / 1998-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0283 - Note Introductive (Nota introdutória), por Álvaro Vasconcelos . Esta publicação é um dos capítulos do livro " La PESC – Ouvrir l'Europe au monde" (PESC – Abrindo a Europa ao mundo) e serve como introdução aos temas abordados no livro referentes à PESC, segurança e defesa. 1998-01-01 / 1998-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0284 - La politique extérieure d'une Europe ouverte (A política externa de uma Europa aberta), por Álvaro Vasconcelos . Esta publicação é um dos capítulos do livro " La PESC – Ouvrir l'Europe au monde" (PESC – Abrindo a Europa ao mundo) e aborda a questão da política externa europeia, isto é, a possibilidade de uma política externa supranacional e da segurança, sublinhando a importância da PESC como modelo do pluralismo político e cultural. 1998-01-01 / 1998-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0285 - Europe: Moteur d'une action internationale post-souveraine (Europa: Um motor para a ação internacional pós-soberana), por Alfredo Valladão . Esta publicação é um dos capítulos do livro " La PESC – Ouvrir l'Europe au monde" (PESC – Abrindo a Europa ao mundo) e centra-se na questão da qualidade sui generis da União Europeia e na sua relação com a segurança e manutenção de paz. O autor faz uma breve reflexão sobre a PESC e da NATO no panorama do multilateralismo mundial. 1998-01-01 / 1998-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0286 - Le développement de l'union politique européenne (O desenvolvimento da união política europeia), por Mário Teló . Esta publicação é um dos capítulos do livro " La PESC – Ouvrir l'Europe au monde" (PESC – Abrindo a Europa ao mundo) e aborda o processo de construção europeia e aprofundamento da união política no seguimento do Tratado de Maastricht e das mudanças que proporcionou no que diz respeito à PESC e ao seu objetivo de integração. 1998-01-01 / 1998-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0287 - La PESC et les relations entre les états de l'union (A PESC e as relações entre os Estados da EU), por Anne-Marie Gloannec . Esta publicação é um dos capítulos do livro " La PESC – Ouvrir l'Europe au monde" (PESC – Abrindo a Europa ao mundo) e visa enquadrar a PESC no plano da integração europeia e na relação com os diferentes estados da União Europeia, sem esquecer o seu reflexo na comunidade internacional e noutras organizações internacionais como a NATO. 1998-01-01 / 1998-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0288 - De la coopération politique européenne à la PESC (Da cooperação política europeia à PESC), por Gianni Bonvicini . Esta publicação é um dos capítulos do livro “ La PESC – Ouvrir l’Europe au monde” (PESC – Abrindo a Europa ao mundo) e faz um breve contexto histórico ao processo de integração europeia, com foco na PESC, considerando o terceiro pilar da União Europeia como um largo passo para a cooperação política. Faz-se uma análise das bases institucionais da PESC e das reformas propostas na conferência intergovernamental de Amesterdão. 1998-01-01 / 1998-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0289 - L’Opinion publique face aux développements de la PESC (Opinião pública sobre a evolução da PESC), por Maria João Seabra . Esta publicação é um dos capítulos do livro “ La PESC – Ouvrir l’Europe au monde” (PESC – Abrindo a Europa ao mundo) e debruça-se sobre o peso da opinião pública no processo de tomada de decisões em matéria de política externa, tendo em consideração a integração europeia e a sua classificação sui generis no que diz respeito à política supranacional. 1998-01-01 / 1998-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0290 - La stratégie européenne dans le processus de paix au Moyen-Orient (A estratégia europeia no processo da paz no Médio Oriente), por Frédéric Harillon . Esta publicação é um dos capítulos do livro “ La PESC – Ouvrir l’Europe au monde” (PESC – Abrindo a Europa ao mundo) e analisa a política externa de proximidade e a diplomacia em rede no contexto da gestão de crises internacionais, sendo o caso analisado o do Médio Oriente. É feito um contexto histórico da intervenção da União Europeia no Médio Oriente e indica-se a PESC como uma fonte de oportunidade para melhorar as relações diplomáticas. 1998-01-01 / 1998-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0291 - La PESC à l’épreuve du conflit yougoslave (PESC testada pelo conflito jugoslavo), por Éric Remacle e Barbara Delcourt . Esta publicação é um dos capítulos do livro “ La PESC – Ouvrir l’Europe au monde” (PESC – Abrindo a Europa ao mundo) e aborda como as posições e ações comuns trazidas pela PESC continuam a não ser suficientes sem reformas mais significativas no segundo pilar da União Europeia. O estudo de caso analisado é a gestão do dossier jugoslavo utilizado como oportunidade para desenvolver política externa comum da União Europeia. 1998-01-01 / 1998-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0292 - Portugal: Pressing for an open Europe (Portugal: Pressionar por uma Europa aberta), por Álvaro Vasconcelos . Portugal tem um interesse vital em que a Europa desenvolva uma política externa comum e que se consolide uma Europa Aberta, isto é, procurar ativamente por um papel mais saliente nos assuntos mundiais. O presente artigo aborda essa temática através da perspetiva portuguesa, com a sua ligação às ex-colónias, Atlântico e ao sul da Europa, que defende que a Europa devia considerar as especificidades das contribuições que cada um dos seus membros pode fazer neste domínio. 1996-01-01 / 1996-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0293 - The War on Terrorism (A Guerra contra o Terrorismo), por Álvaro Vasconcelos . A guerra no Iraque constituiu um desvio da guerra contra o terrorismo. Abriu uma nova frente sem ligações diretas com os ataques de 11 de Setembro ou com o terrorismo internacional. O presente artigo aborda a guerra contra o terrorismo e as suas consequentes intervenções americanas no Médio Oriente. Além de se debater o posicionamento Europeu nas questões externas como ator global e as relações transatlânticas, é feita por fim uma abordagem sobre o sistema internacional que contextualiza o debate sobre a ordem internacional no Iraque. 2004-01-01 / 2004-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0294 - Prise de décision et institutions(Tomada de decisões e instituições), por Stefano Silvestri, Nicole Gnesotto e Álvaro Vasconcelos . Este documento trata do processo de tomada de decisão e das perspetivas institucionais da política de defesa comum e da defesa comum da União Europeia no período que antecede a Conferência Intergovernamental de 1996 e além. 2004-03-01 / 2004-03-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0295 - Escudo anti-missil norte-americano divide Europa, por Paula Domingos . O presente documento é um dos textos preparatórios referente ao II Debate sobre o Futuro da Europa, cujo objetivo principal é a promoção da discussão pública em Portugal sobre a União Europeia. Este texto aborda o plano dos Estados Unidos de estender o seu sistema anti-missil à Europa e as reações a esse plano da Rússia e da UE. Por fim, analisa-se a questão da soberania dos estados e a política de segurança da UE. 2007-04-01 / 2007-04-30

D. PT/ADN/IEEI/005/0296 - Fotografia - Sessão “Radicalismo Armado no Norte de África, no Sahel e nos países vizinhos: que implicações para a segurança internacional e as relações Europa-África?” (Conferência - A Parceria África-Europa em Construção: Que Futuro?), por IEEI / IMVF . O presente registo fotográfico é referente à sessão “Radicalismo Armado no Norte

de África, no Sahel e nos países vizinhos: que implicações para a segurança internacional e as relações Europa-África?”, do primeiro dia da Conferência “A Parceria África-Europa em Construção: Que Futuro?”, que se passou entre o dia 13 e 14 de dezembro de 2012 na Fundação Calouste Gulbenkian. Antecipando a Cimeira UE-África de 2014, a conferência procurou debater alguns dos temas fundamentais na construção da parceria euro-africana e na cooperação para o desenvolvimento nos próximos anos. Esta iniciativa teve por objetivo promover o conhecimento e o debate sobre alguns temas estruturantes que terão impacto no relacionamento Europa-África e na cooperação para o desenvolvimento nos próximos anos. No painel: Morten Boas, João Bernardo Honwana, Santiago Martinez-Caro (moderador), Alexandra Dias e Maurice Engueleguele. 2012-12-13 / 2012-12-14

D. PT/ADN/IEEI/005/0297 - Fotografia - Primeiro Seminário Juventude & Defesa . Fotografia do primeiro seminário Juventude & Defesa organizado pelo IEEI, publicada no livro de comemoração dos 20 anos do IEEI, 20 Anos de Mudança. Os seminários Juventude e Defesa, que se iniciaram ainda nos anos 80, foram uma das atividades mais características da atividade do IEEI. Parte do livro 20 Anos de Mudança, o presente texto fala brevemente sobre estes seminários, vinte anos depois da sua criação. No centro da fotografia é possível ver António Figueiredo Lopes, um dos percursos deste curso. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/005/0298 - Fotografia - Grupo de Trabalho Defesa e Segurança . Fotografia do grupo de trabalho Defesa e Segurança publicada no livro de comemoração dos 20 anos do IEEI, 20 Anos de Mudança. Nos primeiros anos, as iniciativas do IEEI na área dominante da sua atividade, a da defesa e de segurança, centraram-se nas relações de segurança na Europa do Sul e no Mediterrâneo ocidental, e muito particularmente nas relações luso-espanholas e com os Estados Unidos. A progressiva europeização da política externa e de segurança portuguesa, do atlantismo ao euro-atlantismo como definição privilegiada, foi o tema forte que marcou as atividades de pesquisa, reflexão e debate do IEEI. 2000-12-01 / 2000-12-31

SR. PT/ADN/IEEI/006

Título: Ordem internacional e multilateralismo.

Datas extremas: 1986-00-00 / 2010-00-00

Dimensão e suporte: 548 documentos impressos e digitalizados incluindo 111 fotografias (jpg).

D. PT/ADN/IEEI/006/0001 - As relações económicas da CEE com os EUA, por Monteiro da Silva . A Europa e os Estados Unidos da América estão ligados por fortes laços culturais e económicos de há séculos. Com interesses comuns, têm sabido alcançar um desenvolvimento harmonioso, cooperativo e não conflituante. Organismos internacionais como o FMI, o Banco Mundial, etc. orquestram este alinhamento tendo em vista o desenvolvimento sustentável e harmonioso do mundo sob esta liderança euro-americana. Esta hegemonia apenas tem um pequeno rival no crescimento económico do muito tecnológico Japão. Contudo, o excesso de produção agrícola nos dois espaços – europeu e americano – constitui um ponto de fricção, em que ambos os blocos tentam escoar o seu excedente agrícola nos restantes mercados mundiais. Pela primeira vez desde a fundação da CEE, em 1983 os Estados Unidos experienciaram um déficit bilateral no comércio com a Comunidade Europeia o que conduziu ao aumento da frequência dos conflitos económicos entre os EUA e a Europa, bem como à adoção de uma postura de maior protecionismo de ambas as partes. 1989-01-29 / 1989-01-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0002 - Discurso do Secretário Regional da Administração Interna . Os Açores, estrategicamente situados entre a Europa e os EUA, têm um papel determinante no reforço das relações entre estes dois continentes e, assim, no aumento do prestígio e influência de Portugal no mundo. Contudo, os açorianos rejeitam que o seu papel no mundo se esgote no valor estratégico concedido pela natureza ao seu território, principalmente, em tempos de guerra. Exigem ser reconhecidos, igualmente, pelo seu valor em tempos de paz mundial. Segundo as palavras do Secretário Regional da Administração Interna, esperam que esse reconhecimento se venha a manifestar em solidariedade efetiva que ajude a região a se modernizar e a providir aos seus habitantes uma boa qualidade de vida. 1989-09-29 / 1989-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0003 - Discurso na sessão de abertura de Jorge Sampaio - XI CIL . Jorge Sampaio, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, é o anfitrião da XI Conferência Internacional de Lisboa, com o tema “A Europa e a Reemergência do Nacionalismo Radical” (1993). Reiterando o alto patrocínio do Município a esta conferência, JS, neste seu discurso inaugural, faz notar que “os fenómenos de exclusão constituem a mais grave injúria à democracia” e que é nas cidades que os perigos se agudizam, salientando: “é a situação dos emigrantes e dos marginais, são as reações racistas que conduzem a fenómenos de nacionalismo radical”. Num mundo recém-saído da lógica bipolar da Guerra Fria, JS valoriza o fim do espectro da guerra nuclear, mas alerta para a intensificação dos nacionalismos e dos conflitos regionais, elevando a ONU e a UE como plataformas de resolução dessas tensões. 1993-11-17 / 1993-11-19

D. PT/ADN/IEEI/006/0004 - The rise of radical nationalism: prospects for euro-american cooperation, por Desmond Dinan . Os nacionalismos radicais a oriente da Europa, saídos do recém desmembrado Império Soviético, são uma ameaça à ordem mundial de paz e segurança. Este documento analisa as perspectivas de colaboração, no sentido de mitigar esses nacionalismos, entre os E.U.A. e a Comunidade Europeia (C.E.). Uma limitação dessa colaboração prende-se com a falta de um homólogo europeu face ao presidente dos E.U.A. Para além disto, não raras vezes, os estados europeus não alcançam unanimidade quanto à política externa da Comunidade. Nem mesmo a criação da PESC (Política Externa e de Segurança Comum) resolveu satisfatoriamente o problema. O caso da denúncia do acordo Blair House coloca em evidência a incompetência da C.E. em domínios de política externa e o desagrado gerado no parceiro norte-americano. A integração das repúblicas do antigo bloco soviético na C.E. é um caminho apontado. 1993-11-17 / 1993-11-19

D. PT/ADN/IEEI/006/0005 - Nationalism in Russia and european security, por Ednam Agaev . Importa distinguir nacionalismo enquanto manifestação de amor pela própria cultura e nacionalismo agressivo quando pressupõe hostilidade a outro grupo étnico ou nação. A via da parceria entre estados não é sinónimo de abandono dos interesses nacionais. A diplomacia busca um equilíbrio ótimo entre ambos. Com base neste princípio, analisa-se os interesses nacionais da Rússia, após o colapso da URSS, e chega-se à conclusão de que esses interesses, de modo algum, são uma ameaça à segurança europeia. Pelo contrário, são passíveis de dar azo a uma colaboração mutuamente benéfica. Contudo, a desagregação das instituições e a crise económica são terreno fértil ao surgimento de tendências nacionalistas irracionais, quer nas novas repúblicas saídas da antiga URSS, quer na própria Rússia. Há, contudo, que admitir que esses movimentos, como a organização nacionalista “Pamyat”, são pouco expressivos na Rússia. É do interesse do ocidente que a Rússia se reencontre e seja capaz de formar um estado com organizações fortes capazes de gerar estabilidade para si e para o “estrangeiro próximo” que orbita ainda a sua influência. 1993-11-17 / 1993-11-19

D. PT/ADN/IEEI/006/0006 - O regresso do recalcado? (acerca do fenómeno nacionalista na Europa ocidental), por Eduardo Lourenço . A “idade de ouro do nacionalismo europeu” iniciada com o Congresso de Viena, no início do século XIX, prolonga-se até à II Guerra Mundial. Após o conflito mundial o mundo estava já dividido entre URSS e EUA. No espaço das ex-colónias o nacionalismo-identitário, anticolonial, liberta-se de conotações pejorativas e prospera na segunda metade do séc. XX. A crise de Sarajevo vem lembrar o continente europeu de que o nacionalismo, o europeu e da pior espécie, não está morto. Pelo contrário, é uma componente da história europeia, “um fantasma sempre visível no nosso horizonte”. A repulsa da Europa face ao nacionalismo, bem como a inquietante noção de que ele sempre por cá viverá, levaram a que se quisesse ignorar os acontecimentos de Dubrovnik ou de Sarajevo, como se fizessem parte de uma outra Europa, arcaica, que não a ocidental. Nada mais falso. O ressurgir do nacionalismo não se fica a leste, está no seio da UE. 1993-11-17 / 1993-11-19

D. PT/ADN/IEEI/006/0007 - Intervenção de José Manuel Durão Barroso - XI CIL . José M. Durão Barroso, ministro da defesa aquando da realização, em Lisboa, da conferência “A Europa e a Reemergência do Nacionalismo Radical” (1993), neste seu discurso refere que Portugal é um estado-nação com fronteiras estáveis de há séculos e com uma população anormalmente homogénea. Assim sendo, estará livre de conflitos nacionalistas que têm muito de “irracional” e de “emotivo”. Refere que o exercício do direito à autodeterminação dos povos não se esgota na criação de novos estados e que a comunidade internacional ainda não foi capaz de estabelecer com “precisão normativa” os casos em que as reivindicações independentistas devem ser atendidas e os casos em que não. Salienta ainda que as instituições internacionais que geriram a Guerra Fria estão a mostrar-se capazes de gerir os conflitos étnico-nacionalistas. JDB mostra-se favorável à ideia do alargamento da NATO a leste. 1993-11-17 / 1993-11-19

D. PT/ADN/IEEI/006/0008 - La crise structurelle du nationalisme algerien, por Lahouari Addi . Em diferentes contextos, o Islão foi instrumentalizado “como fator de identidade” em oposição à dominação europeia. Observa-se que o movimento de reforma cultural e religiosa por que passaram muitos dos países árabes, no final do século XIX e início do XX, designado Al-Nahda, está na génese histórica do nacionalismo árabe. Daqui resulta dois tipos de nacionalismo que o autor designa de “cultural” e “político”. O nacionalismo cultural vê o Islão como o “princípio e o fim”, já o nacionalismo político procura uma formulação de estado à imagem das democracias ocidentais. A tensão entre estes dois tipos de nacionalismos, no caso argelino, é profusamente analisada. A história do movimento independentista argelino, bem como de seus intervenientes, é de igual modo, profundamente explicada. 1993-11-17 / 1993-11-19

D. PT/ADN/IEEI/006/0009 - The emergence of non-russian nationalism: the legacy of the soviet empire, por Mark N. Katz . Uma forma vingativa de nacionalismo, em alguns casos expansionista e geralmente étnica exclusivista, cresce no seio de muitas repúblicas que constituíram o antigo Império Soviético. Verifica-se um paralelismo entre a descolonização europeia e a soviética: deslocalização económica, estruturas políticas fracas, tensão étnica e guerra, de um modo ou de outro, estão

presentes. Analisa-se as causas do surgimento do exclusivismo étnico. O medo de perda da recém-chegada independência para outras nações é uma causa apontada – é o nacionalismo defensivo. É levantada a hipótese de que Moscovo teria, propositadamente, desenhado as fronteiras das novas repúblicas de forma a instigar conflitos étnicos para que estas se virassem para si em busca de proteção. Outras causas de conflitos étnicos nas ex-colónias do Império Soviético são analisadas. 1993-11-17 / 1993-11-19

D. PT/ADN/IEEI/006/0010 - Facing radical nationalism: csce responses, por Peter Schmidt . A CSCE formou-se assente no antagonismo Leste-Oeste. Constitui-se por um conjunto de conferências diplomáticas multilaterais visando “a criação gradual de uma rede solidificada de normas”. Procurava a persecução da promoção da democracia, da paz e da cooperação. Na prática, é uma “manta de retalhos” constituída por pedaços de instituições sobrepostas (NATO, NACC, UE, UEO e, até, a ONU). O presente documento aborda várias questões, a saber: quais são as principais funções da CSCE no pós-colapso soviético, até que ponto a CSCE conseguirá conter as tensões étnicas, qual o enquadramento que deverá reger a articulação entre a CSCE e as demais instituições relacionadas com a segurança. Para a História fica o papel desempenhado pela CSCE, na ex-Jugoslávia, sob a égide das ações de execução da ONU. Teve ainda interferência na mediação de conflitos étnicos na Geórgia, Moldávia, Estónia e Kosovo. 1993-11-17 / 1993-11-19

D. PT/ADN/IEEI/006/0011 - Nationalism in the arab world today, por Roberto Aliboni . O nacionalismo árabe, numa ótica de cooperação pan-arábica, foi abalado por três grandes ordens de razão: derrotas dos árabes nas lutas contra Israel, falta de solidariedade no seio do mundo árabe (ver guerra de 1973 entre Egito e Israel, invasão israelense do Líbano em 1982, incapacidade de pôr termo à ocupação da Palestina por Israel); lutas internas no mundo árabe pela hegemonia; emergência do islamismo que vê no nacionalismo um conceito secular, modernista-ocidental e que usa os fracassos do nacionalismo para o enfraquecer. Houve três grandes tentativas de agregação do mundo árabe, a saber: a União do Magrebe Árabe, o Conselho de Cooperação do Golfo e o Conselho de Cooperação Árabe. Contudo, a procura de interesses próprios a cada estado e os demais motivos já explicitados inviabilizaram o projeto pan-árabe nos moldes então pensados. Com o passar do tempo tem havido uma tendência do islamismo em ocupar o espaço deixado pelo nacionalismo árabe decadente. Caso do apelo árabe-islâmico de Saddam Hussein. Parece, contudo, haver uma pressão da sociedade em geral no sentido de promover as bases de um nacionalismo secular entrelaçado com a democracia, rejeitando-se, assim, o islamismo. 1993-11-17 / 1993-11-19

D. PT/ADN/IEEI/006/0012 - Nato and future nationalism, por Trevor Taylor . Com o fim da Guerra Fria a NATO teve de ser repensada. Faria sentido continuar a existir? Antigos membros do antigo Pacto de Varsóvia poderiam entrar? Apesar do colapso da URSS, no início dos anos 90 do século passado, a Rússia continuava a deter milhares de ogivas nucleares e, portanto, a ameaça mantinha-se real. Alguns autores reiteram que o fim da NATO conduziria, não só, a um exacerbar da ameaça russa como, de igual modo, a uma luta das democracias ocidentais pela supremacia militar, particularmente a Alemanha, com uma corrida às armas nucleares. É também pouco clara a posição a adotar pela Rússia em relação às novas repúblicas saídas do desmembramento da URSS, pelo que o fator dissuasório exercido pela NATO continua a mostrar-se imprescindível. Dito isto, aproximar a NATO das fronteiras da Rússia conduziria ao exacerbar do nacionalismo russo e, provavelmente, a redução do investimento na defesa russa – necessário para o progresso da Rússia em outras áreas – seria congelado. Perante este cenário, conclui-se que a NATO deverá manter-se na sua configuração tradicional, procurando continuar a ser uma força de manutenção de paz no mundo. 1993-11-17 / 1993-11-19

D. PT/ADN/IEEI/006/0013 - A soberania compartilhada: a integração entre pequenos e grandes estados, Franklin Trein . A ideia de Estado soberano, autodeterminado e com poder sobre o território e os indivíduos que nele vivem é uma noção relativamente recente na História do homem. Ao longo do século XIX a noção de Estado, como nós o entendemos, foi sendo aprofundada e, em 1918, com a criação do Convénio da Liga das Nações, um importante reconhecimento do princípio de soberania e autodeterminação dos Estados nacionais, com plena autonomia e igualdade de direitos e deveres, foi dado. A Guerra Fria e sua lógica de bipolaridade mundial, com o aparecimento de dois blocos hegemónicos que se confrontavam por procuração com o sacrifício de nações mais fracas, ditou uma era em que as relações internacionais ficaram marcadas pela desigualdade. Ao mesmo tempo, no continente europeu, um conjunto de nações decidiu prescindir de parte da sua soberania em prol de um destino comum. Na prática, reforçaram a soberania do todo face a um contexto internacional dominado por superpotências. Os resultados são evidentes: a paz reina na Europa e o exemplo é já copiado em outros continentes. 1994-12-12 / 1994-12-14

D. PT/ADN/IEEI/006/0014 - A emergente civilização planetária e a possível contribuição lusófona, por Helio Jaguaribe . Das 21 civilizações identificadas por Toynbee que o mundo viu nascer apenas sete chegaram aos nossos dias: Hindu, Budista, Chinesa, Japonesa, Ocidental Ortodoxa e Islâmica. A partir do século XVI, graças ao avanço científico-tecnológico alcançado pela Civilização Ocidental, esta vem exercendo preponderância mundial. A construção de uma civilização planetária, em que a Civilização Ocidental se sobrepõe às demais, está em curso. Esta nova civilização planetária, ao contrário de todas as vivências

anteriores de civilização, não emerge de uma determinada concepção do divino. A irredutibilidade desta civilização apenas se alcançará quando ela criar o seu próprio sistema transcendente de valores que, tudo indica, estará assente numa concepção avançada do Social-humanismo. A organização da civilização planetária em blocos de afinidades culturais contribui para o processo de integração planetária. A Comunidade de Povos Lusófonos é um claro exemplo. 1994-12-12 / 1994-12-14

D. PT/ADN/IEEI/006/0015 - Mercosul & SADC a viabilidade de um projecto de cooperação, José Ailton Rodrigues dos Santos . Finda a Guerra-Fria e o antagonismo leste-oeste que a marcou, progressivamente, o reequilíbrio social, político e económico do mundo transitou da análise da conjuntura puramente bélica para uma esfera complexa e multifacetada em que o conhecimento científico e tecnológico e o acesso ao mercado global assumem crescente preponderância. Neste contexto, surgem entidades como a SADC (Southern Africa Development Community) e o Mercosul. Nos anos 90 do século passado, as alianças económicas são um garante de cooperação e de integração entre estados e regiões. Com o estreitar de laços económicos entre grandes potências e países em desenvolvimento é notória, por parte das primeiras, uma motivação em não só aumentarem as suas exportações como também em assegurarem o desenvolvimento – estruturado e não assistencialista – das segundas. Isto acontece porque no final do século XX, e com todas as experiências do passado, é já bem sabido que a miséria deixada à solta é o combustível de guerras futuras. 1994-12-12 / 1994-12-14

D. PT/ADN/IEEI/006/0016 - Transferência de soberania e relações entre pequenos e grandes Estados, por Paulo Resende . Desde o século XVI e até ao surgir da guerra-fria, o mundo foi dominado pelas potências coloniais europeias que faziam migrar para as suas possessões ultramarinas os conflitos das metrópoles – foi um primeiro estágio da globalização. No final do século XX, assiste-se ao aprofundar do processo de globalização, porém, de uma forma diferente da que havia sido vista anteriormente. O conceito estado-nacional experiencia uma crise na medida em que muitas das funções, antes detidas em exclusivo pelos estados, migraram para a esfera de entidades administrativas supranacionais. Ao contrário do primeiro estágio, não se verifica agora um tão evidente domínio de uma região em desfavor das demais. Esta globalização revista apresenta-se como muito mais multipolar e intercontinental. As organizações federativas permitem antever formas de distribuição de poder mais equilibradas e inclusivas. São, contudo, já audíveis as vozes que alertam para uma certa tendência de nova dominação presente nas novas arquiteturas federativas. 1994-12-12 / 1994-12-14

D. PT/ADN/IEEI/006/0017 - Angola: a Paz Possível? . Neste texto são evocados os exemplos de Angola, Timor, Kosovo, como cenários de guerras em que, em ordem a se evitar a barbárie, se impõe a intermediação, pela força se necessário, por parte da comunidade internacional. A história demonstra que nem sempre esta foi diligente e eficaz nesse desígnio. O longo processo de paz angolano é analisado. 1999-06-01 / 1999-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0018 - Os argumentos e os factos - Maria João Seabra . O conflito dos Balcãs é dissecado desde a sua origem logo após o fim da Guerra-Fria. É suportada a tese da legitimidade da intervenção da NATO, em ordem a garantir a paz da região e o fim do massacre de civis. Uma alegada impotência europeia é apontada. 1999-06-01 / 1999-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0019 - A América Pós-Absolvição: Como César Matou Brutus - Alfredo Valladão . O caso do processo de destituição do presidente Clinton serve de mote a uma análise a respeito da forma como o peso das opiniões públicas interfere no normal funcionamento das instituições democráticas. 1999-06-01 / 1999-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0020 - Angola's last best chance for peace - Ana Paula Fernandes . É apresentada a obra Angola's last best chance for peace. Escrito pelo embaixador Paul Hare, representante especial dos Estados Unidos para o processo de paz angolano entre 1993 a 1998, trata-se de uma obra essencial para se entender o processo de paz angolano e os contributos dos diferentes players externos: Portugal, EUA e Rússia. 1999-06-01 / 1999-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0021 - Timor depois do Kosovo - Álvaro de Vasconcelos . Após os conflitos étnicos que assolaram Angola, Haiti, Ruanda, Somália, Bósnia e que mostraram à sociedade a inoperância da comunidade internacional no desígnio da manutenção da paz e da segurança, Timor revela-se decisivo para o reganhar da credibilidade da ONU em matéria de manutenção de paz. A intervenção no Kosovo dá esperança e otimismo, na medida em que aponta para a hipótese de que o multilateralismo não está morto e a comunidade internacional não mais tolerará tais abusos. 1999-10-01 / 1999-10-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0022 - Timor, A Resolução 1264 - Maria João Seabra . É analisada a Resolução 1264 da ONU que autoriza a criação de uma força multinacional para o restabelecimento da paz e da segurança no território timorense. Conclui-se que o sucesso ou o fracasso da missão depende da interpretação dada pelo seu comando ao mandato da missão: se, por um lado,

há uma ausência de medidas concretas para a restauração da paz e da segurança em Timor, por outro lado, foi dada autorização aos militares para usar todas as medidas necessárias ao estabelecimento da ordem. 1999-10-01 / 1999-10-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0023 - Restabelecer a paz pela força das armas - Maria do Rosário de Moraes Vaz . É analisada a Interfet, uma força multinacional sob comando unificado da Austrália e com a coordenação da ONU com vista à imposição da segurança em Timor. Os limites, riscos, forças e fraquezas deste dispositivo militar são examinados. 1999-10-01 / 1999-10-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0024 - A segurança futura de Timor e o contexto regional - Miguel Santos Neves . É analisado o contexto geoestratégico regional de Timor que, em última análise, irá ditar a paz e a segurança futuras no território timorense. A relação de forças entra a Indonésia e a Austrália, esta última apostada em aumentar a sua influência no sudeste asiático, é considerada. É observado o papel determinante dos EUA, no pós Guerra-Fria, em toda a região da Ásia-Pacífico, papel esse que obviamente não poderá ser menosprezado também em relação à questão timorense. São analisadas formas que propiciem um normalizar das relações entre Timor e Indonésia. É sustentada a tese de que, caso toda a diplomacia timorense recaia na sua relação com a Austrália, isso constituirá um cenário, a longo prazo, negativo para os interesses timorenses. 1999-10-01 / 1999-10-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0025 - Guerra Interminável? - Fernando Jorge Cardoso . O conflito militar em Angola, que opõe MPLA e UNITA, arrasta-se e está num impasse. Esta guerra, financiada pelos recursos naturais do país, parece não ter um fim à vista. O presente texto analisa todo o conflito civil angolano, desde a sua origem nos anos 70 do século passado até ao final desse mesmo século. 1999-10-01 / 1999-10-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0026 - Escutar Todas as Vozes - Sousa Jamba . Sousa Jamba reflete acerca do conflito civil angolano, nas suas causas, no problema da elite angolana que alimenta o conflito, no jogo de interesses das duas superpotências que fizeram crescer o monstro, contudo, este é um texto otimista. São apontados vários sinais de esperança. A cada vez menor aceitação do conflito por parte de uma juventude progressivamente mais esclarecida, a resistência por parte de uma elite intelectual cada vez menos submissa. 1999-10-01 / 1999-10-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0027 - Balcãs, as responsabilidades da Europa - Jacques Rupnik . É analisado o conflito dos Balcãs, o ressurgimento dos nacionalismos na Jugoslávia com o fim da Guerra-Fria, o regime de Milosevic, a intervenção da NATO que pôs fim aos massacres perpetrados. Permanecem em aberto a questão albanesa e a questão sérvia, cujas soluções serão vitais para o futuro pacífico da região. 1999-10-01 / 1999-10-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0028 - Boutros-Ghali e o Inimigo Americano - Marcello Duarte Mathias . É apresentado o livro "Unvanquished , A U.S.-U.N. Saga", as Memórias do ex-Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali. Trata-se de uma obra que permite obter uma panorâmica acerca do funcionamento da ONU vista por dentro. Boutros-Ghali foi, alegadamente, o primeiro Secretário-Geral da ONU a quem foi negada a possibilidade de cumprir um segundo mandato consecutivo, por exclusiva oposição dos EUA. A obra permite sentir a tensão entre o ex-Secretário Geral e o seu interlocutor privilegiado do lado americano, Madeleine Albright, documentando a postura americana, alegadamente cética, em relação ao multilateralismo. 1999-10-01 / 1999-10-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0029 - Austrália uma Reviravolta Estratégica - Teresa de Sousa . É analisado o posicionamento estratégico da diplomacia australiana nas últimas décadas do século XX. A aliança com a Indonésia – o vizinho gigante que importava não hostilizar – vem sendo, progressivamente, substituída ou, pelo menos, compensada pela necessidade de acompanhar a posição do ocidente a respeito da questão timorense. Para a Austrália, o dilema intensifica-se: ser uma nação asiática ou uma extensão do Ocidente na Ásia, eis a questão. 1999-11-01 / 1999-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0030 - A Dívida é Eterna? - Fernando Jorge Cardoso . São analisadas as políticas de perdão de dívida, encetadas pelos EUA, entre outros países ricos e FMI, face aos países pobres. São considerados os pressupostos de elegibilidade para se obter o perdão, bem como os impactos negativos e positivos deste tipo de medidas. 1999-11-01 / 1999-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0031 - O Arquipélago do Fim - Pedro Rosa Mendes . “A guerra roubou tudo aos angolanos. Roubou-lhes o futuro, o presente, o passado” com esta frase Rosa Mendes sintetiza a ideia-chave de todo o texto: Angola é um estado caótico, dilacerado pela guerra, uma das maiores tragédias da Humanidade. 1999-11-01 / 1999-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0032 - O Mundo visto pelos Americanos - Joana Amado . São apresentados os resultados da sondagem do Chicago Council que pretendeu aferir o que mais preocupa os americanos (divididos entre dois grupos: líderes e população em geral). Pode chegar-se à conclusão de que os americanos estão, de uma maneira geral, mais preocupados com os assuntos internos do que com os assuntos externos. Cada vez defendem menos a intervenção americana no mundo com o objetivo de garantir os direitos humanos ou impor a democracia. Caso essa intervenção se revele imprescindível, os americanos tendencialmente apoiam-na mais se esta estiver enquadrada numa resposta multilateral. 1999-11-01 / 1999-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0033 - Between Vengeance and Forgiveness: Facing History after Genocide and Mass Violence - Martha Minow . Neste livro Martha Minow analisa possíveis formas de uma nação ou estado lidar com passados traumáticos. Divide as soluções segundo a dicotomia vingança/ perdão e aponta vantagens e desvantagens em cada uma das abordagens. O livro está dividido em quatro capítulos: um sobre julgamentos, outro sobre comissões da verdade, outro sobre reparações pecuniárias e um sobre memória política. 1999-11-01 / 1999-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0034 - Baía dos Tigres, por Pedro Rosa Mendes . Nesta obra, Pedro Rosa Mendes, jornalista do PÚBLICO, relata a expedição por ele realizada, de Luanda a Quelimane (com breve passagem pela República Democrática do Congo), em 1997. As consequências da guerra são descritas pelos olhos de quem as viu. 1999-11-01 / 1999-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0035 - Cenários de Guerra Alargada - Fernando Jorge Cardoso . Angola está mergulhada num clima de total instabilidade motivado por fatores internos e externos. Ao sobejamente conhecido conflito interno que opõe MPLA e UNITA, numa luta pelo poder, junta-se a instabilidade externa, dos territórios vizinhos, principalmente a situação no Congo-Kinshasa. Este conflito, onde intervêm quer UNITA quer MPLA, é um verdadeiro conflito regional em que várias nações – Zimbábue, Namíbia, Uganda, Ruanda – escolhem o seu lado e fazem mergulhar a África Central no caos. 1999-12-01 / 1999-12-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0036 - O Futuro Chega em 2000 - Alfredo Valladão . A crise do real, que marcou o Brasil no final do século XX, abalou a confiança dos brasileiros relativamente ao caminho que estava sendo prosseguido de recuperação das finanças e da economia do país. Por essa altura, o real perdeu 60% do seu valor e os juros subiram para 50%. O país entrou num dilema: voltar às receitas fracassadas do passado assentes no velho cooperativismo ou prosseguir com as reformas necessárias à modernização do país e sua adaptação ao mundo de economia globalizada. 1999-12-01 / 1999-12-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0037 - Waging Peace – Israel and the Arabs at the End of the Century Itamar Rabinovich . Um olhar do diplomata israelita Itamar Rabinovich acerca das negociações de paz no Médio Oriente e das guerras entre Israel e os países árabes. 1999-12-01 / 1999-12-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0038 - The Destruction of a Nation - United States Policy toward Angola since 1945. George Wright . George Wright analisa as motivações da política externa dos EUA, em relação a Angola, nas presidências de Truman a Clinton. 1999-12-01 / 1999-12-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0039 - As Duas Mundializações, por Álvaro de Vasconcelos . É defendida a tese de que, no início do século XXI, a par da globalização económica que já vinha de trás, tendo em vista a resolução de muitos dos problemas que afetam o mundo e cujas soluções apenas encontram caminho pela via do multilateralismo, junta-se-lhe uma globalização política. O avanço tecnológico permitirá, ao longo do século XXI, o surgimento de uma opinião pública universal. 2000-01-01 / 2000-01-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0040 - Passado soviético, futuro russo, por Carlos Gaspar . É analisada a derrocada do Império Soviético, suas causas e consequências, bem como é providenciada uma narrativa sobre a transição pós-comunista e pós-imperial. São avançadas antevisões quanto ao que poderá ser o futuro da Rússia, sua estratégia de alianças e de desenvolvimento, que poderá assentar num caminho de modernização política e económica num processo de possível normalização democrática ou, em alternativa, na continuidade da beligerância autoritária. 2000-01-01 / 2000-01-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0041 - Conflitos Internos e Perspectivas de Paz, por Roberto Aliboni . São providenciadas uma definição e uma hierarquização de “conflito” com base no trabalho da Universidade de Uppsala, na Suécia, “The Conflict Data Project”. É realizada uma radiografia quanto à situação dos conflitos a sul do Mediterrâneo. Do lado positivo há a salientar duas guerras (Chade e Líbano) e um estado de beligerância (Israel versus Jordânia) que terminaram e um conflito de grande dimensão (Saara

Ocidental entre Marrocos e a Frente Polisário) que está suspenso. Negativamente, o começo de uma nova vaga de conflitos: o conflito entre o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) e a Turquia, o conflito que opõe os grupos islâmicos e o regime militar argelino e, ainda, o conflito entre Israel e o movimento religioso e nacionalista palestino. 2000-01-01 / 2000-01-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0042 - O Ano de todas as Negociações, por Alexandra Prado Coelho . O ano de 2000 iniciou-se com grandes expectativas relativamente ao alcançar da paz no Médio Oriente. Havia a expectativa de que Israel pudesse vir a assinar, no mesmo ano, tanto um acordo de paz definitivo com os palestinos como um acordo com a Síria, resolvendo assim a situação no Sul do Líbano. No lado sírio existe um sentido de urgência em se obter tal acordo de paz. O estado de saúde do presidente Hafez al-Assad piora e este pretende libertar o seu filho-sucessor do ónus de alcançar a paz com Israel. 2000-01-01 / 2000-01-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0043 - Guerras entrelaçadas, por Kieren Duarte Costa . O fim da Guerra-fria trouxe consigo um enorme retrocesso da ingerência das duas superpotências em África. Este vazio criado abriu a porta a uma política expansionista por parte das potências regionais. África do Sul, Angola, Nigéria, Zimbabué, Uganda e Ruanda, intensificaram, de uma maneira ou de outra, a competição pela supremacia regional. O acicatar das diferenças étnicas, bem como a corrupção e a manutenção de redes clientelares juntos das chefias militares, são instrumentos usados pelos governantes para se manterem no poder, técnicas maquiavélicas que, indubitavelmente, contribuem para o atraso do continente. São cada vez mais as vozes que defendem a necessidade da intervenção da comunidade internacional para restabelecer a paz e a ordem em África. 2000-01-01 / 2000-01-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0044 - Os Desafios Recorrentes, por fernando Jorge Cardoso . O grande problema que é o desenvolvimento económico e social do continente africano poderá ser resumido na seguinte frase: “sem Estado eficaz não há confiança, sem confiança não há investimento.” Quer isto dizer que, em ordem a se alcançar o desenvolvimento do continente, são vitais a construção e o reforço dos Estados democráticos com fortes e internacionalmente reconhecidas instituições democráticas. O autor elenca o funcionamento do sistema partidário e parlamentar e o respeito e promoção de uma imprensa livre (como condição essencial não só ao exercício da liberdade de expressão, mas também a um melhor controlo dos poderes) como prioridades. Para além disto, há a salientar a urgência quanto à efetivação da operacionalidade dos sistemas e mecanismos de regulação económica, bem como a criação ou o melhoramento de infra-estruturas e serviços que condicionam os investimentos. 2000-01-01 / 2000-01-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0045 - O Rumo Pós-Eleitoral da Hiperpotência Americana, por Alfredo Valladão . No dealbar do novo século, as eleições para a presidência dos E.U.A. colocam em evidência as duas correntes quase filosóficas que refletem sobre qual deverá ser o papel, no quadro da ordem internacional, da última superpotência restante. Enquanto que os democratas tendem a defender uma posição mais multilateralista em que os E.U.A. se assumem como o polo central, porém dialogante e construtor de pontes, de um mundo globalizado, os republicanos veem a América como um país mais apostado na perseguição do seu autointeresse que, nem sempre, corresponde ao interesse do mundo. A liberdade de comércio e a intervenção político-militar dos Estados Unidos como guardião de uma certa ordem planetária serão os temas-chave da primeira campanha presidencial americana do século XXI. 2000-01-01 / 2000-01-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0046 - A região sul e a defesa da Europa, por António Fuzeta da Ponte . Estrategicamente, Portugal experiencia uma certa indefinição ao não se saber, ao certo, se se trata de um país mediterrânico ou atlântico. O Mediterrâneo insere-se na designada “periferia sul” da NATO que se estende desde o Havai, nos E.U.A., até à Turquia. Nesse eixo, Portugal assume uma posição charneira. Se traçarmos um ponto intermédio entre a Europa e África e entre o limite oeste e o limite este da Aliança, esse ponto situar-se-á sobre Portugal. O controlo marítimo dos mares dá à Aliança grande vantagem estratégica face aos membros do Pacto de Varsóvia. Foi esta constatação que levou a NATO a apostar numa “defesa marítima avançada”, com o intuito de capitalizar a desvantagem soviética no plano marítimo. De um modo geral, o mundo joga-se no mediterrâneo, ponto de convergência das crises e dos antagonismos Leste-Oeste, Norte-Sul. 1988-12-15 / 1988-12-17

D. PT/ADN/IEEI/006/0047 - Toward conventional stability, por Alton Keel JR. Alton G. Keel, Jr., representante dos EUA no Conselho do Atlântico Norte, providencia um balanço de algumas das questões mais prementes com que a NATO teve de lidar durante o ano de 1988. É visível que a questão do desarmamento nuclear está muito presente. Neste documento, é já bem notório um clima de desanuiamento entre as superpotências. Para o futuro, Keel, Jr. elenca como prioridades da NATO, em primeiro lugar, procurar uma partilha mais equitativa dos encargos entre EUA e a Europa, com acréscimo do peso desta, em segundo lugar, consciencializar a opinião pública, cada vez mais reticente, quanto à necessidade da NATO em manter um arsenal nuclear moderno e dissuasor, em terceiro lugar, continuar a encorajar a mudança na Europa de Leste, bem como a defesa dos princípios norteadores da liberdade e da democracia. Nesse sentido, a NATO continuará a pressionar a URSS,

nomeadamente, solicitando a redução das divisões de tanques presentes junto da fronteira com a Europa Ocidental. 1988-12-15 / 1988-12-17

D. PT/ADN/IEEI/006/0048 - O Preço do Realismo Ocidental - Carlos Gaspar . São analisadas as causas da segunda guerra entre a Rússia e a Chechênia. Tudo aponta para que Moscovo tente, com esta invasão, impedir que a Chechênia ganhe força e apoios na região, nomeadamente o Daguestão e a Inguchétia, pondo em causa a influência russa na Transcaucásia. Desenganam-se os que pensam que, à imagem do sucedido com o Kosovo e com Timor, o Ocidente intervirá – os países ocidentais evitarão, a todo o custo, um conflito no antigo espaço da URSS. No texto é narrada a história da integração das comunidades islâmicas do Cáucaso na Rússia. Hoje, os chechenos são o que se considera uma “nação sem Estado”. 1999-12-01 / 1999-12-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0049 - Começou a Era Putin, por João Luís Soares . São analisadas as condicionantes da expectável nova presidência de Putin na Rússia. A seu favor, o facto de, pela primeira vez na história democrática russa, as forças do centro e da direita – que rejeitam o comunismo – terem conseguido uma maioria na câmara baixa (Duma), possibilitando, assim, importantes reformas. Por outro lado, enquanto Primeiro-ministro de Ieltsin, e na sequência dos ataques terroristas perpetrados em Moscovo, ordenou uma campanha militar na Chechênia que lhe conferiu grande apoio popular. Caso se torne presidente, terá importantes desafios como sejam a luta contra a megacorrupção e a criminalidade organizada e a modernização da economia russa. 2000-12-01 / 2000-12-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0050 - Esquecer Seattle, por Vera Thorstensen . O presente texto aborda a retoma das atividades de negociação da Organização Mundial de Comércio – OMC – após o impasse gerado em Seattle, quando a Conferência Ministerial, órgão máximo da OMC, não conseguiu lançar mais uma ronda de negociações multilaterais, a Ronda do Milénio. O impasse ficou a dever-se, essencialmente, aos interesses conflitantes dos membros desta organização. 2000-12-01 / 2000-12-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0051 - As duas faces de Janus, por Luís Filipe Lobo Fernandes . Trata-se de uma reflexão acerca dos prós e contras do processo de globalização. Às (prometidas) prosperidade económica, integração internacional favorável à emergência de uma sociedade civil global mais solidária e ao esbatimento de tendências nacionalistas e etnocentristas, contrapõem-se a insegurança económica e uma dinâmica de centralização favorável às economias dominantes, com o concomitante agravamento das assimetrias existentes entre ricos e pobres. 2000-12-01 / 2000-12-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0052 - O Milagre da Vida Normal, por Mark Heller . É sustentada a tese de que, apesar de, realisticamente, ser muito pouco provável um normalizar completo das relações israelo-palestinianas, estas caminham para um estágio de distensão, com uma reordenação de prioridades e um redireccionamento de recursos e energias para fins mais produtivos para ambos os povos. O autor designa este processo de substituição gradual das políticas de identidade pelas políticas de interesse. Ao nível europeu, a Parceria Euromediterrânica apresenta-se como o mecanismo da UE para a promoção de relações internacionais de cooperação na zona mediterrânica, tendo uma intervenção no processo de paz israelo-palestiniano. 2000-12-01 / 2000-12-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0053 - Como Sair do Líbano?, por May Chartouni-Dubarry . São analisadas as relações estratégicas entre Israel e a Síria. A Síria influencia a política externa do estado libanês, formando-se, assim, um triângulo complexo assente em três pontos – Israel, Síria e Líbano. Mas mesmo a Síria não “joga” sozinha, sendo conhecido o ascendente que o Irão exerce nas suas decisões estratégicas. Grande parte das perdas humanas anuais, no seio do exército israelita, acontece às mãos do Hezbollah libanês, profundo conhecedor dos mais sofisticados métodos de guerrilha. Em Israel, o establishment político-militar acredita que, para garantir a paz na fronteira norte, é necessário, primeiro, atingir-se um acordo com Damasco. 2000-12-01 / 2000-12-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0054 - A Atração do Ocidente, por Catherine Wenden . São analisadas, numa perspetiva comparada, as tendências de imigração para a Europa. É sustentada a tese de que as causas da migração se relacionam menos com os países de partida e mais com as condições de vida nos países de acolhimento. Assim, a médio prazo, a pressão migratória, na Europa, apenas poderá diminuir com a modernização dos países em desenvolvimento e concomitante melhoria das condições de vida nesses países. No curto prazo, a demografia, a pobreza, as violações dos direitos do homem, os conflitos étnicos e o desejo de mobilidade, em muitos países do mundo, vai manter a pressão migratória para o Ocidente, e em particular para a Europa, em níveis muito elevados. 2000-12-01 / 2000-12-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0055 - Mais Brasil, mais Mercosul - Entrevista a Luiz Felipe Lampreia . É apresentada uma entrevista ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Felipe Lampreia. São analisadas as relações externas do Brasil nos seus diferentes patamares – relações bilaterais luso-brasileiras, relações entre o Brasil e seus parceiros do Mercosul, relações entre o Brasil e os E.U.A., Europa Ocidental, ONU e G7. 2000-04-01 / 2000-04-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0056 - Catástrofe de Estado, por Fernando Balthazer de Lima . É exposta uma alegada inoperacionalidade do Estado moçambicano, face às cheias do início do ano de 2000, que assolaram esse país. São relatados casos chocantes como sejam militares a envolverem-se no roubo de gado e outros pertences, em regiões abandonadas pela catástrofe ou, no aeroporto de Maputo, burocratas de serviço, aparentemente mais preocupados em cobrar taxas aos helicópteros de auxílio sul-africanos do que em agilizar as suas missões de socorro às populações. Perante este cenário, o Governo viu-se forçado a abrir mão da coordenação para os organismos internacionais. Mas as falhas institucionais não se ficam por aqui. São evidentes as lacunas nos sistemas de drenagem, por falta de manutenção. Andou mal também a SADC, com meios aéreos de Angola e do Zimbabwe a não poderem ser utilizados no auxílio às vítimas das cheias por estarem destacados em operações militares. . 2000-04-01 / 2000-04-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0057 - Crianças Mais Longe da Guerra, por Catarina de Albuquerque . Seis anos após a adoção, pela ONU, da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), em 1994, foi possível apresentar um Protocolo a essa Convenção que reforça os mecanismos da proibição da participação das crianças em conflitos armados, nomeadamente estabelecendo os 18 anos como idade mínima para o recrutamento forçado e para a participação direta em hostilidades (contra os vergonhosos 15 anos da CDC). Contudo, este documento enferma de coerência ao produzir uma distinção, em função da integração da criança num grupo armado, governamental ou não, sendo que, no primeiro caso, permite o recrutamento voluntário de crianças com 16 ou mais anos de idade. À data do artigo, mais de 300 000 crianças, com menos de 18 anos, eram utilizadas em mais de 30 conflitos armados pelo mundo inteiro, algumas com menos de 10 anos de idade. 2000-04-01 / 2000-04-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0058 - Angola: Uma Política Alternativa, por Álvaro de Vasconcelos . É denunciada uma nova estratégia, por parte da comunidade internacional, relativamente ao conflito civil angolano que, alegadamente, passará pelo posicionamento desta ao lado do Governo, abandonando a posição equidistante. A ideia será que a paz só poderá ser alcançada levando a guerra até ao fim, isto é, até à derrota total da UNITA. Ora, esta estratégia é criticada. É sustentada a ideia de que a comunidade internacional deve apoiar, exclusivamente, o povo angolano, vítima da guerra e que deve bater-se por uma saída democrática para o conflito. 2000-05-01 / 2000-05-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0059 - Voto pela Mudança, por Carlos Cardoso . Neste texto é feita uma análise das eleições presidenciais guineenses de 1999/2000. Após a segunda volta que decorreu a 16 de janeiro de 2000, Kumba Yala, o candidato da mudança, ganhou as eleições com 72% dos votos contra os 28% do candidato do PAIGC, Malam B. Sanhá. Tudo indica que, na mente do eleitorado, a vontade de mudança política se sobrepôs às questões étnicas. 2000-05-01 / 2000-05-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0060 - Do Apartheid ao Arco-Íris, por Paulo Bessa . É explicado o novo enquadramento institucional que rege a África do Sul pós-apartheid. Procurou-se, a todo o custo, evitar tensões raciais. A Constituição de 1996 foi desenhada tendo por objetivo a preservação da multiculturalidade e o equilíbrio do poder entre diversos patamares de governação. Mandela, ciente de que, em ordem a se evitarem as tensões étnicas é mais importante melhorar as condições de vida dos negros do que erodir as condições dos brancos, promoveu uma política de combate às desigualdades pelo empowerment dos negros, os mais desfavorecidos. Na África do Sul saída do apartheid, a etnicidade - utilizada no passado para segregar - foi mantida como um fator positivo na nova democracia. 2000-05-01 / 2000-05-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0061 - A Separação já aconteceu, por Jacques Rupnik . Com a intervenção da NATO no Kosovo foi possível travar o genocídio étnico do regime de Belgrado, contudo a situação está longe de se encontrar normalizada. Não existe um estado de direito que imponha a ordem e um clima de segurança interna. O que há é um vazio institucional que permite a perpetuação de uma lógica de vingança e onde os conflitos étnicos estão sempre presentes. Os confrontos armados na zona fronteiriça entre a Sérvia e o Kosovo, a questão do Montenegro bem como a escalada da violência em Mitrovica são questões preocupantes e Milosevic mantém-se no poder com elevada capacidade de desestabilizar a região. 2000-05-01 / 2000-05-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0062 - Para que Servem as Sanções, por Geroge Joffé . Neste texto é analisado o impacto dos dez anos de sanções, impostas pela comunidade internacional, ao regime de Saddam Hussein. O balanço mostra-se negativo. Quem mais sofre é a população comum, a classe média e baixa, às quais tudo falta. A mortalidade infantil triplicou durante os anos das sanções. Já a classe alta vai conseguindo obter o que necessita, graças ao contrabando e à solidariedade dos países árabes.

Para além disto, tal como aconteceu em outros países, as sanções tiveram o efeito perverso de acicatar o nacionalismo e, assim, reforçar politicamente o regime, exatamente o oposto do que se pretendia. 2000-05-01 / 2000-05-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0063 - Derrota Humilhante do Kuomintang, por João soares . Neste texto são analisadas as repercussões da vitória, pela primeira vez em cinquenta anos, de um candidato da oposição, em Taiwan. Chen-Shui-hian apresenta uma posição política profundamente pró-independência, algo que perturba Pequim. Os dirigentes chineses, desde Mao-Tse-tung, nunca aceitaram a existência de um reduto nacionalista em Taiwan, considerando que, a seu tempo, esta região terá de abandonar as pretensões independentistas. A recuperação da soberania de Hong-Kong e de Macau reforça a posição da China relativamente à questão de Taiwan. 2000-05-01 / 2000-05-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0064 - Partilhar o Ouro Azul, por Luís Ferreira . Neste texto são explorados os esforços encetados pela ONU em ordem a criar-se um desenvolvimento progressivo de codificação das regras de direito internacional relativas à política dos usos dos rios internacionais. A “Convenção das Nações Unidas sobre o direito dos usos diversos da navegação dos cursos de água internacionais” é a mais recente iniciativa mas a sua aceitação pelos Estados não se mostra fácil. Este trabalho iniciou-se nos anos 70, contudo, devido ao fraco empenho de alguns países, tradicionalmente pouco engajados com os mecanismos de cooperação internacional, mas também devido à desigualdade de repartição das disponibilidades de água, tem-se revelado um desafio hercúleo. No futuro, a escassez de água aumentará. Por isso é fundamental criar-se um quadro regulatório suficientemente robusto capaz de evitar conflitos. 2000-05-01 / 2000-05-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0065 - Uma Opção Militar Polémica, por Miguel Monjardino . Os E.U.A. pretendem construir um sistema de defesa anti-mísseis balísticos capazes de os defenderem de um ataque de mísseis provenientes dos inimigos Coreia do Norte, Irão e Iraque que, julgam, em poucos anos, estes poderão desenvolver. O projeto levanta objeções em vários pontos do globo. A Rússia alerta que o sistema viola o tratado ABM, assinado pelos EUA e a URSS em 1972. China vê aqui um crescendo da influência e poderio americanos na Ásia, o que lhe desagrada. UE teme a retomada da corrida ao armamento por parte da Rússia e, ainda, que este seja o primeiro passo para o fim das responsabilidades nucleares dos E.U.A. na Europa. 2000-06-01 / 2000-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0066 - Memórias de Putin, por Carlos Gaspar . Neste texto é providenciada uma reflexão acerca da previsível estratégia do recém-eleito presidente da Federação Russa, Vladimir Putin. A sua tomada de posse, em linha com o que já havia acontecido com a tomada de posse de Boris Iéltsin, parece indicar uma rutura com os símbolos do passado soviético. Quanto aos desafios estratégicos, estes predem-se, essencialmente, com a recuperação da força do Estado, que terá de passar pelo enfraquecimento do poder dos governos regionais, e com o posicionamento internacional, com o devido realçar na opção, já conhecida, pela definição do Ocidente como uma ameaça e pela valorização do estatuto da Rússia como potência nuclear. 2000-06-01 / 2000-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0067 - Mugabe Vota na Intimidação, por Pedro Rosa Mendes . Mora no Zimbabwe uma das mais brutais ditaduras do mundo. O régimen de Robert Mugabe é composto por uma pequena e envelhecida elite militar da confiança do ditador que, tal como o chefe, tudo fará para se perpetuar no poder. Em termos económicos, o país está miserável. A política de ocupação dos latifúndios, a corrupção e os gastos em armamento quebraram as finanças públicas e afastaram os investidores. Entre 1991 e 1998 o rendimento per capita desceu de 760 para 430 dólares. A inflação é galopante e o desemprego afeta metade da população ativa. Neste país as eleições são, naturalmente, uma farsa. 2000-06-01 / 2000-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0068 - A Propósito da Serra Leoa, Por Fernando Jorge Cardoso . O conflito militar da Serra Leoa é demonstrativo de muitos dos conflitos que assolam o continente africano na modernidade. São guerras provocadas por milícias motivadas por uma vontade de enriquecerem através do controlo dos recursos – no caso da SL os diamantes – o que faz com que o arrastamento destes conflitos no tempo seja um objetivo em si mesmo. Existem também interesses externos na perpetuação deste estado de coisas - empresas de segurança (mercenários), comerciantes de armas, quer operando em mercados legais ou em redes mafiosas. Os métodos são muito violentos e as clivagens internas são instrumentalizadas. A Comunidade Internacional tem de se unir para pôr cobro a estes crimes contra a Humanidade. A ONU deve ter um mandato e meios claros e suficientes que lhe permita atuar eficazmente. 2000-06-01 / 2000-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0069 - Partidos Procuram Novos Líderes, por Manuel Delgado . Os dois principais partidos de Cabo Verde – MpD e PAICV – estão num momento de mudanças internas. A geração política que assumiu o período da consolidação da independência está de saída. Para além disto, a hegemonia do MpD, que marcou a política cabo-verdiana durante os anos 90, dá mostras de um claro abrandamento. 2000-06-01 / 2000-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0070 - Nacionalismo identitário e identidades pós-nacionais, por Diogo Pires Aurélio S.d.. Vive-se, hoje, um tempo que alguns designam de “pós-nacionalidade”. Quer isto dizer que um conjunto de fatores - dependência e integração económicas, mobilidade demográfica, avanço exponencial da comunicação - permitem que o peso que as delimitações geográficas tinham no passado se esbata fortemente. Contudo, ainda não é possível conceber o mundo fora da lógica dos Estados e das Nações. Pensadores, de entre os quais se destaca Habermas, têm avançado a hipótese de que um território espiritual de valores - assente na defesa da Democracia e dos Direitos Humanos - virá, progressivamente, a tomar o lugar do nacionalismo territorial no coração dos homens. Todavia, é precipitado falar-se no fim do Estado-nação, devendo antes falar-se de uma ordem mundial, multilateral e pacífica.

D. PT/ADN/IEEI/006/0071 - A segurança europeia e os factores de multipolaridade mundial, por Álvaro de Vasconcelos . A lógica bipolar que imperou no mundo desde o final do segundo conflito mundial parece, no final dos anos 80, estar a abrandar, crescendo a perceção de que o mundo caminha para um multilateralismo assente na preponderância dos blocos regionais e da própria ONU. Sinais de enfraquecimento das duas superpotências são analisados. Tenta entender-se se estes sinais confirmam a teoria do “Fim da História” e que papel poderá desempenhar Portugal neste novo mundo que se avizinha. 1989-11-09 / 1989-11-11

D. PT/ADN/IEEI/006/0072 - Novas Ameaças, por Álvaro de Vasconcelos . No mundo pós-Guerra Fria, a ausência de ameaças externas levou ao surgimento de uma perceção de novas ameaças – ancoradas em questões da alçada da ação judicial – instrumentalizadas por forças políticas às quais convém fomentar um discurso securitário. Os fenómenos do tráfico de droga, da criminalidade organizada, do terrorismo, do crime informático e da imigração ilegal são usados por políticos populistas para porem o acento na segurança e não na liberdade, substituindo a diversidade pela identidade. 2000-07-01 / 2000-07-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0073 - A Palestina é Viável?, por Margarida Santos Lopes . Este texto procura responder à questão se um Estado palestiniano é um projeto viável. Parte-se do princípio de que, por ação de Israel, a Palestina não passa de uma nação sem contiguidade territorial, sem recursos de água e cujos territórios estão cercados por um "cordão sanitário" de colonatos judeus. Em termos económicos a Palestina está na dependência de Israel que, durante muito tempo, procurou desencorajar o desenvolvimento palestiniano - para iniciar uma atividade económica os empresários palestinos têm de requerer licenças às autoridades israelitas; a importação de matérias-primas, essenciais para o desenvolvimento palestiniano, é limitada por Israel. 2000-07-01 / 2000-07-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0074 - Guerra e Paz, por Alex Vines . Este texto faz um ponto da situação do conflito civil angolano. Em 1998 o conflito entrou num quarto período de guerra aberta com pesados custos humanos. O governo parece estar a ganhar vantagem face à UNITA. O respeito pelos direitos humanos permanece fraco mas a sociedade civil e a igreja apresentam-se mais interventivos em defesa do diálogo. O mundo alinha-se, regra geral, com Eduardo dos Santos. O Conselho de Segurança da ONU considera que a UNITA de Jonas Savimbi é a principal causa dos problemas de Angola. 2000-07-01 / 2000-07-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0075 - Empresas Portuguesas: Como Internacionalizar, por Vasco Eiriz . O presente texto apresenta um estudo levado a cabo com o intuito de se apurar o grau de internacionalização das empresas portuguesas. Chegou-se à conclusão de que estas, de um modo geral, se encontram ainda numa fase de internacionalização pouco avançada. São providenciadas algumas sugestões que visam ajudar estas empresas a enfrentar o desafio da globalização. 2000-07-01 / 2000-07-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0076 - A Oposição Veio para Ficar, por Fernando Balthazar de Lima . É analisada a eleição presidencial moçambicana de 1999. Assistiu-se a uma aproximação entre o incumbente Joaquim Chissano, da Frelimo, e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama. É apontada uma ostentação de meios por parte da Frelimo – feita, aparentemente, às custas do Estado e que contrastou com a sobriedade da Renamo – como uma das causas que terá enfraquecido politicamente Chissano. Nestas eleições, quer a Comissão Nacional de Eleições (CNE) quer o Tribunal Supremo (TS) envolveram-se em polémicas. 2000-02-01 / 2000-02-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0077 - Petróleo em Tempo de Guerra, por Ana Paula Fernandes . Com o fim da Guerra-fria, a política externa estado-unidense deixou de ser feita numa base essencialmente ideológica para passar a ser feita segundo uma agenda mais economicista. Por conseguinte, assiste-se ao surgimento de uma aliança entre os interesses estratégicos da diplomacia e os das grandes empresas americanas. Esta mudança de paradigma pode ser vista também em Angola. De uma forma mais ou

menos evidente, Washington tem feito depender o seu apoio ao governo de Eduardo dos Santos em função do bom acolhimento deste em relação às empresas americanas, principalmente, às petrolíferas. 2000-02-01 / 2000-02-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0078 - A Força dos Direitos do Homem, por Paula Escameia . A 17 de Julho de 1998, em Roma, foi aprovado, sob a forma de Tratado Internacional, o Estatuto do Tribunal Penal Internacional. Nesse dia, aquela que, durante muitos anos, havia sido uma utopia passou a ser uma ideia concreta e realizável: o poder subordinado aos direitos humanos. Desde, pelo menos, o início do século XX que havia quem idealizasse a criação de um Código Penal Internacional e correspondente Tribunal, porém, sem grande implementação prática (apenas se tinha avançado em casos isolados como o tribunal de Nuremberga e de Tóquio). No dealbar do século XXI, definitivamente, foi aceite o ideal de que a soberania não pode impedir o respeito pelos direitos mais básicos dos seres humanos. Portugal teve contribuições positivas neste processo, tendo estado na origem de propostas que vieram a reunir consenso. 2000-02-01 / 2000-02-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0079 - O Verdadeiro Bug do Milénio, por Carlos Lopes . Ironicamente, é referido que o verdadeiro bug do milénio (falha informática causada pela passagem do ano 1999 para 2000) é a impossibilidade de continuar a ignorar-se África. Com uma população jovem e a aumentar velozmente, o continente africano ditará o futuro da Humanidade. O acesso à informação, nomeadamente, às novas tecnologias de informação constitui uma ameaça, a médio prazo, intransponível para os regimes autocráticos africanos. 2000-02-01 / 2000-02-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0080 - Chile: O Regresso ao Futuro, por Alexandra Barahona de Brito . É analisado o enquadramento que definirá as limitações da presidência de Ricardo Lagos Escobar, no Chile. Será o primeiro socialista no palácio presidencial depois do derrube violento de Salvador Allende, pelo general Pinochet, em 1973. Contudo, desenganam-se aqueles que pensam que este será o regresso do “allendismo”. Lagos, ao contrário de Allende, defende o capitalismo – um capitalismo com “rosto humano” – para além de que necessita da ala direita política para avançar com as reformas constitucionais que ele deseja concluir. Por outro lado, se for demasiado brando em relação ao passado autocrático, perderá credibilidade e apoios no setor esquerdo. Será este equilíbrio que, em última análise, definirá a sua presidência. 2000-02-01 / 2000-02-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0081 - Apresentação do livro "L'Avenir de la liberté La démocratie dans la mondialisation", Jean-Marie Guéhenno, por Maria João Seabra . Jean-Marie Guéhenno reflete acerca do mundo saído da Guerra Fria e do colapso da URSS. Nega o fim da História. Segundo ele, a democracia não é um estado natural para o qual tende a sociedade humana. A presente globalização traz consigo importantes desafios, quer à liberdade quer à democracia. A UE é apontada como um exemplo de um espaço político de cidadania onde a integração deixa de ter um espaço geográfico preciso. Um local propício à criação dos novos cidadãos da globalização. 2000-02-01 / 2000-02-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0082 - Pluralismo em Política Internacional, por Álvaro de Vasconcelos . Neste texto é apresentada uma postura ideológica antidogmática e que defende uma atitude pluralista, assente no espírito crítico, no que concerne à análise da política internacional. No tempo da Guerra fria, ideologicamente bipolarizada, quem apresentasse posições dissonantes acerca da condução da política externa do seu país era conotado como antipatriota, sendo hoje os pensamentos críticos muito mais bem aceites. 2000-08-01 / 2000-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0083 - Eça de Queiroz, Cronista Internacional, por José Calvet de Magalhães . Neste texto faz-se o elogio da coletânea de crónicas que Eça de Queiroz escreveu acerca dos assuntos políticos e sociais do final do século XIX. Estes textos, imbuídos da ironia que distingue a obra queirosiana, revelam o profundo conhecimento que Eça detinha acerca da política internacional a nível mundial. É possível ver o mundo do final do século XIX pelos olhos de Eça. A título de exemplo, o absolutismo do czarismo russo é fortemente criticado, assim como o é a indiferença da Europa perante a ocupação inglesa do Egipto. 2000-08-01 / 2000-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0084 - A Sociedade Informacional segundo Castells, por Luís Moita . Neste texto é provida uma reflexão acerca da obra "The Information Age-Economy, Society and Culture" de Manuel Castells. Na referida obra, é avançado o conceito de “sociedade informacional” para designar uma nova sociedade em que a informação está na génese de um novo modelo de desenvolvimento: a produtividade está assente na informação e na geração de conhecimento. Para Castells, um aspeto-chave para se entender esta transformação societal encontra-se no predomínio das redes que são essenciais para possibilitarem e agilizarem o processo de globalização. Segundo o autor, a queda da URSS ficou a dever-se ao bloqueio político e económico que impediram o florescimento da criatividade cultural e a mobilidade social suscetíveis de produzirem uma inovação tecnológica, por outras palavras, o comunismo falhou na passagem da sociedade industrial para a sociedade informacional. 2000-08-01 / 2000-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0085 - A Indonésia - Liberta, em Cativoiro, por Ana Gomes . Neste texto é apresentado o livro *The Mute's Soliloquy – a Memoir*, de Pramoedya Ananta Toer. Esta obra, que o San Francisco Chronicle disse fazer lembrar Albert Camus “pela habilidade de confrontar questões monumentais no seu plano mais elementar”, oferece ao leitor um retrato da Indonésia da segunda metade do século XX, com as suas convulsões sociais e políticas, a corrupção e a ignorância das suas elites, a crueldade das suas prisões, a perversão do sistema militar, mas também a solidariedade humana, visível em situações extremas como as vividas numa colónia penal. Pramoedya é também autor de “Quarteto de Buru”, visto por muitos críticos literários internacionais como uma das grandes criações literárias do século XX e que narra o despertar do povo indonésio contra o colonialismo. Pramoedya Ananta Toer é um resistente que conseguiu, ao longo da sua vida, a proeza de ser preso por três sistemas autoritários distintos: o império holandês, o régimen de Sukarno e o régimen de Suharto. 2000-08-01 / 2000-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0086 - Ascensão e Queda do Islão Político, por George Joffé . Neste texto é apresentado o livro *Jihad: Expansion et déclin de l'Islamisme* de Gilles Kepel. Trata-se de uma investigação que propõe entender o fenómeno do islamismo político no mundo muçulmano. É sustentada a tese de que, em última instância, o islamismo político não é um projeto viável pois não se mostra compatível com a complexidade social e política, cada vez mais presentes no mundo moderno. A resposta do islamismo extremista a um mundo plural e conotado como ímpio – a Jihad – afastou de si o apoio da classe média que, originalmente, havia permitido a agenda do islamismo político. 2000-08-01 / 2000-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0087 - Acabar com os Homicídios Legais, por Victor Nogueira . Neste texto é apresentada a evolução positiva da noção de pena de morte por parte da comunidade internacional que, cada vez mais, a define como um instrumento de violência e poder e não de justiça. São, apesar disso, ainda muitos os países a manter este sistema, sobretudo no Médio Oriente/Norte de África e na região Ásia e Pacífico, sendo os únicos países desenvolvidos a fazê-lo os Estados Unidos e o Japão. É ainda apontada a relação entre a extinção deste tipo de pena e a redução da criminalidade e a ideia de que, apesar de a abolição da pena de morte não poder nunca ser considerada definitiva, é indispensável que o mundo acabe com tais “homicídios legais”. 2000-10-01 / 2000-10-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0088 - Saddam Volta ao Ataque?, por George Joffé . O autor do texto interroga-se sobre a razão das atitudes de Saddam Hussein, nomeadamente, as declarações hostis contra os países vizinhos – Koweit, Arábia Saudita, Irão - dado que, por um lado, a subida de preços do petróleo o favorece, sendo que, por outro, uma nova guerra não lhe conviria. Cotejando a atual fase de eleições norte-americanas com a fase idêntica de há quatro anos, salienta que, em ambas, estando os americanos centrados na política interna, Saddam provoca, sobretudo, Koweit e Arábia Saudita, numa mera atitude de se assumir e sem intenções bélicas. Segundo o autor, o dirigente iraquiano pretende também quebrar a barreira das sanções – tal como o fez já com um grupo de homens de negócios russos e um avião proveniente de França que aterraram no aeroporto Saddam Hussein -, mostrando-se improvável que a hostilidade demonstrada seja real, já que um conflito armado deitaria tudo a perder. Para o autor, é tempo de a comunidade internacional repensar as suas políticas para com o Iraque o que, num ano de eleições nos EU, não deverá acontecer. 2000-10-01 / 2000-10-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0089 - Putin Sobreviveu ao Kursk, por Luísa Meireles . Vladimir Putin passou de discreto funcionário russo ao supremo poder em menos de um ano com a imagem de salvador da nação criada pela sua máquina de propaganda. Sobreviveu à primeira tragédia – afundamento do submarino Kursk com 118 vidas a bordo -, fortalecendo a sua posição de líder. Esta tragédia, contudo, não revelou apenas as deficiências da conduta do líder perante a tragédia, fez também emergir uma opinião pública que ousa pedir contas e que, pela primeira vez, fez um chefe de estado falar durante seis horas sobre o que se passara. Outras tragédias aconteceram como consequência de anos e anos de negligência, tendo a Rússia batido no fundo. Todavia, Putin, ex-diretor do FSB, sucessor do KGB, recebeu daí os seus quadros e ensinamentos. Tem um programa e está a tentar cumpri-lo, reerguendo um país mais próximo do Terceiro Mundo do que do Ocidente. 2000-10-01 / 2000-10-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0090 - Vale a Pena Negociar com Savimbi?, por Gerald Bender . Chegam apelos de várias partes, da ONU às Igrejas angolanas, pedindo que se iniciem com a maior brevidade possível as negociações com vista ao fim da guerra civil em Angola. Será, contudo, que a UNITA quer mesmo a paz? Tudo leva a crer que Savimbi não quer a paz mas sim o poder. No passado, Savimbi lutou pelas suas causas – contra o colonialismo, contra a ajuda soviética, contra o partido único, a favor de eleições democráticas, pela incorporação de membros do seu povo no Governo. Hoje o seu povo é a principal vítima dos ataques. Por outro lado, o Governo rejeita qualquer crítica, considerando os seus críticos apoiantes da UNITA, o que não é verdade, sendo um facto que não têm sido criadas as condições necessárias para melhorar a vida dos mais carenciados. 2000-10-01 / 2000-10-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0091 - A Resistência da Língua Portuguesa, por João Domingues . A língua portuguesa, sendo a terceira da Europa ocidental mais falada em todo o mundo, tem um valor económico, cultural e político que não deve ser descurado. Apesar disso, não há uma verdadeira política da língua, mesmo no seio da CPLP onde o que se verifica é um vazio de intenções. Então, por que razão a língua portuguesa, tal como a castelhana, tem vindo a aumentar o número total de falantes, enquanto as línguas inglesa, francesa, alemã e italiana vêm diminuindo? Segundo o autor, a explicação está no facto de as maiores concentrações de falantes de português e de castelhano estarem na América Central e do Sul onde a taxa de natalidade não diminui. Em relação à língua portuguesa, há ainda os fatores da expansão e posterior descolonização, acrescidos de uma maior facilidade de aprendizagem da língua em confronto com o alemão e o holandês. Assim, apesar das diferenças e variações, a língua portuguesa continua viva em vastas e descontínuas áreas em todo o mundo. 2000-10-01 / 2000-10-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0092 - A Revolta dos Árabes Israelitas, por Mark Heller . Os violentos protestos dos árabes israelitas contra o seu próprio Estado não se explica apenas pela solidariedade dos mesmos em relação aos palestinianos. É certo que os árabes israelitas apoiam os palestinianos na oposição destes à ocupação israelita da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, bem como no seu desejo de estabelecimento de um estado independente. Há, no entanto, outra fonte de desespero que resulta da frustração face à incapacidade de ser conseguida uma maior igualdade e mais completa integração. Tal aspiração confronta-se com três obstáculos – a recusa dos israelitas em aceitar não-judeus como parceiros iguais, o conflito israelo-palestiniano e a inexplicável discriminação sócio-económica. 2000-11-01 / 2000-11-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0093 - Política Externa: Intervir ou não, a (Falsa) Questão, por Nuno Filipe Brito . O debate sobre política externa entre os candidatos Gore e Bush à presidência dos EUA tem sido morno e convergente. Há um objetivo claro que é o da preservação do poderio político, económico e militar do país. Na identificação das áreas do mundo onde estão em causa os interesses americanos, os candidatos não divergem – Médio Oriente, Europa e Ásia –, sendo apenas acrescentada por Bush a América Latina. Em relação ao Médio Oriente, ambos estão de acordo na defesa de Israel e numa maior atenção ao Iraque. No tocante à Europa, há a fricção da instalação do sistema de defesa contra mísseis balísticos. Ambos os candidatos se mostraram cautelosos, quer em relação ao auxílio externo quer ao perdão da dívida de países sub-desenvolvidos. Quanto a Portugal, houve o elogio por parte de Bush sobre a forma como foi tratada a questão de Timor-Leste. 2000-11-01 / 2000-11-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0094 - Democracia à Prova de Eleições, por Marie Mendras . Na primeira eleição de Vladimir Putin, houve fraude e manipulações apesar de a vitória estar assegurada e de ele ser o sucessor indicado pelo líder cessante. O último mandato de Boris Ieltsin, embora revestido de uma aparência de democracia, abriu as portas à desordem fiscal, à incúria burocrática, à ascensão dos poderosos “oligarcas”, o que desregulou o sistema político e económico. O novo primeiro-ministro, beneficiado pelo início de uma segunda guerra na Tchetchénia, viu reforçada a confiança dos seus eleitores e soube mostrar-se ao povo, nos primeiros meses do conflito, como um chefe de Governo firme e seguro. A guerra foi continuando e, chegado o final do mandato, já não servia de argumento para a nova campanha eleitoral. Foi então criado um partido, pressões várias foram eliminando a concorrência e, na parte final da campanha, Putin já nem precisava de intervir tal era a certeza da vitória, embora as inúmeras fraudes praticadas fossem uma realidade. Outra realidade é a de que, no contexto em causa, face às pressões, às irregularidades, à manipulação da opinião pública, tais eleições são uma mera formalidade. 2000-11-01 / 2000-11-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0095 - Começar de Novo, por Fátima Roque . A guerra civil em Angola adiou, inviabilizou os projetos durante um quarto de século, fase marcada pela guerra, pela repressão, pela intervenção estrangeira, má gestão da economia, corrupção, mais de um milhão de angolanos mortos, deslocados, refugiados... O que se impunha era a correção dos erros cometidos pelo regime colonial. Ao invés, verificou-se a perpetuação das falhas e o cometimento de novos e graves erros. Tudo fracassou, apesar do esforço das Nações Unidas no sentido da transição da guerra civil para o desenvolvimento sustentado. Tudo fracassou. Nada será possível sem a paz. É necessário compreender a diversidade e será essa a força nacional. É necessário estabelecer a confiança nos governantes, entre todos. É necessário saber perdoar. 2000-11-01 / 2000-11-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0096 - Uma Casa Comum Indispensável, por Maria Costa Pinto . A Cimeira do Milénio foi uma reunião de trabalho histórica, realizada na sede da ONU, que contou com a participação de 150 chefes de Estado e de Governo, sendo um dos temas dominantes a necessidade de renovação da ONU a fim de a preparar para os desafios do séc. XXI, dos quais um dos principais é a globalização. Kofi Annan salientou que aquele evento “não era só uma oportunidade única, mas também uma responsabilidade única”. Essa “responsabilidade única” foi discutida em quatro mesas redondas, sendo os seguintes os temas tratados: efeitos da globalização e formas de beneficiar países menos desenvolvidos; papel a desempenhar pelos países mais desenvolvidos; conflitos regionais e locais; o terrorismo e a dívida externa. 2000-11-01 / 2000-11-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0097 - A Segunda Libertação, por Álvaro de Vasconcelos . Neste texto é sustentada a tese de que, após o alcançar da “primeira liberdade”, isto é, a independência face às ex-metrópoles, as antigas colónias africanas batem-se por uma “segunda liberdade” assente no alcançar da democracia, da paz, no respeito dos direitos do homem, na instauração do Estado de direito e na garantia da liberdade de imprensa. Após uma terrível guerra civil, Moçambique conquistou a sua “segunda liberdade”, em 1994, com a decorrência de eleições capazes de fazer ex-antagonistas militares se submeterem às regras do jogo democrático. Contudo, existem ainda indícios nesse país que nos asseguram de que é necessário manter a vigilância apertada e consolidar a democracia. 2000-12-01 / 2000-12-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0098 - A África que Não Existe, por Fernando Jorge Cardoso . Neste texto é sustentada a tese de que a organização da economia e da sociedade pela via liberal, via essa que tem mostrado frutos positivos no mundo ocidental, em África, conduz à miséria. Para funcionar, o modelo de desenvolvimento liberal necessita de que, à partida, esteja garantida uma condição – a existência de instituições fortes e respeitadas que imponham as “regras do jogo”. Ora, em África, as democracias são recentes e suas instituições fracas. Por todo o lado, impera a lógica da corrupção, do abuso do poder e do banditismo. Neste cenário, há muito poucas condições para o aparecimento de uma classe forte de investidores. Há, isso sim, uma pilhagem das riquezas naturais por grupos armados aos quais convém a perpetuação de um estado de guerra. Assim, o continente caminha para um cenário de uma maior desigualdade na distribuição da riqueza, em que a esmagadora maioria da população tem como garantida uma vida miserável. Ignorando esta realidade ou, talvez, sentindo-se impotentes, os países ocidentais limitam-se a ajudar com paliativos. 2000-12-01 / 2000-12-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0099 - À Espera da Terceira Força, por Fernando Balhazar de Lima . Em poucos dias, uma sucessão de eventos fez estremecer a crença de que Moçambique estava próximo de atingir o estatuto de democracia consolidada. Essa sucessão de eventos é neste texto escarpelizado. 2000-12-01 / 2000-12-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0100 - Carlos Cardoso - Elogio fúnebre, por Mia Couto . Este texto é o elogio fúnebre de Mia Couto a Carlos Cardoso, o jornalista moçambicano assassinado, ao que tudo indica, por se encontrar a investigar um caso de corrupção em Moçambique. 2000-12-01 / 2000-12-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0101 - O Último dos Samorianos, por José Pinto de Sá . Neste texto são relatados os principais momentos da vida do jornalista Carlos Cardoso, por alguns chamado de “o último dos samorianos”, assassinado a tiro em Maputo. A história pessoal de Carlos Cardoso entrecruza-se, neste texto, com a História pós-colonial de Moçambique. 2000-12-01 / 2000-12-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0102 - "Fujimori das bolanhas"?, por Manuel Delgado . Neste texto, é analisado o ambiente político-militar da Guiné-Bissau, marcado por uma forte instabilidade e propensão para o surgimento de golpes militares. O mais recente, o chefiado por Ansumane Mané, não foi bem-sucedido o que parece demonstrar alguma resistência da democracia guineense face ao poder militar e às intencões por este engendradas. 2000-12-01 / 2000-12-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0103 - Não a Oslo, sim à ONU, por Margarida Santos Lopes . Neste texto é sustentada a tese de que os Acordos de Oslo, assinados em 1993, são parciais - a favor de Israel - e, em muitos aspetos, omissos, o que os impossibilita de gerirem convenientemente o conflito israelo-árabe. Segundo o autor, deve ser a ONU, de uma vez por todas, a assumir as rédeas deste processo de paz. 2000-12-01 / 2000-12-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0104 - A Democradura Peruana, por Alexandra Barahona de Brito . Neste texto é analisado o período da presidência de Alberto Fujimori no Peru. Durante dez anos, Fujimori implementou, no Peru, um regime musculado, marcado por diversos atropelos à democracia e aos direitos humanos. Quem o suceder terá a tarefa de redemocratizar o país. 2000-12-01 / 2000-12-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0105 - O Sistema Falhou, Viva o Sistema?, por Judy Klass . No rescaldo da eleição de George W. Bush para a presidência dos EUA, este texto faz a análise da evolução histórica do sistema eleitoral americano, tentando antever se, tal como referiu Akhil Reed Amar, professor de direito em Yale, o Colégio Eleitoral ainda está a sobrepesar o voto dos sulistas do sexo masculino, tal como fazia há dois séculos, comprometendo, assim, a democracia americana. 2000-12-01 / 2000-12-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0106 - Excesso e Defeitos da Diversidade, por Joana Amado . Neste texto são apontadas as falhas do sistema eleitoral estado-unidense que, segundo a opinião de muitos, possibilitaram a eleição de George W. Bush em

detrimento do candidato democrata. Trata-se de um sistema eleitoral assente numa administração eleitoral excessivamente descentralizada, fragmentada e arbitrária. Impõe-se uma certa uniformização do sistema. Há, ainda, quem considere que a eleição do Presidente deveria passar a ser decidida por votos de escolha múltipla, dando a possibilidade aos eleitores de assinalarem uma primeira, uma segunda e uma terceira escolha. 2000-12-01 / 2000-12-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0107 - A Aposta "Gaullista" de Kostunica, por Jacques Rupnik . Neste texto é sustentada a tese de que a chegada ao poder, nos Balcãs, de forças políticas moderadas é um fator inestimável para a estabilização de toda a região. Se houver a coragem, por parte dessas forças, de avançarem com o processo de independência do Kosovo, à imagem do que De Gaulle fez quando possibilitou a independência da Argélia, toda a região poderá caminhar para uma paz consolidada e para o progresso, no seio de uma Europa unida. 2000-12-01 / 2000-12-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0108 - Como Correu o Primeiro Ano?, por Miguel Santos Neves . Neste texto é realizado um balanço do primeiro ano de Macau como Região Administrativa Especial da China. Segundo o autor, o referido balanço é “moderadamente positivo”. A questão económica acabou por marcar este ano, dado que a economia apresenta sinais de uma certa estagnação. É apontada a necessidade de se implementarem reformas estruturais de fundo capazes de dinamizar a economia macaense. 2000-12-01 / 2000-12-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0109 - Como Sair da Guerra, por Fernando Jorge Cardoso . A maior parte dos conflitos em África são intraestatais. A utilização da luta armada como meio de acesso ao poder e ao controlo do mesmo é uma manifestação da profunda crise política e socioeconómica. Às crises de violência armada alia-se a crise nos modelos de cooperação internacional, completamente desajustados das reais necessidades do continente em causa. Verifica-se, igualmente, uma marginalização em relação ao continente africano por parte do comércio internacional, à exceção dos recursos petrolíferos e de algumas riquezas minerais. Assim sendo, o fim das guerras está apenas nas mãos das elites e lideranças africanas. 2001-01-01 / 2001-01-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0110 - No Fundo do Túnel, por Patrícia Magalhães Ferreira . O continente africano atravessa uma das maiores crises da sua história. A nível político, com o falhanço de tentativas de transição democrática, a nível económico, com a verificação dos débeis resultados conseguidos, a nível social, com o aumento das tensões étnicas ou regionais, fica demonstrada a falta de consolidação dos processos de transformação. África continua marginalizada dos circuitos económicos e dos grandes centros de decisão política. A comunidade internacional não oferece qualquer saída para uma crise profunda como esta. 2001-01-01 / 2001-01-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0111 - Rumo à Multilateralidade Internacional, por Hélio Jaguaribe . Estará o mundo a encaminhar-se para um regime de multilateralidade? Neste momento há uma única superpotência, os EUA, dotada de supremacia económica, tecnológica e militar. Os EUA, porém, face a constrangimentos internos e externos, não gozam de uma total unipolaridade mas sim de uma semiunipolaridade. Os referidos constrangimentos internos decorrem de fatores institucionais e sócio-culturais. Trata-se de uma democracia de massas, cujas instituições recusam formas de poder autoritárias e cuja população não se dispõe a sacrifícios. Há que contar ainda com a oposição de países amigos e com a de potências menos amigas. É, assim, provável que venhamos a contar com uma multilateralização das relações internacionais. . 2001-01-01 / 2001-01-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0112 - Romper o Ciclo Vicioso, por Alexandra Barahona de Brito . No novo milénio, a América Latina enfrenta uma série de problemas políticos, sociais e económicos. Há desafios vários como a questão da reintrodução da pena de morte e a da representatividade da população indígena na Guatemala, os índices de criminalidade neste país bem como em El Salvador, a violência e o tráfico de droga na Colômbia, o autoritarismo de Hugo Chávez, a desestabilização social na Bolívia e no Equador, a desigualdade social no Brasil, entre vários outros problemas. A região tem de lutar por reformar os Estados no sentido de um maior respeito pelos direitos humanos e por um crescimento económico justo e saudável em termos ambientais. 2001-01-01 / 2001-01-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0113 - A Corrida mais Louca do Mundo, por Marie Charlotte Optiz . Entre os dias 3 de novembro e 13 de dezembro, o jornal alemão F.A.Z. descreveu a renhida disputa eleitoral entre Gore e Bush. Os alemães acreditavam que se trataria de uma luta eleitoral muito disputada mas nunca imaginaram possível o que veio a passar-se, com contagens de votos, recontagens e interrupções das mesmas, ameaças de boicotes, audiências no Supremo Tribunal da Florida... Até que, a 13 de dezembro, o F.A.Z. anunciou a vitória de Bush. 2001-01-01 / 2001-01-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0114 - Chegámos ao Século do Ambiente, por Viriato Soromenho-Marques . Bertrand Russell perguntou um dia se a existência de uma civilização tecnicocientífica de alto nível não abriria caminho a uma Idade das Trevas... As grandes questões do ambiente impor-se-ão cada vez mais às agendas políticas internacionais. As terríveis catástrofes já iniciadas e as várias ameaças embatem, cada vez mais, na impotência do sistema político internacional. Autoridades políticas, empresas e cidadãos têm de atuar e de corrigir os seus erros. A contagem decrescente para a resposta a Bertrand Russell já começou... 2001-01-01 / 2001-01-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0115 - A Responsabilidade e o seu Preço, por Álvaro de Vasconcelos . No âmbito da responsabilidade internacional em relação à violação dos direitos do Homem, Portugal deve ratificar o tratado que cria o o TPI dado que o mesmo constitui um avanço na defesa dos direitos em relação aos crimes contra a humanidade, mesmo tendo em conta a recusa da pena de morte e da prisão perpétua por parte da cultura jurídica portuguesa. Há contudo uma interrogação sobre se o senado americano ratificará o tratado. Em relação a este tipo de crimes, continua a verificar-se a hesitação quanto à necessidade de internacionalização de problemas como os da Palestina e da Sérvia por parte da UE. 2001-03-01 / 2001-03-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0116 - A Responsabilidade Internacional, por Abdel M. Said Aly . Há quem considere que a chegada de Ariel Sharon ao poder marcará o fim de uma era de moderação no Médio Oriente. Sharon conseguiu o lugar há tanto almejado através de três posições - assunção da impossibilidade de paz entre Israel e os países árabes, e menos ainda com os palestinianos, recusa de garantia de sucesso na negociação com os árabes e aviso aos palestinianos quanto à necessidade de moderação nas suas aspirações. Sharon pretende levar a cabo o esmagamento da intifada, o restabelecimento do poder militar israelita e o alastramento da crise a outros países árabes. Existem, contudo, obstáculos a essas intenções que o poderão deixar isolado. 2001-03-01 / 2001-03-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0117 - As Condições de Israel, por Mark A. Heller . Palestínianos e israelitas terão de regressar à mesa das negociações, embora a paz, a curto prazo, não se vislumbre. Barak foi rejeitado nas urnas, dando a vitória a Sharon, pela forma como conduziu as negociações. Nem israelitas nem palestinianos querem a paz a qualquer preço. Os israelitas, porém, não reiniciarão as negociações sem a suspensão ou, pelo menos, a atenuação da violência. Os atores externos terão de dar o seu contributo para que a cultura de violência venha a ser substituída por uma cultura de conciliação. 2001-03-01 / 2001-03-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0118 - Sharon Apagou a Luz ao Fundo do Túnel, por Avi Shlaim . Nada de bom se poderá esperar para o processo de paz israelo-árabe após a eleição de Sharon, já que, face ao seu passado, o poder colonial de Israel será reforçado. Barak foi incapaz de pôr termo à violência criada pelo próprio Sharon com a sua provocatória visita à cidade velha de Jerusalém. Assim, Sharon foi chamado a pôr termo à violência por si próprio gerada. O primeiro-ministro israelita foi sempre um extremista e um inimigo da paz. O seu objetivo no novo cargo é o do controlo judaico dos territórios ocupados. 2001-03-01 / 2001-03-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0119 - Um Tribunal à Escala Mundial, por António Costa Lobo . A criação do TPI – Tribunal Penal Internacional – através do Estatuto de Roma, visa a realização de julgamentos por crimes graves no plano internacional e será complementar dos tribunais das jurisdições nacionais, atuando apenas quando estes não quiserem exercer as suas competências ou não tiverem capacidade para tal. A inclusão da pena de morte foi rejeitada, apesar de vários países se terem mostrado a favor, enquanto a pena de prisão perpétua foi mantida, mesmo com a oposição de Portugal e de alguns países latino-americanos face à mesma. 2001-03-01 / 2001-03-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0120 - O Fim da Suave Hegemonia, por Álvaro de Vasconcelos . Neste texto perspectiva-se em que moldes poderá decorrer a presidência estado-unidense, de George W. Bush, no que concerne à condução da política externa americana. É avançada a ideia de que, muito provavelmente, com Bush e comparativamente à hegemonia “suave” de Clinton, o mundo assistirá a uma hegemonia americana mais musculada e menos comprometida com o multilateralismo. 2001-02-01 / 2001-02-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0121 - Bush e os "Guerreiros Frios" no Novo Mundo, por Alfredo Valadão . Neste texto perspectivam-se os eixos orientadores da nova política externa americana, durante a vigência da presidência de Bush. Bush e seus aliados consideram que a política externa de Clinton esteve demasiado apostada num multilateralismo que envolvia os EUA em desgastantes gestões de crises, grandes e pequenas, em qualquer parte do mundo. Sem pretensões moralistas, a política externa da nova administração Bush prevê-se retomar uma lógica menos universalista e mais militarista, semelhante à do período da Guerra-fria, em que os interesses egoístas dos EUA prevaleciam. 2001-02-01 / 2001-02-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0122 - A Expectativa Bush, por José Calvet de Magalhães . Neste texto, considerando esses aspetos como dois elementos essenciais para se poder analisar a perseguição de uma política externa, analisam-se as diferenças de personalidade, bem como do historial de vida, do ex-presidente Clinton e do recém-eleito presidente Bush. É avançada a hipótese de que o facto de Bush ser republicano não quererá dizer, à partida, que o relacionamento dos EUA com a Rússia será mau. Aliás, é referido que, de entre os últimos presidentes estado-unidenses, curiosamente, o que teve pior relacionamento com a Rússia/URSS foi o democrata Jimmy Carter. 2001-02-01 / 2001-02-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0123 - As Novas Dúvidas Globais, por Carlos Lopes . No início deste novo século, parece que, por todo o lado, as referências estão a esboroar-se. Uma sensação de dúvida abate-se sobre a sociedade. O rápido e crescente fenómeno da globalização inquieta as pessoas, levando-as a participar em protestos em cidades ao redor do mundo. O que é que as inquieta verdadeiramente? As transformações sociais que as perturbam prendem-se com três ordens de razão: o rápido desenvolvimento tecnológico, a mudança para uma economia do conhecimento, as novas ameaças à segurança humana. 2001-02-01 / 2001-02-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0124 - Crescimento Económico e Instabilidade Política, por Miguel Santos Neves . Neste texto perspectivam-se as tendências, ao nível da economia e da política, para os principais países do continente asiático, no ano de 2001. O ano de 2001, acredita-se, ficará marcado pela recuperação económica do continente, paralelamente com o despoletar de uma crescente instabilidade económica em muitas das regiões que o compõem. O ano ficará ainda marcado pela entrada da China na OMC, bem como pela cada vez maior preponderância desta no conjunto da economia asiática e mundial. 2001-02-01 / 2001-02-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0125 - A Caminho da Segunda Transição, por Nicole Guardiola . Neste texto tenta prever-se o desenrolar das próximas eleições presidenciais em Cabo Verde. Serão, por certo, umas eleições renhidamente disputadas entre Carlos Veiga do MPD e Pedro Pires do PAICV. 2001-02-01 / 2001-02-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0126 - Uma "Monarquia" sem Reino, por Patrícia Magalhães Ferreira . Neste texto é analisada a precária situação existente na República Democrática do Congo. Este é um Estado composto por várias nações, vários grupos étnicos e onde, portanto, a tendência para a perpetuação dos conflitos militares é enorme. Joseph Kabila sucedeu ao seu pai na presidência da República Democrática do Congo. Tem pela frente uma hercúlea tarefa: alcançar a paz, enquanto consolida a integridade do Estado que, alegadamente, chefia. Para tal, é fundamental o relançamento dos Acordos de Lusaka. 2001-02-01 / 2001-02-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0127 - A Derrapagem, por Álvaro de Vasconcelos . Neste texto são observados alguns dos temas, mais prementes à época, em termos de resolução de crises internacionais. O multilateralismo, mais concretamente a ONU, será avaliado pela capacidade que vier a revelar em ordem à resolução total da crise de Timor e do Kosovo. Nos EUA, com o anúncio da não aplicação da convenção de Kioto sobre o ambiente, a presidência Bush começa já a dar sinais de uma forte aposta no unilateralismo. Na Áustria, a extrema-direita sofre um importante revés. 2001-04-01 / 2001-04-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0128 - Nova Crise no Horizonte, por David Silva . Timor, após alcançar a independência, está em vias de se tornar um Estado com muitas nações. Passado o ímpeto independentista que uniu os timorenses em torno de uma causa comum, receia-se que as lógicas regionalistas passem a prevalecer, impossibilitando o surgimento de um Estado coeso. 2001-04-01 / 2001-04-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0129 - A Paz Inacabada, por Jacques Rupnik . A intervenção da NATO que pôs fim ao regime de Milosevic foi importantíssima para estabilizar a região, bem como para travar os crimes perpetrados pelo referido regime. Contudo, nem tudo está resolvido na região. Ao não resolver o estatuto do Kosovo, a comunidade internacional deixou nos Balcãs uma paz inacabada. A chamada “questão albanesa” isso mesmo veio recordar. 2001-04-01 / 2001-04-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0130 - A Necessária Prevenção de Conflitos, por Gelson Fonseca Jr. A ONU tem conseguido alcançar importantes êxitos no que concerne à manutenção da paz no mundo, contudo, persistem guerras altamente mortíferas. Por isso, a ONU tem de fazer mais e deverá concentrar-se, não apenas na solução de conflitos, mas também na sua prevenção. Conhece-se a importância das Comissões de Verdade e Reconciliação para evitar o ressurgir de conflitos. Conhece-se, também,

a forma como a pobreza, as desigualdades, a exploração das etnicidades, a incompetência do Poder Judiciário, contribuem para o surgimento de toda a sorte de guerras. Serão esses os alvos a atacar. 2001-04-01 / 2001-04-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0131 - Avanços e Recuos da Pena Capital, por Judy Klass . Neste texto faz-se a historiografia da aplicação da pena capital nos EUA. Desde o início da jovem república americana que se verifica uma grande variação entre os estados no que concerne à aplicação da pena capital. Enquanto nos estados do nordeste, praticamente desde sempre, que líderes humanistas colocam objeções e limites à aplicação da pena de morte, no Kentucky e no Missouri, até aos anos 30 do século passado, podia assistir-se a enforcamentos públicos. À data do artigo, a pena de morte existia em 38 estados americanos, sobretudo no Sul. Trata-se de um sistema racista e com falhas, contudo com defensores de peso: Clinton e Bush encontram-se entre eles. 2001-04-01 / 2001-04-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0132 - As Heranças de Cabinda, por Maria Alexandra Dáskalos . Neste texto são explicitadas as origens do movimento independentista de Cabinda. Após a independência de Angola, o chamado “Programa Maior do MPLA” propunha a autonomia da região, contudo, a situação de guerra civil pós-independência bem como a instalação de uma ditadura de partido único levaram a um extremar da política por parte de Luanda que, assim, mudou de opinião a respeito da questão independentista de Cabinda. Interesses internacionais também se movem nesta questão. 2001-04-01 / 2001-04-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0133 - ALCA e Mercosul, por Hélio Jaguaribe . Neste texto alerta-se para os efeitos, alegadamente devastadores, que a efetivação da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas – teria para a indústria do Mercosul, em benefício da economia estado-unidense. O Brasil deverá sensibilizar os demais países do Mercosul para esta realidade e preparar um plano de contingência para o cenário mais negativo. 2001-04-01 / 2001-04-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0134 - Bush não pode escapar ao Médio Oriente, por George Joffé . Neste texto é sustentada a tese de que, contra a vontade da nova administração norte-americana de Bush que, inicialmente, alimentou a esperança de que assim não viesse a acontecer, os EUA não podem deixar de se imiscuir, de uma forma muito ativa, no conflito israelo-palestiniano. A total falta de contenção de Sharon veio tornar a possibilidade de os EUA se poderem afastar desse conflito para se concentrarem no Iraque num projeto gorado. 2001-05-01 / 2001-05-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0135 - O Chile Abandonou a Pena de Morte, por Alexandra Barahona de Brito . Neste texto, a propósito do fim da pena capital no Chile, é analisado o ponto da situação, no que concerne à aplicação desta sentença, no mundo. O autor refere que o movimento mundial pró-abolicionismo tem ganhado vigor nas últimas décadas, sendo que mais de metade dos países no mundo são abolicionistas. Tristemente, os EUA continuam a ser um dos países que mais aplica a pena de morte, apresentando números vergonhosos no tocante à aplicação desta sentença em doentes mentais e até mesmo em menores. 2001-05-01 / 2001-05-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0136 - A Esperança Adiada, por Patrícia Magalhães Ferreira . Neste texto é analisada a situação vivida na Guiné-Bissau. É, praticamente, um estado falhado a braços com uma crise política, económica e social. Dois anos após a queda de Nino Vieira, assiste-se a um processo de etnicização do país, com a etnia Balanta – discriminada durante o regime de Nino Vieira – a ocupar os postos-chave do Estado. A miséria está por todo o lado. 88% da população vive com menos de um dólar por dia. A ajuda internacional está descoordenada e mostra-se incapaz de contrariar eficazmente a tendência de pauperização do país. Tal situação fica a dever-se, em parte, à inoperância do poder governamental, desacreditado e dividido. 2001-05-01 / 2001-05-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0137 - À Beira do Abismo, por Viriato Soromenho-Marques . Os analistas preveem que Georges W. Bush está determinado em dar um golpe mortal em décadas de política ambiental norte-americana, não apenas no tocante ao Protocolo de Quioto mas também no programa de investimentos no petróleo e carvão, bem como no regresso ao nuclear. Em Bona ver-se-á se os EUA lá estarão como simples observadores ou se a saída do Protocolo de Quioto é uma realidade por parte de quem contribui com 25 por cento dos fatores causais. 2001-06-01 / 2001-06-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0138 - Uma Superpotência das Tecnologias de Informação, Por Rani Singh . No domínio das Tecnologias de Informação, é já o Oriente quem dá as cartas. Os lucros da indústria indiana de T.I. aumentaram 53 por cento e Silicon Valley ficou para trás. Não são apenas os baixos preços praticados, são, sobretudo, os trabalhadores altamente especializados – apesar de serem muitos os que saem do país, muitos são também os que ficam por lá. 2001-06-01 / 2001-06-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0139 - As Opções dos EUA para os Próximos 25 Anos, por Graça Gonçalves Pereira . É analisado, neste texto, o livro de Zbigniew Brzezinski "The geostrategic triad: living with China, Europe and Russia", no qual o autor antecipa que os EUA permanecerão como única superpotência mundial nos primeiros 25 anos do século XXI. Brzezinski prevê que a manutenção do poder por parte dos EUA resultará da capacidade de gerir dois triângulos estratégicos corporizados na Eurásia: EUA / Europa / Ásia e EUA / China / Japão. 2001-06-01 / 2001-06-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0140 - Apesar de tudo há Justiça, por Álvaro de Vasconcelos . Neste texto é analisado o primeiro tribunal criado pelas Nações Unidas, no caso em apreço para julgar os crimes de guerra de Milosevic. É sustentada a tese de que este julgamento possa vir a ser um estímulo para a criação do Tribunal Penal Internacional. Milosevic fica para a História como o homem que, encarnando o mais sórdido nacionalismo radical no seio da Europa pós-Guerra fria, enterrou as crenças fukuyamas de um Fim da História. 2001-07-01 / 2001-07-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0141 - Milosevic em Haia, um Julgamento Histórico (vários) . Pierre Hassener e Jacques Rupnik, dois dos mais conceituados investigadores franceses de relações internacionais, com a moderação de Álvaro de Vasconcelos e de Teresa de Sousa, analisam a extradição de Milosevic para o Tribunal Internacional de Haia e seu significado para a ordem internacional. 2001-07-01 / 2001-07-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0142 - Ciberguerras contra Bush, por Judy Klass . Este texto evidencia o sobressalto gerado nos EUA, devido à eleição de George W. Bush para a presidência da República. Muitos são os que desconfiam das instituições e dos media tradicionais, lançando-se, assim, numa campanha humorística com laivos difamatórios. Essas campanhas encontram no novo espaço que é a Internet uma base de crescimento fantástica. Assiste-se, assim, a uma crescente politização e radicalização da sociedade norte-americana. 2001-07-01 / 2001-07-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0143 - Contra a Democracia, pela Economia, por Alan George . Nos meses que precederam a morte do ditador sírio Hafiz al-Assad, com a chegada ao poder de seu filho Bashar, assistiu-se, na Síria, a uma certa abertura por parte do régimen. A censura, junto da imprensa, foi ligeiramente aligeirada e verificou-se o crescimento das liberdades cidadãs. Inclusivamente, neste período, chegou a haver uma libertação de 600 presos políticos. Contudo, depressa se desenganaram aqueles que acreditavam na liberalização total do régimen. Rapidamente, este demonstrou que não pretendia implementar, na Síria, um estado de direito democrático, preferindo, à imagem do sucedido na China, apostar no desenvolvimento económico do país. Contudo, a Síria não é a China e muitos creem não ser sequer possível fazer avançar economicamente o país sem que as instituições democráticas estejam asseguradas. 2001-07-01 / 2001-07-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0144 - Eleições Presidenciais, por Carla Madeira . Ao final de três mandatos de Fujimori, o Peru, apesar de ter visto a inflação controlada e a violência dos grupos armados atenuada, continua a apresentar altos níveis de desemprego, de dívida externa, de pobreza, num quadro de desrespeitos pelos direitos humanos e de corrupção generalizada. É este o país que o novo presidente, Alejandro Toledo, tem para governar. As expectativas estão altas mas as condicionantes à sua ação são grandes e diversas.
. 2001-07-01 / 2001-07-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0145 - A América Latina e o Abuso Policial, por Mark Ungar . A América Latina conta com um longo historial de corrupção e de abuso de poder perpetrados pelas forças policiais. A falta de instituições democráticas e de uma cultura democrática fortes, assim como a existência de uma enorme criminalidade, contribuem para esses abusos. Contudo, a partir dos anos 80 do século XX, houve uma crescente preocupação política em relação a este fenómeno, sendo que, um pouco por toda a região, bem-sucedidas reformas do sistema policial têm sido implementadas. 2001-07-01 / 2001-07-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0146 - Nações realmente unidas contra a SIDA?, Por Bruno Cardoso Reis . Em julho de 2001, realizou-se a Conferência da ONU sobre a SIDA. A iniciativa visava a vinculação moral dos Estados a determinados objetivos no âmbito deste problema e a criação de um fundo global financiado pelos governos, setor privado e indivíduos, sendo o valor pretendido cerca de 9,2 mil milhões de dólares tido como necessário ao combate à epidemia nos países mais pobres. Foi notória a ausência dos principais responsáveis políticos, tendo sido Jorge Sampaio o único chefe de Estado do Ocidente a estar presente. Pelo contrário, muitos dos Estados da Ásia e de África, zonas onde a SIDA atinge números preocupantes estiveram presentes. Em relação à redação da declaração de intenções, foram várias as dificuldades, tais como a resistência a certa terminologia em governos condicionados pela religião de Estado. Outras questões como a duvidosa eficácia das campanhas de prevenção e, sobretudo, as frágeis ou inexistentes condições de tratamento nos países mais pobres foram igualmente realçadas.
. 2001-09-01 / 2001-09-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0147 - Brasil: Uma história de sucesso no combate à SIDA, por Gelson Fonseca Jr. No âmbito da SIDA, entre mitos e tabus, havia uma falsa dicotomia – prevenção e tratamento. Os países mais pobres eram os destinatários da prevenção dado o tratamento ser muito caro. O Brasil foi aconselhado nesse mesmo sentido mas seguiu outro caminho. Combinou tratamento e prevenção, passou a produzir os medicamentos anti-retrovirais e obteve bons resultados, reduzindo em cerca de 50% o número de mortes previsto. A “Declaração de Compromisso” da Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU foi, do ponto de vista brasileiro, o coroar dos seus esforços diplomáticos no sentido da ligação dos direitos humanos ao acesso aos medicamentos anti-SIDA. 2001-09-01 / 2001-09-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0148 - Amnistia Internacional, água mole em pedra dura..., por Vítor Nogueira . Neste texto é feita a crítica ao livro de Jonathan Power, “Like Water on Stone – the Story of Amnesty International”, Allen Lane / Penguin Press, publicado a propósito dos 40 anos da Amnistia Internacional (A.I.). À exceção de alguns capítulos cuja leitura é recomendada, são apontados erros, imprecisões e omissões, sobretudo na parte em que é referida a fundação e a história da A.I. 2001-09-01 / 2001-09-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0149 - Manhattan é o Mundo, por Álvaro de Vasconcelos . Neste texto, Álvaro de Vasconcelos reflete acerca dos ataques terroristas de 11 de setembro. Recusando-se a aceitar a ideia de que uma vida humana possa valer mais em Nova York do que em Srebrenica ou em Ramallah, defende que a solução para o terrorismo apenas pode ser encontrada num quadro multilateral de respeito total pela democracia, justiça social e liberdade. Recusa todo o tipo de pulsão vingativa irracional. 2001-10-01 / 2001-10-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0150 - Contribuições dos Estados Unidos e da Europa para a governação mundial: que novo multilateralismo?, por Mário Teló . Com o final da Guerra Fria, a bipolarização a que o mundo, durante décadas assistiu, terminou. Neste contexto, a ordem internacional tornou-se mais multipolar e multirregional, embora com uma supremacia clara por parte dos EUA. É neste “novo” mundo que a UE deve assumir as suas responsabilidades na governação mundial. No texto, é defendido que ela deve desempenhar um papel mais ativo no que concerne às reformas das organizações multilaterais. O mundo anseia que a UE crie um certo equilíbrio mundial face à supremacia americana mas os obstáculos para se atingir esse desiderato são enormes. Por um lado, falta coordenação entre os estados membros no sentido de se construir uma verdadeira política externa comum; por outro, existe a questão da legitimidade democrática das instituições europeias relativamente à implementação dessa política. Importa, ainda, reconhecer a falta de meios militares que impossibilita a afirmação de uma autêntica Europa-potência no mundo, ficando o peso da UE assente, sobretudo, num softpower concedido pelo seu exemplo - no que concerne ao respeito pelos direitos humanos e pela democracia - projetado no mundo. 2002-01-01 / 2002-01-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0151 - Introdução, por Pierre Hassner . Neste texto, introdutório dos artigos adjacentes, o autor reflete acerca da natureza da ordem internacional vigente. A nota dominante é o poder hegemónico detido pelos EUA, poder que, no entanto, tem limitações impostas pelas organizações multilaterais. Os EUA apresentam uma postura dúbia quanto à sua abertura ao multilateralismo, ora concordante quando defende os seus interesses ora avesso quando considera não o fazer. Esta hegemonia americana contribui para o acentuar dos diferentes processos de integração, embora com motivações diferentes. Enquanto o Mercosul vê nos EUA um adversário claro, a UE neles vê um parceiro cujo poder, não sendo negativo de per si, necessita de ser atenuado e contraposto. Contudo, mesmo admitindo a grande hegemonia norte-americana, vários autores são unânimes a admitir que todos os Estados têm algum poder de resistência e de autodeterminação, ou seja, a capacidade de agirem unilateralmente e interesse em respeitarem quadros multilaterais. Este é o conceito do unimultilateralismo. 2002-01-01 / 2002-01-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0152 - Multilateralismo e regionalismo - Perspectivas para a ordem internacional . Com o fim da Guerra Fria, os EUA tornaram-se a única potência do mundo. Contudo, o seu poder hegemónico não pode durar indefinidamente. É do interesse do mundo e dos próprios EUA que estes caminhem no sentido do abraçar do multilateralismo, numa fase em que, dispondo ainda de um poder incontestado, estão em condições ótimas de o fazer. Isso só pode ser realizado através da criação e do apoio a instituições internacionais que produzam regras globais. Porém, esse processo de criação de tais regras, para ser bem-sucedido, necessita do suporte de estruturas regionais, o quadro capaz de lhes conferir solidez e articulação. O processo de regionalização é condição para a globalização mas também fator de resistência aos seus excessos. Temos, portanto, um mundo saído da Guerra Fria mais global e regional. A UE é o exemplo máximo dos feitos que a política regionalista e a de integração podem alcançar, mas é importante notar que este projeto teve condições de excelência na sua génese, condições dificilmente repetíveis noutros pontos do mundo. 2002-01-01 / 2002-01-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0153 - Nacionalismo e Islamismo: identidade no mundo árabe, por Roberto Aliboni . Muito influenciado pelo nacionalismo alemão, que se apresenta diferente de outras modalidades mais benignas de nacionalismo (o francês e o inglês, por exemplo), o nacionalismo árabe encontra-se, desde sempre, muito centrado na identidade, nas raízes culturais, isto é, na Kultur. Como consequência disto, no mundo árabe, há uma incompatibilidade entre as pulsões nacionalistas e a abertura à modernidade e ao papel que seria seu por direito no campo das relações internacionais, num mundo global e moderno. Outro resultado da proeminência da Kultur no mundo árabe é o papel subalterno para onde foi relegada a democracia, bem como o bem-estar, nas prioridades dos regimes. Esta lacuna, no que concerne à existência de fortes instituições democráticas - e uma vez que a religiosidade era um instrumento ao serviço do nacionalismo -, levou a que, com a crise do nacionalismo, o movimento religioso ocupasse o vazio então criado. 2002-01-01 / 2002-01-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0154 - Novo Sistema Internacional, por Hélio Jaguaribe . Na sequência do fim da União Soviética, os EUA , única superpotência, passaram a exercer, de forma crescente e unilateral, o controlo do mundo, em defesa da democracia e dos direitos humanos, para além dos seus próprios interesses. Contudo, apesar da supremacia tecnológica, económica e militar, e de serem a única superpotência, não têm ainda condições para exercer uma unipolaridade efetiva. É a situação transitória de multipolaridade a que de facto é exercida. Na fase de desenvolvimento cultural e tecnológico da humanidade que o texto nos descreve, o mundo enfrenta a necessidade de que uma ordem mundial estável seja institucionalizada, na qual a entrada dos EUA e da UE ocorra de forma consensual e pacífica, e em que o Mercosul mais alargado e consolidado possa relacionar-se com o poder hegemónico. 2002-01-01 / 2002-01-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0155 - As operações de paz e o direito de intervenção humanitária, por José Júlio Pereira Gomes . As operações de manutenção de paz têm vindo a receber o novo mandato de ajuda humanitária às vítimas de conflitos. Tal não é pacífico por razões diversas entre as quais o facto de muitas dessas operações de paz serem, de facto, bélicas, quando são - ou são forçadas a ser - operações de imposição de paz. Quanto à intervenção humanitária, são discutidos, entre outros aspetos, se uma operação desse género será legítima sem o acordo do Governo do país em causa. Trata-se do problema da legalidade e legitimidade deste tipo de intervenção ao qual a Carta das Nações Unidas não parece dar cobertura legal, colocando-se ainda muitas outras questões tais como a dos “critérios”, da justiça, da legitimidade e ainda a dos meios e modos de combate. 2002-01-01 / 2002-01-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0156 - Evolução das operações de paz: os mandatos das Nações Unidas, por António Monteiro . Os ataques terroristas de 11 de setembro vieram demonstrar à sociedade que o mundo saído da Guerra Fria não é, de modo algum, um mundo sem problemas no domínio da paz e da segurança internacionais. É neste contexto que o sistema de segurança coletiva proposto pela Carta das Nações Unidas ganha uma renovada importância. Kofi Annan colocou a ONU na primeira linha do combate ao fenómeno do terrorismo, nas suas causas e manifestações. Desde o fim do antagonismo Leste-Oeste que o papel da ONU, para a causa da manutenção da paz mundial, tem aumentado em importância. Sem a megalomania das duas superpotências, que secavam toda a iniciativa das organizações multilaterais, as operações de manutenção de paz da ONU no mundo têm vindo a revelar-se cada vez mais imprescindíveis, complexas, pluridisciplinares e multifacetadas. Contudo, um conjunto de fraquezas da organização impede-a de ser ainda mais eficaz na tarefa de prever, evitar e/ou resolver os conflitos. Esta é uma tarefa que, por definição, nunca estará finalizada e tem de evoluir conjuntamente com as mudanças do mundo. O espírito inconformista e reformista da ONU é que tem de prevalecer, para o bem da Humanidade. 2002-01-01 / 2002-01-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0157 - O Euro e a Organização Mundial do Comércio, por Vítor Martins . Neste texto, partindo do pressuposto de que a economia mundial se apresenta cada vez mais integrada e globalizada, defende-se a tese de que a crescente integração europeia – nomeadamente através da criação da moeda única e de um mercado financeiro unificado – é condição indispensável para o reforço da posição comunitária nas negociações comerciais multilaterais (GATT, OMC, etc.). Contudo, esse peso acrescido da UE é, ainda, manifestamente insuficiente para que esta possa ter o peso negocial dos EUA. Não há dúvida de que estes se apresentam como um Estado federal coeso enquanto a UE é, ainda, em larga medida, uma justaposição de interesses nacionais, por vezes contraditórios. É necessário trabalhar no sentido de resolver os problemas de “legitimidade”, no que concerne às posições assumidas pela UE junto das instâncias internacionais. 2002-06-01 / 2002-06-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0158 - Os recursos humanos como vantagem comparativa de Cabo Verde . No I Fórum Empresarial da CPLP concluiu-se que a globalização promove uma melhor integração dos países em desenvolvimento no comércio mundial. Assim, Cabo Verde pode desenvolver, paralelamente a uma integração regional africana, uma estratégia de inserção na economia mundial. Os pequenos estados têm diversos problemas como o isolamento, a pobreza..., aos quais Cabo Verde acrescenta o Triângulo da Vulnerabilidade Básica – geográfica, económica e democrática. Em relação aos seus pontos fortes, não são menosprezáveis o capital humano, as condições naturais e a posição geoestratégica, para além dos fatores intangíveis como a paz, a estabilidade política, a tranquilidade... 2004-01-01 / 2004-01-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0159 - Diálogo de civilizações ou «inclusão na diversidade»? , por Álvaro de Vasconcelos . Neste texto, é defendida a tese de que o enorme perigo que representa o nacionalismo identitário e o “choque de civilizações” deve ser enfrentado, não na base de um “diálogo de civilizações” que, por definição, pressupõe uma lógica de tolerância pacífica em esferas distintas e isoladas, mas sim no pressuposto da plena inclusão, assente no reconhecimento de que “o outro” é-nos intrinsecamente igual, um par. 2005-01-01 / 2005-01-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0160 - Nota Prévia, Estratégia - Revista de Estudos Internacionais . Nota Prévia do compêndio dos contributos escritos preparados no quadro do IV Fórum Euro-Latino-Americano. 2005-01-01 / 2005-01-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0161 - Na pegada de George W. Bush ou o discreto encanto de uma grande estratégia, por Angel Viñas . Neste texto, analisa-se a opção geoestratégica do Presidente do Governo de Espanha, José María Aznar, de se alinhar quase acriticamente com a presidência americana de Bush Jr., no que respeita à questão da invasão do Iraque. Recorde-se que a decisão americana pela invasão do Iraque, em 2003, não teve o apoio do Conselho de Segurança da ONU e encontrou muita resistência em potências europeias, como sejam a Alemanha e a França. O alinhamento férreo da direita espanhola em relação aos EUA remonta ao tempo do franquismo. 2005-01-01 / 2005-01-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0162 - Nota de Abertura. Estratégia - Revista de Estudos Internacionais, por Álvaro de Vasconcelos . Nesta nota de abertura, são referidos os textos elaborados antes de 11 de setembro e no âmbito de um projeto de investigação sobre a construção de uma nova ordem internacional pós-hegemónica assente no multilateralismo, e os criados após aquela data, no quadro de conferências e seminários organizados pelo IEEI. Quer nuns quer noutros é feita uma reflexão sobre as causas e consequências da ausência de uma nova ordem mundial. 2002-01-01 / 2002-01-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0163 - EULARO - Human rights and democracy: a joint latin american-european agenda?, por Alexandra Barahona de Brito . O foco do presente estudo prende-se com a análise das relações entre a União Europeia e a América Latina à luz da defesa conjunta dos direitos humanos e da democracia. Quer ver-se respondida a questão de se saber se é possível existir uma agenda internacional conjunta entre estes dois atores mundiais na promoção da democracia e dos direitos humanos no mundo. Como aspetos potenciadores desta agenda partilhada temos a declaração normativa, quer da UE quer da América Latina, em se baterem por esta causa, num esforço enquadrado pelas organizações multilaterais. Contudo, a cooperação multilateral de facto ainda apresenta larga margem de progressão. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0164 - EULARO - Global Governance and Multi-Regionalism: the impact of decisions of international economic institutions. The case of United Nations organizations, with special emphasis on ECLAC, UNCTAD, UNDP and the Global Compact, por Rubens Ricupero . O presente texto analisa o potencial de cooperação multilateral, entre a UE e o Mercosul, que pode de ser realizado em sede das organizações internacionais que regem a economia e o comércio mundiais. O objetivo último prende-se com o entendimento de como alcançar a melhor política económica possível, capaz de produzir o progresso e a riqueza indispensáveis à boa governação, ou seja, aquela que conduz a menos pobreza, maior desenvolvimento humano e bem-estar. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0165 - EULARO - Global governance and multi-regionalism, the impact of economic international institutions: the case of the WTO, por Vera Thorstensen . O processo da globalização económica tem-se mostrado imparável e, com ele, têm surgido importantes desafios. Se, por um lado, muitos admitem o advento de uma certa prosperidade económica, por outro, muitas são as vozes que alertam para o risco da marginalização de pessoas e de países, em todo este processo. O presente documento analisa o papel da OMC, enquanto instituição que regula as dinâmicas da globalização económica, garantindo o evitar dos efeitos mais nefastos que uma globalização desregulada poderia trazer. É ainda analisado de que modo a relação entre a UE e o Mercosul pode ajudar neste processo regulatório. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0166 - EULARO - Anexo II . Neste anexo, é possível encontrar-se um conjunto de dados acerca de tomada de decisões multilaterais, no seio da ONU, a respeito da salvaguarda dos direitos humanos no mundo. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0167 - EULARO - La corte penal internacional: construyendo nuevos ambitos en la cooperacion entre la Union Europea y America Latina - por Catalina Smulovitz et. al . Este texto reflete sobre o papel desempenhado pela União Europeia (UE) e pela América Latina no sentido de legitimarem e reforçarem o Tribunal Penal Internacional. A cooperação entre estes dois blocos regionais mostra-se essencial para o alcançar da defesa dos direitos humanos no mundo, em

concertação com as organizações multilaterais. Com efeito, a ideia da criação do referido TPI sofreu oposição por parte de estados poderosos como a China ou os EUA. No continente africano e asiático, inicialmente, houve níveis de ratificações muito baixos. Neste contexto, importa analisar o papel que a posição consertada entre a UE e a América Latina teve no sentido de fazer avançar todo este processo. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0168 - EULARO - The European Union and Latin America at the United Nations: what scope for joint policies - Fonseca Gelson . Os objetivos comuns da União Europeia-América Latina e Caribe foram apresentados através da Declaração Política, sendo claro que o multilateralismo é a ponte que une as duas regiões. Que outros aspetos as unem ou distinguem? Através do trabalho exposto neste texto, são apresentadas respostas, tomando como base as decisões da Assembleia Geral das Nações Unidas e o resultado das conferências globais dos anos 90. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0169 - Carta da América - Peter Calvet . Este texto analisa a realidade socioeconómica dos EUA, dividida sob vários pontos de vista: os ricos e os pobres, os urbanos e os rurais, os liberais e os conservadores. Essas diferenças conduzem a uma dualidade dos EUA. Temos um país mais rico e urbano que vota democrata e um país mais pobre e rural que vota republicano. Daí decorre, portanto, que o texto aborde, sobretudo, as contradições da América. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0170 - Carta da América - Peter Calvet . De entre aqueles que concordaram com a invasão do Iraque muitos são os que agora reconhecem tratar-se de uma guerra impossível de vencer. É John McCain quem lidera este novo grupo de eleitores, defendendo que ou se esmaga o inimigo ou se trazem os soldados para casa. Enquanto Bush crê, teimosamente, que os EUA estão no caminho certo, os democratas ganharam as eleições para o Congresso... S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0171 - Carta da América XVII - Peter Calvet . São analisadas, neste texto, as campanhas eleitorais de Obama e de McCain em 2008, no tocante a aspetos como a mensagem, firme a do primeiro e vacilante a do segundo, a extraordinária angariação de fundos de Obama, a escolha dos vice-presidentes, uma ponderada e desesperada a outra, a organização do recenseamento de eleitores, sendo a de Obama, através de um exército de estudantes universitários, a melhor da história norte-americana. Além destes aspetos é ainda destacada a disciplina pessoal de Obama, tal como a dos seus colaboradores, como verdadeiramente impressionante. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0172 - Carta da América XVI - Peter Calvet . Neste texto é apresentada a relação de todos os partidos concorrentes às eleições presidenciais de 2008 bem como dos candidatos independentes. Embora, por norma, sejam, sobretudo, referidos os partidos republicano e democrata, concorrem às supra-referidas eleições onze partidos e dois candidatos independentes. Dos pequenos partidos, quatro situam-se mais à esquerda e quatro mais à direita, situando-se um deles algures no centro. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0173 - Carta da América XV - Peter Calvet . Analisa-se, neste texto, a escolha que McCain fez para a vice-presidência, caso seja eleito. Trata-se de uma escolha surpreendente, a que recaiu sobre a governadora do Alasca, Sarah Palin, membro de uma seita religiosa fundamentalista, vista como uma clássica pioneira, tendo nas mãos o revólver e a Bíblia... Nos debates com Biden, Sarah Palin terá de cometer o menor número de erros que conseguir, embora Biden tenha também de procurar não humilhar a sua opositora. Uma pergunta impõe-se: tal escolha terá sido uma jogada brilhante ou um gesto de desespero de uma candidatura condenada?. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0174 - Carta da América XIV - Peter Calvet . Obama escolheu Joe Biden para vice-presidente, o que, segundo o autor do texto, terá sido uma excelente escolha, dado que, uma vez eleito, terá um bom conselheiro de política externa. Obama que, na sua campanha, tem sido alvo de ataques e mantido uma postura de cavalheiro, pairando acima do campo de batalha, ao integrar Biden, avisa os seus opositores de que está preparado para lutar... Neste texto, são apontados vários aspetos nos quais o autor crê que Biden será bem sucedido, tais como a sua relação com os eleitores do operariado, o fator racismo, a adoção do multilateralismo, a procura de envolvimento construtivo com os adversários... S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0175 - Carta da América XII - Peter Calvet . A eleição de Reagan talvez não tenha sido uma viragem à direita, o que ganhou foi, provavelmente, a sua proposta de otimismo. Os curadores do Museu de Cera Madame Tussauds, em Washington, ao exibirem uma estátua de Obama na Sala Oval, antes da sua eleição, fizeram uma escolha baseada numa observação sócio-cultural que transcende a política. Contrariamente a H. Clinton e a McCain, Obama é o único dos candidatos que não se situa na corrente do medo mas na do otimismo, propondo um novo começo. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0176 - Carta da América XI - Peter Calvet . Tão pouca era a credibilidade dos candidatos conservadores à presidência dos EUA que, nas primárias, nenhum deles foi escolhido. Nem mesmo o foi o candidato Fred Thompson, convincente nos seus discursos e ator tal com Reagan, o santo patrono dos conservadores. Os únicos que se mantiveram foram Mitt Romney e John McCain, embora este apresente defeitos graves para os puristas conservadores como não querer baixar os impostos aos ricos em tempo de guerra e ser capaz de trabalhar com democratas... S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0177 - Carta da América X - Peter Calvet . Este texto reflete acerca da importância que a religião assume na política estado-unidense. Esse fenómeno deve-se à importância geral que a religião assume na sociedade desse país que, comparativamente à Europa e por razões históricas, apresenta-se mais apegada a fenómenos de condução espiritual. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0178 - Carta da América IX - Peter Calvet . Nos EUA, o método de prever os resultados das eleições, acompanhando o resultado das apostas, ultrapassa as tradicionais sondagens de opinião. Qual dos métodos será o melhor? Há os que asseguram que medir as oscilações a partir da opinião dos que arriscam o seu dinheiro será mais eficaz. Nas eleições a que o texto se refere, nas quais nenhum dos candidatos - H. Clinton, B. Obama, J. Edwards ou M. Romney, J. McCain... - é "titular", talvez este método seja o ideal. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0179 - Carta da América VI - Peter Calvet S.d.. Apesar do ódio dos conservadores a Hollywood - símbolo do liberalismo, dos valores progressivos, dos princípios libertinos... -, há também um inegável fascínio, concretizado no anseio por um candidato presidencial estrela que possa ocupar o lugar da tão amada super-star Ronald Reagan. A direita não está satisfeita com os 10 presidenciáveis, sobretudo com os que ocupam os primeiros lugares, por serem demasiado amigos dos sociais democratas... No momento em que o Partido Democrata vai à frente, o sonho dos republicanos é um milagre semelhante ao protagonizado por Reagan, que faça com que os democratas percam de novo a corrida... desconheci

D. PT/ADN/IEEI/006/0180 - Carta da América IV - Peter Calvet S.d.. Neste texto, traça-se um cenário negro no que concerne à moderação e civilidade do debate político democrático nos EUA. Com efeito, verifica-se um descambar para aquilo a que o autor chamou de "tribalismo", isto é, para a congregação de opiniões radicais e opostas que se atacam mutuamente de uma forma quase irracional. Este debate político, no fundo, traduz a profunda divisão que reina nuns EUA, abalados pelo terrorismo e pela guerra. Em grande parte, esta tendência, segundo o autor, é fomentada pelos estrategas de George Bush, sendo que se vislumbra o surgimento de uma figura - Barack Obama - capaz de fazer regressar a civilidade e o centrismo ao discurso político norte-americano. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0181 - "Innovation 25" Plan in Japan, por Eiji Ogawa . The Japanese economy experienced the so-called "Lost Decade" in 1990s and thereafter, when the asset price bubble burst and the economy continued to stagnate and remained in a slump. Moreover, there was price deflation. The "Innovation 25" Plan is a long-term strategy initiative of the Japanese government for the creation of innovation to promote economic growth until 2025. 2007-01-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0182 - A Chinese Perspective on the Lisbon Strategy, por Zhou Hong . In recent years, Chinese researchers have closely followed EU development strategy models, resulting in a systematic evaluation of the EU Lisbon Strategy of March 2000, and equally keen Chinese analysis of the Sapir Report and other criticisms of the Lisbon Agenda. 2007-01-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0183 - US Innovation Policy and Strategy for the Global Economy, por Chiyo Kobayashi . The rapidly growing prominence of emerging countries in the global economy has created a new competitive landscape; a landscape in which entire economies must quickly adapt to the unique challenges of globalisation and to rising levels of competitiveness or risk marginalisation. 2007-01-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0184 - Foreword, por Álvaro Vasconcelos . In this issue of Estratégia are published the papers that were prepared within the framework of the IEEI project. The Lisbon Strategy in a Knowledge Society without Borders. 2007-01-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0185 - National Experiences in Managing the Transition Towards a Knowledge Society/Economy - Same Dream, Different Beds?, por Miguel Santos Neves . The international system is characterized by increasing complexity and, paradoxically simultaneous trends toward integration and fragmentation. Its complexity is apparent in the existence of a system of multilayered and diffused governance, with co-existing supranational, regional, national and sub-national levels

rather than a global level monopoly. In this article, the different models, priorities and challenges of key geographic areas - such as Brazil, the United States, India and China - and their responses to the Lisbon Strategy program are comparatively analysed, both synchronically and diachronically. 2007-01-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0186 - Bibliography, s.n. Bibliographic references of number 22-23 of Estratégia. 2007-01-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0187 - Annexe I: Challenges in Key Geographic Areas, s. n. Annexe with main economic, social and environmental challenges in key geographic areas, namely, Brazil, China, European Union, India, Japan and United States. 2007-01-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0188 - Annexe II: Priorities and Responses in Key Geographic Areas, por Maria João Rodrigues . Annexe with main economic, social and environmental responses in key geographic areas, namely, Brazil, China, European Union, India, Japan and United States. 2007-01-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0189 - O Tratado de Lisboa e a Europa Futura, por Bruno Cardoso Reis . O século XX europeu foi recheado de crises. Felizmente, e sobretudo na Europa Ocidental, essas crises têm cada vez menos dramatismo. As mais dramáticas e sangrentas resultaram da tentativa de fazer nascer Estados-nação por todo o continente europeu. Numa parte importante da Europa, no início do século XX, "o Estado-nação da Europa Central e Oriental eram na verdade etnicamente heterogêneos". As tensões geradas por esse sonho de integração nacional estiveram no centro da política europeia do século passado. Os grandes desafios que o projeto de integração europeia enfrentou, com sucesso, foram exorcizar o fantasma nacionalista, pacificar os Estados europeus, e levar a Europa a sair das ruínas da Segunda Guerra Mundial. Partindo deste contexto histórico e das inevitáveis comparações com modos tradicionais de Estado, revela-se importante atebntar na evolução e no relativo sucesso ou insucesso do modelo europeu no futuro de um multilateralismo normativo, que seja regido por princípios e não apenas por eficácias, que dependerá, no contexto da globalização, de outros atores. 2007-07-01 / 2007-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0190 - A acção externa da União: que ambições e que meios?, por Luís Tomé . Durante cerca de quarenta anos de construção europeia, a expressão "política externa comum", em si mesma, não surgiu nos tratados. Tal não impediu, no entanto, que desde a sua criação, na década de 50, a União tenha desenvolvido relações externas com o resto do mundo. Mas foi a partir da entrada em vigor do Tratado de Maastricht que a Política Externa e de Segurança Comum passou a ser um dos três pilares da UE e o seu desenvolvimento uma componente fundamental da integração europeia, nomeadamente, através de um leque variado de procedimentos e atos que foram sendo implementados – declarações, ações, posições, estratégias e decisões comuns. Estes procedimentos têm permitido uma maior coordenação, expansão e desenvolvimento de soft power a nível das relações internacionais, que afirmam a união como verdadeiro protagonista mundial, mais "completo" e coerente. 2007-07-01 / 2007-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0191 - The Western Alliance, the Southern Atlantic and the Soviet challenge, por Peter Nailor . Departing from an exploratory perspective, the present paper is concerned not with the description of existing circumstances but with the future outcome of such circumstances, seeking to provoke discussion rather than mere conjecture. It thus departs from the present orthodox functions of NATO's environment which, concerning the Southern Atlantic area, is historically fixed. These physical limits made political and strategic sense in 1949, being in accord with the security interest of the European allies and the need for the spread of power and influence. This situation, however, has changed in the late second half of the twentieth century, as decolonisation and decentralisation processes start to occur. Therefore, the study of an inside orthodox perspective gives way to an outside heterodox perspective of NATO that takes into account the South Atlantic, the soviet influence and the politics of cooperation and innovation required for a new definite program of action. 1987-03-21 / 1987-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0192 - Geoestratégia do Atlântico: uma visão do Sul, por Paulo Roberto de Almeida . A inconsistência das doutrinas baseadas na retaliação maciça produziu, ao longo dos anos 70, um gradual retorno às estratégias convencionais de enfrentamento localizado e limitado, e à reavaliação, nesse contexto, do papel reservado às forças navais. Neste momento a atenção é direcionada ao poder naval soviético cuja percebida ameaça ocupa a agenda dos estudos do poder estratégico naval. Sintomaticamente, pouca atenção é dada nesse trabalho ao Atlântico Sul, listado em último lugar numa série de cinco possíveis "teatros de operações" para confrontos navais, ao lado do Atlântico Norte, do Mediterrâneo, do Índico e do Pacífico. Assim, num primeiro momento, o presente artigo avalia as razões pelas quais esta marginalização ocorre e, num segundo momento –procurando desconstruir as visões pessimistas e bilaterais que reduzem a relação com o Atlântico Sul através da consideração

dos interesses políticos, económicos e estratégicos permanentes desses países – tenta introduzir um equilíbrio à visão geoestratégica sobre a relação com o Atlântico Sul, opondo-lhe, antes, uma visão cooperativa. 1987-03-21 / 1987-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0193 - Portugal num novo contexto estratégico e regional, por Jaime Gama . Demasiado concentrada em questões de interesse doméstico, a opinião pública portuguesa gradualmente começa a ser sensibilizada para o relacionamento externo do país e para a importância da sua inserção no espaço internacional. Oscilando entre uma autoconfiança ilimitada e um ceticismo radical das suas capacidades nacionais, os portugueses enfrentam dificuldades no tocante à elaboração de uma teoria geral do seu relacionamento externo e de pensar a sua diplomacia e defesa nos termos da correspondente articulação. Dois fantasmas inibem essa elaboração: o fantasma imperial e a conjugação entre o mito do estrangeiro e o mercenarismo das organizações internacionais. O objetivo do presente estudo é, assim, registar as alterações ocorridas no âmbito global e regional que mais circunstanciadamente possam envolver o posicionamento de Portugal no contexto externo, tomando como ponto de partida um entendimento do interesse nacional que rejeita liminarmente e dá por ultrapassados em absoluto os atavismos analíticos anteriormente descritos. Assumir a nova dimensão do país e potenciar o seu valor intrínseco na comunidade internacional sem se deixar absorver pela lógica exclusiva dos aparelhos multilaterais é o desafio que está colocado à conceção atualizada da nossa política externa. 1987-12-21 / 1988-02-20

D. PT/ADN/IEEI/006/0194 - Entrevista com Marshall Goldman: Os desafios de Gorbatchev, por Álvaro Vasconcelos e Luís Delgado . Marshall Goldman é um conhecido soviólogo americano que esteve em Portugal em 1988 para falar, no quadro do ciclo de conferências do IEEI, do tema da presente entrevista, que é também o tema do seu último livro. Economista por formação, ensina Economia em Harvard, e é desde há muitos anos um dos responsáveis do Russian Research Center desta universidade. Estratégia entrevistou Marshall Goldman e desta sua conversa com Álvaro Vasconcelos e Luís Delgado fica a ideia de que Gorbatchev não conseguirá manter-se no poder por mais de cinco anos. Mais forte que a sua vontade de introduzir reformas económicas será, segundo Goldman, a invencível burocracia partidária. 1987-12-21 / 1988-02-20

D. PT/ADN/IEEI/006/0195 - Crítica, por Paulo Roberto de Almeida e Jorge Costa . Este documento é compreendido por duas críticas de dois livros distintos. A primeira, realizado por Paulo Roberto de Almeida, debruça-se sobre o livro *Overcoming Threats to Europe: A New Deal for Confidence and Security*, coeditado por Sverre Lodgaard e Karl Birnbaum, trabalho resultante de seminários conduzidos no quadro do Instituto Internacional para a Pesquisa da Paz de Estocolmo (SIPRI) e articulado em torno de três textos abrangentes sobre as ameaças à segurança europeia e as medidas suscetíveis de aumentar a confiança e a estabilidade no continente, intermediados por uma série de seis estudos de casos para países selecionados. A segunda crítica, levada a cabo por Jorge Costa, analisa o livro *L'Afrique face à ses priorités*, editado por Bertrand Schneider, um relatório resultante do mais recente trabalho do Clube de Roma que, em Yaoundé, em Dezembro de 1986, reuniu mais de cem especialistas de diversas áreas do saber, para estudar o que, à falta de melhor, se poderia designar pelo "problema africano". 1987-12-21 / 1988-02-20

D. PT/ADN/IEEI/006/0196 - Relações Internacionais – primeiros (per)curso, por António José Teixeira . O ensino das Relações Internacionais com legitimidade universitária tem vindo a dar os primeiros passos em Portugal na década de oitenta. Sendo um país que a História regista como tendo dado novos mundos ao mundo, cedo é afirmada a vocação nacional de interlocutora e intermediária no contacto internacional. No decorrer histórico, contudo, Portugal tendeu para um certo isolamento. Hoje, não obstante, os horizontes são outros e Portugal pode assumir-se como espaço privilegiado para um diálogo que tire partido da sua experiência e facilidade de mediação internacionais, cuja abertura exige um conhecimento atualizado e transdisciplinar à escala mundial. Discorrendo sobre a importância da articulação do ensino e da investigação no âmbito das relações internacionais, o presente artigo relaciona como estes podem conter e abrir importantes caminhos no que diz respeito à articulação geoestratégica portuguesa assim como na tomada de decisões a nível das suas políticas externas, de segurança e cooperação. 1988-09-21 / 1988-12-20

D. PT/ADN/IEEI/006/0197 - Japan's role in a multipolar world, por Hisashi Owada . International relations were being reshaped in the beginning of the 1990s, mainly due to the deep transformation East-West relations were undergoing in which the "era of confrontation" was being replaced by an "era of dialogue". The INF agreement between the United States and the Soviet Union was over, the START negotiations in progress and, in Europe, negotiations on CFE and CSBM were raising hope for many Europeans - both in the East and the West. This process of structural transformation in the international system posed, notwithstanding, serious challenges, both globally and regionally. Against factors that have brought about this new context, the present study seeks to determine what the responses of the industrialized democracies of the West should be to these circumstances. Specifically, this study devotes itself to the consequences and elements that concern Japan's response from a non-European perspective of the issue. 1990-03-21 / 1990-06-20

D. PT/ADN/IEEI/006/0198 - The Decline of the Soviet Power, por Mark N. Katz . Opening up with an overall look at the critical framework done on the topic of the Soviet decline and the overall transformations it has brought about in the international scene, the present paper examines what a decline in soviet power would mean for international relations, generally, and for American foreign policies, particularly. Specifically, it analysis what the impact of a decline in Soviet Power could imply for four areas that have been the focus of Soviet-American rivalry, namely, Europe, Central Asia, the Far East, and the Third World. The paper then concludes, by analysing the choices American and Western foreign policy makers will face as a result of declining Soviet power. What will be argued here is that the decline of Soviet power is not likely to herald the dawn of a new peaceful era in international relations: conflict is not only likely to continue, but may well increase as a direct result of the decline of Soviet power. The decline of Soviet power, then, may not mean the extinction of the security problems faced by America and the West. Instead, it is argued the problems related to the Soviet threat will diminish, but other problems will increase. 1990-03-21 / 1990-06-20

D. PT/ADN/IEEI/006/0199 - A "desestrategização" das relações internacionais, por Álvaro Vasconcelos . Novos paradigmas no quadro político internacional desafiam a disposição do mundo como um sistema organizado por dicotomias, desbipolarizando-o e reorganizando as suas relações internacionais, que, apesar de adventício de um otimismo democrático, gera novos desafios. Assim, embora este ciclo de descompressão não signifique o "fim da história", como fim da evolução ideológica, cria, todavia, condições propícias a uma nova política de codesenvolvimento, ampliando as relações e condições intrarregionais e relativizando fatores puramente estratégicos. Deste modo, este artigo compromete-se com a discussão dos desafios, processos e impacto decorrentes desta "desestrategização" nas comunidades europeias – especialmente a partir do Ato Único –, com ênfase em Portugal. 1990-03-21 / 1990-06-20

D. PT/ADN/IEEI/006/0200 - The role of the United Nations in conflict resolution and peacekeeping, por Fen Osler Hampson . The end of the 1980s witnessed the negotiated settlement of some major regional conflicts, which had plagued the Third World throughout the 1970s and 1980s. Many see a direct linkage between the settlement of these regional disputes and the new detente in superpower relations coupled with the rise of a new leadership in the Soviet Union. Although there is strong circumstantial evidence that supports this, it is also true that these conflicts could not have been resolved without UN's direct and active involvement. Bearing this new context in the framework of international relations, the present paper addresses four questions arisen from the topic: first, where has the UN been involved in peacemaking and what has been the nature of this involvement? Second, what accounts for or explains this recent round of activity by the UN in the settlement of regional disputes? Third, what role can (or should) the UN play in the future settlement of regional disputes? Fourth, how might the UN's role in conflict resolution and peacekeeping be strengthened or expanded?. 1990-03-21 / 1990-06-20

D. PT/ADN/IEEI/006/0201 - Os novos valores do sistema internacional na década de 90, por Celso Lafer . Os anos noventa caracterizaram-se por profundas alterações no sistema internacional trazidas pela de-bipolarização das relações Leste/Oeste, da qual a queda do muro de Berlim foi símbolo. Nesta nova plataforma de entendimento entre os Estados Unidos e a União Soviética é colocado em questão o paradigma da guerra fria, que "desestratiza" as relações internacionais. Com efeito, a convergência das antigas superpotências tem um duplo efeito: por um lado, diminui o interesse das duas grandes potências no alinhamento dos outros Estados em alianças necessárias para a dissuasão e, por outro, corrói a lógica política que, em matéria das relações Norte/Sul, levou ao nascimento dos não alinhados. A redução do campo estratégico-militar é favorável à multipolaridade, mas encaminha-a para o campo económico, cuja necessitante elaboração é feita no presente artigo. Neste são relacionadas as transições estratégicas para o campo económico mundialmente e os seus impactos relativos naqueles países de língua portuguesa. 1991-01-01 / 1991-12-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0202 - As opções estratégicas de Portugal no novo contexto mundial, por José Alberto Loureiro dos Santos . O novo contexto mundial trazido pela multipolaridade acarreta tanto uma revisão das opções estratégicas dos diversos atores da cena internacional, como uma necessidade de prudência na tomada dessas decisões. Assim, sendo um facto a distensão internacional a nível global, há que ter em atenção a eclosão de ameaças até agora adormecidas, como é o caso da emergência dos nacionalismos. É, aliás, mantido no presente artigo que as alterações ocorridas nas relações internacionais é resultado das interações dos interesses nacionais, que comandam e se sobrepõem às organizações internacionais. Neste novo cenário, o presente artigo ressalva a necessidade das opções estratégicas de Portugal visarem intransigentemente a defesa dos interesses nacionais e terem como base de partida real a sua geografia, bem como a sua história. Usando da prudência assinalada, há que reajustar o planeamento estratégico em vigor: no domínio da estratégia total, através da atualização do conceito estratégico de defesa nacional, e da elaboração de um plano geral de defesa nacional; no domínio da estratégia militar, através da atualização do conceito estratégico militar e da elaboração do plano geral de defesa militar de Portugal, com os correspondentes planos de defesa militar do continente, dos Açores e da Madeira. 1991-01-01 / 1991-12-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0203 - O impacte dos media sobre as reformas no Leste, por Alexandr A. Jebit . A informação, do ponto de vista sistemático, é indispensável para o desenvolvimento equilibrado das sociedades, sendo a sua recetividade determinante do grau de adaptação de qualquer sistema a um meio tanto orgânico como social. No entanto, no mundo dos media ainda continuam a vigorar dois conceitos tradicionais contraditórios: um baseado no conceito ocidental da imprensa livre, assente na premissa de que uma sociedade democrática necessita de cidadãos informados para o seu funcionamento; o outro baseado na conceção de informação politizada que faz supor que os meios de comunicação social constituem um recurso nacional e devem servir o processo de desenvolvimento interno. Conquanto, esta bipolaridade não dá conta do mundo multipolar atual. Daí a necessidade de um terceiro conceito de informação que extravase a problemática de cariz bipolarizado ou estritamente nacional, que ultrapasse os paradigmas de valores não coincidentes e que se apresente como fenómeno de valor neutral, comum a todos os Estados. Por conseguinte, o papel da informação reveste-se de uma importância crescentemente acentuada para o sistema das relações internacionais, ao qual se põe o problema da incompatibilidade entre a informação de caráter pluralista e a sua filtragem ideológica unidimensional. É neste contexto que o presente artigo se ocupa do impacto e filtragem dos media ocidentais sobre as reformas no Leste, isto é, das barreiras para a entrada livre da corrente da informação pluralista nas sociedades fechadas. Nesta perspetiva, o referido impacto é repartido em três facetas principais a serem abordadas: permeabilidade das fronteiras, mecanismos de legitimação, e o Glasnot e a reforma política. 1991-01-01 / 1991-12-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0204 - Leituras, por Pedro Álvares, António José Teixeira, A.J.T. e João Paulo Oliveira . O presente documento apresenta 5 leituras e respetivas críticas de 3 livros e 2 colóquios. Na primeira resenha crítica, ao livro *A Europa e o Mundo – Os Caminhos do Futuro* de Pedro Álvares, Duarte Calvão reconhece a importância deste livro em articular a Comunidade Europeia como mais do que a soma das suas partes e como obra de consulta no esclarecimento de assuntos específicos que dizem respeito à integração europeia. Na leitura do *Dicionário de Política Internacional* de Charles Zorngbibe, António José Teixeira ressalva o mesmo como marco de orientação e referência académica no campo da política internacional – se bem que, à luz do novo contexto das relações internacionais, se encontra desatualizado. Na crítica ao *La Difesa Europea: Proposte e Sfide*, da coordenação de Luigi Caligaris, A.J.T. resume este livro como “obra de análise e reflexão sobre a futura da política da defesa dos países europeus, após as grandes transformações a leste, e sobre a redefinição dos objectivos das instituições que garantem a segurança no continente”. As sínteses aos colóquios debruçam-se sobre “I Fórum Euro-Latino-Americano: ‘A Europa nos anos ‘90’ e as opções Latino-Americanas” (realizada por João Paulo Oliveira) e a “VII Conferência Internacional de Lisboa: ‘Europa do Sul/Europa do Leste – O Equilíbrio Europeu: Novos Desafios’”. 1991-01-01 / 1991-12-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0205 - Editorial: Estratégia numa nova circunstância, por Álvaro Vasconcelos . Refletindo sobre o caminho percorrido pela revista *Estratégia* e de como, apesar das vastas alterações na cena internacional, o presente editorial ressalva como esta se prende, ainda, pelos mesmos temas e objetivos: a pluralidade, a abertura e a multidisciplinariedade. Este número duplo da *Estratégia* divide-se em duas partes: a primeira é introduzida por um artigo de Eduardo Lourenço sobre a diversidade europeia, a que se segue alguns artigos que pareceram na revista on-line sobre a necessidade de reformar o Tratado da União Europeia, quer dotando-a com uma política de defesa comum (Nicole Gnesotto), quer tornando comunitário o terceiro pilar, o da segurança interna (José Luís da Cruz Vilaça, Luís Pais Antunes). Concluindo esta primeira parte, publicamos um texto que Francisco Lucas Pires nos deixou sobre os limites da reforma institucional levada a cabo em Amsterdão. A segunda parte é constituída pelo Relatório Estratégico de 1998, do IEEI. Neste relatório, tendo em consideração a reforma levada a cabo em Amsterdão discutem-se os principais desafios que se colocam à política externa e de defesa portuguesa na Europa, em África, na Ásia e na América Latina. 1999-01-01 / 1999-12-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0206 - Trois principes de la guerre psychologique, por Philippe Augier . Apesar da possibilidade de um “inverno nuclear” se encontrar descartada devido a um status quo derivado tanto a uma impossibilidade de ação por ambas as partes – ora a União Soviética, ora a Aliança Atlântica –, como a um progresso no sentido do desarmamento, aquela que é chamada de “guerra psicológica” continua ativa e estende-se há 40 anos. Partindo desta tese inicial, o presente artigo identifica três princípios dessa guerra, liderada pela União Soviética – o da desinformação, da manipulação ou oclusão da informação ou do diálogo e a exploração, implementada pelo bloco socialista, de várias formas de má consciência no mundo ocidental – e o motivo pelo qual o campo ocidental se encontra mal equipado para lidar com essa guerra no que diz respeito às estruturas de informação e de opinião pública. 1986-09-23 / 1986-09-23

D. PT/ADN/IEEI/006/0207 - La politique de l'URSS vis-à-vis du Tiers Monde, por Michel Tatu . A chegada de Mikhail Gorbatchev ao secretariado geral da PCUS em Março de 1985 e, principalmente, o posterior avanço da perestroika e da glasnot provocou alterações profundas tanto dentro da própria sociedade soviética como na política estrangeira. Utilizando estes marcos como referência, o presente artigo reflete sobre as alterações que se dão ao nível tanto da abertura da política interna para a política externa soviética como do impacto do descongelamento do conflito soviético-americano para as relações com os países do terceiro mundo. 1988-09-22 / 1988-12-21

D. PT/ADN/IEEI/006/0208 - Economic change and social cohesion in Eastern Europe, por László Láng . In the present paper, the author questions the premise of a predetermined title on which this paper is supposedly based ("Economic Change and Social Cohesion in Eastern Europe") as it implies that social cohesion is a necessary prerequisite for the success of economic change. However, it is argued that it is wrong to presume that full-scale social cohesion can be displayed in the face of any kind of economic change, thesis to which the paper will try to argue for, especially in the light of the political, social and economic conditions of Eastern Europe. For this, the notions of both economic change and social cohesion are reflected upon, focusing on the question of the minimum social support. It is finally concluded that given the inherent contradictions between economic change and social cohesion, change in Eastern Europe will be much more protracted than the optimists would predict. 1993-12-22 / 1994-03-20

D. PT/ADN/IEEI/006/0209 - Leituras, por Fernanda Faria, Luís Filipe Lobo Fernandes, Maria João Seabra e Moisés Venâncio . O presente documento começa com uma crítica de Fernanda Faria ao livro Europeens et Maghrebins: Une Solidarité Obligée, resultado de um seminário organizado em Serpa em julho de 1991, em torno dos segurança, as migrações e as relações económicas, expostos por dois pontos de vista distintos do Mediterrâneo, m da Europa do Sul e outro do Magreb. Na segunda crítica Luís Filipe Lobo Fernandes debruça-se sobre Bound to Lead: The Changing Nature of American Power (1990) de Joseph S. Nye em que este oferece uma perspetiva alternativa à conhecida tese de Paul Kennedy segundo a qual os Estados Unidos estariam em declínio desde 1945. Na crítica a Western Europe and The Gulf (1992) Moisés Venâncio reconhece o valor do livro para o futuro do desenvolvimento de uma política de segurança comum. Maria João Seabra reflete sobre O Futuro do Brasil – A América Latina e o Fim da Guerra Fria (1992) e o seu contributo para o debate da importância estratégica da América Latina sob as novas condições internacionais. A segunda parte é compreendida por um apanhado de x colóquios subordinados às relações intraeuropeias da Europa do Sul (no colóquio "Transição Democrática na Europa do Sul: Aspectos Relevantes para Experiências Actuais", organizado em Lisboa em maio de 1992) e Euro-Latino-Americanas (discutidas no segundo Fórum Euro-Latino-Americano "As Relações Euro-Latino-Americanas: Que Futuro?", que ocorreu em Lisboa em abril de 1992). 1993-12-22 / 1994-03-20

D. PT/ADN/IEEI/006/0210 - A Imprensa Portuguesa e o Conflito na Bósnia: os Meses Decisivos, por Teresa de Sousa . O interesse da imprensa portuguesa no conflito da Bósnia terá sido diminuto até 1995. Esta observação traduz o ambiente geral, do qual o Público se revela como exceção. A vasta cobertura deste jornal, cujo nascimento coincide com o início da crise dos Balcãs, estabelece um padrão novo na imprensa portuguesa. O facto de o jornal ter tido desde o início uma posição editorial muito forte (intervencionista) quanto ao papel da UE determina, também, a forma como tratou a participação portuguesa a partir de 1995. A título de exemplo, fez-se uma avaliação quantitativa das notícias publicadas sobre o conflito de 1 de novembro a 30 de dezembro de 1995 nalguns dos jornais considerados de referência, de modo a sustentar esta tese. 1999-07-01 / 1999-07-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0211 - Os Conflitos nos Balcãs e a Redefinição das Missões Internacionais, por Maria Carrilho . A questão do Kosovo e da Guerra do Iraque irá marcar não só a história dos conflitos armados no Pós-Guerra Fria como toda a reflexão sobre a intervenção internacional, com projeção para o séc. XXI. Um dos aspetos da ordem internacional mais investido pela nova realidade é o da capacidade de gestão das Nações Unidas de situações de conflitualidade violenta – e, por conseguinte, o papel das alianças e estruturas militares, e do peacekeeping. Este artigo procura, assim, contextualizar as missões de escopo mundial no plano das estratégias e doutrinas militares predominantes nos EUA e na Europa e, resumidamente, referir a participação portuguesa em missões das Nações Unidas, assim como alguns aspetos das perceções dos militares relativas à legitimação de tais missões. 1999-07-01 / 1999-07-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0212 - Prioridades da política externa portuguesa na Ásia, por Miguel Santos Neves . O presente artigo reflete, conjeturalmente, sobre aquelas questões que rodeavam a crise financeira na região Asiática – em particular o Sudeste Asiático – no ano de 1988 na perspetiva da política externa portuguesa. Assim, é tido que, apesar da gravidade da situação e do debate sobre o carácter estrutural da crise, esta era de natureza essencialmente conjetural dado que, apesar de expor limitações e deficiências destas economias, também fragilizava regimes autoritários e produz avanços estratégicos positivos na consolidação da estabilidade na região e de esquemas multilaterais regionais. Assim, para além da exposição dos regimes políticos, económicos e estratégicos desta região, o ano de 1988 permite uma avaliação da resposta da Ásia no desenvolvimento das suas relações externas, em particular com a União Europeia e Portugal. 1999-01-01 / 1999-01-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0213 - Dos 50 anos da UEO aos 50 anos da NATO, por Álvaro de Vasconcelos . Apesar de 1998 ser o ano do Euro e, portanto, o estado da economia e os critérios de convergência surgirem como prioridade, os conflitos regionais pressionam a lembrança das questões de segurança e da política externa, não só na agenda internacional, mas também de Portugal. A internacionalização da política externa e de defesa portuguesa exigem, assim, tomadas de posição, intervenções

políticas e militares – tanto como membro da União Europeia como da NATO. O que se torna significativo em 1998 do ponto de vista estratégico são, então, as relações entre a NATO e a Rússia, o debate sobre o novo conceito estratégico da Aliança e a afirmação da identidade europeia de segurança e defesa, questões sobre as quais o presente artigo se dedica – com especial atenção sobre o papel português e o seu papel tanto político como geoestratégico. 1998-01-01 / 1998-01-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0214 - Moçambique - Quando o Islão se Interessa pela Política, por Fernando Balthazar de Lima . Tal como no Quénia e na África do Sul, também em Moçambique se fizeram ouvir as vozes de apoio ao Afeganistão taliban à revelia das posições oficiais de solidariedade para com os Estados Unidos e de apoio ao combate internacional ao terrorismo. Isto deve-se, em larga parte, à representação da comunidade islâmica asiática, uma força incontornável no Moçambique atual, refletidos na manifestação convocada pelo movimento islâmico de Moçambique em Maputo, que mostra o crescente nível de intervenção política da comunidade muçulmana, nomeadamente a sua vertente asiática, tradicionalmente concentrada apenas nos seus negócios. 2001-07-01 / 2001-07-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0215 - O Novo Acordo de Parceria ACP-UE: Uma Renovação da Cooperação Internacional?, por Geert Laporte . O novo Acordo de Parceria ACP-UE, é muito diferente das Convenções de Lomé que, durante 25 anos, regularam as relações entre os dois grupos de países, já que defende uma abordagem integrada e abrangente que responde mais eficientemente aos desafios com que os Estados ACP se deparam. Este artigo identifica e avalia algumas das novas tendências na cooperação ACP-UE que correspondem à atual modernização da cooperação internacional. Na primeira parte, sintetizam-se as maiores inovações e mudanças introduzidas pelo novo Acordo; na segunda, evidencia-se o peso do grupo ACP nas negociações; e, na terceira, reflete-se sobre os maiores desafios à aplicação do acordo nos anos seguintes. 2001-07-01 / 2001-07-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0216 - O Anti-Americanismo Americano: Chomsky, por Bruno Cardoso Reis . O presente artigo incide sobre a crítica de Noam Chomsky, um escritor e filósofo estadunidense, à política externa americana – que denuncia como ideologicamente incongruente – de forma a refletir sobre o crescente sentimento antiamericano. 2001-12-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0217 - O Reverso da Solidariedade Transatlântica, por Maria do Rosário de Moraes Vaz . O presente artigo ressalva a necessidade da cooperação transatlântica – desta vez da União Europeia para os EUA – e a redefinição da convergência euro-atlântica em matéria da segurança internacional, face às novas circunstâncias de terrorismo transnacional. 2001-12-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0218 - As Cóleras da História, por Fouad Ammor . O presente artigo averigua, por um lado, os fatores (históricos, culturais, económicos, ideológico e outros) que levaram ao 11 de setembro que retoma o debate do mundo multipolar versus um mundo bipolar e, por outro, o crescente sentimento antiamericano na cena internacional – apontando o isolacionismo americano no que diz respeito às suas relações externas e políticas de defesa como fator preponderante. 2001-12-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0219 - O Anti-Americanismo em Questão, por Nicolas de Santis, Ian Lesser, Bruno Cardoso Reis, Mark Heller, M. R. de Moraes Vaz E Mario Telò . No início do milénio – e especialmente depois do 11 de Setembro – Europa e os EUA entravam em discórdia numa série de questões essenciais para o futuro do sistema internacional: de Kioto até a OMC, passando pelo TPI. O conflito no Afeganistão levou a que, de novo, se vissem nas capitais europeias manifestações contra uma ação militar norte-americana. Aproveitando a presença de uma série de especialistas internacionais na XIX Conferência Internacional de Lisboa, nesta mesa redonda procurou esclarecer-se se o antiamericanismo está de volta às Américas e à Europa, se ele nunca deixou de existir, ou se já não existe e estes factos nada tem que ver com ele. 2001-12-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0220 - Vícios e Virtudes do Anti-Americanismo, por Álvaro de Vasconcelos . O antiamericanismo, assunto sobre o qual se debruça o número 27 da revista Mundo em Português, encontra a sua expressão tanto à direita como à esquerda, assumindo, na sua generalidade, na Europa, contornos ideológicos nacionalistas. Contudo, também existe antiamericanismo positivo, que constitui uma oposição ao unilateralismo. O crescimento ou diminuição deste alheamento dependerá da defesa dos direitos humanos sobre a política de poder nas políticas antiterroristas americanas. 2001-12-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0221 - As Contradições da Cooperação Internacional, por Patrícia Magalhães Ferreira . Numa altura em que a comunidade internacional reconhece a necessidade de atacar uma das principais causas dos extremismos - a pobreza e

o subdesenvolvimento - os agentes da cooperação internacional não podem continuar a ignorar que até aqui cometeram vários erros de avaliação e optaram, quase sempre, pelo alívio imediato em vez do investimento estrutural, que se manifestam num crescente sentimento de descrença nas políticas de cooperação internacional. 2001-12-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0222 - Difícil Degelo entre Pyongyang e Seul, por Brian Bridges . Depois de um período otimista para a reconciliação da Coreia, especialmente após a visita histórica de Kim Jong-il a Pyongyang em junho do 2000, a chegada da Administração Bush ao poder de Washington vem congelar o progresso feito, iluminando as questões de severa desconfiança externa por parte da Coreia do Norte. Neste sentido, o atentado de 11 de setembro revela tanto uma ameaça como uma oportunidade para as relações diplomáticas norte-coreanas e, consequentemente, para os seus problemas económicos e políticos internos. 2001-12-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0223 - Bloco de Notas, por Alexandra Prado Coelho . Tendo em conta o contexto da Guerra do Afeganistão e a crescente pax americana, o presente documento provém o autor de sugestões de leitura relativamente às relações ideológicas entre o ocidente e a democracia islâmica, às consequências da pax americana e o crescente antiamericanismo daí resultante, às condições da guerrilha no Afeganistão e à fuga das elites sociais desta. 2001-12-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0224 - O terrorismo e o petróleo, por George Joffé . Quase ao mesmo tempo que os aviões atingiram o World Trade Center os preços do petróleo começaram a cair. A explicação do fenómeno não está, contudo, e essencialmente, no terrorismo; mas na ameaça de recessão global, no regresso ao mercado petrolífero de produtores não-membros da OPEC e nos esforços americanos para reduzir a sua dependência da produção de crude em regiões conturbadas. Nesta medida, o 11 de setembro vem significar um ponto de viragem na situação internacional. O presente artigo pretende, deste modo, averiguar as alterações verificadas tanto no comércio do petróleo como nas relações internacionais, após a escalada de terrorismo verificado em 2001. 2002-01-01 / 2002-01-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0225 - O realismo da ONU no Afeganistão, por Nuno Filipe Brito . Apesar do sucesso do acordo para o Afeganistão negociado em Bona, as Nações Unidas apostam na prudência. Para concretizar os objetivos ambiciosos da comunidade internacional na reconstrução do Afeganistão, Brahimi e a ONU sublinham a necessidade de uma abordagem realista. Realismo na fixação dos mandatos das operações de paz, na definição quantitativa e qualitativa dos seus contingentes militares e na afetação de recursos, sobretudo de natureza financeira, pelos estados membros da ONU. Nesta medida interessa pesar a celeridade da intervenção de uma força militar internacional no Afeganistão e a receção da mesma, sendo esta considerada fundamental no término do prolongado conflito. 2002-01-01 / 2002-01-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0226 - Angola: e a guerra continua, por Alex Vines e Andrea Lari . O presente artigo faz o balanço da guerra civil em Angola no início de 2002. Por esta altura, a UNITA e o Governo de Luanda permanecem longe da mesa de negociações, sem a intervenção de atores internacionais na resolução do conflito. O autor dá, assim, conta da escalada de violência contra os civis e da violação de direitos humanos, da escassez e ineficácia das ajudas humanitárias, dos progressos e iniciativas ao estabelecimento da paz internos e do papel da Comunidade Internacional. 2002-02-01 / 2002-02-28

D. PT/ADN/IEEI/006/0227 - Como julgar os Taliban?, por Anthony Pereira . A decisão da administração Bush de julgar em tribunais militares especiais os prisioneiros de guerra capturados na campanha do Afeganistão e suspeitos de auxílio ou participação cativa na rede terrorista Al-Qaeda, suscita dúvidas tanto no seio dos próprios EUA como internacionalmente. Não só constituem uma tentativa de torner as garantias do sistema judicial civil e, logo, de ignorar os direitos e garantias individuais que a tradição histórica e constitucional dos EUA concede a qualquer suspeito criminal, como o tratamento dos prisioneiros revela uma propensão ditatorial por parte da administração Bush e um atentado aos direitos fundamentais, liberdade e democracia que é suposto defender. 2002-02-01 / 2002-02-28

D. PT/ADN/IEEI/006/0228 - Kissinger no banco dos réus?, por Pedro Aires Oliveira . Neste texto é interrogada a consistência dos argumentos do jornalista Christopher Hitchens na sua ação criminal contra Henry Kissinger por crimes de guerra e crimes contra a humanidade, exposta no seu livro *The Trial of Henry Kissinger*. Não só são ressalvadas as fragilidades da obra enquanto documento ensaístico e de rigor científico, como questionada a relevância do próprio requisito contra um antigo responsável de um Estado de direito cujos atos já foram objeto de escrutínio de outros órgãos de soberania e que é acusado isoladamente daqueles seus superiores - como o do próprio presidente. 2002-02-01 / 2002-02-28

D. PT/ADN/IEEI/006/0229 - Os direitos do inimigo, por Álvaro de Vasconcelos . Os protestos suscitados, na Europa e nos próprios Estados Unidos, bem como por parte das Nações Unidas, pela situação dos prisioneiros afegãos e de presumíveis membros da Al-Qaeda detidos na base americana de Cuba tem o aspeto notável de mostrar que a consciência da validade e da universalidade do direito internacional, que até 11 de Setembro se manifestava em crescendo, não sofreu um golpe fatal à conta dos imperativos da luta antiterrorista. Interessa, assim, na luta pela democracia, sob a forma da luta contra o terrorismo, a luta simultânea pelos direitos fundamentais, tanto nas sociedades democráticas como em relação ao “inimigo”, essenciais à própria utopia da democracia. 2002-02-01 / 2002-02-28

D. PT/ADN/IEEI/006/0230 - Aproveitar a oportunidade: um Estado palestino já!, por Edy Kaufman e Mubarak Awad . Esgotadas todas as outras possibilidades - a mediação americana, uma iniciativa de paz israelita, a luta armada - chegou o momento para os palestinos avançarem com a sua própria iniciativa de paz ousada e inovadora. O primeiro passo será, afirma o autor, a declaração imediata de um Estado palestino, ação apoiada pela ONU e pelos EUA. Esta ação traria consequências positivas não apenas para os Palestinos como para Israel e para a paz mundial. O presente artigo serve, assim, como um apelo ao Presidente Arafat para que assuma o risco de declarar o Estado palestino pela paz, já que acredita vir a reduzir a tendência para o uso da violência e o terror como formas legítimas de luta para restaurar os direitos dos palestinos. 2002-02-01 / 2002-02-28

D. PT/ADN/IEEI/006/0231 - Franco e Hitler, tão amigos que eles foram!, por Bruno Cardoso Reis . Neste texto é analisado o livro Franco, Hitler y el estallido de la guerra civil: antecedentes y consecuencias de Ángel Viñas, resultado de uma reapreciação Viñas havia feito duas décadas antes e que tinha adquirido um estatuto notável, ressaltando as qualidades do seu aprofundamento, tanto temporal como documental, incidindo, especialmente, nos acrescentos que foram feitos tanto relativos ao papel espanhol como português. 2002-02-01 / 2002-02-28

D. PT/ADN/IEEI/006/0232 - Bloco de Notas . Neste texto são sintetizados alguns temas periféricos em discussão em fevereiro de 2002: a questão da unilateralidade da informação e a questão da propaganda; nos debates e consequências do pós-guerra na Ásia Central; sobre a Somália ser o próximo alvo na agenda dos EUA contra o terrorismo; e de que forma a Máfia mudou as suas táticas de forma a sobreviver à repressão policial sofrida no anos 90. 2002-02-01 / 2002-02-28

D. PT/ADN/IEEI/006/0233 - Protectorados' da ONU? Aprender com o Kosovo e Timor, por Richard Caplan . Tendo em conta o crescendo na responsabilidade e autoridade executiva, legislativa e judicial pela ONU especialmente depois das missões de manutenção da paz ou de reconstrução estatal da história no Kosovo e depois em Timor-Leste, torna-se essencial refletir sobre os aspetos positivos e negativos de missões como a Missão da Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo (UNMIK) e a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET) e sobre os seus principais obstáculos e desafios, de modo a orientar a ONU em futuras administrações internacionais interinas. 2002-02-01 / 2002-02-28

D. PT/ADN/IEEI/006/0234 - Nova ronda de negociações da OMC, por Vera Thorstensen . A IV Conferência Ministerial da OMC representa uma etapa decisiva na história da organização e lança uma nova rodada de liberalização para o comércio internacional após o 11 de setembro. A Declaração de Doha, que representa um roteiro das atividades da OMC nos próximos anos, resultou num texto de leitura difícil cuja interpretação deve ser feita a partir da lógica diplomática dos interesses políticos e económicos dos membros envolvidos – tarefa à qual se dedica o presente texto. 2002-02-01 / 2002-02-28

D. PT/ADN/IEEI/006/0235 - Revolução Boliveriana enfrenta obstáculos, por Ricardo Migueis . O presente texto faz o balanço dos sinais crescentes de perda de apoio popular ao Governo do Presidente Chávez, que se sucede a par de uma descrença na sua reforma de cariz semi-socialista e da deterioração no campo das relações internacionais, especialmente com os Estados Unidos da América. 2002-02-01 / 2002-02-28

D. PT/ADN/IEEI/006/0236 - Eixo do Mal' - discórdias transatlânticas, por Pedro Courela . O presente texto dá conta à reação ao discurso anual do Presidente dos EUA ao Congresso, no qual George W. Bush apelidou a Coreia do Norte, Irão e Iraque de “Eixo do Mal”, particularmente de Chris Patten, Comissário Europeu das Relações Externas. Apesar de Bush sugerir que estaríamos prestes a assistir ao início de uma nova fase na “luta contra o terrorismo” e que estar passaria pela condução de ações militares contra os três países referidos, os europeus, apercebem-se que a intenção de Washington pouco tem a ver com o terrorismo, mas sim a uma postura agressiva face a regimes dotados de capacidades militares de destruição massiva, levando a severas represálias internacionais. 2002-02-01 / 2002-02-28

D. PT/ADN/IEEI/006/0237 - Guantánamo: algumas razões, poucas explicações, por Adam Roberts . Apontando as falhas e fraquezas dos EUA no tratamento dos prisioneiros de guerra em Guantánamo, bem como a ineficiência da sua comunicação pública, ainda que provando a legalidade internacional do processo, o presente artigo tenta perceber como se devem aplicar as regras de tratamento, interrogatório e julgamento de prisioneiros de guerra nas operações antiterrorismo. Para isto é tido em conta tanto a natureza da Convenção de Genebra Sobre o Tratamento de Prisioneiros de Guerra, como a própria definição de “combatentes legais”, que se encontra no cerne do debate internacional sobre a legalidade do processo. 2002-03-01 / 2002-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0238 - A intervenção que falta, por Álvaro de Vasconcelos . Neste texto são comparados o julgamento de Milosevic e a guerra da Palestina no que diz respeito à intervenção internacional. Neste contexto, reflete-se sobre de que forma os conflitos que atentam sobre os direitos humanos e a segurança internacional devem ser internacionalizados e resolvidos ativamente eventualmente por intermédio de um conjunto de países dispostos a agir, militarmente se necessário, legitimados por regras e normas internacionais. 2002-04-01 / 2002-04-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0239 - Ásia Central, terreno fértil para o islamismo radical, por Alexandra Prado Coelho . Nesta resenha do livro Jihad — the rise of militant islam in Central Asia, de Ahmed Rashid reflete-se sobre o crescimento do islamismo radical nas antigas repúblicas soviéticas da Ásia Central. Fornecendo um resumo da investigação sobre a presença e influência dos movimentos islamistas ao longo da história da Ásia Central e as relações entre esta região e os seus países vizinhos, é concluído que a crescente presença do Islão militante nesta área é resultado dos regimes repressivos nela existentes. 2002-04-01 / 2002-04-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0240 - Palestina - há alternativas a Arafat?, por George Joffé . Numa tentativa de retomar a vantagem que tinham no Médio Oriente e a sua intervenção neste conflito e de apoiar Israel, os EUA recusaram-se a negociar com Arafat. Não obstante, o presidente da Organização de Libertação da Palestina (OLP) e presidente da AP, apesar da forte campanha política e militar sofrida, continua a ser uma incontornável figura para a resolução permanente da questão palestiniana. Neste sentido, o presente texto reflete sobre as possíveis alternativas a Arafat nas negociações EUA-Médio Oriente, dando conta da dificuldade do avanço de um processo negocial, sem a influência de Arafat. 2002-04-01 / 2002-04-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0241 - Causas e perspectivas de um colapso anunciado, por Andrés Malamud . O presente texto constitui uma breve introdução à natureza e causas da repentina bancarrota da Argentina. Para tal, primeiramente, o autor descreve a excecionalidade história da Argentina que sempre se percebeu como um país europeu, inserido numa América Latina que ignorava ou desprezava. Partindo disto, a crise atual é explicada como o fim dessa excecionalidade e um regresso abrupto do país ao continente que o acolhe geograficamente. Finalmente, procura-se entender o vínculo entre o passado e o presente para prever os prováveis cenários que afetarão o país e a região no futuro. 2002-06-01 / 2002-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0242 - Timor - As lições da história, por Fátima Monteiro . Neste texto o autor traça a história de Timor-Leste, no contexto da luta anticolonial e pela independência, desde o seu período de colonização até ao massacre de Santa Cruz, que serve, finalmente, como catalisador da opinião pública internacional contra as atrocidades cometidas em Timor, e como prova incontornável da necessidade de adoção de medidas concretas por parte das autoridades internacionais. 2002-06-01 / 2002-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0243 - Porque não pratica a Europa a sua política?, por Maria do Rosário Moraes Vaz . Apesar da “divisão de trabalho” entre a Europa e os Estados Unidos para a resolução do conflito israelo-palestino, ambos têm falhado na pressão para o término do conflito. Tendo em conta a ineficácia da Administração Bush e resistência israelita a um acordo pacífico, torna-se necessário à Europa procurar uma convergência mais sólida entre árabes e europeus, tomar iniciativas que não tenham por destino Washington, mas sim Tel-Aviv, e usar diretamente todos os meios que a diplomacia faculta para exercer pressão sobre o mais forte e levá-lo a pôr de parte a solução militar. 2002-06-01 / 2002-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0244 - A política externa de Timor, por Fernando Balthazar de Lima . Neste texto consta a entrevista levada a cabo por Fernando Balthazar Lima a José Luis Guterres, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da RDTL respeitante à matéria das relações internacionais previstas para Timor-Leste, principalmente no que diz respeito aos seus vizinhos, Portugal e Brasil. 2002-06-01 / 2002-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0245 - Autópsia dum morto anunciado, por Bruno Cardoso Reis . O processo de paz de Oslo entre Palestinos e Israelitas encontra-se parado, os esforços internacionais para o fim do conflito falharam, assim como os acordos provisórios, que se julgava virem a restituir a autonomia palestina. Neste contexto, o presente artigo reflete sobre o que impediu o sucesso destes esforços e da estagnação dos atuais esforços de negociação que passa, em grande parte, pela incapacidade palestina de reagir às provocações do governo Sharon. 2002-06-01 / 2002-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0246 - Bloco de Notas, por s.a. Neste texto são abordados assuntos periféricos relativos aos temas que deram corpo ao número 33 do Mundo em Português, nomeadamente a respeito da ocupação de Timor pela Indonésia e os posteriores julgamentos desta última, as relações EUA e Irão, a questão de Jerusalém no conflito israelo-palestino e do crescimento do islamismo radical no mundo árabe. 2002-06-01 / 2002-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0247 - Refugiados afegãos - Desfecho de uma longa tragédia, por Raquel Freitas . A deslocação de afegãos é uma realidade de longa data, tendo sido acentuada tanto pelo agravamento do conflito interno (piorado, por sua vez, pelo descuido internacional relativamente ao problema) como pela seca prolongada. O presente artigo divide-se, assim, em três partes: uma devota ao passado – e aos catalisadores do antigo problema –, outra ao presente – à ajuda humanitária existente – e, finalmente, ao futuro – às ramificações do conflito e à reconstrução necessária numa fase prévia à sua resolução. 2002-07-01 / 2002-08-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0248 - Um realismo ultrapassado, por Standley Hoffmann . Henry Kissinger pergunta, no título do próximo livro, será que os EUA têm necessidade de uma política externa? Standley Hoffmann, um dos mais influentes autores de relações internacionais das últimas décadas e antigo colega de Kissinger na Universidade de Harvard tentou dar resposta a esta questão numa análise detalhada da obra e das mais prementes questões a nível internacional. Neste texto, é exposta a posição de cada um dos autores no que diz respeito às relações entre os Estados Unidos e a comunidade internacional. 2002-07-01 / 2002-08-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0249 - América Latina - Jogos de poder, por Julia Buxton . No presente texto, a autora faz uma resenha sobre a coletânea intitulada Politics of Latin America: The Power Game de Harry E. Vanden e Gary Prevost que, através de uma abordagem multidisciplinar, fornece material empírico para compreender os complexos jogos de poder latino-americanos. A tese central deste trabalho é que a análise do contexto socioeconómico e histórico da região é fundamental para a compreensão da atual cena política e, conseqüentemente, para compreender as persistentes desigualdades políticas, sociais e económicas que caracterizam a região. 2002-07-01 / 2002-08-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0250 - Bloco de Notas, s.a. O presente texto discorre brevemente sobre as memórias de Bill Clinton relativamente à aproximação entre os EUA e a Rússia; o declínio do islamismo, principalmente no que diz respeito à sua expressão violenta; e, finalmente, sobre três livros acerca da guerra do Kosovo que ajudam a compreender a influência deste conflito na forma de lutar dos EUA – nomeadamente War over Kosovo de Andrew J. Bacevich e Eliot A. Cohen; NATO's Air War for Kosovo de Benjamin S. Lambeth; e Why Milosevic Decided to Settle When He Did de Stephen T. Hosmer. 2002-07-01 / 2002-08-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0251 - A desordem imperial, por Álvaro de Vasconcelos . O presente artigo problematiza a crise e desordem da ordem internacional que se seguiu ao otimismo num multilateralismo pós-hegemónico no final dos anos noventa. Destaca-se, nesta alteração de paradigma, o papel do 11 de setembro e da política externa dos EUA, especialmente da Administração Bush que comanda uma coligação sem princípios e de oportunismos. Aponta, por final, para a importância de os europeus assumirem a liderança da maior potência democrática da Terra para a criação de uma ordem internacional assente na associação entre os Estados, na lei e na justiça, e na força para a impor quando necessário. 2002-09-01 / 2002-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0252 - O império contra-ataca, por Alexandra Barahona de Brito . Se, após o 11 de setembro, pareceria lógico reforçar as instituições de justiça internacional, a administração Bush segue o caminho oposto com a retirada de assinatura do Tribunal Penal Internacional e a assinatura do American Service Members Protection Act (ASPA). Fazendo uso da analogia a Guerra das Estrelas, o autor do presente artigo mantém que a posição unilateralista e de recuo na promulgação dos direitos humanos dos EUA deve ser contrabalançada pela UE que deve garantir a posição internacional do TPI, trazendo os EUA de volta neutralizando a sua extrema-direita e reforçando o mundo multilateral. 2002-09-01 / 2002-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0253 - A desordem regional árabe e o 11 de Setembro, por Gema Martin Muñoz . Neste texto é estabelecida uma relação de causa-efeito entre uma permissividade internacional – especialmente estadunidense – no que diz respeito às leis antiterroristas após o 11 de setembro e à priorização estratégica e militar sobre o desenvolvimento e a democratização e o aumento de políticas repressivas de segurança e regimes antidemocráticos, à margem do estado de direito, nos países do Norte de África e do Médio Oriente. De modo a perceber a gravidade da situação destes países desde os atentados de 11 de setembro, a autora analisa o contexto socioeconómico e político em que se encontravam por esta altura. 2002-09-01 / 2002-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0254 - A resposta europeia, por Nuno Severiano Teixeira . O 11 de Setembro evidenciou uma nova etapa do terrorismo que consagra, definitivamente, a transnacionalização da segurança e confronta o mundo com o fenómeno a que Manuel Castells chamou a “guerra rede”. Considerando esta nova etapa, o presente texto avalia qual foi, afinal, para lá das declarações de solidariedade para com os Estados Unidos, a resposta efetiva da União Europeia ao atentado e à ameaça terrorista: o reforço da cooperação em assuntos internos e de justiça. 2002-09-01 / 2002-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0255 - Implicações económicas do 11 de Setembro, por André Magrinho . Este texto fornece um exercício de reflexão sobre consequências económicas a curto e médio prazo do 11 de setembro no mercado global um ano depois do atentado. Neste sentido, revelam-se três níveis de incidência consensuais, sobre os quais o artigo se debruça: a redução da cobertura de seguro em resultado da perceção do aumento do risco; custos de transação mais elevados constituem uma ameaça ao comércio internacional; e um aumento das despesas militares e de segurança altera a tendência multilateralista. 2002-09-01 / 2002-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0256 - Iraque: a América vai atacar?, por George Joffé . Tendo em conta a intensificação das alegações contra o regime iraquiano de Saddam Hussein e da possibilidade de uma guerra contra o Iraque em Washington, o presente texto dá conta dos argumentos utilizados por esta retórica, os verdadeiros intuitos por trás dela, das implicações e ramificações no Médio Oriente e, finalmente, de uma contra-ofensiva verbal em Washington, mas também por parte dos aliados europeus, da qual se desenvolve uma nova crise nas relações transatlânticas. 2002-09-01 / 2002-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0257 - O perigoso mas necessário exercício dos balanços a quente, por Bruno Cardoso Reis . Até que ponto é possível aos contemporâneos reconhecer e avaliar a relevância de um determinado ponto de viragem na vida internacional? Até que ponto lhes é possível apreciar algo ainda mais difícil, qual o sentido dessa mudança? É da crença do autor que estas questões puderam ser testadas após o atentado de 11 de setembro, oferecendo uma reflexão sobre elas. 2002-09-01 / 2002-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0258 - Uma guerra sem fim, por José Calvet de Magalhães . George W. Bush escolheu o caminho da guerra permanente, procurando, através de meios militares derrotar o terrorismo. Esta opção, condicionada pela procura da popularidade e pela política petrolífera americana, começa, no entanto, a revelar os seus limites, dos quais dá conta o presente texto. 2002-09-01 / 2002-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0259 - Desafios da Paz: o desenvolvimento do tecido empresarial, por Mário Pizarro . Criar condições para o desenvolvimento do tecido empresarial angolano é um dos importantes desafios que a nova situação de paz apresenta. Neste contexto, o presente artigo discorre sobre a forma como se caracteriza o tecido empresarial angolano, assim como quais as oportunidades e constrangimentos ao seu desenvolvimento. 2002-10-01 / 2002-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0260 - Será Angola estratégica para os Estados Unidos?, por Paul Hare . Neste texto é analisada a relação entre os EUA e Angola que sofreu alterações profundas, desde a oposição declarada ao regime de Luanda até ao apoio pós cessão da guerra. Para esta alteração é ressalvada a importância acrescida do petróleo e o papel que Luanda pode desempenhar na estabilidade regional da África Austral. 2002-10-01 / 2002-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0261 - Relações Angola-África do Sul: Cooperação constructiva ou rivalidade prematura?, por Gomes Porto . Partindo da premissa de que o cenário de rivalidade entre Angola e a África do Sul é irrealista e que, pelo contrário, a conjugação dos esforços entre os dois países é um interesse comum, o presente artigo pretende avaliar, no contexto regional, a forma como a situação em Angola tem sido encarada pela África do Sul (RAS). 2002-10-01 / 2002-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0262 - Cimeira de Joanesburgo: Uma janela sobre Washington, por Viriato Soromenho-Marques . Partindo da ausência de Bush na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, o presente artigo reflete sobre, por um lado, a incapacidade revelada, através desta ausência, pela Administração Bush de compreender a co-implicação das novas prioridades estratégicas e de segurança e o combate à pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável, e, por outro, como, apesar disto, a opinião pública mundial continua dependente da liderança americana. 2002-10-01 / 2002-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0263 - Os erros dos EUA no Iraque, por Alexandra Prado Coelho . Este texto faz uma leitura do livro *Out of the Ashes - The Resurrection of Saddam Hussein* (2000) de Andrew Cockburn e Patrick Cockburn e do que falhou nas tentativas americanas de derrubar Saddam Hussein e para pôr fim ao regime no poder em Bagdad desde a administração de George Bush pai. 2002-10-01 / 2002-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0264 - Democracia tranquila, por Álvaro de Vasconcelos . O presente texto fornece uma breve reflexão sobre o futuro do Brasil após a eleição de Lula para a presidência. Neste contexto, são destacados os desafios na frente interna (nomeadamente, a gestão das enormes expectativas criadas nos sectores mais desfavorecidos) e na frente internacional (o do Mercosul e das relações com os Estados Unidos), assim como o papel da União Europeia para o sucesso do governo Lula. 2002-11-01 / 2002-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0265 - A eleição de Lula: Perspectivas políticas, por Amaury de Souza . Apesar de a eleição de Lula por maioria esmagadora conferir forte legitimidade ao seu governo, o autor do presente texto – traçando a jornada do PT e da campanha de Lula rumo ao poder – alerta para os desafios futuros tanto do Brasil na sua dimensão interna como externa, como para o governo de Lula no que diz respeito à previsível heterogeneidade do seu gabinete, fruto dos resultados eleitorais do congresso e das políticas de alianças. 2002-11-01 / 2002-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0266 - Os anos decisivos, por Hélio Jaguaribe . Num tom prospetivo, o presente texto dá conta das difíceis perspetivas que o quadriénio presidencial 2003-2006 apresenta para o governo eleito nas legislativas brasileiras em outubro de 2002, as mais graves sendo as crises cambial e social que requerem, aquela, pronta solução, e esta, um rápido equacionamento. Assim, a curto prazo destacam-se a definição do Brasil ante do projeto da ALCA e, a longo prazo, a adoção de um novo modelo económico-social e a resolução da questão social brasileira – que apesar da urgência requerem um projeto fundamental e duradouro. 2002-11-01 / 2002-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0267 - PT versus PSDB, por Renato Janine Ribeiro . Neste texto as agendas políticas do PT e do PSDB são distinguidas em torno dos temas da república, da democracia, do socialismo e do liberalismo. Partindo tanto do resultado das eleições brasileiras como da dissecação filosófica e políticas de cada um destes conceitos, é sustentado que o PT expressa, na política brasileira, a vertente democrática, e o PSDB, a republicana. 2002-11-01 / 2002-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0268 - Os desafios internos e externos de um futuro governo Lula, por Roberto Bouzas . Fernando Henrique Cardoso, apesar dos seus sucessos na modernização da economia e no alargamento do espaço do mercado, deixa ao seu sucessor, Luiz Inácio da Silva, uma série de desafios no que diz respeito à desigualdade económica e social, à vulnerabilidade externa (tanto regional como internacional) e ao desenvolvimento sustentável da economia. A estes acrescentam-se os desafios da governabilidade (que requerem uma coligação) e da crise cambial. 2002-11-01 / 2002-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0269 - O Brasil hoje, por Ricardo Migueis . Se o Brasil demonstrou uma grande pujança no seu processo de transição democrática, é agora necessário, crê-se, reforçar a legitimidade política, exercício que requer que sejam enfrentados os graves problemas sociais do país. É, ainda neste artigo, estabelecida uma relação entre a crise social e a crise económica – já que a desigualdade social é apontada como a raiz da falta de dinâmica empreendedora da sociedade brasileira. 2002-11-01 / 2002-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0270 - Ainda há mais indivíduos que pessoas, por Alexandra Barahona de Brito e Francisco Panizza . No presente artigo pretende-se averiguar as causas da persistência das violações dos direitos humanos que terão aumentado com o fim do autoritarismo. O problema é, assim, apresentado como estrutural, institucional e político-cultural e resumido em quatro pontos essenciais, interligados entre si: causas socioeconómicas; causas políticas, institucionais e culturais; causas socioculturais; e causas institucionais. Finalmente, é apontada a eleição de Lula como possivelmente importante para de “domar” a autonomia estadual no que diz respeito à questão dos direitos fundamentais. 2002-11-01 / 2002-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0271 - A guerra preventiva ao Iraque - Libertação ou invasão?, por Luis Martinez . O presente texto compõe uma visão sobre dez anos (desde 1991) da intervenção da comunidade internacional, mas especialmente dos Estados Unidos, no Iraque. É, deste modo, confrontada, em paralelo, a falta de visão e lógica política na política externa americana e da falta de autonomia da comunidade internacional, com o dano humano, económico, social, político e psicológico infligido sobre a comunidade iraquiana. 2002-11-01 / 2002-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0272 - Valsa a dois tempos, por Maria do Rosário de Moraes Vaz . O presente artigo reflete sobre a problemática da legitimidade da Conselho de Segurança, da ONU e mesmo da União Europeia no que diz respeito à oposição de países como França no que diz respeito ao desarmamento meramente nuclear do Iraque e que requer tanto uma imposição pela força, como no processo – e respeito – das decisões tomadas. 2002-11-01 / 2002-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0273 - Bali - Seria previsível?, por George Joffé . Fazendo uma comparação entre as certezas e a simplicidade do 11 de Setembro e da guerra contra o terrorismo e a complexidade do atentado de Bali e do Sudeste Asiático, o presente artigo dá conta da falha de análise feita pela Austrália e das lições que se podem retirar de Bali para a luta antiterrorista. 2002-11-01 / 2002-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0274 - Resposta a Robert Kagan - O Espírito de Washington, por Pierre Hassner . O presente texto Pierre Hassner critica o artigo de Robert Kagan, "Power and Weakness" no que diz respeito às suas referências filosóficas e históricas, da parcialidade e exagero da sua análise da sociedade e dos valores tanto europeus como americanos e à pobreza da sua definição do poder e da potência – desastroso para a ordem internacional, para as relações transatlânticas e mesmo, nas suas implicações normativas, para os Estados Unidos. 2002-12-01 / 2002-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0275 - Alemanha – de parceiro privilegiado a free rider, por Anne-Marie Le Gloannec . O antiamericanismo sempre existiu na Alemanha, mesmo que de forma mais mitigada do que noutros países europeus, mas as atuais posições políticas do governo alemão e as declarações proferidas durante a campanha eleitoral levantam uma questão pertinente: estaremos perante uma mudança significativa na política externa alemã? O presente artigo tenta dar resposta a esta questão, procedendo a uma análise do discurso político de políticos como Gerhard Schroeder ou Herta Däubler-Gmelin e da possível autonomia unilateral que esta possa implicar no seio da UE. 2002-12-01 / 2002-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0276 - Argentina - Uma relação sinuosa com os Estados Unidos, por Andrés Malamud . O presente texto perspetiva as relações histórias entre a Argentina e os Estados Unidos tendo em conta o quadro de crise do primeiro e a recusa de ajuda económica. Esta análise prova-se um exercício útil, já que o sucesso e forma da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) dependerá, em grande parte, dos vínculos entre os dois países. 2002-12-01 / 2002-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0277 - O anti-americanismo, como combatê-lo?, por Bruno Cardoso Reis . Neste texto são analisados os livros L'obsession anti-américaine. Son fonctionnement, ses causes, ses conséquences (2002) de Jean-François Revel e L'Ennemi américain: Généalogie de l'antiaméricanisme français (2000) de Philippe Roger, duas obras francesas sobre os mitos e realidades subjacentes ao antiamericanismo, particularmente a sua expressão em França. Estes atribuem o sentimento antiamericano não em factos reais, mas em profundas raízes ideológicas e culturais, pouco permeáveis à mudança. 2002-12-01 / 2002-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0278 - 3 votos para um ano decisivo, por Álvaro de Vasconcelos . O presente texto elabora uma visão prospetiva sobre o ano de 2003, a qual se pode desdobrar ou numa perspetiva pessimista ou numa perspetiva otimista. De acordo com a primeira, 2003 seria uma continuação das tendências unilateralistas de 2002, com um privilegiar da política de potência, recurso à guerra como forma essencial de dirimir os conflitos internacionais e o aumento da violência sobre civis como alvo nos conflitos. A sua alternativa, por outro lado, coloca como hipóteses a renovação do multilateralismo e do regionalismo, requerendo, não obstante, a consolidação da União Europeia como ator incontornável da resolução dos grandes problemas internacionais. 2003-01-01 / 2003-01-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0279 - O que significará a guerra ao Iraque?, por George Joffé . O presente artigo discorre sobre quais as variáveis e os rumos possíveis de ação a serem tomados em relação ao Iraque caso a descrição entregue dos seus programas de armas de destruição maciça não esteja de acordo com a Resolução 1441 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Assim, apesar de os discursos públicos de americanos e britânicos apontarem para a inevitabilidade e premência do ataque ao

Iraque, as incógnitas ainda dominam a análise: haverá ataque, quando, com que apoios, internos e externos, com que consequências para o Iraque e para a região?. 2003-01-01 / 2003-01-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0280 - Receitas falhadas, por Ricardo Migueis . Neste texto são analisadas as crises económicas, políticas e sociais dos vários países latino-americanos e sua relação com as políticas externas americanas, em seguimento da aplicação do Consenso de Washington. Assim, apesar do modelo proposto pelas instituições financeiras internacionais ter conseguido resultados impressionantes no plano macroeconómico, a “internacionalização” da economia chocou com a falta de uma política económico-social que protegesse as frágeis economias sul-americanas. Neste sentido, o presente artigo aponta tanto o papel da unilateralidade do ALCA como a fragilidade do tecido social da governação e das instituições políticas de muitos países latino-americanos como principais causas destas crises, analisando, principalmente, o caso da Venezuela, do Brasil e da Argentina no início de 2003. 2003-01-01 / 2003-01-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0281 - As Áfricas em 2003 - tendências políticas e económicas, por Fernando Jorge Cardoso e Patrícia Magalhães Ferreira . O presente artigo realiza uma previsão da evolução do continente africano em 2003, evolução essa que deve confirmar as situações já existentes. Por um lado, é de prever um agravamento da instabilidade política e de conflitos armados em vastas zonas da África Ocidental, Central e Oriental; uma diminuição do número de conflitos armados em zonas da África Central e Austral; um aumento de importância do designado Órgão Central do Mecanismo para a Prevenção e Gestão de Conflitos; uma crescente perda de importância estratégica internacional do continente; a instabilidade endémica no Médio Oriente e o caso do Iraque continuarão a concitar o interesse de multinacionais e diplomacias de diversos países. Em paralelo com estas prováveis tendências, referencia-se a previsível realização em Lisboa da segunda cimeira Europa-África, com preocupações tanto de segurança, económicas e regionais. 2003-01-01 / 2003-01-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0282 - Os desafios à economia de Timor-Leste, por Helder da Costa . Se ainda é cedo para considerar que Timor-Leste é um Estado falhado, os motins do início de dezembro de 2002 abalaram a confiança internacional e a esperança dos timorenses, levantando a questão da viabilidade do novo Estado. Neste sentido o presente artigo analisa se e de que forma o empobrecido Timor-Leste poderá emergir como Estado viável, independente e estável – uma questão central desde que a eleição do governo Fretilin em 2002. Para tal, o autor dá conta dos desafios do governo timorense no que diz respeito ao desenvolvimento económico, à satisfação de necessidades básicas das populações bem como à manutenção da estabilidade política e da segurança, encorajando a reconciliação e a recuperação económica e integração regional. 2003-01-01 / 2003-01-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0283 - A Área de Comércio Livre China-ASEAN - Motivações e impacto regional, por Miguel Santos Neves . O presente texto dá conta das causas e implicações da criação de uma Zona de Comércio Livre entre a China e a ASEAN, de alcance não apenas potencial e regional, mas também estrutural e global. Esta iniciativa chinesa surge num momento de aumento da tensão China-EUA e de progresso nas relações China-ASEAN, não se esgotando, assim, nos benefícios económicos de ambas as partes, mas revestindo-se, também, de uma natureza política. Este acordo poderá ter enormes implicações regionais e globais, principalmente no que diz respeito ao crescimento do papel da China no nível regional, o aparecimento de um terceiro bloco comercial e o enfraquecimento da posição estratégica dos Estados Unidos. 2003-01-01 / 2003-01-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0284 - Portugal = Nokia?, por Fernando Jaime Quesado . O presente artigo parte da mensagem de Scott Stern de que Portugal tem de passar de licenciado a licenciador e ser capaz de marcar a agenda da sua própria capacidade interna de demonstração de valor para refletir sobre o comportamento económico português e sobre a necessidade de os centros de competência assumirem o desafio estratégico de criação de valor transacionável no mercado global. Neste sentido, o projeto Pininfarina é perspectivado como um teste a Portugal para implementar um modelo de adaptação ao sec. XXI e à globalização, de clarificar as bases estratégicas de evolução do país e criar redes dinâmicas de criação de valor. 2003-01-01 / 2003-01-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0285 - A propósito do Iraque: o poder das Nações Unidas, por Gonçalo de Santa Clara Gomes . Apesar da opinião pública europeia e de algumas correntes do pensamento estratégico americano crerem que os EUA têm capacidade suficiente para intervirem sozinhos no Iraque e de que existe uma identificação entre a atual política externa estadunidense com a corrente unilateralista do pensamento estratégico americano, o presente artigo reflete sobre a complexa relação entre a política interna e externa americana e a ONU, principalmente tendo em conta a intervenção no Iraque. Para tal, faz uso da análise do Bush at War de Bob Woodward no qual o secretário de Estado Colin Powell reflete sobre os limites do poder americano, principalmente no que diz respeito à evolução do pensamento estratégico quanto ao Iraque, e, ao mesmo tempo, alguns aspetos do poder da ONU. 2003-02-01 / 2003-02-28

D. PT/ADN/IEEI/006/0286 - O mundo árabe no prelúdio da guerra, por Karim El-Gawahry . O presente artigo dá conta, por um lado, das medidas de organização e preparação militar e de cooperação entre os regimes árabes vizinhos do Iraque e os EUA na minimização das consequências de uma já assumida guerra, e, por outro, das opiniões públicas internas que se manifestam claramente contra a guerra e contra qualquer forma de cooperação com os EUA. 2003-02-01 / 2003-02-28

D. PT/ADN/IEEI/006/0287 - A diplomacia económica em foco, por José Calvet de Magalhães . No presente texto, José Calvet de Magalhães, na qualidade de diplomata de longa data, dá conta da iniciativa dos ministérios da Economia e dos Negócios Estrangeiros que, numa ação conjunta, decidiram criar melhores condições para que a atuação externa portuguesa possa desempenhar um papel mais efetivo na promoção dos interesses económicos nacionais – nomeadamente no incremento das exportações e na atração de investimento estrangeiro. Esta colaboração pode não só colmatar a ausência de coordenação entre ação política e económica (uma grande brecha na administração pública portuguesa) nas relações externas de Portugal, mas também dinamizar as potencialidades dos agentes diplomáticos. Para tal, não basta estimular a diplomacia económica, mas também aprender com a história e alterar hábitos e mentalidades burocráticas. 2003-02-01 / 2003-02-28

D. PT/ADN/IEEI/006/0288 - A componente económica da actividade diplomática, por António Gamito . Partindo da premissa de que a economia se encontra numa encruzilhada estratégica, intensificada pela crescente globalização e pelo alargamento da UE o presente artigo reflete sobre a política externa portuguesa e da necessidade da adoção de um novo modelo de crescimento, assente na aceleração do aumento do nível de produtividade e de competitividade. Para tal, ressalva-se a necessidade do desenvolvimento de reformas estruturais das políticas públicas e das estratégias empresariais, com vista no aumento do valor de exportações da economia portuguesa e de novos mecanismos e metodologias que permitam a racionalização da presença portuguesa no exterior. Estas necessidades devem ser articuladas num âmbito de coordenação da ação externa – nomeadamente no quadro da OMC e da UE – e diplomática com outros departamentos do Estado. 2003-02-01 / 2003-02-28

D. PT/ADN/IEEI/006/0289 - Pensar o Brasil, por Renato Janine Ribeiro . O presente texto faz uma análise da sociedade e identidade brasileira perspectivadas a partir das lentes distintas da ciência política, da sociologia e da antropologia resultantes da leitura de quatro livros sobre o tópico: Órfãos de Utopia – a melancolia da esquerda (1993) de Ernildo Stein; Brasil: mito fundador e sociedade autoritária (2000) de Marilena Chauí; A sociedade contra o social – o alto custo da vida pública no Brasil (2000), do autor do presente texto, Renato Janine Ribeiro; e Filosofia da Cultura – Brasil: luxo ou originalidade (2002) de Luiz Sérgio Coelho de Sampaio. 2003-02-01 / 2003-02-28

D. PT/ADN/IEEI/006/0290 - Poderá a União Europeia salvar Doha?, por Ana Paula Africano . Partindo do contexto da política comercial dos Estados Unidos, assente sobretudo em acordos bilaterais, o presente artigo reflete sobre a posição da União Europeia que, a partir da sua experiência em termos de integração económica, possui a possibilidade de liberar o sistema de comércio internacional, pela via do sucesso negocial da ronda de Doha. Com esse objetivo, terá de assumir uma posição mais ativa e construtiva nas negociações que decorrem no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), de modo a garantir um acordo que satisfaça as legítimas expectativas que a grande maioria da população mundial, precisamente a mais pobre, depositou na agenda definida em Doha. 2003-03-01 / 2003-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0291 - Vencer a paz, por Álvaro de Vasconcelos . O presente artigo reflete sobre a necessidade da União Europeia de redefinir a sua relação com os Estados Unidos fazendo-a evoluir de um atlantismo ideológico para uma parceria euro-americana, do qual o contexto da guerra com o Iraque e a necessidade de uma ordem internacional, capaz de vencer a paz pós-Saddam no Iraque e no Médio Oriente, devem servir como catalisadores. De facto, é apontado, a guerra no Iraque veio mostrar as dificuldades da UE em lidar com a nova administração americana, a mais unilateralista da história do país. Para colmatar esta e reafirmar a relação sólida e sã com os Estados Unidos, é necessária a unidade europeia, com base numa política coerente e na legitimidade democrática e dos cidadãos. 2003-04-01 / 2003-04-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0292 - O debate americano sobre o Iraque - e o dia seguinte, por Ian O. Lesser . O início da intervenção militar no Iraque coloca num novo contexto o debate sobre a política iraquiana dos Estados Unidos, que diz respeito à avaliação das capacidades do Iraque, ao risco representado pela liderança de Saddam e às consequências para os EUA e para o seu papel na cena internacional. Neste debate importa apontar três questões fundamentais: primeiro, que o Iraque era já uma prioridade central da política externa americana antes da Administração Bush; segundo, apesar de originado, em grande parte, na homeland defense, o confronto com o Iraque faz parte de uma agenda mais alargada relativa ao futuro do Iraque e da ordem regional no Médio Oriente; terceiro, o Iraque abriu um debate muito mais amplo sobre o papel da potência americana no

século XXI, podendo representar o mais significativo ponto de viragem da política externa americana desde 1945, com enormes implicações para as relações internacionais. 2003-04-01 / 2003-04-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0293 - Em defesa do império americano, por Bruno Cardoso Reis . Neste texto é feita uma apreciação crítica do livro *The War over Iraq: Saddam's Tyranny and America's Mission* de Bill Kristol e Lawrence F. Kaplan que é lida como um manifesto pró da intervenção norte-americana no Iraque, argumentando em favor de uma política de imperialismo democrático. 2003-04-01 / 2003-04-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0294 - Pôr as pessoas no centro - Entrevista a Mary Robinson, por IEEI . Nesta entrevista realizada pelo Mundo em Português a Mary Robinson, antiga presidente da Irlanda e Alta Comissária para os Direitos Humanos das Nações Unidas e atual presidente de uma ONG pela defesa dos direitos humanos (Ethical Globalization Initiative), são levantadas questões circundantes ao tema dos direitos fundamentais, que dizem respeito tanto à própria carreira de Mary Robinson nos cargos mencionados, como à sua opinião relativa a assuntos da (então) atualidade. Entre estes temas destacam-se a Guerra do Iraque e o papel da ONU e da UE na sua reconstrução, o papel da ONU e da UE no conflito israelo-palestiniano e na questão do terrorismo/antiterrorismo, da segurança humana e da segurança internacional e do crime transnacional. 2003-05-01 / 2003-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0295 - O Terceiro round, por Pierre Hassner . O presente artigo parte da premissa de que o veredicto da história e da moral sobre a guerra do Iraque dependerá, primeiramente, das suas consequências para os iraquianos e para o Médio Oriente e se se assistirá ao progresso da democracia e da segurança, ou o seu contrário. Com este contexto em vista, analisam-se o pré-guerra, objeto de uma querela entre os Estados Unidos, defensores ideológicos, do “império benigno” e de um novo conflito bipolar contra o “eixo do mal” e a França, em que Chirac e Villepin defendiam um mundo multipolar e multilateral, do direito e da justiça. Este confronto terá tido, até àquele momento, dois rounds: o primeiro pertenceu à França, o segundo aos EUA, com o avanço para a guerra. A tese deste artigo é de que o terceiro round não deve pertencer a nenhum dos protagonistas, mas deve assentar numa legitimação multilateral, benéfica para ambas as partes, mas, sobretudo, para o Iraque e para o Médio Oriente. 2003-05-01 / 2003-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0296 - Cem dias de Lula, por Renato Janine Ribeiro . O presente texto faz uma reflexão sobre o mandato de Lula, em resposta a um comentário sarcástico na Folha de S. Paulo, no centésimo dia do governo de Lula, o qual se tem revelado, contra as expectativas, mais semelhante ao de Fernando Henrique, embora estes pertençam a partidos opostos. A agenda de Lula, como ele a terá anunciado, prevê os fins sociais como primordial em relação à preocupação dos meios. Para além deste bom começo de Lula, o autor aponta o mérito deste na capacidade de continuidade em relação a Cardoso, não assustando os empresários, reduzindo a inflação, o dólar e o risco-país. 2003-05-01 / 2003-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0297 - A surpreendente vigência do peronismo, por Andrés Malamud . Desde 1946 que a política argentina está dividida em dois campos. De um lado, o peronismo, do outro, o resto. A clivagem peronismo-antiperonismo não é económica, mas sociocultural, se bem que os dois campos atravessem transversalmente a sociedade argentina, constituindo coligações mais de natureza populista do que classista. Neste sentido, são analisados os resultados da primeira volta das eleições e quais as prospetivas tanto para a segunda volta, quando os dois candidatos mais votados disputarão a chefia do governo, e os desafios tanto do presidencialismo como do próprio federalismo argentino. É concluído, face a estes, de que a Argentina se encontra perante um dilema: apenas o peronismo parece garantir a governabilidade, mas a sua natureza rejeita a institucionalidade, sem a qual a governabilidade acaba por ser efémera. 2003-05-01 / 2003-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0298 - Globalização e Islão rimam na realidade?, por Bruno Cardoso Reis . O presente texto oferece uma resenha crítica do livro *L'Islam mondialisé* de Olivier Roy, que oferece uma leitura atualizada do livro do mesmo autor de 1992, *L'Échec de l'islam politique*. O elemento central de novidade desta obra atualizada é que Roy defende que os elementos mais dinâmicos do islamismo atual são filhos da globalização. E, portanto, também, em muitos casos, tão ou mais filhos do Ocidente do que do Oriente. 2003-06-01 / 2003-08-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0299 - Império impossível, ordem improvável, por Álvaro de Vasconcelos . O presente texto põe em evidência, por um lado, a ausência da ordem multilateral e, por outro, a fragilidade da situação internacional e da política externa americana da administração Bush, que apesar da sua política agressiva antiterrorismo, falharam em reestabelecer a ordem, tanto no Iraque como nos restantes países que ocuparam: ganharam a guerra contra Saddam com facilidade, mas fizeram-no à custa de um enfraquecimento da ordem multilateral que bem os pode fazer perder a paz, comprometendo assim o objetivo anunciado da mudança de regime no Iraque. Assim, de modo a resolver estas questões, é ressalvada a urgência das

Nações Unidas em ocupar um papel político central na transição e dos EUA abandonar a estratégia do predomínio absoluto.
2003-09-01 / 2003-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0300 - Sérgio Vieira de Mello - Os ideais e a realidade, por Gelson Fonseca . O presente texto serve como homenagem e testemunho sobre Sérgio Vieira de Mello, após a sua brutal morte no Iraque, de uma perspetiva essencialmente brasileira. São ressaltados os seus esforços nos desafios humanitários, a sua preciosa e profunda ajuda em Timor após a independência e sua sensibilidade política que lhe permitiam a realização das suas ideias com vista na realidade, de grande valor num mundo multilateral. Este mostrou que a paz e a estabilidade do mundo dependem de maior respeito ao direito internacional e aos direitos humanos, da expansão da democracia, do controlo de armamentos e da solidariedade entre as nações, encarnando a ideia de que a via multilateral deve ser privilegiada no tratamento dos conflitos, que a razão deve prevalecer sobre os argumentos de poder, que a força nunca constrói. A morte deste constitui, assim, não apenas uma perda para a ONU, mas para todos aqueles que lutam por um mundo melhor. 2003-09-01 / 2003-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0301 - Representante Especial no Iraque – para além do mandato, por Miguel Brito e Abreu . O presente texto reflete sobre a morte de Sérgio Vieira de Mello e o quais as questões o ataque levanta relativamente à missão da ONU no Iraque. Embora o atentado deixe poucas dúvidas relativamente ao sentimento perante a intervenção da comunidade internacional no Iraque, o Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas procurou deixar claro que a presença da ONU no Iraque servia apenas o povo iraquiano e não as forças de ocupação. Não obstante, sem nunca descuidar a missão humanitária que lhe fora incumbida e sem qualquer poder de decisão a respeito do futuro do Iraque, não lhe restava outra opção que não a defesa da posição mais afastada dos dois extremos em conflito. Apesar do alto preço pago por esta posição, Sérgio Vieira de Mello garantiu que o processo do Governo interino fosse objeto, dia após dia, de maior consenso internacional. 2003-09-01 / 2003-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0302 - A insegurança dos jornalistas, por Nádia Esteves . De acordo com a ONG Repórteres Sem Fronteiras, nos últimos 10 anos, cerca de 250 jornalistas perderam a vida em zonas de conflito e o ano de 2003 não se afigura risonho no que toca ao número de repórteres vitimados. É sob esta figura que a guerra do Iraque é analisada no presente artigo. Os jornalistas iraquianos, ainda que libertados da censura do regime de Saddam e num novo contexto de efervescência e pluralismo da escrita não se sentem hoje absolutamente livres e não podem expressar-se e tratar a informação como o desejariam, ora por pressão e hostilidade interna – exercida por partidos e baasistas –, como externa – exercida pelo exército americano. 2003-09-01 / 2003-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0303 - Brasil: desafios internos e negociações internacionais, por Adalton Oliveira e Ricardo Migueis . O presente artigo faz uma síntese da situação do Brasil em setembro de 2003 no que diz respeito aos seus desafios internos e às negociações internacionais, que pautavam a política brasileira. Assim, as prioridades internas do Governo de Lula passavam pela implementação das necessárias reformas socioeconómicas, como a reforma da previdência e a reforma da segurança social no campo social. Um outro instrumento básico de desenvolvimento económico e social do país são as negociações internacionais, nas quais se destacam o enquadramento do Mercosul e do desenvolvimento do regionalismo, que confere legitimidade e abre o campo das relações económicas para outros mercados. 2003-09-01 / 2003-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0304 - Romanos e gregos - As relações transatlânticas e o teste das intervenções militares, por Bruno Cardoso Reis . Se parece improvável que os EUA apostem num império formal, com o controlo direto dos territórios, também é evidente em determinados aspetos da ideologia nacional tradicional norte-americana - a ideia do carácter excecional e exemplar da América - a existência de um forte potencial imperialista. Esta característica foi posta em maior evidência com a Administração Bush II, o pós-11 de setembro e a posterior guerra contra o Iraque. A forma como Tony Blair e outros aliados europeus da Administração Bush encaram essa possibilidade parece revelar a sua aceitação do papel de gregos - conselheiros mais experientes e sábios - em relação às legiões norte-americanas. O presente artigo analisa, nestas circunstâncias, se poderá Washington seguir o caminho de um império realmente global e qual o papel da Europa – e da NATO – em tudo isto. 2003-10-01 / 2003-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0305 - A fractura da opinião pública, por Tiago Marques . Três meses após o fim das operações militares no Iraque, anunciado uma nova era entre os países árabes da região e os EUA e a assinatura de uma trégua entre Israel e os principais grupos armados palestinos, o Iraque transforma-se num atoleiro para as forças militares norte-americanas e britânicas e o Roteiro da Paz entre israelitas e palestinos parece caminhar para uma morte lenta. Esta situação aumenta a pressão da opinião pública sobre a UE Neste contexto, o presente artigo, fazendo uso de três (então) recentes sondagens que analisam a opinião pública europeia e norte-americana vis-à-vis os últimos acontecimentos internacionais (a Transatlantic Trends 2003, a TNS Sofres/Gallup International e a “Views of a Changing World 2003”), reflete se a UE deverá desafiar a

supremacia internacional e quais as consequências da ação unilateral anglo-americana no Iraque para a parceria transatlântica. 2003-10-01 / 2003-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0306 - O Supremo Tribunal Federal e o caso Ellwanger, por Celso Lafer . O presente texto debruça-se sobre o julgamento de Siegfried Ellwanger, editor e autor de livros antissemitas e de forte pendor nazi. Este foi condenado, pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, pelo crime da prática de racismo. As lições a retirar deste caso de revisionismo histórico não ficam, contudo, por aqui, já que, com a invocação do habeas corpus, Ellwanger tentou distinguir a prática antissemita e o racismo, sob a pretensa de que a primeira não era discriminatória para com uma raça. Este processo e consequente julgamento originaram debates interessantes sobre o que constitui a prática do racismo e de como este, seja de que forma for, deve ser combatido por qualquer Estado de Direito e de Justiça, como está a ser feito pelo Supremo Tribunal Federal (STF). 2003-10-01 / 2003-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0307 - O desafio da inovação na era global, por Vítor Martins . Partindo da tese de que uma sociedade com excesso de intervencionismo do Estado e da burocracia, com fiscalidade onerosa para a iniciativa e para o risco, com justiça lenta e ineficaz e com um mercado laboral rígido é - será sempre - uma sociedade hostil à inovação, o presente texto articula as “novas” circunstâncias de conhecimento e economia em rede, trazidas pela globalização, que necessitam da inovação como fator chave de competitividade, com a necessidade de contruir sociedades abertas a esta inovação. A análise é assim feita de um contexto geral para o europeu e, finalmente, para o português, enquanto membro da UE. Conclui-se com a análise destes que a inovação é uma arma quando emparelhada com o voluntarismo do Estado em “cumplicidade transparente” com as iniciativas empresariais e mais eficaz quando beneficia da integração regional portadora das sinergias de escala e do conhecimento em rede. 2003-10-01 / 2003-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0308 - O impasse do valor adicionado e as estratégias de desenvolvimento, por Gilberto Dupas . A intensa aceleração da globalização dos mercados e a abertura dos grandes países da periferia a produtos e capitais internacionais coincidiram com a necessidade das corporações transnacionais de ampliarem seus mercados e sua produção de modo a operar com as maiores escalas e aos menores custos possíveis. A manutenção da liderança tecnológica exigia geração de caixa cada vez maior para investimento em tecnologia de ponta. No entanto, a abertura económica e a necessidade de avanço tecnológico local agravou o desequilíbrio externo estrutural de maior parte dos países da América Latina. Neste contexto, o presente texto dá conta do caso do Brasil concluindo que a base institucional e valorização dos produtos locais não é suficiente sem desenvolvimento tecnológico local. 2003-10-01 / 2003-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0309 - Que via seguir?, por George Joffé . Tendo em conta o anúncio de Collin Power de que a nova constituição iraquiana deveria estar concluída em seis meses contra as declarações prévias que falavam em quatro anos, o presente artigo analisa a pressão sobre a qual a administração Bush se encontra pressionada entre as exigências financeiras da sua política externa, da qual se destaca a missão no Iraque, e aqueles de ordem interna, principalmente enquanto Bush se prepara para as eleições. 2003-10-01 / 2003-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0310 - Políticas de Promoção da Inovação, por Ruy Martins Altenfelder Silva . Partindo da premissa de que a superação das deficiências competitivas brasileiras não pode prescindir da constituição de grupos empresariais brasileiros de porte mundial – sem os quais o desenvolvimento tecnológico, a criação de novos produtos e a criação de atividades e empresas de alta qualificação é impossível – o presente artigo dá conta das tensões do caso brasileiro cuja indústria tem, por uma lado, que encarar a pressão competitiva das economias líderes da inovação tecnológica e, por outro, a pressão dos preços dos commodities e dos produtos de baixo conteúdo tecnológico exercida pelos países que adotaram taxas de câmbio subvalorizados, salários baixos e custos subsidiados. Esta vulnerabilidade, é dito, deve ser colmatada com a coordenação entre a inserção da indústria e a redução dos custos sistémicos que prejudicam as empresas brasileiras. 2003-10-01 / 2003-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0311 - Perversas ficções ou a linguagem do poder: a propósito de "Dreams and Delusions", por Maria do Rosário de Moraes Vaz . Na sequência da morte de Edward Said e relembrando o último artigo publicado por este, no qual ele retoma a crítica de sempre contra a ignorância arvorada em certeza – de inspiração divina e matriz assumidamente religiosa, na versão washingtoniana – e do fanatismo, sem nexos algum com a realidade, mas com uma imagem ficcional do outro fantasiada à medida dos fins próprios, para refletir sobre a linguagem do poder americana e de como esta é utilizada, muitas vezes a prejuízo de países como o Iraque, para confirmar uma potência que deve, não obstante, ser negada. 2003-10-01 / 2003-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0312 - Angola — reconstrução e sobrevivência, por Fernando Jorge Cardoso . Com o falhanço dos planos Marshall ou de nation building, assim como do cenário desfavorável da ajuda internacional e das políticas de cooperação a Angola do tipo que ela necessita – cara e de longo prazo –, o presente artigo reflete sobre quais os planos internos possíveis da reconstrução de Angola. Neste quadro, as atitudes e os consensos nacionais são ainda mais importantes já tem de ser o próprio país a recuperar a noção do longo prazo, a colocar essas prioridades nas agendas, incluindo as orçamentais e a iniciar a sua realização com fundos públicos ou de origem nacional, de modo a atrair financiamentos e investimentos privados, internos e externos. Neste sentido, aponta-se como objetivos essenciais (e quase consensuais) a desminagem, a reposição de vias de comunicação, de redes de energia e transporte, de água potável, comida e de centros de saúde. 2003-10-01 / 2003-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0313 - OMC: Ainda é possível negociar?, por Félix Peña . No rescaldo da Conferência Ministerial da OMC em Cancún, permanece, uma vez mais, a imagem da intransigência, por parte dos países mais desenvolvidos, face às reivindicações dos países em vias de desenvolvimento, aspirando por um sistema de comércio internacional mais equitativo, como foi o caso do dossier de Agricultura, proposta pelo G20 (composto por alguns países do Mercosul, China e a Índia). O presente texto salienta como a falha desta conferência não só impossibilita o cumprimento dos prazos do processo negocial iniciado em Doha, mas também põe em evidência fraturas de interesses entre os países industrializados e os países em desenvolvimento às quais a estrutura constitucional não consegue dar resposta e da necessidade da preservação da OMC enquanto estrutura multilateral. 2003-10-01 / 2003-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0314 - O Islão e a democracia, por George Joffé . No seguimento da crise criada pelo 11 de Setembro, pelas guerras no Afeganistão e no Iraque, os contínuos ataques da Al-Qaeda e a crescente resistência iraquiana, intensificam-se na Europa e nos EUA os debates sobre a verdadeira natureza do mundo islâmico. O debates desenrolam-se em redor da preposição que a instabilidade na região e crescente violência não estão relacionadas com os problemas reais da região – como o conflito com Israel, o intervencionismo ocidental ou o fracasso económico do Médio Oriente –, mas com características específicas da sociedade e das entidades políticas islâmicas, estereis para a democracia. Estas análises não expressam, contudo, as verdadeiras vitalidades intelectuais do mundo Islâmico, sendo rebatidas pelos intelectuais árabes que compilaram os dois relatórios do desenvolvimento humano árabe, agora considerados como a fonte mais credível relativamente aos males económicos e sociais que travam a evolução democrática. 2003-11-01 / 2003-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0315 - Desafios estratégicos, por Vânia Pinto . Numa altura em que se discute acaloradamente a reconstrução do Iraque e o futuro da relação transatlânticas, o presente artigo reflete sobre o texto de Ronald D. Asmus e Kenneth M. Pollack, “The New Transatlantic Project”, contemplativo de um novo projeto transatlântico, assente numa parceria euro-americana pautada pela partilha de valores e perceção de ameaças comuns, tentando responder à grande questão que se punha, na altura, de se os Estados Unidos e a Europa poderiam, ainda, superar as diferenças e convergir num novo paradigma e propósito estratégico capaz de guiar a cooperação atlântica. 2003-11-01 / 2003-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0316 - Responsabilidades americanas e o conceito de Nation-Building, por Tiago Marques . Neste texto, o autor analisa “Nation-Building, a inevitável responsabilidade da única superpotência mundial”, um extenso artigo escrito por James Dobbins, director do International Security and Defense Policy Center da RAND Corporation. Neste, o autor faz um interessante exercício comparativo entre os vários projetos norte-americanos relacionados com o lato conceito de “nation-building” desde o fim da Segunda Guerra Mundial até aos dias de hoje. Acérrimo defensor da intervenção norte-americana no Iraque e do seu papel na reconstrução política, económica e social do país, mas também da ordem multilateral, Dobbins os sucessos de Berlim, Tóquio, Kosovo e Bósnia como exemplos a favor do intervencionismo norte-americano e da comunidade internacional na transformação e consolidação democrática dos regimes. 2003-11-01 / 2003-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0317 - A cegueira do poder, por Jorge Lazarte R. Neste texto é analisada a crise da Bolívia, tanto de um ponto social como político. Esta não só gerou uma das suas maiores mobilizações sociais e políticas, que fizeram tremer as estruturas políticas e institucionais e puseram em grave risco a democracia, mas também uma crise do governo e dos partidos. Uma análise da escalada do conflito, que terá começado com a questão do gás, acaba por demonstrar que o problema político era Sánchez de Lozada, bem como a real existência de uma sede de mudança na população – que ainda se distingue apenas como um sentimento ao invés de um projeto claro e viável. 2003-11-01 / 2003-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0318 - Cabo Verde, a Europa e o legado de Amílcar Cabral, por Fátima Monteiro . O discurso do Governador do Banco de Cabo Verde, em novembro de 2002, sobre as relações futuras de Cabo Verde com a União Europeia e Portugal, deixou claro qual poderia vir a ser o enquadramento oficial do debate sobre o desenvolvimento cabo-verdiano, que passaria por uma Euro(pe)ização da economia e, consequentemente, sociocultura cabo-verdiana a médio e longo prazo. O

presente artigo tenta enquadrar este debate dentro da história particular de Cabo Verde, de uma cultura de síntese entre a Europa e África, que, depois de um movimento – protagonizado por intelectuais como Amílcar Cabral – em direção enquadramento geográfico e étnico africano, e que se vê novamente voltado à Europa na procura por um desenvolvimento que não foi possível de conseguir no seio do continente africano. 2003-06-01 / 2003-08-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0319 - Uma nova parceria - o papel da sociedade civil, por Manuel J. Paulo . Neste texto são apontadas as atitudes necessárias para a reconstrução de Angola, após um período de vinte e sete anos de guerra civil. Nesta medida, é realçada a necessidade de fazer passar o conceito do NEPAD em Angola, assim como dosadores apoiarem as ONG's e a sociedade civil na tarefa de colocar o tema na agenda interna. Apesar de a guerra ser apontada como causa para o subdesenvolvimento, a deficiente gestão económica, agravada por uma corrupção endémica, também têm responsabilidades. Neste contexto, a sociedade civil deve pressionar o governo para que enfrente a pobreza e a cultura institucional de corrupção, exigindo responsabilidade e transparência. Em Angola, o mecanismo de revisão pelos pares só pode funcionar se existir uma parceria entre o governo e a sociedade civil e se o conhecimento da NEPAD se alargar para lá de Luanda. 2003-11-01 / 2003-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0320 - Chinese overseas - Parceiros de negócios na República Popular da China, por Luís Boavida . A dinâmica do chamado “milagre asiático” radica, em boa medida, no fenómeno das comunidades de negócios chinesas da diáspora – os Chinese Overseas, que têm sabido impor-se numa economia internacional cada vez mais global, interdependente e competitiva com enorme mestria. Nesta imensa “aldeia global”, em que o papel dos atores transnacionais não soberanos se vem reforçando, a problemática destas comunidades empresariais assume particular interesse. Neste artigo apontam-se, por um lado, quais são esses fatores de interesse – particularmente para a União Europeia – e os fatores de sucesso destes e das relações económicas que foram capazes de estabelecer. 2003-11-01 / 2003-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0321 - Regressar à democracia, por Shahed Sadullah . Fomentado pelo intenso debate sobre a compatibilidade entre o Islão e a democracia, o presente artigo pretende demonstrar que não só os fatores sociais, políticos e económicos são reais fatores para a democracia, mas também que se a democracia não conseguiu vingar em grande parte do mundo islâmico não foi por causa do Islão, mas apesar dele. Esta discussão, que é tendenciosamente ocidental, ignora por completo de que o Islão, na sua forma mais pura, é praticamente inconcebível para aqueles que aderiam à sua fé ter qualquer sistema que não funcionasse por consenso, assim como das questões institucionais, políticas e económicas, que impediu a modernização e democratização dos países islâmicos. 2003-12-01 / 2004-01-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0322 - A reforma do código do estatuto pessoal em Marrocos - Modernizar o islão, por Fouad Ammor . Um dos grandes momentos do Marrocos moderno, após a alternância, é a revisão do código do estatuto pessoal que regulamenta as relações no seio da família – o chamado “Moudawwana”. Para compreender a importância desta revisão, o presente texto recorda, brevemente, o estatuto jurídico da mulher marroquina até 2003. É assim argumentado, em tom de conclusão, que o interesse deste novo código é mostrar que são possíveis leituras do Islão mais lúcidas e mais ajustadas às exigências sociológicas e económicas da atualidade. 2003-12-01 / 2004-01-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0323 - A construção do Estado e a paz no Médio Oriente, por Uri Avnery . Neste texto o autor oferece uma análise sobre a ideia e realidade do Estado nação – que não só responderá a uma necessidade humana como corresponde a uma realidade histórica definida –, aplicando-a ao conflito israelo-palestiniano, oferecendo um contexto histórico à criação de Estados nações para os dois lados do conflito. 2003-12-01 / 2004-01-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0324 - África subsaariana - tendências globais, por Fernando Jorge Cardoso e Patrícia Magalhães Ferreira . Neste texto é feita uma reflexão prospetiva sobre as tendências de fundo no cenário africano no ano de 2004, especialmente na África lusófona. Destacam-se a premência de três tendências: da desagregação e recomposição do poder que continuam a alimentar conflitos e violência; o progressivo afastamento dos países africanos dos fenómenos correntes da globalização; a expansão HIV/SIDA em vastas zonas do continente. No seu conjunto, a permanência destas tendências aponta para a fraca probabilidade de uma descolagem da situação de subdesenvolvimento. Não obstante, destaca-se um fator positivo recente, representado pela afirmação de um pensamento mais moderno e que se tem vindo a refletir numa mudança de abordagem na prevenção, gestão e resolução de conflitos armados, verificando-se atuações coordenadas, mais coerentes e eficazes. 2003-12-01 / 2004-01-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0325 - A política de desilusão, por Alexandra Barahona de Brito . Neste texto, a autora tenta perceber as crises sucessivas nos países da América Latina, aqui definidos como um novo ciclo de desilusão crescente com democracias

que não geram justiça social. Como fontes deste sentimento destacam-se a ineficácia das democracias de garantirem estabilidade económica e gerar riqueza e justiça social; a instabilidade gerada pela concorrência entre duas fontes de legitimidade igualmente fortes – os parlamentos e as figuras presidenciais –; e o crescente sentimento americano, que previne a cooperação e a “boa vizinhança”. 2003-12-01 / 2004-01-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0326 - É permitido ser optimista?, por Ana Elisa Cascão . Apesar de haver pouco consenso relativamente ao papel dos recursos hídricos nos conflitos internacionais, há um crescimento no reconhecimento do carácter político mutante dos recursos hídricos internacionais e, paralelamente, uma metamorfose do paradigma dos “conflitos potenciais” em paradigma da “cooperação potencial”. Neste novo cenário, é manifesto que um processo de integração regional, tendo como pano de fundo a gestão de recursos hídricos, é vital e o sucesso poder-se-á medir em termos de desenvolvimentos institucionais dentro das bacias. Partindo desta tese, o presente artigo fornece uma análise de dois arquétipos de cooperação no âmbito dos recursos hídricos internacionais considerados de sucesso (o da bacia do rio Indus e o da bacia do rio Nilo). 2003-12-01 / 2004-01-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0327 - O regionalismo e o poder mundial, por Sebastian Santander . Com o fim do bloco soviético, em 1991, tornou-se conceptualmente difícil caracterizar o atual sistema internacional, não sendo possível definir claramente o sistema que substituiu o bipolarismo. Por essa razão, as relações internacionais, enquanto disciplina, confrontam-se com um número considerável de teorias que se esforçam por conceptualizar o atual sistema internacional. Neste sentido, o presente texto oferece uma análise crítica da obra *The European Union, Mercosul and the New World Order* (2003) de Hélio Jaguaribe e Álvaro de Vasconcelos, um contributo para esse esforço. Este interroga-se sobre a redistribuição das cartas após o fim do mundo bipolar, sobre o sentido da atual ordem internacional, assim como sobre o impacto que o regionalismo supranacional e as relações entre grupos regionais podem ter sobre a governação global e a estratificação do poder mundial. 2003-12-01 / 2004-01-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0328 - O país dos "camarades", por Paulo Moura . Neste texto é feita uma reflexão sobre a experiência dos milhares de migrantes espalhados por África a caminho da Europa e que vivem atormentados pelas fronteiras. Estes migrantes são, assim, pensados como um país, a que o autor chama de “país dos camarades”, nome que dão em Marrocos aos imigrantes africanos ilegais e que eles próprios adotaram para si. Estes partilham não só um sonho da Europa-utopia, mas também a experiência das estações fronteiriças, em que se destacam a arbitrariedade e a prepotência. 2007-07-01 / 2007-08-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0329 - O Iraque nunca existiu?, por Bruno Cardoso Reis . A partir do comentário aos livros *A History of Iraq* de Charles Tripp, *Sadam Hussein's World* de Ofra Bengio, *The Republic of Fear* de Kanan Makya e *The Near East since the First World War*, o presente artigo reflete sobre a possibilidade de a questão do Iraque ser apenas uma criação artificial do colonialismo britânico e, portanto, um exemplo dos problemas surgidos com as soluções impostas pelos interesses das (e dos) capitais europeias despreocupados com as realidades do terreno no contexto da crescente presença e pressão americana no Médio Oriente. 2003-02-01 / 2003-02-28

D. PT/ADN/IEEI/006/0330 - O Kosovo no Mundo, por Bruno Reis . O que é que o Kosovo nos diz da evolução da política internacional? Ou os problemas dessa região de maioria albanesa, mas até há pouco parte da Sérvia, não passam de mais uma típica confusão balcânica, sem real importância global? Parece seguro responder que não a esta última pergunta. Afinal, a questão do Kosovo tem sido apontada como um teste decisivo da credibilidade da NATO e da UE. Foi considerada por muitos como um precedente no caminho para a intervenção no Iraque em 2003. Uma das razões para a sua independência causar tantos problemas é o receio de que estimule outros nacionalismos separatistas. Tendo em conta estes factos, e depois de uma breve contextualização da questão, o presente artigo aponta para alguns elementos fundamentais para perceber as implicações mais amplas do problema do Kosovo. 2008-03-01 / 2008-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0331 - A política da administração Bush para África, por Patrícia Magalhães Ferreira . Com a resolução da situação política na África do Sul, a perda de importância estratégica do continente e a constatação do falhanço das políticas de desenvolvimento até então prosseguidas, a atenção norte-americana encontrava-se, no final dos anos 90, muito longe de África. Esta tendência – que, com Clinton, pareceu atenuar-se somente na área da educação e da prevenção do HIV-SIDA – foi contrariada na Administração Bush, com a emergência de três novas realidades, determinantes de uma política africana mais ativa e alargada, e de que o presente artigo dá conta: o 11 de setembro e a consequente luta contra o terrorismo; a guerra contra o Iraque e a necessidade de novas fontes de fornecimento de petróleo; e, finalmente, o aparecimento de novos grupos de pressão na sociedade norte-americana que impeliram a questão do HIV-SIDA para o centro da política externa norte-americana para África. 2008-04-01 / 2008-04-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0332 - A transformação do mercado petrolífero: novos actores e oleodutos, por Gina Soares . O petróleo tem sido um recurso fundamental para o crescimento económico dos Estados e um fator condicionante na formulação e execução da sua política externa. A transformação do mercado energético reflete, antes de mais, a emergência de novos atores no sistema internacional. Não obstante, o crescimento da procura tem levantado receios quanto à capacidade de resposta da oferta, particularmente se tivermos em conta a atual discussão sobre o “pico do petróleo” e os conflitos nos países produtores. Neste sentido, a segurança energética tornou-se uma prioridade nacional para a maioria dos Estados, servindo não só objetivos económicos, mas também políticos e estratégicos. Neste quadro de evolução do mercado petrolífero, o presente artigo atenta sobre os desenvolvimentos nas redes de oleodutos que interligam as várias regiões do mundo e da segurança energética tanto nacional como internacional. 2008-07-01 / 2008-07-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0333 - Segurança alimentar: uma crise anunciada?, por Rita Pais . Desde julho de 2007 que a Food and Agriculture Organization (FAO) tem vindo a lançar alertas para o perigo de os mais pobres deixarem de ter acesso aos produtos alimentares básicos na sequência dos aumentos dos combustíveis fósseis, de quebras na produção em alguns países e do decréscimo do poder de compra (e de investimento) dos pequenos agricultores. Neste contexto, o presente artigo dá conta dos principais fatores estruturais e conjeturais da crise alimentar, e de como esta se distingue daquelas que lhe precederam, nomeadamente no que diz respeito à tónica ser colocada no conceito de segurança alimentar, e não no de fome, e particularmente na dimensão do acesso aos bens alimentares. 2008-07-01 / 2008-07-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0334 - Os Jogos Olímpicos e as vulnerabilidades do sucesso chinês, por Miguel Santos Neves . A emergência da China como potência global constitui uma das maiores mudanças no sistema internacional. A realização dos Jogos Olímpicos de Pequim foi, então, encarada pelo regime chinês como um momento simbólico, definindo, neste contexto, um conjunto de objetivos e compromissos explicitados no Plano de Ação “Green Olympics, High-Tech Olympics and People’s Olympics”. Na véspera da abertura dos Jogos impõe-se uma reflexão sobre este processo, já que ele espelha os paradoxos com que o país se debate: uma China com um vasto crescimento económico e crescente impacto global, mas com progressivos problemas estruturais e vulnerabilidades que põem em causa a sustentabilidade do modelo. Os Jogos Olímpicos, para além da vertente desportiva, têm uma dimensão política clara e uma relevância fundamental para o debate sobre o paradigma de desenvolvimento da China e do seu papel enquanto potência global. 2008-08-01 / 2008-08-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0335 - Os corredores energéticos do Mar Cáspio, por Gina Soares . Desde o início da década de 90 que o consumo de recursos energéticos tem vindo a aumentar de forma significativa. Numa altura em que existem cada vez mais consumidores e menos recursos, a segurança energética tornou-se uma prioridade nacional para a maioria dos Estados, impulsionando a exploração de novas fontes e a construção de corredores de transporte alternativos. Neste contexto, a região do Mar Cáspio exerce um forte poder de atração, não só pelas suas reservas de hidrocarbonetos, mas também pela sua posição central em grandes fluxos energéticos que fomentam a competição entre as principais potências internacionais, contribuindo não só para a alteração do mapa energético, mas também para a sua reconfiguração estratégica. 2008-12-01 / 2008-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0336 - Iran-US Relations: window of opportunity?, por Ghoncheh Tazmini . The current paper explores the prospects for change in US-Iran relations under Obama’s leadership. By contextualising bilateral relations within an historical framework, this analysis will reveal the historical points of contention between the two countries as well as their existing policy concerns. The examination will then centre on the current standoff by prescribing a new approach to dealing with Iran, not the ‘puzzle’ of Iran or the ‘paradox’ of Iran, but the Iran that is emerging as a major player on the international stage. This account will also reflect on the Iranian reaction to Obama’s victory. Taking the current political calculus into consideration, this analysis will make the case that it is high time for a new approach in dealing with Iran. 2009-01-01 / 2009-01-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0337 - A Crise Financeira e os Países em Desenvolvimento: Quais as implicações para África?, por Patrícia Magalhães Ferreira . O presente artigo dá conta dos impactos perniciosos da crise financeira apontando para a forma diferenciada com que se fez sentir nos países em desenvolvimento africanos consoante o seu grau de integração no sistema económico global. Numa altura em que a crise financeira teria evoluído para uma crise económica global, as questões do crescimento e dos efeitos do comércio tornavam-se cruciais para todos os países, havendo a necessidade de uma maior ênfase na procura de respostas globais, que integrassem aqueles países em desenvolvimento, mais severamente afetados. Neste sentido, é apontada a necessidade de profundas reformas nas instituições económicas internacionais, como o Banco Mundial e o FMI, que aposte numa cooperação internacional mais integrada, com efeitos mais abrangentes, sustentáveis duradouros. 2009-03-01 / 2009-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0338 - Uma diplomacia de valores, por Álvaro de Vasconcelos . O presente texto serve como introdução do livro José Calvet de Magalhães, Humanismo Tranquilo, apresentando uma breve descrição da sua vida e carreira, assim como uma descrição sobre os capítulos do livro, numa leitura sincrónica entre a esfera de temas envolvendo a carreira de José Calvet Magalhães e as questões internacionais vigentes (em 2003). 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0339 - Embaixador Calvet de Magalhães: Um Perfil, por Fernando de Castro Brandão . O presente texto, iniciado em tom homenageante, de diplomata para diplomata, tenta traçar o perfil de José Calvet de Magalhães a partir de uma análise da sua biografia, carreira e obra. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0340 - O embaixador literário, por Gerald Salles Lane . A presente homenagem a José Calvet de Magalhães revolve em torno da vivência entre este e o autor do texto, Gerald Salles Lane, quando Calvet de Magalhães era presidente do Grémio Literário. Neste posto, destaca-se o seu entusiasmo, que viria a definir o comportamento habitual da associação, pela “neutralidade literária”, como objeto cultural a prosseguir pelo Grémio Literário. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0341 - A man's life, por Lisa Marie . O presente poema-homenagem a José Calvet de Magalhães, é escrito pela sua neta Lisa Marie, americana, luso-descendente. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0342 - As relações de Portugal com os Estados Unidos da América, por José Gregório Faria . O presente texto parte do acervo publicado por José Calvet de Magalhães para uma análise das relações bilaterais luso-americanas e do apagado perfil de Portugal nos EUA. De facto, desde o reconhecimento diplomático, por parte de Portugal, da independência dos EUA, passando pelas primeiras tentativas de troca de missões diplomáticas, ao desenvolvimento das relações, até aos passos mais significativos das diversas negociações entre os dois países, de tudo o Embaixador Calvet se ocupou. Neste sentido são utilizados é utilizado casos de estudo o artigo publicado por Calvet de Magalhães na revista Estratégia, “Portugal, Um Paradoxo Atlântico”, no qual se explica as razões pelas quais as relações luso-americanas acabaram por se fortificar, sobretudo no domínio da defesa, com prejuízo para outras áreas, à partida mais interessantes para Portugal. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0343 - A diplomacia pura, por Gonçalo Santa Clara Gomes . Na presente análise crítica do livro A Diplomacia Pura de José Calvet de Magalhães. Esta obra, resultado de um esforço de elaboração teórica sobre as Relações Internacionais, traça a evolução histórica diplomática, algumas variações atuais desta atividade e descreve, em síntese, os elementos constitutivos da atividade diplomática. É ainda apontado como a obra de Calvet de Magalhães reveste-se de um carácter didático e de uma sabedoria prática, fruto da reflexão e experiência. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0344 - A arte do biógrafo, por Guilherme d'Oliveira Martins . Inspirado na própria prática biográfica de José Calvet de Magalhães, o autor deste livro relaciona aquelas facetas da carreira de Calvet de Magalhães com a sua obra. No que diz respeito ao seu papel na abertura portuguesa à cooperação e abertura internacional, destaca-se o livro à História do Pensamento Económico Português. À sua importância e devoção para à diplomacia, a obra A Diplomacia Pura. À sua faceta historiográfica, faz-se corresponder o livro Breve História Diplomática de Portugal. Na sua digressão no género biográfico destacam-se aquelas que constituem as peças maiores na obra do escritor: Eça de Queirós – A Vida Privada, intitulado inicialmente José Maria – A Vida Privada de um Grande Escritor; Garrett – A Vida Ardente de um Romântico; e Antero – A Vida Angustada de um Poeta. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0345 - O euro-atlantismo revisitado, por José Calvet de Magalhães . Neste texto, José Calvet de Magalhães retoma ao tema do seu artigo publicado na revista Estratégia de 1986, “Portugal e o Euro-Atlantismo”, dedicado à componente euro-atlântica nas políticas externas portuguesas. Assente, como naquela altura, na convicção de que a opção europeia de Portugal e as suas relações com os EUA são complementares e não incompatíveis, neste artigo reafirma essa perspetiva nas novas e mais difíceis circunstâncias das relações euro-americanas. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0346 - Biografia, IEEI . Neste documento é realizada uma breve biografia da vida e carreira de José Calvet Magalhães. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0347 - Bibliografia, IEEI . Neste documento é feita uma compilação da bibliografia completa de José Calvet de Magalhães. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0348 - The European Union, Mercosul and the New World Order, por Hélio Jaguaribe e Álvaro de Vasconcelos (eds.) . The book The European Union, Mercosul, and the New World Order, co-edited by Hélio Jaguaribe and Álvaro de Vasconcelos, analyses the relations between Europe and South America, specifically with Mercosul from a dialectical perspective on multilateralism and multipolarity. Empirically, it examines the needs and possibilities of regionalism, the similarities and differences between the two models of regional integration, and the modifications their collaborations have and could yet bring to the international scene. Theoretically, it devotes itself to the definition and relation between these regional integration enterprises, multipolarity and multilateralism. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0349 - Foreword, por Pierre Hassner . Written several months after the rest of the book, this afterword is written in hindsight to the (then) recent international events that have had an impact on international relations: first, the unfolding of the Bush administration's attitudes and policies, aggravated by the 11 September; second, Argentina's crises and the bail-out by the IMF; and lastly, the judgement of the WTO in favour of the EU in its conflict with the USA over the Foreign Sales Corporation Act. With the advantage of hindsight, this afterword debates on the notions of multipolarity and multilateralism, arguing against the first, both in the light of these events but also politically and theoretically. It argues, instead, that both these approaches should be taken dialectically and as complementary to each other, both regarding regional integration and fighting for a new world order, against unilateralistic stances. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0350 - Preface, por Álvaro de Vasconcelos e Hélio Jaguaribe . This preface aims to explain the project of which this book is the result of. The joint project intended to analyse international system after the implosion of the Soviet Union, and thus the end of the bipolar regime, as well as to provide a prospective development of a new world order during the first decades of the twenty-first century. Considering such objectives, the research aimed at a triple and interrelated analysis: (i) of the current and the most probable future tendencies of the EU and countries such as France, Great Britain and Germany, vis-à-vis the more likely alternatives of a future world order; (ii) of the position of Mercosul, as a regional market and as an international protagonist, vis-à-vis those alternatives; and (iii) of the positions of Argentina and Brazil, vis-à-vis those same alternatives. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0351 - General Introduction, por Hélio Jaguaribe . This general introduction to The European Union, Mercosul and the New World Order departs from an analysis of the world order that followed the end of the cold war, to which the author gives the name of "unimultipolarity". This "unimultipolarity", headed by the US, has its limitations as well as a definite scope of intervention, but also a great level of instability. As a consequence of this instability, it is argued, profound changes will take place, namely at three main historical-social levels: the economic-social; the international; and the civilisational level. After having traced and described these, the paper reflects on what the consequences should be for the member countries of Mercosul, given the international conditions described. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0352 - The European Union and the New Multilateralism, por Álvaro de Vasconcelos . This chapter focuses on Europe's role in shaping a post-hegemonic world order. Europe's vision of world order and its role within it are both influenced by its own integration. Knowing whether the EU will assert itself as a central power comparable to the US, or if it will become a qualitatively different actor, is a key issue when attempting to outline the future of the international system. The question, therefore, is whether the EU can introduce a common project for a new multilateralism, or if it will remain, from a political and a hard security point of view, a regional actor. Simultaneously, one must also ascertain what role regional groups, such as Mercosul, can play according to a European vision of the world system. Of course, the feasibility of a new order will largely depend on the evolution of US foreign policy in the post-Clinton era. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0353 - Europe, Mercosul and Transatlantic Relations: A British Perspective, por Charles Grant . This chapter examines the current difficult state of transatlantic relations. Then it looks at the evolution in British attitudes towards the EU's role in foreign policy. Next, it considers British views on Mercosul, and concludes by discussing how the evolution of Mercosul could help to promote a more multipolar world. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0354 - Multilateralism, Regionalism, and the Prospect for International Order: A View from Germany and Europe, por Christoph Bertram . This chapter will argue that "structured multilateralism" is not just in the German national interest, but indeed the best way to develop international order in the globalised world. The first section will analyse that a unipolar world cannot provide such order since it is inherently unstable. The second section will examine the experience and evolution of the European Union and its emerging relationship with the United States, with special reference to Germany's experience and attitude. The third section will discuss the link between global and regional structures of order, and the final section will look at a special case of multilateralism—the relations between the EU and other emerging regional structures such as Mercosul. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0355 - The International Political Role of Mercosul II, por Samuel Pinheiro Guimarães . This chapter analyses the conditions, strategy and tactics of the political role of Mercosul. In order to do that, it provides an overview of the main characteristics and trends of the international system, which are: acceleration of scientific and technological progress; widespread and deep production restructuring; concentration of power; territorial reorganisation; reincorporation of areas into the global capitalist economy; and normalisation of international relations. It then synthesises the situation and perspectives of South America, which is the natural and immediate region for the exercise of the Mercosul political role and reviews some aspects of the foreign policies of the central actors in the world strategic game as they affect South America and Mercosul. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0356 - Globalisation, Argentina and Mercosul, por Aldo Ferrer . In Argentina, positive signals of economic growth and price stability, together with an increase in unemployment, poverty and social exclusion, currently coexist. Mercosul, in turn, is confronting increasing difficulties and uncertainties. There is a connecting link that explains those conflicting tendencies, namely, the quality of responses to the challenges and opportunities of globalisation. Bearing this in mind, this chapter makes a brief analysis of Argentina's behaviour with reference to globalisation, and the Mercosul situation. In order to do this, it first identifies certain relevant elements of the global order. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0357 - Mercosul: An Interpretation of the Past and a View to the Future, por Carlos Pérez Llana . A look at Mercosul necessarily involves making distinctions and comparisons. Analysing this sub-regional integration scheme necessitates the discussion of a series of subjects with pertinent historical references. Based on this criterion, the present chapter has adopted an analytical structure, arbitrarily subdivided into decades. It attempts to tie together three agendas (the international, the regional, and the specific Mercosul agendas), by placing emphasis on Argentina and Brazil. All references to the 1980s point to the results of the agreements formed by Presidents Alfonsín and Sarney. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0358 - Brazil in a Globalising World, por Amaury de Souza . Emerging market economies such as Brazil and Argentina face difficult times in a globalising world. A combination of adverse circumstances in the world economy is likely to affect their potential for growth negatively. It is believed that the best-case scenario for Brazil is to successfully 'relaunch' Mercosul by setting up effective macro-economic co-ordination mechanisms and deepen the customs union. Notwithstanding, from Brazil's point of view, such a move entails sharp dilemmas. The first problem is whether deeper economic integration may exact a loss of sovereignty. The other, is the extent to which the opportunities offered by world markets contribute to accelerate domestic economic development. Bearing this in mind, the focus of this chapter is on recent developments that may constrain Brazil's leadership role, or conversely, provide the momentum for furthering Brazil's interests in its multiple agendas. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0359 - Brazilian Foreign Policy at the Beginning of the Twenty-first Century, por Clodoaldo Hugueneu . This chapter offers a prospective vision of Brazil's foreign policy. Such a discussion is more difficult today because we are living in transition periods at the internal and international levels, the Brazilian scene being even more complicated for several reasons (internal, external, of mixed nature and international). In this chapter, these unavoidable issues are summarily treated. The exposition will begin by identifying some simplifying scenarios relating to Brazil's future and the main trends on the international scene. These scenarios and trends are only possibilities, and in some instances the text will try to warn against less desirable alternatives. Starting from those draft scenarios, it will then point out and examine six central issues for Brazilian diplomacy in the coming years. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0360 - Conclusion, por Helio Jaguaribe e Álvaro de Vasconcelos . This chapter attempts to extract conclusions from the different papers and authors published in the book The European Union, Mercosul and the New World Order. This endeavour is paired with a personal reflection of its authors. Like so, it departs from a comment on unipolarity and American hegemony to the role of regional factors and actors, such as Mercosul and the European Union, whose relation and affirmation in the international scene can defy American hegemony and establish a new world order towards multilateralism. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0361 - Uma Alteração Cognitiva na Apreciação da Diferença, por Francisco Costa . Neste texto – realizado no âmbito do grupo de trabalho "Migrações e Cidadania" do Fórum Viver a Europa –, apresenta uma breve introdução à evolução da importância política atribuída à questão da imigração, para uma reflexão sobre o estudo da produção cultural em contexto migratório. Este estudo encontra-se em curso no SociNova e permite perceber como uma alteração na forma como

é percecionada a diferença pode ter impactos significativos aos níveis político, económico, social e cultural. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0362 - Asilo, Ontem e Hoje, por Teresa Mendes . O presente texto – realizado no contexto do grupo de trabalho “Migrações e Cidadania” do Fórum Viver a Europa – traça o conceito histórico do asilo, como refúgio ou santuário, que se encontra em declínio no mais recente sistema internacional e corre, é dito, grandes perigos na Europa. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0363 - Conversas com José Calvet de Magalhães: Europeístas e Isolacionistas na Política Externa Portuguesa, por Álvaro de Vasconcelos . Nesta conversa entre Álvaro de Vasconcelos e José Calvet de Magalhães discute-se o debate entre europeístas, euro-atlantistas e isolacionistas no contexto da política externa portuguesa logo após o fim da Segunda Guerra Mundial e que ganhou contorno públicos no pós-25 de abril, acabando por se concluir que a questão europeia não está, ainda, cabalmente resolvida. O contributo pessoal e da carreira de José Calvet de Magalhães torna-se essencial na perceção dos desenvolvimentos destes debates. 2005-07-01 / 2005-07-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0364 - Para além da União, por Álvaro de Vasconcelos . No terceiro capítulo do livro Conversas com José Calvet de Magalhães, o diplomata e Álvaro de Vasconcelos relacionam o nacionalismo com a questão do isolacionismo na política externa de Salazar, tanto no sentimento antiamericano – de cariz protecionista do regime por parte de Salazar –, como no sentimento anti castelhano, e refletem sobre as relações geopolíticas entre Portugal e os Estados Unidos, durante e após o regime salazarista, assim como quais os limites a esta relação, mesmo após ultrapassado o antiamericanismo salazarista. 2005-07-01 / 2005-07-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0365 - Os ministros, por Álvaro de Vasconcelos . Neste texto – o quarto capítulo do livro Conversas com José Calvet de Magalhães – é feita uma breve análise sobre os ministros que passaram pelas Necessidades e de que forma estes moldaram a política externa portuguesa, desde Salazar até ao pós-25 de abril. Discute-se o papel de Salazar (na qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros), Andrade Corvo, Teixeira de Sampaio, Paulo Cunha, Marcello Mathias, Franco Nogueira, Rui Patrício, Mário Soares, Melo Antunes e Jaime Gama. 2005-07-01 / 2005-07-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0366 - A EFTA e o progresso da economia portuguesa – 1960-1973, por José Silva Lopes . Entre as realizações da carreira do Embaixador Calvet de Magalhães, merece relevo a sua participação nas iniciativas e nas negociações que levaram em 1959 à entrada de Portugal na Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA). Neste sentido, o presente texto centra-se sobre o papel da EFTA na modernização e no progresso da economia portuguesa durante o período de 1960 a 1973. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0367 - O complexo sebastianista no comportamento político, por José Enes . Há uma permanente ligação entre o discurso legitimativo da soberania do Estado político e o messianismo político – seja ele religioso, filosófico ou outro –, entendido como crença na missão de transcendência história dos Estados e dos indivíduos que os personificam. Ora este messianismo político legitimativo do Estado soberano, quer a nível da estratégia de soberania e de atuação dos órgãos estatais, quer a nível dos sentimentos, dos juízos e das ações dos indivíduos e das multidões, assume a estrutura e o dinamismo de um complexo comportamental. No caso português, o rei D. Sebastião desempenhou um papel singular em relação ao discurso legitimativo de Portugal como Estado soberano, colmatando as percebidas carências e defeitos da coletividade nacional, que se reúne em volta desta nova identidade sebastianista. Esboçando os traços mais característicos do(s) complexo(s) sebastianista(s) e a sua expressão a partir do seu momento de criação, o presente estudo relaciona estes com os comportamentos políticos portugueses e as consequências do seu complexo comportamental para as suas relações externas. 1987-03-21 / 1987-06-20

D. PT/ADN/IEEI/006/0368 - Leituras, por Joaquim Vieira, Fuzeta da Ponte, José Lopes Alves, João Soares, José Lello e Dina Soares . O presente documento é compreendido por nove análises: as cinco primeiras devotas a livros ou relatórios publicados sobre esse formato e as quatro restantes a reflexões sobre colóquios. A primeira leitura sobre sobre o livro Guerra e política – em nome da verdade, os anos decisivos de Kaúlza de Arriaga, cuja análise é levada a cabo por Joaquim Vieira; a segunda, realizada por Fuzeta da Ponte, incide sobre o livro Geopolítica e geoestratégia de Portugal, de editoria de José Lopes Alves; a terceira análise reflete sobre as conclusões do livro-relatório South Africa: Time Running Out do grupo "The Report of the Study Commission on U.S. Policy Toward Southern Africa", por João Soares; a quarta e quinta análise, ambas realizadas por José Lello, rebatem, respetivamente sobre o livro Centuriões ou pretorianos?, editado por Pedro Pezarat Correia; e sobre o relatório apresentado à Assembleia do Atlântico Norte no Funchal em Maio de 1988 sob o título A NATO nos anos 90. A segunda parte

destes documentos, devota à crítica de colóquios, arranca com uma conferência ocorrida em Marselha a fevereiro de 1988 de título “Relations entre les pays européens de la Méditerranée Occidentale” por Dina Soares, seguida por uma outra da mesma autora sobre “A Europa e o Desafio Africano”, realizado pelo IEEI; as duas últimas críticas, ambas no âmbito do relacionamento estratégico e de cooperação, incidem sobre os colóquios “Democracia e cooperação atlântica – o desafio soviético” e “Encontro empresarial Brasil – Portugal”. 1988-09-21 / 1988-12-20

D. PT/ADN/IEEI/006/0369 - O caso "Rush" e as potencialidades do direito internacional, por Bernardo Ribeiro da Cunha . A partir da análise do caso “Rush”, no qual Portugal interveio defendendo a aplicação concreta de um princípio comunitário e o estudo de três casos de arbitragem (arbitragem de Bolama, a questão de Lourenço Marques ou Delagoa Bay e a arbitragem de Barotse) onde foram salvaguardados direitos territoriais, o presente artigo delinea algumas ilações sobre a importância do Direito na cena política internacional – de utilidade particular para pequenas potências, como é o caso de Portugal. Estas conclusões são percebidas como distintamente profícuas para a integração dos países numa Comunidade onde este Direito se encontra institucionalizado e organizado de uma forma totalmente nova para a Europa. 1990-03-21 / 1990-06-20

D. PT/ADN/IEEI/006/0370 - Africa, China and Europe: Is There Scope for a Real Partnership?, por Patrícia Magalhães Ferreira . International relations are undergoing profound change with newly emerging powers entering the scene. The European Union is itself an “emerging” foreign policy actor, hoping to reinforce its political influence in order to match its weight as global development actor. Against the backdrop of a proliferation of global actors in the twentieth-first century, China’s emerging presence in Africa challenges Western approaches, offering new opportunities for African governments to diversify their development partners. This paper gives some insights on how Europe can better cooperate with emerging donors to promote Africa’s development and analyses some of the main opportunities and challenges for African countries. 2009/01/01 / 2009/06/30

D. PT/ADN/IEEI/006/0371 - Facing a Globalised World: The New EU-Africa Partnership, por João Gomes Cravinho . The European Union’s external relations over the past decade have been undergoing a process of adaptation to current trends in world affairs. Although not moving as fast as the founding ambitions would require, it is true to say that the European behemoth has been seeking to find ways of adapting to a changing world. New actors, new or reformulated challenges, trends of integration and disintegration, as well as an enlarged Union have all played an important part in this process of rethinking Europe’s role in the world. But as the EU devised ways to engage strategically with other major international actors, Africa was somehow treated according to the old postcolonial paradigm. The Lisbon EU-Africa Summit of December 2007 signalled a joint will to shift this state of affairs. Bearing this in mind, the present article starts with a general description of the major international changes, worldwide, in Europe, and in Africa, as a background and rationale for the new Europe-Africa partnership. It then moves on to focus on the specificity of this partnership, to conclude with a brief and preliminary assessment of the first months since the Lisbon Summit and the challenges of implementing a Joint Strategy. 2009-01-01 / 2009-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0372 - Europa e Brasil no contexto estratégico mundial, por Mário César Flores . O presente artigo, de carácter especulativo e prospetivo, considera dois cenários prementes na discussão do final dos anos 80 no que diz respeito às políticas de cooperação internacional e da segurança: o primeiro referente ao confronto entre a Europa e a URSS que, na sua hipotética última instância bélica, seria caracterizado pela cooperação com a Europa; e o segundo, esse de confronto ou cooperação, é referente à interação entre os interesses europeus e brasileiro. Tanto num cenário como o outro, importa a análise das condições geoestratégicas, da segurança e consequentes expressões militares, assim como dos acordos de defesa e cooperação estabelecidos na cena internacional. Para isso, o presente artigo devota-se à análise dos acordos tanto de cooperação como de defesa entre a Europa e o Brasil assim como a uma ênfase às questões de segurança marítima nestas relações. 1988-09-21 / 1988-12-20

D. PT/ADN/IEEI/006/0373 - Fundamentos e linhas gerais da política externa do Brasil, por José Brandi Aleixo . Traçando os fatores históricos, geográficos e económicos, e a simultaneidade de uma dimensão ocidental e uma dimensão latino-americana, afro-asiática e lusófona que constituem a intrincada definição brasileira no último ano da década de 80 e a sua posição na cena internacional, o presente artigo teoriza a política externa brasileira na sua multiplicidade, notando que é a manutenção e ampliação desta dimensão, acompanhada com uma postura crítica, que torna a sua política externa tão particular. Estas características revelam, por seu turno, de que forma o Brasil é de particular interesse para a CEE e para uma avaliação das relações internacionais em geral. 1989-03-21 / 1989-06-20

D. PT/ADN/IEEI/006/0374 - A Europa e o Brasil no Limiar do Ano 2000, por Mário Soares . Três décadas decorridas sobre a data da assinatura do Tratado de Roma, a CEE vê-se novamente sobre um grande momento de mudança, representado pelo Tratado de Maastricht a ocorrer em 1992. Ora, durante a década de 90 – e precisamente pela primeira vez que Portugal exercerá a

presidência das Comunidades Europeias –, a Europa enfrenta a sua transformação em grande espaço único, onde será livre a circulação de pessoas, capitais, mercadorias e serviços. 1992 impõe a todos os europeus uma reflexão profunda sobre os fundamentos e objetivos do projeto europeu, assim como foi concebido. O presente artigo ilumina, neste sentido, as oportunidades de reflexão proporcionadas por esta nova etapa europeia, sobre as suas consequências, desafios e vantagens, as suas fronteiras e as suas relações, que demandem ser realizadas para lá do escopo económico, principalmente no que toca à América Latina e ao Brasil – destacando-se a presidência de Portugal como marco propulsor de uma tal articulação. 1989-03-21 / 1989-06-20

D. PT/ADN/IEEI/006/0375 - Controlo de armas e conflitos regionais: uma perspectiva brasileira, por António Carlos Pereira . A des-bipolarização revelou-se particularmente profícua àqueles países com aspiração à ascensão na hierarquia do poder internacional, como é o caso do Brasil, já que a bipolaridade conduz ao congelamento do poder, prejudicial aos Estados marginais aos centros hegemónicos. Para este, o multilateralismo abriu novos mais diversificados caminhos do poder económico (antes isolados nas tradicionais fontes de poder político e militar) e reduz a necessidade de filiação compulsiva a alianças. Contudo, é argumentado no presente artigo, um mundo multipolar pode significar, visto do Sul, uma maior vulnerabilidade potencial com um aumento de ações mais severas por parte dos centros hegemónicos de poder que levaria a uma "paz violenta". É neste panorama global que importa analisar a posição do Brasil, como potência média emergente e nas suas relações com a América do Sul e com o Atlântico. Assim, conclui-se, é importante o reconhecimento de que, especialmente no Terceiro Mundo, o relaxamento de tensões só é possível se forem atendidas algumas condições objetivas de prosperidade económica, pluralidade política e justiça social. Tentar reduzir ou eliminar os conflitos regionais por meio de uma artificial limitação de armamentos é, ao invés, um investimento fútil. 1990-03-21 / 1990-06-20

D. PT/ADN/IEEI/006/0376 - The Lisbon Strategy & EU Knowledge Society: US Perspectives and Approaches, por Dana Redford . By March of 2000, in his last year in office, President Bill Clinton was overseeing the longest ever sustained expansion of the American economy. The 107 consecutive months of growth has produced a large government budget surplus, a stock market at its peak, and productivity gains lead by technological advancement. 2007-01-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0377 - The Lisbon Strategy in a Knowledge Society Without Borders: The Brazilian View, por Mário Sérgio Salerno and Glaucio Arbix . Brazil is currently in an unprecedented situation. It is experiencing macroeconomic stability, a reduction of external vulnerability, an exports boom, declining poverty and inequality, an increase in science production, and increase in the production of doctoral theses, the lowest inflation rates of the past 12 years (3.2% in 2006). 2007-01-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0378 - A questão nacional em Angola e Moçambique, por Diogo Pires Aurélio . Raros temas andarão tão envolvidos de ambiguidade no interior das ciências políticas como o da nação e dos nacionalismos. É assumida aqui a nação em dois sentidos muito genéricos, que constituem o fenómeno nacionalista: o político e o cultural. Assim, a formação do estado-nação é tanto mais realizável quanto maiores os recursos de natureza cultural a que possa recorrer para efeitos de legitimação, integração e mobilização das populações. Esta dialética revela-se particularmente profícua quando utilizado para compreender a questão nacional no continente africano. Este terá servido, na maioria dos casos, como plataforma de unidade contra o colonizador e norteador de estratégias que se encontram, conquanto, totalmente decididas. É neste contexto que o presente estudo visa não só a dilucidação dessas estratégias e respetivas motivações, mas a exposição dos tipos de nacionalismo configurado no discurso das autoridades de Angola e Moçambique. Trata-se, assim, de perspetivar estas nacionalidades de uma ótica política e as consequentes manifestações do fenómeno nacionalista, não obstante estas serem invariavelmente encaradas como fonte legitimadora da própria atuação política. 1990-03-21 / 1990-06-20

D. PT/ADN/IEEI/006/0379 - Angola e Moçambique: Estratégias de Desenvolvimento, por Adelino Torres . Após a independência, Angola e Moçambique conheceram uma crise política e económica de grandes dimensões para a qual contribuíram fatores internos e externos. A situação dos dois países é distinta nuns aspetos e similar noutros. Diferencia-se no terreno político militar, na intervenção estrangeira e no plano económico – em que Angola tem explorado o petróleo, como produto estratégico. Há, porém, entre os dois países paralelismos vários: a opção pela “via socialista” de base “marxista-leninista” pós-dependência; o seu contexto geoeconómico; e o impacto negativo da guerra no seu aparelho produtivo, que trava o seu crescimento e desenvolvimento social e económico. O presente artigo dá conta destas semelhanças e distinções enfatizando a necessidade do restabelecimento da paz interna, reequacionamento das relações entre os países da África Austral e um aprofundamento das suas relações externas, que devem ser assentes numa visão de ordem multilateral de cooperação responsável biunívoca, de modo a fomentar a ajuda internacional e, deste modo, reverter a sua estagnação ao nível do desenvolvimento. 1990-03-21 / 1990-06-20

D. PT/ADN/IEEI/006/0380 - Os valores morais e a organização da diversidade, por Mehmet Aydin . A semelhança de valores entre culturas é um fator de coesão muito importante. O autor faz uma abordagem sobre os diferentes conceitos de valores e de que forma eles se relacionam e produzem resultados no que diz respeito a culturas de vizinhança, religiões, etc. Argumenta que as políticas com exercício de poder hegemónico preocupam mais as pessoas do que a diferença entre heranças de valores culturais. Referencia os textos bíblicos como exemplo e refere a situação particular da Turquia como sendo um país ocidental com valores muçulmanos. 2004-02-01 / 2004-02-29

D. PT/ADN/IEEI/006/0381 - Regressão ou progresso? , por Alain Tourraine . A discussão sobre o laicismo volta a surgir em França depois de Jacques Chirac e a Comissão Stasi apresentaram uma definição elaborada sobre o tema que fez com que temessem o regresso do espírito antirreligioso à França. A questão do uso de véu por parte das jovens muçulmanas lançou debate sobre a sua falta de voz e pelo preconceito que sofrem tanto devido a uma atitude laicista negativa como por grupos islâmicos radicais. 2004-03-01 / 2004-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0382 - O relatório da Comissão Stasi, por Luis Silva . A aplicação princípio da laicidade foi revista devido às transformações socioculturais ocorridas na França nas últimas décadas. O artigo faz uma contextualização histórica do conceito desde a Revolução Francesa e expõe os principais pontos do relatório de Stasi. Este, divide-se em quatro partes: contextualização histórica, o enquadramento jurídico e reflexo internacional, a aplicação deste princípio nos serviços públicos e no mundo laboral e a adoção de uma Carta da laicidade. O papel da educação é ressaltado ao longo de todo o artigo. 2004-03-01 / 2004-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0383 - Usar ou não usar... eis a questão , por Vânia Pinto. As recomendações do Relatório Stasi que interditam símbolos religiosos causaram debate pela Europa e pelo mundo muçulmano, em especial a interdição do uso do hijab. O artigo analisa os diferentes significados religiosos, políticos e pessoais que o hijab possa ter e qual o posicionamento internacional sobre o assunto. Sendo essa a questão mais polémica, aborda-se ainda os pontos positivos das recomendações (por exemplo, cursos de língua árabe, feriados Muçulmanos oficiais, etc). 2004-03-01 / 2004-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0384 - O genocídio no Ruanda: dez anos depois. por Alexandra Barahona de Brito . A inação da comunidade internacional durante a vaga genocida aos Tutsis em Ruanda por parte das milícias Hutu põe em causa o papel da ONU como guardiã da paz. Dez anos depois, analisa-se a forma como os julgamentos têm vindo a ser feitos e como o sistema de justiça se articulou para conseguir levar a cabo tantos arguidos. 2004-04-01 / 2004-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0385 - Portugal e o Congresso de Viena de 1815, por José Calvet de Magalhães . O Congresso de Viena em 1815 tinha a intenção de redesenhar o mapa político da Europa depois da derrota de Napoleão. Portugal é representado no congresso pelo conde de Palmela, Saldanha da Gama e Joaquim Lobo da Silveira. Para Portugal, as principais questões eram a restituição da Guiana francesa e a questão da restituição por Espanha a Portugal da praça de Olivença. Com a Grã-Bretanha foram assinados acordos para a proibição de tráfico de escravos.. 2004-04-01 / 2004-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0386 - As ténues fissuras do muro, por Maria do Rosário de Moraes Vaz . A Assembleia Geral da ONU exigiu aos israelitas que desmanchassem o muro construído ilegalmente em território palestino. O voto unânime dos membros da União Europeia contra este muro causou uma reação negativa por Israel, que os acusa de não serem um mediador imparcial. O autor levanta a questão de que a União Europeia condena este tipo de atos ilegais mas que os tolera sempre. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0387 - Darfur - a outra crise humanitária, por Ana Elisa Cascão . Kofi Annan alertou a comunidade internacional para o conflito na região de Dafur, no Sudão, cujas características seriam idênticas à do genocídio no Ruanda. Dois grupos rebeldes (Movimento para a Justiça e Igualdade e Movimento de Libertação do Sudão) reforçaram a sua oposição ao governo de Cartum que se tornou violenta por ambas partes. Discute-se a existência de um caso de genocídio. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0388 - Liberdades e propaganda, por Tiago Marques . O Ministério da Propaganda chinês assume um papel eminentemente totalitário, sendo que assim negligencia os direitos básicos sociais e culturais dos cidadãos chineses. O manifesto de Jiao Guobiao sobre assunto trás esta questão à superfície. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0389 - Novos desafios políticos, por Ebtisam Al-kitbi. Os Estados árabes do Golfo tiveram duas ondas de abertura política na última década: a primeira com a criação de conselhos Shura ou órgãos homólogos e a segunda com a aprovação de constituições e eleições para os conselhos Shura. O autor explora os fatores que levaram à abertura política que depois é posta em causa com a crise do Golfo. A pressão internacional devido às reservas de petróleo e ao 11 de Setembro impulsionaram mais mudanças. A diversidade da região é outra questão a ter em conta para explicar os conflitos existentes e a limitada abertura política. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0390 - Vivos ou mortos?, por Alexandra Barahona de Brito . No seguimento do escândalo de Abu Ghraib tornou-se público que os militares norte-americanos têm usado a tortura no Iraque, ignorando os Direitos Humanos e usando aquilo que a autora considera “olho por olho, dente por dente”: isto porque os membros da al-Qaida presos em Guantánamo eram já considerados culpados sem julgamento. Remete-se os métodos de tortura americana a outros episódios da sua História como a guerra no Vietname ou na América Latina. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0391 - A visibilidade da política externa, por Charles Powell . A relevância da política externa em Espanha influenciou a eleição de Zapatero. As diretrizes espanholas estão canalizadas para a Europa, América Latina, Mediterrâneo e a intenção de ter uma boa relação com os Estados Unidos. O autor faz um contexto da atuação na política externa de José María Aznar e de como isso causou colisão nos interesses europeus, nomeadamente na questão da guerra do Iraque. Com a retirada das tropas no Iraque a mando de Zapatero, o foco volta a ser o “regresso à Europa” e às vias tradicionais. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0392 - A América... sem o mundo, por Maria João Seabra . A plataforma eleitoral de Bush, na sua definição de política externa, de segurança e defesa, tem apenas em conta os seus interesses nacionais. Os EUA por norma agem em total liberdade em qualquer lugar, tirando partido do seu poder militar. A autora põe em causa a conceção de defesa nacional utilizada pelos EUA, utilizando como exemplo as ações de Bush na guerra do Iraque e o seu reforço nas forças armadas. Questiona-se se a reeleição do presidente fará com que os EUA continuem a agir como se “o resto do mundo não existisse.”. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0393 - O poder do mundo, por Maria do Rosário de Moraes Vaz. A política externa assume um papel de relevo na campanha eleitoral dos Estados Unidos. Para John Kerry é necessário primeiro usar os meios alternativos como a diplomacia, a ajuda económica -mesmo que se continue a investir e a aumentar o poderio militar- e a proposta da paragem do programa americano nuclear tático. Por outras palavras, pôr um ponto final no unilateralismo exagerado dos EUA. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0394 - Para além da simplicidade, por Robert W. Bradnock. O presente artigo aborda as eleições na Índia onde o BJP (Partido do Povo Indiano) foi substituído por uma coligação liderada pelo Partido do Congresso. Analisam-se quais foram os fatores decisivos da vitória da nova coligação e os resultados quantitativos obtidos. Com uma nova administração, questiona-se qual será a posição do novo governo em relação à questão paquistanesa e Caxemira. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0395 - Benção ou maldição?, por Manuel Paulo, Alex Vines . Os Estados Unidos têm tentado encontrar fontes alternativas de petróleo além do Médio Oriente – A África Ocidental. Países como a Guiné Equatorial e a Mauritânia querem juntar-se à Nigéria e à Angola na elite de países produtores, mas a sua situação política interna dificulta, tal como o texto aborda. Para os autores, o principal desafio que a indústria petrolífera enfrenta é a falta de investimento e desenvolvimento dos países onde operam. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0396 - O dia depois de amanhã - the debate must go on ... , por Renato Roldão . As alterações climáticas têm tido uma maior visibilidade com o filme de Roland Emmerich, “O dia depois de amanhã.”. O autor realça a mensagem política dirigida aos dirigentes políticos e relembra o Protocolo de Quioto e as suas complicadas negociações. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0397 - Um direito adiado, por Vânia Pinto . O direito de voto feminino no Kuwait é controverso desde os anos 60 e não só por motivos religiosos. O assunto não reúne com consenso nem na assembleia nem na sociedade, em geral alienada dos processos de decisão, e é sempre travado. A autora atribuiu este fenómeno à divisão da sociedade kuwaitiana, onde os kuwaitianos de primeira classe possuem direito de voto e os restantes não. Consideram a mulher como emocional

por natureza e incapaz de exercer a vida política, mesmo que exista a percepção que o panorama político não mudará mesmo com o voto feminino. 2004-02-01 / 2004-02-29

D. PT/ADN/IEEI/006/0398 - Em louvor de Aristides de Sousa Mendes , por Celso Lafer . O totalitarismo descaracteriza o ser humano como algo que pode ser, a qualquer momento, considerado como sendo o “inimigo” e, portanto, descartável. A produção em larga escala de refugiados e apátridas com a utilização do terror como o caso do Holocausto é um dos exemplos mais claros. O presente artigo analisa a vida e trabalho de Aristides de Sousa Mendes, diplomata português que dava vistos ilegalmente a judeus, como humanista e exemplo de coragem que merece um maior reconhecimento. 2004-04-01 / 2004-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0399 - O cônsul português que salvou milhares de vidas, por Bruno Cardoso Reis . O presente texto expõe o trabalho de Aristides de Sousa Mendes, diplomata português em Bordéus que, ignorando as ordens do Governo, passava vistos a refugiados judeus. O depoimento de Calheiro e Menezes deixa claro o pânico dos refugiados que procuravam abrigo. A desobediência de Sousa Mendes a ordens do Ministério levou a um processo disciplinar mas aborda-se qual o posicionamento de Salazar sobre a questão destes refugiados. 2004-04-01 / 2004-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0400 - Os alicerces de uma nova teoria da paz, por Mario Telò . O presente artigo aborda a vida e obra do filósofo Norberto Bobbio e o seu impacto na teoria geral da política enquanto estudo que engloba diferentes áreas das ciências sociais sem barreiras disciplinares. 2004-02-01 / 2004-02-29

D. PT/ADN/IEEI/006/0401 - O dia seguinte , por Álvaro de Vasconcelos . O unilateralismo dos Estados Unidos nos últimos quatro anos provaram aos americanos que mesmo com poderio militar não conseguem atuar sozinhos numa questão que é global. John Kerry apresenta soluções diferentes das de George Bush nas questões sobre o terrorismo e talvez isso traga mais cooperação por parte dos europeus e do Médio Oriente. 2004-11-01 / 2004-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0402 - Mudanças para a Indonésia, por Miguel Santos Neves . Nas eleições presidenciais na Indonésia venceu Susilo Bambang Yudhoyono. A sua vitória coloca algumas questões, nomeadamente, um teste à democracia indonésia devido à oposição no Parlamento, normalização do papel dos militares no sistema democrático, a incerteza sobre a existência de uma agenda política e como será tratada a política externa. 2004-11-01 / 2004-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0403 - As políticas de destruição de reputação, por Peter Calvet . Em altura de eleições nos Estados Unidos, o autor aborda casos de destruição de reputação (character assassination) em campanhas eleitorais anteriores. No caso mais recente, entre Bush-Kerry, os republicanos usaram as posições moderadas de Kerry sobre o aborto para dividir o eleitorado. Conclui-se que este tipo de campanhas são, por norma, utilizadas para obter vitória a qualquer custo. 2004-11-01 / 2004-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0404 - A incógnita do voto ético, por Teresa Botelho . Nestas eleições presidenciais o Presidente Bush apostou no voto ético, captando o eleitorado hispânico através do uso dos media e campanhas em língua espanhola. A autora analisa que tipo de medidas em concreto foram usadas e dá o exemplo de Al Gore que, ignorando este eleitorado, acabou por perceber uma percentagem significativa de votos. Aborda-se ainda, de um modo geral, o funcionamento do sistema político americano. 2004-11-01 / 2004-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0405 - E depois das eleições, por Carlos Lopes, Renato Janine Ribeiro, Pierre Hassner, Krzysztof Bobinski . O presente artigo é um aglomerado de abordagens sobre diferentes questões relacionadas com as eleições nos Estados Unidos. Carlos Lopes analisa a continuidade da política externa e quais as propostas de Bush para África; Renato Ribeiro fala sobre a forma como a política cada vez mais é governada pela economia; a proximidade de John Kerry com a visão europeia do mundo é um tema abordado por Pierre Hassner; e, por último, há a opinião de Krzysztof Bobinski sobre as tropas polacas no Iraque e na relação da Polónia com os EUA. 2004-11-01 / 2004-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0406 - Multilateral versus regional, por Vera Thorstensen . A Decisão de Genebra estabelece uma série de pontos essenciais para o prosseguimento da Ronda de Doha da Organização Mundial de Comércio. A agricultura foi um dos principais temas em negociação, assim como o acesso ao mercado para bens não-agrícolas, a intenção de facilitar o comércio, reduzindo entraves nas alfândegas, delimitação de regras comerciais antidumping e subsídios. Estas negociações reforçaram

o sistema multilateral e incentivaram negociações regionais como as entre EU e Mercosul e as da ALCA. 2004-11-01 / 2004-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0407 - A democracia «maningue nice», por Luís Carlos Patraquim . Joaquim Chissano não se recandidata, pela terceira vez, às eleições em Moçambique. Mesmo com as desigualdades e carências típicas de um país da África Subsariana, Moçambique passa uma boa imagem internacionalmente e pode abarcar mega investimentos na produção de alumínio, exploração de areias pesadas, gás, etc. O presente artigo analisa os diferentes candidatos às eleições e faz uma projeção do que podem ser os resultados e coligações, assim como quais são as principais temáticas de cada. 2004-11-01 / 2004-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0408 - Cultura e política, por Volker Perthes . O novo governo iraniano, dominado por conservadores, tirou alguma liberdade de expressão artística que tinha sido concedida anteriormente. Não se sabe ainda como esta maioria conservadora influenciará a política cultural do país, mas assume um controlo apertado sobre a produção de filmes, livros e sobre os produtores. O artigo analisa quais são as normas que o governo tem para assegurar que as produções culturais são compatíveis com os ideais das elites governantes e qual o papel dos “novos conservadores”. 2004-11-01 / 2004-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0409 - Os novos desafios económicos, por David S.Hong . O artigo tem como objetivo compreender a situação económica de Taiwan e começa por fazer um contexto histórico da sua economia e indústria, afirmando-se que um dos focos atuais é o desenvolvimento da economia de conhecimento. E economia taiwanesa foi considerada a 6ª mais competitiva do mundo em 2003 graças à sua capacidade tecnológica, que só foi possível com as mudanças globais na área das tecnologias de informação. Aborda-se também quais os desafios futuros, nomeadamente no plano industrial, e quais os planos de desenvolvimento criados para lhes responder. 2004-11-01 / 2004-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0410 - O presidente do mundo, por Bruno Cardoso Reis . O interesse do eleitorado americano pela crise na política externa levou a que este tema fosse mais debatido pelos candidatos à presidência. O programa de Bush nunca refere a Europa e entende que a prioridade dos EUA está nas outras grandes potências, já Jonh Kerry define como prioridade revitalizar o sistema de alianças norte-americano. O autor aborda a forma como estas duas vertentes são tratadas e de como uma União Europeia unida poderá ter mais voz em Washington. 2004-11-01 / 2004-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0411 - O deserto da política russa - Entrevista de Álvaro Vasconcelos a Marie Mendras . Entrevista a Marie Mendras, especialista em estudos russos e pós-sovieticos, sobre as eleições presidenciais na Rússia, cujo resultado será a reeleição de Vladimir Putin. Aborda-se, entre outras temáticas, a oposição a Putin, o nacionalismo e a economia russa. 2004-03-01 / 2004-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0412 - Laicidade, islamismo político e obscurantismo - Inquérito, por IEEI . Inquérito de opinião sobre o projeto de lei sobre a laicidade nas escolas francesas, como contribuir para a neutralização da influência do islamismo político, como conciliar a diversidade com a defesa dos direitos fundamentais, se o multiculturalismo será uma resposta, etc. 2004-03-01 / 2004-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0413 - O novo look da política externa americana, por Ian O.Lesser . A homeland security está no topo da agenda da política externa americana, aliada a uma vontade de promover a democracia no Médio Oriente. O autor defende que apesar de não haver muitas mudanças nas questões centrais da agenda, há alguns sinais a ter em conta, como a redefinição da política externa em termos de questões funcionais e não de relações regionais. Uma nova ronda diplomática entre Israel e Palestina pode apresentar-se como uma oportunidade única para os EUA na forma como intervêm no Medio Oriente. 2005-04-01 / 2005-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0414 - A influência de Karol Wojtyla, por Guilherme d'Oliveira Martins . O Papa João Paulo II foi uma figura de extrema importância e influência nos acontecimentos internacionais desde finais dos anos 70. O presente artigo faz um breve levantamento à vida e trabalho de Karol Wojtyla, nomeadamente aos contributos políticos que fez. 2005-04-01 / 2005-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0415 - Afinal, de quem é este país?, por Nadim Shehadi. O autor faz um extenso contexto histórico e político da situação do Líbano, que volta a ser o centro da atenção internacional no seguimento do assassinato do antigo primeiro-ministro Rafic Hariri. Em causa está a questão da ocupação deste território pela Síria e a posição internacional sobre

o mesmo. A Síria tem tentado fazer negociações com os EUA em troca concessões noutras frentes. As decisões a tomar determinarão a política dos EUA na região. 2005-04-01 / 2005-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0416 - As implicações regionais do pântano iraquiano, por May Chartouni-Dubarry . A autora começa por afirmar que há duas conclusões que podem ser tiradas do fracasso da expedição militar no Iraque: que a democracia não é imposta à força e que o terrorismo não pode ser eliminado só com armas. As eleições no Iraque, mesmo apoiadas pelos EUA, não resolveram o impasse político e abordam-se algumas das razões para que tal não tenha acontecido e outros aspetos ainda por resolver. O sentimento anti-americano ainda persiste devido aos laços entre o conflito israelo-árabe e a crise iraquiana. 2005-04-01 / 2005-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0417 - Os passos seguintes, por Luís Martinez . O autor analisa os resultados das eleições no Iraque, fazendo uma listagem dos partidos participantes e de quais as percentagens conseguidas. A maior tarefa do novo governo será a de responder ao problema da ocupação americana. Para o plano internacional ocidental, fica a imagem que a sociedade iraquiana aspira à liberdade mas o mundo árabe encara as eleições como democracia forçada e descrédito pelos regimes totalitários. 2005-04-01 / 2005-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0418 - A via de Putin, por Luísa Meireles . As eleições na Ucrânia e a sua batalha política levaram a que Putin afirmasse que os EUA têm uma política externa ditatorial. A melhoria na economia e as receitas do petróleo geraram um novo discurso por parte dos russos. Ainda assim, o seu sistema industrial ainda é baseada na antiga estrutura soviética que terá de ser reformada. Em termos políticos, a estratégia política de Putin parece passar pelo controlo e a oposição acusa-o de ser um pseudo-democrata. 2005-04-01 / 2005-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0419 - Os frutos da revolução laranja, por Grygoriy Nemyria. Victor Luschenko é o novo presidente da Ucrânia e com isso abre-se uma possibilidade nova para a Europa. O presidente quer reforçar o estado de direito e combater a corrupção e a sua visão de política externa passa pela integração na UE, na NATO e uma possível parceria estratégica com a Rússia. O artigo aborda estas tentativas de aproximação e o funcionamento das relações bilaterais com as instituições euro-atlânticas. 2005-04-01 / 2005-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0420 - Geopolítica e política externa nos antípodas, por Paul G. Buchanan . A Austrália é um continente autossuficiente que usa o comércio internacional e a política externa para manter e a Nova Zelândia tem uma sólida economia de subsistência e assume a posição de nicho de mercado. O artigo faz uma breve análise da situação económica de ambos os países, mas o foco está sobretudo na sua política externa e na sua intervenção em conflitos internacionais, começando por um contexto histórico até à contemporaneidade. A Indonésia como ameaça regional é um tema de maior importância para os australianos mas ambos países vêm a imigração não-ocidental com desagrado. 2005-04-01 / 2005-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0421 - A disputa continua, por Bruce Stockes . O presente artigo aborda a rivalidade da Boeing-Airbus desde 1970. Esta temática surge após acusações mútuas por parte dos EUA e da EU de apoios ilegais com subsídios às empresas. Washington e Bruxelas têm negociado o caso tendo em conta a diferente forma como ambos os lados encaram o próprio conceito de 'subsídio', sendo que esta questão é explorada a fundo. Principal preocupação de ambos, para além de impedir o Japão e a China de criarem as suas empresas, é a de evitar uma guerra comercial. 2005-04-01 / 2005-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0422 - Democracia e terrorismo, por Álvaro de Vasconcelos . A indignação contra os atentados em Londres deveria causar uma onda de solidariedade e não criar dúvidas sobre a eficácia das democracias ou se uma sociedade aberta é mais propícia ao extremismo. O artigo explora esta questão, usando o exemplo de vários países, incluindo alguns de regime autoritário ou que usam violência na luta contra o terror e como isto ser combatido. Faz-se ainda um breve ponto de situação sobre o massacre em Srebrenica e sobre o museu de Aristides de Sousa Mendes. 2005-08-01 / 2005-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0423 - Devíamos ter calculado, por George Joffé . O artigo aborda os atentados de Londres. Começa por fazer um contexto dos antecedentes, recuando aos atentados de Nova Iorque em 2001 e analisa o tipo de terroristas em cada caso, se têm a nacionalidade do país que atacam, entre outros fatores, remetendo até ao IRA e ETA. Procura-se explicar como os efeitos políticos no Islão levaram ao terrorismo e quais possíveis soluções para lidar com o problema. 2005-08-01 / 2005-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0424 - Mais uma década de crise, por George Henderson . O secretário da defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld, admitiu que o caos causado pela invasão e ocupação do Iraque poderia demorar até 10 anos a resolver, mas no terreno a situação parece estar a melhorar: o governo entrou forma de incluir os sunitas nas decisões mas o curdos continuam a querer autonomia do Curdistão. O autor aborda a situação dos cidadãos -que sofrem com a falta de água, eletricidade reduzida, falta de segurança- e o controlo e credibilidade que os americanos aos poucos vai perdendo. 2005-08-01 / 2005-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0425 - Desenvolvimento, segurança e direitos humanos, por Carlos Lopes . Na Cimeira da ONU avaliar-se-á os progressos alcançados na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio sendo que anteriormente O Secretário-Geral, Kofi Annan, publicou um relatório com várias propostas para que a ONU se possa adaptar as novos desafios da conjuntura internacional. As propostas dividem-se em quatro temas principais: desenvolvimento, segurança internacional, defesa dos direitos humanos e apoio aos países em processo de transição democrática. O autor afirma que a ONU precisa de se adaptar às novas ameaças e desafios do mundo atual. 2005-08-01 / 2005-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0426 - Falhanço inevitável ou oportunidade perdida?, por Paulo Wrobel . A conferência de revisão do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) chegou ao fim sem que se tivesse chegado a um acordo muito devido às posições intransigentes dos EUA, do Irão e do Egito. O autor sugere três eventos que possivelmente contribuíram para a estagnação das negociações: o unilateralismo americano, o anúncio da Coreia do Norte em 2003 sobre o abandono do TNP e a acusação de que o Irão tem um programa de produção de armas nucleares. Não há consenso na forma de implementar medidas sem recurso a meios coercivos e a ONU precisa de renovar o seu sentido de missão. 2005-08-01 / 2005-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0427 - Origem dos empresários e características do negócio, por Miguel Santos Neves . Em Portugal, a comunidade de negócios chinesa tem vindo a aumentar e foi intensificada com a segunda vaga de imigração. O presente artigo é a primeira parte, de três, da exposição de resultados obtidos no projeto de investigação realizado pelo Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais (CEMRI), Universidade Aberta, sobre «A comunidade de negócios chinesa em Portugal: implicações para a política externa portuguesa e as relações bilaterais Portugal-China». Começa por caracterizar o tipo de empresários e a sua origem e quais os principais setores de atividade na economia. 2005-08-01 / 2005-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0428 - Simpatia Moderada, por Marie Mendras . O presente artigo aborda a relação de proximidade entre a Europa -unida e organizada na União Europeia- e a Rússia, que falhou em oferecer às suas antigas repúblicas qualquer forma de aliança económica, política ou cultural. A parceria Rússia-UE força o governo e as empresas russas a cumprir padrões de competitividade. O alargamento a leste não foi bem-encarado pela Rússia. A dependência europeia no gás e petróleo russos é importante na relação entre ambos. A autora refere que a Rússia prefere bilateralismo a multilateralismo e que a Europa é a região mais atrativa para os russos. 2005-08-01 / 2005-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0429 - A Europa e o Grande Médio Oriente, por Álvoro de Vasconcelos . O projeto americano de parceria para o Grande Médio Oriente entre a G8 e a NATO envolveria a vasta região entre Marrocos e Paquistão e focar-se-ia nos problemas políticos e sociais do mundo islâmico. No lado europeu, a parceria Euro-Mediterrânica tinha como objetivo promover a democracia e o desenvolvimento, mas temiam-se as consequências na estabilidade regional. O autor aborda as estratégias de apoio aos processos de transição democrática de ambas as partes e a importância da coerência nas políticas de inclusão. 2004-03-01 / 2004-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0430 - A impossibilidade negocial, por George Joffé . No seguimento do apoio ao plano Sharon para a retirada unilateral de forças e colonatos israelitas da Faixa de Gaza o Presidente Bush acabou por “atropelar” dois princípios fundamentais dos EUA na política para a disputa israelo-árabe: os refugiados palestinos não devem regressar a Israel, mas sim a um eventual estado palestino, e anulou o princípio dos colonatos ao considera-los ilegais à luz do direito internacional. 2004-04-01 / 2004-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0431 - As novas fronteiras da Rússia, por Francisco Seixas da Costa . Com o fim da URSS, a periferia da Rússia tornou-se numa área política onde se cruzam interesses económicos e estratégicos, porém Moscovo tem tido crises de legitimidade pela falta de meios económicos para servir como pólo de atração para os seus vizinhos. A sua aproximação com os países da Ásia Central conseguiu recuperar alguma influência assim como se resignar com o alargamento da Europa a leste sendo que a preocupação era o alargamento da NATO . O presente artigo aborda ainda como é encarada a atividade americana no Cáucaso. 2004-02-01 / 2004-02-29

D. PT/ADN/IEEI/006/0432 - Quo vadis America?, por Tiago Marques . A intervenção americana no Iraque não foi bem-encarada pela comunidade internacional e os atentados em Casablanca, Istambul e Madrid foram a prova de que a promessa de mundo seguro feita pelos americanos não foi concretizada como o esperado. A credibilidade unilateralismo norte-americano é posto em causa e a sondagem realizada pelo Pew Research Center de Washington comprova isso assim como evidencia um gradual afastamento entre a população das principais potências europeias e a nação americana. Outra conclusão da sondagem é a posição antiguerra dos ocidentais e o sentimento antiamericano pelos países muçulmanos. 2004-04-01 / 2004-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0433 - Regresso às Origens - Angel Viñas . Critical review do livro, " , Surprise, Security, and the American Experience" de John Lewis Gaddis. Questiona-se se as estratégias que os EUA têm vindo a adotar não passem só por uma forma de exercer o seu unilateralismo na cena mundial. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0434 - Terror e liberalismo, por Roberto Aliboni . Critical Review do livro, " Terror and Liberalism" de Paul Berman. A temática centra-se na continuidade entre o totalitarismo europeu de século XX e o totalitarismo secular do Médio Oriente, abordando também as consequências dessa situação, nomeadamente a legitimidade do liberalismo. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0435 - 11/9 - 3 anos depois - Bruno Cardoso Reis . Critical review sobre o livro , " America Unbound: The Bush Revolution in Foreign Policy," de Ivo Daalder e James Lindsay. O autor considera uma das melhores análises ao que aconteceu com a política externa americana na ascensão do Presidente Bush. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0436 - Um voto no populismo, por Roxane Farmanfarman. Mahmoud Ahmadinejad ganhou as eleições no Irão e a autora considera que o facto do resultado eleitoral muito disputado se manter uma incógnita até ao fim é um indicador de uma democracia genuína, o que põe o Irão. Considera-se que não tem muita experiência ou interesse nas questões internacionais e que isso possa ter sido um fator a favor na sua eleição. O presente artigo aborda com mais profundidade estas eleições e quais possíveis mudanças possam causar na política iraniana. 2005-08-01 / 2005-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0437 - A resposta internacional aos conflitos no Sudão, por Carlos Veloso . A guerra civil no Sudão foi um grande obstáculo ao desenvolvimento económico e social do país. A quantidade de conflitos existentes, sendo o genocídio de Dafur o mais recente e controverso que pode ainda se tornar mais violento. A assinatura de acordos de paz no sul do Sudão iniciou uma nova fase de transição. A assistência humanitária é urgente e o artigo analisa a situação no terreno e quais as dificuldades em termos políticos para o estabelecimento de políticas sociais e económicas para todos os sudaneses que sejam superiores às vontades dos grupos étnicos individuais. 2005-08-01 / 2005-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0438 - A redescoberta do mundo, por Álvaro Vasconcelos . O regime ditatorial e a recusa em aceitar o direito à autodeterminação dos povos colocou Portugal numa situação isolada no panorama internacional. A adesão à EFTA foi um passo em direção à europeização e a NATO à corrente atlantista. O Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais compreende que Portugal tem de perceber o mundo e ter um conjunto de instituições diplomáticas e defesas que sirvam as novas opções do país. O artigo faz um breve contexto histórico das questões de política externa que se seguiram nos anos 80, em especial a questão de Timor. Realça-se a necessidade de diversificação em Portugal. 2005-12-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0439 - Os factores de vulnerabilidade do sucesso chinês, por Miguel Santos Neves . O sistema mundial mudou desde que a China consolidou a sua posição como potência regional. O seu gigantesco crescimento económico e poderio militar fez com que fizesse concorrência com os EUA. O presente artigo aborda esse crescimento e alguns dos problemas sociais que causou. 2005-12-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0440 - O Estado do mundo (ficção), por Eduardo Lourenço . O presente artigo é uma análise do "estado do mundo" em termos de política, economia e sociedade, do ponto de vista europeu. Aborda-se de uma maneira geral os grandes conflitos mais recentes, um pouco por todas as regiões, quais os seus atores e fatores. A questão da democracia e das ideologias é levantada ao longo de todo o texto. 2005-12-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0441 - Doze cartoons no epicentro da crise, por Sílvia Lima . O presente artigo aborda o escândalo causado pelos doze desenhos de Maomé publicados pelo Morgenavisen Jyllands-Posten. Faz-se um breve contexto da situação e

analisa-se o impacto político e internacional que houve nomeadamente em manifestações, ataques a embaixadas, etc. As reações dos líderes internacionais e o seu posicionamento é também abordada. 2006-02-01 / 2006-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0442 - As caricaturas e os efeitos «colaterais», por Bichara Khader . No seguimento do escândalo causado pelos doze desenhos de Maomé publicados pelo Morgenavisen Jyllands-Posten, o autor aborda como a reação do Ocidente ao descontentamento e revolta islâmico pode não ter sido a melhor resposta, em particular quando o Islão e a violência passam a estar associadas e aumentam o estigma. 2006-02-01 / 2006-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0443 - Dinamarca o patinho feio da política internacional, por Ulla Holm . O presente artigo faz um ponto de situação da realidade dinamarquesa após o escândalo causado pelos doze desenhos de Maomé publicados pelo Morgenavisen Jyllands-Posten. O foco principal está na política da Dinamarca e na forma como exerce a sua política externa. 2006-02-01 / 2006-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0444 - O debate também existe no Sul..., por Maria João Seabra . No seguimento do escândalo causado pelos doze desenhos de Maomé publicados pelo Morgenavisen Jyllands-Posten aborda-se se as caricaturas não possam ter causado debate nos próprios países muçulmanos, tendo um artigo de Ahmed R. Benchemsi que avalia a perspetiva marroquina. 2006-02-01 / 2006-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0445 - A boca do lobo, por George Joffé . O artigo aborda as eleições legislativas na Palestina, cujo partido vencedor foi o Hamas. Faz-se numa análise dos resultados, da oposição e da agenda do partido, assim como a reação do Ocidente e de Israel. 2006-02-01 / 2006-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0446 - Doze receitas para a Europa, por Volker Perthes, Rami G. Khouri . A promoção de reformas políticas, económicas e sociais no mundo Árabe por parte dos Europeus e dos EUA necessita de um melhor desenvolvimento e cooperação por parte dos árabes. Os autores fazem algumas sugestões, entre outras, a criação de parcerias bem intencionadas, apoio aos atores sociais, reformas estruturais e de direito, aceitação do gradualismo, entendimento sobre a fragilidade dos Estados Árabes, etc. 2006-02-01 / 2006-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0447 - O desafio nuclear iraniano, por Ramin Jahanbegloo . O Irão defende que quer manter o seu programa nuclear com o objetivo de produzir energia nuclear e a comunidade internacional não aceita, pois acredita que o real motivo é a produção de armas nucleares. O artigo aborda esta questão, tendo em conta os receios dos ocidentais e as motivações do Irão. 2006-02-01 / 2006-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0448 - Gasoduto ou armadilha: a Europa e a disputa de gás entre a Rússia Ucrânia - Kenneth Murphy . Os cortes de gás feitos à Ucrânia devido a uma disputa de preços tiveram impacto em toda a Europa e criou um debate sobre o poder russo na política energética europeia. O presente artigo aborda esta questão da dependência energética e da estratégia russa. 2006-02-01 / 2006-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0449 - O annus horribilis da política brasileira , por Renato Janine Ribeiro . O presente artigo aborda a panorâmica atual da política brasileira. Os escândalos e corrupção são comuns aos dois maiores partidos (PT e o PSDB) e há claros indícios de financiamento de campanhas políticas. A representação do político na sociedade não é boa e a educação política do cidadão também não tem melhorado. 2006-02-01 / 2006-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0450 - De Doha a Hong Kong , por Vera Thorstensen . A Organização Mundial de Comércio entra na fase decisiva das negociações da Rodada de Doha. O artigo analisa a importância crescente da OMC num mundo cada vez mais globalizado e faz um breve contexto das rodadas negociais e quais os principais assuntos em debate pelas potências comerciais. 2006-02-01 / 2006-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0451 - O Fiel Jardineiro: Cinema e política internacional de visita a África, por Bruno Cardoso Reis . O artigo aborda a temática da política internacional representada através de filmes, usando o exemplo de “O Senhor da Guerra” de Andrew Niccol sobre o tráfico de armas ligeiras; “A Intérprete” de Sidney Pollack sobre o papel da ONU e o abuso dos direitos humanos e em particular o “Fiel Jardineiro” de Fernando Meirelles, adaptado do livro homónimo de Jonh le Carré. 2006-02-01 / 2006-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0452 - Inquérito sobre os últimos 25 anos - IEEI . No âmbito das comemorações dos 25 anos do IEEI, a revista O Mundo em Português questionou aos seus colaboradores regulares quais as cinco personalidades e os cinco acontecimentos mais marcantes destes anos e como será o futuro, em termos de Relações Internacionais, para Portugal no futuro. Gorbatchev, a queda do Muro e o 11 de Setembro, a sociedade do conhecimento e a China foram as conclusões tiradas. 2006-02-01 / 2006-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0453 - As origens da crise e o papel dos actores externos, por Miguel Santos Neves . A crise em Timor-Leste deixa em causa a futura autonomia do país e o presente aborda as causas do conflitos, analisando possíveis soluções tendo em conta o envolvimento da comunidade internacional, nomeadamente das organizações ONU e AEAN e da Austrália, Indonésia e Portugal. 2006-06-01 / 2006-07-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0454 - Dias de turbulência em Timor-Leste, por Sílvia Lima . As Forças de Defesa de Timor-Leste (FDTL) protestaram contra alegadas discriminações étnicas nas Forças Armadas e desertaram. O Governo respondeu a este ato despedindo todos os que desertaram e as manifestações tornaram-se gradualmente mais violentas. O presente artigo faz uma breve cronologia dos acontecimentos até à intervenção internacional. 2006-06-01 / 2006-07-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0455 - Milosevic: fim de percurso, por Jacques Rupnik . O presente artigo aborda as possíveis consequências políticas que possam surgir no seguimento da morte de Slobodan Milosevic, julgado pelo Tribunal Penal Internacional, como responsável por crimes de guerra e genocídio na Bósnia e no Kosovo. 2006-06-01 / 2006-07-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0456 - Preservar a paz Haiti e Colômbia, por Andrés Malamud . O presente artigo faz uma comparação entre o Haiti e a Colômbia. Apesar dos grandes índices de violência em comum o autor tenta diferenciar ambos, analisando brevemente a situação política, económica e social, assim como o seu espaço na comunidade internacional e a influência regional na América Latina. 2006-06-01 / 2006-07-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0457 - Aron e as relações internacionais, por Celso Lafer . O presente artigo aborda a vida e o trabalho de Raymond Aron, filósofo e sociólogo francês, pelo centenário do seu nascimento. Os seus trabalhos na teoria das relações internacionais e análise do conhecimento diplomáticos são lembrados pelo seu contributo fundamental para a temática. 2006-06-01 / 2006-07-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0458 - Bloco de Notas, por Alexandra Prado Coelho . Breves apontamentos sobre o colapso do Afeganistão nas mãos terroristas, a questão dos colonatos israelitas, o regionalismo na América Latina e o aumento de poderio da China e, por último, uma projecção para as eleições presidenciais de 2008 caso ganhasse um candidato do partido democrático. 2006-06-01 / 2006-07-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0459 - O mundo amanhã, por Sílvia Lima . O presente artigo aborda alguns dos temas de política internacional mais importantes do momento: A mudança de presidência no Conselho da União Europeia, a luta contra o tráfico ilícito de armas ligeiras travada pela ONU e o referendo sobre o plano de estabelecimento de um Estado Palestino dentro das fronteiras anteriores à Guerra dos Seis Dias de 1967 pelo presidente da Autoridade Palestina. 2006-06-01 / 2006-07-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0460 - O factor China, por Gilberto Dupas . A China apresenta-se como novo fenómeno da economia global. A imensa mão de obra barata foi um dos fatores que possibilitou este crescimento gigantesco, mas a mobilidade da população dos campos para cidade originou novos desafios sociais. O artigo explora essa questão e analisa a situação um pouco da relação da China com o resto do mundo em termos comerciais. 2006-06-01 / 2006-07-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0461 - A carta da energia, por Ricardo Migueis . A política energética tem vindo a ser cada vez mais importante quer a nível interno e externo na América Latina. O presente artigo aborda as características internas de alguns países, nomeadamente a Bolívia, Venezuela e o Brasil, e como afetam a política externa. Faz-se uma exploração mais aprofundada do caso do Brasil no que diz respeito à exploração energética no seguimento da visita do presidente francês, Jacques Chirac. 2006-06-01 / 2006-07-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0462 - Partida ganha, por George Joffé . O interesse Chinês no petróleo do Golfo e a determinação russa em seguir uma via independente em questões internacionais, forçou o Estados Unidos a repensar a sua vontade de intervenção militar direta no Irão, tendo a sua credibilidade internacional posta em causa também no seguimento do colapso do projeto americano no Iraque. Assim sendo, a questão nuclear mantém-se. 2006-06-01 / 2006-07-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0463 - Erdogan sob pressão - André Barrinha . A eleição do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP) em 2002 criou alguma estabilidade que permitiu o começo das negociações para a entrada da Turquia na União Europeia. No seguimento dos atentados provocados pelo Partido de Trabalhadores do Curdistão (PKK), a instabilidade política voltou. Aborda-se neste artigo esta problemática, fazendo-se um contexto geral da situação. 2006-06-01 / 2006-07-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0464 - Timor: a quem interessa?, por Álvaro Vasconcelos . A identidade de Timor-Leste devia ser construída na base da democracia, multilateralismo e direitos humanos, o apego aos direitos fundamentais foi, na opinião do autor, o que fez com que a comunidade internacional tivesse tanto interesse na causa timorense. O presente artigo é um apelo ao apoio da comunidade internacional. 2006-06-01 / 2006-07-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0465 - O mundo amanhã, por Sílvia Lima . O presente artigo é um conjunto de apontamentos sobre temas de relações internacionais relevantes no momento da publicação do Nº63 do Mundo em Português. Sendo esses temas: as eleições em Montenegro, pela primeira vez desde a independência do país; a reunião do Movimento dos Não Alinhados em Cuba e a 61ª Sessão da Assembleia Geral da ONU sobre migrações e desenvolvimento. 2006-10-01 / 2006-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0466 - O impacto de Bombaim, por Constantino Xavier . Os atentados de Bombaim a 11 de julho de 2006 tiveram mais impacto do que parecia numa fase inicial. Deixaram à vista os problemas de segurança da Índia, o que levou a um reforço das estruturas de segurança na capital financeira. Avaliam-se quais os impactos nas diferentes áreas, como por exemplo, em termos sociais, que se receia a violência contra a minoria árabe na Índia ou em termos de mudanças de política externa. 2006-10-01 / 2006-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0467 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O artigo é um conjunto de breves apontamentos sobre as questões de relações internacionais do dia. Aborda-se o Líbano, na guerra contra o terrorismo e Iraque e, por último, nas guerras da água na Ásia. 2006-10-01 / 2006-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0468 - Distinguir entre terrorismo e resistência, por Amr Elchoubaki . O combate ao terrorismo é uma prioridade para os EUA. Neste artigo abordam-se alguns os grupos que são atores no Médio Oriente (Al-Qalda e Hezbollah) e de que forma as suas ações podem ser consideradas como terroristas ou resistência, tanto do ponto de vista ocidental como local. 2006-10-01 / 2006-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0469 - A amálgama do culturalismo, por Gema Martin-Muñoz . O presente artigo aborda a questão do “diálogo” entre culturas, nomeadamente entre o ocidente e o islão. A redução cultural da cultura árabe tem efeitos nefastos e causa frustração para os povos do Médio Oriente. A autora explora como a perceção ocidental sobre o Médio Oriente é influenciada negativamente pelos média. 2006-10-01 / 2006-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0470 - O fracasso do unilateralismo armado, por Álvaro Vasconcelos . O uso da força como meio principal de ação política têm-se vindo a provar um fracasso no caso do Líbano, Gaza e do Iraque. A forma como os EUA e Israel intervieram nestes conflitos mesmo com a intenção de fortalecer o processo de democratização, porém, teve o efeito contrário. O presente artigo aborda a posição da União Europeia neste tipo de conflitos e faz um apelo a uma política externa europeia comum que ultrapasse as lacunas do unilateralismo. 2006-10-01 / 2006-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0471 - «Riviera» versus «Cidadela», a batalha pelo Líbano, por Nadim Shehadi . Com a resolução 1701 do Conselho de Segurança das Nações Unidas houve a possibilidade o cessar-fogo entre Israel e o Hezbollah. O artigo aborda os dois projetos que têm vindo a ser desenvolvidos no Líbano: por um lado, o projeto de uma “Riviera” oriental que pretende reavivar o modelo libanês anterior à guerra. Por outro, o projeto “Cidadela” muito mais focado na segurança e no poderio militar. Numa competição entre estas duas agendas, a “Cidadela” sai vitoriosa pela sua representação no Hezbollah. 2006-10-01 / 2006-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0472 - Uma verdade inconveniente, ou várias?, por Bruno Cardoso Reis . O presente artigo faz uma extensa análise sobre o documentário “Uma Verdade Inconveniente” do antigo vice-presidente norte-americano, Al Gore. Para além da mensagem ambiental do documentário, salienta-se especialmente a intenção política que eventualmente deu origem a polémica. 2006-10-01 / 2006-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0473 - O Haiti é aqui, por Renato Janine Ribeiro . O presente artigo debate a questão do aumento de nacionalismo na América Latina. Para o autor, tal não é o caso e considera que antes se está a formar um anti-imperialismo. No seguimento dessa lógica, o artigo analisa os casos de vários países da América Latina em termos de ação política e ideológica, assim como algumas influências entre si. 2006-10-01 / 2006-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0474 - O exame de Guantánamo, por Alexandra Barahona de Brito . A prisão de Guantánamo para criminosos terroristas passa duas imagens diferentes dos EUA: Por um lado, a posição intransigente na guerra contra os terroristas e, por outro, a hipocrisia de um aparente representante da democracia e liberdade que não respeita os direitos humanos e a justiça dos seus prisioneiros. O presente artigo aborda esta questão analisando o ativismo internacional e as implicações para a democracia ocidental que possam surgir. 2006-10-01 / 2006-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0475 - A sociedade do conhecimento e o mundo globalizado - questões centrais para a convergência internacional, por Maria João Rodrigues . A escolha da construção de uma sociedade de conhecimento ficou afirmada com a Estratégia de Lisboa. Nesse seguimento, o presente artigo analisa outras regiões, nomeadamente o Japão, China, Índia, etc.) que atravessam a mesma tendência. Abordam-se ainda as questões centrais para o diálogo estratégico na Europa. 2007-05-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0476 - Estratégias de transição para a sociedade do conhecimento, por Miguel Santos Neves . As recentes mudanças estruturais que o sistema internacional e as sociedades tem passado determinam-se pela interação da globalização, emergência da sociedade/economia do conhecimento e a sociedade em rede. O autor aborda a questão da “glocalização”, tendo em conta quais os seus desafios e que respostas são possíveis, numa análise comparativa entre diferentes economias, Como EUA e China, inserida no projeto do IEEI: “A Estratégia de Lisboa numa Sociedade do Conhecimento sem Fronteiras”. 2007-05-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0477 - Conferência: A Estratégia de Lisboa numa Sociedade de Conhecimento sem Fronteiras, por IEEI . O Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais realizou no âmbito do projeto “A Estratégia de Lisboa numa Sociedade do Conhecimento sem Fronteiras” uma conferência internacional para apresentar a investigação desenvolvida. O objetivo era perceber a existência de uma “agenda global comum” e o presente artigo aborda alguns dos resultados obtidos. 2007-05-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0478 - A América Latina ante duas políticas de esquerda, por Renato Janine Ribeiro . O presente artigo faz uma distinção entre os diferentes líderes de esquerda da América do Sul, utilizando a denominação de Teodoro Petkoff: a esquerda responsável (Brasil e Chile) e a autoritária (Venezuela, Bolívia, Cuba e Argentina). Aborda-se o tipo de política externa que ambos os tipos fazem e o seu pouco desenvolvimento como política comum. 2007-05-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0479 - O outro lado do conflito, por Ana Elisa Cascão . A comunidade internacional progressivamente começou a prestar mais atenção ao conflito no Darfur, sendo considerada a maior crise humanitária no momento. O presente artigo faz um contexto da origem política e histórica do conflito, como foram feitas negociações diplomáticas e quais as proporções internacionais que o conflito pode ganhar. 2007-05-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0480 - A admissão de Portugal nas Nações Unidas e o artigo 73 da Carta, por IEEI . O artigo 73 da Carta das Nações Unidas relativa à «Declaração relativa aos territórios não autónomos» foi levantada pelo Secretário-Geral aquando da entrada de Portugal para a organização em 1955. A resposta portuguesa foi de afirmação que os territórios ultramarinos portugueses eram partes do Estado português e não colónias. Esta posição foi contestada pelo grupo de países afro-asiáticos e soviéticos. O presente artigo aborda como Portugal negociou este diferendo. 1996-01-01 / 1996-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0481 - A independência unilateral da Rodésia e a admissão da China, por IEEI . A resolução do Conselho de Segurança S/5380 convidava Portugal a reconhecer o direito à autodeterminação e à independência dos seus territórios ultramarinos e tal situação levantou debate pela comunidade internacional. O presente artigo aborda a questão da Rodésia

(não reconhecida por Portugal à época) e como Portugal reagiu em termos negociais com a ONU. O mesmo se aplica ao problema da admissão da República Popular da China,. 1996-01-01 / 1996-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0482 - A persistência do imobilismo, por IEEI . A questão da Rodésia relativa à resolução do Conselho de Segurança S/5380 sobre a autodeterminação dos povos (artigo 73 da Carta da ONU) intensificou os ataques à política ultramarina portuguesa na ONU. A ascensão de Marcelo Caetano ao poder não trouxe a evolução do regime que era esperado e aborda-se o legado da intransigência de Salazar no que diz respeito ao Ultramar. Foram usadas várias estratégias para sustentar a posição portuguesa junto das grandes potências, tal como o imobilismo político, o argumento da defesa do ocidente, a insinuação de uma conspiração antiportuguesa na ONU. 1996-01-01 / 1996-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0483 - O diferendo luso-indiano, por IEEI . A constituição da União Indiana como Estado independente levou a uma declaração que os territórios sob administração estrangeira deveriam ser incorporados na União, o que por sua vez causou uma disputa diplomática com Portugal devido aos territórios do "Estado da Índia". O presente artigo faz uma cronologia dos acontecimentos mais importantes, das negociações diplomáticas, o acórdão do Tribunal Internacional de Justiça e, por fim, a invasão de Goa. 1996-01-01 / 1996-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0484 - Ventos de mudança, por IEEI . Portugal foi admitido para a ONU 1955 e até ao fim do regime salazarista as relações entre ambos foram difíceis, em particular pela forte oposição da comunidade internacional à política ultramarina portuguesa. O presente artigo aborda a questão da descolonização num contexto histórico e a onde de independências de novos Estados entre 1950 e 1970 por todo o mundo. 1996-01-01 / 1996-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0485 - Introduction, por IEEI . Since the end of the Cold War, the United Nations has been the only organization with universal legitimacy to act in matters of peace and security and is currently going through an important phase in which it needs to assert itself in the new and elaborate challenges that have arisen: it is no longer the bipolar world of the Cold War. This article addresses the new and fragile world paradigm and how the UN must adapt to it. 1994-01-01 / 1994-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0486 - The changing role of the United Nations, por IEEI . With the end of the Cold War and the new world paradigm, the UN has developed and increased new peacekeeping operations. This text addresses the UN's main motives in peacekeeping and the constraints in the international system. It also analyses the changes brought about by the end of bipolarity and the contemporary challenges ahead (e.g. in Somalia and Cambodia). 1994-01-01 / 1994-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0487 - Angola: the longest war, por IEEI . This article is an extensive historical context about the Angolan civil war. It explores its origin, the political motivations of both the MPLA, FNLA and UNITA, the negotiations between them, agreements reached (such as the Bicesse agreement) and the different international support of each. It addresses the road to peace, relating to other relevant international events and changes in the world balance of power. 1994-01-01 / 1994-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0488 - The United Nations and Angola, por IEEI . The United Nations has been criticized following the renewal of the state of civil war in Angola, which is considered to have occurred as a result of an inadequate use of resources in the mission there. This article is an extensive approach to UN missions in Angola (UNAVEM) since 1988, how they intertwine with Angolan politics and elections and what has failed resources wise (ground transportation, communications, etc.). 1994-01-01 / 1994-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0489 - Lessons from Angola, por IEEI . In this paper, it is analysed what lessons can be learned from the Angolan situation and how similar transitions can be more easily streamlined. The MPLA and UNITA were unable to overcome their disagreement without external intervention and the win-takes-all elections did not favour the creation of a solid reconciliation. The process of disarmament, demobilisation and creation of a single army was hampered by political factors and logistical difficulties. In international terms, the Angolan peace agreement was considered unsatisfactory and refers to the sideline action of the UN. The case of Mozambique is used as a comparison. 1994-01-01 / 1994-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0490 - Appendix- Angola recent chronology , por IEEI . This paper is an extensive chronology of the most important political, military and historical events involving UNITA and FNLA from 1961 to 1993. Relevant to the paper entitled "Angola the Longest War" inserted in No. 3 of Cadernos do Lumiar. 1994-01-01 / 1994-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0491 - The conflict: An external aggression or a Civil War?, por IEEI . The War in Mozambique (1976-1992) was enveloped by its controversial nature. It was considered that the instability was caused either by external actors direct action or by the opposition between the Renamo and Frelimo ideologies. This paper addresses the complexity of this conflict in a world still bipolarized by Cold War. 1996-01-01 / 1996-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0492 - The road to peace, por IEEI . Mozambique became increasingly dependent on international assistance after the difficulties created by the Renamo attacks and the lack of USSR assistance to Frelimo after its collapse. This paper addresses the road to peace negotiations, helped by Mozambican religious groups, in which they were not always successful. International pressure, war fatigue and lack of resources eventually caused Renamo to accept the peace talks that resulted in the General Peace Agreement of 4 October 1992. 1996-01-01 / 1996-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0493 - The United Nations and the Peace process, por IEEI . This paper reviews the reforms instituted by the General Peace Agreement for Mozambique between the Government and Renamo. There is extensive talk about the interventions and challenges of ONUMOZ in the political and military sphere of the country and how the war ended without a real winner. UN peacekeeping missions go far beyond ceasefire and elections and address the type of humanitarian aid provided on the ground (UNOHAC) as well as the electoral process following the end of the conflict. 1996-01-01 / 1996-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0494 - Building Peace and Democracy under structural adjustments, por IEEI . This paper explores the challenges facing peacebuilding in Mozambique in the post-conflict. Both in economic terms (with the programme imposed by the IMF and World Bank) and in social terms: a weak civil society in a fragile democratic system. There is a debate about continued support and the role of the international community in an attempt to develop assistance that pursues broader and more stable objectives. 1996-01-01 / 1996-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0495 - A África e a Europa resolução de conflitos, governação e integração regional - Introdução, por Fernando Jorge Cardoso e Patrícia Magalhães Ferreira . O presente relatório tem por base o background paper da conferência organizada pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI). O objetivo foi debater as questões centrais que se colocam em África e quais possíveis respostas europeias. A temática engloba temas como o a resolução de conflitos, as questões da governação, a integração regional, o papel da União Africana, etc. Está dividido em cinco capítulos: - As relações Europa-África: contexto geral; Os Novos Desafios da Segurança Internacional; O Papel da Cooperação Europa-África na Resolução de Conflitos; Governação e Democracia e Integração Regional e Comércio. 2005-05-30 / 2005-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0496 - A África e a Europa resolução de conflitos, governação e integração regional: Capítulo I - As relações Europa-África: contexto geral, por Fernando Jorge Cardoso e Patrícia Magalhães Ferreira . A criação da União Africana em 2002 possibilitou uma maior abertura ao diálogo com a UE que, por sua vez, devido ao seu aprofundamento político tem tido debates sobre o posicionamento da cooperação nos objetivos da política externa. Na Europa, existem tendências divergentes quanto ao envolvimento europeu em África. Por sua vez, com a União Africana, o continente fica aberto ao reforço da cooperação áreas-chave como sejam a intervenção diplomática e militar na resolução de conflitos, entre outros. Aborda-se ainda a estrutura e objetivos do NEPAD. 2005-05-30 / 2005-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0497 - A África e a Europa resolução de conflitos, governação e integração regional: Capítulo II - Os Novos Desafios da Segurança Internacional, por Fernando Jorge Cardoso e Patrícia Magalhães Ferreira . Este capítulo procura abordar de que forma os grandes acontecimentos internacionais (como atentados terroristas) têm consequências no relacionamento com os países africanos e nos seus conflitos, que por sua vez tem impacto direto na segurança europeia com os fluxos migratórios. Utiliza-se o exemplo da intervenção americana em casos como a Somália e da falta de estratégias a longo prazo. Aborda-se também os principais temas relacionados com conflitos intraestatais. É salientada a falta de voz dos países do Sul, que apresentam posições comuns tendo por base as decisões da comunidade internacional. 2005-05-30 / 2005-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0498 - A África e a Europa resolução de conflitos, governação e integração regional: Capítulo III - O Papel da Cooperação Europa-África na Resolução de Conflitos, por Fernando Jorge Cardoso e Patrícia Magalhães Ferreira . Existe um grande número de conflitos localizados que trazem muita instabilidade nas áreas de Transição. As suas origens variadas (tensões tradicionais, posse de recursos, etc) fazem com que seja difícil a sua resolução. Por esse motivo, a ONU tem vindo a aumentar a sua presença nestas regiões com ações humanitárias e de peacekeeping. O presente artigo aborda o esforço comum para a prevenção de conflitos, nomeadamente por parte da UE. 2005-05-30 / 2005-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0499 - A África e a Europa resolução de conflitos, governação e integração regional: Capítulo IV - Governação e Democracia, por Fernando Jorge Cardoso e Patrícia Magalhães Ferreira . Com o fim da bipolaridade, a comunidade internacional alterou as regras da ajuda ao desenvolvimento, condicionando-a à salvaguarda dos direitos humanos e à realização de eleições livres e justas. A Governação, adaptada de modelos mais consolidados, criou alguns problemas. O presente artigo aborda a questão da governança e das médias regionais de Estado de Direito em África com o recurso a dados quantitativos e utiliza Angola como estudo de caso. 2005-05-30 / 2005-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0500 - Strengths and weaknesses of ONUMOZ , por IEEI . Extreme poverty determines how post-conflict peacekeeping is heavily dependent on international aid. This international pressure creates tension in the development process of a Mozambican culture and economy. This paper analyses international involvement in Mozambique's transformation process, explores the impact of economic reform on destabilizing peacebuilding in Mozambique, and assesses the strengths and weaknesses of the United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ). 1996-01-01 / 1996-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0501 - O regresso das matérias-primas, por Fernando Jorge Cardoso . O artigo faz um contexto histórico dos ciclos económicos africanos até ao século XXI, onde o paradigma muda. O aumento do interesse externo pela evolução política e económica em África é causado pelo igual interesse na compra e investimento em matérias-primas minerais, numa conjuntura em que o preço do petróleo e do gás aumentou. 2006-02-01 / 2006-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0502 - A Europa e África num Mundo Multipolar - Introdução, por IEEI . O presente relatório apresenta algumas contribuições dos intervenientes nos debates da XXV Conferência Internacional de Lisboa, organizada pelo IEEI e realizada a 4 e 5 de dezembro de 2007. A principal temática é a estratégia conjunta UE-África. O relatório está dividido em três capítulos: I – A Europa e a África num mundo multipolar; II- Pilares do diálogo Europa-África (Segurança, Desenvolvimento e Governação) e III- O papel da sociedade civil nas parcerias estratégicas. É de referir que em cada existe um enquadramento temático e bibliografia relativa. 2008-05-01 / 2008-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0503 - A Europa e África num Mundo Multipolar - Multipolaridade e Multilateralismo, por Thomas Lawo . The EU is an economic giant with political influence to deal with global issues and shape a multilateral system. This text addresses the concept of "effective multilateralism", which has been given a central role in the European Security Strategy. As EU is the most in-depth regional integration system, "shared sovereignties" are the result of Multilevel politics between national states and the Union. The major shortcomings of this system and important elements for the Africa-Europe relationship, such as the conceptualisation and development of strategic partnerships with other regional organisations and powers like China and India, are analysed. 2008-05-01 / 2008-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0504 - L'apport des Etats-Unis et de l'Europe à la gouvernance mondiale: Quel nouveau multilatéralisme?, por Mario Telò . Cet paper dénonce la contribution des États-Unis et de l'Europe à la gouvernance mondiale. Les changements intervenus dans le système international avec la fin de la guerre froide ont rendu obsolètes les visions fonctionnalistes de la gouvernance pour l'Europe, ce qui a accru ses responsabilités internationales. Le type de multilatéralisme dans la nouvelle gouvernance mondiale et dans le monde de l'après-11 septembre est analysé. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0505 - Síntese final da CIL, por Álvaro de Vasconcelos . A presente intervenção é a conclusão sobre os assuntos abordados na XIII Conferência Internacional de Lisboa cuja temática era "A União Europeia e as Nações Unidas". Realçam-se as três grandes questões abordadas em relação à tendência das Nações Unidas: a da ameaça crescente de renacionalização das políticas externas; legitimidade necessária para que as organizações internacionais possam agir e descontinuidade entre poder e legitimidade da ONU. Refere-se ainda na necessidade de reforma da ONU noutros aspetos e a sua relação com a UE. Por último, aborda-se a intervenção portuguesa na Bósnia. 1995-11-22 / 1995-11-24

D. PT/ADN/IEEI/006/0506 - Os principais temas da reforma das Nações Unidas , por José Calvet de Magalhães . Mesmo com todas as suas falhas, as Nações Unidas continuam a ser a organização onde mais fé é depositada para a manutenção da segurança internacional. O Grupo de Trabalho Independente sobre o Futuro das Nações Unidas produziu um relatório detalhado com diversas propostas para mudanças, mas não se ocupa sobre o problema de financiamento da organização. Aborda-se a possibilidade de aumentar o número de membros do Conselho de Segurança. 1995-11-22 / 1995-11-24

D. PT/ADN/IEEI/006/0507 - Reforma das Nações Unidas: notas para intervenção, por João Quintela Paixão . Apesar da impotência da ONU em diversos conflitos, a organização tem sido importante na organização de crises políticas, processo de descolonização, etc. O seu papel na promoção da paz tem sido reforçado. Para a política externa portuguesa, a promoção e proteção dos direitos humanos têm sido uma prioridade. Aborda-se ainda o posicionamento de Portugal no que diz respeito à reforma do Conselho de Segurança. 1995-11-22 / 1995-11-24

D. PT/ADN/IEEI/006/0508 - O papel dos agrupamentos regionais no futuro sistema das Nações Unidas, por José Manuel Durão Barroso. A presente intervenção procura analisar a existência de coesão da UE no voto e na participação nas Nações Unidas e se a UE tem ou não peso político e diplomático na ONU que à partilha lhe poderia ser possível obter. Usa-se o exemplo da contribuição dos membros da UE para o orçamento da ONU e salienta-se a opinião publica negativa sobre a coesão da União. A falta de representação da UE no Conselho de Segurança é um exemplo da fragilidade na coesão e a União apresenta-se como ator intermédio. 1995-11-22 / 1995-11-24

D. PT/ADN/IEEI/006/0509 - Discurso na sessão de abertura, por João Soares . O discurso na sessão de abertura da XIII Conferência Internacional de Lisboa realça que é importante fazer um reforço da afirmação externa da União Europeia a face à necessidade de reforma da organização das Nações Unidas: pouca capacidade organizativa, financeira e decisão política dos estados membros deixam a ONU mais frágil. Reforça-se a ideia da necessidade de clarificação das relações institucionais com as grandes organizações regionais. 1995-11-22 / 1995-11-24

D. PT/ADN/IEEI/006/0510 - The involvement of the European Union and the WEU in peacekeeping missions outside Europe, por John Roper . Cold War ending has brought out the desire to find multilateral solutions to security problems and international relations. This paper addresses the involvement of the EU and the Western European Union in peacekeeping operations in a context where the role of regional organisations is yet to be seen. It discusses the connection of relations between regional organisations and the UN; contribution to the budget of peacekeeping; practical examples such as Yugoslavia and, finally, A cost-benefit analysis of regional organisations in peacekeeping and peace enforcement, not forgetting military effectiveness. 1995-11-22 / 1995-11-24

D. PT/ADN/IEEI/006/0511 - The involvement of the EU and the UN in the war in former Yugoslavia, por Christopher Cviic . The main thesis of this paper is that the non-interventionist international response to the conflict in Bosnia already comes from the earlier wars in Slovenia and Croatia. The analysis is made in the period 1991-1992 with the record of the European Union and the United Nations in former Yugoslavia. In addition to an extensive historical context, diplomatic and external relations, such as the US, with the former Yugoslavia are addressed. 1995-11-22 / 1995-11-24

D. PT/ADN/IEEI/006/0512 - The United Nations: Looking ahead – A US perspective, por Marten Herman . This intervention analyses the globalisation that has made economic and social development more complex. The UN system has more than reasons to adapt and meet all expectations and carry out its purposes in a cost-effective way in new circumstances. There will be a continuing need to work out effective liaison between the UN and NATO. 1995-11-22 / 1995-11-24

D. PT/ADN/IEEI/006/0513 - Intervención del embajador de España sobre la Presidencia Española de la EU, por Raul Morodo . Este discurso comienza enumerando los grandes eufemismos que ha ido articulando la Presidencia española, especialmente en lo que se refiere a la relación con Europa, los países del Mediterráneo y el fortalecimiento de los lazos con Iberoamérica y el Mercosur. Por último, se abordan las cuestiones que el Grupo de Reflexión va a desarrollar: los desafíos de Europa, el sistema internacional y los ciudadanos de la Unión. 1995-11-22 / 1995-11-24

D. PT/ADN/IEEI/006/0514 - The United Nations and the internationalization of environmental politics, por Viriato Soromenho Marques . This intervention is divided into two parts: the first one sets a historical context for environmentalism, both as a social movement and framework for public policies, highlighting the "global environmental crisis" and exploring the results and limitations of the United Nations conferences on the environment. The second part is a perspective on how international environmental politics can succeed in the UN sphere of action. 1995-11-22 / 1995-11-24

D. PT/ADN/IEEI/006/0515 - Ex-Yougoslavie: le « maintien de la paix » sans paix, por Pierre Hassner . Cet paper traite de la crise en ex-Yougoslavie et de l'intervention de l'ONU. Outre le contexte historique, il analyse les facteurs d'ambiguïté et de paralysie liés à la nature du conflit et du terrain, la définition de la mission de l'ONU, les conflits d'autorité au niveau de la prise de

décision et du commandement entre le Conseil de sécurité et le Secrétaire général, et entre l'ONU et l'OTAN. 1995-11-22 / 1995-11-24

D. PT/ADN/IEEI/006/0516 - Current issues on terrorism: Global vs. National Terrorism, State vs. Terrorism-Violence, por Roberto Aliboni . This paper essentially addresses two issues: The first is about the difference between transactional, global and regional terrorism and the second is on the differences that must be maintained between terrorism by non-State actors and illegitimate violence by States against crises. It is imperative to provide different responses to different terrorist groups. It also deals with the various concepts of terrorism given by the UN, USA, Israel, etc. 2002-01-01 / 2002-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0517 - Germany - does the leading partner become a free rider, por Anne-Marie Le Gloannec . This paper begins by addressing the anti-Americanism present in post-war Germany. Germany has gained political credit but is experiencing an economic weakness that has the inability to provide solutions - such as inability to fulfil European plans in the military area. Chancellor Schroeder inflicted a heavy blow on international cooperation by announcing that he would not participate in the war against Iraq. 2002-01-01 / 2002-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0518 - The fight against terrorism: An assessment, por Riad Malki . The definition of terrorism is made by the USA after 9/11 and leaves out many situations (such as the Palestinian-Israeli case). The paper analyses the question of the USA (and anti-Americanism) imposing themselves in the international community and emphasizes that to fight terrorism a great unity and joint force is necessary, not unilateralism. 2002-01-01 / 2002-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0519 - Influence of the Lisbon Strategy in the world: cooperation with China and Brazil, por Mario Telò . This paper focuses mainly on two issues: coherence or contradiction between regional socio-economic integration and global liberalization and the pluralist understanding of globalization and the capitalist diversity within the same global market, within the international dimension of the Lisbon strategy. In the latter scenario, EU is developing and researching cooperation policies regarding research and strategic socio-economic issues with two emerging economies: China and Brazil. 2007-03-01 / 2007-03-02

D. PT/ADN/IEEI/006/0520 - "Innovation 25" Plan in Japan+ , por Eiji Ogawa . A "Lost Decade" in 1990 caused a stagnation in the Japanese economy and in turn technology or total factor productivity has decreased and has been relatively lower than the period before the bubble burst and the United States and European countries. To combat this problem, Prime Minister Shinzo Abe has created a long-term strategy, "Innovation 25". This paper addresses the context of the "Lost Decade" and explains the overall image for the long-term strategy initiation of "shape and innovation that society should aim for in 2025. 2007-03-01 / 2007-03-02

D. PT/ADN/IEEI/006/0521 - Insight, Integrity, Innovation, por Chiyo Kobayashi . In the United States, the path towards the Knowledge Economy has been debated for quite some time under the contexts of "Innovation" and "Competitiveness". In recent years, there have been two different periods when this debate became one of the primary issues among Washington's policymakers. This paper deals with this topic by analyzing the major issues and implementations of the American competitive initiative, the impact of foreign policy and external relations, etc. Several graphs with quantitative data are presented. 2007-03-01 / 2007-03-02

D. PT/ADN/IEEI/006/0522 - Notes on Challenges to Peace consolidation: the case of Mozambique, por João Bernardo Honwana . Mozambique is an example of sui generis national reconciliation and can be a reflection of the challenges in consolidating peace in post-conflict countries. This paper addresses political instability, poverty and socio-economic problems. In the author's view, the support of the international community is necessary, but not sufficient, and needs to complement domestic efforts to consolidate peace. 2005-01-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0523 - Civil Society intervention in Ituri, DRC: Lessons from the Field, por John Katunga Murhula . "Intangible" factors in violent conflicts (such as, according to the author, identity issues, perceptions, self-esteem, informal processes of social reconstruction, deterioration of interpersonal and intergroup relations at the local level, etc.) tend to be left out of international interventions for conflict resolution. This paper deals with civil society action in Bunia, eastern Democratic Republic of Congo, where attempts have been made to integrate these issues into EU and UN interventions. 2005-01-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0524 - E para além dos conflitos?, por Fernando Jorge Cardoso . Os conflitos em África diminuíram quer em número que em visibilidade com o surgimento de dinâmicas positivas a nível regional e continental, cujo foco está nas questões estruturais e de longo prazo, como a União Africana e o NEPAD. O presente artigo aborda as condições estruturais para crises que ainda não foram resolvidas e que existem no continente africano apesar de todo o progresso conseguido. A redução da importância de África nas agendas internacionais e a imposição de estratégias neoliberais criaram novas dependências e soluções económicas de curto prazo. 2005-01-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0525 - The evolving relationship between Europe and the United States , por Alfred van Staden . The transatlantic relationship between Europe and the US is based primarily on the cooperative effort in three dimensions: security, trade and finance. In the first, the use of European soft power is differentiated from American hard power. For international trade, it is imperative that both parties make agreements with the most protectionist countries in order to avoid unnecessary customs barriers. And finally, the mutual interest compels the US and the EU to control the exchange rate to prevent monetary turbulence in the international financial system. 1999-11-11 / 1999-11-12

D. PT/ADN/IEEI/006/0526 - Relatório: O novo multilateralismo perspectiva da União Europeia e do Mercosul, por IEEI . O presente relatório baseia-se no trabalho dos investigadores no contexto do VI Fórum Euro-Latino-Americano (1999-2001), intitulado A União Europeia, o Mercosul e o Novo Multilateralismo. Faz-se uma contextualização conceptual dos diferentes tipos de multilateralismo e regionalismo, quais as suas funções em termos de responsabilidade internacional e soberania. Aborda-se o papel da UE e do Mercosul nestas questões. Por último, é feita uma listagem extensiva dos temas e conceitos abordados ao longo do Fórum. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0527 - OMC: As negociações iniciadas no ano 2000, por Vera Thorstensen . O ano 2000 marca o retorno das atividades da Organização Mundial de Comércio e uma profunda avaliação do sistema multilateral do comércio. O presente artigo tem por objetivo analisar os principais temas em negociação nas áreas de fortalecimento da confiança no sistema, implementação, agricultura e serviços, procurando identificar os principais atores de cada uma dessas negociações. São realçados os interesses dos diferentes membros da OMC e, por fim, é feita uma avaliação das diversas posições defendidas pelos principais membros da OMC no contexto de uma nova rodada de negociações multilaterais. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0528 - Multilateralismo e Regionalismo, por Gelson Fonseca . A noção de globalização é essencial para as relações internacionais contemporâneas. O presente artigo aborda a questão das perspectivas do multilateralismo contemporâneo, especialmente de que maneira o regionalismo pode afetá-las. Realça-se o aumento do número de organizações intergovernamentais (OIG) e não-governamentais (ONG) como efeito exterior e reforço do multilateralismo, sendo que é feito um contexto histórico sobre essa noção; São analisados os principais problemas e vantagens do regionalismo. Por fim, são abordados os fatores e tendências do multilateralismo. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0529 - Strong Rules versus Strong Alliances: Os Estados Unidos e o novo multilateralismo, por Alfredo G. A. Valladão . A política externa dos Estados Unidos tem tendência a ser considerada uma tensão permanente entre isolacionismo e internacionalismo. O presente artigo aborda o posicionamento dos Estados Unidos no novo multilateralismo, de cunho universalista, decorrente do final da Guerra Fria. Analisa-se como as regras universais podem ser compatíveis com a prática e interesse americano. É feita uma extensa comparação da administração de Bill Clinton e George W. Bush no que diz respeito às strong rules. Por fim, questiona-se a possibilidade de construção de um multilateralismo verdadeiramente universal. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0530 - Las nuevas formas de comunicación y las redes transnacionales y su incidencia en las relaciones euro-latinoamericanas, por Christian L. Freres . Este texto explora cómo las nuevas tecnologías pueden transformar las relaciones internacionales y, para el autor, las nuevas tecnologías no tienen un efecto en las relaciones entre las naciones; su importancia radica en la forma en que los países las utilizan. Se analiza el efecto de la red en el sentido de que aún no es posible determinar sus consecuencias e impactos. Por último, se hace una consideración de las relaciones de la Unión Europea con América Latina (en particular UE-Mercosur/Chile y UE-México). 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0531 - O desafio da integração sem exclusão social: O papel da sociedade, por Ruy Martins, por Altenfelder Silva . O advento da revolução tecnológica tem várias características marcantes como a globalização da informação, economia, finanças e, mais importante a governabilidade da globalização. Além do “modelo espanhol”, que deu uma reviravolta no seu mercado de trabalho para acabar com os monopólios em expansão, aborda-se a desigualdade social na América Latina e outros temas relevantes nas agendas dos blocos económicos da América do Sul. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0532 - Os Estados Unidos e o triângulo atlântico, por Alfredo G. A. Valladão . O presente artigo aborda as relações e vínculos desequilibrados entre Estados Unidos, Europa e América Latina. A União Europeia depende dos EUA em matérias de segurança e a América Latina é sempre influenciada pelas tomadas de posição e as ações do governo de Washington em matéria de tráfico de drogas, de meio ambiente, e de segurança internacional, etc. É analisado o peso das alianças entre as regiões, a nova agenda transatlântica e a visão americana do mundo. 1999-01-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0533 - Os novos temas da Organização Mundial do Comércio: Implicações nas relações do Mercosul com a União Europeia e a NAFTA, por Vera Thorstensen . O presente artigo tem como objetivo analisar os novos temas do comércio internacional e as suas implicações para o relacionamento do Mercosul com dois dos seus mais importantes parceiros – a União Europeia e a NAFTA – no quadro do processo de integração económico mais amplo que está se a estabelecer entre o Mercosul e a NAFTA, dentro da ALCA, e entre o Mercosul e a União Europeia, dentro do Acordo Inter-Regional. Os temas em análise procuram debater as suas evoluções dentro do sistema multilateral, sendo eles comércio e investimentos, comércio e concorrência, comércio e meio ambiente e comércio e padrões trabalhistas. Pretende-se entender se há necessidade, ou não, da inclusão de tais temas em novos acordos comerciais. 1999-01-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0534 - O novo mundo policêntrico, por José Calvet Magalhães . O presente artigo realça a ideia de que na triangulação euro-latino-americana o que importa é desenvolver a interdependência a fim de se conseguir obter um equilíbrio exigido, pela convergência de interesses políticos, estratégicos, culturais e económicos dessas três regiões. Aborda-se em separado a relação entre América Latina e dos Estados Unidos, Estados Unidos e da Europa e América Latina e da Europa. Por fim, diferencia-se a relação América Latina e a Comunidade Europeia em termos de desenvolvimento da cooperação económica da América Latina com a Comunidade. 1993-01-01 / 1993-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0535 - Assimetria internacional e novas formas de integração, por João Clemente Baena Soares . Existem duas principais vias de transformação no mundo de hoje: uma no campo político e estratégico e outra no campo económico. O futuro das relações entre a Europa e a América Latina está condicionado por um mundo em mudança acelerada após o fim da Guerra Fria. O presente artigo faz um contexto histórico das assimetrias internacionais desse período e a cooperação para o desenvolvimento da América Latina. Analisam-se as “novas formas de integração” e os valores convergentes referentes ao meio ambiente, à liberdade e justiça e multipolarismo económico. Por fim, é feita uma abordagem à cooperação entre a Europa e a América Latina. 1993-01-01 / 1993-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0536 - Mercados abertos e partilha de tecnologias, por Ruy Altenfelder Silva . O presente artigo analisa a posição do Brasil no novo panorama mundial em termos de democracia, economia e finanças. A disponibilidade de tecnologias, num quadro de trocas facilitadas entre as nações, torna mais fácil a cooperação tecnológica que é esperada entre a Europa e América Latina. 1993-01-01 / 1993-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0537 - A importância do know-how comunitário, por Fernando A. Albuquerque Mourão . A consolidação do regime democrático da América Latina passa por dificuldades em termos de política macroeconómica imposta pela necessidade de adequação ao macro-sistema internacional. O presente artigo analisa esta temática, usando exemplos do complexo caso do narcotráfico. Por outro lado, aborda-se a relação entre democracia e neoliberalismo, na sua vertente não económica, e procura-se entender qual o real grau de integração na América Latina e o seu posicionamento na agenda europeia. Por fim, é referida a aproximação à Mercosul. 1993-01-01 / 1993-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0538 - Cimeira Mundial de 2005: que ONU para o século XXI?, por Durão Barroso . O presente artigo anuncia a Cimeira das Nações Unidas sobre os Objetivos do Milénio. Espera-se que seja aprovado um documento que contenha decisões e recomendações no âmbito dos temas abordados no documento preliminar: desenvolvimento, segurança, direitos humanos e reforma das NU. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0539 - Cimeira das Américas fracassa na tentativa de relançar a ALCA, por António Raimundo . O presente artigo aborda os planos da A IV Cimeira das Américas, onde se acabou por pôr em evidência as profundas divergências existentes entre os seus participantes em relação à criação da Zona de Comércio Livre das Américas (ALCA). Sob o lema “Uma outra América é possível”, decorreu igualmente em Mar del Plata a III Cimeira dos Povos da América onde foi emitido uma declaração segundo a qual as negociações da ALCA devem ser “suspensas de forma imediata e definitiva”. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0540 - América Latina, el Mercosur y la Comunidad: Apuntes sobre la institucionalización de sus relaciones, por Félix Peña . En el contexto de los cambios en América Latina y la creación del Mercosur, el autor aboga por que las agrupaciones subregionales de América Latina sean consideradas como interlocutores privilegiados en las relaciones euro-latinoamericanas. Si bien se reconoce la continua relevancia del marco institucional y la necesidad de un diálogo político, no deja de ser cierto que los procesos de integración, ya sea en Europa, América Latina o en cualquier otro lugar (las verdaderas palancas para la apertura de mercados antes cerrados), son elementos positivos para la construcción de un sistema multilateral de comercio mundial. El multilateralismo económico, un entorno económico internacional que favorecerá en su momento la transición y la consolidación democráticas, es sin duda un interés vital que Europa comparte con América Latina. 1993-01-01 / 1993-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0541 - A União Europeia e o Mercosul: perspectivas dos Estados Unidos, por Riordan Roett . Para o autor, o papel crescente da União Europeia relativamente ao Mercosul tem passado largamente despercebido nos Estados Unidos. O presente texto aborda a relação entre estes três blocos, sendo que a dinâmica envolvente entre os Estados Unidos e a União Europeia relativamente ao Mercosul deve ser analisada no âmbito mais amplo do contexto geopolítico Estados Unidos-União Europeia. Relativamente ao Mercosul, analisa-se o debate sobre o fast-track, que o Congresso norte-americano poderá ser pressionado a aprovar devido aos laços crescentes entre as duas organizações regionais. 1999-01-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0542 - Relatório: IV Forum Euro-Latino-Americano – “Além do Comércio: Ampliar as relações Europa-Mercosul”, por IEEI. O presente artigo é o relatório do IV Forum Euro-Latino-Americano – “Além do Comércio: Ampliar as relações Europa-Mercosul” teve como objetivo desenvolver uma visão integrada do relacionamento entre a União Europeia e o Mercosul. Assim, para além das tradicionais relações comerciais, foi abordada a cooperação nos campos financeiro, político, de paz e de segurança. Considerou-se essencial analisar o estado da integração no Mercosul e na União Europeia, bem como o das relações comerciais entre os dois espaços integrados. 1996-01-01 / 1996-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0543 - O regresso da diplomacia, por Andrés Malamud . O presente artigo faz o ponto de situação da reunião da Organização de Estados Americanos, cujo objetivo é a criação de uma área de comércio livre em todo o continente - a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Foram igualmente abordados temas relativos ao apoio à estabilidade democrática, ao tratamento dos problemas gerados pela dívida externa, ao narcotráfico e ao terrorismo. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0544 - A lógica da integração aberta, base de um novo multi-regionalismo, por Guilherme d'Oliveira Martins e Álvaro de Vasconcelos . Para enfrentar os grandes desafios da atualidade – a consolidação dos processos democráticos, a contenção dos nacionalismos extremistas, inclusive os de inspiração religiosa e identitária, a resolução da problemática demografia-pobreza há que encontrar respostas que combinem aspetos políticos, económicos e estratégicos que o megapoder militar não tem nem vontade nem possibilidade de fornecer isoladamente. O presente artigo analisa como a integração aberta e o multiregionalismo poderão são vias de regulação dessas divergências. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0545 - O Mercosul e as alternativas para a ordem mundial, por Hélio Jaguaribe . O presente artigo tem como finalidade a discussão de alternativas mais prováveis para a ordem mundial e fazer uma análise das possibilidades que o sistema da Mercosul tem. Aborda-se outras alternativas de integração para lá da UE, o império americano, as condições sociopolíticas e a via militar dos EUA e quais as suas limitações. O sistema multipolar é apresentado como uma outra alternativa. É feito um contexto mais alargado sobre a Mercosul, o seu papel internacional, e a ALCA. 1999-01-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0546 - Relatório: V Forum Euro-LatinoAmericano - Regular e democratizar o sistema global - Uma parceria século XXI, por IEEI . Relatório realizado com o conteúdo dos trabalhos de pesquisa preparados para o V Fórum Euro-LatinoAmericano, cujo tema é “Regular e democratizar o sistema global – Uma parceria Século XXI”. Divide-se em cinco temáticas: Globalização e regionalização; Regionalismo nas Américas; Alargar e aprofundar a União Europeia no novo contexto global; A União Europeia e o Mercosul: Uma ligação estratégica?; Regras para a ordem multilateral. É também feito um contexto conceptual sobre as noções de integração, globalização e regionalização. 1999-01-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0547 - Relações entre a União Europeia e o Mercosul: Fundamentos de um novo multilateralismo, por Álvaro Vasconcelos . A vaga democrática na Europa e na América Latina facilitou a integração regional e criou assim um novo

paradigma. O presente texto analisa diferentes formas de regionalização - regionalismo aberto (NAFTA, PEM), integração profunda (União Europeia, Mercosul) e mecanismos de cooperação subregional (SADC4). Salienta-se o Mercosul devido à sua inspiração europeia em termos comparativos de objetivos; a sua relação com os EUA e o seu papel como parceiro da UE. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0548 - A Cimeira do Rio e o novo multilateralismo, por Alfredo G. A. Valladão, Hélio Jaguaribe, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Vera Thorstensen, Luiz Fernando Furlan, Romeo Pérez Antón, Roberto Russell, Roberto Teixeira da Costa, Christian Freres, Alexandra Barahona de Brito, Anne Anderson, César Garay e Álvaro de Vasconcelos . O presente volume, iniciativa do Forum Euro-Latino-Americano, é uma compilação dos textos apresentados nas diferentes sessões da conferência «A Cimeira do Rio e o novo multilateralismo». Os principais temas em debate na conferência de São Paulo foram a globalização, a regionalização e o multilateralismo – sendo dada particular ênfase à Cimeira do Rio e às negociações da Rodada do Milénio – bem como a contribuição dos diversos actores da sociedade civil, das networks e dos novos sistemas de informação para estes processos. Neste contexto, foram discutidas as relações no triângulo União Europeia-Mercosul-Estados Unidos. Por último, abordou-se a questão da defesa internacional dos direitos humanos e a relevância do Tribunal Penal Internacional, tendo como pano de fundo a intervenção no Kosovo e o caso Pinochet. 1999-12-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0549 - A cooperação interregional e a regulação do sistema global, por Alfredo G. A. Valladão . O presente texto, parte dos textos publicados no livro "A Cimeira do Rio e o novo multilateralismo", reflete sobre a regulação do sistema global a partir do carácter unipolar das relações internacionais no período pós-Guerra Fria, cujo centro gravitacional se encontra nos Estados Unidos, tanto no campo da estratégia militar quanto no das prioridades políticas e económicas. Neste sentido, é defendido e definido um modelo unipolar ancorado no “ângulo atlântico”, isto é, nas relações dos Estados Unidos com a União Europeia e com a América Latina. 1999-12-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0550 - O Mercosul, a Europa e a nova ordem mundial, por Hélio Jaguaribe . O presente texto lida com a ideia de globalização e da formação de uma nova ordem universal, a Pax Universalis, que se deve opor à Pax Americana. Começa por refletir sobre o presente processo de globalização e como este é a terceira etapa do processo de globalização iniciado com os Descobrimentos. A queda da URSS deixa, neste processo, os Estados Unidos como única superpotência mundial. Defende, contudo, que apesar do estado avançado da formação desta nova ordem mundial unipolar, é possível e desejável que seja aberta uma nova ordem mundial alternativa, multipolar. O surgimento do Mercosul e uma estreita e bem concebida articulação do Mercosul com a União Europeia revestem-se da maior importância na formação desta Pax Universalis. 1999-12-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0551 - Cimeira América Latina-União Europeia: Uma diplomacia activa na busca de equilíbrios estratégicos, por Luiz Felipe de Seixas Corrêa . O presente texto parte do contexto da primeira reunião de cúpula entre Chefes de Estado e de Governo da América Latina e da União Europeia para pensar nos objetivos desta cúpula para o Brasil, na medida de anfitrião. Estes objetivos passam, em larga medida, por consolidar parcerias externas que contribuam para o desenvolvimento do país. Neste aspeto, a parceria com a União Europeia é percebida como prioritária. Segue-se uma descrição do passado do intercâmbio comercial entre o Brasil e a EU e a necessidade das negociações do comércio livre e da exportação de produtos brasileiros. É, ainda, reafirmado o propósito de manter o paralelismo nas negociações da ALCA e para a abertura de mercados também com a UE. 1999-12-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0552 - A «Rodada do Milénio» da OMC e as negociações inter-regionais, por Vera Thorstensen . A Conferência Ministerial da OMC quando se reuniu em maio de 1998 em Genebra, na sua segunda sessão, definiu o programa de trabalho que o Conselho Geral deverá empreender com vistas à III Conferência Ministerial a ser realizada em novembro de 1999 em Seattle, nos Estados Unidos. O grande objetivo desta Conferência seria o lançamento de uma nova rodada de liberalização do comércio, a já denominada Rodada do Milénio. O programa inclui negociações entre os membros da OMC para recomendações sobre os temas e as fases da próxima rodada, que devem ser aprovadas por consenso. O presente texto debruça-se sobre esses temas e fases da próxima Rodada do Milénio, quais os seus atores, e quais os interesses e problemas para as partes envolvidas nas negociações inter-regionais, nomeadamente a União Europeia e o Mercosul. 1999-12-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0553 - O Brasil e a União Europeia, por Luiz Fernando Furlan . Este texto começa por fazer uma contextualização do desenvolvimento e posteriores relações entre a União Europeia e o Brasil. Parte daqui para uma reflexão sobre as tendências da União Europeia e com o superior poder de negociação desta relativamente ao Mercosul, em geral, e ao Brasil, em particular. Para além deste desequilíbrio, a União Europeia trata-se de uma importante parcela do comércio da América Latina, pelo que a aproximação destes se mostra vantajoso para uma projeção internacional da América Latina e para

o aumento dos consumidores da EU. Partindo desta premissa, o texto reflete sobre os interesses comuns, o investimento e aspetos políticos económicos destes dois blocos e de como este acordo seria um meio de consolidar e expandir os seus fluxos comerciais, procurando uma organização do sistema internacional de comércio numa base mais equilibrada. 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0554 - Las redes y los diferentes actores de la sociedad civil (As redes e os diferentes atores da sociedade civil), por Romeo Pérez Antón . Na opinião do autor, é importante justificar a aplicação do conceito de "rede" à análise do Novo Multilateralismo, dos atuais processos de integração, das relações de cooperação entre áreas continentais. Com o objetivo de enquadrar esta justificação, propõe-se considerar se a expansão das redes e o aprofundamento das suas dinâmicas constituem a característica da atual fase de desenvolvimento dos laços tecnológicos, económicos, políticos e culturais. 1999-12-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0555 - Networks y el papel de la sociedad civil (Networks e o papel da sociedade civil), por Roberto Russell . Em primeiro lugar, e tendo em conta os objetivos da conferência, o texto esclarece a aplicação do conceito de "rede" à análise das relações de cooperação entre a Europa e a América Latina. Para o fazer, caracteriza esta relação, e especifica a noção de rede como uma categoria do pensamento social. Em segundo lugar, e seguindo esta linha de reflexão, é considerada a hipótese de que as redes não governamentais reduzem a capacidade de gestão e regulação do Estado. Finalmente, é desenvolvida uma terceira linha de análise - mais complexa do que as duas anteriores e a mais longo prazo - sobre formas pós-modernas de configuração do espaço político. 1999-12-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0556 - Las redes en las relaciones euro-latinoamericanas (As redes nas relações euro-latino-americanas), por Christian Freres . Este texto reflete sobre o papel das redes, humanas e tecnológicas, nas relações bi-regionais entre a América Latina e a União Europeia, o estudo do qual tem sido negligenciado sobre os aspetos políticos e económicos ou de cooperação para o desenvolvimento - apesar do facto de as redes estarem estreitamente relacionadas com estes outros aspetos, enriquecendo o seu potencial. As redes transnacionais humanas são especialmente importantes, porque dão apoio a longo prazo a qualquer ligação internacional, e tornam possível ultrapassar os diferentes problemas que possam surgir. De facto, este documento centra-se mais nas redes como um fenómeno sociopolítico do que tecnológico, uma vez que este último aspeto requer outros conhecimentos. 1999-12-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0557 - O "caso Pinochet": Argumentos para um Tribunal Penal Internacional, por Alexandra Barahona de Brito . O presente texto analisa as implicações da prisão e extradição do General Pinochet para as relações entre a União Europeia e a América Latina, bem como as suas implicações para o desenvolvimento do direito internacional e para o futuro do Tribunal Penal Internacional. O texto divide-se em duas partes. A primeira examina o conflito entre jurisdição universal e soberania estatal, e a forma como este conflito afeta os vários atores envolvidos no caso Pinochet. A segunda parte analisa o significado da criação do Tribunal Penal Internacional para o caso Pinochet, e outros casos semelhantes, bem como para as perspetivas de desenvolvimento da legislação (e sua aplicação) internacional dos direitos humanos. 1999-12-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0558 - A defesa dos direitos humanos e a importância do Tribunal Penal Internacional, por Anne Anderson . O presente texto reflete sobre a questão da renovação do debate dos direitos humanos no seio do novo multilateralismo. Esta questão envolve uma reflexão sobre a fragilidade dos fundamentos do novo multilateralismo no campo dos direitos humanos – simultânea à sensação de que avançamos decisivamente para um novo multilateralismo, aparece a sensação de distanciamento e crescente sensibilidade por parte dos governos nacionais -, bem como uma reflexão em torno das formas de fortalecimento desta fragilidade dos fundamentos, dos quais se destacam quatro pontos essenciais: a edificação de instituições nacionais; uma abordagem integrada; a propriedade e liderança; e a questão da seletividade. É, finalmente, enfatizado o contributo da América Latina no discurso dos direitos humanos. 1999-12-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0559 - La defensa de los derechos humanos y el Tribunal Penal Internacional (A defesa dos direitos humanos e o Tribunal Penal Internacional), por César Garay . O presente texto inicia a sua reflexão sobre os direitos humanos e o papel do Tribunal Penal Internacional na defesa destes, recordando a Constituição Nacional da República do Paraguai. Refletindo sobre a relação entre as soberanias nacionais e os aparelhos internacionais de proteção dos direitos humanos, como é o caso do Tribunal Penal Internacional, é concluído que à medida que os Estados declinam na sua soberania, a raça humana irá reforçar as suas defesas legais, pelo que se o Tribunal Penal Internacional conseguir integrar-se com juízes absolutamente imparciais e como resultado de um processo de seleção rigoroso e competitivo, teremos feito grandes progressos. E se o poder de "veto" não estiver de todo ligado ao Tribunal Penal Internacional, estaremos a atingir o objetivo que todos desejamos na proteção dos direitos humanos; caso contrário, este aparelho funcionará apenas como ideia irrealizada. 1999-12-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0560 - Notas finais, por Álvaro Vasconcelos . O presente texto, em jeito de súmula das ideias expressas no seminário “Cimeira do Rio e o novo multilateralismo” e do livro daí resultante, fornece uma visão geral sobre os temas que marcaram o debate. Inicialmente é feito um balanço do aquis do próprio Forum, tendo o debate concentrando-se na discussão da relação entre globalização e integração, entre globalização e regionalização. A esta segue-se uma discussão sobre o Mercosul e a ALCA, da qual se manifestaram quatro visões: a da unipolaridade, do condomínio, da multipolaridade e do novo multilateralismo. Outra questão essencial foi o das relações entre a União Europeia e o Mercosul, para a qual a Cimeira do Rio deve funcionar como alavanca para uma nova prática e cultura de cooperação, com ênfase nos domínios da educação, da ciência e da tecnologia. Os últimos temas trataram das ONGs e dos direitos humanos num mundo pós-soberano. 1999-12-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0561 - A União Europeia, o Mercosul e os seus parceiros regionais, por Celso Lafer et al. O presente volume é uma compilação de textos apresentados nas diferentes sessões do VI Forum Euro-Latino-Americano, subordinado ao tema «A União Europeia, o Mercosul e os seus Parceiros Regionais». Os temas em debate na conferência do VI Forum foram: o futuro do multilateralismo e da regionalização na sequência da reunião da OMC em Seattle; a integração regional nos continentes europeu e americano; as relações entre os espaços integrados e os seus vizinhos e, em particular, as relações entre a União Europeia e o Mercosul; e a forma como a integração influencia a prevenção de conflitos e a gestão de crises financeiras. Por fim, e no enquadramento dos debates anteriores, foram apresentadas as perspetivas para um novo multilateralismo. 2000-01-01 / 2000-04-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0562 - O cenário mundial e o relacionamento União Europeia-Mercosul, por Celso Lafer . Nesta sessão de abertura do VI Forum Euro-Latino Americano são exploradas as notas do quadro geral de vida mundial, com o objetivo de instigar um diálogo sobre o alcance maior de que se reveste uma cooperação construtiva entre a União Europeia e o Mercosul – expressões do regionalismo que reúnem países e sociedades que, no campo dos valores, compartilham afinidades importantes quanto às formas de conceber a vida e o mundo. Com efeito, é defendido, apesar de, no plano universal, o mundo convidar a uma leitura hobbesiana-maquiviavélica da realidade universal, sendo consideráveis as dificuldades que as instituições multilateralistas enfrentam, tanto no que diz respeito às questões políticas, como estratégico-militares, económico-financeiras e axiológicas, a União Europeia e o Mercosul, em contraste com o cenário mundial acima esboçado, são construções grocianas. 2000-01-01 / 2000-04-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0563 - Multilateralismo y regionalización: Más allá del trauma de Seattle (Multilateralismo e regionalização: Para além do trauma de Seattle), por Felix Peña . A questão da relação entre multilateralismo e regionalização ocupa um lugar proeminente tanto no pensamento como na prática do comércio internacional e das relações económicas, especialmente em seguimento dos resultados do Uruguay Round e da criação da OMC; do NAFTA; à expansão da UE; da Conferência Ministerial de Seattle; ao progresso das negociações dos acordos de comércio livre Norte-Sul e à multiplicação dos acordos de comércio livre e de integração entre países em desenvolvimento. Como consequência de tudo isto, tem havido um crescimento significativo na literatura sobre a questão. É neste contexto que o presente texto se debruça, tendo em conta as principais conclusões que podem ser retiradas da literatura até à data sobre as relações entre multilateralismo e regionalismo, sobre as negociações iniciadas para a materialização do projetada associação inter-regional entre o Mercosul e a União Europeia. 2000-01-01 / 2000-04-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0564 - Integração regional, multilateralismo e globalização, por Vítor Martins . O presente texto pondera a questão da integração regional no contexto da multilateralização e da globalização, tendo em conta as questões do comércio, da concorrência e das negociações comerciais multilaterais. Neste sentido, questiona sobre quais os êxitos e limitações da integração regional no que diz respeito aos objetivos de uma desejável multilateralização e se esta levará a políticas mais ou menos protecionistas por parte dos países participantes do que as que resultariam de uma ação exclusivamente multilateral. Este ponto estabelece uma ligação com uma outra questão que é a de saber em que medida o pós-Seattle poderá ou não ter uma influência negativa sobre a negociação de grandes acordos entre espaços económicos distintos a nível mundial. 2000-01-01 / 2000-04-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0565 - Os acordos regionais de comércio e as regras da OMC, por Vera Thorstensen . Neste texto a questão da multiplicação dos acordos regionais de comércio é ponderada em relação à erosão do sistema multilateral de comércio e ao papel do GATT e depois da OMC na criação das regras para este fortalecimento. Reflete, assim, por um lado, sobre de que forma a OMC funciona como aparelho de supervisão dos acordos regionais de modo a garantir o fortalecimento do sistema multilateral – função da qual resultou a criação do Comité sobre Acordos Regionais do Comércio -; e, por outro lado, de como o crescimento de acordos laterais, a par de um prolongado impasse por parte da OMC, fortalece o regionalismo e erode o

multilateralismo. Finalmente, são pensadas quais as agendas possíveis na procura de um entendimento comum que não mine aqueles fundamentos do sistema multilateral. 2000-01-01 / 2000-04-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0566 - A integração e a gestão de crises financeiras, por André Jordan . O presente texto tem por objetivo uma visão geral sobre o equilíbrio e a moralidade das relações económicas e, consequentemente, políticas, entre os povos e as nações. Neste sentido, reflete-se sobre as crises financeiras, a estagnação de fundos em paraísos fiscais que lhes dá, muitas vezes, origem, e aquele que é considerado o relativo insucesso dos programas de apoio económico internacionais, tanto multilaterais como bilaterais, em resgatar países de baixo grau de desenvolvimento técnico e educacional, bem como da utilização de acordos de comércio e dos blocos regionais como instrumentos de intervenção política a favor da democracia e da prevenção dos conflitos. Em resposta a estes percebidos insucessos é proposta a total liberalização do comércio. 2000-01-01 / 2000-04-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0567 - Multilateralismo e regionalismo: Anotações, por Gelson Fonseca Jr . Estas anotações pretendem discutir tendências contemporâneas do multilateralismo, especialmente de que maneira o regionalismo pode afetá-las. O dado básico é o processo de globalização. Neste contexto são apontados os fatores, tendências e problemas essenciais do multilateralismo, e as tensões existentes entre o objetivo de criar regras de jogo multilaterais para a gestão das relações internacionais num contexto de universalização de certos valores, e entre o regionalismo. Uma das conclusões essenciais é que o universalismo multilateral pode, em tese, disciplinar as oportunidades para que os desequilíbrios, consequência destas forças ambivalentes, sejam atenuados, o qual deve passar, invariavelmente, por um multilateralismo solidário. 2000-01-01 / 2000-04-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0568 - Human rights and democracy promotion: The exception or the rule? (Direitos humanos e promoção da democracia: A exceção ou a regra?), por Alexandra Barahona de Brito . Partindo da tese de que existem tensões entre o objetivo de criar uma ordem multilateral global no contexto da universalização de valores e entre o regionalismo, o presente texto pretende discutir as tensões inter-relacionadas que se manifestam na área da promoção da democracia e dos direitos humanos. São, assim, apontadas, duas tensões essenciais: a tensão entre a rotinização e institucionalização das regras e respostas e entre a flexibilidade necessária na resposta de um mundo complexo e plural; e a tensão entre a necessidade de criar regras que institucionalizem e rotinizem as relações e a “maldição” do excepcionalismo. 2000-01-01 / 2000-04-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0569 - A área de livre comércio das Américas numa perspectiva do Mercosul, por Paulo Moraes . Neste ensaio é analisado o processo de constituição da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), a qual se reflete na gradual remoção de barreiras ao comércio de bens e serviços e aos investimentos. Após uma breve contextualização da ALCA e dos processos que lhe deram origem, reflete-se sobre os seus resultados, cujos avanços se encontram aquém dos esperados, em grande parte devido à incapacidade do Executivo dos Estados Unidos de obter um mandato negociador (fast track). O Mercosul, por seu turno, destaca-se por uma tomada de posição mais moderada, priorizando a sua consolidação interna e a expansão no âmbito regional. Finalmente, depois de traçadas as posições dos principais parceiros, é pesada a adversa conjuntura económica internacional e a crise financeira do Brasil – aspetos com o maior potencial de alterar a geometria das negociações. 2000-01-01 / 2000-04-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0570 - The European Union Direct Investment in Mercosul (O Investimento Direto da União Europeia no Mercosul), por Paulo S. Wrobel . O presente texto foca-se no atual Investimento Direto Estrangeiro (IED) da União Europeia no Mercosul. Também pretende comparar o fluxo de investimento direto da União com o Mercosul ao dos Estados Unidos, que permanece o maior investidor da área. Este estudo está organizado da seguinte forma: a primeira parte discute o papel proeminente dos fluxos de IED na economia global; a segunda parte apresenta os registos de investimento da UE e dos Estados Unidos no Mercosul nos anos recentes, e analisa brevemente o atual nível de fluxos de IED da UE para a área; a terceira parte lida com a futura agenda da UE e avalia o impacto das crises financeiras e de câmbio na Ásia, Rússia e Brasil no interesse da UE no Mercosul; a última parte discute o Mercosul como um projeto viável para a integração económica na América do Sul e a sua atração enquanto destino do investimento direto da UE. 1999-11-01 / 1999-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0571 - Implications of Economic and Monetary Union on European Union-Mercosur Relations (Implicações da União Económica e Monetária nas relações União Europeia-Mercosul), por Pier Carlo Padoan . A adoção do euro levou a várias alterações profundas ao nível estrutural e das instituições nas relações monetárias e económicas internacionais. A evolução dinâmica das taxas de câmbio entre o euro e o dólar – a taxa de câmbio fundamental das relações internacionais – irá refletir esta complexa relação. A implicação dos fluxos das taxas de câmbio, conjuntamente com o grau de cooperação monetária transatlântica é de especial importância para o Mercosul. Neste contexto, o presente texto discute a evolução do euro e das suas implicações para o Mercosul, tanto no que diz respeito às relações com a UE e com os Estados Unidos, como à

possibilidade de estabelecer uma união económica e monetária completa, permitindo-lhe participar de uma possível triangulação – ao invés de uma bipolarização – das relações económicas e monetárias internacionais. 1999-11-01 / 1999-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0572 - The Advancing Political Economy of European Union-Mercosur Relations: United States Perspectives (O Avanço da Economia Política nas Relações União Europeia-Mercosul: Perspetivas dos Estados Unidos), por Riordan Roett e Russell Candrall . O presente texto pretende analisar a posição dos Estados Unidos relativamente ao desenvolvimento das relações políticas e económicas da União Europeia com o Mercosul em paralelo com a evolução desta relação. Uma das possíveis análises é a de que os anos vindouros será uma de introspeção nos Estados Unidos no que diz respeito à integração económica no hemisfério regional, dado as políticas comerciais terem sido tomadas pela política doméstica e os esforços prévios, no sentido da integração regional, ter falhado. De um outro ponto de vista, a perspetiva estadunidense sobre a relação UE-Mercosul será primeiramente influenciada pela visão americana sobre o Brasil e o seu papel no Mercosul – e o papel que este poderá ter numa aproximação do Mercosul com a UE. 1999-11-01 / 1999-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0573 - O Brasil frente a um tríplice desafio: As negociações simultâneas da OMC, da ALCA e do acordo CE/Mercosul, por Vera Thorstensen . O Brasil encontra-se atualmente diante de um tríplice desafio – o de enfrentar três negociações internacionais ao mesmo tempo: no âmbito da OMC; no âmbito do ALCA; e a negociação entre a Comunidade Europeia e o Mercosul. O objetivo do presente artigo é o de sintetizar o quadro das três negociações, não por foro, mas por tema, e assim demonstrar como as três negociações estão profundamente entrelaçadas. Pretende, ainda, alertar os principais atores da vida económica do país, sejam eles membros do governo, empresários, trabalhadores ou académicos, para o momento singular que se coloca ao Brasil, no presente quadro das relações internacionais. 2001-10-01 / 2001-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0574 - Competitividade e globalização: O lugar da Política Agrícola Comum nas relações União Europeia-Mercosul, por Vítor Martins . O presente texto aborda o tema da política de agricultura comum no contexto bilateral e multilateral das relações da União Europeia com países terceiros, especialmente com o Mercosul, explorando as sinergias positivas potenciais de uma reforma da PAC no contexto da nova ordem mundial. Assim, o documento divide-se em quatro partes: na primeira, fornece uma contextualização das relações inter-regionais no contexto da globalização que, com o auxílio do sistema multilateral, deve servir para diluir as tensões geradas pelo processo de globalização; na segunda parte reflete-se sobre o papel e desafios da PAC e da necessidade de reforma da mesma no sentido na integração das regras estabelecidas pela OMC; na terceira parte é analisado o carácter defensivo da PAC e daquelas condicionantes políticas, económicas, financeiras, institucionais e sociais à sua reforma; e finalmente, na última parte, são delineadas as condições sobre as quais a reforma deve tomar forma e da responsabilidade da pressão negocial externa do setor agrícola. 2001-10-01 / 2001-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0575 - Implicações e desafios para o sistema internacional, por Inês Mestre . O presente texto serve como resumo do último painel do Seminário Juventude e Defesa – Um ano após 11 de Setembro: o que mudou em Portugal e no Mundo”, nomeadamente das intervenções de Teresa Botelho, Álvaro Vasconcelos e Jamila Madeira. Ao passo que Teresa Botelho sublinha que “o que não aconteceu” no 11 de setembro – revoltas islâmicas e manifestações de júbilo ou um choque anti-islâmico no Ocidente – foi de máxima importância, aproximando o mundo não árabe do mundo árabe. Álvaro Vasconcelos, na outra extremidade, contesta esta visão, ressaltando, por outro lado, uma tentativa por parte de Bush de retroceder os avanços feitos no paradigma multilateral, e de criar um outro de uma luta internacional contra o terrorismo. Jamila Madeira vai ao encontro de Álvaro Vasconcelos lembrando as duas vertentes da ordem multilateral que a administração Bush tentou reverter: a criação de instrumentos de justiça e a renúncia ao uso da força. 2002-09-11 / 2002-09-11

D. PT/ADN/IEEI/006/0576 - A Nova Doutrina de Segurança Global dos EUA: Fundamentos, Contradições E Consequências Hegemónicas, por Gilberto Dupas . Neste artigo discutem-se as condições crescentemente complexas da governabilidade mundial, particularmente a partir da nova doutrina de segurança mundial dos Estados Unidos que no pós-11 de setembro lança uma “guerra contra o terrorismo”, desequilibrando o sistema multilateral. Neste sentido são consideradas as divergentes visões sobre as causas e soluções para o terrorismo e sobre a crescente diabolização do Islão, que cai sobre as visões maniqueístas dos EUA e justificam um poder hegemónico unilateral e uma visão do mundo que sustenta os objetivos da política externa da administração Bush. É, ainda, discutido de que forma a globalização, a ocidentalização, o monopólio capitalista e a natureza intrínseca do capitalismo enquanto movimento cíclico e de crises potencia retóricas maniqueístas, por um lado, e a radicalização daqueles marginalizados por estas forças, por outro. Finalmente reflete-se sobre como poderá a ideia de nação hegemónica prevalecer na era da informação. 2002-11-11 / 2002-11-11

D. PT/ADN/IEEI/006/0577 - Personnalisation et Néo-Patrimonialisme dans la Médiation des Conflits Africains (Personalização e neopatrimonialismo na mediação dos conflitos africanos), por Patrick Quantin . Entre os líderes africanos, Omar Bongo é um

daqueles que geralmente aparece numa posição conhecida como “mediador” nos conflitos do continente. Este artigo foca-se nas atividades levadas a cabo por aquelas pessoas que levam a cabo estas atividades chamadas de “mediações”, tanto no discurso oficial, como pela imprensa e pela opinião pública. A análise da prática, observável através das condições de realização e os resultados destas “mediações” não confirma a prática como imparcial e independente. O processo não-institucionalizado está enraizado nas características da política africana: “auto-governo” (“regnè personnel”) e neopatrimonialismo. 2003-10-24 / 2003-10-24

D. PT/ADN/IEEI/006/0578 - Conclusões Encontro-debate Mary Robinson - Europa, Direitos Humanos e a actual situação internacional, por IEEI . O presente texto serve de síntese ao encontro com Mary Robinson sobre as novas tendências da política de Direitos Humanos e a sua importância no contexto da atual situação internacional, marcada pelo protecionismo e pela ênfase desproporcional na segurança, após os atentados de 11 de setembro. Os pontos essenciais do debate são resumidos numa relação entre a promoção e proteção dos direitos humanos no contexto dos instrumentos internacionais e numa maior articulação entre as instituições – nacionais e supranacionais – e as sociedades civis, e a segurança humana, cujo conceito depende da proteção da justiça, dos direitos humanos e do respeito pela diferença e pela diversidade. 2003-04-10 / 2003-04-10

D. PT/ADN/IEEI/006/0579 - Preliminary conclusions (Conclusões preliminares), por Geert Laporte . Este texto resume as conclusões da conferência internacional “The Challenges of Europe-Africa Relations: An Agenda of Priorities”. No âmbito da questão do desenvolvimento institucional e da cooperação, procurou analisar-se as prioridades nos processos de governança política, integração africana e regional e de integração na economia mundial, e do apoio internacional nestes. Relativamente à questão dos direitos humanos e da governança refletiu-se sobre o reforço das instituições africanas e das iniciativas de direitos humanos e governança, o papel da sociedade civil e da UE sem que esta ameace a soberania africana. Na questão da resolução de conflitos e peacekeeping, questiona-se como manter o progresso na mediação de conflitos e manutenção da paz e qual o papel da UE no desenvolvimento institucional a nível continental, regional e nacional. 2003-10-23 / 2003-10-24

D. PT/ADN/IEEI/006/0580 - África e a Europa: Resolução de Conflitos, Governança e Integração Regional, por Patrícia Magalhães Ferreira . Partindo do contexto geral do diálogo euro-africano e das transformações internas nos dois continentes e, particularmente, das transformações internas da União Europeia e da União Africana que condicionam, positiva ou negativamente, este diálogo, o presente texto reflete sobre 4 pontos essenciais do diálogo: os novos desafios da segurança internacional, especialmente no que diz respeito às consequências dos acontecimentos internacionais mais recentes (11 de setembro, intervenção no Iraque) no relacionamento com os países africanos; o papel da cooperação euro-africana na resolução de conflitos e quais as melhores estratégias de capacitação dos governos africanos neste sentido; o reforço da cultura democrática e a boa governança em países africanos; e, finalmente, integração económica regional nas agendas de prioridades da governação em África. 2005-05-30 / 2005-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0581 - Teias e rupturas de uma nova configuração a Sul, por Carlos Lopes . A alteração da nova ordem mundial, o surgimento do tema do desenvolvimento como tema principal das relações internacionais e a busca por espaços no sistema internacional leva as nações, principalmente a Sul, a unirem-se em blocos regionais. O debate por alterações na estrutura internacional permitiu o surgimento de uma Nova Ordem Internacional. É neste contexto que o presente texto oferece uma breve visão geral sobre as consequências de uma nova configuração Sul ao nível da cooperação, da globalização económica e da alteração da geografia política e económica mundial. 2005-05-30 / 2005-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0582 - Dialogue Europe-Afrique: Bilan et chantiers, cinq ans après le Sommet du Caire (Diálogo Europa-África: Revisão e trabalho em curso, cinco anos após a Cimeira do Cairo), por David Gakunzi . Este documento analisa os progressos em cinco áreas no centro do diálogo euro-africano: prevenção de conflitos, proteção dos direitos humanos e boa governação, integração económica regional, migração e a pandemia de VIH/SIDA. Em primeiro lugar, examina as tendências de mudança nas áreas de conflito e governação. Em seguida, aborda algumas das questões críticas que se opõem a uma paz sustentável e a uma governação democrática em África. Finalmente, contém uma série de recomendações para os atores do diálogo nas cinco áreas acima mencionadas. Baseia-se nas reflexões, análises, informações e recomendações recolhidas dos seus parceiros durante as várias reuniões e missões organizadas pelo Centro Norte-Sul. 2005-05-30 / 2005-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0583 - EU-ACP Economic Partnership Agreements and EU support to regional integration (Acordos de Parceria Económica UE-ACP e apoio da UE à integração regional), por Geert Laporte . A UE e os países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP) começaram com a negociação de Acordos de Parceria Económica (APE). Para além das questões de acesso ao mercado, os APE abordarão também outras áreas relevantes para o comércio, incluindo política de concorrência, direitos de propriedade intelectual, investimento, normas, proteção dos consumidores, contratos públicos, comércio e ambiente, etc. O

sucesso ou fracasso dos APE dependerá do estado e do progresso dos processos de integração regional nas regiões ACP. Este breve documento abordará algumas questões importantes relacionadas com o processo de negociação dos APE, incluindo (i) os efeitos dos APE na integração regional, desenvolvimento e redução da pobreza; (ii) o papel crucial do desenvolvimento da capacidade institucional para o comércio e integração regional e (iii) o apoio da UE e de outros doadores ao comércio e integração regional. 2005-05-30 / 2005-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0584 - A resposta da comunidade internacional às questões da governação em África, por Gonçalo Santa Clara Gomes . Partindo de um conceito alargado de governação e da premissa de que a boa governação se encontra no centro de todos os problemas no continente africano, o presente texto procura averiguar qual a resposta da Comunidade Internacional em África e o que pode ser feito no futuro. Apesar de os problemas de governação em África só poderem ser resolvidos com a vontade e o concurso dos países africanos, a comunidade internacional pode aumentar os seus esforços para apoiar os esforços africanos e contribuir politicamente para dar um sentido de urgência às necessárias reformas. Tem havido nesta matéria uma passividade de vários atores internacionais influentes, contribuindo para o sentido de impotência e resignação ao destino em África. Uma parceria entre a África e o mundo desenvolvido, com especial envolvimento da UE e com as organizações internacionais interessadas, tem todas as condições para produzir resultados positivos. 2005-05-30 / 2005-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0585 - Intervenção na Sessão de Abertura, por João Gomes Cravinho . No presente texto, que serve como abertura à conferência “A África e a Europa: Resolução de Conflitos, Governação e Integração Regional”, incide-se sobre a pertinência do papel dos fatores essenciais ao desenvolvimento no contexto, por um lado, da política externa, por outro lado, na vertente da cooperação. As considerações feitas dividem-se naquelas de ordem prática e de ordem teórica. Nas questões de ordem teórica reflete-se sobre os novos desafios da segurança e a sua importância no contexto da resolução de conflitos e da promoção do desenvolvimento, bem como sobre as abordagens e esforços de estabilização e reestruturação pós-conflitos por parte da comunidade internacional, em geral, e da UE, em particular. As considerações práticas centram-se sobre o contributo português e o europeu para o desenvolvimento dos parceiros regionais africanos, que passa pelo apoio à prevenção e resolução de conflitos, e que ocupa um papel privilegiado da política de cooperação. 2005-05-30 / 2005-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0586 - Notas de encerramento, por Inês Rosa . O presente texto sintetiza os aspetos fundamentais do debate da Conferência “A África e a Europa: Resolução de Conflitos, Governação e Integração Regional”. Sublinha-se a importância da promoção de um relacionamento dialogante entre os dois continentes para Portugal, bem como da nova arquitetura pan-africana no reforço deste relacionamento. A União Africana é destacada como interlocutor privilegiado da UE nas questões da promoção da paz e da segurança em África. Contudo, a UE deve melhorar os seus esforços, particularmente nos chamados Estados Frágeis. É nesse sentido que, no quadro das discussões sobre segurança e desenvolvimento, se apela à reflexão sobre a adequação dos instrumentos de cooperação e de gestão de crises da UE, bem como da articulação do apoio entre as fases de pós conflito e de desenvolvimento. Esta preocupação esteve igualmente presente nas posições defendidas por Portugal no quadro do processo de revisão do Acordo de Cotonou. 2005-05-30 / 2005-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0587 - Relatório - As relações Europa-África: o caso de Angola, por António Raimundo e Patrícia Magalhães Ferreira . O presente relatório resume as ideias centrais do debate “As relações Europa-África: o caso de Angola”. A primeira sessão, sobre reconstrução pós-conflito e relações com Portugal, contou com as intervenções de Vítor Ramalho, que reflete sobre a importância das relações de Portugal com os países de expressão portuguesa para a política externa; de Hélder Oliveira, que examina a evolução do sistema financeiro nos dois países e o êxito do banco de fomento em Angola; João José Fernandes, que analisa as estratégias públicas e os movimentos da sociedade civil no combate à pobreza; e Ana Paula Fernandes, que expõe o contexto político atual do petróleo e os desafios da reconstrução. Na segunda sessão, sobre os desafios atuais e perspetivas futuras das relações Europa-África, Marc de Tollenaere reflete sobre estas relações, o contexto político da UE e da UA e os traços principais do acordo de Cotonou e do diálogo futuro entre as duas regiões; e Fernando Jorge Cardoso sublinha a retoma das linhas orientadoras da cooperação e reconstrução angolanas. 2005-04-18 / 2005-04-18

D. PT/ADN/IEEI/006/0588 - Relatório – As relações Europa-África: O caso de São Tomé e Príncipe, por António Raimundo e Rita Pais . O presente relatório resume as ideias centrais do debate “As relações Europa-África: O caso de São Tomé e Príncipe”. Na primeira sessão, subordinado ao tema do desenvolvimento com petróleo e as relações com Portugal, Aires de Menezes aborda cenários possíveis da exploração do petróleo em São Tomé e Príncipe (STP); Gerhard Seibert analisa a questão da transição de STP como beneficiário de ajuda internacional para o desenvolvimento para produtor de petróleo; Brígida Brito, aponta o turismo ecológico como estratégia de desenvolvimento de STP, como alternativa a outros sectores, como o do petróleo; Danilo Torres relaciona o aproveitamento do petróleo com a necessidade de uma estratégia de desenvolvimento científico. O segundo painel foi subordinado ao tema dos desafios atuais e perspetivas futuras das relações Europa-África. Neste, Marie-Laure de

Bergh apresentou o contexto institucional e político que rege, atualmente, o diálogo entre a UE e a UA; Adelino Torres apresentou algumas considerações sobre os problemas atuais do desenvolvimento em África. 2005-05-02 / 2005-05-02

D. PT/ADN/IEEI/006/0589 - Relatório - As Relações Europa-África: o Caso de Angola, por Rita Pais . O presente relatório resume as ideias centrais do debate “As Relações Europa-África: o Caso de Angola”. Na Sessão de Abertura, com intervenções de Manuel Ferreira Patrício, Maria Luís Figueiredo e Eduardo Beny, foram abordadas as questões da Língua Portuguesa e das relações históricas entre Angola e Portugal como canais de promoção da cooperação. No primeiro painel, subordinado ao tema "Desenvolvimento em Angola e as Relações com Portugal", Manuel Ennes Ferreira traçou o quadro macroeconómico angolano e teceu algumas considerações sobre a paz e a possibilidade de crescimento económico e Gonçalo Marques apresentou a perspetiva da sociedade civil no combate à pobreza. No segundo painel, debateram-se as relações Europa-África nos seus desafios atuais e perspetivas futuras. Neste, Marc de Tollenaere apresentou o contexto institucional que regula as relações Europa-África; e Fernando Jorge Cardoso traçou um quadro da relação entre conflitos e economia em África nos últimos cinco anos, salientando projetos novos e retomados nas teorias de desenvolvimento e princípios económicos. 2005-05-02 / 2005-05-02

D. PT/ADN/IEEI/006/0590 - Tendências do desenvolvimento em África, por Fernando Jorge Cardoso . O presente texto tem por objetivo perspetivar o rumo e as tendências de desenvolvimento de África nas décadas futuras, bem como este exercício de reflexão tem evoluído ao longo dos anos. Começa, assim, por fornecer uma perspetiva histórica sobre o desenvolvimento em África a partir da criação da Organização de Unidade Africana nos anos sessenta. A partir deste contexto, analisa-se quais as tendências na evolução de África nas primeiras décadas do presente século. A primeira delas decorre da natureza das economias africanas, que não têm capacidade para se desenvolver em contracorrente à economia mundial; a segunda decorre igualmente da evolução externa aos países africanos; a terceira tendência tem a ver com o binómio diferenciação – homogeneização dos blocos africanos; uma quarta tendência tem a ver com a democratização em curso; a quinta tendência situa-se no domínio dos conflitos violentos; uma sexta tendência tem a ver com a evolução do HIV/SIDA e das doenças mais graves no continente. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/006/0591 - A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: A vertente económico-empresarial, por Francisco Mantero . O presente texto tem por objetivo expor a vertente económico-empresarial das relações entre os países de língua portuguesa, nomeadamente como estas são expressas no Conselho Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e na criação de uma instituição financeira portuguesa nos moldes de uma EDFI (European Development Finance Institution). Para tal, na primeira parte, após fornecer uma breve contextualização do que é Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, debruça-se sobre o projeto de criação de um Conselho Empresarial, a sua constituição, objetivos, órgãos sociais que o compõem e os acordos celebrados com diferentes entidades até à data. Na segunda parte, expõe-se o enquadramento da criação de uma EDFI portuguesa, quais as outras EDFI existentes e em que moldes se compõem, a missão da EDFI portuguesa, os seus produtos financeiros e as suas macroestrutura e implementação expostas. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/006/0592 - 25 anos de política externa - Uma reflexão, por Gonçalo Santa-Clara Gomes . O presente texto procura avaliar não tanto como a política externa portuguesa foi conduzida durante os 25 anos dentro da União Europeia, mas se os interesses dessa política foram sempre bem identificados, se os objetivos foram claramente seguidos e se foram adotadas estratégias conformes com o poder real disponível a Portugal. Interessa particularmente descobrir se havia mais que podia ter sido feito e, nesse caso, porque não foi feito. Pretende assim fazer um contributo para uma reflexão que se considera dever ser periódica em todos os países: a da avaliação da evolução mundial e as suas linhas de força, dos seus interesses, dos seus objetivos desejáveis e possíveis, e da definição das estratégias a seguir numa política externa adequada aos seus interesses e capacidades. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/006/0593 - Portugal, o Brasil e os blocos regionais, por Manuel Porto . Partindo do contexto de progressiva abertura, mas também de crescente inserção regional, o presente texto reflete, por um lado, sobre a inserção de Portugal na União Europeia e, por outro, do Brasil no Mercosul, bem como as vantagens da relação com os mercados europeus e estadunidenses. O texto dá especial atenção ao Mercosul e à sua estratégia e ao papel naturalmente relevante do Brasil neste. Com relevo também para as oportunidades que poderão continuar a abrir-se à Europa, procura-se perceber qual será a estratégia que corresponderá melhor aos interesses dos países que dele fazem parte. Neste sentido, pergunta-se se se justifica continuar a despendar energias num bloco sub-regional, quando pode dispor-se do espaço mais alargado e mais rico de todas as Américas, incluindo o mercado dos Estados Unidos, o maior mercado do mundo. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/006/0594 - Timor-Leste como um test-case nas relações internacionais: o papel de Portugal, por Nuno Canas Mendes . O presente texto sintetiza a comunicação de Nuno Canas Mendes sobre o tópico das “Relações Bilaterais” na Sessão

Temática da XXIII Conferência Internacional de Lisboa. O objetivo desta é situar Portugal no contexto de mudança de paradigma das relações internacionais pós-queda do Muro de Berlim e fazer um balanço da sua atuação externa na sustentação do caso de Timor, tanto nos palcos multilaterais (ONU e UE) como bilaterais. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/006/0595 - Sahara Ocidental: O conflito esquecido, por Rui Novais . Trinta anos de ocupação ilegal marroquina, uma deliberação do Tribunal Internacional de Justiça, e diversas resoluções da ONU não foram suficientes para pôr termo ao exílio e negação da identidade do povo saraui, nem para resolver o conflito no Sahara Ocidental. O posicionamento português, pela aquiescência e letargia relativamente ao processo está mais próximo do reconhecimento de facto da integração da ex-colónia espanhola no Reino de Marrocos. Apesar de pragmática, tal postura caracteriza-se por um vazio ético principalmente quando comparada à atitude pró-ativa da diplomacia portuguesa em Timor-Leste. A proximidade temporal e as semelhanças entre os dois casos justificam que, no âmbito desta comunicação, a análise do posicionamento português relativamente ao Sahara Ocidental seja feita por contraposição à questão de Timor-Leste. Tal exercício comparativo é revelador da dualidade de critérios que caracterizam os 25 anos de política externa portuguesa face à questão saraui. Para tal, três exemplos são expostos relativamente à dualidade da posição portuguesa. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/006/0596 - Portugal e a China: A força dos chineses em Portugal, por Y Ping Chow . O presente texto reflete, brevemente, sobre os pontos comuns dos interesses de Portugal e da China e sobre o papel que os emigrantes chineses podem ter no aprofundamento destas relações, servindo de interlocutores entre os países e as comunidades. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/006/0597 - Intervenção de José Gregório Faria . O presente documento contém a transcrição da intervenção de José Gregório Faria na Sessão de Abertura na XXIII Conferência Internacional de Lisboa. Nesta congratula-se e resume-se o percurso do IEEI desde a sua criação em 1980. Destacam-se, neste âmbito, o empenho do Instituto nos debates que motivaram o país a respeito das prioridades de política externa de defesa, quer quanto às relações Euro-Atlânticas, quer quanto à aproximação e integração nas Comunidades Europeias, quer mesmo quanto às iniciativas Lusófonas de então. Menciona-se, ainda, o compromisso do instituto na análise das questões que se desenrolaram no pós-Guerra Fria, especialmente da nova ordem multilateral e dos processos de integração regional. Para além disso, menciona-se ainda o seu empenho nas questões relacionadas com os Direitos Humanos, a democratização e a liberdade de informação. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/006/0598 - Intervenção do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Prof. Doutor João Gomes Cravinho . O presente documento contém a transcrição da intervenção de João Gomes Cravinho na Sessão de Abertura na XXIII Conferência Internacional de Lisboa. Na comunicação aproveita-se a celebração dos 25 anos do IEEI, para discutir a questão da política externa portuguesa, um dos pontos essenciais do trabalho desenvolvido pelo Instituto. O seu contributo, simultaneamente europeísta e atlantista, refletiu, de facto, as vertentes fundamentais da política externa portuguesa, ancorando sempre o seu trabalho no pressuposto de que Portugal poderia valorizar a sua presença internacional se soubesse ser convictamente atlantista e europeu – sublinhando-se o contributo de José Calvet de Magalhães neste aspeto. Finalmente reflete-se sobre a continuidade da política externa portuguesa num mundo cada vez mais globalizado e em que as relações internacionais se espessam. Neste âmbito importa participar ativamente na governação internacional, compreendendo os nichos em que podemos fazer a diferença, utilizando inteligentemente os recursos disponíveis. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/006/0599 - Chineses overseas: actores globais privilegiados para o estabelecimento de parcerias de negócios na República Popular da China, por Luís Boavida . A dinâmica do chamado “milagre asiático” radica, em boa medida, no fenómeno das comunidades de negócios chinesas da diáspora. A problemática destas comunidades empresariais assume um particular interesse por três razões fulcrais: numa época de crescido interesse sobre migrações internacionais, a diáspora chinesa é um caso de sucesso; a emergência da China como potência global; e o seu carácter interpolar baseado numa lógica de network global oferecem às empresas ocidentais potenciais parceiros para a viabilização de adequadas e eficientes estratégias de penetração em mercados emergentes e dinâmicos. Com este contexto otimista em mente, o presente texto analisa a imigração chinesa no mundo e, em particular, em Portugal, o sucesso dos empresários chineses nos países de acolhimento e o interesse do aprofundamento das relações económicas e de cooperação euro-chinesas. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/006/0600 - Moçambique: Desafios e perspectivas de desenvolvimento, por Armando Guebuza . O presente texto trata-se da transcrição da intervenção do Presidente da República de Moçambique, Armando Guebuza, numa conferência organizada na Fundação Gulbenkian. Nesta, são abordados os desafios que se colocam a Moçambique e aos moçambicanos. Depois são enunciados os objetivos e os instrumentos da ação governativa moçambicana visando enfrentar os desafios

identificados. Conclui-se com uma apreciação das perspectivas que se abrem para o futuro de Moçambique. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/006/0601 - Intervenção de sua Excelência O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, por João Gomes Cravinho . O presente documento transcreve a intervenção de João Gomes Cravinho na Sessão de Abertura da Conferência “Diplomacia, Cooperação e Negócios - O papel dos actores externos em Angola”. Os três eixos centrais da conferência – cooperação, negócios e diplomacia –, são, assim, percebidos como expressão na chamada “diplomacia económica”. A presente intervenção tenta defender a diplomacia económica portuguesa do “mau nome” que tem em prol de um estudo aprofundado e fundamentado acerca daquelas que são as áreas de real intervenção da diplomacia económica portuguesa. Neste sentido são feitas algumas reflexões e comentários sobre os escopos da política de cooperação e do relacionamento internacional da diplomacia económica portuguesa, tomando o caso das relações diplomáticas com Angola e Moçambique a título de exemplo. 2006-03-27 / 2006-03-28

D. PT/ADN/IEEI/006/0602 - O papel dos actores externos em Angola: investimento e ajuda internacional, por Mário Pizarro . O presente texto divide-se em dois temas essenciais: o do crescimento económico em Angola e das perspectivas a médio prazo considerando este crescimento; e a questão das relações e política de cooperação com Portugal. Relativamente à situação atual de Angola, salienta-se o rápido crescimento do produto interno bruto, influenciado decisivamente pelo sector petrolífero; o aumento das receitas como resultado do aumento da produção de petróleo e da repartição diferenciada das despesas; e, no âmbito da ajuda ao desenvolvimento destaca-se a diminuição desta à medida que a exploração petrolífera permite uma maior autonomia. As perspectivas futuras para Angola apontam, por sua vez, não só para um grande crescimento da produção de petróleo, mas também, por força dos contratos de tipo Production Sharing Agreement. Finalmente, a relação com Portugal é considerada em três eixos: das estatísticas, dos sentimentos e da realidade. Não obstante, neste âmbito é sublinhada a desorganização e a falta de visão estratégica destas. 2006-03-27 / 2006-03-28

D. PT/ADN/IEEI/006/0603 - As lógicas de actuação externa em Angola e Moçambique, por Elizabeth Sidiropoulos . O presente texto incide sobre as relações externas da África do Sul e o que esta implica para as relações com Angola e Moçambique. Para tal é fornecido um contexto histórico tanto destas relações como das políticas das relações externas e regionais da África do Sul depois do Apartheid. África do Sul, que tem por vezes sido vista como o Big Brother na África Austral tem, não obstante, adotado uma postura multilateral, com grande ênfase nos órgãos da ONU, em arenas comerciais multilaterais, na SADEC, concentrando-se na União Africana. Neste contexto, o seu contributo é pensado tanto na abordagem dos desafios africanos, em geral, como em Moçambique e Angola, em particular. Ao passo que as relações com Angola se revestem de uma maior complexidade dado o passado histórico destas relações, as relações com Moçambique são caracterizadas pela cooperação e interesses comuns, sendo a África do Sul o maior investidor em Moçambique. 2006-03-27 / 2006-03-28

D. PT/ADN/IEEI/006/0604 - Painel de discussão: a concertação entre diplomacia, cooperação e negócios, por Fernando Marques da Costa . O presente texto tenta localizar o debate sobre a diplomacia económica na atuação das embaixadas portuguesas e dos atores de desenvolvimento. Neste contexto, o primeiro ponto do texto é o de que é bom que haja diversidade no trabalho os atores; não é bom que se crie uma ideia centralista de que é forçosamente útil que o Estado na sua ação diplomática tenha que articular o trabalho de todos estes atores. O segundo ponto tem que ver com a especificidade do paradigma português, num momento em que Portugal deve reformular aquele que tem sido o paradigma tradicional da cooperação empresarial. 2006-03-27 / 2006-03-28

D. PT/ADN/IEEI/006/0605 - As lógicas de actuação externa em Angola e Moçambique, por Jennifer Cooke . O presente texto faz uma breve abordagem geral sobre os interesses dos Estados Unidos em Angola e Moçambique, especialmente no contexto pós 11 de setembro e invasão do Iraque pela administração Bush. Tem, assim, por objetivo, não uma análise profunda, mas a elucidação sobre alguns exemplos em que iniciativas diplomáticas, interesses comerciais e programas de assistência, tanto públicos como privados, podem ajudar a reforçar tanto os Estados Unidos, como os países aliados. 2006-03-27 / 2006-03-28

D. PT/ADN/IEEI/006/0606 - ¿Preservando la paz? Haití y Colombia (Preservando a paz? Haiti e Colombia), por Andrés Malamud . A Colômbia e o Haiti são dois países latino-americanos com uma característica em comum: nenhum deles é representativo da região. No entanto, quando se faz referência a estes países presume-se que o elemento que os aproxima é a violência. Contudo, apesar da sua condição comum de sociedades violentas e Estados falhados, os casos da Colômbia e do Haiti apresentam mais diferenças do que semelhanças. É partindo deste contexto que se faz uma análise comparadas dos contrastes entre os dois países no que diz respeito aos fatores sociais e económicos. Esta análise comparativa tem por objetivo evitar associações automáticas entre pobreza e violência. Os conflitos internos e a fraqueza do Estado nestes países têm causas diferentes e, portanto, devem ser sujeitos a tratamentos diferentes. Enquanto no Haiti a falta de recursos é um problema

urgente, na Colômbia o problema reside no excedente de recursos das organizações armadas que desafiam a autoridade do Estado. 2006-03-02 / 2006-03-03

D. PT/ADN/IEEI/006/0607 - Notas de exposição, por Celso Lafer . Começando por definir geralmente a conjuntura do sistema internacional, enquanto sistema de heterogenia, heterogêneas vontades e tensões claras, o presente texto analisa a especificidade com a qual a incidência do sistema internacional – tal como é brevemente descrito – se faz sentir na União Europeia e na América Latina. No âmbito da UE salienta-se uma erosão, ou pelo menos uma contenção do escopo do projeto europeu como um bem público internacional, que coloca a questão da definição do espaço na agenda europeia para um relacionamento que vá para além da rotina dos interesses consolidados. Na região latino-americana, sublinham-se também as tensões que aumentam a sua dimensão de heterogeneidade e reflete-se sobre o atual estado do Mercosul que, pela sua origem e conceção, maior afinidade apresentava com a UE. Desta análise conclui-se que as tensões, ao invés das controvérsias, permeiam o sistema internacional, a UE e a América Latina, complicando o relacionamento cooperativo tanto multilateral como inter-regional. 2006-03-02 / 2006-03-03

D. PT/ADN/IEEI/006/0608 - AIP, por Jaime Lacerda . O presente texto reflete sobre os processos de negociações entre o Mercosul e a União Europeia e o impacto destas nas relações EU-Mercosul. Neste sentido, começa por analisar brevemente os 7 anos de negociações entre estes blocos, tanto a nível ministerial, como ao nível técnico, com especial atenção aos recuos na reunião negociação, a nível ministerial, (UE/Mercosul) que teve lugar em Lisboa em outubro de 2004; e os avanços conseguidos pela reunião, também a nível ministerial de 2 de setembro de 2005. No seguimento destas, desenham-se algumas considerações que procuram, de alguma forma, explicar estes atrasos e insucessos negociais. Tentando, depois, responder à questão de como desbloquear as negociações em curso, aponta-se como principal razão deste bloqueio a sobrevalorização do dossier agrícola. Finalmente, em forma de conclusão são distinguidos o curto e o médio/longo prazo quanto à influência das negociações no âmbito da OMC, sobre o acordo bi-regional UE-Mercosul. 2006-03-02 / 2006-03-03

D. PT/ADN/IEEI/006/0609 - Leader or Laggard? A brief assessment of the role of Latin America in the development and application of refugee laws (Líder ou Atrasado? Uma breve avaliação do papel da América Latina no desenvolvimento e aplicação das leis relativas aos refugiados), por Mike Mecham . Historicamente os países da latino-americanos têm estado na vanguarda dos desenvolvimentos dos direitos humanos internacionais e proteção de refugiados. Contudo, em ambos os casos, tem havido um aparente paradoxo de não-implementação e violação. A Declaração de Cartagena sobre Refugiados de 1984 deu destaque à América Latina ao procurar, com uma definição alargada de refugiado, ajudar a aliviar a crise centro-americana. Desde então, os Estados da região têm achado necessário, em sucessivas ocasiões, re-declarar o seu compromisso com os princípios nele consagrados. Não obstante, ainda não existe um acordo regional compreensivo relativamente à questão dos refugiados, nem parece haver consistência ou uniformidade na incorporação de instrumentos, tanto regionais como universais, na legislação nacional. Este breve artigo procura avaliar o papel desempenhado pela América Latina no desenvolvimento do direito de asilo e dos refugiados, quer tenha sido líder ou retardatário, e como os países da região traduziram normas transnacionais em legislação e procedimentos nacionais eficazes. 2006-03-02 / 2006-03-03

D. PT/ADN/IEEI/006/0610 - Governação Multilateral Eficaz: O Caminho a Seguir - Manter a Paz? Haiti, por Tânia Felício . O presente texto olha brevemente para a presente cooperação entre as Nações Unidas e as organizações regionais nas matérias de paz e segurança no contexto de “um mecanismo de segurança global-regional”, de modo a aplicar essa cooperação ao caso do Haiti. Para esse fim, é analisada a resposta dada por estes atores, os quais fizeram parte deste processo de cooperação global-regional nas duas fases da crise do Haiti. Esta abordagem permite uma análise vertical (global/regional/sub-regional) e uma análise horizontal (inter-regional) da resposta da comunidade internacional. O caso do Haiti é um exemplo claro do desenvolvimento desta parceria da ONU com as organizações parceiras americanas – a OAS e a CARICOM. O objetivo é, portanto, determinar se a cooperação entre a ONU e as organizações regionais funciona; se as organizações regionais foram capazes de responder de forma eficaz ao fosso criado pelas limitações globais e, no fundo, se a cooperação regional é uma alternativa real às limitações da ação global. 2006-03-02 / 2006-03-03

D. PT/ADN/IEEI/006/0611 - Gobernabilidad para el Desarrollo: The EU and Latin America (Governação para o Desenvolvimento: A UE e a América Latina), por Laurence Whitehead . Partindo das drásticas mudanças na política internacional, principalmente no que diz respeito à política externa americana e o seu impacto nas relações internacionais, desde a primeira Cimeira Euro-Latino-Americana de 1999, bem como o contexto e perspetivas da Cimeira, o incentivo europeu e o incentivo latino-americano relativamente à cooperação bi-regional, o presente texto procura perceber o racional subjacente a esta cooperação, os seus objetivos e de que forma esta cooperação devem encaminhar-se. O principal objetivo da cooperação euro-latino-americana e da Cimeira de Viena deve ser, então, a “gobernabilidad para el desarrollo”, a qual passa por uma reafirmação das intenções estratégicas da parceria, um processo de mútua consultoria focado nos interesses comuns, o estabelecimento de um Painel de Alto Nível da EULAC sobre Competitividade Comercial e Coesão Social, o reforço dos mecanismos internacionais de ajuda em

caso de catástrofes naturais, pela redução da pobreza, a reavaliação da questão da migração internacional dentro de um quadro bi-regional e do consequente crime transnacional. 2006-03-02 / 2006-03-03

D. PT/ADN/IEEI/006/0612 - A China como Membro da OMC, por Vera Thorstensen . O presente texto reflete sobre a entrada da China na OMC e de como a sua atuação como membro pleno demonstram o impacto da sua adesão na organização e para a sua economia interna. Após um processo de acessão complicado, a China encontra-se em processo de aprendizagem de como conquistar mercados no exterior e atrair investimentos. Mais importante ainda é usar as regras estabelecidas para estabilizar as relações internacionais e não permitir que seja tratada de forma discriminada. O posicionamento da China nas negociações da Rodada demonstra o seu interesse e a redundância de assumir os compromissos dos países de acessão mais antiga – como aconteceu na agricultura. É também de interesse a reforma de regimes que restringem as suas exportações. Por outro lado, defende um melhor acesso aos mercados de produtos e serviços dos outros membros e a redução de tarifas. 2006-03-02 / 2006-03-03

D. PT/ADN/IEEI/006/0613 - The responsibility to contribute (A responsabilidade de contribuir), por Robert Matthews . A crise alimentar demonstra que as velhas dificuldades permanecem e renascem com força acrescida à medida que o sistema internacional evolui rapidamente, mas sem sinais de ser capaz de lidar com estas dificuldades. Ao mesmo tempo colocar o terrorismo – e a resposta ao mesmo – no centro da agenda da segurança nacional e transnacional tem subordinado eficazmente os problemas estruturais dos países que são, ultimamente, mais perigosos, tais como o do conflito étnico e religioso, má governança do ambiente, luta sobre recursos, pobreza opressiva e constante marginalização dos povos mundiais. As consequências destas questões podem ser notadas na instabilidade global, no decrescente espaço de manobra por parte da UE e dos Estados Unidos e da fragilização do sistema global. É partindo dos argumentos apresentados que o presente texto procura responsabilizar os atores internacionais, como a UE e os Estados Unidos, no sentido da resolução destas questões através do enraizamento e proliferação da social-democracia. 2008-06-25 / 2008-06-25

D. PT/ADN/IEEI/006/0614 - Background paper - Reinventar a Ordem Multilateral EUA, Europa, 2009 Reencontro de vontades, por IEEI . O presente texto introduz o tema da XXVI Conferência Internacional de Lisboa. Esta conferência tem por objetivo identificar as alterações no clima internacional no sentido da afirmação de um multilateralismo consequente que advém do forte impulso de mudança na liderança americana e de uma esperada reafirmação da União Europeia na esfera mundial. Procura, à luz dos intensos debates que nos Estados Unidos e na Europa, e um pouco por todo o mundo, surgiram neste último ano, antever o alcance dos impactos da mudança esperada, que em parte o resultado das eleições presidenciais americanas causou já, levando em conta aquilo que não se podia sequer conjecturar antes de conhecido o nome do próximo presidente dos Estados Unidos da América. 2008-12-02 / 2008-12-03

D. PT/ADN/IEEI/006/0615 - Multilateralismo «com dentes» –Um Projecto para a Identidade Internacional da União Europeia, por Alfredo Valladão . O multilateralismo clássico, fundado na ideia de um pacto intergovernamental, não está a ser capaz de responder aos novos desafios de um mundo cada vez mais interdependente. Hoje, as questões centrais para a comunidade internacional são como enfrentar as novas ameaças, coletivamente e de maneira credível, como definir as condições do uso legítimo da força e como organizar as ações de coerção em caso de necessidade. O problema é que as grandes ferramentas institucionais internacionais não estão mais adaptadas aos novos tempos. Neste contexto, o presente artigo reflete quais são as respostas possíveis a nível internacional, as quais têm, infelizmente, caído num unilateralismo de contrapostos – ora do imperialismo americano, ora da Europa potência. O que é possível retirar da crise iraniana, não obstante, é que frente aos novos desafios da segurança internacional, não é mais possível retornar ao multilateralismo clássico, um sistema híbrido que tenta coletivizar regras e processos universais sem um aparelho de coerção próprio. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0616 - Um Rectângulo Perigoso? A UE e os EUA no Mediterrâneo, por Bruno Cardoso Reis . Partindo da premissa que se há uma região em que a coordenação de políticas no seio da NATO e da UE (e entre estas duas organizações) é simultaneamente difícil e importante é a do Mediterrâneo, o presente texto reflete sobre a relação entre os principais atores internacionais – nomeadamente a UE, a NATO e os Estados Unidos – e o papel destes no Mediterrâneo, especialmente à luz da crise iraquiana. Deste modo pretende responder a três questões essenciais: A UE e a Aliança Atlântica têm futuro como atores internacionais, particularmente no quadro do Mediterrâneo? Qual a perceção da UE e dos EUA dos seus interesses na região mediterrânica? Há realmente uma estratégia europeia e norte-americana para esta região?. 2003-03-07 / 2003-03-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0617 - Note on the meltdown of the Indonesian economy: causes, impacts and responses (Nota sobre o colapso da economia indonésia: causas, impactos e respostas), por Anwar Nasution . Este documento trata das crises inter-relacionadas que a Indonésia está a atravessar: política, com a remoção do regime do Presidente Suharto, e economia, sendo

esta última o foco principal. As causas da crise económica são abordadas com a utilização de dados quantitativos. 1998-10-26 / 1998-10-27

D. PT/ADN/IEEI/006/0618 - The causes and consequences of Indonesia's economic crisis (As causas e consequências da crise económica da Indonésia), por Anne Booth. Este documento é uma análise extensiva da crise económica asiática de 1997, centrando-se no caso da Indonésia. Para além do contexto sobre a região e a situação dos diferentes países, é feita uma breve comparação entre eles e entre outros grupos regionais, utilizando várias vezes artigos de imprensa especializada. Para a Indonésia, são analisados problemas internos, tais como más práticas bancárias, sinais de aquecimento e problemas externos, o FMI. Finalmente, a questão permanece: o que resta do milagre indonésio?. 1998-10-26 / 1998-10-27

D. PT/ADN/IEEI/006/0619 - Lista de Participantes – A Crise de Timor e a Democratização da Indonésia, por IEEI . O presente documento é a lista de participantes na conferência intitulada “A Crise de Timor e a Democratização da Indonésia”, realizada a 17 de setembro de 1999 na Fundação Calouste Gulbenkian. 1999-09-07 / 1999-09-07

D. PT/ADN/IEEI/006/0620 - List of participants – The European Union and the political transition in Indonesia (Lista de participantes - A União Europeia e a transição política na Indonésia), por IEEI . Este documento é a lista dos participantes na conferência intitulada "A União Europeia e a transição política na Indonésia", realizada a 29 e 30 de Março de 1999 em Londres, organizada pelo Royal Institute of International Affairs e pelo IEEI. 1999-03-29 / 1999-03-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0621 - List of Indonesian participants – The European Union and the political transition in Indonesia (Lista de participantes indonésios - A União Europeia e a transição política na Indonésia), por IEEI . Este documento é a lista dos participantes indonésios na conferência intitulada "A União Europeia e a transição política na Indonésia", realizada a 29 e 30 de Março de 1999 em Londres, organizada pelo Royal Institute of International Affairs e pelo IEEI. 1999-03-29 / 1999-03-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0622 - Programme of the conference – The European Union and the political transition in Indonesia (Programa da conferência - A União Europeia e a transição política na Indonésia), por IEEI . Este documento é a lista dos participantes indonésios na conferência intitulada "A União Europeia e a transição política na Indonésia", realizada a 29 e 30 de Março de 1999 em Londres, organizada pelo Royal Institute of International Affairs e pelo IEEI. 1999-03-29 / 1999-03-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0623 - O Portugal dos Emigrantes Portugueses, por Fernando Moura . A imagem de Portugal é a imagem de uma «nação-navio» de uma nação em cuja narrativa a “ânsia permanente da distância, de outros mundos, de outras vidas” torna a questão identitária evidentemente sempre controversa: há um pouco de outros «mundos» nesse Portugal das comunidades luso-descendentes. É neste contexto que o presente texto analisa o conceito de identidade, especialmente o de identidade nacional, como esta é formada constante e reflexivamente, e de que forma esta se apresenta para os emigrantes portugueses. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/006/0624 - Migrações, Diversidade e Cosmopolitismo na Cidade de Lisboa, por Francisco Lima da Costa . A relação entre globalização e cosmopolitismo, o crescimento dos fluxos migratórios e a diversidade daí decorrente, são alguns dos temas incontornáveis no dealbar do século XXI. O estudo dos mercados etnoculturais, decorrentes dos fluxos migratórios, coloca em evidência o contributo que a diversidade e cosmopolitismo dos migrantes envolvidos trazem para a oferta de lazer urbano. De facto, os mercados etnoculturais vão ganhando cada vez maior expressão. Atualmente vários discursos individuais e institucionais tendem a valorizar a diversidade. Tal processo é bem evidente no brandmarketing da cidade de Lisboa. Há, no entanto, que não esquecer que as tensões entre “as identidades monolíticas” e “as identidades cosmopolitas” permanecem e não são um aspeto fácil da questão. Pretender “vender” a ideia de uma cidade cosmopolita e, ao mesmo tempo, praticar uma gestão do território que limita a expressão da diversidade é uma contradição nos termos que pode transformar-se num potencial de conflito significativo. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/006/0625 - Dos Direitos Humanos dos Imigrantes e das Minorias Sociais e Étnicas: para Quando uma Cidadania Universal?, por Karina Carvalho . É uma ideia consensual que vivemos perante um enquadramento novo na organização do mundo. Os últimos trinta anos caracterizaram-se pela intensificação sem precedentes das relações transnacionais, a par de uma completa reconfiguração do modo como Estados, governos, povos, passaram a conceber-se a si mesmos. Neste contexto, as migrações internacionais assumem-se como uma das dimensões e um dos processos da globalização, tornando evidente a tensão entre os modos de regulação nacionais e as consequências dos modelos de regulação internacional subscritos. Mais importante, é imperativo distinguir, pelo menos em termos analíticos os aspetos político-económicos e socioculturais do

fenômeno migratório. É neste sentido que o presente texto reflete, por um lado, sobre aquelas que têm sido as características da regulamentação e entendimento dos fluxos migratórios ao longo das últimas três décadas e, por outro lado, o paradoxo das sociedades contemporâneas entre as potencialidades desencadeadas pela globalização e o caráter ainda nacional das reivindicações e garantias no âmbito dos direitos humanos. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/006/0626 - Diversidade Cultural e Museus das Migrações, por Miguel Monteiro . As conclusões do encontro de especialistas de Museus das Migrações promovido pela UNESCO-IOM consideraram que a tendência atual no desenvolvimento deste tipo de museus “pode contribuir para a criação de uma identidade nova e múltipla, tanto a nível individual como coletivo.” Estes têm três objetivos essenciais, para além do dever da memória: “dar a conhecer, incluir e integrar e construir uma consciência.” É neste contexto que o presente texto reflete sobre as atitudes perante os migrantes que têm, não raras vezes, sido constituída numa estrutura dicotômica que constrói fronteiras culturais e reforçam separatismos, bem como sobre as novas vivências de comunicação intercultural. É neste âmbito que se destaca o papel dos Museus das Migrações enquanto lugares privilegiados para a comunicação intercultural, inscrita no estudo e divulgação fundada nas marcas culturais de origem dos migrantes e no território de acolhimento que dá sentido à comunicação intercultural e estrutura a identidade múltipla. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/006/0627 - Mecanismos Locais de Apoio à Integração das Populações Migrantes: os “Pactos Territoriais para o Diálogo Intercultural, por Paula Moura . Sendo as migrações internacionais um dado de facto do nosso quotidiano, a diversidade cultural num mesmo espaço que delas resulta passou a constituir característica das nossas sociedades. Ora as democracias exigem uma adequada gestão dessa diversidade. Mas como a história e a nossa própria experiência nos mostram, uma tal gestão não surge sem vontade comum nesse sentido, sem reconhecimento coerente da sua necessidade a nível individual e a nível institucional, nem sem instrumentos que a ponham em prática. Assim, no âmbito do Projeto EQUAL “Migrações e Desenvolvimento” foi concebida e testada uma prática com o objetivo de promover uma cultura de convivência e de diálogo intercultural. É sobre esta prática, designada “Pactos Territoriais para o Diálogo Intercultural”, que o presente texto se debruça. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/006/0628 - O País dos Camarades, por Paulo Moura . O presente texto faz uma reflexão sobre o sentimento daqueles imigrantes que passam fronteira atrás de fronteira até à chegada à última fronteira, a Europa. A este grupo que passa as fronteiras, muitas vezes sem documentação, dá-se o nome simbólico de “país dos camarades”, um país que se move em busca de uma Europa onírica da igualdade e da justiça. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/006/0629 - Babel revisitada, por Sam Cyrus . Milhares de anos depois do relatado no mito de Babel, a humanidade, uma vez mais, encontra, no ocidente, a figura da imigração; saem de onde compartilham as coisas e dirigem-se ao local da confusão dos idiomas, dos costumes, das tradições e dos valores. À medida que esse número de imigrantes vai aumentando, o fenómeno vai-se tornando cada vez mais complexo: uma panóplia de situações que pode ir da discriminação à integração. Ultrapassada a discriminação e a segregação advogada por alguns, deve-se entender que tolerar não implica aceitar a diferença. É neste contexto que o presente texto reflete sobre de que forma é necessário passar de um modelo de tolerância e de poder que precariza a integração dos imigrantes nas comunidades de acolhimento, para um modelo de crescimento que preconize a unidade na diversidade e a possibilidade de crescimento e de diálogo. Perante este modelo, as diferenças não são toleradas ou simplesmente aceites: senão incentivadas e apreciadas. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/006/0630 - Para Ser é Preciso Pertencer, por Sofia Branco . A migração num contexto de globalização é o grande desafio mundial e uma das questões que mais debate suscitará na Europa do futuro, quer entre Estados, quer entre o Estado e os cidadãos. A ausência de uma política migratória concertada e sistemática, com uma linha bem definida, é a regra. É neste contexto, marcado por esta ausência, que o presente texto se debruça sobre as questões da migração, de um ponto de vista da regulação, integração e proteção dos direitos dos imigrantes ao nível tanto europeu como internacional. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/006/0631 - A Ironia Étnica do Fim da História, por Tiago Santos . De há dez anos a esta parte a imigração foi elevada à condição de problema social no espaço público português. Tomando como ponto de partida a profunda ligação entre o tema da imigração com a sociologia de um ponto de vista da investigação, o presente texto procura questionar algumas premissas de base que não questionamos, pressupostos que fazem parte do não dito e que, se questionados, nos deixam em crise ontológica. Alguns exemplos das perguntas que não fazemos são, desde logo: é a imigração um fenómeno socialmente relevante? Ou: será que categorias como imigrante ou grupo étnico detêm algum valor heurístico do ponto de vista sociológico? Para dar resposta a estas perguntas a questão da imigração e do tratamento dos imigrantes nas sociedades de

acolhimento são subordinadas e pensadas à luz das estruturas pré-existentes destas sociedades de acolhimento e da sua estratificação socioeconómica específica, tomando Portugal como caso de exemplo. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/006/0632 - Pax atlantica, por Nuno Filipe Medeiros Martins . Após a desintegração da URSS, rapidamente as relações internacionais tomaram outro rumo. Apesar do incremento de poder por parte de algumas potências regionais, estes países encontram-se longe de igualar o incomensurável poderio norte-americano. Assumir a “multipolaridade” do sistema internacional será uma imprecisão de avaliação; o paradigma unipolar modificou-se e caracteriza-se, hoje, por uma perda de “poder de atração”. Partindo desta premissa inicial, o presente texto sustenta que o sistema multipolar no sistema deve ser descartado, dado o seu risco para a segurança internacional, e, ao invés, o subsistema europeu e o Estado norte-americano deverão fundir-se numa área já projetada pelos especialistas: o Subsistema Atlântico, centro do sistema internacional. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/006/0633 - Os Objectivos do Milénio e o Sector Privado, por Francisco Mantero . Cerca de 1,2 biliões de pessoas vivem com menos de US\$ 1 por dia. Tendo em conta esta realidade, os delegados ao World Economic Forum de Davos de 2005 consideraram que o combate contra a pobreza “é o primeiro e o mais importante dos problemas globais que tem que ser resolvido no mundo”. O que pode então fazer o sector privado para combater e reduzir a pobreza? Não será essa uma missão da responsabilidade dos Governos através de financiamentos públicos? Decorreram já 5 anos sobre o compromisso assumido pela Assembleia Geral das Nações Unidas relativamente aos 8 Objectivos do Milénio. As Conferências das Nações Unidas sobre Desenvolvimento realçaram a importância crescente do sector privado nos processos de desenvolvimento. Neste âmbito, o presente texto reflete sobre o papel do setor privado e do seu crescimento na criação de bases necessárias para alcançar os Objectivos do Milénio, sem que este signifique uma negligência dos fundos públicos. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/006/0634 - Part I - Donor Engagement in situations of fragility: issues, challenges and findings (Parte I - Envolvimento dos doadores em situações de fragilidade: questões, desafios e conclusões), por Fernanda Faria e Patrícia Magalhães Ferreira . A fragilidade do Estado tem ganho uma relevância política e estratégica crescentes na política mundial. É atualmente reconhecido que a responsabilidade primordial para evitar o falhanço do Estado reside nos próprios países, mas também na comunidade internacional no apoio à liderança responsável. É neste contexto que o primeiro capítulo do livro Situations of Fragility: Challenges for an European Response Strategy lida com a questão das situações de fragilidade, nomeadamente do contexto conceptual e prático, que caracterizam a chamada “fragilidade”, e de como estas situações podem e devem ser endereçadas pela comunidade internacional, pelos chamados “doadores”. Analisam-se, portanto, as estratégias dos países doadores, bem como quais os desafios e dilemas destes, com especial atenção ao nível europeu. Finalmente argumenta-se a favor de uma abordagem à fragilidade que passe por uma avaliação dos contextos específicos e que enderecem reformas a longo prazo ao nível da democracia e da governança e construção dos Estados. 2007-12-01 / 2007-12-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0635 - Selected Bibliography (Bibliografia Seleccionada), por Fernanda Faria e Patrícia Magalhães Ferreira . O presente documento compila a bibliografia de apoio ao estudo Situations of Fragility: Challenges for an European Response Strategy. A bibliografia divide-se em 5 assuntos: questões gerais e conceptuais; sobre as abordagens dos doadores e dos beneficiários; sobre a resposta da União Europeia; documentos oficiais da UE; e casos de estudo. 2007-12-01 / 2007-12-01

D. PT/ADN/IEEI/006/0636 - Global governance and multi-regionalism the impact of economic international institutions: the case of the WTO (Governança global e multi-regionalismo o impacto das instituições económicas internacionais: o caso da OMC), por Vera Thorstensen . O objetivo deste artigo é levantar e discutir os principais pontos sobre o papel da Organização Mundial do Comércio (OMC) enquanto ator internacional. Começa com uma síntese das questões chave relativas à globalização e à necessidade de uma melhor governança global para dar resposta aos desafios que esta apresenta. De seguida, examina a OMC e as questões comerciais mais relevantes que têm vindo a ser negociadas ou que estão ainda em negociação, com ênfase nas oito das principais questões relacionadas com a governança global no contexto da OMC. vez que o sistema comercial não é só formado por parceiros multilaterais, mas também regionais, o debate “multilateralismo versus regionalismo” é igualmente examinado, particularmente a questão das regras comerciais. Depois são analisados os principais desafios apontados pelos críticos globais da OMC. O artigo termina com algumas recomendações. Para concluir, também apresenta de que forma a Comunidade Europeia e o Mercosul podem lidar com tais desafios através da sua relação bi-regional. 01-03-2006 / 01-03-2006

D. PT/ADN/IEEI/006/0637 - ¿Cuánta seguridad necesita nuestra libertad? (De quanta segurança precisa a nossa liberdade?), por José Fernández Veja . A chocante renúncia à luta armada anunciada pelo IRA dentro de dias após as explosões de julho de 2005 é simbólica da nova fase em que o terrorismo entrou. O novo terrorismo não persegue os objetivos clássicos nacionalistas ou revolucionários, mas político-religiosos ou milenaristas. Ao mesmo tempo isto produziu mudanças no sistema internacional e na segurança internacional. No seu conjunto, estas mudanças, que afetam valores vitais para a identidade política ocidental,

produzem o que parece ser um novo equilíbrio (ou desequilíbrio) entre a vigilância e os direitos civis. Este equilíbrio está historicamente inscrito na relação difícil entre liberdade e segurança. Mas estes polos estão agora tensos até ao limite pelas respostas à nova onda de ataques terroristas. As restrições autoimpostas à ação repressiva do Estado para dentro, que estes sistemas foram levados a ceder nos últimos anos em nome da segurança e do contraterrorismo, são aqui exploradas. As suas consequências são de facto incalculáveis para a autodefinição ocidental. 01-03-2006 / 01-03-2006

D. PT/ADN/IEEI/006/0638 - Annex II (Anexo II), por Alexandra Barahona de Brito . O presente anexo compila os documentos sobre as comissões das Nações Unidas e as resoluções adotadas nas Comissões de direitos humanos, utilizados na primeira conferência de Alto Nível da rede EULARO organizada pelo IEEI, dedicada às questões do multilateralismo e da governança global. Inclui, deste modo, a lista de países, de acordo com as regiões respetivas a que pertencem, que participaram nas Comissões de Direitos Humanos da ONU e das resoluções adotadas, por resolução e grupo regional, da 50ª à 60ª. 01-03-2006 / 01-03-2006

D. PT/ADN/IEEI/006/0639 - Nota Prévia, por António de Siqueira Freire . O presente texto apresenta algumas breves considerações sobre os trabalhos até agora empreendidos pelo IEEI no que respeita às relações entre a Europa e a América Latina o seu alcance e as suas perspetivas futuras, nomeadamente no primeiro e segundo Fórum Euro-Latino-Americano. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0640 - Report Third Euro-Latin American Forum - Open integration: The European Union and the Mercosul and the international system (Relatório Terceiro Fórum Euro-Latino-Americano - Integração aberta: A União Europeia e o Mercosul e o sistema internacional), por IEEI . O foco da análise do presente relatório é o conceito de integração. É dada especial atenção às duas experiências distintas da União Europeia e do Mercosul. Com base numa análise destas duas experiências, uma de quarenta anos de realização e a outra ainda em fase de formação, é examinado um novo conceito: A integração aberta como fator-chave que contribui para a reorganização e estabilização do sistema internacional. O relatório tem três objetivos principais. Primeiro, contribuir para o presente debate internacional, refletindo sobre a integração aberta. Argumentar-se-á que, apesar das atuais complexidades do sistema internacional, a integração representa um caminho viável para a sua reorganização e estabilização. Segundo, mostrar que a integração não é uma panaceia para todos os males. Finalmente, para argumentar que, num mundo que parece cada vez mais estruturado segundo linhas hemisféricas, é necessária uma nova parceria entre a UE e o Mercosul, que pode ser traduzida concretamente numa zona de comércio livre qualificada. 01-03-1995 / 01-03-1995

D. PT/ADN/IEEI/006/0641 - Informe: IV Forum Euro-Latinoamericano – “Además del comercio: ampliar las relaciones Europa-Mercosur” (Relatório: IV Fórum Euro-Latino-Americano - "Para além do comércio: alargando as relações Europa-Mercosul".), por IEEI . O presente artigo é o relatório do IV Forum Euro-Latino-Americano – “Além do Comércio: Ampliar as relações Europa-Mercosul”, que teve como objetivo desenvolver uma visão integrada do relacionamento entre a União Europeia e o Mercosul. Assim, para além das tradicionais relações comerciais, foi abordada a cooperação nos campos financeiro, político, de paz e de segurança. Considerou-se essencial analisar o estado da integração no Mercosul e na União Europeia, bem como o das relações comerciais entre os dois espaços integrados. 01-11-1996 / 01-11-1996

D. PT/ADN/IEEI/006/0642 - Fourth Euro-Latin American Forum - A Report – “Reinforcing the Euro–Mercosul partnership: Beyond trade” (Quarto Fórum Euro-Latino-Americano - Um relatório - "Reforçar a parceria Euro-Mercosul: Para além do comércio")

Relatório: IV Fórum Euro-Latino-Americano - "Para além do comércio: alargando as relações Europa-Mercosul"), por IEEI . O presente artigo é o relatório do IV Forum Euro-Latino-Americano – “Além do Comércio: Ampliar as relações Europa-Mercosul”, que teve como objetivo desenvolver uma visão integrada do relacionamento entre a União Europeia e o Mercosul. Assim, para além das tradicionais relações comerciais, foi abordada a cooperação nos campos financeiro, político, de paz e de segurança. Considerou-se essencial analisar o estado da integração no Mercosul e na União Europeia, bem como o das relações comerciais entre os dois espaços integrados. 01-11-1996 / 01-11-1996

D. PT/ADN/IEEI/006/0643 - Informe: V Forum Euro-Latinoamericano - El nuevo multilateralismo: la Unión Europea y el Mercosur (Relatório: V Fórum Euro-Latino-Americano - O novo multilateralismo: a União Europeia e o Mercosul), por IEEI . O presente relatório baseia-se no trabalho dos investigadores no contexto do VI Fórum Euro-Latino-Americano (1999-2001), intitulado A União Europeia, o Mercosul e o Novo Multilateralismo. Faz-se uma contextualização conceptual dos diferentes tipos de multilateralismo e regionalismo, quais as suas funções em termos de responsabilidade internacional e soberania. Aborda-se o papel da UE e do Mercosul nestas questões. Por último, é feita uma listagem extensiva dos temas e conceitos abordados ao longo do Fórum. 01-01-2001 / 31-12-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0644 - Investimentos, inovação e mudanças sociais, por Isabel Salavisa Lança (coord.), Ricardo Migueis, Miguel Santos Neves e Ana Saint-Maurice . Este relatório é uma publicação do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI), no âmbito do projeto Investimentos, Inovação e Mudanças Sociais que contou com a colaboração do Instituto de Estudos Económicos e Internacionais de São Paulo, da Universidade do Minho e do Forum Euro-Latino-Americano, uma coorganização do IEEI e do Instituto Roberto Simonsen da Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo (FIESP). Este relatório apresenta os principais resultados do projeto “Investimentos, Inovação e Mudanças Sociais”, cujo objetivo central consistiu em identificar o papel dos investimentos diretos estrangeiros como veículos de transferência de tecnologia e de inovação nos processos de integração regional e de desenvolvimento, partindo da análise comparativa das experiências da União Europeia e do Mercado Comum do Sul, a nível regional, e de Portugal e do Brasil, a nível nacional. 01-12-2004 / 01-12-2004

D. PT/ADN/IEEI/006/0645 - Introdução, por Isabel Salavisa Lança (coord.), Ricardo Migueis, Miguel Santos Neves e Ana Saint-Maurice . O presente texto serve como introdução ao relatório Investimentos, Inovação e Mudanças Sociais, cujo objetivo era o de identificar o papel dos investimentos diretos estrangeiros como veículos de transferência de tecnologia e de inovação nos processos de integração regional e de desenvolvimento, partindo da análise comparativa das experiências da União Europeia e do Mercado Comum do Sul, a nível regional, e de Portugal e do Brasil, a nível nacional. Delineia, deste modo, o contexto geral das relações e investimentos entre Portugal e o Brasil, nomeadamente no que diz respeito à partilha de conhecimento e à cooperação no plano científico, tecnológico e cultural. Portugal e o Brasil estão, por outro lado, integrados em blocos económicos muito vastos, e esse é outro dos principais aspetos a que este estudo se dedica: o das relações entre a União Europeia e o Mercosul. 01-12-2004 / 01-12-2004

D. PT/ADN/IEEI/006/0646 - Investimentos, comércio, inovação e integração regional, por Isabel Salavisa Lança (coord.), Ricardo Migueis, Miguel Santos Neves e Ana Saint-Maurice . Tomando como contexto as relações de investimento e cooperação entre Portugal e o Brasil, e, no contexto regional em que estes países se inserem, entre a União Europeia e o Mercosul, o segundo capítulo do livro Investimentos, Inovação e Mudanças Sociais aborda as relações entre o investimento direto estrangeiro (IDE), o comércio internacional, a inovação e a integração regional, tanto no que se refere ao panorama mundial, como especificamente ao caso das relações entre Portugal e o Brasil, por um lado, e a UE e o Mercosul, por outro. 01-12-2004 / 01-12-2004

D. PT/ADN/IEEI/006/0647 - Relançar a cooperação: a Estratégia de Lisboa e as relações UE/Mercosul, por Isabel Salavisa Lança (coord.), Ricardo Migueis, Miguel Santos Neves e Ana Saint-Maurice . O quinto capítulo do relatório Investimentos, Inovação e Mudanças Sociais dedica-se à análise da Estratégia de Lisboa e, em particular, às suas virtualidades para apoiar formas de cooperação novas entre a União Europeia e o Mercosul. 01-12-2004 / 01-12-2004

D. PT/ADN/IEEI/006/0648 - Conclusões, por Isabel Salavisa Lança (coord.), Ricardo Migueis, Miguel Santos Neves e Ana Saint-Maurice . Nas conclusões do relatório Investimentos, Inovação e Mudanças Sociais faz-se um balanço provisório do conjunto de reflexões, ensinamentos e pistas de aplicação para que o estudo aponta, designadamente na formulação de políticas, tanto ao nível nacional como ao nível do desenvolvimento de relações cooperativas entre dois espaços muito relevantes em termos internacionais. Estas podem suscitar reflexões e pistas para trabalhos futuros e contribuir para a formulação e acompanhamento de políticas, programas ou medidas de apoio ao incremento das relações entre Portugal e o Brasil, por um lado, e entre a União Europeia e o Mercosul, por outro. 01-12-2004 / 01-12-2004

D. PT/ADN/IEEI/006/0649 - Anexo – opções metodológicas, por Isabel Salavisa Lança (coord.), Ricardo Migueis, Miguel Santos Neves e Ana Saint-Maurice . O presente documento funciona como anexo do relatório Investimentos, Inovação e Mudanças Sociais e expõe as opções metodológicas tomadas na elaboração do relatório. A metodologia foi escolhida com base na sua capacidade de analisar com objetividade a experiência das empresas portuguesas no Brasil e brasileiras em Portugal. Assim, um dos principais instrumentos para a concretização do projeto consistiu num questionário efetuado junto das empresas. O método escolhido para aplicação do questionário foi a entrevista pessoal. No entanto, o trabalho incluiu também entrevistas com académicos, dirigentes públicos e outros especialistas nas diversas matérias relativas ao projeto. Procurou-se, desse modo, conhecer por dentro o processo de internacionalização e a articulação das redes de inovação e investimento no Brasil. Foram ainda organizadas iniciativas relacionadas com o projeto e utilizadas outras fontes relevantes. 01-12-2004 / 01-12-2004

D. PT/ADN/IEEI/006/0650 - Referências bibliográficas, por Isabel Salavisa Lança (coord.), Ricardo Migueis, Miguel Santos Neves e Ana Saint-Maurice . O presente texto compila as referências bibliográficas utilizadas no estudo levado a cabo pelo relatório Investimentos, Inovação e Mudanças Sociais. 01-12-2004 / 01-12-2004

D. PT/ADN/IEEI/006/0651 - Portugal/Brasil no Contexto das Relações UE-Mercosul - “Mutações Políticas, Investimentos e Inovações” (resumo das sessões), por IEEI . O presente texto apresenta um resumo detalhado das sessões ocorridas no seminário Portugal/Brasil no Contexto das Relações UE-Mercosul - “Mutações Políticas, Investimentos e Inovações”. Decorrido poucas horas depois do fecho da realização da reunião da Organização Mundial de Comércio (OMC) que teve lugar em Cancún, no México, o debate tornou-se uma ocasião propícia para uma primeira análise sobre os resultados da cúpula sobre comércio global, diretamente relevante para abordagem do fluxo de investimentos entre a União Europeia e o Mercosul, no contexto de aprofundamento das relações políticas e económicas entre os dois blocos. Neste sentido foram discutidas as relações e políticas de cooperação tanto entre Portugal e o Brasil como as relações dos blocos regionais onde estes países se encontram, respetivamente, União Europeia e o Mercosul. 15-09-2003 / 15-09-2003

D. PT/ADN/IEEI/006/0652 - A Sociedade civil no debate angolano: protagonistas e posições, por Patrícia Magalhães Ferreira . A sociedade civil Angolana, atualmente organizada em algumas dezenas de organizações, tem vindo reconhecidamente a desenvolver diversas iniciativas de paz e a reforçar cada vez mais o seu peso ao nível do debate sobre o conflito angolano. Apesar de o movimento da sociedade civil ser ainda fraco e uma experiência muito nova em Angola, nos últimos anos temos assistido a um alargamento das iniciativas. Neste sentido, destaca-se a formação de plataformas e redes de ONG e de organizações cívicas ou religiosas unidas em torno de um objetivo comum. A importância destas iniciativas é cada vez mais reforçada pelo facto de serem vistas como atores “imparciais” pelos dois beligerantes, bem como pelo eco que têm junto da população em geral. O presente texto enumera os principais protagonistas ao nível destas organizações e igrejas, bem como as suas posições e objetivos. 01-02-2002 / 31/02-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0653 - Tendências do Comércio e do Investimento em Moçambique, por António Almeida Matos . Moçambique tem embarcado num ousado programa de reformas macroeconómicas e de ajustamento estrutural. Isto foi possível com a estabilidade política resultante da paz estabelecida no país. Em finais de 2004 houve eleições parlamentares e presidenciais, não tendo, contudo, havido mudança do partido no poder. O programa económico do governo saído das eleições mantém-se na mesma linha do governo anterior. As reformas em curso, fortemente apoiadas pela comunidade internacional, tiveram resultados espetaculares. O crescimento real do PIB nos últimos anos tem sido em média de 8% ao ano, a inflação a um dígito, redução substancial da dívida externa, aumento das reservas monetárias e redução da população vivendo em pobreza absoluta. No entanto o comportamento do investimento não em sido linear, havendo um ligeiro decréscimo nos últimos anos. A nível das relações económicas internacionais a balança comercial tende a nivelar-se a médio prazo. O presente texto reflete sobre esta evolução em detalhe. 01-01-2006 / 31-12-2006

D. PT/ADN/IEEI/006/0654 - Tendências do Desenvolvimento em Angola e Moçambique: Investimento, Comércio e Cooperação, por Patrícia Magalhães Ferreira e Rita Pais . O presente texto expõe as tendências atuais de crescimento e desenvolvimento em vários setores de Angola e Moçambique. Assim, traça os principais indicadores de desenvolvimento dos dois países – nomeadamente no que diz respeito à paz, à democracia, ao desenvolvimento económico e ao desenvolvimento das infraestruturas e do capital humano –, as tendências de ajuda internacional e, finalmente, as tendências do comércio e investimento. 01-01-2006 / 01-01-2006

D. PT/ADN/IEEI/006/0655 - Global governance, multi-regionalism: global political dialogue «promoting global justice and security», por Alexandra Barahona de Brito et al. Este background paper resume um ano de trabalho de vários autores. Resume, assim, o trabalho de vários especialistas sobre diferentes aspetos das relações políticas bi-regionais e particularmente a nível internacional entre a União Europeia e a América Latina. Reflete os objetivos declarados do Grupo de Trabalho IV do Observatório das Relações Europa-América Latina (EULARO/ObREAL), que consiste em fornecer a especialistas e decisores políticos ideias independentes, progressistas e inovadoras sobre como promover uma nova fase nas relações políticas entre a União Europeia e a América Latina. 01-12-2005 / 01-12-2005

D. PT/ADN/IEEI/006/0656 - Governança global: o papel das instituições multilaterais nos temas económicos e sociais, por Gilberto Dupas (coord.), Marcelo Fernandes de Oliveira e Adalton César da Luz Oliveira . O adensamento da globalização, que passou a demandar novas estruturas de governança global no final do século XX, contribuiu para desarticular antigos modelos de desenvolvimento e a capacidade de governabilidade da maioria dos Estados nacionais, minando-lhes o papel de gestor da coisa pública. As estruturas de governança global no final do século XX produziram normas e regras a serem seguidas pelos Estados soberanos. Logo, fragilizando-os diante da lógica da globalização. No entanto, se governança significa conceitos e práticas internacionais que atendem apenas aos interesses de um número restrito de nações, ela terá poucas possibilidades de se consolidar em longo prazo. Daí a importância de analisar como o FMI, o BM, a OMC e a ONU têm influído e colaborado na governança global contemporânea. O presente texto procura analisar essa questão à luz da realidade contemporânea,

especialmente no que estas instituições de governança global implicam para a União Europeia e a América Latina e as relações entre estes dois blocos regionais. 01-12-2005 / 01-12-2005

D. PT/ADN/IEEI/006/0657 - The Role of Hong Kong and Macau in China's Relations with Europe (O papel de Hong Kong e Macau nas relações da China com a Europa), por Brian Hook and Miguel Santos Neves . Os processos de independência de Hong Kong e de Macau marcaram o fim de uma era de relações sino-europeias e o início de outra. Ambos os acontecimentos tinham sido precedidos por longas negociações, tratados bilaterais e períodos de transição prolongados. Consequentemente, desde a assinatura das Declarações Conjuntas, as implicações locais, nacionais e internacionais dos dois acontecimentos foram os focos da avaliação histórica, da análise estratégica, dos planos de contingência e da reformulação das políticas. À medida que o conceito de "um país - dois sistemas" é posto à prova, este processo previsível e inevitável continua. Uma questão importante que emerge do processo é se, nas condições de rápida mudança do século XXI, os dois territórios, como Regiões Administrativas Especiais (RAE), serão ativos ou passivos nas relações sino-europeias. Uma alternativa é saber em que circunstâncias os territórios seriam ativos e em que outras circunstâncias poderiam tornar-se passivos nas relações entre a Europa e a China?. 01-03-2002 / 31-03-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0658 - Report - Changes in southeast Asia and its impact on EU-ASEAN relations (Relatório - Alterações no Sudeste Asiático e o seu impacto nas relações UE-ASEAN), por Miguel Santos Neves . O presente relatório resulta do estudo feito em seguimento à Conferência organizada pelo IEEI em junho de 2004 "The changes in Southeast Asia and its impact on the relation with the European Union". O relatório está organizado em duas partes. A primeira parte trata da natureza e âmbito das mudanças políticas, económicas e de segurança que ocorreram no Sudeste Asiático desde o final dos anos 90. A segunda parte, analisa o impacto destas mudanças na evolução das relações UE-ASEAN, vistas numa perspetiva histórica, e em que medida contribuíram para criar novas oportunidades para reforçar e reavivar as relações. 01-06-2004 / 01-06-2004

D. PT/ADN/IEEI/006/0659 - The external relations of the Hong Kong special administrative region (As relações externas da região administrativa especial de Hong Kong), por Miguel Santos Neves . Desde o início dos anos 90 que tem havido uma "internacionalização" e "politização" da questão de Hong Kong. Hong Kong tem um estatuto internacional de alto nível e único, sendo claramente a entidade não soberana mais visível e poderosa do sistema internacional. Este documento analisará de que forma a transferência de soberania e o novo quadro de relações externas da RAEHK podem afetar este estatuto, tendo em conta que as relações externas são uma dimensão fundamental da identidade da RAEHK e a preservação dos laços internacionais uma condição vital para a sua sobrevivência, não só para manter o seu papel como centro económico internacional, mas também para proteger o seu estatuto de autonomia face a Pequim. 01-06-1998 / 31-06-1998

D. PT/ADN/IEEI/006/0660 - Macau in the context of EU-China relations (Macau no contexto das relações UE-China), por Peter Sutherland et al. No âmbito da investigação das relações entre Macau e a UE, foi promovida a constituição de um grupo independente de personalidades europeias, o EPG, presidido por Peter Sutherland, que apresentou, em março de 1999, o presente relatório com recomendações específicas para as instituições europeias sobre o reforço dos laços com Macau. O estudo chega à conclusão fundamental de que Macau pode ter um papel fundamental como ponte entre a China e a Europa. Para tal, é necessário que a estrutura básica dessa ponte seja consolidada e que se aumente o fluxo de tráfico em ambas as direções. Isto requererá um maior engajamento e uma estratégia proativa por parte da UE e dos seus Estados membro. Só desta forma poderá a Europa contribuir, em conjunto com a China, para o futuro de Macau enquanto ponte das relações sino-europeias. A implementação bem-sucedida da fórmula chinesa "um país, dois sistemas" é uma condição importante para permitir a Macau cumprir esse papel. 24-01-2000 / 24-01-2000

D. PT/ADN/IEEI/006/0661 - The Chinese Business Community in Portugal (A comunidade de negócios chinesa em Portugal), por Maria Beatriz Rocha-Trindade (coord.) e Miguel Santos Neves (coord.) . O projeto "The Chinese Business Communities in Portugal" foi desenvolvido no âmbito de uma colaboração institucional entre o Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI) e o Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI) da Universidade Aberta. O Projeto teve por base três objetivos fundamentais: estudar a estrutura e evolução da comunidade de empresários chineses em Portugal, e do respetivo associativismo empresarial; analisar a interação da comunidade de negócios chinesa em Portugal com o meio empresarial português e também na União Europeia com vista a determinar a existência e relevância dos circuitos europeus dentro da comunidade chinesa; analisar as relações dos empresário chineses estabelecidos em Portugal com a China e o mercado chinês, nomeadamente o seu envolvimento nos fluxos de investimento e de comércio que se desenvolveram desde meados da década de 90. 01-04-2005 / 30-04-2005

D. PT/ADN/IEEI/006/0662 - O laicismo: regressão ou progresso?, por Alain Touraine . O presente texto apresenta a reflexão de Alain Touraine sobre o laicismo e a arabofobia em França e, consequentemente, sobre o direito das mulheres e o direito à

expressão cultural e religiosa. Fundamenta com esta interpretação a sua opção de assinar o relatório da comissão Strasi que garante pela primeira vez, uma definição elaborada, positiva e aberta do laicismo. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0663 - A vitória de Barack Obama: as reacções da Rússia, da Ucrânia e da Bielorrússia, por Alena Vysotskaya Guedes Vieira . No dia 5 de novembro, Barack Obama recebeu felicitações de muitos líderes mundiais, incluindo dos Presidentes da Rússia, da Bielorrússia e da Ucrânia. As reacções destes três líderes, porém, representam diferentes esperanças, e têm também implicações diversas para as futuras relações com os Estados Unidos. Assim, os chefes de estado da Rússia, da Bielorrússia e da Ucrânia não estão necessariamente fascinados pela vitória histórica e simbólica de Barack Obama. Onde essa leitura existe, como no caso da Ucrânia, as esperanças de mudança coexistem com a incerteza em relação à política que Barack Obama vai seguir. Nesse sentido, a mudança, que fascinou a sociedade dos Estados Unidos e aproximou o país do mundo, tem um significado particular no entendimento dos líderes dos países de Leste. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0664 - Eleições americanas, impacto global?, por Bruno Cardoso Reis . É comum a ideia de que os parlamentos não têm peso na política externa e vice-versa, que as questões externas pouco pesam nas escolhas dos eleitores. Portanto estas eleições legislativas norte-americanas de novembro de 2006 seriam, na verdade, pouco condicionadas por questões externas como a guerra no Iraque, e pouco impacto teriam na condução durante os próximos anos da política externa norte-americana. Estas ideias normalmente fazem algum sentido. Mas não têm suficientemente em conta a especificidade deste contexto e das mecânicas reais, que não simplesmente constitucionais, da política norte-americana. O presente texto reflete brevemente sobre de que forma as eleições legislativas norte-americanas de novembro de 2006 poderão ser afetadas e afetar o rumo da política externa estadunidense, especialmente tendo em conta a guerra do Iraque e a chamada “guerra ao terrorismo”. 11-03-2008 / 11-03-2008

D. PT/ADN/IEEI/006/0665 - Segundo turno, por Celso Lafer . Nas vésperas do segundo turno das eleições presidenciais brasileiras de 2006, o presente artigo explica brevemente a lógica política e eleitoral do sistema de dois turnos e analisa as candidaturas de Luis Inácio Lula da Silva e de Geraldo Alckmin, que disputam o segundo turno. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0666 - “Ergenekon”: golpe na Turquia?, por Eda Çetin e Sílvia Lima . A investigação «Ergenekon» está a agitar a opinião pública turca desde o começo das operações policiais. Investigações deste género têm sido comuns nos últimos anos na Turquia, mas este caso suscitou ampla controvérsia, não só porque a lista dos suspeitos inclui nomes proeminentes da sociedade turca, nomeadamente das Forças Armadas, mas sobretudo porque surge no contexto de um processo judicial em curso contra o partido no governo, o AKP, com o objetivo de decretá-lo, assim como aos seus membros, ilegal. Este breve texto explica brevemente os contornos jurídicos e políticos deste caso e as suas incongruências. 24-07-2008 / 24-07-2008

D. PT/ADN/IEEI/006/0667 - A agenda sul-americana e a presidência de Cristina Kirchner, por Félix Peña . A América do Sul é um dos três pontos de destaque na agenda externa da Argentina. Outros são o Atlântico Sul e a Antártica e o complexo agro-alimentar-energético global. Tanto por questões históricas, como por razões atuais e mesmo potenciais, são os temas em relação aos quais os principais centros de poder mundial tomarão em consideração a posição da Argentina, os seus interesses e as suas expectativas. Por isso, é oportuno refletir sobre quais são as questões relevantes da agenda sul-americana no próximo mandato presidencial. É uma agenda que se liga, e condiciona, desenvolvimentos que podem ocorrer, entre outros, nos círculos mais amplos da inserção externa da Argentina, seja em termos latino-americanos ou hemisféricos, nas relações com a Europa e com as grandes economias emergentes. O presente texto centra-se no que, por razões geográficas, económicas e políticas, é o contexto externo mais próximo do país. 02-11-2007 / 02-11-2007

D. PT/ADN/IEEI/006/0668 - Ainda é possível um acordo Mercosul-União Europeia?, por Félix Peña . Ainda há sinais de vida, mas, apesar dos esforços que se podem observar, não será fácil reanimar, a curto-prazo, as negociações na OMA. Imprevistos, no entanto, podem mudar o rumo dos acontecimentos – isso mesmo ocorreu em 2001, no caminho que levou a Doha. Com a ronda de Doha no limbo, reativa-se a ideia de concluir um acordo com Mercosul com a União Europeia. O presente texto reflete sobre se a conclusão de um acordo entre os dois blocos regionais será ainda possível tendo em conta os obstáculos e desequilíbrios que persistem, e as próprias perceções dos dois lados relativamente ao status quo e ao benefício que ainda é possível retirar. 26-08-2008 / 26-08-2008

D. PT/ADN/IEEI/006/0669 - ETA: um fim que teima em não chegar, por Filipe Vasconcelos Romão . A prisão de Miguel de Garikoitz Rubina, conhecido como Txeroqui, suposto chefe operacional da ETA e executor de vários crimes, veio confirmar o bom momento das autoridades de Espanha e de França na luta contra a organização radical basca. Cada detenção debilita a estrutura da ETA, no entanto, num Estado de direito democrático, é impossível controlar os inúmeros independentistas bascos

que simpatizam com a luta violenta e que estão dispostos, por ação ou omissão, a colaborar para a secessão do País Basco. É a partir deste contexto que o presente texto reflete sobre as possíveis rotas a tomar relativamente à ETA e se a via de negociação é possível. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0670 - Os três erros de Saakachvili, por Filipe Vasconcelos Romão . Quando o presidente da Geórgia, Mikhail Saakachvili, deu ordem às forças armadas do seu país para entrar na república separatista da Ossétia do Sul com o objetivo de assegurar a soberania efetiva do Estado sobre esta região, não estava à espera da resposta dada pela Federação Russa. Com efeito, só um conjunto de flagrantes erros de cálculo, por parte do presidente da Geórgia e das estruturas governamentais e burocráticas que o rodeiam, poderá justificar o facto de um pequeno Estado ter arriscado a sua integridade territorial para procurar reconquistar um espaço que dificilmente poderia controlar. O presente texto aponta quais foram estes erros. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0671 - Gaza: cessar-fogo imediato, por Mahdi Abdul Hadi et al. O presente documento apresenta um manifesto elaborado e assinado por analistas políticos euro-mediterrânicos de modo a instar a União Europeia, os Estados Unidos e a comunidade internacional a pôr termo à violência em Gaza e a iniciar um processo negocial baseado na solução dos dois Estados. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0672 - From Lomé to Suva: Confronting the real challenges of Africa? (De Lomé a Suva: Confrontando os verdadeiros desafios da África?), por Geert Laporte . Este documento tenta fornecer uma visão geral das principais inovações e mudanças introduzidas no novo Acordo de Parceria Suva. Ao refletir sobre os ensinamentos retirados de negociações anteriores, é necessário abordar uma série de questões-chave: Onde é que a nova Convenção difere das anteriores? Em que medida é que a grande variedade de intervenientes e intervenientes ACP consultados, bem como os negociadores ACP, foram capazes de influenciar o resultado das negociações? Ou será a nova Convenção o reflexo do que a Europa tinha proposto no seu Livro Verde e no seu mandato de negociação? Quais serão os principais desafios de implementação para os anos vindouros?. 24-03-2000 / 24-03-2000

D. PT/ADN/IEEI/006/0673 - A viragem à direita de Olmert, por George Joffé . A entrada do partido Yisrael Beiteinu de Avigdor Lieberman na coligação governamental de Ehud Olmert demonstra uma significativa viragem à direita na política israelita. Ao mesmo tempo, sublinha a via política pessoal de Olmert. O presente texto reflete sobre esta viragem à direita de Olmert ao mesmo tempo que discute sobre o contexto político em que ela é feita. 25-10-2006 / 25-10-2006

D. PT/ADN/IEEI/006/0674 - Olmert moves to the right (Olmert move-se para a direita), por George Joffé . A entrada do partido Yisrael Beiteinu de Avigdor Lieberman na coligação governamental de Ehud Olmert demonstra uma significativa viragem à direita na política israelita. Ao mesmo tempo, sublinha a via política pessoal de Olmert. O presente texto reflete sobre esta viragem à direita de Olmert ao mesmo tempo que discute sobre o contexto político em que ela é feita. 25-10-2006 / 25-10-2006

D. PT/ADN/IEEI/006/0675 - Implications of the 15 December Elections to the Assembly of Experts in a Democratic Theocracy (Implicações das Eleições de 15 de Dezembro para a Assembleia de Peritos numa Teocracia Democrática), por Ghoncheh Tazmini . A ambiguidade da estrutura política da República Islâmica do Irão, encarnando uma incongruente mistura de democracia e teocracia, reflete-se na instituição da Assembleia de Peritos. Ao mesmo tempo, as eleições podem ser consideradas antidemocráticas porque os candidatos são controlados pelo poderoso "super-corpo" religioso, o Conselho dos Guardiões ultraconservadores, que assegura que os candidatos têm as credenciais religiosas, ideológicas e legais necessárias. O presente texto analisa brevemente a Assembleia dos Peritos e da extensão sobre a qual a democracia é afetada pela existência da instituição, bem como qual a importância, apesar disto, das eleições, especialmente no que diz respeito à sua influência psicológica na vida política iraniana. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0676 - A Conferência de Bali sobre as Alterações Climáticas: objectivos e resistências políticas, por Gina Soares . A questão das alterações climáticas está atualmente no topo da agenda internacional. Durante todo o ano de 2007 assistiu-se a uma proliferação de informação e de eventos sobre o tema. Conferência de Bali, que decorreu de 3 a 14 de dezembro, reuniu 187 países e procurou capitalizar este ambiente político para lançar as bases do sucessor do Protocolo de Quioto, que termina em 2012. O presente texto debruça-se sobre quais os objetivos da Conferência e os principais pontos em discussão, bem como quais as resistências políticas encontradas às estratégias e objetivos apresentados. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0677 - A transição democrática em Taiwan, por Gina Soares . A partir de 1987, a República Oficial da China (ROC), comumente conhecida como Taiwan, iniciou um conjunto de reformas políticas que permitiram a transição de um sistema repressivo e unipartidário para um regime democrático em consolidação. Atualmente, a ROC é um regime multipartidário e semipresidencial. A existência de uma autoridade executiva bicéfala implica uma maior repartição do poder político, mas, ao mesmo tempo, está também associada a um risco crescente de conflito institucional que pode pôr em causa a estabilidade democrática. A nível político e social, a relação de Taiwan com a República Popular da China (RPC) continua a ser um dos temas mais polémicos e divisórios, condicionando a formação de uma identidade nacional. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0678 - O XVII Congresso do Partido Comunista Chinês, por Gina Soares . Decorreu de 15 a 21 de outubro o XVII Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês. O Congresso é o órgão central do Partido e, reunindo mais de 2200 delegados, representa o acontecimento mais importante da vida política chinesa ao traçar o rumo do país para os próximos cinco anos. O presente texto expõe os objetivos, e metas estabelecidas tanto na política interna, como na projeção internacional da China. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0679 - Paul Krugman laureado com o Prémio Nobel da Economia, por Gina Soares . A Real Academia Sueca de Ciências decidiu atribuir o Prémio Nobel da Economia de 2008 a Paul Krugman. O economista norte-americano foi distinguido por formular uma nova teoria que procura explicar as alterações do comércio internacional e identificar os fatores que determinam a concentração das principais atividades económicas e das populações nas grandes metrópoles. O presente texto reflete sobre os contributos da teoria de Krugman para o estado de arte da economia contemporânea, bem como sobre os comentários políticos deste, especialmente críticos de George Bush e em claro favorecer – como partidário – de Barack Obama. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0680 - Global Governance and inter-regional dialogues, after Iraq and Cancun (Governança global e diálogos inter-regionais, depois do Iraque e de Cancun), por IEEI . O presente texto resume as intervenções do debate “Global Governance and inter-regional dialogues, after Iraq and Cancun”. Vítor Martins, que abriu a sessão, sublinhou os riscos de um mundo unilateral, mencionando a necessidade de uma governança global eficiente, credível e transparente. Azzam Mahjoub sublinhou a forma como as discussões da Organização Mundial do Comércio ajudou a trazer equilíbrio entre os países do Norte e do Sul. Yeo Lay Hwee explicou de que forma a integração dentro e entre os países do Sudeste Asiático contribuiu favoravelmente para a governança global. Alfredo Valladão descreveu os dois modelos de integração que têm dominado as relações internacionais até recentemente: o modelo multipolar e o modelo de lei internacional. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0681 - Portugal e o futuro da Europa nos 20 anos de adesão, por José Manuel Durão Barroso . Na celebração dos 20 anos da adesão portuguesa à CEE e do dia da Europa, o presente texto começa por avaliar os últimos 20 anos da integração portuguesa, que é considerada um êxito, tanto para Portugal como para a Europa, passando para uma avaliação do que é a Europa e o papel de Portugal na Europa hoje, endereçando a chamada “crise europeia” e a dimensão internacional europeia. Finalmente tenta responder à questão: o que queremos para o futuro da Europa?. 08-05-2006 / 08-05-2006

D. PT/ADN/IEEI/006/0682 - Kofi Annan: Uma década de serviço à humanidade, por IEEI . Foi eleito Secretário-geral, o mais alto e visível cargo da ONU, em 1997, e terminou o seu mandato no último dia de 2006. Kofi Annan contou dez anos a dirigir a organização e mais de quarenta a trabalhar para o “indispensável lar de toda a família humana”. O presente documento, que começa com uma biografia de Kofi Annan resume os legados e os escândalos envolvidos nos dez anos que este foi Secretário-Geral das Nações Unidas. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0683 - Esmagar o Hamas, por Mahdi Abdul Hadi . Na semana passada, dois episódios na Cisjordânia e na Faixa de Gaza apontam para uma evolução na sociedade palestina. Estes episódios apontam para o que pode vir a ser uma nova via na luta palestina. Na Palestina, entretanto, o terramoto político que resultou da vitória do Hamas nas eleições parlamentares de janeiro mostrou que as pessoas desejam mudanças e reformas. O sucesso do Hamas também contribuiu para trazer à luz do dia uma Fatah dividida e um regime corrupto. Assim, ajudou à emergência de uma nova geração no secular movimento Fatah, que não está presa à velha guarda. Isto provou, porém, por estar em total contradição com os objetivos do governo de Israel, nomeadamente com o plano de “convergência” unilateral do Kadima e o esmagar do Hamas enquanto “organização terrorista”. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0684 - Congresso 2006: um voto pela retirada do Iraque?, por Maria do Rosário de Moraes Vaz . Há geral unanimidade na convicção de que as eleições legislativas intercalares de 2006, que decidem se os Democratas reconquistam

ou não a maioria no Congresso, serão dominadas, ao absoluto arrepio da tradição, por uma questão – aparentemente – de política externa: o fracasso americano no Iraque. A má opinião formada quanto ao modo como conduziu a guerra está indissociavelmente ligada à queda do presidente George W. Bush na estima dos americanos. O presente texto reflete sobre o papel do fracasso americano no Iraque nas eleições e qual o poder da política externa nestas eleições. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0685 - A certeza democrática, por Maria João Seabra . Apenas três dias após os trágicos atentados de Madrid, os espanhóis deram a mais importante lição a todo o mundo, lembrando que o sistema democrático tem meios claros que permitem a expressão da vontade popular, que pelo voto se mudam governos e se mudam políticas. Tendo como pano de fundo os atentados de 11 de março, a participação dos espanhóis no ato eleitoral é, antes de tudo, uma resposta exemplar aos que advogam a violência indiscriminada como forma de resolução de qualquer tipo de conflito ou de diferendo. A forte subida da participação eleitoral é simultaneamente um voto de protesto e uma reafirmação de crença nas virtudes do sistema democrático. O presente texto reflete sobre a participação e os resultados das eleições como forma de protesto e exercício do direito democrático no rescaldo dos atentados e das reações dos partidos a estes atentados. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0686 - A força da mudança, por Maria João Seabra . Mudança – este foi o grande lema da campanha de Barack Obama, e foi na mudança que os eleitores norte-americanos apostaram, naquele que foi um dos atos eleitorais mais importantes de sempre, desde logo para os Estados Unidos, mas com consequências para o resto do mundo. Mais do que fazer antevistas do que vai mudar na política americana, pois a dimensão da tarefa que aguarda Obama é bem conhecida, o presente texto tenta, brevemente, perceber até que ponto estas eleições revelam mudanças na sociedade americana – e que é um indicador relevante para as alterações políticas que se avizinham. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0687 - Le boubier irakien : données et implications régionales, por May Chartouni-Dubarry . As lições gerais que podem ser retiradas do fracasso óbvio da expedição militar americana no Iraque são duas: a democracia não pode ser imposta na ponta de uma baioneta; o fenómeno terrorista não pode ser eliminado apenas pela força das armas. Mas mais especificamente, o atolamento das tropas "aliadas" numa guerra cujos objetivos políticos se tornaram cada vez mais questionáveis demonstrou mais uma vez que, embora seja fácil "entrar" no Médio Oriente, é muito difícil sair na convicção de que a missão foi cumprida. A natureza volátil, imprevisível e, portanto, incontrolável do Médio Oriente deve-se às múltiplas fraturas que o atravessam. As causas do persistente défice democrático no Médio Oriente foram longamente discutidas, mas esta dimensão irredutível está sobretudo ligada a um fator tradicionalmente subestimado pelos designers da política dos EUA no Médio Oriente. O presente texto reflete sobre os graves sintomas da região e a controvérsia que atualmente abala a comunidade internacional sobre a adequação desta guerra. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0688 - Migrantes internacionais: que direitos?, por IEEI . Num encontro recente em Lisboa da Federação Internacional das Ligas dos Direitos do Homem (FIDH), dedicado ao tema da migração internacional e dos direitos humanos, recomendou-se, entre outras coisas, que as políticas nacionais e as atividades dos organismos regionais e internacionais se guiassem por princípios fundamentais, como o direito à migração, isto é, o direito à liberdade de movimento e o direito à fixação num país de eleição, mesmo que por tempo indeterminado. Estas preocupações da FIDH têm uma razão de ser: é que as políticas nacionais de atribuição de vistos de entrada e de residência se fazem, na grande maioria dos casos, à margem do corpus das normas de direitos humanos. O presente texto reflete sobre o direito dos imigrantes internacionais, nomeadamente o direito de sair e o direito de entrar noutro país, e das limitações que existem ainda tanto nos próprios Estados, como na sua concretização real nas organizações multilaterais. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0689 - As eleições legislativas em Taiwan: implicações para as relações no Estreito e para a Ásia Oriental, por Miguel Santos Neves . As eleições legislativas do passado dia 12 de janeiro para o sétimo Legislative Yuan culminaram numa vitória expressiva do Kuomintang (KMT) e numa derrota sem precedentes do partido do Governo, o Democratic Progressive Party (DPP). Estes resultados ultrapassaram as expectativas iniciais dos observadores, e representam um fracasso eleitoral do partido, mas sobretudo uma derrota pessoal do presidente Chen Shui-bian e da sua estratégia independentista, o que explica a sua demissão de presidente do DPP. Os resultados eleitorais podem explicar-se pela interação de diversos fatores, nomeadamente do efeito de desgaste da estratégia de tensão permanente e crescente entre Taiwan e a China; a performance menos positiva da economia de Taiwan; a multiplicação de escândalos de corrupção envolvendo o DPP e a estratégia de silêncio, contenção e não-interferência no processo eleitoral adotada por Pequim. Depois de explicar estes fatores, o presente texto analisa as implicações diversas do resultado das eleições. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0690 - Macau and Europe: The challenges of the paradiplomacy game, por Miguel Santos Neves . Macau entrou numa nova fase da sua história após a sua reunificação com a China sob o modelo “um país, dois sistemas”. A dimensão externa deste modelo é altamente relevante para o futuro de Macau. O principal objetivo do presente artigo é discutir os

obstáculos e oportunidades que Macau enfrenta neste contexto e que opção políticas pode considerar de modo a fortalecer os seus laços com a Europa. A primeira secção lida com o atual estado das relações Macau-UE. A segunda parte endereça a questão dos obstáculos que é provável Macau encontrar na atualização desta relação bilateral. A terceira parte considera a natureza do MSAR enquanto ator não-soberano no sistema internacional, as implicações desta relação para a Europa e a estratégia mais adequada na construção de uma para-diplomacia eficaz com a UE. A última parte analisa os desafios que Macau deve endereçar de modo a jogar o jogo para-diplomático com a UE. 01-11-2002 / 31-12-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0691 - Myanmar e o papel dos actores externos, por Miguel Santos Neves . O movimento de protesto em diversas cidades de Myanmar constitui a manifestação mais recente de uma profunda crise política, perante a incapacidade da comunidade internacional de reagir eficazmente às graves violações dos direitos humanos e de funcionar como um catalisador da transição política. Com efeito, face ao impasse interno, os atores externos têm um papel fundamental a desempenhar na solução da presente crise, principalmente tendo em conta a competição sobre os recursos energéticos de Myanmar. A implicação fundamental do boom no sector energético de Myanmar é o duplo efeito de sustentação do regime: no plano económico as significativas receitas energéticas constituem um balão de oxigénio financeiro para um regime que se debate com problemas económicos; no plano político, os interesses estratégicos e a competição entre atores externos aumenta a margem de manobra política do regime e inibe a adoção de posições mais firmes de pressão para a mudança por parte dos atores mais influentes. 16-10-2007 / 16-10-2007

D. PT/ADN/IEEI/006/0692 - A África em 2008, por Patrícia Magalhães Ferreira . O ano de 2008 é de otimismo moderado no continente africano. As tendências de crescimento económico acelerado em vários países lançam boas perspectivas para o futuro, mas vários problemas estruturais - como a fragilidade das estruturas democráticas e as fortes desigualdades económicas em vários países - não se afiguram de rápida resolução. O presente texto começa por traçar com otimismo a evolução económica do continente, passando a analisar aquelas questões de fundo estrutural que permanecem fragilizadas e não se afiguram de resolução rápida, como é o caso da redução significativa dos níveis de pobreza, à resolução de conflitos e à implementação de uma cultura democrática. Sublinha ainda a vitalidade da implementação de parcerias externas e do aumento da ajuda pública ao desenvolvimento, que não terá, contudo, o sucesso pretendido sem que sejam equacionados problemas estruturais da maioria dos países africanos. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0693 - Conflito no Leste da República Democrática do Congo, por Patrícia Magalhães Ferreira . No leste da R.D.Congo morreram cerca de 3.8 milhões de pessoas nos últimos seis anos. Os antecedentes do conflito remontam a 1994, quando a tomada do poder no Ruanda pela Frente Patriótica Ruandesa, de base étnica Tutsi, arrastou para o leste do Congo muitos dos efetivos das anteriores forças armadas e das milícias radicais Hutu responsáveis pelo genocídio. De 1998 a 2002, o conflito estendeu-se aos países vizinhos, envolvendo, por um lado o Ruanda e o Uganda, aliados dos grupos rebeldes do leste do território e, por outro lado, o Zimbabué, Angola e Namíbia, em apoio do governo de Kinshasa. A atual crise pode não só ameaçar o frágil processo de transição política em Kinshasa – previsto para culminar nas eleições de junho de 2005 –, como vir a reacender a instabilidade regional nos Grandes Lagos. O presente documento compila uma série de notícias, documentos oficiais, papers e relatórios, mapas e informação geográfica e links úteis sobre a matéria. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0694 - Depois da Cimeira UE-África, por Patrícia Magalhães Ferreira . A II Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da União Europeia e da África decorreu a 8 e 9 de dezembro em Lisboa, sob a égide da Presidência Portuguesa da UE. Desde 2000, data em que os dirigentes se encontraram pela primeira vez no Cairo, muito mudou no contexto internacional e nas realidades dos dois continentes. Enquanto que a primeira Cimeira foi marcada por questões políticas simbólicas e pela evocação do passado colonial, a Cimeira de Lisboa caracterizou-se por um maior pragmatismo, de resolução de problemas concretos e de procura de interesses e oportunidades comuns. A estratégia conjunta UE-África, definida pelas duas partes através de um processo de negociações e de consulta pública, pode representar uma nova fase no relacionamento entre os dois continentes. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0695 - Não há duas sem três?, por Peter Calvet . No contexto da atribuição do Prémio Nobel da Paz a Al Gore, o presente texto discute de que forma o Prémio Nobel da Paz não só deve não se descolar da política, mas agir politicamente, bem como a possibilidade de Al Gore poder vir a candidatar-se e ganhar as eleições presidenciais caso viesse a candidatar-se em 2008. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0696 - Presidenciais Americanas: Vitória Certa da Europa, Resultados Incertos nas Relações Trans-Atlânticas, por IEEI . Ganhe Obama, ganhe McCain, a Europa ganhará as eleições americanas de 4 de novembro. Contudo, pensar que a saída de Bush resolve todos os problemas nas relações entre os EUA e a Europa é evidentemente uma ilusão. Até porque existem diferenças de postura no seio da Europa face aos EUA. Elas são particularmente visíveis ao nível de elites

políticas, com diferentes tradições diplomáticas. Além disso, existem problemas globais de fundo, nomeadamente o problema de como lidar – desde logo institucionalmente – com as chamadas potências emergentes, do fantasma do protecionismo, o problema espinhoso do papel da força armada na vida internacional e o facto de haver entre a nova Europa da UE e os EUA um excecionalismo em concorrência. O presente texto desenvolve estas questões apontadas, terminando com uma questão essencial e que é deixada em aberto: mas o que é que a Europa quer dos Estados Unidos? E do mundo?. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0697 - Como se tornar no líder da potência mundial? Começemos pelo Iraque..., por Sílvia Lima . Nos debates, nas entrevistas, nos discursos, nos vídeos das campanhas, a política externa está sempre presente. Todos os candidatos às presidenciais de 2008, nos EUA, sabem que falar da guerra no Iraque, do Irão, do terrorismo, é tão importante como falar de política interna. A cada candidato impõe-se que se definam as prioridades da sua administração, mas, acima de tudo, que se revelem as capacidades de liderança da potência mundial. Terminar com a guerra e trazer os militares norte-americanos de volta a casa, é lema de campanha de todos os concorrentes à Casa Branca, republicanos ou democratas. Diferem é nas abordagens e soluções apresentadas. Mas a divergência de perspetivas ocorre igualmente noutros pontos do dossier “política externa”, nomeadamente no que diz respeito ao Afeganistão, ao conflito israelo-palestino, ao Irão, à Coreia do Norte ou ao Paquistão, ou à luta contra o terrorismo. O texto reflete sobre as posições específicas dos democratas e dos republicanos na matéria. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0698 - Na corrida pelos números. As sondagens e o financiamento da campanha, por Sílvia Lima . A oito meses das primeiras eleições primárias – que se realizarão em janeiro de 2008 – os candidatos democratas e republicanos, ou pelo menos os que foram já anunciados, concorrem pela melhor posição no seio dos respetivos partidos. Contam-se os dólares angariados e medem-se forças nas sondagens, numa altura em que o que está em jogo é ainda a nomeação interna. No entanto, estes números pouco dizem sobre o que se poderá passar nas primárias e muito menos ainda nas eleições nacionais. O presente texto expõe alguns indicadores de uma campanha em início de estrada. 16-05-2007 / 16-05-2007

D. PT/ADN/IEEI/006/0699 - Um admirável mundo novo, por Peter Calvet . As campanhas políticas nos EUA sempre foram algo teatrais. Um dos aspetos menos simpáticos da democracia é quando os políticos tentam apelar aos mais baixos instintos das pessoas. Existe mesmo um termo na linguagem política que traduz este tipo de ataque– “mudslinging” ou “difamação”. Desde o início do século XIX que este termo tem sido usado nos EUA, tendo-se convertido na expressão “publicidade negativa” ou “campanha negativa”. Mas apesar do objetivo claro de destruição do carácter do adversário, este conceito tem tido as suas regras básicas ao longo dos anos. A Internet, contudo, altera o paradigma destas regras potenciando a expansão na arte das campanhas negativas. A política americana está claramente a entrar num admirável mundo novo onde o público se está a envolver cada vez mais nas estratégias de campanha e onde é cada vez mais difícil dizer o que provém das campanhas e o que são esforços individuais. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0700 - A outra “super terça-feira”, por Sílvia Lima . Vinte e quatro estados e 3 mil delegados em jogo na tão esperada “super terça-feira” de 5 de fevereiro, a prova de fogo para todos os candidatos às presidenciais de 2008. Ambos os campos, democrata e republicano, tinham chegado até ali sem um líder claro para a nomeação do partido o que elevou as expectativas para o grande dia das primárias norte-americanas. Mas para os democratas, que se dividiam cada vez mais profundamente entre a experiente Hillary Clinton e o inspirado Barack Obama, tudo permaneceu exatamente como estava. É neste contexto que o presente texto reflete sobre a evolução do impasse democrata quando aos candidatos Barack Obama e Hilary Clinton. 29-02-2008 / 29-02-2008

D. PT/ADN/IEEI/006/0701 - O fim do amistoso pós-Guerra Fria?, por Sílvia Lima . Integrada na cordilheira do Cáucaso, a Geórgia protagoniza com a Rússia um conflito que, teme-se, poderá inflamar uma região há muito volátil e de significativa importância na geoestratégia mundial. O conflito tem raízes que remontam aos últimos anos da URSS. Conflitualidade latente, provocações contínuas e ausência de diálogo de um processo de paz paralisado foram os rastilhos fáceis de uma guerra que estalou entre a Geórgia e a Rússia. A ofensiva terá partido das forças georgianas contra a capital osseta, Tskhinvali, numa tentativa de controlar a região, mas rapidamente sucedeu-se uma poderosa contraofensiva russa, por terra, mar e ar, que cumpriu com sucesso os seus objetivos militares, bombardeando e assumindo o controlo de várias cidades e bloqueando portos no Mar Negro. A postura russa é resumida pelo The Economist como um novo imperialismo. Não o regresso da Guerra Fria, mas, talvez, o “fim gelado da era de colaboração pós-Guerra Fria”. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0702 - O futuro do Iraque. Visões dos candidatos às presidenciais 2008, por Sílvia Lima . Nos debates, nas entrevistas, nos discursos, nos vídeos das campanhas, a política externa está sempre presente. Todos os candidatos às presidenciais de 2008, nos EUA, sabem que falar da guerra no Iraque, do Irão, do terrorismo, é tão importante como falar de política interna. Não é só a consciência de que as questões externas e internas estão interligadas, mas também o

reconhecimento de que os EUA não são um país qualquer do sistema internacional. A cada candidato impõe-se que defina as prioridades da sua Administração. Notoriamente são os Democratas que têm animado o debate sobre o Iraque. Impõe-se, naturalmente, uma demarcação das opções políticas e estratégicas do campo republicano e da atual Administração. Mas também os Republicanos não têm conseguido contornar o grande tema das presidenciais de 2008. O presente texto expõe as posições assumidas pelos dois partidos no que diz respeito ao futuro do Iraque. 28-09-2007 / 28-09-2007

D. PT/ADN/IEEI/006/0703 - O futuro presidente dos EUA à distância de um click, por Sílvia Lima . A quase dois anos das eleições presidenciais norte-americanas, são já mais de vinte os candidatos que se perfilam para a corrida à Casa Branca. Entre republicanos e democratas, emergem candidaturas mais ou menos esperadas, onde se destacam figuras mediatizadas, como os democratas Hillary Clinton, Barack Obama, John Edwards ou Al Gore (candidatura ainda não oficial), ou os republicanos Rudy Giuliani, John McCain ou Mitt Romney. Até às primárias, que começarão em janeiro de 2008, a disputa terá lugar no seio de cada partido e, muito mais do que nas eleições de 2004, a World Wide Web prepara-se para ser um dos terrenos privilegiados desta competição e da corrida final para a presidência. O presente texto analisa o fenómeno digital da campanha para as presidenciais de 2008, como um meio novo e fundamental de difusão de informação e, sobretudo, para os candidatos, de aproximação aos leitores. 26-03-2007 / 26-03-2007

D. PT/ADN/IEEI/006/0704 - Paineis para as Alterações Climáticas e Al Gore ganham Prémio Nobel da Paz, por Sílvia Lima . O Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC) e Al Gore Jr. receberam o Prémio Nobel da Paz de 2007. No comunicado à imprensa, o Comité Norueguês do Nobel louvou os laureados por terem agregado e disseminado conhecimentos sobre as alterações climáticas e delineado as medidas necessárias para combater este problema. A atribuição do mais alto prémio para a paz a duas entidades ativamente envolvidas nas causas ambientais, reforçou a tendência do Comité para a redefinição daquilo que são hoje as potenciais causas de conflito e ameaças à paz mundial. Trabalhando intensamente nesta campanha global desde que saiu da Casa Branca, Al Gore enfrenta agora acrescidos rumores e pressões para se candidatar às presidenciais de 2008. Interpretada pelos media como crítica à política ambiental de Bush, a escolha de Al Gore para Prémio Nobel da Paz poderá ser o empurrão que o democrata norte-americano precisava para se juntar à corrida presidencial. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0705 - Tudo em aberto nas primárias norte-americanas, por Sílvia Lima . As primeiras eleições primárias nos EUA, num processo que culminará com a nomeação dos candidatos republicano e democrata à Casa Branca, não poderiam ter sido mais agitadas. Contrariando todas as cálculos, Barack Obama, democrata, e um candidato fora do mainstream republicano, Mike Huckabee, venceram, a 3 de janeiro, o caucus do Iowa, um estado do centro-oeste, fortemente rural e de maioria branca. A surpresa continuou quando Hillary Clinton venceu em New Hampshire. Portanto, cautela é a palavra-chave para as previsões das primárias que se seguem antes da “super-terça-feira” de 5 de fevereiro. O único prognóstico que não falhou até ao momento, é o que traçou as eleições presidenciais de 2008 como as mais imprevisíveis dos últimos tempos. O presente texto analisa estas novidades nas primárias à luz dos eleitos e do eleitorado, passando pela questão racial e de género. 22-01-2008 / 22-01-2008

D. PT/ADN/IEEI/006/0706 - Conclusões – Encontro-Debate Mary Robinson, por IEEI . No encontro com Mary Robinson que se realizou no Grémio Literário, no dia 10 de abril, a antiga Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos analisou as novas tendências da política de Direitos Humanos e a sua importância no contexto da atual situação internacional. O presente documento sintetiza algumas das ideias essenciais que resultaram do debate. 10-04-2003 / 10-04-2003

D. PT/ADN/IEEI/006/0707 - O relatório Stern e Nairobi, por Viriato Soromenho-Marques . Pela mão de Tony Blair, o tema das alterações climáticas voltou ao centro das atenções mundiais. Desta vez é o relatório sobre o provável impacto económico das alterações climáticas, redigido por Nicholas Stern, que volta a recolocar o dedo na ferida. Este Relatório significa a rutura definitiva de Blair com um Bush. Blair não poderia ser mais claro: não só transporta as alterações climáticas, cuja importância é negada pelos “cientistas” de Bush, como nomeia como Conselheiro Especial do Governo britânico, o arqui-inimigo de Bush, Al Gore. O combate às alterações climáticas – que está no centro das negociações de Nairobi da Conferência das Partes da Convenção Quadro para as Alterações Climáticas – pode ser travado com temor e timidez ou, pelo contrário, como um desafio que pede o melhor da nossa criatividade, engenho, capacidade de entendimento, e cooperação estratégica. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/006/0708 - Livros, por Ana Paula Fernandes, Carla Madeira e João Domingues . O presente documento contém três análises de três livros distintos: Mercosur: Regional Intergration, World Markets de Riordan Roett; Europe's Franco-German Engine de David P. Caello e Eric R. Staal; e Angola's Last Best Chance for Peace de Paul Hare. O primeiro resulta de um ano de investigação sobre o Mercosul no âmbito da integração regional no hemisfério americano e faz uma abordagem prospetiva dos desafios enfrentados atualmente pelo bloco regional. O segundo livro traça a história da relações franco-alemãs no pós-guerra e o seu papel na construção da União Europeia procurando explicar como estes dois países são o eixo aglutinador

de um projeto de união dos povos europeus. Finalmente, o terceiro livro descreve as vicissitudes do Protocolo de Lusaca de 1994 da perspectiva de um dos intervenientes do processo, Paul Hare, representante especial dos Estados Unidos para o processo de paz angolano entre 1993 e 1998. 01-10-1999 / 31-10-1999

D. PT/ADN/IEEI/006/0709 - Livros, por Alexandra Barahona de Brito e Patrícia Ferreira . O presente documento contém duas análises de dois livros distintos: *Between Vengeance and Forgiveness: Facing History after Genocide and Mass Violence* de Martha Minow e *Baía dos Tigres* de Pedro Rosa Mendes. O primeiro descreve o modo como as sociedades enfrentam o seu passado violento e tentam ultrapassá-lo e lidar com ele através de mecanismos legais inovadores. São também discutidos os processos de amnésia e punição, sobre julgamentos, comissões da verdade, reparações pecuniárias e a memória política. *Baía dos Tigres* relata a expedição do autor, jornalista do PÚBLICO, de Luanda a Quelimane em 1997, inspirada pela expedição de Pedro João Baptista e Anastácio Francisco, dois escravos pombeiros no início do século XIX. Neste, Pedro Rosa Mendes atravessa um país em guerra relatando histórias de vida que revelam de forma magnífica e cruel as verdadeiras dimensões da guerra. 01-11-1999 / 30-11-1999

D. PT/ADN/IEEI/006/0710 - *Boutros-Ghali e o Inimigo Americano*, por Marcello Duarte Mathias . O presente texto faz análise do livro de Boutros-Ghali, *Unvanquished, A U.S.-U.N. Saga* que expõe as suas memórias enquanto secretário-geral das Nações Unidas. Boutros-Ghali refere numerosas crises, como as do Haiti, Bósnia, Médio Oriente ou Camboja. A ideia que transparece é a de um inventário por vezes frustrante de tentativas isoladas por iniciativa do secretário-geral, que procura antecipar respostas adequadas a situações que se prevê alarmantes, e só encontra pelo caminho preconceitos ou indiferenças. A motivação do livro reside no facto de Boutros-Ghali ter sido o primeiro secretário-geral da ONU a quem foi negada a possibilidade de um segundo mandato por exclusiva oposição dos EUA. Esta apreensão é vista como parte da apreensão da diplomacia americana perante os inconvenientes do multilateralismo. O livro reconstitui as etapas essenciais deste confronto: uma oposição política e ideológica, mas também de animosidade psicológica. 01-10-1999 / 31-10-1999

D. PT/ADN/IEEI/006/0711 - Livros, por Ana Paula Fernandes, MRMV e Paula Pereira . O presente documento contém três análises de três livros distintos: *Waging Peace – Israel and the Arabs at the End of the Century* de Itamar Rabinovich; *The Destruction of a Nation: United States Policy towards Angola since 1945* de George Wright; e *Timor Leste na Encruzilhada da Transição Indonésia* por António Barbedo de Magalhães. O primeiro livro, começa pelo historial das diferentes guerras entre Israel e os países árabes, e depois o início das negociações de paz da conferência de Madrid, a segunda parte relata os progressos graduais registados nos últimos anos. *The Destruction of a Nation* analisa a política dos Estados Unidos em relação a Angola, tentando explicar as tomadas de posição das diversas administrações americanas, de Truman a Clinton, desde 1945 a 1997. Em *Timor Leste na Encruzilhada da Transição Indonésia* percorre a história da Indonésia e os pontos em que esta se cruza com a história de Timor, conduzindo-nos, depois, pelos meandros da transição indonésia. 01-12-1999 / 31-12-1999

D. PT/ADN/IEEI/006/0712 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho (coord.) . O presente documento sintetiza as opiniões e balanços feitos nos 10 anos da queda do Muro de Berlim, nomeadamente no que diz respeito aos níveis de crescimento e desenvolvimento dos países de Leste; reflete sobre a contemplação por parte do Pentágono da possibilidade de uma guerra cibernética; analisa a satisfação em Marrocos perante a decisão do rei Mohammed VI de afastar o ministro do interior, Driss Barsi; e sintetiza a opinião de Gerald Segal no número de setembro/outubro da *Foreign Affairs* sobre a importância da China. 01-12-1999 / 31-12-1999

D. PT/ADN/IEEI/006/0713 - *Novos direitos, velhas injustiças*, por Alexandra Barahona de Brito . Se olharmos para o mapa dos direitos humanos e especularmos sobre a situação global no próximo século, a resposta será necessariamente pior do que imaginamos, mas também encorajante e inovadora em muitas formas. Essencialmente, o destino dos direitos humanos depende do sucesso ou do insucesso da democracia em florescer nos locais a que ainda não chegou e fortalecer-se nos locais onde já deixou a sua marca. A situação e perspectivas variarão de acordo com o maior ou menos aprofundamento da governação democrática. As áreas que estão em pior estado atualmente – em primeiro lugar e acima de tudo a África, o Médio Oriente e a Ásia – continuarão a ser os locais onde os direitos humanos serão mais desrespeitados. O presente texto traça uma prospetiva daqueles assuntos que marcarão o novo milénio no que diz respeito à questão dos direitos humanos. 01-01-2000 / 31-01-2000

D. PT/ADN/IEEI/006/0714 - *O mundo em 2000*, por IEEI . O presente texto contém o calendário previsto para o ano de 2000 no mundo, em geral, e para a presidência europeia, em específico. Cobre, assim, os congressos e reuniões relevantes no mundo, bem como as eleições agendadas para esse ano; e as datas relevantes que marcarão a presidência portuguesa à UE durante primeiro semestre do ano de 2000. 01-01-2000 / 31-01-2000

D. PT/ADN/IEEI/006/0715 - O ressurgimento da América Latina, por Carla Madeira . O presente texto traça uma prospectiva sobre aqueles temas que marcarão o panorama latino-americano para o início do novo milénio. Ao longo dos próximos anos, diz-se, os temas que irão merecer maior destaque na América Latina serão a integração regional, a consolidação dos direitos humanos e das democracias, a resolução dos persistentes conflitos internos, e o progresso dos indicadores sociais e humanos. Após um ano de forte recessão, as estimativas de crescimento para o ano de 2000 revestem-se de grande otimismo e auguram uma retoma do comércio externo dos países latino-americano, ao mesmo tempo que se espera um novo capítulo no que diz respeito à aplicação e cumprimento dos direitos humanos. O documento contém, ainda, um pequeno texto por Joana Dâmaso sobre o futuro das relações entre a União Europeia e o Mercosul. 01-01-2000 / 31-01-2000

D. PT/ADN/IEEI/006/0716 - O acordar do dragão?, por Miguel Santos Neves . O presente documento reflete sobre as perspectivas para o continente asiático no início do novo milénio, marcado pelo ano do dragão. A Ásia, diz-se, viverá uma consolidação do processo de recuperação económica – nomeadamente no Japão – e um reforço das transições democráticas. No entanto, será necessária cautela no que diz respeito às questões de segurança regional, sobretudo a Taiwan, Indonésia e Índia-Paquistão. Poderá ser retomada a corrida aos armamentos. O documento contém, ainda, um pequeno texto por Cláudia Pedra sobre a cultura política em Macau seguindo o estudo de Dr. Herbert S. Yee sobre Mass Political Culture in Macau: Continuity and Change, no qual analisa quantitativa e qualitativamente o resultado de dois inquéritos, realizados em 1991 e 1999, sobre a cultura política dos habitantes de Macau. 01-01-2000 / 31-01-2000

D. PT/ADN/IEEI/006/0717 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho (coord.) . O presente documento sintetiza as opiniões sobre aquelas questões que marcaram as relações internacionais em janeiro e fevereiro de 2000, nomeadamente, as questões do sistema de defesa antibalística dos Estados Unidos; do desequilíbrio da Rússia que, ao contrário do que o Ocidente quis acreditar, não se transformou nem num Estado de direito, nem numa economia de mercado regulamentada; do assassinio de Patrice Lumumba; o estabelecimento de relações diplomáticas com a Coreia do Norte por parte de Itália; e a influência do conselheiro de Bill Clinton para a Segurança Nacional, Samuel “Sandy” Berger, na política externa dos Estados Unidos. 01-02-2000 / 29-02-2000

D. PT/ADN/IEEI/006/0718 - O regresso da política, por Maria João Seabra . O presente texto analisa criticamente o livro *L’Avenir de la liberte – La démocratie dans la mondialisation* de Jean-Marie Guéhenno, sobre as novas realidades políticas e os desafios colocados pela globalização à liberdade e à democracia. 01-02-2000 / 29-02-2000

D. PT/ADN/IEEI/006/0719 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho (coord.) . O presente documento sintetiza as opiniões sobre aquelas questões que marcaram as relações internacionais em abril de 2000, nomeadamente no que diz respeito à governação de George W. Bush nos Estados Unidos da América e de Vladimir Putin na Rússia; à marginalização dos países do Sul do Mediterrâneo em consequência do processo de globalização; a abertura da primeira agência do FBI na Europa e a escolha de Budapeste como localização da sede; a crise petrolífera no Médio Oriente; e a reforma das Forças Armadas levada a cabo pela Ucrânia. 01-04-2000 / 30-04-2000

D. PT/ADN/IEEI/006/0720 - Fragmentos do Presente, por Pedro Rosa Mendes . O presente texto analisa criticamente o livro *History of the Present* de Timothy Garton Ash, coleção de “ensaios, cenas e despachos da Europa nos anos 90”. Entre o jornalismo, a história e a literatura, o livro oferece uma possível leitura e perspetiva sobre os eventos que marcaram a década de noventa. 01-04-2000 / 30-04-2000

D. PT/ADN/IEEI/006/0721 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho (coord.) . O presente documento sintetiza as opiniões sobre aquelas questões que marcaram as relações internacionais em março de 2000, nomeadamente, do interesse da Coreia do Norte sobre o que pode vir a sair da primeira cimeira conjunta das duas Coreias; a influência de Boris Berezovski na vitória eleitoral de Vladimir Putin; a criação de um grupo de trabalho por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas que deverá fazer recomendações sobre a forma de tornar mais eficazes os regimes de sanções impostos a alguns países; o crescimento do Panamá enquanto gigante do mercado de armas para os grupos de guerrilha latino-americanos; o surgimento de “Novos Espanhóis – à direita, sem complexos”. 01-05-2000 / 31-05-2000

D. PT/ADN/IEEI/006/0722 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho (coord.) . O presente documento sintetiza as opiniões sobre aquelas questões que marcaram as relações internacionais em junho de 2000, nomeadamente: a operação militar da INTERFET em Timor Leste; a preocupação estadunidense sobre a crescente ameaça vinda do Afeganistão, em particular a

ameaça do regime taliban; o aumento da tensão nos Balcãs e as estratégias a ser empregues pela Rússia; os erros da estratégia da Administração Clinton nas negociações israelo-sírias; e sobre as eleições legislativas no Irão. 01-06-2000 / 30-06-2000

D. PT/ADN/IEEI/006/0723 - Livros, por Alexandra Barahona de Brito, João Domingues e Patrícia Magalhães Ferreira . O presente texto analisa criticamente os livros *Vivir los Derechos Humanos* de Juan Linz, que explica o valor dos direitos humanos, concentrando-se na relevância dos direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos; *Peace Keeping in Africa: Capabilities and Culpabilities* de Eric G. Berman e Katie E. Sams, que saliente a disparidade existente entre as crescentes necessidades dos países africanos nas áreas de segurança e da prevenção/resolução de conflitos e a incapacidade de resposta manifestada aos níveis regional e internacional; e a exposição "Portugal e a Europa: 100 Obras Portuguesas de Referência sobre a Europa [séc. XX]" do Instituto Camões. 01-06-2000 / 30-06-2000

D. PT/ADN/IEEI/006/0724 - As sociedades de medo, por Alexandra Barahona de Brito . O presente texto analisa criticamente o livro *Societies of Fear: The Legacy of Civil War, Violence and Terror in Latin America* de Kees Koonings e Dirk Kruijt. O livro apresenta uma reflexão oportuna sobre o impacto das heranças de terror e de violência nas democracias da América Latina. 01-07-2000 / 31-07-2000

D. PT/ADN/IEEI/006/0725 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho (coord.) . O presente documento sintetiza as opiniões sobre aquelas questões que marcaram as relações internacionais em julho de 2000, nomeadamente sobre o crescimento de tensão no vale de Presevo, região sérvia que faz fronteira com o sudeste do Kosovo; sobre a percebida necessidade de a ONU ser dotada de força militar; sobre as alterações e emergência de uma nova geopolítica no Mediterrâneo Ocidental; e sobre o alarmante crescimento de crianças chinesas a dormir na rua. 01-07-2000 / 31-07-2000

D. PT/ADN/IEEI/006/0726 - A Indonésia liberta, em cativeiro, por Ana Gomes . O presente texto faz uma análise do livro *The Mute's Soliloquy – a Memoir* de Pramoedya Amanta Toer, começando por traçar uma breve biografia do mais famoso autor indonésio e a perseguição que este sofreu. O livro de Pramoedya junta notas, ensaios, cartas nunca enviadas aos filhos, "escritas em condições adversas" é descrito com um prodigioso fresco da Indonésia deste século e dos seus antecedentes civilizacionais, das suas convulsões sociais e políticas, das tragédias e criatividade das suas diversas gentes, da grandeza, da corrupção e da ignorância das suas elites, da crueldade das suas prisões; da perversão e incompetência do sistema militarista; e da solidariedade humana, mesmo quando se vegeta ou se morre numa colonial penal. 01-08-2000 / 30-09-2000

D. PT/ADN/IEEI/006/0727 - Um coração em Goa, por Alexandra Lucas Coelho . O presente texto analisa o livro *Um Estranho em Goa* de José Eduardo Agualusa, um romance sobre um escritor que parte para Goa à procura de uma lenda – o Comandante Maciel – e que encontra lá todo um universo: estão lá Angola, Portugal, Brasil, as memórias do colonialismo no final do século passado, as lutas pela independência, os desvios que se seguiram; as paixões literárias e musicais; e sobretudo, o fascínio pelas histórias que se desmultiplicam (e reinventam) de cada detalhe, de cada circunstância, de cada personagem, num gozo puro de que na realidade pode ainda vir a ser ficção e do que sendo ainda ficção se ultrapassará em realidade. O livro oscila entre factos e ficção num cartão postal a Goa, do qual sai o diabo. 01-08-2000 / 30-09-2000

D. PT/ADN/IEEI/006/0728 - Bloco de notas, s.a. O presente documento sintetiza as opiniões sobre aquelas questões que marcaram as relações internacionais entre agosto e setembro de 2000, nomeadamente do "The New York Review of Books", que resume os pontos mais arrepiantes do livro *Biohazard: The Chilling True Story of the Largest Covert Biological Weapons Program in the World* de Ken Alibek com Stephen Handelman sobre o programa de armas biológicas da União Soviética; do "The Economist", que destaca o livro *Guilty Victim: Austria from the Holocaust to Haider* de Hella Pick, que, diz o artigo, é sobre a forma como a Áustria (não) enfrentou o seu passado; e o livro *In the Footsteps of Mr. Kurtz: Living on the Brink of Disaster in the Congo* de Michela Wrong, que investiga a ditadura de Mobutu Sese Seko no Zaire; e do "Le Monde des Debats" que reflete sobre o livro de Thomas L. Friedman, *The Lexus and the Olive Tree*, sobre os processos de globalização e identidade. 01-08-2000 / 30-09-2000

D. PT/ADN/IEEI/006/0729 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho (coord.) . O presente documento sintetiza as opiniões sobre aquelas questões que marcaram as relações internacionais de outubro de 2000, nomeadamente do "Libération", sobre a opção europeia de ter pedido a três "sábios" para avaliarem a situação na Áustria com a extrema-direita no poder, que abriu "portas ao radicalismo de direita e ao racismo político"; do boletim "Jane's Foreign Report", que faz uma avaliação da situação de Portugal e o alargamento a Leste para os portugueses; do "El País" sobre a Organização dos Países Produtores de Petróleo, numa altura em que a subida dos preços está a provocar uma crise internacional; da "Jeune Afrique/L'Intelligent" sobre Marrocos e a descoberta petrolífera; e do "Economist" que aconselha o Presidente sul-africano, Thabo Mbeki, que se este quer

que a África do Sul seja influente no palco mundial, o esforço tem de começar junto dos países vizinhos. 01-10-2000 / 31-10-2000

D. PT/ADN/IEEI/006/0730 - E se votássemos na América?, por Álvaro de Vasconcelos . Os destinos do mundo continuam a depender, em larga medida, do bem fundado de decisões tomadas em Washington pelo Presidente ou pelo Congresso dos Estados Unidos. E por isso não nos é indiferente que seja eleito Al Gore ou George W. Bush para a Casa Branca. A questão fulcral que o presente texto coloca, se votássemos nas eleições americanas, é, no fundo, perguntar qual dos candidatos está mais inclinado a aceitar uma partilha de soberania com outros Estados do mundo. O balanço da presidência de Clinton fornece algumas indicações. 01-10-2000 / 31-10-2000

D. PT/ADN/IEEI/006/0731 - Um jogo só para dois, por Pedro Ribeiro . O próximo presidente norte-americano será ou Al Gore ou George W. Bush. Para lá das diferenças de estilo e personalidade, há inúmeras divergências ao nível de programa entre os dois candidatos. A política americana continua a ser um jogo fechado aos seus dois maiores partidos. O presente texto, que começa por expor as previsões das eleições americanas, reflete sobre a cristalização da política americana em torno dos seus dois maiores partidos, as diferenças nos programas políticos dos dois candidatos e, finalmente, sobre os partidos para além destes dois, nos quais a votação será, como tem sido, residual. 01-10-2000 / 31-10-2000

D. PT/ADN/IEEI/006/0732 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho (coord.) . O presente documento sintetiza as opiniões sobre aquelas questões que marcaram as relações internacionais de novembro de 2000, nomeadamente de como a queda da última ditadura dos Balcãs levanta sérias questões sobre as prioridades do Ocidente naquela região, de acordo com vários especialistas internacionais; sobre o período de transição de modelo económico vivido pelo Brasil e os obstáculos acarretados pela modernização económica do país; sobre as novas ameaças e as novas necessidades de segurança a nível nacional e internacional; e sobre os perigos de uma paragem da Europa e da ausência de projetos a longo prazo. 01-11-2000 / 30-11-2000

D. PT/ADN/IEEI/006/0733 - Europe, China and the two SARs – Towards a new era, por Cláudia Pedra . O presente texto analisa o livro de Miguel Santos Neves e Brian Bridges, Europe, China and the two SARs – Towards a new era, que faz uma análise comparativa das políticas bilaterais dos países da União Europeia e o modo como se articulam numa política global da União de aproximação à China. 01-11-2000 / 30-11-2000

D. PT/ADN/IEEI/006/0734 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho (coord.) . O presente documento sintetiza as opiniões sobre aquelas questões que marcaram as relações internacionais de dezembro de 2000, nomeadamente os comentários de Zbigniew Brzezinski sobre a percebida “incoerência” europeia e a falta de união dos europeus em torno de questões como a defesa; os planos de Gloria Arroyo para as Filipinas no “Faz Eastern Economic Review”; a revista prospetiva que a “Economist” lança anualmente sobre o ano de 2001; e a análise de David Eshel, antigo oficial das Forças de Defesa de Israel, faz na “Jane’s Intelligence Review” sobre as preocupações de segurança de um futuro Estado palestino. 01-12-2000 / 31-12-2000

D. PT/ADN/IEEI/006/0735 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho (coord.) . O presente documento sintetiza as opiniões sobre aquelas questões que marcaram as relações internacionais de fevereiro de 2001, nomeadamente da revista “Foreign Policy” e do seu exercício de medir os níveis de globalização dos vários países, do qual resultou a resposta “Singapura”; da “L’Express” que manifesta a sua preocupação com o futuro do processo de abertura democrática iniciado no reino de Mohammed VI; da revista “Far Eastern Economic Review”, que analisa a súbita demissão de Anson Chan, número dois da administração de Hong Kong e uma figura considerada indispensável para uma transição pacífica no território; e do “Courrier International”, no qual Alexandre Adler vê sinais de esperança no continente africano e escreve que, embora alguns Estados, demasiado fracos, tenham perdido a sua importância, a tendência, quando se trata de um grande conjunto territorial, é para que os respetivos povos se apeguem à unidade estatal. 01-02-2001 / 28-02-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0736 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho (coord.) . O presente documento sintetiza as opiniões sobre aquelas questões que marcaram as relações internacionais de março de 2001, nomeadamente da revista francesa “Esprit” que elabora um dossier sobre a Turquia, numa altura em que esta está novamente mergulhada numa grave crise política; da “Revue d’Études Palestiniennes”, cujo número do Inverno de 2001 se debruça sobre os anos históricos do conflito israelo-palestino, nomeadamente 1948, 1967 e 2000; da revista mensal do “Le Monde”, chamada “Le Monde 2”, que reúne vários artigos publicados no diário sobre os escândalos da política francesa em África; e da “Harvard International Review” sobre a forma como a comunidade internacional tem intervindo nos conflitos africanos. 01-03-2001 / 31-03-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0737 - Crime e castigo, por Maria João Seabra . A resolução 827 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de maio de 1993, criou o Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia com o objetivo de julgar os indivíduos considerados responsáveis por violações graves à lei humanitária internacional. Em termos políticos, a criação deste TPI demonstra a preocupação da comunidade internacional em não deixar impunes ações de limpeza étnica. Um dos marcos mais relevantes da atuação do Tribunal são as acusações proferidas contra os destacados dirigentes políticos envolvidos nas diferentes fases do conflito na ex-Jugoslávia. Para além da explicitação destes crimes e respetivos processos do TPI, o presente texto reflete sobre como este processo tem sido acatado pelos políticos sérvios. 01-03-2001 / 31-03-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0738 - Destaques, por Cláudia Pedra, George Joffé, Joana Dâmaso, Maria João Seabra e Patrícia Magalhães Ferreira . O presente texto discorre brevemente sobre aqueles assuntos que marcaram as relações internacionais nos diferentes continentes. Na Europa destaca-se os dados do Eurobarómetro, que indica que os europeus continuam genericamente a apoiar o processo de integração europeia. No Mediterrâneo destaca-se a corrida ao petróleo na Líbia e especialmente as relações com os Estados Unidos, bem como as crescentes dificuldades enfrentadas pelo presidente argelino Abdelaziz Bouteflika. Em África destaca-se o novo relatório da OCDE e as pistas que dá sobre a cooperação para o desenvolvimento em 2000, e os acordos de exploração petrolífera celebrados entre São Tomé e Príncipe e a Nigéria. Na Ásia destacam-se as acusações de corrupção que recaem sobre o recém-eleito Primeiro-Ministro da Tailândia, Thaksin Shinawatra e a deposição do então presidente das Filipinas, Joseph Estrada. Na América faz-se o balanço das economias na América Latina e das Caraíbas. 01-03-2001 / 31-03-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0739 - Exploração sexual de crianças: um combate extraterritorial, por Catarina de Albuquerque . Apesar das diferenças entre as várias legislações a nível nacional, as leis penais extraterritoriais são hoje o instrumento mais eficaz para combater os crimes de exploração e abuso sexual de crianças. Mas, por si só, não bastam. O presente texto reflete sobre a questão da exploração sexual de crianças, e sobre porque passam as soluções para esta. Apesar da adoção de leis penais extraterritoriais serem necessárias e eficazes em certa medida, diz-se, esta não deve ser vista como um substituto à adoção e à aplicação de leis e políticas eficazes nos países de destino dos pedófilos. 01-03-2001 / 31-03-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0740 - Morte de Carlos Cardoso: “Que investigação é esta?”, por Fernando Balthazar de Lima . Se o mediatismo do assassinato do jornalista Carlos Cardoso “forçou” o Governo moçambicano a dar sinais de que está a avançar na resolução do caso, já as investigações sobre as mortes nas manifestações da Renamo e na prisão de Montepuez em novembro de 2000 e continuam por concluir. 01-03-2001 / 31-03-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0741 - Que Europa quer a França?, por Teresa de Sousa . O que quer a França da Europa? O que quer a Europa da França? O presente texto faz uma análise sobre o livro Les Cartes de la France – à l’Heure de la Mondialisation de de Hubert Vedrine e Dominique Moisi, cuja leitura, argumenta-se, é indispensável para quem queira entender os dilemas que justificam o ensurdecer silêncio francês sobre a Europa. 01-03-2001 / 31-03-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0742 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho (coord.) . O presente texto discorre brevemente sobre alguns assuntos cobertos pela imprensa internacional em abril de 2001, nomeadamente sobre a questão da mobilização islamista e a segurança regional na Ásia Central; as principais questões das novas ameaças transnacionais; sobre a importância das Lajes para a política externa portuguesa, bem como para a sua segurança e defesa; e, finalmente, sobre a política externa italiana. 01-04-2001 / 30-04-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0743 - Destaques, por Cláudia Pedra, George Joffé, Mónica Santos e Patrícia Magalhães Ferreira . O presente texto discorre brevemente sobre aqueles assuntos que marcaram as relações internacionais nos diferentes continentes. Na Europa destaca-se o lançamento do debate sobre o futuro da União Europeia. No Mediterrâneo destaca-se a visita do primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon, a Washington que se focou na questão palestina. Na África destaca-se a situação alimentar e a propagação do HIV/SIDA, e a retirada de tropas ruandesas da República Democrática do Congo. Na Ásia destaca-se, por um lado, a questão política no Japão e, por outro, a remodelação governamental na Coreia do Sul. 01-04-2001 / 30-04-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0744 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O presente texto discorre brevemente sobre alguns assuntos cobertos pela imprensa internacional em maio de 2001, nomeadamente sobre as relações entre as relações entre os dirigentes políticos russos e americanos após uma sucessão de pequenas crises que culminaram na expulsão mútua de uma série de diplomatas; sobre a independência de Montenegro e os receios da comunidade internacional; sobre a questão do aumento da criminalidade do Sul Mediterrâneo e da necessidade da União Europeia de endereçar e empenhar-se no processo

euro mediterrâneo; e, finalmente, sobre a polémica instalada na Holanda com o texto do jornalista Paul Scheffer sobre a política dos governos holandeses em relação à integração dos imigrantes. 01-05-2001 / 31-05-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0745 - Cidadãos globais, por Tiago Fernandes . O presente texto analisa o livro *Toward a Global Civil Society*, editado por Michael Walzer. Neste volume, Walzer reúne textos de um variado conjunto de autores para tentar traçar os diversos sentidos que a noção de “sociedade civil” adquiriu na Europa e nos Estados Unidos. Uma das discussões mais interessantes do livro é a questão das relações entre sociedade civil, Estado e democracia. 01-05-2001 / 31-05-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0746 - Destaques, por Cláudia Pedra, Joana Dâmaso e Rosário Sá . O presente texto discorre brevemente sobre aqueles assuntos que marcaram as relações internacionais nos diferentes continentes. Na Europa destaca-se a necessidade da Espanha abrir portas à imigração na defesa para eliminar o défice das suas Forças Armadas. No continente americano destaca-se a aprovação da lei dos direitos indígenas. No continente asiático sublinham-se as relações desastrosas com os Estados Unidos, particularmente com a Administração Bush. 01-05-2001 / 31-05-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0747 - As opções dos EUA para os próximos 25 anos, por Graça Gonçalves Pereira . O presente texto analisa o livro *The Geostrategic Triad: Living with China, Europe and Russia* de Zbigniew Brzezinski. Durante pelo menos uma geração, os Estados Unidos continuarão a ser a única superpotência mundial, repete Brzezinski no seu último livro. Mas para manter o seu domínio tem que saber gerir as relações em dois triângulos estratégicos: EUA/Europa/Rússia, e EUA/China/Japão, sendo que é preciso acompanhar com particular atenção as evoluções da Rússia e da China. 01-06-2001 / 30-06-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0748 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O presente texto discorre brevemente sobre alguns assuntos cobertos pela imprensa internacional em junho de 2001, nomeadamente sobre a possível crítica ao Islão, levado por crentes e não-crentes de origem muçulmana; a ascensão, queda e erros de Ariel Sharon; as três diferentes escolas de pensamento americanas sobre política externa – a dos controladores, dos moduladores e a dos abstencionistas; e, finalmente, sobre a opinião de Larry Siedentop , assinada por Andrew Moravcsik, sobre a “tirania centralizada” de Bruxelas. 01-06-2001 / 30-06-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0749 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O presente texto discorre brevemente sobre alguns assuntos cobertos pela imprensa internacional em julho e agosto de 2001. Resume-se, assim, a peça que saiu no segundo número da revista “Géopolitique Africaine”/“African Geopolitics”, na qual mais de 30 personalidades conhecidas discutem, a partir de diferentes pontos de vista, o tema “Que democracia para a África?”. Sintetiza-se, ainda, o mais recente relatório sobre a Bósnia pelo International Crisis Group, que alerta para os riscos da redução do número de tropas americanas nesta região. O mesmo grupo alerta, no seu relatório de maio, para as consequências do impasse em torno das tentativas de destituição do Presidente Wahid, referindo nomeadamente a degradação da situação económica e os riscos de nova violência política nas ruas. Finalmente, reflete-se sobre a entrevista a Taha Hashemi, no qual ele explica o que é o “novo pensamento religioso” em seguimento das eleições de 8 de junho de 2001 no Irão. 01-07-2001 / 31-08-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0750 - Destaques, por Ana Pinto . O presente texto discorre brevemente sobre aqueles assuntos que marcaram as relações internacionais na Europa e no Mediterrâneo. Na Europa destaca-se o desrespeito pelos direitos humanos nas prisões da Turquia, que ignora as recomendações da Comissão Europeia. No Mediterrâneo sublinham-se os resultados de um estudo levado a cabo pelo Institute for Peace Research de Givat Haviva sobre a população árabe adulta de Israel, que concluiu que 49% dos inquiridos participou na Intifada de outubro de 2000. 01-07-2001 / 31-08-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0751 - Livros, por Bruno Cardoso Reis . O presente texto analisa os livros *Manual Diplomático: Direito Diplomático, Prática Diplomática* de José Calvet de Magalhães, em que o embaixador reflete e transmite os ensinamentos da sua vasta experiência; *A Middle East Mosaic. Fragments of Life, Letters and History* de Bernard Lewis, uma coleção de escritos – de “nativos”, mas também de viajantes estrangeiros de diferentes origens – sobre o Médio Oriente; e *Eastward to Tartary. Travels in the Balkans, the Middle East, and the Caucasus* de Robert S. Kaplan que, como explicita o subtítulo, trata-se do registo das andanças do seu autor pelos Balcãs, Médio Oriente e Cáucaso. 01-07-2001 / 31-08-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0752 - Barómetro, por IEEI . O presente documento representa uma secção introduzida no número 24 da revista Mundo em Português, que reforça a aposta da revista na informação gráfica, tendo por objetivo concentrar informação de uma forma mais legível. Neste número apresenta um gráfico de linhas sobre a opinião da população dos EUA sobre a performance de Bush como Presidente no ano de 2001; um gráfico de barras sobre a opinião de quatro países da UE15

(Alemanha, França, Itália e Reino Unido) em percentagem relativa à posição de Bush no Protocolo de Quioto; outro gráfico de barras sobre as despesas militares em alguns países do Médio Oriente e Norte de África em percentagem do PIB em 1998; e, finalmente, outro gráfico de linhas sobre a posição da população estadunidense sobre o conflito no Médio Oriente. 01-09-2001 / 30-09-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0753 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O presente texto discorre brevemente sobre alguns assuntos cobertos pela imprensa internacional até setembro de 2001. Num relatório do International Crisis Group de agosto de 2001 constata-se que, cinco anos depois dos acordos de Dayton, a Bósnia inicia uma transição económica que deveria ter começado em 1996. Na sua edição de julho de 2001, a “Middle Eats International” reconhece que existem poucas hipóteses de Ariel Sharon, então primeiro-ministro de Israel, ser julgado por crimes contra a humanidade na sequência do processo que lhe foi aberto na Bélgica. A “Jane’s Intelligence Review” de julho afirma que a Rússia está a intensificar a sua campanha para vender armas ao Médio Oriente, o que está a provocar, por seu turno, preocupações em Washington. Numa altura também em que o debate sobre a globalização e as instituições internacionais está ao rubro, a “The World Today” de agosto/setembro analisa o fenómeno dos movimentos antiglobalização, no centro dos quais está o crescimento das desigualdades. 01-09-2001 / 30-09-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0754 - Destaques, por Ana Elisa Cascão, Ana Pinto, Bruno Cardoso Reis e Diogo Nunes . O presente texto discorre brevemente sobre aqueles assuntos que marcaram as relações internacionais na Europa, no Mediterrâneo e na Ásia. Na Europa destacam-se os “manifestantes antiglobalização” que se manifestaram em Génova, durante a Cimeira do G8. No Mediterrâneo sublinha-se o agravamento e escalada de violência do conflito israelo-árabe desde o início da Intifada Al-Aqsa em setembro de 2000; bem como sobre o deficit democrático e a necessidade da aceleração do processo de transição democrática em Marrocos. Na Ásia, finalmente, salienta-se a questão do entendimento americano com a Coreia do Norte. 01-09-2001 / 30-09-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0755 - A justiça dos famosos e a impunidade dos anónimos, por Alexandra Barahona de Brito . Uma análise das notícias deste Verão deixa-nos com a feliz impressão que o mundo se está a tornar num lugar mais difícil para os violadores de direitos humanos. Os tribunais internacionais, os tribunais de países da América Latina e da Europa têm estado ocupados a investigar; a mandar prender; a julgar e sentenciar indivíduos por crimes cometidos no passado, incentivados por redes de ativistas transnacionais que são apoiadas por uma “opinião pública global”. E embora isto seja verdade e a melhor solução para a presente crise poderá passar pelo julgamento de Bin Laden num tribunal internacional, isso não irá solucionar as inúmeras violações de direitos humanos em zonas tão diversas como a Palestina e o Afeganistão. Mas os violadores de direitos humanos de segunda linha continuam por combater em grande parte do mundo. O primeiro passo a dar é integrar nos ordenamentos jurídicos internos a legislação internacional dos direitos humanos. 01-10-2001 / 31-10-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0756 - O mundo sem defesas, por Álvaro de Vasconcelos . Os primeiros meses da presidência Bush vieram comprovar tudo quanto dela se temia. Os Estados Unidos demitem-se das suas responsabilidades e contrariam as iniciativas da comunidade internacional. E o vazio criado pela ausência americana não foi preenchido ainda por ninguém. Não o preencheu a União Europeia apesar da sua ambição para isso. Não o preencheu uma coligação heteróclita de países do Sul, em que subsistem em muitos casos prolemas de legitimidade dos governos. Resta Kofi Annan e a sua vontade de fazer das Nações Unidas o propulsor de iniciativas portadores de mudança em questões como o racismo, a sida, os refugiados, ou ainda a procura de solução para crises graves que comprometem a paz como é hoje a crise que se agudiza no Médio Oriente, em seguimento, em grande parte, da deterioração da iniciativa americana e da fragilidade da política externa europeia. 01-09-2001 / 30-09-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0757 - Barómetro, por IEEI . Os ataques suicidas de 11 de setembro provocaram a queda das Twin Towers, mas as ondas de choque estenderam-se por todo o mundo. O presente documento procura dar uma ideia das reações aos atentados por parte das opiniões públicas de uma série de países significativos: os principais Estados europeus, Israel e o Paquistão; Portugal; os próprios EUA; e o Brasil. 01-10-2001 / 31-10-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0758 - Bloco de notas, por Alexandra Barahona de Brito (coord.) . O presente texto discorre brevemente sobre alguns assuntos cobertos pela imprensa internacional em outubro de 2001. Especialistas em terrorismo no Clingendael Research Institute da Holanda, discutem, no site da Radio Netherlands, sobre o papel dos serviços secretos em prever e evitar tragédias como a de 11 de setembro. Num artigo que a revista Foreign Policy colocou no seu site na sequência dos atentados reflete-se sobre a mente e perfil dos terroristas. No site da Foreign Policy in Focus reflete-se sobre as motivações dos grupos terroristas, nomeadamente sobre o papel que a política externa americana em relação ao Islão político teve na radicalização de setores oprimidos da população que consideram os EU em parte responsáveis pela sua situação. Relembra-se, ainda, um

artigo de Ahmed Rashid publicado na Foreign Affaris em dezembro de 1999 e disponibilizado no site da revista após os atentados nos EUA em que Rashid alerta para a situação no Afeganistão e para os riscos de “talibanização”. 01-10-2001 / 31-10-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0759 - Dez verdades a respeito da globalização, por Amartya Sen . As discussões em torno da globalização exigem um melhor entendimento das questões que lhe estão subjacentes. Amartya Sen apresenta aqui dez reflexões para melhor se compreender a atual ordem económica mundial. 01-10-2001 / 31-10-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0760 - A colagem ao amigo americano, por Fernando Balthazar de Lima . Na costa africana banhada pelo Atlântico há um novo e entusiástico aliado da presente ofensiva americana no Afeganistão. A ação do governo angolano é clara: capitalizar a seu favor a presença ofensiva internacional contra o terrorismo, colando a UNITA e Savimbi aos taliban e bin Laden. A julgar pelo frenesim editorial da imprensa estatal angolana e a profusão de notas oficiais, Luanda é uma das capitais mais empenhadas na luta contra os talibans e Osama bin Laden. E se nos setores oficiais em Luanda se acredita cada vez menos na opção militar, a via negocial com os aliados americanos é o cenário em que mais aposta o Futungo de Belas (presidência angolana). Os movimentos cívicos angolanos envolvidos na vertente pacifista, embora descontentado o efeito propaganda que a atual conjuntura antiterrorista oferece, consideram importante a demarcação entre o terrorismo e conflito interno angolano. 01-11-2001 / 30-11-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0761 - Barómetro, por IEEI . Uma das grandes questões atuais, dada a presença de importantes comunidades muçulmanas em alguns países ocidentais, é a de saber qual será o comportamento dessa comunidade no atual contexto, e como é que a sociedade em geral irá agir face a esses muçulmanos. Dois países em que a questão se põe com maior acuidade é a França. Um aprofundado inquérito publicado recentemente pelo Le Monde, aqui replicado, averigua a opinião do População Muçulmana e da população francesa não-muçulmana sobre os atentados de 11 de setembro. O mesmo se sucede no Estados Unidos, no qual o Washington Post e o Gallup publicaram as reações aos atentados de 11 de setembro por parte da população. 01-11-2001 / 30-11-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0762 - Bloco de notas, por Bruno Cardoso Reis . O presente texto sintetiza alguns assuntos que marcaram a agenda e imprensa internacional. A influente RAND assume no seu site uma posição clara relativamente à estratégia a seguir pelos EUA no Afeganistão, defendendo que só um apoio determinado à Aliança do Norte poderá garantir uma vitória no terreno sem custos inaceitáveis e num calendário realista. A Brookings Institution de Washington disponibiliza também no seu site uma análise de um dos seus mais prestigiados investigadores, Ivo Daalder, que enumera quais deverão ser os objetivos fundamentais dos EUA nesta campanha contra o terrorismo. O International Crisis Group emitiu um briefing no final de setembro de 2001 sobre a Ásia Central, pelo facto de vários dos seus Estados serem vizinhos do Afeganistão. Quanto à rede de bin Laden, a RAND reconhece na al-Qaeda o arcaboço de uma multinacional sólida, que pode sobreviver à morte do seu fundador e é importante que os EUA estejam conscientes disso. 01-11-2001 / 30-11-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0763 - O argumentário relativista face ao conceito de Fitnah, por Alexandra Barahona de Brito . As imagens chocantes da Polícia da Virtude espancando mulheres nas ruas de Cabul por terem ousado tirar o seu véu, e o discurso de bin Laden que dividia o mundo entre os crentes e os infiéis, voltaram a trazer para as luzes da ribalta um velho debate entre universalistas e relativistas. Estamos diante de um “choque de civilizações”? Há espaço para um conceito de direitos humanos “universais” neste quadro? O presente texto procede à reapreciação dos pontos em discussão e procura emitir um veredito. 01-11-2001 / 30-11-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0764 - O lugar da ONU, por Francisco Seixas da Costa . Depois do 11 de setembro as Nações Unidas reagiram na medida certa e assumiram as suas responsabilidades sem hesitações, mas no confuso cenário que se está a desenhar para o futuro do Afeganistão não deverá ser a ONU a “ficar com a criança nos braços”. De facto, é dito, apesar de ONU poder e dever desempenhar um papel relevante no futuro do Afeganistão, esse papel tem de ser medido em função de uma situação de pós-conflito cujas resultantes políticas, económicas e sociais têm uma dimensão que manifestamente ultrapassa os meios ao seu dispor. A responsabilidade da comunidade internacional e dos parceiros da coligação tem de projetar-se para além do termo do conflito e, nesse cenário, a ONU deve comportar-se como mandatária da vontade comum a definir nos seus órgãos próprios. 01-11-2001 / 30-11-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0765 - Santas Alianças, por Carlos Gaspar . O massacre terrorista de Nova Iorque e Washington marcou uma mudança, súbita e imprevista, nas prioridades da política externa norte-americana e, portanto, uma viragem brusca na política internacional. Por outro lado, a Rússia quer recuperar o estatuto perdido no tabuleiro internacional aliando-se, por

isso, aos Estados Unidos na campanha contra o terrorismo. O objetivo de Putin é o de ganhar credibilidade política, legitimidade para combater os “terroristas” da Tchetchénia e protagonismo para preservar a influência de Moscovo na Ásia Central. Os últimos dez anos foram desastrosos para a posição internacional da Rússia e a mudança pode representar uma oportunidade única para recuperar terreno perdido. A aliança com os Estados Unidos no “combate ao terrorismo”, que pode ser selada com uma intervenção militar conjunta no Afeganistão, resolve os problemas do estatuto internacional da Rússia, como uma grande potência responsável e respeitada. Não resolve, porém, a questão da posição internacional, ou dos alinhamentos externos do país. 01-11-2001 / 30-11-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0766 - Barómetro, por IEEI . A oposição à guerra no Afeganistão ganhou visibilidade, mas as opiniões públicas dos principais países europeus continuam a apoiar maioritariamente a intervenção. O presente documento apresenta alguma informação visual – sobre a forma de gráficos – sobre: a opinião dos europeus – na Alemanha, França, Itália e Reino Unido –, bem como da população brasileira sobre a operação militar dos EUA no Afeganistão; a opinião da população estadunidense relativa ao desempenho da Administração Bush no que diz respeito à resposta aos atentados, bem como reativa a alguns líderes internacionais e a alguns países considerados aliados; e aquele que os brasileiros consideram ser o melhor candidato às eleições presidenciais de 2002. 01-12-2001 / 31-12-2001

D. PT/ADN/IEEI/006/0767 - Barómetro, por IEEI . Os EUA perderam o rasto de Bin Laden no Afeganistão, mas é no Médio Oriente que se joga verdadeiramente o futuro da guerra ao terrorismo, e aí a opinião pública norte-americana parece ter perdido o norte. Considera Arafat e não Sharon como o obstáculo à paz e continua a apoiar de forma esmagadora Israel. O lobby pró-israelita continua claramente a dominar a paisagem mediática norte-americana. Quanto aos Israelitas e Palestínianos, parecem cada vez mais afastados de qualquer ideia de paz, numa descrença que produz resultados opostos, mas simétricos nas sondagens às respetivas opiniões públicas. O presente documento traduz os resultados visuais destas sondagens. 01-01-2002 / 31-01-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0768 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O presente texto resume alguns dos assuntos cobertos pela imprensa internacional que marcavam o início do ano de 2002, nomeadamente sobre os conflitos gerados pelo mundo unipolar – em particular o conflito no Médio Oriente –; sobre o conflito esquecido de Serra Leoa; sobre o radicalismo sunita; e sobre a escolha de Hezbollah, depois da retirada israelita do Sul do Líbano, de dirigir o seu potencial para a Intifada palestíniana. 01-01-2002 / 31-01-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0769 - Os novos velhos conflitos, por Fernando Balthazar de Lima . Com o fim da primeira fase da “guerra ao terrorismo” no Afeganistão, o continente africano é, em 2002, o cenário possível de novas confrontações violentas, a somar aos conflitos endémicos já existentes. As discussões de bastidores nos EUA apontam para a Somália e o Sudão, a par com o Iémen, como os palcos prováveis de novas ações contra a al-Qaeda. Tal como acontece com o Afeganistão, os EUA procuram o concurso de forças internas e regionais, esbatendo a incomodidade da presença física das forças militares americanas e dando caução política aos rearranjos que eventualmente venham a surgir na região que é designada habitualmente como Corno de África. O presente texto reflete sobre o conflito que se desenrola na zona central do continente e que alguém já chamou a “primeira grande guerra africana”. 01-01-2002 / 31-01-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0770 - Que relações internacionais para 2002, por Bruno Cardoso Reis . Nos últimos anos, o debate prático ao nível das relações internacionais – policy-oriented, como se diz no jargão de uma disciplina de origem e forte predomínio anglo-saxónico – tem sido dominado por uma série de grandes questões: a hegemonia norte-americana, a emergência de novas potências, o processo de integração europeia, a questão dos direitos humanos. Sendo que a reboque desta última surgem uma série de outros problemas – democratização e desenvolvimento, intervenções humanitárias, o papel da ONU e das ONG’s. A crise aberta pelo 11 de setembro, de alguma maneira sintetiza e volta a colocar na mesa para o ano de 2002 todas estas grandes questões para as quais se tem procurado insistentemente resposta nos últimos dez anos. Quais são as linhas de força deste debate no mundo de língua inglesa?. 01-01-2002 / 31-01-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0771 - Ser um patriota americano hoje, por Anthony W. Pereira . Desta vez, ao contrário de conflitos anteriores, os EUA foram atacados. É, portanto, justo que haja uma reação. Mas os patriotas americanos devem preocupar-se com a retórica simplista, com as táticas militares usadas no Afeganistão, e com a ameaça interna às liberdades civis. Assim, é defendido, a causa americana ao combater os autores destes ataques é justa. No entanto – e é isto que torna tão difícil ser-se um patriota hoje em dia – isso não significa que tudo aquilo que os EUA estão a fazer nesta guerra o seja. O presente texto reflete sobre os discursos e ações maniqueístas levadas a cabo pelos Estados Unidos na sua chamada “war on terror”. 01-01-2002 / 31-01-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0772 - Uma curva descendente?, por Alexandra Barahona de Brito e Ricardo Migueis . Progressos democráticos em alguns países, preocupantes recuos noutros, algum crescimento económico, mas um claro aumento da pobreza e da desigualdade. As perspetivas para a América Latina no ano de 2002 são, no melhor dos casos, ambíguas. 01-01-2002 / 31-01-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0773 - Barómetro, por IEEI . O presente documento apresenta os gráficos das sondagens conduzidas à população brasileira sobre qual o melhor candidato a Presidente e os partidos mais fortalecidos para as eleições presidenciais de 2002 no Brasil; sobre a opinião dos norte-americanos sobre o tratamento dos prisioneiros do Guantánamo; e sobre as preocupações dos brasileiros relativa às dificuldades resultantes da crise da Argentina e as implicações para o Mercosul. 01-02-2002 / 28-02-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0774 - Destaques, por Patrícia Magalhães Ferreira e Bruno Cardoso Reis . O presente texto discorre brevemente sobre aqueles assuntos que marcaram as relações internacionais nos continentes africano, asiático, americano e europeu. No continente africano destacam-se a nova iniciativa africana para o desenvolvimento africano – NEPAD – e sobre a erupção tanto do vulcão do monte Nyiragongo, como do conflito na região no leste do Congo Kinshasa. No continente asiático sublinha-se a reconstrução do Afeganistão e as relações entre a administração americana e o governo chinês. No continente americano relatam-se a cedência do movimento de guerrilhas mais antigo da América Latina ao presidente da Colômbia e a violência no Brasil. No continente europeu aborda-se o processo de instrução contra Sloban Milosevic. 01-02-2002 / 28-02-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0775 - Barómetro, por IEEI . Os argentinos continuam na maioria céticos face às reformas do presidente Duhalde, especialmente quanto à contenção dos gastos políticos. Mas, o novo presidente pode mostrar alguma satisfação com o facto de pelo menos a maioria acreditar que vai cumprir o mandato até ao fim. Quanto à crise no Médio Oriente, parece haver acordo na opinião pública dos principais países europeus quanto ao que há a fazer para resolver a crise – criar dois estados – e a maioria mostra-se convencida de que a UE tem sobretudo favorecido Israel. Resta saber se os respetivos líderes saberão tirar daí as devidas consequências e conseguirão obter o necessário acordo ao nível das estruturas da União. Quanto à opinião árabe, o ceticismo reina, mas não parece haver grande ideia sobre o que fazer, uma escassa maioria favorece uma intervenção coordenada de todo o mundo árabe, no entanto, não se vê qualquer perspetiva de os seus líderes chegarem a um acordo sobre o que fazer. 01-03-2002 / 31-03-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0776 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O presente texto discorre brevemente sobre alguns assuntos cobertos pela imprensa internacional no início do ano de 2002. No número de janeiro/fevereiro da Foreign Affairs, Martin Indyk, antigo secretário de Estado adjunto para os assuntos do Médio Oriente e ex-embaixador dos EUA em Israel, explica que deveria ser negociado um novo “pacto” entre Washington e os seus principais aliados árabes no Médio Oriente agora que está quase terminada a primeira fase da “war on terror”. Numa análise da Foreign Policy Mark Strauss recorda uma série de ideias sobre um ataque norte-americano ao Iraque. No número de 14 de fevereiro, a Far Eastern Economic Review reflete sobre um possível ataque sobre a Coreia do Norte, um dos intitulados países do “eixo do mal”, por parte dos EUA caso a diplomacia falhe. Numa análise do Instituto Stratford alerta-se para o teste por que passam as relações EUA-Rússia. 01-03-2002 / 31-03-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0777 - Imprensa independente: ao serviço da sociedade civil, por Fernando Balthazar de Lima . Meia dúzia de semanários e o mesmo número de rádios representam hoje a imprensa independente de Angola. O trabalho é uma luta diária em que “falta tudo”, lamentam-se os jornalistas. Mas, pelo menos, há menos repressão estatal. O drama de circulação é extensivo aos semanários que têm concentrado as suas vendas na capital – afinal urbe onde vive um terço da população do país. As reportagens são poucas, há algumas notícias. Abundam sim as crónicas, as colunas de análise e opinião, o mujimbo social. Há um olhar sempre atento sobre a Europa e sobre Portugal. Será provavelmente a politização exacerbada das publicações independentes que exaspera as autoridades angolanas. Mas até o governo parece agora adotar uma atitude mais conciliatória. O presente texto apresenta assim um breve estado da arte da imprensa e da repressão política (e outra) desta em Angola. 01-03-2002 / 31-03-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0778 - Nos olhos do mundo: Angola em 1975, por Bruno Cardoso Reis . No último volume das memórias de Henry Kissinger, Years of Renewal, torna claro o impacto verdadeiramente global da independência de Angola em novembro de 1975, envolta no sangue de uma guerra civil (que se seguiu aos treze anos de guerrilha anti-colonial), em que as intervenções de poderes externos foram essenciais. Muito do que se seguiu teve o seu germe nesse ano. De facto, se na obra a revolução portuguesa de 1975 merece alguma menção, é sobretudo o fim do império português, e particularmente o caso de Angola que

concentram as atenções de Kissinger e de muitos dos seus interlocutores, de Mao até Andrés Pérez por Senghor e Brezhnev, até ao ministro brasileiro, Silveira. 01-03-2002 / 31-03-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0779 - Pepetela e a Imprensa Independente / O Sofrimento no Centro do Debate – Entrevista ao Reverendo Daniel Ntoni-Nzinga, por Fernando Balthazar de Lima . O presente documento contém dois textos. O primeiro transcreve um excerto do epílogo do livro Agente Secreto de Pepetela, em que ele “homenageia” a imprensa independente. O segundo texto trata-se de uma entrevista conduzida por Fernando Balthazar de Lima (IEEI) a Daniel Ntoni-Nzinga, reverendo da Convenção Batista de Angola e ativista do movimento pacifista angolano. 01-03-2002 / 31-03-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0780 - A China depois do 11 de setembro, por Carlos Gaspar . No dia 21 de fevereiro de 2002, George Bush e Jiang Zemin celebraram, em Pequim, a assinatura do comunicado de Shanghai, que marcou, há trinta anos, o início do processo de normalização das relações diplomáticas entre os Estados Unidos e a República Popular da China. O presente texto discorre brevemente sobre as mudanças de estratégias e posicionamento internacional da China no pós-guerra fria e no rescaldo dos atentados – e consequente “war on terror” – do 11 de setembro que levou a um reposicionamento das relações entre os dois países. 01-04-2002 / 30-04-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0781 - Barómetro, por IEEI . O julgamento de Milosevic consegue, pelo menos, unir europeus e norte-americanos, nestes tempos em que as divisões entre os dois lados do Atlântico dominam a agenda. De facto, do lado de cá e do lado de lá do Atlântico, uma grande maioria considera válido o julgamento do líder sérvio, merecida uma eventual condenação, e talvez mais surpreendentemente ainda, mostra-se favorável à existência de tribunais internacionais (aparentemente a elite de Washington é mais unilateral que a opinião pública norte-americana). Quanto às presidenciais brasileiras, verificou-se uma reviravolta importante numa pré-campanha cada vez mais quente, com a queda a pique de Roseana Sarney do PFL e a ascensão de José Serra do PSDB de Fernando Henrique Cardoso. É claro, por outro lado, o apoio popular à imposição legal da coligação única de várias eleições, pondo fim à prática das alianças ocasionais que reforçam o peso das personalidades relativamente aos programas partidários. 01-04-2002 / 30-04-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0782 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O presente texto discorre brevemente sobre alguns assuntos cobertos pela imprensa internacional. A revista italiana L'Espresso analisa, num artigo disponível do seu site, o fenómeno da nova esquerda ou a chamada “esquerda faça-você-mesmo”. Num artigo que se encontra no site da Eurosianet, opiniões de analistas russos reunidas por Igor Torbakov concordam que Vladimir Putin ter concordado presença de conselheiros militares norte-americanos na antiga república soviética da Geórgia, no Cáucaso, pode significar “o fim da Eurásia”. Analistas do Instituto Stratford refletem sobre de que forma o 11 de setembro cria uma nova realidade internacional que coloca um dilema militar à China, que terá de saber adaptar-se a esta nova realidade. Menos visível que a guerra ao terrorismo, mas “com implicações a longo prazo igualmente significativas”, está a desenrolar-se uma batalha pelo domínio energético entre os dois maiores exportadores de petróleo do mundo, a Arábia Saudita e a Rússia, explicam Edward L. Morse e James Richad, no número de março/abril da Foreign Affairs. 01-04-2002 / 30-04-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0783 - Crise nas relações transatlânticas – A “Guerra” do Aço, por André Magrinho . Os Estados Unidos adotaram um conjunto de medidas de salvaguarda do mercado siderúrgico americano, conforme anunciou o presidente Bush no dia 5 de março de 2002, que constituem um significativo revés para o funcionamento do sistema de comércio multilateral. 01-04-2002 / 30-04-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0784 - Destaques, por Bruno Cardoso Reis e Ricardo Miguéis . O presente texto discorre brevemente sobre aqueles assuntos que marcaram as relações internacionais no continente americano, nomeadamente sobre a cobertura que tem sido feita pela imprensa norte-americana sobre o crescendo de declarações de responsáveis norte-americanos que parece apontar para a invasão do Iraque; e sobre o abandono de Roseana Sarney à corrida das presidências brasileiras no rescaldo da operação de busca e apreensão de documentos numa empresa da pré-candidata. 01-04-2002 / 30-04-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0785 - Escolhas difíceis: justiça e selectividade, por Alexandra Barahona de Brito . Os recentes casos de julgamento de responsáveis por crimes contra a Humanidade têm vindo a levantar a questão da seletividade da justiça. É certo que, hoje, ainda não é possível julgar todos os responsáveis por crimes desta natureza, mas a via a adotar para a universalidade da justiça parece passar necessariamente pela seletividade. Se não julgarmos ninguém devido ao facto de violarmos o princípio da igualdade perante a lei, não é possível estabelecer um Estado de direito internacional; se julgarmos, aceitamos que o caminho para a universalidade será inevitavelmente marcado pela seletividade. O presente texto debruça-se sobre este dilema. 01-04-2002 / 30-04-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0786 - Fazer e desfazer a Jugoslávia, por Bruno Cardoso Reis . A Jugoslávia, na sua terceira encarnação, deixou de existir oficialmente a 11 de março de 2002. Fundada, em torno de uma Sérvia triunfante, a 1 de dezembro de 1918, após a I Guerra Mundial, só adquiriu o nome com que veio a ser consagrada na História, a 9 de janeiro de 1929, precisamente com o (primeiro) falhanço de uma fórmula de conciliação entre as suas principais nacionalidades, e a assunção de todo o poder pelo rei sérvio. É sobre a História da Jugoslávia, a partir, maioritariamente, da análise do livro de Laura Silber e Allan Little, *The Death of Yugoslavia*, que o presente texto se debruça. 01-04-2002 / 30-04-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0787 - Milosevic e a “Má Consciência” dos Sérvios, por Joana Amado . À medida que o julgamento de Milosevic vai decorrendo em Haia, é cada vez mais claro que enquanto a acusação aposta em sublinhar que só um homem está no banco dos réus, o líder sérvio insiste em denunciar a “farsa” de um tribunal que mais não faz do que “servir os interesses dos inimigos do seu povo”. A responsabilidade do antigo Presidente jugoslavo e do povo sérvio tem dominado as colunas de opinião dos principais jornais de Belgrado, que também se interrogam sobre até que ponto é que país não será chamado a cumprir alguma pena. O perigo imediato é o de uma desestabilização governamental. O presente texto analisa brevemente as posições tomadas internamente e ao nível internacional – onde a pressão para que sejam entregues mais suspeitos de crimes de guerra se acentuam e agravam a rivalidade entre Djindjic e Kostunica. 01-04-2002 / 30-04-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0788 - O Processo Milosevic – Razões para ter Esperança, por Almiro Rodrigues . O atual julgamento de Milosevic, no Tribunal Internacional para a ex-Jugoslávia na Haia, é um evento com enormes e variadas implicações, a que tem sido prestada relativamente pouca atenção em Portugal. Por isso o presente texto oferece a análise de alguém que conhece o referido Tribunal por dentro; uma apreciação da questão básica no estádio atual da justiça internacional – não passa de vingança dos vencedores? –; e termina com uma análise do impacto de tudo isto no interior da Sérvia. 01-04-2002 / 30-04-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0789 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O presente documento expõe brevemente sobre alguns assuntos cobertos pela imprensa nacional até maio de 2002. A revista *Foreign Policy* colocou no seu último número Thomas Friedman e Robert Kaplan a discutir sobre os efeitos da globalização. Os analistas do Instituto Stratfor refletem sobre a atitude de Ariel Sharon face aos Estados Unidos. Ahmed Rashid, especialista em questões afgãs e autor de um livro sobre os talibans, traça, no número de 18 de abril da *For Eastern Economic Review*, um quadro desastroso da situação no Afeganistão, criticando os EUA por continuarem a considerar que a prioridade é a luta contra a Al-Qaeda e não a recuperação económica do país. Por outro lado, numa altura em que a situação no Médio Oriente parece ter entrado num túnel sem luz ao fundo, o Internacional Crisis Group alerta para o facto de as tão citadas recomendações dos relatórios Mitchell e Tenet serem já insuficientes para sair da atual crise. 01-05-2002 / 31-05-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0790 - Barómetro, por IEEI . Quando confrontados com a escolha entre a direita e a esquerda moderada, a maioria da população francesa parece conceder uma vitória à indiferença nos mais significativos temas da atualidade, bem patente no equilíbrio percentual entre o RPR-UDF e o PS-PC e verdes para as próximas eleições legislativas. Os franceses não deixam por isso e considerar Le Pen uma ameaça para a democracia, demonstrando tolerância para com os imigrantes. Em relação ao Médio Oriente, os norte americanos estão satisfeitos com o comportamento do seu governo na mediação do conflito, vêem os palestinianos como os grandes responsáveis pela violência, mas acreditam que a solução passa pelo reconhecimento da Palestina como estado independente. Por seu turno os israelitas não deixam dúvidas em relação á culpa que atribuem a Arafat, acreditam que deve ser expulso e não condenam os ataques à Faixa de Gaza. 01-05-2002 / 31-05-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0791 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O presente documento expõe brevemente sobre alguns assuntos cobertos pela imprensa internacional até junho de 2002. No *Financial Times*, David Gardner faz uma longa análise em volta de que forma o argumento de que o islamismo e a violência a ele associada crescem devido à miséria e à falta de perspectivas de vida em muitos países pode ser enganador. O Internacional Crisis Group alerta para o facto de os atrasos nos processos, as altas patentes de alguns dos réus e a inexperiência dos juizes em questões relacionadas com os direitos humanos puderem conjugar-se para impedir as condenações de militares e polícias indonésios em Timor. Num relatório elaborado pelo Jerusalem Institute for Israel Studies e citado pelo diário hebraico *Ha'aretz* revelam-se alguns dados interessantes sobre Jerusalém. Num artigo publicado na *Middle East International*, Jim Muir afirma haver sinais de reconciliação – ou pelo menos aproximação – entre conservadores e reformadores no Irão. 01-06-2002 / 30-06-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0792 - Destaques, por Ana Cascão, Ricardo Reis, Philippe de La Blétière e Ana Santos Pinto . O presente texto discorre brevemente sobre alguns assuntos que marcaram as relações internacionais no continente americano e no

mediterrâneo. No continente americano destacam-se os movimentos antiglobalização; e os indicadores positivos à eleição de Lula no Brasil. No Mediterrâneo analisam-se as previsões das eleições legislativas em Marrocos e a crise na Argélia. 01-06-2002 / 30-06-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0793 - A Sul nada de novo, por Paulo Roberto de Almeida . Depois do 11 de setembro, agrava-se a indiferença americana em relação à situação económica e social da América Latina, região entregue a si própria e de novo mergulhada em instabilidade. De facto, nada no panorama social, político ou económico da América Latina parece distanciá-la de um passado tão distante quanto atual: crise económica, fragilidade financeira e dependência externa, concentração das exportações em produtos tradicionais, aprofundamento da pobreza, da instabilidade política e da insatisfação social. A crise de confiança nos mercados latino-americanos levou a uma preocupante desvalorização da moeda brasileira, levando o FMI a realizar um empréstimo record ao Brasil de 30 biliões de dólares. A atuação do FMI tem sido fortemente contestada provocando forte agitação social e instabilidade política no Cone do Sul. Indícios de elevado risco de retorno à “década perdida”?. 01-09-2002 / 30-09-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0794 - Barómetro, por IEEI . Embora a maior parte da população dos EUA se manifeste favorável a um eventual ataque ao Iraque, mostra-se dividida relativamente às razões nas quais a Administração Bush se baseia para executar essa operação militar. Observa-se um fosso na percepção das opiniões públicas europeias e americanas quanto à intervenção em assuntos internacionais em geral e projeto antiterrorista em particular. Se o posicionamento negativo da França em relação ao unilateralismo americano não surpreende, a da Alemanha é um dado interessante. As opiniões públicas dos estados europeus, em virtude da sua velha relação com o fenómeno terrorista, assumem posições menos extremadas que as opiniões norte-americanas. Assim, a cobertura dos media gera mais polémica nos EUA do que na Europa. 01-09-2002 / 30-09-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0795 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O presente texto discorre brevemente sobre alguns assuntos cobertos pela imprensa internacional até setembro de 2002. Num artigo publicado na Foreign Policy, Immanuel Wallerstein defende que o fim da hegemonia americana não começou com os ataques de 11 de setembro, mas nos anos 70. A For Eastern Economic Review alerta para o impacto do resultado das eleições no Paquistão, nomeadamente se prevalecerão os civis ou os militares, agendadas para 10 de outubro de 2002, poderão ter não só para o país, mas para a região. Num artigo publicado pela Foreign Affairs, o analista Grenville Byford explica a dificuldade em definir exatamente o que é o terrorismo. Já na Middle East International, Jim Muir relata a reação unânime perante a perspectiva quase certa que à intervenção americana no Iraque seguir-se-á uma no Irão, e que é a de que a unidade interna é essencial para a sobrevivência. 01-09-2002 / 30-09-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0796 - Barómetro, por IEEI . Os europeus são críticos de vários aspetos da política externa norte-americana, dando à Administração Bush uma nota muito baixa em relação à sua política para o Iraque. No entanto, ambos os lados consideram o desenvolvimento e armas de destruição maciça por parte do regime de Saddam uma grave ameaça internacional, pelo que apoiam o envolvimento do seu país num eventual ataque, mas só com aprovação das Nações Unidas. A larga maioria da população norte-americana também se reveste de espírito autocrítico em relação à política externa da administração do seu país: 34% considera mesmo que a situação no Iraque irá determinar o seu voto nas próximas eleições para o Congresso, não escondendo que determinados interesses vitais americanos podem estar por trás de uma fraca explicação para um provável ataque. 01-10-2002 / 31-10-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0797 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O presente documento discorre brevemente sobre alguns assuntos cobertos pela imprensa internacional até outubro de 2002. Num texto publicado na Foreign Affairs, Minxin Pei reflete sobre a questão da sucessão na China. Zbigniew Brzezinski alerta, num artigo para o El Mundo, para a necessidade de compreender as motivações dos atentados do 11 de setembro e da atual onda de antiamericanismo. Também sobre as causas do antiamericanismo, Tony Judt escreve na New York Review of Books um texto muito interessante partindo da crítica ao livro The Paradox of American Power de Joseph S. Nye Jr.. Já Gilles Kepel, num artigo publicado na Time e no Financial Times, explica que os atentados não tiveram os resultados políticos que os seus atores esperavam. 01-10-2002 / 31-10-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0798 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O presente documento discorre brevemente sobre alguns assuntos cobertos pela imprensa internacional até novembro de 2002. No número de outubro/novembro da revista Foreign Affairs, Julia E. Sweig analisa a situação na Colômbia e a política da Administração norte-americana em relação a este país. Num relatório recente o International Crisis Group este faz recomendações à Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), que deve tentar encontrar um papel para si própria. Num texto intitulado “Diplomacy by other means”, publicado na Foreign Policy, Mare Leonard sugere uma mudança de estratégia dos Estados Unidos no Médio Oriente. Mais uma vez os EUA e anunciado o ataque ao Iraque, o politólogo francês Pierre Hassner analisa a nova doutrina de segurança

norte-americana e a ideia de “ataques preventivos” num texto publicado no número 54 do Cahiers de Chaillot. 01-11-2002 / 30-11-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0799 - Breves, por IEEI . O presente documento resume brevemente os assuntos que marcaram a cena internacional nas diferentes regiões – Ásia, África, América Latina, Europa e Médio Oriente – durante o mês de novembro de 2002. 01-11-2002 / 30-11-2002

D. PT/ADN/IEEI/006/0800 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O presente texto discorre brevemente sobre aqueles assuntos que marcaram a imprensa internacional até dezembro de 2002. No artigo de Richard Herzinger na Foreign Policy este endereça a questão de por que é errado chamar direita aos populistas europeus. Mohamed Tozy diz, num texto publicado na La Vanguardia que as recentes eleições legislativas em Marrocos “foram um princípio”, mas mesmo assim “não estiveram à altura das expectativas” que tinham sido criadas. Edward Said publicou uma reflexão muito interessante no jornal egípcio Al-Ahram sobre as diferenças de atitudes entre americanos e europeus, nomeadamente no que diz respeito a uma eventual guerra contra o Iraque. Outro grande especialista em questões do Médio Oriente, Patrick Seale escreve no Daily Star de Beirute uma análise sobre a forma como os árabes poderão influenciar as eleições israelitas antecipadas, que deverão realizar-se em janeiro. 2002-12-01 / 2002-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0801 - Breves, por IEEI . O presente documento resume brevemente os assuntos que marcaram a cena internacional nas diferentes regiões – Ásia, África, América Latina, Europa e Médio Oriente – durante o mês de dezembro de 2002. 2002-12-01 / 2002-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0802 - Breves, por IEEI . O presente documento resume brevemente os assuntos que marcaram a cena internacional nas diferentes regiões – Ásia, África, Mediterrâneo e Médio Oriente e América Latina – o início do ano de 2003. 2003-01-01 / 2003-01-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0803 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O presente texto discorre brevemente sobre aqueles assuntos que marcaram a imprensa internacional até janeiro de 2003. O The Economist lançou um número especial com as suas previsões para o ano de 2003. As atenções da revista norte-americana, a Time, centram-se no “eixo do mal” definido por George W. Bush, prevendo uma guerra no Iraque, revoltas estudantis no Irão e talvez o desarmamento da Coreia do Norte. O Courrier International destaca três ideias chave para 2003: a guerra contra o terrorismo da al-Qaida vai continuar; vamos assistir ao regresso do crescimento económico em vários países; e 2003 será o ano da Europa. 2003-01-01 / 2003-01-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0804 - Calendário 2003, por IEEI . O presente documento apresenta o calendário político do ano de 2003, desde a segunda volta das eleições presidenciais em Montenegro a 12 de janeiro de 2003, às eleições legislativas na Rússia, agendadas para 21 de dezembro de 2003. 2003-01-01 / 2003-01-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0805 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O presente texto discorre brevemente sobre aqueles assuntos que marcaram a imprensa internacional até junho de 2001. A revista francesa “Panoramiques” propõe, no seu número 50, o confronto de duas visões: a de dez autores que se assumem como muçulmanos crentes, e a de outros dez não-crentes, de origem muçulmana ou não. A “Revue d’études palestiniennes” retoma, no seu número da Primavera, um texto do israelita Uriya Shavit no qual ele recorda 1981/82, a primeira vez que [o atual primeiro ministro] Ariel Sharon esteve à frente de Israel”. O número de Primavera da revista norte-americana “The National Interest”, explicita a divisão entre as três escolas de pensamento nos EUA sobre política externa: a dos “controladores”, a dos “moduladores” e a dos “abstencionistas”. Já no último número da “Foreign Affairs” Andrew Moravcsik faz uma violenta crítica a Larry Siedentop, autor do livro “Democracy in Europe” no qual ele afirma que as perspetivas para a UE hoje são as mais sombrias desde 1945. 2001-06-01 / 2001-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0806 - Destaques, por George Joffé e Patrícia Magalhães Ferreira . O presente texto discorre brevemente sobre alguns assuntos que marcaram as relações internacionais no continente africano e no mediterrâneo. Em África destaca-se a Terceira Conferência das Nações Unidas nos chamados Países Menos Avançados; e a nova fase em que parece estar a entrar o conflito angolano, nomeadamente numa fase mais pacífica, vendo-se insuficientes os meios militares de neutralizarem as ações de guerrilha. No Mediterrâneo sublinham-se as “sanções inteligentes” ao Iraque, propostas pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido às Nações Unidas. 2001-06-01 / 2001-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0807 - As opções dos EUA para os próximos 25 anos, por Graça Gonçalves Pereira . Durante pelo menos mais uma geração, os Estados Unidos continuarão a ser a única superpotência mundial, repete Zbigniew Brzezinski no seu último livro, *The geostrategic triad: living with China, Europe and Russia*. Mas para manter o seu domínio tem que saber gerir as relações em dois triângulos estratégicos: EUA/Europa/Rússia, e EUA/China/Japão, sendo que é preciso acompanhar com particular atenção as evoluções da Rússia e da China. 2001-06-01 / 2001-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0808 - Barómetro, por IEEI . O presente documento apresenta a informação gráfica sobre questionários conduzidos aos cidadãos nos Estados Unidos, em França e em Portugal sobre a sua opinião relativamente à intervenção militar dos EUA no Iraque. 2003-02-01 / 2003-02-28

D. PT/ADN/IEEI/006/0809 - Breves, por IEEI . O presente documento discorre brevemente sobre os assuntos que pontuaram as políticas internas e externas em África, na América Latina, na Ásia, na Europa e no Mediterrâneo. 2003-02-01 / 2003-02-28

D. PT/ADN/IEEI/006/0810 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O presente texto discorre brevemente sobre aqueles assuntos que marcaram a imprensa internacional até março de 2003. Num artigo da Brookings Institution, Philip H. Gordon reflete sobre a oposição pública europeia relativamente à Guerra do Iraque. Num relatório intitulado “Dealing with Savimbi’s Ghost: The Security and Humanitarian Challenges in Angola”, o International Crisis Group acisa sobre a encruzilhada em que se encontra Angola, entre “uma recuperação espetacular e novos ciclos de instabilidade e crise”. Num artigo intitulado “Only in America” publicado na *New York Review of Books*, Norman Mailer traça um retrato do neoconservadorismo americano, interessante para quem quiser compreender as motivações da Administração Bush. O Institute for War and Peace Reporting faz uma avaliação das probabilidades sobre o país ou guerra sobre o qual o Tribunal Penal Internacional se irá debruçar primeiro. 2003-03-01 / 2003-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0811 - Breves, por IEEI . O presente documento discorre brevemente sobre os assuntos que pontuaram as políticas internas e externas em África, na América Latina, na Ásia, na Europa e no Mediterrâneo em março de 2003. 2003-03-01 / 2003-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0812 - Breves, por IEEI . O presente documento discorre brevemente sobre os assuntos que pontuaram as políticas internas e externas em África, na América Latina, na Ásia, na Europa e no Mediterrâneo em maio de 2003. 2003-05-01 / 2003-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0813 - Democracia e direitos na África Subsaariana, por Patrícia Ferreira . O Governo sul-africano tem dado passos concretos no sentido de combater a corrupção, reforçar as instituições democráticas, assegurar um maior respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais dos cidadãos. Estes avanços são sinal de que o processo de reconciliação nacional e de consolidação democrática na África do Sul é real e sustentável. No entanto, na República Democrática do Congo, apesar da assinatura de mais um acordo de paz, o conflito continua a ser o mais sangrento desde a Segunda Guerra Mundial. O vazio de segurança deixado pela saída das tropas ugandesas levanta receios de novos massacres no curto prazo, o que pode vir a comprometer seriamente o processo de paz em curso. 2003-05-01 / 2003-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0814 - Direitos Humanos em Cuba, por Miguel Brito e Abreu . Os julgamentos que decorrem atualmente em Cuba são a mais recente evolução de uma intensa onda de repressão que teve início a 18 de março, com a detenção de 80 dissidentes do regime de Havana. As severas medidas tomadas pelo regime surgiram, curiosamente, um dia após a reunião da Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos ter condenado, pela décima vez em 11 anos, as violações de direitos humanos em Cuba. A aplicação sumária e a falta de independência dos julgamentos em curso parecem ter sido o elemento que detonou a atenção por parte da comunidade internacional para mais uma “crise de Cuba”. O presente texto debruça-se sobre esta crise e a reação internacional à violação dos direitos humanos em Cuba. 2003-05-01 / 2003-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0815 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O presente texto discorre brevemente sobre aqueles assuntos que marcaram a imprensa internacional entre maio e junho de 2003. A propósito de democracia em países não preparados, o International Crisis Group alerta, num relatório de junho, para o caso do Afeganistão e para o processo de elaboração de uma nova Constituição. A *Jane’s Intelligence Review* afirma que os EUA têm duas opções para lidar com o programa nuclear da Coreia do Norte: negociação ou isolamento. Num artigo intitulado “Putin altera o equilíbrio de forças EUA-Europa-Rússia”, Angela Stent, da Universidade de Georgetown, analisa na revista alemã *Transatlantic Internationale Politik* as opções estratégicas do Presidente russo. Finalmente, o número de maio/junho da *Foreign Affairs* inclui uma crítica ao livro

The Future of Freedom, de Fareed Zakaria, o editor de política internacional da Newsweek, classificando-o como provocatório". 2003-06-01 / 2003-08-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0816 - Breves, por IEEI . O presente documento discorre brevemente sobre os assuntos que pontuaram as políticas internas e externas em África, na América Latina, na Ásia, na Europa e no Mediterrâneo entre junho e agosto de 2003. 2003-06-01 / 2003-08-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0817 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O presente texto discorre brevemente sobre aqueles assuntos que marcaram a imprensa internacional até setembro de 2003. No último número da Foreign Affairs, James Rubin, antigo secretário de Estado adjunto dos EUA, analisa os falhanços americanos na gestão diplomática da guerra no Iraque. O processo desencadeado por um juiz antiterrorismo francês contra o ex-golpista da Costa de Marfim, Ibrahim Coulibaly, teve o efeito de uma bomba política neste país, escreve a Jeune Afrique l'Intelligent, sublinhando que o papel da França na região está novamente a provocar polémica. Já o site da Asia Times Online avisa para o crescente clima de tensão no Exército paquistanês. O International Crisis Group alerta para o facto de a Jemaah Islamiyah, a organização islamista baseada na Indonésia e considerada responsável pelo ataque de Bali e pelo recente ataque contra um hotel de Jacarta, continuar ativa e perigosa. 2003-09-01 / 2003-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0818 - Breves, por IEEI . O presente documento discorre brevemente sobre os assuntos que pontuaram as políticas internas e externas em África, na América Latina, na Ásia, na Europa e no Mediterrâneo entre junho e agosto de 2003. 2003-09-01 / 2003-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0819 - Marcas do pós-11 de Setembro, por Gilberto Dupas, Mark N. Katz, Ludger Kuhnhardt, et al. Procurando uma melhor compreensão da atual realidade internacional, O Mundo em Português colocou duas questões a diversos especialistas em relações internacionais: 1) qual foi o acontecimento mais relevante dos últimos dois anos e por que razão é paradigmático em relação à nova situação internacional? 2) qual o livro mais importante para entender a realidade atual? Aqui reúnem-se as opiniões de Gilberto Dupas, Mark N. Katz, Ludger Kuhnhardt, Celso Lafer, Emily Landau, Ian O. Lesser, Guilherme d'Oliveira Martins, Carlos Costa Neves, Renato Janine Ribeiro e Abdallah Saaf. 2003-09-01 / 2003-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0820 - O governo Bush: Do unilateralismo ao impasse, por Hélio Jaguaribe . Duas notas predominam desde o início do governo Bush: domesticamente, a redução, a título da economia, das medidas de proteção social e a ênfase no apoio às grandes empresas; internacionalmente, esse governo definiu, prontamente, a sua aversão a um relacionamento multilateral com os demais países do mundo, repudiando o protocolo de Quioto e o Tribunal Penal Internacional. Os acontecimentos de 11 de setembro, proporcionaram a Bush as condições de que necessitava para montar um gigantesco sistema político-militar que lhe conferiu a faculdade de determinar, unilateralmente, as medidas preventivas julgadas convenientes para a proteção do povo americano. Com o curso do tempo, entretanto, o arbitrário unilateralismo de Bush começa a mostrar-se pouco viável, levando a um impasse no Iraque e no resto do Médio Oriente ocupado pelos Estados Unidos. O presente texto traça este curso do unilateralismo ao impasse americano. 2003-09-01 / 2003-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0821 - Ainda há multilateralismo, s.a. Numa altura em que o multilateralismo americano parece querer acabar com as esperanças multilaterais da década de noventa, há sinais que ele ainda persiste, ou resiste, quando as questões a enfrentar são clara e inequivocamente comuns. Se agora todos os olhos estão postos no Iraque, ainda há pouco tempo, o foco estava na Europa, no território da ex-Jugoslávia. Aí, se bem que tardiamente, é certo, houve uma convergência de interesses e valores, que deve ser recuperada. 2003-10-01 / 2003-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0822 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O presente texto discorre brevemente sobre aqueles assuntos que marcaram a imprensa internacional até outubro de 2003. O International Crisis Group tentou responder à questão de se a guerra do Iraque estará a provocar o tão esperado movimento de democratização do Médio Oriente, nomeadamente no Egipto, chegando à conclusão que esta intervenção tem provocado o crescimento de políticas antiamericanas. O instituto de análise política Statfor conclui que a Administração Bush tem escolhido um caminho radical na guerra contra a al-Qaida. Clifford G. Gaddy e Fionna Hill, num texto disponível no site da Brookings Institution criticam o unilateralismo da Administração Bush, que tem trazido consequências negativas nas relações com os aliados, mas particularmente a relação bilateral que Bush estabeleceu com o seu homólogo russo, Vladimir Putin. A Human Rights Watch, num relatório de setembro, denuncia como a discriminação generalizada dos doentes infetados com HIV/sida na China está a contribuir em muito para o alastramento da epidemia naquele país. 2003-10-01 / 2003-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0823 - Breves, por IEEI . O presente documento discorre brevemente sobre os assuntos que pontuaram as políticas internas e externas em África, na América Latina, na Ásia, na Europa e no Mediterrâneo até outubro de 2003. 2003-10-01 / 2003-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0824 - Cronologia do Caso Ellwanger, por Adalton Oliveira . O presente documento traça a cronologia do Caso Ellwanger, desde setembro de 1992, aquando da denuncia da comunidade judaica no Rio Grande do Sul de Siegfried Ellwanger, proprietário da Editora Revisão, por prática de racismo; até setembro de 2003, altura em que Ellwanger é condenado por 8 votos a 3. 2003-10-01 / 2003-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0825 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O presente documento traça a cronologia do Caso Ellwanger, desde setembro de 1992, aquando da denuncia da comunidade judaica no Rio Grande do Sul de Siegfried Ellwanger, proprietário da Editora Revisão, por prática de racismo; até setembro de 2003, altura em que Ellwanger é condenado por 8 votos a 3. 2003-11-01 / 2003-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0826 - Breves, por IEEI . O presente documento discorre brevemente sobre os assuntos que pontuaram as políticas internas e externas em África, na América Latina, na Ásia, na Europa e no Mediterrâneo até novembro de 2003. 2003-11-01 / 2003-11-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0827 - A política da desilusão, por Alexandra Barahona de Brito . O que se passa na América Latina? Motins em Buenos Aires, a mais “europeia” das capitais da região; dezenas de mortes na Bolívia, onde manifestantes contra a privatização do gás enfrentam polícias cuja atuação faz lembrar os tempos do ditador Banzer; greves até à paralisia na Venezuela, que estranhamente aliam empresários e trabalhadores contra um déspota eleito, que depois manipula um sistema judicial que lhe dá razão. O que se passa na América Latina não é, contudo, uma grande mudança em relação aos anos 90, mas sim a ausência de algumas mudanças de base que teriam sido necessárias para reforçar a fé na democracia da população da região. É importante manter as atenções viradas para a América Latina – não se pode correr o risco de esquecer no meio de tanta preocupação com temas “globais” como o terrorismo e as armas de destruição maciça. 2003-12-01 / 2004-01-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0828 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O presente texto discorre brevemente sobre aqueles assuntos que marcaram a imprensa internacional até entre dezembro de 2003 e janeiro de 2004. Evan S. Medeiros e M. Taylor Fravel, num artigo intitulado “A Nova Democracia da China” no último número da Foreign Affairs anunciam que a China deixou de ser a vítima e a transformar-se num ator internacional ativo. O International Crisis Group alerta para o facto de a crise política na Geórgia não ter acabado com o derrube do Presidente Eduard Shevardnadze. O “Council on Foreign Relations” disponibiliza no seu site uma série de perguntas e respostas sobre os sunitas iraquianos, com informações muito completas: quem são, o que pretendem, como estão organizados, etc. Samantha Power, num artigo publicado na Atlantic Monthly, intitulado “How to kill a country”, descreve a forma como Robert Mugabe tem vindo a destruir um dos mais extraordinários países africanos, o Zimbabwe. 2003-12-01 / 2004-01-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0829 - Destaques, por Luís Boavida, Nádja Esteves e Isabel Pestana . O presente texto resume os destaques nas relações internacionais entre o final de 2003 e o início de 2004, nomeadamente nos continentes asiático e europeu e no Médio Oriente. Na Ásia destaca-se o desanuviamiento do conflito indo-paquistânês; na Europa a cumplicidade e solidariedade europeia no Pacto de Estabilidade e Crescimento; no Médio Oriente os alertas da Agência Internacional de Energia Atómica (AEIA) sobre a constatação de que o Irão havia desenvolvido, durante duas décadas, um programa nuclear, violando as obrigações do Tratado de Não Proliferação. 2003-12-01 / 2004-01-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0830 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O presente texto discorre brevemente sobre aqueles assuntos que marcaram a imprensa internacional até fevereiro de 2004. No último número da Foreign Affairs, Michael Scott Doran faz um retrato da Arábia Saudita, um dos países do Médio Oriente cuja evolução política é, neste momento, mais preocupante para os EUA. O site do Asia Times Online identifica como um “triângulo emergente” no mundo a aliança Rússia-Cazaquistão-China. A histórica visita que o presidente sírio, Bashar al-Assad, fez recentemente à Turquia é analisada por Zvi Barel num artigo no jornal israelita Há'aretz. O International Crisis Group alerta para a desilusão dos indonésios relativamente à vida política do seu país. 2003-12-01 / 2004-01-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0831 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O presente texto discorre brevemente sobre aqueles assuntos que marcaram a imprensa internacional entre abril e maio de 2004. Samuel P. Huntington, o autor da teoria do choque das civilizações, num artigo publicado na Foreign Policy, lança a questão: “Irão os Estados Unidos continuar a ser um país com uma única língua nacional e uma cultura de base anglo-protestante?”. Um relatório do final de março do International Crisis Group não deixa questões sobre a situação sérvia: “Nas suas políticas, a Sérvia parece cada vez mais a era de Milosevic sem Milosevic”. Jon Lee Anderson chama Abdulaziz al-Hakim, o líder do Conselho Supremo para a Revolução Islâmica no Iraque e irmão do ayatollah Muhammad Bakr-al-Hakim (assassinado num atentado em agosto de 2003), “O Candidato” no seu texto na New Yorker, por este ter boas hipóteses de vir a ser o próximo Presidente do Iraque. O The World Today alerta para a generalização dos linchamentos populares na Indonésia. 2004-04-01 / 2004-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0832 - O mundo amanhã, por Luís Silva . O presente texto reflete brevemente sobre alguns dos assuntos que marcam a agenda das relações internacionais entre abril e maio de 2004. À medida que se aproxima o dia 30 de junho, data prevista para a devolução do poder aos iraquianos, as atenções centram-se ainda mais no Iraque, mas agora também numa perspectiva mais vasta, com todos os debates relativos às propostas americanas para o Grande Médio Oriente. Para além da questão iraquiana, destacam-se ainda a Constituição Europeia e as eleições para o Parlamento Europeu na Europa a Vinte e Cinco, a Cimeira de Guadalajara e os direitos humanos em Dafur. 2004-04-01 / 2004-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0833 - Quo vadis América?, por Tiago Marques . Em ano de eleições presidenciais, e enquanto a administração norte-americana se depara com quadro verdadeiramente dantesco no Iraque, não serão surpreendentes as críticas dirigidas a Bush e à sua equipa, vindas dos mais variados quadrantes políticos e sociais mundiais. Enquanto o Iraque pós-Saddam derrapa perigosamente para um cenário de caos, a luta contra o terrorismo parece perder fôlego à medida que os ataques contra civis se propagam pelo mundo. O unilateralismo norte-americano e a sua atuação no Iraque minaram a sua credibilidade ao ponto de ser agora comum questionar os motivos da invasão por parte da Administração Bush. Estas são algumas das principais conclusões que se podem retirar da recente sondagem realizada pelo Pew Research Center de Washington, e cujo relatório final foi publicado em meados de março de 2004. 2004-04-01 / 2004-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0834 - Terror e liberalismo, por Roberto Aliboni . O presente texto revê o livro Terror and Liberalism, de Paul Berman, 3 anos depois dos acontecimentos de 11 de setembro. Pau Berman apresenta, neste livro, a tese de uma continuidade entre o totalitarismo europeu do século XX e o totalitarismo, secular ou religioso, do moderno Médio Oriente, grosso modo a região árabe-muçulmana. 2004-04-01 / 2004-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0835 - Alguns atentados à Convenção de Genebra, por IEEI . O presente texto compila alguns exemplos de atentados à Convenção de Genebra, que estabelece as normas para o Direito Humanitário Internacional, nomeadamente no que diz respeito ao direito dos prisioneiros de guerra. São analisados o caso de Guantánamo, do Afeganistão, da Tchetchénia e de Israel. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0836 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O presente texto discorre brevemente sobre aqueles assuntos que marcaram a imprensa internacional entre até ao mês de outubro de 2004. O Atlantic Online traça o perfil de Lakhdar Brahimi, especial da ONU que ajudou a formar o governo de transição no Iraque, enquanto um pragmático. O analista israelita Aluf Benn faz, no Ha'aretz, uma leitura curiosa das relações de poder nas mais altas esferas políticas do Estado judaico. Um artigo do The Nation assinado por Jonathan Kozol critica o “apartheid virtual” que existe nas escolas norte-americanas, 50 anos depois do fim da segregação racial. O Asia Times Online alerta, num texto de Kaushik Kapisthalam, para o perigo que representa a “ligação nuclear esquecida entre o Paquistão e a al-Qaida”. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0837 - O mundo amanhã, por Luís Silva . O presente texto reflete brevemente sobre alguns dos assuntos que marcam a agenda das relações internacionais entre setembro e outubro de 2004. O Outono, diz-se, será definitivamente marcado pelas eleições presidenciais americanas, cujo desenlace terá certamente consequências a nível mundial. Outro ato eleitoral importante decorrerá no Afeganistão, onde a estabilização do país ainda tarda, na sequência da intervenção militar e do derrube do regime dos Taliban. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0838 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O presente texto discorre brevemente sobre aqueles assuntos que marcaram a imprensa internacional entre até ao mês de dezembro de 2004. O Asia Times Online fez uma enorme reportagem em cinco partes e cuja primeira estabelece o tom com o título “The Sick Man of Asia”, onde o jornalista Pepe Escobar traça o quadro preocupante das Filipinas. A realização de eleições é um passo essencial para tentar sair da crise em que se encontra a Autoridade Palestiniana e que, num recente relatório, o International Crisis Group descreve como “a mais

grave desde que o processo de Oslo foi lançado, há 11 anos”. Um artigo na New Yorker relata o ambiente da cidade de Kirkuk, no Iraque, onde a população curda começa agora a vingar-se das décadas de política de “arabização” de Saddam Hussein. O correspondente do Christian Science Monitor na Arábia Saudita faz uma leitura da situação desta depois de um ímpeto inicial para a reforma do país, após os vários atentados de que foi vítima, que desacelera. 2004-11-01 / 2004-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0839 - O mundo amanhã, por Luís Silva . O presente texto reflete brevemente sobre alguns dos assuntos que marcam a agenda das relações internacionais entre novembro e dezembro de 2004. Neste sentido, destaca-se a celebração do dia mundial contra a sida como a evocação de uma data e de um problema global cujas consequências têm sido devastadoras. Na União Europeia, a questão da adesão turca continuará a marcar a atualidade, com a decisão do Conselho Europeu em dezembro. No início do ano, o Iraque continuará a ser tema central da cena internacional. 2004-11-01 / 2004-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0840 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O presente texto discorre brevemente sobre aqueles assuntos que marcaram a imprensa internacional entre até ao mês de maio de 2005. Um artigo dos analistas Marina Ottaway e Thomas Carothers na Foreign Policy dá algumas pistas sobre qual será o futuro do projeto da Administração Bush para a democratização do chamado Grande Médio Oriente. O International Crisis Group aconselha os EUA a tomarem algumas medidas radicais no Iraque e que passam, sobretudo, por uma alteração de uma forma de olhar para a situação. O acordo de paz assinado na primeira semana de janeiro de 2005 entre o Governo e os rebeldes do Exército Popular de Libertação do Sudão pode ser um momento histórico para este país, considera o Programa para a Reconstrução Pós-Conflito do Centro de Estudo Estratégicos e Internacionais de Washington. Numa entrevista com um jornalista do Financial Times, o juiz francês Jean-Louis Bruguière, especialista em terrorismo islâmico alerta para a preocupantes e esquecida situação do Cáucaso. 2005-04-01 / 2005-05-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0841 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O presente texto discorre brevemente sobre aqueles assuntos que marcaram a imprensa internacional entre até ao mês de setembro de 2005. Michael T. Osterholm assina um texto no número de julho/agosto da Foreign Affairs avisando que a comunidade internacional está longe de estar preparada para uma situação de pandemia de gripe das aves, que considera bastante real num futuro mais ou menos próximo. Um texto no Terrorism Monitor da Jamestown Foundation alerta para a expansão da mobilização extremista islamista radicalizada e da violência terrorista no Bangladesh. Num texto disponível no site Eurasianet e intitulado “Está a Geórgia a ficar progressivamente menos democrática?”, Liz Fuller alerta para o crescente ceticismo quanto “à profundidade do compromisso do novo governo relativamente a uma verdadeira democratização e a reformas abrangentes”. A revista marroquina TelQuel juntou vários analistas de diversas áreas para realizar um exercício interessante: pensar como será Marrocos em 2025. 2005-08-01 / 2005-09-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0842 - Os factores de vulnerabilidade do sucesso chinês, por Miguel Santos Neves . A consolidação da posição da China como potência regional e a sua emergência como potência global, alicerçada num crescimento económico robusto e numa crescente integração na economia global, constitui uma das mudanças estruturais mais significativas no sistema internacional. Este processo de emergência da China, apesar do sucesso, tem também diversos pontos vulneráveis, internos e externos, que podem constituir fatores potenciais de estrangulamento. É sobre estes que o presente texto se debruça. 2005-12-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0843 - 1001 negociações: a UE e o Irão, por Walter Posch . Se o pragmatismo fosse o único fator subjacente à relação entre a UE e o Irão, há muito que teria sido assinado um acordo de comércio e cooperação, e outros acordos, dado o óbvio interesse económico de forjar laços mais fortes entre um Irão rico em recursos energéticos e uma Europa pobre em energia. As relações entre a UE e o Irão, no entanto, continuam complicadas. Para envolver o Irão, a UE desenvolveu primeiro a fórmula do diálogo crítico em depois, a do diálogo global. O presente texto traça a evolução deste diálogo, cuja importância não deve ser subestimada, até 2005, altura em que houve um ponto de viragem nestas relações devido à questão nuclear. 2005-12-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0844 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O presente texto discorre brevemente sobre aqueles assuntos que marcaram a imprensa internacional entre até ao mês de dezembro de 2005. Condoleezza Rice acaba de completar uma mudança geoestratégica radical na política dos Estados Unidos, explica Michael A. Weinstein num relatório do Power and Interest News Report. O International Crisis Group faz o alerta, num relatório intitulado “China and North Korea: Comrades Forever?”, de que só entendendo as prioridades da China relativamente à Coreia do Norte será possível a comunidade internacional tirar partido da influência que Pequim tem sobre Pyongyang. A Foreign Policy, na sua versão espanhola, publica a visão de três analistas sobre os dois primeiros anos da política externa do Governo espanhol de Jose Luís Zapatero. Kaveh L.

Afasiabi, autor de After Khomeini: New Directions in Iran's Foreign Policy, interroga-se no AsiaTimes Online sobre se a Agência Internacional de Energia Atômica estará a tornar-se num fantoche dos EUA no que diz respeito à questão nuclear iraniana. 2005-12-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0845 - O Mundo Amanhã, por Luís Silva . No mês de março de 2006 a atenção do mundo irá voltar-se para as importantes eleições parlamentares em Israel, principalmente depois da retirada compulsiva de Arie Sharon e da vitória do Hamas nas legislativas palestinianas. O Fórum Social Mundial em Karachi, no Paquistão, irá debater uma globalização alternativa e terá interesse acrescido no contexto da polémica dos cartoons. Nos EUA arrancam as eleições intercalares, com as primárias do Estado do Texas. 2006-02-01 / 2006-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0846 - Disputas energéticas no mar de Timor, por IEEI . Em 1971 e 1972, a Austrália e a Indonésia concluem acordos para o estabelecimento de fronteiras marítimas- O princípio-base destes acordos é o da “plataforma continental”, que favorece a Austrália. Portugal não participa nos acordos e as fronteiras entre Timor e a Austrália não ficam concluídas, dando origem ao Timor Gap. O presente comum dá conta da evolução das disputas energéticas no mar de Timor, desde a origem do Timor Gap até ao Tratado sobre Determinadas Disposições Marítimas no Mar de Timor. 2006-06-01 / 2006-07-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0847 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O presente texto discorre brevemente sobre aqueles assuntos que marcaram a imprensa internacional entre até ao mês de julho de 2007. No relatório do mês de fevereiro de 2007, o International Crisis Group dá o recado de que o verdadeiro perigo para o presidente do Irão, Mahamud Ahmadinejad, é interno e não externo. Numa análise assinada por Julia E. Sweig na Foreign Affairs reflete-se sobre como as lições aprendidas (ou não) pelos EUA na relação com Cuba poderiam ajudar na atual crise política face ao Irão. Timothy Garton Ash defende, num texto publicado na revista Prospect, que a Europa precisa de uma nova narrativa. Um relatório do Powe and Interest News Report de fevereiro de 2007 alerta para o facto de, apesar de não ter estado nas notícias, o risco de terrorismo no Norte de África mantém-se. 2007-05-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/006/0848 - Forging a new multilateralism: A view from the European Union and the Mercosul – A Report (O novo multilateralismo: Perspectiva da União Europeia e do Mercosul – Relatório), por Alexandra Barahona de Brito . O presente relatório baseia-se no trabalho dos investigadores no contexto do VI Fórum Euro-Latino-Americano (1999-2001). Pretendeu-se neste trabalho, delinear as características definidoras do novo multilateralismo, como fator emergente que coexiste num estado de tensão e complementaridade com os valores do multilateralismo clássico. Assim, foram analisados e clarificados os conceitos de unipolaridade, multipolaridade e powerlessness, num contexto multilateral não minimalista em ambição e potencial. O papel do regionalismo, a opinião pública e o papel dos atores da sociedade civil, foi também analisado como parte duma “opinião pública global”. Esta última, independentemente da sua capacidade de mobilização e organização, expressa a preocupação das sociedades civis relativamente aos aspetos da exclusão associados à globalização. As questões de soberania e responsabilidade internacional são também parte essencial no debate sobre os requisitos da governança regional e global. Constituiu-se assim um relatório que proporciona uma visão do novo multilateralismo e do papel da UE e do Mercosul na sua promoção. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0849 - Executive Summary (Sumário Executivo), por Alexandra Barahona de Brito . Um novo tipo de multilateralismo está a emergir na pós bipolaridade do sistema internacional e é marcado por três características: a crença de que é responsabilidade da comunidade internacional, em geral, e das Nações Unidas, em particular, a promoção e garantia dos direitos humanos; o regionalismo; e a emergência de uma opinião pública mundial. Este novo multilateralismo é um que implica uma alteração da soberania e desloca o papel do Estado no sistema internacional. Esta visão do que constitui o novo multilateralismo e o papel da União Europeia e do Mercosul na sua promoção, são ideias centrais à formação da sexta edição do Fórum Euro-Latino-Americano, e a análise apresentada neste relatório. É à luz destas ideias que as recomendações políticas aqui contidas são apresentadas. O presente documento sumariza as ideias contidas no resto do relatório. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0850 - Introduction (Introdução), por Alexandra Barahona de Brito . No novo multilateralismo, as pessoas encontram-se no centro de um projeto global para a interdependência pacífica e regulada. Isto significa que a soberania do estado pode ver-se limitada ou partilhada em nome do bem-estar humano. Estados-nação individuais enfrentam desafios que transcendem as suas capacidades tanto executivas, como de elaboração de políticas. Preservar o ambiente e os oceanos, combater o terrorismo internacional, tráfico de armas e drogas, lidar com os fluxos de refugiados e migração em massa, ultrapassar o ciclo vicioso de pobreza, e lidar com desastres humanitários – todos estes problemas precisam de uma resposta que ultrapassa a capacidade de agência dos Estados-nação. A partilha de responsabilidade é essencial. Existem vários sinais da limitação da soberania e da soberania partilhada na arena internacional hoje. A presente introdução lida com estes sinais e

argumenta a favor da crescente centralidade dos direitos humanos e das instituições internacionais na garantia destes. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0851 - Challenges to the New Multilateralism (Desafios ao Novo Multilateralismo), por Alexandra Barahona de Brito . O novo multilateralismo é condicionado pela vontade dos Estados Unidos de isentarem-se a si próprios das regras globais que ajuda a criar e pela seu autoconcedido direito de intervir unilateralmente como último recurso. Uma “multipolaridade política de poder” poderia, contudo, implicar um confronto entre o poder americano e o poder europeu. É, pois, no interesse da UE – bem como de outros projetos de integração regional como o do Mercosul - de multilateralizar a política externa americana. A UE procura externalizar o seu sistema interno de interdependência regulada. O maior desafio ao projeto do novo do multilateralismo é a impotência do sistema das Nações Unidas em dar resposta às necessidades dos seres humanos de todo o mundo. Esta impotência posa perigos ao “universalismo qualificado” que pode deslegitimar o emergente novo multilateralismo. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0852 - The Role of Regionalism (O papel do regionalismo), por Alexandra Barahona de Brito . Um “regionalismo competitivo”, resultado do estabelecimento de uma multiplicidade de acordos que siga as regras da WTO, ou até as transcenda, é compatível com o multilateralismo. De facto, existe uma relação complexa de tensões e complementaridades entre o regionalismo e o multilateralismo – não obstante, este facto prova menos que existe um antagonismo inerente entre regionalismo e o novo multilateralismo e mais a favor da inadequação das disposições atuais para a governança multilateral humana. O regionalismo pode tornar-se um módulo de construção, em vez de um obstáculo ao multilateralismo se for capaz de lidar de forma eficaz com os problemas de identidade, participação e legitimidade. Ao mesmo tempo, não podem haver lealdades condicionadas – uma associação política biregional entre a UE e o Mercosul é uma das melhores formas de garantir a sobrevivência e o crescimento de espaço de autonomia internacional na are internacional contra a unipolaridade e a ação unilateral. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0853 - The EU and the Mercosul (A UE e o Mercosul), por Alexandra Barahona de Brito . Se a UE desenvolver a capacidade de atuar na esfera da defesa e segurança internacional, pode vir a desempenhar um papel significativo na construção de uma ordem multilateral pós-hegemónica internacional. A criação de uma federação de estados democráticos baseada na dupla legitimidade de estados e cidadãos torna compatível um sentimento de pertença nacional e de inscrição numa comunidade supranacional. Ao mesmo tempo, e em apenas uma década, o Mercosul afirmou-se como ator internacional credível, sendo visto como um exemplo de integração Sul-Sul, apesar de a coordenação e harmonização fiscal e macroeconómica terem vindo a ser frustradas pelas imensas assimetrias entre as economias dos membros. Tal como na UE, o défice democrático afeta a capacidade do Mercosul lançar um projeto multilateral internacional baseado nos valores da democracia e da soberania partilhada. Por outro lado, se o Mercosul conseguir definir uma identidade estratégica e a capacidade de cooperação na promoção da paz e da estabilidade na sua periferia, poderá aumentar a sua probabilidade de sobrevivência. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0854 - The Five Point Plan: A Strategic Partnership to Empower Multilateral Institutions and to Promote Global and Regional Security, Peace and Justice (O Plano de Cinco Ponto: A Parceria Estratégica para Empoderar Instituições Multilaterais e para Promover Segurança Global e Regional, Paz e Justiça), por Alexandra Barahona de Brito . A UE e o Mercosul devem forjar uma parceria estratégica baseada no reconhecimento do papel estrutural desempenhado por projetos de integração regional abertos numa nova governança multilateral. Tanto a UE como o Mercosul procuram formular regras para administrar globalização. O primeiro desafio é o de consolidar um acordo de comércio livre que possa criar uma fundação sólida para uma parceria. O segundo desafio é o de empoderar instituições multilaterais e desenvolver uma agenda global aumentando o processo de consulta dentro da WTO e da ONU. O terceiro desafio é o de forjar o Plano Colômbia que enderece o problema da estabilidade Andina. O quarto desafio é o de contribuir para uma Segunda Cimeira União Europeia-América Latina e Caraíbas dinâmica e orientada para a ação. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0855 - Participants in Conference Debates (November 1999-May 2001) (Participantes nos Debates da Conferência (Novembro 1999-Maio 2001)), por Alexandra Barahona de Brito . O VI Forum Euro-Latino-Americano (1999-2001), intitulado A União Europeia, o Mercosul e o Novo Multilateralismo, teve como objetivo analisar o papel que ambas as regiões podem ter na promoção de um novo multilateralismo, o qual está a redefinir as noções tradicionais de soberania e da prevenção de conflitos. O presente documento contém uma lista de todos os participantes deste Fórum e dos vários debates que fizeram parte deste, de novembro de 1999 a maio de 2001. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0856 - 20 Anos de Mudança, por IEEI . O presente livro celebra os 20 anos de existência do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, fazendo um inventário das atividades e trabalhos produzidos pelo Instituto durante os vinte anos que perfazem sobre a sua criação. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0857 - Vinte anos depois, por José Calvet de Magalhães . Fazendo um balanço dos vinte anos do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, constata-se o notório e importante trabalho desenvolvido. O prestígio alcançado pelo IEEI, dentro e fora do país, assente na qualidade e importância do trabalho produzido, coloca-o a par dos mais reputados institutos similares internacionais. É tendo este trabalho em mente que o presente texto sublinha a importância do trabalho do Instituto para a vida nacional e internacional, relata as áreas prioritárias da ação do Instituto e corrobora a qualidade deste trabalho com as iniciativas desenvolvidas. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0858 - A motivação primeira, por Álvaro de Vasconcelos . Os vinte anos de vida do IEEI foram anos de mudanças radicais em Portugal e no mundo. Quando foi criado, em fevereiro de 1980, existia ainda o Conselho da Revolução e a política de defesa era uma competência exclusiva dos militares. O presente texto traça, por um lado, as mudanças e eventos assistidos na cena internacional durante os vinte anos de existência do Instituto, bem como de que forma o Instituto se viu comprometido e se debruçou sobre as questões do seu tempo. Vinte anos passados, aquilo que fica claro é a convicção de que os valores essenciais – a defesa da democracia, dos direitos humanos, da liberdade de informação, da convivência e da integração – continuam a ser núcleo central dos objetivos do Instituto e não devem ser alheios à política externa e de defesa dos Estados democráticos. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0859 - XVIII Conferência Internacional de Lisboa, por Jaime Gama . O presente texto contextualiza a vigésima terceira Conferência Internacional de Lisboa, que marca os vinte anos do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. Esta conferência, sobre o tema do multilateralismo no século XXI, inscreve-se no esforço que ao longo de vinte anos o IEEI tem vindo a desenvolver, preenchendo a lacuna que em Portugal se fazia sentir no campo da discussão científica das relações internacionais. O tema do multilateralismo do século XXI, com o alastrar dos valores universais que subentendem o processo de construção europeia, demarca o novo século do século que finda, e faz parte dos objetivos centrais do Instituto ao longo dos seus vinte anos de existência. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0860 - Conferência Internacional de Lisboa em Retrospectiva, por IEEI . Organizada desde 1981, a Conferência Internacional de Lisboa passou a coincidir com a conferência anual, a mais importante atividade regular do IEEI. O presente documento data os temas e datas desta Conferência desde 1981 até 1999, bem como os eventos que marcaram os anos que decorreram entre a organização da primeira conferência até janeiro de 2000, um mês antes da celebração dos vinte anos do Instituto. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0861 - Dito & Escrito, por Francisco Lucas Pires, et al. Muitos dos mais importantes institutos e organismos das mais diversas partes do mundo têm enviado representantes seus às Conferências Internacionais de Lisboa, organizadas pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. O presente documento, extraído do livro 20 Anos de Mudança do IEEI, compila alguns excertos das comunicações de participantes das Conferências Internacionais de Lisboa, desde a sua primeira edição, em outubro de 1981, até à edição XVI, de novembro de 1998. O documento contém, assim, excertos das comunicações de Francisco Lucas Pires, Angel Vinãs, José Luís da Cruz Vilaça, Jaime da Gama, Hisashi Owada, Mário Soares, José Manuel Durão Barroso, Eduardo Lourenço, Edgar Morin, Hélio Jaguaribe, Joaquim Pinto de Andrade, Javier Solana, Nicole Gnesotto e Nuno Severiano Teixeira. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0862 - Cursos, por IEEI . Na primeira metade dos anos 80, a inexistência de cursos de relações internacionais e as necessidades de uma formação específica nas novas circunstâncias da política externa e de segurança e defesa portuguesa, levaram o IEEI a procurar contribuir para colmatar essa lacuna. Parte do livro 20 Anos de Mudança, o presente texto dá conta da criação e organização de cursos pelo IEEI, vinte anos depois da sua criação. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0863 - Ciclos e Palestras/Redes e Relações Interinstitucionais, por IEEI . Foram inúmeros os ciclos de debates e palestras públicas organizados pelo IEEI com a preocupação de trazer a Portugal pensadores, investigadores, militares, jornalistas, diplomatas para intervir sobre os mais variados temas. A primeira parte deste documento refere alguns momentos mais importantes destes ciclos e palestras nos vinte anos de existência do Instituto. Para além destas atividades, e da preocupação multidisciplinar que marcou a sua atividade, o IEEI sempre procurou envolver nos seus programas especialistas e investigadores das áreas e países de que se ocupa, levando-o a estabelecer colaborações e sinergias com instituições

congêneres. Uma parte do presente texto refere brevemente algumas das parcerias que o Instituto foi desenvolvendo, 20 anos volvidos da sua criação. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0864 - Algumas datas marcantes na vida do IEEI, por IEEI . O presente documento traça uma cronologia das datas mais marcantes na história e desenvolvimento do IEEI, desde 1980, ano da escritura da fundação do Instituto e da sua primeira grande iniciativa pública, até 2000, ano em que a Conferência Internacional de Lisboa assinala, de forma especial, os vinte anos do IEEI. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0865 - Publicações, por IEEI . Inserido no livro de comemoração dos vinte anos do IEEI, 20 Anos de Mudança, o presente documento compila uma lista de todas as publicações do Instituto desde 1982 – data da sua primeira publicação, A Segurança Europeia e a Defesa Civil das Grandes Cidades. Assinala ainda os volumes produzidos no quadro do EuroMeSCo. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0866 - Short Commentary on Guinea-Bissau's Presidential Elections: "Óra na Tchiga!" (It'sTime!) (Breve comentário às eleições presidenciais na Guiné-Bissau: "Óra na Tchiga!" (É altura!)), por Patrícia Magalhães Ferreira . A 19 de Junho de 2005, a Guiné-Bissau realizou a primeira volta das suas eleições presidenciais no que foi geralmente considerado um escrutínio pacífico, bem organizado e livre e justo. Contra cenários mais pessimistas, que alertaram para um regresso à guerra civil e o colapso total do Estado de direito, as eleições de 19 de junho realizaram-se sem incidentes graves. Os resultados dos três principais candidatos foram próximos: 35,45% para Malan Bacai Sanha (membro do partido no poder, o PAIGC); 28,87% para Nino Vieira (independente); e 25% para Kumba Yala (do Partido para a Renovação Social - o PRS). Com o anúncio por Kumba Yala de que aceita os resultados da primeira volta das eleições, e a decisão da Comissão Nacional Eleitoral (CNE) de fixar o dia 24 de julho para a segunda volta, qual é o resultado provável destas eleições?. 2005-07-19 / 2005-07-19

D. PT/ADN/IEEI/006/0867 - Programme Annual Conference EuroMeSCo – Paths to Democracy and Inclusion within Diversity (Programa Conferência Anual EuroMeSCo – Caminhos para a democracia e a inclusão dentro da diversidade), por IEEI . O presente documento contém o programa da Conferência Anual do EuroMeSCo, Paths to Democracy and Inclusion within Diversity, co-organizado pelo IEEI, em parceria com a rede EuroMeSCo, de 5 a 7 de outubro de 2006 em Istambul. Esta conferência do EuroMeSCo endereçou questões relacionadas com a democracia, reforma política na área do Mediterrâneo, direitos humanos, lei internacional, inclusão na diversidade, direitos civis e a Agenda Comum Euro-Mediterrânea. 2006-10-05 / 2006-10-07

D. PT/ADN/IEEI/006/0868 - Sumário Executivo, por Alexandra Barahona de Brito . Um novo tipo de multilateralismo está a emergir na pós bipolaridade do sistema internacional e é marcado por três características: a crença de que é responsabilidade da comunidade internacional, em geral, e das Nações Unidas, em particular, a promoção e garantia dos direitos humanos; o regionalismo; e a emergência de uma opinião pública mundial. Este novo multilateralismo é um que implica uma alteração da soberania e desloca o papel do Estado no sistema internacional. Esta visão do que constitui o novo multilateralismo e o papel da União Europeia e do Mercosul na sua promoção, são ideias centrais à formação da sexta edição do Fórum Euro-Latino-Americano, e a análise apresentada neste relatório. É à luz destas ideias que as recomendações políticas aqui contidas são apresentadas. O presente documento sumariza as ideias contidas no resto do relatório. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0869 - Introdução, por Alexandra Barahona de Brito . No novo multilateralismo, as pessoas encontram-se no centro de um projeto global para a interdependência pacífica e regulada. Isto significa que a soberania do estado pode ver-se limitada ou partilhada em nome do bem-estar humano. Estados-nação individuais enfrentam desafios que transcendem as suas capacidades tanto executivas, como de elaboração de políticas. Preservar o ambiente e os oceanos, combater o terrorismo internacional, tráfico de armas e drogas, lidar com os fluxos de refugiados e migração em massa, ultrapassar o ciclo vicioso de pobreza, e lidar com desastres humanitários – todos estes problemas precisam de uma resposta que ultrapassa a capacidade de agência dos Estados-nação. A partilha de responsabilidade é essencial. Existem vários sinais da limitação da soberania e da soberania partilhada na arena internacional hoje. A presente introdução lida com estes sinais e argumenta a favor da crescente centralidade dos direitos humanos e das instituições internacionais na garantia destes. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0870 - Desafios ao Novo Multilateralismo, por Alexandra Barahona de Brito . O novo multilateralismo é condicionado pela vontade dos Estados Unidos de isentarem-se a si próprios das regras globais que ajuda a criar e pela seu autoconcedido direito de intervir unilateralmente como último recurso. Uma "multipolaridade política de poder" poderia, contudo, implicar um confronto entre o poder americano e o poder europeu. É, pois, no interesse da UE – bem como de outros projetos de integração regional como o do Mercosul - de multilateralizar a política externa americana. A UE procura externalizar

o seu sistema interno de interdependência regulada. O maior desafio ao projeto do novo do multilateralismo é a impotência do sistema das Nações Unidas em dar resposta às necessidades dos seres humanos de todo o mundo. Esta impotência posa perigos ao “universalismo qualificado” que pode deslegitimar o emergente novo multilateralismo. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0871 - O papel do regionalismo, por Alexandra Barahona de Brito . Um “regionalismo competitivo”, resultado do estabelecimento de uma multiplicidade de acordos que siga as regras da WTO, ou até as transcenda, é compatível com o multilateralismo. De facto, existe uma relação complexa de tensões e complementaridades entre o regionalismo e o multilateralismo – não obstante, este facto prova menos que existe um antagonismo inerente entre regionalismo e o novo multilateralismo e mais a favor da inadequação das disposições atuais para a governança multilateral humana. O regionalismo pode tornar-se um módulo de construção, em vez de um obstáculo ao multilateralismo se for capaz de lidar de forma eficaz com os problemas de identidade, participação e legitimidade. Ao mesmo tempo, não podem haver lealdades condicionadas – uma associação política biregional entre a UE e o Mercosul é uma das melhores formas de garantir a sobrevivência e o crescimento de espaço de autonomia internacional na are internacional contra a unipolaridade e a ação unilateral. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0872 - A UE e o Mercosul, por Alexandra Barahona de Brito . Se a UE desenvolver a capacidade de atuar na esfera da defesa e segurança internacional, pode vir a desempenhar um papel significativo na construção de uma ordem multilateral pós-hegemónica internacional. A criação de uma federação de estados democráticos baseada na dupla legitimidade de estados e cidadãos torna compatível um sentimento de pertença nacional e de inscrição numa comunidade supranacional. Ao mesmo tempo, e em apenas uma década, o Mercosul afirmou-se como ator internacional credível, sendo visto como um exemplo de integração Sul-Sul, apesar de a coordenação e harmonização fiscal e macroeconómica terem vindo a ser frustradas pelas imensas assimetrias entre as economias dos membros. Tal como na UE, o défice democrático afeta a capacidade do Mercosul lançar um projeto multilateral internacional baseado nos valores da democracia e da soberania partilhada. Por outro lado, se o Mercosul conseguir definir uma identidade estratégica e a capacidade de cooperação na promoção da paz e da estabilidade na sua periferia, poderá aumentar a sua probabilidade de sobrevivência. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0873 - O Plano de Cinco Ponto: A Parceria Estratégica para Capacitar as Instituições Multilaterais e para Promover a Segurança, a Paz e a Justiça, por Alexandra Barahona de Brito . A UE e o Mercosul devem forjar uma parceria estratégica baseada no reconhecimento do papel estrutural desempenhado por projetos de integração regional abertos numa nova governança multilateral. Tanto a UE como o Mercosul procuram formular regras para administrar globalização. O primeiro desafio é o de consolidar um acordo de comércio livre que possa criar uma fundação sólida para uma parceria. O segundo desafio é o de empoderar instituições multilaterais e desenvolver uma agenda global aumentando o processo de consulta dentro da WTO e da ONU. O terceiro desafio é o de forjar o Plano Colômbia que enderece o problema da estabilidade Andina. O quarto desafio é o de contribuir para uma Segunda Cimeira União Europeia-América Latina e Caraíbas dinâmica e orientada para a ação. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0874 - Autores e Textos/Participantes nos Debates da Conferência (Novembro 1999-Maio 2001), por Alexandra Barahona de Brito . O VI Fórum Euro-Latino-Americano (1999-2001), intitulado A União Europeia, o Mercosul e o Novo Multilateralismo, teve como objetivo analisar o papel que ambas as regiões podem ter na promoção de um novo multilateralismo, o qual está a redefinir as noções tradicionais de soberania e da prevenção de conflitos. O presente documento contém uma lista de todos os participantes deste Fórum e dos vários debates que fizeram parte deste, de novembro de 1999 a maio de 2001. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0875 - Autores y documentos/Participantes en los Debates de Conferencia (Noviembre 1999-Mayo 2001) (Autores e Textos/Participantes nos Debates da Conferência (Novembro 1999-Maio 2001)), por Alexandra Barahona de Brito . O VI Fórum Euro-Latino-Americano (1999-2001), intitulado A União Europeia, o Mercosul e o Novo Multilateralismo, teve como objetivo analisar o papel que ambas as regiões podem ter na promoção de um novo multilateralismo, o qual está a redefinir as noções tradicionais de soberania e da prevenção de conflitos. O presente documento contém uma lista de todos os participantes deste Fórum e dos vários debates que fizeram parte deste, de novembro de 1999 a maio de 2001. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0876 - Resumen Ejectutivo (Sumário Executivo), por Alexandra Barahona de Brito . Um novo tipo de multilateralismo está a emergir na pós bipolaridade do sistema internacional e é marcado por três características: a crença de que é responsabilidade da comunidade internacional, em geral, e das Nações Unidas, em particular, a promoção e garantia dos direitos humanos; o regionalismo; e a emergência de uma opinião pública mundial. Este novo multilateralismo é um que

implica uma alteração da soberania e desloca o papel do Estado no sistema internacional. Esta visão do que constitui o novo multilateralismo e o papel da União Europeia e do Mercosul na sua promoção, são ideias centrais à formação da sexta edição do Fórum Euro-Latino-Americano, e a análise apresentada neste relatório. É à luz destas ideias que as recomendações políticas aqui contidas são apresentadas. O presente documento sumariza as ideias contidas no resto do relatório. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0877 - Introducción (Introdução), por Alexandra Barahona de Brito . No novo multilateralismo, as pessoas encontram-se no centro de um projeto global para a interdependência pacífica e regulada. Isto significa que a soberania do estado pode ver-se limitada ou partilhada em nome do bem-estar humano. Estados-nação individuais enfrentam desafios que transcendem as suas capacidades tanto executivas, como de elaboração de políticas. Preservar o ambiente e os oceanos, combater o terrorismo internacional, tráfico de armas e drogas, lidar com os fluxos de refugiados e migração em massa, ultrapassar o ciclo vicioso de pobreza, e lidar com desastres humanitários – todos estes problemas precisam de uma resposta que ultrapassa a capacidade de agência dos Estados-nação. A partilha de responsabilidade é essencial. Existem vários sinais da limitação da soberania e da soberania partilhada na arena internacional hoje. A presente introdução lida com estes sinais e argumenta a favor da crescente centralidade dos direitos humanos e das instituições internacionais na garantia destes. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0878 - Desafíos del Nuevo Multilateralismo (Desafios ao Novo Multilateralismo), por Alexandra Barahona de Brito . O novo multilateralismo é condicionado pela vontade dos Estados Unidos de isentarem-se a si próprios das regras globais que ajuda a criar e pela seu autoconcedido direito de intervir unilateralmente como último recurso. Uma “multipolaridade política de poder” poderia, contudo, implicar um confronto entre o poder americano e o poder europeu. É, pois, no interesse da UE – bem como de outros projetos de integração regional como o do Mercosul - de multilateralizar a política externa americana. A UE procura externalizar o seu sistema interno de interdependência regulada. O maior desafio ao projeto do novo do multilateralismo é a impotência do sistema das Nações Unidas em dar resposta às necessidades dos seres humanos de todo o mundo. Esta impotência posa perigos ao “universalismo qualificado” que pode deslegitimar o emergente novo multilateralismo. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0879 - El Papel del Regionalismo (O papel do regionalismo), por Alexandra Barahona de Brito . Um “regionalismo competitivo”, resultado do estabelecimento de uma multiplicidade de acordos que siga as regras da WTO, ou até as transcenda, é compatível com o multilateralismo. De facto, existe uma relação complexa de tensões e complementaridades entre o regionalismo e o multilateralismo – não obstante, este facto prova menos que existe um antagonismo inerente entre regionalismo e o novo multilateralismo e mais a favor da inadequação das disposições atuais para a governança multilateral humana. O regionalismo pode tornar-se um módulo de construção, em vez de um obstáculo ao multilateralismo se for capaz de lidar de forma eficaz com os problemas de identidade, participação e legitimidade. Ao mesmo tempo, não podem haver lealdades condicionadas – uma associação política biregional entre a UE e o Mercosul é uma das melhores formas de garantir a sobrevivência e o crescimento de espaço de autonomia internacional na are internacional contra a unipolaridade e a ação unilateral. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0880 - La UE y el Mercosur (A UE e o Mercosul), por Alexandra Barahona de Brito . Se a UE desenvolver a capacidade de atuar na esfera da defesa e segurança internacional, pode vir a desempenhar um papel significativo na construção de uma ordem multilateral pós-hegemónica internacional. A criação de uma federação de estados democráticos baseada na dupla legitimidade de estados e cidadãos torna compatível um sentimento de pertença nacional e de inscrição numa comunidade supranacional. Ao mesmo tempo, e em apenas uma década, o Mercosul afirmou-se como ator internacional credível, sendo visto como um exemplo de integração Sul-Sul, apesar de a coordenação e harmonização fiscal e macroeconómica terem vindo a ser frustradas pelas imensas assimetrias entre as economias dos membros. Tal como na UE, o défice democrático afeta a capacidade do Mercosul lançar um projeto multilateral internacional baseado nos valores da democracia e da soberania partilhada. Por outro lado, se o Mercosul conseguir definir uma identidade estratégica e a capacidade de cooperação na promoção da paz e da estabilidade na sua periferia, poderá aumentar a sua probabilidade de sobrevivência. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0881 - Un Plan de Cinco Puntos: Una Asociación Estratégica para la Seguridad Global y Regional, Paz, y Justicia, por Alexandra Barahona de Brito . A UE e o Mercosul devem forjar uma parceria estratégica baseada no reconhecimento do papel estrutural desempenhado por projetos de integração regional abertos numa nova governança multilateral. Tanto a UE como o Mercosul procuram formular regras para administrar globalização. O primeiro desafio é o de consolidar um acordo de comércio livre que possa criar uma fundação sólida para uma parceria. O segundo desafio é o de empoderar instituições multilaterais e desenvolver uma agenda global aumentando o processo de consulta dentro da WTO e da ONU. O terceiro desafio é o de forjar o Plano Colômbia que enderece o problema da estabilidade Andina. O quarto desafio

é o de contribuir para uma Segunda Cimeira União Europeia-América Latina e Caraíbas dinâmica e orientada para a ação. 2001-01-01 / 2001-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0882 - Autores, por Alexandra Barahona de Brito e Álvaro Vasconcelos . O presente relatório foi escrito por Alexandra Barahona de Brito e Álvaro de Vasconcelos, com contributos de Maria João Seabra e Maria do Rosário de Moraes Vaz. As opiniões nele expressas são da exclusiva responsabilidade dos relatores, embora a maior parte do seu conteúdo se deva aos trabalhos de pesquisa preparados para o V Fórum Euro-Latino-Americano e aos seus autores, que se enumera neste documento. 1998-10-01 / 1998-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0883 - Preâmbulo, por Alexandra Barahona de Brito e Álvaro Vasconcelos . O presente documento define os objetivos gerais do Fórum Euro-Latino-Americano e dos objetivos particulares da sua quinta edição, que ocorreu em Lisboa em maio de 1998, e que são expressos neste relatório. O Fórum analisou o movimento de regionalização na América Latina e nas Américas, focando no papel da Comunidade Andina, do Chile, do México e dos Estados Unidos e do Canadá, no contexto da criação da ALCA. 1998-10-01 / 1998-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0884 - Globalização e regionalização, por Alexandra Barahona de Brito e Álvaro Vasconcelos . A globalização afeta cada um dos vértices do triângulo Estados Unidos–América Latina–Europa. Estas duas regiões não têm, porém, uma estratégia comum para responder ao desafio da globalização. Perante os avanços da globalização também o «triângulo atlântico» é apenas uma das muitas redes de uma teia mais vasta de inter-relacionamentos. O presente texto procura distinguir entre globalização como fenómeno objetivo e globalização como projeto ideológico. 1998-10-01 / 1998-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0885 - Regionalismo nas Américas, por Alexandra Barahona de Brito e Álvaro Vasconcelos . O movimento de regionalização afeta as relações entre a Europa e a América Latina. O documento procura estabelecer a distinção entre regionalismo aberto e integração profunda. Aborda, pois, as diferentes interpretações da globalização na sua relação com a regionalização e a integração, para analisar as políticas que melhor se coadunam com o avanço da democracia, da justiça social e do multilateralismo. 1998-10-01 / 1998-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0886 - A União Europeia e o Mercosul: Uma ligação estratégica?, por Alexandra Barahona de Brito e Álvaro Vasconcelos . A União Europeia tem uma agenda definida em relação ao Mercosul: a criação de uma associação inter-regional que tenha por base uma cooperação política sólida, tanto em temas estritamente inter-regionais como internacionais. O acordo-quadro abrange temas como o comércio livre, a cooperação económica, particularmente para a promoção de investimentos, a cooperação técnica, a integração regional, e o reforço dos contactos entre as sociedades civis, especialmente ao nível das comunidades empresariais. 1998-10-01 / 1998-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0887 - Regras para a ordem multilateral, por Alexandra Barahona de Brito e Álvaro Vasconcelos . O presente documento afirma que a União Europeia e o Mercosul são os mais completos representantes da prevalência do princípio associativo sobre as tendências fragmentárias que se manifestam nos dois continentes. Considera que o modelo de integração aberta que os caracteriza contribui para a paz e a democracia, para a promoção do desenvolvimento partilhado, da solidariedade transnacional, e para a defesa do multilateralismo como sistema regulador e como modalidade prática do relacionamento entre os espaços e os Estados. Sustenta, por tudo isto, que uma parceria entre a União Europeia e o Mercosul pode dar um contributo particular para a estruturação do sistema internacional, e interferir assim, como agente ativo, na elaboração das suas regras. 1998-10-01 / 1998-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0888 - The Western Balkans and the international community (Os Balcãs Ocidentais e a Comunidade Internacional), por Anton Bebler . O IEEI organizou, no dia 4 de Abril de 2008, no Grémio Literário, um debate com o Professor Anton Bebler, dedicado ao tema Os Balcãs, a crise do Kosovo e a acção da União Europeia. Além da caracterização sociopolítica da região, Anton Bebler apresentou algumas reflexões sobre a situação actual de segurança nos Balcãs e desenvolveu várias considerações sobre o problema do Kosovo e as suas implicações, destacando, no que respeita à estabilização da região, o papel das organizações internacionais. 2008-04-04 / 2008-04-04

D. PT/ADN/IEEI/006/0889 - Globalização e desenvolvimento em debate, por Gina Soares . Após doze anos, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) regressou ao continente africano sob o tema "Oportunidades e desafios da globalização no âmbito do desenvolvimento". De 20 a 25 de Abril mais de 4000 participantes estiveram reunidos

em Acra, capital da República do Gana, para analisar a evolução da economia mundial e discutir o impacto das políticas comerciais. Reunindo de quatro em quatro anos, a CNUCED funciona como um fórum de discussão e harmonização, com o objetivo de definir políticas que promovam a integração sustentada dos países em desenvolvimento na economia mundial. 2008-01-01 / 2008-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0890 - Números para recordar no Dia Internacional dos Migrantes, por IEEI . Os números da Organização Internacional para as Migrações (OIM) não são de hoje, mas o Dia Internacional dos Migrantes, celebrado mundialmente a 18 de dezembro, torna a sua repetição inevitável, e ainda assim relevante para o retrato do fenómeno: existem cerca de 191 milhões de migrantes em todo o mundo que representam, em termos relativos, 3% da população global. Destes, “apenas” 30 a 40 milhões são indocumentados, perfazendo entre 15 a 20% do total do stock de migrantes no mundo. 2008-01-01 / 2008-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0891 - Salih Osman recebe prémio Sakharov, por Luís Silva . Afável, bem disposto e agradecido pela hospitalidade portuguesa, Salih Mahmoud Osman, advogado sudanês e ativista pelos Direitos Humanos, viajou domingo para Estrasburgo após cinco dias em Lisboa onde deu continuidade a um trabalho que o Parlamento Europeu reconheceu ser merecedor da atribuição do Prémio Sakharov 2007, concedido anualmente pela instituição europeia para distinguir aqueles que lutam pela liberdade de pensamento e dedicam boa parte do seu tempo a combater a opressão e a injustiça. 2008-01-01 / 2008-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0892 - Eleições legislativas em Angola: “de um modo geral livres e justas”, por Rita Pais . As eleições legislativas em Angola parecem atrair, agora, as atenções dos media internacionais e, particularmente, dos meios de comunicação social portugueses. São as segundas eleições na história do país, as primeiras dos últimos 16 anos, e as primeiras a realizar-se num clima efetivo de paz, e finalmente, por terem sido sucessivamente adiadas pelo Presidente José Eduardo dos Santos desde o fim da guerra civil, em 2002. Mas outros aspetos conjunturais podem explicar este interesse particular, nomeadamente, o período de ambiente de prosperidade económico vivido em Angola e o baixo nível de desenvolvimento humano, por contraste, que lança dúvidas sobre a democraticidade das instituições. 2008-01-01 / 2008-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0893 - Eleições Legislativas em Angola, por Patrícia Magalhães Ferreira . As eleições legislativas em Angola poderão traduzir-se na consagração do MPLA como legítimo detentor do poder no país, capitalizando os dividendos da paz e o esforço de reconstrução do país, largamente impulsionado pela manutenção dos altos preços dos produtos petrolíferos nos mercados mundiais e pelo crescente investimento externo. O presente texto reflete sobre os aspetos e indicadores económicos e sociais que trazem expectativa sobre estas eleições. 2008-01-01 / 2008-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0894 - Setting Global Rules: A Partnership for the Twentieth Century (Definindo Regras Globais: Uma parceria para o século XXI), por Alexandra Barahona de Brito e Álvaro Vasconcelos . Este relatório toma por base os trabalhos de pesquisa produzidos e os debates do V Fórum Euro-Latino-Americano. Assim, o relatório visa analisar o movimento de regionalização na América Latina e nas Américas, focando o papel da Comunidade Andina, do Chile, do México, do Canadá e dos Estados Unidos, assim como no contexto de criação da ALCA. O contexto em que o trabalho foi desenvolvido para além de visarem fomentar o debate entre decisores políticos de um e outro lado, pretendiam servir de preparação ao trabalhos da primeira cimeira Europa-América Latina-Caraíbas.

. 1998-10-01 / 1998-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0895 - Preamble (Preâmbulo), por Alexandra Barahona de Brito e Álvaro Vasconcelos . O presente documento define os objetivos gerais do Fórum Euro-Latino-Americano e dos objetivos particulares da sua quinta edição, que ocorreu em Lisboa em maio de 1998, e que são expressos neste relatório. O Fórum analisou o movimento de regionalização na América Latina e nas Américas, focando no papel da Comunidade Andina, do Chile, do México e dos Estados Unidos e do Canadá, no contexto da criação da ALCA. 1998-10-01 / 1998-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0896 - Globalisation and regionalisation (Globalização e regionalização), por Alexandra Barahona de Brito e Álvaro Vasconcelos . A globalização afeta cada um dos vértices do triângulo Estados Unidos–América Latina–Europa. Estas duas regiões não têm, porém, uma estratégia comum para responder ao desafio da globalização. Perante os avanços da globalização também o «triângulo atlântico» é apenas uma das muitas redes de uma teia mais vasta de inter-relacionamentos. O presente texto procura distinguir entre globalização como fenómeno objetivo e globalização como projeto ideológico. 1998-10-01 / 1998-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0897 - Whither regionalism in the Americas? (Onde está o regionalismo nas Américas?), por Alexandra Barahona de Brito e Álvaro Vasconcelos . O movimento de regionalização afeta as relações entre a Europa e a América Latina. O documento procura estabelecer a distinção entre regionalismo aberto e integração profunda. Aborda, pois, as diferentes interpretações da globalização na sua relação com a regionalização e a integração, para analisar as políticas que melhor se coadunam com o avanço da democracia, da justiça social e do multilateralismo. 1998-10-01 / 1998-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0898 - The European Union and the Mercosul: A new relationship? (A União Europeia e o Mercosul: Uma ligação estratégica?), por Alexandra Barahona de Brito e Álvaro Vasconcelos . A União Europeia tem uma agenda definida em relação ao Mercosul: a criação de uma associação inter-regional que tenha por base uma cooperação política sólida, tanto em temas estritamente inter-regionais como internacionais. O acordo-quadro abrange temas como o comércio livre, a cooperação económica, particularmente para a promoção de investimentos, a cooperação técnica, a integração regional, e o reforço dos contactos entre as sociedades civis, especialmente ao nível das comunidades empresariais. 1998-10-01 / 1998-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0899 - New Game Rules for a New Multilateral Order (Regras para a ordem multilateral), por Alexandra Barahona de Brito e Álvaro Vasconcelos . O presente documento afirma que a União Europeia e o Mercosul são os mais completos representantes da prevalência do princípio associativo sobre as tendências fragmentárias que se manifestam nos dois continentes. Considera que o modelo de integração aberta que os caracteriza contribui para a paz e a democracia, para a promoção do desenvolvimento partilhado, da solidariedade transnacional, e para a defesa do multilateralismo como sistema regulador e como modalidade prática do relacionamento entre os espaços e os Estados. Sustenta, por tudo isto, que uma parceria entre a União Europeia e o Mercosul pode dar um contributo particular para a estruturação do sistema internacional, e interferir assim, como agente ativo, na elaboração das suas regras. 1998-10-01 / 1998-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0900 - Programme - The Challenge of Globalisation: Europe and Latin America and the Integration Processes in the Americas (Programa - Os desafios da globalização: A Europa e a América Latina e os Processos de Integração nas Américas), por Alexandra Barahona de Brito e Álvaro Vasconcelos . O presente documento contém o programa do Fórum Euro-Latino-Americano V, "The Challenge of Globalisation: Europe and Latin America and the Integration Processes in the Americas", que teve lugar em Lisboa entre os dias 21 e 22 de maio de 1998, e que deu origem ao relatório "Setting Global Rules". Tendo como pano de fundo a forte tendência de globalidade económica e financeira, bem como a tensão entre a expansão e a liberalização do comércio em detrimento da justiça social, de um lado, e espaços integrados que pretendem manter a solidariedade social como matriz estruturante, do outro, o trabalho de pesquisa produzido para o V Fórum teve um duplo objetivo: o avanço da integração na Europa e nas Américas, e o estudo do relacionamento dos processos de integração, nos dois continentes, com os Estados Unidos. 1998-10-01 / 1998-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0901 - Regular y democratizar el sistema global: Una asociación para el siglo XXI (Regular e democratizar o sistema global: Uma parceria para o século XXI), por Alexandra Barahona de Brito e Álvaro Vasconcelos . Este relatório toma por base os trabalhos de pesquisa produzidos e os debates do V Fórum Euro-Latino-Americano. Assim, o relatório visa analisar o movimento de regionalização na América Latina e nas Américas, focando o papel da Comunidade Andina, do Chile, do México, do Canadá e dos Estados Unidos, assim como no contexto de criação da ALCA. O contexto em que o trabalho foi desenvolvido para além de visarem fomentar o debate entre decisores políticos de um e outro lado, pretendiam servir de preparação ao trabalhos da primeira cimeira Europa-América Latina-Caraíbas. 1998-10-01 / 1998-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0902 - Preámbulo (Preâmbulo), por Alexandra Barahona de Brito e Álvaro Vasconcelos . O presente documento define os objetivos gerais do Fórum Euro-Latino-Americano e dos objetivos particulares da sua quinta edição, que ocorreu em Lisboa em maio de 1998, e que são expressos neste relatório. O Fórum analisou o movimento de regionalização na América Latina e nas Américas, focando no papel da Comunidade Andina, do Chile, do México e dos Estados Unidos e do Canadá, no contexto da criação da ALCA. 1998-10-01 / 1998-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0903 - Globalización y regionalización (Globalização e regionalização), por Alexandra Barahona de Brito e Álvaro Vasconcelos . A globalização afeta cada um dos vértices do triângulo Estados Unidos–América Latina–Europa. Estas duas regiões não têm, porém, uma estratégia comum para responder ao desafio da globalização. Perante os avanços da globalização também o «triângulo atlântico» é apenas uma das muitas redes de uma teia mais vasta de inter-relacionamentos. O presente texto procura distinguir entre globalização como fenómeno objetivo e globalização como projeto ideológico. 1998-10-01 / 1998-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0904 - Regionalismo en las Américas (Regionalismo nas Américas), por Alexandra Barahona de Brito e Álvaro Vasconcelos . O movimento de regionalização afeta as relações entre a Europa e a América Latina. O documento procura estabelecer a distinção entre regionalismo aberto e integração profunda. Aborda, pois, as diferentes interpretações da globalização na sua relação com a regionalização e a integração, para analisar as políticas que melhor se coadunam com o avanço da democracia, da justiça social e do multilateralismo. 1998-10-01 / 1998-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0905 - La Unión Europea y el Mercosur: Una asociación estratégica? (A União Europeia e o Mercosul: Uma ligação estratégica?), por Alexandra Barahona de Brito e Álvaro Vasconcelos . A União Europeia tem uma agenda definida em relação ao Mercosul: a criação de uma associação inter-regional que tenha por base uma cooperação política sólida, tanto em temas estritamente inter-regionais como internacionais. O acordo-quadro abrange temas como o comércio livre, a cooperação económica, particularmente para a promoção de investimentos, a cooperação técnica, a integração regional, e o reforço dos contactos entre as sociedades civis, especialmente ao nível das comunidades empresariais. 1998-10-01 / 1998-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0906 - Reglas para el orden multilateral (Regras para a ordem multilateral), por Alexandra Barahona de Brito e Álvaro Vasconcelos . O presente documento afirma que a União Europeia e o Mercosul são os mais completos representantes da prevalência do princípio associativo sobre as tendências fragmentárias que se manifestam nos dois continentes. Considera que o modelo de integração aberta que os caracteriza contribui para a paz e a democracia, para a promoção do desenvolvimento partilhado, da solidariedade transnacional, e para a defesa do multilateralismo como sistema regulador e como modalidade prática do relacionamento entre os espaços e os Estados. Sustenta, por tudo isto, que uma parceria entre a União Europeia e o Mercosul pode dar um contributo particular para a estruturação do sistema internacional, e interferir assim, como agente ativo, na elaboração das suas regras. 1998-10-01 / 1998-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0907 - Programa - El Desafio de la Globalización: La Europa y la America Latina de cara a la Integración de las Américas (Programa - Os desafios da globalização: A Europa e a América Latina e os Processos de Integração nas Américas), por Alexandra Barahona de Brito e Álvaro Vasconcelos . O presente documento contém o programa do Fórum Euro-Latino-Americano V, "The Challenge of Globalisation: Europe and Latin America and the Integration Processes in the Americas", que teve lugar em Lisboa entre os dias 21 e 22 de maio de 1998, e que deu origem ao relatório "Setting Global Rules". Tendo como pano de fundo a forte tendência de globalidade económica e financeira, bem como a tensão entre a expansão e a liberalização do comércio em detrimento da justiça social, de um lado, e espaços integrados que pretendem manter a solidariedade social como matriz estruturante, do outro, o trabalho de pesquisa produzido para o V Fórum teve um duplo objetivo: o avanço da integração na Europa e nas Américas, e o estudo do relacionamento dos processos de integração, nos dois continentes, com os Estados Unidos. 1998-10-01 / 1998-10-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0908 - Actas da I Conferências do Estoril – Desafios globais, respostas locais, por Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais . A primeira reunião das Conferências do Estoril, intitulada "Desafios Globais, Respostas Locais" realizou-se a 7-9 de maio de 2009 no Centro de Congressos do Estoril. As Conferências do Estoril foram organizadas utilizando uma abordagem de "resolução de problemas" à globalização e basearam-se na necessidade de encontrar soluções globais e locais enquanto os desafios globais aumentavam, tendo como público alvo funcionários governamentais, políticos, CEOs e gestores, académicos, estudantes, jornalistas e formadores de opinião. O presente documento é um extenso relatório desta conferência cujas temáticas foram: Arquitectura Multilateral e Desafios Globais (Painel I); Negócio Internacional e Desafios Locais (Painel II); Recursos e Sustentabilidade (Painel III); Valores, Identidades e Mercados: a Globalização é Governável? (Painel IV). 2010-01-01 / 2010-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0909 - Prefácio, por António Capucho . Prefácio realizado pelo presidente da Câmara Municipal de Cascais, António d'Orey Capucho, das Actas das I Conferências do Estoril, onde se exemplifica a importância do município e do poder local com as questões globais e a relevância do tema das conferências. 2010-01-01 / 2010-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0910 - Introdução, por Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais . As Conferências do Estoril têm entre os seus objetivos promover a reflexão e o debate em torno de ideias, não apenas pessoas, culturas ou ideologias. Nesta edição, um conjunto de personalidades de reconhecido mérito internacional posicionaram em face de temas concretos mas abrangentes: Arquitectura Multilateral e Desafios Globais (Painel I); Negócio Internacional e Desafios Locais (Painel II); Recursos e Sustentabilidade (Painel III); Valores, Identidades e Mercados: a Globalização é Governável? (Painel IV). 2010-01-01 / 2010-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0911 - Programa da Conferência por Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais . A primeira reunião das Conferências do Estoril, intitulada "Desafios Globais, Respostas Locais" realizou-se a 7-9 de maio de 2009 no Centro de Congressos do Estoril. O presente documento é o Programa da mesma. 2010-01-01 / 2010-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0912 - Sessão de Abertura por Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais . Na sessão de abertura das I Conferências do Estoril foram lançadas reflexões iniciais, que espelham bem as preocupações, mas também as motivações, para a organização da edição de 2009 das Conferências, subordinadas ao tema Desafios Globais, Respostas Locais. O presente artigo faz uma síntese cronológicas sobre a temática das intervenções durante a sessão de abertura. 2010-01-01 / 2010-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0913 - Palestra – Fernando Henrique Cardoso por Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais . Na sua participação nas Conferências do Estoril de 2009 e enovelando uma cuidada reflexão teórica com os ricos exemplos práticos da sua vasta experiência internacional, Fernando Henrique Cardoso traçou uma genealogia da arquitetura financeira internacional, incluindo não só os seus pressupostos e ambições, mas também os seus limites e equívocos evidenciados pela crise atual. 2010-01-01 / 2010-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0914 - Painele I - Arquitetura Multilateral e Desafios Globais por Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais . O painele Arquitetura Multilateral e Desafios Globais contou com um conjunto de oradores que representavam uma pluralidade de correntes de pensamento. Os desafios do novo milénio, como a regulação dos mercados, as alterações climáticas e a representatividade nas instituições internacionais, abordando apenas algumas das questões que se destacaram nas Conferências do Estoril. 2010-01-01 / 2010-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0915 - Cerimónia de Entrega de Prémios por Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais . No âmbito da primeira edição das Conferências do Estoril, a organização atribuiu um prémio ao melhor livro recentemente publicado sobre a Globalização assim como anualmente atribui uma Bolsa de Investigação. O presente documento apresenta os vencedores e os temas selecionados. 2010-01-01 / 2010-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0916 - Jantar de Gala por Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais . O Jantar de Gala que finalizou o primeiro dia das Conferências teve lugar no salão Preto e Prata do Casino do Estoril, tendo contado com a presença especial da atriz norte-americana Daryl Hannah. Relatando vários episódios e experiências que presenciou enquanto activista, Daryl Hannah discursou sobre o Desenvolvimento Sustentável. 2010-01-01 / 2010-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0917 - Painele II – Negócio Internacional e desafios locais por Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais . O segundo painele das Conferências do Estoril, composto por empresários de grande experiência no mundo dos negócios e por influentes políticos nacionais e internacionais, centrou-se na análise da relação entre o grande motor da globalização – os mercados mundiais e os negócios que neles se desenvolvem – e os desafios de âmbito local que se levantam e resultam, muitas vezes, desses negócios. A ideia central presente em todo o painele prende-se com a necessidade de coordenação e articulação, em todas as áreas, entre os níveis global, regional e local. 2010-01-01 / 2010-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0918 - Palestra – Joseph Stiglitz por Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais . Contrariando o laissez-faire desregulado da economia norte-americana, Joseph Stiglitz destacou-se por contestar a política dominada por lobbies que beneficia as instituições financeiras e deixa de lado o cidadão comum. Stiglitz trouxe às Conferências do Estoril uma análise crua dos factos que levaram à crise, à sua disseminação global, as suas causas e os seus efeitos, apontando ainda algumas soluções a desenvolver a longo prazo. 2010-01-01 / 2010-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0919 - Painele III –Recursos e Sustentabilidade por Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais . O terceiro painele das Conferências do Estoril teve como tema «Recursos e Sustentabilidade». O conceito de desenvolvimento sustentável focou a sua atenção na procura de estratégias de promoção do desenvolvimento económico e social, de forma a evitar a degradação ambiental, o excesso de exploração dos recursos naturais e a poluição, nas suas diversas formas. 2010-01-01 / 2010-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0920 - Palestra – Tony Blair por Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais . Revestindo a sua apresentação de um marcante pragmatismo e otimismo, Tony Blair trouxe às Conferências do Estoril sete lições sobre os desafios e as oportunidades do processo de globalização, analisando e repensando algumas das conceções fundamentais das

democracias liberais. A visão de Tony Blair sobre o processo de globalização reflete as suas experiências enquanto primeiro-ministro britânico, mas também – e sobretudo – a sua sensibilidade liberal ocidental. 2010-01-01 / 2010-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0921 - Paineis IV – Valores, identidades e mercados: a globalização é governável? por Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais . Aceitando-se que a globalização é um processo inevitável, salvo circunstâncias extremas, das quais apesar da crise nos encontramos ainda muito longe, foram apresentadas várias visões críticas e problematizadoras sobre as especificidades do processo de globalização em que nos encontramos. As apresentações e o debate estruturaram-se fundamentalmente em torno de três eixos: A caracterização dos traços e moldes do atual modelo de globalização, etapa imprescindível para projetar a sua possível governação; A superação desta fase de diagnóstico para a proposição de estratégias e objetivos alternativos para uma nova globalização, bem como de medidas concretas para a efetivar; A discussão sobre os valores da globalização e o respeito pelas diversidades culturais ao nível das pertenças e construções identitárias dos indivíduos num mundo global. 2010-01-01 / 2010-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0922 - Síntese - Desafios globais, respostas locais por Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais . Lançados no contexto da atual crise internacional, os temas debatidos nas Conferências do Estoril foram inevitavelmente marcados por uma sensação: a de que algo fracassou. A globalização é um processo que se encontra evidentemente em desequilíbrio. As discussões revelaram, assim, a preocupação com a procura de um novo ponto de equilíbrio, e qual o caminho a trilhar para o alcançar, tomando como ponto de partida a reflexão profunda sobre três pilares fundamentais. 2010-01-01 / 2010-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0923 - Biografias- Desafios globais, respostas locais por Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais . O presente documento apresenta uma breve biografia de todos os participantes das Conferências do Estoril intitulada "Desafios Globais, Respostas Locais" realizou-se a 7-9 de maio de 2009 no Centro de Congressos do Estoril. 2010-01-01 / 2010-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0924 - Conselho Europeu dá prioridade ao ambiente por Paula Domingos . O presente documento é um dos textos preparatórios referente ao II Debate sobre o Futuro da Europa, cujo objetivo principal é a promoção da discussão pública em Portugal sobre a União Europeia. Este texto noticia a aprovação no Conselho Europeu da Primavera de um conjunto de medidas que estimula a redução da emissão de gases e o uso de fontes de energia renovável. 2007-03-01 / 2007-03-31

D. PT/ADN/IEEI/006/0925 - Fotografia - João Soares na XVIII Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . João Soares na XVIII Conferência Internacional de Lisboa “O Multilateralismo no Século XXI”, organizada pelo IEEI na Fundação Calouste Gulbenkian entre os dias 14 e 15 de dezembro de 2000. Com a sua inevitável carga milenarista, o ano de 2000 foi propício às reflexões sobre o futuro do sistema internacional. Foi este, também, o debate que dominou a Conferência Internacional de Lisboa, comemorativa dos 20 anos do IEEI, que tratou o tema do multilateralismo no século XXI. 2000-12-14 / 2000-12-15

D. PT/ADN/IEEI/006/0926 - Fotografia - Álvaro Vasconcelos, Miranda Calha e José Calvet de Magalhães na XVIII Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Álvaro Vasconcelos (à esquerda), Miranda Calha (ao centro) e José Calvet de Magalhães (à direita) na XVIII Conferência Internacional de Lisboa “O Multilateralismo no Século XXI”, organizada pelo IEEI na Fundação Calouste Gulbenkian entre os dias 14 e 15 de dezembro de 2000. Com a sua inevitável carga milenarista, o ano de 2000 foi propício às reflexões sobre o futuro do sistema internacional. Foi este, também, o debate que dominou a Conferência Internacional de Lisboa, comemorativa dos 20 anos do IEEI, que tratou o tema do multilateralismo no século XXI. 2000-12-14 / 2000-12-15

D. PT/ADN/IEEI/006/0927 - Fotografia - Álvaro Vasconcelos, Ian Leça e Mario Teló na XVIII Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Álvaro Vasconcelos (à esquerda), Ian Leça (ao centro) e Mario Teló (à direita) na XVIII Conferência Internacional de Lisboa “O Multilateralismo no Século XXI”, organizada pelo IEEI na Fundação Calouste Gulbenkian entre os dias 14 e 15 de dezembro de 2000. Com a sua inevitável carga milenarista, o ano de 2000 foi propício às reflexões sobre o futuro do sistema internacional. Foi este, também, o debate que dominou a Conferência Internacional de Lisboa, comemorativa dos 20 anos do IEEI, que tratou o tema do multilateralismo no século XXI. 2000-12-14 / 2000-12-15

D. PT/ADN/IEEI/006/0928 - Fotografia - Miranda Calha, José Ramos-Horta, Álvaro Vasconcelos e João Soares na XVIII Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Registo fotográfico de (da esquerda para a direita) Miranda Calha, José Ramos-Horta, Álvaro Vasconcelos e João Soares na XVIII Conferência Internacional de Lisboa “O Multilateralismo no Século XXI”,

organizada pelo IEEI na Fundação Calouste Gulbenkian entre os dias 14 e 15 de dezembro de 2000. Com a sua inevitável carga milenarista, o ano de 2000 foi propício às reflexões sobre o futuro do sistema internacional. Foi este, também, o debate que dominou a Conferência Internacional de Lisboa, comemorativa dos 20 anos do IEEI, que tratou o tema do multilateralismo no século XXI. 2000-12-14 / 2000-12-15

D. PT/ADN/IEEI/006/0929 - Fotografia - Participantes da XVIII Conferência Internacional de Lisboa no Paços do Concelho, por IEEI . Registo fotográfico dos painelistas e participantes da XVIII Conferência Internacional de Lisboa “O Multilateralismo no Século XXI”, organizada pelo IEEI na Fundação Calouste Gulbenkian entre os dias 14 e 15 de dezembro de 2000, na escadaria do Paços de Concelho da Câmara Municipal de Lisboa. 2000-12-14 / 2000-12-15

D. PT/ADN/IEEI/006/0930 - Fotografia - Alexandre Lorca, Álvaro Vasconcelos e Giani Bonvicini na XVIII Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Registo fotográfico de (da esquerda para a direita) Alexandre Lorca, Álvaro Vasconcelos e Giani Bonvicini na XVIII Conferência Internacional de Lisboa “O Multilateralismo no Século XXI”, organizada pelo IEEI na Fundação Calouste Gulbenkian entre os dias 14 e 15 de dezembro de 2000. Com a sua inevitável carga milenarista, o ano de 2000 foi propício às reflexões sobre o futuro do sistema internacional. Foi este, também, o debate que dominou a Conferência Internacional de Lisboa, comemorativa dos 20 anos do IEEI, que tratou o tema do multilateralismo no século XXI. 2000-12-14 / 2000-12-15

D. PT/ADN/IEEI/006/0931 - Fotografia - Paineis XVIII Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Registo fotográfico de um dos painéis da XVIII Conferência Internacional de Lisboa “O Multilateralismo no Século XXI”, organizada pelo IEEI na Fundação Calouste Gulbenkian entre os dias 14 e 15 de dezembro de 2000. 2000-12-14 / 2000-12-15

D. PT/ADN/IEEI/006/0932 - Fotografia - Guilherme d'Oliveira Martins, Álvaro Vasconcelos, José Durão Barroso e António Figueiredo Lopes na XVIII Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Registo fotográfico de (da esquerda para a direita) Guilherme d'Oliveira Martins, Álvaro Vasconcelos, José Durão Barroso e António Figueiredo Lopes na XVIII Conferência Internacional de Lisboa “O Multilateralismo no Século XXI”, organizada pelo IEEI na Fundação Calouste Gulbenkian entre os dias 14 e 15 de dezembro de 2000. Com a sua inevitável carga milenarista, o ano de 2000 foi propício às reflexões sobre o futuro do sistema internacional. Foi este, também, o debate que dominou a Conferência Internacional de Lisboa, comemorativa dos 20 anos do IEEI, que tratou o tema do multilateralismo no século XXI. 2000-12-14 / 2000-12-15

D. PT/ADN/IEEI/006/0933 - Fotografia - Eduardo Lourenço e Guilherme d'Oliveira Martins na XVIII Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Registo fotográfico de Eduardo Lourenço (à esquerda) e Guilherme d'Oliveira Martins (à direita) na XVIII Conferência Internacional de Lisboa “O Multilateralismo no Século XXI”, organizada pelo IEEI na Fundação Calouste Gulbenkian entre os dias 14 e 15 de dezembro de 2000. Com a sua inevitável carga milenarista, o ano de 2000 foi propício às reflexões sobre o futuro do sistema internacional. Foi este, também, o debate que dominou a Conferência Internacional de Lisboa, comemorativa dos 20 anos do IEEI, que tratou o tema do multilateralismo no século XXI. 2000-12-14 / 2000-12-15

D. PT/ADN/IEEI/006/0934 - Fotografia - Abdallah Saaf e José Durão Barroso na XVIII Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Registo fotográfico de Abdallah Saaf (à esquerda) e José Durão Barroso (à direita) na XVIII Conferência Internacional de Lisboa “O Multilateralismo no Século XXI”, organizada pelo IEEI na Fundação Calouste Gulbenkian entre os dias 14 e 15 de dezembro de 2000. Com a sua inevitável carga milenarista, o ano de 2000 foi propício às reflexões sobre o futuro do sistema internacional. Foi este, também, o debate que dominou a Conferência Internacional de Lisboa, comemorativa dos 20 anos do IEEI, que tratou o tema do multilateralismo no século XXI. 2000-12-14 / 2000-12-15

D. PT/ADN/IEEI/006/0935 - Fotografia - Eduardo Lourenço, José Durão Barroso e Celso Lafer na XVIII Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Registo fotográfico de (da esquerda para a direita) Eduardo Lourenço, José Durão Barroso e Celso Lafer na XVIII Conferência Internacional de Lisboa “O Multilateralismo no Século XXI”, organizada pelo IEEI na Fundação Calouste Gulbenkian entre os dias 14 e 15 de dezembro de 2000. Com a sua inevitável carga milenarista, o ano de 2000 foi propício às reflexões sobre o futuro do sistema internacional. Foi este, também, o debate que dominou a Conferência Internacional de Lisboa, comemorativa dos 20 anos do IEEI, que tratou o tema do multilateralismo no século XXI. 2000-12-14 / 2000-12-15

D. PT/ADN/IEEI/006/0936 - Fotografia - Celso Lafer, José Ramos-Horta, Álvaro Vasconcelos, Abdallah Saaf e Guilherme d'Oliveira Martins na XVIII Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI . Registo fotográfico de (da esquerda para a direita) Celso Lafer, José Ramos-Horta, Álvaro Vasconcelos, Abdallah Saaf e Guilherme d'Oliveira Martins na XVIII Conferência

Internacional de Lisboa "O Multilateralismo no Século XXI", organizada pelo IEEI na Fundação Calouste Gulbenkian entre os dias 14 e 15 de dezembro de 2000. Com a sua inevitável carga milenarista, o ano de 2000 foi propício às reflexões sobre o futuro do sistema internacional. Foi este, também, o debate que dominou a Conferência Internacional de Lisboa, comemorativa dos 20 anos do IEEI, que tratou o tema do multilateralismo no século XXI. 2000-12-14 / 2000-12-15

D. PT/ADN/IEEI/006/0937 - Fotografia - Álvaro Vasconcelos, Celso Lafer e Eduardo Lourenço na XVIII Conferência Internacional de Lisboa, por IEEI. Álvaro Vasconcelos (à esquerda), Celso Lafer (ao centro) e Eduardo Lourenço (à direita) na XVIII Conferência Internacional de Lisboa "O Multilateralismo no Século XXI", organizada pelo IEEI na Fundação Calouste Gulbenkian entre os dias 14 e 15 de dezembro de 2000. Com a sua inevitável carga milenarista, o ano de 2000 foi propício às reflexões sobre o futuro do sistema internacional. Foi este, também, o debate que dominou a Conferência Internacional de Lisboa, comemorativa dos 20 anos do IEEI, que tratou o tema do multilateralismo no século XXI. 2000-12-14 / 2000-12-15

D. PT/ADN/IEEI/006/0938 - Fotografia - Equipa de organização da Conferência do Estoril. Equipa de organização da primeira Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. As Conferências do Estoril foram organizadas utilizando uma abordagem de "resolução de problemas" à globalização e basearam-se na necessidade de encontrar soluções globais e locais enquanto os desafios globais aumentavam, tendo como público alvo funcionários governamentais, políticos, CEOs e gestores, académicos, estudantes, jornalistas e formadores de opinião. 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/0939 - Fotografia - Participantes na Conferência do Estoril. Participantes durante o primeiro dia da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. As Conferências do Estoril foram organizadas utilizando uma abordagem de "resolução de problemas" à globalização e basearam-se na necessidade de encontrar soluções globais e locais enquanto os desafios globais aumentavam, tendo como público alvo funcionários governamentais, políticos, CEOs e gestores, académicos, estudantes, jornalistas e formadores de opinião. 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/0940 - Fotografia - Jantar da Conferência do Estoril no Casino Estoril. Jantar da Conferência do Estoril no Casino Estoril do durante o primeiro dia da Conferência "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. As Conferências do Estoril foram organizadas utilizando uma abordagem de "resolução de problemas" à globalização e basearam-se na necessidade de encontrar soluções globais e locais enquanto os desafios globais aumentavam, tendo como público alvo funcionários governamentais, políticos, CEOs e gestores, académicos, estudantes, jornalistas e formadores de opinião. 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/0941 - Fotografia - Fernando Henrique Cardoso na sessão "Desafios Globais, Respostas Locais" da Conferência do Estoril. Fernando Henrique Cardoso na sessão "Desafios Globais, Respostas Locais" durante o primeiro dia da Conferência "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. Entre os analistas económicos é frequentemente repetida a ideia de que o sistema capitalista se move por crises, que partilham entre elas uma dinâmica similar: uma discrepância crescente entre os activos financeiros e os activos reais até se atingir um ponto de ruptura. Para o exemplificar, Fernando Henrique Cardoso utiliza um episódio histórico clássico num contexto capitalista ainda embrionário: a crise das tulipas na Holanda do século XVII. 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/0942 - Fotografia - Fernando Henrique Cardoso, orador principal na sessão "Desafios Globais, Respostas Locais" da Conferência do Estoril. Fernando Henrique Cardos, orador principal na sessão "Desafios Globais, Respostas Locais" durante o primeiro dia da Conferência "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. Entre os analistas económicos é frequentemente repetida a ideia de que o sistema capitalista se move por crises, que partilham entre elas uma dinâmica similar: uma discrepância crescente entre os activos financeiros e os activos reais até se atingir um ponto de ruptura. Para o exemplificar, Fernando Henrique Cardoso utiliza um episódio histórico clássico num contexto capitalista ainda embrionário: a crise das tulipas na Holanda do século XVII. 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/0943 - Fotografia - António D'Orey Capucho na Sessão de Abertura da Conferência do Estoril. António D'Orey Capucho, Presidente da Câmara de Cascais, na Sessão de Abertura da Conferência do Estoril, "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de

Congressos de Cascais. As Conferências do Estoril foram organizadas utilizando uma abordagem de "resolução de problemas" à globalização e basearam-se na necessidade de encontrar soluções globais e locais enquanto os desafios globais aumentavam, tendo como público alvo funcionários governamentais, políticos, CEOs e gestores, académicos, estudantes, jornalistas e formadores de opinião. 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/0944 - Fotografia - David Held na Sessão de Abertura da Conferência do Estoril . David Held, cientista político, na Sessão de Abertura da Conferência do Estoril, "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. David Held retomou a perspectiva notoriamente mais optimista de «crise como geradora de oportunidades». Held iniciou o seu discurso dizendo que não é suficiente analisar o mundo, é fundamental transformar essa análise em medidas concretas. Foi o primeiro a referir uma das ideias fortes dos debates e dos discursos em todos os painéis das Conferências do Estoril: o equilíbrio de poder no mundo está a mudar. Esta transformação da realidade geopolítica será pano de fundo e factor condicionante de um rumo alternativo para a globalização. Da reforma das instituições internacionais à prática corporativa das grandes empresas, passando pela procura de sustentabilidade energética ou pela redefinição de valores e identidades, são questões que em muito se definirão no jogo de poder internacional. 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/0945 - Fotografia - Carlos Carreiras na Sessão de Abertura da Conferência do Estoril . Carlos Carreiras, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cascais e presidente do DNA Cascais, na Sessão de Abertura da Conferência do Estoril, "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. Carlos Carreiras começou por referir que os portugueses estiveram presentes no primeiro grande movimento de globalização do mundo – a globalização faz parte do nosso ADN cultural. Para Carlos Carreiras, os grandes desafios devem ser entendidos como grandes oportunidades e é nesse quadro que as Conferências do Estoril se situam: pretende-se acima de tudo encontrar respostas não para a globalização, mas para a glocalização, ou seja, chamando à responsabilidade territórios, povos e cada um de nós, de forma a sermos contribuintes efectivos para as respostas a dar. 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/0946 - Fotografia - Jens Bigum na Sessão de Abertura da Conferência do Estoril . Jens Bigum, Presidente do Conselho de Administração da Universidade de Aarhus, na Dinamarca, a Sessão de Abertura da Conferência do Estoril, "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. Jens Bigum realçou a importância de encontrar locais onde todos os sectores da sociedade possam debater a globalização, quebrando fronteiras tradicionais. A experiência dinamarquesa tem a ver com estes locais de debate: em Abril de 2005, foi constituído o Danish Globalization Council (DGC) com representantes do Governo, sindicatos, empresários, comunidades do ensino e da investigação. 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/0947 - Fotografia Danny Leipziger na Sessão de Abertura da Conferência do Estoril . Danny Leipziger, Vice-Presidente do Banco Mundial e responsável pelo Programa para a Redução da Pobreza e a Gestão Económica, a Sessão de Abertura da Conferência do Estoril, "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009. Danny Leipziger abordou as implicações da crise financeira nos países em desenvolvimento, onde vivem 5/6 da população mundial. 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/0948 - Fotografia - Jens Bigum no painel da Sessão de Abertura da Conferência do Estoril . Jens Bigum, Presidente do Conselho de Administração da Universidade de Aarhus, na Dinamarca, a Sessão de Abertura da Conferência do Estoril, "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. Jens Bigum realçou a importância de encontrar locais onde todos os sectores da sociedade possam debater a globalização, quebrando fronteiras tradicionais. A experiência dinamarquesa tem a ver com estes locais de debate: em Abril de 2005, foi constituído o Danish Globalization Council (DGC) com representantes do Governo, sindicatos, empresários, comunidades do ensino e da investigação. 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/0949 - Fotografia - Luís Pais Antunes na Sessão de Abertura da Conferência do Estoril . Luís Pais Antunes, Director Executivo do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, na Sessão de Abertura da Conferência do Estoril, "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. Luís Pais Antunes começou por salientar que as Conferências resultaram de um encontro de vontades entre a Câmara Municipal de Cascais e o IEEI. Terminou o seu discurso deixando pistas de reflexão para o debate: «vivemos num mundo de profundas contradições, onde convivem a abundância crescente e a desigualdade. É um mundo onde convivem, de uma forma cada vez mais agressiva, os direitos adquiridos de alguns e a ausência de direitos dos

outros. É um mundo onde começa a ser chocante o emprego garantido para uns e o desemprego crescente para outros». 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/0950 - Fotografia - Luís Pais Antunes e António D'Orey Capucho na Sessão de Abertura da Conferência do Estoril . Luís Pais Antunes (à esquerda) e António D'Orey Capucho (à direita) na Sessão de Abertura da Conferência do Estoril, "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. . 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/0951 - Fotografia - Clara de Sousa na Sessão de Abertura da Conferência do Estoril . Clara de Sousa, jornalista e moderadora, na Sessão de Abertura da Conferência do Estoril, "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. Clara de Sousa abriu a sessão fazendo referência ao actual cenário de crise económica e financeira mas prosseguiu o seu discurso com uma tónica optimista, dizendo que é necessário responsabilidade e coragem para combater a actual crise e que a persistência é uma das fórmulas de sucesso. Salientou que as respostas locais a problemas globais podem ser uma gota no oceano, mas as grandes caminhadas são feitas de pequenos passos. No papel de moderadora, apresentou os oradores da sessão de abertura. 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/0952 - Fotografia - Sessão de Abertura da Conferência do Estoril . Sessão de Abertura da Conferência do Estoril, "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/0953 - Fotografia - António D'Orey Capucho e Fernando Henrique Cardoso na Conferência do Estoril . António D'Orey Capucho (à esquerda) e Fernando Henrique Cardoso (à direita) na plateia da Conferência do Estoril, "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. . 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/0954 - Fotografia - Clara de Sousa na Conferência do Estoril . Clara de Sousa na Conferência do Estoril, "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. . 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/0955 - Fotografia - Paineis: Arquitectura Multilateral & Desafios Globais da Conferência do Estoril . Paineis: 1: Arquitectura Multilateral & Desafios Globais da Conferência do Estoril, "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. Na fotografia, da esquerda para a direita: David Held, Álvaro de Vasconcelos, Judite de Sousa e Yegor Gaidar. 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/0956 - Fotografia - Paineis: Arquitectura Multilateral & Desafios Globais da Conferência do Estoril 2 . Paineis: 1: Arquitectura Multilateral & Desafios Globais da Conferência do Estoril, "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. Na fotografia, da esquerda para a direita: Shi Yinghong, Robert Hunter, David Held e Álvaro de Vasconcelos. 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/0957 - Fotografia - Shi Yinghong na Conferência do Estoril . Shi Yinghong na Conferência do Estoril, "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. . 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/0958 - Fotografia - Paineis: Arquitectura Multilateral & Desafios Globais da Conferência do Estoril 3 . Paineis: 1: Arquitectura Multilateral & Desafios Globais da Conferência do Estoril, "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. Na fotografia, da esquerda para a direita: Shi Yinghong, Robert Hunter, David Held, Álvaro de Vasconcelos, Judite de Sousa, Yegor Gaidar e Radha Kumar. 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/0959 - Fotografia - David Held Paine 1: Arquitectura Multilateral & Desafios Globais da Conferência do Estoril . David Held Paine 1: Arquitectura Multilateral & Desafios Globais da Conferência do Estoril. David Held foi peremptório em reafirmar a ideia de que esta crise criou oportunidades, que devem ser imediatamente aproveitadas, sendo prioritário o estabelecimento de uma nova arquitectura internacional, dotada de instrumentos mais eficazes, que seja mais representativa do que as instituições saídas da II Guerra Mundial. A globalização é real e vivemos uma era de interdependência e de grandes questões globais. As alterações climáticas ou os direitos de propriedade intelectual, para referir apenas duas, são exemplos de como o nível supranacional de regulação, e muitas vezes de decisão, é imprescindível para evitar que decisões internas se tornem questões difíceis de foro internacional. 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/0960 - Fotografia - Cerimónia de Entrega de Prémios da Conferência do Estoril . Cerimónia de Entrega de Prémios (Estoril Global Issues Book Prize e Bolsa de Investigação) a Conferência do Estoril, "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/0961 - Fotografia - Tony Blair na Sessão "Questões sobre a Globalização" da Conferência do Estoril . Tony Blair na Sessão "Questões sobre a Globalização" da Conferência do Estoril. Revestindo a sua apresentação de um marcante pragmatismo e optimismo, Tony Blair trouxe às Conferências do Estoril sete lições sobre os desafios e as oportunidades do processo de globalização, analisando e repensando algumas das concepções fundamentais das democracias liberais. A visão de Tony Blair sobre o processo de globalização reflecte as suas experiências enquanto primeiro-ministro britânico, mas também – e sobretudo – a sua sensibilidade liberal ocidental. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0962 - Fotografia - Fernando Henrique Cardoso, Teresa de Sousa e Alfredo Valladão na Conferência do Estoril . Fernando Henrique Cardoso (à esquerda), Teresa de Sousa (ao centro) e Alfredo Valladão (à direita) na primeira Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0963 - Fotografia - Tony Blair e Robert Hunter na Conferência do Estoril . Tony Blair (à esquerda na fotografia) e Robert Hunter (à direita na fotografia) na primeira Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0964 - Fotografia - Oradores e Participantes na Conferência do Estoril . Oradores e participantes na primeira Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. Na fotografia é possível identificar António D'Orey Capucho, Tony Blair e Fernando Henrique Cardoso. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0965 - Fotografia - Nuno Melo na Audiência da Conferência do Estoril . Nuno Melo na plateia da primeira Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0966 - Fotografia - Daryl Hannah Conferência do Estoril . Daryl Hannah no Jantar de Gala da primeira Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. Daryl Hannah relatou, emocionada, vários episódios e experiências que presenciou enquanto activista, Daryl Hannah discursou sobre o Desenvolvimento Sustentável deixando à plateia alertas profundos sobre a devastação dos recursos do planeta. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0967 - Fotografia - Manuela Ferreira Leite e Joseph Stiglitz na Conferência do Estoril . Manuela Ferreira Leite e Joseph Stiglitz na primeira Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0968 - Fotografia - Isabel Aguilera no Paine 2: Negócio Internacional & Desafios Locais da Conferência do Estoril . Isabel Aguilera no Paine 2: Negócio Internacional & Desafios Locais da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. Isabel Aguilera falou sobre as tecnologias de informação como determinantes também para a redução

da burocracia, a necessidade de a internacionalização das empresas passar por uma exportação de mão de obra qualificada, a participação cívica e a "cidadania corporativa". 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0969 - Fotografia - Seyed Hosseib Adeli e Tony Blair na Conferência do Estoril . Seyed Hosseib Adeli (à esquerda na fotografia) e Tony Blair (à direita) na Conferência do Estoril na primeira Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0970 - Fotografia - Mary Robinson no Painel 2: Negócio Internacional & Desafios Locais da Conferência do Estoril . Mary Robinson no Painel 2: Negócio Internacional & Desafios Locais da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. Mary Robinson refletiu sobre o risco - e a tendência - de o sistema internacional estar a caminhar para uma fase de maior proteccionismo, da necessidade de uma globalização ética - exacerbada pela crise económica -, e apresentou, ainda, uma série de iniciativas e organizações centradas fundamentalmente nessa consciencialização das empresas para as suas responsabilidades no desenvolvimento global e local e nos processos de articulação entre as várias esferas de ação. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0971 - Fotografia - Nicolau Santos no Painel 2: Negócio Internacional & Desafios Locais da Conferência do Estoril . Nicolau Santos no Painel 2: Negócio Internacional & Desafios Locais da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0972 - Fotografia - Basílio Horta no Painel 2: Negócio Internacional & Desafios Locais da Conferência do Estoril . Basílio Horta no Painel 2: Negócio Internacional & Desafios Locais da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. Basílio Horta centrou a sua participação sobre "proteccionismo subtil" e o nível e papel do Estado enquanto intervencionista nas questões económicas. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0973 - Fotografia - Carlos Zorrinho no Painel 2: Negócio Internacional & Desafios Locais da Conferência do Estoril . Carlos Zorrinho no Painel 2: Negócio Internacional & Desafios Locais da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. Corroborando o que foi dito por Basílio Horta no mesmo painel, Carlos Zorrinho reafirmou a existência de «uma balança tecnológica de serviços muito favorável a Portugal», advertindo, porém, «para a importância do país se preparar para a saída da crise, devendo, para isso, continuar a apostar na qualificação das nossas indústrias». 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0974 - Fotografia - Isabel Aguilera no Painel 2: Negócio Internacional & Desafios Locais da Conferência do Estoril 2 . Isabel Aguilera no Painel 2: Negócio Internacional & Desafios Locais da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. Isabel Aguilera falou sobre as tecnologias de informação como determinantes também para a redução da burocracia, a necessidade de a internacionalização das empresas passar por uma exportação de mão de obra qualificada, a participação cívica e a "cidadania corporativa". 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0975 - Fotografia - Carlos Zorrinho, Mary Robinson e Leopoldo Guimarães na Conferência do Estoril . Carlos Zorrinho (à esquerda na fotografia), Mary Robinson (ao centro) e Leopoldo Guimarães (à direita) na primeira Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0976 - Fotografia - Basílio Horta, Leopoldo Guimarães e Belmiro de Azevedo na Conferência do Estoril . Basílio Horta (à esquerda na fotografia), Leopoldo Guimarães (ao centro) e Belmiro de Azevedo (à direita) na primeira Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0977 - Fotografia - Belmiro de Azevedo e Carlos Zorrinho na Conferência do Estoril . Belmiro de Azevedo (à esquerda na fotografia) e Carlos Zorrinho (à direita) na primeira Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0978 - Fotografia - Fernando Henrique Cardoso e Tony Blair na Conferência do Estoril . Fernando Henrique Cardoso (à esquerda na fotografia) e Tony Blair (à direita) na primeira Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0979 - Fotografia - Fernando Henrique Cardoso e Tony Blair na Conferência do Estoril 2 . Fernando Henrique Cardoso (à esquerda na fotografia) e Tony Blair (à direita) na primeira Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0980 - Fotografia - Tony Blair e António D'Orey Capucho na Conferência do Estoril . Tony Blair (à esquerda na fotografia) e António D'Orey Capucho (à direita) na primeira Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0981 - Fotografia - Tony Blair na Sessão "Questões sobre a Globalização" da Conferência do Estoril 2 . Tony Blair na Sessão "Questões sobre a Globalização" da Conferência do Estoril. Revestindo a sua apresentação de um marcante pragmatismo e optimismo, Tony Blair trouxe às Conferências do Estoril sete lições sobre os desafios e as oportunidades do processo de globalização, analisando e repensando algumas das concepções fundamentais das democracias liberais. A visão de Tony Blair sobre o processo de globalização reflecte as suas experiências enquanto primeiro-ministro britânico, mas também – e sobretudo – a sua sensibilidade liberal ocidental. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0982 - Fotografia - António Carrapatoso e Mary Robinson no Painel 2: Negócio Internacional & Desafios Locais da Conferência do Estoril . António Carrapatoso e Mary Robinson no Painel 2: Negócio Internacional & Desafios Locais da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0983 - Fotografia - António Carrapatoso no Painel 2: Negócio Internacional & Desafios Locais da Conferência do Estoril . António Carrapatoso no Painel 2: Negócio Internacional & Desafios Locais da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. Na sua intervenção António Carrapatoso referiu a necessidade existência de «mercados abertos, transparentes e bem regulados a nível internacional e local», realçou a importância de colaborar na procura de soluções que são impossíveis de conseguir de forma isolada, e alertou ainda para o facto de, em Portugal, continuarem por resolver problemas estruturais, tais como as divergências da Europa em matéria de crescimento, as debilidades do modelo social ou a fraca capacidade de gerar riqueza. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0984 - Fotografia - Radha Kumar na Audiência da Conferência do Estoril . Radha Kumar na Audiência da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0985 - Fotografia - Painel 2: Negócio Internacional & Desafios Locais da Conferência do Estoril . Painel 2: Negócio Internacional & Desafios Locais da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. O segundo painel das Conferências do Estoril, composto por empresários de grande experiência no mundo dos negócios e por influentes políticos nacionais e internacionais, centrou-se na análise da relação entre o grande motor da globalização – os mercados mundiais e os negócios que neles se desenvolvem – e os desafios de âmbito local que se levantam e resultam, muitas vezes, desses negócios. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0986 - Fotografia - Mary Robinson no Painei 2: Negócio Internacional & Desafios Locais da Conferência do Estoril 2 . Mary Robinson no Painei 2: Negócio Internacional & Desafios Locais da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. Mary Robinson refletiu sobre o risco - e a tendência - de o sistema internacional estar a caminhar para uma fase de maior protecção, da necessidade de uma globalização ética - exacerbada pela crise económica -, e apresentou, ainda, uma série de iniciativas e organizações centradas fundamentalmente nessa consciencialização das empresas para as suas responsabilidades no desenvolvimento global e local e nos processos de articulação entre as várias esferas de ação. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0987 - Fotografia - Joseph Stiglitz na sessão "A Crise Económica Global" da Conferência do Estoril . Joseph Stiglitz na sessão "A Crise Económica Global" da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. Contrariando o laissez-faire desregulado da economia norte-americana, Joseph Stiglitz destacou-se por contestar a política dominada por lobbies que beneficia as instituições financeiras e deixa de lado o cidadão comum. Stiglitz trouxe às Conferências do Estoril uma análise crua dos factos que levaram à crise, à sua disseminação global, as suas causas e os seus efeitos, apontando ainda algumas soluções a desenvolver a longo prazo. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0988 - Fotografia - Víctor Mallet na sessão "A Crise Económica Global" da Conferência do Estoril . Víctor Mallet na sessão "A Crise Económica Global" da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0989 - Fotografia - Maria João Rodrigues e José Maria Aznar no Painei 4: Valores, Identidades e Mercados: a Globalização é Governável? da Conferência do Estoril . Maria João Rodrigues e José Maria Aznar no Painei 4: Valores, Identidades e Mercados: a Globalização é Governável? da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. As apresentações e o debate do Painei IV estruturaram-se fundamentalmente em torno de três eixos: A caracterização dos traços e moldes do actual modelo de globalização, etapa imprescindível para projectar a sua possível governação; A superação desta fase de diagnóstico para a proposição de estratégias e objectivos alternativos para uma nova globalização, bem como de medidas concretas para a efectivar; A discussão sobre os valores da globalização e o respeito pelas diversidades culturais ao nível das pertenças e construções identitárias dos indivíduos num mundo global. 2009-05-09 / 2009-05-09

D. PT/ADN/IEEI/006/0990 - Fotografia - Alfredo Valladão no Painei 3: Recursos & Sustentabilidade da Conferência do Estoril . Alfredo Valladão no Painei 3: Recursos & Sustentabilidade da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. Alfredo Valladão centrou a sua intervenção em torno da questão energética e a abordagem geopolítica da questão do petróleo. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0991 - Fotografia - Belmiro de Azevedo na Conferência do Estoril . Belmiro de Azevedo na Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. Belmiro de Azevedo fez parte do Painei 2: Negócio Internacional & Desafios Locais, onde referiu a necessidade de um processo de globalização organizado, com mão-de-obra qualificada no centro desta transição. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0992 - Fotografia - Carlos Lopes no Painei 4: Valores, Identidades e Mercados: a Globalização é Governável? da Conferência do Estoril . Carlos Lopes no Painei 4: Valores, Identidades e Mercados: a Globalização é Governável? da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. O cerne da discussão nesta temática foi, efectivamente, a questão das identidades culturais contrastantes e a forma como o respeito e a valorização da diversidade e da diferença cultural podem servir de alicerce a um novo modelo de globalização, mais plural e multipolar. 2009-05-09 / 2009-05-09

D. PT/ADN/IEEI/006/0993 - Fotografia - Carlos Pimenta no Painei 3: Recursos & Sustentabilidade da Conferência do Estoril . Carlos Pimenta no Painei 3: Recursos & Sustentabilidade da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de

Cascais. A analogia entre a necessidade de fazer uma revolução nas políticas ambientais, em especial no sector energético, igual à que ocorreu no sector da informação, com a Internet, foi evidenciada com grande firmeza por Carlos Pimenta, na sua intervenção inicial. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0994 - Fotografia - Chris Skrebowski no Painel 3: Recursos & Sustentabilidade da Conferência do Estoril . Chris Skrebowski no Painel 3: Recursos & Sustentabilidade da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. A sua intervenção foi extremamente pragmática e iniciou-se com uma frase que pode resumir todo o seu discurso: «O desafio global de que eu quero falar é aquele que acredito ser o mais eminente que enfrentamos: esgotámos todo o petróleo barato no mundo». 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0995 - Fotografia - Painel 4: Valores, Identidades e Mercados: a Globalização é Governável? da Conferência do Estoril . Painel 4: Valores, Identidades e Mercados: a Globalização é Governável? da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. As apresentações e o debate do Painel IV estruturaram-se fundamentalmente em torno de três eixos: A caracterização dos traços e moldes do actual modelo de globalização, etapa imprescindível para projectar a sua possível governação; A superação desta fase de diagnóstico para a proposição de estratégias e objectivos alternativos para uma nova globalização, bem como de medidas concretas para a efectivar; A discussão sobre os valores da globalização e o respeito pelas diversidades culturais ao nível das pertenças e construções identitárias dos indivíduos num mundo global. 2009-05-09 / 2009-05-09

D. PT/ADN/IEEI/006/0996 - Fotografia - Danny Leipziger no Painel 3: Recursos & Sustentabilidade da Conferência do Estoril . Danny Leipziger no Painel 3: Recursos & Sustentabilidade da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. Danny Leipziger considera que existe uma relação entre ambiente e desenvolvimento, que pode ou não ser positiva. Na sua opinião não se deve separar a agenda do ambiente da agenda do crescimento. Ambos têm que ser vistos como uma única decisão política. Não é possível desenvolver-se agora e lidar com os estragos ambientais depois. O exemplo da China é sintomático: o estudo atempado de uma solução integrada teria permitido ao governo chinês poupar grandes verbas, se a decisão estratégica de crescimento tivesse sido acompanhada de algumas preocupações ambientais. No que diz respeito às alterações climáticas, o Vice-Presidente do Banco Mundial faz alusão ao Growth Report, publicado em Maio de 2009. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/0997 - Fotografia - Paul Collier na Cerimónia de Entrega de Prémios da Conferência do Estoril . Paul Collier (ao centro), recebe o prémio Estoril Global Issues Book Prize, atribuído por António D'Orey Capucho e Carlos Carreiras, na Cerimónia de Entrega de Prémios (Estoril Global Issues Book Prize e Bolsa de Investigação) a Conferência do Estoril, "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/0998 - Fotografia - Hossein Adeli no Painel 4: Valores, Identidades e Mercados: a Globalização é Governável? da Conferência do Estoril . Hossein Adeli no Painel 4: Valores, Identidades e Mercados: a Globalização é Governável? da Conferência do Estoril. Um dos oradores mais críticos dos actuais processos de globalização foi Hossein Adeli que identifica dois modelos opostos, pelos quais esta se pode pautar. Um baseado no progresso do conhecimento e na gradual e progressiva remoção das barreiras nacionais. Outro, que é actualmente o dominante, ao qual chama de globalização corporativa, alicerçada numa uniformização imposta (segundo a expressão iraniana, «tentando fazer sapatos de igual tamanho para todos») de estilos de vida e processos em áreas como a economia, a cultura e a política. 2009-05-09 / 2009-05-09

D. PT/ADN/IEEI/006/0999 - Fotografia - José Maria Aznar no Painel 4: Valores, Identidades e Mercados: a Globalização é Governável? da Conferência do Estoril . José María Aznar procurou, na sua intervenção, salientar os aspectos positivos da globalização sobre a vida dos povos ao longo das últimas décadas. Rejeitando veementemente que a globalização seja responsável pelos males do mundo sobre a globalização, este orador afirma, ao invés, que nunca como nos últimos 30 anos se tinha assistido a um tão espectacular crescimento da prosperidade e progresso da Humanidade. 2009-05-09 / 2009-05-09

D. PT/ADN/IEEI/006/1000 - Fotografia - Joseph Stiglitz e Victor John Mallet na sessão "A Crise Económica Global" da Conferência do Estoril . Joseph Stiglitz (à esquerda na fotografia) e Víctor Mallet (à direita) na sessão "A Crise Económica

Global" da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/1001 - Fotografia - Joseph Stiglitz na sessão "A Crise Económica Global" da Conferência do Estoril 2 . Joseph Stiglitz na sessão "A Crise Económica Global" da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. Contrariando o laissez-faire desregulado da economia norte-americana, Joseph Stiglitz destacou-se por contestar a política dominada por lobbies que beneficia as instituições financeiras e deixa de lado o cidadão comum. Stiglitz trouxe às Conferências do Estoril uma análise crua dos factos que levaram à crise, à sua disseminação global, as suas causas e os seus efeitos, apontando ainda algumas soluções a desenvolver a longo prazo. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/1002 - Fotografia - Júdice de Sousa no Painel 3: Recursos & Sustentabilidade da Conferência do Estoril . Júdice de Sousa, moderadora no Painel 3: Recursos & Sustentabilidade da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. O terceiro painel das Conferências contou com o precioso contributo de Leopoldo Guimarães, Carlos Pimenta, Danny Leipziger, Manuel Aranda da Silva, Chris Skrebowski e Alfredo Valladão. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/1003 - Fotografia - Leopoldo Guimarães no Painel 3: Recursos & Sustentabilidade da Conferência do Estoril . Leopoldo Guimarães no Painel 3: Recursos & Sustentabilidade da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. Leopoldo Guimarães, numa visão lúcida e prospetiva, refletiu sobre a questão política da descarbonização da economia e das sociedades. Segundo Leopoldo Guimarães, projectando um cenário para o ano de 2050, a ausência de políticas energéticas e desenvolvimentos tecnológicos pontuais, um pouco à semelhança do que se vive actualmente, levaria o mundo a uma situação preocupante. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/1004 - Fotografia - Manuel Aranda da Silva no Painel 3: Recursos & Sustentabilidade da Conferência do Estoril . Leopoldo Guimarães no Painel 3: Recursos & Sustentabilidade da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. Manuel Aranda da Silva realçou durante a sua intervenção a importância da água, como recurso escasso, e a qual é quase toda consumida pela agricultura. Manuel Aranda da Silva lançou, neste contexto, uma das questões fortes sobre o assunto: «como é que é possível que haja uma crise alimentar quando há políticas para impedir que se produza através de subsídios?». A resposta foi imediatamente dada: «é um falso problema de dimensão». 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/1005 - Fotografia - Maria João Rodrigues no Painel 4: Valores, Identidades e Mercados: a Globalização é Governável? da Conferência do Estoril . Para Maria João Rodrigues os vários cenários para a evolução da globalização podem ser sintetizados em torno de três vias fundamentais. Uma que passa pelo aprofundamento da economia global nos moldes em que a temos estado a viver e que levou à crise actual (que se encontra ligada a desequilíbrios mais profundos do que o dos mercados financeiros). Outra, a da «desglobalização», uma resposta de recuo face aos desequilíbrios actuais, que constitui uma via improvável e indesejável mas apesar de tudo possível, no caso de um aprofundamento severo da actual ou de uma futura crise. 2009-05-09 / 2009-05-09

D. PT/ADN/IEEI/006/1006 - Fotografia - Painel 2: Negócio Internacional & Desafios Locais da Conferência do Estoril 2 . Painel 2: Negócio Internacional & Desafios Locais da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. O segundo painel das Conferências do Estoril, composto por empresários de grande experiência no mundo dos negócios e por influentes políticos nacionais e internacionais, centrou-se na análise da relação entre o grande motor da globalização – os mercados mundiais e os negócios que neles se desenvolvem – e os desafios de âmbito local que se levantam e resultam, muitas vezes, desses negócios. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/1007 - Fotografia - Painel 3: Recursos & Sustentabilidade da Conferência do Estoril . Painel 3: Recursos & Sustentabilidade da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. O terceiro painel das Conferências do Estoril teve como tema «Recursos e Sustentabilidade», um tema absolutamente incontornável quando se pretende reflectir sobre o desafio que a globalização representa, num plano de acção global e local. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/1008 - Fotografia - Painei 4: Valores, Identidades e Mercados: a Globalização é Governável? da Conferência do Estoril 2 . Painei 4: Valores, Identidades e Mercados: a Globalização é Governável? da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. As apresentações e o debate do Painei IV estruturaram-se fundamentalmente em torno de três eixos: A caracterização dos traços e moldes do actual modelo de globalização, etapa imprescindível para projectar a sua possível governação; A superação desta fase de diagnóstico para a proposição de estratégias e objectivos alternativos para uma nova globalização, bem como de medidas concretas para a efectivar; A discussão sobre os valores da globalização e o respeito pelas diversidades culturais ao nível das pertenças e construções identitárias dos indivíduos num mundo global. 2009-05-09 / 2009-05-09

D. PT/ADN/IEEI/006/1009 - Fotografia - Radha Kumar no Painei 1: Arquitectura Multilateral & Desafios Globais da Conferência do Estoril . Radha Kumar no Painei 1: Arquitectura Multilateral & Desafios Globais da Conferência do Estoril. Radha Kumar, Directora do Centro Nelson Mandela para a Paz e Resolução de Conflitos, fez uma interessante ponte entre a reforma das instituições internacionais e a necessidade de ter em consideração as reformas internas em cada Estado. O exemplo da Índia parece marcar uma tendência para a construção de estruturas de governação multi-nível, pelos processos simultâneos de descentralização sub e supra nacional de competências. A oradora lançou algumas questões para reflexão futura: terão as agências das Nações Unidas mais poder no futuro? Com que modelo de representatividade dos grandes Estados ou de regiões como a UE?. 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/1010 - Fotografia - Tariq Ramadam na Audiência da Conferência do Estoril . Tariq Ramadam na Audiência da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. Tariq Ramadam fez parte do painei Painei 3: Recursos & Sustentabilidade, onde refletiu sobre a necessidade de se pensar criticamente sobre a globalização. No entanto, diz, se é necessário que se atinja um consenso universal quanto aos desafios globais que enfrentamos, torna-se igualmente imprescindível uma atitude de responsabilização. Um dos pontos sumariamente abordados tem a ver com a necessidade de mais ética e regulação nos negócios, que, segundo Tariq Ramadan, devemos ter sempre presente que é uma decisão política e não deve ser encarada como uma inevitabilidade. Finalmente debruçou-se sobre a questão da migração e da diversidade: para este, quando se fala de respeito pela diversidade, não bastam os discursos ou os símbolos, há que se estar verdadeiramente empenhado na diversidade. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/1011 - Fotografia - Vitor Martins no Painei 3: Recursos & Sustentabilidade da Conferência do Estoril . Vitor Martins, presidente no Painei 3: Recursos & Sustentabilidade da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. O terceiro painei das Conferências do Estoril teve como tema «Recursos e Sustentabilidade», um tema absolutamente incontornável quando se pretende reflectir sobre o desafio que a globalização representa, num plano de acção global e local. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/1012 - Fotografia - Samir Amin no Painei 1: Arquitectura Multilateral & Desafios Globais da Conferência do Estoril . Samir Amin no Painei 1: Arquitectura Multilateral & Desafios Globais da Conferência do Estoril. Samir Amin, Director do Fórum do Terceiro Mundo, afirmou que a crise que vivemos é muito mais do que apenas financeira. Para ele, esta crise teve a sua génese nos anos 70, pois foi nessa década que o capitalismo se tornou num capitalismo oligopolista. Para Samir Amin, esta é uma crise muito mais estrutural e relacionada com deficiências profundas do modelo societal que subjaz às nossas economias. Samir Amin afirma que as lideranças são importantes, mas a mudança vem de baixo, nunca virá dos políticos porque estes representam interesses estabelecidos. Esta verdadeira mudança deve consistir numa gestão social democrática. segundo este orador, o erro manifesto do século XX foi acreditar-se em soluções simples, quer foss na planificação da economia quer fosse na sua liberalização. Por isso mesmo, Amin defende a existência duma combinação complexa das diversas visões. 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/1013 - Fotografia - Álvaro de Vasconcelos no Painei 1: Arquitectura Multilateral & Desafios Globais da Conferência do Estoril . O presidente do painei, Álvaro de Vasconcelos, Director do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia, introduziu o tema precisamente nestes termos: pela primeira vez em séculos o Ocidente sente objectivamente que já não pode viver sozinho. De igual forma, Álvaro de Vasconcelos mencionou que as novas potências em ascensão necessitam de representatividade nas diversas instituições do sistema internacional. Álvaro de Vasconcelos avançou ainda com uma das ideias-chave que pautaram o debate neste painei: a crise financeira que hoje vivemos, cuja génese foi precisamente nos EUA, trouxe uma oportunidade de reforma que não podemos perder. Ficou, assim, desde o início, estabelecida a relação entre a

crise financeira e a oportunidade de reforma das instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e as Nações Unidas. 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/1014 - Fotografia - António Câmara no Paine 2: Negócio Internacional & Desafios Locais da Conferência do Estoril . António Câmara no Paine 2: Negócio Internacional & Desafios Locais da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. Na sua intervenção, António Câmara refletiu sobre a questão das tecnologias de informação e a participação cívica nos processos de globalização económica. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/1015 - Fotografia - Robert Hunter no Paine 1: Arquitectura Multilateral & Desafios Globais da Conferência do Estoril . Robert Hunter no Paine 1: Arquitectura Multilateral & Desafios Globais da Conferência do Estoril. Robert Hunter, investigador da Rand Corporation, foi o orador deste painel que mais abordou o novo papel dos EUA no mundo. Para Hunter, muito se tem falado sobre a nova administração norte-americana, e do seu significado para a comunidade internacional. Mas questionam-se as credenciais multilaterais de Obama: será o presidente dos EUA verdadeiramente multilateralista ou apenas alguém que deseja uma mudança de atitude em relação à anterior administração?. 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/1016 - Fotografia - Participantes no primeiro dia da Conferência do Estoril 2 . Participantes durante o primeiro dia da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. As Conferências do Estoril foram organizadas utilizando uma abordagem de "resolução de problemas" à globalização e basearam-se na necessidade de encontrar soluções globais e locais enquanto os desafios globais aumentavam, tendo como público alvo funcionários governamentais, políticos, CEOs e gestores, académicos, estudantes, jornalistas e formadores de opinião. 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/1017 - Fotografia - Participantes no primeiro dia da Conferência do Estoril 3 . Participantes durante o primeiro dia da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. As Conferências do Estoril foram organizadas utilizando uma abordagem de "resolução de problemas" à globalização e basearam-se na necessidade de encontrar soluções globais e locais enquanto os desafios globais aumentavam, tendo como público alvo funcionários governamentais, políticos, CEOs e gestores, académicos, estudantes, jornalistas e formadores de opinião. 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/1018 - Fotografia - Participantes no primeiro dia da Conferência do Estoril 4 . Participantes durante o primeiro dia da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. As Conferências do Estoril foram organizadas utilizando uma abordagem de "resolução de problemas" à globalização e basearam-se na necessidade de encontrar soluções globais e locais enquanto os desafios globais aumentavam, tendo como público alvo funcionários governamentais, políticos, CEOs e gestores, académicos, estudantes, jornalistas e formadores de opinião. 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/1019 - Fotografia - Belmiro de Azevedo em conversa com participante na Conferência do Estoril . Belmiro de Azevedo (à direita na fotografia) em conversa com participante durante o primeiro dia da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. As Conferências do Estoril foram organizadas utilizando uma abordagem de "resolução de problemas" à globalização e basearam-se na necessidade de encontrar soluções globais e locais enquanto os desafios globais aumentavam, tendo como público alvo funcionários governamentais, políticos, CEOs e gestores, académicos, estudantes, jornalistas e formadores de opinião. 2009-05-07 / 2009-05-07

D. PT/ADN/IEEI/006/1020 - Fotografia - Participantes no segundo dia da Conferência do Estoril . Participantes na audiência durante o segundo dia da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. As Conferências do Estoril foram organizadas utilizando uma abordagem de "resolução de problemas" à globalização e basearam-se na necessidade de encontrar soluções globais e locais enquanto os desafios globais aumentavam, tendo como público alvo funcionários governamentais, políticos, CEOs e gestores, académicos, estudantes, jornalistas e formadores de opinião. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/1021 - Fotografia - Participantes no segundo dia da Conferência do Estoril 2 . Participantes durante o segundo dia da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. As Conferências do Estoril foram organizadas utilizando uma abordagem de "resolução de problemas" à globalização e basearam-se na necessidade de encontrar soluções globais e locais enquanto os desafios globais aumentavam, tendo como público alvo funcionários governamentais, políticos, CEOs e gestores, académicos, estudantes, jornalistas e formadores de opinião. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/1022 - Fotografia - Participantes no segundo dia da Conferência do Estoril 3 . Participantes durante o segundo dia da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. As Conferências do Estoril foram organizadas utilizando uma abordagem de "resolução de problemas" à globalização e basearam-se na necessidade de encontrar soluções globais e locais enquanto os desafios globais aumentavam, tendo como público alvo funcionários governamentais, políticos, CEOs e gestores, académicos, estudantes, jornalistas e formadores de opinião. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/1023 - Fotografia - David Held e Paul Collier na Conferência do Estoril . David Held (à esquerda na fotografia) e Paul Collier (ao centro) durante o segundo dia da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. As Conferências do Estoril foram organizadas utilizando uma abordagem de "resolução de problemas" à globalização e basearam-se na necessidade de encontrar soluções globais e locais enquanto os desafios globais aumentavam, tendo como público alvo funcionários governamentais, políticos, CEOs e gestores, académicos, estudantes, jornalistas e formadores de opinião. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/1024 - Fotografia - António D'Orey Capucho, Nuno Rogerio e Tony Blair na Conferência do Estoril . António D'Orey Capucho (à esquerda na fotografia), Nuno Rogerio (centro direita) e Tony Blair (à direita) durante o segundo dia da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. As Conferências do Estoril foram organizadas utilizando uma abordagem de "resolução de problemas" à globalização e basearam-se na necessidade de encontrar soluções globais e locais enquanto os desafios globais aumentavam, tendo como público alvo funcionários governamentais, políticos, CEOs e gestores, académicos, estudantes, jornalistas e formadores de opinião. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/1025 - Fotografia - Chris Skrebowskie Bruno Cardoso Reis na Conferência do Estoril . Chris Skrebowskie Bruno Cardoso Reis (IEEI) na Conferência do Estoril durante o segundo dia da Conferência do Estoril "Global Changes, Local Answers", co-organizada pelo IEEI, o Município de Cascais e o DNA Cascais entre os dias 7 e 9 de maio de 2009 no Centro de Congressos de Cascais. As Conferências do Estoril foram organizadas utilizando uma abordagem de "resolução de problemas" à globalização e basearam-se na necessidade de encontrar soluções globais e locais enquanto os desafios globais aumentavam, tendo como público alvo funcionários governamentais, políticos, CEOs e gestores, académicos, estudantes, jornalistas e formadores de opinião. 2009-05-08 / 2009-05-08

D. PT/ADN/IEEI/006/1026 - Fotografia - José Calvet de Magalhães no IEEI . Fotografia de José Calvet Magalhães, primeiro presidente do IEEI, para a publicação 20 Anos de Mudança - livro que celebrou os 20 anos do Instituto. Fazendo um balanço dos vinte anos do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, José Calvet de Magalhães constata o notório e importante trabalho desenvolvido. O prestígio alcançado pelo IEEI, dentro e fora do país, assente na qualidade e importância do trabalho produzido, coloca-o a par dos mais reputados institutos similares internacionais. É tendo este trabalho em mente que José Calvet de Magalhães sublinha a importância do trabalho do Instituto para a vida nacional e internacional, relata as áreas prioritárias da ação do Instituto e corrobora a qualidade deste trabalho com as iniciativas desenvolvidas. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/1027 - Fotografia - Jaime Gama na XVIII Conferência Internacional de Lisboa . Fotografia de Jaime Gama na XVIII Conferência Internacional de Lisboa, publicada no livro de comemoração dos 20 anos do IEEI, 20 Anos de Mudança. Nesta, Jaime Gama contextualiza a vigésima terceira Conferência Internacional de Lisboa, que marca os vinte anos do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. Esta conferência, sobre o tema do multilateralismo no século XXI, inscreve-se no esforço que ao longo de vinte anos o IEEI tem vindo a desenvolver, preenchendo a lacuna que em Portugal se fazia sentir no

campo da discussão científica das relações internacionais. O tema do multilateralismo do século XXI, com o alastrar dos valores universais que subentendem o processo de construção europeia, demarca o novo século do século que finda, e faz parte dos objetivos centrais do Instituto ao longo dos seus vinte anos de existência. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/1028 - Fotografia - I Conferência Internacional de Lisboa . Fotografia da I Conferência Internacional de Lisboa, realizada em 1981, publicada no livro de comemoração dos 20 anos do IEEI, 20 Anos de Mudança. Organizada desde 1981, a Conferência Internacional de Lisboa passou a coincidir com a conferência anual, a mais importante atividade regular do IEEI. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/1029 - Fotografia - Curso Primavera em Évora . Fotografia da equipa que fez parte do curso Primavera, sobre Relações Internacionais, organizado pelo Instituto em 1982, em Évora, e publicada no livro de comemoração dos 20 anos do IEEI, 20 Anos de Mudança. Na primeira metade dos anos 80, a inexistência de cursos de relações internacionais e as necessidades de uma formação específica nas novas circunstâncias da política externa e de segurança e defesa portuguesa, levaram o IEEI a procurar contribuir para colmatar essa lacuna. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/1030 - Fotografia - Jorge Sampaio com o primeiro número da revista O Mundo em Português . Fotografia de Jorge Sampaio com o primeiro número da revista O Mundo em Português, sobre a questão timorense, durante o V Forum Euro-Latino-Americano, publicada no livro de comemoração dos 20 anos do IEEI, 20 Anos de Mudança. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/1031 - Fotografia - Reunião prévia à criação do IEEI . Reunião prévia à criação do Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, em 1979. A criação do Instituto viria a ser oficializada em 1980. O IEEI foi o primeiro think tank português civil dedicado ao estudo da problemática das relações internacionais. 1979-01-01 / 1979-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/1032 - Fotografia - Curso Primavera em Évora 2 . Fotografia do primeiro Curso Primavera, sobre Relações Internacionais, organizado pelo Instituto em 1982. Na primeira metade dos anos 80, a inexistência de cursos de relações internacionais e as necessidades de uma formação específica nas novas circunstâncias da política externa e de segurança e defesa portuguesa, levaram o IEEI a procurar contribuir para colmatar essa lacuna. 1982-01-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/1033 - Fotografia - Curso Primavera em Évora 3 . Fotografia do primeiro Curso Primavera, sobre Relações Internacionais, organizado pelo Instituto em 1982. Na primeira metade dos anos 80, a inexistência de cursos de relações internacionais e as necessidades de uma formação específica nas novas circunstâncias da política externa e de segurança e defesa portuguesa, levaram o IEEI a procurar contribuir para colmatar essa lacuna. 1982-01-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/1034 - Fotografia - Curso Primavera em Évora 4 . Fotografia do primeiro Curso Primavera, sobre Relações Internacionais, organizado pelo Instituto em 1982. Na primeira metade dos anos 80, a inexistência de cursos de relações internacionais e as necessidades de uma formação específica nas novas circunstâncias da política externa e de segurança e defesa portuguesa, levaram o IEEI a procurar contribuir para colmatar essa lacuna. 1982-01-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/1035 - Fotografia - Curso Primavera em Évora 5 . Fotografia do primeiro Curso Primavera, sobre Relações Internacionais, organizado pelo Instituto em 1982. Na primeira metade dos anos 80, a inexistência de cursos de relações internacionais e as necessidades de uma formação específica nas novas circunstâncias da política externa e de segurança e defesa portuguesa, levaram o IEEI a procurar contribuir para colmatar essa lacuna. 1982-01-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/006/1036 - Fotografia - Maria do Rosário Vaz e Lucien Mandeville no IEEI . Maria do Rosário Vaz e Lucien Mandeville no IEEI aquando da visita de Mandeville ao Instituto. Este carrega a Revista Estratégia nº4, de 1987/88, sobre as alterações no sistema internacional, a América Latina e estabilidade internacional. 1988-01-01 / 1998-12-31

SR. PT/ADN/IEEI/007

Título: Política de cooperação.

Datas extremas: 1987-00-00 / 2012-00-00

Dimensão e suporte: 184 documentos impressos e digitalizados incluindo 9 fotografias (jpg).

D. PT/ADN/IEEI/007/0001 - Portugal, os EUA e a questão africana, por João Salgueiro . Estudos Unidos da América e Europa apresentam, pontualmente, estratégias diferentes relativamente à questão do solucionamento dos problemas de África. A posição americana está marcada por um sentido de emergência que traduz a vontade visceral da opinião pública americana em travar a presença soviética. Os europeus, por seu turno, tendem a privilegiar a estabilidade em África, considerando ser essa a melhor forma de se garantir o desenvolvimento e, em última instância, travar o avanço do comunismo nesse continente. Contudo, ambos os blocos concordam no essencial: em ordem ao seu desenvolvimento, África necessita de investimento produtivo, rigor na administração pública, abertura à iniciativa privada, bem como melhoria das infraestruturas. Ideologicamente, à visão americana dos benefícios do livre mercado, contrapõe-se uma lógica mais protecionista da Europa em relação a África. Parece, indubitavelmente, existir uma preocupação mais genuína por parte dos países Europeus em relação a África e, muito provavelmente, em virtude do reconhecimento de responsabilidades históricas assinaláveis. Na relação com os PALOPS, Portugal deve esquecer a lógica do antagonismo Leste-Oeste e perseguir uma política assente nos históricos e ancestrais laços de proximidade. 1989-01-02 / 1989-01-30

D. PT/ADN/IEEI/007/0002 - Mercosur: Regional Integration, World Markets - Carla Madeira . É apresentada a obra Mercosur: Regional Integration, World Markets estruturante para se entender o surgimento, afirmação, desafios e ameaças da união económica dos países da América do Sul. 1999-06-01 / 1999-06-30

D. PT/ADN/IEEI/007/0003 - Europe`s franco-german engine - João Domingues . É apresentada a obra Europe`s franco-german engine na qual um conjunto de especialistas internacionais explicam de que forma esta improvável união entre a Alemanha e a França, no pós II Guerra-Mundial, foi decisiva na construção da União Europeia. 1999-06-01 / 1999-06-30

D. PT/ADN/IEEI/007/0004 - As Bases para uma Nova Relação, por Patrícia Magalhães Ferreira . É analisado o esforço negocial encetado com vista à criação de um novo enquadramento político e institucional entre os 15 países da União Europeia e os 71 Estados de África, Caraíbas e Pacífico (acordo de parceria UE-ACP). Como aspetos dominantes deste acordo, salientam-se o peso reforçado concedido à sociedade civil e aos atores não-estatais na implementação de projectos de desenvolvimento, o princípio da atribuição dos montantes financeiros segundo critérios, não só de necessidade do país em causa mas também do seu mérito ou performance e, nesta linha de raciocínio, a possibilidade de se suspender a cooperação, caso os Estados apoiados violem o princípio da gestão transparente e responsável dos recursos públicos. 2000-02-02 / 2000-02-03

D. PT/ADN/IEEI/007/0005 - Início das Negociações entre o Mercosul e a União Europeia, por Félix Peña . As negociações entre as potências económicas da OMC apresentam sérios entraves. Contudo, este quadro não deve impedir UE e Mercosul de avançarem na sua própria agenda de cooperação. Há um património comum de valores assente no respeito por um mundo mais democrático, justo e equilibrado que norteia esta relação especial e que facilita o alcançar de entendimentos. 2000-02-01 / 2000-02-01

D. PT/ADN/IEEI/007/0006 - Melhorar o conhecimento mútuo dos países da CPLP através de parcerias público-privadas, por Jorge Braga de Macedo . No presente texto, é salientada a interligação existente entre a qualidade das instituições e o rigor científico e técnico das políticas de desenvolvimento bem como a apropriação destas pelos parceiros sociais e pelos financiadores internacionais. É referida a necessidade de confiança entre os parceiros e os financiadores do desenvolvimento, confiança que assente em políticas que assegurem a erradicação da pobreza, a obtenção do crescimento económico sustentado e a promoção de desenvolvimento sustentável. É ainda proposta uma parceria público-privada para o desenvolvimento de Cabo Verde, que poderá beneficiar de financiamento no quadro do programa indicativo de cooperação com o Luxemburgo. 2004-01-01 / 2004-01-01

D. PT/ADN/IEEI/007/0007 - Gente desenraizada: a vida depois da sobrevivência, por Maria carrilho . Há cerca de 35 milhões de pessoas desenraizadas por todo o mundo, numa fase em que, à exceção da UE, os doadores estão menos generosos. As causas são várias, sendo uma das principais os conflitos violentos, tendo-se tornado este num dos grandes problemas que a humanidade enfrenta. Quanto à ajuda, a mesma não pode limitar-se, como se verifica com frequência, às situações de emergência. E se a situação não normalizar num curto espaço de tempo, o que acontece aos desenraizados? O que acontece aos que não estão deslocados mas cujas condições continuam insuportáveis? Há uma “zona cinzenta” entre a ajuda de emergência e a de ajuda ao desenvolvimento não resolvida. Há um novo regulamento, mais abrangente, destinado aos desenraizados da Ásia e América Latina ao qual é preciso dar continuidade. 2001-09-01 / 2001-09-01

D. PT/ADN/IEEI/007/0008 - EULARO - Civil Protection and EU-Latin American Relations - Pedro Courela . A cooperação entre a UE e a América Latina fica-se, muitas vezes, pelas meras intenções e por declarações normativas de promoção da democracia e dos direitos humanos, no mundo, sem, contudo, que isso dê lugar a uma agenda prática composta por medidas concretas. A área da Proteção Civil pode revelar-se um bom campo de cooperação prática entre estes dois blocos. A ainda insuficiente cooperação mundial, em termos das necessidades de se fazer face a catástrofes naturais, deixa um espaço imenso de progressão nesta área. O presente documento analisa esta questão, vendo de que forma poderão surgir estruturas multilaterais, comuns a estas duas regiões, capazes de fazerem face aos cataclismos naturais. 2005-07-11 / 2005-07-11

D. PT/ADN/IEEI/007/0009 - EULARO – anexo Biregional Documents . Neste anexo, é possível encontrar uma tabela com um vasto conjunto de documentos, das mais variadas proveniências, que têm em comum o tema da relação bidirecional entre a UE e a América Latina. 0000-00-00 / 0000-00-00

D. PT/ADN/IEEI/007/0010 - As relações Europa-África: o caso de São Tomé e Príncipe - Brígida Rocha Brito . Esta contribuição para o ciclo de Seminários “As Relações Europa-África” observa o processo de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, caracterizado como um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (SIDS). O turismo é apontado como uma via para o desenvolvimento devendo este, contudo, apresentar-se como sustentável. Nesse sentido, são analisadas experiências na área do ecoturismo. 2005-05-02 / 2005-05-02

D. PT/ADN/IEEI/007/0011 - A ajuda ao desenvolvimento: o papel dos agentes externos em Angola - Fernando Pacheco . Este texto analisa o fenómeno da ajuda externa ao estado angolano. O principal doador monetário a Angola é os EUA. Portugal, nessa lista, assume o sétimo lugar. Em termos de ajuda humanitária, EUA e Comissão Europeia, por esta ordem, lideram o ranking dos maiores contribuidores. Outras variáveis deste fenómeno são consideradas. É, por fim, sugerido que toda a ajuda externa a Angola siga uma estratégia clara, no sentido de se tornar num instrumento de potenciação da reconciliação e da democracia. 0000-00-00 / 0000-00-00

D. PT/ADN/IEEI/007/0012 - Eléments sur l'action extérieure française au Mozambique et au Angola - Stéphane Toulet . O presente texto descreve as iniciativas de cooperação entre a República Francesa e as Repúblicas de Angola e de Moçambique. Uma exaustiva descrição de indicadores socioeconómicos, políticos, etc. de ambos os Estados africanos em apreço, pelos olhos dos especialistas franceses, pode ser encontrada neste documento. 0000-00-00 / 0000-00-00

D. PT/ADN/IEEI/007/0013 - UK Policy toward Angola and Mozambique - Alex Vines . No presente texto, é descrita a relação diplomática estabelecida pelo Reino Unido em relação a Angola e Moçambique, antes e após o período colonial português. É também contemplada a política britânica para o continente africano, nos primeiros anos deste século. África é considerada uma prioridade de segurança, dado que a miséria, a instabilidade política, a insegurança em geral são fatores que potencialmente podem fomentar o fenómeno do terrorismo. 2006-03-01 / 2006-03-01

D. PT/ADN/IEEI/007/0014 - Análisis estratégico del Atlántico Sur, por Salgado Alba . Durante cientos, quizá miles de años, las aguas profundas y misteriosas del Atlántico Sur estuvieron ocultas al hombre blanco, occidental y europeo, que ignoraba la existencia de este inmenso subocéano, hasta que en una fecha clave para la historia del mundo y gloriosa para la historia de Portugal, dos naves portuguesas rasgaron el velo que cubría estas ignotas aguas, adentrándose temerariamente en un mundo hasta entonces desconocido. Ojeando primeramente a la evolución político-estratégica del Atlántico Sur y después a la situación geopolítica de este gran espacio geoestratégico no final dos anos 80, el presente artículo concluí que la relación e interese dos países del Atlántico Norte no apenas en termos geopolíticos e estratégicos pero también en termos espiritual, moral, afectiva, histórica y cultural, principalmente para Portugal y España, nos obligan a no nos desentendemos de la suerte del Atlántico Sur, sino todo lo contrario; nos obligan a cooperar con nuestros aliados en rellenar ese vacío estratégico que hace peligrar la paz y la seguridad en la zona. 1987-03-21 / 1987-06-30

D. PT/ADN/IEEI/007/0015 - Dilemmas in establishing a new pattern of cooperation, por Maciej Perczynski . It is becoming increasingly unquestionable that in the development of a new system of international security the economic factor will play an even more important role. Such has, however, never happened, for two main reasons: firstly, because the security system was, until this point, based on a balance of forces between two antagonistic blocs; and secondly, even when the political climate improved and dialogue began in the politico-military and humanitarian sphere, the incomparability of economic systems made it impossible the cultivation of rational ties in the economic sphere.. The socio-political transformation in

progress in Eastern Europe by the beginning of 1990s, however, opened the possibility of elimination of these boundaries as society's role in shaping these countries' economic systems is changing basically. However, the permanence of these changes is jeopardized by the failure of effective economic linkages to keep up with political developments and widening of the gap between Eastern and Western Europe. Here lies, it is argued in the present paper, the biggest threat to the construction of a new system of international security. From this point of view this study identifies three sets of threats to stable socioeconomic development: one, those stemming from the necessity of society to bear and accept the costs of overturning the old economic system and building a new one; two, those stemming from the dislocation of the existing model of intra-Eastern Europe linkages within the CMEA; three, those stemming from the solution of the debt dilemma. 1991-01-01 / 1991-12-30

D. PT/ADN/IEEI/007/0016 - Os Conflitos em África e o Papel da Ajuda Externa, por Amadou Toumani Touré . Os conflitos em África no início do milénio constituem uma das mais graves ameaças ao desenvolvimento e à sobrevivência das populações. Neste contexto, o presente artigo insiste em perceber a gestão dos conflitos como um problema fundamental de desenvolvimento, ressaltando tanto a necessidade do combate interno como da ajuda internacional. Assim, na prevenção e gestão de conflitos são fatores essenciais a limitação dos fatores de risco, a promoção da boa governação, a luta contra a pobreza, exclusão, impunidade e corrupção e a gestão global do Estado em termos políticos, sociais, económicos e culturais. 2001-07-01 / 2001-07-01

D. PT/ADN/IEEI/007/0017 - O que mudou no 'paraíso' das organizações terroristas?, por Domingos Sarmento . A estrutura política e de segurança internacional tem uma nova dimensão após os atentados de 11 de setembro. A cooperação global na luta contra o terrorismo apresenta-se, hoje, como uma nova dimensão da estrutura política de defesa e segurança internacional, contudo, pouco contribui para combater os problemas económicos, sociais e políticos da região. É, portanto, proposto, no presente artigo, o combate às causas principais, através da cooperação entre governos nas áreas económica, social e cultural. 2002-09-01 / 2002-09-30

D. PT/ADN/IEEI/007/0018 - A crise humanitária e o desafio da reintegração, por João José Fernandes . Com a assinatura do cessar-fogo em Angola, as atenções centram-se naquela que é considerada uma das piores crises humanitárias do mundo. O presente artigo dá conta dos desafios para este processo de reintegração, reabilitação e de estabilização humanitária geral – essencial tanto do ponto de vista dos direitos humanos como nacionalmente, em termos económicos e sociais e para o processo de pacificação e reconciliação nacional. 2002-10-01 / 2002-10-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0019 - Ajuda externa, soluções internas, por João Rocha Páris . Partindo do contexto político da crise de natureza interna atravessada pela Venezuela que divide os venezuelanos em anti e pró-chavistas e da escalada que terá levado à adoção da Resolução 833, o presente texto incide sobre a “internacionalização” do conflito, da qual nasceu a ideia da criação do “Grupo dos Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela”. É sua missão procurar auxiliar o Secretário-Geral Gárvia, e aos restantes intervenientes no processo negocial na procura de uma solução que respeite os quatro critérios contidos na Resolução 833 da OEA. Assim, apesar da importância destes esforços, é reconhecido de que a solução para o problema tem de partir de iniciativa interna. Finalmente é apontada a posição de Portugal, enquanto membro deste grupo, no encorajamento ao diálogo e reconciliação nacional, que se crê possível no quadro histórico democrático do país. 2003-04-01 / 2003-04-30

D. PT/ADN/IEEI/007/0020 - Entre expectativas e realidades, por Fernando Jorge Cardoso . A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) constitui o quadro institucional da lusofonia, abarcando um conjunto de países com afinidades históricas e culturais significativas, mas também com realidades políticas, económicas e sociais diversas. Se uma maior concretização dessas afinidades ainda tarda, importa analisar vias possíveis para o reforço da concertação político-diplomática e para a afirmação internacional dos Estados que a constituem, cuja diversidade de situações, tanto internas como regionais, afeta o enquadramento das prioridades da agenda dos diversos parceiros. É neste sentido que o IEEI propõe desenvolver uma nova iniciativa agregadora, através de um fórum de discussão, potencialmente favorável para uma maior abertura e conhecimento mútuo com vista na contextualização das agendas dos diversos membros dentro do quadro da CPLP. 2003-06-01 / 2003-08-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0021 - Mais mito que realidade, por Mário Pizarro . No presente artigo é mantido que, apesar de existirem oito Estados soberanos onde se fala português e da iniciativa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), esta comunidade não possui qualquer expressão na realidade quotidiana e na prática política dos diversos países e, em particular, de Angola, sobre a qual o presente texto se debruça. Saída de 27 anos de guerra civil, Angola não só não parece vislumbrar na CPLP o enquadramento necessário para o seu desenvolvimento económico e expressão competitiva ao nível regional como, de facto, a nação e a ideia de identidade nacional é quase inexistente, devido à fragilidade do Estado e das instituições políticas e sociais. 2003-06-01 / 2003-08-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0022 - A busca de uma integração (im)possível, por Cláudio Alves Furtado . A assunção política da CPLP por parte de Cabo Verde enquadra-se na estratégia global de desenvolvimento do país, aproveitando as sinergias resultantes tanto da fortificação das relações económicas, políticas e culturais entre os Oito como, a partir da inserção regional de cada um dos países membros, tirar os proveitos daí adveniente. De facto, é dito, Cabo Verde parece ter sido um dos mais entusiastas defensores da criação e institucionalização da CPLP. Não obstante a posição desta relativa à CPLP é inconstante, sendo notória, por exemplo, a ausência da Comunidade e de outras relações regionais dos planos de desenvolvimento económico de Cabo Verde a curto e longo prazo. Neste sentido, o presente texto tenta perceber quais as dimensões valorizadas por Cabo Verde no que diz respeito à CPLP e de como extinguir o fosso existente entre a retórica discursiva e a implementação efetiva desta virtualidade. 2003-06-01 / 2003-08-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0023 - Entre o regional e o global, por Carlos Lopes . Tendo em conta que uma comunidade se define por um conjunto de interesses comuns, o presente artigo questiona-se, por um lado, se a partilha da língua portuguesa – característica que define a CPLP – constituirá uma comunhão de interesses suficiente e, por outro, de como pode a CPLP ser categorizada perante os desafios centrífugos da globalização e centrípetos da regionalização. Por outro lado, é ressaltado o facto de os monolíngues de português serem, cada vez mais, de origem luso-brasileira. Desta feita, qualquer política de expansão da língua portuguesa, como é o caso da CPLP, necessita de uma razão e substrato económico que só o Brasil, entre os Oito, está em condições de proporcionar. 2003-06-01 / 2003-08-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0024 - CPLP - Que futuro?, por Abdul Magide Osman . O presente texto parte de uma análise sincrónica das iniciativas de cooperação da COMESA e da SADC para a CPLP. O insucesso da primeira e sucesso da segunda foram ditados, respetivamente, tanto pela complexidade e simplicidade das suas ideias, a praticidade e viabilidade da realização dos seus objetivos e a razoabilidade dos seus prazos. Estes dois casos revelam, assim, que não basta vontade política para assegurar o sucesso de projetos de regionalização, sendo necessário que as condições objetivas tanto regionais como internacionais sejam favoráveis. Da mesma forma, a cooperação cultural, por causa da língua, como é o caso da CPLP, terá sempre um espaço próprio, mas se não for acompanhada de um reforço nas outras áreas, em particular a económica e a técnica, não terá a dimensão nem a visibilidade pretendida. 2003-06-01 / 2003-08-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0025 - Nova parceria para o desenvolvimento - análise e perspectivas, por Patrick Chabal . O presente texto reflete sobre como a Nova Iniciativa para o Desenvolvimento em África (NEPAD) tem potencialidades para ser o catalisador de importantes mudanças no continente já que reconhece a vinculação entre o desenvolvimento económico e a reforma política. Assim, apesar da divergência de atitudes – ora otimistas ora pessimistas – e das críticas levantadas – tanto da legitimidade e relevância da sua implementação e da dependência que cria ao Ocidente –, o NEPAD constitui tanto uma peça fundamental para as relações entre África e os países doadores, como possui ambições progressistas que alia a ideia de governação democrática responsável à da condicionalidade económica no sentido da dependência e crescimento económicos, supressão da pobreza e da criação de instituições de segurança e defesa regionais comuns. 2003-01-01 / 2003-01-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0026 - Motivações e impactos da China em África, por Patrícia Magalhães Ferreira . As relações entre a China e diversos países do continente africano não são recentes. No entanto, o facto de se registar um crescimento acelerado da presença chinesa em vários países, com o aumento exponencial das trocas comerciais e do investimento, tem suscitado um renovado interesse neste relacionamento, nomeadamente na análise das consequências que isso terá para os chamados doadores tradicionais, como os EUA ou os países da UE. Este facto interliga-se com uma preocupação sobre a forma como a projeção da influência chinesa e do seu soft power irá, em geral, remodelar o sistema internacional no futuro. Face a estas novas realidades, impõe-se igualmente uma reflexão e revisão profundas das estratégias e políticas de cooperação tradicionais, principalmente no que diz respeito àqueles “doadores tradicionais” e os novos centros de poder internacional. 2008-06-01 / 2008-06-30

D. PT/ADN/IEEI/007/0027 - O Brasil e a cooperação, por Coelho da Fonseca . O presente artigo parte da questão sobre a natureza da divisão do Atlântico – se há só um Atlântico ou se faz sentido considerar dois Atlânticos, um do Norte e outro do Sul – de um ponto de vista geoestratégico. Tomando como lente inicial as implicações do conflito Leste-Oeste, é observado que esta diferenciação é profícua no que toca à relevância de um e do outro na resolução deste conflito – sendo o Atlântico Norte um espaço marítimo crucial para a manutenção de um equilíbrio estratégico por parte da NATO. Contudo, apesar de um teatro marítimo secundário, o Atlântico Sul – e, principalmente, o Brasil –, a influência da URSS nele pode ter consequências para o Atlântico Norte. Assim se revela a importância estratégica e a nível da segurança do Atlântico Sul cujo vazio no poder político torna a cooperação com ela tanto mais importante. Contudo, apesar das diversas tentativas de acordos de segurança e defesa regionais por parte da NATO, um acordo de cooperação terá falhado pela dificuldade de reunir países tão distintos

entre si. É neste quadro que as relações entre Portugal e o Brasil se podem revelar particularmente valiosas como um passo numa maior vinculação entre o Atlântico Norte e Atlântico Sul. 1987-03-21 / 1987-06-20

D. PT/ADN/IEEI/007/0028 - Annexe I: Highlights of the Joint Strategy, s.a. Since the first EU-Africa Summit in Cairo in 2000, Europe, Africa and the world have changed considerably. Yet the ambitions that we set ourselves in Cairo remain to be fulfilled. Time has come to build a joint long-term strategic partnership that is capable of meeting the challenges of the twenty-first century. In this context, the present annexe exposes the highlights of the Joint Strategy, its plan of action and respective implementation mechanisms. 2009-01-01 / 2009-06-30

D. PT/ADN/IEEI/007/0029 - Annexe II: Joint Progress Report on the implementation of the Africa-EU Joint Strategy and its first Action Plan (2008-2010), s.a. The present annexe serves the purpose of reporting the implementation of the Joint Strategy adopted at the Lisbon Summit, of its eight thematic partnerships, the challenges, common priorities and traces the future implementations needed moving forward in diverse development policies and multilateral dialogues. 2009-01-01 / 2009-06-30

D. PT/ADN/IEEI/007/0030 - Democratic Governance and Foreign Aid, por Carin Norberg . Departing from a news article released in December 2007 titled "By disregarding Western advice, Malawi becomes a breadbasket" suggesting that against the advice of donors, Malawi's president had decided to subsidise fertilizers and seed to promote food self-sufficiency and productivity in the agriculture sector, the present paper devotes itself to the discussion on democratic governance and foreign aid. The paper will initially cover some aspects of European aid volumes, and then move to discuss the issue about aid conditionality and aid effectiveness, and finally deal with some dimensions of the debate on the so called aid architecture or the way in which aid is being administered and raised and its consequences for democratic governance. 2009-01-01 / 2009-06-30

D. PT/ADN/IEEI/007/0031 - A resposta do governo português, por António Monteiro . O artigo aborda como a máquina diplomática portuguesa deu resposta no Sudeste Asiático a quando da tragédia do maremoto em Sumatra. O Gabinete de Emergência Consular foi ativado e as Embaixadas portuguesas da região prestaram auxílio no terreno. Devido à natureza imprevisível da catástrofe, mesmo com uma rápida resposta, a ajuda não foi suficiente. Em termos económicos, Portugal doou cerca de 8 milhões de euros. 2005-04-01 / 2005-05-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0032 - Viajantes forçados, por Tiago Marques . De acordo com o relatório anual do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, a situação mundial continua ainda muito instável, sendo a África Subsaariana o caso mais gritante. Os conflitos dessa região potenciam a instabilidade político-económica que não permite aos países vizinhos acolher os milhares de refugiados que chegam. O estatuto de refugiado, ainda indefinido, é também um grave problema cuja solução tem passado por períodos de espera em campos de refugiados sem condições. Surge ainda a questão dos refugiados internos e das questões que essa situação levanta. 2004-02-01 / 2004-02-29

D. PT/ADN/IEEI/007/0033 - Patriotismo planetário, por Álvaro de Vasconcelos . A tragédia do tsunami no Índico provocou um enorme e global movimento solidário. A globalização e os seus efeitos manifestaram-se neste como com a mobilização de recursos solidários e do espírito cívico universalista. A cobertura dos media teve um impacto importante. Não há à escala global nenhum sistema de prevenção articulado. 2005-04-01 / 2005-03-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0034 - O impacto do tsunami no Sudeste Asiático, por Miguel Santos Neves . A resposta à escala mundial da tragédia causada pelo tsunami vem, segundo o autor, demarcar algumas falhas importantes no sistema internacional, nomeadamente nos problemas institucionais e na falta de coordenação de resposta. O papel central de coordenação passa a ser da ONU, que recupera assim algum protagonismo no sistema internacional. Os impactos económicos na região são muito diversos, mas realça-se que em termos macroeconómicos, não há muitas mudanças. Em termos sociais aumenta o risco de pobreza e em políticos fica em causa a competência da ASEAN. As relações UE-ASEAN ficam reforçadas além do comércio com as doações feitas. 2005-04-01 / 2005-03-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0035 - Relações com a China, por Miguel Santos Neves; Annette Bongard . O presente artigo faz uma extensa abordagem sobre os laços com a China que os empresários chineses em Portugal mantêm. Aborda o tipo de negócio que têm em Portugal, em que situações mantêm as relações comerciais com o país de origem, tipos de investimento, associativismo. Refere-se ainda a pressão sobre as políticas de imigração e a UE. 2006-02-01 / 2006-03-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0036 - Tendências do desenvolvimento em África, por Fernando Jorge Cardoso . Neste artigo faz-se uma breve análise à tendência de desenvolvimento de África. Realçam-se algumas tendências: a primeira, onde a economia africana não tem capacidade para se desenvolver de acordo com a economia mundial e a segunda, está relacionada com o aumento dos preços e do investimento externo nas matérias primas minerais. Outra tendência está relacionada com o binómio diferenciação-homogeneização. Os processos de democratização têm também influência económica e, por, último , a pobreza extrema em alguns pontos do continente. 2005-12-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0037 - A tentação regional do conflito no Darfur, por Fernanda Faria . A ajuda internacional não é suficiente para lidar com os refugiados do conflito do Sudão. A União Africana é o principal financiador da missão africana no Sudão (AMIS) mas os acordos de cessar-fogo que media nunca são totalmente respeitados. Além do Sudão, o conflito começa a ganhar dimensão regional como é o caso do Chade e Eritreia. Aborda-se ainda o posicionamento da União Europeia nesta questão. 2006-06-01 / 2006-07-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0038 - Introduction - Cadernos do Lumiar, por IEEI . Extreme poverty determines how post-conflict peacekeeping is heavily dependent on international aid. This international pressure creates tension in the development process of a Mozambican culture and economy. The present text is the introduction of another, "Strengths and Weaknesses of ONUMOZ", that addresses the international community's involvement in Mozambique and the strengths and weaknesses of the United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ). 1996-01-01 / 1996-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0039 - A Europa e África num Mundo Multipolar - Os valores no diálogo Europa-África, por Fernando Pacheco . A tendência da globalização é também espelhada nos valores e o autor aborda esta temática com o recurso ao papel dos media na formação de opinião. O diálogo Europa-África só é possível se despido de preconceitos, ressentimentos e entendimento sobre as perceções de ambos sobre o equilíbrio de diálogo (interesses vs valores) e são dados exemplos práticos sobre essa questão. Há progressos no domínio da democracia e dos direitos humanos e realça-se a necessidade de construir valores comuns e consensuais como ponto de partida. 2008-05-01 / 2008-05-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0040 - A Europa e África num Mundo Multipolar - A Parceria Estratégica: Continental shift? Redefining EU-Africa relations, por John Kotsopoulos e Elizabeth Sidiropoulos . The term "partnership" has been used to refer to EU-Africa relations since the Treaty of Rome in 1957, but has since changed: Africa is at its most stable and democratic since the 60's and experiences an economic boom while the EU has increased its range of foreign policy. The present text compares the European and African perspective of this partnership, and what are the expected prospects. 2008-05-01 / 2008-05-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0041 - A Europa e África num Mundo Multipolar - Facing African security challenges: are European and African interests and responsibilities converging?, por Fernanda Faria . Since the beginning of the European integration process, Africa has held an important place in European external relations. The focus was almost exclusively on economic and social development and cooperation but gained a political dimension in the 90's. This paper deals with Africa as perceived via the EU's security priorities, its concerns and interests in Africa, what their drives are and how much these interests converge. Finally, it addresses some challenges and difficulties for an effective EU presence in addressing African security problems. 2008-05-01 / 2008-05-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0042 - A Europa e África num Mundo Multipolar - The Cotonou Partnership Agreement: what role in a changing world? Reflections on the future of ACP-EU relations, por Geert Laporte . This paper on the Cotonou Partnership Agreement (CPA) between the African, Caribbean and Pacific (ACP) States and the EU is divided into three chapters I- Framing the Debate; II- How has the CPA delivered on its key innovations?; III- Continuing relevance of Cotonou in a changing world? With the focus of ACP-EU cooperation shifting towards the African Union and Regional Economic Communities (RECs), ACPEU partners are confronted with the challenging task of rethinking and repositioning their relationship in a multipolar world. It is made an extensive analysis of the agreement, its functioning, progress, and also projection of possible scenarios. 2008-05-01 / 2008-05-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0043 - A Europa e África num Mundo Multipolar - EU and Africa: a few contentious points on security policies, por Roland Marchal . Regional organisations have been the foundation of EU-Africa relations. The main debate focuses on which regional organisations within the continent should be promoted first, what agenda to push forward and which tools should be utilised to build as to implement that agenda more efficiently. The aim is to understand the security shift following the failures of peace keeping operations (multilateral interventions) in Somalia and Rwanda and EU interventions in Sierra Leone. Finally, potential shortcomings of such a new security policy are analysed. 2008-05-01 / 2008-05-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0044 - A Europa e África num Mundo Multipolar - Democratic Governance and Foreign Aid, por Carin Norberg . This paper covers some aspects of European aid volumes, discusses the issue of aid conditionality and effectiveness and, finally, deals with some dimensions of the debate on the so called “aid architecture” or the way in which aid is being administered and raised and its consequences for democratic governance - using quantitative data as background. 2008-05-01 / 2008-05-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0045 - A África e a Europa resolução de conflitos, governação e integração regional: Capítulo V - Integração Regional e Comércio, por Fernando Jorge Cardoso e Patrícia Magalhães Ferreira . O presente texto aborda de que formas de que formas pode a comunidade internacional apoiar os esforços de integração regional e continental em África e qual a viabilidade desses esforços. Refere-se o diálogo entre a Europa e África do ponto de vista das organizações internacionais e políticas inerentes. São utilizados dados quantitativos para analisar extensamente a evolução do comércio de mercadorias de África com o resto do Mundo e algumas das causas do declínio do comércio em África. Faz-se ainda uma ponte entre as várias organizações regiões de África e uma lista descritiva de cada. 2005-05-30 / 2005-05-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0046 - Diplomacia, Cooperação e Negócios: O Papel dos Actores Externos em Angola e Moçambique - I. Novos desafios da acção externa, por Fernando Jorge Cardoso . O presente artigo serve como introdução para o livro, “Diplomacia, Cooperação e Negócios: O Papel dos Actores Externos em Angola e Moçambique”, e faz o contexto dos assuntos a desenvolver. Analisa a experiência internacional de interligação da triangulação entre as vertentes diplomática, empresarial e da cooperação relativamente a Angola e Moçambique, tanto relativo à atuação de agentes externos quer do caso português em específico. 2007-01-01 / 2007-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0047 - Diplomacia, Cooperação e Negócios: O Papel dos Actores Externos em Angola e Moçambique -II. O triângulo diplomacia cooperação negócios, por Miguel Santos Neves . O presente artigo analisa a relação triangular entre Negócios-Diplomacia-Cooperação nos desafios causados pela globalização-localização. Aborda a estrutura institucional e cultura organizacional do Estado e a coordenação Estado-sociedade civil com o recurso a exemplos práticos de Estados e Organizações. Refere a Descentralização da ação externa como aspeto relevante que influencia a eficácia da ação e o modelo organizacional e a coordenação externa bilateral. Por fim, expõe-se os pontos de convergência e divergência e uma reflexão do panorama português. 2007-01-01 / 2007-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0048 - Diplomacia, Cooperação e Negócios: O Papel dos Actores Externos em Angola e Moçambique -III. O papel dos actores externos em Angola e Moçambique, por Patrícia Magalhães Ferreira . O presente artigo analisa extensamente os resultados obtidos nos inquéritos “Projecto Políticas de Cooperação e Estratégias Empresariais em África” (disponíveis também em anexo) relativamente às perceções dos atores externos e internos relativamente à ação de intervenientes bilaterais e multilaterais em Angola e Moçambique. É de salientar que se analisa a existência de vantagens comparativas dos atores externos portugueses nestes países. 2007-01-01 / 2007-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0049 - Diplomacia, Cooperação e Negócios: O Papel dos Actores Externos em Angola e Moçambique - Anexos: Quadros seleccionados do projecto Políticas de Cooperação e Estratégias Empresariais em África, por Patrícia Magalhães Ferreira . O presente documento apresenta os resultados obtidos aos inquéritos por questionário relativos ao artigo “Políticas de Cooperação e Estratégias Empresariais em África”, do livro, “Diplomacia, Cooperação e Negócios: O Papel dos Actores Externos em Angola e Moçambique”. O objetivo do estudo seria analisar forma como, ao nível institucional, estes países interligam diplomacia, cooperação e negócios, fazer uma análise das prioridades de atuação em Angola e Moçambique, das perceções dos atores externos e internos relativamente à ação de intervenientes bilaterais e multilaterais. 2007-01-01 / 2007-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0050 - Diplomacia, Cooperação e Negócios: O Papel dos Actores Externos em Angola e Moçambique-Anexo: UK Policy toward Angola and Mozambique, por Alex Vines . This paper analyses which Policy toward Angola and Mozambique is used by the UK, as they are not traditional African partners. For each country, the aspects of diplomacy, Aid and trade are split and it is made the context of what has been achieved so far: being the UK's proximity to Mozambique much closer than to Angola. 2007-01-01 / 2007-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0051 - Comunidades culturais e linguísticas: um veículo para a cooperação inter-regional e internacional?, por Gonçalo de Santa Clara Gomes . O presente artigo pretende explorar como as comunidades linguísticas e culturais possam

ser um meio de fomentar a cooperação internacional e inter-regional. Começa-se por expor ambos os conceitos, utilizando exemplos sobre semelhança de valores. A importância da língua comum como fator de proximidade e de influência. Aborda-se a estrutura e funcionamento das comunidades linguística e quais as vantagens que trazem. 2003-11-20 / 2003-11-21

D. PT/ADN/IEEI/007/0052 - The EU-Africa Dialogue, por Anders Henriksson . The integration of the NEPAD Secretariat into the African Union Commission could make it possible to create a common strategic framework to respond to political and development issues - thus demonstrating developments at various levels in Africa on regional integration issues. In the framework of the Euro-African dialogue, the European Commission has been discussing how it can support this process. The main challenges of this dialogue will be the issues of governance, mutual accountability and civil society involvement. 2005-01-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0053 - New challenges in Europe-Africa Cooperation, por Adebayo Adedeji . Whether in terms of trade and investment or Official Development Assistance, Africa's position on international markets is more fragile than it was 30 or 40 years ago. A partnership with Europe is, in the author's view, urgent, but it must be a long-term partnership that will address the root causes of the problems and take into account the most crucial problems such as external debt. 2005-01-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0054 - Os desafios para uma nova liderança do Sul, por Carlos Lopes . A falha dos modelos neoliberais nos países com menos desenvolvimento económico e o impacto da globalização no reforço das assimetrias globais fizeram com que fosse necessário estabelecer frameworks regulatórias em termos de cooperação regional e internacional. Porém, as mais recentes cooperações tendem a marginalizar os países mais pobres e não conseguem resolver adequadamente os problemas estruturais das causas de pobreza. A G-3 (África do Sul, Brasil e Índia) desenvolveram um novo fundo mundial de combate à pobreza, juntamente com a China, e representam um novo multilateralismo liderado pelo Sul. 2005-01-01 / 2006-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0055 - Can unequal partnerships be mutually beneficial?, por Ben Turok . Unequal relations between countries and regions (such as the Euro-African case) for the author can only be meaningful and sustainable when they are based on mutual benefits. Intercontinental cooperation has a good basis in following the progress of the European integration process and in strengthening African unity. Nevertheless, an in-depth understanding and analysis of asymmetries is needed if the Europe-Africa dialogue is to be improved and deepened. 2005-01-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0056 - Donors, Democracy and Sovereignty: The politicisation of Aid and its impact on African-EU Relations, por Anne Hammerstad . The inclusion of democracy and governance in development aid has increased the risk of European action being perceived as an intrusion into the internal affairs of African states and, consequently, as a violation of the principle of national sovereignty. This paper highlights the need for greater sensitivity on the part of donors and the establishment of objective criteria. For the author, this is only possible if the EU values relations with Africa and sees it as equal and attaches less importance to the role of aid as a factor of economic growth and invests primarily in other vectors of promoting development, such as trade or migration issues. 2005-01-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0057 - Strengthening democratic structures and processes in Africa: a commentary on the role of the European Union, por Chris Alden e Karen E. Smith . The 1990s marked the introduction of political conditionality into EU development policies as a result of an international consensus on poor governance as a cause of the failure of economic reforms. The Cotonou Agreement formalises these human rights and governance concerns in the European agenda. The promotion of democracy in Africa overlooks important differences, such as civil participation in Africa or the marks left by violent conflicts. It also addresses the levels of cooperation in support of governance. 2005-01-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0058 - Conclusões e recomendações gerais da Mesa Redonda- Os desafios das relações Europa-África: uma agenda de prioridades, por IEEI . O presente artigo serve de resumo aos temas abordados na obra "Os desafios das relações Europa-África: uma agenda de prioridades". Algumas das conclusões passam pelo reforço de capacidades na política de desenvolvimento e capacidades de comércio; O apoio da UE a iniciativas endógenas da África sobre questões de governação e no campo da paz e segurança; Fornecimento de apoio aos parlamentos e instituições judiciais, melhoria nos sistemas eleitorais africanos e mecanismos de controlo das companhias transacionais; E, por fim, clarificação dos processos de mediação nos conflitos africanos e promoção do diálogo intercontinental. 2005-01-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0059 - Cooperação económica e relações comerciais entre a União Europeia e o Mercosul - interesses comuns e desafios, por Vera Thorstensen . A União Europeia e a Mercosul passaram por amplas transformações dando assim origem a uma nova fase das relações comerciais e económicas. A EU prossegue o seu caminho de “integração” profunda e prepara-se para um novo alargamento. Do ponto de vista económico, mobiliza-se para implantar uma moeda única. Em termos externos, está a negociar acordos preferenciais. Do lado do Mercosul, a construção dos diferentes processos de integração é um grande desafio, assim como a multiplicidade de. 1996-01-01 / 1996-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0060 - Cooperación financiera: Solidaridad en un contexto de globalización y volatilidad de los mercados financieros, por Roberto Lavagna. En la primera parte del texto se mencionan los siguientes aspectos conceptuales con que se evalúan cooperación internacional y en el segundo campo el micro y instrumentales de la cooperación financiera que pasan fundamentalmente por las condiciones de desarrollo, liberalización y seguridad de las operaciones financieras. La globalización so es sustentable si no generar conflictos sociopolíticos de difícil manejo. La Unión Europea y el Mercosur o el Mercosur más sus países relacionados pueden y deben ser actores relevantes en esta agenda. Por último, se hace una distinción entre la cooperación internacional y las redes de seguridad internacionales. 1996-01-01 / 1996-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0061 - Condicionabilidade política e cooperação para a promoção da democracia e dos direitos humanos, por Alexandra Barahona de Brito . Para a autora, a condicionabilidade política não é um instrumento adequado para a defesa e promoção da democracia e dos direitos humanos. As recentes evoluções da vaga democrática na América Latina, o fim da Guerra Fria e a experiência já adquirida de cooperação política inter-regional da UE, o desenvolvimento de instituições políticas no Mercosul, são alguns indicadores que prenunciam um futuro melhor para a cooperação política. Dado o compromisso com os valores comuns e a democracia, ambas as organizações podem ganhar legitimidade e aumentar a cooperação regional - reacendendo a chama do internacionalismo liberal. 1996-01-01 / 1996-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0062 - Cooperação para a paz e a segurança, por Alfredo G. A. Valladão . O presente texto analisa o diálogo entre a União Europeia e o Mercosul sobre paz e segurança, apesar das dificuldades ligadas à representação política de ambos. Aborda-se a urgência do diálogo político, fazendo um contexto histórico Da guerra fria à «segurança cooperativa» e a necessidade de uma «identidade de segurança» por parte de ambos. Os EUA são parceiros fundamentais para o auxílio em questões de segurança e nessa perspetiva é analisado o triângulo atlântico. Na segunda parte é debatida a Agenda de segurança UE-Mercosul desde o seu começo e o posicionamento da ONU sobre as questões mais urgentes, como tráfico de droga e meio ambiente. 1996-01-01 / 1996-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0063 - Um novo diálogo, por Guilherme d'Oliveira Martins . O presente texto sobre convergência democrática entre a Europa e América Latina pretende apresentar algumas pistas de reflexão, com o objetivo de se criarem condições para um maior e melhor intercâmbio institucional e político entre as nossas duas regiões continentais. Analisam-se as consequências da multipolaridade, das estruturas leves de cooperação e a cooperação no domínio dos direitos e liberdades fundamentais, diálogo cultural, científico e universitário. Por fim, é feita uma abordagem ao desenvolvimento económico e social. 1993-01-01 / 1993-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0064 - Integração e espaços abertos, por Albrecht von Gleich . O presente texto começa por fazer um contexto histórico, por décadas, das relações entre a Europa e a América Latina, que se caracterizaram por padrões variáveis de cooperação política e económica. Abordam-se os apoios aos processos democráticos e o declínio dos investimentos. É feita uma previsão de quais podem ser os maiores desafios dos anos 90 e quais as motivações da América Latina para uma integração regional. 1993-01-01 / 1993-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0065 - Conclusões do II Fórum Euro-Latino-Americano . O presente documento apresenta as conclusões e recomendações obtidas no II Fórum Euro-Latino-Americano. Foram elaboradas com base nas sínteses das várias sessões, quer plenárias quer dos grupos de trabalho. As recomendações são feitas em diferentes planos: institucional, económico, do reforço da cooperação científica e tecnológica e das questões ambientais. 1993-01-01 / 1993-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0066 - Parceiros naturais, por Álvaro de Vasconcelos . A legitimidade internacional que os países latino-americanos readquirem por virtude da sua redemocratização é um fator importante no plano do seu relacionamento externo. No presente artigo aborda como o novo panorama internacional no fim da Guerra Fria alterou as relações internacionais até mesmo em termos de cooperação e evidenciou a importância da convergência democrática e de valores para que o diálogo seja facilitado. Aprofunda-se o avanço da integração na América Latina e a necessidade de uma parceria Euro-América Latina para estabelecer uma ordem internacional mais democrática. 1993-01-01 / 1993-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0067 - Perspectivas para as relações CE, por América Latina, por Miguel Anacoreta Correia . As relações inter-regionais entre a Comunidade Económica Europeia e a América Latina encontram os seus antecedentes nos anos 70. O presente artigo aborda os acordos cooperação na América Latina, o papel do Parlamento Europeu para o fortalecimento das duas regiões e a materialização das ações de cooperação. Por fim, é feito um balanço da cooperação CE/ América Latina. 1993-01-01 / 1993-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0068 - Incentivos para la cooperacion empresarial y tecnológica, por Rafael de Juan y Peñalosa . Tras la crisis de Centroamérica, la Comunidad Europea y América Latina se han acercado sin duda alguna, aunque esta última no haya logrado situarse significativamente más arriba entre las prioridades de la CE. El autor analiza los tres aspectos principales de la acción comunitaria a este respecto: el fomento de la cooperación entre empresas; la puesta a disposición de América Latina de instrumentos originalmente concebidos para ayudar a las pequeñas y medianas empresas en Europa; y el plan ECIP, establecido por la Comisión para fomentar las empresas conjuntas entre empresas de Europa y de los países signatarios de acuerdos de cooperación. 1993-01-01 / 1993-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0069 - Buscando nuevas formas de cooperación euro-latinoamericana, por Guadalupe Ruiz-Giménez . Uno de los principios de la nueva cooperación será intentar que la cooperación sea realmente bilateral, y no sólo el traspaso de recursos de un país a otro, sino una asociación basada en intereses mutuos. Este tecto hace una reflexión sobre la posición relativa de cada Estado frente al orden emergente, y al tiempo sobre la responsabilidad de cada uno de resolver problemas comunes y globales, como los desequilibrios socioeconómicos entre pueblos, la degradación del medio ambiente, las migraciones, el narcotráfico, la inseguridad y la proliferación de conflictos militares. La institucionalización del diálogo político euro-latinoamericano abre nuevas perspectivas para una concertación de la agenda común. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0070 - Europa y América Latina | Modalidades de acción, por Wolf Grabendorff . Europa y América Latina, los protagonistas mundiales de la integración regional, discuten de igual a igual en el ámbito internacional cada vez más. Este texto desarrolla su capacidad de actuar como socios parciales, contribuyendo a la reconstrucción del sistema internacional durante las próximas décadas como potencias regionales de derecho. Analiza los principales problemas y desafíos de ambas organizaciones desde la acción hasta el nivel comunitario, los programas y las relaciones políticas birregionales. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0071 - Relatório - Conflitos Violentos e Prioridades da Cooperação em África, por Patrícia Magalhães Ferreira, Sérgio Guimarães e Rodrigo Bastos Silva . Neste relatório, resultado da Conferência Conflitos Violentos e Prioridades da Cooperação em África, são analisados os desafios ao relacionamento euro-africano colocados pela reorganização das relações internacionais, um dos quais tem que ver com as situações de instabilidade e insegurança em várias partes de África, que ameaçam estratégias e programas de desenvolvimento, bem como as atuais prioridades de cooperação em países e regiões em conflito. Qual viabilidade de cooperação em condições de insegurança, instabilidade e violência, especialmente em condições de fragilidade e ineficácia do Estado democrático? Qual a viabilidade dos modelos vigentes de cooperação nestas condições? Não deveria existir uma maior coordenação que permitisse uma priorização da cooperação internacional no sentido de existir uma ligação entre as questões económicas, sociais e de segurança? Que lições a tirar da intervenção das Nações Unidas, da SADC, da Ecomog e de países vizinhos? Será adequado o tipo de iniciativas tomadas pelo Reino Unido, França e Estados Unidos? Qual o papel das grandes potências e de interesses internacionais nos conflitos? Estas são algumas das questões analisadas neste texto. 1999-11-26 / 1999-11-27

D. PT/ADN/IEEI/007/0072 - O papel dos empresários nas relações União Europeia-Mercosul, por Roberto Teixeira da Costa . O presente texto coloca a questão dos empresários e da procura de novos canais de comunicação, do investimento e dos esforços dos setores privados no aprofundamento das relações inter-regionais entre a América do Sul e a União Europeia. Estas relações são exploradas no contexto da globalização dos mercados, da criação da OMC e da consequente intensificação das relações internacionais. Para tal são considerados a liberalização do comércio de produtos agroindustriais, as importações e as exportações dos dois blocos na intensificação das relações entre estes. 1999-12-01 / 1999-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0073 - Las relaciones interregionales Unión Europea-América Latina: Del predominio de lo político al económico (As relações inter-regionais União Europeia-América Latina: Do domínio político ao económico), por Christian Freres. O presente texto pretende contribuir com uma compreensão crítica das relações EU-América Latina, no contexto do ponto de viragem das relações euro-latino-americanas. Embora existam muitos fatores de preocupação relativamente às perspetivas futuras destas relações, também existem fatores encorajadores cuja exploração pode contribuir positivamente

para as relações entre estes atores. Neste sentido, o documento começa com uma breve revisão da evolução recente das relações EU-América Latina, e depois reflete sobre as suas perspetivas futuras. 2000-01-01 / 2000-04-30

D. PT/ADN/IEEI/007/0074 - As relações externas de Cabo Verde: O caso da União Europeia, por António Rodrigues . Nesta comunicação, apresentada no contexto do seminário “As Relações Externas de Cabo Verde: O Caso da União Europeia”, o autor reflete sobre a evolução das relações entre a Comunidade Europeia e Cabo Verde, relação que se inicia em 1977 quando o país beneficiou da ajuda da comunidade para um programa de reflorestação e preservação dos recursos hídricos e dos solos a título da sua adesão na Convenção de Lomé I. Partindo daqui, o texto analisa, primeiramente, a evolução das intervenções comunitárias a partir da implementação das convenções de Lomé em Cabo Verde, seguido por uma breve explicação do âmbito da fase atual e da fase seguinte do Acordo de Cotonou, concluindo, finalmente, com uma discussão sobre as estratégias e perspetivas da cooperação regional para Cabo Verde no contexto regional de África Oeste. 2002-12-13 / 2002-12-13

D. PT/ADN/IEEI/007/0075 - O Desenvolvimento de Cabo Verde: novos desafios, novas políticas, uma nova cooperação, por Eugénio Inocêncio . A presente comunicação reflete sobre os novos desafios de cooperação entre a União Europeia e Cabo Verde tendo em conta o novo paradigma de desenvolvimento deste último. Começa, assim, por refletir sobre o que se pode entender por desenvolvimento e de que forma o desenvolvimento em Cabo Verde pode ser compreendido num novo paradigma através de um complexo sistémico de condições que o adivinham, entre os quais se destacam e analisam a regionalização do país e uma nova infraestruturização. Finalmente é concluído que a parceria internacional terá de alterar, considerando os novos parâmetros de desenvolvimento do país, a sua forma de encarar Cabo Verde. 2002-12-13 / 2002-12-13

D. PT/ADN/IEEI/007/0076 - A diáspora caboverdiana no espaço europeu e o seu papel na criação de laços culturais, económicos e políticos, por José Leitão . O presente texto reflete sobre o papel da diáspora cabo-verdiana no espaço europeu tanto para o presente e futuro de Cabo Verde, como para a intensificação das relações entre este país e a UE. O texto divide-se em cinco partes: a primeira procura definir a diáspora cabo-verdiana em espaço europeu; a segunda explora as sinergias culturais criadas pelas comunidades de emigrantes cabo-verdianos; a terceira aprofunda a questão empresarial, nomeadamente a análise daqueles emigrantes cabo-verdianos que se tornaram empresários e da necessidade do investimento na formação e do desenvolvimento de práticas transnacionais; a quarta reflete sobre as relações privilegiadas de cooperação para o desenvolvimento entre Estados-membros da UE e Cabo Verde; e, finalmente, na quinta parte questiona-se como poderão evoluir os laços de cooperação existentes com vários Estados-membros da UE, tendo em conta o peso da diáspora cabo-verdiana nestes Estados e o posicionamento estratégico de Cabo Verde. 2002-12-13 / 2002-12-13

D. PT/ADN/IEEI/007/0077 - The New Partnership for Africa's Development (NEPAD): Origens, Modalidades e Finalidade, por Patrick Chabal . Neste texto, fruto de uma apresentação feita no contexto do seminário “As Relações Externas de Cabo Verde: O Caso da União Europeia”, são explicadas as origens do NEPAD (The New Partnership for Africa's Development) e as suas principais características e objetivos, terminando com algumas considerações sobre o possível sucesso da parceria. 2002-12-13 / 2002-12-13

D. PT/ADN/IEEI/007/0078 - A Europa, a África e os Direitos Humanos: Breves Reflexões, por Fernando Pacheco . Apesar do valor universal dos direitos humanos, os esforços ocidentais no sentido da democratização e da promoção destes é tendenciosa. Estes valores, apesar de aceites por uma elite africana, ainda não se encontram integrados nas sociedades africanas, devido a vários fatores, entre os quais a herança de estruturas coloniais autocrática e centralizadas. Ademais, a influência das instituições estatais ainda é muito limitada ao nível local. Torna-se, portanto, essencial trabalhar na melhoria da justiça social, dos direitos económicos e dos processos de reforma dos Estados. Neste contexto, o compromisso internacional com o combate à pobreza, promoção dos direitos humanos e garantia de condições de governança para a distribuição das ajudas são contraditórios com práticas negativas para as economias africanas, tais como os subsídios agrícolas europeus, que levantam suspeitas quanto às intenções dos dadores. Porém, os países africanos também devem ser capazes de propor novas sendas para a cooperação e direcionar a ajuda para o desenvolvimento. 2003-10-24 / 2003-10-24

D. PT/ADN/IEEI/007/0079 - Reflexões Breves sobre a Cooperação Portuguesa e Europeia, por Carlos Sangreman . O presente texto começa por fazer uma síntese das posições que o seu autor julga que Portugal devia adotar como forma de responder à questão de como desenvolver os países que ainda não conseguem atingir as médias de bem-estar das zonas mais ricas. Neste sentido, a política externa e de cooperação portuguesa é pensada em articulação com a União Europeia e no contexto das relações internacionais. Ao adotar estas preposições como orientadoras da Cooperação Internacional, Portugal deverá organizar-se em programas e projetos com entidades estatais e organizações não governamentais. Portugal deve, ainda, saber como usufruir das mudanças significativas da UE no seu principal instrumento de cooperação (em Cotonou, 2000), de acordo com as suas especificidades. A identidade e interesses portugueses devem servir com base vantajosa no equilíbrio das políticas

de cooperação, pelo que os dirigentes políticos devem fazer uma melhor gestão da cooperação neste sentido. 2004-11-01 / 2004-11-01

D. PT/ADN/IEEI/007/0080 - Reflexões sobre os condicionalismos políticos da ajuda ao desenvolvimento, por Isabel Pestana . Partindo da ideia geral que o sistema democrático servia o crescimento económico no pós-Guerra Fria dos anos 90, os direitos humanos, a democracia e a boa governança passaram a ser parte dos processos de negociação entre dadores e recetores. A própria UE passou a relacionar desde então a sua ajuda a estes aspetos. Hoje, os condicionalismos políticos têm uma importância central na ajuda ao desenvolvimento. Mas a implementação de medidas de raiz ocidental nos PED, ou seja, num conjunto de países muito heterogéneo suscitou algumas questões problemáticas que merecem reflexão. De facto, a ajuda ao desenvolvimento tem de ser analisada à luz dos interesses de uma e de outra parte especialmente no que diz respeito aos condicionalismos políticos, dada a sua importância na luta contra a pobreza e na melhoria de vida das populações. 2004-11-01 / 2004-11-01

D. PT/ADN/IEEI/007/0081 - Alguns Tópicos para Discussão sobre Cooperação para o Desenvolvimento, por João Estêvão . As perspetivas sobre a cooperação para o desenvolvimento têm evoluído desde a década de 1960, na qual a visão dominante sobre o processo de transição de sociedades “tradicionais” para “modernas” assentava num processo de industrialização. A partir do final da década surge uma visão do desenvolvimento orientada para a satisfação das necessidades. Na década de 1980 assiste-se a uma orientação do financiamento para programas de reforma estrutural. Na década de 90 cresce a preocupação com a dimensão institucional do funcionamento das economias. A este nível, são muito importantes as novas orientações da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE e da UE. É nesta perspetiva que podem ser colocados alguns tópicos para debate: de um ambiente institucional que assegure a estabilidade, a confiança e a disponibilidade para uma participação ativa; de programas de cooperação para o desenvolvimento globais, coerentes e definidos em parceria; uma atenção especial aos níveis de desenvolvimento dos países recetores. 2004-11-01 / 2004-11-01

D. PT/ADN/IEEI/007/0082 - A Cooperação Portuguesa face ao Enquadramento Multilateral, por João Gomes Cravinho . A convicção de partida é que não faz sentido estabelecer uma dicotomia entre cooperação bilateral e multilateral. Esta convicção é contrária à tendência na cooperação portuguesa de considerar que a cooperação multilateral é concorrente da cooperação bilateral. A cooperação portuguesa dedica entre um terço e um quarto do volume total de APD à cooperação multilateral cada ano sendo relevante refletir sobre a forma como esses fundos são gastos e se há uma relação clara entre objetivos, afetação de recursos e aproveitamento. Com isto em vista é fornecida uma breve análise sobre os quatro grandes círculos de cooperação multilateral com participação: a União Europeia; a OCDE; o Banco Mundial; e as Nações Unidas. 2004-11-01 / 2004-11-01

D. PT/ADN/IEEI/007/0083 - Mundo Árabe – Uma prioridade estratégica, por João Quelhas . A cooperação para o desenvolvimento deverá constituir uma área de ação central da Política de Desenvolvimento da União Europeia, a qual terá de se complementar às políticas dos Estados membros. É neste quadro que a UE tem levado a cabo inúmeras iniciativas, programas e ações, como o ED FUND, CARDS ou MEDA direcionadas a diferentes áreas geográficas do globo. Na sua especificidade, Portugal tem concentrado os esforços da sua política de cooperação para o desenvolvimento, sobretudo para os países denominados de expressão oficial portuguesa. No entanto, é necessário alargar esse espectro dentro do quadro da UE, particularmente no que diz respeito ao mundo árabe, por razões geográficas e estratégicas. As relações com o mundo árabe devem, assim, constituir uma prioridade estratégica e uma preocupação que Portugal tem que transportar para o contexto da UE e das suas iniciativas de cooperação para o desenvolvimento. 2004-11-01 / 2004-11-01

D. PT/ADN/IEEI/007/0084 - Topics for Discussion on Official Development Assistance (ODA) (Tópicos para Discussão sobre Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA)), por José Manuel Rolo . Apesar de vários argumentos poderem ser utilizados acerca do investimento direto dos países ricos nos países pobres, o paradigma está a alterar-se no que diz respeito à ajuda ao desenvolvimento, tanto relativamente à relação entre governos dadores e recetores como na relação de dependência e de obrigações partilhadas. A ajuda externa aos países em desenvolvimento não teve qualquer impacto líquido nem na taxa de crescimento dos beneficiários nem na qualidade das suas políticas económicas. É neste sentido que o presente texto oferece alguns tópicos para a reflexão sobre as consequências, negativas e positivas, que a ajuda ao desenvolvimento nos países subdesenvolvidos, bem como quais essas consequências no caso de um crescimento ou de um decréscimo na ajuda ao desenvolvimento. 2004-11-01 / 2004-11-01

D. PT/ADN/IEEI/007/0085 - A Educação para o Desenvolvimento, por Sílvia Roque . O eixo fundamental da Educação para o Desenvolvimento é a opinião pública, da qual todos fazemos parte. O objetivo é torná-la capaz de refletir e de agir no sentido da alteração de situações que provocam desequilíbrios e injustiças a nível individual e coletivo. Assim, apesar das interpretações a que está sujeita, a Educação para o Desenvolvimento pode ser definida como um processo dinâmico, inclusivo,

participativo e aberto, que visa a consciencialização de todas as pessoas. A Educação para o Desenvolvimento encontrou-se, durante o período da ditadura, profundamente veiculada a uma política externa fechada. A entrada de Portugal na CEE abriu novas possibilidades de atuação, nomeadamente às Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento (ONGD) e à sua possibilidade de cooperação com as ONGD europeias. Este processo de aprendizagem e participação, apesar de lento, começa a dar frutos. 2004-11-01 / 2004-11-01

D. PT/ADN/IEEI/007/0086 - Novos desafios ao investimento e reforço da cooperação estratégica: da good governance à defesa e segurança, por Adriano Mendes Telles de Menezes . As Políticas de Desenvolvimento assumem hoje dois vetores distintivos: a da Luta contra a Pobreza; e das Políticas de Boa Governança. As políticas de governança encontram-se hoje no centro da cooperação estratégica, uma vez que é na “má governança” que reside a parte mais significativa do atraso no desenvolvimento económico e social da maioria dos países. Neste modelo de Políticas de Desenvolvimento há, contudo, uma área que nunca é referida, a da Defesa e da Segurança, que constituem, paradigmaticamente, áreas de renovada atenção. Os países em desenvolvimento debatem-se com sérios obstáculos neste âmbito. É neste quadro que, numa nova conceção de Cooperação Estratégica, Portugal poderá vir a potenciar um conjunto significativo de valências tecnológicas e industriais existentes nas empresas portuguesas. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/007/0087 - Conclusões do grupo de trabalho “África e Cooperação”, por Fernando Jorge Cardoso . O presente texto serve como súmula dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de trabalho “África e Cooperação” da XXIII Conferência Internacional de Lisboa e divide-se em considerações sobre a situação presente de Portugal relativamente às questões africanas e à cooperação e questões importantes para o presente e futuro. Na primeira parte destacam-se o baixo apoio estatal às ONG para o Desenvolvimento; a debilidade dos discursos e interesse da sociedade civil e dos media; e uma falta de estratégia clara e de continuidade no que diz respeito à cooperação. Na segunda parte sublinha-se a necessidade de clarificação de uma estratégia de cooperação portuguesa, de aposta na contabilização da ajuda segundo critérios de clareza, rigor e transparência e o reforço, em Portugal, do conhecimento atual de África. Ao nível da política externa na área da cooperação salienta-se o reforço da intervenção portuguesa em instituições estatais, reforçar a cooperação com outrosadores e reforçar o eixo de cooperação ibero-americana. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/007/0088 - Cooperação em África, por Daniel Cardoso . O processo de descolonização, que garantiu a independência a vários países, não garantiu o fim do intervencionismo dos países ex-colonos. Apesar deste intervencionismo ter sido originalmente marcado por uma espécie de neocolonialismo económico, por um lado, e pela influência exercida pelos Estados Unidos e pela URSS durante o confronto bipolar, por outro, a partir do final da Guerra Fria, o paradigma da influência dos Estados mais desenvolvidos sobre os Países em Desenvolvimento alterou-se. Assume agora como principal objetivo a consolidação da paz, que passa por uma cooperação para o desenvolvimento de matriz claramente ocidental. Assim, a liberalização apresentava uma dupla componente: a económica e a política. Além dos requisitos económicos, estes projetos exigiam igualmente a concretização de certos objetivos políticos como a implementação da democracia ou o respeito pelos Direitos Humanos. No entanto, a implementação deste modelo de reconstrução de matriz distintamente ocidental possui vários erros e contradições, que levaram ao fracasso da mesma. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/007/0089 - ONGs e cooperação: onde se confirma que não há bela sem senão, por Fátima Proença . A proposta do presente texto, em seguimento de uma reflexão prévia da autora sobre um conjunto de vantagens e desvantagens das ONG no quadro da cooperação internacional para o desenvolvimento, é um contributo para uma análise sobre o que é que essas vantagens e desvantagens abstratas têm a ver com a realidade portuguesa, como têm evoluído, que exigências se nos colocam hoje. Antes de começar uma enumeração das vantagens e riscos, é feita uma identificação de alguns consensos sobre o que pode/deve diferenciar as ONG de outros intervenientes. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/007/0090 - 7161 caracteres de reflexão pessoal, por Fernando Marques da Costa . O presente texto faz uma reflexão sobre as relações de Portugal com os países em desenvolvimento iniciadas pelos acordos de independência. Divide-se, assim, em reflexões sobre as matrizes – ou a ausência de matrizes claras – do relacionamento com os novos países; reflexões sobre os afetos e a retórica dos afetos, que não é acompanhada de um esforço na cooperação; reflexões sobre os reformismos e a obsessão com estes na definição de políticas de cooperação; reflexões sobre as modas das matrizes de políticas de relacionamento internacional com os países em vias de desenvolvimento; uma reflexão sobre as debilidades portuguesas no acompanhamento das modas internacionais de cooperação; e, finalmente, sobre os caminhos a seguir em que se propõe uma alternativa à tendência reformista, que se prende pela articulação dos agentes existentes, pela clarificação dos papéis individuais de cada um desses agentes e pela definição rigorosa das prioridades de utilização dos recursos do Estado. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/007/0091 - Portugal, a Europa e o Mundo: 25 anos de Política Externa e de Segurança Portuguesa (1980-2005), por Fernando Lopo de Carvalho . Ao longo dos últimos 20 anos a cooperação bilateral de Portugal com os seus parceiros africanos de língua portuguesa tem-se caracterizado pela existência de vontade e ausência de recursos. Se por um lado a criação da UCCLA - União das Cidades Capitais Luso-Afro-Americo-Asiáticas –, em 1985, traduz a afirmação da vontade política, por outro lado, a crónica carência de recursos manifesta-se de forma dramática ao nível da cooperação intermunicipal. Partindo deste contexto, o presente texto parte de uma análise dos alicerces da UCCLA, para uma análise do seu novo rumo e quais as perspetivas para o futuro desta. Conclui-se, assim, que a UCCLA se deve assumir como uma verdadeira agência de cooperação e desenvolvimento da lusofonia, integrando, para além das cidades, também outros aglomerados de população/tradição lusófona espalhados no Mundo. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/007/0092 - A sociedade civil e as ONG na cooperação portuguesa, por João José Fernandes . A expressão organizada da sociedade civil portuguesa na cooperação internacional para o desenvolvimento são as ONGD – Organizações não Governamentais de Desenvolvimento. Quando comparadas com a realidade da maioria dos países da União Europeia, as ONGD portuguesas têm um percurso ainda relativamente recente. Na verdade, embora algumas tenham surgido imediatamente após o 25 de Abril de 1974, foi sobretudo aquando da adesão à Comunidade Europeia que se registou o aparecimento de um maior número de organizações. É neste contexto que se insere a reflexão do presente texto, fornecendo uma caracterização das ONGD portuguesas, as suas áreas de intervenção e financiamento, a identificação das exigências das ONGD ao governo português e o resumo dos principais desafios das ONGD portuguesa. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/007/0093 - O papel da avaliação nos desafios da cooperação portuguesa, por Manuela Maria Afonso . A cooperação para o desenvolvimento encontra-se numa fase de mudança. Portugal, ao subscrever os Objetivos, Princípios e Declarações, assumiu compromissos internacionais que deve honrar e, se quiser verdadeiramente contribuir para o alcançar dos ODM, a sua cooperação para o desenvolvimento terá que vencer dois desafios centrais no futuro próximo: aumentar de forma significativa o volume de Ajuda e, ao mesmo tempo, a sua qualidade. A tónica deve, por isso, passar pelo aumento da qualidade da Ajuda. Este desafio só poderá ser vencido se, entre outros fatores, à avaliação for dado um papel diferente daquele que tem desempenhado até aqui. Mas, mesmo nos outros fatores indispensáveis para o aumento da eficácia da Ajuda a avaliação pode e deve ter um papel a desempenhar. É neste sentido que o presente texto enuncia os fatores para o aumento da qualidade da Ajuda, sublinhando ainda que o aumento da eficácia da Ajuda que é, em última análise, a missão da função avaliação. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/007/0094 - Programa Interdisciplinar Desenvolvimento Global, por Jorge Braga de Macedo . Sendo a relação de Portugal com os países lusófonos uma mais-valia e a luta contra a pobreza orientador desejável na articulação da cooperação lusófona, o presente texto analisa o papel do Programa Interdisciplinar Desenvolvimento Global (DES) enquanto instrumento jurídico e institucional desta cooperação. Assim, refletindo sobre a interação entre globalização e governação, na perspetiva dos mercados emergentes e das economias que recebem ajuda externa, o DES procura uma dimensão lusófona no acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, em que a principal vertente é a cooperação empresarial baseada no conhecimento. É, neste sentido, um programa global e multidisciplinar, capacitado de intervir em áreas disciplinares diversas com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável e para a redução da pobreza. Sugere-se, neste contexto, a curto prazo, o estudo da interação entre a biodiversidade e a dinâmica dos ecossistemas contribuindo para a sua sustentabilidade, baseada, ainda, na análise de riscos naturais. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/007/0095 - A especificidade do desenvolvimento enquanto mudança social, por Nuno Vaz . O presente texto dá conta do conceito e das tendências teóricas e filosóficas no âmbito do desenvolvimento, bem como como o seu objeto, método, e condições de aplicação, que tornam o desenvolvimento uma ciência social específica. Assim, quando olhamos para o passado da reflexão sobre o Desenvolvimento, o acento tónico centra-se primordialmente no campo económico, mas existe igualmente um corpo teórico de busca das causas desta situação que se centra nas sociedades, nas mentalidades, nas causas históricas, nas raízes sociais dos problemas, e na ideia ainda prevalecente de que as sociedades dos países em desenvolvimento são intrinsecamente diferentes das sociedades dos doadores. O conceito de Desenvolvimento centra-se numa ideia abstrata de agir sobre o meio que nos rodeia, por forma a tornar a realidade hoje, uma representação que temos do futuro. Estas formas de pensar o desenvolvimento, têm os seus desafios e consequências específicas, especialmente no que diz respeito na aplicação das políticas de cooperação. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/007/0096 - Cooperação Sul-Sul, por Paula Gil e Pedro Santiago . A África conhece hoje um vigoroso crescimento demográfico que não é acompanhado pelo da produção. Trinta anos depois da descolonização, o balanço económico é sombrio. O corte territorial, herdado da descolonização, deu origem a uma miscelânea de Estados, minados por fortes clivagens regionais, dando origem a numerosos conflitos. No entanto, no seguimento de uma certa instabilidade política após o processo de descolonização, os Estados africanos têm vindo a conhecer uma tendência para a democratização. A cooperação global é,

então, nos dias de hoje, um imperativo. É cada vez mais importante o encontro de interesses comuns nos organismos internacionais. Neste sentido, é essencial a união dos povos do Sul e o surgimento de iniciativas próprias, como é o da OUA. A cooperação Sul-Sul não só em termos económicos, mas também em termos de política internacional, só poderá trazer vantagens aos países do Sul, reforçando a sua posição no quadro das relações internacionais. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/007/0097 - Intervenção - O Papel dos Actores Externos em Angola: Investimento e Ajuda Internacional, Agostinho Pereira de Miranda . O presente documento resume a intervenção de Agostinho Pereira de Miranda na Sessão O Papel dos Actores Externos em Angola: Investimento e Ajuda Internacional da Conferência “Diplomacia, Cooperação e Negócios - O papel dos actores externos em Angola”. Neste, são analisadas algumas características de empresas internacionais como exemplos para as empresas portuguesas, às quais lhes faltam, por vezes, capacidade ou recursos. É assim proposta uma nova metodologia: a da transparência. O sector petrolífero oferece lições difíceis de pôr em prática, mas não impossíveis, ao empresariado português e aos dirigentes portugueses, sobre como apoiar, no plano político e no plano da cooperação, os esforços das empresas portuguesas. Hoje em dia, contudo, o modo de crescimento das empresas chinesas vem perturbar esta lógica. 2006-03-27 / 2006-03-28

D. PT/ADN/IEEI/007/0098 - Painel de discussão: a concertação entre diplomacia, cooperação e negócios, por Duarte Ivo Cruz . A atuação da Agência Portuguesa para o Investimento não se limita à angariação de capital estrangeiro. Passa também por outras atividades como atribuição de contrapartidas pelo acompanhamento de investimento português no estrangeiro. Trata-se de participar na harmonização de todo o segmento externo da economia portuguesa e da diplomacia económica. Fazendo uma abordagem global, as relações de Portugal com os países CPLP são definidas em três planos: é uma questão de assistência humanitária ou de cooperação para o desenvolvimento; o plano empresarial, dá agora um grande passo com a criação da SOFID, que é claramente uma negociação empresa a empresa num quadro das relações Estado a Estado; a cooperação cultural e científica, e um lastro histórico baseado numa diplomacia de afetos. A estes aspetos são acrescentados dois pontos mais específicos: a necessidade de desenvolver os instrumentos e acordos internacionais em que cada um dos países está inserido; e dar relevância a uma dimensão científica e técnica. 2006-03-27 / 2006-03-28

D. PT/ADN/IEEI/007/0099 - Papel dos actores externos em moçambique: investimento e ajuda internacional, por Leonardo Simão . A vida política, económica e social em Moçambique depois da Independência tem sido marcada por grandes desafios: a busca e consolidação da paz; uma reforma constitucional de grande vulto; a introdução de reformas do sistema legal e do sistema do Estado; a promoção do investimento doméstico e externo, a redução encorajadora dos níveis de pobreza. Como resultado destas reformas, a economia do país tem vindo a crescer. Estes sucessos têm sido resultado, evidentemente, dos esforços continuados dos moçambicanos no desenho e implementação das políticas nacionais. Mas também dos apoios internacionais que o país tem sabido utilizar e enquadrar. Neste contexto, o presente documento pretende averiguar qual tem sido a estratégia no país da utilização desses recursos, e como se caracteriza o relacionamento com os seus parceiros. 2006-03-27 / 2006-03-28

D. PT/ADN/IEEI/007/0100 - As lógicas de actuação externa em angola e moçambique, por Stéphane Toulet . O texto começa por esclarecer que apesar de França não ser um ator chave nas relações com Moçambique e Angola da mesma forma que Portugal, estes estão incluídos no primeiro círculo da sua política de cooperação, encontrando-se na “zone de solidarité prioritaire”. Após este ponto inicial, e começando por Moçambique e terminando com o caso de Angola, o texto expressa a visão que França tem sobre estes dois países, o que está em jogo neles na perspetiva de França e termina com uma análise da ação francesa neles. 2006-03-27 / 2006-03-28

D. PT/ADN/IEEI/007/0101 - As lógicas de actuação externa em angola e moçambique: Espanha, por Antonio Benedito Gaspar . O presente documento transcreve a intervenção de Antonio Benedito Gaspar na Conferência “Diplomacia, Cooperação e Negócios - O papel dos actores externos em Angola”. Analisa-se o novo paradigma da perspetiva e relações de Espanha com África, no geral, e Angola e Moçambique, em particular, numa altura em que estes países constituem também casos exemplares da emergência de uma nova África. No plano político, este novo olhar de Espanha vai concentrar-se em países considerados estratégicos, parceiros tradicionais como Angola e Moçambique, juntamente com outros naturalmente, mas em Angola e Moçambique há uma realidade de fundo. Para além do plano político são, ainda, sublinhadas as questões culturais e económicas da política de cooperação e das relações entre estes países. 2006-03-27 / 2006-03-28

D. PT/ADN/IEEI/007/0102 - O papel dos actores externos em Angola: investimento e ajuda internacional, por Assunção Sousa dos Anjos . A diplomacia partilha com os agentes económicos e do desenvolvimento as mesmas preocupações, mas com uma abordagem e linguagem diferentes. Deste modo, o desenvolvimento económico e social e as interdependências propiciadas pela globalização repercutem-se na diplomacia. Assim, a atividade da nova diplomacia global passa a prosseguir objetivos

concretos dirigidos ao desenvolvimento económico, à captação de investimento, à promoção empresarial e à competitividade no mercado internacional, procurando criar melhores condições para o desenvolvimento económico, trabalhando com estruturas reguladoras multilaterais e também construir uma imagem credível do seu próprio país e das suas empresas. Partindo deste novo paradigma diplomático e de cooperação, o texto procura, então, saber qual o papel a desempenhar pelos atores externos em Angola. Para uma política de cooperação que evite dependências e possibilite as capacidades dos países recetores é necessário, portanto o respeito pelos princípios da Reciprocidade, da Adequação, da Economia da otimização dos recursos, da Interatividade e da Alternativa. 2006-03-27 / 2006-03-28

D. PT/ADN/IEEI/007/0103 - A ajuda ao desenvolvimento: o papel dos agentes externos em Angola, por Fernando Pacheco . A cooperação para o desenvolvimento é usualmente percebida como uma cooperação de sentido único em que um dá e o outro recebe. No entanto, alguns autores têm vindo a desprovar isto, tendo, ainda, os atores de agências multilaterais ou de ONGs internacionais um desconhecimento sobre a realidade dos países recetores. As críticas têm, em regra, fundamento, pois a forma como a cooperação traduz pouco respeito pelas necessidades e prioridades dos recetores. Neste quadro, são analisados os números sobre os desembolsos dos principais doadores, sobre a ajuda humanitária e sobre os principais financiadores dos projetos agrícolas em curso em 2005. Finalmente são feitas algumas sugestões sobre os objetivos e princípios que devem regular a cooperação para o desenvolvimento tendo em conta, em particular, o caso Angolano. 2006-03-27 / 2006-03-28

D. PT/ADN/IEEI/007/0104 - O papel dos actores externos em Angola: Investimento e ajuda internacional, por Fernando Pacheco . A presente comunicação, fruto de um background paper elaborado para a mesma conferência, “A ajuda ao desenvolvimento: o papel dos agentes externos em Angola”, reflete sobre a cooperação para o desenvolvimento em Angola e as relações entre os países doadores e a ajuda ao desenvolvimento em Angola. Para tal, passa de um quadro geral sobre a deficiência desta ajuda para o desenvolvimento que assenta, muitas vezes, numa ignorância sobre a realidade dos países recetores, para a análise dos números sobre os desembolsos dos principais doadores, sobre a ajuda humanitária e sobre os principais financiadores dos projetos agrícolas em curso em 2005. Finalmente são feitas algumas sugestões sobre os objetivos e princípios que devem regular a cooperação para o desenvolvimento tendo em conta, em particular, o caso Angolano. 2006-03-27 / 2006-03-28

D. PT/ADN/IEEI/007/0105 - Painel de discussão: a concertação entre diplomacia, cooperação e negócios, por Francisco Mantero . As duas realidades essenciais que motivam o desenvolvimento são o Investimento Direto Estrangeiro – IDE - (no plano dos Negócios) e a Ajuda Pública ao Desenvolvimento – APD - (no plano da Cooperação). A APD é menos de metade do IDE havendo um papel altamente relevante para o Desenvolvimento e para o sucesso dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio do lado dos capitais privados. Apesar deste volume de recursos, o Banco Mundial estima que para que os ODM sejam cumpridos no prazo estabelecido pelas Nações Unidas. Deste quadro da priorização das ações da ajuda externa destaca-se o capital humano e a relação entre o capital financeiro necessário para o desenvolvimento e o capital humano. Deste modo, tanto do lado da APD como do IDE, deve haver uma ação mais forte sobre a melhoria da capacitação do capital humano, que se relaciona, por sua vez, com a necessidade de accountability da ajuda e do papel da diplomacia nesta. 2006-03-27 / 2006-03-28

D. PT/ADN/IEEI/007/0106 - Painel de discussão: a concertação entre diplomacia, cooperação e negócios, por José Lamego . O presente texto tem por objetivo caracterizar a cooperação portuguesa e as deficiências da diplomacia no âmbito económico no que diz respeito à sua presença, essencialmente, em Moçambique e Angola. Para tal, a cooperação portuguesa é caracterizada, por um lado, pela concentração da ajuda num conjunto de países que resultam da descolonização; e, por outro, por um modelo de cooperação de predominância bilateral. Uma característica negativa é a excessiva pulverização dos projetos de cooperação. Outra questão é a da confusão recorrente entre aquilo que é Ajuda Pública ao Desenvolvimento e o que é internacionalização de empresas. Para além disso, apesar de haver uma presença significativa no setor financeiro, mas a muito curto-prazo. Falta, ainda, aproveitar os fatores geoestratégicos de Angola e Moçambique na região. Conclui-se, assim, que apesar de sempre se ter feito diplomacia económica, esta possui deficiências na atuação nas instituições multilaterais e têm uma insuficiente cultura económica. 2006-03-27 / 2006-03-28

D. PT/ADN/IEEI/007/0107 - As lógicas de atuação externa em Angola e Moçambique: A Política Externa e de Cooperação Brasileira em relação à África, por Lauro Moreira . Esta comunicação pretende refletir sobre a prioridade conferida pela política externa brasileira ao progressivo fortalecimento dos vínculos do Brasil com os países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, nestes incluídos Angola e Moçambique, bem como sobre a Cooperação Técnica Internacional desenvolvida pelo Brasil. Conclui-se que, no contexto de uma variedade de abordagem à cooperação que o Brasil, Angola, Moçambique e os demais países da CPLP caminham juntos, com a mesma percepção de que é necessário mudar os conceitos, as estratégias e os procedimentos. A discussão aqui exposta pretende, assim, contribuir para o aprofundamento desta visão moderna da cooperação técnica, exemplo a ser assumido pelos demais atores internacionais, tanto no plano bilateral quanto no âmbito

multilateral, fundado numa parceria transparente e em projetos vinculados às reais prioridades e demandas nacionais de desenvolvimento. 2006-03-27 / 2006-03-28

D. PT/ADN/IEEI/007/0108 - Papel dos actores externos em Moçambique: investimento e ajuda internacional, por Miguel Costa Mkaima . A cooperação entre Portugal, Moçambique e Angola tem uma longa história e enfrenta hoje a necessidade de reativação e reformulação. Os dados apresentados pelo estudo do IEEI apontam para a necessidade de uma nova postura face às questões da cooperação, tanto na vertente bilateral como na multilateral. Este novo paradigma da cooperação deve, deste modo, assentar em princípios universais, e que é largamente facilitada pelos valores históricos e culturais comuns, promovendo o desenvolvimento sustentável – particularmente na sua vertente económica. Baseando-se, ainda, no estudo levado a cabo pelo IEEI relativamente a este tema, sublinha-se a dimensão cultural da cooperação, a necessidade de garantir projetos estruturantes no âmbito do investimento externo. 2006-03-27 / 2006-03-28

D. PT/ADN/IEEI/007/0109 - La llegada de lo “social” a la agenda de la relación de la Unión Europea con México y América Latina (A chegada do “social” à agenda das relações da União Europeia com o México e a América Latina), por Lorena Ruano . O “social” chegou à agenda das relações da União Europeia com o México e a América Latina: porquê, o que significa, e que implicações tem para a relação e a sua análise? De modo a responder a estas questões, este artigo procura, em primeiro lugar, distinguir conceptualmente entre as várias componentes do “social” – políticas sociais, coesão social e diálogo social –, uma vez que estas são frequentemente confundidas por estarem relacionadas. A segunda secção explora possíveis explicações para a inclusão de aspetos “sociais” na relação e propõe-se a clarificar o seu significado, distinguindo a relação da UE com o México da relação com a América Latina e as Caraíbas. A terceira e última parte aponta para alguns dos desafios estruturais colocados pelo diálogo social UE-México, centrando-se na própria natureza dos atores envolvidos. 2006-03-02 / 2006-03-03

D. PT/ADN/IEEI/007/0110 - EU- Indonesia: Necessary Actions (UE-Indonésia: Ações necessárias), por Nico Nordholt . A crise indonésia requer mais do que apenas programas de assistência de emergência. Este artigo aborda cenários possíveis que a crise pode causar no tecido social, liberdade política, e apresenta como alternativa uma perspectiva optimista. Relativamente à relação com a UE, aborda alguns dos possíveis planos de ação tanto como organização, como dos seus estados membros relativamente à situação na Indonésia. 1998-10-26 / 1998-10-27

D. PT/ADN/IEEI/007/0111 - The EU-Indonesia relations (As relações UE-Indonésia), por Eddi Hariyadhi . A crise asiática afetou especialmente a Indonésia. Este artigo analisa as possibilidades que a libertação do poder do Presidente Soeharto traz para a economia e para a sociedade e os maiores desafios imediatos, centrando-se nas relações Indonésia-UE e na resposta internacional à questão. 1998-10-26 / 1998-10-27

D. PT/ADN/IEEI/007/0112 - The future prospects for EU-Indonesian relations: From overcoming crises to share social responsibility (As perspetivas futuras para as relações UE-Indonésia: Da superação de crises à partilha da responsabilidade social), por Umar Juoro . A crise económica na Ásia afeta a Indonésia, que enfrenta vários desafios e pressões para estabilizar a crise económica. Este artigo adota uma abordagem sobre qual seria a melhor abordagem da UE a esta questão, qual é o foco das relações UE-Indonésia, e a importância do diálogo entre elas, salientando o papel da responsabilidade social. 1998-10-26 / 1998-10-27

D. PT/ADN/IEEI/007/0113 - Reconstruction of the Indonesian economy: roles for development cooperation (Reconstrução da economia indonésia: papéis para a cooperação para o desenvolvimento), por Djisman Simanjuntak . Este documento aborda a reconstrução da economia da Indonésia, tendo em conta os impactos a longo prazo da crise, as políticas de reconstrução, o ambiente internacional e a reinvenção da cooperação para o desenvolvimento. 1998-10-26 / 1998-10-27

D. PT/ADN/IEEI/007/0114 - Human Rights in East Timor: The EU as an external actor (Direitos Humanos em Timor Leste: A UE como actor externo), por Eilís Ward . Este documento examina o papel da União Europeia como ator externo na promoção dos direitos humanos em Timor Leste. O foco principal é a análise do lugar da questão de Timor na agenda da política externa europeia. 1998-10-26 / 1998-10-27

D. PT/ADN/IEEI/007/0115 - Contrasting pictures of EU-Indonesia relations: a perspective from Indonesia (Imagens contrastantes das relações UE-Indonésia: uma perspetiva da Indonésia), por Hermawan Sulisty . Este artigo trata da mudança e construção das relações entre a União Europeia e a Indonésia sob a perspetiva da Indonésia. Analisa como a Europa está

representada na Indonésia, que fatores contribuíram para isso, quais são as expectativas de construir um diálogo entre eles no futuro e também qual é a relação entre as organizações regionais: ASEAN-UE. 1998-10-26 / 1998-10-27

D. PT/ADN/IEEI/007/0116 - Anatomy of a Crisis (Anatomia de uma Crise), por Rosita Noer . O aspeto multifacetado da crise indonésia vai para além do sector político e a escala é tão grande que nenhum outro sector da vida está livre de impacto. Este artigo aborda o contexto histórico do fim do regime da Nova Ordem do Presidente Soeharto e a estrutura económica e política que se manteve, apresentando no final algumas perspetivas futuras. 1998-10-26 / 1998-10-27

D. PT/ADN/IEEI/007/0117 - Towards European Union and Asia 2000 (What role for external actors) (Rumo à União Europeia e Ásia 2000 (Que papel para os atores externos)), por Emil Salim . O desenvolvimento da Indonésia desde 1997 tem sido influenciado pela necessidade de lidar com a crise económica, social e política. Este artigo analisa estes aspetos e o papel dos atores externos na região, em particular da UE, China, Japão e EUA. Finalmente, destaca a cooperação entre a UE e a Ásia para 2000. 1998-10-26 / 1998-10-27

D. PT/ADN/IEEI/007/0118 - Relatório do Seminário: The relations between the European Union and Indonesia in the context of the Asian Crisis (Relatório do Seminário: As relações entre a União Europeia e a Indonésia no contexto da crise asiática), por IEEI . O presente documento constitui o relatório da conferência intitulada “The relations between the European Union and Indonesia in the context of the Asian Crisis”, realizada em 26 e 27 de outubro de 1998 em Haia. Aborda os objetivos da iniciativa, os participantes, programa, outras iniciativas para o futuro e as conclusões. 1998-10-26 / 1998-10-27

D. PT/ADN/IEEI/007/0119 - The European Union, East Timor and Indonesia: Shaping a new future (A União Europeia, Timor Leste e Indonésia: Moldar um novo futuro), por José Ramos-Horta . Este documento relata um breve contexto das relações entre Timor Leste e a Indonésia, referindo-se às mudanças e expectativas esperançosas para o futuro. Discute as medidas de política externa adotadas por Xanana Gusmão com as suas visitas internacionais. Finalmente, refere-se à relação com Portugal e, por extensão, com a UE, em termos da semelhança dos direitos e valores humanos. 2000-05-01 / 2000-05-01

D. PT/ADN/IEEI/007/0120 - Valores, Objectivos e Políticas da União, por Andreia Oliveira . Um dos valores estruturantes do projeto europeu foi sempre a prestação de auxílio, sendo essencial que esta postura solidária coincida com as outras políticas comunitárias. Nesta conformidade, muitos dos seus esforços revertem a favor dos países em desenvolvimento, ao seu progresso económico e social e consequente inserção na economia mundial. A luta contra a pobreza surge como uma das suas prioridades, agindo em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, por sua vez promotores do desenvolvimento humano. É neste contexto que o presente texto reflete sobre os valores e os interesses da Política de Cooperação para o Desenvolvimento e da Política Externa da atuação comunitária da UE. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/007/0121 - As Fronteiras da Europa – A Europa no Mundo, por Maria João Pinto . O presente texto apresenta e expõe o trabalho realizado pelo projeto As Fronteiras da Europa – A Europa no Mundo, projeto da ACEP – Associação para a Cooperação Entre os Povos, realizado com o apoio financeiro da Representação da CE em Portugal. Este incluiu um ciclo de três debates, articulados com uma exposição fotográfica realizada a partir do trabalho de organizações cabo-verdianas. Será realizada uma. O objetivo geral do projeto é promover, de forma descentralizada, a reflexão e elaboração de propostas sobre políticas da UE, que possam contribuir para a construção de uma Europa mais solidária e inclusiva, cruzando um conjunto diversificado de olhares. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/007/0122 - A ajuda ao desenvolvimento: o papel dos agentes externos em Angola, por Fernando Pacheco . O presente texto reflete sobre a cooperação para o desenvolvimento em Angola e o comportamento dos países chamados “dadores”. As considerações expressas baseiam-se em reflexões que têm sido realizadas no âmbito da ADRA – Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente. Começa por apresentar uma revisão do estado de arte e daquilo que tem caracterizado a ajuda ao desenvolvimento, seguindo para uma leitura dos números sobre os comportamentos dos doadores relativamente à ajuda a Angola. Seguidamente são feitas algumas sugestões para uma boa política de cooperação para Angola. Finalmente é discutido o papel de Portugal, principalmente no que diz respeito ao processo de paz. 01-01-2006 / 31-12-2006

D. PT/ADN/IEEI/007/0123 - Actores externos, por Miguel Santos Neves e António Raimundo . O presente texto reflete sobre a política externa de uma série de países, nomeadamente no que diz respeito à diplomacia, à cooperação e aos negócios, aos quais se acompanham algumas breves notas sobre a apreciação geral do sistema desses países. São, assim, analisadas as

políticas de ação externa de África do Sul, do Brasil, da China, de Espanha, dos Estados Unidos da América, de França, do Reino Unido, da Rússia e da Suécia. 01-01-2006 / 31-12-2006

D. PT/ADN/IEEI/007/0124 - Eléments sur l'action extérieure française au mozambique et au angola (Elementos sobre a acção externa francesa em Moçambique e Angola), por Stéphane Toulet . O presente texto sistematiza a ação externa francesa sobre Moçambique e Angola, dois países de língua portuguesa no primeiro círculo de cooperação francesa, a Zona de Solidariedade Prioritária (PSZ). Começa, assim, por comparar os dois países no que diz respeito à sua geografia, economia e política, passando para aquelas que são as questões para França no que diz respeito à cooperação para o desenvolvimento nestes dois países. 01-01-2006 / 31-12-2006

D. PT/ADN/IEEI/007/0125 - A Resposta Política e de Desenvolvimento da União Europeia na Guiné-Bissau, por Patrícia Magalhães Ferreira e Sérgio Guimarães . Após o conflito que em 1998 destruiu a maior parte das infraestruturas económicas e sociais básicas, a comunidade internacional de doadores encontra-se atualmente numa fase de retoma da cooperação e de implementação de programas de desenvolvimento a mais longo-prazo na Guiné-Bissau. O governo guineense encontra-se perante enormes desafios. Os altos níveis de pobreza, o ambiente político volátil, o funcionamento irregular e a falta de capacidade das instituições públicas, e a forte influência da dimensão regional, são alguns dos constrangimentos a ser considerados nas intervenções dos doadores. Neste contexto, apresentam-se vários desafios para a comunidade internacional, incluindo a União Europeia. Para a Comissão Europeia, o maior desafio está em aproveitar a oportunidade de utilizar em pleno o potencial de desenvolvimento representado pelo novo Acordo de Cotonou, por forma a apoiar a Guiné-Bissau nos seus esforços de ultrapassar os problemas políticos e socioeconómicos. 01-07-2001 / 31-07-2001

D. PT/ADN/IEEI/007/0126 - Inclusão e democratização – A contribuição da europa e da américa latina para a paz e a estabilidade: Relançar as relações Europa-América Latina num Novo Contexto Global, por Alexandra Barahona de Brito . O principal objetivo da edição de 2004 do Forum Euro-Latino-Americano foi a análise do atual momento das relações entre a União Europeia e o Mercosul, à luz das mudanças que estão a ter lugar, tanto na Europa como na América Latina, e debater as perspectivas de uma mais ampla cooperação. Este Forum enquadrou-se no projeto sobre Investimentos, Inovação e Mutações Sociais que o IEEI desenvolveu, com a finalidade de procurar saber qual o lugar da inovação nos processos de integração regional e no desenvolvimento, com base na comparação das experiências da União Europeia e do Mercosul, no plano regional, e de Portugal e Brasil, no plano nacional. 12-10-2004 / 13-10-2004

D. PT/ADN/IEEI/007/0127 - Seminário “Investimentos, Inovação e Mutação Social”, por IEEI . O presente texto sintetiza as intervenções dos oradores do seminário “Investimentos, Inovação e Mutação Social” no Porto. A sessão de abertura serviu de apresentação do projeto e do contexto sobre as quais se fala das relações entre Portugal e o Brasil, e, em termos regionais, entre a União Europeia e o Mercosul. Seguiram-se considerações sobre os investimentos portugueses no Brasil e vice-versa e a apresentação e discussão da versão preliminar do relatório do projeto “Investimentos, Inovação e Mutações Sociais”. A última sessão incidiu sobre a questão da Estratégia de Lisboa e as relações União Europeia-Mercosul, à qual se seguiu uma mesa redonda destinada à apresentação das conclusões e recomendações alcançadas no âmbito do projeto. 02-02-2004 / 02-02-2004

D. PT/ADN/IEEI/007/0128 - Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa, por Rita Pais . A falta de uma orientação estratégica clara tem sido a crítica mais apontada à Cooperação Portuguesa. Com efeito, à medida que aumenta o peso da responsabilidade de cada país no combate à pobreza mundial, tem-se tornado evidente que a eficácia do sistema de cooperação português está aquém do desejável. O novo documento estratégico pensado pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação pretende dar resposta a essa lacuna. Na senda do documento de 1999 - A Cooperação Portuguesa no limiar do Século XXI - a nova estratégia reforça algumas ideias já definidas, mas introduz também inovações importantes. A principal preocupação do documento parece ser a necessidade de uma maior coordenação dos esforços e iniciativas de cooperação nacionais e internacionais. Em relação à versão de 1999, a Visão Estratégica apresenta outros pontos fortes, como sejam a valorização da Língua Portuguesa e do espaço lusófono, a concentração das decisões políticas e administrativas, ou a abordagem “Bi-Multi”. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/007/0129 - Commitment to Development Index – o que estão a fazer os mais ricos para o desenvolvimento do mundo, por Sílvia Lima . Pelo terceiro ano consecutivo, o Center for Global Development e a revista Foreign Policy publicaram, em finais de agosto, o relatório sobre o índice de compromisso para com o desenvolvimento - Commitment to Development Index (CDI). O índice hierarquiza, numa escala de zero a dez pontos, os 21 países mais desenvolvidos segundo as decisões políticas tomadas (e não o seu impacto) em prol do desenvolvimento dos países mais pobres do mundo. Numa altura em que os líderes mundiais se reúnem em Nova Iorque para decidirem, entre outras questões, que ações tomar para combater a

pobreza, importa olhar os resultados deste relatório sobre o CDI. Neste seguimento, o presente documento reflete sobre estes mesmos resultados, procurando, num primeiro momento responder à questão de como é calculado o CDI e, num segundo momento, olhando para os resultados portugueses numa visão comparativa. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/007/0130 - Factos e dados da cooperação portuguesa, por IEEI . Portugal assume-se, pela sua posição geográfica e pela sua história, como um ponto de encontro entre civilizações e continentes e, neste contexto, um dos principais desafios que se lhe colocam no início do novo milénio é o de encontrar as melhores formas de articular a sua integração na UE com as relações com países e comunidades de língua portuguesa no Mundo, bem como com outros povos e regiões aos quais nos ligam já, em alguns casos, séculos de história. A política de cooperação para o desenvolvimento, enquanto vetor essencial da política externa portuguesa assume um significado estratégico particular, na medida em que constitui um elemento de afirmação de uma identidade própria na diversidade europeia. O presente texto analisa quais os princípios orientadores, objetivos e prioridades da política de cooperação portuguesa no início do milénio, o balanço e perspectivas para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento do Estado português e a cooperação bilateral com cada um dos países africanos lusófonos. 01-01-2000 / 31-01-2000

D. PT/ADN/IEEI/007/0131 - Organização do sistema da cooperação, por IEEI . A execução da política de cooperação para o desenvolvimento assente num modelo descentralizado no qual participam os órgãos de soberania, quase todos os departamentos públicos, empresas do Estado, entidades privadas com ou sem patrocínio político ou financiamento público. Ao Ministério dos Negócios Estrangeiros cabe, essencialmente, a tarefa de conduzir esta política, coordenando a sua execução. Neste modelo assume particular relevância o reforço dos mecanismos de coordenação, controlo e avaliação. Neste contexto, a Instituição da Cooperação Portuguesa é o órgão central de coordenação da política de cooperação. Ao mesmo tempo, foi criada a Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento, a qual está vocacionada para a promoção de iniciativas de natureza diversa no âmbito da cooperação. 01-01-2000 / 31-01-2000

D. PT/ADN/IEEI/007/0132 - Prioridades da presidência portuguesa da UE na cooperação para o desenvolvimento, por IEEI . Portugal assume a presidência da União Europeia num momento de especial importância para o aprofundamento da cooperação para o desenvolvimento da UE. É o fim do “ciclo de Lomé” e o início de um novo ciclo onde se adivinha continuidades e novidades no relacionamento entre a UE e os seus parceiros de África, da Caraíbas e do Pacífico. É, acima de tudo, um momento de reflexão sobre mais de três décadas de cooperação, sobre os resultados – em muitos casos pouco satisfatórios – desta cooperação, e sobre os instrumentos com que se trabalha. Começando por sublinhar os objetivos propostos pela presidência portuguesa, o presente texto reflete sobre algumas das áreas que serão privilegiadas pela presidência portuguesa, nomeadamente, a nova parceria com África; a promoção de uma posição própria e coerente da UE nas principais discussões internacionais sobre o desenvolvimento; o aprofundamento da coordenação, da complementaridade e da coerência do papel da UE na matéria de desenvolvimento; o acordo pós-Lomé; e Timor-Leste. 01-01-2000 / 31-01-2000

D. PT/ADN/IEEI/007/0133 - A África que não existe (II), por Fernando Jorge Cardoso . Devastada por guerras e doenças, a África subsariana luta por sobreviver num clima de instabilidade política que impede o seu (mínimo) desenvolvimento. Face à predominância das situações de crise humanitária, de carência e destruição de infraestruturas e de insegurança e instabilidade política, qual o papel dos atores externos e, particularmente, da cooperação internacional? Esta questão suscita uma outra, prévia, que tem a ver com o papel dos atores internos. 01-02-2001 / 28-02-2001

D. PT/ADN/IEEI/007/0134 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O presente texto discorre brevemente sobre aqueles assuntos que marcaram a imprensa internacional até fevereiro de 2003, nomeadamente aqueles que se debruçaram sobre a questão da invasão do Iraque. John Mearsheimer e Stephen Walt argumentam, na Foreign Policy, que Saddam Hussein não representa uma ameaça que justifique uma guerra num artigo intitulado “Uma guerra desnecessária”. Fouad Ajami argumenta, na Foreign Affairs, que apesar de a intervenção ao Iraque poder vir a gerar um certo anti-americanismo junto dos árabes, “a América deve ser capaz de viver com essa desconfiança”. Na revista Survival, Charles Tripp avalia as dificuldades que os americanos poderão enfrentar no terreno após a eventual queda do regime de Bagdad. Já Anders Strindberg escreve na Jane’s que, ao decidir atacar o Iraque, contra as resoluções das Nações Unidas, Washington está a levar a Síria e as facções mais radicais palestinianas a criarem laços mais estreitos com Bagdad. 2003-02-01 / 2003-02-28

D. PT/ADN/IEEI/007/0135 - O que vai mal no Mercosul?, por Félix Peña . O Mercosul dirige mal os seus frequentes diferendos comerciais. Como já aconteceu noutras ocasiões, também agora os diferendos geram grandes tensões. Desorientam a opinião pública, que recebe mensagens contraditórias entre uma aliança épica cheia de virtudes e os conflitos, hoje causados por frigoríficos, ontem por têxteis e calçado, amanhã, quem sabe, por automóveis. Bom é que os diferendos se diluem rapidamente e deixam de ser notícia. Mau é que contribuem para a lenta erosão da imagem do Mercosul e aumentam o seu descrédito. É

ainda pior se os membros não têm – e não parecem ter – um plano B. Impõe-se, assim, uma discussão serena e um diagnóstico preciso. O que vai mal no Mercosul? A ideia estratégica ou a forma de a levar adiante?. 2004-09-01 / 2004-10-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0136 - Forum Euro-Latino-Americano, por IEEI . O Forum Euro-Latino-Americano realizou-se pela primeira vez em 1990, em São Paulo, e encontra-se, aquando da celebração dos vinte anos de existência do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, na sua sexta edição, perfazendo dez anos de atividade. O presente documento introduz a iniciativa do IEEI e resume brevemente o escopo das suas edições passadas. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0137 - Programa Forum Euro-Latino-Americano Lisboa: Investimentos, Inovação e Mutações Sociais, por IEEI . O presente documento contém o programa do VII Forum Euro-Latino-Americano, sobre o tema “Investimentos, Inovação e Mutações Sociais”, co-organizado pelo IEEI, entre 12 e 13 de outubro de 2004 em Lisboa. O principal objetivo da edição de 2004 do Forum Euro-Latino-Americano foi a análise do atual momento das relações entre a União Europeia e o Mercosul, à luz das mudanças que estão a ter lugar, tanto na Europa como na América Latina, e debater as perspectivas de uma mais ampla cooperação. 2004-10-12 / 2004-10-13

D. PT/ADN/IEEI/007/0138 - Programa Forum Euro-Latino-Americano Porto: Investimentos, Inovação e Mutações Sociais, por IEEI . O presente documento contém o programa do VII Forum Euro-Latino-Americano, sobre o tema “Investimentos, Inovação e Mutações Sociais”, coorganizado pelo IEEI, a 2 de fevereiro de 2004 no Porto. O principal objetivo da edição de 2004 do Forum Euro-Latino-Americano foi a análise do atual momento das relações entre a União Europeia e o Mercosul, à luz das mudanças que estão a ter lugar, tanto na Europa como na América Latina, e debater as perspectivas de uma mais ampla cooperação. 2004-02-02 / 2004-02-02

D. PT/ADN/IEEI/007/0139 - Programa Forum Euro-Latino-Americano: Portugal / Brasil no Contexto das Relações UE – Mercosul, por IEEI . O presente documento apresenta o programa de uma das sessões que compôs o Forum Euro-Latino-Americano de 2003/2004, sobre o tema geral de “Mutações Políticas, Investimentos e Inovação”. A sessão a que se refere este documento subordinou-se ao tema da relação entre Portugal e o Brasil no Contexto das Relações UE-Mercosul e aconteceu em São Paulo, em 15 de setembro de 2003. 2003-09-15 / 2003-09-15

D. PT/ADN/IEEI/007/0140 - Lista de participantes – A África e a Europa: Resolução de conflitos, governação e integração regional, por IEEI. O presente documento contém a lista de participantes da Conferência “A África e a Europa: Resolução de conflitos, governação e integração regional”, organizada pelo IEEI, no Hotel Tivoli Tejo, entre 30 e 31 de maio de 2005, em colaboração com o European Centre for Development Policy Management (ECDPM), e com o patrocínio do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD). O objetivo desta conferência foi debater as questões e os desafios centrais que se colocam ao continente africano e as possíveis respostas europeias, por forma a aprofundar o nível de reflexão sobre os principais temas do diálogo euro-africano, que atualmente se desenrola ao nível institucional. 2005-05-30 / 2005-05-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0141 - Lista de participantes - Os Desafios das Relações Europa-África: Uma Agenda de Prioridades, por IEEI . O presente documento contém a lista de participantes da Conferência Internacional “Os Desafios das Relações Europa-África: Uma Agenda de Prioridades”, organizada pelo IEEI, no Hotel Tivoli Tejo, entre 23 e 24 de outubro de 2003. A conferência tinha por objetivo debater as questões e os desafios centrais que se colocam ao continente africano e as possíveis respostas europeias, por forma a definir uma agenda de prioridades para as relações entre os dois continentes a longo-prazo. O debate desenrolou-se em três temas específicos – Cooperação para o Desenvolvimento, Conflitos e Segurança, Governação e Direitos Humanos -, os quais representam as grandes áreas de debate no quadro do diálogo Europa-África. 2003-10-23 / 2003-10-24

D. PT/ADN/IEEI/007/0142 - Programa VIII Forum Euro-Latino-Americano – Multilateralismo Eficaz: Desafios Regionais e Globais, por IEEI . O presente documento contém o programa do VIII Forum Euro-Latino-Americano coorganizado pelo IEEI, em Lisboa entre 2 e 3 de março de 2006. Sob o título “Multilateralismo Efectivo: Desafios Regionais e Globais”, o VIII Forum estruturou-se em cinco sessões plenárias e quatro sessões temáticas. Durante as sessões plenárias foram abordados temas como os atuais desafios para a construção europeia, a evolução dos processos de integração na América Latina, as negociações entre a União Europeia e o Mercosul, o papel destes dois projetos de integração regional em relação à sua vizinhança, bem como as suas visões respetivas sobre como conciliar coesão social e competitividade. No âmbito das sessões temáticas foram tratadas questões específicas como os desafios colocados pela emergência da China, a cooperação judicial no combate à criminalidade transnacional, os processos de estabilização no Haiti e na Colômbia, e a problemática das migrações. 2003-03-02 / 03-03-200

D. PT/ADN/IEEI/007/0143 - Conference Programme – Southeast Asia and the European Union: Challenges and Opportunities, (Programa da Conferência – Sudeste Asiático e a União Europeia: Desafios e Oportunidades) por IEEI . O presente documento contém o programa da Conferência “Southeast Asia and the European Union: Challenges and Opportunities”, organizada pelo IEEI, em Lisboa, no dia 3 de junho de 2004. Na conferência debateu-se a questão das novas prioridades de segurança no sudeste asiático; a transição política dos países da ASEAN e o seu impacto na UE; e as relações entre os blocos regionais da ASEAN e da União Europeia. A conferência contou com a participação de Ali Alatas, Tim Huxley, Ana Gomes, José Ramos Horta, António Barbedo Magalhães, Aldo Dell’Ariccia, Emídio Veiga Domingos e Miguel Santos Neves. 2004-06-03 / 2004-06-03

D. PT/ADN/IEEI/007/0144 - Cooperação para o Desenvolvimento e as Relações UE-África, por IEEI, ECDPM e IPAD . Desde 1997 que o IEEI colabora com o European Centre for Development Policy Management (ECDPM), em Maastricht, no debate e investigação sobre as questões da cooperação europeia para o desenvolvimento e do Acordo de Parceria UE-ACP, com especial destaque para o relacionamento entre os continentes europeu e africano. O projeto “Cooperação para o Desenvolvimento e as Relações UE-África”, financiado pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), abrange o período 2007-2008 e tinha por objetivo o relançamento e reforço do interesse pelos temas da cooperação para o desenvolvimento e das relações com o continente africano, em Portugal e nos países africanos lusófonos. Tendo em conta, como enquadramento, a Presidência Portuguesa da UE no segundo semestre de 2007, o presente documento traça as áreas de afeção das atividades do projeto. 2007-01-01 / 2007-01-01

D. PT/ADN/IEEI/007/0145 - Opportunities and challenges of the implementation of the Joint Africa-EU Strategy (JAES) (Oportunidades e desafios da Implementação da Estratégia Conjunta África-UE), por Faten Aggad, Fernanda Faria e Andrew Sherriff . O presente documento resulta da apresentação conjunta para a Conferência “A Coerência de Políticas para o Desenvolvimento em Portugal” na Assembleia da República sobre as oportunidades e desafios da Estratégia Conjunta África-UE. Introduzindo a apresentação com um breve contexto da estratégia conjunta e com um tracejar das parcerias temáticas, a apresentação propõe uma avaliação da Estratégia Conjunta ao nível da parceria temática. Finalmente, apresenta alguns cenários para o futuro da Parceria. 2011-01-19 / 2011-01-19

D. PT/ADN/IEEI/007/0146 - Programa Conferência “Os Desafios das Relações Europa-África Uma Agenda de Prioridades”, por IEEI . O presente documento contém o programa da Conferência “Os Desafios das Relações Europa-África: Uma Agenda de Prioridades”, organizada pelo IEEI, entre 23 e 24 de outubro de 2003. A conferência tinha por objetivo debater as questões e os desafios centrais que se colocam ao continente africano e as possíveis respostas europeias, por forma a definir uma agenda de prioridades para as relações entre os dois continentes a longo-prazo. O debate desenrolou-se em três temas específicos – Cooperação para o Desenvolvimento, Conflitos e Segurança, Governação e Direitos Humanos -, os quais representam as grandes áreas de debate no quadro do atual diálogo Europa-África. O debate pretendia, assim, contribuir para identificar as tendências, dificuldades, desafios e oportunidades deste processo de diálogo. 2003-10-23 / 2003-10-24

D. PT/ADN/IEEI/007/0147 - Resumo das Questões em Debate – Seminário, As Relações Externas de Cabo Verde: O caso da União Europeia, por IEEI . O IEEI, o European Centre for Development Policy Management (ECDPM) e o Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) têm vindo a desenvolver desde 1998 uma cooperação estreita que se tem materializado numa diversidade de ações e projetos de investigação conjuntos relativos à cooperação entre a União Europeia e os Estados ACP. No âmbito desta cooperação, realizou-se na Cidade da Praia, nos dias 13 e 14 de dezembro de 2002, um seminário com o objetivo central de debater as questões relativas ao relacionamento externo de Cabo Verde, em particular com a União Europeia, ao nível multilateral e bilateral. O presente documento apresenta um resumo das temáticas abordadas no decurso do seminário. O seminário permitiu clarificar posições e reforçar o conhecimento mútuo relativamente às questões relacionadas com a política de cooperação da UE em geral. 2002-12-13 / 2002-12-14

D. PT/ADN/IEEI/007/0148 - Cabo Verde: Governação e Desenvolvimento, por Jaime Lourenço e Colm Foy . O presente texto foi produzido como documento de trabalho pelo o Centro de Desenvolvimento da OCDE e utilizado no contexto do Seminário “As Relações Externas de Cabo Verde: O Caso da União Europeia”. O presente Relatório insere-se nas atividades constantes do Programa de Trabalho do Centro de Desenvolvimento da OCDE, relativo ao tema Globalização e Governação. No âmbito do tema central do seu programa de trabalho, Globalização e Governação (G&G), o Centro de Desenvolvimento da OCDE tem vindo a desenvolver esforços no sentido de identificar pistas e mecanismos comuns de apoio aos países em vias de desenvolvimento de modo a que estes possam promover uma interação positiva entre aqueles dois fenómenos. Uma das pistas identificada aponta para o papel fundamental que tem o sector privado para dar às populações meios de responder aos desafios da globalização, o título duma das atividades incluídas no programa do trabalho sobre G&G. 2002-09-17 / 2002-09-17

D. PT/ADN/IEEI/007/0149 - Brochura Seminário “As Relações Externas de Cabo Verde: O Caso da União Europeia”, por IEEI . O IEEI, o European Centre for Development Policy Management (ECDPM) e o Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) têm vindo a desenvolver desde 1998 uma cooperação estreita que se tem materializado numa diversidade de ações e projetos de investigação conjuntos relativos à cooperação entre a União Europeia e os Estados ACP. No âmbito desta cooperação, realizou-se na Cidade da Praia, nos dias 13 e 14 de dezembro de 2002, um seminário com o objetivo central de debater as questões relativas ao relacionamento externo de Cabo Verde, em particular com a União Europeia, ao nível multilateral e bilateral. O presente documento é uma brochura desse seminário, contendo informações úteis sobre o seminário, bem como o programa deste. 2002-12-13 / 2002-12-14

D. PT/ADN/IEEI/007/0150 - Uma agenda de desenvolvimento global pós-2015: Arquitectura e eficácia da ajuda em perspectiva, por Patrícia Magalhães Ferreira . O IV Fórum de Alto-Nível sobre Eficácia da Ajuda reuniu-se em Busan, na Coreia do Sul, não só para avaliar os progressos realizados neste domínio – como resultado da implementação das Declarações de Paris de 2005 e da Agenda de Ação de Acra de 2008 -, mas também para definir alguns compromissos que nortearão a cooperação para o desenvolvimento nos próximos anos ao nível global. No entanto, a reunião só teria um impacto global se refletisse aqueles que são os principais desafios ao Desenvolvimento e as recentes evoluções na configuração da arquitetura mundial da ajuda ao desenvolvimento. Este texto faz uma análise global e geral da ajuda ao desenvolvimento no contexto atual. 2011-11-01 / 2011-11-30

D. PT/ADN/IEEI/007/0151 - Sessão de Debate: Portugal e os Desafios Atuais de Cooperação para o Desenvolvimento, por Patrícia Magalhães Ferreira . O Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI), em parceria com o Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL, organizou uma sessão de debate sobre a situação e os desafios da Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento. O debate teve lugar na manhã de 9 de julho de 2012 e pretendia refletir sobre o papel que vários atores – organismos governamentais, universidades, empresas, câmaras municipais e organizações não-governamentais – têm atualmente na cooperação portuguesa, face à conjuntura interna e internacional. O objetivo principal foi o de debater a situação atual e os desafios que se colocam à política de cooperação, tendo por base um documento de trabalho elaborado pelo IEEI. Os oradores entrevistaram e comentaram o documento na sua capacidade pessoal e não em representação de qualquer organismo ou instituição. O presente documento faz um resumo das principais questões abordadas. 2012-07-09 / 2012-07-09

D. PT/ADN/IEEI/007/0152 - A cooperação portuguesa para o desenvolvimento ou o primado da economia sobre o desenvolvimento?, por Fernanda Faria . O presente documento resulta de um texto publicado no jornal Diário de Notícias por uma investigadora do IEEI, Fernanda Faria. Neste, a autora reflete sobre o papel da cooperação portuguesa para o desenvolvimento. Como explica, a cooperação para o desenvolvimento tem sido um importante instrumento de visibilidade e de afirmação de Portugal no mundo. O esforço português nesta área tem sido reconhecido quer pelas instâncias internacionais, quer pelos países terceiros desta cooperação, essencialmente situados na área geográfica da lusofonia. No entanto, as dificuldades inerentes à crise económica ameaçam fazer reverter muitos dos ganhos dos últimos anos. A pergunta “porque havemos de ajudar os pobres de outros países quando temos tantos dentro do nosso próprio território” exprime uma visão protecionista e redutora da realidade. O texto procura desconstruir esta atitude protecionista, afirmando a cooperação portuguesa para o desenvolvimento como um vetor estratégico com valor próprio. 2011-09-01 / 2011-09-01

D. PT/ADN/IEEI/007/0153 - A New Deal for Fragile States? International Engagement After Busan (Novo acordo para Estados Frágeis? O Envolvimento Internacional após Busan), por Fernanda Faria . O presente texto resulta da contribuição de Fernanda Faria para o Grupo de Trabalho sobre paz e desenvolvimento, sobre um novo acordo para a eficácia da ajuda, do conflito e fragilidade no contexto do Busan. A apresentação está dividida em quatro partes, que tentam responder às seguintes questões: 1) O que há de novo no New Deal endossado em Busan? Os cinco Objetivos de Construção da Paz e Construção do Estado (PSGs) definidos no New Deal, bem como a abordagem Foco e Confiança, têm potencial para melhorar as respostas políticas em Estados frágeis?; 2) Quais são os principais desafios, tensões e dilemas para os atores externos (atores estatais e não estatais) na implementação do New Deal?; 3) Que papel para os atores da sociedade civil na implementação do New Deal?; e 4) Um novo capítulo no debate sobre os estados frágeis?. 2012-01-19 / 2012-01-19

D. PT/ADN/IEEI/007/0154 - Guia elementar de cooperação para o desenvolvimento, por IEEI . A luta contra a pobreza assume-se como uma responsabilidade de cada um no quadro da cidadania global, sendo uma questão de justiça social e um dever, num contexto mundial cada vez mais interdependente e globalizado. A importância da cooperação no seio das políticas públicas é inegável como forma de promover um mundo mais justo e equitativo. O presente guia tem por objetivo informar e sensibilizar sobre algumas questões essenciais da cooperação para o desenvolvimento em geral e da cooperação portuguesa em particular, advogando por uma ajuda ao desenvolvimento mais eficaz, sustentável e transparente. Pretende, assim, constituir-se como uma ferramenta útil para decisores políticos e para uma diversidade de outros intervenientes na cooperação portuguesa. 2012-01-01 / 2012-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0155 - Mesa Redonda - A Ligação Segurança - Desenvolvimento Contributos para uma Estratégia Nacional, por IEEI/IDN . O presente documento contém o programa da Mesa Redonda "A Ligação Segurança - Desenvolvimento Contributos para uma Estratégia Nacional", organizada conjuntamente pelo IEEI e pelo Instituto de Defesa Nacional, em Lisboa a 30 de abril de 2009. A sessão de debate restrita, entre atores diversificados, pretendia debater sobre o nexus segurança-desenvolvimento, procurando discutir a implementação de abordagens whole-of-government em Portugal e nos países parceiros, com especial enfoque no continente africano. 2009-04-30 / 2009-04-30

D. PT/ADN/IEEI/007/0156 - Os números e a agenda da Ajuda ao Desenvolvimento, por Patrícia Magalhães Ferreira . A revelação dos números da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) mundial em 2007, publicados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) no mês de abril, veio suscitar polémica e reações por parte de vários organismos oficiais e da sociedade civil. O presente texto reflete sobre a realidade destes números e a sua correspondência da situação real da diminuição da APD no geral, assim como os desafios que representa ao cumprimento dos compromissos internacionais assumidos. Debruça-se em particular sobre os números e ação europeus, e quais são aquelas áreas pela qual passa a agenda do Conselho Europeu em junho de 2008 – nomeadamente o aumento de recursos financeiros, uma maior eficácia da ajuda, uma maior coerência das políticas da UE e a ajuda ao comércio. Reflete ainda sobre a conjuntura internacional e as dificuldades que os debates em curso acarretam para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio na UE. 2007-05-01 / 2007-05-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0157 - A Crise no Sudão: Perguntas e Respostas, por Patrícia Magalhães Ferreira . No início de 2003, os movimentos rebeldes do Exército de Libertação do Sudão e do Movimento para a Justiça e Igualdade iniciaram uma luta contra aquilo que afirmam ser a discriminação e exclusão deliberadas da sua região. Em resposta, as forças governamentais prosseguiram uma estratégia de ataque de populações civis que constituem a base de apoio e recrutamento dos movimentos rebeldes. O conflito deu origem a uma crise humanitária. O presente texto procura responder algumas questões sobre a crise: Qual a relação desta guerra com o conflito norte-sul? Qual a dimensão identitária do conflito? O que se passa atualmente em Darfur pode ser considerado genocídio? Quem são os Janjaweed e quais as suas relações com o Governo sudanês? Quais os aliados externos do governo e dos rebeldes? Que implicações regionais? A lentidão de resposta internacional é hipocrisia ou falta de interesse estratégico? Quais as vias para solucionar este tipo de conflito? Que para os EUA? Qual o papel da União Africana?. 2003-04-01 / 2003-04-30

D. PT/ADN/IEEI/007/0158 - Moçambique: Reformas Económicas e Desestabilização, por Fernando Jorge Cardoso . Na sua comunicação, intitulada "Estratégias de desenvolvimento em Angola e Moçambique no contexto da África Austral", Adelino Torres faz uma apreciação comparativa daqueles dois países, destacando diferenças e similitudes entre os respetivos processos, abordando a natureza e limitações das reformas económicas empreendidas e equacionando o lugar que a cooperação da CEE pode desempenhar. O presente texto, resultado da comunicação feita no Seminário "A Europa e o Desafio Africano" pretende dar um contributo ao tema no que respeita ao caso moçambicano. Ela irá incidir nas duas questões seguintes: 1) as reformas económicas em curso e a estratégia de desenvolvimento; e 2) a paz, o desenvolvimento e a cooperação. 1988-06-17 / 1988-06-17

D. PT/ADN/IEEI/007/0159 - Lessons From Peacekeeping Operations In Angola, Mozambique, Somalia, Rwanda And Liberia (Lições das Missões de Peacekeeping em Angola, Moçambique, Solómia, Ruanda e Libéria), por Winrich Kühne . A África tem uma rica história de manutenção da paz. Os tipos de missões de paz destacadas em África durante quatro décadas variaram consideravelmente, de acordo com o tipo de conflito a gerir e a tarefa a realizar. A maioria tem sido missões de observação e missões tradicionais de manutenção da paz. Uma terceira categoria incluiu as chamadas missões de paz alargadas ou 'robust' como a ONUC nos anos 60 e a UNOSOM II na Somália nos anos 90. A nível internacional, as missões de observação eleitoral também são pertinentes neste contexto. Não são apenas um instrumento de democratização, mas também um mecanismo importante para a prevenção de conflitos. O presente documento estuda as lições destas missões em Angola, Moçambique, Somália, Ruanda e Libéria, a fim de fazer uma lista de verificação abrangente de problemas e considerações gerais, que os atores envolvidos nestas missões devem ter em mente ao montar uma missão de paz. 1995-12-01 / 1995-12-01

D. PT/ADN/IEEI/007/0160 - Fomentar a cooperação económica e financeira, por Alexandra Barahona de Brito . As relações económicas entre a União Europeia e o Mercosul são condicionadas pelo desenvolvimento das respetivas economias, pela globalização e pelo fenómeno combinado de expansão do regionalismo e reemergência do multilateralismo. Num contexto de globalização, a expansão do regionalismo e do multilateralismo é, provavelmente, uma das mais importantes tendências das relações internacionais e do sistema económico global. Para que a cooperação possa ser frutuosa, as restrições ao comércio e o acesso aos mercados devem ser analisados. No entanto, a cooperação económica inter-regional deve ser mais do que

comércio. Cinco áreas essenciais podem ser identificadas: aumentar o comércio de produtos com maior valor acrescentado, criação de um ambiente financeiro estável, desenvolver laços entre os empresários, incentivar o investimento e o desenvolvimento industrial e superar as barreiras científicas e tecnológicas. É sobre estas que o presente texto se debruça. 1996-01-01 / 1996-01-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0161 - A dimensão política: A verdadeira diferença?, por Alexandra Barahona de Brito . A cooperação é influenciada pelas tendências e forças internacionais, mas também por ideologias e valores. As regiões da União Europeia e do Mercosul reconhecem-se num modelo de sociedade que valoriza a democracia, os direitos do Homem, o pluralismo e a paz internacional. No entanto, num contexto de triunfo do mercado e com uma competição internacional cada vez mais forte, as sociedades da UE e do Mercosul estão confrontadas com a necessidade de fazer escolhas. Defende-se que a democracia e os direitos do Homem são os valores fundamentais que sustentam as relações inter-regionais. Esta é uma afirmação demasiado genérica, mas existem bases históricas que permitem uma definição mais precisa da natureza destes conceitos nas relações inter-regionais. Esta coincidência torna-se evidente quando se compara a Europa e a América Latina com a Ásia, onde as relações entre o Estado, a sociedade e os indivíduos têm uma base histórica diferente. 1996-01-01 / 1996-01-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0162 - Conclusões, por Álvaro Vasconcelos . O IV Fórum Euro-Latino-Americano teve como objetivo desenvolver uma visão integrada do relacionamento entre a União Europeia e o Mercosul. Assim, para além das tradicionais relações comerciais, foi abordada a cooperação nos campos financeiro, político, de paz e de segurança. Dos debates nos grupos de trabalho e nas sessões plenárias ressaltou a necessidade de dar consistência à parceria económica e política entre a União Europeia e o Mercosul a partir de uma identificação dos seus interesses comuns. O IV Fórum identificou quatro interesses comuns: ampliação do espaço democrático; construção de uma relação mais equilibrada com os Estados Unidos; afirmação da integração regional como componente essencial do multilateralismo político e económico; compatibilização do multilateralismo e da livre concorrência com o progresso social. Para além disso, da discussão sobre o estado da União Europeia e do Mercosul, e sobre as reformas a introduzir nas suas instituições, ressaltou a existência de um interessante paralelismo entre os dois processos. 1996-01-01 / 1996-01-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0163 - Reinforcing Economic and Financial Cooperation (Fomentar a cooperação económica e financeira), por Alexandra Barahona de Brito . As relações económicas entre a União Europeia e o Mercosul são condicionadas pelo desenvolvimento das respetivas economias, pela globalização e pelo fenómeno combinado de expansão do regionalismo e reemergência do multilateralismo. Num contexto de globalização, a expansão do regionalismo e do multilateralismo é, provavelmente, uma das mais importantes tendências das relações internacionais e do sistema económico global. Para que a cooperação possa ser frutuosa, as restrições ao comércio e o acesso aos mercados devem ser analisados. No entanto, a cooperação económica inter-regional deve ser mais do que comércio. Cinco áreas essenciais podem ser identificadas: aumentar o comércio de produtos com maior valor acrescentado, criação de um ambiente financeiro estável, desenvolver laços entre os empresários, incentivar o investimento e o desenvolvimento industrial e superar as barreiras científicas e tecnológicas. É sobre estas que o presente texto se debruça. 1996-11-01 / 1996-11-30

D. PT/ADN/IEEI/007/0164 - The Political Dimension: Making the Difference? (A dimensão política: A verdadeira diferença?), por Alexandra Barahona de Brito . A cooperação é influenciada pelas tendências e forças internacionais, mas também por ideologias e valores. As regiões da União Europeia e do Mercosul reconhecem-se num modelo de sociedade que valoriza a democracia, os direitos do Homem, o pluralismo e a paz internacional. No entanto, num contexto de triunfo do mercado e com uma competição internacional cada vez mais forte, as sociedades da UE e do Mercosul estão confrontadas com a necessidade de fazer escolhas. Defende-se que a democracia e os direitos do Homem são os valores fundamentais que sustentam as relações inter-regionais. Esta é uma afirmação demasiado genérica, mas existem bases históricas que permitem uma definição mais precisa da natureza destes conceitos nas relações inter-regionais. Esta coincidência torna-se evidente quando se compara a Europa e a América Latina com a Ásia, onde as relações entre o Estado, a sociedade e os indivíduos têm uma base histórica diferente. 1996-11-01 / 1996-11-30

D. PT/ADN/IEEI/007/0165 - Conclusions (Conclusões), por Álvaro Vasconcelos . O IV Fórum Euro-Latino-Americano teve como objetivo desenvolver uma visão integrada do relacionamento entre a União Europeia e o Mercosul. Assim, para além das tradicionais relações comerciais, foi abordada a cooperação nos campos financeiro, político, de paz e de segurança. Dos debates nos grupos de trabalho e nas sessões plenárias ressaltou a necessidade de dar consistência à parceria económica e política entre a União Europeia e o Mercosul a partir de uma identificação dos seus interesses comuns. O IV Fórum identificou quatro interesses comuns: ampliação do espaço democrático; construção de uma relação mais equilibrada com os Estados Unidos; afirmação da integração regional como componente essencial do multilateralismo político e económico; compatibilização do multilateralismo e da livre concorrência com o progresso social. Para além disso, da discussão sobre o

estado da União Europeia e do Mercosul, e sobre as reformas a introduzir nas suas instituições, ressaltou a existência de um interessante paralelismo entre os dois processos. 1996-11-01 / 1996-11-30

D. PT/ADN/IEEI/007/0166 - Fomentar La Cooperación Económica Y Financiera (Fomentar a cooperação económica e financeira), por Alexandra Barahona de Brito . As relações económicas entre a União Europeia e o Mercosul são condicionadas pelo desenvolvimento das respetivas economias, pela globalização e pelo fenómeno combinado de expansão do regionalismo e reemergência do multilateralismo. Num contexto de globalização, a expansão do regionalismo e do multilateralismo é, provavelmente, uma das mais importantes tendências das relações internacionais e do sistema económico global. Para que a cooperação possa ser frutuosa, as restrições ao comércio e o acesso aos mercados devem ser analisados. No entanto, a cooperação económica inter-regional deve ser mais do que comércio. Cinco áreas essenciais podem ser identificadas: aumentar o comércio de produtos com maior valor acrescentado, criação de um ambiente financeiro estável, desenvolver laços entre os empresários, incentivar o investimento e o desenvolvimento industrial e superar as barreiras científicas e tecnológicas. É sobre estas que o presente texto se debruça. 1996-11-01 / 1996-11-30

D. PT/ADN/IEEI/007/0167 - La Dimensión Política: ¿La Verdadera Diferencia? (A dimensão política: A verdadeira diferença?), por Alexandra Barahona de Brito . A cooperação é influenciada pelas tendências e forças internacionais, mas também por ideologias e valores. As regiões da União Europeia e do Mercosul reconhecem-se num modelo de sociedade que valoriza a democracia, os direitos do Homem, o pluralismo e a paz internacional. No entanto, num contexto de triunfo do mercado e com uma competição internacional cada vez mais forte, as sociedades da UE e do Mercosul estão confrontadas com a necessidade de fazer escolhas. Defende-se que a democracia e os direitos do Homem são os valores fundamentais que sustentam as relações inter-regionais. Esta é uma afirmação demasiado genérica, mas existem bases históricas que permitem uma definição mais precisa da natureza destes conceitos nas relações inter-regionais. Esta coincidência torna-se evidente quando se compara a Europa e a América Latina com a Ásia, onde as relações entre o Estado, a sociedade e os indivíduos têm uma base histórica diferente. 1996-11-01 / 1996-11-30

D. PT/ADN/IEEI/007/0168 - Conclusiones (Conclusões), por Alexandra Barahona de Brito . O IV Fórum Euro-Latino-Americano teve como objetivo desenvolver uma visão integrada do relacionamento entre a União Europeia e o Mercosul. Assim, para além das tradicionais relações comerciais, foi abordada a cooperação nos campos financeiro, político, de paz e de segurança. Dos debates nos grupos de trabalho e nas sessões plenárias ressaltou a necessidade de dar consistência à parceria económica e política entre a União Europeia e o Mercosul a partir de uma identificação dos seus interesses comuns. O IV Fórum identificou quatro interesses comuns: ampliação do espaço democrático; construção de uma relação mais equilibrada com os Estados Unidos; afirmação da integração regional como componente essencial do multilateralismo político e económico; compatibilização do multilateralismo e da livre concorrência com o progresso social. Para além disso, da discussão sobre o estado da União Europeia e do Mercosul, e sobre as reformas a introduzir nas suas instituições, ressaltou a existência de um interessante paralelismo entre os dois processos. 1996-11-01 / 1996-11-30

D. PT/ADN/IEEI/007/0169 - Os números e a agenda da Ajuda ao Desenvolvimento, por Patrícia Magalhães Ferreira . Existem, naturalmente, exemplos positivos e negativos. Entre os primeiros contam-se a Irlanda e a Espanha. Esta última tem aumentado significativamente os níveis de ajuda – 47,6% em 2007 e 20,3% em 2006, excluindo ações de alívio à dívida – e colocou África como uma prioridade geográfica da cooperação para o desenvolvimento. O presente texto discorre brevemente sobre estes resultados e a atual mudança na natureza da cooperação para o desenvolvimento. 2008-01-01 / 2008-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0170 - Renforcer la cooperation economique et financiere (Fomentar a cooperação económica e financeira), por Alexandra Barahona de Brito . As relações económicas entre a União Europeia e o Mercosul são condicionadas pelo desenvolvimento das respetivas economias, pela globalização e pelo fenómeno combinado de expansão do regionalismo e reemergência do multilateralismo. Num contexto de globalização, a expansão do regionalismo e do multilateralismo é, provavelmente, uma das mais importantes tendências das relações internacionais e do sistema económico global. Para que a cooperação possa ser frutuosa, as restrições ao comércio e o acesso aos mercados devem ser analisados. No entanto, a cooperação económica inter-regional deve ser mais do que comércio. Cinco áreas essenciais podem ser identificadas: aumentar o comércio de produtos com maior valor acrescentado, criação de um ambiente financeiro estável, desenvolver laços entre os empresários, incentivar o investimento e o desenvolvimento industrial e superar as barreiras científicas e tecnológicas. É sobre estas que o presente texto se debruça. 1996-11-01 / 1996-11-30

D. PT/ADN/IEEI/007/0171 - La dimension politique: La Vrai Difference? (A dimensão política: A verdadeira diferença?), por Alexandra Barahona de Brito . A cooperação é influenciada pelas tendências e forças internacionais, mas também por ideologias e valores. As regiões da União Europeia e do Mercosul reconhecem-se num modelo de sociedade que valoriza a

democracia, os direitos do Homem, o pluralismo e a paz internacional. No entanto, num contexto de triunfo do mercado e com uma competição internacional cada vez mais forte, as sociedades da UE e do Mercosul estão confrontadas com a necessidade de fazer escolhas. Defende-se que a democracia e os direitos do Homem são os valores fundamentais que sustentam as relações inter-regionais. Esta é uma afirmação demasiado genérica, mas existem bases históricas que permitem uma definição mais precisa da natureza destes conceitos nas relações inter-regionais. Esta coincidência torna-se evidente quando se compara a Europa e a América Latina com a Ásia, onde as relações entre o Estado, a sociedade e os indivíduos têm uma base histórica diferente. 1996-11-01 / 1996-11-30

D. PT/ADN/IEEI/007/0172 - Conclusions (Conclusões), por Alexandra Barahona de Brito . O IV Fórum Euro-Latino-Americano teve como objetivo desenvolver uma visão integrada do relacionamento entre a União Europeia e o Mercosul. Assim, para além das tradicionais relações comerciais, foi abordada a cooperação nos campos financeiro, político, de paz e de segurança. Dos debates nos grupos de trabalho e nas sessões plenárias ressaltou a necessidade de dar consistência à parceria económica e política entre a União Europeia e o Mercosul a partir de uma identificação dos seus interesses comuns. O IV Fórum identificou quatro interesses comuns: ampliação do espaço democrático; construção de uma relação mais equilibrada com os Estados Unidos; afirmação da integração regional como componente essencial do multilateralismo político e económico; compatibilização do multilateralismo e da livre concorrência com o progresso social. Para além disso, da discussão sobre o estado da União Europeia e do Mercosul, e sobre as reformas a introduzir nas suas instituições, ressaltou a existência de um interessante paralelismo entre os dois processos. 1996-11-01 / 1996-11-30

D. PT/ADN/IEEI/007/0173 - Au-delà du Commerce: Elargir les Relations Europe-Mercosul (Além do Comércio: Ampliar as relações Europa-Mercosul), por Alexandra Barahona de Brito . O presente artigo é o relatório do IV Forum Euro-Latino-Americano – “Além do Comércio: Ampliar as relações Europa-Mercosul” teve como objetivo desenvolver uma visão integrada do relacionamento entre a União Europeia e o Mercosul. Assim, para além das tradicionais relações comerciais, foi abordada a cooperação nos campos financeiro, político, de paz e de segurança. Considerou-se essencial analisar o estado da integração no Mercosul e na União Europeia, bem como o das relações comerciais entre os dois espaços integrados. 1996-11-01 / 1996-11-30

D. PT/ADN/IEEI/007/0174 - Avant-propos, por Alexandra Barahona de Brito . A existência de interesses comuns entre a União Europeia e o Mercosul permite pensar que novos temas, como as questões sociais, a cooperação industrial e financeira, a prevenção de conflitos, a ajuda humanitária, a consolidação da democracia, terão um maior relevo entre os dois processos de integração. A agenda das relações entre as duas regiões será assim certamente mais vasta, menos centrada no comércio e as relações políticas ganharão um maior relevo. Ao mesmo tempo que a União Europeia e o Mercosul se irão alargando, os dois processos reforçar-se-ão enquanto núcleo de integração e democracia da Europa e América do Sul. Esta relação deverá dar origem a uma parceria política que, dado o perfil das duas regiões, não deixará de ter impacto na organização do sistema internacional. 1996-11-01 / 1996-11-30

D. PT/ADN/IEEI/007/0175 - Portugal e os Desafios Atuais da Cooperação para o Desenvolvimento, por Fernando Jorge Cardoso, Patrícia Magalhães Ferreira e Maria João Seabra. Os desafios atuais do desenvolvimento num mundo globalizado vão muito para além da ajuda ao desenvolvimento ou do combate à pobreza entendida no seu sentido estrito. Para além das constatações e propostas feitas ao longo do documento, a mais relevante consideração incide-se sobre a necessária divulgação e envolvimento da sociedade portuguesa nas questões do desenvolvimento e da cooperação, combatendo tendências para a opacidade, falta de transparência e secundarização deste importante vetor da política externa e da inserção estratégica de Portugal e dos portugueses nas dinâmicas da cooperação e da solidariedade internacional. 2011-01-01 / 2011-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0176 - Fotografia - Sessão “Que efeitos das tendências demográficas nas perspetivas de desenvolvimento e cooperação?” (Conferência - A Parceria África-Europa em Construção: Que Futuro?), por IEEI / IMVF . O presente registo fotográfico é referente à sessão “Que efeitos das tendências demográficas nas perspetivas de desenvolvimento e cooperação?”, do primeiro dia da Conferência “A Parceria África-Europa em Construção: Que Futuro?”, que se passou entre o dia 13 e 14 de dezembro de 2012 na Fundação Calouste Gulbenkian. Antecipando a Cimeira UE-África de 2014, a conferência procurou debater alguns dos temas fundamentais na construção da parceria euro-africana e na cooperação para o desenvolvimento nos próximos anos. Esta iniciativa teve por objetivo promover o conhecimento e o debate sobre alguns temas estruturantes que terão impacto no relacionamento Europa-África e na cooperação para o desenvolvimento nos próximos anos. No painel: Ana Pires de Carvalho, Alcinda Honwana, Mónica Ferro (moderadora), Victor Ângelo e Gregory de Paepe. 2012-12-13 / 2012-12-14

D. PT/ADN/IEEI/007/0177 - Fotografia - Painel Parcial (Debate sobre Cooperação Portuguesa), por IEEI . Registo fotográfico de parte do painel do Debate sobre a Cooperação Portuguesa, organizada pelo IEEI no ISCTE a 9 de julho de 2012, e moderado por Fernando Jorge Cardoso (ao centro), diretor do Instituto. 2009-07-09 / 2009-07-09

D. PT/ADN/IEEI/007/0178 - Fotografia - Audiência no Debate sobre Cooperação Portuguesa, por IEEI . Registo fotográfico da audiência no Debate sobre a Cooperação Portuguesa, organizada pelo IEEI no ISCTE a 9 de julho de 2012, e moderado por Fernando Jorge Cardoso. 2009-07-09 / 2009-07-09

D. PT/ADN/IEEI/007/0179 - Fotografia - Painel do Debate sobre Cooperação Portuguesa, por IEEI . Registo fotográfico do painel do Debate sobre a Cooperação Portuguesa, organizada pelo IEEI no ISCTE a 9 de julho de 2012, e moderado por Fernando Jorge Cardoso. 2009-07-09 / 2009-07-09

D. PT/ADN/IEEI/007/0180 - Fotografia - Painel Parcial 2 (Debate sobre Cooperação Portuguesa), por IEEI . Registo fotográfico de parte do painel do Debate sobre a Cooperação Portuguesa, organizada pelo IEEI no ISCTE a 9 de julho de 2012, e moderado por Fernando Jorge Cardoso (ao centro), diretor do Instituto. 2009-07-09 / 2009-07-09

D. PT/ADN/IEEI/007/0181 - Fotografia - Painel Parcial 3 (Debate sobre Cooperação Portuguesa), por IEEI . Registo fotográfico de parte do painel do Debate sobre a Cooperação Portuguesa, organizada pelo IEEI no ISCTE a 9 de julho de 2012, e moderado por Fernando Jorge Cardoso (ao centro), diretor do Instituto. 2009-07-09 / 2009-07-09

D. PT/ADN/IEEI/007/0182 - Fotografia - Audiência no Debate sobre Cooperação Portuguesa 2, por IEEI . Registo fotográfico da audiência no Debate sobre a Cooperação Portuguesa, organizada pelo IEEI no ISCTE a 9 de julho de 2012, e moderado por Fernando Jorge Cardoso. 2009-07-09 / 2009-07-09

D. PT/ADN/IEEI/007/0183 - Fotografia - V Fórum Euro-Latino-Americano . Fotografia do V Forum Euro-Latino-Americano, organizado pelo Instituto em 1998, publicada no livro de comemoração dos 20 anos do IEEI, 20 Anos de Mudança. Neste Fórum, analisava-se o tema O Desafio da Globalização – A Europa e a América Latina e do qual resultou o livro Regular e Democratizar o Sistema Global: Uma Parceria para o Século XXI (1999). Oradores (da esquerda para a direita e respetiva função desempenhada na altura do Forum): Álvaro Vasconcelos (diretor do IEEI), Enrique Iglesias (Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento), Luiz Felipe Lampreia (Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil), Jorge Sampaio (Presidente da República de Portugal), Fernando Henrique Cardoso (Presidente da República do Brasil), António Guterres (Primeiro-Ministro de Portugal), Manuel Marín (Comissário Europeu), Guilherme d'Oliveira Martins (Secretário de Estado da Administração Educativa) e Ruy Altenfelder Silva (Diretor-geral, FIESP/IRS). 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/007/0184 - Fotografia - Fernando Henrique Cardoso e Álvaro Vasconcelos no V Fórum Euro-Latino-Americano . Fernando Henrique Cardoso e Álvaro Vasconcelos no V Forum Euro-Latino-Americano, organizado pelo Instituto em 1998, publicada no livro de comemoração dos 20 anos do IEEI, 20 Anos de Mudança. Neste Fórum, analisava-se o tema O Desafio da Globalização – A Europa e a América Latina e do qual resultou o livro Regular e Democratizar o Sistema Global: Uma Parceria para o Século XXI (1999). 1998-11-01 / 31-11-1998

SR. PT/ADN/IEEI/008

Título: Política mediterrânea.

Datas extremas: 1992-00-00 / 2009-00-00

Dimensão e suporte: 262 documentos impressos e digitalizados incluindo 26 fotografias (jpg).

D. PT/ADN/IEEI/008/0001 - Comando da Nato em Portugal adapta-se a mundo em mudança, por Reis Rodrigues . A Nato foi obrigada a repensar a sua organização internacional face à maior probabilidade de crises regionais do que de uma crise global. Essa a razão pela qual o Comando Nato, instalado em Portugal desde 1967, alterou, pela segunda vez, o seu estatuto, passando a ser um dos novos cinco Comandos Regionais da Aliança. Pretendia-se, a partir de então, uma estrutura mais flexível, integradora das capacidades dos ramos, multinacional, com menos escalões de comando. Ultrapassado que foi o conceito de único e bem localizado inimigo e face à nova necessidade de manter à distância os riscos à nossa segurança, aumentou a

importância das operações “fora de área”, destacando-se aqui o “Diálogo do Mediterrâneo”, em especial com Marrocos e Mauritânia e o aproveitamento das potencialidades da nossa área para um relacionamento com o sul. 2001-09-01 / 2001-09-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0002 - A democracia e a Parceria Euro-Mediterrânica: perspectivas europeia e árabe, por Richard Gillespie e Richard Youngs . A pedra basilar da chamada Política Euro-Mediterrânica encontra-se na pressão exercida pela UE, junto dos países da margem sul do Mediterrâneo, no sentido de estes, em troca de apoio ao seu desenvolvimento bem como de uma maior integração económica, aprofundarem as suas instituições democráticas. Esta política por vezes esbarra em conceitos de democracia diferentes do defendido pela Europa e, não raras vezes, esta é acusada de querer impor os seus valores. Indubitavelmente, a legitimidade interna da UE depende da sua capacidade de exportação do seu próprio exemplo normativo. Muitos autores consideram que estas duas dimensões se reforçam mutuamente. Tal agenda europeia ganhou maior destaque após os ataques terroristas de 11 de setembro, na medida em que há uma associação direta entre a emergência do fenómeno do terrorismo e uma pobre cultura democrática. 2005-01-01 / 2005-01-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0003 - O impacto da guerra no Iraque no processo mediterrânico, por Abdallah Saaf . O espaço geoestratégico composto pelos países da margem sul do Mediterrâneo é, por questões de natureza geográfica e históricas, uma zona de influência da Europa e, na contemporaneidade, da UE. Contudo, após o final da Guerra Fria, o poder dos EUA tornou-se hegemónico e, também nesta região, mostra tentar expandir a sua influência. Tomará a Europa, nesta matéria e face aos EUA, uma postura seguidista ou, pelo contrário, competitiva?. 2005-01-01 / 2005-01-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0004 - As migrações na região euro-mediterrânica: orientações e tendências; por Gemma Aubareli e Xavier Aragall . Este texto, analisa o fenómeno de imigração na UE, concretamente na dimensão que reporta aos países da margem sul do mediterrâneo como países de origem de imigrantes. É necessário promover uma atualização das políticas de imigração, quer nacionais quer comunitárias, capaz de as dotar de um balanceamento correto entre a salvaguarda da segurança (tendencialmente restritiva à entrada de imigrantes) e a abertura das fronteiras, tendo por base o pressuposto correto de que a UE necessita de migrantes que satisfaçam necessidades setoriais de mão-de-obra. Esta gestão do fenómeno da imigração deverá realizar-se, o mais possível, no quadro da Parceria Euro-Mediterrânica. 2005-01-01 / 2005-01-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0005 - Relatório EuroMeSCo Barcelona Plus: para uma comunidade euro-mediterrânica de estados democráticos . Este texto é o relatório avaliativo, elaborado pelo EuroMeSCo, dos primeiros dez anos de implementação do chamado Processo de Barcelona. Trata-se da política da UE para os países da margem sul do Mediterrâneo. Criada em 1995, a Parceria Euro-Mediterrânica tem por objetivo a extensão dos valores da defesa dos Direitos Humanos, do progresso social e da democracia a toda a região do Mediterrâneo. O presente relatório avalia, portanto, a primeira década da referida política e propõe medidas que possam intensificar esses esforços. 2005-01-01 / 2005-01-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0006 - Southern Perception about the Union for the Mediterranean, por Ahmed Driss . Nunca, desde 1995, o projeto mediterrânico fora tão debatido como em 2008, ano do lançamento da União para o Mediterrâneo. Foram então tratados problemas ligados à centralidade e complexidade que caracterizam as relações entre os diferentes países. Após a Cimeira sobre os dez anos de Parceria, onde foram salientadas todas as deficiências, a União foi inicialmente vista com desconfiança e ansiedade em relação ao futuro do Processo de Barcelona, sendo, contudo, a sua evolução e adaptação à Parceria Euromediterrânica, motivo de esperança em relação àquele. Neste texto é ainda analisado o novo quadro de cooperação sob o ponto de vista das perceções dos países do Magrebe face ao mesmo. 2009-06-01 / 2009-06-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0007 - A Long-Lasting Controversy: Western Democracy Promotion in Jordan, por Anna Khakee et al. Neste texto é observado se, na Jordânia, a democracia é considerada legítima e credível. Nesse sentido, analisa-se a forma como os esforços de promoção da democracia ocidental são recebidos num país considerado “caso de teste” face à sua sociedade comparativamente mais aberta e às intenções reformistas dos seus líderes. As perceções dos jordanianos são, assim, analisadas a nível de diferentes grupos como, por exemplo, parlamentares, jornalistas, políticos, académicos, representantes do poder judicial e de organizações da sociedade civil e das “quase ONG” 2009-05-01 / 2009-05-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0008 - The Union for the Mediterranean and the Eastern Partnership: Perspectives from Poland, Czech Republic and Hungary, por Agnieszka K. Cianciara . Texto em que é feita a análise das posições, atitudes e reações da Europa Central em relação à União para a Parceria Mediterrânica e Oriental. Apesar de a iniciativa de Sarkozy sobre a União Mediterrânica ter suscitado grandes preocupações em muitos dos novos Estados-Membros, receosos da sua marginalização

no âmbito da Política Europeia de Vizinhança (PEV), a mesma resultou numa grande oportunidade de pressão com vista a uma maior cooperação da UE com os países de Leste. 2009-05-01 / 2009-05-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0009 - The Frameworks for Elections in Egypt, Jordan, Lebanon, the Palestinian Authority and Syria, por Mahjoob Zweiri e Michael Meyer-Resende . Neste documento, analisam-se os processos eleitorais da região do Levante. Estes são considerados pouco credíveis, não passando de meios de legitimação das elites políticas. Este preconceito, não estando, ainda, totalmente errado, cada vez começa a ter menos adesão à realidade, na medida em que a tendência está, em algumas geografias e lentamente, a mudar. É provida uma análise, caso a caso, para os diferentes países da região (Egipto, Jordânia, Líbano, Autoridade Palestiniana e Síria) que revela níveis de extensão e de qualidade da democracia substancialmente díspares. A parceria Euro-Mediterrânica pressupõe uma pressão da UE, junto dos países do Levante, no sentido de estes promoverem reformas institucionais que incrementem a qualidade democrática dos seus Estados. 2009-04-01 / 2009-04-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0010 - State and Anti-System Party Interactions in Turkey and Lebanon: Implications for European Policy, por Bulent Aras e Jad Chabaam . Neste texto, aborda-se a questão das forças antissistema que, quer na Turquia quer no Líbano, atuam, analisando-se o impacto que tais forças operam no sistema democrático desses países. Com efeito, quer o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), da Turquia, quer o Hezbollah, no Líbano, devido às suas agendas marcadamente antissistémicas, por alguns consideradas terroristas, conduzem ao surgimento de um estado securitário nesses países. O presente relatório avança com recomendações que poderão ajudar a UE, em sede da sua Política Externa e de Defesa Comum, a melhor lidar com a questão, ajudando os países em apreço a abandonarem, o mais possível, a via militarista. 2009-03-01 / 2009-03-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0011 - Under the Shadow of 'Barcelona': From the EMP to the Union for the Mediterranean, por Roberto Aliboni e M. Fouad . Neste texto é feita a avaliação da União para o Mediterrâneo (UfM) – aprovada na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo de Paris de 13 de julho de 2008 após acaloradas negociações – através do balanço das conclusões da Declaração de Paris e da Conferência de Marselha. Na primeira secção, é considerado como a UfM e a PEM poderiam ser amalgamadas no âmbito das relações complementares e de harmonização versus separação e concorrência. Na segunda secção, é discutido o valor acrescentado que pode ser atribuído à nova política euromediterrânica, do ponto de vista político-institucional e económico, e de segurança. Na terceira, são tratadas questões de compatibilidade, enquanto, na quarta, são apresentadas as conclusões. 2009-01-01 / 2009-01-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0012 - La Tunisie, l'Union du Maghreb Arabe et l'intégration régionale, por Luis Martínez . A União do Magrebe Árabe (UMA) é um projeto considerado, ainda, necessário para o desenvolvimento e futuro da Tunísia. Este projeto de integração da Tunísia no Magrebe, tal como o são os casos da Argélia e de Marrocos, é visto como um projeto promissor. Existem dificuldades tais como a incapacidade de os seus dirigentes chegarem a acordo, face ao clima de desconfiança existente a nível regional, a falta de investimento da UE na UMA e o conflito no Sahara Ocidental. O déficit democrático é manifestamente o principal causador do impasse, daí a necessidade de criar um parlamento magrebiano democraticamente eleito. 2009-01-01 / 2009-01-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0013 - UNIFIL II: Emerging and Evolving European Engagement in Lebanon and the Middle East, por Karim Makdisi et al. O estudo em causa pretende contribuir para uma melhor compreensão das operações de manutenção da paz no Médio Oriente, analisando, de uma forma global, as duas fases de intervenção, ao longo de 30 anos, da UNIFIL, no Líbano. A UNIFIL, operação “provisória” de manutenção de paz da ONU, criada na sequência da invasão israelita do Líbano em 1978, tem sido alvo de um longo debate sobre os seus méritos e inconvenientes. São feitas recomendações aos Estados-Membros da UE mais envolvidos na UNIFIL II, com o objetivo de melhorar a sua contribuição e atingir os objetivos estabelecidos – redução da sua participação e implementação de uma paz que garanta a segurança e a prosperidade económica a Israel e ao Líbano. 2009-01-01 / 2009-01-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0014 - Flexible Multilateralism: Unlimited Opportunities? The Case of Civil Protection in the Mediterranean, por Niklas Bremberg et al. A Parceria Euromediterrânica desenvolve-se em diferentes níveis de cooperação – o social, o económico, o político, etc. Este texto, de um ponto de vista de um multilateralismo flexível, providencia uma reflexão quanto às possibilidades de cooperação entre a UE e os países da margem sul do Mediterrâneo, no que concerne às matérias de proteção civil. Procura-se, de igual forma, perceber até que ponto uma forma mais flexível de multilateralismo poderá ultrapassar as deficiências e os obstáculos dos modelos tradicionais do multilateralismo regional. 2009-02-01 / 2009-02-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0015 - New Directions of National Immigration Policies: The Development of the External Dimension and its Relationship with the Euro-Mediterranean Process, por Gemma Aubarell . Um aspeto central da Parceria Euro-Mediterrânica prende-se com a gestão, articulada e multilateral, dos fluxos migratórios entre os países do mediterrâneo. Neste contexto, o presente trabalho analisa se e de que forma cinco desses países (três pertencentes à UE – Espanha, França e Itália - e dois da margem sul do Mediterrâneo - Marrocos e Egito) estão a conseguir influenciar a política migratória conjunta deste espaço de cooperação, contribuindo assim para o surgimento de uma estratégia conjunta e coesa para a imigração, no âmbito da Estratégia Euro-mediterrânica. 2009-02-01 / 2009-02-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0016 - Undocumented Migrants, Asylum Seekers and Refugees in Israel, por Bruno Oliveira Martins . Neste texto, analisam-se as similitudes entre a situação experienciada pela UE e por Israel, no respeitante à pressão sentida em ambos os territórios para lidar com o crescente número de africanos indocumentados e que pretendem requerer asilo. Por ser um problema comum, com causas comuns e em sintonia temporal, é defendida a tese de que esta questão poderá contribuir para o aprofundar das relações UE-Israel. Com o aprofundar desta relação, a UE poderá beneficiar, com a elevada experiência que Israel apresenta a lidar com esta problemática, e Israel terá na UE um agente capaz de promover uma boa intermediação entre as suas posições e as posições de países de saída de migrantes (Egito p.e.). 2009-02-01 / 2009-02-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0017 - Ceuta et Melilla: Risques et gestion des risques, por Ersébet N. Rózsa e Abdessamad Belhaj . A parceria Euro-Mediterrânica apresenta como uma das suas grandes finalidades a manutenção da paz e da segurança em toda a região do Mediterrâneo. É, portanto, com a maior das naturalidades que, no quadro desta estratégia, se olhe com particular atenção para o Estreito de Gibraltar. Trata-se, com efeito, de um perene foco de instabilidade geoestratégica entre Espanha e Marrocos. A parceria económica, possível de se encontrar entre os dois Estados, é um forte fator de normalização das relações Hispânico-marroquinas. Em suma, a credibilidade da Parceria Euro-Mediterrânica joga-se muito na capacidade por ela demonstrada em lidar com a questão de Gibraltar. 2008-11-01 / 2008-11-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0018 - Fragile States and the Democratization Process: A New Approach to Understanding Security in the Middle East, por Mahjoob Zweiri . Com o 11 de Setembro de 2001, muitos foram os que reconheceram que a resolução duradoura do fenómeno do terrorismo apenas se poderia encontrar através da democratização do mundo árabe. O presente texto, argumenta que os esforços, liderados pelo Ocidente, em ordem a essa democratização poderão ser contraproduativos, na medida em que é possível que venham a fragilizar ainda mais sistemas políticos de per si suscetíveis a crises, instalando-se o caos. Assim, este estudo pretende avançar uma possível nova abordagem do Ocidente em relação ao Médio Oriente, tomando por exemplo o caso de dois Estados considerados “frágeis” – o Líbano e a Palestina. 2008-11-01 / 2008-11-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0019 - Pragmatism Rather than Backlash: Moroccan Perceptions of Western Democracy Promotion, por Anna Khakee et al. Sendo reconhecida a importância da perceção da legitimidade e da credibilidade das iniciativas que visam a promoção da democracia em Marrocos, face à forte suspeita, na região árabe, da existência de objetivos políticos ocultos, é analisada neste texto essa mesma perceção. Pretende-se responder a questões como se é ou não legítimo que os marroquinos aceitem a assistência democrática de governos ou organizações ocidentais, se o financiamento ocidental altera a perceção de quem recebe a assistência democrática ou se a promoção da democracia ocidental é uniformemente percebida pelos diferentes grupos – funcionários públicos, sociedade civil, ativistas de partidos, representantes do poder... 2008-11-01 / 2008-11-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0020 - Towards an Ever Closer Partnership: A Model for a New Euro-Israeli Partnership, por Sharon Pardo . Após ter sido criado o “Grupo de Reflexão” com vista ao reforço da cooperação entre Israel e a UE e de, um ano depois, o Conselho de Associação UE-Israel ter manifestado a vontade política de intensificar as relações euro-israelitas, desenvolvendo-as gradualmente, no quadro da PEV, pretende-se, neste texto, responder a esse desafio. É apresentado, através da proposta “Parceria Euro-Israelita” (PEI), um novo modelo de alinhamento, embora não de adesão plena à UE. A PEI poderia também servir de modelo aos países parceiros da PEV, impulsionando-os a que o processo de consolidação do Espaço Euro-Mediterrânico de Vizinhança tome forma. 2008-10-01 / 2008-10-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0021 - The Legal and Political Implications of the Securitisation of Counter-Terrorism Measures across the Mediterranean, por Francesca Galli . Neste texto é feita uma observação sobre se a reação aos sucessivos ataques terroristas nos EUA, Madrid e Londres, entre 2001 e 2005, conduziu a uma securitização das políticas e da legislação na UE. É identificada a evolução da política europeia de segurança, nomeadamente a antiterrorista, e da aplicação da externalização e do transgovernamentalismo intenso à política de todo o Mediterrâneo. É também analisada a evolução do diálogo em questões de segurança entre os Estados Europeus e os Estados parceiros do sul do Mediterrâneo e retiradas conclusões sobre a interação

entre os discursos sobre segurança e democracia e o seu efeito no quadro político e de segurança da Parceria Euro-Mediterrânica. 2008-09-01 / 2008-09-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0022 - New EU Member States' Policy towards the Israeli-Palestinian Conflict: the Case of Poland, por Lena Kolarska e Magdalena Mughrabi . Este texto analisa o caminho percorrido pela Polónia – um Estado há poucos anos membro da UE – relativamente ao empenhamento, no seio das organizações multilaterais a que pertence, relativamente à resolução do conflito israelo-árabe. Dadas as boas relações que a Polónia demonstra ter, quer com a Autoridade Palestiniana quer com Israel, torna-se evidente o potencial de mediação possível de ser exercido por este estado, nomeadamente em representação da própria UE. 2008-06-01 / 2008-06-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0023 - Political Change in the Mediterranean - Impact on Euro-Mediterranean Relations, por Bruno C. Reis . A parceria Euro-Mediterrânica parte de um pressuposto essencial. Estamos a falar da opção da UE em fazer condicionar a sua parceria com os regimes da zona do Mediterrâneo, face ao avanço da democracia nesses mesmos regimes. Contudo, há quem questione se esta é uma boa opção. Poderá essa pressão por parte da UE vir a degradar a economia e as condições de vida dessas populações levando, em última análise, a retardar ou até impossibilitar uma mudança política? Estará a UE, com essa estratégia da condicionalidade, simplesmente a abrir portas a outros concorrentes económicos de outras latitudes? Poderá, sequer, haver uma parceria entre países que não partilham os mesmos valores civilizacionais? Perguntas a que o presente texto procura responder. 2008-06-01 / 2008-06-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0024 - Putting the Mediterranean Union in Perspective, por Roberto Aliboni et al. O presente texto avalia o potencial do projeto da “União Mediterrânica” proposto pelo presidente da República da França, Nicolas Sarkozy, em ordem a ultrapassar o marasmo em que o ideal de um Mediterrâneo unido, com o tempo, se tornou. Com efeito, ao longo das últimas décadas, não se assistiu a uma diminuição significativa do desnível económico e social existente entre a margem norte e sul do Mediterrâneo. A chamada Política Global Mediterrânica, dos anos 70; a Política do Mediterrâneo Renovado, de 1990; a Parceria Euro-Mediterrânica, de 1995 e a Nova Política Europeia de Vizinhança, de 2003, mostraram resultados muito parcos. As causas desse relativo fracasso são analisadas. 2008-06-01 / 2008-06-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0025 - Le Maroc, l'Union du Maghreb Arabe et l'intégration régionale, por Luis Martinez et al. Neste texto, analisa-se o comprometimento de Marrocos para com a integração regional e a defesa da democracia. Conclui-se que a grande prioridade do Reino é a melhoria das condições de vida do povo para, assim, melhor se garantir a perpetuação do regime. A integração regional é, em parte, acolhida mas de uma forma instrumental, isto é, como meio de se atingir esse objetivo. Contudo, sem uma democratização total, o progresso económico e a melhoria das condições de vida, dificilmente serão alcançáveis. 2008-05-01 / 2008-05-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0026 - Fostering an EU Strategy for Security Sector Reform in the Mediterranean: Learning from Turkish and Palestinian Police Reform Experiences, por Gemma Celador et al. Partindo da experiência da relação da UE para com a Turquia e Autoridade Palestiniana (AP), o presente texto demonstra a falta de uma Política Externa e de Segurança Comum articulada e previsível, por parte da UE. Enquanto, nas suas relações com a Turquia, e em vista à sua futura adesão, a UE valoriza o elemento da democratização em detrimento do elemento da segurança, nas relações com a AP, passa-se o contrário. As conclusões a que se conseguiu chegar, poderão servir de base à reforma do sector de segurança da UE. 2008-01-01 / 2008-01-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0027 - Domestic Change and Conflict in the Mediterranean: The Cases of Hamas and Hezbollah, por Amr Elshoubaki et al . O presente relatório analisa a situação no respeitante aos movimentos de resistência Hamas e Hezbollah, o primeiro operando no território palestino e o segundo no Líbano. Ambos, ao terem uma agenda política marcadamente anti-Israel, contribuem para a desestabilização regional. É analisado o impacto das políticas internacionais, sobretudo europeias e estado-unidenses, sobre os dois movimentos islâmicos. 2008-01-01 / 2008-01-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0028 - Conflict Prevention in the EMP, por Roberto Aliboni e Yasar Qataneh . Este estudo procurou colher a sensibilidade de um grupo de vinte peritos – composto por especialistas provenientes da UE e do chamado “Mediterrâneo Árabe” – quanto à questão da prevenção de conflitos na lógica da Parceria Euro-Mediterrânica (PEM). A questão-central é a de se saber se é exequível uma estratégia conjunta de prevenção de conflitos, entre os países da margem norte e sul do Mediterrâneo, numa lógica multilateralista e ao abrigo da PEM. 2007-09-01 / 2007-09-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0029 - Political Integration of Islamist Movements Through Democratic Elections: The Case of the Muslim Brotherhood in Egypt and Hamas in Palestine, por Amel Lamnaouer e atef Abu Saif . O presente trabalho analisa a progressiva integração institucional do movimento egípcio Irmandade Muçulmana e palestino Hamas. Com efeito, ambos os movimentos, pragmaticamente, passaram a reconhecer as instituições democráticas de inspiração ocidental que durante tantos anos recusaram reconhecer. Estas forças têm alcançado importante força eleitoral. O texto incentiva a crescente integração, por parte dos atores internacionais e internos, destes partidos nas instituições democráticas, tendo em vista a sua desradicalização. 2007-09-01 / 2007-09-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0030 - Young People as Actors of Political Reform The Case of Jordan, Syria and Lebanon, por Jamil Mouawad . Através de um estudo sobre o papel dos jovens como atores na promoção de reformas, realizado na Jordânia, Síria e Líbano, pode concluir-se que os mesmos têm consciência de que seriam atores influentes na implementação de reformas políticas nos seus países. A demonstração da sua convicção acerca da eficácia na produção da mudança foi convincente, embora se reconheça que entre essa vontade comum e a possibilidade de a concretizar existe um considerável fosso. 2007-09-01 / 2007-09-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0031 - Regaining Impetus . Neste texto, são apresentadas, em três capítulos, as principais conclusões dos projetos do EuroMeSCo 2006. No primeiro, é feita a observação dos trabalhos do EuroMeSCo e dos desenvolvimentos políticos que afetaram a Parceria Euro-Mediterrânica (PEM) bem como a zona mediterrânica em 2006. No segundo, são analisados os debates realizados pelos seis grupos de trabalho da Conferência Anual. Em relação ao terceiro, há nele uma visão geral bem como uma síntese dos projetos de investigação EuroMeSCo realizados em 2006, sendo ainda apresentadas recomendações políticas para os 37 parceiros da PEM. 2007-05-01 / 2007-05-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0032 - Getting it Right: Lessons of the “Cartoons Crisis” and Beyond . Trata-se de um relatório, feito a pedido da Comissão Europeia, onde é analisado o papel das iniciativas culturais no processo de construção de uma Comunidade Euromediterrânica de Estados Democráticos, tendo como base uma avaliação da “crise dos cartoons” da Dinamarca e um debate sobre o “choque de civilizações”. 2007-05-01 / 2007-05-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0033 - Benchmarking Human Rights and Democratic Development within Euro-Mediterranean Partnership, por Azzam Mahjoub e Johny Ryan . O presente estudo propõe-se a conceber um sistema de avaliação da Parceria Euro-Mediterrânica, nas vertentes da defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento democrático. Trata-se de um sistema de avaliação comparativa, ou seja, de uma monitorização que, em ordem a se atingir o desiderato de se incrementarem os níveis de qualidade democrática e de defesa dos direitos humanos nos países avaliados, promove um saudável jogo competitivo. 2007-05-01 / 2007-05-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0034 - Benchmarking Democratic Development in the Euro-Mediterranean Area: Conceptualising Ends, Means and Strategies, por Raffaella del Sarto et al. Relatório realizado a pedido da Comissão Europeia e que analisa a possibilidade e dificuldades em se estabelecer um sistema avaliativo respeitante à evolução da qualidade da democracia e da defesa dos direitos humanos, numa lógica comparativa, dos diferentes países que compõem a Parceria Euro-Mediterrânica. São indicadas falhas no antigo sistema avaliativo e proposto um novo, assente numa avaliação de indicadores-chave. 2007-05-01 / 2007-05-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0035 - Political Liberalisation and Transition to Democracy: Lessons from the Mediterranean and Beyond: Morocco, Turkey, Spain and Portugal, por Alexandra Barahona de Brito . Este relatório, produto de uma colaboração entre o IEEI de Lisboa e o CERSS de Rabat, reflete acerca das lições que resultaram dos processos de democratização ocorridos em Marrocos, Turquia, Espanha e Portugal. Consiste num exercício de estudo político comparativo que admite um elevado grau de variabilidade na noção de democracia, entre os diferentes Estados, sem, contudo, abrir mão de ideias-chave como sejam a existência de eleições livres e regulares e de uma Constituição que promova a separação dos poderes. 2006-10-01 / 2006-10-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0036 - Mapping European and American Economic Initiatives towards Israel and the Palestinian Authority and their Effects on Honest Broker Perceptions, Dorothee Schmid et al. O presente texto reflete acerca das características que um Estado tem de apresentar, em ordem a se poder tornar num mediador credível e imparcial aos olhos das duas partes beligerantes envolvidas no conflito israelo-árabe. É estudada a hipótese segundo a qual a confiança que cada uma das partes deposita num eventual Estado intermediário varia negativamente face ao nível de parceria económica estabelecido entre esse Estado e o inimigo. 2006-10-01 / 2006-10-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0037 - Political Scenarios for the EU and Its Neighbourhood - Views from Selected Southern Mediterranean and Eastern European Countries, por Piotr Kaczynski . Neste texto, partindo da consideração de quatro cenários possíveis para o futuro da UE – a) Constituição é rejeitada e o futuro alargamento é permitido, conduzindo a uma "Europa dividida"; b) Constituição é rejeitada e o futuro alargamento é suspenso, conduzindo a uma "Europa no limbo"; c) Adoção da Constituição e suspensão do futuro alargamento, conduzindo a uma "Europa virada para o futuro"; d) A Constituição é adotada e o futuro alargamento é permitido, conduzindo a uma "Europa virada para o exterior" – antevê-se as consequências de cada um desses cenários para a relação da UE com os países vizinhos, ou seja, para a Política Europeia de Vizinhança (PEV). 2006-10-01 / 2006-10-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0038 - Algeria, the Arab Maghreb Union and Regional Integration, por Luis Martinez . Neste documento, encontram-se as conclusões de um inquérito realizado na Argélia, entre Julho e Agosto de 2006, e que procurava indagar a população sobre as causas da estagnação do Magrebe. Chegou-se à conclusão de que a esmagadora maioria dos inquiridos anseia por níveis superiores de democratização que permita, entre outras coisas, um maior comprometimento com o processo de integração regional, no seio da União do Magrebe Árabe (UMA). A adesão a essa União é vista como a melhor forma de preparar o país para os desafios da globalização. Neste contexto, a UE é vista, claramente, como o modelo a seguir. 2006-10-01 / 2006-10-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0039 - Domestic Politics and Conflict in the Cases of Israel, Palestine and Lebanon, Daniela Pioppi et al . Neste texto, é possível encontrar uma análise dos “motores estruturais” que dão impulso aos conflitos na região do Levante – Israel, Palestina e Líbano. Parte-se do princípio de que apenas quando as causas primordiais do avanço dos conflitos estiverem plenamente entendidas é que os atores externos, como a UE, podem intervir, com eficácia, na busca de uma resolução da conflitualidade. O relatório conclui-se com o desenhar de abordagens políticas alternativas que a UE pode adotar, para fomentar a paz na região do Levante. 2006-10-01 / 2006-10-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0040 - La crise des caricatures de Mohammed, Alain Blomart . A crise originada no mundo árabe devido às caricaturas do profeta Mohammed levou a que a EuroMeSCo enviasse um questionário aos especialistas que trabalham nos institutos associados, nos países da Parceria Euro-Mediterrânica, no sentido de se apurar de que forma as diferentes sociedades olharam para esta crise. Chegou-se à conclusão de que, enquanto nos países da margem norte do Mediterrâneo se privilegiou o direito à liberdade de expressão (pese embora, com a exceção da Dinamarca, se aceite que esse direito tem de ser exercido em respeito pela fé do outrem) nos países da margem sul a opinião dominante era a de que deveria haver limites claros à liberdade de expressão para que, assim, se respeite a religião. Por fim, aceita-se que em todo o lado esta crise veio aumentar a percepção de que é real a teoria do “choque de civilizações”. 2006-10-01 / 2006-10-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0041 - Migrant Communities and the Internal and External Dynamics of Integration: The Potential Role of Migrants in the Euro-Mediterranean Partnership, por Gemma Aubarell et al. O segundo relatório da Comissão Global das Nações Unidas sobre Migrações Internacionais vem trazer luz ao fenómeno das migrações. Este apresenta-se, com efeito, diferente do que se verificava nas décadas anteriores, sendo que já não é possível pensar-se neste fenómeno tendo por base a dicotomia clássica entre países de imigração e de emigração. Contrariamente ao que acontecia no passado, na contemporaneidade, um imigrante não rompe em absoluto com o seu país de origem. É por isto que se considera que as tendências das migrações contemporâneas, com a criação das mais diferentes diásporas pelo mundo, numa constante dinâmica de surgimento de cidadanias “transnacionais”, é um fator de união entre povos. O presente projeto de investigação, verifica até que ponto as comunidades migrantes, nos países da Parceria Euro-Mediterrânica, contribuem para o aprofundar do espírito de união nesta zona de integração. 2006-10-01 / 2006-10-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0042 - Islamist Parties in the Maghreb and their Links with the EU: Mutual Influences and the Dynamics of Democratisation, por Amel Boubekeur e Samir Amghar . Este texto analisa o processo de democratização dos partidos islâmicos do Magrebe, antissistema, que, até aos anos 80 do século passado, mantinham uma retórica revolucionária. Pragmaticamente, estes partidos perceberam que a única forma de influenciarem a governação passaria por trilharem o caminho da legalização. É analisada a forma como estas forças partidárias interagem com a UE, nomeadamente na fase da emergência do fenómeno do terrorismo. 2006-10-01 / 2006-10-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0043 - Ownership and Co-Ownership in Conflict Prevention in the Framework of the Euro-Mediterranean Partnership, por Roberto Aliboni et al. Este texto aborda a questão da prevenção de conflitos nos países da Parceria Euro-Mediterrânica (PEM). Apresenta-se a visão muito presente nos países da margem sul do Mediterrâneo de que as políticas da

margem norte são evasivas e mal-esclarecidas, quanto às origens das ameaças. Já no respeitante aos países da UE, defende-se a necessidade de estes se empenharem numa abordagem mais ampla de prevenção de conflitos. Por fim, conclui-se dizendo que a prevenção de conflitos, baseada na co-propriedade, deve ser desenvolvida dentro da PEM. 2006-10-01 / 2006-10-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0044 - Drawing Lessons From Turkey's and Spain's Security Sector Reforms for the Mediterranean, por Eduard Soler . Neste texto é apresentado um estudo sobre a Reforma do Setor de Segurança (SSR) e, sobretudo, sobre o Controlo Civil Democrático das Forças Armadas (DCCAF) com vista à análise da reforma política na UE. São realizados estudos comparativos na região do Mediterrâneo, visando a análise das transformações verificadas na Turquia e em Espanha, que conduziram a diferentes resultados em relação ao DCCAF. Para o investigadores, tanto a SSR como o DCCAF não deverão ser vistos como objetivos em si mesmos mas como elementos indispensáveis ao processo de democratização. 2006-10-01 / 2006-10-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0045 - The Muslim Brotherhood's Success in the Legislative Elections in Egypt 2005: Reasons and Implications, por Noha Antar . Neste texto são analisadas as razões do sucesso eleitoral, sem precedentes, dos Irmãos Muçulmanos (MB), única oposição influente e organizada face ao Partido Nacional Democrático (NDP). São, igualmente, analisadas as relações entre o MB e o regime. São ainda apresentadas recomendações políticas à UE, que não pode evitar lidar com o regime existente nem ignorar o apoio popular aos islamitas. Assim sendo, é aconselhado o diálogo com o MB e a pressão ao regime no sentido da sua adesão ao Estado de direito. 2006-10-01 / 2006-10-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0046 - The Adaptation of EU and US Democracy Promotion Programmes to the Local Political Context in Jordan and Palestine and their Relevance to Grand Geopolitical Designs, por Dorothée Schmid e Fares Braizat . Trata-se da apresentação de um projeto cujo objetivo é a comparação das prioridades e métodos das administrações americana e europeia com vista à promoção dos valores e instituições democráticas no Médio Oriente, sendo os casos de estudo a Jordânia e os territórios palestinos. 2006-10-01 / 2006-10-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0047 - Factors and Perceptions Influencing the Implementation of the European Neighbourhood Policy in Selected Southern Mediterranean Partner Countries, por Sabiha Gundogar . Após o grande alargamento da UE, de 2004, esta entrou num marasmo, no que à sua política externa, nomeadamente para com os vizinhos próximos, diz respeito. As preocupações com as questões internas passaram a dominar as agendas dos diversos governos e das instituições. É neste contexto que a chamada Política Europeia de Vizinhança (PEV) ganhou uma acrescida importância. Será através desta estratégia alargada que a UE poderá abordar e regular as suas relações com os vizinhos do Mediterrâneo, dando, assim, continuidade a outros esforços semelhantes, de entre os quais o mais conhecido é a Parceria Euro-Mediterrânica de 1995, esforços que não atingiram o total das metas a que se propuseram. Neste texto, são analisados diversos planos de ação ao abrigo da PEV. 2006-10-01 / 2006-10-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0048 - Regional Security Dialogue and Cooperation in the South, por Emily Landau e Fouad Ammor . Neste texto, analisam-se os movimentos passados e o potencial futuro, no que concerne à cooperação dos países da margem sul do Mediterrâneo, em matéria de segurança regional. Os autores defendem que a existência de conflitos na região não determina, necessariamente, a existência de uma impossibilidade de unir o Magrebe. 2006-10-01 / 2006-10-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0049 - Women as Full Participants in the Euro-Mediterranean Community of Democratic States . Trata-se de um relatório preparado a pedido da Comissão Europeia, tendo em vista o suporte à reunião ministerial euro-mediterrânica sobre a igualdade entre homens e mulheres. São apresentadas aquelas que, segundo os relatores, devem ser as principais prioridades da Parceria Euro-Mediterrânica (PEM) neste domínio, tendo em vista o aumento da proteção dos direitos das mulheres e sua participação nos processos de reforma política. O objetivo último será o de tornar a questão dos direitos das mulheres um aspeto central da cooperação euro-mediterrânica. 2006-05-01 / 2006-05-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0050 - Regional Crises and Europe: How the Middle East Conflict and Iraq War Affect the EMP, por Isabel Schafer e Ferhad Ibrahim . Neste texto, analisa-se o papel que a Parceria Euro-Mediterrânica (PEM) poderá desempenhar no sentido de ajudar a estabilizar a região do Médio Oriente, fortemente desestabilizada pela chamada guerra do Iraque. Esse papel será forçosamente limitado, dado que esta parceria não se define como uma figura militar, mas sim económica e social. 2005-01-01 / 2005-01-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0051 - Governance, Civil Society and Security in the EMP: Lessons for a More Effective Partnership, por Bettina Huber . No presente texto, analisa-se a importância da sociedade civil para a construção de uma zona Euro-Mediterrânica de paz, segurança e prosperidade. Já o relatório de 2002 do PNUD, sobre o desenvolvimento humano na região do Magreb, salientava que a falta de liberdade era um obstáculo-chave ao desenvolvimento na região. Neste sentido, decisores políticos reconhecem a necessidade de se aproximar a Parceria Euro-Mediterrânica da sociedade civil, de modo a empoderarem e, assim, se facilitar os processos de transição democrática. 2004-12-01 / 2004-12-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0052 - The Impact of Eastern Enlargement on the Barcelona Process, por Madalena Meyer-Resende . O maior alargamento da UE, verificado em maio de 2004, alterou o processo das relações externas, que se diversificaram, tornando-se necessários novos instrumentos para lidar com os novos vizinhos do sul e do leste, através do Quadro da Europa Alargada. A tal respeito, colocam-se também novas questões tais como quais as consequências de tal diversidade ou ainda se haverá novas restrições financeiras.... 2004-11-01 / 2004-11-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0053 - The Partnership in Southern Eyes: Reflections on the Discourse in the Egyptian Press, por Hanaa Ebeid . Os estudos das percepções do Leste e do Sul do Mediterrâneo a respeito da Parceria Euro-Mediterrânica (PEM) são importantes, tendo em conta os pressupostos de uma parceria ideal e os imperativos políticos. Verifica-se que a visão da Parceria no Sul é menos clara, sendo nítido, assim, existir na PEM um desvio em relação ao ideal de parceria, sendo inegável que, perto de uma década após o Processo de Barcelona, a perspectiva Sul da Parceria está ainda em formação. 2004-10-01 / 2004-10-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0054 - Les institutions européennes dans le fonctionnement du PEM: de la répartition des compétences à la gestion dynamique du quotidien, por Dorothee Schmid . Trata-se de uma pesquisa que visa, sobretudo, tornar clara a participação de cada um dos intervenientes da Parceria e compreender qual a repartição de poderes entre os três vértices do triângulo institucional da UE aos quais estarão ligadas as instituições dos 10 países participantes da aventura euro-mediterrânica. Neste sentido, há questões que se impõem tais como a de saber onde se situa o centro de gravidade da Parceria, qual o ator institucional mais próximo desse centro, se a distribuição de papéis será estável e, sobretudo, se o equilíbrio de poderes no seu seio se estabelece sob a forma de monopólio, de concorrência criativa ou destrutiva, ou sob a forma de alianças... Resolvendo-se estas questões, atingir-se-á a compreensão da origem dos desfuncionamentos de que a Parceria é acusada. 2004-10-01 / 2004-10-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0055 - Dancing to the End, por Soli Ozel . O presente texto reflete acerca do processo de adesão da Turquia à UE bem como das implicações que essa adesão poderá trazer. O grande afincamento com que os governos de Istambul têm implementado as reformas necessárias à adesão da Turquia à UE coloca Bruxelas na obrigação moral de dar seguimento ao processo. 2004-09-01 / 2004-09-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0056 - The Sahara Conflict: Bilateralism or Sub-Regionalism?, por Richard Gillespie . O presente texto aborda o processo de cooperação preconizado pelos países da zona ocidental do Mediterrâneo. O designado Diálogo 5+5, lançado pela França em 1983, com o objetivo de reforçar a cooperação entre os países da zona ocidental do Mediterrâneo, após os seus primeiros anos, perdeu ímpeto, sendo que, numa fase posterior, e em resposta a um certo fracasso do Processo de Barcelona, veio a recuperá-lo. As potencialidades e contingências deste sub-regionalismo mediterrânico são analisadas. 2004-09-01 / 2004-09-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0057 - Civil Protection as a Euro-Mediterranean Project: the Case for Practical Co-operation, por Pedro Courela . Dez anos após a Conferência de Barcelona, assistiu-se a poucos avanços práticos na missão de tornar a zona euro-mediterrânica em uma região de cooperação em domínios de manutenção de paz e segurança. Para inverter esta tendência, importa dar passos concretos na efetivação desta estratégia, por exemplo, envolvendo os parceiros mediterrânicos em operações de gestão de crises, em matéria de proteção civil, lideradas pela UE. 2004-08-01 / 2004-08-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0058 - The United States and Euro-Mediterranean Relations: Evolving Attitudes and Strategies, por Ian Lesser . Este documento analisa a evolução das relações, estabelecidas pelos EUA, com a região mediterrânica, ao longo das últimas administrações americanas. Devido à proximidade geográfica que esta apresenta em relação à margem sul do Mediterrânico, comparativamente com os EUA, a UE evidencia, para esta região, uma importância consideravelmente superior. É natural que os EUA continuem a alinhar a sua estratégia em relação à margem sul do Mediterrâneo com a estratégia da UE, na base da parceria que mantém com esta e, ainda, através das relações que têm com vários países da Europa via NATO. 2004-07-01 / 2004-07-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0059 - Civil Society and Political Elites in Palestine and the Role of International Donors: a Palestinian view, por Salah Abdel Shafi . A primeira Intifada palestina, em 1987, alterou a evolução da sociedade civil, passando então a surgir as organizações da sociedade civil (OSC) no papel de fornecedores dos serviços necessários à população, mas também como mobilizadores políticos, dado que as OSC foram produto dos partidos políticos então existentes. Porém, a partir dos Acordos de Oslo e do estabelecimento da Autoridade Palestina, as elites oriundas dos partidos políticos que passaram a integrar as OSC foram-se afastando desses partidos de origem, tornando-se entidades independentes e originando uma profunda crise nos seculares partidos bem como a despolitização das OSC. Estas organizações compreenderam que o seu poder provinha agora do seu acesso à rede internacional e às novas formas de financiamento. 2004-07-01 / 2004-07-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0060 - Le traité constitutionnel et l'avenir de la politique méditerranéenne de l'UE élargie, por Erwan Lannon . A entrada da UE na esfera diplomático-militar internacional não aconteceu sem dificuldades, tendo o alargamento da mesma dado uma nova dimensão às ambições alargadas. A terceira Guerra do Golfo originou, contudo, dissensões que poderão pôr em risco essas mesmas ambições. O futuro da política mediterrânica da União alargada está também condicionado pelos resultados da Conferência Intergovernamental. Será necessário adaptar as estruturas do PEM às evoluções engendradas pela adoção do Tratado Constitucional. Neste estudo é feito um balanço sobre os resultados dos trabalhos da Convenção. 2004-06-01 / 2004-06-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0061 - Common Languages on Democracy in the Euro-Mediterranean Partnership, por Roberto Aliboni . Uma vez que os países euro-mediterrânicos são tão heterogêneos, será viável uma comunidade euro-mediterrânica? O que parece impor-se é que o grupo de países mediterrânicos faça um esforço de mudança, enquanto o outro, o grupo de países europeus, crie as condições necessárias ao sucesso do projeto. Os fracassos entretanto surgidos poderão ter origem numa má gestão das políticas, não sendo, contudo, ainda o momento de descartar a viabilidade da PEM. Neste texto são referidos os assuntos tratados pelo Grupo de Trabalho que reuniu em Barcelona e, depois, em Tunes, com vista à elaboração de um relatório final. 2004-05-01 / 2004-05-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0062 - Global Terrorism, por George Joffé . O texto aborda a nova ameaça de violência indiscriminada, com origem na ideologia do Islão e dirigida contra o Ocidente, ameaça que se pode transformar numa eterna batalha cuja vitória não pode ser assegurada. Trata-se de uma batalha que usa o medo com vista à consecução de objetivos políticos específicos. 2004-05-01 / 2004-05-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0063 - "Looking Ahead" Challenges for Middle East Politics and Research, por Volker Perthes . O presente relatório faz a súpula dos trabalhos apresentados no workshop, 'Looking Ahead' (Olhando em Frente): Challenges for Middle East Politics and Research", realizado no Stiftung Wissenschaft und Politik (SWP), o Instituto Alemão para Assuntos Internacionais e de Segurança, em Berlim, entre 5 e 7 de dezembro de 2003. O objetivo geral é o de ajudar a definir uma agenda de investigação orientada para os problemas do Médio Oriente, de forma a oferecer aos decisores políticos um quadro analítico suficientemente rico. Naturalmente, uma parte substancial do relatório prende-se com a crise do conflito israelo-árabe. 2004-04-01 / 2004-04-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0064 - Les droits de l'homme en Islam et en Occident, por Mustapha Benchenane . É impossível fugir à evidência de que as diferentes concepções do que será o limiar mínimo de defesa dos direitos humanos, no seio da Parceria Euro-Mediterrânica (PEM), entre os países da margem norte do Mediterrâneo e os da margem sul, é um fator de desunião dentro desse espaço de cooperação. No presente texto, é defendida a tese de que todos os países que constituem a PEM devem chegar a um consenso sobre esse "limiar mínimo", bem como a um calendário de implementação de medidas concretas, onde estas se mostrarem necessárias. 2004-03-01 / 2004-03-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0065 - Greece and Turkey, por Thanos Dokos e Fatih Tayfur . Em 2002, a UE aceitou que Chipre e Malta aderissem à UE. No mesmo ano, a ONU apresentou um plano para a resolução do problema do Chipre. O presente texto analisa estes dois desenvolvimentos à luz da Parceria Euro-Mediterrânica e da relação trilateral greco-turca-cipriota. 2004-03-01 / 2004-03-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0066 - Southern Mediterranean Perceptions and Proposals for Mediterranean Security, por Gamal Soltan . O presente texto faz a síntese do processo de pacificação da região do Norte de África e do Médio Oriente, a partir dos anos 90 do século passado. Se, no início dessa década, a tendência era animadora, com o fracasso do chamado Processo de Paz do

Médio Oriente, a situação deteriorou-se bastante. É apresentada a visão da margem sul do Mediterrâneo a respeito destes problemas, apontando-se, segundo essa perspectiva, causas e soluções. 2004-02-01 / 2004-02-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0067 - Launching the Euro-Mediterranean Security and Defence Dialogue, por Álvaro de Vasconcelos . O presente relatório analisa as implicações prováveis que advirão da reforma institucional europeia, bem como da possível adoção da nova Constituição Europeia, para a Parceria Euro-Mediterrânica (PEM). Como consequência de esse aprofundar da integração europeia, espera-se que haja uma maior sintonia, em termos de política externa, no seio da UE. Assim, este documento, analisa de que forma essa tendência irá moldar a PEM. 2004-01-01 / 2004-01-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0068 - Democracy and the EMP: European and Arab Perspectives, por Richard Gillespie e Richard Youngs . De uma forma crescente, a questão da salvaguarda da democracia tem ganhado preponderância, no seio da Parceria Euro-Mediterrânica (PEM). Cada vez com maior intensidade, a UE tem encorajado a liberalização política nos estados árabes. O presente texto analisa as perspectivas europeias e árabes, a respeito da defesa da democracia. 2003-12-01 / 2003-12-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0069 - Interlinkages Within the Euro-Mediterranean Partnership Linking Economic, Institutional and Political Reform: Conditionality Within the Euro-Mediterranean Partnership, por Dorothée Schmid . Este relatório parte da premissa de que a cooperação económica entre a UE e os países da margem sul do Mediterrâneo, no âmbito da Parceria Euro-Mediterrânica (PEM), deve ser condicional, isto é, deve depender do ímpeto reformista demonstrado por esses países no sentido da incrementação da defesa dos direitos humanos e do respeito pela democracia. Contudo, a cooperação económica vai avançando mais rapidamente do que os avanços no domínio das reformas políticas. São analisadas as dificuldades de se implementar essa estratégia de cooperação condicional. O relatório define em que moldes se pode efetivar essa estratégia, eficazmente e em respeito pelas leis dos diferentes Estados. 2003-12-01 / 2003-12-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0070 - System-Opening and Cooperative Transformation of the Greater Middle East. A New Trans-Atlantic Project and a Joint Euro-Atlantic-Arab Task, por Ludger Kunhardt . Durante a crise do Iraque, 2002-2003, foram intensamente debatidas as diferenças das abordagens transatlânticas aos novos desafios trazidos pelo ciclo de instabilidade de “Marraquexe a Bangladesh”. O mundo ocidental depende de uma globalização bem sucedida que, por sua vez, exige estabilidade, transparência, estruturas políticas e empresariais eficientes e condições sociais que distribuam os benefícios da globalização. Uma estratégia liderada pela UE para o Médio Oriente basear-se-á na experiência do Processo de Barcelona. 2003-11-01 / 2003-11-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0071 - Why Investment in Civil Society is an Investment in Economic Development: The Case of the Southern Mediterranean, por Ulrich Wurzel . É apresentado, neste texto, o papel das sociedades civis no desenvolvimento económico, tal como referido no Tratado de Barcelona. Segundo o autor, é fundamental que as economias dos PPMCs sejam reforçadas, a fim de não sofrerem um choque se a zona de comércio livre Euromed entrar em vigor, e que os responsáveis políticos procurem a cooperação da sociedade civil, com vista à resolução dos problemas sociais e técnico-económicos. 2003-10-01 / 2003-10-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0072 - Corruption and the Challenge for Civil Society, por Niall Greene . De um modo geral, a corrupção nos países árabes é um obstáculo ao seu desenvolvimento. O conhecimento que se tem a este respeito é inferior em relação aos países do Sul, dada a existência, nos do Norte, de meios de comunicação social denunciadores, organizações da sociedade civil e um sistema judicial vigorosos. Para este combate, mostram-se necessárias coligações de governantes, setor empresarial e sociedade civil. 2003-09-01 / 2003-09-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0073 - European Perceptions on Security and Defence Issues. A Reflection on the European Press, por Élvira Sánchez Mateos e Gemma Pinyol . Através deste documento, pretende-se fornecer informação acerca da cobertura, por parte de alguns jornais europeus selecionados, das questões de segurança e defesa nos países do Sul e de eventuais ligações com a PES, a PESD e o processo euro-mediterrânico. De um modo geral, há a perceção da reduzida importância dada pela imprensa europeia às questões de segurança e defesa dos países do Sul do Mediterrâneo, centrando-se esta apenas nas questões económicas. 2003-07-01 / 2003-07-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0074 - Asymétrie et sécurité globale, por Khalifa Chater . O Processo de Barcelona, traçando uma linha entre a Europa e as margens sul e oriental do Mediterrâneo, afetou a possibilidade de uma visão global. Através deste texto,

pretende-se, justamente, afastando-se de tal visão assimétrica, reaproximar as duas margens, desenvolvendo o necessário olhar global sobre ambas. 2003-06-01 / 2003-06-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0075 - Security Governance: The Difficult Task of Security Democratisation in the Mediterranean, por Fred Tanner . Pela sua própria natureza, o sector da segurança é suscetível a abusos e, portanto, o controlo democrático dos recursos de defesa assume-se como uma questão premente. Nesse sentido, uma das prioridades da Parceria Euro-Mediterrânica passa pela uniformização de métodos, estratégias e finalidades desse setor, em respeito pelos direitos humanos e pela ordem democrática. 2003-05-01 / 2003-05-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0076 - La sécurité en Algérie et en Libye après le 11 septembre, por Luis Martínez . O presente texto analisa o impacto dos ataques terroristas de 11 de setembro nas políticas de defesa do Estado da Argélia e da Líbia. Também nestes dois territórios, o extremismo de índole islâmica faz-se sentir, sendo que o comprometimento das autoridades na luta contra o terrorismo e numa perspetiva de alinhamento com os EUA é total. A guerra preventiva dos EUA, no Iraque, veio levantar receios nestes dois países magrebins. 2003-05-01 / 2003-05-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0077 - Non-ingérence et souveraineté: la question de l'ingérence démocratique , por Ghassan Andoni . Uma das questões que, após o final da Guerra Fria, mais tem apaixonado cientistas políticos, governantes, bem como pensadores de todos os tipos é a de se saber se e quando deve haver ingerência de uns Estados sobre outros. Este artigo analisa a evolução da questão “soberania vs interferência”, desde os finais dos anos 80 do século passado, e enquadra-a no contexto da Parceria Euro-Mediterrânica. 2003-03-01 / 2003-03-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0078 - Culture and Security Policy in Israel, por Emily Landau e Tamar Malz . Devido às ameaças de que é alvo, a sociedade israelita vive impregnada numa “cultura de segurança”. Esta “cultura de segurança” impacta em praticamente todos os aspetos da sociedade e da política e condiciona, decisivamente, a estratégia de segurança e defesa do Estado. Neste texto, e à luz deste enquadramento, tenta perceber-se como Israel interpreta as potencialidades para a sua segurança presentes nas suas relações com EUA, UE e Parceria Euro-Mediterrânica. 2003-03-01 / 2003-03-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0079 - The role of Turkey in euro-mediterranean security, por Suhnaz Yilmaz . Após o final da Guerra Fria, o papel da NATO no mundo teve de ser repensado. Com efeito, deixou de existir a ameaça para o Ocidente que era a URSS, contudo isso não significou o fim da necessidade de se apostar numa defesa conjunta, face ao aparecimento de ameaças de outras naturezas. É neste contexto que a Turquia, como membro da NATO numa região do mundo instável, fronteira entre Europa e Ásia, assume um papel determinante no pensamento estratégico de defesa ocidental. 2003-02-01 / 2003-02-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0080 - Eastern Enlargement and the Euro-Mediterranean partnership: a Win-Win Game?, por Bichara Khader . O grande alargamento da UE a leste, decidido na Cimeira de Copenhaga de dezembro de 2002, será um momento-chave para o futuro desta união. Para poder fazer face a este compromisso, esta terá de promover uma profunda reforma institucional. O impacto que todo esse universo de mudanças terá na Parceria Euro-Mediterrânica é, neste texto, analisado. 2003-02-01 / 2003-02-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0081 - The People-To-People Programs - Peace-Making or Normalisation?, por Ghassan Andoni . O presente artigo analisa o programa de fomento da transculturalidade, entre os povos de Israel e da Palestina, saído do Acordo de Oslo II de 1995 e cujo objetivo se prendia com o estabelecimento do diálogo e da colaboração entre estes dois povos. São apontadas recomendações para futuros programas deste tipo e que vão, essencialmente, no sentido de se criarem medidas de criação de confiança, em falta nesta primeira tentativa. 2003-01-01 / 2003-01-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0082 - Parlements et société civile dans la sécurité euro-méditerranéenne, por Erwan Lannon . Com o final da Guerra Fria, houve uma clara alteração na forma como os Estados olham para as questões de segurança. Esta deixou de estar numa tão forte dependência do sector militar duro e passou a ser vista como estando na dependência de uma cultura de diálogo e de cooperação. Nesse contexto, analisa-se o papel que atores da sociedade civil, bem como instituições parlamentares, na região Euro-Mediterrânica têm, no sentido de estabelecerem as bases de uma cooperação intercultural capaz de lidar com tão emergentes assuntos de segurança como sejam o fenómeno das migrações ilegais, o tráfico de drogas, a criminalidade transnacional, o tráfico de seres humanos, o terrorismo, etc. 2002-11-01 / 2002-11-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0083 - Sub-Regional Cooperation within the EMP, por Stephen Calleya e Mark Heller . Desde o final da Guerra Fria que os espaços regionais têm ganhado importância como nível intermédio de análise, bem como de construção de políticas, entre o Estado-nação e o sistema internacional global. Partindo deste pressuposto, no presente texto são analisados os primeiros anos pós-Declaração de Barcelona, tentando identificar-se os progressos reais já alcançados e o potencial futuro da região euro-mediterrânica. 2002-07-01 / 2002-07-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0084 - Security and Common Ground in the Euro-Med Partnership, por Roberto Aliboni . Durante os primeiros anos pós-Declaração de Barcelona houve poucos progressos no alcançar de um conceito comum de segurança, um denominador mínimo comum de segurança, capaz de unir todos os países da região Euro-Mediterrânica. Este texto, apoiado nas deliberações do grupo de trabalho EuroMeSCo IAI-AEI, pretende contribuir para alterar este quadro. 2002-06-01 / 2002-06-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0085 - European Defence – Perception vs Realities, por Bruno Cardos Reis . O presente documento analisa a Política Comum de Segurança e Defesa Europeia (PCSD), enquanto faz nota da percepção de que as elites da margem sul do Mediterrâneo têm acerca desse pilar da UE. A falta de uma estratégia coerente para com a região do Mediterrâneo é apontada como uma das principais lacunas da PCSD, demonstrando que o discurso de uma UE apostada em fortalecer laços com o restante Mediterrâneo é, por vezes, retórico. 2002-06-01 / 2002-06-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0086 - Civil Society Co-operation in the EMP: From Declarations to Practice, por Ulrike Julia Reinhardt . No presente texto observa-se a importância da sociedade civil para a efetivação dos objetivos da Parceria Euro-Mediterrânica. Com efeito, através da dimensão da integração e cooperação que se pretende alcançar na bacia do Mediterrâneo, esta parceria distingue-se de outros projetos regionais. Esse alto nível de união só pode ser alcançado com um sentimento de adesão cidadã que legitime avanços nos campos institucionais. Contudo, têm aparecido obstáculos à agenda das organizações da sociedade civil, sendo que os governos não fazem tudo o que podiam para se ultrapassarem os obstáculos. 2002-05-01 / 2002-05-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0087 - Syrian Views of an Association Agreement with the European Union, por Ayman Abdel Nour . Este texto analisa os esforços de aproximação entre a Síria e a UE, fortemente acelerados pela mudança de liderança na Síria, no ano 2000. A nova e mais jovem liderança de Bashar al-Assad percebeu que a Síria deve aproximar-se da UE em busca de um apoio para a efetivação das necessárias reformas, reformas que possibilitem a entrada deste estado na era da globalização. São analisadas as diferentes posições internas, na Síria, a respeito desta aproximação à UE. 2001-12-01 / 2001-12-01

D. PT/ADN/IEEI/008/0088 - The Lisbon Strategy and the Southern Mediterranean, por George Joffé . The Lisbon Strategy was a proposal made in 2000 at the European Council meeting in Lisbon to establish a “framework for action until 2010” designed to achieve economic, social and environmental renewal within the European Union. 2007-01-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0089 - Ser árabe significa..., por George Joffé . A crise do Médio Oriente trouxe de volta o velho paradigma do “Mundo Árabe” e com ele a necessidade de analisar a complexidade da partilha de atributos culturais, linguísticos e religiosos na origem do termo e do que representa ser “árabe”. Interroga, neste sentido, se, fora dos parâmetros do conflito israelo-árabe, o conceito não é apenas uma reificação artificial do próprio conflito, se não é apenas atribuído à região pelo mundo exterior, ou se corresponde a algo mais, que tem as suas raízes numa experiência histórica e cultural partilhada – e, nesse caso, até que ponto é o modo dominante de identidade e expressão para os indivíduos que o compõem. 2002-07-01 / 2002-08-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0090 - Mais do mesmo!, por George Henderson . O presente artigo faz uma análise comparativa dos resultados previsíveis das eleições de janeiro de 2003 em Israel e na Palestina. Nestas eleições parece, assim, improváveis grandes alterações no quadro político: em Israel, Sharon não possui oponentes significativos – especialmente após o término da coligação Partido Trabalhista-Likud – e, na Palestina, Arafat permanece, apesar das investidas israelo-americanas e da convocação de eleições pelo “Quarteto” para substituir a deslegitimada liderança palestina e eleger um novo conselho, o símbolo das aspirações palestinas. 2003-01-01 / 2003-01-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0091 - Direitos fundamentais e situação humanitária no Iraque, por Luís Silva . Dado o cenário cada vez mais provável de uma guerra contra o Iraque, o presente artigo reflete sobre as consequências de um conflito para os cidadãos iraquianos. Assim, apesar da violação de direitos humanos pelo regime de Saddam Hussein denunciada pela Amnistia Internacional e utilizada como justificação para uma intervenção na área pelos EUA e por Inglaterra – posições rebatidas pela

Amnistia como oportunismo –, são lembradas as consequências para a qualidade de vida e para a ajuda humanitária nessa região, assim como para o equilíbrio regional, que se deteriorarão no caso de a guerra avançar. 2003-03-01 / 2003-03-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0092 - A transição no Iraque - Entrevista a Kamil Mahdi, por Mundo em Português . O presente texto contempla uma entrevista feita a Kamil Mahid, exilado político iraquiano e professor de Economia do Médio Oriente na Universidade de Exeter, no Reino Unido, por O Mundo em Português sobre o Iraque no pós-guerra. Ressalvam-se as questões relacionadas com a possibilidade e natureza de um governo de transição no Iraque depois do conflito, a importância da Nações Unidas como parte da administração transitória, o papel dos EUA e da UE, com a garantia da independência e da integridade nacional e com a questão dos curdos. 2003-04-01 / 2003-04-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0093 - A Jordânia e a segunda Guerra do Golfo, por Hassan A. Barari . O presente texto debruça-se sobre o posicionamento, atitude e consequências para a Jordânia da guerra entre EUA e Iraque, que tem implicações claras para a região. Assim, apesar da esmagadora maioria – de acordo com uma sondagem do Center for Strategic Studies (CSS) da Universidade da Jordânia – estar convencida de que a guerra contra o Iraque se baseia nos interesses petrolíferos americanos e para garantir a segurança de Israel, a Jordânia procurou um acordo com a Administração americana, salvaguardando a sua segurança e estabilidade, em caso de guerra. 2003-04-01 / 2003-04-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0094 - Movimentos xiitas no Iraque, por George Joffé . O presente texto expõe a história dos movimentos xiitas no Iraque que, como todos os movimentos políticos, à exceção do Partido Baas, foram banidos pelo regime de Saddam Husein, resistindo apenas como movimento clandestino ou no exílio. Até 1977, quando os distúrbios no sul do Iraque foram brutalmente reprimidos, não existiam, porém, movimentos políticos especificamente xiitas. Um destes movimentos, contudo, entrou em contacto com outro movimento xiita, formado em torno da família exilada al-Hakim, no Irão, estando parte da força militar daí originada, de regresso ao Iraque, sendo que a maioria dos observadores considera que a sua primeira missão será assegurar uma presença iraniana na nova administração. 2003-04-01 / 2003-04-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0095 - Atitudes israelitas perante a segunda Guerra do Golfo, por Emanuel Adler . Neste texto são delineadas algumas atitudes israelitas perante a guerra dos EUA contra o Iraque: uma de medo, tanto do uso de armas de destruição maciça sobre o Iraque decorrente das ambições regionais de Saddam na ausência da guerra, como do aumento da probabilidade do seu uso pela guerra; de simpatia pela concepção de guerra contra o terrorismo do presidente Bush resultante do fracasso e consequente descrença nas soluções políticas; a esperança da elite dominante no desenvolvimento de um “novo Médio Oriente” fundado na engenharia social inspirado pela administração americana; crença de que esta guerra é uma hipótese de encontrar uma solução justa do problema israelo-palestiniano; apoio das políticas dos Estados Unidos e oposição às europeias, fruto da identidade e segurança; e, finalmente, a sensação de que oposição a uma guerra contra o Iraque, por medo ou por convicção, significa enfrentar, no futuro, um Iraque nuclear-. 2003-04-01 / 2003-04-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0096 - Implicações da guerra no Iraque para a Turquia, por Suhnaz Yilmaz . O presente texto faz uma análise da situação da política externa turca durante a guerra do Iraque. Assim, apesar de apoiar inequivocamente o fim das armas de destruição maciça na região e a luta contra o terrorismo, o rescaldo da guerra pode ter consequências importantes para a Turquia, causando instabilidade regional e uma crescente vaga de terror, assim como efeitos económicos negativos – à semelhança do que terá acontecido na primeira Guerra do Golfo – e diplomáticos, como já se tem revelado quanto à deterioração das relações turco-americanas. 2003-04-01 / 2003-04-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0097 - Os desafios de Abu Mazen, por Mahdi F. Abdul Hadi . Com o conflito israelo-palestiniano atingindo a insustentabilidade e a pressão do “Quarteto” para uma mudança de liderança e reformas institucionais nos sistemas político e de segurança, Abu Mazen aceita, em 2003, o cargo de primeiro-ministro palestino. Neste contexto, o presente artigo avalia quais são os desafios que este deverá ter de ultrapassar, entre os quais se destacam a necessidade de reconstrução de “pontes de negociação” com o governo israelita, que passa tanto por um reconhecimento internacional como do seu comportamento enquanto real reformista ou apenas enquanto leal antigo da OLP. 2003-05-01 / 2003-05-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0098 - A rota enviesada, por Maria do Rosário de Moraes Vaz . O presente texto reflete sobre a proposta do roadmap pelo “Quarteto” com o objetivo de findar o conflito israelo-palestiniano e que hipóteses reais de sucesso tem o plano americano para a paz entre Israel e Palestina. Argumenta-se, neste sentido, que, apesar dos méritos da rota traçada e da importância do empenhamento e presença dos Estados Unidos, e da comunidade internacional em geral para a construção de uma resolução viável, as possibilidades de a rota traçada alcançar o seu objetivo justo estão viciadas, pelo facto de pôr o ónus principal que possibilita a sua aplicação na parte mais fraca, a futura palestina e o de não partir do resultado que se

pretende atingir para as condições concretas e as modalidades práticas da sua concretização mas dos resultados destas para o estabelecimento de um “acordo definitivo”. 2003-05-01 / 2003-05-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0099 - Roadmap - uma proposta para a paz, por Ana Santos Pinto . O Quarteto apresentou uma proposta de plano de paz para o conflito israelo-palestino, o roadmap, formulado após a consulta às partes envolvidas. A proposta visa a criação de “um Estado Palestino independente, democrático e viável” em 2005, que viva “em paz e segurança ao lado de Israel e dos restantes vizinhos”. Neste contexto, o presente texto dá conta das diferentes fases previstas por este acordo: a primeira fase pretende acabar com o terror e a violência, normalizar a vida dos palestinos e construir instituições na Palestina até maio de 2003; a segunda, a ser realizada até ao final de 2003, visa criar um Estado Palestino com atributos de soberania e fronteiras provisória; a terceira, compreende uma fase posterior, a ser cumprida entre 2004 e 2005, do estabelecimento de um acordo permanente e fim do conflito israelo-palestino. 2003-05-01 / 2003-05-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0100 - Democracia e violência no Maghreb, por George Joffé . O presente artigo dá conta dos movimentos terroristas radicais, com principal atenção ao movimento Salafiyya-Jihadiyya, no Médio Oriente. É, assim, considerado que estes grupos capturam a raiva e a frustração do mundo Muçulmano e a procura da independência do Ocidente, mesmo que as suas estratégias, as táticas e os objetivos sejam rejeitados pela maioria da população. Inversamente, os Estados do Mahgreb – como é o caso da Argélia e do Egipto, por exemplo – instrumentalizam a violência e o islamismo político para evitar uma mudança verdadeiramente democrática. Marrocos terá resistido a esta tendência, mas esta resistência pode estar em risco devido aos atentados de Casablanca. Não obstante, com esta pressão interna, acompanhada da pressão internacional, os países do Mahgreb vêem-se agora forçados a reconhecer a necessidade da mudança democrática. 2003-06-01 / 2003-08-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0101 - Islão e democracia?, por Salima Ghezali . Muitos são os que consideram que a expressão “islão e democracia” é em si mesma indicativa de uma generalização abusiva. Partindo desta premissa, e perante a impossibilidade de abordar todas as questões englobadas nesta expressão, o presente artigo optou pela análise de algumas situações de crise em países muçulmanos que levantam, por um lado, o problema da estabilidade e da democracia internas e, por outro, podem levar a uma deterioração das relações com os países vizinhos ou com os parceiros ocidentais. Neste sentido, a crise argelina é utilizada como o exemplo mais rico. Partindo da análise particular desta para uma reflexão mais geral, é concluído que, apesar da longa lista de graves problemas democráticos, estes não têm que ver com o Islão, mas com o extremismo islâmico, que se caracteriza como questão política, de resolução política também. 2003-12-01 / 2004-01-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0102 - Transição democrática e estabilidade no Mediterrâneo, por Tim Niblock . O Islão e a estabilidade de regime são duas das três variáveis chave da questão da transição democrática no Sul e no Leste da região mediterrânica. A terceira é a liberalização económica – ou seja, até que ponto a democracia necessita da liberalização económica. Na tentativa de fornecer uma análise mais completa das perspetivas e da transição democrática, o presente artigo examina as interações entre estas três variáveis. Finalmente, são apontadas as formas a partir das quais os poderes externos – com especial ênfase na UE – podem apoiar a transição democrática através do desenvolvimento de uma política de pressão crescente através do envolvimento e do compromisso. 2003-12-01 / 2004-01-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0103 - Iraque: a caminho da fragmentação? . A conjuntura política no Iraque entre 2003 e 2004 foi responsável por um amplo debate nas esferas diplomáticas, académicas e militares mundiais. A vaga de atentados que varria o país e as hesitações da coligação anglo-americana eram vistas como um sinal de que a situação no terreno está longe de melhorar. Foi neste contexto que O Mundo em Português perguntou a alguns intervenientes na Conferência Internacional de Lisboa, naquele ano subordinada ao tema Diversidade e Mudança na Ordem Internacional - Diálogo e Conflitos no Mediterrâneo, como percebiam a situação no Iraque e que tipo de cenário previam para o futuro do país. 2003-12-01 / 2004-01-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0104 - Médio Oriente - Mais do mesmo, por George Joffé . Neste texto é feita uma análise prospetiva para o Médio Oriente no ano de 2004. Neste sentido, duas questões são apontadas como essenciais: o Iraque e o processo de paz do Médio Oriente. No entanto, ambas devem ser vistas tendo como pano de fundo a guerra contra o terror que os EUA continuarão a travar, à medida que se aproximam as eleições presidenciais. O maior impacto dessa guerra será sentido na Arábia Saudita, com a limpeza das células da al-Qaida que aí se encontram, e no Iraque. Em consequência, aumentarão as tensões com o Irão e a Síria, enquanto Ariel Sharon poderá ter que enfrentar eleições em Israel. No Norte de África, as eleições presidenciais na Argélia, em abril, demonstrarão se o presidente, Abdelaziz Bouteflika, conseguirá escapar à tutela militar, enquanto o Presidente Ben Ali será, indiscutivelmente, reeleito. 2003-12-01 / 2004-01-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0105 - La perception d'une menace régionale: héritage post-indépendance, por Fernanda Faria . A história dos conflitos do Magrebe tem origem no sul-Sul e, mais particularmente, nas relações Intra-Magrebe. Desde o tempo da independência, as disputas e tensões regionais estiveram na vanguarda da ameaça e, assim também, no centro das políticas de defesa e segurança nacional destes países, estando intimamente ligadas ao contexto regional. Traçando a história destes conflitos, especialmente o conflito do Sahara Ocidental – caso mais grave e de maiores repercussões para a região –, o presente artigo reflete sobre as implicações políticas (internas e externas) e de segurança nestes países e nos quadros de integração regional e de cooperação internacional, mesmo após uma aparente resolução dos conflitos. 1994-01-01 / 1994-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0106 - O tempo das reformas políticas?, por Pedro Courela . A Parceria Euro-Mediterrânica tem alguns problemas relacionados com falhas no sistema democrático e de direitos humanos, ficando ainda aquém do objetivo assumido. Os governos reconhecem a necessidade de reforma e aos poucos são reivindicadas algumas liberdades. Todavia, intervencionismo americano no Médio Oriente causa alguma hostilidade e receio nas populações. A Europa goza de uma imagem mais positiva em comparação com os EUA e pode tirar vantagem disso. 2005-04-01 / 2005-05-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0107 - As mudanças necessárias - Inquérito, por IEEI . Inquérito feito a diversos participantes da XXII Conferência Internacional de Lisboa, sobre a democratização dos países do Médio Oriente e do Mediterrâneo, em particular no quadro da Parceria Euro-Mediterrânica sendo que a conferência era dedicada ao tema: “O Mediterrâneo, o Médio Oriente e a Europa – A Vizinhança Alargada da UE e da NATO”. Azzam Mahjoub fala sobre a cooperação com a sociedade Civil, Mensur Akgün refere a ausência de mecanismos de monitorização democráticos, Saad Eddin Ibrahim e Marina Ottaway tratam do papel dos atores externos e Ebtsam Al-Kitbi da sua credibilidade. 2005-04-01 / 2005-05-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0108 - A missão (quase) impossível de Abu Mazen, por Maria do Rosário de Moraes Vaz . Abu Mazen, candidato oficial da Fatah, ganha as eleições presidenciais na Palestina. Apesar da ocupação militar a eleição palestina decorreu no essencial como manda a regra num regime democrático. Não houve violência entre campanhas rivais. A ocupação militar foi um entrave com as restrições de liberdade de circulação, demolições e assassinatos. Salienta-se os milhões de refugiados palestinos que não puderam votar. O artigo analisa o resultado das eleições e quais as maiores dificuldades que Abu Mazen terá de ultrapassar. 2005-04-01 / 2005-05-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0109 - A propósito da guerra no Líbano - leituras e interpretações, por Volker Perthes . O presente artigo aborda os acontecimentos da guerra no Líbano a partir de cinco quadros de referência: guerra global contra o terrorismo, fundamentalismo islâmico versus modernidade de Israel, guerras assimétricas, fragilidade do Estado e lutas de poder no Médio Oriente. É também analisada a intervenção da comunidade internacional e o imperialismo ocidental nestes conflitos. 2007-05-01 / 2007-06-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0110 - A razão de Estado, por Karam Karam . O presente artigo faz o contexto da guerra contra o Líbano levada a cabo por Israel (A segunda Guerra do Líbano). As diferentes motivações e atores no conflito afirmaram uma “razão de Estado” na cena política libanesa, que se analisa com detalhe. 2006-10-01 / 2006-11-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0111 - A ignorância perigosa, por Álvaro Vasconcelos . A religião como causa de conflitos é posta em causa no presente artigo, que considera esse fator político. A radicalização de alguns setores nos árabes é mais atribuído ao antiamericanismo comum do que a correntes islâmicas. Aborda-se a posição da Europa nos acontecimentos mais recentes, nomeadamente no Médio Oriente e no Mediterrâneo. 2006-02-01 / 2006-03-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0112 - As mulheres e a Comunidade Euro-Mediterrânica de Estados Democráticos, Bárbara Direito . A Comissão Europeia encomendou estudos sobre a situação das mulheres na região euro-mediterrânica. A rede EuroMeSCO finalizou o relatório «As mulheres enquanto participantes de pleno direito na Comunidade Euro-Mediterrânica de Estados Democráticos». O presente faz uma análise sobre as conclusões do estudo. 2006-06-01 / 2006-07-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0113 - La sécurité interne européenne et la Méditerranée : point de vue du sud : que de malentendus!, por Fouad Ammor . Cet paper analyse l'accent que les questions de sécurité intérieure dans l'espace européen ont mis sur les différents problèmes de migration, de terrorisme, de criminalité, d'identité, d'Islam, de culture et de civilisation, etc. depuis le 11 septembre. L'auteur relate ces questions et leurs implications pour l'avenir du partenariat euro-méditerranéen. 2002-01-01 / 2002-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0114 - The future of Europe seen from outside, por Emily Landau . This paper looks at the future of Europe from an Israeli perspective. Europe-Israel relations have been more successful on the economic front. It deals with Europe's position on the Middle East Peace Process, views of the ESDP and, finally, an optimistic conclusion on the future of Israeli-EU relations. 2002-01-01 / 2002-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0115 - Transition from WEU to ESDP Mediterranean Dialogue Launching the ESDP Mediterranean Security & Defence Dialogue, por Alvaro Vasconcelos . This paper provides the background for the Lisbon's XXI International Conference on Diversity and Change in the International Order Dialogues and Conflicts in the Mediterranean. The dialogue on security and defence remains one of the central objectives in the Barcelona Process which has not yet been achieved. 2003-11-20 / 2003-11-21

D. PT/ADN/IEEI/008/0116 - As Iniciativas Mediterrânicas da União Europeia e da NATO: Complementaridade ou alternativa?, por José Garcia Leandro . O autor começa por responder ao próprio título afirmando que é necessária complementaridade entre as Iniciativas Mediterrânicas da União Europeia e da NATO. O paper desenvolve-se nesta perspetiva de que é do interesse geral a estabilidade do Mediterrâneo e não só dos países da Bacia Mediterrânica que, em alguns casos, apresentam problemas políticos de difícil resolução, como o peso da religião na política e falta de democracia. Por fim, é analisado o Processo de Barcelona e os progressos mais recentemente conseguidos. 2003-11-20 / 2003-11-21

D. PT/ADN/IEEI/008/0117 - Public opinion polls, por Center for Strategic Studies, University of Jordan . This paper is an opinion poll on democracy in Jordan by the Center for Strategic Studies at Jordan University. The aim is to explore trends towards democracy in the Jordan, particularly about political parties and their popularity. The topics covered are: the concept of Democracy; Level of Democracy; Democracy indicators; Political Parties; Parliamentary elections and citizens priorities; Absence of the parliament; Visual & Audio Information and, finally, Computer & Internet spreading. 2003-11-20 / 2003-11-21

D. PT/ADN/IEEI/008/0118 - Argélia: a transição abortada, por Salima Ghezali . O presente paper analisa o processo de transição democrático da Argélia, na medida em que é um exemplo do que não deve ser feito. A reforma do sistema de governo na Argélia, que numa fase inicial foi pensada em termos económicos e administrativos, teve a dimensão política a ganhar a dianteira. Após o 11 de Setembro, o poder argelino proclamou-se como precursor da luta antiterrorista, mas até aí é acusado da violação de Direitos Humanos e corrupção. 2003-11-20 / 2003-11-21

D. PT/ADN/IEEI/008/0119 - Islam, democratic transition and regime stability in the Mediterranean, por Tim Niblock . In the Mediterranean rim, the problem of democratic transition is imposed by three factors: Islam, regime stability and economic liberalisation. This paper aims to outline the paradoxes and problems which surround the process of democratic transition in the area, and to recommend in the light of that the lines of policy which the EU could be pursuing. It considers the EU framework to be the one that probably has the most effective external instrument even with its problematic aspects. 2003-11-20 / 2003-11-21

D. PT/ADN/IEEI/008/0120 - State-building and the quest for peace in the Middle East, por Uri Avnery . This paper begins by examining the concept of the nation-state and the imposition of nationalism in the 20th century, especially in Europe. In the case of the Middle East, the conflict cannot be approached from the same point of view since it has a unique historical process and part for the particular case of Israel and Palestine. A historical context and explanation of the origin of the conflict is given, concluding that it will only be resolved when there is a Palestinian State and an Israeli State. 2003-11-20 / 2003-11-21

D. PT/ADN/IEEI/008/0121 - Islam et démocratie?, por Salima Ghezali . Cet paper aborde la question du gouvernement démocratique dans les pays musulmans, en soulignant l'importance de ne pas généraliser les variations politiques de chaque pays musulman. Dans la multiplicité des situations de crise politique qui surviennent dans un monde en quête d'un équilibre politique et économique difficile, certains pays musulmans occupent une place particulière dans les médias. Le cas de l'Algérie se distingue. 2003-11-20 / 2003-11-21

D. PT/ADN/IEEI/008/0122 - La Ligue des Etats arabes véhicule de coopération régionale et internationale? , por Ahmed Driss . La Ligue des États arabes a été créée en 1945 et considérée comme un contre-projet égyptien, proposé comme une réponse aux tentatives de la Grande-Bretagne de créer une fédération d'États arabes qui unifierait les États du "croissant fertile". Cet paper analyse cette organisation du point de vue institutionnel, de l'intégration, des grands défis extérieurs auxquels elle est confrontée et de son positionnement dans l'ordre mondial. 2003-11-20 / 2003-11-21

D. PT/ADN/IEEI/008/0123 - Afrique du Nord: comment impulser les changements nécessaires?, por Luis Martinez . Après une décennie marquée par la guerre civile en Algérie, l'incertitude sur les conséquences d'Hassan II au Maroc et la répression en Tunisie, un discours sur la transition démocratique au Maghreb émerge paradoxalement. Cet paper examine la transition démocratique au Maghreb, en particulier en Algérie, et la montée des islamistes au pouvoir. 2004-12-13 / 2004-12-14

D. PT/ADN/IEEI/008/0124 - Euro-Mediterranean and Transatlantic Agendas after the American Elections, por Roberto Aliboni . The objective of this intervention is to compare current European and the American agendas of civilian and political co-operation towards the Mediterranean and the Middle East. Although they have different focuses (the American military agenda wants to democratize the region) they both have points in common, which are analysed. Finally, the instruments used to promote reform in the Mediterranean and the Middle East and Transatlantic co-operation are addressed. 2004-12-13 / 2004-12-14

D. PT/ADN/IEEI/008/0125 - Ecrits Stratégiques au Maghreb et dans le Monde Arabe, por IEEI . Cet article examine le lien entre la situation méditerranéenne et les changements qui se produisent au niveau international en matière de sécurité et de défense. Le Maghreb étant au centre des préoccupations, il est important de prendre en compte les situations et les préoccupations particulières de chaque pays et la manière dont une coopération différente doit être mise en place pour chaque cas. La guerre du Golfe, le développement de l'islamisme et les perceptions qui se développent en Occident sont également abordés. 1994-01-01 / 1994-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0126 - Fondements de la Sécurité Nationale, por IEEI . Cet article vise à analyser deux problèmes qui interfèrent avec les fondements de la sécurité nationale : quel profil les écrits stratégiques arabes sur la sécurité nationale dessinent, et quel ennemi est désigné ? Le concept de sécurité nationale arabe est abordé - sur la base d'une langue, de croyances, de valeurs et d'une continuité géographique communes, etc. Pour déterminer l'ennemi réel et potentiel, une distinction est faite entre les menaces internes et externes, mettant en évidence Israël comme une menace régionale. 1994-01-01 / 1994-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0127 - Moyens de Défense de la Sécurité Nationale . Cet article commence par faire la distinction entre les stratégies et les doctrines militaires comme moyen de faire face au danger et d'utiliser au mieux les ressources de l'espace stratégique arabe. Le contexte historique commence avec la guerre du Golfe et des questions telles que l'utilisation des armes de destruction massive sont examinées. En termes de ressources et d'espace stratégique, d'autres dimensions de la sécurité - telles que la politique et l'exigence de démocratie - sont mises en avant. 1994-01-01 / 1994-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0128 - La PESD, vue de l'autre rive de la Méditerranée (A PESD, visto do outro lado do Mediterrâneo), por Ali Achour . O presente texto analisa de que forma a PESD é vista do outro lado do Mediterrâneo e qual o papel que a PESD pode e deve ter relativamente a esta região. O documento divide-se em três partes essenciais: primeiro traça uma breve descrição da zona do Mediterrâneo e esboça quais os desafios à estabilização da região mediterrânica; seguidamente distinguem-se as 3 componentes da PESD (gestão militar de crises, gestão de crises civis e prevenção de conflitos); por fim, são analisados os sentimentos mistos com que a integração europeia é vista do outro lado do Mediterrâneo – ora de admiração ou frustração, ora de encorajamento ou preocupação – dado o contraste entre as duas regiões e o seu possível papel, direto e indireto, na margem sul do Mediterrâneo. Em conclusão são traçados alguns elementos para reflexão, nomeadamente no sentido das sinergias, do diálogo e da cooperação entre as duas regiões. 2002-11-11 / 2002-11-11

D. PT/ADN/IEEI/008/0129 - Transition from WEU to ESDP Mediterranean Dialogue: Launching the ESDP Mediterranean Security & Defence Dialogue (Transição da UEO para o Diálogo Mediterrânico da PESD: Lançamento do Diálogo sobre Segurança e Defesa no Mediterrâneo no âmbito da PESD), por Álvaro Vasconcelos . O presente texto, elaborado como background paper para a XXI Conferência de Lisboa, apoia-se nas descobertas do grupo de trabalho da EuroMeSCO e do relatório do IEEI, An European Strategy for the Mediterranean. São examinadas quais as implicações da reforma e expansão institucional e da adoção da Constituição Europeia e, consequentemente, da PESD, na Parceria Euro-Mediterrânea. Analisa, neste contexto, a forma como a dimensão da defesa da UE afeta a sua política externa, particularmente no que diz respeito aos seus parceiros do Sul do Mediterrâneo. É, portanto, importante considerar, no lançamento da PESD, a sua comunicação e capacidade de cooperação. À semelhança de outras iniciativas, a PESD deve cumprir os objetivos de inclusão democrática expressos na Declaração de Barcelona, sendo o diálogo estabelecido no sentido de uma abordagem comum da segurança e da criação de uma cultura de valores e princípios comuns. Procurar esta visão comum da segurança torna-se particularmente importante no pós-11 de setembro. 2003-11-20 / 2003-11-21

D. PT/ADN/IEEI/008/0130 - Public opinion polls (Sondagens de opinião pública), por Centre for Strategic Studies . O presente inquérito pretende explorar as tendências dos Jordânicos em relação à democracia da Jordânia, particularmente no que diz respeito aos partidos políticos e à sua popularidade. Além disso, expõe o tema das últimas eleições parlamentares de modo a investigar as orientações dos cidadãos relativamente ao novo parlamento e as suas perspetivas quanto à sua eficácia, interna e externa. O inquérito visa também as dimensões subjacentes ao comportamento eleitoral dos jordanianos, investigando as suas prioridades, de modo a ordenar os diferentes temas políticos de acordo com a sua importância para os cidadãos. O inquérito incluiu informação auditiva e visual de modo a averiguar o nível de confiança nas notícias locais, regionais e internacionais. O inquérito observou, ainda, a difusão via televisão, a utilização de computadores e da internet. 2003-11-20 / 2003-11-21

D. PT/ADN/IEEI/008/0131 - Islamismo e transição democrática no Mediterrâneo, por Salima Ghezali . O presente texto, elaborado como background paper para a XXI Conferência de Lisboa, estuda a experiência argelina, fazendo um balanço da crise política, 11 anos depois daquilo a que os argelinos chamam de “primavera democrática”, para contestar as políticas percursoras da luta antiterrorista no Iraque, com o pretexto – como é o caso da própria Argélia – da existência de correntes islâmicas radicais. Para este efeito, revê a história recente da Argélia, de falhanço de transição democrática perante uma estratégia de tensão levada a cabo por islamistas e conservadores no poder e da instrumentalização da “ameaça islamista” como justificação para a violação maciça dos direitos humanos, utilização de violência extrema, para o congelamento das liberdades e das reformas económicas. 2003-11-20 / 2003-11-21

D. PT/ADN/IEEI/008/0132 - Islam et démocratie? (O Islamismo é democrático?), por Salima Ghezali . O presente texto centra-se na discussão de algumas situações de crise em países muçulmanos que são suscetíveis de levantar a questão da estabilidade e da democracia interna, de levar a uma deterioração das relações com países vizinhos ou parceiros ocidentais, que podem ir até aos ataques terroristas, e de ter um impacto direto ou indireto sobre as comunidades muçulmanas que vivem nestes países. Assim delineada, a questão do Islão/democracia pode ser abordada dentro de um quadro histórico que nos protege das leituras ideológicas, permitindo-nos ao mesmo tempo abordar os aspetos políticos, económicos e sociais mais diretamente identificáveis, o que, para além de uma abordagem tão objetiva quanto possível, pode ajudar a prever possíveis soluções para situações de conflito mais ou menos aberto. 2003-11-20 / 2003-11-21

D. PT/ADN/IEEI/008/0133 - Islamismo e transição democrática no Mediterrâneo, por Shahed Sadullah . Partindo da questão central do debate onde se insere – será o islamismo compatível com a democracia – o presente texto, através de uma análise histórica e teológica, indaga sobre como pode o Al Quran produzir sistemas de governança tão distintos. De facto, constata, quando o Islamismo se encontrava na sua forma mais pristina, as suas sociedades eram regidas pelo consenso. A mudança para sistemas não democráticos não foi, portanto, dirigida pela filosofia ou teoria islâmica, mas pelas condições políticas, económicas e sociais. Para além disto, na sua maioria, estes países foram atrasados pelo colonialismo. A democracia é, assim, percebida como uma função de determinadas condições, as quais não tiveram oportunidade de germinar nestes países. Os fundamentos do Islão servem como base ideológica perfeita da democracia, tendo esta falhado não por causa do Islão, mas apesar dele. 2003-11-20 / 2003-11-21

D. PT/ADN/IEEI/008/0134 - A UE, o Combate ao Terrorismo e a Promoção da Democracia no Médio Oriente: a Armadilha do Islão Político, por Maria do Céu Pinto . O objetivo desta tese é analisar a relação entre a Europa e o chamado Islão político, mais concretamente os grupos que têm uma agenda política ou representam o Islão radical. Pretende-se colocar em evidência as dificuldades e, nalguns casos, o embaraço da UE ao lidar com o fenómeno do Islão político em duas vertentes distintas da sua atuação: (1) o combate ao terrorismo e (2) a promoção da democracia no Médio Oriente. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/008/0135 - Engajamento Construtivo ou Obstrutivo na Resolução de Conflitos? A UE e o Sara Ocidental, por Rui Alexandre Novais . A UE, enquanto organização regional com ambições de ator global, pode potencialmente desempenhar um papel preponderante na dinâmica de prevenção e resolução de conflitos. O Sara Ocidental, um dos remanescentes Territórios Não-Autónomos cujo processo de descolonização permanece inacabado, constitui um exemplo paradigmático de conflitos irresolúveis. Quando comparado com os conflitos na Bósnia, no Chipre ou entre Israel e Palestina, conclui-se que a UE tem historicamente assumido uma postura discreta e um papel prudente no Sara Ocidental. princípio vestefaliano da não intervenção nos assuntos internos dos Estados tem prevalecido sobre o da não indiferença à realidade sarai algo contraproducente para a reputação e imagem da UE. Além de pôr a nu a desunião interna dos seus Estados membros, o conflito sarai denuncia a fragilidade da Política Externa e de Segurança Comum e as limitações do pilar de resolução de conflitos da UE. 2007-06-25 / 2007-06-26

D. PT/ADN/IEEI/008/0136 - La parlementarisation de l'islam politique: la dynamique des modérés (A parlamentarização do islamismo político: a dinâmica dos moderados), por Jean-Noël Ferrie . O artigo pretende mostrar que o islamismo faz parte, em grande medida, de uma dinâmica de integração no jogo político constitucional. Os limites a esta integração não provêm das suas próprias características, mas da situação dos regimes em vigor no mundo árabe, ou seja, das características dos próprios regimes. É, portanto, a partir de uma melhor análise das suas motivações, que devemos refletir sobre a trajetória política dos partidos com referências religiosas. Neste sentido, segundo o autor, o Islão não é a variável explicativa da política islamista; a variável explicativa é o sistema político, tal como foi estruturado pela ação (e repressão) dos governantes. 01-09-2005 / 01-09-2005

D. PT/ADN/IEEI/008/0137 - Democratisation in Turkey: A Regional Model or a Unique Case in the Mediterranean? (Democratização na Turquia: Um modelo regional ou um caso único no Mediterrâneo?), por Çigdem Nas . A Turquia pode ser citada como um caso de democratização bem-sucedida na região. O longo processo de democratização pode ser explicado pelo tempo necessário à evolução dos fatores de base de um sistema democrático, tais como a limitação e controlo do poder do Estado, o empoderamento do indivíduo, o desenvolvimento de uma sociedade civil plural, e de canais eficazes de participação política e representação democrática, o respeito pela liberdade, associação e outros direitos humanos e liberdades fundamentais. O documento procura aprofundar a análise sobre o processo de democratização turco e avaliar as lições que podem ser aprendidas com esta experiência. Tenta, assim, examinar se o exemplo da Turquia, um país democrático e secular com uma população predominantemente muçulmana, também pode ser repetido em países semelhantes da região. O documento tenta ainda colocar a questão no contexto da política mediterrânica da UE e do Processo Euro-Mediterrânico e avaliar o impacto do fator UE nas perspetivas de democracia na região. 01-09-2005 / 01-09-2005

D. PT/ADN/IEEI/008/0138 - The future of the EMP in a changing context of transatlantic and regional relations (O futuro da PEM num contexto de mudança das relações transatlânticas e regionais), por Roberto Aliboni e Yasar Qatarnah . Este relatório avalia o impacto das recentes mudanças nas políticas dos Estados Unidos para o Médio Oriente e Norte de África na Parceria Euro-mediterrânica, o pilar mais significativo da política da UE para o Norte de África e o Médio Oriente. O relatório está dividido em duas partes. A primeira, inclui uma síntese analítica e comparações das estratégias, conceitos e instrumentos utilizados pelos Estados Unidos e pela União Europeia para a região. A segunda, delinea vários cenários a médio prazo para avaliar o impacto de vários desenvolvimentos transatlânticos possíveis na política da UE em relação ao Mediterrâneo e na Parceria Euro-mediterrânica. 01-09-2005 / 01-09-2005

D. PT/ADN/IEEI/008/0139 - Immigration and the Euro-Mediterranean Area: Keys to Policy and Trends (A imigração e o espaço euro-mediterrânico: Chaves da política e tendências), por Gemma Aubarell e Xavier Aragall . A lógica subjacente a este documento é a necessidade de rever as políticas de migração estabelecidas, dadas as tendências atuais da migração para a Europa. Este documento examina a área mediterrânica como fonte e destino dos movimentos humanos; a difícil coexistência entre as políticas de controlo da migração e a necessidade de mão-de-obra; o desafio de estabelecer políticas nacionais e comunitárias; e, por último, questões adequadas de política de migração euro-mediterrânica. 01-09-2005 / 01-09-2005

D. PT/ADN/IEEI/008/0140 - EuroMeSCo Annual Report 2006 - Getting it Right: Lessons of the "Cartoons Crisis" and Beyond (Relatório Anual EuroMeSCo 2006 - Como acertar: Lições sobre a "Crise dos desenhos animados" e mais além), por Álvaro Vasconcelos (coord.) et al . Este relatório foi preparado em resposta a um pedido da Comissão Europeia. Analisa o papel das iniciativas interculturais no processo de construção de uma Comunidade Euro-mediterrânica de Estados Democratas, com base numa avaliação da chamada "crise dos cartoon" dinamarquesa e do debate sobre o "choque de civilizações". O Relatório concentra-se nas repercussões da "fila dos desenhos animados" na zona euro-mediterrânica sem ter em conta as reações mais profundas. 01-05-2007 / 01-05-2007

D. PT/ADN/IEEI/008/0141 - Barcelona Plus: Towards a Euro-Mediterranean Community of Democratic States (Barcelona Plus: Para uma Comunidade Euro-Mediterrânica de Estados Democráticos), por Álvaro Vasconcelos (coord.), Roberto Aliboni, Volker Perthes e Abdalah Saaf . Em 30 de Novembro, em Haia, os Ministros Euro-mediterrânicos "acordaram que uma revisão abrangente, preparada por Altos Funcionários do Processo de Barcelona, deveria ser submetida aos Ministros no Luxemburgo para aprovação; isto deveria fornecer a base para decisões sobre o futuro do processo. A esse respeito, as duas redes euro mediterrânicas independentes de organizações de investigação, EuroMeSCo e FEMISE, foram solicitadas a contribuir para a revisão do Processo de Barcelona (...)" . Tendo em vista esta decisão, a EuroMeSCo preparou um relatório com uma avaliação dos dez anos da Parceria Euro-Mediterrânica, bem como uma série de recomendações para a construção do Barcelona Plus, com base nas boas práticas da Parceria. Este relatório foi coordenado por Álvaro de Vasconcelos com um comité de redação composto por Roberto Aliboni, Volker Perthes e Abdalah Saaf, que baseou o seu trabalho nas contribuições de vários outros contributos anteriores ao EuroMeSCo. 01-04-2005 / 01-04-2005

D. PT/ADN/IEEI/008/0142 - Les perceptions marocaines de la promotion occidentale de la démocratie (As percepções marroquinas sobre a promoção da democracia ocidental), por Anne Khakee . Este estudo examina a percepção em Marrocos da promoção da democracia ocidental entre os seus principais "alvos" - nomeadamente, ONG, ativistas de partidos políticos e parlamentares, representantes do poder judiciário e do Estado, jornalistas e académicos. Subjacente a esta questão está o pressuposto de que as percepções da legitimidade das iniciativas de promoção da democracia são cruciais para a sua eficácia. A questão da legitimidade é particularmente crucial na região árabe, onde a suspeita de motivos políticos ocultos é generalizada. Este relatório procura responder a questões tais como: Os atores marroquinos sentem que podem legitimamente aceitar a assistência democrática ocidental? Serão algumas formas de promoção da democracia consideradas mais legítimas do que outras? De que forma o financiamento ocidental altera a percepção do público sobre o ator que recebe assistência democrática? Até que ponto as diferentes categorias de atores têm uma percepção diferente da promoção da democracia ocidental?. 01-11-2008 / 01-11-2008

D. PT/ADN/IEEI/008/0143 - Pragmatism Rather than Backlash: Moroccan Perceptions of Western Democracy Promotion (Pragmatismo em vez de retrocesso: Percepções Marroquinas da Promoção da Democracia Ocidental), por Anne Khakee . Este estudo examina a percepção em Marrocos da promoção da democracia ocidental entre os seus principais "alvos" - nomeadamente, ONG, ativistas de partidos políticos e parlamentares, representantes do poder judiciário e do Estado, jornalistas e académicos. Subjacente a esta questão está o pressuposto de que as percepções da legitimidade das iniciativas de promoção da democracia são cruciais para a sua eficácia. A questão da legitimidade é particularmente crucial na região árabe, onde a suspeita de motivos políticos ocultos é generalizada. Este relatório procura responder a questões tais como: Os atores marroquinos sentem que podem legitimamente aceitar a assistência democrática ocidental? Serão algumas formas de promoção da democracia consideradas mais legítimas do que outras? De que forma o financiamento ocidental altera a percepção do público sobre o ator que recebe assistência democrática? Até que ponto as diferentes categorias de atores têm uma percepção diferente da promoção da democracia ocidental?. 01-11-2008 / 01-11-2008

D. PT/ADN/IEEI/008/0144 - Assassinato de Pierre Gemayel. Quem irá beneficiar do crime?, por Rania Safar . O assassinato do ministro libanês da Indústria, Pierre Gemayel, sucede uma linha de catorze outros ataques e teria como objetivo exacerbar as divisões internas e semear a discórdia no seio da comunidade cristã. Acontece contra o pano de fundo de uma perigosa crise política no Líbano. Com o assassinato de Pierre Gemayel, 7 ministros estão agora ausentes do governo. A morte de um oitavo ministro levaria à sua queda. Esta é uma contabilidade macabra que serviria aqueles com interesse na desintegração do estado libanês e no regresso da Síria. Com efeito, o assassinato de Pierre Gemayel ocorreu no dia do reinício das relações diplomáticas entre a Síria e o Iraque. O equilíbrio das forças internas no Líbano será o resultado de uma telescopagem com a situação regional. A bola está no campo da oposição e do Hezbollah em particular. Neste país de consenso, pergunta-se quem beneficiará do reequilíbrio de forças e de que lado será feito esse equilíbrio?. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/008/0145 - A Sul, pouco de novo, por Tobias Schumacher . Se o ano de 2006 foi um ano muito difícil no Sul do Mediterrâneo e no Médio Oriente, 2007 não promete ser muito melhor. Apesar de começar a surgir resistência interna, dentro das sociedades civis e no seio de movimentos islâmicos, e a comunidade internacional ocidental começar a abordar progressivamente estes movimentos islâmicos não violentos no sentido de uma gradual construção de confiança, os regimes autoritários também têm adaptado as suas estratégias para lidar com a oposição interna. Estas têm-se caracterizado ou pela inserção controlada na cena política, como em Marrocos ou na Jordânia, ou pela repressão, como na Tunísia ou na Síria. Uma vez que os regimes estão fortemente agarrados ao poder e enquanto continuarem a ser vistos pelo Ocidente como parceiros na luta contra o terrorismo, é muito provável que essas estratégias continuem durante 2007 e que as sociedades do Sul do Mediterrâneo e do Médio Oriente continuem a ser traídas pelos seus líderes. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/008/0146 - The Mediterranean and the Middle East on 2007, por Tobias Schumacher . Se o ano de 2006 foi um ano muito difícil no Sul do Mediterrâneo e no Médio Oriente, 2007 não promete ser muito melhor. Apesar de começar a surgir resistência interna, dentro das sociedades civis e no seio de movimentos islâmicos, e a comunidade internacional ocidental começar a abordar progressivamente estes movimentos islâmicos não violentos no sentido de uma gradual construção de confiança, os regimes autoritários também têm adaptado as suas estratégias para lidar com a oposição interna. Estas têm-se caracterizado ou pela inserção controlada na cena política, como em Marrocos ou na Jordânia, ou pela repressão, como na Tunísia ou na Síria. Uma vez que os regimes estão fortemente agarrados ao poder e enquanto continuarem a ser vistos pelo Ocidente como parceiros na luta contra o terrorismo, é muito provável que essas estratégias continuem durante 2007 e que as sociedades do Sul do Mediterrâneo e do Médio Oriente continuem a ser traídas pelos seus líderes. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/008/0147 - Verão quente no Líbano, por Karim Makdisi . O Líbano está perante outro Verão de incerteza e violência. A luta política interna desencadeada pelo assassinato do antigo primeiro-ministro, Rafiq Hariri, e a subsequente retirada das tropas sírias do país levou a uma séria crise constitucional. Este impasse interno foi gravemente exacerbado pela existência de fortes interesses conflituais, internacionais e regionais, envolvidos no jogo norte-americano da “guerra contra o terrorismo” e os atores considerados “extremistas”. Assim, no Verão passado, Israel aproveitou uma relativamente insignificante escaramuça fronteiriça com o Hezbollah e lançou uma guerra contra o Líbano, numa clara violação do direito internacional. Quando a “cessação de hostilidades” se tornou real já o grau de dano humano e das infraestruturas impedia declarar uma vitória. Entretanto, uma nova ameaça surgiu recentemente no Líbano, fruto de toda esta instabilidade: a emergência de grupos radicais salafitas (sunitas), inspirados pela al-Qaeda. Com toda esta confusão, muitos analistas acreditam que toda esta tensão atingirá o seu clímax este Verão. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/008/0148 - A Cabília grita o desespero de toda a Argélia, por José Garçon . Numa Argélia de onde a violência não foi erradicada e onde os generais no poder se sentem cada vez mais acossados, a explosão na Cabília é sinal de um desespero generalizado que já não tem a ver apenas com as reivindicações berberes. A revolta vai arrastar ao resto do país?. 01-05-2001 / 31-05-2001

D. PT/ADN/IEEI/008/0149 - A oportunidade inesperada, por José Garçon . A Rússia primeiro, mas também a Argélia, Israel, a Síria e o Irão foram rápidos a condenar os atentados de 11 de setembro e a perceber que dividendos poderiam retirar de um alinhamento ao lado dos “bons” na batalha contra o terrorismo. Na Argélia instrumentaliza-se o apoio à “guerra contra o terrorismo” com o inexplicável regresso da violência no contexto da atmosfera de revolta política e social da última primavera. Em Israel pretendeu-se tirar vantagens deste novo dado na cena internacional assimilando a intifada ao terrorismo. Na Síria e no Irão a dura condenação aos ataques nos EUA resulta de uma vontade comum: deixar de figurar na lista do Departamento de Estado dos países que apoiam o terrorismo. 01-11-2001 / 30-11-2001

D. PT/ADN/IEEI/008/0150 - O peso dos Pashtun no Afeganistão e Paquistão, por Naeem Khalid . O Afeganistão é um país de uma grande diversidade étnica, colocando um enorme desafio aos mediadores mais empenhados. Qualquer esforço de reconstrução pós-bélica e de reconstituição de um Estado unificado será um enorme desafio. Os pashtuns constituem o grupo étnico mais numeroso, com 40% da população total. A demografia e laços culturais e étnicos pashtun, que mantém relações muito fortes com as comunidades pashtun nas zonas adjacentes do Paquistão, nas províncias da Fronteira Noroeste e do Balauchistão significa que o território em torno da fronteira entre o Paquistão e o Afeganistão é em boa parte dominado por chefes tribais pashtun e não pelas autoridades centrais. Os pashtuns têm, assim, uma importância política decisiva num país que tem sido dominado pelos militares durante boa parte das últimas duas décadas. O que não será estranho ao facto de os serviços militares paquistaneses terem estado na origem da formação das milícias taliban. 01-11-2001 / 30-11-2001

D. PT/ADN/IEEI/008/0151 - Paquistão e Afeganistão: Mestre e aluno?, por Jirjis al-Jafawi . No contexto de toda a agitação atual em torno do terrorismo internacional e do grupo al-Qaeda de Osama bin Laden, é impossível ignorar dois outros protagonistas inquestionáveis desta crise. O facto de o Afeganistão se ter tornado no alvo das bombas norte-americanas não é surpreendente, tendo em conta a insistência da Administração Bush de que o regime taliban está aliado a bin Laden e, por isso, tem parte da responsabilidade nos atentados. Há anos que o Governo de Cabul está ligado ao de Islamabad. Mas os ataques de 11 de setembro contra os EUA trouxeram uma novidade: o Paquistão é capaz de virar as costas ao país vizinho para se tornar num importante aliado do Ocidente. O presente texto reflete sobre o papel do Paquistão na cooperação com o Ocidente, o governo taliban no Afeganistão e as implicações desta cooperação para o Paquistão, bem como nas relações entre os dois países. 01-11-2001 / 30-11-2001

D. PT/ADN/IEEI/008/0152 - Bloco de notas, por Alexandra Prado Coelho . O presente texto discorre brevemente sobre aqueles assuntos que marcaram a imprensa internacional até maio de 2003. Zvi Bar’el, um israelita, olha para a questão da queda do regime iraquiano e do choque que este provocou no mundo árabe, num artigo publicado no Ha’aetz, partindo de outros artigos e opiniões expressas por intelectuais árabes. Um artigo do conhecido especialista em questões árabes, Bernard Lewis, no site da revista Atlantic Monday coloca a questão das religiões e das civilizações, do Ocidente e do Islão. Patrick Seale, analista do Médio Oriente, afirma no diário libanês, The Daily Star, que parece inevitável que os UEA e os xiitas do Iraque se encontrem, em breve, envolvidos numa luta de poder. Já o International Crisis Group afirma, no seu último relatório até à data, que chegou a altura de se adotar novas políticas em relação a Montenegro. 2003-05-01 / 2003-05-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0153 - Os xiitas na transição iraquiana, por Roberto Aliboni . Em abril, nos dias de peregrinação a Karbala os xiitas deram à opinião pública mundial a impressão de serem uma força compacta, claramente antiamericana, sob uma forte direção política por parte dos seus líderes religiosos. Na realidade, mesmo se na região nenhum xiita gosta da ocupação

americana, é clara a existência de divergências que se entrecruzam com divisões ideológicas mais profundas sobre a polis islâmica que Khomeine edificou no Irão. 2003-09-01 / 2003-09-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0154 - Mediterrâneo e EuroMeSCo, por IEEI . A principal atividade do IEEI na área do Mediterrâneo tem-se centrado, de 1996 até à data da publicação do presente texto (2000), em assegurar o Secretariado e a coordenação de parte dos trabalhos de pesquisa da rede EuroMeSCo. O presente texto esclarece sobre a iniciativa do EuroMeSCo, criada em Sesimbra em 1996, e a atividade desenvolvida pelo Instituto no seio deste programa que se viria a tornar uma das mais profícuas atividades do IEEI. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0155 - Européennes et Maghrébines: Une Solidarité Obligée (Europeus e Magrebinos: Uma Solidariedade Obrigatória), por Álvaro Vasconcelos . O diálogo a duas vozes entre especialistas das duas margens do mediterrâneo, Europa e Magrebe, presente no centro desta obra, mostra em que medida é que as perceções das questões são diferentes no Norte e no Sul. O presente estudo torna também claramente aparente a necessidade de a Europa ver na integração a possibilidade de contribuir para a estabilidade do ambiente meridional e para o Magrebe, que é presa de tentações extremistas, para assegurar o seu desenvolvimento através da cooperação e da transição para a democracia. No que diz respeito aos planos estratégicos, económicos, migratórios, as relações euro-magrebinais continuam frequentemente conflituosas. Ultrapassar os conflitos e procurar uma parceria equilibrada é, sem dúvida, para nós e para os nossos vizinhos, uma das maiores questões deste final de século. Os textos presentes neste livro são resultado de uma discussão promovida em dois encontros pelo IEEI, um em Sesimbra e outro em Paris. 1993-12-31 / 1993-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0156 - Introduction: L'impératif de la connexion (Introdução: O imperativo da conexão), por Álvaro Vasconcelos . Como o seu papel subordinado na crise do Golfo, a sua marginalização na Conferência da Paz do Médio Oriente e a sua impotência face à agressão nacionalista sérvia tinham confirmado, sem os instrumentos de uma política externa e de segurança comum, a Europa jamais será um ator de peso nestas questões e naquelas regiões que a afetam de forma vital e em relação às quais tem os seus próprios pontos de vista. No pós-Guerra Fria e num mundo que se desbipolariza, o Sul sente também a necessidade de questionar certezas que pareciam inabaláveis e de romper com um percebido terceiro-mundismo desatualizado. A tendência do sistema internacional no sentido da criação de espaços de integração e de livre comércio coloca o Magrebe, se este não se quiser isolar, perante a necessidade de desenvolver iniciativas que visem a criação de um espaço de integração. O presente texto reflete brevemente sobre de que forma esta cooperação mediterrânea é percebida e sentida de cada uma das margens. 1993-12-31 / 1993-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0157 - La sécurité en Méditerranée occidentale: Une approche maghrébine (A segurança no Mediterrâneo Ocidental: Uma abordagem magrebina), por Mustapha Seimi . Tal como em qualquer outro lugar, a história recente do Magrebe testemunha que a integridade territorial de cada país constitui a maior ameaça à paz e à segurança na região. As disputas fronteiriças têm estado assim no centro das perceções estratégicas e/ou ameaças prospetivas nesta fatalidade que, durante muito tempo, tem impedido a normalização das relações intermagrebinais. O espaço estratégico regional foi ainda mais perturbado nos últimos anos com a introdução de uma das facetas da competição Leste-Oeste no Magrebe. Partindo deste contexto fragilizado, o presente texto reflete sobre a clara necessidade de o Magrebe reavaliar o seu lugar e papel numa nova ordem mundial emergente e, assim, de estabelecer as condições para uma abordagem menos divergente da segurança e estabilidade na região. O fim da bipolarização e a construção de uma nova ordem mundial requer uma aceleração da construção do Magrebe, mas também uma articulação renovada das suas relações com os países da margem norte do Mediterrâneo e a Comunidade Europeia. 1993-12-31 / 1993-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0158 - Flux migratoires et politiques d'immigration européennes (Fluxos migratórios e políticos da imigração europeia), por Catherine Wihtol de Wenden . A imigração constitui hoje uma aposta essencial das relações entre a Europa e o Magrebe no Mediterrâneo Ocidental. Depois do fim do antagonismo Este-Oeste, esta questão é percebida a Norte como um elemento principal da ameaça a Sul, de ordem demográfica, económica, religiosa e política. Alguns consideram-na até um desafio à segurança europeia e vêem a Guerra do Golfo como reveladora dessa fratura. O que assistimos hoje é, portanto, uma redefinição da ameaça, real ou imaginária, em que o Mediterrâneo é uma referência contraditória e paradoxal. Este novo contexto exige novas relações onde o Magrebe irá condicionar o futuro de toda a Europa do Sul e onde a França, Espanha e Itália terão de desempenhar um papel decisivo. A fim de analisar o lugar da imigração nas questões mediterrâneas, o presente texto examina, primeiro, as políticas migratórias seguidas pelos países de acolhimento, e depois as perspetivas que estão a surgir na Europa, no que diz respeito ao Leste e ao Sul. 1993-12-31 / 1993-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0159 - La question migratoire en Méditerranée occidentale : Enjeux et perspectives (A questão migratória no Mediterrâneo Ocidental : Questões e Perspetivas), por Nadji Safir . A questão dos movimentos de populações nos anos

noventa está estruturalmente condicionada pelas grandes mutações que o mundo conhece atualmente e pode ser formulada em cinco eixos essenciais: 1) de ordem estratégica, com o fim do conflito Este-Oeste; 2) de ordem geopolítica, com a emergência de três polos dominantes; 3) de ordem económica, com o acentuar das disparidades entre o Sul e o Norte; 4) de ordem cultural, com o retorno do dinamismo das lógicas identitárias; 5) de ordem demográfica. Visto desta perspetiva, as questões que marcam hoje a região do Mediterrâneo Ocidental são reflexo das questões internacionais que, incontestavelmente têm como pano de fundo os eixos apontados e dos quais emerge a questão migratória, em toda a sua riqueza e complexidade. Outros autores mantêm, contudo, que, quando considerada à escala global, e em comparação com o que está a acontecer em torno dos outros dois polos dominantes, a situação no Mediterrâneo caracteriza-se pela natureza excecional das diferenças que revela. É sobre estas questões e perspetivas que o presente texto se debruça. 1993-12-31 / 1993-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0160 - Le codéveloppement: Un nouveau modèle de la coopération euro-maghrébine (O codesenvolvimento: Um novo modelo da cooperação euro-magrebina), por Habib Slim . Entre os países do Sul do Mediterrâneo e os espaços desfavorecidos do sul da Europa, como Andalusia, Mezzogiorno e Creta, e mesmo certas regiões industriais duramente afetadas pelo declínio das atividades tradicionais, existem muitas semelhanças: alto desemprego, alta fertilidade, redes de comunicação fracas, emigração, preponderância da agricultura, etc. É certo que os países do norte do Mediterrâneo não podem ser indiferentes ao destino dos seus vizinhos do sul. A sua situação geopolítica e os seus interesses estratégicos assim o exigem. Contudo, mais do que isso, é possível afirmar que a prosperidade dos países da Europa do Sul está ligada à prosperidade e desenvolvimento Sul do Mediterrâneo. O presente texto explora o argumento do codesenvolvimento como fator dominante e que deve definir um novo modelo de cooperação entre a Europa e o Magrebe. 1993-12-31 / 1993-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0161 - Double échec économique du passé, espoirs pour l'avenir (Duplo fracasso económico do passado, esperanças para o futuro), por Alejandro V. Lorca . Num documento apresentado aos seus colegas em Bruxelas pelo Ministro espanhol dos Negócios Estrangeiros, Fernández Ordoñez, este descreve a situação no Magrebe como uma bomba relógio que pode ser desativada pela CE. De todas as fronteiras da Europa, a fronteira sul tornou-se a mais vulnerável, de acordo com o relatório. O documento apresenta um conceito de conflito a que poderíamos chamar integrado. Já não se trata simplesmente de ameaças militares, mas das que se fazem sentir no campo da economia e do comportamento social. Este conflito não é novo, mas o confronto Leste-Oeste tinha-o ocultado. Neste documento são analisados os aspetos económicos que geram esta ameaça no Mediterrâneo Ocidental, uma ameaça que é problemática para a fronteira sul da CE e, de facto, como Ordoñez bem afirma, a sua fronteira mais vulnerável. Analisa-se também a dinâmica do processo de agravamento e os esforços que estão a ser feitos para o refrear. 1993-12-31 / 1993-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0162 - Partenariat et accord de libre-échange (Acordo de Parceria e de Comércio Livre), por Assia Bensalah Alaoui . Além do desejo do Magrebe de constituir a nação árabe e a UMA, de consolidar a sua dimensão africana e mesmo de se abrir em direção a horizontes mais distantes, o seu futuro está indubitavelmente inscrita na sua geografia. Dotar as relações euro-magrebina de uma variável estratégica que vise a coprospriedade dentro da interculturalidade, como ordena a sua geografia e história comum, é o desafio prioritário. Este determina largamente todos os outros. As profundas mutações tanto na ordem mundial como na Europa, obriga à conjugação da natureza dos desafios. A nova abordagem das relações CE-Marrocos baseiam a lógica da sua parceira política e económica e um acordo de livre comércio é um sinal claro de sensibilização. Este novo quadro, cujo conteúdo concreto ainda não foi negociado, seria oportunamente alargado à Tunísia e à Argélia. Antes de nos interrogarmos, à luz desta perspetiva, sobre o tipo de estratégia relacional a promover entre a CEE e o Magrebe, é aconselhável avaliar os perigos a evitar. 1993-12-31 / 1993-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0163 - Security and Common Ground in the Euro-Med Partnership (Segurança e Consenso na Aliança Euro-Med), por Roberto Aliboni . Durante os seis anos decorridos desde a assinatura da Declaração de Barcelona, o conceito de segurança provou ser central no debate entre o Norte e o Sul do Mediterrâneo. Devido a tais diferenças na perceção de segurança, não foi possível identificar um terreno comum nem construir uma cooperação firme. O presente relatório aborda as razões pela qual não foi possível assinar a Carta Euro-Mediterrânica de Paz e Estabilidade, a importância de explorar o conceito de segurança dentro do quadro Euro-Med. Baseia-se em particular no seminário realizado em Tunis a 5-6 de outubro de 2002. 2002-06-01 / 2002-06-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0164 - Common Languages on Democracy in the Euro- -Mediterranean Partnership (Linguagens comuns da democracia na parceria Euro-Mediterrânica), por Roberto Aliboni. O presente artigo considera que os países Euro-Mediterrâneos são bastante heterogêneos. É discutível se uma comunidade Euro-Med é viável em termos da teoria internacional tradicional. A experiência pós-Declaração de Barcelona desde novembro de 1995 sugere que existem muitos obstáculos significativos às relações cooperativas Euro-Med. O intenso processo diplomático ocorrido não superou as dificuldades. Analisa-se conceitos de segurança relevantes como um primeiro passo para promover um entendimento comum

da segurança. O objetivo que se propõe é entender quais são as diferenças, de modo a descobrir como promover a coabitação e a cooperação. 2004-05-01 / 2004-05-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0165 - The future of the EMP in a changing context of transatlantic and regional relations (O futuro da Parceria Euro-Mediterrânica num contexto de mudança das relações transatlânticas e regionais) por Roberto Aliboni e Yasar Qatarneh . Este relatório avalia o impacto das recentes mudanças nas políticas dos EUA em relação ao Médio Oriente e ao Norte da África na Parceria Euro-Mediterrânea, o elemento mais significativo da política da UE em relação ao Norte da África e ao Médio Oriente. O Relatório divide-se em duas partes: O Futuro da Parceria Euro-Mediterrânica: O Impacto das Mudanças nas Relações Transatlânticas e Regionais, inclui uma visão geral analítica e comparações das estratégias, conceitos e instrumentos utilizados pelos Estados Unidos e pela União Europeia para a região. O segundo, O Futuro da PEM num Contexto em Mudança: A União Europeia, os Estados Unidos e o Ambiente de Segurança do Mediterrâneo, descreve vários cenários a médio prazo para avaliar o impacto de vários desenvolvimentos transatlânticos possíveis na política da UE em relação ao Mediterrâneo e à parceria Euro-Mediterrânea. 2005-09-01 / 2005-09-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0166 - Ownership and Co-Ownership in Conflict Prevention in the Framework of the Euro-Mediterranean Partnership (Propriedade e Copropriedade na Prevenção de Conflitos na estrutura da Parceria Euro-Mediterrânica), por Roberto Aliboni, Mohamed Salman Tayie, Reinhardt Rummel, Gunilla Herolf, Yasar Qatarneh . O presente projeto de investigação é motivado pela necessidade de prevenir conflitos violentos no espaço Euro-Mediterrâneo, uma região onde é crucial encontrar políticas de prevenção de conflitos que sejam baseadas na copropriedade, tornando assim as populações locais atores num processo de cooperação. Apesar de que a prevenção de conflitos está contemplada na Declaração de Barcelona, e ainda mais reforçada nas subseqüentes declarações, a Parceria Euro-Mediterrânica (PEM) não mostrou qualquer movimento no sentido da copropriedade das políticas de prevenção de conflitos. Este relatório dá algumas ideias sobre como para criar políticas de PGA distintas, em vez de políticas estaduais individuais baseadas em cooperação entre amplas alianças das sociedades do norte e do sul. 2006-10-01 / 2006-10-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0167 - The Conflict Prevention Component of the EMP: Southern Security Perceptions (A componente de prevenção de conflitos do PEM) por Mohamed Salman Tayie . O capítulo 2 do relatório “Propriedade e Copropriedade na Prevenção de Conflitos na estrutura da Parceria Euro-Mediterrânica”, escrito por Mohamed Salman Tayie, lida com as percepções do sul mediterrânico, segundo as quais a prevenção de conflitos perseguida pelo norte é frequentemente vista como intrusiva e servindo aos interesses do norte. São analisados desafios para o desenvolvimento de políticas comuns de prevenção de conflitos, a forma como a segurança é conceitualizada, como a interconexão e a sobreposição das políticas interna e internacional e a falta de uma definição comum de segurança e assimetria nas capacidades militares, etc. As diferenças nas percepções de ameaças e nas origens dos problemas são fatores importantes, mas também o são as diferenças fundamentais entre o Norte e o Sul sobre quais entidades são mais relevantes para a cooperação. 2006-10-01 / 2006-10-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0168 - European Perceptions of Conflict Prevention in the Euro-Mediterranean Partnership (A componente de prevenção de conflito da Parceria Euro-Mediterrânica: Percepções de Segurança do Sul) por Reinhardt Rummel . O capítulo 3 do relatório “Propriedade e Copropriedade na Prevenção de Conflitos na estrutura da Parceria Euro-Mediterrânica”, escrito por Reinhardt Rummel, analisa as percepções europeias sobre a prevenção de conflitos na parceria euro-mediterrânica. Considerando a sua importância, o autor considera surpreendente que o interesse neste campo seja apenas de origem bastante recente. A Estratégia Europeia de Segurança (ESS) e o reforço da capacidade que agora se verificou neste domínio, demonstram, no entanto, o novo peso que lhe é agora atribuído. O autor salienta que é necessária uma abordagem mais ampla da prevenção de conflitos, bem como um esforço sustentado, um desenvolvimento mais sistemático de parcerias preventivas multilaterais, e o objetivo de apropriação. 2006-10-01 / 2006-10-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0169 - Conclusions and Recommendations (Conclusões e Recomendações) por Gunilla Herolf, Yasar Qatarneh . O capítulo 4 do relatório “Propriedade e Copropriedade na Prevenção de Conflitos na estrutura da Parceria Euro-Mediterrânica”, escrito por Gunilla Herolf e Yasar Qatarneh, expõe as conclusões e oferece algumas recomendações para políticas futuras. Uma política global de prevenção de conflitos baseada na co-propriedade deve ser desenvolvida no âmbito da PEM.. Os autores sublinham particularmente a importância de um conhecimento e informação acrescidos a fim de demonstrar abertura combinada com respeito pelos pontos de vista dos outros e para alcançar um debate público mais esclarecido. São também necessárias reformas institucionais, bem como o desenvolvimento de uma cultura de segurança comum, que inclui também um cenário mais amplo do que o da UE. 2006-10-01 / 2006-10-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0170 - Conflict Prevention in the EMP (Prevenção de conflitos na Parceria Euro-Mediterrânica) por Roberto Aliboni e Yasar Qatarneh . O inquérito sobre a prevenção de conflitos na Parceria Euro-Mediterrânica (PEM) foi realizado com

base na lógica do "Maastricht Watch" e baseia-se num painel de vinte peritos, todos eles da UE pré-alargada e do Mediterrâneo árabe meridional. O inquérito está dividido em três secções principais. A primeira discute a política de prevenção de conflitos da UE, a sua fundamentação e eficácia, os seus instrumentos e, mais importante ainda, a utilização de do instrumento militar e paramilitar. A segunda secção trata das perceções e políticas de prevenção de conflitos dos parceiros meridionais da PEM, enquanto a terceira secção explora a opinião dos inquiridos sobre a possibilidade de uma abordagem conjunta de prevenção de conflitos e política no âmbito da PEM. 2007-09-01 / 2007-09-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0171 - Domestic Politics and Conflict in the Cases of Israel, Palestine and Lebanon (Políticas Internas e Conflitos nos casos de Israel, Palestina e Líbano), por Daniela Pioppi, Nathalie Tocci e Karam Karam. O presente relatório apresenta alguns dos principais impulsionadores estruturais, baseados em interesses e ideológicos em três diferentes conflitos no Médio Oriente: Israel, Palestina e Líbano. Com base nesta análise, este relatório examina a extensão e maneira pela qual estas motivações inteiras têm interferido nos subsequentes centros de conflito interconectados na região; ou seja, o conflito entre Israel e a Palestina, entre Israel e Líbano e Síria, e entre Síria e Líbano. O relatório aborda também como os atores externos e, mais importante, a atuação da UE afetaram esses conflitos. Na sua conclusão são traçadas abordagens políticas alternativas que poderiam ajudar a EU a perseguir o seu objetivo de promoção de paz na região. 2006-10-01 / 2006-10-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0172 - Israel, por Daniela Pioppi. Este capítulo do Relatório "Políticas Internas e Conflitos nos casos de Israel, Palestina e Líbano" tem como objetivo analisar os fatores internos israelitas de conflito e a sua evolução ao longo do tempo. A análise centra-se em duas questões centrais da política israelita: (1) a política de expansão territorial e (2) a chamada questão da "demografia" ou o princípio básico sionista de preservar Israel como Estado judeu. 2006-10-01 / 2006-10-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0173 - Palestine (Palestina), por Nathalie Tocci. Este capítulo do Relatório "Políticas Internas e Conflitos nos casos de Israel, Palestina e Líbano" tem como objetivo analisar a política interna palestina considerando que a Palestina não é um Estado. Ligado a isto, o movimento nacional palestino prosseguiu os triplos objetivos de libertação, de construção de um Estado democrático, e de respeito pelos direitos individuais e coletivos. Todas as questões estruturais e ideológicas analisadas derivam desta primeira premissa básica e do contexto não estatal em que a cena interna palestina tem evoluído. 2006-10-01 / 2006-10-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0174 - Lebanon (Líbano), por Karam Karam. Este capítulo do Relatório "Políticas Internas e Conflitos nos casos de Israel, Palestina e Líbano" tem como objetivo analisar a dinâmica política libanesa no contexto das difíceis relações bilaterais com a Síria e o conflito com Israel. A primeira secção é dedicada à dinâmica estrutural da política libanesa, nomeadamente as formas e instituições políticas do confessionalismo e a forma como foram reorganizadas após a guerra civil. A segunda secção visa analisar o impacto interno de desenvolvimentos políticos mais recentes, tais como a retirada síria em 2005 e a escalada violenta com Israel no Verão de 2006. Finalmente, a última secção centra-se no impacto das influências estrangeiras tanto na política interna libanesa como nas relações bilaterais do Líbano com a Síria e Israel. 2006-10-01 / 2006-10-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0175 - Domestic Change and Conflict in the Mediterranean: The Cases of Hamas and Hezbollah (Mudança interna e conflito no Mediterrâneo: os casos do Hamas e do Hezbollah) por Amr Elshobaki, Khaled Hroub, Daniela Pioppi, Nathalie Tocci. Este relatório analisa a recente evolução do Hamas e do Hezbollah. Visa, em particular, a avaliação: (1) os papéis dos dois movimentos de resistência nas suas respectivas arenas nacionais, e (2) no conflito com Israel; (3) o impacto dos dois movimentos islamistas na política regional, e, finalmente, (4) o impacto das políticas ocidentais e principalmente da UE sobre eles. 2008-01-01 / 2008-01-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0176 - Hamas in and out of power (Hamas dentro e fora do poder), por Khaled Hroub. O capítulo 1 do relatório "Mudança interna e conflito no Mediterrâneo: os casos do Hamas e do Hezbollah" analisa os dois últimos anos de experiência política do Hamas. Em particular, Hroub mergulha nas ramificações de longo alcance do triunfo eleitoral do Hamas e da sua experiência no poder, começando por analisar "o caminho para o poder" que levou o Hamas à vitória, e depois olhando para o que esta mudança significou para a dinâmica interna do Hamas e para a sua natureza religiosa-política. 2008-01-01 / 2008-01-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0177 - Hezbollah in a state of uncertainty (Hezbollah num estado de incerteza), por Daniela Pioppi. O capítulo 2 do relatório "Mudança interna e conflito no Mediterrâneo: os casos do Hamas e do Hezbollah" centra-se na evolução recente e no impasse actual do Hezbollah, provavelmente o maior e mais proeminente partido político libanês. O capítulo analisa os diferentes componentes da ideologia e estratégia política do Hezbollah, começando pelo seu processo de

"libanização" ou infitah (abertura) nos anos 90 e o problema de acomodar o estado laico libanês versus o ideal de um islâmico. Em seguida, considera a identidade nacional do partido, tanto no que diz respeito à sua relação com o Irão e a Síria como às suas lealdades sectárias ou comunitárias. Finalmente, avalia a posição do partido relativamente ao uso da violência, resistência à ocupação e, de um modo mais geral, a sua relação com Israel. 2008-01-01 / 2008-01-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0178 - Hezbollah and Hamas: A perspective from the region (Hezbollah e Hamas: A perspetiva regional), por Amr Elshobaki . O capítulo 3 do relatório "Mudança interna e conflito no Mediterrâneo: os casos do Hamas e do Hezbollah" é um relato do impacto do Hezbollah e do Hamas nos regimes árabes e na opinião pública. A ascensão do Hezbollah e do Hamas apresentou a cena árabe e regional com dilemas que ultrapassam as fronteiras do Líbano e da Palestina. 2008-01-01 / 2008-01-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0179 - The international dimension: Western policies toward Hamas and Hezbollah (A dimensão internacional: políticas ocidentais em resposta aos Hamas e Hezbollah) , por Nathalie Tocci . O capítulo 4 do relatório "Mudança interna e conflito no Mediterrâneo: os casos do Hamas e do Hezbollah" é dedicado ao impacto das políticas internacionais sobre os dois movimentos islâmicos. Europeus e americanos há muito que reconhecem os principais desafios que lhes são apresentados pela ascensão do Hamas e do Hezbollah, dois movimentos cujas ideologias e ações são largamente vistas como sendo diametralmente opostas aos interesses ocidentais. 2008-01-01 / 2008-01-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0180 - Putting the Mediterranean Union in Perspective (Pôr a União Mediterrânica em perspetiva), por Roberto Aliboni, Ahmed Driss, Tobias Schumacher e Alfred Tovias . A agenda do Presidente francês Sarkozy para promover uma União Mediterrânica desencadeou um animado debate na União Europeia e entre os parceiros do Sul do Mediterrâneo da UE. Este debate sugere que a proposta inicial da França ainda verá mudanças e evolução. O presente relatório visa explicar as opções disponibilizadas e os problemas ainda não resolvidos mesmo com todos os acordos e parcerias Euro-Mediterrâneas, fornecendo uma visão geral dos diferentes pontos de vista existentes nas principais zonas da zona Euro-Mediterrânica. 2008-06-01 / 2008-06-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0181 - Southern European Perspectives (Perspetivas da Europa do Sul), por Roberto Aliboni) . Esta secção do relatório "Pôr a União Mediterrânica em perspetiva", é dedicada aos países do Sul da Europa da UE: as suas opiniões sobre a perspetiva Euromed e as suas reações à proposta da França que suscitou um interesse especial nestes países, dado que se sentem diretamente implicados como países mediterrânicos e potenciais membros da União para o Mediterrâneo (UfM). Este artigo baseia-se essencialmente em reações de Espanha e Itália. 2008-06-01 / 2008-06-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0182 - German Perspectives (Perspetivas Alemãs), por Tobias Schumacher . A posição da Alemanha no que diz respeito ao atual debate sobre o futuro das relações euro mediterrânicas incluídas no relatório "Pôr a União Europeia em perspetiva", que surgiu após o Presidente francês Sarkozy ter anunciado pela primeira vez a sua ideia de criar uma União Mediterrânica, em fevereiro de 2007. 2008-06-01 / 2008-06-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0183 - North-African Perspectives (Perspetivas Norte Africanas), por Ahmed Driss . A ideia de uma união dos países mediterrânicos proposta pelo Presidente francês Sarkozy durante o seu discurso em Toulon, a 7 de Fevereiro de 2007, e que seria então confirmada no seu discurso inaugural de 16 de Maio de 2007 - tem uma verdadeira hipótese de sucesso? Este capítulo do relatório "Pôr a União Europeia em perspetiva" analisa essa questão sobre o ponto de vista dos países norte-africanos. 2008-06-01 / 2008-06-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0184 - Israeli Perspectives (Perspetivas Israelitas), por Alfred Tovias . O objetivo desta secção do relatório "Pôr a União Europeia em perspetiva" é resumir as várias dimensões deste projeto euro-mediterrânico inacabado que parecem relevantes para as apostas israelitas. 2008-06-01 / 2008-06-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0185 - Under the Shadow of 'Barcelona': From the EMP to the Union for the Mediterranean (Sob a Sombra de "Barcelona: Da PEM à União do Mediterrâneo), por Roberto Aliboni e Fouad M. Ammor . O presente relatório analisa como a UFM e a PEM poderiam ser amalgamadas no quadro de relações complementares e harmonização vs. separação e competição. Também se discute o valor acrescentado que pode ser atribuído a uma nova política euro mediterrânica - primeiro, de uma perspetiva institucional-política, depois, de um ponto de vista económico e, finalmente, de uma perspetiva de segurança. A terceira parte do relatório é dedicada a questões de compatibilidade. Na quarta e última secção do relatório, são apresentadas algumas conclusões e um conjunto de recomendações políticas. 2009-01-01 / 2009-01-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0186 - Turkish perceptions of the Mediterranean (Percepções turcas do Mediterrâneo), por Fatih Tayfur . A percepção turca da Parceria Euro-Mediterrânica (PEM) ficou marcada pela indiferença desde 1995 em Barcelona. O presente relatório analisa quais as possíveis razões para este posicionamento, nomeadamente as diferentes percepções quanto à política externa, uma vez que a Turquia devido à sua geopolítica tem de lidar com diferentes conflitos em seu redor e acresce a sua necessidade de segurança. Por fim, faz-se uma comparação da visão da Turquia sobre o PEM com a Organização de Cooperação Económica do Mar Negro. 2000-04-01 / 2000-04-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0187 - Israel and the Barcelona Process: The First Five Years (Israel e o Processo de Barcelona: Os primeiros cinco anos), por Alfred Tovas . O objetivo desta contribuição é analisar o pensamento evolutivo de Israel em relação à iniciativa euro-mediterrânica lançada em 1994 pela Comissão Europeia, que conduziu posteriormente à Conferência de Barcelona de Novembro de 1995, onde 27 países da UE e países mediterrânicos não membros da UE (MNMC) adotaram uma Declaração dos mesmo nome, que se tornou a base do que é vulgarmente chamado o Processo de Barcelona, muito inspirado pelo seu predecessor de sucesso, o chamado Processo de Helsínquia. 1998-10-01 / 1998-10-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0188 - La complémentarité entre l'Union européenne et les Etats-Unis dans le processus de paix israélo-arabe : les implications pour le PEM (Complementaridade entre a União Europeia e os Estados Unidos da América no Processo de paz árabe-israelita: implicações para o PEM), por May Chartouni-Dubarry . Este artigo procura avaliar as ligações entre o Processo de Barcelona e os processos de paz israelo-árabes. Embora as ligações formais entre os dois processos tenham sido formalmente excluídas pelos vinte e sete membros da Parceria Euro-Mediterrânica, na realidade tais ligações existem, como testemunhado pelo governo de Netanyahu em Israel desde 1996. Para a EuroMeSCo, existe uma complementaridade positiva no sentido de que a Europa poderia desempenhar um papel útil na construção da paz no Médio Oriente. 2000-04-01 / 2000-04-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0189 - Democracy and security in the Barcelona Process: past experiences, future prospects (Democracia e segurança no Processo de Barcelona: experiências passadas e prospeções futuras), por Roberto Aliboni, Rosa Balfour, Laura Guazzone e Tobias Schumacher . Este documento do IAI inclui os trabalhos do seminário de encerramento do "Search for Common Ground in the Euro-Med Partnership" organizado pelo Grupo de Trabalho IAI-AEI no âmbito do ciclo de atividades EuroMeSCo 2001-03 apoiado pela Comissão da UE. O primeiro painel tomou em consideração a ampla questão do nexo entre segurança e democracia, exposto como motor principal do processo Euromed desde o seu início; debateu as lições aprendidas e para onde se espera que o processo vá a partir daqui. O segundo painel também tratou do futuro do processo de Barcelona, considerando, no entanto, a nova política que a UE está a criar sob o rótulo de "Vizinhança". O terceiro painel abordou uma questão-chave no actual debate entre o Ocidente e a zona árabe-muçulmana após a ocupação do Iraque: Que debate existe sobre a democracia nos países árabes? O quarto painel discutiu as formas como a PEM contribuiu para promover a democracia no seu próprio quadro, as lições aprendidas e as perspectivas para o futuro. . 2004-11-01 / 2004-11-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0190 - Democracy and Security in the Mediterranean: Recent Policy Developments (Democracia e Segurança no Mediterrâneo: Desenvolvimento de políticas recentes), por Rosa Balfour . A questão da democracia e dos direitos humanos no mundo árabe e muçulmano tornou-se subitamente tema de discursos políticos, mesmo de quadrantes inesperados, e frequentemente ligados a preocupações de segurança na região, bem como para o Ocidente, levando a uma série de iniciativas e declarações provenientes da UE, dos EUA, bem como do mundo árabe. O ponto de partida do presente artigo, contudo, é a relação entre democracia e segurança no Mediterrâneo, passando à discussão da forma como estas questões são tratadas no processo de Barcelona em princípio e na prática. 2004-11-01 / 2004-11-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0191 - Quo Vadis 'Barcelona'? Reflecting on the Future of the Euro-Mediterranean Partnership (Quo Vadis 'Barcelona'? Refletindo o futuro da Parceria Euro-Mediterrânea), por Tobias Schumacher . Considerando este balanço sombrio, a última dinâmica regional no Médio Oriente e a consciência algo insuficiente na UE das potenciais implicações geopolíticas para a PEM da adesão da Turquia à UE, este documento argumenta que uma revisão geral do Processo de Barcelona é altamente justificada se a PEM não quiser experimentar o mesmo destino que as suas antecessoras, a Política Mediterrânica Renovada e a aprovação global. 2004-11-01 / 2004-11-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0192 - Remarks on Arab Debates about Democracy (Observações sobre os debates árabes sobre democracia), por Laura Guazzone . O debate árabe sobre a democracia continua em fúria - por vezes de forma agressiva, outras vezes de forma defensiva. O artigo tenta caracterizar as suas principais características e apresenta observações sobre as suas

implicações políticas. O presente debate tem lugar a dois níveis: por um lado, há um debate geral e aparentemente genérico a nível regional sobre a democracia no Mundo Árabe. Por outro lado, há debates específicos sobre questões da agenda política de cada país (tais como o debate sobre a revisão da constituição no Egito, o estatuto das tropas sírias no Líbano ou o sufrágio universal no Kuwait). 2004-11-01 / 2004-11-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0193 - The Debate on Promoting Democracy: Lessons Learned and Future Challenges (Debate sobre a promoção da democracia: Lições aprendidas e futuros desafios), por Roberto Aliboni . O presente artigo serve como conclusão ao relatório “Democracia e segurança no Processo de Barcelona: experiências passadas e prospeções futuras” e apresenta algumas das mais importantes problemáticas no que diz respeito à democracia no Médio Oriente e as falhas do Processo de Barcelona. Assim como o conceito de segurança no âmbito do processo de Barcelona e uma série de questões-chave relacionadas, tais como a democracia, os direitos humanos, governação da segurança, o Estado de direito, a propriedade, e outros, com vista a alcançar uma linguagem comum no processo. 2004-11-01 / 2004-11-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0194 - Barcelona Plus – Vers une communauté euro-méditerranéenne d’États démocratiques (Barcelona Plus - Para uma Comunidade Euro-Mediterrânica de Estados Democráticos), por Álvaro Vasconcelos e Roberto Aliboni . Em conformidade com o mandato que lhe foi conferido pela Conferência Ministerial Euro-Mediterrânica de 30 de novembro de 2004 em Haia, a EuroMeSCo preparou um relatório de avaliação global sobre as realizações e insuficiências da Parceria Euro-Mediterrânica (PEM), com especial destaque para o pilar político e de segurança e algumas questões estreitamente relacionadas com o terceiro pilar. O relatório sublinhou também a importância da integração sub-regional com base em elementos extraídos de inquéritos realizados pela EuroMeSCo, destacando alguns aspetos básicos da perceção e consciencialização do PEM tanto na costa norte como na costa sul do Mediterrâneo. 2005-04-01 / 2005-04-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0195 - Un retour aux sources: la Déclaration de Barcelone revisitée (Voltar ao básico: a Declaração de Barcelona revisitada), por Álvaro Vasconcelos e Roberto Aliboni . O presente documento é um dos capítulos do relatório “Barcelona Plus - Para uma Comunidade Euro-Mediterrânica de Estados Democráticos” e considera que o ponto de partida para novas reformas da Parceria Euro-Mediterrânica continua a ser a Declaração de Barcelona, que é analisada em profundidade em termos institucionais e de objetivos. 2005-04-01 / 2005-04-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0196 - Évaluation et bonnes pratiques (Avaliação e boas práticas), por Álvaro Vasconcelos e Roberto Aliboni . O presente documento é um dos capítulos do relatório “Barcelona Plus - Para uma Comunidade Euro-Mediterrânica de Estados Democráticos” onde se identificou seis áreas do Processo de Barcelona que são vitais para a realização dos seus objetivos globais: o impacto político e social das políticas económicas, democracia e direitos humanos, o papel da sociedade civil, cooperação política e de segurança, justiça e assuntos internos, e a questão da migração. 2005-04-01 / 2005-04-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0197 - Un nouveau contexte, des espoirs ranimés (Um novo contexto, esperanças reavivadas), por Álvaro Vasconcelos e Roberto Aliboni . O presente documento é um dos capítulos do relatório “Barcelona Plus - Para uma Comunidade Euro-Mediterrânica de Estados Democráticos”, e analisa os fatores que levaram a uma maior convergência entre as agendas do Norte e do Sul do mediterrâneo em torno dos princípios da Parceria Euro-Mediterrânea. 2005-04-01 / 2005-04-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0198 - Une Communauté d’États démocratiques (Uma Comunidade de Estados democráticos), por Álvaro Vasconcelos e Roberto Aliboni . O presente documento é um dos capítulos do relatório “Barcelona Plus - Para uma Comunidade Euro-Mediterrânica de Estados Democráticos” e procura definir os objetivos centrais da Parceria, mais explicitamente à luz da Declaração de Barcelona, de acordo com a avaliação dos êxitos e fracassos do Processo até à data, a emergência da Política de Vizinhança e as aspirações da opinião pública em ambas as margens do Mediterrâneo. 2005-04-01 / 2005-04-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0199 - Construire Barcelona Plus sur de bonnes pratiques (Construir Barcelona Plus sobre boas práticas), por Álvaro Vasconcelos e Roberto Aliboni . O presente documento é um dos capítulos do relatório “Barcelona Plus - Para uma Comunidade Euro-Mediterrânica de Estados Democráticos” e é feito um conjunto de recomendações, delineando o tipo de reforma que a Parceria Euro-Mediterrânea deve empreender se se pretende criar uma Comunidade Euro-Mediterrânica de Estados Democráticos. 2005-04-01 / 2005-04-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0200 - Barcelona Plus asymetrie institutionnelle et ownership (Barcelona Plus assimetria institucional e propriedade) por Álvaro Vasconcelos e Roberto Aliboni . O presente documento é um dos capítulos do relatório “Barcelona Plus - Para uma Comunidade Euro-Mediterrânica de Estados Democráticos” e analisa como a Parceria criou um sistema

institucional complexo na medida em que herdou as particularidades dos mecanismos de tomada de decisão europeus e criou outros para assegurar a participação dos membros do Sul. 2005-04-01 / 2005-04-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0201 - Annexe: Évaluation détaillée de domaines sélectionnés et exemples de bonnes pratiques (Anexo: Avaliação detalhada das áreas seleccionadas e exemplos de boas práticas) por Álvaro Vasconcelos e Roberto Aliboni . O presente documento constitui os Anexos do relatório “Barcelona Plus - Para uma Comunidade Euro-Mediterrânica de Estados Democráticos” e fornece material de apoio que aprofunda as diferentes temáticas abordadas no relatório: o impacto político e social das políticas económicas, democracia e direitos humanos, o papel da sociedade civil, cooperação política e de segurança, justiça e assuntos internos, e a questão da migração. 2005-04-01 / 2005-04-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0202 - L’Islamisme Politique dans les apports entre l’Europe et le Maghreb (O islamismo político na Interação Europa-Magreb), por Álvaro Vasconcelos, Yahia Zoubir, Abdelbaki Hermassi, Absallah Saaf, Caroline Ardouin, Fernanda Faria, George Joffé, Roberto Aliboni . O IEEI e o Friedrich Ebert Stiftung em Lisboa criaram um projecto sobre o tema geral deste livro, nomeadamente o impacto da ascensão do islamismo político no Magreb nas políticas europeias para a região. Os autores foram convidados a fornecer uma breve história da recente evolução dos movimentos islamistas, a destacar as suas raízes sociais e parentesco político, e a mapear as diferentes atitudes das potências que se encontram em relação aos "seus" islamistas - e depois a examinar as atitudes das sociedades e governos europeus em relação ao fenómeno. 1996-01-01 / 1996-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0203 - Note d’ouverture (Nota de abertura), por Reinhard Naumann e Álvaro Vasconcelos . O presente documento faz parte do livro “O islamismo político na Interação Europa-Magreb” e serve como nota introdutória, expondo quais as temáticas a abordar, onde os autores foram convidados a fornecer uma breve história da recente evolução dos movimentos islamistas. 1996-01-01 / 1996-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0204 - L’Europe et l’islamisme politique (A Europa e o islamismo político), por Álvaro Vasconcelos . O presente capítulo faz parte do livro “O islamismo político na Interação Europa-Magreb” e analisa como o islamismo político domina as relações atuais entre a Europa e o Magreb, caracterizando o conceito de islamismo político para que se possa abordar a problemática. 1996-01-01 / 1996-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0205 - The Algerian Political Crisis: Domestic, regional and international repercussions (A Crise Política Argelina: Repercussões domésticas, regionais e internacionais), por Yahia Zoubir . O presente capítulo faz parte do livro “O islamismo político na Interação Europa-Magreb” e analisa a transição instável no Magreb, inquestionavelmente vital para a segurança da Europa, cujas repercussões tiveram impacto tanto no Norte de África como na Europa. O argumento neste artigo é que, em resposta às crises multifacetadas vividas por estas sociedades, os islamitas radicais emergiram como a principal força de contestação. 1996-01-01 / 1996-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0206 - Le mouvement islamiste en Tunisie (O movimento islamista na Tunísia), por Abdelbaki Hermassi . O presente capítulo faz parte do livro “O islamismo político na Interação Europa-Magreb” e analisa essencialmente três questões. A primeira parte tratará da fenomenologia do islamismo na Tunísia e a segunda da atitude das autoridades e forças políticas do país em relação ao mesmo; a ênfase será constantemente colocada na interação dos atores e nas principais características da abordagem tunisina ao assunto, uma abordagem ditada tanto pelas circunstâncias históricas como pela escolha consciente dos homens. A última parte será dedicada às interações regionais e internacionais, com especial destaque para o Magreb e a Europa. 1996-01-01 / 1996-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0207 - L’islamisme au Maroc: Réalités actuelles et perspectives (Islamismo em Marrocos: Realidades e Perspectivas Actuais), por Abdallah Saaf . O presente capítulo faz parte do livro “O islamismo político na Interação Europa-Magreb” e aborda como os islamistas habituaram-se a compreender o interesse ocidental por eles como estando principalmente preocupados em identificar um inimigo e procura-se uma tentativa de delinear o perfil e a abordagem do perpetrador islamista marroquino para permitir uma avaliação do seu papel potencial. 1996-01-01 / 1996-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0208 - L’attitude de la France à l’égard des mouvements islamistes au Maghreb (A atitude da França em relação aos movimentos islamistas no Magreb), por Caroline Ardouin . O presente capítulo faz parte do livro “O islamismo político na Interação Europa-Magreb” e aborda como os atentados no verão de 1995 no território francês mudaram

brutalmente a opinião pública francesa sobre os Perigos internos que a situação argelina implicava para a França e como a percepção sobre o islamismo sofreu alterações prejudiciais. 1996-01-01 / 1996-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0209 - Le Maghreb et l'islamisme politique: Le point de vue des pays de L'Europe du Sud (O Magrebe e o Islamismo Político: Uma Perspectiva do Sul da Europa), por Fernanda Faria . O presente capítulo faz parte do livro "O islamismo político na Interação Europa-Magrebe" e analisa as perspectivas dos países do sul da Europa (com a exceção da Grécia) sobre o Magrebe. A França é usada como ponto de referência para a análise das políticas dos seus vizinhos do Sul da Europa relativamente ao Magrebe e das atitudes face ao islamismo político, tanto devido à especificidade das suas relações com os países do Magrebe, como devido ao seu papel na União Europeia. 1996-01-01 / 1996-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0210 - Islam and Political Islam in the National Perspectives of the Northern European Countries (O Islão e o Islão Político nas Perspectivas Nacionais dos Países do Norte da Europa), por George Joffé . O presente capítulo faz parte do livro "O islamismo político na Interação Europa-Magrebe" e considera as atitudes adotadas em relação ao Islão e ao Islão político na Escandinávia, nos países do Benelux, no Reino Unido e na Alemanha. Em alguns casos, as atitudes têm sido influenciadas pelas interações entre as populações nacionais e as comunidades migrantes e noutros uma parte importante deste nexo reproduz também as experiências coloniais dos países em questão. 1996-01-01 / 1996-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0211 - The European Response: the impact of national policies (A resposta europeia: o impacto das políticas nacionais), por Roberto Aliboni . Neste documento, pertencente ao livro "O islamismo político na Interação Europa-Magrebe", as "políticas nacionais" não são entendidas como respostas bilaterais dos países da UE aos desafios externos. Pelo contrário, o documento relaciona-se com as políticas da UE, para ser entendido como o resultado de um processo de tomada de decisão "comunitário" ou de um processo político destinado a proporcionar aos estados membros da UE as "ações comuns" externas e de segurança necessárias para enfrentar os desafios externos. A primeira secção do documento desenvolve este processo político comunitário, a segunda centra-se nas relações UE-Magrebe no contexto de relações mediterrânicas mais amplas. 1996-01-01 / 1996-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0212 - Authors and Seminar Participants (Autores e Participantes do Seminário) , por Reinhard Naumann e Álvaro Vasconcelos . O IEEI e o Friedrich Ebert Stiftung em Lisboa criaram um projecto sobre o tema geral deste livro "O islamismo político na Interação Europa-Magrebe", nomeadamente o impacto da ascensão do islamismo político no Magrebe nas políticas europeias para a região. O livro teve a sua origem em dois seminários ocorridos em Lisboa em julho e outubro de 1995 e o presente documento é uma listagem dos participantes e contribuidores do projeto. 1996-01-01 / 1996-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0213 - Viser juste: leçons autour de «la crise des caricatures» (Fazer bem: lições em torno da «crise das caricaturas»), por Álvaro Vasconcelos, Mustafa Akyol, Amr ElShobaki, Abdelali Hamidine, Ulla Holm, Rania Safar, George Joffé e Bárbara Direito. Este relatório EuroMeSCo foi redigido a pedido da Comissão Europeia. Examina o papel das chamadas iniciativas interculturais no processo de construção de uma comunidade euro-mediterrânica de Estados democráticos, com base na análise das repercussões da "crise das caricaturas" e do debate sobre o "choque de civilizações". 2007-01-01 / 2007-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0214 - Introduction (Introdução), por Álvaro Vasconcelos . Este documento é a introdução do relatório "Viser juste: leçons autour de «la crise des caricatures»" que visa contribuir para o desenvolvimento de políticas de combate à intolerância e à discriminação cultural e religiosa. Tenta também desconstruir a teoria do "choque de civilizações", considerando que a Parceria Euro-Mediterrânica deve rejeitar a lógica bipolar do Ocidente contra o Islão. 2007-01-01 / 2007-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0215 - Interprétations politiques de la crise des caricatures (Interpretações políticas da crise dos desenhos animados), por Álvaro Vasconcelos . Este documento é um capítulo do relatório "Viser juste: leçons autour de «la crise des caricatures»" e analisa as interpretações políticas da crise das caricaturas tendo em consideração fatores como a forma como o conceito de cultura tem sido utilizado em cada situação; o contexto nacional de políticas migratórias discriminatórias, associado ao aumento da xenofobia em vários Estados europeus, e a natureza da resistência dos Estados do Sul à reforma política e dos direitos humanos que os levou a explorar politicamente a crise. 2007-01-01 / 2007-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0216 - Choc des civilisations et relativisme culturel (Choque de civilizações e relativismo cultural), por Álvaro Vasconcelos . Este documento é um capítulo do relatório "Viser juste: leçons autour de «la crise des caricatures»" e

contesta que a teoria do choque das civilizações possa ser aplicada na questão da crise das caricaturas, uma vez que não equaciona a dimensão económica e globalizante na cultura. Considera-se que o nacionalismo como base identitária é um problema grave sobretudo na região euro-mediterrânica e que por isso é imperativo que se garanta condicionais políticas e sociais de segurança em ambas as margens do Mediterrâneo. 2007-01-01 / 2007-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0217 - La bonne réponse: l'inclusion dans la diversité (A resposta certa: inclusão na diversidade) por Álvaro Vasconcelos . Este documento é um capítulo do relatório "Viser juste: leçons autour de «la crise des caricatures»" e defende-se que existe uma alternativa às teses Huntingtonian que considera a diversidade como um valor positivo partilhado. Isto sublinha a importância do direito à diversidade cultural e à liberdade de expressão: da luta contra a xenofobia e o papel da cultura e do pluralismo cultural nas relações euromediterrânicas, bem como o conceito de hospitalidade no contexto da diversidade cultural inclusiva. 2007-01-01 / 2007-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0218 - Recommandations pour le Partenariat euro-méditerranéen (Recomendações para a Parceria Euro-Mediterrânica) por Álvaro Vasconcelos . Este documento é o capítulo final do relatório "Viser juste: leçons autour de «la crise des caricatures»" e sublinha que o relatório recomenda a adoção de três iniciativas (a liberdade de expressão é distinta do discurso do ódio, a rejeição dos estereótipos deve ser uma grande prioridade e a iniciativa da Aliança das Civilizações deve evoluir para uma aliança global para a inclusão na diversidade). 2007-01-01 / 2007-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0219 - Intégration et sécurité dans l'espace euro-méditerranéen (Integração e segurança no espaço euro-mediterrânico), por Roberto Aliboni, Fouad Ammor e Álvaro Vasconcelos . EuroMeSCO é uma rede de institutos de investigação independentes e centros académicos dedicados à análise de política externa e investigação de segurança. Este livro apresenta as conclusões de dois grupos de trabalho que examinaram, através de numerosas reuniões e da elaboração de documentos, os temas da cooperação e integração sub-regional no Mediterrâneo e a Carta EuroMeSCO para a Paz e Estabilidade durante o segundo programa de investigação. 2002-04-01 / 2002-04-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0220 - Avant-propos (Prefácio), por Roberto Aliboni, Fouad Ammor e Álvaro Vasconcelos . EuroMeSCO é uma rede de institutos de investigação independentes e centros académicos dedicados à análise de política externa e investigação de segurança. Este livro apresenta as conclusões de dois grupos de trabalho que examinaram, através de numerosas reuniões e da elaboração de documentos, os temas da cooperação e integração sub-regional no Mediterrâneo e a Carta EuroMeSCO para a Paz e Estabilidade durante o segundo programa de investigação. 2002-04-01 / 2002-04-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0221 - Le partenariat euro-méditerranéen: défis et perspectives (A Parceria Euro-Mediterrânica: desafios e perspectivas), por Fouad Ammor . Com a introdução do euro, a moeda única de doze países da União Europeia, o espaço europeu atingiu uma fase decisiva que consiste na implementação de uma nova experiência nos modos de integração regional. Este livro é o culminar de uma reflexão aprofundada que tem sido levada a cabo nos últimos dez anos sobre o PEM e sobre as formas como as nações e os Estados se relacionam uns com os outros neste mundo em rápida globalização. 2002-04-01 / 2002-04-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0222 - Le monde des régions et la difficile équation euro-méditerranéenne (O mundo das regiões e a difícil equação euro-mediterrânica), por Álvaro Vasconcelos . A eleição de George W. Bush, cuja noção soberanista do mundo representa uma rutura da perspetiva da administração anterior, e a rígida subordinação da política externa americana à formação de uma coligação internacional para combater o terrorismo da Al-Qaeda após o 11 de Setembro, trouxeram o debate sobre o sistema internacional e o papel da regionalização no mesmo a um novo nível. A União Europeia ainda não foi capaz de implementar uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC) coerente e eficaz e o presente artigo analisa ainda a questão da Parceria Euro-Mediterrânea como cooperação regional. 2002-04-01 / 2002-04-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0223 - Echafauder la charte euro-méditerranéenne pour la paix et la stabilité (Elaboração da Carta Euro-Mediterrânica para a Paz e a Estabilidade), por Roberto Aliboni . As conclusões da Conferência Ministerial Euro-Mediterrânica realizada em Estugarda em abril de 1999 definem a Carta Euro-Mediterrânica para a Paz e Estabilidade como o instrumento para a implementação do princípio da Declaração de Barcelona nestas áreas. Este texto resume os resultados do relatório do Grupo de Trabalho EuroMeSCO sobre a Carta Euro-Mediterrânica para a Paz e a Estabilidade, sendo no final apresentados diferentes modelos de atuação. 2002-04-01 / 2002-04-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0224 - Liste des contributions aux rapports des groups de travail (Lista de contribuições para os relatórios dos grupos de trabalho), por Roberto Aliboni, Fouad Ammor e Álvaro Vasconcelos . O presente documento faz parte do relatório “Intégration et sécurité dans l’espace euro-méditerranéen” da EuroMeSco e apresenta uma listagem das contribuições feitas, categorizando por temática. 2002-04-01 / 2002-04-30

D. PT/ADN/IEEI/008/0225 - The Barcelona Process: Building a Euro-Mediterranean Regional Community (O Processo de Barcelona: Construir uma Comunidade Regional Euromediterrânica), por Álvaro Vasconcelos e George Joffé . A Parceria Euro-Mediterrânica - o Processo de Barcelona - visa criar uma integração na Bacia Mediterrânica de modo a encorajar o desenvolvimento económico ao longo da orla Sul. Este volume faz um olhar crítico sobre os problemas enfrentados pelo Processo e a probabilidade do seu sucesso. São analisadas diferentes questões económicas e o seu impacto nas regiões envolvidas, assim como as democratizações do Médio Oriente como fator a considerar para esta parceria. Por fim, adianta-se com uma avaliação geral da evolução do PME e sugerem-se algumas prospeções para o futuro. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0226 - Towards Euro-Mediterranean Regional Integration (Rumo à integração regional euro-mediterrânica), por Álvaro Vasconcelos e George Joffé . O presente documento é um dos capítulos do livro “O Processo de Barcelona: Construir uma Comunidade Regional Euromediterrânica” e serve como introdução para as temáticas a abordar, sendo que a principal é a Parceria Euro-Mediterrânica - o Processo de Barcelona – que visa criar uma integração na Bacia Mediterrânica de modo a encorajar o desenvolvimento económico ao longo da orla Sul. Este volume faz um olhar crítico sobre os problemas enfrentados pelo Processo e a probabilidade do seu sucesso. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0227 - The Euro-Mediterranean Free Trade Zone: Economic challenges and social impacts on the countries of the South and East Mediterranean (A Zona de Comércio Livre Euro-Mediterrânica: desafios económicos e impactos sociais nos países do Sul e do Leste do Mediterrâneo), por Hafedh Zaafrane e Azzem Mahjoub . O presente documento é um dos capítulos do livro “O Processo de Barcelona: Construir uma Comunidade Regional Euromediterrânica” e o objetivo é demonstrar que o desenvolvimento económico e financeiro que é visto no Processo de Barcelona está dependente do estabelecimento de uma zona de comércio livre Euro-Mediterrânica, inseparável de outras parcerias para estabilizar nos campos políticos, sociais, humanos e de segurança. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0228 - Foreign investment and the Rule of Law (O investimento estrangeiro e o Estado de Direito), por George Joffé . O presente documento é um dos capítulos do livro “O Processo de Barcelona: Construir uma Comunidade Regional Euromediterrânica” e o seu foco principal incide-se sobre os investimentos estrangeiros na região Euromediterrânica e a atitude em relação ao estatuto legal dos investimentos na região do Sul do Mediterrâneo. É importante ter em conta o estatuto legal das instituições e o ambiente político e económico no destino de investimento em consideração. No final, abordam-se medidas específicas que poderiam ser consideradas pela União Europeia como parte do seu processo no seguimento da Conferência de Barcelona em 1995. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0229 - Political transition in the Middle East (Transição política no Médio Oriente), por May Chartouni-Dubarry . Após o fracasso ideológico do comunismo e a concomitante ascensão do islamismo, o debate sobre a sociedade civil e as perspetivas de democracia no Médio Oriente e no Magrebe ressurgiu no Ocidente, bem como no Mundo Árabe. A análise neste capítulo do livro “O Processo de Barcelona: Construir uma Comunidade Regional Euromediterrânica” é resolutamente orientada para as políticas, para que se possa definir os mecanismos do que será um longo processo para a transição política no Médio Oriente. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0230 - Democratization in the Mashreq: The Role of External Factors (Democratização no Mashreq: O papel dos factores externos), por Mustafa Hamarneh . O presente documento é um dos capítulos do livro “O Processo de Barcelona: Construir uma Comunidade Regional Euromediterrânica” e analisa como o Mashreq árabe é afetado pela onda global de liberalização política. Este ensaio visa explicar as tensões dialéticas e a interação entre as dinâmicas internacional e as variáveis externas. Um dos argumentos avançados é que nenhum entendimento claro pode ser alcançado sem examinar o papel da distorção capitalista e do legado colonial, sendo necessário ter em conta a dinâmica interna. O objetivo é fornecer uma visão global do processo de liberalização política e as principais razões que inibem este processo. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0231 - Political reform and social change in the Maghreb (Reforma política e mudança social no Magrebe), por Gema Martin-Muñoz . O presente documento é um dos capítulos do livro “O Processo de Barcelona: Construir uma Comunidade Regional Euromediterrânica” e centra-se no debate social que nas sociedades Maghrebi já não se concentra na

questão da modernização, mas preocupa-se antes com a introdução de conteúdos morais na ordem política e socioeconómica. Além disso, as relações políticas entre o Estado e os cidadãos devem ser relançadas e desenvolvidas num quadro legítimo e sustentável, envolvendo consenso e estruturas instrucionais fiáveis. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0232 - Towards a new WMD agenda in the Euro-Mediterranean Partnership: An Arab perspective (Para uma nova agenda das ADM na Parceria Euro-Mediterrânica: Uma perspectiva árabe), por Mohammed El-Sayed Selim . O presente documento é um dos capítulos do livro "O Processo de Barcelona: Construir uma Comunidade Regional Euromediterrânica" e os objetivos deste comentário são delinear as principais questões envolvidas na questão das armas de destruição maciça no âmbito da Parceria Euro-Mediterrânica, identificar as principais abordagens defendidas pelas diferentes partes, e sugerir certas modalidades para lidar com a questão. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0233 - Weapons of Mass Destruction and Euro-Mediterranean policies of arms control: an Israeli Perspective (Armas de destruição maciça e políticas euro-mediterrânicas de controlo de armas: uma perspetiva israelita), por Mark Heller . O presente documento é um dos capítulos do livro "O Processo de Barcelona: Construir uma Comunidade Regional Euromediterrânica" e centra-se sobretudo na perspetiva israelita sobre as armas de destruição maciça e as políticas de controlo de armas e segurança no seio da Parceria Euromediterrânica. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0234 - Arms control in the mediterranean area: A European Perspective (Controlo de armas na área mediterrânea: Uma perspectiva europeia), por Pascal Boniface . O presente documento é um dos capítulos do livro "O Processo de Barcelona: Construir uma Comunidade Regional Euromediterrânica". A questão das armas de destruição maciça na zona mediterrânica levanta um duplo problema de definição: a gama de armas envolvidas precisa de ser definida e a sua natureza geográfica, pois só tomando em consideração os países participantes na Parceria Euro-Mediterrânica simplificaria demasiado a questão. Portanto, para que esta discussão seja relevante em termos de análise a nível estratégico, tem-se em conta uma área mais vasta do que apenas a degenerada pela Parceria Euro-Mediterrânica. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0235 - The Euro-Mediterranean Security partnership: Prospects for Arms limitation and confidence-building (A parceria euro-mediterrânica de segurança: Perspectivas para a limitação das armas e a criação de confiança), por Fred Tanner . O presente documento é um dos capítulos do livro "O Processo de Barcelona: Construir uma Comunidade Regional Euromediterrânica" e explora, à luz dos resultados das reuniões ministeriais em Malta em 1997 e em Estugarda em 1999, até que ponto os parceiros do Processo de Barcelona poderão continuar a proceder no domínio da limitação das armas convencionais no Médio Oriente. Com a escalada da violência a plataforma de cooperação em matéria de segurança, tornou-se muito estreita. O estudo avança a afirmação de que existem nichos onde a PEM pode ainda desenvolver uma base para um futuro regime de segurança cooperativa. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0236 - Challenges and prospects (Desafios e perspectivas), por Roberto Aliboni e Abdel Said Aly . As contribuições neste volume "O Processo de Barcelona: Construir uma Comunidade Regional Euromediterrânica" tratam de um conjunto de tendências políticas económicas e de segurança que afetam a implementação da Parceria Euromediterrânica. Este último capítulo avança com uma avaliação geral da evolução do PME e sugere algumas prospeções para o futuro. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0237 - Fotografia - Paineil "Le contexte juridique et social des droits individuels" (O contexto jurídico e social dos direitos individuais) no seminário regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" (Sociedade Civil, Direitos do Homem e Democracia) do EuroMeSCo . Paineil "Le contexte juridique et social des droits individuels", no segundo dia da reunião preparatória regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" da Conferência Anua do EuroMeSCo, que se viria a realizar em outubro de 2006. Este seminário regional teve lugar em Meknés entre os dias 21 e 23 de setembro de 2006. Neste painel, composto por Michel Tubiana, Alima Boumediene-Thiery e Mohammed Nouidi, teve por objetivo discutir os procedimentos no cenário em vigor no que diz respeito ao contexto jurídico e social dos direitos individuais, a sua cobertura jurídica e legislação e os limites socio-económicos o exercício dos direitos. 2006-09-21 / 2006-09-23

D. PT/ADN/IEEI/008/0238 - Fotografia - Paineil "Le contexte juridique et social des droits individuels" (O contexto jurídico e social dos direitos individuais) no seminário regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" (Sociedade Civil, Direitos do Homem e Democracia) do EuroMeSCo 2 . Paineil "Le contexte juridique et social des droits individuels", no segundo dia da reunião preparatória regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" da Conferência Anua do EuroMeSCo, que se viria a realizar em outubro de 2006. Este seminário regional teve lugar em Meknés entre os dias 21 e 23 de setembro de 2006. Neste painel, composto por Michel Tubiana, Alima Boumediene-Thiery e Mohammed Nouidi, teve por objetivo discutir os

procedimentos no cenário em vigor no que diz respeito ao contexto jurídico e social dos direitos individuais, a sua cobertura jurídica e legislação e os limites socio-económicos o exercício dos direitos. 2006-09-21 / 2006-09-23

D. PT/ADN/IEEI/008/0239 - Fotografia - Michel Tubiana no Painele "Le contexte juridique et social des droits individuels" (O contexto jurídico e social dos direitos individuais) no seminário regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" (Sociedade Civil, Direitos do Homem e Democracia) do EuroMeSCo . Michel Tubiana no painele "Le contexte juridique et social des droits individuels", no segundo dia da reunião preparatória regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" da Conferência Anua do EuroMeSCo, que se viria a realizar em outubro de 2006. Este seminário regional teve lugar em Meknés entre os dias 21 e 23 de setembro de 2006. Neste painele, composto por Michel Tubiana, Alima Boumediene-Thiery e Mohammed Noudi, teve por objetivo discutir os procedimentos no cenário em vigor no que diz respeito ao contexto jurídico e social dos direitos individuais, a sua cobertura jurídica e legislação e os limites socio-económicos o exercício dos direitos. 2006-09-21 / 2006-09-23

D. PT/ADN/IEEI/008/0240 - Fotografia - Mohammed Noudi Adala no Painele "Le contexte juridique et social des droits individuels" (O contexto jurídico e social dos direitos individuais) no seminário regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" (Sociedade Civil, Direitos do Homem e Democracia) do EuroMeSCo . Mohammed Noudi Adala no painele "Le contexte juridique et social des droits individuels", no segundo dia da reunião preparatória regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" da Conferência Anua do EuroMeSCo, que se viria a realizar em outubro de 2006. Este seminário regional teve lugar em Meknés entre os dias 21 e 23 de setembro de 2006. Neste painele, composto por Michel Tubiana, Alima Boumediene-Thiery e Mohammed Noudi, teve por objetivo discutir os procedimentos no cenário em vigor no que diz respeito ao contexto jurídico e social dos direitos individuais, a sua cobertura jurídica e legislação e os limites socio-económicos o exercício dos direitos. 2006-09-21 / 2006-09-23

D. PT/ADN/IEEI/008/0241 - Fotografia - Audiência na Sessão "Le contexte juridique et social des droits individuels" (O contexto jurídico e social dos direitos individuais) no seminário regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" (Sociedade Civil, Direitos do Homem e Democracia) do EuroMeSCo . Audiência na Sessão "Le contexte juridique et social des droits individuels", no segundo dia da reunião preparatória regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" da Conferência Anua do EuroMeSCo, que se viria a realizar em outubro de 2006. Este seminário regional teve lugar em Meknés entre os dias 21 e 23 de setembro de 2006. Neste painele, composto por Michel Tubiana, Alima Boumediene-Thiery e Mohammed Noudi, teve por objetivo discutir os procedimentos no cenário em vigor no que diz respeito ao contexto jurídico e social dos direitos individuais, a sua cobertura jurídica e legislação e os limites socio-económicos o exercício dos direitos. 2006-09-21 / 2006-09-23

D. PT/ADN/IEEI/008/0242 - Fotografia - Sessão de abertura no seminário regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" (Sociedade Civil, Direitos do Homem e Democracia) do EuroMeSCo . Sessão de abertura no primeiro dia da reunião preparatória regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" da Conferência Anua do EuroMeSCo, que se viria a realizar em outubro de 2006. Este seminário regional teve lugar em Meknés entre os dias 21 e 23 de setembro de 2006. Neste painele é possível identificar Ingmar Ström, Abdallah Saaf e Álvaro Vasconcelos. 2006-09-21 / 2006-09-23

D. PT/ADN/IEEI/008/0243 - Fotografia - Ingmar Ström na Sessão de abertura no seminário regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" (Sociedade Civil, Direitos do Homem e Democracia) do EuroMeSCo . Ingmar Ström na sessão de abertura no primeiro dia da reunião preparatória regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" da Conferência Anua do EuroMeSCo, que se viria a realizar em outubro de 2006. Este seminário regional teve lugar em Meknés entre os dias 21 e 23 de setembro de 2006. Neste painele é possível identificar Ingmar Ström, Abdallah Saaf e Álvaro Vasconcelos. 2006-09-21 / 2006-09-23

D. PT/ADN/IEEI/008/0244 - Fotografia - Abdallah Saaf na Sessão de abertura no seminário regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" (Sociedade Civil, Direitos do Homem e Democracia) do EuroMeSCo . Abdallah Saaf na sessão de abertura no primeiro dia da reunião preparatória regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" da Conferência Anua do EuroMeSCo, que se viria a realizar em outubro de 2006. Este seminário regional teve lugar em Meknés entre os dias 21 e 23 de setembro de 2006. 2006-09-21 / 2006-09-23

D. PT/ADN/IEEI/008/0245 - Fotografia - Audiência na Sessão de abertura no seminário regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" (Sociedade Civil, Direitos do Homem e Democracia) do EuroMeSCo . Audiência na sessão de abertura no primeiro dia da reunião preparatória regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" da Conferência Anua do

EuroMeSCo, que se viria a realizar em outubro de 2006. Este seminário regional teve lugar em Meknès entre os dias 21 e 23 de setembro de 2006. 2006-09-21 / 2006-09-23

D. PT/ADN/IEEI/008/0246 - Fotografia - Imprensa no seminário regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" (Sociedade Civil, Direitos do Homem e Democracia) do EuroMeSCo . Imprensa na reunião preparatória regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" da Conferência Anua do EuroMeSCo, que se viria a realizar em outubro de 2006. Este seminário regional teve lugar em Meknès entre os dias 21 e 23 de setembro de 2006. 2006-09-21 / 2006-09-23

D. PT/ADN/IEEI/008/0247 - Fotografia - Abdallah Saaf no seminário regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" (Sociedade Civil, Direitos do Homem e Democracia) do EuroMeSCo . Abdallah Saaf no jantar da reunião preparatória regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" da Conferência Anua do EuroMeSCo, que se viria a realizar em outubro de 2006. Este seminário regional teve lugar em Meknès entre os dias 21 e 23 de setembro de 2006. 2006-09-21 / 2006-09-23

D. PT/ADN/IEEI/008/0248 - Fotografia - Jamila Sayouri na audiência da Sessão de Abertura do seminário regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" (Sociedade Civil, Direitos do Homem e Democracia) do EuroMeSCo . Jamila Sayouri na audiência da sessão de abertura no primeiro dia da reunião preparatória regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" da Conferência Anua do EuroMeSCo, que se viria a realizar em outubro de 2006. Este seminário regional teve lugar em Meknès entre os dias 21 e 23 de setembro de 2006. 2006-09-21 / 2006-09-23

D. PT/ADN/IEEI/008/0249 - Fotografia - Paineis da Sessão de Encerramento do seminário regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" (Sociedade Civil, Direitos do Homem e Democracia) do EuroMeSCo . Paineis da Sessão de Encerramento, no último dia da reunião preparatória regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" da Conferência Anua do EuroMeSCo, que se viria a realizar em outubro de 2006. Este seminário regional teve lugar em Meknès entre os dias 21 e 23 de setembro de 2006. Na fotografia, da esquerda para a direita: Abdallah Saaf, Mourad Allal e Abdelmaksoud Rachdi. 2006-09-21 / 2006-09-23

D. PT/ADN/IEEI/008/0250 - Fotografia - Abdallah Saaf, Mourad Allal e Abdelmaksoud Rachdi na Sessão de Encerramento do seminário regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" (Sociedade Civil, Direitos do Homem e Democracia) do EuroMeSCo . Abdallah Saaf, Mourad Allal e Abdelmaksoud Rachdi na Sessão de Encerramento, no último dia da reunião preparatória regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" da Conferência Anua do EuroMeSCo, que se viria a realizar em outubro de 2006. Este seminário regional teve lugar em Meknès entre os dias 21 e 23 de setembro de 2006. 2006-09-21 / 2006-09-23

D. PT/ADN/IEEI/008/0251 - Fotografia - Álvaro Vasconcelos na Audiência da Sessão de Encerramento do seminário regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" (Sociedade Civil, Direitos do Homem e Democracia) do EuroMeSCo . Álvaro Vasconcelos na audiência da Sessão de Encerramento, colocando uma questão, no último dia da reunião preparatória regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" da Conferência Anua do EuroMeSCo, que se viria a realizar em outubro de 2006. Este seminário regional teve lugar em Meknès entre os dias 21 e 23 de setembro de 2006. 2006-09-21 / 2006-09-23

D. PT/ADN/IEEI/008/0252 - Fotografia - Audiência da Sessão de Encerramento do seminário regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" (Sociedade Civil, Direitos do Homem e Democracia) do EuroMeSCo . Audiência da Sessão de Encerramento, no último dia da reunião preparatória regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" da Conferência Anua do EuroMeSCo, que se viria a realizar em outubro de 2006. Este seminário regional teve lugar em Meknès entre os dias 21 e 23 de setembro de 2006. 2006-09-21 / 2006-09-23

D. PT/ADN/IEEI/008/0253 - Fotografia - Audiência da Sessão de Encerramento do seminário regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" (Sociedade Civil, Direitos do Homem e Democracia) do EuroMeSCo 2 . Audiência da Sessão de Encerramento, no último dia da reunião preparatória regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" da Conferência Anua do EuroMeSCo, que se viria a realizar em outubro de 2006. Este seminário regional teve lugar em Meknès entre os dias 21 e 23 de setembro de 2006. 2006-09-21 / 2006-09-23

D. PT/ADN/IEEI/008/0254 - Fotografia - Abdelmaksoud Rachdi na Sessão de Encerramento do seminário regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" (Sociedade Civil, Direitos do Homem e Democracia) do EuroMeSCo . Abdelmaksoud Rachdi da Sessão de Encerramento, no último dia da reunião preparatória regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie"

da Conferência Anua do EuroMeSCo, que se viria a realizar em outubro de 2006. Este seminário regional teve lugar em Meknés entre os dias 21 e 23 de setembro de 2006. 2006-09-21 / 2006-09-23

D. PT/ADN/IEEI/008/0255 - Fotografia - Lotfi Boumghar e Abdelmaksoud Rachdi no seminário regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" (Sociedade Civil, Direitos do Homem e Democracia) do EuroMeSCo . Lotfi Boumghar e Abdelmaksoud Rachdi no seminário regional "Societe Civil, Droits de l'Homme et Democratie" da Conferência Anua do EuroMeSCo, que se viria a realizar em outubro de 2006. Este seminário regional teve lugar em Meknés entre os dias 21 e 23 de setembro de 2006. 2006-09-21 / 2006-09-23

D. PT/ADN/IEEI/008/0256 - Fotografia - Última Conferência Anual do EuroMeSCo . Fotografia da última Conferência Anual do EuroMeSCo, realizada em Ramallah, na Palestina, em janeiro de 2000 e publicada no livro de comemoração dos 20 anos do IEEI, 20 Anos de Mudança. A principal atividade do IEEI na área do Mediterrâneo centrava-se, a partir de 1996 em assegurar o Secretariado e a coordenação de parte dos trabalhos de pesquisa da rede EuroMeSCo. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0257 - Fotografia - Comité do EuroMeSCo na Conferência Anual de 2006 . Comité do EuroMeSCo na Conferência Anual de 2006 em Istambul, Turquia. Esta edição tinha como objetivo central a troca de ideias e propostas sobre as grandes questões que afetam a região euro-mediterrânica entre a rede e um vasto painel de convidados, composto por uma diversidade de actores políticos, económicos, sociais e da sociedade civil, vindos da Europa e dos países do Sul do Mediterrâneo. Pretendia igualmente avaliar os progressos feitos para a criação de uma Comunidade Euro-Mediterrânica democrática, próspera e pacífica – o objectivo último da Parceria Euro-Mediterrânica. 2006-11-05 / 2006-11-07

D. PT/ADN/IEEI/008/0258 - Fotografia - Roberto Aliboni, Maria do Rosário Vaz, Álvaro Vasconcelos e George Joffé na Conferência Anual do EuroMeSCo de 2006 . Roberto Aliboni, Maria do Rosário Vaz, Álvaro Vasconcelos e George Joffé na Conferência Anual de 2006 em Istambul, Turquia. Esta edição tinha como objetivo central a troca de ideias e propostas sobre as grandes questões que afetam a região euro-mediterrânica entre a rede e um vasto painel de convidados, composto por uma diversidade de actores políticos, económicos, sociais e da sociedade civil, vindos da Europa e dos países do Sul do Mediterrâneo. Pretendia igualmente avaliar os progressos feitos para a criação de uma Comunidade Euro-Mediterrânica democrática, próspera e pacífica – o objectivo último da Parceria Euro-Mediterrânica. 2006-11-05 / 2006-11-07

D. PT/ADN/IEEI/008/0259 - Fotografia - Celso Lafer e Álvaro Vasconcelos no Grupo de Trabalho do I Forum Euro-Latino-Americano . Celso Lafer (à esquerda na fotografia) e Álvaro Vasconcelos (à direita) no Grupo de Trabalho do I Forum Euro-Latino-Americano, que decorreu na cidade brasileira de São Paulo, a 11 e 12 de Julho de 1990. O tema era A Europa nos Anos 90 e as Opções Latino-Americanas – A Europa Comunitária de 1992 e a Cooperação Regional na América Latina. Os trabalhos do Forum foram dominados por questões que então se colocavam na actualidade internacional – muitas das quais se mantêm pertinentes – nomeadamente as relacionadas com os processos de abertura nos países do Leste europeu, a democratização dos regimes latino-americanos, a integração regional da América Latina através da criação do Mercosul, a integração de Portugal e Espanha na CEE e a perspectiva do Mercado Único de 1992. 1992-07-01 / 1992-07-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0260 - Fotografia - Grupo de Trabalho do I Forum Euro-Latino-Americano . Grupo de Trabalho do I Forum Euro-Latino-Americano, que decorreu na cidade brasileira de São Paulo, a 11 e 12 de Julho de 1990. O tema era A Europa nos Anos 90 e as Opções Latino-Americanas – A Europa Comunitária de 1992 e a Cooperação Regional na América Latina. Os trabalhos do Forum foram dominados por questões que então se colocavam na actualidade internacional – muitas das quais se mantêm pertinentes – nomeadamente as relacionadas com os processos de abertura nos países do Leste europeu, a democratização dos regimes latino-americanos, a integração regional da América Latina através da criação do Mercosul, a integração de Portugal e Espanha na CEE e a perspectiva do Mercado Único de 1992. 1992-07-01 / 1992-07-31

D. PT/ADN/IEEI/008/0261 - Fotografia - Reunião EuroMeSCo . Reunião EuroMeSCo com o comité que fazia parte da rede. Estas reuniões realizavam-se várias vezes durante o ano e precediam as grandes conferências anuais da rede EuroMeSCo. O EuroMeSCo – Euro-Mediterranean Study Commission – foi criado em Sesimbra, em Junho de 1996, e reúne institutos e centros de investigação dos 35 Estados da Parceria Euro-Mediterrânica. O EuroMeSCo tem como objectivos promover a discussão e a pesquisa na área da política externa e de segurança no Mediterrâneo esses domínios e contribuir para a instauração de um clima de confiança mútua. O IEEI assegurava o portal EuroMeSCo onde se podia encontrar grande parte dos trabalhos produzidos em texto integral, bem como informação geral sobre a rede, as suas atividades e os seus membros. Na fotografia é possível identificar alguns dos seus membros, tais como Roberto Aliboni, Álvaro Vasconcelos e José Calvet de Magalhães. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/008/0262 - Fotografia - Abdallah Saaf e Álvaro Vasconcelos numa Conferência EuroMeSCo em Marrocos . Abdallah Saaf (à esquerda na fotografia) e Álvaro Vasconcelos (à direita) numa Conferência EuroMeSCo em Marrocos. O EuroMeSCo – Euro-Mediterranean Study Commission – foi criado em Sesimbra, em Junho de 1996, e reúne institutos e centros de investigação dos 35 Estados da Parceria Euro-Mediterrânica. O EuroMeSCo tem como objectivos promover a discussão e a pesquisa na área da política externa e de segurança no Mediterrâneo esses domínios e contribuir para a instauração de um clima de confiança mútua. O IEEI assegurava o portal EuroMeSCo onde se podia encontrar grande parte dos trabalhos produzidos em texto integral, bem como informação geral sobre a rede, as suas atividades e os seus membros. S.d.

SR. PT/ADN/IEEI/009

Título: Relações com a Espanha.

Datas extremas: 1982-00-00 / 2006-00-00

Dimensão e suporte: 41 documentos impressos e digitalizados incluindo 4 fotografias (jpg).

D. PT/ADN/IEEI/009/0001 - Novo fôlego ibero-americano por António Raimundo . A XV Cimeira Ibero-Americana, decorrida em Salamanca no ano de 2005, foi encarada por Espanha como uma oportunidade de se relançar este projeto de colaboração entre estados da América Latina, Portugal e Espanha. Após os anos da presidência do Governo Espanhol por José María Aznar, marcados por um grande seguidismo face às posições de Washington, a perda de interesse de muitos dos estados latino-americanos, por estas cimeiras, era já evidente. Para contrariar esta tendência, decidiu fazer-se incidir os trabalhos num número restrito de questões que revelassem interesse para a maioria dos países participantes. A problemática das migrações, a realidade sócio-económica e a projecção internacional da comunidade ibero-americana foram os grandes temas desta Cimeira. Portugal foi convidado por Espanha a coliderar os trabalhos, algo que Diogo Freitas do Amaral, Ministro português dos Negócios Estrangeiros, classificou como um gesto de amizade de Espanha para com Portugal. 2005-01-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/009/0002 - Unidade e diversidade na Península Ibérica – balanço de um debate, por Fuzeta da Ponte . Refletindo sobre o período de incerteza vivido pela Espanha no final dos anos 80 no respeitante às suas relações externas, política de defesa e de cooperação internacional, e tendo em consideração a situação conjetural da situação espanhola, o presente artigo pretende constituir mais um contributo para a criação do consenso entre os aliados – consenso que tem por vista a prevenção da radicalização de posições ou incompreensões que podem resultar em impasses indesejáveis para a segurança do Ocidente. Para este fim – e considerando as relações de cooperação em matéria de participação de defesa entre o Instituto Español de Estudios Estratégicos (IEEE) e o Instituto de Estudios Estratégicos Internacionais (IEEI) – o presente artigo relata as relações ibéricas e as suas vantagens no que diz respeito a questões de defesa e das relações internacionais. Assim, as questões da defesa deverão ter resolução a nível multilateral, no âmbito da Aliança Atlântica, tirando partido da inegável afinidade geográfica dos dois países ibéricos. 1987-03-21 / 1987-06-20

D. PT/ADN/IEEI/009/0003 - Península da Europa, por Álvaro de Vasconcelos . Um dos mais significativos resultados da integração europeia é a alteração radical das relações luso-espanholas, plenamente confirmada pela decisão de ligar pelo caminho de ferro os dois países na cimeira ibérica da Figueira da Foz e aceitar, sem complexos, que a integração física peninsular é essencial para o futuro de Portugal e para a sua afirmação europeia. Neste contexto, o presente artigo traça o panorama geral das relações ibéricas antes e depois da integração europeia e os benefícios de uma política portuguesa menos isolacionista e mais integrada com o país vizinho. 2003-11-01 / 2003-11-30

D. PT/ADN/IEEI/009/0004 - Diferenças normais, por Maria João Seabra . Quando a União se encontra empenhada num processo de revisão dos Tratados através de uma Conferência Intergovernamental, o presente texto ressalta as posições divergentes dos dois países ibéricos: enquanto Portugal é frontalmente contra a criação de qualquer tipo de diretório e defende, sem hesitações, o princípio da igualdade entre os Estados, Espanha assume uma posição centrada na defesa de Nice e no equilíbrio de poder entre os grandes Estados membros. Identificadas as principais divergências entre Portugal e Espanha em relação à CIG, o presente texto ressalva a necessidade de impedir que estas posições se transformem em conflitos. Esta, contudo, parece ter sido a posição assumida pelos governos dos dois países na recente Cimeira Ibérica, onde optaram por deixar de fora da agenda estes temas, concentrando-se desta vez muito mais em questões bilaterais. 2003-11-01 / 2003-11-30

D. PT/ADN/IEEI/009/0005 - The Portuguese-Spanish Relationship, por Maria João Seabra . The development of the Portuguese-Spanish relationship is a clear example of the impact of European integration in bilateral relations. In the Portuguese case the European option meant not only the return to Europe and to the European democratic countries' family, but also the

establishment of a healthier relationship Spain. Tracing the history of bilateral relations between the two countries before, during and after their integration process in the EU, the present paper demonstrates how the EU accession meant the establishment of a new framework within which political and economic bilateral relations could evolve. Integration generated common interests between the two countries, such as its common border region and foreign outreach, being decisive to the reinforcement of social contacts between the two. 2000-01-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/009/0006 - Aprender a viver com a Espanha, por Maria João Seabra . Portugal e Espanha aderiram à Comunidade Europeia ao mesmo tempo e desde então que a as relações bilaterais têm melhorado e cada vez há mais convergência entre ambos. O artigo aborda essa relação, desde as preocupações portuguesas com a entrada espanhola para a NATO. As cimeiras ibéricas têm agora novos temas, entre outros, as preocupações mediterrânicas. No geral, a integração europeia reforçou o laço entre as nações ibéricas. 2005-12-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/009/0007 - Vinte e cinco anos económicos , por Jorge Braga de Macedo . O presente artigo é uma crónica dos últimos 25 anos do desempenho económico português, analisados a partir de dados da AMECO. É analisada a forma como a globalização alterou as condições de concorrência e como as oscilações na economia levaram a instabilidade política. 2005-12-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/009/0008 - Portugal um sucesso, por Angel Viñas . O presente artigo faz uma comparação de como era Portugal antes da entrada para a CEE e em 2005, particularmente do ponto de vista das relações luso-espanholas. Compara ambos os países e analisa quais as razões para as diferenças desde a industrialização à ditadura. 2005-12-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/009/0009 - Notas de Abertura, por José Gregório Faria . No seguimento dos 20 anos da adesão de Portugal à Comunidade Europeia, o tema escolhido para a XXIV Conferencia Internacional de Lisboa foi “Portugal e Espanha: Vinte anos de Europa”. Os objetivos da conferência passam por analisar a potencial cooperação portuguesa com Espanha e se Portugal tira pleno partido do aprofundamento da relação peninsular. A Conferência decorre num período em que a crise constitucional na Europa não foi ainda ultrapassada. 2006-11-16 / 2006-11-17

D. PT/ADN/IEEI/009/0010 - Portugal-Espanha: Vinte anos após a adesão, por António Carmona Rodrigues . Esta intervenção aborda a importância das relações Luso-espanholas e de como melhoraram consideravelmente desde que ambos países entraram para a Comunidade Europeia. Realça-se que há mais a ganhar em cooperação quer em termos políticos quer em termos económicos. 2006-11-16 / 2006-11-17

D. PT/ADN/IEEI/009/0011 - Intervenção na sessão de Abertura, por Enrique Panés . O objetivo desta intervenção é o de revisitar os últimos 20 anos desde a adesão de Espanha à Comunidade Europeia no plano nacional e bilateral entre Portugal-Espanha. Analisam-se as melhorias económicas e também do ponto de vista social e cultural. A contribuição de Espanha para a União Europeia nomeadamente na definição da política euromediterrânica é realçada. 2006-11-16 / 2006-11-17

D. PT/ADN/IEEI/009/0012 - Encerramento, por João Mira Gomes . No encerramento da XXIV Conferencia Internacional de Lisboa é feito um sumário dos temas abordados e um contexto da relação Luso-Espanhola desde 1949 dentro do panorama das relações internacionais, isto é, qual o posicionamento de ambos os países nos maiores conflitos e a sua ligação com as organizações internacionais emergentes neste período. Por fim, realça-se a importância da UE na proximidade atual entre ambos. 2006-11-16 / 2006-11-17

D. PT/ADN/IEEI/009/0013 - Apport de l’Espagne et du Portugal a l’Union - J. Keller-Noëllet . Cet paper traite de la contribution du Portugal et de l’Espagne à l’Union européenne en plus des statistiques, c’est-à-dire à la fois en termes géopolitiques et en matière de contribution à la vie institutionnelle de l’Union européenne. Il analyse également la contribution ibérique aux politiques internes de l’Union et au rayonnement de l’institution dans le monde. 2006-11-16 / 2006-11-17

D. PT/ADN/IEEI/009/0014 - Introdução. Cadernos do Lumiar, por IEEI . O estreitamento das relações entre Portugal e Espanha baseia-se nas modificações políticas e económicas ocorrentes depois da adesão de ambos à Comunidade Europeia. Apesar de ainda haver um longo caminho a percorrer, a opção pela Europa revelou-se decisiva para a melhoria das relações bilaterais e para uma progressiva convergência entre Portugal e Espanha. O presente artigo serve de introdução ao volume 5 dos Cadernos do Lumiar, cujo tema é “Vizinhança Inconstante – Portugal e Espanha na Europa.”. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/009/0015 - A construção da confiança, por IEEI . A relação bilateral entre Portugal e Espanha, mesmo pertencendo às mesmas organizações internacionais, é um processo longo. A opção europeia para ambos os países marca o início de uma nova etapa de consolidação da democracia. O presente artigo aborda o processo de transição democráticas para a normalização das relações bilaterais e o seu desenvolvimento. Salienta-se a preocupação de Portugal com o seu posicionamento na NATO. Por fim, analisa-se a unidade Ibérica no futuro da Comunidade Europeia. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/009/0016 - A fronteira de papel, por IEEI . O presente artigo tem como objetivo provar que a integração europeia foi o principal motor pelo desenvolvimento das relações Luso-espanholas em termos económicos, comerciais, políticos e mesmo sociais. É feito um breve contexto histórico sobre o antagonismo de ambos países e explorada como a transição e consolidação da democracia teve efeitos nas relações bilaterais. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/009/0017 - A convergência necessária, IEEI . O processo de transição e consolidação da democracia gerou a base indispensável para o desenvolvimento das relações bilaterais, permitindo o diálogo entre as duas nações Ibéricas. É fundamental a existência de uma parceria quer em termos bilaterais como europeus, já que ambos os países participam nas mesmas organizações internacionais. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/009/0018 - Relações de vizinhança entre Portugal e Espanha, por Maria Regina de Mongiardim . Traçando o passado histórico das relações entre Portugal e Espanha, irrenunciavelmente marcadas pelas condicionantes geográficas do seu território, e marcadas pelo antagonismo de dois países geminados, o presente texto reflete como o atual desequilíbrio das duas economias, com Portugal mergulhado numa crise económica e de confiança, pode provocar a emergência de novos antagonismos no relacionamento luso-espanhol, após uma evolução positiva, consequência da globalização e com expressão na intensa fluidez de contactos oficiais e intercâmbio entre as sociedades civis, agentes económicos e culturais, e entidades infraestatais. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/009/0019 - As relações bilaterais Portugal-Espanha, por Iva Pires . O presente texto visa explorar os níveis de integração de Portugal e Espanha na União Europeia e de aprofundamento das suas relações bilaterais. A adesão simultânea a CEE é, deste modo, apontada como o fator mais importante do aprofundamento desta relação tendo permitido que as duas economias se comesçassem a descobrir e as empresas a explorar oportunidades no mercado vizinho. Esta interpenetração das economias e do investimento, apesar de inicialmente liderado por Espanha e depois acompanhado por Portugal, constitui o primeiro nível do processo conjunto de integração regional. No segundo nível da integração é possível verificar a partilha de problemas quanto ao nível de desenvolvimento e à necessidade de modernização. Quanto ao 3º nível proposto, se considerarmos os fluxos de investimento no exterior como indicador dos interesses estratégicos das economias, os dos portugueses estão claramente fora da Europa, o mesmo acontecendo em parte com os da Espanha. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/009/0020 - As Relações Portugal - Espanha no Contexto da União Europeia, por Iva Pires . Uma das principais consequências da integração de Portugal e de Espanha na CEE foi o reforço das relações intraibéricas e a aproximação entre ambos os países. Partindo deste contexto, o presente texto faz uma análise comparativa entre o desenvolvimento dos dois países ibéricos após a integração na CEE, bem como a evolução das suas relações neste contexto regional. Assim, apesar do balanço da integração, passados mais de 20 anos, seja indiscutivelmente positivo, numa comparação direta, aponta-se o aparente maior sucesso da Espanha. Apesar de ambos os países partirem de níveis de problemas semelhantes aquando da sua adesão – Portugal a nível das reformas estruturais e Espanha no contexto da internacionalização da sua economia –, a economia portuguesa revelou uma adaptação mais débil do que a espanhola ao atual contexto de integração económica, regionalização dos mercados e globalização. Para além destas debilidades, são ainda apontadas algumas desigualdades de participação entre os dois países no comércio intraibérico. 2009-04-21 / 2009-04-21

D. PT/ADN/IEEI/009/0021 - Relatório - A União Europeia e as Relações Ibéricas, por IEEI . O presente relatório resume as questões levantadas na conferência “A União Europeia e as Relações Ibéricas”, inserida no âmbito do projeto “O Tratado de Lisboa e o Futuro da Europa”. Um dos principais argumentos apresentados foi o de que a integração dos países ibéricos na UE decorreu em simultâneo com o processo de integração intraibérico. Os aspetos fundamentais do debate foi o da perda, por parte de Portugal, de quota nos mercados do resto do mundo, ao centrar em Espanha a grande parte do seu comércio externo; a necessidade de desconstruir a ideia de “invasão espanhola”, principalmente no investimento; das clivagens ainda existentes nas zonas de fronteira; a pressão da Comissão Europeia para a negociação conjunta entre os países ibéricos, bem como o crescimento da necessidade de, no contexto do alargamento, do aprofundamento de uma política comum ibérica; e, finalmente, o das relações ibéricas com a América do Sul e com os países lusófonos. 2009-04-21 / 2009-04-21

D. PT/ADN/IEEI/009/0022 - Portugal, a Espanha e as Relações Transatlânticas, por Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais . O presente documento reúne as principais intervenções e comunicações apresentadas no seminário Portugal, a Espanha e as Relações Transatlânticas realizado em maio de 1982. O objetivo é analisar e discutir as implicações da entrada da Espanha na NATO, o papel de Portugal na Aliança, a segurança euro-atlântica e a estratégia soviética num contexto global. 1993-01-01 / 1993-03-31

D. PT/ADN/IEEI/009/0023 - Introdução: Portugal, a Espanha e as Relações Transatlânticas, por Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais . O presente documento serve de introdução aos temas do seminário Portugal, a Espanha e as Relações Transatlânticas reúne as principais intervenções e comunicações apresentadas O objetivo é analisar e discutir as implicações da entrada da Espanha na NATO, o papel de Portugal na Aliança, a segurança euro-atlântica e a estratégia soviética num contexto global. 1993-01-01 / 1993-03-31

D. PT/ADN/IEEI/009/0024 - Programa do Seminário, por Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais . O presente documento é o programa do seminário Portugal, a Espanha e as Relações Transatlânticas realizado em maio de 1982. O objetivo é analisar e discutir as implicações da entrada da Espanha na NATO, o papel de Portugal na Aliança, a segurança euro-atlântica e a estratégia soviética num contexto global. 1993-01-01 / 1993-03-31

D. PT/ADN/IEEI/009/0025 - Discurso de Abertura, por Diogo Freitas do Amaral . O presente documento é o discurso de abertura do Seminário “Portugal, a Espanha e as Relações Transatlânticas” cujo objetivo é analisar e discutir as implicações da entrada da Espanha na NATO, o papel de Portugal na Aliança, a segurança euro-atlântica e a estratégia soviética num contexto global. 1993-01-01 / 1993-03-31

D. PT/ADN/IEEI/009/0026 - España y la seguridad euro-atlántica (Espanha e a Segurança euro-atlântica), por Abel Barahona Garrido . O presente documento é uma das intervenções no Seminário “Portugal, a Espanha e as Relações Transatlânticas”. Foca-se na importância estratégica da Península Ibérica como um conjunto e no espaço Espanhol, tendo em consideração a posição geoestratégicas os seus arquipélagos. Por fim, analisam-se as relações entre a Espanha e os Estados Unidos e aproximação da NATO. 1993-01-01 / 1993-03-31

D. PT/ADN/IEEI/009/0027 - Portugal, a Espanha e a segurança atlântica: um ponto de vista português, por Cabral Couto . O presente documento é uma das intervenções no Seminário “Portugal, a Espanha e as Relações Transatlânticas” e propõe-se a analisar no quadro das ameaças exteriores às áreas da NATO e do Pacto de Varsóvia e no quadro da tensão Leste-Oeste os níveis da dissuasão, convencional, nuclear de teatro e nuclear estratégico. 1993-01-01 / 1993-03-31

D. PT/ADN/IEEI/009/0028 - Portugal, a Espanha e a Solidariedade Atlântica, por Virgílio de Carvalho . O presente documento é uma das intervenções no Seminário “Portugal, a Espanha e as Relações Transatlânticas” e aborda-se como o reforço da NATO é algo desejável, assim como a participação da Espanha nesta organização tendo em consideração não só a sua posição geoestratégica, mas também o seu relacionamento especial com o Mundo Árabe e a América Latina e para com Portugal na obtenção de segurança coletiva e mútua. 1993-01-01 / 1993-03-31

D. PT/ADN/IEEI/009/0029 - El contexto político interno: España y la Otan (O contexto política interno: Espanha e a NATO), por Antonio Sanchez-Gijón . O presente documento é uma das intervenções no Seminário “Portugal, a Espanha e as Relações Transatlânticas” e foca-se essencialmente no contexto político interno espanhol e na sua relação com as Comunidades Europeias, a questão da Aliança Atlântica, Estados Unidos e Reino Unido e, por fim, qual a posição de Espanha nas missões dentro da NATO. 1993-01-01 / 1993-03-31

D. PT/ADN/IEEI/009/0030 - Portugal e a CEE, por Paula Gouveia . O presente documento é uma das intervenções no Seminário “Portugal, a Espanha e as Relações Transatlânticas” e aborda-se como a adesão da Espanha à Nato constitui um fenómeno político de grande importância, já que aparece inserida num momento de redefinição da posição estratégica da Península Ibérica. 1993-01-01 / 1993-03-31

D. PT/ADN/IEEI/009/0031 - O Espaço Estratégico Peninsular, por Batista Comprido . O presente documento é uma das intervenções no Seminário “Portugal, a Espanha e as Relações Transatlânticas” e faz uma caracterização geográfica, política e

estratégica do espaço peninsular. De seguida, aborda-se o papel funcional estratégico da Península e por fim, equaciona-se os parceiros atlânticos e o processo de organização com a NATO. 1993-01-01 / 1993-03-31

D. PT/ADN/IEEI/009/0032 - A modernização das forças armadas portuguesas, a Espanha e a NATO, por Álvaro Vasconcelos . O presente documento é uma das intervenções no Seminário “Portugal, a Espanha e as Relações Transatlânticas” e argumenta que a Adesão da Espanha à NATO foi um catalisador importante no debate estratégico em Portugal, que deveria repensar o seu papel na Aliança. As missões das Forças Armadas portuguesas e a necessidade da sua modernização no contexto das relações interaliadas estão no centro do debate. 1993-01-01 / 1993-03-31

D. PT/ADN/IEEI/009/0033 - Discurso de encerramento, por Jaime Gama . O presente documento é o discurso de encerramento do Seminário “Portugal, a Espanha e as Relações Transatlânticas” e sublinha-se um dos temas mais específicos da conferência foi a análise da problemática da segurança na área regional constituída por Portugal e pela Espanha; as relações com a NATO e os Estados Unidos e deficiente modernização das Forças Armadas Portuguesas. 1993-01-01 / 1993-03-31

D. PT/ADN/IEEI/009/0034 - Conclusões, por Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais . O presente documento é um aglomerado das conclusões de diferentes temáticas relacionadas com a segurança e defesa da Península Ibérica e da adesão da Espanha à NATO do Seminário “Portugal, a Espanha e as Relações Transatlânticas”. 1993-01-01 / 1993-03-31

D. PT/ADN/IEEI/009/0035 - Portugal, Spain and Transatlantic Relations: A conference report (Portugal, Espanha e Relações Transatlânticas: Um relatório da conferência), por Institute for Foreign Policy Analysis . O presente documento é um relatório feito pelo Institute for Foreign Policy Analysis do seminário “Portugal, a Espanha e as Relações Transatlânticas” que reúne as principais intervenções e comunicações apresentadas. O objetivo é analisar e discutir as implicações da entrada da Espanha na NATO, o papel de Portugal na Aliança, a segurança euro-atlântica e a estratégia soviética num contexto global. 1993-01-01 / 1993-03-31

D. PT/ADN/IEEI/009/0036 - La OTAN, España y Portugal (A NATO, Espanha e Portugal), por Fernando Moran . O presente documento é o texto de um dos participantes do seminário “Portugal, a Espanha e as Relações Transatlânticas” sobre as temáticas a abordar (as implicações da entrada da Espanha na NATO, o papel de Portugal na Aliança, a segurança euro-atlântica e a estratégia soviética num contexto global) que foi publicado num jornal de Madrid e mais tarde incluindo no relatório. 1993-01-01 / 1993-03-31

D. PT/ADN/IEEI/009/0037 - Lista de Participantes, por Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais . O presente documento é a lista de participantes do seminário “Portugal, a Espanha e as Relações Transatlânticas” realizado em maio de 1982. O objetivo é analisar e discutir as implicações da entrada da Espanha na NATO, o papel de Portugal na Aliança, a segurança euro-atlântica e a estratégia soviética num contexto global. 1993-01-01 / 1993-03-31

D. PT/ADN/IEEI/009/0038 - Fotografia - Seminário Portugal, a Espanha e as Relações Transatlânticas . Duas fotografias do Seminário Portugal, a Espanha e as Relações Transatlânticas, organizado pelo Instituto entre 10 e 12 de maio de 1982 em Lisboa e publicada no livro de comemoração dos 20 anos do IEEI, 20 Anos de Mudança. O objetivo deste seminário foi analisar e discutir as implicações da entrada da Espanha na NATO, o papel de Portugal na Aliança, a segurança euro-atlântica e a estratégia soviética num contexto global. 01-12-2000 / 31-12-2000

D. PT/ADN/IEEI/009/0039 - Fotografia - IEEI em Madrid com Rei Juan Carlos I ca. 1982. IEEI numa visita a Madrid, com o Rei de Espanha, Juan Carlos I. O Instituto esteve na vanguarda do aprofundamento das relações Portugal-Espanha, especialmente no pós-adesão, mas também antes disso, tendo dedicado uma boa parte do seu trabalho, nos anos 80, a esta cooperação entre os países ibéricos. Em 1982 realiza, nomeadamente, o Seminário Portugal, Espanha e as Relações Transatlânticas, e torna a questão tópico de vários artigos e de uma das primeiras Conferências Internacionais de Lisboa.

D. PT/ADN/IEEI/009/0040 - Fotografia - Álvaro Vasconcelos com Rei Juan Carlos I ca. 1982. Álvaro Vasconcelos e Rei Juan Carlos I, aquando de uma visita do IEEI a Madrid. O Instituto esteve na vanguarda do aprofundamento das relações Portugal-Espanha, especialmente no pós-adesão, mas também antes disso, tendo dedicado uma boa parte do seu trabalho, nos anos 80, a esta cooperação entre os países ibéricos. Em 1982 realiza, nomeadamente, o Seminário Portugal, Espanha e as Relações Transatlânticas, e torna a questão tópico de vários artigos e de uma das primeiras Conferências Internacionais de Lisboa.

D. PT/ADN/IEEI/009/0041 - Fotografia - Seminário Portugal, a Espanha e as Relações Transatlânticas 2 . Fotografia do Seminário Portugal, a Espanha e as Relações Transatlânticas, organizado pelo Instituto entre 10 e 12 de maio de 1982 em Lisboa. O objetivo deste seminário foi analisar e discutir as implicações da entrada da Espanha na NATO, o papel de Portugal na Aliança, a segurança euro-atlântica e a estratégia soviética num contexto global. 10-05-1982 / 12-05-1982

SR. PT/ADN/IEEI/010

Título: Relações com o Brasil.

Datas extremas: 1988-00-00 / 2006-00-00

Dimensão e suporte: 39 documentos impressos e digitalizados.

D. PT/ADN/IEEI/010/0001 - Parceria para o Século XXI . É analisado o potencial de cooperação entre a Europa e a América Latina, duas regiões ligadas por laços fortes de uma história em muitos momentos partilhada e que, neste mundo, multilateral e globalizado, como é o contemporâneo, vê aqui, na união de povos europeus e latino-americanos, UE e Mercosul, um fator de progresso e de prosperidade bidirecional. A situação económica brasileira é objeto de análise. 1999-06-01 / 1999-06-30

D. PT/ADN/IEEI/010/0002 - O Mundo em Português - Um Diálogo, Fernando Henrique Cardoso e Mário Soares - Teresa de Sousa . É apresentado o livro "O Mundo em Português - Um Diálogo, Fernando Henrique Cardoso e Mário Soares", da editora Gradiva, enquanto uma obra que transcreve uma conversa entre dois nomes maiores da política portuguesa e brasileira, dois humanistas defensores da liberdade e demais valores democráticos, do aprofundamento das relações entre UE e Mercosul, da elevação da língua portuguesa. 1999-06-01 / 1999-06-30

D. PT/ADN/IEEI/010/0003 - Quando a Economia se Alia à Política - Maria do Rosário de Moraes Vaz . É apresentado o estudo de Joaquim Ramos Silva acerca do panorama das relações económicas luso-brasileiras. A nota dominante é que estas encontram-se em aceleração e que a vitalidade das relações económicas potencia as relações políticas e vice-versa. Portugal tem um papel importante nas relações do Brasil com a UE e o Brasil é uma porta de entrada de Portugal no Mercosul. 1999-12-01 / 1999-12-30

D. PT/ADN/IEEI/010/0004 - O Futuro do Passado, por Celso Lafer . São analisadas, a partir de uma perspetiva histórica, as relações de proximidade entre os povos e culturas portuguesa e brasileira. Existem laços históricos, entre os dois países, que advêm da língua, da cultura, da história, do afeto. Salienta-se o lado sentimental desta relação que, segundo o autor, desempenha um papel relevante no processo decisório. É a dimensão qualitativa que interage com a dimensão quantitativa dos interesses. No mundo pós-Guerra Fria, em que o sistema internacional está marcado por tendências de fragmentação não negligenciáveis, estas relações especiais, de afecto, entre povos, revelam-se superiormente importantes. No plano formal, a referida relação especial ganhou corpo com o Tratado de Amizade e Consulta de 1953. 2000-04-01 / 2000-04-30

D. PT/ADN/IEEI/010/0005 - Mil Milhões em Cinco Anos, por Joaquim Ramos Silva . Na última metade da década de 90 do século passado, as relações económicas entre Portugal e o Brasil apresentaram um desenvolvimento positivo muitíssimo significativo. Desde 1997, o Brasil tornou-se, de longe, o principal destino do investimento português no exterior e, em 1999, Portugal chegou, inclusivamente, a ser o terceiro investidor, apenas ultrapassado pelos Estados Unidos e pela Espanha. Contudo, dado o tamanho da economia brasileira – que, logicamente, reflete a dimensão do próprio país – existe uma margem de progressão imensa. Feito este retrato, importa salientar, contudo, que Portugal não pode, a pretexto desta boa parceria, negligenciar a relação com a Europa. Esta continua a ser âncora fundamental da economia portuguesa e eleva-a a um patamar superior. O autor defende que a evolução recente só foi possível porque a integração na Europa se aprofundou. 2000-04-01 / 2000-04-30

D. PT/ADN/IEEI/010/0006 - Um Bom Momento para Durar, Por Maria do Rosário de Moraes Vaz . É apresentada uma análise das relações bilaterais entre Portugal e o Brasil no período em que se assinalam os quinhentos anos da chegada de Cabral ao Brasil. Estas estão definidas por alguns pressupostos essenciais - a democracia consolidada em ambos os países; a afinidade no plano dos valores; a realidade relativamente nova da integração regional de cada um dos Estados; no âmbito de uma crescente globalização, o expressivo acentuar das relações económicas entre as duas nações; a solidez dos laços culturais, em que a língua comum representa um papel primordial. Chama-se, contudo, a atenção para o facto de que a cooperação bilateral, em matéria de segurança é, ainda, muito diminuta. 2000-04-01 / 2000-04-30

D. PT/ADN/IEEI/010/0007 - O Fiasco das Comemorações, por Alfredo Valadão . Neste texto é sustentada a opinião de que as comemorações dos 500 anos da chegada de Cabral ao Brasil foram um fiasco porque os temas essenciais - a questão da identidade, da especificidade do Brasil no mundo e da sua contribuição, presente e futura – não foram abordados. São avançadas causas explicativas para isso. 2000-06-01 / 2000-06-30

D. PT/ADN/IEEI/010/0008 - O Ideólogo do Luso-Tropicalismo, por Vamireh Chacon . Neste texto é analisado o pensamento luso-tropicalista de Gilberto Freyre. Para uns Freyre é um salazarista, para outros um humanista. Mário Soares progressivamente mudou de opinião a respeito de Gilberto Freyre até que, um dia, enquanto Presidente da República Portuguesa, veio a reconhecer a importância deste pensador para a “unidade linguística afro-luso-brasileira”. 2000-07-01 / 2000-07-01

D. PT/ADN/IEEI/010/0009 - Freyre e o Legado Português, por Pedro Calafate . Neste texto são apontados o contexto histórico e os antecedentes que motivaram o pensamento de Gilberto Freyre – o luso-tropicalismo – assente no reconhecimento da importância de Portugal para a cultura brasileira e da miscigenação como poderoso fator de democratização da sociedade brasileira. 2000-07-01 / 2000-07-30

D. PT/ADN/IEEI/010/0010 - O Sucesso da Aposta Comercial, por José Calvet de Magalhães . No século passado, as relações luso-brasileiras evoluíram em três eixos – político, cultural e comercial. Nos anos 90, o eixo comercial impôs-se como o mais sólido. Foi assinado um tratado de amizade, cooperação e consulta entre ambos os países, aquando das celebrações dos 500 anos da chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil. Seguiu-se um longo processo de aproximação e de regulação da comunidade luso-brasileira através de três vias distintas - a dos intelectuais, a dos políticos, diplomatas e juristas, e , a mais recente, a dos homens de negócios. 2001-03-01 / 2001-03-01

D. PT/ADN/IEEI/010/0011 - Brasil, a Nova História, por Alfredo Valladão . Neste texto é exposta a visão de Valladão acerca da evolução da historiografia brasileira, segundo ele, numa primeira fase, assente em determinismos históricos e pessimismos para, em períodos posteriores, vir a reconhecer um espaço próprio para a autodeterminação e para a autorresponsabilização dos brasileiros. 2000-08-01 / 2000-09-30

D. PT/ADN/IEEI/010/0012 - O Futuro Prometido, por João Luís Soares . Neste texto é apresentado o livro Brazil: Burden of the Past. Promise of the Future. Trata-se de um conjunto de ensaios, organizado pela academia americana de artes e ciências, que pretende contribuir para um entendimento mais completo e rigoroso da realidade brasileira nos seus mais variados aspetos: educação, situação dos índios da Amazônia, problemática racial, governação democrática, influência da classe, quadro político passado e presente, a crise na construção do Estado-Nação, evolução económica, etc. 2000-08-01 / 2000-09-30

D. PT/ADN/IEEI/010/0013 - A Exposição que Salvou os 500 Anos, por Alfredo Valadão . “Brasil – 500 anos (mostra do redescobrimento)”, em São Paulo, veio deslumbrar, contar e compensar o fracasso das celebrações dos 500 anos da descoberta do Brasil. Foi algo ousado, inovador, polémico até, que mergulhou fundo e surgiu para mostrar o erudito, o popular, o negro, o índio, o branco, o mestiço, o barroco, o contemporâneo, o Brasil, o olhar estrangeiro... Um Brasil foi apresentado através do negro na sua fraqueza e na sua força, do índio e das marcas deixadas por cada tribo na identidade nacional, dos artesãos, da arte, do som do batuque, das procissões, dos sermões, dos poemas, das canções... 2000-11-01 / 2000-11-01

D. PT/ADN/IEEI/010/0014 - Sentir a Alma, por Emanuel Araujo . “Sentir a Alma”, uma das etapas de supra-referida exposição, pretende identificar a expressão de um sentimento negro na cultura e nas artes brasileiras. Parte substancial dessa expressão encontrou-se, inicialmente, no âmbito da religiosidade que, inicialmente expressa em imagens de santos católicos, se afirma, depois, numa expressão afro-brasileira nos candomblés, nos xangós, nos batuques... Foi necessário um longo caminho para romper os laços que atavam o negro à escravidão, o confinavam a mercadoria, ao nada além do seu corpo. Foi difícil atribuir-lhe uma alma, alma essa visível, quer em expressões plásticas quer em formas literárias ou musicais. Apesar disso, apesar dessas manifestações do que é ser Negro de Corpo e Alma no Brasil, os descendentes dos africanos continuam a ser tratados como uma minoria étnica que a sociedade nacional brasileira não reconhece ainda. Mantém-se o apartheid social que exprime a condição de se ser negro no Brasil. 2000-11-01 / 2000-11-01

D. PT/ADN/IEEI/010/0015 - A Política Externa e de Cooperação Brasileira para África, por Lauro Moreira . Neste texto, reflete-se acerca da importância da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), bem como do continente africano, para

a política externa brasileira. Destacam-se as relações com Angola, o principal parceiro do Brasil em África e as relações com Moçambique. As relações históricas do Estado brasileiro com cada um destes Estados africanos são descritas. De um modo geral, o Brasil encontra-se empenhado na promoção da cooperação económica, social, cultural, jurídica, científica e técnica, bem como na difusão da língua portuguesa, no seio da CPLP. 2006-03-01 / 2006-03-01

D. PT/ADN/IEEI/010/0016 - O impacto da adesão à CEE nas relações luso-brasileiras, por António de Siqueira Freire . O terceiro alargamento das Comunidades Europeias caracteriza-se, entre outras coisas, por dizer respeito a dois países europeus unidos à América latina por laços de natureza muito específica. Não é, pois, por acaso que nos tratados de adesão de Portugal e da Espanha figura uma “declaração comum de intenções relativa ao desenvolvimento e à intensificação das relações com os países da América Latina”. Trata-se de uma problemática caracterizada pela existência de um conjunto de valores comuns de civilização e por uma aproximação natural de interesses no plano dos modelos de sociedade e do estabelecimento de uma ordem mundial mais progressiva e solidária. As intervenções na VII Conferência Interparlamentar Comunidade Europeia/América Latina, realizada em Lisboa em Junho de 1987, só veio confirmar esta visão. Neste quadro de otimismo relativamente ao desenvolvimento das relações internacionais no sentido da cooperação e aprofundamento dos interesses comuns, o presente artigo devota-se à articulação da necessidade de uma estratégia integradora da América Latina na política externa, de cooperação e segurança da Europa, mas também de que forma a adesão de Portugal e Espanha às Comunidades Europeias constituem um importante marco num aprofundamento desta relação com a América Latina, de especial ressalva à relação luso-brasileira. 1988-09-21 / 1988-12-20

D. PT/ADN/IEEI/010/0017 - A CEE e o Brasil: um balanço, por Geraldo Holanda Cavalcanti . O presente artigo é iniciado por uma recapitulação das tendências mais persistentes da economia internacional que afetam as relações entre a CEE e o Brasil, para derivar delas algumas conclusões sobre a possível evolução futura a curto prazo. Dentro de um campo reconhecidamente restrito, a presente análise penderá sobre o aspeto das relações comerciais ficando de lado questões como a da cooperação económica num sentido mais amplo, e as da cooperação financeira, tecnológica, científica e técnica, bem como a cultural. Por outro lado, é reconhecida a dificuldade de tratar do tema das relações comerciais entre o Brasil e a CEE sem inseri-lo numa perspetiva mais ampla: a do comércio da CEE com os países em desenvolvimento (PEDs) em geral, em parte porque elas participam dos problemas gerais que afetam o comércio dos PEDs, em parte pela tendência da própria Comunidade de agrupar seus parceiros comerciais em categorias mais ou menos definidas. Dentro dessas categorias de países, a América Latina ocupa um lugar bem delimitado e, é concluído, pouco prioritário. 1988-09-21 / 1988-12-20

D. PT/ADN/IEEI/010/0018 - A política brasileira e a Europa: que convergências, por Celso Lafer . O presente artigo pretende analisar as convergências entre Portugal e o Brasil, partindo do pressuposto de que se a política externa pode ser entendida como o permanente esforço de um país de compatibilizar necessidades internas com possibilidades externas, então uma análise de convergências diplomáticas deve ter como objetivo tratar das interações entre trajetórias de Estados que, partindo de distintas premissas têm pontos em comum. Interessa, conquanto, discutir também o pluralismo das especificidades, cuja expressão mais vinculada é a da afirmação de identidades nacionais. Assim, à dinâmica das considerações internacionais e de convergência devem ser articuladas as considerações particulares e regionais. A relação entre umas e outras permitirá a explicitação das premissas da identidade europeia e da América Latina, cuja relação sustenta o debate sobre as suas possíveis convergências diplomáticas. 1989-03-21 / 1989-06-20

D. PT/ADN/IEEI/010/0019 - Portugal e as relações CEE/Brasil, por A. de Siqueira Freire . Na adesão de Portugal às Comunidades Europeias, este é chamado a reformular as suas prioridades e relações internacionais, cujos vínculos eram maioritariamente marítimos – quando os havia de todo. É neste novo contexto que as relações com os países africanos de língua oficial portuguesa e com o Brasil devem, agora, ser enquadradas num contexto europeu. Há, doravante, uma dimensão europeia a ser considerada na problemática brasileira. Por outro lado, esta adesão portuguesa implica, concomitantemente, a consideração da problemática luso-brasileira na problemática europeia. Estas novas dinâmicas revelam a necessidade de aprofundar e alargar o debate sobre as relações europeias e latino-americanas. Por esta razão o presente artigo aborda, sucessivamente, as relações bilaterais luso-brasileiras – tendo em conta as suas realidades e perspetivas tanto convergentes como divergentes –, as relações bilaterais CEE-Brasil e as consequências imediatas e objetivas da adesão de Portugal à CEE no relacionamento com o Brasil, a problemática das relações da CEE com a América Latina e, finalmente, qual o papel de Portugal em relação ao Brasil no enquadramento euro-latino-americano e nos mecanismos de cooperação política europeia. 1989-03-21 / 1989-06-20

D. PT/ADN/IEEI/010/0020 - Portugal e Brasil perante a integração europeia, por Hélio Jaguaribe . Os objetivos políticos da integração europeia permanecem por definir principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de uma autoridade supranacional efetiva que não opere apenas em regime de consenso entre os Estados-membro. O projeto de 1992, embora formalmente restrito à integração económica da Comunidade, tem por vista colmatar algumas dessas indefinições da política

européia. O resultado dele será a constituição de um mercado supranacional único, eliminando todas as barreiras entre os países-membros. Será expectável, em tal quadro, uma elevação geral da produtividade média dos fatores em benefício de todos os povos da Comunidade: haverá tanto uma abertura e aumento das oportunidades de emprego com melhor, como um incremento na eficiência e na qualidade dos bens e serviços produzidos. Este quadro positivo comporta, não obstante, relevantes problemas para países de menor desenvolvimento e estabilidade económica relativos, tal como Portugal. Importa, assim, para este artigo, reconhecer – a despeito de todos os possíveis efeitos desnacionalizantes – a necessidade histórica da integração portuguesa na CEE e, a partir desta, estudar e pôr em prática, até ao acordo de 1992, as várias providências que reduzam os riscos e maximizem as vantagens da integração portuguesa na CEE. Neste âmbito, destacam-se as suas relações marítimas e transatlânticas, em especial com o Brasil, das quais o presente artigo procura dar conta. 1989-03-21 / 1989-06-20

D. PT/ADN/IEEI/010/0021 - Necessidade do universalismo europeu, por Geraldo Holanda Cavalcanti . Assumindo o quadro de relações entre a CEE e o Brasil como parte indispensável para as relações da CEE com a América Latina, no presente artigo serão esboçadas as relações particulares com o Brasil a partir do contexto da moldura geral das relações regionais latino-americanas e quais as consequências desta uniformização tanto par as Comunidades como para o Brasil. Esta convergência – resultante de uma tendência europeia para não distinguir países individuais nas suas relações externas – dificulta as relações bilaterais assim como as iniciativas de cooperação com países como o Brasil que revela interesse tanto económico como político mais positivo do que daquele contexto regional em que se insere. Esta limitação revela uma deficiência maior no seio das políticas de relações externas europeias – a da ausência de uma política comunitária com respeito aos países em desenvolvimento em geral. A CEE apresenta, ainda assim, progresso neste campo, sendo o seu projeto percebido não apenas na sua potencialidade política, mas também axiológica, de núcleo humanitário, cuja expansiva integração acarreta consequências positivas para uma relação euro-brasileira – nomeadamente, a integração portuguesa nas comunidades, das quais resultam as considerações finais do presente texto. 1989-03-21 / 1989-06-20

D. PT/ADN/IEEI/010/0022 - "Fortaleza europeia": uma falsa questão, por Leonardo Mathias . Os argumentos expostos no presente artigo pretendem comprovar a tese de que um aprofundamento entre as relações bilaterais entre a CEE e o Brasil seriam benéficas para os dois: para o Brasil na possibilitação de novas estratégias comerciais e políticas e para a Europa em direção à sua afirmação à escala mundial. Assim, a ideia da “fortaleza Europa” deve ser abandonada não apenas em benefício dos países em desenvolvimento, mas também para a consolidação do projeto europeu como potência mundial. Após a averiguação das componentes que compõem o quadro de vantagens de uma relação euro-brasileira, conclui-se que é sobre Portugal que recai a responsabilidade de desenvolver políticas de aproximação e colaboração com o Brasil na medida em que esta também integra a identidade histórica que enriquece Portugal no contexto da Europa comunitária. 1989-03-21 / 1989-06-20

D. PT/ADN/IEEI/010/0023 - O interno como externo nas relações luso-brasileiras, por Celso Lafer . Partindo do contributo de José Calvet de Magalhães, em *Relance Histórico das Relações Diplomáticas Luso-Brasileiras*, no qual ele traça a história das relações entre Portugal e o Brasil, da Independência até meados dos anos noventa, o presente texto tece um comentário analítico, a partir da perspectiva brasileira do seu autor, em torno dos fatos e fatores essenciais apontados por Calvet de Magalhães. 2003-01-01 / 2003-12-31

D. PT/ADN/IEEI/010/0024 - Cimeira Luso-Brasileira, por António Raimundo . O presente artigo aborda a realização da VIII Cimeira Luso-Brasileira que teve como principais temas as relações económicas bilaterais, bem como a imigração e a promoção da língua portuguesa. Durante a cimeira foram ainda celebrados protocolos na área da defesa, administração pública, proteção de informação classificada, cooperação em matéria de alterações climáticas, bem como de segurança sanitária relativa a produtos de origem animal e vegetal. Também foi acordada a criação de uma comissão responsável pelas comemorações do bicentenário da chegada ao Brasil de D. João VI, em 2008. 1995-01-01 / 1995-12-31

D. PT/ADN/IEEI/010/0026 - Portugal y Brasil: relaciones asimétricas, potencial de complementación (Portugal e Brasil; relações assimétricas, potencial de complementação), por Andrés Malamud . A política externa de Portugal resulta da convergência de três eixos geopolíticos: europeu, atlântico e com os demais países lusófonos. É sobre este último, e sobre a relação com o Brasil que este texto se debruça. O peso demográfico e económico do Brasil, bem como o seu crescente papel na cena internacional, contribuíram para transferir o centro de gravidade da comunidade de língua portuguesa da costa oriental para a costa ocidental do Atlântico. As relações entre estes dois países, não obstante, foram marcadas por alguma assimetria. Contudo, duas estratégias podem ajudar a aumentar a visibilidade e, acima de tudo, o benefício mútuo da relação. A primeira é a diplomacia económica bilateral, que deve procurar multiplicar os investimentos, aumentar os fluxos comerciais e promover a migração regulada. A segunda é a coordenação de esforços em fóruns multilaterais como as agências internacionais, as Cimeiras Ibero-Americanas e as Cimeiras UE-América Latina. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/010/0027 - Relations between Brazil and Portugal: From Caravelas to Telenovelas and Beyond (Relações entre o Brasil e Portugal: De caravelas a telenovelas e além disso), por Alexandra de Barahona Brito . O presente texto sintetiza a comunicação de Alexandre de Barahona Brito sobre o tópico das "Relações Bilaterais" na Sessão Temática da XXIII Conferência Internacional de Lisboa. A primeira parte do presente documento centra-se na caracterização e análise da evolução das relações luso-brasileiras. A segunda parte do presente documento centra-se nestes cinco aspetos das relações. A terceira parte passa depois a examinar algumas áreas de "negligência" que poderiam intensificar e alterar qualitativamente as relações políticas entre os dois países. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/010/0028 - Solidarity or Exclusion? Migrants and Migrant Communities (Solidariedade ou exclusão? Migrantes e Comunidades Migrantes), por Beatriz Padilla . Partindo do contexto de mudança no quadro da imigração da América Latina, que se caracteriza, desde o final do século XX, por uma crescente migração Sul-Norte, o presente texto reflete sobre os fatores e consequências da imigração brasileira para Portugal. De acordo com a maioria dos especialistas em matéria de imigração, apesar de haver uma panóplia de fatores que encorajam a migração, a existência de redes de imigração é, atualmente, um dos fatores primordiais. O caso da imigração brasileira para Portugal comprova precisamente isso. Para além dos fatores de imigração, o texto analisa, depois, os processos de legalização e a taxa de imigrantes brasileiros em Portugal; bem como a questão da discriminação e exclusão sentidos pelos imigrantes brasileiros. Apesar disto, as redes de imigração e a facilidade de integração continuam a ser fatores positivos para os imigrantes brasileiros, sendo necessária uma maior agilização das políticas de imigração por parte dos decisores políticos portugueses. 2006-03-02 / 2006-03-03

D. PT/ADN/IEEI/010/0029 - Fluxos de investimento e inovação entre Portugal e o Brasil, por Isabel Salavisa Lança (coord.), Ricardo Migueis, Miguel Santos Neves e Ana Saint-Maurice . No terceiro capítulo do livro Investimentos, Inovação e Mutações Sociais analisa-se o fenómeno dos investimentos diretos de Portugal no Brasil e do Brasil em Portugal, a partir dos anos 90, com destaque para os fluxos de inovação e as mutações sociais que lhes estão associados. Com o objetivo de identificar a natureza e características dos fluxos de investimento, designadamente no que se refere ao seu papel como veículos de difusão de inovação, nos processos de integração regional e de desenvolvimento, comparam-se as experiências da União Europeia e do Mercosul, a nível regional, e de Portugal e do Brasil, a nível nacional. Foi desenvolvido, numa primeira fase, um estudo sobre o caso do Mercado Comum do Sul, e dos investimentos portugueses no Brasil, em particular. Foram ainda exploradas as motivações e estratégias para a internacionalização, bem como a atitude social das empresas portuguesas no seu contexto de atuação. 01-12-2004 / 01-12-2004

D. PT/ADN/IEEI/010/0030 - Competitividade, inovação e o papel dos governos não centrais, por Isabel Salavisa Lança (coord.), Ricardo Migueis, Miguel Santos Neves e Ana Saint-Maurice . O quarto capítulo do relatório Investimentos, Inovação e Mutações Sociais examina o desenvolvimento de clusters, e a sua relação com a promoção da inovação, o investimento direto estrangeiro e o papel das regiões e dos respetivos governos, ou instâncias subnacionais de governação, na região Norte de Portugal e no Estado de São Paulo. O estudo de caso comparado permite detetar semelhanças e diferenças e, sobretudo, experiências em curso muito ricas e capazes de indiciarem formas complementares de cooperação entre Portugal e o Brasil. 01-12-2004 / 01-12-2004

D. PT/ADN/IEEI/010/0031 - O fim das ideias feitas, por Teresa de Sousa . Neste texto, reflete-se sobre livro O Mundo em Português, um Diálogo, que traduz a conversa entre Mário Soares e Fernando Henriques Cardoso. Esta reflexão começa por abordar o Brasil e as relações luso-brasileiras no contexto global, em que Portugal é percebido enquanto membro da União Europeia. Como é explicitado no livro, o Brasil tem opções no que toca às suas parcerias e as relações com Portugal devem ser tomadas na triangulação que formam as relações externas brasileiras: no quadro das relações com os Estados Unidos, com o Mercosul e com a UE. Outro ponto em comum entre as visões dos dois políticos diz respeito à percebida necessidade de revitalização de uma especificidade cultural suportada pela língua portuguesa. O livro traça ainda a história paralela dos dois países e os seus processos de integração regional específicos. FHC leva-nos, com a ajuda de Soares, a uma visita guiada à sociedade brasileira de hoje, a qual é sintetizada no presente texto. 01-11-1999 / 31-11-1999

D. PT/ADN/IEEI/010/0032 - Navegantes, Bandeirantes e Diplomatas, por Celso Lafer . O presente texto analisa criticamente o livro Navegantes, Bandeirantes e Diplomatas – um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil de Synésio Sampaio Goes Filho, o qual analisa a especificidade geográfica do Brasil como um país de escala continental. Navegantes, bandeirantes e diplomatas são os três agentes sociais responsáveis pela formação das fronteiras do país que é hoje o Brasil, como mostra o autor no seu livro, fruto de cuidadosa pesquisa e acurada reflexão. 01-05-2000 / 31-05-2000

D. PT/ADN/IEEI/010/0033 - A África entre Khadafi e a Europa, por Adelino Torres . Duas vias abrem-se neste momento para os líderes africano: a do desenvolvimento, através do acordo de Cotonou com a União Europeia, e a do pan-africanismo, som os sonhos megalómanos da União Africana de Khadafi. São dois projetos com muito de contraditório, e que podem entrar em rota de colisão. O presente texto explicita e reflete sobre estas duas vias, explicitando a decisão de criar a União Africana como um ressuscitar da vulgata pan-africanista incoerente e dispersa nos seus objetivos. 01-04-2001 / 30-04-2001

D. PT/ADN/IEEI/010/0034 - As heranças de Cabinda, por Maria Alexandre Dáskalos . Os recentes raptos de cidadãos portugueses no enclave de Cabinda chamaram a atenção da opinião pública para o problema político daquela região. Mas porque é que há portugueses, hoje, reféns do enclave de Cabinda? Para entender as exigências que os cabindenses fazem a Portugal é preciso recuar na história e perceber como cada uma das partes justifica a sua posição. 01-04-2001 / 30-04-2001

D. PT/ADN/IEEI/010/0035 - Bloco islâmico aperta o cerco a Wahid – Entrevista feita a Liem Soei Liong, por Álvaro de Vasconcelos . Com um processo de impugnação pela frente, o presidente indonésio Addurrahnhan Wahid enfrenta tempos difíceis. Aqueles que eram seus aliados – as forças islamistas – apoiam agora a vice-presidente Megawati, que gostaria de ganhar a presidência nas urnas em vez de ser empurrada para lá num momento de forte instabilidade política. Uma instabilidade que vai certamente afetar Timor Leste. O presente documento transcreve a entrevista que o Mundo em Português fez a Liem Soei Liong, analista político indonésio e editor do boletim da Tapol, uma organização de defesa dos direitos humanos na Indonésia. 01-04-2001 / 30-04-2001

D. PT/ADN/IEEI/010/0036 - Cronologia – Nova República, por Joana Dâmaso . O presente documento divide-se em duas partes: uma primeira parte traçando a história da república brasileira de 19 de janeiro de 1985, altura em que a Aliança Democrática consegue eleger Tancredo Neves para Presidente da República, até 27 de outubro de 2002, em que Lula e José Serra disputam a segunda volta das eleições presidenciais; a segunda parte contém alguns dados gráficos sobre o Brasil. 2002-11-01 / 2002-11-30

D. PT/ADN/IEEI/010/0037 - Visão e rigor, por Celso Lafer . O presente texto, apresentado no debate no Centro Nacional de Cultura, a propósito do livro José Calvet de Magalhães – Humanismo Tranquilo, é uma reflexão sobre as relações Brasil-Portugal. E o ponto-chave desta reflexão é o de que, na verdade, elas são, pela sua natureza e pelas suas características, a expressão do interno como externo, ou seja, elas não se caracterizam pela diferença clássica das Relações Internacionais, que é, de um lado, aquilo que se tem no âmbito interno de um país e, de outro lado, a relação que se tem com outro país. Crê-se, assim, que a história comum entre os dois países é uma antecipação daquilo que hoje chamamos de porosidade das fronteiras. 2003-09-01 / 2003-09-30

D. PT/ADN/IEEI/010/0038 - Brasil, Portugal e a Europa – As raízes e o projeto, por Álvaro Vasconcelos . O presente artigo faz parte de um documento em homenagem a Hélio Jaguaribe e o autor fala um pouco da sua relação pessoal com ele e dos projetos em comum que se desenvolveram sobre as relações Luso-brasileira, a lusofonia, relações União Europeia e Brasil e relações UE e Mercosul. 2000-01-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/010/0039 - Brasil – Pragmatismo e liderança, por Alfredo Valladão . Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu surpreender amigos e inimigos, os mercados financeiros, os países vizinhos e até o seu próprio partido. O novo presidente realizou a façanha de formar uma equipa governamental aplaudida de maneira unânime e, ao projetar uma imagem de seriedade, inaugura um ativismo inédito no campo da política externa. 2003-02-01 / 2003-02-28

SR. PT/ADN/IEEI/011

Título: Relações com os EUA.

Datas extremas: 1987-00-00 / 2005-00-00

Dimensão e suporte: 11 documentos impressos e digitalizados.

D. PT/ADN/IEEI/011/0001 - As relações Portugal/ EUA após o alargamento das comunidades, por Álvaro de Vasconcelos . Portugal, país fundador da NATO, manteve relações com os EUA muito ténues no decurso do período ditatorial. A natureza do regime português e o desconforto gerado nos EUA pela questão colonial a isso obrigaram. Neste quadro, quase a totalidade das relações bilaterais estava centrada na cedência de facilidades nos Açores ao parceiro americano. O temor comunista era

também um aspeto que reforçava esses laços. Contudo, era a necessidade de legitimação de um regime internacionalmente acochado pela sua política colonial retrógrada o que mais contribuía para a sobrevivência da aliança, se assim podemos chamar. Da parte americana, a valorização extrema da sua presença nos Açores produzia o mesmo efeito. Neste quadro, nunca foi perceptível um apoio americano ao regime pelo que os sentimentos antiamericanos, em Portugal, não proliferaram. Após o 25 de Abril de '74, as relações externas portuguesas atravessaram três momentos demarcados: a neutralidade atlântica, o atlantismo antitotalitário e o multilateralismo euro-atlântico. Aceita-se, por fim, que uma identidade própria de Portugal no contexto europeu depende de uma forte presença atlântica via EUA e ex-colónias. 1989-01-29 / 1989-01-31

D. PT/ADN/IEEI/011/0002 - As relações CEE-EUA, Portugal e o Acto Único, por Armando Antunes Castro . Nos anos 70 e 80 do século passado a CEE experienciava um certo estado de estagnação – até mesmo um declínio do seu papel no mundo – pelo que se imponha um aprofundamento da União. Este foi o enquadramento que possibilitou a criação do Mercado Único Europeu. Este reforço do sistema económico ocidental foi, em termos globais, bem acolhido pelos EUA. Contudo, o reforço do sistema económico europeu que constitui o Mercado Único apresentou-se também como uma ameaça aos EUA na justa medida em que reforçou a competição económica entre os dois blocos, levando muitos a crer que, com esta ferramenta, a Europa estaria a enveredar pelo protecionismo económico. Neste contexto, importa não esquecer que, após o início da década de 70 do século passado, os EUA começaram a experienciar défices na sua balança comercial com o resto do mundo. Uma guerra comercial entre os dois blocos colocaria em risco as relações luso-americanas. Portugal, na condição de pequeno país, pertenceria ao grupo das nações mais prejudicadas. 1989-09-29 / 1989-09-30

D. PT/ADN/IEEI/011/0003 - Portugal and the US in search of a cultural strategy, Peter Calvet Magalhães . Com a adesão de Portugal à CEE aprofundou-se a tendência para a integração económica, política e até cultural de Portugal na Europa. Contudo, Portugal não deve descurar o parceiro estado-unidense com o qual mantém uma sólida aliança tácita desde o surgimento desta jovem república. O artigo sustenta que é importante pensar uma atividade cultural, em parte promovida pelo governo português, que origine no povo americano uma imagem positiva a respeito de Portugal e, muito concretamente, da comunidade luso-americana. Isto porque uma imagem positiva do povo luso na esfera americana contribui para o alcançar de objetivos políticos, económicos, etc. e, em última análise, impacta, positivamente, na influência que Portugal exerce junto dos E.U.A. 1989-01-29 / 1989-01-31

D. PT/ADN/IEEI/011/0004 - Os açorianos, as bases norte-americanas e as relações com os EUA e a Europa, por Gustavo Moura . Devido ao seu posicionamento estratégico – próximo do ponto central entre a Europa e a América do Norte – os Açores, ao longo dos séculos, tem servido importantes propósitos a várias potências mundiais aliadas de Portugal. Esse cosmopolitismo vivenciado pelas gentes açorianas leva a que estas se prestem, com naturalidade, ao fenómeno da emigração. Nos EUA cerca de um milhão de pessoas de primeira e segunda geração, oriundos dos Açores, fazem sua vida. Algumas atingiram papel social de destaque. Poder dizer-se que os laços que ligam os Açores aos EUA, mas também ao Canadá, rivalizam com os laços com o resto de Portugal. Esses laços facilitam a aceitação por parte dos açorianos da presença militar norte-americana no arquipélago. Ainda para mais se pensarmos que estes (forças militares americanas) são o principal empregador, com salários acima da média local. Após a Revolução dos Cravos, a presença militar norte-americana foi contestada por alguns partidos de extrema esquerda sem, contudo, conseguirem a adesão nas urnas. Esta saudável relação não está livre de pontuais fricções no plano das relações laborais com os trabalhadores civis sem, contudo, haver uma degradação do ambiente geral que, repita-se, é muito positivo. 1989-01-29 / 1989-01-31

D. PT/ADN/IEEI/011/0005 - As Raízes do Anti-Americanismo - José Calvet de Magalhães . É sustentada a tese de que, ao longo da História, a relação entre Portugal e os E.U.A. foi sempre marcada por uma profunda amizade. O antiamericanismo português é um fenómeno residual, alimentado pelos setores conservadores e antidemocráticos. 1999-12-01 / 1999-12-30

D. PT/ADN/IEEI/011/0006 - Portugal e os Estados Unidos – relações no domínio da defesa , por J. Calvet de Magalhães . Para uma apreciação das relações entre Portugal e os Estados Unidos, o presente artigo traça os fatores determinantes de carácter permanente, tanto positivo como negativo, os fatores geoestratégicos, os fatores ideológicos e os fatores constitucionais desta relação. Sendo estes dois últimos fatores notoriamente de pendor negativo, são primeiramente discutidas aquelas principais divergências acerca das políticas, instituições e filosofias portuguesas e americanas para, num segundo momento, rever os motivos e benefícios desta aliança em termos geoestratégicos, principalmente no respeitante a assuntos da segurança e defesa, cujos laços, embora já existentes, são fortalecidos pós 25 de Abril com a explicitação do desejo português de participar mais ativamente na Aliança Atlântica. 1987-03-21 / 1987-06-20

D. PT/ADN/IEEI/011/0007 - Europa do Sul: relações com os EUA e factores de integração, por Álvaro Vasconcelos . “Região sul” é uma expressão que tem vindo a ser vulgarizada pelos especialistas e por responsáveis da Aliança Atlântica para definir uma

zona que, por enquanto, se caracteriza mais pela diversidade do que pela homogeneidade. Sob essa designação são geralmente reunidos quatro países do Mediterrâneo – a Turquia, a Grécia, a Itália e a Espanha – e o Portugal atlântico. Do ponto de vista institucional a região sul não tem consistência, pois não existe a coordenação multilateral, nem no quadro NATO (a Espanha e a França não fazem parte da estrutura militar), nem ainda no da Comunidade Europeia, de que aliás a Turquia não faz parte, que lhe daria essa dimensão institucional por ora ausente. Tomando como ponto de partida esta premissa, o presente artigo reflete sobre os vários fatores, tanto políticos como estratégicos, que justificam a utilização do termo “região sul” – excludentes de Itália e França – quando se quer enfatizar o seu carácter periférico e menos desenvolvido. Entre estas apontam-se a sua heterogeneidade, fragmentação, vulnerabilidade económica e fatores geoestratégicos. A colmatação desta fragmentação pode passar, aponta-se, pela reafirmação das relações bilaterais entre os Estados Unidos e a região sul, que poderá vir a permitir uma melhor integração dos países da Europa do sul na Aliança Atlântica. 1988-09-21 / 1988-12-20

D. PT/ADN/IEEI/011/0008 - A comunidade portuguesa e as presidenciais americanas, por Peter Calvet . Jonh Kerry é presumível candidato democrata às eleições presidenciais dos EUA. A sua esposa, Maria Teresa Kerry, é de origem portuguesa e analisa-se como esse fator possa, ou não, ter influência no voto das comunidades portuguesas nos EUA. Ressalta-se a ignorância sobre a sua origem portuguesa e como isso se reflete na opinião destas comunidades. 2004-04-01 / 2004-05-31

D. PT/ADN/IEEI/011/0009 - As relações com os Estados Unidos, por José Gregório Faria . O presente artigo aborda as relações bilaterais entre os Estados Unidos e Portugal. Segundo o autor, a relação entre ambos resultou graças ao fator geoestratégico devido ao interesse dos americanos usarem os Açores. Defende-se que os EUA estiveram interessados em explorar a abertura portuguesa para salvaguardar os seus objetivos e contribuir para ajudar a consolidar a personalidade internacional portuguesa. 2005-12-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/011/0010 - Portugal na era Bush - Business as usual, por Bruno Cardoso Reis . Para o autor, a política externa portuguesa tem por característica de se tentar manter neutra nos grandes conflitos onde tem muito a perder e pouco a ganhar. Aborda-se a relação com os Estados-Unidos, em particular na questão da NATO e da segurança. 2005-12-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/011/0011 - 25 anos depois - a perspectiva do outro lado do Atlântico, por Ian Lesser . Breve análise à relação bilateral com os Estados Unidos. Para o autor, a maior transformação portuguesa nos 25 anos desde a adesão à CEE está na europeização crescente dos interesses e políticas. 2005-12-01 / 2005-12-31

SR. PT/ADN/IEEI/012

Título: Relações com os países africanos, Timor e Macau.

Datas extremas: 1986-00-00 / 2012-00-00

Dimensão e suporte: 93 documentos impressos e digitalizados incluindo 9 fotografias (jpg).

D. PT/ADN/IEEI/012/0001 - As relações económicas luso-americanas e a adesão de Portugal à CEE. Durante o séc. XX o comércio externo português conheceu três principais estágios. Logo após a implementação do regime salazarista as colónias apresentaram-se como o mercado preferencial para as nossas exportações e importações, tendo sido, após o início dos anos 60, gradualmente suplantadas pela EFTA. A partir de 1973 assiste-se a uma forte expansão das trocas entre Portugal e a CEE gerando uma situação de elevada dependência. Importa, neste quadro, olhar para outros parceiros económicos em busca de diversificação. É sustentada a tese de que a relação económica luso-americana deve ser pensada estrategicamente, a médio e longo prazo, com o intuito de ser aprofundada. 1989-01-29 / 1989-01-31

D. PT/ADN/IEEI/012/0002 - A Política Externa de Timor, Entrevista a Ramos Horta - Álvaro de Vasconcelos . Nesta entrevista concedida a Álvaro de Vasconcelos, Ramos Horta fala sobre o processo de independência de Timor, no futuro da nação timorense, do papel de Portugal e no posicionamento estratégico da recém-criada nação nos diferentes contextos em que irá operar: ASEAN, Fórum do Pacífico Sul, etc. 1999-11-01 / 1999-11-30

D. PT/ADN/IEEI/012/0003 - Malhas do Império - Álvaro de Vasconcelos . Ironicamente, Portugal teve de gerir a parte final da saga da queda do seu Império, com a sua contribuição para o sucesso do processo de independência de Timor, bem como com o processo de integração de Macau na China, ao mesmo tempo que presidia à União Europeia. Está aqui um exemplo claro de

como estavam errados todos aqueles que afirmavam que a viragem de Portugal para a Europa representaria o fim da sua influência atlântica. Pelo contrário, a posição de Portugal na UE dá-lhe uma maior capacidade de intervenção internacional. Nas palavras de Vasconcelos: “quanto mais perto está Portugal do centro da Europa, mais a sua política extra-europeia ganha substância e poder de influência.” Esse poder de influência foi vital para o sucesso das relações Lisboa-Jacarta e Lisboa-Pequim, com o objetivo de assegurar os direitos humanos e as instituições democráticas nomeadamente em Timor. Portugal constituiu-se como um ator da política da Europa. 1999-12-01 / 1999-12-30

D. PT/ADN/IEEI/012/0004 - As prioridades pós-transição - Miguel Santos Neves . É explicitado o longo processo de substituição da soberania portuguesa pela chinesa em Macau. Já em 1967, tentando evitar uma “segunda Goa”, Salazar encetou negociações com a China no sentido da passagem de soberania. Por motivos específicos da estratégia mais global de reunificação que envolvia também Hong Kong e Taiwan, durante três décadas, a China consentiu a permanência portuguesa em Macau. Fora do espaço de influência direta de Portugal, Macau terá importantes desafios, nomeadamente e tendo em vista o reforço do seu sistema democrático, garantir o respeito pelo sistema “um país, dois sistemas”, já aplicado para o caso de Hong-Kong, diversificar e alavancar a sua economia, reformar a área administrativa reforçando a sua eficiência e transparência, bem como a consolidação do sistema jurídico. 1999-12-01 / 1999-12-30

D. PT/ADN/IEEI/012/0005 - Em Defesa da Latinidade - Gary Ngai . É defendida a tese de que a identidade própria de Macau, assente na tolerância a vários níveis, nomeadamente a religiosa, é um património que importa salvaguardar. A cultura macaense é fruto da coexistência, em mútuo respeito e tolerância, das culturas chinesa e portuguesa. Com a passagem de soberania, importa não abandonar a integridade da especificidade cultural de Macau. Apenas assim se respeitará o princípio “Um país, dois sistemas”. 1999-12-01 / 1999-12-30

D. PT/ADN/IEEI/012/0006 - Pôr em Causa a Política da Régua e Esquadro . Neste texto são analisadas as pretensões independentistas da região angolana de Cabinda. Trata-se de uma pretensão antiga, que remonta ao período colonial português. Em 1885, Portugal assina com Cabinda o Tratado de Simulambuco, tratado esse extinto em 1975 com a independência de Angola. A situação de Cabinda está longe de ser comparada às do Kosovo ou de Timor-Leste. Afastada que está a hipótese da independência, resta saber se o território poderá vir a gozar de um estatuto autónomo. 2001-05-01 / 2001-05-01

D. PT/ADN/IEEI/012/0007 - Cabo Verde, o Acordo de Cooperação Cambial e o Euro . Neste texto, é analisado o Acordo de Cooperação Cambial (ACC) assinado entre Cabo Verde e Portugal, em março de 1998. A economia cabo-verdiana – uma pequena economia insular – está, como todas as economias deste género, sujeita a uma grande instabilidade cambial. Assim, com este acordo, os dirigentes desse país pretenderam criar as bases de um sistema cambial mais estável. Portugal, por seu turno, viu neste pacto um instrumento de aproximação económica entre os dois estados. Com a entrada de Portugal na zona euro, Cabo Verde beneficiou ainda mais deste acordo pois, através dele, a estabilidade cambial passou a compreender todo o espaço euro. Através deste passo, o sistema económico cabo-verdiano tornou-se, aos olhos do mundo, mais confiável e apetecível ao investimento. É já visível uma moderação da inflação cabo-verdiana derivada, muito provavelmente, deste acordo. 2002-06-01 / 2002-06-01

D. PT/ADN/IEEI/012/0008 - A nação cabo-verdiana e os desafios da globalização . Onésimo Silveira apresenta diferentes teses sobre o conceito de nação e sobre aquilo que a ela deu origem – a língua, a religião, a raça, a história, a cultura... -, afirmando que a nação está na génese de Estado, “embora haja nações que continuam a viver no sepulcro de Estados mortos”. Quanto à nação cabo-verdiana, afirma ter sido a mesma fruto da tenacidade portuguesa e do negro, justificando como uma prioridade da política externa a procura de um vínculo à UE, com a centralidade em Portugal “como ancoradouro histórico e cultural”. 2004-01-01 / 2004-01-01

D. PT/ADN/IEEI/012/0009 - O desenvolvimento de Cabo Verde e o modelo de integração económica internacional. Trata-se de uma reflexão sobre o processo de desenvolvimento de Cabo Verde e as suas opções de integração internacional. O processo de integração internacional iniciou-se em meados do século XIX, assentando nos serviços, na emigração e na integração no espaço imperial português. Após a independência, a mudança estrutural da economia cabo-verdiana foi sempre difícil, dada a microdimensão do país, para além da distância, da insularidade e da pequena economia, tendo essa tentativa de integração passado pelo oeste-africano e pela ideia de integração na economia mundial. Por razões de ordem histórica e porque as relações económicas de Cabo Verde sempre foram direcionadas para a Europa ocidental, é nítida a necessidade de integração no dinâmico espaço da União Europeia. 2004-01-01 / 2004-01-01

D. PT/ADN/IEEI/012/0010 - Cabo Verde na encruzilhada atlântica . Se atendermos, exclusivamente, ao potencial agrícola de Cabo Verde, rapidamente concluímos que este é um mau sítio para o suporte e prosperidade de uma comunidade de humanos. Os terrenos são extremamente inférteis e o clima pouco propício à prática agrícola. Não é por isso de espantar que a maioria dos investigadores considere que este era um arquipélago despovoado, até à chegada dos portugueses, em 1460. Contudo, a localização estratégica de Cabo Verde permitiu-lhe tornar-se num entreposto comercial, durante os séculos do colonialismo europeu, o que incentivou a fixação de povoados. Mais tarde, e face às dificuldades para a sua autossustentação já descritas, assistiu-se a fortes correntes emigratórias e, após a independência, o arquipélago tentou prosseguir uma agenda própria de estabelecimento de parcerias com outros Estados, principalmente, africanos e europeus. 2004-01-01 / 2004-01-01

D. PT/ADN/IEEI/012/0011 - Os cabo-verdianos em Portugal: processo de consolidação, estratégias individuais e ação coletiva . A comunidade de origem cabo-verdiana (composta pelos imigrantes cabo-verdianos conjuntamente com os seus descendentes já nascidos em Portugal) é considerada, pelos especialistas, como o mais forte e bem integrado grupo de origem imigrante instalado no país. Antecipando, em cerca de 20 anos, as restantes comunidades imigrantes em Portugal, os cabo-verdianos ou os descendentes destes, têm alcançado patamares socioeconómicos superiores, uma capacidade associativa de relevo, constituindo uma comunidade que conta já com 85 mil elementos. 2004-01-01 / 2004-01-01

D. PT/ADN/IEEI/012/0012 - Canárias no Horizonte . Neste texto, estabelece-se uma relação entre Cabo Verde e o arquipélago das Canárias. Em ambos os casos, trata-se de territórios inférteis, semidesérticos, sem qualquer riqueza que valesse a pena explorar. Contudo, a localização estratégica de ambos os arquipélagos – entre a Europa e o Atlântico Sul – tornou-os apetecíveis, quer para portugueses quer para espanhóis, para aí edificarem plataformas logísticas de apoio ao empreendimento das descobertas e, mais tarde, da exploração colonial. É explicada a concorrência, ao longo dos séculos, entre ambas as regiões e os motivos para a cooperação. 2004-01-01 / 2004-01-01

D. PT/ADN/IEEI/012/0013 - O desenvolvimento de Cabo Verde: novos desafios, novas políticas, uma nova cooperação . Partindo da constatação de que Cabo Verde, pelas condições que vem já apresentando – desenvolvimento humano, infraestruturas básicas construídas, qualidade da democracia e suas instituições, PIB per capita, etc. –, é um dos países considerados subdesenvolvidos que mais condições tem para dar o passo no sentido de entrar, definitivamente, no grupo dos países desenvolvidos, este texto discorre sobre os aspetos em falta no arquipélago cabo-verdiano para que isso, de facto, aconteça. Segundo o autor, eles são, sobretudo, de duas tipologias: a regionalização do país e uma infraestruturização avançada.. 2004-01-01 / 2004-01-01

D. PT/ADN/IEEI/012/0014 - A diáspora cabo-verdiana no espaço europeu: laços culturais, económicos e políticos . A diáspora cabo-verdiana ultrapassa a população de Cabo Verde (cerca de 500 000 para 434 263). Este dado mostra bem a pulsão exploratória do povo de Cabo Verde, pulsão essa potenciada, provavelmente, pela insularidade do seu território. Em termos gerais, esta diáspora encontra-se perfeitamente bem integrada nos países de acolhimento, tendo, inclusivamente, uma grande percentagem destes indivíduos dupla nacionalidade. Estes fluxos migratórios são positivos para todas as partes. Cabo Verde beneficia e muito das remessas dos emigrantes, os próprios alcançam melhores patamares de condições de vida, os países de acolhimento experienciam um acesso a uma riqueza cultural e à bonança da propensão empreendedora/empresarial que muitos deles evidenciam. Em última análise, este aproximar dos povos conduz a um aproximar dos governos e dos Estados. 2004-01-01 / 2004-01-01

D. PT/ADN/IEEI/012/0015 - Emigração cabo-verdiana: de fado a projecto . A História de Cabo Verde é marcada pelas dificuldades de subsistência de um povo confinado a um arquipélago isolado e improdutivo. Após a independência, deixou de haver travão à emigração cabo-verdiana que, assim, pôde contribuir, efetivamente, para a criação de uma diáspora bem enraizada e próspera, no mundo. Hoje, com a ajuda dessa diáspora, Cabo Verde luta para conquistar o seu lugar na economia globalizada do conhecimento e, assim, ultrapassar, definitivamente, as carências do passado. 2004-01-01 / 2004-01-01

D. PT/ADN/IEEI/012/0016 - Cabo Verde: governação e desenvolvimento Importância das parcerias público-privadas . Cabo Verde é um arquipélago sem qualquer riqueza natural e com terrenos inférteis. Tal situação levou a que a sua economia, desde sempre, se mantivesse dependente da ajuda externa (primeiro a metrópole, depois a ajuda internacional e as remessas da diáspora). Contudo, persistem desequilíbrios estruturais na economia cabo-verdiana, tornando-se, assim, imprescindível que a sociedade do arquipélago construa um crescimento autossustentado e assente na iniciativa privada nacional, na poupança e investimento privado internos. É sustentada a tese de que as relações público-privadas são uma boa forma de alavancar o desenvolvimento do arquipélago. 2004-01-01 / 2004-01-01

D. PT/ADN/IEEI/012/0017 - Integração aberta e cidadania . Num contexto pós-Guerra Fria, marcado pelo aparecimento de fortes movimentos de integração regionais e interregionais, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) tem um caminho a percorrer. Abandonando a lógica passadista de uma reemergência de um império colonial português, desta vez através desta organização, não há dúvida de que os países com esta afinidade linguística podem e devem colaborar entre si sem, contudo, abandonarem, ou até sem deixarem de priorizar outras lógicas colaborativas, nos espaços regionais em que se inserem – UE, Mercosul, CEAC, etc. A referida colaboração poderá passar, desde logo, por uma cidadania aberta neste espaço da lusofonia. 2004-01-01 / 2004-01-01

D. PT/ADN/IEEI/012/0018 - O lugar como um não-lugar: expatriação, hibridização e aventuras cosmopolitas cabo-verdianas . Neste texto, reflete-se sobre o carácter cosmopolita da sociedade cabo verdiana. Esta é fruto de diferentes vagas de colonizadores e de escravos negros por estes introduzidos no arquipélago e, portanto, sem um sentimento nacionalista, isto é, uma identidade nacional desenvolvida. 2004-01-01 / 2004-01-01

D. PT/ADN/IEEI/012/0019 - A nova lei laboral de desenvolvimento de Cabo Verde . O regime de trabalho obrigatório, de 1899, que substituiu o regime de trabalho escravo, foi substituído pelo diploma legislativo 1330 de 9 de fevereiro de 1957, que estabeleceu os contratos de trabalho nas empresas e que foi uma das leis laborais mais progressivas aplicadas nos territórios ultramarinos. Cabo Verde herdou-o com a independência, sendo este o regime que está em vias de ser alterado com o novo Código Laboral de Cabo Verde cujo Anteprojeto foi já elaborado e analisado neste texto. 2004-01-01 / 2004-01-01

D. PT/ADN/IEEI/012/0020 - Nota de Abertura, Estratégia nº 20 . No texto é referida a experiência de Cabo Verde no tocante aos sucessos obtidos na consolidação da democracia e no desenvolvimento, e à sua posição geográfica que o inclui nas ilhas do Mediterrâneo atlântico. São igualmente referidos os textos que integram a revista e cujo tema é a análise do relacionamento, a nível unilateral e bilateral, de Cabo Verde com a UE bem como as iniciativas que a eles deram origem. 2004-01-01 / 2004-01-01

D. PT/ADN/IEEI/012/0021 - As relações externas de Cabo Verde: o caso da União Europeia . Cabo Verde tem, finalmente, uma visão de futuro e estratégias orientadas para a concretização da mesma, através de três eixos estratégicos – inserção na economia internacional, o setor privado como motor de desenvolvimento e afirmação da cultura nacional. Verificou-se, anteriormente, alguma falta de perspectiva estratégica de desenvolvimento, em domínios vários como o tecnológico, o das parcerias estratégicas, o das privatizações..., estando agora em curso a tentativa de resolução dos problemas daí decorrentes. 2004-01-01 / 2004-01-01

D. PT/ADN/IEEI/012/0022 - Tendências do Comércio e do Investimento em Moçambique - António Almeida Matos . O presente relatório descreve a notável evolução da economia moçambicana, alcançada graças ao fim da guerra-civil, à estabilidade política e à adoção de reformas estruturais. As taxas de crescimento do PIB são galopantes e as condições de vida têm vindo a melhorar. Neste texto, discorre-se, ainda, sobre o potencial futuro da economia moçambicana e a cooperação económica entre Portugal e Moçambique – investimento português em Moçambique e comércio bilateral. 2006-03-01 / 2006-03-01

D. PT/ADN/IEEI/012/0023 - A nação sem o império, por Diogo Pires Aurélio . A reflexão em tomo das mudanças registadas em Portugal na última década tem privilegiado, como tema quase obrigatório, o fim do império africano. O facto não é de estranhar, tanto mais que, praticamente desde o declínio do império asiático, a cultura portuguesa oscilou entre dois polos, um de tragédia, outro de voluntarismo e esperança. A par desse registo cultural há, porém, outros em que a consideração do abandono das ex-colónias faz sentido. Este tratou-se de um acontecimento decisivo que coloca o país perante novos desafios e obriga a repensar o seu posicionamento internacional, reordenar os seus dispositivos de defesa e porventura a reconverter o seu aparelho produtivo. Além disso, foi uma amputação do território português em que decorreu uma parte irrecusável da história e que, assim, não era apenas um espaço político, económico e estratégico mas também um dos símbolos privilegiados do corpo nacional, cuja defesa se apresentava como imperativo indiscutível e não como simples resultante de um cálculo de benefícios. É neste quadro que o presente artigo pretende averiguar se a perda do império africano teve, afinal, grandes repercussões na identidade e coesão nacionais. 1986-09-21 / 1986-12-20

D. PT/ADN/IEEI/012/0024 - Relações Portugal/Moçambique: que vantagens?, por Fernando Jorge Cardoso . O tema das relações entre Portugal e os novos Estados africanos, outrora colónias portuguesas, tem sido objeto de variadas análises tanto na imprensa como em colóquios que se têm multiplicado no final dos anos 80. No presente artigo, apesar de algumas das reflexões poderem ser eventualmente generalizadas a outros casos, o tema é focado no contexto do relacionamento entre Portugal e Moçambique. Não sendo seu objetivo realizar uma análise conforme as teorias do comércio internacional será, no

entanto, dado um especial destaque, se bem que não exclusivo, aos problemas de ordem económica. Geralmente as análises a este assunto levadas a cabo pela imprensa portuguesa são refletidas a partir do lado português. A ótica escolhida para o tratamento destas questões neste trabalho segue, no entanto, uma abordagem diversa, dado que a posição portuguesa é perspectivada a partir das realidades e pontos de vista moçambicanos. Deste modo, os assuntos a tratar incidirão sobretudo na discussão de possíveis vantagens comparativas que Portugal tenha relativamente a terceiros países em Moçambique. Para tal, após o enquadramento das relações bilaterais no seu contexto geoeconómico, serão abordadas questões relativas à língua, linguagem e tecnologias, ao binómio desvantagens/ estratégias e a eventuais pontos fracos e fortes no relacionamento entre os dois países. 1988-09-21 / 1988-12-20

D. PT/ADN/IEEI/012/0025 - A cooperação internacional e os processos de paz: o exemplo angolano, por José Manuel Durão Barroso . A assinatura de 1991 em Lisboa dos acordos de paz para a Angola conclui um longo processo de mediação do conflito interno angolano conduzido por Portugal, com o apoio dos Estados Unidos e da União Soviética. Tratou-se de um acontecimento político relevante e condicionante do futuro, não só de Angola, como também da África Austral. Quais as razões que tornaram possível este desenlace? Como se explica que Portugal, a antiga potência colonial, tenha desempenhado um papel de primeiro plano no processo que conduziu à assinatura dos acordos de paz para Angola? Por que motivo as duas grandes potências aceitaram um papel de algum modo liderante de um pequeno país da Europa ocidental, em vez de elas próprias procurarem, diretamente, resolver o problema angolano? No presente artigo, José Manuel Durão Barroso, na qualidade de interveniente ativo nas negociações, procura responder a estas e outras questões relativas tanto ao processo de paz angolano, como às relações deste país com Portugal , e aos ensinamentos mais gerais que porventura se possam extrair, no contexto da política e das relações internacionais, do desenlace do processo de paz angolano. 1991-01-01 / 1991-12-30

D. PT/ADN/IEEI/012/0026 - Desafios e Prioridades Políticas Portuguesas em África, por Fernando Jorge Cardoso . Os desafios e prioridades de Portugal para África no decorrer de 1998 dependem dos objetivos da diplomacia, mas também da evolução dos interesses e da presença das instituições e atores não governamentais portugueses. Em África, em particular, a discussão sobre as questões da política externa passa pela discussão sobre as questões das políticas de cooperação. A definição das prioridades portuguesas depende também das dinâmicas próprias aos diversos países e regiões do continente africano, assim como dos contextos internacionais e dos envolvimento de outros atores externos. Contudo, apesar dos laços entre Portugal e este continente, a política externa e de cooperação portuguesa em África tem vindo a concentrar-se nos PALOP, sendo diminutas as relações políticas, empresariais e a outros níveis com os demais países africanos, questão da qual o presente artigo dá conta, reforçando as questões de ordem financeira, mas também do âmbito da política externa e das políticas de segurança portuguesa para a resolução de conflitos no sentido de aprofundar o papel português nestes países. 1999-01-01 / 1999-01-01

D. PT/ADN/IEEI/012/0027 - Os militares portugueses na África lusófona: um balanço, por Rogério Neves e Castro . Tanto a nível da cooperação técnico-militar como da participação nas forças de paz em Angola e Moçambique, a presença militar portuguesa nos PALOP ao longo da última década saldou-se por uma prestação que é descrita e tida como exemplar no presente artigo. Partindo desta premissa, são descritos os processos de negociação da paz desde o final da década de 80 e a intervenção internacional, mas principalmente portuguesa (e brasileira) nos PALOP, expondo as condições adversas que acabaram por prejudicar o desenvolvimento dos processos de paz nestes países e a cooperação militar portuguesa. 2002-02-01 / 2002-02-28

D. PT/ADN/IEEI/012/0028 - As relações Portugal-Angola: visão económico-empresarial, por Álvaro Teles . Tendo em conta que a procura de parcerias estratégicas entre países é uma das características da nova realidade internacional, o presente artigo ressalva a necessidade de Portugal e Angola tirarem partido das sinergias existentes entre as duas sociedades. 2002-10-01 / 2002-10-31

D. PT/ADN/IEEI/012/0029 - Investimento e diplomacia portuguesa em África, por Fernando Jorge Cardoso . Numa altura em que a diplomacia económica assume um papel de destaque nas intenções governamentais portuguesas, o presente artigo pretende avaliar a importância que lhe é atribuída pelos agentes empresariais, particularmente nas suas estratégias de investimento em África. Para tal, faz uso dos resultados do projeto sobre “Políticas de Cooperação e Estratégias Empresariais Portuguesas em África” e consequente conferência internacional “Negócios e Diplomacia em África”, que visou a análise das relações entre atividade económica e expansão do investimento em países africanos, relacionando a expansão física da propriedade e dos interesses das empresas com as estratégias de internacionalização e a deslocalização e com as políticas diplomáticas e de cooperação, relembrando algumas das questões então colocadas e respondidas pelas empresas portuguesas com investimento direto em África. 2003-02-01 / 2003-02-28

D. PT/ADN/IEEI/012/0030 - Portugal/Cabo Verde - uma relação exemplar, por Francisco Ribeiro Telles . Reforçando a exemplaridade das relações políticas e diplomáticas entre Portugal e Cabo Verde, o presente artigo faz uma análise das relações

económicas, financeiras e comerciais entre os dois países, do seu plano de cooperação e ajuda bilateral. Finalmente, reflete-se sobre o futuro destas relações as quais devem, de acordo com o autor, assentar em três áreas fundamentais: o desenvolvimento socioeconómico, a cooperação empresarial e a envolvente cultural e linguística. 2003-02-01 / 2003-02-28

D. PT/ADN/IEEI/012/0031 - Macau - Três anos após a passagem, por Gary Ngai . Três anos após a passagem para a soberania chinesa e a criação da Região Administrativa Especial (RAE) de Macau, o presente artigo analisa quais os resultados alcançados e quais os problemas que se colocam à região, assim como qual a viabilidade do princípio “um país dois sistemas” e quais as relações e implicações para a comunidade lusófona. 2003-05-01 / 2003-05-31

D. PT/ADN/IEEI/012/0032 - Investimentos, Inovação e Mutações Sociais - Ferramentas de Avaliação, por Manuel Mota e Ricardo Migueis . A inovação e o conhecimento são os fatores determinantes de uma estratégia internacional que promova a competitividade e a coesão social. É com base nesta premissa que o IEEI coordena, em colaboração com a Federação de Indústrias do Estado de S. Paulo, e com a participação do Instituto de Estudos Económicos e Internacionais de São Paulo, da FAPESP e da Universidade do Minho, o projeto “Investimentos, Inovação e Mutações Sociais”. O objetivo é, no âmbito das relações entre a UE e o Mercosul, contribuir para que se estabeleçam condições de competitividade internacional, evitar situações de dependência tecnológica e económica e proporcionar a exportação de conhecimento, processos e produtos. Para tal, emergiu o desafio de desenvolver ferramentas de avaliação que permitissem aferir e comparar as experiências do Brasil e de Portugal, do qual resultou um questionário do qual o presente artigo dá conta. 2003-10-01 / 2003-10-31

D. PT/ADN/IEEI/012/0033 - Forum Euro-Latino-Americano - Portugal/Brasil no Contexto das Relações UE-Mercosul, por Ricardo Migueis e Patrícia Cadeiras . No contexto de uma crescente “globalização” da economia, a Inovação constitui hoje um fator chave da competitividade ao nível internacional e um desafio permanente colocado aos Estados, às empresas e aos indivíduos. Com vista a discutir isto no contexto de Portugal/Brasil e das relações UE/Mercosul, teve lugar, em São Paulo o Fórum Euro-Latino-Americano. Neste, particular importância foi dada ao papel das organizações da sociedade civil – nomeadamente às empresas e associações empresariais. As conclusões do projeto, a ser apresentadas em 2004, no segundo seminário deste projeto, são sintetizadas neste texto. 2003-10-01 / 2003-10-31

D. PT/ADN/IEEI/012/0034 - Manuel Lopes - a voz da estiagem cabo-verdiana, por Fátima Monteiro . O artigo faz uma breve contextualização sobre a vida de Manuel Lopes, um importante poeta e um dos fundadores da literatura cabo-verdiana moderna e da “Claridade”, uma revista literária e cultural. A sua extensa bibliografia trata de temas relacionados com Cabo Verde, a sua história, cultura e tradições. 2004-03-01 / 2004-03-31

D. PT/ADN/IEEI/012/0035 - 30 anos do 25 de Abril – Entrevista a José Ramos Horta, por Álvaro de Vasconcelos . Entrevista a José Ramos Horta no seguimento da celebração dos 30 anos do 25 de Abril e da independência de Timor-Leste. Faz-se uma análise da relação entre ambos países, desde o processo de descolonização, evolução social, adesão à EU, assim como se tem vindo a manter a identidade timorense e a autodeterminação. 2002-04-01 / 2004-05-31

D. PT/ADN/IEEI/012/0036 - A mudança da relação com África, por Carlos Lopes . Com o 25 de Abril a relação de Portugal com África depois de ser colonial para passar a ser de parceria. Há mais imigrantes de Leste devido às forças da União Europeia do que africanos com a ligação cultural e linguística. O autor aborda como o conceito de Estado Nação tradicional deixou de existir com a globalização. 2005-12-01 / 2005-12-31

D. PT/ADN/IEEI/012/0037 - Tentativas de inflexão da política ultramarina, por IEEI . A vaga nacionalista africana que surgiu no pós-guerra alcançou também Guiné, Angola e Moçambique. O presente artigo começa por abordar as origens destes movimentos e as posições iniciais do governo de Kennedy – a NATO não apoiaria Portugal exceto se procedesse a reformas políticas nos territórios sobre sua administração. Os esforços de Botelho Moniz (Ministro da Defesa Nacional na altura) para a alteração e reforma da política ultramarina forma infrutíferos. Por último, aborda-se extensivamente a missão de George Ball como iniciativa de mediação por parte dos EUA. 1996-01-01 / 1996-12-31

D. PT/ADN/IEEI/012/0038 - Portuguese mediation and the peace talks, por IEEI . Portuguese mediation in the Angolan conflict was the result of Lisbon's effort to redefine post-colonial relations with Lusophone Africa. This paper takes an extensive look at that effort and what international impulses have influenced it. It analyses the failure of the Bicesse peace agreement and the military constitution of UNITA and FNLA. Transitions both to the new political system and to new power relationships were

factors that brought even more difficulties to the Angolan scene. The author debates whether the war was an ethical conflict and the future of Angolan democratization. 1994-01-01 / 1994-12-31

D. PT/ADN/IEEI/012/0039 - A cooperação portuguesa e os consensos internacionais, por Luís de Almeida Sampaio . Em termos de política externa, são vários os desafios e opções que se colocaram a Portugal: por um lado, perceber se é possível cruzar um destino europeu com a centralidade africana, atlântica e asiática e, por outro, a relação com a NATO, na medida em que a segurança nacional está interdependente da segurança global. O presente artigo aborda esta problemática acrescentando ainda o papel das ONGs em termos de cooperação internacional. 2005-01-01 / 2006-12-31

D. PT/ADN/IEEI/012/0040 - Um ano de Presidência Portuguesa da CPLP, por Patrícia Magalhães Ferreira . O presente artigo antecipa a XIV Reunião do Conselho de Ministros da CPLP em Praia que também marca ainda o fim do primeiro ano da Presidência portuguesa da organização, a qual tinha eleito para eixo central de atuação a promoção e projeção da Língua Portuguesa, quer dentro da CPLP, quer junto das instâncias internacionais. Analisam-se ainda outros temas de difícil debate como questões da cidadania e da circulação no espaço CPLP e a forma como tem corrido a presidência de Portugal. 01/01/2010 / 31/12/2010

D. PT/ADN/IEEI/012/0041 - A segurança de Timor-Leste e o contexto regional - Desafios para a política de cooperação militar portuguesa, por IEEI . O presente relatório foi elaborado na sequência de um conjunto de entrevistas e inquéritos a especialistas de diversos países do Sudeste Asiático, ligados a think-tanks e com acesso aos meios políticos e militares regionais. Foram tidos em conta os resultados dos contactos mantidos com as chefias militares bem como com militares portugueses que participaram na missão de paz em Timor-Leste. Contemplou-se, ainda, a experiência acumulada da cooperação militar portuguesa em África, em particular com os países africanos lusófonos, com o objetivo de identificar as lições que podem ser extraídas desta experiência para a futura relação com Timor-Leste. 2008-02-24 / 2008-02-24

D. PT/ADN/IEEI/012/0042 - Portugal – Cabo Verde: Uma relação exemplar, por Francisco Ribeiro Telles . Este texto, resultado de uma apresentação realizada no contexto do seminário “As Relações Externas de Cabo Verde: O Caso da União Europeia”, analisa descritivamente as relações exemplares entre Portugal e Cabo Verde no que diz respeito às relações económicas, financeiras e comerciais, à cooperação e ajuda bilateral, ao nível institucional, à valorização dos recursos humanos, na área da construção e melhoramento das infraestruturas, ao alargamento da base produtiva e melhoria da competitividade e no domínio do turismo. A apresentação é concluída sobre uma breve reflexão sobre quais as perspetivas para o futuro das relações entre Portugal e Cabo Verde. 2002-12-13 / 2002-12-13

D. PT/ADN/IEEI/012/0043 - O desenvolvimento com petróleo e as relações com Portugal, por Aires de Menezes . O presente texto faz uma abordagem sintética sobre alguns cenários possíveis perante o processo de exploração do petróleo em São Tomé e Príncipe. Com isto em vista, começa por traçar o contexto da exploração petrolífera neste país e da sua situação geoestratégica. Este contexto deve ser considerado juntamente com aquelas condições básicas para o aproveitamento eficiente dos recursos petrolíferos, nenhuma das quais São Tomé e Príncipe possui. São Tomé e Príncipe deverá, assim, experimentar profundas dificuldades na gestão do petróleo, provenientes de fragilidades institucionais e da ausência de quadros experientes para lidarem com a complexidade da economia petrolífera. São, neste seguimento, apontadas as principais consequências da má gestão dos recursos petrolíferos com base noutros exemplos. Finalmente são esboçadas as linhas gerais dos possíveis cenários a ser enfrentados por São Tomé e Príncipe, nomeadamente, a pobreza do petróleo; o petróleo e a sustentabilidade económica; e a riqueza do petróleo. 2005-05-02 / 2005-05-02

D. PT/ADN/IEEI/012/0044 - Evolução no relacionamento bilateral Portugal-Indonésia, por Ana Gomes . Neste texto reflete-se sobre a evolução das relações de Portugal com a Indonésia, considerando o contexto da independência de Timor-Leste. Esta relação, reestabelecida por iniciativa do governo português em 2000 e inicialmente mediada pelo diálogo sobre Timor-Leste, passou a assumir uma nova dimensão de dinamização das relações bilaterais. Timor rapidamente se tornou um fator de aproximação, por ser de interesse comum impulsionar uma nova dinâmica de entendimento nas instituições regionais. As relações bilaterais foram, assim, evoluindo, no âmbito político, mas essencialmente no campo cultural, ficando aquém o trabalho diplomático no campo económico. A falta de sustentação económica explica a superficialidade do relacionamento político atual e a quebra da visibilidade no plano cultural. Perdeu-se o élan dos primeiros anos após o restabelecimento das relações diplomáticas. Na era da globalização e do terrorismo internacional, o desinteresse pela Indonésia no plano político e empresarial revelará incapacidade nacional, e implicará também a marginalização das relações com Timor-Leste. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/012/0045 - O comportamento eleitoral dos guineenses nas presidenciais de 2005 e o futuro próximo da cooperação portuguesa, por Carlos Sangreman . O objetivo da presente contribuição é a identificação de algumas das principais razões sociais e políticas da realidade da Guiné-Bissau que foram determinantes no comportamento eleitoral que levou à eleição em 2005 de João Bernardo “Nino” Vieira para a presidência da República, contra o candidato indicado e apoiado pelo PAIGC, Malam Bacai Sanhá, os consequentes cenários de governação e as opções da cooperação portuguesa face aos cenários do futuro próximo. Para tal, é feita uma análise inicial da afluência às urnas, bem como do perfil dos eleitores e as determinantes do comportamento eleitoral guineense. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/012/0046 - O processo de transição de Macau, por Carmen Mendes . O Estado Português, logo após a revolução democrática de 1974, foi incapaz de definir um objetivo estratégico claro para Macau. Assim, nesse período conturbado, Portugal assumiu posições políticas internacionais que limitaram seriamente as possibilidades de impor à República Popular da China um propósito estratégico português. Consequentemente, o propósito estratégico para as negociações sino-portuguesas tornou-se, assim, muito limitado. De igual modo, o contexto político interno de Portugal e a burocracia tiveram impactos diretos e indiretos na definição e implementação da estratégia portuguesa. Partindo deste contexto, o presente texto fornece uma análise da forma como o Estado negociou com a RPC a resolução da questão de Macau, concluindo que o contexto político teve um impacto no resultado das negociações. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/012/0047 - O Paradoxo da (in) comunicação em português, por Nicole Guardiola . África está na agenda internacional e o trigésimo aniversário das independências das ex-colónias Portuguesas em África foi uma oportunidade ímpar de proceder ao repensar das relações entre Portugal e o continente africano, apontadas pelo atual governo como o “terceiro pilar” da política externa lusa. Apesar disto, as iniciativas em Portugal têm sido poucas e a sua expressão mediática quase nula. Pelo contrário, este ano de 2005 deu lugar, na comunicação social portuguesa, a uma reafirmação dos grandes “mitos” acerca das relações Portugal-África, sem que tivesse havido uma reflexão crítica sobre o papel da comunicação social na perpetuação dos mesmos. É neste contexto que o presente texto se debruça sobre a forma como a comunicação social tem feito a cobertura das PALOP, por um lado, e da imagem que estes têm de Portugal, por outro. De facto, destacam-se a permanência dos clichés sobre as antigas colónias, e o crescente desagrado sobre como os PALOP são retratados em Portugal. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/012/0048 - A actual realidade das relações económicas entre Portugal e a Região Administrativa Especial de Macau, por Rui Pereira . O presente texto reflete sobre as relações de Portugal com Macau e, em sequência do processo de transferência de administração do território, com a China. Neste aspeto, a generalidade dos observadores considera que, não obstante os laços seculares, Portugal só terá despertado para a realidade de Macau após a constatação da inevitabilidade do seu regresso à China. Terá faltado, no decurso dos quatro séculos de presença portuguesa no território, uma verdadeira visão de longo prazo, tanto das estruturas governamentais como do sector empresarial, em relação a Macau e à China. Em consequência disto os intercâmbios de comércio e investimento bilateral têm vindo a diminuir. É neste contexto que se insere a iniciativa chinesa de criação de um Fórum de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (PLP). Contudo, Portugal parece não estar, mais uma vez, a conseguir aproveitar esta oportunidade para obter contrapartidas no mercado chinês. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/012/0049 - Um olhar sobre as relações económicas entre Portugal e Macau desde 1999 e perspectivas futuras, por Teresa Moreira . O presente texto reflete sobre a presença de Portugal em Macau e sobre o seu papel no relacionamento com Macau e com a China, particularmente à luz da recente criação do Fórum para a Cooperação Económica Comercial. Partindo da definição do quadro jurídico do relacionamento entre a União em Macau, a entrada do Acordo de Comércio e de Cooperação, e a elegibilidade para o programa Asia Invest, que criou as condições necessárias ao reforço das relações comerciais, à realização de investimentos, ao lançamento de iniciativas de cooperação económica de interesse mútuo, analisa-se de que forma a criação do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial proporciona novas oportunidades a Portugal. Esta oportunidade exigirá de Portugal a priorização do relacionamento económico externo e uma contribuição ativa no âmbito do Fórum, integrando as associações empresariais e as empresas portuguesas a desenvolverem negócios com a China. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/012/0050 - O papel de África na política externa portuguesa, por Vítor Ramalho . Tendo em conta as relações culturais e linguísticas que ligam Portugal com o Brasil e os países ex-colónias africanos, o presente texto analisa a forma como estas se expressam na política externa portuguesa e qual o papel de África nesta. Sendo os laços culturais e linguísticos uma realidade destas relações, neles deve assentar, de forma incisiva, o papel de Portugal na afirmação da sua política externa. Porque isso aproveita de cada uma das partes que se exprimem na nossa fala comum, sendo um valor acrescentado à política de cooperação para a própria U.E. Quer isto dizer que o aprofundamento das relações lusófonas com as ibero-americanas, em

complementaridade estratégica, legitimará relações de parcerias crescentes, incluindo as do domínio económico, alargando o espaço de intervenção de todos, o que só pode beneficiar o futuro comum. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/012/0051 - Angola – uma nova oportunidade para a cooperação portuguesa, por Helder Oliveira . De acordo com todos os indicadores disponíveis e as análises mais qualificadas, a economia portuguesa defronta desafios complexos, quer no curto, quer no médio prazo. As novas conjunturas na economia internacional e o desafio proposto pelos novos Países da adesão são fatores que afastam Portugal do centro e reforçam a sua posição de periferia política e económica. A descolonização “recentrou” a política externa portuguesa no espaço europeu. Apesar de os primeiros anos após as independências revelarem alguns desentendimentos entre o antigo colonizador e os novos Países de Expressão Portuguesa, foi possível preservar alguns dos aspetos mais importantes de uma herança histórica comum e culminar uma evolução na constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. É sobre estes aspetos das relações lusófonas que o presente texto incide, especialmente no que diz respeito à relação com Angola, onde os aspetos positivos e negativos do perfil das relações com as ex-Colónias mais se acentuam. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/012/0052 - Cooperação Portugal – Moçambique: a estratégia de não ter estratégia?, por João Mosca . Moçambique é um país com importantes relações regionais, sobretudo com a África do Sul. Portugal é, tomando alguns indicadores referentes nestas análises, o segundo país nas relações económicas externas moçambicanas. Não obstante, apesar das vantagens relacionais que Portugal pensa possuir, como a língua e a história, não é claro que sejam apercebidas pelas elites moçambicanas de igual forma. De facto, as relações com a África do Sul possuem vantagens significativas, tanto regionais como competitivas, para Moçambique do ponto de vista das suas relações externas. De igual modo, no âmbito da CPLP Portugal é muitas vezes secundarizado pela ação de alguns países africanos e pelo Brasil. Neste sentido, e tendo em conta a inegável importância económica e política de Moçambique, é necessária a reanálise da estratégia de cooperação portuguesa com Maputo. É preciso encontrar, de parte a parte, as áreas onde a cooperação seja vantajosa comparativamente com a de outros países. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/012/0053 - Considerações em torno da cooperação cultural entre Portugal e Cabo Verde. A experiência do pintor cabo-verdiano Manuel Figueira, por José Carlos Venâncio . Por razões que passam eventualmente pelos efeitos negativos e por leituras mais críticas das chamadas teorias da modernização, a cultura, entendida nas suas diversas dimensões, carece, ainda hoje, de melhor tratamento nas políticas de desenvolvimento e cooperação. Lembremo-nos, para tanto, de conceitos ou propósitos como o de empowerment ou de paradigmas como o territorialista e o do desenvolvimento autocentrado. O mesmo, porém, não acontece com uma outra dimensão sua, a da cultura cultivada. Diferentemente da anterior, é esta quase ignorada quando se aborda a problemática do desenvolvimento. O presente texto pretende contribuir para uma análise das razões porque a cultura cultivada carece de tratamento na cooperação e desenvolvimento entre os países lusófonos, bem como quais os constrangimentos à cooperação cultural e à circulação de bens neste mercado. É tomado, a título exemplar, o caso de Manuel Figueira, cujo percurso foi tomado como exemplo para esta reflexão sobre a cooperação entre Portugal e Cabo Verde. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/012/0054 - As Relações Bilaterais Portugal – Timor-Leste, por Pascoela Barreto . O presente texto reflete sobre a questão das relações bilaterais entre Portugal e Timor-Leste no seguimento da violência desencadeada por milícias em resposta ao processo de independência. Em Portugal, o violento acontecimento, amplamente noticiado, despertou uma onda de solidariedade nunca vista. Toda essa movimentação da sociedade portuguesa forjou fortes laços afetivos e de solidariedade entre os dois povos. Passada a fase de emergência, as atenções passaram a concentrar-se no processo de reconstrução e desenvolvimento do país e orientadas para as áreas consideradas prioritárias: a educação e a reintrodução da língua portuguesa, a capacitação institucional e apoio ao desenvolvimento económico e social. De facto, conclui-se, desde os Acordos de 1999, entre Portugal e a Indonésia, no quadro da cooperação, de âmbito bilateral e multilateral, Portugal tem-se empenhado para apoiar Timor-Leste no seu processo de construção e desenvolvimento. 2005-12-05 / 2005-12-06

D. PT/ADN/IEEI/012/0055 - Intervenção na Sessão de Encerramento, por José Gregório Faria . Começando por destacar o contributo alargado do IEEI nas questões relacionadas com África, e mais especificamente com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), o presente passa, então, para o contributo mais restrito do Instituto através do seu projeto “Diplomacia, Cooperação e Negócios: o Papel dos Actores Externos em Angola e Moçambique”. Este é um esforço no sentido de clarificar quais são os fatores e os atores em jogo no panorama atual de Angola e Moçambique. A discussão dos resultados preliminares do projeto levada a cabo nesta conferência permite antever uma “avaliação” da atuação portuguesa naqueles países. Neste contexto, importa salientar que, não obstante a internacionalização das economias e a chegada de alguns atores externos a Angola e Moçambique – como é o caso da China – Portugal mantém-se presente nas expectativas dos entrevistados, como ressaltam alguns dos resultados do projeto apresentados nesta conferência. 2006-03-27 / 2006-03-28

D. PT/ADN/IEEI/012/0056 - Papel dos actores externos em Moçambique: investimento e ajuda internacional, por Daniel Pedrosa Lopes . O presente texto fornece uma breve contextualização das potencialidades a explorar nas relações Portugal-Moçambique, especialmente naqueles setores que não têm sido tradicionalmente explorados, das prioridades da ação externa portuguesa em Moçambique e as vantagens comparativas portuguesas no mercado moçambicano. Do lado das vantagens do investimento de Portugal em Moçambique estão os recursos naturais, o potencial agrícola e a posição geoestratégica de Moçambique. Por outro lado, Portugal tem algumas vantagens acrescidas no que diz respeito, por exemplo, à sua classe empresarial. No que concerne às ações prioritárias de ajuda externa destaca-se ao ensino técnico-profissional, a melhoria do sistema judicial e dos serviços públicos. Relativamente às vantagens comparativas, que Portugal usufrui no âmbito de investidor, é importante não esquecer que as ligações linguísticas e pessoais podem também produzir efeitos negativos. 2006-03-27 / 2006-03-28

D. PT/ADN/IEEI/012/0057 - Painele de discussão: a concertação entre diplomacia, cooperação e negócios, por José Manuel Briosa e Gala . A presente comunicação relaciona os componentes integrantes do tema do seminário em que se insere, nomeadamente: diplomacia, cooperação e negócios. Para tal, começa por sublinhar a necessidade de complementaridade destes componentes e de como Portugal se tem movido nesse sentido. De seguida, partindo dos resultados do estudo levado a cabo pelo IEEI sobre o tema em Angola e Moçambique, tece alguns comentários sobre a necessidade de distinguir o que é a função político-diplomática da que hoje se debate sobre diplomacia pública; sobre os princípios diplomáticos e da good-will mantida nas relações de Portugal com Angola e Moçambique; e da necessidade de ir para além destes resultados positivos através de um reforço das empresas portuguesas nestes países Finalmente, são feitas algumas considerações em matéria de cooperação e de como encarar os desafios e oportunidades que se colocam a esta no que diz respeito aos recursos humanos e aos novos parceiros destes países. 2006-03-27 / 2006-03-28

D. PT/ADN/IEEI/012/0058 - The New Partnership for Africa's Development(NEPAD): Origens, Modalidades e Finalidade, por Patrick Chabal . O presente texto tenta explicar as origens da New Partnership for Africa's Development (NEPAD) e as suas principais características e termina tecendo algumas considerações sobre o seu possível sucesso. S.d.

D. PT/ADN/IEEI/012/0059 - Os esforços de reconciliação no Ruanda, por Patrícia Magalhães Ferreira . Passados sete anos da tragédia, a memória do genocídio ainda está presente nas mentes de todos os ruandeses, hutus e tutsis. O atual Governo herdou um país traumatizado, destruído na maior parte das suas infraestruturas sociais, económicas e políticas. A reconciliação duradoura permanece o objetivo principal a longo-prazo, sendo para isso necessário responder a dois desafios fundamentais: a obtenção de uma paz efetiva e o fim da impunidade. 01-10-2001 / 31-10-2001

D. PT/ADN/IEEI/012/0060 - Novas dinâmicas empresariais, por Jaime Lourenço . A CPLP tem pela frente a difícil tarefa de congregar países e povos geográfica e culturalmente distantes e distintos, com objetivos nem sempre convergentes, mas com uma língua e uma história comuns, com vista à constituição de um bloco coeso e com capacidade de intervenção regional e mundial. Para o efeito, a CPLP, organização ainda jovem em comparação com outras similares, precisa de reforçar e consolidar a sua capacidade de intervenção a nível geopolítico, cultural e económico. O presente texto defende que um passo importante no sentido do reforço da sua capacidade de intervenção e de promoção do desenvolvimento económico dos seus membros, foi dado com a criação do Conselho Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, no âmbito do I Fórum Empresarial da CPLP. É sobre a criação e resultados deste Conselho, bem como as necessidades da sua operacionalização, que este texto se debruça. 2003-06-01 / 2003-08-31

D. PT/ADN/IEEI/012/0061 - O défice político da CPLP, por Fernando A. A. Mourão . Contrariando boa parte do pensamento vigente em relação às funções da CPLP, embora concordando com a importância da cooperação, o presente texto mantém que não se pode reduzir a instituição ao objetivo da cooperação que, apesar de promissor, não é suficiente para se tornar no foco da atividade da instituição. A concertação político-diplomática, um dos objetivos focais do artigo 1º do Estatuto, é um campo a explorar, que já deu alguns frutos. Mas realisticamente é bom não esquecer que os Estados membros fazem parte de arranjos regionais diferentes e, por isso, têm os seus limites, que se impõem no campo da atuação no arco das atividades da CPLP. Reflete-se, ainda, sobre a questão da linguagem, mas o que importa verdadeiramente perceber é qual deve ser o centro gravitacional da CPLP? E qual deve ser o seu modelo de gestão. 2003-06-01 / 2003-08-31

D. PT/ADN/IEEI/012/0062 - Timor-Leste e a CPLP, por José Ramos-Horta . Com a independência de Timor-Leste cumpria-se um dos objetivos políticos centrais dos primeiros seis anos de vida da CPLP e abriu-se uma nova fase na vida da Comunidade. O presente texto reflete sobre esta presença, as vantagens para Timor e as expectativas para a CPLP. 2003-06-01 / 2003-08-31

D. PT/ADN/IEEI/012/0063 - Portugal-África 30 anos depois, por Fernando Jorge Cardoso . Ciclicamente, com as comemorações do 25 de abril, renasce na sociedade portuguesa o debate sobre a descolonização, usualmente centrado em duas posições antagónicas: uma que aponta para a má condução do dossier da descolonização; outra que defende a inevitabilidade dos processos de independência tal como aconteceram. Este debate cíclico raramente traz a terreno a situação do lado de lá, i.e., a indisponibilidade dos movimentos armados de libertação para aceitar outros protagonismos internos ou a competição democrática pelo poder. Passados trinta anos, as relações entre Portugal e África mantiveram-se, do ponto de vista da economia, da política e da opinião pública portuguesa, essencialmente confinadas às relações entre Portugal e as suas antigas colónias. O presente texto faz uma reflexão sobre o verdadeiro estado da arte destas relações e como pensá-las hoje. 2004-04-01 / 2004-05-31

D. PT/ADN/IEEI/012/0064 - África, por IEEI . As atividades do programa África têm-se estruturado em volta de temas relativos à cooperação regional, segurança e resolução de conflitos e cooperação internacional e europeia para o desenvolvimento. O IEEI manteve um grupo de debate sobre temas africanos e participa regularmente, como membro da Plataforma portuguesa das ONG, nas atividades desta plataforma. O presente texto relata as iniciativas desenvolvidas pelo IEEI no âmbito deste programa. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/012/0065 - Ásia, por IEEI . O programa Ásia iniciou-se em 1995, centrado na análise do processo de reunificação da China, em particular os processos de transição de Hong Kong e Macau. Num segundo momento, foi desenvolvida outra área de investigação sobre as relações entre a UE e a China, e em particular a evolução das políticas externas bilaterais dos Estados membros. A partir de 1998, o IEEI desenvolveu uma segunda área de investigação relacionada com a transição de Timor-Leste, tendo neste âmbito promovido uma iniciativa de facilitação das relações entre a Indonésia, Timor e Portugal. 2000-12-01 / 2000-12-31

D. PT/ADN/IEEI/012/0066 - Programa – As Relações Europa-África: O Caso de Angola, por IEEI . O presente documento contém o programa da sessão “As Relações Europa-África: O Caso de Angola”, organizado pelo IEEI, com o apoio do IPAD, na Universidade Autónoma de Lisboa, a 18 de abril de 2005. Esta conferência encontrava-se inserida no projeto de investigação sobre África do Instituto. A sessão tinha por objetivo discutir a reconstrução pós-conflito em Angola e as relações com Portugal; bem como os desafios atuais e perspetivas futuras para as relações Europa-África. 2005-04-18 / 2005-04-18

D. PT/ADN/IEEI/012/0067 - Programa Seminário Évora – As Relações Europa-África: O Caso de Angola, por IEEI . O presente documento contém o programa da sessão “As Relações Europa-África: O Caso de Angola”, organizado pelo IEEI, com o apoio do IPAD, na Universidade de Évora, a 20 de abril de 2005. A sessão, parte do Ciclo de Seminários em Universidades Portuguesas, “Relações Europa-África e a Cooperação para o Desenvolvimento”, teve por objetivo informar e estimular o debate sobre as questões da cooperação europeia para o desenvolvimento, dando especial atenção às relações com o continente africano. O seminário na Universidade de Évora debruçou-se sobre as questões do desenvolvimento em Angola e as relações com Portugal; os desafios atuais e as perspetivas futuras das relações Europa-África; e as questões da Língua Portuguesa e as relações históricas entre Portugal e Angola. 2005-04-20 / 2005-04-20

D. PT/ADN/IEEI/012/0068 - Programa Seminário Aveiro– As Relações Europa África: O Caso de São Tomé e Príncipe, por IEEI . O presente documento contém o programa da sessão “As Relações Europa-África: O Caso de São Tomé e Príncipe”, organizado pelo IEEI, com o apoio do IPAD, na Universidade de Aveiro, a 2 de maio de 2005. A sessão, parte do Ciclo de Seminários em Universidades Portuguesas, “Relações Europa-África e a Cooperação para o Desenvolvimento”, teve por objetivo informar e estimular o debate sobre as questões da cooperação europeia para o desenvolvimento, dando especial atenção às relações com o continente africano. O primeiro painel do seminário foi subordinado ao tema “O Desenvolvimento com Petróleo e as Relações com Portugal”. O segundo painel debruçou-se sobre o tópico “As Relações Europa-África: Desafios Actuais e Perspectivas Futuras”. a Sessão de Encerramento, Inês Rosa, Vogal do Conselho Directivo do IPAD, salientou a oportunidade, mas também o enorme risco que constitui o novo ciclo do petróleo que se inicia em S. Tomé e Príncipe. 2005-05-02 / 2005-05-02

D. PT/ADN/IEEI/012/0069 - Programa Conferência - A África e A Europa Resolução de Conflitos, Governação e Integração Regional, por IEEI . O presente documento contém o cartaz e o programa da Conferência Internacional “A África e A Europa Resolução de Conflitos, Governação e Integração Regional”, organizada pelo IEEI e o European Centre for Development Policy Management (ECDPM), com o patrocínio do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), em Lisboa entre 30 e 31 de maio de 2005. O objectivo desta conferência foi debater as questões e os desafios centrais que se colocam ao continente

africano e as possíveis respostas europeias, por forma a aprofundar o nível de reflexão sobre os principais temas do diálogo euro-africano, que atualmente se desenrola ao nível institucional. 2005-05-30 / 2005-05-31

D. PT/ADN/IEEI/012/0070 - Portugal-Africa: An Evolving Relationship (Portugal-África: Uma Relação Evolutiva), por Fernando Jorge Cardoso . As relações Portugal-África desde a descolonização em 1974/75 evoluíram ao longo de três períodos diferentes, um na segunda metade dos anos setenta, um segundo na maior parte dos anos oitenta e o último na década de noventa. Um primeiro período pode ser caracterizado como turbulento, um período em que Portugal sofreu uma crise de ajustamento interno e as antigas colónias a atravessar um processo revolucionário de transição. O segundo período pode ser caracterizado como um período em que as relações evoluíram favoravelmente, principalmente a nível político, e em que a cooperação no campo económico começou também a desenvolver-se. O terceiro período caracteriza-se por uma clarificação das prioridades da política externa portuguesa. Este documento trata principalmente do terceiro período, começando com um quadro do atual padrão das políticas portuguesas africanas, seguido de uma caracterização do atual cenário político na África lusófona e terminando com algumas considerações sobre os problemas e desafios futuros. 1994-11-14 / 1994-11-17

D. PT/ADN/IEEI/012/0071 - Portugal-Africa Bilateral Relations in Changing Environment (As relações bilaterais Portugal-África num Ambiente em Mutação), por Fernando Jorge Cardoso . As relações bilaterais Portugal-África têm de ser analisadas no quadro dos recentes acontecimentos que estão a ocorrer não só em Portugal e nos países africanos, mas também na Europa na cena internacional. Este documento procura ilustrar uma visão geral das relações bilaterais luso-africanas (principalmente com países lusófonos), discutindo algumas das implicações da mudança do ambiente nos (e para os) países africanos, salientando alguns aspetos do papel de Portugal na promoção das relações euro-africanas nos anos 90. 1992-05-24 / 1992-05-27

D. PT/ADN/IEEI/012/0072 - Beyond Development Aid: EU-Africa Political Dialogue on Global Issues of Common Concern (Além da Ajuda para o Desenvolvimento: O Diálogo Político EU-África sobre Assuntos Globais de Interesse Comum), por Europe-Africa Policy Research Network (EARN) . Beyond Development Aid é uma publicação da Europe-Africa Policy Research Network (EARN), que pretende abordar o diálogo político UE-África sobre questões globais de interesse comum. Esta publicação é o resultado de um exercício de rede, promovendo o intercâmbio e o diálogo através de uma série de debates organizados pelos membros da EARN, em parceria com outros institutos europeus e africanos. Beyond Development Aid analisa os principais constrangimentos e oportunidades para o envolvimento num diálogo e parceria mais estratégicos entre os dois continentes. Centra-se nos resultados do diálogo político entre os dois continentes no período entre Cimeiras (2008-2010) e discute questões relevantes que têm impacto em ambas as regiões e na sua parceria, nomeadamente nas áreas da paz e segurança, governação global, comércio e integração regional, e alterações climáticas. 2010-11-01 / 2010-11-30

D. PT/ADN/IEEI/012/0073 - Introduction (Introdução), por EARN . A publicação Beyond Development Aid analisa os principais constrangimentos e oportunidades para o envolvimento num diálogo e parceria mais estratégicos entre o continente europeu e o continente africano. A presente introdução contextualiza o estado da arte do debate sobre a ajuda ao desenvolvimento, que se tem centrado nos atores políticos e numa perceção conservadora da ajuda ao desenvolvimento. Beyond Development Aid procura contrariar esta tendência, procurando respostas inovadoras, através de um trabalho de network entre as sociedades civis dos dois continentes. 2010-11-01 / 2010-11-30

D. PT/ADN/IEEI/012/0074 - Between the Summits (Entre as Cimeiras), por Andrew Sherriff e Patrícia Magalhães Ferreira . Este documento procura explorar a forma como as relações UE-África evoluíram entre as Cimeiras que envolveram os Chefes de Estado e se estes estiveram à altura das elevadas expectativas e compromissos incluídos na Estratégia Conjunta África-UE assinada em Lisboa em 2007. O documento baseia-se e atualiza o trabalho realizado por Patrícia Magalhães Ferreira no seu documento intitulado "A Estratégia Conjunta África-UE - Avaliação e Desafios da Implementação" e um documento preenchido por Jean Bossuyt e Andrew Sherriff intitulado "O que se segue para a Estratégia Conjunta África-UE? Perspectivas de revitalização de um quadro inovador". O documento foi concebido tanto para dar uma análise geral do que ocorreu "entre as Cimeiras", como também algumas perspetivas sobre a razão pela qual certas expectativas podem não ter sido satisfeitas, e para oferecer alimento para reflexão aos decisores políticos em África e na Europa. 2010-11-01 / 2010-11-30

D. PT/ADN/IEEI/012/0075 - Africa-Europe: A relationship in need of change (África-Europa: Uma Relação a Precisar de Mudança), por Siphamandla Zondi . Esta peça de reflexão sugere que a parceria África-Europa continua a ser fundamentalmente fraca para além da reunião regular menos que quente dos principais líderes de ambos os lados. Isto é devido às diferentes, e por vezes diametralmente opostas, trajetórias políticas que os dois continentes tomaram nas últimas décadas. Por esta razão, a dificuldade de iniciar um diálogo político sério entre os dois continentes para apoiar os aspetos técnicos da conceção e implementação de políticas é um verdadeiro desafio. 2010-11-01 / 2010-11-30

D. PT/ADN/IEEI/012/0076 - Peace and Security: Unremitting Challenges for African-European Relations (Paz e Segurança: Os Incessantes Desafios das Relações África-Europa), por Stefan Mair e Kerstin Petretto . A primeira parte deste documento descreve as realizações da parceria conjunta UE-UA para a paz e segurança, concentrando-se em resultados visíveis, tais como o estabelecimento da APSA, ações operacionais, iniciativas de paz e estruturas cooperativas mais profundas entre as duas organizações. A segunda parte concentra-se nos principais desafios que os dois parceiros enfrentam nas suas relações, especialmente as abordagens cada vez mais divergentes no que respeita à compreensão da segurança, e a assimetria prolongada entre os dois parceiros. Como resultado destes dois desafios, há um entusiasmo decrescente pela troca aberta de opiniões, o que é essencial para manter e aprofundar a parceria entre os dois continentes - e torná-la especial e valiosa, particularmente no que diz respeito a concorrentes potenciais (percebidos ou reais). 2010-11-01 / 2010-11-30

D. PT/ADN/IEEI/012/0077 - The African Union Peace and Security Partnerships (As Parcerias para a Paz e Segurança da União Africana), por Tim Murithi . A União Africana (UA) está a desenvolver uma série de parcerias globais que incluem a paz e a segurança. Até à data não existe consenso interno da UA sobre se as parcerias globais devem ser baseadas nos princípios da governação democrática, responsabilidade e transparência económica. Este documento irá avaliar as parcerias de paz e segurança da UA, em particular, o quadro de colaboração entre a União Europeia e África, bem como as parcerias em evolução com as Nações Unidas, a NATO e o Comando Africano dos Estados Unidos. Considerará também as perspetivas que estabelecem uma relação entre o quadro europeu da política comum de segurança e defesa e a Arquitetura Africana de Paz e Segurança. Conclui com um debate sobre os principais desafios na operacionalização da APSA e a possibilidade de as parcerias da UA desempenharem um papel construtivo na sua abordagem, destacando uma série de estratégias que reforçam as parcerias da UA para a paz e segurança. 2010-11-01 / 2010-11-30

D. PT/ADN/IEEI/012/0078 - International Governance Reform in the Africa-European Union Partnership (Reforma da Governação Internacional na Parceria África-União Europeia), por Adebayo Olukoshi . Este documento explora amplamente o âmbito e as oportunidades para a África promover uma agenda internacional de reforma da governação que servirá os seus interesses a longo prazo de assegurar o desenvolvimento do continente e aumentar a voz da África no sistema internacional. Ao fazê-lo, o documento analisa brevemente as raízes da ordem internacional de governação contemporânea, as suas disfuncionalidades, e os argumentos históricos para uma nova ordem internacional defendidos pelos países de África, Ásia e América Latina entre 1960 e 1980. O documento também examina as tensões no seio da arquitetura de governação contemporânea, e a ascensão de novos atores importantes no sistema internacional, simbolizados pelo maior de todos eles, a China. O diálogo África-UE decorre, pois, num contexto de mudança global que diz respeito a ambas as regiões. Este documento sugere que os argumentos a favor da reforma em África podem ter dimensões morais importantes, mas também precisa de se basear em argumentos e estratégias para além da moralidade. 2010-11-01 / 2010-11-30

D. PT/ADN/IEEI/012/0079 - Opportunities and Obstacles for EU-Africa Cooperation on Global Governance Issues (Oportunidades e Obstáculos à Cooperação EU-África nas Questões da Governança Global), por Tom Cargill . Este documento descreve algumas das áreas-chave da governação global e resume as respetivas posições da UE e da UA, onde elas existem. A ênfase está nas posições viradas para o exterior - ou seja, posições relacionadas com a governação global como um todo, em vez de simples questões de interesse imediato para as duas organizações, que são estabelecidas na Parceria Estratégica UA-UE. Estas posições serão então consideradas de forma crítica e comparadas com ações que possam ser interpretadas como confirmando ou minando estas aspirações. 2010-11-01 / 2010-11-30

D. PT/ADN/IEEI/012/0080 - Regional Integration, EPAs and the Trade & Development Agenda: Africa-EU relations reconsidered (Integração Regional, APE e a Agenda de Comércio e Desenvolvimento: As relações África-UE reconsideradas), por Sanoussi Bilal . Os processos de integração regional, a nível pan-africano e sub-regional, estão no topo da agenda política e de desenvolvimento de África. A União Europeia tem sido uma forte defensora de iniciativas de integração regional e um modelo de papel fundamental para muitos. Mas como é que as relações África-UE contribuem para promover os processos de integração regional em África e reforçar as ligações comerciais e de desenvolvimento? Este documento analisa as iniciativas adotadas conjuntamente pelos países africanos e pela União Europeia e avalia de forma crítica o seu impacto na dinâmica da integração regional em África. 2010-11-01 / 2010-11-30

D. PT/ADN/IEEI/012/0081 - Facing the challenges of climate change: The case of EU-Africa Cooperation (Enfrentando os desafios das alterações climáticas: O caso da cooperação UE-África), por Romy Chevallier . Tendo em conta a natureza global das alterações climáticas, qual é o potencial de colaboração entre a União Europeia e a África na consecução de objetivos comuns? Uma parceria UE-África reforçada poderia ajudar a enfrentar alguns dos desafios em matéria de segurança climática e energética em ambos os continentes. O documento faz o balanço da parceria UE-África sobre alterações climáticas, e discute

o que foi alcançado até à data. Questiona se a UE e a União Africana são parceiros naturais e discute a potencial colaboração em áreas como a transferência de tecnologia, melhores práticas de adaptação às alterações climáticas, mecanismos de prevenção de catástrofes e partilha de informação. Este documento aborda também tópicos controversos, tendo em conta que as grandes diferenças nas abordagens e ambições são encontradas a nível nacional. Finalmente, o documento resume os pontos mais importantes da parceria e fornecerá recomendações políticas aos decisores antes da Cimeira UE-África de novembro de 2010. 2010-11-01 / 2010-11-30

D. PT/ADN/IEEI/012/0082 - Beyond Development: political context analysis as a tool for a more effective EU-Africa Partnership (Além do Desenvolvimento: Análise do contexto político como instrumento para uma Parceria UE-África mais eficaz), por Jean-Christophe Hoste . O presente documento chama atenção para o facto de que as alterações climáticas oferecem uma nova perspetiva sobre as bases de desenvolvimento e fornecimento de energia. As alterações climáticas são um fenómeno global que tem consequências particularmente graves para o continente africano. Agrava a fragilidade das situações existentes, das quais não é necessariamente a causa. Além disso, esclarece a importância do contexto político africano em que a parceria UE-África tem de funcionar. A compreensão da economia política da tomada de decisões africana, diz-se, será crucial para uma parceria bem-sucedida no futuro. 2010-11-01 / 2010-11-30

D. PT/ADN/IEEI/012/0083 - An EARN Proposal on the Joint Africa-EU Strategy and the Future of Africa-EU Relations (Uma Proposta da EARN para a Parceria Estratégica África-UE e para o Futuro das Relações África-UE), por EARN . Tal como salientam análises independentes de membros da Rede de Investigação Política Europa-África (EARN) e peritos convidados, a Parceria Estratégica África-UE corre o risco de se afastar do seu conteúdo político. O que é necessário neste momento é uma análise sólida da economia política que permita uma compreensão mais estreita dos motores e dinâmicas dos interesses concretos dos parceiros europeus e africanos e um debate construtivo e aberto ao mais alto nível político em ambos os continentes sobre compromissos credíveis em todas as questões que são de interesse comum. É neste contexto que a EARN propõe uma Agenda de Acção – presente neste documento – para o futuro das relações UE-África, baseada na análise coletiva e nas discussões entre investigadores políticos africanos e europeus durante a última reunião da EARN na Praia, oficialmente reconhecida como um evento paralelo à 3ª Cimeira África-UE. 2010-11-01 / 2010-11-30

D. PT/ADN/IEEI/012/0084 - Fotografia - Fluxos e atores do desenvolvimento (Conferência - A Parceria África-Europa em Construção: Que Futuro?), por IEEI / IMVF . O presente registo fotográfico é referente ao painel “Fluxos e atores do desenvolvimento”, parte da Conferência “A Parceria África-Europa em Construção: Que Futuro?”, que se passou entre o dia 13 e 14 de dezembro de 2012 na Fundação Calouste Gulbenkian. Antecipando a próxima Cimeira UE-África prevista para 2014, a conferência procurou debater alguns dos temas fundamentais na construção da parceria euro-africana e na cooperação para o desenvolvimento nos próximos anos. Esta iniciativa teve por objetivo promover o conhecimento e o debate sobre alguns temas estruturantes que terão impacto no relacionamento Europa-África e na cooperação para o desenvolvimento nos próximos anos. No painel: Diogo Gomes de Araújo, Ana Paula Fernandes, Any Freitas, Tetteh Hormeku-Ajei e Erik Lundsgaarde. 2012-12-13 / 2012-12-14

D. PT/ADN/IEEI/012/0085 - Fotografia - Sessão de abertura (Conferência - A Parceria África-Europa em Construção: Que Futuro?), por IEEI / IMVF . O presente registo fotográfico é referente à sessão de abertura da Conferência “A Parceria África-Europa em Construção: Que Futuro?”, que se passou entre o dia 13 e 14 de dezembro de 2012 na Fundação Calouste Gulbenkian. Antecipando a próxima Cimeira UE-África prevista para 2014, a conferência procurou debater alguns dos temas fundamentais na construção da parceria euro-africana e na cooperação para o desenvolvimento nos próximos anos. Esta iniciativa teve por objetivo promover o conhecimento e o debate sobre alguns temas estruturantes que terão impacto no relacionamento Europa-África e na cooperação para o desenvolvimento nos próximos anos. No painel: Nuno Guimarães (ISCTE-IUL), Paulo Telles de Freitas (IMVF), Francisco Almeida Leite (Camões - CICL), Fernando Jorge Cardoso (IEEI-IMVF). 2012-12-13 / 2012-12-14

D. PT/ADN/IEEI/012/0086 - Fotografia - Conferência “A Parceria África-Europa em Construção: Que Futuro?”, por IEEI / IMVF . O presente registo fotográfico contém alguns dos painelistas e participantes da Conferência “A Parceria África-Europa em Construção: Que Futuro?”, que se passou entre o dia 13 e 14 de dezembro de 2012 na Fundação Calouste Gulbenkian. Antecipando a próxima Cimeira UE-África prevista para 2014, a conferência procurou debater alguns dos temas fundamentais na construção da parceria euro-africana e na cooperação para o desenvolvimento nos próximos anos. Esta iniciativa teve por objetivo promover o conhecimento e o debate sobre alguns temas estruturantes que terão impacto no relacionamento Europa-África e na cooperação para o desenvolvimento nos próximos anos. Na fotografia: Adebayo Olukoshi, Pinkie Megwe e S.Exa. SENE, Luís Brites Pereira. 2012-12-13 / 2012-12-14

D. PT/ADN/IEEI/012/0087 - Fotografia - Audiência da Conferência “A Parceria África-Europa em Construção: Que Futuro?”, por IEEI / IMVF . Audiência da Conferência “A Parceria África-Europa em Construção: Que Futuro?”, dia 13 e 14 de dezembro de 2012 na Fundação Calouste Gulbenkian. Antecipando a Cimeira UE-África de 2014, a conferência procurou debater alguns dos temas fundamentais na construção da parceria euro-africana e na cooperação para o desenvolvimento nos próximos anos. Esta iniciativa teve por objetivo promover o conhecimento e o debate sobre alguns temas estruturantes que terão impacto no relacionamento Europa-África e na cooperação para o desenvolvimento nos próximos anos. 2012-12-13 / 2012-12-14

D. PT/ADN/IEEI/012/0088 - Fotografia - Sessão de Encerramento (Conferência - A Parceria África-Europa em Construção: Que Futuro?), por IEEI / IMVF . O presente registo fotográfico é referente à sessão de encerramento da Conferência “A Parceria África-Europa em Construção: Que Futuro?”, que se passou entre o dia 13 e 14 de dezembro de 2012 na Fundação Calouste Gulbenkian. Antecipando a Cimeira UE-África de 2014, a conferência procurou debater alguns dos temas fundamentais na construção da parceria euro-africana e na cooperação para o desenvolvimento nos próximos anos. Esta iniciativa teve por objetivo promover o conhecimento e o debate sobre alguns temas estruturantes que terão impacto no relacionamento Europa-África e na cooperação para o desenvolvimento nos próximos anos. No painel: Françoise Moreau (Comissão Europeia), Luís Brites Pereira (SENEC) e Cheikh Niang (União Africana). 2012-12-13 / 2012-12-14

D. PT/ADN/IEEI/012/0089 - Fotografia - Sessão “A Cimeira África-UE de 2014 e a Agenda de Desenvolvimento pós-2015: Que perspetivas?” (Conferência - A Parceria África-Europa em Construção: Que Futuro?), por IEEI / IMVF . O presente registo fotográfico é referente à sessão “A Cimeira África-UE de 2014 e a Agenda de Desenvolvimento pós-2015: Que perspetivas?”, do segundo dia da Conferência “A Parceria África-Europa em Construção: Que Futuro?”, que se passou entre o dia 13 e 14 de dezembro de 2012 na Fundação Calouste Gulbenkian. Antecipando a Cimeira UE-África de 2014, a conferência procurou debater alguns dos temas fundamentais na construção da parceria euro-africana e na cooperação para o desenvolvimento nos próximos anos. Esta iniciativa teve por objetivo promover o conhecimento e o debate sobre alguns temas estruturantes que terão impacto no relacionamento Europa-África e na cooperação para o desenvolvimento nos próximos anos. No painel: Alex Vines, Emb. John Shinkaiye, Geert Laporte (moderador) e Pinkie Mekgwe. 2012-12-13 / 2012-12-14

D. PT/ADN/IEEI/012/0090 - Fotografia - Audiência na Sessão de Encerramento (Conferência - A Parceria África-Europa em Construção: Que Futuro?), por IEEI / IMVF . Audiência da Conferência “A Parceria África-Europa em Construção: Que Futuro?”, dia 13 e 14 de dezembro de 2012 na Fundação Calouste Gulbenkian, durante a intervenção de Luís Brites Pereira, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, na sessão de encerramento. Antecipando a Cimeira UE-África de 2014, a conferência procurou debater alguns dos temas fundamentais na construção da parceria euro-africana e na cooperação para o desenvolvimento nos próximos anos. Esta iniciativa teve por objetivo promover o conhecimento e o debate sobre alguns temas estruturantes que terão impacto no relacionamento Europa-África e na cooperação para o desenvolvimento nos próximos anos. 2012-12-13 / 2012-12-14

D. PT/ADN/IEEI/012/0091 - Fotografia - Paulo Telles de Freitas, Patrícia Magalhães Ferreira, Gonçalo Marques e Luís Brites Pereira (Conferência - A Parceria África-Europa em Construção: Que Futuro?), por IEEI / IMVF . Paulo Telles de Freitas, Patrícia Magalhães Ferreira, Gonçalo Marques e Luís Brites Pereira na Conferência “A Parceria África-Europa em Construção: Que Futuro?”, dia 13 e 14 de dezembro de 2012 na Fundação Calouste Gulbenkian, durante a intervenção de Luís Brites Pereira, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, na sessão de encerramento. Antecipando a Cimeira UE-África de 2014, a conferência procurou debater alguns dos temas fundamentais na construção da parceria euro-africana e na cooperação para o desenvolvimento nos próximos anos. Esta iniciativa teve por objetivo promover o conhecimento e o debate sobre alguns temas estruturantes que terão impacto no relacionamento Europa-África e na cooperação para o desenvolvimento nos próximos anos. 2012-12-13 / 2012-12-14

D. PT/ADN/IEEI/012/0092 - Fotografia - Sessão “O impacto da crise internacional na Europa e na África: quais os desafios para a parceria?” (Conferência - A Parceria África-Europa em Construção: Que Futuro?), por IEEI / IMVF . O presente registo fotográfico é referente à sessão “O impacto da crise internacional na Europa e na África: quais os desafios para a parceria?”, do primeiro dia da Conferência “A Parceria África-Europa em Construção: Que Futuro?”, que se passou entre o dia 13 e 14 de dezembro de 2012 na Fundação Calouste Gulbenkian. Antecipando a Cimeira UE-África de 2014, a conferência procurou debater alguns dos temas fundamentais na construção da parceria euro-africana e na cooperação para o desenvolvimento nos próximos anos. Esta iniciativa teve por objetivo promover o conhecimento e o debate sobre alguns temas estruturantes que terão impacto no relacionamento Europa-África e na cooperação para o desenvolvimento nos próximos anos. No painel: Damien Helly, Adebayo Olukoshi e Hélder Oliveira (moderador). 2012-12-13 / 2012-12-14

D. PT/ADN/IEEI/012/0093 - Fotografia - Grupo de Trabalho "África" . Fotografia do grupo de trabalho "África" publicada no livro de comemoração dos 20 anos do IEEI, 20 Anos de Mudança. As atividades do programa África têm-se estruturado em volta de temas relativos à cooperação regional, segurança e resolução de conflitos e cooperação internacional e europeia para o desenvolvimento. O IEEI manteve um grupo de debate sobre temas africanos e participa regularmente, como membro da Plataforma portuguesa das ONG, nas atividades desta plataforma. O presente texto relata as iniciativas desenvolvidas pelo IEEI no âmbito deste programa. 2000-12-01 / 2000-12-31

[Fim do Inventário Analítico]